



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Organização:
Elis Regina Barbosa Angelo
Thiago S. Reis

Realização



Apoio



**ACTAS COMPLETAS E RESUMOS DO 4º CICLO IBERO-
AMERICANO DE DIÁLOGOS CONTEMPORÂNEOS:
HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA**

Editora Cravo

Comité Científico

Jorge China
(Wayne State University - EUA)

Keila Grinberg
(Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - Brasil)

Leonardo Rosa Ramos
(Università Pontificia Salesiana - Itália)

Marcia Calainho
(Instituto Jurídico Luso Brasileiro - Portugal)

Márcia Maria Menendes Motta
(Universidade Federal Fluminense - Brasil)

Monique Montenegro
(Instituto Ensinar Brasil - Brasil)

Thiago de Souza dos Reis
(Universidade Estácio de Sá/Universidade Veiga de Almeida - Brasil)

Yanina Benitez
(Instituto de Filosofia Ezequiel de Olaso/Centro de Investigaciones Filosoficas - Argentina)

**Elis Regina Barbosa Angelo
Thiago S. Reis
(Org)**

**Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-
Americano de Diálogos Contemporâneos:
História, Historiografia e Memória**

Copyright © 2024 **Editora Cravo**

Título: Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Direção Editorial: Lou Calainho

Edição e Diagramação: Equipa Editora Cravo

Projeto gráfico e capa: Cida Santos

Grafismo: Sofia Ferreira

ISBN 978-989-9037-72-4

Conselho Editorial

Lou Calainho

Magno F. Borges

Maria Auxiliadora B. dos Santos

Dados para Catalogação da Obra

Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos
(2024 : Porto, Portugal).

Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória [recurso eletrónico] / Elis Regina Barbosa Angelo, Thiago S. Reis (org.). – Porto : Editora Cravo, 2024.

E-book (pdf): 7,5Mb

ISBN 978-989-9037-72-4

1. Educação - Congressos. 2. Ensino Superior. 3. Investigação Científica. 4. Encontro Científico. I. Angelo, Elis Regina Barbosa. II. Reis, Thiago S.. III. Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura. IV. Título.

CDD: 370

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desse livro pode ser utilizada ou reproduzida sob quaisquer meios existentes sem autorização por escrito dos editores e autores.



www.editoracravo.pt
contacto@editoracravo.pt
+351 960 221 473

4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	23
-------------------	----

RESUMOS

A FORMAÇÃO DE RAPARIGAS NO GRAAL PORTUGUÊS NAS DÉCADAS DE 1960 E 1970 Nadia Maria Guariza.....	27
A HISTÓRIA E MEMÓRIA DA VILA OPERÁRIA DO DAE E DA RESERVA FLORESTAL DO MORRO GRANDE Vilma Cristina Soutelo Assunção Nosedá.....	28
HISTÓRIAS E CONFLITOS: MULHERES NA IMPRENSA DO BRASIL E DE PORTUGAL SOB DITADURA Allana Letticia dos Santos.....	29
FÉ NA FESTA: O BAIRRO DE SÃO JOSÉ E OS ESPAÇOS DE CELEBRAÇÃO DA CULTURA AFRO-PERNAMBUCANA NO CONTEXTO PÓS-ABOLIÇÃO (1888 - 1937) Virginia Pitta Pontual Davi Dornelles Rodrigues de Souza Valentim Marcella Marques Martins Juliana Melo Pereira Marina de Azevedo Côrrea Luciene de Almeida Tenório.....	30
IMAGENS, IMPRESSOS E FORMAÇÃO DOCENTE - O CASO DA REVISTA DE EDUCAÇÃO (SANTA CATARINA, 1936 - 1937) Carolina Luzia Bernar.....	31
REPRESENTAÇÕES SOBRE A DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1985) NA ICONOGRAFIA DO ÁLBUM “ESQUADRÃO DE TORTURA” Daniel Alves de Medeiros Koguta.....	32
(AUTO)IMAGENS DE UMA HISTORIADORA POR ESCRITO: MEMÓRIA, EXPERIÊNCIA E FORMAÇÃO NA TRAJETÓRIA DE MARIA EFIGÊNIA LAGE DE RESENDE. João Victor da Fonseca Oliveira.....	33
“CHEGOU NO PIAUÍ, NO PIAUÍ TEM TAMBOR”: AS MUITAS FACES DO TAMBOR DE CRIOLA PIAUIENSE NA CONTEMPORANEIDADE Maria Arthuane da Costa Oliveira.....	34
“COM SER AVIDO PELO HOMEM QUE MELHOR CUMPRIU AS OBRIGAÇÕES DO APRESTO DAS ARMADAS”: REVISITANDO A TRAJETÓRIA DE JOÃO NUNES CORREIA, SOB A PERSPECTIVA DA NOVA HISTÓRIA MILITAR (1584 – 1621) Maria Eduarda de Medeiros Brandão.....	35
DESMONTANDO EL RACISMO EN AULAS Y PATIOS DE COMUNIDADES ESCOLARES: UNA EXPLORACIÓN ANTROPOLÓGICA DE LA EDUCACIÓN SOBRE LA AFRODESCENDENCIA EN ARICA, CHILE Nicole Andrea Chávez González.....	36
“EDUCAI COM DEUS, INSTRUÍ COM DEUS”: O IDEAL RELIGIOSO NA I CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (1927) Camilla C. Zanquetta Cardozo.....	37
“ESCOLA PARA ÍNDIO”: UMA ANÁLISE DA EDUCAÇÃO INDÍGENA POTIGUARA (PB) SOB A GESTÃO DO ESTADO BRASILEIRO REPUBLICANO Anderson Bastos da Silva Dárcya Jeanne Silva de Araújo.....	38

“FEROCIDADE E SELVAGERIA”: A REPRESENTAÇÃO DOS INDÍGENAS “MAKU” DO NOROESTE AMAZÔNICO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX (1853-1888) Leonardo Ryon Alves dos Santos.....	39
“NÃO MEXE COMIGO, QUE EU NÃO ANDO SÓ”: VISIBILIDADE E ENALTECIMENTO DO CIRCUITO DO MORRO DO RIO DE JANEIRO A PARTIR DO MEMORIALISMO VIVENCIAL DE SÉRGIO CABRAL Manoel Messias Alves de Oliveira.....	40
“QUE DITADURA É ESSA?”: A MEMÓRIA DA CENSURA NO REGIME MILITAR BRASILEIRO PELAS LENTES DA NOVA DIREITA Murilo Cleto.....	41
A "PEQUENA ÁFRICA" EM "NOS TEMPOS DO IMPERADOR": UMA ANÁLISE DO VÍDEO DE DIVULGAÇÃO DA TRAMA "NOS TEMPOS DO IMPERADOR: CONHEÇA A PEQUENA ÁFRICA, LOCAL DE MEMÓRIA E RESISTÊNCIA NO RIO DE JANEIRO" Luciana Barros Góes.....	42
A ARARA DE AUGUSTO BARJONA: A FÓRMULA EDITORIAL DA REVISTA ILUSTRADA, 1905-1907 Beatriz Alves Reis.....	43
A CONFIGURAÇÃO DO APARATO PUNITIVO BRASILEIRO DURANTE A TRANSIÇÃO DE REGIME E AS DELIBERAÇÕES SOBRE A CRIMINALIZAÇÃO DO ESPIRITISMO ENTRE OS MEMBROS DO PODER JUDICIÁRIO Adriana Gomes.....	44
A DOENÇA MENTAL COMO TEMA: UMA ANÁLISE DO SABER PSIQUIÁTRICO SOBRE ESQUIZOFRENIA E LOUCURA Jairan Roberto dos Santos Araújo.....	45
A ERA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL À LUZ DA PERSPECTIVA MARXISTA SOBRE O TRABALHO NO CAPITALISMO Francisca Vilândia de Alencar.....	46
A FACE DOS RAPPERS NO (EN)QUADRO DA SOCIEDADE TERESINENSE: DORES, CANTOS E ENCANTOS VIVENCIADOS NA LUTA POR MAIS CIDADANIA. José Hilário Neto Cláudia Cristina da Silva Fontineles.....	47
A FORMAÇÃO DE UMA CULTURA VISIONÁRIA: ANÁLISES SOBRE AS APARIÇÕES MARIANAS EM CAMPINAS, SÃO PAULO (1928-1930) Carlos André Silva de Moura.....	48
A GESTÃO DA SAÚDE DOS POTIGUARA DA PARAÍBA SOB A POLÍTICA DO SPI Maria Luísa Soares Marcolino Yris Campos Oliveira.....	49
A HISTÓRIA DO ENSINO DE CIÊNCIAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL Amanda Vitor Dourado Amanda Silva Rodrigues.....	50
A HISTÓRIA E OS USOS DO PASSADO: O CULTO FASCISTA DA ROMANIDADE NA DÉCADA DE 1930 Augusto Antônio de Assis.....	51
A HISTÓRIA SOCIALMENTE EXPERIMENTADA: UMA OFICINA SOBRE A HISTÓRIA DE MARAU/RS Pedro Alcides Trindade de Mello.....	52

A HISTORIOGRAFIA CAPIXABA DA HISTÓRIA DA MORTE E DO MORRER NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO/BRASIL Damião Amiti Fagundes.....	53
A IMAGEM CRISTÃ DO INDÍGENA NA “BREVÍSSIMA RELAÇÃO DA DESTRUIÇÃO DAS ÍNDIAS” DE FREI BARTOLOMÉ DE LAS CASAS E SUA IMITAÇÃO NAS GRAVURAS DA EDIÇÃO LATINA DE THEODOR DE BRY Deolinda de Jesus Freire.....	54
A IMAGEM ENTRE RUAS, BARRACAS, GENTE, CASARÕES E PRÉDIOS: MEMÓRIAS CONTEMPORÂNEAS DE UM LUGAR COMUM: FOTOGRAFIA DE CAMINHADAS COTIDIANAS NO COMÉRCIO Samir Damasceno.....	55
A IMPORTÂNCIA DO ESCRITOR BLAISE CENDRARS NA MODERNIDADE DA LITERATURA E NAS ARTES BRASILEIRA Arlete Assumpção Monteiro.....	56
A IMPRENSA FEMININA COMO MOTOR DA EMANCIPAÇÃO DE MULHERES POR MEIO DA EDUCAÇÃO: O CASO DE “O SEXO FEMININO” (1873-1889) Gabriela Marcondes dos Santos.....	57
A INFLUÊNCIA DOS ‘BARÕES DO CAFÉ’ NA CONSTRUÇÃO E TRAJETO DA ESTRADA DE FERRO DOM PEDRO II Célio César de Aguiar Lima.....	58
A JURISDIÇÃO JUDICIAL NA DOUTRINA DE TOMÁS DE AQUINO Claudio Pedrosa Nunes.....	59
A LITERATURA NEGRA DE CAROLINA Laura Juliani Mollo.....	60
A LUTA E A MEMÓRIA “NAS TERRAS DO RIO SEM DONO” A PARTIR DAS TERRITORIALIDADES CONTEXTUALIZADAS NO ROMANCE HISTÓRICO DE CARLOS OLAVO Joana Paula Ataíde Patrícia Falco Genovez Maria Terezinha Bretas Vilarino.....	61
A MEMÓRIA DOS VENCIDOS: A ADNAM NA LUTA PELA ANISTIA E DEMOCRACIA Rodrigo Musto Flores.....	62
A MINA BREJUI EM CURRAIS NOVOS/RN: DO ESPAÇO DE TRABALHO À TRANSFORMAÇÃO EM LUGAR DE MEMÓRIA Cléia Maria Alves Francisco das Chagas Silva Souza.....	63
A MULHER QUE EMPODERAVA MULHERES Natália Montes da Fonseca.....	64
A ORGANIZAÇÃO DE ARQUIVOS PESSOAIS PARA A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA: O ARQUIVO DE CASTRO FARIA COMO FONTE PARA A HISTÓRIA E MEMÓRIA DA ANTROPOLOGIA Letícia Souza da Costa Sampaio.....	65
A REPRESENTAÇÃO DO TRAUMA HISTÓRICO POR MEIO DA HISTÓRIA EM QUADRINHOS EM SALA DE AULA Dalmo Alexander Fernandes.....	66

A URBANIZAÇÃO DA ZONA NORTE DE SÃO PAULO: RELAÇÕES E TENSÕES SOCIAIS EM TORNO DO TRAMWAY DA CANTAREIRA (1893-1924) Raissa Campos Marcondes.....	67
AFONSO CELSO ENTRE A HISTÓRIA, A MEMÓRIA E O PATRIMÔNIO CULTURAL Jussara Duarte Soares Dias.....	68
ALÉM DOS QUADRINHOS: UMA ANÁLISE DA SOCIEDADE BRASILEIRA ATRAVÉS DOS QUADRINHOS SUBVERSIVOS Joab Viana de Mesquita Pedro Pio Fontineles Filho.....	69
APONTAMENTOS SOBRE OS PROCESSOS DE COLONIZAÇÃO E OCUPAÇÃO DA BACIA DO RIO PARAÍBA DO SUL, SÉCULOS XVII A XIX Thiago de Souza dos Reis.....	70
ARQUIVO, AUTORIA E HISTÓRIA NEGRA: O PROCESSO COMO DISPOSITIVO DE ESCRITA E EMANCIPAÇÃO Janira Sodré Miranda.....	71
AS MEMÓRIAS QUE NÃO PODEM SER SUJADAS E A AS OUTRAS MEMÓRIAS: ITAPAGIPE/MG Maria Rita de Jesus Barbosa.....	72
AS MOBILIZAÇÕES DE UMA ELITE NA REGIÃO SUL DO BRASIL, A PARTIR DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE PELOTAS (1950-1970) Leonardo Silva Amaral.....	73
AS ORIGENS DO CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA (CEETEPS) E DA TV CULTURA: A INFLUÊNCIA DA TEORIA DO CAPITAL HUMANO E AS EXPERIÊNCIAS DOS SUJEITOS NA ELABORAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCATIVAS NO GOVERNO ABREU SODRÉ NO ESTADO DE SÃO PAULO Marcelo Peralli Broti Tassia Monique Castro Specchio Broti.....	74
AS RELAÇÕES DA HISTÓRIA DA EXIBIÇÃO CINEMATOGRAFICA E O DESIGN: O CASO DA MÓVEIS CIMO S.A Oswaldo Bruno Meca Santos da Silva.....	75
AUTOBIOGRAFIA: ESPAÇO-TEMPO DE EXPERIÊNCIAS COMPARTILHADAS Tatiane Peres Zawaski.....	76
AVANTI COMUNITÀ: UMA DIÁPORA ITALIANA IMAGINADA PELO WHATSAPP NO ESPÍRITO SANTO Maria Cristina Dadalto Sandra Nicoli Adélia Verônica Silva.....	77
AZUL, AZUL, AZUL: A OBRA DE ARTE COMO ACERVO SENSÍVEL DA HISTÓRIA Sarah Marques Duarte Yan Graco Dantas Cafezeiro.....	78
BATALHAS DE POESIA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: POETAS NEGRAS E O CORPO-MEMÓRIA Kelly Mendonça.....	79
BRANQUITUDE E TRADIÇÃO RACISTA NA LITERATURA BRASILEIRA NATURALISTA Gabriela Ramos Souza Elayne Castro Correia Kedma Janaina Freitas Damasceno.....	80
CAMINHOS TUPI PELO SERTÃO DA PARAÍBA E RIO GRANDE DO NORTE. ENTRE A HISTORIOGRAFIA E A ARQUEOLOGIA Cláudia Cristina do Lago Borges.....	81

CATÁLOGOS DE EXPOSIÇÃO COMO DOCUMENTOS RAROS NA HISTORIOGRAFIA DAS ARTES VISUAIS: UM ESTUDO SOBRE O FOTO CLUBE DO PARÁ Samir Damasceno Sávio Stoco Irene Almeida.....	82
CDOC: CATALOGAÇÃO E PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS ESCOLARES DO IF SUDESTE MG(1910-2008) Sirleia Maria Arantes.....	83
COLÉGIO ESTADUAL MARTINS BORGES: HISTÓRIA, MEMÓRIA E EDUCAÇÃO EM GOIÁS, BRASIL (1945 A 1999) Márcia Rosa da Silva Ordália Cristina Gonçalves Araújo.....	84
COMO SE CHEGA A SER O QUE É: AS METAMORFOSES DO POETA E JORNALISTA TORQUATO NETO Maria de Jesus Daiane Rufino Leal Edwar de Alencar Castelo Branco.....	85
CONSIDERAÇÕES SOBRE O ROTEIRO DE ARTE (1952) DE SANTA ROSA Francieli Borges.....	86
CONSTRUINDO UMA ABORDAGEM DECOLONIAL NA PESQUISA HISTÓRICA: REFLEXÕES SOBRE UMA INVESTIGAÇÃO HISTORIOGRÁFICA Kenia Adriana Reis e Silva Maria José Magalhães Margarida Louro Felgueiras Carlos Eduardo Santana.....	87
CONTRIBUIÇÕES DA INTELLECTUAL E PROFESSORA ALBA CAÑIZARES DO NASCIMENTO PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL Anna Clara Granado.....	88
CORPOS ORIGINÁRIOS EM FOCO: VIVER NO BRASIL COLÔNIA Júlia Santana Paranhos.....	89
CULPA E AUTOCOMISERAÇÃO NO “CADERNO DE MEMÓRIAS COLONIAIS” DE ISABELA FIGUEIREDO: O PAPEL DA SUBJETIVIDADE NA CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA HISTÓRICA Francisco Gudiene Gomes de Lima Suzana Marly da Costa Magalhães.....	90
CULTURAL TRANSFERS AND APPROPRIATION OF THE FRENCH GYMNASTIC SYSTEM IN BRAZILIAN PHYSICAL EDUCATION IN THE FIRST HALF OF THE 20TH CENTURY Tuany Defaveri Begossi Janice Zarpellon Mazo.....	91
DAS MEMÓRIAS DA PLANTAÇÃO À HISTÓRIA ANTIRRACISTA DO COLÉGIO PEDRO II: CONSIDERAÇÕES SOBRE O SÉCULO XIX Letícia Sousa Campos da Silva.....	92
DECOLONIALIDADE, HISTÓRIA E O “SER MULHER” NA REVISTA FEMININA ENTRE OS ANOS DE 1914-1920. Daniela Oliveira Ramos dos Passos.....	93
RELAÇÕES DE FORÇA EM TORNO DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA (1990-2016) Lucas Bispo Fiorezi.....	94
DITADURAS, TORTURAS E POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO NA AMÉRICA DO SUL (1960-1980) Simone dos Santos Borges.....	95
EDUCAÇÃO E CIVILIZAÇÃO NA REVISTA DO BRASIL (SALVADOR, 1907-1912) Fabio Valente de Moraes Gilmaro Moreira Brito.....	96

EM DEFESA DA MORAL E DOS BONS COSTUMES: UMA ANÁLISE SOBRE A CENSURA MORAL SOFRIDA PELA MÚSICA DURANTE A DITADURA Maria Clara dos Santos Oliveira Cláudia Cristina da Silva Fontineles.....	97
ENTRE FLUIDEZ E PERMANÊNCIA: CADERNOS DE REGISTROS COMO SUPORTE DE MEMÓRIA Angelita da Rosa.....	98
ENTRE SABERES E FAZERES: HISTÓRIA E MEMÓRIA DO GINÁSIO MUNICIPAL DE PIRACURUCA (1957-1975) Paulo Tiago Fontenele Cardoso Pedro Pio Fontineles Filho.....	99
ENTRELAÇANDO MEMÓRIA E HISTÓRIA: NARRATIVAS DE LUTA, RESISTÊNCIA E MUDANÇA - NOVA IGUAÇU NAS DÉCADAS DE 1970 E 1980 Adriana Bastos Kronemberger.....	100
ESPAÇOS DE MEMÓRIA E IDENTIDADE: O SIGNIFICADO CULTURAL E SOCIAL DOS CEMITÉRIOS NA PAISAGEM URBANA Adriana Quintino Sanchez Palacio Tozatti.....	101
ESTUDO DO RELEVO DE UM AÇOUGUEIRO Jaqueline Souza Veloso.....	102
EU NÃO QUERIA QUE A MINHA MENTE NÃO FUNCIONASSE LÁ DENTRO! Priscila Santos Oliveira Sandra Regina Chaves Nunes.....	103
FÉ NA FESTA: O BAIRRO DE SÃO JOSÉ E OS ESPAÇOS DE CELEBRAÇÃO DA CULTURA AFRO-PERNAMBUCANA NO CONTEXTO PÓS-ABOLIÇÃO (1888 - 1937) Vigínia Pitta Pontual Davi Dornelles Rodrigues de Souza Valentim Marcella Marques Martins Marina de Azevedo Côrrea Juliana Melo Pereira Luciene de Almeida Tenório.....	104
GILBERTO FREYRE NO SALAZARISMO: O LUSOTROPICALISMO E A DITADURA Felipe Cazetta.....	105
HBIM PARA DOCUMENTAÇÃO E SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO INDÍGENA DO BRASIL Pedro Praia.....	106
HISTÓRIA CONCEITUAL: A IMPORTÂNCIA DA REFLEXÃO ACERCA DAS MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS DOS CONCEITOS NOS ESTUDOS HISTÓRICOS João Marcelo de Oliveira Cezar.....	107
HISTÓRIA DA ALIMENTAÇÃO, IMAGENS, CINEMA E HISTÓRIA CULTURAL Liliane Faria Corrêa Pinto Gilson Moura Henrique Junior.....	108
HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE: CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTORIOGRAFIA E POSSIBILIDADES NO ÂMBITO ESCOLAR Ioli Ferreira Santiago Derliane de Oliveira Medeiros Stefany Reis Marquioli.....	109
HISTÓRIA E MEMÓRIA DO CARNAVAL EM UMA CIDADE NO SUL DO BRASIL: O CASO DA ATUAL SITUAÇÃO DO CARNAVAL EM PELOTAS NO RIO GRANDE DO SUL Luise de Oliveira Rodrigues.....	110
HISTÓRIA OU FICÇÃO? UMA POSSIBILIDADE DA UTILIZAÇÃO DA LITERATURA NA SALA DE AULA Camila Bairos Machado.....	111

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA: AS RELAÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL E OS REFLEXOS DA ESCRAVIDÃO E SERVIDÃO NO SUBDESENVOLVIMENTO NACIONAL Roberto de Castro.....	112
HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA: DE TOBIAS BARRETO À ESCOLA DO RECIFE (1869-1989) Aruanã Antonio dos Passos.....	113
HISTÓRIA, MEMÓRIA E TEMPO PRESENTE: A COMISSÃO DA VERDADE SOBRE A ESCRAVIDÃO AFRO-BRASILEIRA Carolina Martis da Corte Rocha Tatiana Lima Brandrão Sérgio de Sousa Montalvão.....	114
HISTÓRIA, MEMÓRIA, DISCURSO: UMA ANÁLISE TEÓRICO-METODOLÓGICO DO MOVIMENTO SUFRAGISTA NAS PÁGINAS DA REVISTA DA SEMANA E DO JORNAL GAZETA DO NORTE/MG Talita Gonçalves Medeiros.....	115
HISTÓRIA, PATRIMÔNIO E EDUCAÇÃO: UM DIÁLOGO POSSÍVEL NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DE PERTENCIMENTO À SANTA CRUZ Edite Moraes da Costa.....	116
HUMANIDADES DIGITAIS E O FAZER DA HISTÓRIA INDÍGENA: DESLOCAMENTOS INDÍGENAS NOS SERTÕES DO SIARÁ GRANDE (XVII-XVIII) Reinaldo Forte Carvalho.....	117
IMAGENS DA MEMÓRIA: O LUGAR, A MEMÓRIA E SUAS REPRESENTAÇÕES Maisa Marinho Dias.....	118
INSTITUIÇÕES PRISIONAIS NO INÍCIO DO SÉCULO XX NO RIO GRANDE DO SUL-BRASIL Tamara Juriatti.....	119
ITALIANIDADE: PERMANÊNCIA E RESSIGNIFICAÇÃO Sandra Nicoli Maria Cristina Dadalto Dimitri Fazito de Almeida Rezende Sueli Siqueira Patrícia Falco Genovez.....	120
JEAN VALJEAN DE “OS MISERÁVEIS”: A QUESTÃO DA POBREZA Gustavo Moraes Arantes Segatto.....	121
JOGANDO COM A APRENDIZAGEM: O USO DOS JOGOS NO ENSINO DE HISTÓRIA Sheyla Jayane Tavares Lins.....	122
L' ANIMA DELL' UNITÀ D'ITALIA: AS CONTRIBUIÇÕES DE GIUSEPPE MAZZINI PARA O AMADURECIMENTO DO NACIONALISMO ITALIANO Luiz Felipe dos Santos Narciso.....	123
LA VIE PARISIENNE À BRASILEIRA: APROPRIAÇÕES IMAGÉTICAS POR A MAÇÃ E REVISTA DA SEMANA (1915-1929) Larissa Brum Leite Gusmão Pinheiro.....	124
LITERATURA, MEMÓRIA E CÂNONE: HERCULANO MORAES E AS NOVAS GERAÇÕES LITERÁRIAS PIAUIENSES Natália Ferreira de Sousa Pedro Pio Fontineles Filho.....	125

LUTAS DOCENTES: A GREVE DE PROFESSORES PRIMÁRIOS DE 1918 NO PÓS-ABOLIÇÃO NO BRASIL Ladjane Alves Sousa.....	126
LUTO E ATIVISMOS NA PLAZA DE MAYO DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19 (BUENOS AIRES, ARGENTINA) Michel Kobelinski.....	127
MÃOS BRANCA: OS GRUPOS DE EXTERMÍNIO NA POLÍCIA, NA IMPRENSA E NAS PRISÕES BRASILEIRAS (1968-1980). Vanderlan Silva Helmano de Andrade Ramos.....	128
MEDO E TRISTEZA COMO ELEMENTOS SINTOMÁTICOS PARA INTERNAÇÃO DE PROFESSORAS PAULISTAS NO SANATÓRIO PINEL (1929-1945): APONTAMENTOS PRELIMINARES Gabriel Meneses Barros.....	129
MEMÓRIA "FALSIFICANTE" NO PENSAMENTO CINEMATOGRAFICO DE GILLES DELEUZE: CONTRIBUIÇÃO PARA OS ESTUDOS MNEMÔNICOS? Alvaro Luiz Nunes.....	130
MEMÓRIA DE MULHERES E OS DEBATES DE GÊNERO NO ESPAÇO MUSEOLÓGICO EM ARAPOTI (BRASIL) Lorena Zomer.....	131
MEMÓRIA, ARTE E HISTÓRIA Yvone Dias Avelino.....	132
MEMÓRIA, HISTÓRIA E RACISMO: UMA ANÁLISE PSICANALÍTICA DA PERSISTÊNCIA DO RACISMO NOS CASOS DE ADOÇÃO DE CRIANÇAS NO BRASIL Lívia Santos Rodrigues Roberto Calazans.....	133
MEMÓRIA, POLÍTICA E COMÉRCIO PORTUÁRIO EM CABEDELO, PARAÍBA, BRASIL (1924 - 1935) Roberto Jorge Chaves Araújo.....	134
MEMÓRIAS DA COZINHA DE AFETO, FATOR DE IDENTIDADE DO IMIGRANTE ESPANHOL Dolores Martín Rodriguez Corner.....	135
MEMÓRIAS DO CORDEL NO ACERVO DA FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA: OS ARQUIVOS PESSOAIS DE SEBASTIÃO NUNES BATISTA E RAIMUNDO SANTA HELENA Sylvia Nemer.....	136
MEMÓRIAS E VIVÊNCIAS: UM OLHAR PROFUNDO SOBRE AS FAMÍLIAS DO ASSENTAMENTO CÍCERO GUEDES Lara Bernardo de Oliveira Geraldo Márcio Timoteo Gessica da Silva Santos.....	137
MEMÓRIAS MERETRÍCIAS: O RETRATO DA LOUCURA NAS PROSTITUTAS DE FORTALEZA DO SÉCULO XIX Leticia de Oliveira Santos.....	138
MEMÓRIAS REVISTAS: A SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRICA: SBPH Bruna Silva.....	139

MULHERES SENDO ORDENADAS EXCEPCIONALMENTE AO PASTORADO NAS ASSEMBLEIAS DE DEUS MAS, A RESTRIÇÃO CONTINUA: MULHER NÃO PODE SER PASTORA – ESTUDO DE CASOS Célio César de Aguiar Lima.....	140
MUSEU: ENTRE MEMÓRIAS E ESQUECIMENTOS Anna Rafaella de Paiva Dantas Fernandes Francisco das Chagas Silva Souza.....	141
NARRATIVAS DE IMIGRANTES HAITIANOS E HAITIANAS SOBRE O PROCESSO DE ACOLHIMENTO NA CIDADE DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA (2015-2020) Fátima e Silva de Freitas.....	142
NOVAS PERSPECTIVAS SOBRE A HISTÓRIA DA COLÔNIA NEU DANZIG A PARTIR DE DOCUMENTOS INÉDITOS (1931-1935) Wilson de Creddo Maestro.....	143
O ARQUIVO DE ELISA FROTA PESSÔA: TRATAMENTO DOCUMENTAL E FONTE PARA A HISTÓRIA DA CIÊNCIA Michelle Samuel da Silva.....	144
O ARQUIVO DO MAST E A DIVULGAÇÃO DA MEMÓRIA CIENTÍFICA: O PAPEL DAS EXPOSIÇÕES DOCUMENTAIS Isabel Cristina Borges de Oliveira Daniele Rodrigues Barros Nunes Negrão Letícia Souza da Costa Sampaio Vanessa Garcia Coelho Vanessa Rocha de Souza Thiago Souza Vilela.....	145
O BOMBO DE LAVACOLHOS – UMA MEMÓRIA EM CONSTRUÇÃO Diana Sofia Neto Duarte Rodrigues Salvado.....	146
O BRASIL NA LITERATURA DE EXÍLIO DE ARTISTAS DEGENERADOS: REFUGIADOS DO NAZISMO NO BRASIL DURANTE AS DÉCADAS DE 1930 E 1940 Diego Luiz dos Santos.....	147
O BRASIL SE VÊ NA GLOBO: AS ESTRATÉGIAS NEGOCIAÇÃO DA REDE GLOBO COM O REGIME MILITAR AO LONGO DA DÉCADA DE 1970 Emilla Grizende Garcia.....	148
O FAZER ARTÍSTICO NO BOI-BUMBÁ NAS MÚLTIPLAS FACES DO TRABALHO NA AMAZÔNIA Deilson do Carmo Trindade.....	149
O FUTEBOL COMO ELEMENTO “DISCIPLINADOR”: A CONCILIAÇÃO ENTRE AS FUNÇÕES MILITARES E ESPORTIVAS DO OFICIAL JOSÉ MANOEL FERREIRA COELHO (1935 - 1938) Lucas Carnevale Machado.....	150
O HUMOR COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA NA ARTE LATINO-AMERICANA: ESTRATÉGIAS MODERNAS FUNDADORAS Juliana Mafra.....	151
O MAL-ESTAR SOCIAL BRASILEIRO E O MAL-ESTAR DO CRISTIANISMO: REFLEXÕES SOBRE UMA CONTINUIDADE AINDA POUCO EXPLORADA Renato Sarieddine Araújo.....	152
O MUSEU COMO FERRAMENTA DE APRENDIZAGEM NO ENSINO DE HISTÓRIA Stefany Reis Marquioli Derliane de Oliveira Medeiros Ioli Ferreira Santiago.....	153

O PAPEL DA HISTORIOGRAFIA NA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA SOBRE A HISTÓRIA DO FUTEBOL NO BRASIL Glauco José Costa Souza.....	154
O PERFIL DA ELITE POLÍTICA DE PASSO FUNDO - RS (1945-1988) Luiz Alfredo Fernandes Lottermann.....	155
O PSICANALISTA, O DIVULGADOR E O CHARLATÃO: GASTÃO PEREIRA DA SILVA (1898-1987) Wilton C. L. Silva.....	156
O RECURSO À MEMÓRIA NA CONSTRUÇÃO DA HISTORIOGRAFIA NA ACADEMIA AÇORIANA Susana Serpa Silva.....	157
O REINADO DOS CONGOS DA CIDADE DE ITAPIRA: MEMÓRIAS E TRAJETÓRIAS Cristiane da Rosa Elias.....	158
O TEATRO COMO ABERTURA CULTURAL Howardinne Queiroz Leão.....	159
O USO DA PALAVRA NA CONDENAÇÃO DAS HERESIAS. INFLUÊNCIAS E ESTUDO DOS SERMÕES DOS PADRES JESUÍTAS DO COLÉGIO DO ESPÍRITO SANTO NOS AUTOS-DE-FÉ [SÉCULOS XVI E XVII] Gonçalo Mendes.....	160
O ZAMBI DOS QUILOMBOS DE UMBANDA NOS ANOS DE CHUMBO: COMPLEXIFICANDO AS HISTORIOGRAFIAS E MEMÓRIAS NOS 60 ANOS DO GOLPE CIVIL-MILITAR NO BRASIL (1964-1979) Diego Uchoa de Amorim.....	161
OPERAÇÃO PEDRO PAN: HISTÓRIA E MEMÓRIA Thais Rosalina de Jesus Turial.....	162
OS BARÕES DA MODERNIDADE E OS SISTEMAS TRADICIONAIS DE ERVA-MATE: O CASO DA REGIÃO CENTRO-SUL DO PARANÁ Laureen Silva.....	163
OS CINEASTAS “INDEPENDENTES PAULISTAS” E A (RE)CONSTRUÇÃO DO CINEMA NACIONAL-POPULAR NO BRASIL (1949-1959) Francisco Daniel Iris Goiana.....	164
OS CONFLITOS POR TERRA NA RIBEIRA DO APODI: ANÁLISES SOBRE A DISPUTA ENTRE A FAMÍLIA NOGUEIRA FERREIRA E A FAMÍLIA ROCHA PITA (SÉC. XVII-XVIII) José Guilherme Oliveira da Silva.....	165
OS DESAFIOS DE UMA AUTO-ETNOGRAFIA: REFLEXÕES HISTORIOGRÁFICAS SOBRE UM PROJETO DE MEMÓRIA INSTITUCIONAL NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (2023 - 2025) Alexandra Dias Ferraz Tedesco.....	166
OS PLANOS URBANÍSTICOS CONCEBIDOS PARA ABRIGAR A UNIVERSIDADE DE BUENOS AIRES, A UNIVERSIDADE CENTRAL DA VENEZUELA E A UNIVERSIDADE NACIONAL AUTÔNOMA DO MÉXICO E SUA RECEPÇÃO PELA HISTORIOGRAFIA DA MODERNIDADE ARQUITETÔNICA E URBANÍSTICA Helio Herbst Débora Dias Livia Botelho Taís Ferreira Wrik Salustiano.....	167

OUTROS EPISÓDIOS DE CLIO: REPRESENTAÇÕES HISTÓRICAS A PARTIR DA FRANQUIA DE JOGOS "ASSASSIN'S CREED"	
Jorge Eduardo Maristino Silva Pedro Pio Fontineles Filho.....	168
PADRE E AUTOR DE LIVROS DIDÁTICOS NO BRASIL DO SÉCULO XIX: A FORMAÇÃO RELIGIOSA E INTELLECTUAL DO CÔNEGO DOUTOR JOAQUIM CAETANO FERNANDES PINHEIRO	
Carlos Eduardo de Oliveira Bezerra.....	169
PARTUS SEQUITUR VENTREM: DEBATES, PROJETOS E INICIATIVAS EM FAVOR DA EDUCAÇÃO/INSTRUÇÃO DOS INGÊNUOS (RIO DE JANEIRO, 1871-1888)	
Rosane dos Santos Torres.....	170
PASSADOS EM DISPUTA NO TEMPO PRESENTE: MEMÓRIAS, PATRIMÔNIOS SENSÍVEIS E ENSINO DE HISTÓRIA NO RIO DE JANEIRO	
Thays Merolla Piubel.....	171
PATRIMÔNIO POSTO À MESA: A CULINÁRIA DAS COMUNIDADES DE DONA FRANCISCA – RS, BRASIL	
Daffine Natalina Reck.....	172
PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS – 3 E A BUSCA DE UMA POLÍTICA DE MEMÓRIA SOBRE A HISTÓRIA RECENTE NO BRASIL	
Keides Batista Vicente.....	173
QUANDO O VENTO PAROU E A ÁGUA ABAIXOU: OLHARES SOBRE UMA HISTORIOGRAFIA DOS SUBÚRBIOS CARIOCAS	
Rosemeri Maria da Conceição Anna Beatriz Almeida.....	174
RECONTAR A HISTÓRIA PELA BOCA: AS DOCES NARRATIVAS NO REDESENHO DA HISTÓRIA DAS CIDADES DO RECÔNCAVO BAIANO	
Fernando Santa Clara Viana Junior Matheus Magalhães Costa.....	175
REDES E NARRATIVAS TRANSNACIONAIS DA MORADIA NA AMÉRICA LATINA: O CASO DA INTERNATIONAL BASIC ECONOMY CORPORATION – IBEC	
Michele Aparecida Siqueira Dias.....	176
RELAÇÕES ENTRE HISTÓRIA E PSICANÁLISE A PARTIR DE BIOGRAFIAS HISTÓRICAS: A VIDA DE FREUD A PARTIR DE GAY E ROUDINESCO	
Evandro dos Santos.....	177
RELAÇÕES ENTRE HISTÓRIA LOCAL E HISTÓRIA PÚBLICA: O PROJETO SOMBRIO NA HISTÓRIA	
Tamiris Serafim de Matos Cristiane Teixeira Garcia Paola Vieira da Silveira.....	178
REPENSANDO A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO. TUPI-GUARANÍ SERÁ A LÍNGUA OFICIAL DA NAÇÃO?	
Regina Helena Vieira Santos.....	179
REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO PROFESSOR REGENTE SOBRE O PROFESSOR HORA-ATIVIDADE E REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO PROFESSOR HORA ATIVIDADE EM RELAÇÃO O PROFESSOR REGENTE: O CASO DAS AULAS DE CIÊNCIAS	
Amanda Vitor Dourado.....	180
REVISANDO O INÍCIO DO REINADO DE D; AFONSO V	
Luiz José da Silva.....	181

ROMPENDO BARREIRAS: MAJUR TRAYTOWU, REDEFININDO IDENTIDADES NA LIDERANÇA INDÍGENA Claudinei Caetano dos Santos.....	182
RUA CHILE: ESTILHAÇOS DE UMA VIA MOVIMENTO Janaina Chavier Silva.....	183
SANTO ANTÔNIO DE LISBOA :UM ESPÍRITO DE SEU TEMPO Leandro Faria de Souza.....	184
SANTOS, O PORTO E OS TRABALHADORES: POR UMA MEMÓRIA DO LUGAR Tathianni Cristini da Silva Nanci Lancha Novo Marcos Rafael da Silva Clara Versiani dos Anjos Prado.....	185
SEMIÓTICA BAKHTINIANA, HISTÓRIA E A DIDÁTICA DA HISTÓRIA: A RECEPÇÃO DO DISCURSO HISTÓRICO NUMA SEQUÊNCIA DE TEMPOS MODERNOS Roberto Abdala Junior.....	186
SER MÃE NA ARGENTINA: ANÁLISE IMAGÉTICA DE DUAS FOTOGRAFIAS PRESENTES NO LIVRO “MADRE E HIJAS” DA FOTÓGRAFA ARGENTINA ADRIANA LESTIDO Luiza Possamai Kons.....	187
SERTÃO CALON: TECENDO CAMINHOS CIGANOS NA HISTORIOGRAFIA COLONIAL Nataly Chris da Rocha Menini.....	188
TEMPO, HISTÓRIA E MEMÓRIA NO PENSAMENTO DE AILTON KRENAK Everton de Oliveira Moraes.....	189
TERRITÓRIO INDÍGENA POTIGUARA SOB A GESTÃO DO SPI Venâncio de Oliveira Araújo Lucas Flávio Alverga da Silva.....	190
TERRITÓRIOS VIVOS: COMO HISTÓRIA ORAL, MEMÓRIA E ESTUDOS DO TEMPO PRESENTE PODEM INFORMAR O PLANEJAMENTO URBANO Karina Oliveira Morais dos Santos.....	191
TOM ZÉ, UM CANCIONISTA SÁTIRO: IMAGENS DO RISO E A COMICIDADE NA POÉTICA DO “ÚLTIMO TROPICALISTA”, ENTRE 1965 E 1973 Diego de Moraes Campos.....	192
TRANSFERÊNCIAS CULTURAIS E APROPRIAÇÃO DO SISTEMA GINÁSTICO FRANCÊS NA EDUCAÇÃO FÍSICA BRASILEIRA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX Tuany Defaveri Begossi Janice Zarpellon Mazo.....	193
TRANSMIGRANTES E O TEMPO: OS IMPACTOS DOS DESLOCAMENTOS HUMANOS NA ORIENTAÇÃO TEMPORAL DE SUJEITOS IMIGRANTES Mayla Louise Greboge Montoia Albano Gabriel Giurdanella.....	194
TRANSMONTANOS NA SERRA: O SURGIMENTO DA COMUNIDADE PORTUGUESA DE SANTA ISABEL NA DÉCADA DE 1930 EM PETRÓPOLIS/RJ Natalia da Paz Lage.....	195
UM LUGAR DE MEMÓRIAS: A CATEDRAL DE NOSSA SENHORA DAS MERCÊS DE PORTO NACIONAL, TOCANTINS César Evangelista Fernandes Bressanin.....	196

UM PARALELO ENTRE O SOFRIMENTO E VIOLÊNCIA: O PROCESSO INQUISITORIAL DE ANA DA TRINDADE (1735)	
Mariana Silva Rodrigues.....	197
UMA LEITURA DE 1964: DARCY RIBEIRO, HISTÓRIA E MEMÓRIA	
Laurindo Mekie Pereira.....	198
VIVER SEM OLHAR PARA O PASSADO É COMO ANDAR NO ESCURO: AS DISPUTAS PELA MEMÓRIA NA ANIMAÇÃO “UMA HISTÓRIA DE AMOR E FÚRIA” (2013)	
Lucas Campos da Silva.....	199
VOCABULÁRIO MONARQUISTA NO PENSAMENTO POLÍTICO DE JOÃO CAMILO DE OLIVEIRA TORRES (1943-1981)	
Pedro Carlos de Oliveira Alves.....	200
CRAFTING THE PAST: EMPOWERING COMMUNITIES THROUGH CREATIVE WRITING, VISUAL NARRATIVES, MEMORY, AND PLACE-MAKING	
Guilherme Pinheiro Pozzer.....	201
A DESINDUSTRIALIZACIÓN EN ESPAÑA. UNA REVISIÓN HISTORIOGRÁFICA	
Irene Díaz Martínez.....	202
REFLEXIONES TEÓRICAS: DESAFIANDO DISCURSOS HEGEMÓNICOS EN CONTEXTOS POSTINDUSTRIALES DEL SUR GLOBAL	
María Esperanza Rock.....	203
GOBERNANZA DE LA MEMORIA Y DERECHO A LA CIUDAD EN UN CONTEXTO POST INDUSTRIAL. EL CASO DE LA EX MAESTRANZA FERROVIARIA SAN EUGENIO EN SANTIAGO DE CHILE	
Andrés Torres Gonzalez.....	204

TEXTOS COMPLETOS

(AUTO)IMAGENS DE UMA HISTORIADORA POR ESCRITO: MODELOS, PRÁTICAS, REGIMES E RITUAIS NA PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA	
João Victor da Fonseca Oliveira.....	207
“FEROCIDADE E SELVAGERIA”: A REPRESENTAÇÃO DOS INDÍGENAS “MAKU” DO NOROESTE AMAZÔNICO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX (1853-1888)	
Leonardo Ryon Alves dos Santos.....	213
CULTURAL TRANSFERS AND APPROPRIATION OF THE FRENCH GYMNASTIC SYSTEM IN BRAZILIAN PHYSICAL EDUCATION IN THE FIRST HALF OF THE 20TH CENTURY	
Tuany Defaveri Begossi Janice Zarpellon Mazo.....	225
HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA: AS RELAÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL E OS REFLEXOS DA ESCRAVIDÃO E SERVIDÃO NO SUBDESENVOLVIMENTO NACIONAL	
Roberto de Castro.....	239

A CONFIGURAÇÃO DO APARATO PUNITIVO BRASILEIRO DURANTE A TRANSIÇÃO DE REGIME E AS DELIBERAÇÕES SOBRE A CRIMINALIZAÇÃO DO ESPIRITISMO ENTRE OS MEMBROS DO PODER JUDICIÁRIO Adriana Gomes.....	246
BATALHAS DE POESIA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: POETAS NEGRAS E O CORPO-MEMÓRIA Kelly Yara De Souza Mendonça.....	259
TERRITÓRIOS VIVOS: COMO HISTÓRIA ORAL, MEMÓRIA E ESTUDOS DO TEMPO PRESENTE PODEM INFORMAR O PLANEJAMENTO URBANO Karina Oliveira Morais dos Santos.....	269
A HISTÓRIA E A MEMÓRIA DA RESERVA FLORESTAL DO MORRO GRANDE E DA VILA OPERÁRIA DO DAE Vilma Cristina Soutelo Assunção Nosedá.....	281
A HISTÓRIA SOCIALMENTE EXPERIMENTADA: UMA OFICINA SOBRE A HISTÓRIA DE MARAU/RS Pedro Alcides Trindade de Mello.....	297
A INFLUÊNCIA DOS ‘BARÕES DO CAFÉ’ NA CONSTRUÇÃO E TRAJETO DA ESTRADA DE FERRO DOM PEDRO II Célio César de Aguiar Lima.....	308
A JURISDIÇÃO JUDICIAL NA DOUTRINA DE TOMÁS DE AQUINO Claudio Pedrosa Nunes.....	348
A MINA BREJUI EM CURRAIS NOVOS/RN: DO ESPAÇO DE TRABALHO À TRANSFORMAÇÃO EM LUGAR DE MEMÓRIA Cléia Maria Alves Francisco das Chagas Silva Souza.....	362
ENTRE FLUIDEZ E PERMANÊNCIA: CADERNOS DE REGISTROS COMO SUPORTE DE MEMÓRIA Angelita da Rosa.....	370
CONTRIBUIÇÕES DA INTELLECTUAL E PROFESSORA ALBA CAÑIZARES DO NASCIMENTO PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL Anna Clara Granado.....	386
O MUSEU COMO FERRAMENTA DE APRENDIZAGEM NO ENSINO DE HISTÓRIA Stefany Reis Marquioli Derliane de Oliveira Medeiros Ioli Ferreira Santiago.....	398
“ESCOLA PARA ÍNDIO”: UMA ANÁLISE DA EDUCAÇÃO INDÍGENA POTIGUARA (PB) SOB A GESTÃO DO ESTADO BRASILEIRO REPUBLICANO Anderson Bastos da Silva Dárcya Jeanne Silva de Araújo.....	405
OS CONFLITOS POR TERRA NA RIBEIRA DO APODI: ANÁLISES SOBRE A DISPUTA ENTRE A FAMÍLIA NOGUEIRA FERREIRA E A FAMÍLIA ROCHA PITA (SÉC. XVII-XVIII) José Guilherme Oliveira da Silva.....	416
JEAN VALJEAN DE “OS MISERÁVEIS”: A QUESTÃO DA POBREZA Gustavo Moraes Arantes Segatto.....	425
A GESTÃO DA SAÚDE DOS POTIGUARA DA PARAÍBA SOB A POLÍTICA DO SPI Maria Luisa Soares Marcolino Yris Campos Oliveira.....	439

EU NÃO QUERIA QUE MINHA MENTE NÃO FUNCIONASSE LÁ DENTRO! Priscila Santos Oliveira.....	453
A ORGANIZAÇÃO DE ARQUIVOS PESSOAIS PARA A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA: O ARQUIVO DE CASTRO FARIA COMO FONTE PARA A HISTÓRIA E MEMÓRIA DA ANTROPOLOGIA Leticia Souza da Costa Sampaio.....	464
AS ORIGENS DO CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA (CEETEPS) E DA TV CULTURA: A INFLUÊNCIA DA TEORIA DO CAPITAL HUMANO E AS EXPERIÊNCIAS DOS SUJEITOS NA ELABORAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCATIVAS NO GOVERNO ABREU SODRÉ NO ESTADO DE SÃO PAULO Marcelo Peralli Broti Tassia Monique Castro Specchio Broti.....	475
MEMÓRIA, POLÍTICA E COMÉRCIO PORTUÁRIO EM CABEDELO, PARAÍBA, BRASIL (1924 - 1935) Roberto Jorge Chaves Araújo.....	481
HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE: CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTORIOGRAFIA E POSSIBILIDADES NO ÂMBITO ESCOLAR Ioli Ferreira Santiago Derliane de Oliveira Medeiros Stefany Reis Marquioli.....	497
ENTRELAÇANDO MEMÓRIA E HISTÓRIA: NARRATIVAS DE LUTA, RESISTÊNCIA E MUDANÇA. NOVA IGUAÇU NAS DÉCADAS DE 1970 E 1980 Adriana Bastos Kronemberger.....	504
O REINADO DOS CONGOS DA CIDADE DE ITAPIRA: MEMÓRIAS E TRAJETÓRIAS Cristiane da Rosa Elias.....	529
PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS – 3 E A BUSCA DE UMA POLÍTICA DE MEMÓRIA SOBRE A HISTÓRIA RECENTE NO BRASIL Keides Batista Vicente.....	540
O ARQUIVO DO MAST E A DIVULGAÇÃO DA MEMÓRIA CIENTÍFICA: O PAPEL DAS EXPOSIÇÕES DOCUMENTAIS Isabel Cristina Borges de Oliveira Daniele Rodrigues Barros Nunes Negrão Leticia Souza da Costa Sampaio Thiago Souza Vilela Vanessa Garcia Coelho Vanessa Rocha de Souza.....	551
MULHERES SENDO ORDENADAS EXCEPCIONALMENTE AO PASTORADO NAS ASSEMBLEIAS DE DEUS MAS, A RESTRIÇÃO CONTINUA: MULHER NÃO PODE SER PASTORA – ESTUDO DE CASOS Célio César de Aguiar Lima.....	567
MEMÓRIAS E VIVÊNCIAS: UM OLHAR PROFUNDO SOBRE AS FAMÍLIAS DO ASSENTAMENTO CÍCERO GUEDES Lara Bernardo de Oliveira.....	595
RELAÇÕES ENTRE HISTÓRIA E PSICANÁLISE A PARTIR DE BIOGRAFIAS HISTÓRICAS: A VIDA DE FREUD A PARTIR DE GAY E ROUDINESCO Evandro dos Santos.....	607
MEMÓRIA, HISTÓRIA E RACISMO: UMA ANÁLISE PSICANALÍTICA DA PERSISTÊNCIA DO RACISMO NOS CASOS DE ADOÇÃO DE CRIANÇAS NO BRASIL Livia Santos Rodrigues Roberto Calazans.....	620

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA: DE TOBIAS BARRETO À ESCOLA DO RECIFE (1869-1989) Aruanã Antonio dos Passos.....	636
SANTOS, O PORTO E OS TRABALHADORES: POR UMA MEMÓRIA DO LUGAR Tathianni Cristini da Silva Nanci Lancha Novo Marcos Rafael da Silva Clara Versiani dos Anjos Prado.....	643
O HUMOR COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA NA ARTE LATINO-AMERICANA: ESTRATÉGIAS MODERNAS FUNDADORAS Juliana Silveira Mafra.....	655
O MAL-ESTAR SOCIAL BRASILEIRO E O MAL-ESTAR DO CRISTIANISMO: REFLEXÕES SOBRE UMA CONTINUIDADE AINDA POUCO EXPLORADA Renato Sarriddine Araújo.....	661
RECONTAR A HISTÓRIA PELA BOCA: AS DOCES NARRATIVAS NO REDESENHO DA HISTÓRIA DAS CIDADES DO RECÔNCAVO BAIANO Fernando Santa Clara Viana Junior Matheus Magalhães Costa.....	666
O PERFIL DA ELITE POLÍTICA DE PASSO FUNDO - RS (1945-1988) Luiz Alfredo Fernandes Lottermann.....	682
O ARQUIVO ELISA FROTA PESSÔA: TRATAMENTO DOCUMENTAL E FONTES PARA A HISTÓRIA DA CIÊNCIA Michelle Samuel da Silva.....	697
A IMPRENSA FEMININA COMO MOTOR DA EMANCIPAÇÃO DE MULHERES POR MEIO DA EDUCAÇÃO: O CASO DE “O SEXO FEMININO” (1873-1889) Gabriela Marcondes dos Santos.....	705
A FACE DOS RAPPERS NO (EN)QUADRO DA SOCIEDADE TERESINENSE: DORES, CANTOS E ENCANTOS VIVENCIADOS NA LUTA POR MAIS CIDADANIA José Hilário Neto Cláudia Cristina da Silva Fontineles.....	715
EM DEFESA DA MORAL E DOS BONS COSTUMES: UMA ANÁLISE SOBRE A CENSURA MORAL SOFRIDA PELA MÚSICA DURANTE A DITADURA Maria Clara dos Santos Oliveira Cláudia Cristina da Silva Fontineles.....	731
MEDO E TRISTEZA COMO ELEMENTOS SINTOMÁTICOS PARA INTERNAÇÃO DE PROFESSORAS PAULISTAS NO SANATÓRIO PINEL (1929-1945): APONTAMENTOS PRELIMINARES Gabriel Meneses Barros.....	748
UMA LEITURA DE 1964: DARCY RIBEIRO, HISTÓRIA E MEMÓRIA Laurindo Mekie Pereira.....	759
MEMÓRIA “FALSIFICANTE” NO PENSAMENTO CINEMATOGRAFICO DE GILLES DELEUZE: CONTRIBUIÇÃO PARA OS ESTUDOS MNEMÔNICOS? Alvaro Luiz Nunes.....	770
RUA CHILE, ESTILHAÇOS DE UMA VIA MOVIMENTO OU COMO ESCREVER A ATUALIDADE DE UMA RUA? Janaina Chavier Silva.....	778

MUSEU: ENTRE MEMÓRIAS E ESQUECIMENTOS Anna Rafaella de Paiva Dantas Fernandes Francisco das Chagas Silva Souza.....	803
CATÁLOGOS DE EXPOSIÇÃO COMO DOCUMENTOS RAROS NA HISTORIOGRAFIA DAS ARTES VISUAIS: UM ESTUDO SOBRE O FOTO CLUBE DO PARÁ Samir Damasceno Irene Almeida Sávio Luis Stoco.....	811
O DIREITO DE TRATAR DE SUA LIBERDADE: PROCESSO, ARQUIVO COLONIAL AUTORIA NEGRA COMO DISPOSITIVO DE EMANCIPAÇÃO Janira Sodré Miranda.....	828
MEMÓRIAS DA COZINHA DE AFETO, FATOR DE IDENTIDADE DO IMIGRANTE ESPANHOL Dolores Martin Rodriguez Corner.....	844
MEMÓRIAS DO CORDEL NO ACERVO DA FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA: OS ARQUIVOS PESSOAIS DE SEBASTIÃO NUNES BATISTA E RAIMUNDO SANTA HELENA Sylvia Nemer.....	854

APRESENTAÇÃO

Promovido pelo CONJUGARE (Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura), o **4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória**, foi realizado entre os dias 26 a 28 de Março de 2024, a partir do Porto, Portugal.

A comunidade historiadora debruçou-se sobre a temática geral da edição, História, Historiografia e Memória, na produção de importante contribuição para nosso meio através de comunicações e publicações que ora apresentamos. As actividades do evento foram acompanhadas por diversos investigadores portugueses e do estrangeiro que comunicaram os resultados de suas respectivas investigações, apoiados por organismos de fomento diversos.

As *actas* e *resumos* que ora apresentamos são parte significativa dos esforços empreendidos durante o **4º CIDC** e nós, organizadores, esperamos que façam ressoar as propostas dos participantes e comunicadores em searas mais distantes e por mais alongado tempo.

Os organizadores

RESUMOS



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



A FORMAÇÃO DE RAPARIGAS NO GRAAL PORTUGUÊS NAS DÉCADAS DE 1960 E 1970

Nadia Maria Guariza

Resumo

O Graal foi criado pelo pe. Van Ginneken na Holanda em 1929 e pretendia organizar moças católicas a partir de um moderno movimento de juventude com a finalidade de “ganhar o mundo para Cristo”. O movimento do Graal chegou em Portugal em 1957 com a iniciativa de Maria de Lourdes Pintasilgo (1930-2004) e Teresa Santa Clara Gomes (1936-1996), estabelecendo-se primeiro em Lisboa e, posteriormente em Coimbra e Portalegre. No sítio do movimento em Portugal ele é definido como “um movimento internacional de raiz cristã, aberto a outras tradições numa busca espiritual”. Esta comunicação aborda a formação de raparigas pelo Graal nas décadas de 1960 e 1970. As participantes do Graal organizaram várias formações e campo de férias para raparigas em Portugal, com a finalidade de as conscientizar e anima-las para formações em suas regiões.

27





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



A HISTÓRIA E MEMÓRIA DA VILA OPERÁRIA DO DAE E DA RESERVA FLORESTAL DO MORRO GRANDE

Vilma Cristina Soutelo Assunção Nosedá

Resumo

O presente texto reflete sobre a história e a memória do patrimônio cultural existente no bairro do Morro Grande município de Cotia (São Paulo), local que se encontra a Reserva Florestal do Morro Grande, tombada pelo CONDEPHAAT, na década de 80. Com o objetivo de atender a demanda da comunidade preocupada com a especulação urbana, o desmatamento e com a perda de sua memória coletiva local, esta tese apresenta o inventário participativo e a produção coletiva do documentário Desejos de Memória: A história e memória da Vila DAE e da Reserva Florestal do Morro Grande. É com base na nova museologia e por meio de suas próprias narrativas de memórias que envolvermos a comunidade, ao realizarmos o inventário participativo, processo no qual as comunidades assumem, em primeira pessoa, a identificação, a seleção e o registro das referências culturais mais significativas para suas memórias e histórias sociais. No campo da Museologia, o recurso permite estabelecer diálogos entre as pessoas, a fim de identificar os aspectos a serem patrimonializados pela comunidade, assim como propor conjuntamente produtos difusores das ações de memória. Dentro do âmbito do inventário participativo realizarmos encontros com a comunidade denominados aqui de Rodas de Memória. Essa abordagem possibilitou trazer à tona questões que perpassam os temas: memória, cultura, patrimônio, políticas culturais, museu e cidadania, com a intenção de valorizar e instrumentalizar a comunidade e propiciar condições para reverter o quadro de subutilização do patrimônio cultural da região.

28





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



HISTÓRIAS E CONFLITOS: MULHERES NA IMPRENSA DO BRASIL E DE PORTUGAL SOB DITADURA

Allana Letticia dos Santos

Resumo

As complexidades que surgiram na segunda metade do século XX foram caracterizadas por dinâmicas em várias partes do mundo, e a imprensa, como meio de informação e divulgação, desempenhou um papel crucial na influência das opiniões sobre narrativas globais e na forma como as sociedades abordavam questões desafiadoras. Nesta pesquisa, escolhi abordar a atuação da imprensa exclusivamente durante as crises políticas que resultaram em golpes e ditaduras militares no Brasil e em Portugal. Partindo das reflexões de Heloisa Cruz e Maria Peixoto (2007), considero a imprensa como uma força social ativa, indo além da simples função de instrumento de comunicação. Essa interpretação surge do distanciamento das concepções positivistas e dos questionamentos promovidos pela nova historiografia, que visa interrogar a fonte a ser utilizada sem aceitá-la como verdade absoluta. Dentro desse contexto, esta pesquisa, cujo objetivo central é explorar as trajetórias e tensões das mulheres por meio da imprensa brasileira e portuguesa, preocupa-se em embasar essa reflexão em considerações como o ponto de origem das autoras dos documentos, os interesses explícitos e implícitos, estratégias, técnicas e público-alvo. Isso visa salientar que esses veículos impressos não surgiram prontos; tudo o que é produzido está intrinsecamente ligado ao momento político, histórico e cultural em que se encontra (Cruz; Peixoto, 2007).

29





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



FÉ NA FESTA: O BAIRRO DE SÃO JOSÉ E OS ESPAÇOS DE CELEBRAÇÃO DA CULTURA AFRO-PERNAMBUCANA NO CONTEXTO PÓS-ABOLIÇÃO (1888 - 1937)

Virginia Pitta Pontual

Davi Dornelles Rodrigues de Souza Valentim

Marcella Marques Martins

Juliana Melo Pereira

Marina de Azevedo Côrrea

Luciene de Almeida Tenório

Resumo

A cidade do Recife atuou como um dos principais “portos”, durante a Diáspora Africana, por onde entraram milhares de negros e negras para serem escravizados no período colonial brasileiro. A presença africana no Brasil, vítima da escravização, permitiu que a herança cultural brasileira fosse influenciada e miscigenada com manifestações artísticas, práticas religiosas e celebrações africanas. No final do século XIX, com a abolição da escravização no Brasil, os negros livres no Recife, organizaram-se coletivamente no bairro de São José, na cidade do Recife, onde habitavam em cortiços e mocambos, trabalhando no comércio informal como meio de sobrevivência. Ali desenvolveram tradições e celebrações culturais representativas do que hoje entende-se por cultura pernambucana, e brasileira. Nas ruas de São José os negros livres do pós-abolição brasileiro, criaram bens culturais como agremiações de maracatus, clubes carnavalescos e ritmos como o Frevo, hoje reconhecido como Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro. Contudo, a valorização e o reconhecimento da herança cultural africana, ainda é um desafio a ser alcançado, afinal por muitos anos, a comunidade negra foi invisibilizada pela história, ou teve sua narrativa escrita por brancos. Espera-se, portanto, contribuir para preencher uma lacuna histórica, a partir do olhar da comunidade negra recifense, enaltecendo e evidenciando aspectos culturais que, literalmente, resistiram na história brasileira.

30





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



IMAGENS, IMPRESSOS E FORMAÇÃO DOCENTE - O CASO DA REVISTA DE EDUCAÇÃO (SANTA CATARINA, 1936 - 1937)

Carolina Luzia Bernar

Resumo

Este resumo tem como tema os retratos apresentados na “Revista de Educação - órgão do professorado catarinense”, veiculada entre 1936 a 1937. A revista, sendo uma iniciativa do Departamento de Educação do estado de Santa Catarina, se intitula fonte de conhecimentos práticos que objetivam auxiliar o professor. Para tanto, por vezes, articula os trabalhos citados no conteúdo escrito com gravuras representativas e retratos em homenagem a grandes nomes políticos do estado, retratos estes que objetivamos analisar. Para tal fim, usa como referencial teórico os livros ‘Fotografias e história’ (Kossoy, 2001) e ‘Testemunha ocular: História e imagem’ (Burke, 2004). A metodologia mobilizada considerou a análise imagética dos retratos partindo da investigação dos registros de nomes políticos e de educadores influentes no campo educacional do Estado ao longo do período como fonte documental. A intenção foi averiguar, por meio deste, a intencionalidade e os caminhos percorridos pelo registro fotográfico. Objetiva-se explorar a possibilidade de estudo e comparar os retratos que se fazem presentes nos sete números da Revistas de Educação. Como considerações finais, assinala para a utilização de retratos homenageados de políticos e educadores influentes na reforma do ensino de Santa Catarina como estratégia de legitimação política dos sujeitos que ocupavam, sobretudo, o executivo estadual e a chefia do Departamento de Educação

31





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



REPRESENTAÇÕES SOBRE A DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1985) NA ICONOGRAFIA DO ÁLBUM “ESQUADRÃO DE TORTURA”

Daniel Alves de Medeiros Koguta

Resumo

O presente trabalho busca analisar as representações contidas na iconografia do álbum “Esquadrão de Tortura”, lançado em 2013 pela banda brasileira de thrash/death metal Torture Squad. Esquadrão de Tortura é o primeiro álbum da banda a ser gravado como um álbum conceitual, contando de forma cronológica em suas músicas o período que o Brasil passou pela ditadura civil-militar (1964-1985), além disso, é o primeiro e único da banda que tem como tema esse período. Embora ele tenha sido lançado com dois encartes, contendo algumas fotos dos integrantes em alguns dos lugares de memória da ditadura, como por exemplo o Cemitério Dom Bosco e Museu da Resistência no estado de São Paulo, nesse trabalho será analisado apenas a arte da capa do álbum, visto que o autor não possui acesso as outras imagens dele. Entendesse que a imagem escolhida é uma ligação entre as representações da narrativa que a banda pretende fazer sobre o regime militar e a realidade histórica da mesma, dialogando também com elementos presentes nos gêneros de metal extremo que a banda faz parte. Para que o trabalho possa ser realizado, utilizamos o conceito de representações proposto por Roger Chartier (1990).

32





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



(AUTO)IMAGENS DE UMA HISTORIADORA POR ESCRITO: MEMÓRIA, EXPERIÊNCIA E FORMAÇÃO NA TRAJETÓRIA DE MARIA EFIGÊNIA LAGE DE RESENDE

João Victor da Fonseca Oliveira

Resumo

Esta pesquisa tem como problema central a relação entre história, memória, historiografia, explorando os vínculos da trajetória intelectual de Maria Efigênia Lage de Resende. Sua produção de natureza memorialística é o eixo principal da investigação, tornando possível interrogar modelos, identidades, práticas e regimes da historiografia. Pretende-se tornar legível a forma como ela investiu na construção de sua (auto)imagem como historiadora. Ao pensarmos sua trajetória a partir de uma questão historiográfica, tomamos a prática profissional dos(as) historiadores(as) como objeto de reflexão, conferindo relevância à historicidade das formas de produção e circulação do conhecimento histórico e de seus modelos de atuação na segunda metade do século XX, bem como à relação entre ensino e pesquisa, memória e historiografia, narrativa e experiência. Defendemos a ideia de que sua autoridade como historiadora fundou-se não apenas nos textos escritos sobre temas históricos específicos, mas nos ritos institucionais, nas práticas, produções memoriais e, de modo central, na elaboração de uma (auto)imagem reconhecível e compartilhada. Essa diversidade de operações deu origem a pesquisas históricas, mas também a uma experiência historiadora específica imersa em práticas simbólicas que produziram as condições de seu reconhecimento – como aquelas “encenadas” em seu memorial acadêmico. Afinal, o que as auto(imagens) dos(as) historiadores(as) dizem sobre os estudos históricos?

33





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



“CHEGOU NO PIAUÍ, NO PIAUÍ TEM TAMBOR”: AS MUITAS FACES DO TAMBOR DE CRIOULA PIAUIENSE NA CONTEMPORANEIDADE

Maria Arthuane da Costa Oliveira

Resumo

Este trabalho investiga a construção histórica e identitária da prática cultural do tambor de crioula no estado do Piauí por meio da produção de entrevistas com sujeitos que integram a prática nas cidades de Teresina – capital do estado - e Porto, região dos Cocais. O recorte cronológico, embora principalmente voltado ao tempo presente, está delimitado entre a década de 1960 até os dias atuais. A metodologia aplicada neste estudo é baseada nos escritos de Alessandro Portelli, Gayatri Chakravorty Spivak, Verena Alberti e Cléria Costa. A última autora norteia precisamente o método da produção de entrevistas que se baseia na história de vida de cada sujeito, são posteriormente direcionados questionamentos específicos sobre a realização da prática, sua participação e percepção sobre a manifestação. Este trabalho tem por objetivo perceber as diferentes faces da prática cultural do tambor de crioula e como estas vem sendo postas por seus brincantes na atribuição de significados e simbolismos e na realização do movimento no estado piauiense. Ainda discute semelhanças e rupturas existentes na edificação da prática do tambor de crioula entre os municípios citados anteriormente. Por fim, este trabalho apresenta uma análise inovadora sobre a prática cultural do tambor de crioula no Piauí ao pesquisar a construção desta a partir da oralidade expressa entre os sujeitos praticantes. O que reflete em como a prática vem sendo realizada e repassada nos espaços que estes circulam, sendo possível perceber a mescla de aspectos tradicionais e inovadores que dão lugar ao entendimento da edificação das novas faces da prática.

34





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



“COM SER AVIDO PELO HOMEM QUE MELHOR CUMPRIU AS OBRIGAÇÕES DO APRESTO DAS ARMADAS”: REVISITANDO A TRAJETÓRIA DE JOÃO NUNES CORREIA, SOB A PERSPECTIVA DA NOVA HISTÓRIA MILITAR (1584 – 1621)

Maria Eduarda de Medeiros Brandão

Resumo

A expansão ibérica foi marcada por dinâmicas entre as guerras e o comércio, a exemplo a conquista da Capitania da Paraíba (1584), motivada pelos interesses no comércio açucareiro, pau-brasil e outros. Embora a maioria dos envolvidos fosse de origem modesta, aqueles de maiores recursos, como os mercadores de Pernambuco, participaram no financiamento e nos combates, contribuindo à integração de redes comerciais na campanha. João Nunes Correia, proeminente no comércio colonial e recorrente na historiografia, representa esse caso. Apesar da maioria dos estudos terem se concentrado em outros aspectos de sua trajetória, acredita-se que suas experiências como homem de armas e contratador sejam relevantes à compreensão os negócios da guerra como áreas de operação mercantil no Mundo Ibérico. Assim, este trabalho propõe o exercício de revisitatar a história e historiografia de um indivíduo sob a perspectiva da Nova História Militar, incorporando propostas sobre atribuir uma identidade aos combatentes. Inicialmente, realiza-se um levantamento historiográfico acerca de João Nunes Correia. Em seguida, utiliza-se uma abordagem microhistórica para remontar os negócios da guerra em sua trajetória através de documentos diversos, como o Sumário das Armadas – crônica escrita por um jesuíta anônimo que testemunhou a conquista supracitada. Esses esforços visam descortinar suas atividades na beligerância ultramarina, respondendo como esse engajamento serviu às suas estratégias socioeconômicas.

35





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



“DESMONTANDO EL RACISMO EN AULAS Y PATIOS DE COMUNIDADES ESCOLARES: UNA EXPLORACIÓN ANTROPOLÓGICA DE LA EDUCACIÓN SOBRE LA AFRODESCENDENCIA EN ARICA, CHILE

Nicole Andrea Chávez González

Resumo

Este estudio se sumerge en la realidad educativa de Arica, Chile, centrándose en la persistencia del racismo y discriminación racial, especialmente hacia la comunidad afrodescendiente. A través de la lente de la antropología de la educación, se observan las prácticas discriminatorias arraigadas en aulas y patios escolares. Se resalta la omisión de temas afro en los currículos, a pesar de la legislación que reconoce a la comunidad tribal afrodescendiente. La presente investigación propone estrategias antirracistas, subrayando la necesidad de una educación que abrace la diversidad cultural y racial. Este enfoque arroja luz sobre las dinámicas cotidianas y temporales del racismo, abogando por un entorno escolar más equitativo, donde la historia y la memoria colectiva se reconstruyen desde una perspectiva más justa y plural.

36





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



“EDUCAI COM DEUS, INSTRUÍ COM DEUS”: O IDEAL RELIGIOSO NA I CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (1927)

Camilla C. Zanquetta Cardozo

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar e problematizar a relação entre a concepção religiosa e educação presente nas teses apresentadas na I Conferência Nacional de Educação (1927), evento nacional promovido pela Associação Brasileira de Educação (ABE). Descrevendo brevemente o histórico do ensino religioso nacional e o projeto educacional proposto pela ABE, este trabalho utiliza como fonte as atas da associação, bem como as teses apresentadas na I CNE. A ênfase na importância da religião como fundamento para a moral e a cidadania ressaltou uma visão sobre o papel que a fé desempenharia na construção de um Brasil idealizado. Deste modo, foi possível verificar a resistência que os grupos ligados a Igreja Católica mantiveram na ABE, promovendo discursos em prol da moral religiosa na tentativa de intervir na educação nacional.

37





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



“ESCOLA PARA ÍNDIO”: UMA ANÁLISE DA EDUCAÇÃO INDÍGENA POTIGUARA (PB) SOB A GESTÃO DO ESTADO BRASILEIRO REPUBLICANO

Anderson Bastos da Silva
Dárcya Jeanne Silva de Araújo

Resumo

A história da educação indígena no Brasil está pautada na condição de dependência e domínio por parte do ideal colonizador. Primeiro pelas ordens religiosas, depois pela tutela do Estado, e, ao longo dos anos, essas instituições submeteram os povos indígenas às políticas baseadas nos padrões cristãos e civilizatórios. No início da República, o discurso da política educacional se voltava para a expansão territorial e na formação de mão-de-obra indígena. Objetivando manter o controle sobre tais populações, o governo criou em 1910 o Serviço de Proteção aos Índios - SPI, sob o discurso de proteção e assistencialismo, atuando, porém, como um sistema de controle, domínio e modelagem desses povos aos padrões de civilização postos à época. Inseto nesse contexto, o presente artigo traz uma análise da atuação política educacional do SPI junto aos povos Potiguara, e remete uma comparação com as políticas educacionais atuais, regulamentadas a partir da Constituição de 1988. Nosso objetivo é discutir como o caráter administrativo do Estado, dos períodos referentes a chamada República Velha até o contexto atual, tem proposto a educação indígena, passando de uma educação tradicional “civilizadora” para uma educação autônoma e identitária. O estudo foi feito pelo Grupo de Pesquisa Abaiara/UFPB, analisando documentos referentes ao SPI e a legislação educacional brasileira pós Constituição.

38





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



“FEROCIDADE E SELVAGERIA”: A REPRESENTAÇÃO DOS INDÍGENAS “MAKU” DO NOROESTE AMAZÔNICO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX (1853-1888)

Leonardo Ryon Alves dos Santos

Resumo

O objetivo deste trabalho é demonstrar as diferentes representações do grupo indígena "Maku", habitantes do Noroeste Amazônico na segunda metade do século XIX, na então província do Amazonas, Brasil. As fontes do século XIX caracterizaram os "Maku" juntamente com outros indígenas que se recusaram a serem "civilizados" como "errantes e selvagens" sendo considerados um "atraso" para a província, devido à sua resistência em manter contato com os "brancos". A representação pejorativa dos "Maku" é evidente, mas é preciso compreendê-la à luz dos interesses específicos da época. A intensa escravização dos "Maku" no século XVIII, atribuída em parte à relação desses grupos com outros indígenas que mantinham contato mais próximo com os europeus, levou os "Maku" a se afastarem cada vez mais das cabeceiras dos rios que frequentavam, adentrando as florestas cada vez mais. Na segunda metade do século XIX, quando passam a haver tentativas por parte de não-indígenas de adentrarem as florestas para integrar esses grupos à "civilização". No entanto, por trás desse desejo existia a busca por mão de obra para a economia da região e a necessidade de estabelecer a autoridade da província em áreas remotas. Os "Maku", ao resistirem a essa tentativa de contato, foram tidos como "selvagens" e "ferozes". Nesse sentido, hipótese levantada é que essas representações se tratam de uma construção intelectual realizada em um contexto específico que também considerava interesses daqueles que as formulavam.

39





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



“NÃO MEXE COMIGO, QUE EU NÃO ANDO SÓ”: VISIBILIDADE E ENALTECIMENTO DO CIRCUITO DO MORRO DO RIO DE JANEIRO A PARTIR DO MEMORIALISMO VIVENCIAL DE SÉRGIO CABRAL

Manoel Messias Alves de Oliveira

Resumo

Sérgio Cabral é jornalista, crítico, pesquisador, compositor, biógrafo e um conceituado memorialista da música popular brasileira. Trabalhou em diversos jornais, como “O Globo”, “Última Hora”, “Jornal do Sports” e “Diários Associados” e foi um dos fundadores do semanário “Pasquim”. A partir de 1993, o jornalista também atuou em diversas revistas e emissoras de TVs como produtor de discos, repórter, redator, cronista e editor, trabalhando ainda com importantes nomes do meio esportivo, como João Saldanha, Armando Nogueira e Nelson Rodrigues. Em suas produções, encontram-se menções a fenômenos musicais que, aliás, integram o círculo de amizade do jornalista. Nesse sentido, esta pesquisa pretende analisar o memorialismo vivencial de Sérgio Cabral, debruçando-se na memória construída e reverenciada por ele sobre o samba e o samba carnavalesco que, inclusive, se afastam da memória do asfalto. Dessa maneira, busca-se compreender como Cabral produz ou não visibilidade do morro do Rio de Janeiro e a maneira como ele, propriamente, se apresenta no relato, ou seja, quais são os personagens e espaços que integram a sua narrativa e como os desenha no jogo narrativo. Para isso, pretende-se analisar os livros “Mangueira: a nação verde e rosa” (1998) e “Escolas de Samba do Rio de Janeiro” (2011), que abordam sobre a origem das escolas de samba, do bloco “Deixa Falar” e seus personagens e espaços, situados entre os anos 1920 e 1940.

40





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



“QUE DITADURA É ESSA?”: A MEMÓRIA DA CENSURA NO REGIME MILITAR BRASILEIRO PELAS LENTES DA NOVA DIREITA

Murilo Cleto

Resumo

O Brasil está há 10 anos imerso numa espiral de crises econômica, político-institucional e do conhecimento social. Neste cenário, dificulta-se a construção não apenas de um futuro, mas também de um passado comum. Não por acaso, multiplicaram-se revisionismos ideológicos sobre realidades aparentemente pacificadas no debate público, como o regime militar (1964-1985). A efeméride de 60 anos do golpe é uma oportunidade para escrutinar algumas destas elaborações, que se relacionam fortemente com os interesses desses grupos no presente. Entre estes, está uma direita organizada em torno das ideias defendidas por Olavo de Carvalho, que disseminou no país a tese do “marxismo cultural”, central para articulação de uma nova forma de oposição ao establishment nas democracias liberais. Marginalizado entre públicos dominantes, este intelectual adquiriu grande influência com a internet e as redes sociais digitais, chegando a pautar parte significativa da orientação ideológica do governo Bolsonaro (2019-2022). Para esta apresentação, analiso algumas das declarações mais significativas de Olavo e de seus pupilos sobre a censura no regime, notadamente as presentes no filme “1964 - O Brasil entre armas e livros”, da produtora Brasil Paralelo, sucesso de audiência entre públicos antiestruturais. Nelas, se verão grandes esforços para minimizar a prática na ditadura, como se tivesse apenas proibido algumas “bobagens”, enquanto o material subversivo teria se disseminado livremente.

41





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



A "PEQUENA ÁFRICA" EM "NOS TEMPOS DO IMPERADOR": UMA ANÁLISE DO VÍDEO DE DIVULGAÇÃO DA TRAMA "NOS TEMPOS DO IMPERADOR: CONHEÇA A PEQUENA ÁFRICA, LOCAL DE MEMÓRIA E RESISTÊNCIA NO RIO DE JANEIRO"

Luciana Barros Góes

Resumo

A partir do entendimento de que o uso da ficção como fonte de pesquisa histórica é uma das ferramentas possíveis de compreensão das formas de representações do passado, onde, a partir dela, é possível apreender elementos sociais e políticos da contemporaneidade, o trabalho analisou a escravidão na telenovela "Nos Tempos do Imperador", exibida em 2021, na TV Globo - uma produção histórico-ficcional que retrata parte do Segundo Reinado (1840-1889). A trama gira em torno dos dilemas vivenciados por D. Pedro II, como os momentos finais da escravidão no Brasil e foi ao ar durante o conturbado governo do então presidente Jair Bolsonaro e a pandemia de Covid-19, período de grandes tensões políticas e sociais. A análise recai sobre um dos vídeos de divulgação que circularam na web, antes da estreia. Entre eles, o da Pequena África, local retratado na trama e que, recentemente, ganhou projeção pelas (re)descobertas na região no que tange a história da escravidão no Brasil. Assim, tendo como pressuposto que a mídia, ao fazer uso de mensagens carregadas de simbolismos e significados, legitimam o discurso político e social da temporalidade em questão, ou seja, estão sujeitos aos contextos do qual emergem, investigou-se como a história da escravidão no Brasil é representada na trama: Como a região da Pequena África do século XIX aparece no século XXI, em "Nos Tempos do Imperador"?; e o que da historiografia recente e dos debates atuais na sociedade são incorporados na narrativa?

42





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



A ARARA DE AUGUSTO BARJONA: A FÓRMULA EDITORIAL DA REVISTA ILUSTRADA, 1905-1907

Beatriz Alves Reis

Resumo

Nesta comunicação, discutiremos sobre o primeiro ano (1905-1906) da revista ARARA apresentando as representações de humor e da cidade de São Paulo contidas nas páginas da revista. Assim como, também problematizaremos o papel de mediador cultural articulado pelo editor do impresso, Augusto Barjona. A revista foi criada em 1905, por Barjona e se encerrou 1907. Era uma revista ilustrada, de humor, política e variedades. Como outras seguia o modelo comercial e se apropriava dos novos espaços e recursos gráficos disponíveis na cidade. Esse período é tido pela historiografia como um momento de surgimento de diversos periódicos de vida efêmera e que são classificados como pequena imprensa. Dessa forma, a imprensa foi um espaço importante de articulação de ideias e de práticas culturais de diversos personagens que a dispunham para expressar e explorar uma miscelânea de assuntos que simbolizavam a sua representação do real e da sociedade à época, e assim o fez seu editor Augusto Barjona. Homem das letras e migrante português que no Brasil atuou como jornalista, professor e editor. Assim, o objeto/fonte dessa comunicação é a o primeiro ano da revista ARARA e o referencial teórico é assumido a partir dos pressupostos metodológicos da História Cultural, utilizando-se dos estudos do historiador Roger Chartier, além da historiografia da imprensa de variedades.

43





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



A CONFIGURAÇÃO DO APARATO PUNITIVO BRASILEIRO DURANTE A TRANSIÇÃO DE REGIME E AS DELIBERAÇÕES SOBRE A CRIMINALIZAÇÃO DO ESPIRITISMO ENTRE OS MEMBROS DO PODER JUDICIÁRIO.

Adriana Gomes

Resumo

Em nossa comunicação, abordaremos o processo de concepção do artigo 157 do Código Penal de 1890 desde as discussões iniciais visando a substituição do Código Criminal de 1830, passando por sua promulgação durante o Governo Provisório republicano até a sua aceitação entre os magistrados. Durante a análise, dedicaremos atenção especial ao Artigo 157 das leis punitivas de 1890, em razão de sua criminalização do Espiritismo. Através da investigação de fontes históricas, examinaremos a estruturação do anteprojeto de 1889 elaborado por João Vieira de Araújo para substituir o Código Criminal de 1830, assim como a contestação desse anteprojeto. Também serão considerados a elaboração do Código Penal de 1890 por João Baptista Pereira e a falta de aceitação das novas leis penais entre os profissionais do Direito, a tentativa de substituição do sistema punitivo por meio de um novo anteprojeto de Vieira de Araújo em 1897, a posição do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros com a participação de Baptista Pereira, as considerações do legislador do Código Penal em defesa de seu trabalho e a subsequente tentativa de substituição do Código Penal de 1890 por Galdino Siqueira em 1913.

44





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



A DOENÇA MENTAL COMO TEMA: UMA ANÁLISE DO SABER PSIQUIÁTRICO SOBRE ESQUIZOFRENIA E LOUCURA

Jairan Roberto dos Santos Araújo

Resumo

A história e a saúde mental desempenharam um papel crucial na formação das sociedades ao longo dos séculos, sendo também necessárias como pilares para destacar a representação social da loucura e sua conexão com a esquizofrenia. Nesse sentido, é importante explorar como as narrativas psiquiátricas influenciaram as percepções comportamentais e como a sociedade lidou com aqueles considerados "loucos". Contudo, qual o efeito das representações do louco e esquizofrênico na história? Tomando essa análise como foco central, o presente trabalho assume uma revisão de literatura, examinando como os principais estudos influenciaram e mudaram as representações sociais sobre a loucura e a esquizofrenia. Para isso, o referencial teórico engloba a obra História da Loucura, do autor Michel Foucault, que contribuiu para a análise das relações entre poder e simbolismo na construção das noções da loucura. Além disso, o objetivo é estabelecer algumas concepções sobre o quanto o poder psiquiátrico contribuiu negativamente para a redefinição das abordagens sobre a loucura e como era a percepção da sociedade sobre essa classe de pessoas negligenciadas por fatores culturais, sociais e até psicanalíticos ao longo da história por não serem compreendidas. Mesmo inseridas no processo de consolidação, as análises preliminares indicam uma complexa rede de significados em torno da loucura, do esquizofrênico e dos poderes, revelando, no passado, breves interconexões na construção de narrativas sociais sobre saúde mental.

45





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



A ERA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL À LUZ DA PERSPECTIVA MARXISTA SOBRE O TRABALHO NO CAPITALISMO

Francisca Vilândia de Alencar

Resumo

A segunda década do século XXI testemunha avanços tecnológicos sem precedentes, especialmente com o advento da Inteligência Artificial (IA), desencadeando debates sobre a transformação do mercado de trabalho. Historicamente, a tecnologia tem sido um vetor de mudanças significativas nas relações de trabalho, o que Marx já discutia no século XIX, enfatizando como as inovações tecnológicas sob o capitalismo visam aumentar a mais-valia, aprofundar a alienação do trabalhador e perpetuar as desigualdades sociais. Assim, considerando esta perspectiva, partimos da seguinte questão norteadora: Como a introdução da IA no processo produtivo se insere na dinâmica da mais-valia descrita por Marx e quais são as implicações para o futuro do trabalho e da educação? Nosso objetivo central visa analisar, sob a perspectiva marxista, os impactos da IA no mercado de trabalho, incluindo a extinção de postos de trabalho e a criação de novas profissões, e discutir as implicações para a preparação das futuras gerações. No que se refere a questão metodológica, este estudo adota uma abordagem qualitativa, explorando a teoria marxista da mais-valia e sua aplicabilidade ao contexto atual de avanço da IA. A análise é feita através da revisão de literatura que inclui textos marxistas clássicos, estudos contemporâneos sobre tecnologia e trabalho, e debates atuais sobre o papel da educação na preparação para um mercado de trabalho em transformação. Nossa hipótese é a de que a IA, enquanto força produtiva emergente, tem o potencial de agravar a alienação do trabalhador e aumentar a concentração de riqueza, alinhando-se com a análise marxista da mais-valia.

46





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



A FACE DOS RAPPERS NO (EN)QUADRO DA SOCIEDADE TERESINENSE: DORES, CANTOS E ENCANTOS VIVENCIADOS NA LUTA POR MAIS CIDADANIA

José Hilário Neto
Cláudia Cristina da Silva Fontineles

Resumo

A face dos rappers no (en)quadro da sociedade Teresinense: dores, cantos e encantos vivenciados na luta por mais cidadania.

47





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



A FORMAÇÃO DE UMA CULTURA VISIONÁRIA: ANÁLISES SOBRE AS APARIÇÕES MARIANAS EM CAMPINAS, SÃO PAULO (1928-1930)

Carlos André Silva de Moura

Resumo

Os estudos sobre as aparições marianas têm se ampliado em diferentes áreas do conhecimento. Historiadores, sociólogos e antropólogos são exemplos de pesquisadores que têm se debruçado sobre o tema, a partir de diferentes perspectivas teóricas e metodológicas. Durante o trabalho, analisamos os supostos eventos marianos na cidade de Campinas, interior de São Paulo, com relatos sobre as aparições de Jesus Cristo e Nossa Senhora das Lágrimas, a partir de 1928, à religiosa Amália Aguirre Queija (1901-1977). A partir da História Cultural das Religiões, compreendemos a formação das narrativas em torno dos eventos, as questões políticas, culturais, sociais e religiosas que colaboraram para a organização de um acontecimento na rede de devoções visionárias da primeira metade do século XX. Compreendemos que as narrativas em Campinas fizeram parte das conexões que marcaram o período como o momento de difusão de uma cultura visionária no mundo ocidental.

48





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



A GESTÃO DA SAÚDE DOS POTIGUARA DA PARAÍBA SOB A POLÍTICA DO SPI

Maria Luísa Soares Marcolino

Yris Campos Oliveira

Resumo

O Serviço de Proteção ao Índio (SPI) foi um órgão federal criado em 1910 para estabelecer uma convivência pacífica interna entre os indígenas e com o povo “civilizado”, em busca de uma noção de pertencimento social. O SPI deveria garantir assistência aos indígenas nos mais diversos âmbitos, dentre eles a saúde imediata, mas, para tanto, eram necessários recursos financeiros para este e outros serviços. Os recursos para os atendimentos médicos eram escassos e limitados, restringindo assim as ações do órgão e deixando a população potiguara à mercê do Estado. Os atendimentos médicos especializados deveriam ser oferecidos pelos Postos de Assistência, Nacionalização e Educação Indígena, sendo o Posto Indígena Nísia Brasileira, do território Potiguara, instaurado em 1930, com sua enfermaria construída entre 1941 e 1944, mas não era raro a necessidade de deslocamento de enfermos à capital do Estado. Considerando a documentação referente ao órgão junto aos povos indígenas potiguara da Paraíba, esse trabalho trata da análise documental e historiográfica realizada pelo Grupo de Pesquisa Abaiara/UFPB, na qual foi possível perceber a dinâmica administrativa e financeira do órgão, frente as ações de saúde prestada aos potiguara, considerando a assistência prestada, especialmente no momento das epidemias, se dando muitas vezes de forma insuficiente devido a falta de verba, com a secundarização das questões de saúde e outros problemas internos do órgão.

49





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



A HISTÓRIA DO ENSINO DE CIÊNCIAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Amanda Vitor Dourado
Amanda Silva Rodrigues

Resumo

A pesquisa bibliográfica aborda a evolução histórica do ensino de ciências na educação infantil, explorando as raízes e transformações desse campo ao longo do tempo. O contexto histórico do ensino de ciências para crianças é analisado, destacando as influências filosóficas e pedagógicas que moldaram suas práticas ao longo das décadas. O objetivo principal desta pesquisa é analisar criticamente a história do ensino de ciências na educação infantil, identificando mudanças significativas em métodos, abordagens e objetivos ao longo do tempo. Além disso, busca-se compreender as contribuições de teóricos e educadores que impactaram o desenvolvimento desse campo e destacar as perspectivas pedagógicas adotadas em diferentes períodos. A metodologia empregada neste estudo baseia-se em uma pesquisa bibliográfica extensiva, que inclui a análise crítica de fontes documentais, artigos acadêmicos, livros e outras publicações relevantes sobre o tema. A análise crítica da história do ensino de ciências na educação infantil revela uma evolução significativa, mas também aponta desafios e oportunidades que merecem atenção. Inicialmente, ao examinarmos as origens desse campo, percebemos a influência de diferentes correntes filosóficas e pedagógicas que moldaram as abordagens iniciais. A ênfase inicial na transmissão de conhecimentos de forma autoritária deu lugar a uma abordagem mais centrada na criança e nas teorias construtivistas, refletindo uma mudança positiva em direção à participação ativa e à investigação. Contudo, ao longo das décadas, observa-se uma variabilidade considerável nas práticas de ensino de ciências na educação infantil. Desafios persistentes incluem a falta de recursos adequados, formação de professores e uma abordagem uniforme em relação à integração de práticas científicas na rotina escolar. Além disso, questões de equidade no acesso a uma educação científica de qualidade para todas as crianças emergem como uma preocupação crítica.

50





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



A HISTÓRIA E OS USOS DO PASSADO: O CULTO FASCISTA DA ROMANIDADE NA DÉCADA DE 1930

Augusto Antônio de Assis

Resumo

A Antiguidade, na Itália fascista, foi constantemente mobilizada na prática política do regime, assumindo contornos pragmáticos e instrumentais. A centralidade à ela conferida, bem como sua ampla difusão nos âmbitos sociais e culturais, permitiu a instauração daquilo que a historiografia recente tem conceituado como ‘culto fascista della romanità’. A presente proposta de comunicação se insere nesse contexto, visando analisar uma faceta da própria historicidade desse processo. Argumentar-se-á que a escalada autoritária vivenciada na década de 1930 impactou diretamente nos usos de tal passado, conformado e reconfigurado, a seu turno, por uma ótica fascista que primava cada vez mais por tópicos imperiais. Para tanto, a investigação elegerá a construção da ‘Piazza Augusto Imperatore’ como locus privilegiado de reflexão. A praça, destarte, possibilitará o debate de uma série de questões fundamentais para essa temática, como a reorganização urbanística, a escavação, restauro e isolamento de monumentos antigos, as destruições em tom higienista de uma série de edifícios e a ampla veiculação propagandística que decorreu. Esta última, através do material cinejornalístico produzido pelo Instituto LUCE, receberá especial destaque. Por fim, em tempos de alta demanda da sociedade por uma História cada vez mais pública e/ou política, faz-se necessário refletir criticamente sobre os usos e abusos do passado.

51





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



A HISTÓRIA SOCIALMENTE EXPERIMENTADA: UMA OFICINA SOBRE A HISTÓRIA DE MARAU/RS

Pedro Alcides Trindade de Mello

Resumo

O conhecimento histórico pode ser caracterizado como um movimento de compreensão das múltiplas temporalidades que constituem a realidade presente. Tendo em vista a complexidade que envolve a História, o trabalho do professor da disciplina é caracterizado pela busca da instrumentalização de seus estudantes em agregar e elaborar mecanismos para a compreensão da historicidade da realidade do mundo que os cerca e a capacidade de elaborar conexões com a sua comunidade. O trabalho proposto é o relato de experiência de uma oficina desenvolvida com os estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental da rede Municipal de Educação de Marau, Rio Grande do Sul, Brasil, sobre as dinâmicas que constituíram o processo de povoamento do território da cidade. A partir das discussões, os estudantes foram provocados a imaginar e propor um monumento que pudesse representar o processo discutido na oficina. Assim, os estudantes foram mobilizados a entender como os lugares de memória constituem processos socialmente construídos e elaborados a partir de narrativas históricas que dão significados a temporalidade socialmente experimentada.

52





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



A HISTORIOGRAFIA CAPIXABA DA HISTÓRIA DA MORTE E DO MORRER NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO/BRASIL

Damião Amiti Fagundes

Resumo

A comunicação versa sobre as representações do campo historiográfico da História da Morte no Estado do Espírito Santo. Objetiva compreender as formas de representação das atitudes e representações diante da morte e do morrer no Estado do Espírito Santo/Brasil.

53





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



A IMAGEM CRISTÃ DO INDÍGENA NA “BREVÍSSIMA RELAÇÃO DA DESTRUIÇÃO DAS ÍNDIAS” DE FREI BARTOLOMÉ DE LAS CASAS E SUA IMITAÇÃO NAS GRAVURAS DA EDIÇÃO LATINA DE THEODOR DE BRY

Deolinda de Jesus Freire

Resumo

Nos séculos XVI e XVII, a História e seus subgêneros compõem-se de discursos fabricados pela arte retórica; os discursos sobre a conquista e colonização das Índias Ocidentais são regidos também pelos ideais católicos. A Contrarreforma propõe a história sacra como modelo de uma vida beata ou católica oposta a uma vida libertina ou protestante ou maquiavélica. Assim, a figuração sacra no discurso histórico é marcada pela presença constante da providência divina, pois a História é observada desde o esquema bíblico da instituição eclesiástica. Na “Brevíssima relação da destruição das Índias”, publicada em 1552 em Sevilha, frei Bartolomé de Las Casas dedica-se ao subgênero relação para figurar uma imagem cristã dos indígenas em oposição à figuração diabólica dos espanhóis. As descrições são imitadas nas gravuras da edição latina, preparada por Theodor de Bry e publicada em 1598 em Frankfurt, como forma de competir e emular o discurso de Las Casas, sedimentando a imagem dos indígenas a partir da uma memória cristã. A leitura comparativa entre discurso e imagem busca evidenciar como se dá a competição entre duas artes que são consideradas irmãs: a História e a Pintura, representadas aqui pela relação e gravura. Ademais, a leitura propõe a discussão sobre como a imagem cristã dos indígenas, construída no passado colonial, ainda circula em discursos contemporâneos e como as populações originárias da América continuam sendo ignoradas no que se refere à sua própria história e cultura.

54





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



A IMAGEM ENTRE RUAS, BARRACAS, GENTE, CASARÕES E PRÉDIOS: MEMÓRIAS CONTEMPORÂNEAS DE UM LUGAR COMUM: FOTOGRAFIA DE CAMINHADAS COTIDIANAS NO COMÉRCIO

Samir Damasceno

Resumo

O Comércio, antigo centro comercial de Belém do Pará, no norte do Brasil, situado no bairro da Campina, é um local que abriga diversas camadas de histórias, historiografias e memórias. Sua natureza é dinâmica, estando em contínua mudança, transformação e redefinição de sua essência e existência. A pesquisa se concentra na análise do processo poético fotográfico de Samir Dams, Janduari Simões e Paula Sampaio, realizado no antigo centro comercial de Belém do Pará, conhecido como Comércio, situado no bairro da Campina. Este local, composto por camadas de histórias e memórias, está em constante transformação. O estudo examina como as fotografias capturadas nesse contexto narram a complexidade desse espaço para públicos locais e externos, revelando as múltiplas facetas dessa paisagem urbana em constante evolução.

55





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



A IMPORTÂNCIA DO ESCRITOR BLAISE CENDRARS NA MODERNIDADE DA LITERATURA E NAS ARTES BRASILEIRA.

Arlete Assumpção Monteiro

Resumo

As longas estâncias no Brasil do poeta e escritor franco-suíço Blaise Cendrars (1887-1961), mais especificamente em São Paulo, na década de 1920, estão relacionadas com a economia cafeeira, que se expandia em terras do interior paulista, e a modernidade dos escritores e artistas que participaram do movimento Pau Brasil. Blaise Cendrars nasceu num cantão de Neuchâtel, Suíça, foi combatente voluntário na 1ª. Guerra Mundial e perdeu o braço direito. Em 1923, em Paris, conheceu os artistas brasileiros Tarsila do Amaral e Oswald de Andrade. Em fevereiro de 1924, o grande poeta modernista chegou no Rio de Janeiro, no dia seguinte desembarcou no porto de Santos. Cendrars viveu no Brasil num momento de grande efervescência cultural da intelectualidade paulistana, mantendo contato e tornando-se amigo de Di Cavalcanti, Victor Brecheret, Sérgio Milliet, entre outros e contou com o apoio do cafeicultor Paulo Prado, também escritor. Cendrars era mais festejado no Brasil do que na França, foi o responsável por fazer os brasileiros voltarem seus olhos para seu próprio país. A primeira exposição de Tarsila do Amaral em Paris (1926) foi montada com apoio de Cendrars.

56





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



A IMPRENSA FEMININA COMO MOTOR DA EMANCIPAÇÃO DE MULHERES POR MEIO DA EDUCAÇÃO: O CASO DE “O SEXO FEMININO” (1873-1889)

Gabriela Marcondes dos Santos

Resumo

Apresentam-se resultados parciais da pesquisa de mestrado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Educação da FFC da Unesp – Campus de Marília, na linha de pesquisa Filosofia e História da Educação, sob orientação da Profª Drª Maria do Rosario Longo Mortatti. Objetiva-se apresentar o papel desempenhado pela imprensa feminina oitocentista como motor da emancipação de mulheres por meio da educação, a partir da análise dos editoriais do jornal “O Sexo Feminino”, publicado entre 1873 e 1889. Fundado e dirigido por Francisca Senhorinha da Motta Diniz (? – 1910), o jornal foi publicado inicialmente em Campanha da Princesa, Minas Gerais, e posteriormente transferido para o município da Corte Imperial, no Rio de Janeiro. Ela era professora da Escola Normal de Campanha e seu objetivo ao fundar o jornal era chamar a atenção das mulheres de seu tempo para a importância da educação na vida feminina, colocando-a como principal impulso da emancipação das mulheres na sociedade. Destacam-se os referenciais historiográficos de Bárbara Figueiredo Souto, Cecília Vieira do Nascimento, Constância Lima Duarte e Maria do Rosario Longo Mortatti. A metodologia consiste na análise da configuração textual de 76 editoriais do jornal “O Sexo Feminino”, publicados entre 1873 e 1889, reunidos em bibliografia de Francisca Senhorinha da Motta Diniz. Até o momento, pode-se constatar o lugar de importância da imprensa feminina oitocentista para a conquista da educação das mulheres.

57





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



A INFLUÊNCIA DOS ‘BARÕES DO CAFÉ’ NA CONSTRUÇÃO E TRAJETO DA ESTRADA DE FERRO DOM PEDRO II

Célio César de Aguiar Lima

Resumo

As ferrovias da província do Rio de Janeiro tiveram um duplo papel na economia fluminense da segunda metade do século XIX. Ao mesmo tempo em que respondiam aos anseios de uma economia agro-exportadora escravista enquanto meios de transporte, liberando braços para a lavoura, reduzindo a parcela de produção desperdiçada pelo transporte por tropas de muares e possibilitando um escoamento mais eficiente de um volume sempre crescente de produção cafeeira, estas mesmas estradas surgiram também como alternativas de investimento de capitais fora da esfera da agro-exportação. O presente trabalho se propõe a explorar a construção da Estrada de Ferro D. Pedro II desde o surgimento de sua vida legal no remoto ano de 1855 até o dia 22 de novembro de 1889, onde, com a proclamação da República, por Aviso do Governo Provisório, a “Estrada de Ferro D. Pedro II” passou a denominar-se “Estrada de Ferro Central do Brasil”. Este recorte histórico foi escolhido levando-se em consideração que, a Estrada de Ferro D. Pedro II teve seu início com a celebração do contrato em 9 de fevereiro, com Edward Price, para a construção da primeira seção e, por conseguinte, veio o decreto nº 1.598, no dia 9 de maio, ordenando cometer a execução do contrato a uma companhia organizada no Rio de Janeiro, e dando instruções para funcionamento da comissão encarregada da distribuição das ações. A Proclamação da República em 22 de novembro de 1889 marca uma nova fase na vida da então Estrada de Ferro D. Pedro II que passou a se chamar Estrada de Ferro Central do Brasil.

58





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



A JURISDIÇÃO JUDICIAL NA DOUTRINA DE TOMÁS DE AQUINO

Claudio Pedrosa Nunes

Resumo

A jurisdição judicial mereceu apurado estudo de Tomás de Aquino no contexto da virtude da Justiça e de sua filosofia jurídica. Assim é que o aquinatense dedicou um capítulo da Suma Teológica, sua obra de excelência, aos atos praticados pelos juízes (Questões 60 e seguintes, “secunda secundae”), considerando que a atividade do juiz consiste na efetivação da justiça. A justiça, por sua vez, pressupõe julgamentos justos e dirigidos à construção do bem comum. Pode-se perceber dessa doutrina jurídica de Tomás que a justiça é objeto da jurisdição, porque a jurisdição consiste no conjunto de atos que perfaz a atuação do juiz, designadamente o ato de dizer o Direito. Nesse panorama, Tomás de Aquino construiu as bases edificantes de um dos instrumentos mais importantes do Direito Processual ainda hoje em vigor, qual seja, a jurisdição judicial. Com efeito, já na Baixa Idade Média e especialmente no período exuberante da Escolástica tardia, o julgamento proferido pelos juízes atraiu as atenções do aquinatense e revelou-se assunto de destaque naquele momento medieval de forte questionamento dos processos ordálios e dos julgamentos promovidos pelos padres da Inquisição. Em outras palavras, Aquino formulou uma doutrina jurídica voltada a combater os atos dos padres da Inquisição medieval e primou pelo descortino do que atualmente se concebe por jurisdição judicial a partir da atuação de juízes imparciais, não religiosos, investidos especificamente do ministério público do julgar. Assim é que Aquino vinculou a justiça dos julgamentos dos súditos, ou seja, do povo em geral, à instauração e atuação de tribunais e juízes especialmente preparados e imparciais, alheios aos padres da Igreja Romana. É nesse sentido que se espraia o presente estudo, embora incipiente. Em matéria de Direito Processual em geral a jurisdição judicial oficial e justa é fenômeno de especial relevância que remonta ao período áureo da Escolástica medieval-tomista e se projeta praticamente íntegra na contemporaneidade.

59





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



A LITERATURA NEGRA DE CAROLINA

Laura Juliani Mollo

Resumo

Essa comunicação se dedica a um breve exame da literatura afrobrasileira, destacando seu papel crucial na exploração e representação da identidade negra. O estudo abraça uma perspectiva crítica que vai além das obras como simples expressões artísticas, enxergando-as como instrumentos de resistência e manutenção da memória. Ao longo da análise, emerge uma trama de narrativas que desafiam estereótipos, proporcionando uma visão mais autêntica e plural da experiência negra. A partir dos trabalhos de Zilá Bernd, Júlia Almeida e Nazareth Fonseca busca-se um sentido e um cenário da literatura afrobrasileira, destacando a importância das obras de Carolina Maria de Jesus. A pesquisa pretende enxergar como essas expressões literárias cumprem um papel ativo na construção de uma consciência coletiva e na promoção da igualdade racial e como a autoria de Carolina pode ser entendida dentro desse contexto. Através dessa investigação, emerge a compreensão de que a literatura afrobrasileira não é apenas um reflexo, mas um agente transformador na tessitura social, proporcionando um terreno fértil para a promoção de diálogos enriquecedores e transformações sociais.

60





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



A LUTA E A MEMÓRIA “NAS TERRAS DO RIO SEM DONO” A PARTIR DAS TERRITORIALIDADES CONTEXTUALIZADAS NO ROMANCE HISTÓRICO DE CARLOS OLAVO

Joana Paula Ataíde
Patrícia Falco Genovez
Maria Terezinha Bretas Vilarino

Resumo

O contexto histórico do Vale do Rio Doce apresenta um período marcante de violências oriundas dos latifundiários e dos grileiros. Carlos Olavo publica em 1990 “Nas terras do rio sem dono” que documenta o cenário em um romance histórico. A escrita do autor não se limita apenas a ficção, performando uma profundidade história local, que utiliza a Literatura como meio para denunciar as mazelas sociais de 1960. A finalidade da pesquisa é indicar as passagens violentas narradas na obra, tal como a luta pela terra. A partir da narratologia, são analisadas as ações dos personagens, suas memórias que remetam à violência. A narrativa literária traz conteúdos históricos que fazem alusão aos personagens da época e seus embates pela terra. A obra ilustra os dramáticos casos de marginalização, crimes ambientais e a criminalização dos posseiros. A obra evoca as memórias dos personagens e reforça que a luta pela terra é também uma luta pela existência. A trama da narrativa favorece o reconhecimento dos posseiros a partir da posse da terra e deslegitima a grilagem que utilizava a terra apenas como bem material. Essa luta tem seu valor simbólico, que perpassa o território físico que remete à memória histórica local. Logo, a pesquisa não apresenta apenas análise literária, mas sim, um documento histórico para compreender esses personagens da narrativa real emoldurados, bem como reconhecer a memória dessa região que ainda alimenta a assimetria e o esquecimento desse período violento.

61





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



A MEMÓRIA DOS VENCIDOS: A ADNAM NA LUTA PELA ANISTIA E DEMOCRACIA

Rodrigo Musto Flores

Resumo

A presente comunicação tem por objetivo, resgatar o processo de construção da ADNAM – Associação democrática e nacionalista dos militares - enquanto entidade formada no bojo do processo de redemocratização do Brasil, tendo operado um discurso de memória com o objetivo de embasar suas lutas pela restauração da democracia e a concessão da Anistia aos militares cassados durante a ditadura militar (1964-1985). A entidade supramencionada é produto de um período de reaquecimento das ações políticas no processo de distensão do regime, atuando na defesa das demandas do grupo em questão, a partir da construção de uma identidade sociopolítica pautada na memória das vítimas militares do aparato repressivo. A constituição da agremiação é o primeiro passo no estabelecimento dessa identidade, dado seu potencial como um espaço aglutinador das vivências de seus associados. Assim, é possível perceber a mobilização desses discursos de memória, tanto em ocasiões restritas ao público interno da entidade, quanto em posicionamentos voltados à sociedade; momento onde a entidade se coloca, por meio de sua diretoria, como porta-voz dos militares cassados. Nessa perspectiva, ao estabelecer um discurso institucional a entidade exerce um papel fundamental: o enquadramento de um discurso de memória para o grupo. As ações desenvolvidas pela entidade estão ancoradas, na ideia de que a memória da qual o grupo é agente apresenta um certo grau de singularidade. Dessa maneira, a presente comunicação tem como ponto inicial a reflexão sobre as narrativas de memória difundidas pela entidade e seus membros com o intuito de localizar a ADNAM como um espaço de produção de uma memória da resistência política à ditadura militar, pontuando os usos do passado e as lutas políticas empreendidas pela entidade.

62





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



A MINA BREJUÍ EM CURRAIS NOVOS/RN: DO ESPAÇO DE TRABALHO À TRANSFORMAÇÃO EM LUGAR DE MEMÓRIA

Cléia Maria Alves
Francisco das Chagas Silva Souza

Resumo

Este estudo como objetivo de evidenciar o processo de patrimonialização na cidade de Currais Novos, estado do Rio Grande do Norte e Mina Brejuí, após o declínio das atividades mineradora na década de 1980. Com a paralização das atividades mineradora, o espaço do trabalho foi transformado em um parque temático que engloba o Museu Mineral, Memorial ao fundador da mina e visitação às galerias subterrâneas desativadas. Com isso, a elite detentora do poder buscou reconstruir uma memória voltada para os tempos áureos da Mina Brejuí, materializada através dos espaços museológicos, símbolos e monumentos, criados como uma forma de manter e preservar um passado voltado para os tempos áureos da exploração do minério. A exploração do minério da scheelita teve o seu auge durante a Segunda Guerra Mundial, fornecendo minérios às indústrias para a produção de materiais bélicos. Os Estados Unidos foram o seu principal mercado consumidor, visto que esse minério era um importante componente empregado na fabricação de armamentos, composição de aços e instrumentos cirúrgicos. Assim, ao abordar a Mina Brejuí como um lugar de memória se voltou primeiramente como forma de reconstruir e preservar a memória coletiva de um determinado grupo social, que se constituiu como mineradores, seja através das memórias, das relações de vivência do cotidiano ligadas ao trabalho na mina, dos instrumentos de trabalho, símbolos e dos espaços físicos permeados de lembranças. Atualmente, a Mina Brejuí, constitui-se em um patrimônio histórico e cultural de Currais Novos, que evidencia um capítulo da história econômica do município associado à mineração, como a vila dos trabalhadores, igreja e oficinas mecânicas, além dos equipamentos antigos, e entre outros elementos que fizeram parte da história da atividade mineradora no município de Currais Novos. Ademais, a Mina Brejuí compõe um dos 21 Geossítio do Geoparque Seridó, reconhecido pela UNESCO como território de relevância mundial.

63





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



A MULHER QUE EMPODERAVA MULHERES.

Natália Montes da Fonseca

Resumo

Jeronyma Mesquita, ícone feminino do século XX, é o tema proposto para esta comunicação, do livro "A mulher que empoderava mulheres", lançado por mim, Natália Montes, em 2021. Considerada uma mulher à frente do seu tempo, a leopoldinense Jeronyma de Mesquita esteve em várias frentes de batalha, pois, no período em que morou na Europa, trabalhou como enfermeira-chefe em um hospital da Suíça, durante a Primeira Guerra Mundial. A obra conta a história de Jeronyma Mesquita, a leopoldinense que no final do século XIX e começo do século XX tornou-se um símbolo de mulher, apesar dos preconceitos enfrentados pelas mulheres naquela época. Jeronyma foi a fundadora e comandante-chefe do escotismo feminino no Brasil, o movimento denominado "As Bandeirantes". Também foi uma mulher que participou da criação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, junto à Bertha Lutz. Juntas fundaram esta federação, grupo de mulheres feministas que lutaram pelo voto feminino no Brasil. Ajudou a fundar o Hospital Pró-Matre, no Rio de Janeiro e também organizou muitos eventos filantrópicos para ajudar crianças, jovens e adultos carentes. Seu legado é tão importante que, na data de seu aniversário, 30 de Abril, no Brasil, comemora-se o Dia Nacional da Mulher, desde 1980. Sua história de luta e de vida são impactantes, especialmente para nós, mulheres.

64





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



A ORGANIZAÇÃO DE ARQUIVOS PESSOAIS PARA A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA: O ARQUIVO DE CASTRO FARIA COMO FONTE PARA A HISTÓRIA E MEMÓRIA DA ANTROPOLOGIA

Leticia Souza da Costa Sampaio

Resumo

Este estudo tem por objeto o arquivo pessoal do antropólogo Luiz de Castro Faria como fonte de pesquisa em História. Trata-se de uma análise da importância da organização de arquivos pessoais voltada para o acesso e à preservação da memória. Os arquivos de cientistas são importantes fontes para a História e a memória das ciências. As práticas arquivísticas possibilitam o acesso às fontes documentais e são fundamentais para a preservação da memória dos acervos. O arquivo pessoal de Castro Faria foi doado ao Museu de Astronomia e Ciências Afins em 2000 e é composto por uma diversidade de tipos documentais iconográficos e textuais. Este trabalho objetiva compreender como as práticas de organização de acervos podem preservar a memória de seus arquivos, bem como analisar as possibilidades de uso do arquivo pessoal de Castro Faria para a pesquisa em História. Nesta pesquisa, foram levantados exemplos de uso do acervo de Castro Faria. Foram encontrados diferentes estudos que têm por objeto a História da Antropologia, a criação de leis de proteção às jazidas arqueológicas, a memória do Museu Nacional, as transformações urbanas do Rio de Janeiro e as mudanças nos sambaquis ao longo dos anos. Conclui-se que o arquivo pessoal de Castro Faria é uma fonte privilegiada para a História da Antropologia e para a preservação da memória dessa ciência e de seus pesquisadores e instituições. Portanto, é mister que esse acervo seja organizado de maneira a permitir sua preservação e seu acesso.

65





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



A REPRESENTAÇÃO DO TRAUMA HISTÓRICO POR MEIO DA HISTÓRIA EM QUADRINHOS EM SALA DE AULA

Dalmo Alexander Fernandes

Resumo

O projeto se propõe a dialogar sobre o racismo no Brasil, a partir das construções e conexões com o continente africano. Conta, com isso, com estudos do trauma histórico, ou seja, busca encontrar respostas de como o racismo reverbera na população brasileira hoje e como ela o percebe, uma vez que a relação com o passado, e imagens sobre a África, usados como ponto de referência, são distorcidas e estereotipadas. Cabe destacar que muitos historiadores e historiadoras defendem o conceito de passados vivos, que tem por objetivo compreender ecos de um passado, tanto por seu aspecto violento como pelo seu lado de resistência e luta. Dito isso, o foco é estabelecer um diálogo entre tais estudos e a linguagem das histórias em quadrinhos em sala de aula, fazendo um debate entre o que está sendo exposto nos quadrinhos e como os(as) estudantes percebem os ecos da diáspora africana e da escravização na atual estrutura social vivenciada por eles(as).

66



Conjugare

Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



A URBANIZAÇÃO DA ZONA NORTE DE SÃO PAULO: RELAÇÕES E TENSÕES SOCIAIS EM TORNO DO TRAMWAY DA CANTAREIRA (1893-1924)

Raissa Campos Marcondes

Resumo

Apresentamos neste trabalho aspectos do processo de urbanização da Zona Norte da cidade de São Paulo, com ênfase na formação e ocupação territorial da área servida pela pequena linha férrea denominada Tramway da Cantareira. Nosso recorte temporal está compreendido entre 1893 e 1924, quando, respectivamente, teve início sua construção e o primeiro ano em que arruamentos da região por onde ele percorria, compreendidos como parte do perímetro rural, aparecem no mapa da cidade de São Paulo. Por meio da análise das relações e tensões estabelecidas entre poderes públicos, moradores e investidores da região, identificamos que os melhoramentos em infraestruturas, investidos pelo poder público nos primórdios do governo republicano, não eram exclusivos da área consolidada como cidade, mas também reverberavam entre as demandas dos moradores e de investidores privados do perímetro suburbano e rural nesta região de estudo. Tornou-se, então, importante compreendermos quem eram os grupos e indivíduos atuantes nesse processo, quais as principais demandas solicitadas e quais serviços foram ou não atendidos. Por meio da análise da formação desses espaços, apontamos indícios que esclarecem qual era o lugar da Zona Norte dentro dos interesses de expansão da cidade de São Paulo.

67





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



AFONSO CELSO ENTRE A HISTÓRIA, A MEMÓRIA E O PATRIMÔNIO CULTURAL

Jussara Duarte Soares Dias

Resumo

É notável a atuação intelectual do Conde Afonso Celso no início do século XX no Brasil. Ele além de ter sido membro fundador da Academia Brasileira de Letras (1897), foi diretor do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro nos de 1912 a 1938, associado do Instituto Histórico de Ouro Preto (1931-1938) e manteve até os últimos anos de vida uma coluna no *Jornal do Brasil* intitulada *Cotas aos casos*. Nesse espaço, defendeu, escreveu e publicou artigos dos quais versavam sobre os mais diversos assuntos. Ali expôs suas ideias, republicou matérias e permitiu que outros autores ocupassem o seu distinto espaço no periódico. Neste estudo, analisou-se os artigos sobre história, memória e patrimônio cultural, sobretudo, de Ouro Preto cidade mineira reconhecida como patrimônio da humanidade.

68



Conjugare

Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



ALÉM DOS QUADRINHOS: UMA ANÁLISE DA SOCIEDADE BRASILEIRA ATRAVÉS DOS QUADRINHOS SUBVERSIVOS

Joab Viana de Mesquita
Pedro Pio Fontineles Filho

Resumo

Este trabalho apresenta um estudo sobre a Ditadura Civil Militar que ocorreu no Brasil entre os anos de 1964 a 1985, baseando-se em uma coletânea de quadrinhos intitulada por Subversivos. O objetivo primo do mesmo é analisar as representações feitas pelo autor André Diniz da sociedade brasileira, que está inserida em um contexto de repressão, partindo de temas como controle midiático, censura de manifestações artísticas, casos de tortura, exílio de brasileiros e o controle de massa. O presente estudo é dividido em três partes que, sucessivamente, seguem as seguintes ordens: análise das capas das revistas, análise de como a mídia e os opositores foram contida pelo Estado e, por fim, em como a mulher foi representada nos quadrinhos Subversivos. Este trabalho oferece à sociedade uma abordagem menos burocrática para compreender o período da Ditadura Civil-Militar Brasileira, ao utilizar como fonte primária as revistas em quadrinhos. Ao utilizar a coletânea "Subversivos" como base para a análise, buscou-se analisar o ficcional e o real, baseando-se no que André Diniz considerou essencial ao escrever os roteiros dos quadrinhos.

69



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



APONTAMENTOS SOBRE OS PROCESSOS DE COLONIZAÇÃO E OCUPAÇÃO DA BACIA DO RIO PARAÍBA DO SUL, SÉCULOS XVII A XIX

Thiago de Souza dos Reis

Resumo

A ampla região banhada pelo rio Paraíba do Sul e seus afluentes engloba, hoje, terras que perpassam os estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Trata-se de uma região rica em história e que se relaciona intimamente ao processo de constituição do Estado do Brasil. Nos primórdios do processo de “interiorização da metrópole” – e mesmo antes deste – a região contava com a atenção dos agentes coloniais que investiram recursos e tempo em seu desenvolvimento, inicialmente enquanto zona de passagem e, posteriormente, como polo do desenvolvimento da agricultura colonial. A presente proposta de comunicação oral pretende, assim, tratar dos séculos iniciais de ocupação da região delimitando o escopo desta proposta à região fluminense desse vale. Para tanto, pretendemos discutir os processos de aquisição e transmissão dos direitos sobre a terra e a propriedade agrária, pontuando os principais núcleos familiares que se instalaram na região e suas estratégias de manutenção do poder e influência em sua sociedade.

70





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



ARQUIVO, AUTORIA E HISTÓRIA NEGRA: O PROCESSO COMO DISPOSITIVO DE ESCRITA E EMANCIPAÇÃO

Janira Sodré Miranda

Resumo

A comunicação resulta de pesquisa sobre a presença negra na Capitania de Goiás, na passagem do século XVIII ao XIX e se debruça sobre os dispositivos de autoria e escrita como ferramentas de emancipação, tematizando as questões do arquivo colonial e do protagonismo negro na historiografia da região. Parte 1. Em 1802 o lugar fervia. Joanna Mina, africana que vivia na localidade do Passa Três, a 15 léguas da Vila Boa, movia na sede da Capitania um processo ex-causa, por meio do qual requeria “o direito de tratar de sua liberdade” e buscava reaver suas posses, em ouro, subtraídas pelo Alferes Francisco Leite Borges, que detinha o senhorio jurídico sobre a liberdade de Joanna. Esta passagem da vida da africana, encontrada entre os processos judiciais que repousam no Arquivo Frei Simão Dorvi (AFSD), como parte do Fundo de Arquivo da Diocese de Goiás, retomada aqui revirou o planejamento do trabalho de arquivo desta pesquisa e abriu um conjunto de possibilidades para a reflexão teórico-metodológica desta pesquisa sobre a historiografia do lugar, das pessoas que ali viveram e de suas conexões no mundo atlântico. A centralidade da questão que se coloca neste capítulo é a inscrição da fala da gente preta na ordem do discurso, a possibilidade da invenção escriturística por meio do questionamento em processo judicial, inscrever a fala no depoimento. Pensar o requerimento por “tratar da liberdade” como possibilidade de ditar sobre a própria vida e trajetória, escrevendo, mas também disputando a autoria e – consequentemente a narrativa - por meio deste ditado, em processo judicial. Em que medida esta operação é verificável, por meio da documentação? Será possível que ela se constitua como uma prática historicamente verossímil no início do século XIX, em Goiás? Quais as possibilidades e os elementos desta narrativa preta, africana a colocam em condições de disputa da palavra escrita, no contexto do processo judicial na colônia? Que desafios o arquivo colonial impõe e qual a condição de possibilidade para uma retomada deste arquivo contemplando outras palavras?

71





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



AS MEMÓRIAS QUE NÃO PODEM SER SUJADAS E A AS OUTRAS MEMÓRIAS: ITAPAGIPE/MG

Maria Rita de Jesus Barbosa

Resumo

O contexto desta proposta são as memórias da cidade de Itapagipe/MG. As populações que habitam às margens do mundo, os subalternizados não estão representados nessa história do poder. Michel-Rolph Trouillot, explica como algumas histórias são escritas, mantidas e reproduzidas às custas do silenciamento e apagamento de outras, segundo ele a história é fruto do poder. A história de Itapagipe-MG, insere-se nessas histórias de poder, escrita por uma representante das elites locais, no final da década de 1980, o livro Nossa História registra a história das famílias fundadoras, dos brancos desbravadores, silenciando a participação da população negra na construção do Município e o extermínio dos índios Caiapós, pelos homens brancos e desbravadores. O livro é utilizado nas escolas municipais e estaduais como fonte inquestionável da formação do Município de Itapagipe. O questionamento de informações registradas no livro é inadmissível, mas injúria maior é discordar de sua autora, sujar sua memória. Não com a intenção de sujar essa história oficial e menos ainda a memória da escritora, mas com objetivo de incluir Outras Histórias a história local realizei uma pesquisa no bairro negro da cidade e em uma Comunidade Rural com a presença predominante de famílias negras, a partir dessas entrevistas foi possível acessar outras memórias e registrar Outras Histórias. Mas, esse é um caminho longo e tortuoso, diante de uma história de poder e de memórias que não podem ser sujudas.

72





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



AS MOBILIZAÇÕES DE UMA ELITE NA REGIÃO SUL DO BRASIL, A PARTIR DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE PELOTAS (1950-1970)

Leonardo Silva Amaral

Resumo

Partindo do contexto do golpe civil-militar de 1964, muitas articulações foram se desenvolvendo com o interesse conquistar espaços e angariar recursos em níveis coletivos e individuais. Dentro desse arranjo, a Associação Comercial de Pelotas (ACP), da cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, se torna uma engrenagem importante, não somente a nível municipal, mas com ligações no âmbito nacional, a ACP, desde de sua formação teve em sua base uma constituição elitista, formada por grandes proprietários de terras e criadores de gado, principalmente voltados a produção de charque, ao longo do século XIX e início do século XX. Compreendendo essa conjuntura, é que se insere o presente trabalho, com a intenção de avançar o recorte temporal, a partir de 1950 até 1970, tendo como finalidade entender a que nível pode haver ligações da elite de um período republicano, com aquela posterior ao regime varguista. Buscando, desse modo, a partir de uma análise prosopográfica, com as fontes disponíveis, observar os indivíduos que faziam parte da entidade durante o período citado, dialogando com os espaços onde os mesmos concentravam sua principal atividade, seja no campo político, ou no econômico, usando assim a entidade como eixo central na manutenção do seu status. Com base nessas considerações, vale ressaltar que até o presente momento as breves análises documentais apontam para um grande movimento anticomunista dentro da ACP, e uma clara movimentação em apoio ao golpe de 1964.

73





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



AS ORIGENS DO CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA (CEETEPS) E DA TV CULTURA: A INFLUÊNCIA DA TEORIA DO CAPITAL HUMANO E AS EXPERIÊNCIAS DOS SUJEITOS NA ELABORAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCATIVAS NO GOVERNO ABREU SODRÉ NO ESTADO DE SÃO PAULO

Marcelo Peralli Broti

Tassia Monique Castro Specchio Broti

Resumo

O artigo proposto tem como objetivo analisar as políticas educacionais do governo Abreu Sodré no estado de São Paulo (1967-1971), com foco nas origens de duas importantes instituições educacionais criadas durante esse período: o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS) e a TV Cultura. A pesquisa visa analisar como a teoria do capital humano e as experiências dos sujeitos que integraram seu governo contribuíram para a criação de políticas e instituições educacionais. Além disso, o artigo explana como o CEETEPS e a TV Cultura serviram de instrumentos de hegemonia social. As fontes utilizadas incluem livros lançados pelo governador Sodré, documentos oficiais, legislações da época. Para análise do material partimos dos aportes teóricos “intelectual” e “hegemonia cultural”, de Antonio Gramsci e “experiência”, do historiador E.P. Thompson. O primeiro contribuiu para uma compreensão mais profunda da atuação dos intelectuais orgânicos formados pelas instituições educacionais do governo Sodré e a contribuição destas para a manutenção da hegemonia social. Thompson foi escolhido devido à renovação metodológica, considerando fundamental as experiências dos sujeitos históricos. Dessa forma, o artigo propõe estudar a atuação, partindo de suas experiências, dos sujeitos que compuseram o governo Abreu Sodré, como agentes históricos, na gênese do CEETEPS e da TV Cultura.

74





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



AS RELAÇÕES DA HISTÓRIA DA EXIBIÇÃO CINEMATOGRAFICA E O DESIGN: O CASO DA MÓVEIS CIMO S.A.

Oswaldo Bruno Meca Santos da Silva

Resumo

A Móveis CIMO S.A. foi uma empresa brasileira fundada na década de 1910 no município de Rio Negrinho, estado de Santa Catarina, Brasil. A partir de 1921 iniciou sua produção de mobiliário para salas de cinema, tornando-se nas décadas seguintes a principal fornecedora desses equipamentos no Brasil, até meados da década de 1960. A proposta é analisar as relações da Móveis CIMO S.A. com o mercado exibidor cinematográfico durante as décadas de 1940 e 1950 no Brasil, em uma perspectiva da criação e desenvolvimento de redes de comercialização que contribuíram para a construção de salas de cinema como um negócio que dependia de diversos fornecedores e emprego de tecnologia. Nossa principal fonte é a imprensa – tanto no caráter informativo como publicitário. Nesse sentido é significativa a contribuição do Semanário Cinematográfico Cine-Repórter, publicação especializada em cinema (com notícias acerca das salas exibidoras, produtoras, novidades sobre filmes e sobre a profissionalização do campo), fundada por Antenor Teixeira na década de 1930, e que perdurou até 1964. A proposta desse levantamento de relações a partir das fontes, sobretudo de um conjunto de anúncios publicitários da Móveis CIMO S.A. presentes no Semanário Cinematográfico Cine-Repórter, tem o objetivo de compreender esse aspecto comercial do mercado exibidor cinematográfico, a partir de uma indústria específica e o modo como era publicizado.

75





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



AUTOBIOGRAFIA: ESPAÇO-TEMPO DE EXPERIÊNCIAS COMPARTILHADAS

Tatiane Peres Zawaski

Resumo

Este trabalho é fruto de parte das investigações de minha tese, intitulada “Narrativas, experiências e identidade docente: a memória enquanto elemento de autoconhecimento e de autoformação” (ZAWASKI, 2023), defendida em novembro de 2023. O objetivo é compartilhar parte dos resultados da pesquisa, no que tange as autobiografias, enquanto espaço-tempo de experiências compartilhadas, advindas das memórias formativas. A metodologia abrangeu um estudo qualitativo, a partir de uma pesquisa narrativa, em uma perspectiva que visou o entendimento da experiência em um processo de rememoração da memória, concebendo-a como um elemento de autoconhecimento e de autoformação. O procedimento de análise e interpretação dos resultados adotado neste estudo foi a Análise textual discursiva - ATD (MORAES E GALIAZZI, 2016). Como ancoragem teórica utilizou-se os conceitos de memória à luz das teorias de Halbwachs (2006), Candau (2016) e Assmann (2011). Os conceitos de experiência formadora, inspiram-se nas pesquisas de Josso (2004), Macedo (2015), Larrosa (2018), Nóvoa (2000) e Warschauer (2017). Dentre os principais achados da pesquisa destacaram-se, no campo autobiográfico, constatou-se: a necessidade de olhar para a formação docente, explorando as histórias de vida; a valoração da memória enquanto elemento de autoconhecimento e autorreflexão; a experiência formadora sendo base formativa; e a necessidade da adoção de formações comprometidas com o fazer docente.

76





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



AVANTI COMUNITÀ: UMA DIÁPORA ITALIANA IMAGINADA PELO WHATSAPP NO ESPÍRITO SANTO

Maria Cristina Dadalto

Sandra Nicoli

Adélia Verônica Silva

Resumo

A proposta desta comunicação é refletir sobre a manutenção imaginada da diáspora italiana no Espírito Santo no grupo de WhatsApp Avanti Comunità passados 150 anos da instalação do primeiro grupo vindo da península itálica para este estado. Composto atualmente por 224 membros, o grupo, criado há seis anos, se descreve como tendo objetivo de reunir lideranças representativas da comunidade ítalo-capixaba e demais interessados na cultura “italiana e na comunidade italiana”. Neste sentido, se classifica como uma diáspora virtual por se caracterizar pela memória coletiva, autoidentificação e associação a uma comunidade imaginada (Johnson, 2012) que permanece presente entre seus membros após mais de cinco gerações. O contato online diário, as práticas de participação em atividades e as trocas de informação entre os membros do Avanti Comunità sinalizam uma identidade de grupo. Isto sugere um tipo de consciência constituído numa “percepção de vínculos descentralizados (Vertovec, 1999), mantido por uma recriação da diáspora e que reflete uma imaginação compartilhada de ser italiano.

77





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



AZUL, AZUL, AZUL: A OBRA DE ARTE COMO ACERVO SENSÍVEL DA HISTÓRIA

Sarah Marques Duarte
Yan Graco Dantas Cafezeiro

Resumo

O trabalho articula reflexões em torno da obra de arte como agente da memória e defende a produção artística como mediadora de um trabalho sensível sobre a história. Parte-se da hipótese de que história e memória, concepções que se retroalimentam, mas que também se opõem, encontram na criação artística a possibilidade em ato de um encontro. A instalação "Azul, azul, azul: fatos e afetos que ultrapassam o feito da luz chegar" (2023), realizada pela performer brasileira Sarah Marques durante residência artística no Arquipélago do Bailique - AP, é utilizada como exemplar de um posicionamento sensível e performativo sobre um fato histórico - a chegada da luz na comunidade Limão do Curuá - que permite a documentação dos feitos, mas principalmente a coletivização dos afetos que possibilitam a transformação de um fato histórico num acontecimento de memória. São articuladas as noções de memória e história por meio de contribuições de teóricos como Pierre Nora, Joel Candau e Tzvetan Todorov, sobre as políticas da imagem na contemporaneidade com ideias desenvolvidas por Joan Fontcuberta, em articulação com a elaboração em torno da obra de arte como um bloco de sensações - perceptos e afectos - por meio de escritos, principalmente, de Deleuze e Guattari.

78





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



BATALHAS DE POESIA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: POETAS NEGRAS E O CORPO-MEMÓRIA

Kelly Mendonça

Resumo

O fenômeno das batalhas de poesia chega ao Brasil em 2008, com forte apelo popular, ganhando visibilidade num período de fortalecimento da literatura periférica. Como parte das regras, os poemas declamados devem ser autorais, resultando em performances autobiográficas inseridas em uma cultura performativa. Nas batalhas de poesia com participação exclusiva de mulheres, criadas nos anos seguintes, a performance se conecta às experiências do comum: ser mulher, mulher negra, periférica, artista marginal. Conectadas pela noção de dororidade, desenvolvida pela intelectual brasileira negra Vilma Piedade, que aproxima mulheres negras em torno de um passado colonial e, ao mesmo tempo, de uma colonialidade que persiste no presente, poetisas compartilham narrativas de identidade, memória e resistência, articuladas na escrita e na performance revelando intensa troca de saberes subjugados. Ancestralidade, escravidão, racismo, feminicídio, exclusão social, são elementos de um trauma coletivo, de uma dororidade histórica, carregados no corpo-memória e elaborados no espaço das batalhas de poesia através do processo de fala e escuta. A disputa dá lugar à uma prática enraizada nas tradições africanas no Brasil – não aquelas que remetem ao antigo, mas as que permanecem em movimento, do pensamento circular –, que tem como princípio o acolhimento e a palavra.

79





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



BRANQUITUDE E TRADIÇÃO RACISTA NA LITERATURA BRASILEIRA NATURALISTA

Gabriela Ramos Souza

Elayne Castro Correia

Kedma Janaina Freitas Damasceno

Resumo

O presente trabalho analisa a questão da branquitude na sociedade brasileira oitocentista manifestada nos romances de tendência naturalista *A Carne* (1888), de Júlio Ribeiro, *O Cortiço* (1890), de Aluísio Azevedo, e *Dona Guidinha do Poço* ([1892] 1952), de Oliveira Paiva, de modo a observar como os personagens negros são depreciados em relação aos brancos, segundo a perspectiva dos respectivos narradores. Para isso, faz-se necessário o aporte teórico sobre raça/etnia de Aníbal Quijano (2000), Mununga (1999) e Guerreiro Ramos (1995). Segundo Lourenço Cardoso (2020), a branquitude significa privilégios raciais simbólicos e materiais. Trata-se da pertença étnico-racial atribuída ao branco, que está no lugar mais elevado da hierarquia racial, posicionando-se como mais humano e mais inteligente. O conceito vai além do fenótipo, como uma expressão do ser (CARDOSO, 2020). Referente aos estudos em literatura brasileira e sua tradição editorial, considera-se relevante o levantamento de Regina Dalcastagnè (2008) acerca do romance contemporâneo brasileiro em relação à cor e à posição da personagem e as reflexões de Conceição Evaristo (2009) concernentes à representação na literatura. Por fim, conjectura-se que os personagens negros dos três romances estão representados de modo a reforçar o pacto narcísico da branquitude (BENTO, 2022).

80





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



CAMINHOS TUPI PELO SERTÃO DA PARAÍBA E RIO GRANDE DO NORTE. ENTRE A HISTORIOGRAFIA E A ARQUEOLOGIA

Cláudia Cristina do Lago Borges

Resumo

Durante muitos anos, as descrições sobre as populações originárias do Brasil só eram conhecidas a partir dos relatos de cronistas e viajantes do período colonial, que dividiram as populações locais em dois grupos: um como povos litorâneos, de língua geral Tupi, e o outro, povos do sertão, caracterizados como Tapuias. Essa percepção de dualidade litoral x sertão também passou a ser reproduzida pela historiografia tradicional, gerando assim uma contradição no olhar sobre as dinâmicas migratórias e expansionistas desses povos, transformando-os em grupos estáticos naqueles territórios determinados pelo olhar do colonizador. Porém, pesquisas arqueológicas têm demonstrado que em alguns sítios no sertão nordestino, como os que se encontram nas áreas entre os atuais Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte, apontam para a presença de uma cultura material típica tupi, demonstrando o contrário do que está representado na historiografia. Deste modo, o trabalho em questão traz o debate sobre as dinâmicas de ocupação territorial dos povos tupi, em períodos pré-coloniais, confrontando as discussões entre a história e a arqueologia, a partir dos textos coloniais, acadêmicos e dos relatórios de pesquisa do campo arqueológico.

81





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



CATÁLOGOS DE EXPOSIÇÃO COMO DOCUMENTOS RAROS NA HISTORIOGRAFIA DAS ARTES VISUAIS: UM ESTUDO SOBRE O FOTO CLUBE DO PARÁ

Samir Damasceno

Sávio Stoco

Irene Almeida

Resumo

Este estudo examina o catálogo da exposição "Primeira Mostra Fotográfica do Foto Clube do Pará (PMFFCP)" como um objeto raro, destacando sua relevância na historiografia social das artes visuais. Abordamos metodologicamente o catálogo como um documento histórico-artístico devido à sua escassez, com apenas uma cópia no acervo da Associação Fotoativa. Este catálogo é singular, registrando informações específicas sobre a exposição, detalhes sobre as obras fotográficas e os artistas. Consideramos os catálogos como objetos técnicos que participam ativamente na construção de significados culturais e sociais. Discutimos o FCP como um "mito de origem" na fotografia artística em Belém e como este catálogo preenche lacunas relacionadas a ele. Concluímos que a preservação desses catálogos é crucial, oferecendo insights sobre a história da arte e cultura, contribuindo para a autenticação de obras e enriquecendo a historiografia das artes visuais. Valorizamos o patrimônio cultural do FCP e destacamos a importância dos catálogos de exposição como documentos históricos e artísticos.

82



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



CDOC: CATALOGAÇÃO E PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS ESCOLARES DO IF SUDESTE MG(1910-2008)

Sirleia Maria Arantes

Resumo

O objetivo desse trabalho é apresentar os resultados do projeto “CDOC: higienização, catalogação, digitalização e preservação de documentos escolares do IF SUDESTE MG (1910-2008). O Centro de Documentação e Memória Simão de Almeida (CDOC) do Campus Barbacena foi criado em julho de 2016, pela necessidade de preservar a história e a trajetória da Escola Agrícola de Barbacena, em 1910, teve grande importância para a consolidação da rede de instituições de ensino agrícola no Brasil. Sabe-se que a referida instituição foi criada nas primeiras décadas republicanas com trajetória ininterrupta, sendo que na década de 1930 tornou-se modelo para os estabelecimentos congêneres. No CDOC, abriga-se a Sala da Saudade, os livros raros, os registros escolares entre 1910-1964 e a documentação da Associação dos Ex-alunos da escola. Nesse trabalho apresenta-se o objetivo alcançado que foi a identificação e catalogação temática (onomástica, cronológica e regional) e a criação de um banco de dados relativos à documentação sequencial e a análise da diversidade e do potencial de pesquisa do acervo.

83





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



COLÉGIO ESTADUAL MARTINS BORGES: HISTÓRIA, MEMÓRIA E EDUCAÇÃO EM GOIÁS, BRASIL (1945 A 1999)

Márcia Rosa da Silva
Ordália Cristina Gonçalves Araújo

Resumo

Essa comunicação analisa os resultados parciais obtidos com a pesquisa em desenvolvimento centrada na trajetória histórica, memorial e educacional do Colégio Estadual Martins Borges (CEMB), situado em Rio Verde-Goiás, Brasil entre 1945 e 1999, com vistas à análise e registro desta trajetória destacando a relação que se estabelece entre instituição, cidade e região. Tem como aporte teórico a história das instituições escolares e utiliza-se metodologicamente, da análise teórica para a reflexão sobre os dados históricos da fundação da cidade de Rio Verde-GO e CEMB; da busca e organização de material bibliográfico e documental que apresente e dimensione a vinculação do CEMB à cidade de Rio Verde e ao contexto nacional; e de fontes orais coletadas por meio de entrevistas com docentes aposentados, docentes ainda na ativa, egressos, profissionais de diferentes segmentos e pessoal técnico-administrativo. Portanto, essa pesquisa ultrapassa o fato de trazer à tona, de forma organizada e sistemática, a história e os sujeitos do passado do CEMB. Coloca-se em perspectiva a “[...] nova compreensão da escola, elevando, assim, o auto-conhecimento de seus profissionais ao estabelecerem comparações com outros e, portanto, aumentando a responsabilidade de suas opções” (NOSELLA, BUFFA, 2008, p. 13), em contextos e escalas distintos.

84





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



COMO SE CHEGA A SER O QUE É: AS METAMORFOSES DO POETA E JORNALISTA TORQUATO NETO

Maria de Jesus Daiane Rufino Leal

Edwar de Alencar Castelo Branco

Resumo

Ao debruçar-se sobre um sujeito, os estudos historiográficos tem a possibilidade de buscar os ciclos antecessores aos momentos de protagonismo a fim de entender como aquele personagem chegou a ser o que é, aos moldes de Larrosa (2003). Nesta perspectiva, o estudo em questão, centrado na atuação do jornalista e poeta Torquato Neto, desenvolvido no âmbito do curso de doutoramento em História do Brasil, se propõe a localizar os sentidos e as formas de sentir diversos que habitaram o pensamento do sujeito, a partir de textos escritos por ele na adolescência. Torquato Neto viveu nos estados brasileiros do Piauí, Bahia e Rio de Janeiro entre os anos de 1944 a 1972, morreu aos 28 anos e, a partir de sua morte, os discursos elaborados o colocaram dentro do limbo das artes brasileiras como um poeta marginal, um ícone do cinema super 8 e um expoente do tropicalismo, fixando-o num lugar de transgressão e vanguardismo. A análise de textos escritos por ele, entre os anos de 1960 e 1961, aos 16 e 17 anos: “Egoísmo e Altruísmo”; “Problemas do nosso tempo” e “Problemas da juventude”, apresentam as ideias de um adolescente conservador e cristão, mas precocemente preocupado com questões filosóficas, morais e sociais.

85





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



CONSIDERAÇÕES SOBRE O ROTEIRO DE ARTE (1952) DE SANTA ROSA

Francieli Borges

Resumo

Tomás Santa Rosa Júnior (1909-1956) é uma figura incontornável quando tratamos de diversos assuntos que envolvem a cultura, no Brasil, na primeira metade do século XX. Ele foi fundamental na consolidação do mercado editorial, na institucionalização das artes visuais, na modernização das artes cênicas, e nos debates acerca do ensino das artes, do papel dos museus e das escolas para a formação dos brasileiros. Apesar dos esforços de recuperação de seu trabalho, com destaque para sua atuação como capista (Bueno, 2015), designer (Cardoso, 2005; Lima; Ferreira, 2005) ou cenógrafo (Drago, 2012; 2015; Sá, 2015; Souza, 2021), a bibliografia tende a cindir sua trajetória, tornando difícil compreender a unidade das concepções do artista a respeito de seu próprio trabalho. Dentre as diferentes facetas da obra de Santa Rosa, sua produção escrita é certamente aquela que tem menos atenção dos estudos recentes. Isso é explicitado pela rara circulação de seu Roteiro de Arte, editado em 1952 pelo então Ministério da Educação e Saúde, sem reedição até o momento. No livro supracitado, obra que desejamos debater em nossa comunicação apresentada ao 4º Ciclo Ibero-americano de Diálogos Contemporâneos, verificaremos a maneira como Santa Rosa evidenciou posicionamentos críticos a respeito de variados assuntos, tratando de temas como a situação da literatura brasileira e do mercado editorial, das artes dramáticas e sua relação com as artes visuais, e do papel do artista e do intelectual no Brasil, em particular, e no mundo moderno, no geral.

86





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



CONSTRUINDO UMA ABORDAGEM DECOLONIAL NA PESQUISA HISTÓRICA: REFLEXÕES SOBRE UMA INVESTIGAÇÃO HISTORIOGRÁFICA

Kenia Adriana Reis e Silva
Maria José Magalhães
Margarida Louro Felgueiras
Carlos Eduardo Santana

Resumo

Esta proposta visa apresentar uma reflexão sobre a construção de uma pesquisa historiográfica decolonial, utilizando como estudo de caso a análise das cartas jesuíticas no Brasil Colonial, entre os séculos XVI e XVIII. O objetivo é compartilhar os passos e considerações cruciais no desenvolvimento de uma abordagem que busca descolonizar a interpretação histórica. A pesquisa, fundamentada nos estudos pós-coloniais, de género e subalternos, adota a etno-história como metodologia interdisciplinar. Ao abordar a construção teórica, destacamos a importância da escolha consciente das matrizes teóricas decoloniais e seu impacto na interpretação dos eventos históricos. Será discutido como os princípios das Pedagogias Feministas Decoloniais podem informar e enriquecer a análise historiográfica, assumindo de forma visível um foco decolonial. Serão explorados os desafios e aprendizados enfrentados no processo, fornecendo insights para pesquisadores/as interessados/as em abordagens similares. Esta comunicação destacará o processo reflexivo e crítico envolvido na escolha das teorias e metodologias, oferecendo uma visão prática sobre como construir um trabalho historiográfico a partir da decolonialidade. Esperamos, assim, estimular discussões produtivas sobre métodos, desafios e potencialidades na construção de uma narrativa histórica mais inclusiva e emancipatória.

87





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



CONTRIBUIÇÕES DA INTELLECTUAL E PROFESSORA ALBA CAÑIZARES DO NASCIMENTO PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Anna Clara Granado

Resumo

Este artigo possui a intenção de analisar alguns dos discursos proferidos pela professora Alba Cañizares do Nascimento, entre os anos de 1920 e 1940. Essa personagem faz parte da História da Educação brasileira e teve grande participação na transformação social nas e pelas escolas públicas, proporcionando uma educação mais acessível à população menos privilegiada. Faço essa análise utilizando o conceito teórico e metodológico foucaultiano, no qual visio conciliar o debate sobre a ordem do discurso e a concepção de arquivo integral, entendendo que os conhecimentos são construídos como processos de escolhas e de subjetivações na própria relação entre a historiografia e as fontes (FOUCAULT, 2023). A partir desses conceitos, tirados das narrativas de Foucault (2023), irei tecer uma narrativa sobre os arquivos deixados pela intelectual, como forma de diagnosticar uma pessoa que buscava propor tendências pedagógicas distintas, mas também explicitar que esses mesmos arquivos não podem ser considerados ideias e discursos completos sobre a sua trajetória, entendendo que esses materiais foram deixados a partir de um processo de escolha para explicitar eventos, narrativas, interações e até mesmo experiências e que podem gerar diversas interpretações. Pensar nas conexões do arquivo integral como processos de subjetividade contribuirá para a ampliação de mais saberes existentes e constituídos em outros espaço-tempos.

88





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



CORPOS ORIGINÁRIOS EM FOCO: VIVER NO BRASIL COLÔNIA

Júlia Santana Paranhos

Resumo

A presente investigação de pesquisa tem por objetivo discorrer sobre as interfaces do cotidiano no Brasil Colônia perante ao contexto de experiência dos povos originários, enfatizando o fato de existir agência na forma de conduzir a percepção sobre a vida cotidiana, práticas culturais e corporeidade ainda que a realidade da dominação colonizadora fosse um fato. Buscamos dialogar com bibliografias da antropologia histórica e educação para promover a reflexão auxiliada pelas fontes primárias, sendo estas as cartas escritas por jesuítas e relatos de viajantes que passaram pelo Brasil nos primeiros anos da experiência colonial, estes mesmo que lançaram o olhar às sociabilidades de comunidades originárias.

89





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



CULPA E AUTOCOMISERAÇÃO NO “CADERNO DE MEMÓRIAS COLONIAIS” DE ISABELA FIGUEIREDO: O PAPEL DA SUBJETIVIDADE NA CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA HISTÓRICA

Francisco Gudiene Gomes de Lima
Suzana Marly da Costa Magalhães

Resumo

A investigação realizada neste trabalho se situa na intercessão entre a escrita da história e a da ficção literária, e no cruzamento entre a memória individual e a coletiva. Baseia-se nas teorias de Maurice Halbwachs e de Michel-Rolph Trouillot para descortinar o papel da subjetividade na construção de narrativas históricas na medida em que enfatiza o indivíduo como agente, como ator e como sujeito na produção da história. Este artigo identificou os elementos subjetivos que levaram Isabela Figueiredo a se contrapor às narrativas oficiais sobre o colonialismo português. Para tal, foi utilizada como fonte historiográfica o romance “Caderno de memórias coloniais”, o blog, crônicas, prefácios e entrevistas concedidas pela escritora. O “Caderno” é um romance de memórias da adolescência ambientado no contexto do declínio do império colonial português em Moçambique na década de 1970. Exprime o mal-estar sentido por Isabela adulta de ser e não ser africana e europeia, desterritorializada na condição de “retornada”, além de expor a vivência cotidiana da realidade colonial, escrutinando, com ironia, a mentalidade do colono português, que naturalizou a prática do racismo. Constatou-se que o conflito entre os sentimentos de vergonha e amor ao pai colonialista repercutiu em Isabela Figueiredo na produção de sua narrativa histórica do colonialismo: por um lado, o compromisso com a revisão dos silenciamentos; por outro, a recusa em diabolizar a figura paterna.

90





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



CULTURAL TRANSFERS AND APPROPRIATION OF THE FRENCH GYMNAS TIC SYSTEM IN BRAZILIAN PHYSICAL EDUCATION IN THE FIRST HALF OF THE 20TH CENTURY

Tuany Defaveri Begossi
Janice Zarpellon Mazo

Resumo

The French gymnastics system was introduced to Brazil by the French Military Mission in 1907. Historical evidence indicates that practices initially conducted within the military were later disseminated to other social contexts, including specialization courses for Physical Education teachers and schools. Consequently, a model of military education, infused with French characteristics, was transplanted into the Brazilian educational landscape. This research aims to comprehend the practices and cultural representations of the French gymnastic system that were transferred to the field of Brazilian Physical Education in the first half of the 20th century. The research methodology was grounded in the theoretical and methodological framework of Cultural History, specifically focusing on concepts such as cultural representations, practices, and appropriation. The theoretical constructs of cultural transfer and diffusion were also fundamental to this study. The findings revealed a significant diffusion of French principles within the curriculum of the first course designed to train normal school teachers in the teaching of Physical Education at elementary schools in the state of Rio Grande do Sul, Brazil. The analysis demonstrated that the French gymnastics system permeated this course and directly influenced the training process through cultural transfers.

91





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



DAS MEMÓRIAS DA PLANTAÇÃO À HISTÓRIA ANTIRRACISTA DO COLÉGIO PEDRO II: CONSIDERAÇÕES SOBRE O SÉCULO XIX

Letícia Sousa Campos da Silva

Resumo

Fundado em 1837 com o intuito de preparar os jovens da "boa sociedade" para se inserirem no "mundo do governo" (MATTOS, 2011), o Colégio Pedro II passou a integrar a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica a partir de 2012. Por conta da longa permanência e da relevância deste estabelecimento de ensino, cada vez mais tem sido objeto de pesquisa para vários estudos. Em que pesem algumas diferenças teórico-metodológicas, há pelo menos dois traços recorrentes na maioria dos trabalhos: a visão laudatória da escola que provoca o apagamento dos conflitos, e a ênfase excessiva nos professores e alunos, omitindo uma série de pessoas que também eram importantes para seu funcionamento. Na abordagem aqui adotada - que assume que a desestruturação formal das colônias não parou as lógicas coloniais marcadas pelo racismo, pelo capitalismo e pelo patriarcado (SANTOS, 2019) -, tais características são explicadas como efeitos da colonialidade. Configuram, assim, memórias da plantação por reencenarem de algum modo um passado colonial cruel (KILOMBA, 2019). A fim de não perpetuar uma "história única" (ADICHIE, 2019) acerca do CPII, nesta comunicação pretendo compartilhar os resultados de uma pesquisa de enfoque antirracista sobre o estabelecimento com um recorte temporal desde sua criação até o final do Império.

92





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



DECOLONIALIDADE, HISTÓRIA E O “SER MULHER” NA REVISTA FEMININA ENTRE OS ANOS DE 1914-1920.

Daniela Oliveira Ramos dos Passos

Resumo

O objetivo desse trabalho é o de apresentar os resultados parciais de pesquisa em andamento que visa investigar as relações entre “colonialidade do poder”, “do saber” e “do ser” (QUIJANO, 2005) como perspectiva analítica para compreender as proposições do “ser mulher” apresentadas na Revista Feminina, no período compreendido entre 1914 à 1920. A escolha do periódico se justifica por ter sido escrito e produzido por e para mulheres. Pretende-se problematizar o discurso eurocentrado da revista por meio das seguintes questões: quais foram às estratégias, discursivas e imagéticas, usadas na revista, para divulgar um modelo universalizado de mulher? Quais os “meios civilizadores” que são apresentados a fim de educar/inculcar padrões de costumes e hábitos de um suposto “universo feminino”? Como pesquisa histórica as edições da Revista Feminina serão tomadas como fonte documental principal, associada aos estudos da metodologia da pesquisa histórica e do uso de impressos periódicos como fonte. A abordagem apresenta uma primeira leitura flutuante dos textos da revista para depois organizar temas e categorias de análise que serão exploradas com recurso da bibliografia dos campos da história e da história da educação. Como conclusão, ainda parcial, observa-se que predomina na revista o objetivo de difundir um modelo de “ser mulher” eurocêntrico, branca e universal, tal como expresso, por exemplo, nas crônicas, ilustrações de moda e nas propagandas.

93





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



RELAÇÕES DE FORÇA EM TORNO DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA (1990-2016)

Lucas Bispo Fiorezi

Resumo

O campo da historiografia brasileira constitui-se como um importante espaço no qual disputas determinam a legitimidade de autores, a instauração de correntes, abordagens e metodologias de trabalho e a consagração de obras e estudos. Por meio desta pesquisa pretendo analisar a trajetória intelectual de José Carlos Reis, frente às demais figuras na área da Teoria da História que exerceram influência para o campo da história chamando atenção para o debate em torno do empirismo na história. Concentrarei a pesquisa no recorte temporal compreendido entre 1990 e 2017, tendo como fonte de análise as obras de Reis, resenhas sobre elas e entrevistas com ele publicadas nas revistas de História. Para entender e avaliar as contribuições de José Carlos Reis para o campo da história, parto de pressupostos oriundos da História Intelectual, em especial, as reflexões de François Dosse, Christian Delacroix e Patrick Garcia. O arcabouço teórico que me auxiliará a alcançar tais perspectivas expressa-se no conceito de estruturas estruturantes e estruturas estruturadas elaborado por Pierre Bourdieu, pois compreendo a historiografia como um espaço plural no qual os grupos de intelectuais são formados em meio a disputas e tensões de um campo dinâmico. Além disso, por meio das contribuições de Michel de Certeau temos o conjunto que compõe a operação historiográfica, o lugar, a prática e a escrita, tríade que possibilita a identificação pela via epistemológica dos elementos que estruturam a narrativa histórica. Por fim, procurarei considerar as análises de Michel Foucault, em especial, o conceito de disciplina, para lançar luz acerca elementos presentes no discurso de José Carlos Reis dotados de caráter regulador.

94





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



DITADURAS, TORTURAS E POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO NA AMÉRICA DO SUL (1960-1980)

Simone dos Santos Borges

Resumo

A proposta de comunicação é analisar os impactos de políticas educacionais no contexto das ditaduras civis militares na América do Sul, entre as décadas de 1960 e 1980, investigando como e por que ocorreu a cooperação técnica proposta pelo acordo interamericano Aliança para o Progresso, bem como similaridades e diferenças nas políticas educacionais durante décadas autoritárias no Brasil, Chile, Argentina e Uruguai. Nesse sentido, proponho uma análise comparada das políticas educacionais destes países, na tentativa de levantar informações sínteses, identificando as principais publicações de trabalhos científicos sobre a temática, os conceitos formulados e os caminhos teóricos percorridos para estranhar e desnaturalizar as políticas de educação no contexto das ditaduras civis militares na América Sul. De maneira que possamos refletir sobre as reformas educacionais da atualidade, a partir da noção conceitual de representações de práticas culturais proposta pela História Cultural, com base na experiência das políticas educacionais implementadas no contexto do autoritarismo em países sul-americanos.

95





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



EDUCAÇÃO E CIVILIZAÇÃO NA REVISTA DO BRASIL (SALVADOR, 1907-1912)

Fabio Valente de Moraes

Gilmario Moreira Brito

Resumo

Nossa comunicação é uma síntese da pesquisa de doutoramento em curso no Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e aponta como objeto, o papel instrutivo exercido pela “Revista do Brasil” quando produz e dissemina em Salvador, entre 1907 e 1912, lições de civilização representadas em seu conteúdo textual e imagético. Como objetivo geral, analisamos o encargo educativo da produção e circulação de representações civilizatórias nesse periódico para projetar a capital baiana como civilizável. E assim, marcamos quatro objetivos específicos: avaliar a “Revista do Brasil” como fonte/objeto da pesquisa e sua condição de suporte de práticas sociais engajado com a execução e o fomento de representações civilizatórias entre as primeira e segunda décadas do século XX relativas à capital da Bahia; discutir itinerários de formação do fundador, proprietário, diretor e articulista da “Revista do Brasil”, o bacharel José Alves Requião, e suas influências na concepção deste periódico enquanto operante impresso jornalístico civilizatório; problematizar o que a “Revista do Brasil” produzia e circulava como representações civilizatórias na eminência de delinear Salvador internamente, para fora das suas divisas e das fronteiras baianas como civilizável sob específicas percepções de progresso e modernidade; analisar a constituição racialista das representações de civilização compostas e veiculadas nos textos e ilustrações do periódico de José Alves Requião.

96





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



EM DEFESA DA MORAL E DOS BONS COSTUMES: UMA ANÁLISE SOBRE A CENSURA MORAL SOFRIDA PELA MÚSICA DURANTE A DITADURA

Maria Clara dos Santos Oliveira
Cláudia Cristina da Silva Fontineles

Resumo

O presente estudo tem por objetivo possibilitar uma reflexão acerca das músicas censuradas pela ditadura civil-militar por apresentarem um cunho estritamente ofensivo à moral e aos bons costumes, de acordo com a política estabelecida pelo regime vigente. Nesse sentido, através da catalogação dos exames censórios, buscamos perceber quais os temas mais presentes nas letras musicais vetadas pelos censores e que faziam parte dessa subversão de valores morais defendidos tanto pelo Estado quanto pela sociedade civil. Além disso, buscamos perceber a quais aparatos legislativos os censores recorriam para conceder o veto e suas justificativas. Em nosso trabalho optamos por denominar a ditadura de “civil-militar” por defender que ela foi possível, também, graças ao apoio de uma parte expressiva da opinião pública ao golpe e de líderes civis que faziam oposição ao governo de João Goulart. No Brasil, a música, mais do que qualquer outra manifestação cultural, foi uma das que mais sofreu com a repressão do governo através da censura, contudo, muito já se tem estudos e trabalhos sobre a censura política e pouco se fala sobre a censura moral que ela sofreu e que já não era novidade no país, visto que existia desde o Estado Novo e foi sofrendo adaptações ao longo do regime. Ademais, dialogamos com o autor Marcos Napolitano, na medida em que concordamos com ele que o Estado autoritário trabalhava com a produção da “suspeita”, visto a lógica de que todos estavam sob ameaça subversiva.

97





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



ENTRE FLUIDEZ E PERMANÊNCIA: CADERNOS DE REGISTROS COMO SUPORTE DE MEMÓRIA

Angelita da Rosa

Resumo

A memória é um tema muito caro e sua conceituação é um ato complexo, não sendo possível caracterizá-la de forma simples e homogênea, pois esta sempre se modifica e transforma. Dessa maneira, a memória é polissêmica e transdisciplinar, atravessando as fronteiras do conhecimento e produzindo efeitos sobre os conteúdos de diversos saberes. De forma transversal, é preciso tratar dos suportes da memória nas mais diversas formas em que estes se apresentam, entre as quais algumas podem ser consideradas inusitadas, como os assentamentos existentes nos cadernos de registros do Museu do Colégio Mauá de Santa Cruz do Sul (RS/Brasil). O processo de musealização das narrativas de memória, registradas nos cadernos nas décadas de 1960 e 1970, apresentam certa originalidade e alarga a função dos artefatos de registros, tornando-os documentos históricos que possibilitam variados estudos, em especial aqueles que relacionam museu e memória. Nesse contexto, as memórias são analisadas para compreensão dos modos como os moradores de Santa Cruz do Sul narraram suas reminiscências, próprias ou vicárias, e ensejaram um processo de musealização ao compartilhá-las com a equipe do museu. Nesse peculiar encontro entre um narrador e um ouvinte foi ativado um trabalho de rememoração e produzidos registros que perpetuaram lembranças sobre a colonização local, sobre a cultura colonial, sobre os povos originários, sobre fatos pitorescos, entre outros aspectos.

98





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



ENTRE SABERES E FAZERES: HISTÓRIA E MEMÓRIA DO GINÁSIO MUNICIPAL DE PIRACURUCA (1957-1975)

Paulo Tiago Fontenele Cardoso

Pedro Pio Fontineles Filho

Resumo

A proposta desse estudo está inserida na Linha de Pesquisa dos Saberes históricos em diferentes espaços de memória, tendo como objeto de pesquisa a ser discutido o Ginásio Municipal de Piracuruca e sua atuação na sociedade piracuruquense em relação à educação veiculada por essa instituição. O referido estudo tem como objetivo principal compreender a história e a memória da referida instituição de ensino, como local de formação da população estudantil do município e regiões vizinhas e, além disso, analisar a instituição como espaço de memória escolar da cidade. Nesse contexto, quando ao revisitar a história do Ginásio Municipal de Piracuruca, tem-se também o papel de dar significados a um momento da história local, visto que, quando se escreve a história da cidade, pouco se contempla a história das intuições escolares do município. Além disso, o interesse pela pesquisa a ser realizada tem como base a relevância que o Ginásio Municipal teve para a cidade a partir da segunda metade da década de 1950, visto que Piracuruca, naquela época, era uma das poucas cidades piauienses em que havia instituições com oferta de ensino de curso secundário. Diante do exposto, a pesquisa proposta possui relevância acadêmico-científica, visto que estará imersa no campo da história, memória e educação escolar. Possui também relevância social, pois incide sobre a construção da consciência histórica, sobretudo no tocante à valorização da memória das instituições escolares e na formação da cidadania.

99





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



ENTRELAÇANDO MEMÓRIA E HISTÓRIA: NARRATIVAS DE LUTA, RESISTÊNCIA E MUDANÇA - NOVA IGUAÇU NAS DÉCADAS DE 1970 E 1980

Adriana Bastos Kronemberger

Resumo

Este trabalho é parte da tese de doutoramento desenvolvida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Tecida com fios de memória, a tese abordou os movimentos sociais urbanos das décadas de 1970 e 1980, com foco em narrativas de luta e transformação social em Nova Iguaçu, cidade situada na Baixada Fluminense, no estado do Rio de Janeiro, Brasil. Ali, nas ruas e esquinas, floresceram movimentos sociais urbanos, impulsionados por vozes destemidas em busca de justiça e transformação. Militantes sociais ergueram-se em prol dos direitos mais elementares da população local, numa época marcada pela sombra da ditadura civil-militar, que dominou o Brasil após o golpe civil-militar de 1964. A tese objetivou capturar as narrativas vivas desses protagonistas, seus triunfos, suas perdas, suas organizações. A hipótese que guiou este trabalho foi a preservação da memória como um veículo para expor as lutas cotidianas. Para tal, a metodologia da História oral se fez presente, e os entrevistados foram selecionados por indicação ou por seu próprio desejo, oferecendo relatos sobre seus envolvimento nos movimentos sociais de Nova Iguaçu. A análise meticulosa desses depoimentos, aliada ao cotejamento com reportagens e documentos oficiais da época, revelou a essência das lutas e transformações sociais que marcaram Nova Iguaçu. Questões fundamentais, como moradia, saúde, educação, saneamento básico, emprego e terra, estavam no cerne dessas batalhas. O território da Baixada Fluminense, enigmático e singular, ganhou vida nas palavras e memórias daqueles que enfrentaram esses desafios. As décadas de 1970 e 1980 viram os movimentos sociais transcenderem fronteiras, ecoando como um grito nacional contra o status quo, clamando por direitos que ressoaram nas esferas sociais. E em Nova Iguaçu, a Igreja Católica, através do carismático Dom Adriano Hypólito, defensor da Teologia da Libertação, se aliou a esses movimentos com determinação, trazendo um peso significativo à busca por justiça social.

100



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



ESPAÇOS DE MEMÓRIA E IDENTIDADE: O SIGNIFICADO CULTURAL E SOCIAL DOS CEMITÉRIOS NA PAISAGEM URBANA

Adriana Quintino Sanchez Palacio Tozatti

Resumo

Este trabalho explora a evolução dos cemitérios e seu impacto na construção da identidade e cultura urbana, destacando sua transição de espaços sagrados compartilhados com os vivos até se tornarem arquivos da memória coletiva e patrimônio cultural. A análise histórica revela como, inicialmente, a morte era integrada ao cotidiano através de sepultamentos em terras de igrejas, refletindo uma coexistência entre os vivos e os mortos que enfatizava uma conexão espiritual e social profunda. Com as mudanças sanitárias e sociais do século XIX, especialmente no Brasil, os cemitérios foram relocados para fora dos centros urbanos, marcando uma nova era na relação entre vida, morte e espaço urbano. Este movimento não apenas alterou a percepção e o manejo da morte, mas também redefiniu os cemitérios como espaços de preservação da memória e da história, refletindo as dinâmicas culturais e as estratificações sociais. Através de visitas e rituais, os cemitérios mantêm viva a memória dos entes queridos, resistindo à trivialização da morte e reafirmando a importância destes espaços. Podendo, os cemitérios serem reconhecidos como espaços educativos e culturais, fundamentais para a construção da memória coletiva e para reflexões sobre a identidade cultural e a diversidade das experiências humanas. Este estudo ressalta a importância dos cemitérios no tecido urbano, destacando sua função vital na narrativa da existência humana e na perpetuação do legado cultural.

101





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



ESTUDO DO RELEVO DE UM AÇOUGUEIRO

Jaqueline Souza Veloso

Resumo

A presente comunicação visa analisar o relevo de um açougueiro, peça funerária romana do século II d.C., localizada no Staatliche Kunstsammlungen (inv. Hm 418). O estudo dessa peça tangencia reflexões importantes acerca da arte voltada para a representação de trabalhadores em Roma. Esse tópico é de especial relevância atualmente porque vai de encontro a uma tendência da historiografia da arte antiga de dar destaque a visão da elite dos contextos estudados (Courrier e Magalhães, 2022, 1). O relevo sob estudo apresenta uma cena que se passa em um açougue. Nele acontece a junção de dois ambientes muito diferentes: O primeiro, de uma mulher com cabelos elegantes, que segura tábuas de cera e um objeto de escrita e, à direita, um homem com roupas simples que trabalha em um açougue desmanchando pedaços de porco. Se por um lado a representação da mulher se assemelha a figurações mortuárias clássicas, como a estela de Hegeso, por outro, o homem está mais aproximado (Hölscher, 2012, 44-45) com os entendimentos tradicionais da história da arte romana acerca de uma arte plebeia. Isto é: com valores profissionais exaltados em detrimento de um repertório clássico e aristocrático. O que se vê, portanto, é o uso de dois tipos de linguagens não absolutamente distintas, mas de certa forma afastadas, cujos protagonistas situam-se em lugares opostos. Será objeto de análise a maneira como essas linguagens foram articuladas no relevo. Dentro desse universo discursivo questões de gênero e relativas ao lugar hierárquico de grupos sociais romanos também estarão sob exame.

102





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



EU NÃO QUERIA QUE A MINHA MENTE NÃO FUNCIONASSE LÁ DENTRO!

Priscila Santos Oliveira
Sandra Regina Chaves Nunes

Resumo

“Transformei a poesia na minha fala e no meu ponto de vista. A minha própria história precisei botar para fora através da poesia [...] O breve excerto transcrito fora proferido por Joana, uma mulher, angolana, egressa do sistema prisional paulista. Em sua fala, entrecortada por pausas e sorrisos ligeiros e acompanhada por discretos gestos com as mãos, há uma reflexão pessoal sobre a transformação gerada em sua vida pela prisão e pela poesia. Sua trajetória, ao longo do período de encarceramento, foi atravessada por uma atividade que ela, segundo suas próprias palavras, sequer conhecia: um sarau. Depois da primeira participação, não parou mais. Nos últimos 30 anos viu-se um aumento do encarceramento mundial; aumento que não foi acompanhado por um incremento nos recursos públicos destinados a esta finalidade. Assim, as condições em que se dá este encarceramento são mais desumanas do que já foram no passado. Em tais circunstâncias, a literatura, tal como a poesia, assume papel fundamental, seja contribuindo para as políticas de educação, seja possibilitando um “escape” à rotina alienante do cárcere, seja tornando possível exercitar algo tão peculiar aos sujeitos: a humanidade. Segundo Cândido, a literatura é bem inalienável ao ser humano, pois garante a integridade espiritual; possibilita um “deslocar-se do habitual. Diante de tais potencialidades, há indicativos de que ela seja de fato uma ferramenta a ser utilizada nas famílias, nas escolas e nas especialmente nas prisões.

103



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



FÉ NA FESTA: O BAIRRO DE SÃO JOSÉ E OS ESPAÇOS DE CELEBRAÇÃO DA CULTURA AFRO-PERNAMBUCANA NO CONTEXTO PÓS-ABOLIÇÃO (1888 - 1937)

Vigínia Pitta Pontual

Davi Dornelles Rodrigues de Souza Valentim

Marcella Marques Martins

Marina de Azevedo Côrrea

Juliana Melo Pereira

Luciene de Almeida Tenório

Resumo

A cidade do Recife atuou como um dos principais “portos”, durante a Diáspora Africana, por onde entraram milhares de negros e negras para serem escravizados no período colonial brasileiro. A presença africana no Brasil, vítima da escravização, permitiu que a herança cultural brasileira fosse influenciada e miscigenada com manifestações artísticas, práticas religiosas e celebrações africanas. No final do século XIX, com a abolição da escravização no Brasil, os negros livres no Recife, organizaram-se coletivamente no bairro de São José, na cidade do Recife, onde habitavam em cortiços e mocambos, trabalhando no comércio informal como meio de sobrevivência. Ali desenvolveram tradições e celebrações culturais representativas do que hoje entende-se por cultura pernambucana, e brasileira. Nas ruas de São José os negros livres do pós-abolição brasileiro, criaram bens culturais como agremiações de maracatus, clubes carnavalescos e ritmos como o Frevo, hoje reconhecido como Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro. Contudo, a valorização e o reconhecimento da herança cultural africana, ainda é um desafio a ser alcançado, afinal por muitos anos, a comunidade negra foi invisibilizada pela história, ou teve sua narrativa escrita por brancos. Espera-se, portanto, contribuir para preencher uma lacuna histórica, a partir do olhar da comunidade negra recifense, enaltecendo e evidenciando aspectos culturais que, literalmente, resistiram na história brasileira.

104





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



GILBERTO FREYRE NO SALAZARISMO: O LUSOTROPICALISMO E A DITADURA

Felipe Cazetta

Resumo

Gilberto Freyre foi sociólogo fundamental para a percepção de nação brasileira com contribuições plurais, através da miscigenação cultural, social e étnica. Deste modo, retirava suas análises das premissas do etnocentrismo e da eugenia vigentes nos campos científicos, para investir nas perspectivas antropológicas e culturais. Seu interesse na formação da identidade nacional transcendia os limites do Brasil e se debruçava nos componentes raciais da península ibérica. Assim, nos finais dos anos 1930 esboçava-se a teoria do lusotropicalismo, que após a II Guerra Mundial será um suporte para o salazarismo se dissociar das forças do Eixo e se habilitar enquanto nação singular e formadora de civilizações. Através dos exames dos documentos do regime e das obras de Gilberto Freyre, há a proposta de perceber como ambas entram em consonância com interesses diversos de Freyre e Salazar.

105





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



HBIM PARA DOCUMENTAÇÃO E SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO INDÍGENA DO BRASIL

Pedro Praia

Resumo

A documentação do patrimônio arquitetônico dos povos originários do Brasil se mostra uma tarefa urgente para a preservação da memória desses povos e uma forma contribuir com o avanço da historiografia arquitetônica dos povos indígenas do Brasil. Atividades como mineração, agronegócio e comércio ilegal de madeira representam uma ameaça constante ao patrimônio arquitetônico e ao conhecimento construtivo tradicional em madeira dos povos indígenas do Brasil. O colonialismo também representa uma ameaça, visto que muitas culturas estão abandonando as formas tradicionais de construção e adotando soluções arquitetônicas que se assemelham às dos colonizadores. Documentar o patrimônio arquitetônico em madeira dos povos indígenas brasileiros representa um desafio urgente e significativo e, para tanto, tecnologias e métodos avançados de documentação podem ser utilizados. Nesta pesquisa, técnicas de documentação como aerofotogrametria, modelagem de nuvem de pontos e Heritage Building Information Modeling (HBIM) foram empregados para digitalizar e documentar estruturas tradicionais e métodos de construção de três diferentes povos do Brasil. A utilização de técnicas de digitalização e conversão de dados espaciais em modelos de informação tridimensionais (nuvens de pontos) é fundamental para o processo de documentação não só de edifícios, mas também dos métodos construtivos e das tradições envolvidas como forma de fortalecer a identidade e proteger o patrimônio cultural dos povos indígenas.

106





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



HISTÓRIA CONCEITUAL: A IMPORTÂNCIA DA REFLEXÃO ACERCA DAS MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS DOS CONCEITOS NOS ESTUDOS HISTÓRICOS.

João Marcelo de Oliveira Cezar

Resumo

A História Conceitual (Begriffsgeschichte) é um campo teórico e metodológico que, junto a História Intelectual, começa, a partir de 1960/1970, a trazer novos paradigmas e aprofundamentos à História das Ideias. Não devemos interpretar a História Conceitual como um registro de definições, mas compreender que se trata das análises, questionamentos, reflexões e conclusões acerca das transformações que “reorganizam” os conceitos ao longo do tempo e espaço. Se o evento/fato que instigou a criação do conceito passa por modificações no decorrer da história, certamente o conceito que busca traduzi-lo também será reorganizado e, muitas vezes, poderá ser auxiliador para a leitura/interpretação de outros fenômenos. Criamos os conceitos para dar sentido/entendimento a um fato/fenômeno/evento/contexto/estrutura que carrega determinada permanência e demanda uma ferramenta mental, que será apresentada a partir da linguagem. Nesse sentido, o mundo (configuração social) age sobre a ideia (conceito), mas ela também irá reagir sobre ele, de modo que não haverá uma prioridade de um em relação ao outro, ambos são fundamentos de si; sendo assim, o conceito possui capacidades políticas e sociais, e pode abrir espaço para ações até então não pensadas, modificando o mundo concreto, e não apenas sendo modificado por ele; é sintoma e produtor de transformações.

107





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



HISTÓRIA DA ALIMENTAÇÃO, IMAGENS, CINEMA E HISTÓRIA CULTURAL

Liliane Faria Corrêa Pinto
Gilson Moura Henrique Junior

Resumo

São muitas as formas de partilha do sensível que relacionam a arte e a perspectiva da representação da alimentação na história e a historiografia não pode se furtar a pensar nestas como mecanismos de documentação do olhar humano sobre o comer. Compreendemos o sensível partilhado como Rancière define como testemunha de “tempos e espaços, do visível e do invisível, da palavra e do ruído que define ao mesmo tempo o lugar e o que está em jogo na política como forma de experiência”. Esta definição é fundamental diante do fato de que a experiência de classe determina-se pelas relações de produção na qual nascem indivíduos, que por sua vez partilham uma mesma realidade sócio-histórica na qual se produz uma consciência de classe a partir da forma como estes indivíduos tratam dessas experiências em termos culturais, segundo Thompson encarnadas em “tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais”. Não é de se estranhar que esta experiência seja representada de formas culturais diversas, encarnando mecanismos de produção de significantes a partir do comer e que este comer ganhe uma visualidade, cuja imagética acompanha a história da humanidade, seja na figuração em templos egípcios ou em filmes de horror onde o comer é subvertido como referência de sátira ou de ruptura do sagrado alimentar-se com o grotesco profano do uso da comida como o contrário do significado religioso, tomada como o inverso ao divino, posta longe do cósmico e como parte da mundanidade. Debater sobre como a representação da comida e do comer põe em diálogo a História da cultura, cinema, imagens e da alimentação é uma abordagem contemporaneamente complementar e faz-se necessário na civilização onde a cultura visual e o comer tornam-se parte integrante do cotidiano popular.

108





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE: CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTORIOGRAFIA E POSSIBILIDADES NO ÂMBITO ESCOLAR

Ioli Ferreira Santiago
Derliane de Oliveira Medeiros
Stefany Reis Marquioli

Resumo

A legitimação da história do tempo presente é uma realidade recente no Brasil. Nas últimas décadas, ela tem despontado como uma área indispensável aos estudos historiográficos. Assim, o presente trabalho tem como objetivo discorrer a respeito do surgimento da história do tempo presente e suas contribuições no âmbito escolar. No que se refere à metodologia, foi realizada uma revisão de literatura acerca da história do tempo presente como necessidade do discurso historiográfico e suas possibilidades no ensino de história. Portanto, foi possível observar que as pesquisas associadas à história do tempo presente contribuem para a promoção de uma produção histórica mais democrática, além de colaborar para o desenvolvimento do senso crítico dos/as estudantes. Assim, apesar de haver desafios relacionados à história do tempo presente, é necessário que os/as historiadores/as analisem criteriosamente as narrativas para a construção do conhecimento histórico.

109





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



HISTÓRIA E MEMÓRIA DO CARNAVAL EM UMA CIDADE NO SUL DO BRASIL: O CASO DA ATUAL SITUAÇÃO DO CARNAVAL EM PELOTAS NO RIO GRANDE DO SUL

Luise de Oliveira Rodrigues

Resumo

O Carnaval brasileiro é uma das festas populares mais conhecidas do país. Focando na região de Pelotas/RS, o trabalho teve como objetivo o registro da memória do Carnaval da cidade de Pelotas, tendo como fio condutor a História Oral dos componentes da Escola de Samba Estação 1ª do Areal. Como objetivos específicos buscaram-se: Colher e representar o levantamento das Entidades Carnavalescas ativas e inativas no Carnaval de Pelotas/RS; demonstrar o potencial informativo do Carnaval, na pesquisa para construção dos enredos; representar e memorizar a história do Carnaval Pelotense pela História Oral; e explicar a atuação do profissional da informação na organização do conhecimento sobre carnaval. Foi realizada uma pesquisa quali-quantitativa em relação a abordagem e pesquisa de campo no que diz respeito aos procedimentos. Também se utilizou o método da História Oral para análise e transcrição das entrevistas coletadas. Como resultado, pode-se dizer que o principal ponto levantado pelos entrevistados são memórias saudosistas dos antigos carnavais pelotenses e sentimento de que ele era mais familiar e de maior envolvimento da população. Nas considerações é observada a desunião das Escolas de Samba na cidade, o “descaso” do poder público com um festejo que já rendeu tanto e o afastamento do público por conta das facilidades tecnológicas para acompanhamento dos desfiles. Mais de uma razão é levantada para como motivo para decréscimo no número de Escolas de Samba ativas na cidade.

110





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



HISTÓRIA OU FICÇÃO? UMA POSSIBILIDADE DA UTILIZAÇÃO DA LITERATURA NA SALA DE AULA

Camila Bairos Machado

Resumo

O ensino de história possui desafios que precisam ser superados com caminhos carregados de intencionalidade. Pensando desta forma, um desses caminhos aponta para a utilização da literatura como aliada ao processo de ensino e aprendizagem da história, podendo se mostrar muito significativa na busca por uma maior interpretação das narrativas encontradas e, por conseguinte, na compreensão da história. Ao utilizar-se da linguagem literária como ferramenta pedagógica, mesmo que ficcional, para impulsionar a relação com a história na sala de aula, abre-se caminho para novos olhares sobre as narrativas, em um trajeto necessariamente mais lento do que a velocidade das informações que nos chegam todos os dias. Este processo, mediado pela figura docente, tem grandes potencialidades no ensino dos estudantes.

111





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA: AS RELAÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL E OS REFLEXOS DA ESCRAVIDÃO E SERVIDÃO NO SUBDESENVOLVIMENTO NACIONAL

Roberto de Castro

Resumo

Este estudo investiga as relações de trabalho no Brasil anterior à Proclamação da República, com foco nos impactos da escravidão e servidão no desenvolvimento socioeconômico do país. Por meio de uma análise multidisciplinar que engloba a história, historiografia e memória, o estudo revela como essas práticas influenciaram as estruturas sociais e econômicas brasileiras, deixando marcas que persistem até os dias atuais. A historiografia, ao seleccionar e interpretar os eventos passados, contribui para a formação da memória coletiva, influenciando a compreensão e interpretação do passado. Destaca-se o papel do Instituto de História e Geografia do Brasil na promoção uma visão histórica que valorizava a cultura lusitana. A economia colonial e imperial foi fortemente baseada no trabalho escravo, utilizado na mineração de ouro, produção de açúcar e café, sustentando o pacto colonial mercantilista. O controle das instituições sobre as relações de trabalho se perpetuou, com reflexos negativos no desenvolvimento nacional. A servidão, muitas vezes disfarçada de filantropia, manteve condições precárias de trabalho, análogas a escravidão. A falta de uma cultura assalariada impediu o país de adentrar plenamente no capitalismo industrial, contribuindo para a desigualdade social e econômica que persiste até os dias atuais. Assim, este estudo ressalta a importância de compreender o passado para entender as dinâmicas presentes e buscar soluções para os desafios do desenvolvimento nacional.

112



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA: DE TOBIAS BARRETO À ESCOLA DO RECIFE (1869-1989)

Aruanã Antonio dos Passos

Resumo

o trabalho tem como intuito sistematizar, analisar e criticar as ideias e obras de Tobias Barreto (1939-1889), considerado o líder fundador do movimento intelectual que recebeu a alcunha de Escola do Recife, com ênfase na sua crítica aos saberes modernos de seu tempo, especialmente a psicologia, educação e ensino, sociologia, direito criminal e a teologia. Procuraremos, dessa forma, delimitar o mecanismo pelo qual o sergipano articulou uma crítica a esses saberes com base em determinada fundamentação científica de seus pressupostos. O tema do tempo é matéria primeva nos estudos históricos. Recortes temporais determinam a tessitura de objetos de análise e crítica histórica em seus mais variados contextos e espaços. Dessa forma, procuramos compreender a formulação e circulação de um projeto político para a Nação em determinada leitura da história realizada pelo jurista e filósofo brasileiro Tobias Barreto (1839-1889) e no movimento intelectual que lhe atribui liderança e marco referencial, a chamada Escola do Recife. Para tanto, analisaremos a produção intelectual de Tobias Barreto nas principais obras publicadas em vida e nos inúmeros artigos em periódicos, buscando sistematizar seu projeto de Nação e percorrer as leituras que estruturaram sua interpretação e escrita do processo histórico, com fito na intersecção entre história, historiografia e memória ao longo do Brasil republicano em conjunturas intelectuais diversas.

113





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



HISTÓRIA, MEMÓRIA E TEMPO PRESENTE: A COMISSÃO DA VERDADE SOBRE A ESCRAVIDÃO AFRO-BRASILEIRA

Carolina Martis da Corte Rocha

Tatiana Lima Brandrão

Sérgio de Sousa Montalvão

Resumo

O trabalho em pauta objetiva ampliar a discussão acerca das interseções entre história e memória no tempo presente. Partindo do debate historiográfico contemporâneo sobre o regime de historicidade presentista, visamos explorar as complexidades da atual relação passado-presente-futuro. Essa relação aponta para uma nova orientação temporal, onde passa a existir uma crise da perspectiva futurista, tal qual a conhecemos na modernidade. Assim, a memória adquire uma centralidade inédita, exigindo repensar nossas atitudes éticas em face dos eventos e processos históricos. Em um momento de globalização do regime presentista de historicidade, disputas sobre a ressignificação do passado nos colocam frente a tensões políticas e identitárias. Nesse cenário, cresce o alcance da administração da memória. Nela estão envolvidas não apenas a criação de arquivos, monumentos e museus; mas também a criação de espaços institucionais dedicados a ouvir as testemunhas em busca de uma justiça transgeracional. Um desses espaços é a Comissão Nacional da Verdade da Escravidão Negra, fundada em 2014 mediante uma ação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Com diversas seccionais pelo país, a comissão tem o intuito de analisar as responsabilidades individuais e coletivas perante a história e evidenciar a importância de medidas afirmativas como instrumento de reparação destinado à população negra. Esse relato traz as primeiras evidências da pesquisa realizada pelos autores sobre os enquadramentos da memória produzidos pela CNVEN e como esses atos podem ser analisados a partir da historiografia que trata das experiências do tempo.

114





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



HISTÓRIA, MEMÓRIA, DISCURSO: UMA ANÁLISE TEÓRICO-METODOLÓGICO DO MOVIMENTO SUFRAGISTA NAS PÁGINAS DA REVISTA DA SEMANA E DO JORNAL GAZETA DO NORTE/MG

Talita Gonçalves Medeiros

Resumo

A presença de uma ameaça feminista/sufragista que poderia inverter os papéis sociais, causou grande sobressalto em escritores e redatores homens do período no Brasil, fazendo-os cada vez mais, em seus impressos, veicular e reforçar o “verdadeiro” papel da mulher de elite na sociedade. É justamente com essa proposta que surge a Revista da Semana (1900-1959), fundada por Álvaro de Tefé, na cidade do Rio de Janeiro. O periódico, que aparentemente possuía uma posição conservadora em relação ao sufrágio feminino e como resposta a esses avanços, a Revista da Semana, imprimia em suas páginas, modelos de comportamentos adequados às mulheres de elite, impondo limites e restrições sobre conhecimento, leitura e sociabilização. Ciente de que esses ideais não restringiram-se apenas a imprensa da Cidade Maravilhosa, a pesquisa de pós-doutorado, que encontra-se em andamento, na Universidade Estadual de Montes Claros/MG, dedica-se a compreender de que maneira essas informações circulavam, ou não, na imprensa de Montes Claros/MG. Para tal, a presente pesquisa encontra-se em investigação de campo no Centro de Metodologia e Documentação Regional, especificamente, no Jornal Gazeta do Norte, que circulou entre os anos de 1919 a 1949. Na fonte previamente analisada, constata-se um possível silenciamento sobre os temas, sufrágio e/ou movimento feminista, assim como, um provável reforço da feminilidade e dos “papéis sociais” da mulher monteclarensense, a exemplo das páginas da Revista da Semana.

115





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



HISTÓRIA, PATRIMÔNIO E EDUCAÇÃO: UM DIÁLOGO POSSÍVEL NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DE PERTENCIMENTO À SANTA CRUZ

Edite Moraes da Costa

Resumo

Este trabalho objetiva apresentar o processo de formação e constituição histórica da Fazenda de Santa Cruz como forma de fomentar o desenvolvimento de iniciativas para uma educação patrimonial. Para isso, trataremos da história fundiária e econômica da Fazenda de Santa Cruz, abrangendo a invasão francesa no Rio de Janeiro através de Guaratiba, a importância de Santa Cruz para a Cidade do Rio de Janeiro, das inovações tecnológicas e científicas que vieram para a Fazenda com a construção do Matadouro Público. A Educação Patrimonial, a Memória e a apresentação do sistema de canais como patrimônio cultural, da Lei de Terras e dos foreiros locais, do tráfico de escravos, o Patrimônio Arqueológico, os Museus, a Música, o Carnaval e a área de Proteção Artística e Cultural em Santa Cruz, são diálogos possíveis para a construção de pertencimento ao território em que habitamos. O Bairro Imperial de Santa Cruz acolhe a sede da Fazenda de Santa Cruz e o Centro Histórico do Matadouro Público do Rio de Janeiro, construído nas últimas décadas do século XIX, e responsável pela revitalização da Fazenda, de propriedade da família imperial, possibilitando transformações socioeconômicas e políticas da região. Nos seus 100 anos de funcionamento, as funções do Matadouro promoveram um intenso deslocamento populacional, não somente dos que vieram trabalhar, como também das fábricas e indústrias que tinham o boi como matéria-prima. Portanto, um lugar histórico, patrimônio material e imaterial da Fazenda de Santa Cruz.

116





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



HUMANIDADES DIGITAIS E O FAZER DA HISTÓRIA INDÍGENA: DESLOCAMENTOS INDÍGENAS NOS SERTÕES DO SIARÁ GRANDE (XVII-XVIII)

Reinaldo Forte Carvalho

Resumo

Recentemente a sociedade brasileira assistiu ao julgamento pelo STF sobre a discussão que definia os direitos à demarcação das terras e criação dos territórios e posse das terras às comunidades indígenas com base na discussão do Marco Temporal a partir da constituição de 1988. É neste sentido, que a discussão sobre a questão contemporânea dos povos indígenas e suas reivindicações está na pauta do dia, junto com outras problemáticas, como a questão climática, ambiental, biodiversidade e do conhecimento das populações tradicionais. Portanto, este projeto de pesquisa busca refletir sobre o engajamento em prol da defesa das várias etnias indígenas, e se coloca como representante dos sujeitos possuidores de uma memória histórica das manifestações da cultura e o modo de vida dos povos indígenas. Partindo desta questão, este projeto justifica o conceito de Humanidades Digitais como campo de abordagem da História que tem o objetivo de delimitar metodologicamente o uso de uma nova proposta no fazer historiográfico a ser seguido pelos historiadores a partir do uso das tecnologias de inovações (IT's) com o uso das humanidades digitais no ofício do historiador, ampliando o universo de fontes potencialmente acessíveis e das ferramentas tecnológicas capazes de auxiliar (e até mesmo automatizar) a “classificação racional de informações” na produção de análises de qualidade superior no que diz respeito à “inteligibilidade do processo histórico” em relação a História indígena.

117





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



IMAGENS DA MEMÓRIA: O LUGAR, A MEMÓRIA E SUAS REPRESENTAÇÕES

Maisa Marinho Dias

Resumo

O presente resumo tem como objetivo destacar a importância do registro e valorização dos lugares de memória na reconstrução das vivências dos idosos em relação aos espaços públicos na cidade de Porto Franco/MA. O objetivo central desta pesquisa é evidenciar, por meio de narrativas orais e fotográficas, quais são os lugares de memória presentes na cidade e como eles são interpretados pelos colaboradores de pesquisa. Na produção de dados desta pesquisa, faremos uso da História Oral como metodologia, a fim de conferir cientificidade aos depoimentos dos colaboradores, buscando compreender uma memória histórica que possa ser produzida por eles. Entendemos que as narrativas orais representam a forma viva de documentos históricos, abordando a história de uma pessoa, de um grupo ou de uma cultura, e por isso essa pesquisa visa, por meio delas, testemunhar e registrar aspectos da trajetória de vida e das socialidades desses colaboradores nos espaços simbólicos de memória.

118





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



INSTITUIÇÕES PRISIONAIS NO INÍCIO DO SÉCULO XX NO RIO GRANDE DO SUL-BRASIL

Tamara Juriatti

Resumo

Desde os primórdios da colonização europeia do atual território brasileiro, diversas formas de punição e controle de indivíduos foram empregadas. No século XIX, as instituições prisionais emergiram como meios oficiais de exercer controle social, substituindo os suplícios e minimizando as resoluções de conflitos baseadas nos mandonismos locais. Este estudo investiga a organização dessas instituições no início do século XX no estado do Rio Grande do Sul. Para tanto foram usados estudos sobre o tema bem como dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. Observou-se que, em 1922, a capital, Porto Alegre, possuía uma Casa de Correção, enquanto o restante do estado contava com 71 cadeias em diversos municípios. Em 1936, a Casa de Correção de Porto Alegre permanecia ativa, e o número de cadeias aumentou para 85, sendo também instituído um Manicômio Judiciário. Destaca-se o incremento das cadeias, mostrando uma ampla adoção do controle através das prisões no estado. Fica evidenciada a concepção positivista de crime vinculado a aspectos mentais com a implementação do Manicômio Judiciário. Embora haja vasta produção acadêmica sobre o tema, especialmente em relação à Casa de Correção na capital, poucos estudos abordam o funcionamento das cadeias nos municípios do interior.

119





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



ITALIANIDADE: PERMANÊNCIA E RESSIGNIFICAÇÃO

Sandra Nicoli

Maria Cristina Dadalto

Dimitri Fazito de Almeida Rezende

Sueli Siqueira

Patrícia Falco Genovez

Resumo

Entre 1870 e 1930 as elites brasileiras agrárias implementaram um projeto político migratório de territorialização expansionista beneficiado, entre outros fatores, pela crise demográfica e econômica europeia. Além de um ideal civilizador e embranquecedor, tal projeto visou a expansão das lavouras de café, povoamento dos “vazios demográficos” e o crescimento econômico assentando imigrantes europeus, em especial aqueles oriundos da Itália. Esses, constituídos de diversas origens étnicas, reforçaram o sentido de uma “italianidade” embasada no sentimento de pertencimento a uma comunidade transnacional estabelecida no Brasil, a partir dos anos 1870. Essa corrente imigratória, predominantemente familiar e vêneta, adaptou, ressignificou e negociou elementos culturais cotidianos. A pesquisa, de abordagem qualitativa, investiga o processo de territorialização desse grupo, analisando as narrativas de (multi/inter/trans) territorialidades dos descendentes das famílias camponesas de origem italiana do Espírito Santo e Minas Gerais. Os resultados parciais indicam que a italianidade foi adaptada e readaptada a partir das estratégias de multi/inter/trans territorialidades visando a manutenção da identidade, cultura e memória. As identidades e memórias são construções sociais e culturais em permanente negociação. Consequentemente, é preciso compreender as singularidades do cotidiano e da apropriação e dominação das gerações nos tempos e espaços permeados pela presença de origem italiana.

120





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



JEAN VALJEAN DE “OS MISERÁVEIS”: A QUESTÃO DA POBREZA

Gustavo Moraes Arantes Segatto

Resumo

O trabalho busca analisar a obra "Os Miseráveis" (1862) do autor Victor Hugo, a partir da perspectiva do personagem protagonista Jean Valjean. O objetivo é discutir a forma como o autor representa a questão da pobreza e da injustiça social de sua época, mostrando a criminalização da pobreza e dos pobres. Jean Valjean na tentativa de alimentar sua família, rouba um pão, é preso, e mesmo depois de cumprir 19 anos na prisão, continua a ser perseguido e marginalizado pela sua condição de ex-prisioneiro. A proposta é refletir sobre estas questões sociais a partir da estreita relação entre história e literatura, sendo esta última uma forma de representação de nós mesmos, uma forma de ler o mundo. Através dos personagens e narrativas de suas trajetórias, o autor trata da pobreza, fome, injustiça social, natureza humana, o papel do Estado e do funcionamento das leis. Evidencia-se neste estudo a importância da obra de Victor Hugo como denúncia de uma sociedade que criminaliza a pobreza e normaliza a injustiça.

121





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



JOGANDO COM A APRENDIZAGEM: O USO DOS JOGOS NO ENSINO DE HISTÓRIA

Sheyla Jayane Tavares Lins

Resumo

A pesquisa-ação em tela, buscou refletir e problematizar o que se esperava do ensino de História após a utilização ampla dos recursos remotos e pensar em formas de lidar com a aprendizagem dos estudantes após o longo período de distanciamento social. Considerando estudos anteriores acerca do uso dos jogos e de suas contribuições na aprendizagem histórica, em aprendizagem dinâmica e na reflexão do caráter da matéria pelos estudantes, criou-se o jogo “ Sociedades Ameríndias”, sendo utilizado como uma ferramenta de integração social, uma vez que necessitava da organização em grupos e de trabalho colaborativo, e de um método ativo de aprendizagem e de construção do saber, sendo utilizado para avaliar a aprendizagem dos estudantes e inseri-los no enredo do que poderia a ser o dia a dia desses povos através do uso do tabuleiro de trilha, cartas de sorte e revés, cartas de perguntas, e fazendo uso de armadilhas, inspirando-se no jogo "Monopoly", apesar de contar com diversas modificações, no sentido das construções do jogo e dos objetivos. Através do jogo, os estudantes puderam desassociar o preconceito formado acerca da História ser uma matéria decorativa e se sentirem participantes de eventos passados que ainda tem um impacto nas relações étnicas e de território atuais, assim unindo a perspectiva de continuidade histórica e de sujeitos históricos participantes.

122





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



L' ANIMA DELL' UNITÀ D'ITALIA: AS CONTRIBUIÇÕES DE GIUSEPPE MAZZINI PARA O AMADURECIMENTO DO NACIONALISMO ITALIANO

Luiz Felipe dos Santos Narciso

Resumo

Após o fracasso dos movimentos ocorridos na Península Itálica, em 1831, chegou-se à conclusão de que as insurreições empreendidas pelas sociedades secretas não alcançariam a unidade nacional italiana por conta da ineficiência de suas ações e da imprecisão de seus objetivos. Assim, o ex-carbonário Giuseppe Mazzini criou na cidade francesa de Marselha, em julho de 1831, uma organização nacionalista com a finalidade de conquistar a tão sonhada unificação e construir uma Itália republicana. Esta organização ficou conhecida como Jovem Itália ou “Giovane Italia”. O objetivo desta comunicação é analisar quais foram as contribuições dadas por Mazzini para o amadurecimento do nacionalismo italiano bem como as suas principais propostas e consequências. Esta comunicação terá como metodologia a análise do documento intitulado “Della Giovane Italia”, que foi responsável pela criação da Jovem Itália, e a discussão da bibliografia especializada no tema, sendo respaldada pelas ilações teóricas sobre o nacionalismo propostas por Lord Acton, Eric Hobsbawm e Franco Gaeta.

123





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



LA VIE PARISIENNE À BRASILEIRA: APROPRIAÇÕES IMAGÉTICAS POR A MAÇÃ E REVISTA DA SEMANA (1915-1929)

Larissa Brum Leite Gusmão Pinheiro

Resumo

“La Vie Parisienne” se consolidou como uma das principais revistas ilustradas pornoeróticas durante as primeiras décadas do século XX, atuando como referência para publicações semelhantes, dentro e fora da França. A revista circulou de diferentes maneiras em solo brasileiro: importada, foi consumida direta e indiretamente por periódicos de mesma temática, como “A Maçã” e mesmo por aqueles de caráter muito distinto, voltada para a família, como a “Revista da Semana”. Tendo em vista o papel da imprensa para a difusão de valores e representações, bem como para a manutenção e/ou rompimento de normativas, analisamos, aqui, os modos pelos quais “A Maçã” (1922-1929) e a “Revista da Semana” (1915-1929) se apropriaram de ilustrações originalmente publicadas por “La Vie Parisienne”. Dessa forma, buscamos compreender através das transferências culturais a criação de um repertório comum, ao menos ao primeiro olhar, sobre as construções acerca das naturalizações e dissidências de gênero e sexualidade.

124





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



LITERATURA, MEMÓRIA E CÂNONE: HERCULANO MORAES E AS NOVAS GERAÇÕES LITERÁRIAS PIAUIENSES

Natália Ferreira de Sousa
Pedro Pio Fontineles Filho

Resumo

O presente trabalho consiste em compreender o cânone literário piauiense, problematizando como se davam as disputas de pertencimento e validação deste, a partir da escrita e da repercussão da atuação literária de Herculano Moraes (1945-2018), escritor piauiense. Dessa forma, busca-se aqui analisar o momento histórico e cultural ao qual o escritor estava imerso, período que começa no final dos anos 1960 e vai até a década de 2010, discutindo os principais atores e fatores que levaram este período a ser tão emblemático em sua trajetória. A geração CLIP (Círculo Literário Piauiense), da qual o escritor fazia parte, possui destaque central na pesquisa, por ser o ponto de partida para pensar a relação de Herculano Moraes com o cânone literário. Tendo a geração literária anterior, a geração Meridiano, parado as atividades no estado, surge, em 1967, a geração CLIP, fruto da união de escritores, jornalistas, teatrólogos, dentre outros intelectuais e agitadores culturais, que se viam descontentes com o cenário cultural estadual que estavam vivendo naquele momento. Nomes como Hardi Filho, Francisco Miguel de Moura e Herculano Moraes compunham o grupo que fundou a geração e que viram, na esteira de sua fundação, surgirem outros movimentos literários, como a UBE/PI, a geração mimeógrafo e mesmo a fundação da Secretaria de Cultura do Estado.

125





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



LUTAS DOCENTES: A GREVE DE PROFESSORES PRIMÁRIOS DE 1918 NO PÓS-ABOLIÇÃO NO BRASIL

Ladjane Alves Sousa

Resumo

Esse artigo discute a primeira greve de professores primários ocorrida em Salvador no ano de 1918, como representação social. Esse escrito que nasce da pesquisa de doutoramento em andamento, tem como proposta metodológica a análise documental (STEPHANOU E BASTOS, 2005), estudando especificamente as narrativas. Bastos e Biar (2015) consideram a análise de narrativa útil para compreender o que acontece na vida social, e, considera que o mundo social se constrói à medida que as pessoas discutem, escreve e contestam os significados. Os movimentos e lutas dos docentes no pós-abolição no Brasil, último país da América Latina a emancipar a população escravizada (ANDREWS; FUENTE, 2018), possibilitou a construção de um mundo subjetivo dotado de signos, significados, valores e conceitos. A greve reivindicava 29 meses de atrasos dos vencimentos do professorado e o pagamento da gratificação para locação dos prédios escolares, foi liderada por uma maioria de professores negros, dos 15 que compunham a comissão central da greve nove eram professores negros e contou com uma expressiva adesão feminina, dos 80 professores que assinavam as atas de reuniões deliberativas, 56 eram mulheres. Reconhecemos que ao utilizar a escrita como espaço de organização da greve os docentes prescreviam uma forma de comunicação que moldou a identidade coletiva, a aceitação pela sociedade e a disputa de narrativa frente ao poder público a partir do status das representações sociais em torno da greve.

126





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



LUTO E ATIVISMOS NA PLAZA DE MAYO DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19 (BUENOS AIRES, ARGENTINA)

Michel Kobelinski

Resumo

A pandemia da Covid-19 foi devastadora, deixando milhares de vítimas e um profundo pesar nas famílias afetadas. Em Buenos Aires, o governo liderado pelo presidente Alberto Fernández enfrentou críticas pela gestão da pandemia, com dados alarmantes de 9.426.171 infecções e 129.451 mortes. A conduta do presidente, que impôs decretos de isolamento enquanto participava em encontros sociais sem máscara, gerou indignação na população. A Marcha das Pedras, convocada através das redes sociais em agosto de 2021, permitiu que os argentinos prestassem homenagem aos seus entes queridos e protestassem contra o governo. Eles carregaram faixas de apoio às famílias afetadas e pedras com os nomes dos falecidos, depositando-as junto ao Monumento Equestre ao General Manuel Belgrano (pátio da Casa Rosada). O Projeto de Lei Monumento A Marcha das Pedras assegurou a proteção destes objetos simbólicos na Plaza de Mayo e no interior da Casa Rosada. Um projeto de realocação e construção de um memorial no Parque Florentino Ameghino proposto por Emmanuel Ferrario (PRO), enfrentou a resistência dos moradores do bairro Parque Patrícios, que argumentam que isso afetaria o valor histórico e arqueológico do local, que abrigou vítimas de epidemias no século XIX. O projeto buscava revitalizar a zona sul de Buenos Aires, mas os moradores enfatizam a importância de preservar a memória dos 15 mil falecidos enterrados ali. A pesquisa explora, a partir da história pública e da história oral, o impacto das mudanças nos rituais de luto devido à pandemia da Covid-19 em Buenos Aires e analisa a importância dos monumentos temporários/permanentes e das entrevistas públicas com turistas e familiares das vítimas para compreender os impactos emocionais, políticos e culturais durante a pandemia.

127





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



MÃOS BRANCA: OS GRUPOS DE EXTERMÍNIO NA POLÍCIA, NA IMPRENSA E NAS PRISÕES BRASILEIRAS (1968-1980)

Vanderlan Silva
Helmano de Andrade Ramos

Resumo

A partir do início dos anos de 1980, aconteceu uma série de assassinatos de pessoas conhecidas como criminosos e delinquentes maiores e menores de idade com passagens, ou que estavam presos na Casa de Detenção de Campina Grande. Apesar do medo na cidade, esse tipo de crime não era novidade num país que vivia a resistência militar à redemocratização política, e que, por sua vez, encontrou nos veículos de comunicação um aparelho ideológico divulgador da segurança social, que da relação dos jornalistas com policiais e criminosos informantes, formou uma rede que vai da extorsão e tráfico de drogas às torturas, assassinatos, até a retirada de detentos das prisões para a execução e desova em estradas da cidade. Nesse sentido, utilizamos a teoria da micro história ou antropologia histórica de Ginzburg (1989), para investigar: o conteúdo dos artigos jornalísticos, livros sobre grupos de extermínio nas maiores cidades do país e o processo-crime do único réu, condenado como membro do grupo de extermínio Mão Branca em Campina Grande, o que assevera a relação dos jornalistas do jornal Diário da Borborema com o grupo, com a conivência da direção da Casa de Detenção.

128





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



MEDO E TRISTEZA COMO ELEMENTOS SINTOMÁTICOS PARA INTERNAÇÃO DE PROFESSORAS PAULISTAS NO SANATÓRIO PINEL (1929-1945): APONTAMENTOS PRELIMINARES

Gabriel Meneses Barros

Resumo

A história das emoções, enquanto um subcampo possível para composição do campo da História, ainda está sendo desvelada e se consolidando. Especificamente sobre a História da Educação, tal propositura ainda é extremamente incipiente. De igual modo, os trabalhos sobre adoecimento docente ganham relevo no campo educacional sobretudo pelas compreensões do neoliberalismo e do quanto essa transformação no capital tem incidido sobre os trabalhadores. Contudo, há poucas propostas refletindo historicamente tal condição. Assim, a proposta que aqui se apresenta é de pesquisar em prontuários médicos - em maior número de professoras, que foram internadas no Sanatório Pinel, Pirituba, SP, de caráter privado -, observando o quanto as emoções “medo” e “tristeza” servem de subsídio para afirmação de um desvio mental por parte das profissionais. Intentando, desta forma, em contribuir com os debates sobre história das emoções e, principalmente, sobre adoecimento docente.

129





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



MEMÓRIA "FALSIFICANTE" NO PENSAMENTO CINEMATOGRAFICO DE GILLES DELEUZE: CONTRIBUIÇÃO PARA OS ESTUDOS MNEMÔNICOS?

Alvaro Luiz Nunes

Resumo

Esta comunicação propõe a noção de “memória falsificante”[1] a partir de uma leitura particular, dentre outras tantas possíveis, do conceito de memória presente na obra que Gilles Deleuze dedicou ao cinema. Trata-se, pois, de aproximar a concepção de memória ao conceito de “potências do falso”. Ao longo de sua obra, Deleuze propôs uma memória como multiplicidade e produção. Em seus estudos sobre o cinema, distingue uma memória psicológica, propensa ao prolongamento sensório-motor, de uma memória constituída a partir do encadeamento da percepção com uma imagem virtual, memória esta que chamamos “falsificante” por problematizar o modelo de verdade sobre o passado. A imagem virtual é fonte de um “passado em geral” em forma de multiplicidade virtual, que pode ser visto como “memória mundo” disponível para exploração de forma direta. O modelo de verdade que inspira a memória psicológica, “verídica”, não se sustenta quando confrontado com a forma pura do tempo, e encontra seu contraponto no relato “falsificante”, que coloca em xeque as diferenças entre o falso e o verdadeiro, constituindo com isso uma “potência do falso” adequada ao tempo puro. Argumentamos que, ao acessar um passado múltiplo, bifurcante, confuso, amnésico e fazer coexistir presentes e passados indeterminados no fluxo de um tempo crônico, a “memória falsária” se constitui como problema e pode contribuir para os estudos mnemônicos.

[1] O termo “falsificante” se refere ao modelo de verdade. Não se trata de falsidade no sentido ético.

130





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



MEMÓRIA DE MULHERES E OS DEBATES DE GÊNERO NO ESPAÇO MUSEOLÓGICO EM ARAPOTI (BRASIL)

Lorena Zomer

Resumo

Essa comunicação é resultado de uma pesquisa pós-doutoral e analisa fontes produzidas sob o ponto de vista de mulheres que participaram da catalogação do acervo do Museu Imigrante Holandês de Arapotí (PR-Brasil). Essas mulheres, dentro de relações de gênero e sociais contemporâneas e marcadas por práticas patriarcais, possibilitaram a criação de um espaço de memória. Este conta com um acervo que remete ao tempo da chegada dos imigrantes holandeses no ano de 1960, envolvendo as dificuldades da viagem e os desafios nas décadas seguintes. Embora a organização primária do Museu não tenha sido profissional, foram essas mulheres maciçamente que catalogaram e fizeram uma separação do material recolhido. Assim, com a visibilidade da ação dessas mulheres atento para as diversas camadas de memória que compõe o espaço, para as suas vozes enquanto “guardiãs da memória” e responsáveis pela construção de memórias que compõe o Museu, o que permite compreender estruturas sociais tradicionais intermediadas por questões sensíveis, de memória e de gênero ibero-americanas, além de evidenciar as instituições, protagonismos, silenciamentos e questões patrimoniais para um olhar também contemporâneo sobre a noção de Museu.

131





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



MEMÓRIA, ARTE E HISTÓRIA

Yvone Dias Avelino

Resumo

Sabemos que Memória não é História. Enquanto uma é o vivido a outra é o científico, que através das diversas e possíveis representações ilustradas pelas linguagens, se fazem presentes em teses, dissertações, arquivos, bibliotecas, salas de cultura, etc. A cidade de São Paulo, a principal megalópole do país possui trezentos e sessenta e sete (367) monumentos esculturais obras de variados artistas e distintas épocas, sendo apenas, infelizmente, somente quarenta e cinco (45) de mulheres. Os mais apreciados pelos turistas, e que se encontram em bom estado, por não terem sido danificados pelo vandalismo anônimo, oito dos 142, são de mulheres. Nesta comunicação queremos trazer alguns dos mais apreciados.

132





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



MEMÓRIA, HISTÓRIA E RACISMO: UMA ANÁLISE PSICANALÍTICA DA PERSISTÊNCIA DO RACISMO NOS CASOS DE ADOÇÃO DE CRIANÇAS NO BRASIL

Lívia Santos Rodrigues

Roberto Calazans

Resumo

Partiremos da psicanálise para articular memória, história e racismo no Brasil. Considerando que Freud diz que os sujeitos sofrem de uma memória que se repete e não elaborada, e que a fixação e repetição compulsiva do trauma acontece por não haver um trabalho de historicização e escrita dessa experiência. Historicizar o trauma permite a saída de uma repetição indefinida da memória. O racismo no Brasil é uma sintomática, já dizia Lélia Gonzalez. Para compreender o racismo como sintoma que permanece na sociedade brasileira, trabalharemos os conceitos freudianos de retorno, negativa e construção histórica ao analisar o caso concreto de crianças que são retiradas da convivência familiar. O passado colonialista e escravista do Brasil é um trauma histórico não elaborado e permanente que se evidencia quando os dados estatísticos mostram que as famílias marginalizadas indígenas e negras são alvos à restrição da convivência com a comunidade familiar de origem, pois as medidas protetivas do Estado reproduzem práxis higienistas recorrentes do período escravista. A família nuclear hegemônica burguesa é privilegiada e outros arranjos familiares e modos de existir – indígenas e africanos – são apagados. Isso implica em um impedimento de construção de um novo sentido na escrita da história da formação da sociedade brasileira, e o racismo é uma maneira de retorno de uma memória que não é historicizada por meio de outras construções tal como Freud apontava também para os silêncios do trauma

133





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



MEMÓRIA, POLÍTICA E COMÉRCIO PORTUÁRIO EM CABEDELLO, PARAÍBA, BRASIL (1924 - 1935)

Roberto Jorge Chaves Araújo

Resumo

Esse resumo se refere à memória presente na ação política relacionada a um espaço de comércio portuário paraibano e na própria atividade portuária. É parte constituinte essencial da pesquisa sobre as “ações de políticos paraibanos eleitos e o comércio portuário cabedelense de 1924 a 1935” que é desenvolvida no âmbito da História Política renovada com contribuições importantes da Teoria da História, da Ciência Política, da Antropologia Histórica e do Direito. As ações políticas e mercantis mencionadas tiveram natureza modernizadora e podem ser compreendidas como parte de um processo histórico de descolonização interior que condiciona acontecimentos políticos e econômicos atuais e estruturantes da sociedade paraibana com desdobramentos regionais e nacionais. O conceito de memória que se adota é aquele explicitado em “História e Memória” de Jacques Le Goff. Os principais registros já encontrados relacionados ao ato mnemônico sobre o tema mencionado, abordado na longa duração, são trechos de obras de História, documentos manuscritos e impressos oficiais e não oficiais, públicos e privados, como também documentos técnicos e de natureza imagética. O que nos interessa responder é a qual a relação dessa memória com o desenvolvimento da ação política relacionada ao comércio aquaviário pelo porto de Cabedelo.

134





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



MEMÓRIAS DA COZINHA DE AFETO, FATOR DE IDENTIDADE DO IMIGRANTE ESPANHOL

Dolores Martin Rodriguez Corner

Resumo

Graças ao advento dos estudos culturais, as pesquisas abordam temas referentes aos hábitos alimentares que deixam marcas indeléveis no paladar dos imigrantes, os pesquisadores destacam a relevância dos estudos da memória para compreensão da cultura e dos hábitos de um grupo social. Sabe-se que os hábitos alimentares fazem parte da identidade coletiva de um grupo de imigrantes, tanto como o idioma, o hábito alimentar serve de elemento de comunicação entre pessoas imigrantes quando compartilham a mesa, com os que apreciam o mesmo sabor, além de constituir-se em patrimônio cultural imaterial de um grupo étnico. Portanto, não só o idioma identifica a origem do imigrante, mas também os hábitos e costumes, entre eles, o hábito o alimentar, os quais se tornam fatores de comunicação e identidade entre os imigrantes quando necessitam viver em outras terras. Muitos imigrantes utilizam não só do idioma original na comunicação, mas também a alimentação para demonstrar resistência ou se recusam a deixar o uso de sua língua no cotidiano, falando com forte sotaque identificador, como uma maneira de preservar a identidade, ou, em se referido à alimentação até mesmo quando preparam pratos com os ingredientes que relembrem a terra natal. A mesa como cenário familiar vivido pelo indivíduo em sua infância, marca a formação do gosto, segundo os alimentos oferecidos por quem os prepara, cujos sabores ficarão impregnados na memória transformando-se em sua cozinha de afeto. Assim sendo, o alimentar torna-se o hábito que permanecerá por mais tempo quando o imigrante deixa seu país, pois para ele, passa a ser como pertencimento a um grupo, ressalta um fator identitário e de comunicação. Destaca-se a importância do associativismo que reinou por cerca de um século na cidade de São Paulo, o qual agregou galegos, asturianos, andaluzes, valencianos, bascos, catalães e outros, reunindo-os em associações regionais as quais reproduziam as cozinhas próprias de cada uma delas em seus encontros.

135





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



MEMÓRIAS DO CORDEL NO ACERVO DA FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA: OS ARQUIVOS PESSOAIS DE SEBASTIÃO NUNES BATISTA E RAIMUNDO SANTA HELENA

Sylvia Nemer

Resumo

O acervo de literatura de cordel da Fundação Casa de Rui Barbosa foi formado no início dos anos 1960 por doações de estudiosos dedicados às pesquisas sobre o folclore brasileiro. Esse conjunto documental é composto por folhetos, boa parte dos quais de autoria de cordelistas atuantes nos primórdios dessa literatura, de circulação basicamente oral até fins do século XIX. Expressão escrita da literatura de cordel, o folheto foi, e ainda tem sido, a peça priorizada nos acervos institucionais como é o caso do acervo da Casa de Rui Barbosa que recentemente atentou para a importância de acervos de cordel constituídos de documentação não restrita ao folheto. Tal é o caso dos arquivos pessoais do pesquisador Sebastião Nunes Batista e do cordelista Raimundo Santa Helena. Compostos por rica documentação iconográfica, textual e audiovisual, esses arquivos estiveram, por décadas, sem qualquer tipo de tratamento arquivístico. A documentação de Nunes Batista, depois da morte do pesquisador em 1982, permaneceu na reserva técnica da Biblioteca da FCRB e só recentemente foi objeto de quantificação e descrição. A coleção de documentos de Santa Helena, teve uma trajetória diferente uma vez que o cordelista a manteve em sua residência até sua morte, em 2018, quando foi doada à Casa de Rui Barbosa. Estes acervos abrem caminho para novos tipos de pesquisa em literatura de cordel, adequando-se, nesse sentido, a sua nova perspectiva, de Patrimônio Imaterial.

136





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



MEMÓRIAS E VIVÊNCIAS: UM OLHAR PROFUNDO SOBRE AS FAMÍLIAS DO ASSENTAMENTO CÍCERO GUEDES

Lara Bernardo de Oliveira
Geraldo Márcio Timoteo
Gessica da Silva Santos

Resumo

O referido trabalho foca em estudar a realidade dos núcleos familiares presentes no assentamento a partir de um estudo que perpassa por temas como território, memória e as influências que estes conceitos tiveram e têm na vivência das famílias assentadas. Uma vez que, a pesquisa compreende que as trajetórias das famílias presentes no espaço rural são influenciadas pela memória presente na construção desta nova organização espacial intitulada assentamento. Ou seja, há um processo de criação de uma identidade assentada no território baseado nas vivências passadas dos núcleos familiares. O estudo encontra-se no Projeto Integrado de Desenvolvimento Econômico e Social Rural para Implantação e Operação de Unidades Escolas de Produtividade Rural - UEPR da Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF que visa ações voltadas para a geração de trabalho e renda junto a comunidade agrícola presente na localidade. O Assentamento Cícero Guedes de Cambahyba está localizado na cidade de Campos dos Goytacazes - RJ. Esta área era uma antiga usina de açúcar intitulada Cambahyba, que depois do falecimento da produção açucareira, passou por um processo de desapropriação desde o início do século XXI. Após anos de conflitos o procedimento foi legalizado em 2020 e em 2021 o território foi ocupado pelo Movimento Sem Terra - MST dando início assim ao Acampamento Cícero Guedes que a partir de 2023, por meio do Plano Emergencial de Reforma Agrária, tornou-se oficialmente um assentamento.

137





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



MEMÓRIAS MERETRÍCIAS: O RETRATO DA LOUCURA NAS PROSTITUTAS DE FORTALEZA DO SÉCULO XIX

Leticia de Oliveira Santos

Resumo

A Grande Seca de 1877 a 1879 marcou a história do Ceará devido à grande mudança nas vidas de milhares de nordestinos, causando efeitos exorbitantes no Nordeste, cuja miséria obrigou muitos migrantes a viverem em condições precárias. Convivendo diariamente com a fome, as doenças, os maus tratos do governo, e principalmente com a falta de renda, muitas mulheres se viram obrigadas a trabalharem com a prostituição, vendendo seus corpos em troca de recursos não apenas para si mesmas, mas para suas famílias, o que ocasionou o começo de um jogo social violento contra a imagem no sexo feminino. A figura dessas prostitutas assassinava a “ordem social” estabelecida pelo patriarcado oitocentista brasileiro, em que as mulheres deveriam ter um papel de serventes à família e à casa, e não associadas a trabalhos “indecorosos”. Aos olhos do público, se tornaram feras sociais que deveriam ser privadas do convívio comum, e portanto, dezenas delas foram trancafiadas nas prisões e no asilo, para serem devidamente tratadas e retornarem “ao normal”, como diziam os médicos e a sociedade, tentando reverter a alienação que as tomaram. Imortalizadas nos jornais da época como loucas, essas mulheres passaram décadas sendo tratadas como aberrações, escondidas e presas nos asilos de Fortaleza até a década de 1920, quando o Brasil passou por nova reforma psiquiátrica, que modificou o modo de tratar e enxergar determinados pacientes.

138





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



MEMÓRIAS REVISTAS: A SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRICA: SBPH

Bruna Silva

Resumo

O objetivo da pesquisa em nível de doutorado, que será apresentada pela primeira vez em um evento, foi o de pesquisar, compreender, investigar e problematizar a fundação da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica – SBPH. Diversas tipologias documentais foram utilizadas, como fotografias, capas, as próprias revistas da sociedade, balanços financeiros e entrevistas. Foi em meio a esse processo de evocar memórias, narrar e então torna-las públicas foi que a narrativa de Maria Beatriz foi escolhida para nortear a escrita e as problematizações de uma das fases da pesquisa, já que ele foi uma das sócias fundadoras do grupo. Sublinha-se que a docente, nascida e graduada em Portugal, veio ao Brasil e lecionou, inicialmente, a disciplina de História das Ideias e, posteriormente, Teoria e Metodologia da História na USP até 1990, quando retornou à Portugal e lecionou História do Brasil na Universidade Portucalense I. D. Henrique e na Universidade Aberta de Lisboa. A memória aqui narrada aponta para os conflitos internos, o emaranhado de relações sociais e científicas, bem como, sobre o processo de produção historiográfica no Brasil durante os anos 1970 a 1980.

139





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



MULHERES SENDO ORDENADAS EXCEPCIONALMENTE AO PASTORADO NAS ASSEMBLEIAS DE DEUS MAS, A RESTRIÇÃO CONTINUA: MULHER NÃO PODE SER PASTORA – ESTUDO DE CASOS

Célio César de Aguiar Lima

Resumo

Sempre que pensamos em pertencer a uma instituição, sabemos que há interesses mútuos, a instituição quer se avolumar com novos membros e o futuro membro vê alguma benesse em fazer parte do novo grupo. A instituição também espera que seus novos membros sejam mantenedores da estrutura e de seu patrimônio e os membros sabem que devem manter o grupo a que pertencem, caso contrário ele se desfaz. Estamos aqui apresentando um raciocínio simples, direto e lógico de “direitos e deveres” e que, também se aplica aos meios e instituições religiosas, porém, o que nos estimula a pesquisa e análise são os distanciamentos entre a regra verbal ou escrita e a justificativa do “carisma” ou “dunamis”, que são aplicados para ajustes e manutenção de interesses. Ao logo da história da Assembleias de Deus, no que se refere as mulheres, tivemos uma abertura durante um período da história brasileira, sendo essa uma instituição brasileira, fundada no Brasil, para a atuação e o reconhecimento das habilidades femininas dentro da instituição num momento histórico em que a mulher na sociedade civil não tinha espaço, não votava, era reduzida socialmente. Com isso a igreja passa a ser o local de liberdade e igualdade tanto para o masculino como para o feminino, entre 1911 e 1930. Nesse período quem esteve a frente da instituição foram estrangeiros, fundadores que tinham uma visão diferenciada, exteriorizada e a nível de Brasil, podemos dizer inovadora.

140





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



MUSEU: ENTRE MEMÓRIAS E ESQUECIMENTOS

Anna Rafaella de Paiva Dantas Fernandes
Francisco das Chagas Silva Souza

Resumo

Neste artigo, discutimos a relevância que os espaços de memória, em especial os museus, possuem no processo de ensino e aprendizagem da História local. Ensinar História vai muito além das estruturas formais da sala de aula, o lugar no qual os educandos estão inseridos está repleto de memórias espalhadas, muitas delas silenciadas propositalmente. Os espaços museológicos trazem uma diversidade rica de fontes históricas, porém, os documentos e narrativas são selecionados e outros fatos históricos, deixados à margem. Tais silenciamentos necessitam ser problematizados pelo professor para que de fato o ensino crítico ocorra. Assim, por meio de uma proposta didático/pedagógica, evidenciamos os caminhos metodológicos a serem utilizados tendo como exemplo uma visita guiada ao Museu Municipal Lauro da Escóssia, em Mossoró/RN – Brasil. O delineamento desse percurso segue as reflexões expostas por Abud, Silva e Alves (2013), Bustamante (2007), Schimidt e Urban (2016), dentre outros autores que debatem sobre as experiências pedagógicas nos museus. Após a visita, coletamos comentários dos estudantes participantes nos quais identificamos um olhar questionador aos fatos expostos pela história oficial bem como um fortalecimento da ideia de preservação do patrimônio histórico e o conhecimento para as futuras gerações além de ter possibilitado um aprofundamento dos diálogos entre o presente e o passado de forma crítica algo necessário para que os sujeitos possam agir intencionalmente na sua realidade partindo de uma consciência histórica.

141





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



NARRATIVAS DE IMIGRANTES HAITIANOS E HAITIANAS SOBRE O PROCESSO DE ACOLHIMENTO NA CIDADE DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA (2015-2020)

Fátima e Silva de Freitas

Resumo

A presença dos imigrantes haitianos em Curitiba e Região Metropolitana é recente, pode-se afirmar que há menos de dez anos não tínhamos haitianos vivendo na capital paranaense. Nos últimos anos, o crescimento do número desses imigrantes vem promovendo mudanças na paisagem humana da cidade. A imigração haitiana assume relevante importância pela sua presença numérica e pelas discussões que a chegada desses indivíduos suscitou em vários setores da sociedade, sejam eles os meios de comunicação, os setores públicos ligados à questão da entrada de imigrantes no país e as organizações sociais que realizam atendimento e acolhimento. Da mesma forma, temos que considerar as demandas pelos encaminhamentos legais no sentido de documentação e possíveis colocações no mercado de trabalho. Há que se considerar também a importância política que esse coletivo de imigrantes assume no cenário das imigrações recentes. Hoje, mais de uma década após a chegada dos primeiros grupos de haitianos, a visibilidade que alcançaram é bastante significativa, seja em função dos problemas decorrentes das dificuldades iniciais de abrigo e das questões legais, já que a maioria entrou no país de forma irregular, ou em outras situações em que sua presença se fez anunciar no cotidiano de nossas cidades. O fato é que as autoridades brasileiras se viram na iminência de ter que buscar uma solução em curto prazo. E assim o fez, criando mecanismos legais que os amparassem.

142





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



NOVAS PERSPECTIVAS SOBRE A HISTÓRIA DA COLÔNIA NEU DANZIG A PARTIR DE DOCUMENTOS INÉDITOS (1931-1935)

Wilson de Creddo Maestro

Resumo

Enquanto a atenção historiográfica das pesquisas voltadas para a região norte do estado do Paraná concentra-se predominantemente em Londrina-PR, o município de Cambé-PR carece de investigações sobre sua formação e outros aspectos históricos. Essa lacuna propicia que a narrativa memorialista, frequentemente elaborada por profissionais sem formação em teoria e metodologia histórica, prevaleça como uma espécie de “história oficial”. Neste contexto, por meio do levantamento e análise de diversos documentos inéditos, este trabalho visa introduzir novas perspectivas acerca da formação e declínio da Colônia Neu Danzig – um dos primeiros núcleos urbanos constituídos nos limites territoriais da empresa colonizadora “Companhia de Terras Norte do Paraná” (CTNP) –, buscando desconstruir a ótica proposta pela “história oficial”. Para tanto, será conduzida uma análise das representações memorialistas presentes no município por meio de livros e na narrativa do Museu Histórico de Cambé. Ademais, será estabelecida uma comparação entre essa narrativa memorialista e a perspectiva historiográfica existente sobre o passado de Cambé, representada por produções acadêmicas, ainda que não abundantes, e pela documentação inédita do Fundo Oswald Nixdorf, pertencente ao acervo do Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica (NDPH) da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

143





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



O ARQUIVO DE ELISA FROTA PESSÔA: TRATAMENTO DOCUMENTAL E FONTE PARA A HISTÓRIA DA CIÊNCIA

Michelle Samuel da Silva

Resumo

Os arquivos pessoais de cientistas, fontes importantes para a história da ciência por testemunhar as atividades realizadas em diversas áreas do conhecimento científico, são formados por documentos que foram produzidos por pessoas e acumulados ao longo de suas vidas. Os arquivos pessoais de cientistas sob a guarda do Museu de Astronomia e Ciências Afins, correspondem aos documentos produzidos e recebidos por cientistas no desempenho de suas funções e que são relevantes para a história da ciência e tecnologia brasileira. Nesse sentido, a organização do arquivo pessoal da física Elisa Frota Pessôa, tem como objetivo demonstrar a trajetória profissional e acadêmica de uma mulher que teve o papel fundamental para a História da Ciência no Brasil, especificamente, para a institucionalização da Física. Em 1949, foi uma das fundadoras do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), no qual foi Chefe da Divisão de Emulsões Nucleares até 1964. Em 1950, publicou com Neusa Margem (outra pioneira) o primeiro artigo de pesquisa da nova instituição: “Sobre a desintegração do méson pesado positivo”.

144





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



O ARQUIVO DO MAST E A DIVULGAÇÃO DA MEMÓRIA CIENTÍFICA: O PAPEL DAS EXPOSIÇÕES DOCUMENTAIS

Isabel Cristina Borges de Oliveira
Daniele Rodrigues Barros Nunes Negrão
Letícia Souza da Costa Sampaio
Vanessa Garcia Coelho
Vanessa Rocha de Souza
Thiago Souza Vilela

Resumo

A presente comunicação tem por objeto as exposições documentais como instrumentos de divulgação científica em Arquivos. Trata-se de uma análise das exposições como integrantes das práticas arquivísticas e como meio de construção de memória, no contexto da intersecção entre Arquivos e museus. Definiram-se, por recorte, duas exposições elaboradas pela equipe do Arquivo de História da Ciência do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST). Tal abordagem visa promover uma compreensão mais profunda do papel desempenhado pelo trabalho arquivístico na construção da memória. As exposições documentais se configuram como agentes essenciais na preservação e disseminação do patrimônio científico. São ferramentas dinâmicas que impulsionam a compreensão e apreciação dos resultados provenientes do esforço realizado em instituições de ciência. É objetivo geral deste estudo analisar as exposições como forma de construção de memória e escrita da história, enfatizando como a apresentação organizada e temática de arquivos contribui para a comunicação de conhecimentos e divulgação científica. A pesquisa também busca explorar o impacto dessas exposições na preservação da memória científica, concluindo que as exposições documentais são instrumentos de promoção do acesso à informação de ciência e tecnologia.

145





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



O BOMBO DE LAVACOLHOS – UMA MEMÓRIA EM CONSTRUÇÃO

Diana Sofia Neto Duarte Rodrigues Salvado

Resumo

Partindo da inscrição da “manifestação” «Construção de Bombos e Caixas no Concelho do Fundão» no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial, propomo-nos a desenvolver esta comunicação com o intuito principal de averiguar de que forma esta memória viva é hoje em dia transmitida no território do Fundão, mais especificamente na aldeia de Lavacolhos. A importância dos "Bombos" do concelho do Fundão vai muito além da dimensão cultural, incorporando uma significativa componente social que se tem manifestado ao longo de séculos através da sua capacidade de transferência intergeracional. Nesta abordagem procura-se analisar o bombo não apenas como objeto patrimonializável, mas sim na sua vertente imaterial, fundada no saber-fazer. Por outro lado, teremos em consideração a presença desta tradição nos contextos da produção social da memória local e este saber-fazer como um suporte de afirmação identitária na comunidade de Lavacolhos.

146





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



O BRASIL NA LITERATURA DE EXÍLIO DE ARTISTAS DEGENERADOS: REFUGIADOS DO NAZISMO NO BRASIL DURANTE AS DÉCADAS DE 1930 E 1940

Diego Luiz dos Santos

Resumo

Esta comunicação analisa o impacto da experiência de exílio na obra de artistas alemães que se refugiaram no Brasil durante o nazismo na Europa. Seus personagens são sujeitos que foram perseguidos e tiveram sua arte classificada como degenerada na Alemanha e que viram no Brasil uma oportunidade de viver paz. Apresento, para tanto, a trajetória do escritor Ulrich Becher (1910-1990) que, além de ser perseguido por ser judeu e por se opor ao nazismo, teve seus livros classificados como degenerados e destruídos em praça pública. Diante disso, Becher buscou refúgio em outros países, incluindo o Brasil (1941-1944). A teoria da degeneração surgiu nas ciências médicas no século XIX e, na virada para o século XX ganhou tons raciais, encontrando respaldo em meios políticos e sociais. Apropriada pelas elites, a teoria foi integrada a discursos imperialistas sobre modernidade associando a degeneração ao homem não-branco e à sua cultura, tida como primitiva e oposta ao progresso humano. No nazismo, a teoria foi direcionada também para o campo da estética embasando a crítica à arte moderna, apontada como obra degenerada e expressão da inferioridade biológica e social de determinados sujeitos. O foco deste trabalho, portanto, é a passagem de Becher no Brasil após ser classificado como degenerado, com vistas a apresentar como o escritor se apropriou de elementos da cultura brasileira incorporando-as não apenas ao caráter estético, mas também político de grande parte de sua obra posterior.

147





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



O BRASIL SE VÊ NA GLOBO: AS ESTRATÉGIAS NEGOCIAÇÃO DA REDE GLOBO COM O REGIME MILITAR AO LONGO DA DÉCADA DE 1970

Emilla Grizende Garcia

Resumo

A presente comunicação tem como objetivo analisar, historicamente, a rede de influências criada pela Rede Globo para conduzir os processos de negociação com a Censura de Diversões Públicas, órgão censor do regime militar brasileiro. Ao longo dos 21 anos de ditadura militar no Brasil, a emissora manteve estreitas relações com os governos militares, em suas distintas fases, captando seus parâmetros norteadores. Isso garantiu em certa medida a efetivação, no plano imaginário, do projeto de integração nacional. Todavia, isso não impediu que a emissora articulasse expressões culturais diversificadas na produção televisiva, abrigo tanto autores conservadores quanto autores ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). A contratação destes profissionais engajados, sobretudo nos anos 70, fez com que a emissora necessitasse estabelecer uma série de negociações com órgãos ligados ao Estado de Exceção, como a Censura de Diversões Públicas. Para tanto, além da influência de Roberto Marinho e dos principais diretores da emissora, a Rede Globo contratou militares aposentados e civis com grande poder de influência junto ao alto escalão militar, com o intuito de estabelecer negociações, articulações com o regime, a fim de preservar seus interesses comerciais. Neste sentido, essa comunicação percorrerá os laços de sociabilidade e os pontos de articulação de poder no meio televisivo, visando captar as tensões e determinações multilaterais entre as formas culturais e as forças históricas.

148





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



O FAZER ARTÍSTICO NO BOI-BUMBÁ NAS MÚLTIPLAS FACES DO TRABALHO NA AMAZÔNIA

Deilson do Carmo Trindade

Resumo

Euclides da Cunha ao se reportar à aventura do homem nordestino pela Amazônica, afirmando ser esta uma terra sem história e que o homem “ali, é um intruso impertinente”, que estava diante da grandiosidade da floresta. E a primeira impressão que tem o forasteiro em contraste com o abandono da região é de assombro. Mas é essa grandiosidade da floresta, com seus espíritos, encantamentos, mitos, lendas, e história, que também são a principal matéria prima, as fontes a serem trabalhadas pelos artistas de galpão dos bois-bumbás de Parintins. Se o sertanejo é “antes de tudo um forte”, por viver as adversidades do sertão e do isolamento a que foi submetido, aqui na Amazônia ele precisa ser um ‘brabo’ para conviver com a floresta, para se tornar, “o homem que trabalha para escravizar-se”, completando enfim, a anomalia de ser seringueiro. O seringal tornou-se seu castigo, no qual, a cada dia, ele se penitencia na terra que o condenou, e desse modo, se ratificava um o pensamento recorrente sobre a Amazônia. O trabalho dentro dos galpões dos bois-bumbás, também é um trabalho duro, perigoso e marcado pelo isolamento, porém, seus frutos não vão diretamente para as firmas internacionais com suas matrizes na Europa. Recebem patrocínios do capital do Estado, como também, patrocínios de grandes empresas. E o produto do trabalho é consumido pelo povo, ávido de beleza, de reafirmação de sua identidade cultural, a partir de sua relação com a terra juntamente com todos os mistérios da floresta.

149





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



O FUTEBOL COMO ELEMENTO “DISCIPLINADOR”: A CONCILIAÇÃO ENTRE AS FUNÇÕES MILITARES E ESPORTIVAS DO OFICIAL JOSÉ MANOEL FERREIRA COELHO (1935 - 1938)

Lucas Carnevale Machado

Resumo

Este trabalho tem como principal objetivo, abordar historicamente a atuação do General José Manoel Ferreira Coelho (1902 - 1979) no campo esportivo e militar, tendo como base a dupla jornada assumida pelo oficial enquanto servia na cidade de Belém-PA. Entre 1935 e 1938 foi o comandante da Polícia Militar do Pará, acumulando a função de jogador de futebol do Clube do Remo e diretor de educação física da mesma instituição. Dessa maneira, percebe-se em meio as fontes a conexão entre sua atuação como organizador de uma tropa militar que deveria estar ligada com as inovações de uma unidade militar moderna, incluindo a educação física como elemento de cuidado individual e coletivo da tropa. Ao mesmo tempo, há um fortalecimento de questões atreladas à prática do civismo e valorizando os símbolos nacionais brasileiros. Dessa forma, a prática do trabalho deste militar, une dois mundos distintos e permite discutir a importância do futebol e do esporte em diversos âmbitos sociais do Estado do Pará.

150





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



O HUMOR COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA NA ARTE LATINO-AMERICANA: ESTRATÉGIAS MODERNAS FUNDADORAS

Juliana Mafra

Resumo

A arte moderna latino-americana se iniciou demonstrando interesse em discutir sua identidade, tentando se libertar de amarras colonialistas, a fim de estabelecer a importância e o valor da nossa cultura, daquilo que nos diferencia do outro. Nesse contexto, os artistas, muitas vezes, apresentam trabalhos que se valem da alegria, do humor e do riso, tentando desarticular os mecanismos de poder estabelecidos. A partir das três estratégias apontadas por Andrea Giunta – a Antropofagia, o mapa invertido e a apropriação da apropriação – como fundadoras da modernidade na América Latina verificamos que o humor, de maneiras específicas, teve um importante papel em todas elas e, portanto, na fundação da modernidade. Na apresentação desta história, abordaremos as estratégias modernas fundadoras da modernidade latino-americana, sob a perspectiva do humor, e percorreremos um caminho a partir delas, verificando situações que decorreram desse momento.

151



Conjugare

Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



O MAL-ESTAR SOCIAL BRASILEIRO E O MAL-ESTAR DO CRISTIANISMO: REFLEXÕES SOBRE UMA CONTINUIDADE AINDA POUCO EXPLORADA

Renato Sarrieddine Araújo

Resumo

Os eventos catastróficos que marcam o laço social brasileiro, desde sua fundação, escancaram um determinado mal-estar na civilização. Ele se atualiza em fatos como o chamado genocídio da população negra no Brasil. Pretendemos abordar o tema partindo da genealogia histórica da palavra “favela” que a literatura e a historiografia inserem em uma cadeia significativa que remonta aos eventos que marcaram a fundação do cristianismo e, em seguida, sua propagação no Império romano. O desenvolvimento teórico desta abordagem se dá a partir da hipótese freudiana de 1939 segundo a qual a dificuldade da relação à alteridade nos povos europeus se instalou porque foram “mal batizados”. Cristianizados sob violência, “não superaram seu rancor à religião nova que lhes foi imposta”. Enquanto a relação entre a judeofobia e o mal-estar do cristianismo já foi solidamente demonstrada, discutida e interpretada, inclusive por Freud, a relação entre o mal-estar de instituições do Estado brasileiro com o pensamento cristão ainda precisa ser desenvolvida. Retomamos neste trabalho elementos ligados principalmente à história do fundador Paulo de Tarso e da evolução do cristianismo no Império, para produzir uma reflexão e uma interpretação analítica da morbidez no pensamento das instituições brasileiras.

152





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



O MUSEU COMO FERRAMENTA DE APRENDIZAGEM NO ENSINO DE HISTÓRIA

Stefany Reis Marquioli
Derliane de Oliveira Medeiros
Ioli Ferreira Santiago

Resumo

Este estudo tem por objetivo refletir sobre a importância do museu como instrumento de aprendizagem no ensino de história. Para tanto, a metodologia consiste na revisão de literatura no que tange aos usos do museu como um lugar de formação sócio-histórica dos/as estudantes. Vale ressaltar que os museus são fundamentais para a preservação e difusão da memória, além de contribuir significativamente para a produção do conhecimento histórico de forma diversificada e atrativa. Sendo assim, é essencial que as instituições educacionais estabeleçam uma parceria com os museus, uma vez que eles oferecem muitas possibilidades educativas, que fogem do contexto tradicional escolar. Em vista disso, foi possível verificar a importância dos museus no processo de ensino-aprendizagem, dado que proporcionam uma aula mais dinâmica, colaborando para o desenvolvimento do senso crítico dos/as discentes.

153





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



O PAPEL DA HISTORIOGRAFIA NA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA SOBRE A HISTÓRIA DO FUTEBOL NO BRASIL

Glauco José Costa Souza

Resumo

A Historiografia é uma importante ferramenta para refletir de quais maneiras os processos históricos são analisados e entendidos pelos pesquisadores e, assim, ajuda a construir a memória sobre parte da história. Em relação ao futebol, no Brasil, isso não é diferente, haja vista os trabalhos existentes sobre o tema desde o século XIX e que moldaram uma narrativa específica sobre o esporte no país. Dessa forma, o presente trabalho visa analisar o impacto que essa escrita teve na visão atribuída ao ludopédio em terras brasileiras. Considerando o futebol um esporte que chega ao país atribuído à elite, tivemos desde o seu princípio a construção de narrativas feitas por este grupo que vincularam a atividade esportiva às suas características e, principalmente, objetivos. Isso formulou uma imagem de exclusão dos demais grupos sociais e que acaba por lhes atribuir um caráter passivo de forma proposital. Recentemente, trabalhos acadêmicos visam desconstruir tal visão e realçar o aspecto ativo que os grupos não elitistas tiveram na difusão do futebolística no Brasil. Neste sentido, analisar a historiografia sobre o futebol no Brasil pode ajudar a entender de que formas essa visão se consolidou na memória social em torno de uma história oficial e encontrar maneiras para superá-la. Na atualidade, o surgimento de novos trabalhos acadêmicos vem possibilitando tal situação, algo que não encontramos em outros momentos históricos e, por isso, faz-se necessário realizar essa reflexão.

154





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



O PERFIL DA ELITE POLÍTICA DE PASSO FUNDO - RS (1945-1988)

Luiz Alfredo Fernandes Lottermann

Resumo

O presente estudo analisa a elite política do município de Passo Fundo (RS) entre 1945 e 1988. Para Heinz (2006, p. 07), é possível definir a elite como os que ocupam o topo na estrutura de poder, os cargos chave da sociedade, os abastados e privilegiados, que possuem poder, influência e privilégios. Para a análise, utiliza-se o método prosopográfico que, para Stone (2011, p. 115) “é a investigação das características comuns de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas.” Neste trabalho são aferidas as idades, o gênero, as profissões, a etnia, e outras características dos prefeitos, vice-prefeitos, e vereadores eleitos e suplentes que assumiram o mandato na Câmara de Vereadores do município em algum momento das legislaturas. Como fontes são utilizados, principalmente, os jornais Diário da Manhã e O Nacional, e a publicação Galeria de ex-vereadores de 1947 a 1988. Como resultados, tem-se que a elite política municipal no período estudado é composta por homens brancos, profissionais liberais e políticos profissionais. Percebe-se a sub-representação feminina, dos negros, indígenas, e dos jovens com até 29 anos.

155





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



O PSICANALISTA, O DIVULGADOR E O CHARLATÃO: GASTÃO PEREIRA DA SILVA (1898-1987)

Wilton C. L. Silva

Resumo

A história da psicanálise no Brasil identifica como seus grandes pioneiros Juliano Moreira, professor catedrático da Faculdade de Medicina de Salvador que foi o primeiro brasileiro a citar Freud, em 1899, e ocupou a partir de 1903 a direção do Hospital Nacional dos Alienados, no Rio de Janeiro, Franco da Rocha, que lançou em 1920 o livro “A doutrina pansexualista de Freud“, que condensava suas aulas e conferências na Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, e, ainda, Juliano Moraes, que a partir de 1926 ocupa cargos de direção na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e, posteriormente, e de 1929, da Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal. Em significativo contraste com esta gênese claramente acadêmica a figura do médico Gastão Pereira da Silva (1898-1987) se apresenta como o primeiro e maior divulgador da Psicanálise no país, sendo desde a década de 1930 autor de diversos livros dedicados à divulgação científica sobre o tema, como Para Compreender Freud (1933, com inúmeras reedições), Vícios da Imaginação: Meios de corrigí-los (1939), Freud: estudo biográfico, (1941), Getúlio Vargas e a Psicanálise das Multidões (1940), Doentes Célebres (1942), A Psicanálise em 12 Lições (1943), Como Se Interpretam os Sonhos (1943), O Tabu da Virgindade (1947), Como se Pratica a Psicanálise (1948), O Que é Psicanálise?, (1959), O Ateísmo de Freud (1966), Parapsicologia e Psicanálise (1968) ou ainda, em co-autoria com José Pereira da Silva, Crime e psicanálise (1933), entre muitos outros. O prolixo autor, que além de médico, atuou como jornalista, biógrafo, novelista, tradutor e teatrólogo, entre outras iniciativas, em relação à história da psicanálise brasileira é esquecido, criticado e/ou deslegitimado tanto pela dimensão popular de sua produção como por sua trajetória profissional marcada pela oposição aos processos de institucionalização da formação de psicanalistas no país, desenvolvida em confluência com as normas e regulações propostas – entendidas por ele como elitistas - da formação de psicanalistas preconizadas pela International Psychoanalytic Association (IPA) e por ser peremptoriamente a favor da análise leiga. Buscamos, a partir da memória do personagem, estabelecer reflexões sobre dinâmicas da memória, trajetória individual, divulgação científica e psicanálise no Brasil.

156



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



O RECURSO À MEMÓRIA NA CONSTRUÇÃO DA HISTORIOGRAFIA NA ACADEMIA AÇORIANA

Susana Serpa Silva

Resumo

A História enquanto ciência humana não se confunde com memória, mas a memória tem sido uma importante fonte da História, porque tem uma relação direta e afetiva com o passado, uma vez que consiste na lembrança pessoal de acontecimentos vividos. Pode-se afirmar que as memórias são reconstruções e, neste particular, aproximam-se da História e da tarefa dos historiadores. Embora distintas, memória e História são duas vias de acesso ao passado (Joutard, 2013). As reconstruções das experiências e vivências estão associadas à designada História Oral que, nos tempos hodiernos, tem trazido novas perspectivas à historiografia, tornando-a mais viva e participativa. Esta metodologia, pertinente no âmbito da História Contemporânea, permite alcançar outras informações que as fontes ditas oficiais não transmitem. Ainda que obrigue a um reforçado espírito crítico por parte do historiador, atendendo a que a memória é seletiva, alguns trabalhos académicos recentes, elaborados por investigadores da Universidade dos Açores, têm recorrido à recolha de testemunhos orais e, por consequência, à memória, com o intuito de aprofundar o estudo de problemáticas mais sensíveis e de cronologia relativamente recente. Esta comunicação tem por objetivo analisar alguns destes trabalhos académicos para comprovar como a História Oral constitui um meio para alcançar visões pessoais e intimistas dos acontecimentos do passado, muito elucidativas em relação a problemáticas ainda pouco estudadas ou associadas a “passados dolorosos” ou de maior sensibilidade. Acresce que muitas destas abordagens incidem sobre questões que importa salvaguardar e que nem sempre as fontes escritas acautelaram, porque não houve registos ou porque se perderam na incúria do tempo.

157





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



O REINADO DOS CONGOS DA CIDADE DE ITAPIRA: MEMÓRIAS E TRAJETÓRIAS

Cristiane da Rosa Elias

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar como surgiu e se estabeleceram na cidade de Itapira, no interior do estado de São Paulo, os reinados dos congos no início do século XX. Existiram ao menos quatro delas nesta localidade que em contrapartida não tem registrado em sua história hegemônica a presença de povos negros e escravizados em sua formação. Entender a formação dos reinados, suas histórias, trajetórias e personagens envolvidos é o meio que utilizaremos para dar novos enfoques ao passado da cidade de Itapira e assim procurar compreender as relações estabelecidas na atualidade com esses reinados dos congos e sua memória afro-brasileira. E assim, abrir algumas possibilidades de entender melhor as forças existentes na localidade que moldam o imaginário sobre os povos negros e suas manutenções de existência.

158





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



O TEATRO COMO ABERTURA CULTURAL

Howardinne Queiroz Leão

Resumo

A presente comunicação tem como objetivo discutir o trabalho do casal franco-austriaco Florence e Otto Buchsbaum, proponentes do movimento “Teatro ao Encontro do Povo” (1967-1975), realizado a partir da cidade de Santos, São Paulo, Brasil. Esta organização se desenvolveu em diversas fases: em um primeiro momento como um grupo amador, posteriormente evoluindo para um movimento teatral que promovia ciclos de conferências e, por fim, na criação de um Suplemento Cultural intitulado inicialmente como “Teatro ao Encontro do Povo” e renomeado para “Abertura Cultural”. No contexto desta comunicação, serão compartilhadas as primeiras análises do discurso veiculado neste jornal, visando compreender a perspectiva do casal Buchsbaum em relação ao teatro popular, causa que defendiam com entusiasmo. Para tanto, serão utilizados autores referenciais que abordam conceitualmente o teatro do período como August Boal, Anatol Rosenfel e Ian Michalski, assim como outros temas relevantes para esta discussão. O trabalho é parte da tese em desenvolvimento na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo e encontra-se em fase de qualificação.

159





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



O USO DA PALAVRA NA CONDENAÇÃO DAS HERESIAS. INFLUÊNCIAS E ESTUDO DOS SERMÕES DOS PADRES JESUÍTAS DO COLÉGIO DO ESPÍRITO SANTO NOS AUTOS-DE- FÉ [SÉCULOS XVI E XVII]

Gonçalo Mendes

Resumo

No decorrer deste trabalho, procuramos desenvolver e compreender a influência dos sermões dos Padres Jesuítas do Colégio do Espírito Santo e os seus respectivos estilos, quando ocorriam os autos-de-fé na antiga Praça Grande em Évora, durante os séculos XVI e XVII. Na verdade, é imperativo edificar uma interpretação histórico-teológica, ou seja, o papel da Doutrina Católica e dos preceitos tridentinos como um instrumento fundamental no combate às heresias, inculcando na mentalidade dos eborenses o “verdadeiro caminho da salvação”, de modo a preservar a integridade do chamado “bom cristão”. Entre a intolerância religiosa e a luta por algo teoricamente imutável, tornou possível a construção de uma memória coletiva que caracterizou o pensamento cidadão.

160





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



O ZAMBI DOS QUILOMBOS DE UMBANDA NOS ANOS DE CHUMBO: COMPLEXIFICANDO AS HISTORIOGRAFIAS E MEMÓRIAS NOS 60 ANOS DO GOLPE CIVIL-MILITAR NO BRASIL (1964-1979)

Diego Uchoa de Amorim

Resumo

Na presente comunicação apresentamos algumas das impressões iniciais das pesquisas destes primeiros meses de doutoramento ligado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO-Niterói, RJ). Nosso objetivo é analisar a trajetória de Tancredo da Silva Pinto, umbandista, escritor, compositor de música popular, sambista e um dos grandes nomes da luta pela liberdade religiosa no Brasil entre os anos de 1964 e 1979, período da sua vida marcado pela experiência da Ditadura Civil-militar (1964-1985) no Brasil, a partir do prisma dos estudos do Pós-abolição nas Américas buscando nos afastar das teses que se capilarizaram nas ciências humanas e sociais no país durante o século XX na qual a população liberta e seus descendentes aparecem como “largados à própria sorte” e silenciados enquanto sujeitos históricos na formação da sociedade brasileira. Quando, ao contrário, mesmo sob os contextos mais duros, protagonizaram processos de criação, atuação e disputas de instituições políticas, culturais e religiosas centrais nas grandes cidades do Sudeste, do Brasil e do Atlântico Negro compreendidos através da diáspora africana nas Américas. Assim, vamos contribuir para complexificar a historiografia sobre os anos da Ditadura Civil-militar no Brasil e problematizar determinadas memórias sobre o período que circulam por diversas esferas da sociedade brasileira a partir das análises da vida, obra e legado de Tancredo da Silva Pinto.

161





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



OPERAÇÃO PEDRO PAN: HISTÓRIA E MEMÓRIA

Thais Rosalina de Jesus Tural

Resumo

A Operação Pedro Pan, mais de seis décadas depois, permanece sendo um dos assuntos menos explorados acerca da História da América na Guerra Fria. Resultado de um conflito político que se arrasta até os dias atuais e um dos capítulos mais dramáticos das relações migratórias entre Estados Unidos e Cuba, foi responsável por instrumentalizar a saída de aproximadamente 14.000 menores desacompanhados (entre crianças e adolescentes) de Cuba para os Estados Unidos. A emigração desses menores, entre 1960 a 1962, teve início com os indícios de que seriam declarados o caráter socialista e a adoção do marxismo-leninismo como ideologia oficial da Revolução Cubana. Impulsionados pela difusão do imaginário anticomunista no período pós-Segunda Guerra Mundial e pela intensificação de propagandas acerca da ameaça que o comunismo supostamente representava, muitos pais cubanos se convenceram de que a melhor forma de proteger seus filhos era enviando-os sozinhos para o exterior. Desde então, a Operação Pedro Pan foi diversas vezes instrumentalizada nas políticas de hostilidade dos dois países e alvo de uma guerra de versões em que ambos os lados reivindicam sua memória e tentam moldar sua narrativa. Portanto, a proposta desta comunicação é refletir brevemente sobre como as disputas entre os dois países impulsionaram recriações da história da operação ao longo dos anos, a fim de que projetos político-ideológicos atingissem determinados objetivos no campo internacional.

162





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



OS BARÕES DA MODERNIDADE E OS SISTEMAS TRADICIONAIS DE ERVA-MATE: O CASO DA REGIÃO CENTRO-SUL DO PARANÁ

Lauren Silva

Resumo

O surgimento da indústria do mate modificou intensamente a cadeia produtiva dessa cultura silvícola visto que, aliadas ao desenvolvimento de um novo sistema de produção de erva-mate, as relações com a natureza e com os mundos sociais do trabalho foram intensamente modificadas. Principal produto da economia paranaense no século XIX, a economia do mate enfrentou o declínio a partir da década de 1930, cuja situação foi superada pelos detentores de maior capital, ao serem impulsionados pelos incentivos à industrialização paranaense mas, por outro lado, duramente limitante para a manutenção das pequenas produções dos erveiros, mesmo sendo estes os pioneiros no cooperativismo agrícola no estado. Nas últimas décadas do século XX, através das práticas de monocultivos implementadas pela “Revolução Verde”, ocorreu a verdadeira cisão entre o sistema tradicional de produção, a erva-mate sombreada, e a erva-mate a pleno sol, base para a ascensão da nova burguesia do mate, os barões da modernidade. Pautada na História Ambiental, essa pesquisa em desenvolvimento tem analisado como se deu a consolidação da indústria ervateira na região Centro-Sul do Paraná a relação com os agricultores erveiros, objetivando encontrar alternativas que possibilitem o reconhecimento da relevância do cultivo de erva-mate em harmonia com a natureza, visando a preservação dos sistemas agrofloretais e a garantia da segurança alimentar.

163





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



OS CINEASTAS “INDEPENDENTES PAULISTAS” E A (RE)CONSTRUÇÃO DO CINEMA NACIONAL-POPULAR NO BRASIL (1949-1959)

Francisco Daniel Iris Goiana

Resumo

Esta proposta de comunicação tenciona analisar socio-historicamente a trajetória e a obra de um conjunto de cineastas que denominamos de “independentes paulistas”, partindo do questionamento de como esses cineastas foram agentes no processo de (re)construção da cultura nacional-popular por meio de sua produção cinematográfica (escritos e filmes) e sua atuação política em prol da defesa do cinema nacional, no Brasil. Um dos aspectos que embasam a escolha por estes cineastas é que politicamente estavam ligados ao Partido Comunista do Brasil (PCB) e dialogavam com os ditames culturais oriundos do mesmo, a saber: a produção de uma arte educativa e reflexiva, a valorização da representação real do povo e a produção cultural livre da influência imperialista. Também são basilares a esta pesquisa a análise da produção cinematográfica desses cineastas e suas atuações no processo de autonomização do cinema brasileiro. Situamos nossa pesquisa majoritariamente na década de 1950, período de efervescência cultural, tendo como um de seus marcos o início do processo de industrialização cinematográfica na cidade de São Paulo.

164



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



OS CONFLITOS POR TERRA NA RIBEIRA DO APODI: ANÁLISES SOBRE A DISPUTA ENTRE A FAMÍLIA NOGUEIRA FERREIRA E A FAMÍLIA ROCHA PITA (SÉC. XVII-XVIII)

José Guilherme Oliveira da Silva

Resumo

Este trabalho tem por objetivo desenvolver a análise de um conflito por terra ocorrido na região onde hoje se encontra a cidade de Apodi, no Rio Grande do Norte, envolvendo dois grupos familiares, os Nogueira Ferreira e os Rocha Pita. Após a expulsão dos holandeses em 1654, iniciou-se uma nova etapa do processo de colonização das Capitanias do Norte; a interiorização da Capitania do Rio Grande foi repleta de conflitos, muitos ocorrendo entre conquistadores e indígenas, mas também internamente, entre os agentes da colonização. Os conflitos relativos à terra entre proprietários com diferentes níveis de posse (grandes e pequenos sesmeiros) permearam o processo de colonização. Muitos fazendeiros eram expulsos das terras não somente pelas populações indígenas que viviam na área, mas também por outros fazendeiros e capangas a serviço de ricas famílias, que usavam de seu poder para oprimir proprietários com menos posses. Como exemplo, analisar-se-á a disputa entre a família Nogueira Ferreira e a família Rocha Pita, por terras de criar gado no sertão da capitania do Rio Grande, onde hoje se encontra a cidade de Apodi.

165





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



OS DESAFIOS DE UMA AUTO-ETNOGRAFIA: REFLEXÕES HISTORIOGRÁFICAS SOBRE UM PROJETO DE MEMÓRIA INSTITUCIONAL NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (2023 - 2025)

Alexandra Dias Ferraz Tedesco

Resumo

A presente pesquisa tem o objetivo de pôr em relevo um aspecto específico da produção de registros de memória: a posição fronteiriça dos sujeitos em relação a objetos que partilham da mesma natureza do investigador. Essa reflexão parte de uma prática desenvolvida no âmbito do projeto Memória Institucional e Historiográfica do DHIS - UERJ. A experiência nos trouxe algumas reflexões, tais como: de que modo conhecer as perspectivas desses sujeitos é, ao mesmo tempo, entender nossas próprias vinculações e adesões? No sentido em que propõe Pierre Bourdieu, reconhecemos através dessas questões que a universidade é um campo de disputa simbólica, e que o envolvimento dos pesquisadores em seu próprio universo de pesquisa é convite à reflexão e à auto-objetivação. A partir desse debate, objetivamos partilhar alguns dos percursos teóricos que nos levam a uma operação auto-etnográfica.

166





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



OS PLANOS URBANÍSTICOS CONCEBIDOS PARA ABRIGAR A UNIVERSIDADE DE BUENOS AIRES, A UNIVERSIDADE CENTRAL DA VENEZUELA E A UNIVERSIDADE NACIONAL AUTÔNOMA DO MÉXICO E SUA RECEPÇÃO PELA HISTORIOGRAFIA DA MODERNIDADE ARQUITETÔNICA E URBANÍSTICA

Helio Herbst
Débora Dias
Lívia Botelho
Taís Ferreira
Wrik Salustiano

Resumo

Na primeira metade do século XX foram concebidos, na região geopolítica conhecida como “América Latina”, diversos territórios universitários, identificados como “campus” ou “cidades universitárias”, por vezes integrados ao tecido urbano, por vezes completamente isolados do entorno. O presente artigo pretende, à luz das formulações lançadas por Hans Robert Jauss em torno do conceito de “recepção”, lançar considerações sobre o juízo lançado pela historiografia da modernidade arquitetônica e urbanística acerca de três territórios universitários, criados para abrigar a Universidade de Buenos Aires (UBA), na capital argentina, a Universidade Central da Venezuela (UCV), na capital venezuelana, e a Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM), na capital mexicana. Em tal exame, pretende-se questionar de que maneira tais planos urbanísticos contribuíram para afirmar singularidades identitárias, ainda que as obras recorram a preceitos fundamentados pelos mestres do funcionalismo, sobretudo europeus. Para tanto, os projetos das três universidades serão analisados à luz das diretrizes instituídas pelos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM) e, mais particularmente, pelos preceitos urbanísticos difundidos pela obra teórica do arquiteto franco-suíço Le Corbusier, que direta ou indiretamente contribuiu para a conceituação dos planos supramencionados.

167





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



OUTROS EPISÓDIOS DE CLIO: REPRESENTAÇÕES HISTÓRICAS A PARTIR DA FRANQUIA DE JOGOS "ASSASSIN'S CREED"

Jorge Eduardo Maristino Silva
Pedro Pio Fontineles Filho

Resumo

O artigo tem o objetivo de compreender as representações de diferentes períodos e acontecimentos históricos, a partir dos jogos "Assassin's Creed". Para tanto, busca responder aos questionamentos que envolvem o objeto pretendido: Como "Assassin's Creed" recria e ambienta os períodos históricos? Em que medida as narrativas dos jogos vão ao encontro das fontes históricas? Quais são as melhores metodologias de aplicação de "Assassin's Creed" no processo de Ensino e aprendizagem? É possível conciliar o processo de ensino aprendizagem com o entretenimento em que os alunos estarão inseridos? Quais são os recursos e capacitações necessárias para o educador executar um projeto de gamificação do ensino? Nesse sentido, o estudo dialoga com chaves conceituais acerca da História, Narrativas, Linguagens e Ensino. Considerou que os jogos contribuem para (re)pensar a narrativa histórica e suas relações com a memória, com a historiografia e com o ensino de História.

168





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



PADRE E AUTOR DE LIVROS DIDÁTICOS NO BRASIL DO SÉCULO XIX: A FORMAÇÃO RELIGIOSA E INTELECTUAL DO CÔNEGO DOUTOR JOAQUIM CAETANO FERNANDES PINHEIRO

Carlos Eduardo de Oliveira Bezerra

Resumo

Nesta comunicação oral, apresento os resultados atuais de uma pesquisa em andamento do tipo bibliográfica, qualitativa e documental cujo objetivo geral foi analisar a atuação do padre Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, que, conjuntamente à sua vida de clérigo, atuou como autor de livros didáticos de diversos assuntos. Na pesquisa que realizo, tenho como fonte somente os livros didáticos de Língua Portuguesa e de Literatura. São eles: *Resumo da História Literária e Grammatica da Infância*. Em ambos os livros, que foram escritos e publicados no Brasil, o autor apareceu como "o cônego doutor", ou seja, a sua formação religiosa sendo reforçada pela sua formação intelectual. Interessa-nos na pesquisa investigar como essas formações dialogam, qual o papel de cada uma no fato de que o padre e doutor também era autor de livros didáticos de Língua Portuguesa, Gramática e Literatura, especialmente para criança, como se pode perceber na *Gramática da Infância*. Além de autor de livros didáticos, Fernandes Pinheiro fez uma carreira intelectual participando de associações como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, à época uma das mais prestigiadas instituições do tipo no Brasil. Além do IHGB, Fernandes Pinheiro participou de associações homólogas no exterior, mais precisamente em Paris, Nova York, Lisboa etc, porém, para o autor de livros didáticos, nada foi mais importante do que ele ser professor do Colégio Pedro II, a escola mais prestigiada à época no Brasil, sendo visitada constantemente pelo imperador, que fazia parte das bancas de seleção dos professores. Em todos os livros, o epíteto "professor do Colégio Pedro II", certamente reforçava o seu prestígio e as vendas dos livros, todos publicados no Rio de Janeiro, pela Editora Garnier, de capital francês e atuante no mercado editorial brasileiro. O seu *Resumo da História Literária* segue a cartilha didática época, propondo um ensino tradicional da literatura.

169





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



PARTUS SEQUITUR VENTREM: DEBATES, PROJETOS E INICIATIVAS EM FAVOR DA EDUCAÇÃO/INSTRUÇÃO DOS INGÊNUOS (RIO DE JANEIRO, 1871-1888)

Rosane dos Santos Torres

Resumo

A análise proposta para essa comunicação tem como objetivo discutir os projetos e embates políticos envolvendo a escolarização dos ingênuos na cidade do Rio de Janeiro, entre os anos de 1871 e 1888. A intenção é investigar se houve um processo de inserção social dos ingênuos, para além de sua condição jurídica, ou seja, é debater se o preceito legal se tornou uma prática efetiva, com oferta de instrução e educação aos filhos livres de mães escravas, tanto por parte do Estado quanto de particulares. Ao levar em consideração as relações estabelecidas entre educação, cidadania e liberdade, interessa-me discutir os projetos políticos e as reformas educacionais implementadas nesse período, enquanto uma política de Estado visando à escolarização da população. Meu objetivo é acompanhar os discursos – inclusivos ou não – voltados para a questão da educação dos ingênuos, de modo específico, e das crianças pobres, de maneira geral, num recorte temporal que abarca os últimos anos do Império brasileiro. Durante o século XIX, crianças pobres estiveram na pauta dos debates parlamentares, sendo recorrentemente associadas a um determinado projeto de Nação. Educar e instruir a população, desde os seus primeiros anos de vida, era uma forma de permitir o nascimento de uma determinada “consciência política e moral” nos alunos, fornecer mão de obra capacitada para o mercado de trabalho urbano, bem como conter o avanço das desordens públicas.

170





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



PASSADOS EM DISPUTA NO TEMPO PRESENTE: MEMÓRIAS, PATRIMÔNIOS SENSÍVEIS E ENSINO DE HISTÓRIA NO RIO DE JANEIRO

Thays Merolla Piubel

Resumo

A presente comunicação tem por objetivo apresentar as linhas gerais e alguns resultados parciais de uma pesquisa de doutoramento em desenvolvimento no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGE/UFRJ). Na pesquisa procuramos investigar como professores de História que atuam em escolas públicas no estado do Rio de Janeiro (Brasil) estão dialogando com patrimônios sensíveis em suas práticas pedagógicas. Entendemos que o patrimônio cultural tem se constituído enquanto discurso e materialidade sobre o passado em disputa no tempo presente, especialmente àqueles de caráter sensível, que se relacionam com questões de violência direta, estrutural e cultural ocorridas contra populações historicamente marginalizadas. Nesse sentido nos parece relevante que essas discussões tenham espaço na escola e no ensino de História. A principal dimensão metodológica empregada foi a realização de entrevistas na perspectiva da História Oral, entendendo que as narrativas produzidas são fontes históricas a serem analisadas para compreender os sentidos sobre as experiências dos sujeitos. Essa pesquisa se nutre de referenciais teóricos de diferentes campos, especialmente o Ensino de História, entendido enquanto “lugar de fronteira” entre a Educação e a História de forma a complexificar a análise da História ensinada, articulando categorias como memória, currículo, conhecimento escolar, temas sensíveis e patrimônio cultural.

171





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



PATRIMÔNIO POSTO À MESA: A CULINÁRIA DAS COMUNIDADES DE DONA FRANCISCA – RS, BRASIL

Daffine Natalina Reck

Resumo

O trabalho destaca a Gastronomia de um município do RS, Brasil, que faz parte do Geoparque Quarta Colônia UNESCO, tendo como escopo a investigação das principais produções alimentícias que integram o patrimônio culinário dos seus habitantes, e como produto final, a elaboração de um caderno com as receitas eleitas por cada comunidade local. Entender as práticas culinárias locais como elementos peculiares culturais da região, de maneira a interligar comida e patrimônio, tradições, memórias, identidades e pratos típicos são objetivos. A pesquisa se ancorou na realização de entrevistas a moradores das comunidades locais e em suas receitas culinárias típicas, os modos de fazer e como repassar tais conhecimentos. Destacou-se a experiência em Educação Patrimonial por meio da inserção dos aromas e sabores, transmitidos através das gerações, em sala de aula, com oficinas na Escola de Educação Infantil do Município. Ainda foi realizado o levantamento e estudo das festas comunitárias como elementos de sociabilidade, desenvolvimento territorial e divulgação da gastronomia local como forma de valorização e atração turística. Por meio das entrevistas, foram eleitos os pratos típicos de cada comunidade, feito o seu registro e estudo. Busca-se, com este texto, apresentar um trabalho de mestrado em Patrimônio Cultural pela UFSM, de forma perceber os aspectos históricos presentes nas receitas e nos seus modos de fazer, que perpassam gerações, sendo dotadas de tradições, costumes e memórias.

172





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS – 3 E A BUSCA DE UMA POLÍTICA DE MEMÓRIA SOBRE A HISTÓRIA RECENTE NO BRASIL

Keides Batista Vicente

Resumo

A história recente sobre o Brasil esbarra em incompreensões sobre violações aos direitos humanos por parte do Estado e com isso uma construção social que nega e até propõe revisões sobre o passado. Como exemplo os vinte e um anos de ditadura civil-militar e a sequência de legislações que cercearam a compreensão legal sobre o período. Assim tem-se políticas institucionalizadas que promoveram a negação e o esquecimento dos fatos, como a Lei de Anistia de 1979, mas também a ausência de uma justiça de transição em que os perpetradores de violação aos direitos humanos fossem devidamente conhecidos e julgados, e conseqüentemente que se promovesse uma política de memória. Posto isto, pretende-se analisar como o Estado brasileiro busca viabilizar as políticas de memória através do Programa Nacional de Direitos Humanos – 3, de 21 de dezembro de 2009, atualizado em 12 de maio de 2010. Para isto, será analisado o Eixo Orientado VI: Direito à Memória e à Verdade, em sua Diretriz 24 que propõe a Preservação da memória histórica e a construção da verdade.

173





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



QUANDO O VENTO PAROU E A ÁGUA ABAIXOU: OLHARES SOBRE UMA HISTORIOGRAFIA DOS SUBÚRBIOS CARIOCAS

Rosemeri Maria da Conceição

Anna Beatriz Almeida

Resumo

A historiadora Lilia Schwarcz após realizar pesquisa sobre o escritor Lima Barreto (1881-1922) afirmou que ele, ao colocar o subúrbio como espaço da crítica social de suas personagens, estendeu os limites da cidade, antes circunscritos ao Campo de Santana. Sua percepção retoma um momento da historiografia, quando a abordagem foi direcionada para as classes trabalhadoras. São exemplos os trabalhos de Sidney Chalhoub, "Trabalho, lar e Botequim" e "Meninas Perdidas" de Martha Abreu Esteves. No primeiro temos a vida de pessoas anônimas, com suas dinâmicas de trabalho, lazer e sociabilidades. No segundo, o foco recai sobre o abandono de meninas que no mesmo período foram abandonadas por namorados inescrupulosos. Em comum, a narrativa construída através de documentação criminal; vozes que nos chegaram ampliadas e interpretadas pelos competentes autores. Há alguns anos está em curso no Rio de Janeiro um movimento que examina esses espaços sob novas lentes. "Frente Ampla Suburbana", "Diálogos Suburbanos" e "Instituto 100% Suburbano" reúnem ao seu redor uma vibrante produção. Oportunidade para ouvir pesquisadores e professores cujos resultados seguiam nas margens da produção historiográfica. Esta comunicação, fruto de pesquisa em curso na FIOCRUZ, objetiva mapear as principais referências dessa vertente historiográfica, investigando o papel decisivo que ela concede às culturas de bem viver, aos laços de solidariedade e cumplicidade engendrados nesses territórios, adensando percepções apenas insinuadas nos estudos anteriores.

174





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



RECONTAR A HISTÓRIA PELA BOCA: AS DOCES NARRATIVAS NO REDESENHO DA HISTÓRIA DAS CIDADES DO RECÔNCAVO BAIANO

Fernando Santa Clara Viana Junior
Matheus Magalhães Costa

Resumo

O objetivo do trabalho é apresentar a multiplicidade da doçaria tradicional de tabuleiro das Baianas de Acarajé das cidades do Recôncavo Baiano (Bahia, Brasil), destacando a cartografia dinâmica das práticas alimentares como elemento das novas narrativas sobre as histórias dos territórios, problema que embasa nessa pesquisa. Para isso, valemo-nos das memórias não só da produção dos doces, mas da produção das sociedades, das sociabilidades e dos territórios, todos narrados pelas produtoras e mercantes dos doces tradicionais. Instruídos pela proposta de cartografia de Deleuze e Guattari, mapeamos os territórios gastronômicos por entrevistas com essas mulheres e conhecemos conexões entre os territórios, na perspectiva de Milton Santos, e as camadas de memória, orientados por Pierre Nora. Assim, buscamos analisar como as histórias e o tempo refazem as linhas que mapeiam as identidades culturais presentes nos saberes e sabores autênticos, e recontam histórias. Por fim, destacamos a narrativa como produção participativa do passado no presente, revelando a dinâmica interconectada entre cartografia, memória e história na produção dos doces de tabuleiro, reafirmando a importância das baianas como guardiãs vivas da cultura gastronômica baiana.

175





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



REDES E NARRATIVAS TRANSNACIONAIS DA MORADIA NA AMÉRICA LATINA: O CASO DA INTERNATIONAL BASIC ECONOMY CORPORATION – IBEC

Michele Aparecida Siqueira Dias

Resumo

Esta comunicação pretende discutir sobre as redes e os discursos que permearam a construção de espaços pela ‘International Basic Economy Corporation’ (IBEC), empresa do grupo Rockefeller que funcionou durante a segunda metade do século XX e que possuía uma divisão específica para pensar e projetar habitação, além de realizar os acordos políticos para a construção dos conjuntos habitacionais na América Latina. Compreender como eram estabelecidos os acordos para construção dos conjuntos compõe para de uma história transnacional da empresa podem revelar tensões e embates entre as partes. Como por exemplo o primeiro conjunto construído em Porto Rico, que possuiu diversas facilidades de financiamento através de um estímulo dos Estados Unidos, enquanto de um outro prisma, a instalação de um conjunto no Brasil possuiu diversos percalços, desde a escolha do canteiro de obras que possuiu vários problemas, o que acabou atrasando o projeto em duas décadas, até o método construtivo de forma diferente do que era previsto. Desta forma, pretendemos mostrar nesta apresentação como as narrativas e ações da IBEC permearam a história das relações entre Estados Unidos e América Latina por meio da habitação e de uma perspectiva transnacional.

176





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



RELAÇÕES ENTRE HISTÓRIA E PSICANÁLISE A PARTIR DE BIOGRAFIAS HISTÓRICAS: A VIDA DE FREUD A PARTIR DE GAY E ROUDINESCO

Evandro dos Santos

Resumo

As relações entre o particular e o geral, o específico e o total, o individual e o coletivo, dentre outras dicotomias supostas, ajudam a definir tanto a natureza da história, entendida como disciplina científica, como a mapear as diferentes historiografias desenvolvidas ao longo do tempo, em variados recortes espaciais. Nesse sentido, o gênero biográfico assume um lugar especial, que atravessa as escritas antigas e modernas da história, ao mesmo tempo que se mostra disseminado nos mais diversos contextos historiográficos. Quando falamos da escrita de vidas de intelectuais, ou, no caso examinado neste trabalho, de um responsável por uma das obras mais importantes da modernidade, torna-se ainda mais evidente o paralelo possível entre responsabilidade ética e teorização, no trabalho de historiadores. Sendo assim, a presente comunicação pretende apresentar os resultados do exame de duas obras biográficas dedicadas ao fundador da psicanálise, o médico neurologista Sigmund Freud (1856-1939). Freud, uma vida para o nosso tempo (1988), do historiador alemão, radicado nos Estados Unidos, Peter Gay, e Sigmund Freud na sua época e em nosso tempo (2014), da historiadora francesa Elisabeth Roudinesco são livros ora tomados como fontes históricas, que, quando analisadas em paralelo, permitem a compreensão dos variados contextos de relacionamento da história com a biografia e, sobretudo, da primeira com o saber da psicanálise, reunindo, assim, elementos pertinentes para se pensar relevantes aspectos do debate teórico referente à história, ao tematizar a participação das narrativas de vida de sujeitos de conhecimento na produção de conhecimentos, ao longo do tempo.

177





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



RELAÇÕES ENTRE HISTÓRIA LOCAL E HISTÓRIA PÚBLICA: O PROJETO SOMBRIO NA HISTÓRIA

Tamiris Serafim de Matos
Cristiane Teixeira Garcia
Paola Vieira da Silveira

Resumo

A presente proposta objetiva apresentar o Projeto Sombrio na História que desde setembro de 2021 busca pesquisar e compartilhar a História de Sombrio, cidade localizada no extremo sul do Brasil. Como resultado desse trabalho foram higienizados, catalogados e acondicionados mais de 500 documentos e realizadas entrevistas com base na metodologia de História Oral. A documentação está disponível para pesquisa na Casa da Cultura de Sombrio divididos em cinco seções: História da Educação, Livros de registro, História Oral, fotografias e diversos (com ofícios e certidões de diferentes contextos). Das entrevistas foram feitos pequenos vídeos para serem disponibilizados à comunidade pelo Facebook, como uma forma de divulgar e chamar a atenção para o material completo. Pontuamos que um dos principais objetivos do Projeto está relacionado à possibilidade de que professores e professoras possam encontrar neste arquivo um espaço para a pesquisa, mas também um ambiente didático/pedagógico. Pontuamos também, como nos lembra Schmidt (2012), a importância da História Local enquanto estratégia pedagógica, que corresponde a “abordar a aprendizagem, a construção e compreensão do conhecimento histórico, a partir de proposições que tenham a ver com os interesses dos alunos, suas aproximações cognitivas e afetivas, suas vivências culturais; com as possibilidades de desenvolver atividades vinculadas diretamente com a vida cotidiana, entendida como expressão concreta de problemas mais amplos”.

178





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



REPENSANDO A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO. TUPI-GUARANÍ SERÁ A LÍNGUA OFICIAL DA NAÇÃO?

Regina Helena Vieira Santos

Resumo

Este ensaio repensa, ou melhor, é uma reflexão sobre a ocupação do território brasileiro na extensão sul durante período colonial. A história deste lugar é muito anterior a chegada do homem europeu. Vivenciar aldeias indígenas sobreviventes na extensão costeira no século XXI, é ver o outro lado da moeda. O conhecimento dos povos originários levou os colonizadores aos seus objetivos; a conquista de novos territórios, a exploração de produtos da terra, dentre os quais os minérios. A catequização, será que o povo aqui morador com suas famílias, no seu clima, nas suas florestas, no seu modo de viver, queria segurar a cruz que o jesuíta trazia. Artesões naturais, talharam retábulos, construíram igrejas... ainda chamados de indolentes. Cultura com alfabeto, com escrita e pronúncia própria, que a maioria da população ignora (inclusive eu). Um país que por quatro séculos desvaloriza as suas raízes. Em “Futuro Ancestral”, Ailton Krenak questiona sobre as cidades; Daniel Munduruku escreveu “Crônicas de São Paulo, um olhar indígena”, são algumas referências que inspiram revisar os conceitos de doutrina assumidas, praticamente sem diálogo, por uma nação. Lima Barreto defendia o tupi-guarani em “Triste fim de Policarpo Quaresma”, será que ainda temos tempo para dialogar e aprender em todas as escolas do Brasil ambas culturas?

179





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO PROFESSOR REGENTE SOBRE O PROFESSOR HORA-ATIVIDADE E REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO PROFESSOR HORA ATIVIDADE EM RELAÇÃO O PROFESSOR REGENTE: O CASO DAS AULAS DE CIÊNCIAS

Amanda Vitor Dourado

Resumo

O profissional conhecido como professor hora-atividade desempenha suas funções no atendimento às crianças na educação infantil durante os períodos em que o professor regente está envolvido em estudos, atendimento e/ou planejamento, conforme estabelecido pela Lei 11.738/2008. Esse cenário proporciona uma base para a abordagem teórico-metodológica na pesquisa de campo das Representações Sociais (RS), permitindo-nos interpretar aspectos da realidade docente. O objetivo deste estudo é analisar as representações sociais do professor regente em relação ao professor hora-atividade, assim como as representações do professor hora-atividade em relação ao professor regente, especificamente no contexto das aulas de ciências. A metodologia incluirá a realização de um grupo focal, com a coleta de dados por meio de entrevistas e questionários aplicados a profissionais que atuam no ensino de Ciências na Rede Municipal de Educação do Estado do Paraná. Os resultados, discussões e considerações iniciais ressaltam a necessidade de estudos direcionados às Representações Sociais entre os docentes na educação infantil, especialmente no âmbito do ensino de ciências.

180





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



REVISANDO O INÍCIO DO REINADO DE D; AFONSO V

Luiz José da Silva

Resumo

Este artigo tem como meta, efetuar uma breve revisão do reinado de D. Afonso V (1438-1481), portanto uma abordagem a partir do seu nascimento, a infância e sua criação, permitirá compreender algumas das suas atitudes e decisões que certas ou erradas, forçarão ao estudioso deste monarca uma reflexão. A relevância de sua mãe, a rainha D. Leonor de Aragão, em sua educação, o posicionamento político e social da alta nobreza portuguesa, o domínio nobiliárquico e o quanto o antagonismo e os embates políticos entre a rainha e o duque de Coimbra, D. Pedro, influenciaram na sua educação e primeiras decisões como rei de Portugal.

181





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



ROMPENDO BARREIRAS: MAJUR TRAYTOWU, REDEFININDO IDENTIDADES NA LIDERANÇA INDÍGENA

Claudinei Caetano dos Santos

Resumo

Este trabalho analisa a vivência de Majur Traytowu, um líder indígena boe-bororo da aldeia Apido Paru, situada na reserva Tadarimana, em Rondonópolis e Pedra Preta, Mato Grosso. Após assumir como cacique, Majur iniciou sua transição de gênero, utilizando a Hormonioterapia e planejando uma intervenção cirúrgica posteriormente. Sua jornada o tornou o primeiro cacique transexual conhecido. Esse caso suscita reflexões sobre as mudanças culturais, sociais e políticas na inserção cultural indígena e sua interação com a sociedade não indígena. A cacique rompe barreiras a partir das noções pré-estabelecidas no imaginário social, onde afirma que na aldeia em que é cacique não sofre rejeição, e que isso acontece quando está fora de seu “habitat”. Majur está a frente da Apido Paru a mais de dois anos.

182





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



RUA CHILE: ESTILHAÇOS DE UMA VIA MOVIMENTO

Janaina Chavier Silva

Resumo

Na busca por compreender e escrever a história de um espaço, uma rua em transformação, onde tratores, picaretas e pás reviram seu solo, deixando emergir pedaços, estilhaços diversos, optamos por olhar para as materialidades e as memórias que compõe a Rua Chile de uma outra maneira. A história, os espaços e as cidades não seriam saberes/práticas constituídos de múltiplas continuidades, múltiplas direções? Pois se a cidade não se materializa de maneira uniforme, porque dizê-la, lê-la ou escrevê-la em um só tempo? Qual é a escrita da cidade que se faz coerente às suas múltiplas temporalidades, suas múltiplas espacialidades, sua diversidade, as suas múltiplas memórias? Qual é a escrita da cidade que se faz coerente a sua espacialidade fragmentada, suas diferentes tramas? Uma escrita fragmenta e dispersa como arriscou Walter Benjamin? O movimento constante de olhar pra Rua e por ela ser olhada foi e ainda continua sendo o de recolher e colecionar caquinhos, estilhaços, fragmentos e juntá-los em momentâneas configurações. A história desta Rua localizada no centro histórico da cidade de Salvador da Bahia, não é uma só, como profere a iniciativa privada que insiste em chama-la, por razões publicitárias, de “A primeira Rua do Brasil”. As histórias deste espaço público são muitas e pode a qualquer momento ser contada sob outra ou outras perspectivas geradoras de novas e/ou possíveis outras Ruas Chiles.

183





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



SANTO ANTÔNIO DE LISBOA :UM ESPÍRITO DE SEU TEMPO

Leandro Faria de Souza

Resumo

Nascido com o nome secular de Fernando de Bulhões, Santo Antônio(1195- 1231), pode ser considerado, produto de um contexto social de transformação característica do período histórico conhecido como a baixa Idade Média esse contexto é marcado fundamentalmente pelo surgimento das primeiras cidades. A presente comunicação pretende estabelecer uma conexão entre a trajetória intelectual de Santo Antônio como Pensador e o trabalho desenvolvido por ele na retomada de alguns aspectos ligados a vida cotidiana dos fiéis no período de sua atuação como religioso e ao mesmo tempo demonstrar como seu trabalho contribui , à construção de uma memória organizativa do conjunto de tradições ligadas a religiosidade de seu período histórico. Memória esta, que está vinculada as suas pregações que proporcionaram a sua figura Uma popularidade o que contribuiu para a sua valorização como modelo exemplar a até nossos dias como um dos Santos mais populares da Igreja Católica. Do ponto de vista teórico, utiliza-se obras de referência ao tratar ao conceito de memória e suas implicações na ciência histórica e suas consequências para elaboração das interpretações ligadas a essa personagem de destaque no período da Baixa Idade Média.

184





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



SANTOS, O PORTO E OS TRABALHADORES: POR UMA MEMÓRIA DO LUGAR

Tathianni Cristini da Silva
Nanci Lancha Novo
Marcos Rafael da Silva
Clara Versiani dos Anjos Prado

Resumo

A cidade de Santos, desde sua fundação, está ligada intrinsecamente ao porto. No século XIX teve seu crescimento acentuado pela produção cafeeira do interior do estado de São Paulo. Assim, cresceu o número de trabalhadores imigrantes e, com eles, a divulgação de ideias anarquistas e depois comunistas atuando na organização e resistência dos trabalhadores portuários. Santos ficou conhecida como o “Porto Vermelho”. A ditadura civil-militar instalada em 1964, interrompeu a trajetória das lutas dos trabalhadores promovendo a invasão e fechamento de sindicatos e perseguição, prisão das principais lideranças. A cidade perdeu sua autonomia política e passou a ter dificuldade de recuperar e discutir a história do período. Com isso, e apesar da importância do porto e de sua história, no que se refere à memória e ao patrimônio, cidade e porto parecem divorciados. Os esforços de preservação do patrimônio nos últimos anos não incluíram o passado de lutas dos trabalhadores. Compreendendo o papel do porto de Santos e de seus trabalhadores para a cidade, propõe-se a criação de um Centro de Memória dos Trabalhadores na região conhecida como Valongo que possui os antigos armazéns. Perceber a vida, a presença dos trabalhadores que por ali passaram é essencial para compreensão da dinâmica das ruas, do seu comércio e da formação dos bairros no seu entorno. A proposta que aqui se apresenta sustenta-se em autores como Aleida Assmann, Andreas Huyssen, Rita Segato, Dolores Hayden e Nanci Trigueiros.

185





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



SEMIÓTICA BAKHTINIANA, HISTÓRIA E A DIDÁTICA DA HISTÓRIA: A RECEPÇÃO DO DISCURSO HISTÓRICO NUMA SEQUÊNCIA DE TEMPOS MODERNOS

Roberto Abdala Junior

Resumo

Um problema da Didática da História intrinsecamente ligado à ciência História é o da recepção do discurso histórico. Na apresentação, vou argumentar sobre a possibilidade de enfrentamento de parte do problema ao demonstrar como o uso da semiótica bakhtiniana permite apreender uma série de elementos que entram na configuração de uma sequência cinematográfica, a fim de fornecer a leitura (sua performance) – inclusive histórica – pretendida pelos autores. O objeto analisado é uma sequência do filme *Tempos modernos*, Chales Chaplin (1936). A ideia é demonstrar, por meio da análise, que elementos da sequência cinematográfica que entram em sua configuração visual pretendem realizar “performances” que assegurem sua recepção, seu entendimento pelo público – assim como qualquer outro discurso sobre experiências do tempo. A análise assenta-se na semiótica bakhtiniana que, segundo defendo, pode ser aplicada à qualquer discurso, independente da linguagem. Seguindo esse exemplo pontual, pretendo demonstrar que alguns problemas enfrentados pela História e/ou pela Didática da História podem ser melhor enfrentados nas análises empregando-se a semiótica encontrada nas obras de Mikhail Bakhtin e seu círculo. A vantagem da semiótica bakhtiniana é não se restringir a obras escritas, tampouco aos elementos verbais da situação histórica na qual os discursos foram forjados e/ou serão usados.

186





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



SER MÃE NA ARGENTINA: ANÁLISE IMAGÉTICA DE DUAS FOTOGRAFIAS PRESENTES NO LIVRO “MADRE E HIJAS” DA FOTÓGRAFA ARGENTINA ADRIANA LESTIDO

Luiza Possamai Kons

Resumo

Este artigo analisa duas fotografias presentes no livro “Madres e hijas” (1995–1999) da fotógrafa argentina Adriana Lestido. O objetivo é entender se essas imagens atreladas pela ausência, principalmente, da figura masculina, como consequência direta do regime ditatorial argentino (1976-1983), são uma contraposição ao *modus operandi* de um fazer fotográfico embasado em uma lógica colonial. Para isso, parto dos ensaios da pesquisadora Ariella Azoulay publicados na revista *Zum* “Desaprendendo momentos decisivos” em que a autora traça um olhar decolonial ao abordar a história da fotografia e as relações que se estabelecem no fazer fotográfico. A fim de discutir uma possível geração de memória e história decolonial criada por um discurso imagético que torna visível e sensível distintas camadas de tempo, e questões inerentes àquela sociedade.

187





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



SERTÃO CALON: TECENDO CAMINHOS CIGANOS NA HISTORIOGRAFIA COLONIAL

Natally Chris da Rocha Menini

Resumo

O processo de produção de conhecimento histórico é constituído por um exercício de escritura que nos convida a repensar escolhas teórico-metodológicas e a problematizar os conceitos que constroem determinado objeto de estudo. Na presente comunicação elencamos como tema os povos ciganos Calons, que historicamente foram estigmatizados no mundo ibero-americano e invisibilizados nos estudos das Ciências Humanas. Desse modo, nessa oportunidade buscaremos inserir a problemática cigana na historiografia colonial, colaborando, inclusive, com novas abordagens sobre a formação histórica dos chamados sertões do Brasil, tendo em vista as expressivas territorialidades ciganas construídas nesses espaços ao longo do período setecentista. Com o suporte teórico dos estudos pós-coloniais e decoloniais realizaremos uma releitura crítica dos eixos de “colonialidade do poder”, que influenciaram a produção de leis anticiganas e a constante política de repressão aos Calons patenteadas em diversas correspondências oficiais produzidas no século XVIII. Por fim, buscaremos demonstrar que para compreender a historicidade dos ciganos é necessário considerar a tradição oral desses povos e questionar a matriz eurocêntrica que através da “colonialidade do saber” construiu o vocabulário discriminatório com relação aos territórios e povos dominados no ultramar.

188





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



TEMPO, HISTÓRIA E MEMÓRIA NO PENSAMENTO DE AILTON KRENAK

Everton de Oliveira Moraes

Resumo

O texto busca analisar o pensamento do tempo e da história na produção intelectual do pensador indígena Ailton Krenak. O objetivo central é realizar um exercício antropológico de tradução conceitual das categorias ameríndias de temporalização da experiência, isto é, analisar o pensamento indígena do tempo a partir da comparação com as categorias temporais do pensamento ocidental moderno e da historiografia disciplinada. O que se busca é divisar alguns dos limites daquilo que podemos chamar de “cultura histórica” e “historicismo”, assim como articular possibilidades de pensar diferentemente a pesquisa e a escrita da história a partir de sua fricção com outro modo de lidar com o tempo e com a memória. Mais especificamente, interessa compreender como Ailton Krenak mobiliza seu pensamento para afirmar uma agência histórica pautada por uma atitude de cuidado/cautela, que contraria o ímpeto transformativo da cultura histórica.

189





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



TERRITÓRIO INDÍGENA POTIGUARA SOB A GESTÃO DO SPI

Venâncio de Oliveira Araújo
Lucas Flávio Alverga da Silva

Resumo

Este trabalho trata da história do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e sua atuação nas terras indígenas potiguara, no Estado da Paraíba/Brasil. Criado em 1910, o órgão tinha como intuito prestar assistência aos índios, quer fossem nômades, aldeados ou que vivessem “promiscuamente com civilizados”. Quando de sua criação na recém proclamada República, os discursos nacionalistas e de ordem e progresso moveram as classes política e econômica frente a um avanço territorial, porém, que se esbarrava na ocupação de vários territórios – ricos e promissores – ocupados por diversas populações indígenas. Na Paraíba, o órgão começou a atuar ainda em 1930 e permaneceu até 1967, e através do Posto Indígena Nísia Brasileira, situado na Baía da Traição, os povos potiguara da Paraíba passaram a ser tutelados pelo Estado. Dos documentos referentes ao órgão e analisados pelo Grupo de Pesquisa Abaiara/UFPB, resultam o trabalho historiográfico sobre as ações do SPI, entre os anos de 1930 a 1950, avaliando as intervenções diretas do órgão junto a essa população indígena frente aos conflitos de ocupação territorial, por decorrência das constantes invasões por particulares (não-indígenas) ou pela Cia de Tecido Rio Tinto. Partindo desses dois grupos de invasores, as pesquisas em questão têm versado sobre a identificação, classificação e análise documental que demonstrem qual o real papel do órgão estatal junto aos potiguaras, se em defesa dos indígenas ou das partes invasoras.

190





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



TERRITÓRIOS VIVOS: COMO HISTÓRIA ORAL, MEMÓRIA E ESTUDOS DO TEMPO PRESENTE PODEM INFORMAR O PLANEJAMENTO URBANO

Karina Oliveira Morais dos Santos

Resumo

Enquanto método, a história oral se difundiu com maior fôlego a partir da década de 1970, notadamente nos Estados Unidos e Europa. No Brasil, sua introdução ocorreu também nesse momento, mas é a partir da década de 1990 que começou a se expandir com maior expressão, sobretudo com a emergência de programas de pós-graduação e eventos acadêmicos, que foram importantes para o seu reconhecimento. O processo de redemocratização do país, a partir de meados da década de 1980, também impulsionou sensivelmente o interesse pela preservação da memória coletiva e individual, pelas biografias, pela história do tempo presente e pela história da vida nas cidades. Nesta ocasião, pretende-se demonstrar como o método pode ser utilizado para compreender como os sujeitos se relacionam com os territórios em que vivem, no contexto urbano. A partir da mobilização da memória enquanto dispositivo, suas percepções podem informar não apenas como testemunharam e vivenciaram as transformações territoriais ao longo do tempo, mas, sobretudo, antecipar problemas futuros que devem nortear o planejamento urbano. Parte-se do pressuposto, ainda, que quaisquer intervenções públicas na construção das cidades, que se pretendam efetivas e democráticas, devem contemplar o engajamento de sujeitos plurais, considerando suas histórias vividas e concebidas. O desafio para o meio científico é justamente impulsionar essa prática, em perspectiva multidisciplinar.

191





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



TOM ZÉ, UM CANCIONISTA SÁTIRO: IMAGENS DO RISO E A COMICIDADE NA POÉTICA DO “ÚLTIMO TROPICALISTA”, ENTRE 1965 E 1973

Diego de Moraes Campos

Resumo

Propomos uma reflexão histórica sobre a centralidade da comicidade na obra do cancionista Tom Zé no contexto (brasileiro e mundial) do recorte temporal entre 1965 e 1973, destacando as várias imagens do riso e a dimensão satírica de sua discografia lançada nesse período. Em uma polifonia sonora e poética, Tom Zé apresentou produções criativas relevantes tanto para se redimensionar a história da cena musical (com suas canções irônicas e metalinguísticas), como para se repensar algumas questões que emergiam na sociedade brasileira (com suas crônicas musicais), na virada da década de 1960 para os anos 1970, durante a conjuntura da ditadura civil-militar. Assim, a comunicação se insere no campo dos estudos que procuram problematizar o golpe militar de 1964, tragédia na história brasileira que completa 60 anos neste ano de 2024. A presente comunicação deriva de algumas das conclusões da tese de doutorado que defendi em 2020, no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A tese em questão procurou aprofundar na trajetória inicial do processo de transformação do jovem Antônio José (de Ipirá, município do interior do estado da Bahia) à persona artística de “Tom Zé” (um dos maiores expoentes do movimento artístico da Tropicália). Entre seu primeiro compacto de vinil (de 1965) e o álbum “Todos os olhos” (1973) pela gravadora Continental, percebeu-se um processo de mudanças estéticas na obra de Tom Zé, preparando caminho para uma obra cada vez mais ousada esteticamente, que inspirou seu biógrafo italiano, Pietro Scaramuzzo, a denomina-lo como “o último tropicalista”.

192





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



TRANSFERÊNCIAS CULTURAIS E APROPRIAÇÃO DO SISTEMA GINÁSTICO FRANCÊS NA EDUCAÇÃO FÍSICA BRASILEIRA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Tuany Defaveri Begossi
Janice Zarpellon Mazo

Resumo

O sistema ginástico francês foi trazido ao Brasil pela Missão Militar Francesa, no ano de 1907. Índícios históricos apontam que, a partir de então, práticas realizadas no interior das corporações militares foram difundidas a outros contextos sociais, tais como aos cursos de especialização de professores de Educação Física e às escolas. Deste modo, transferiu-se ao ambiente educacional brasileiro um modelo de ensino militar, permeado por características advindas da França. O objetivo da presente pesquisa foi compreender as práticas e as representações culturais do sistema ginástico francês transferidas ao campo da Educação Física brasileira, na primeira metade do século XX. O delineamento da investigação foi orientado pelos pressupostos teórico-metodológicos da História Cultural, notadamente pelos conceitos de representações e práticas culturais e de apropriação. As noções teóricas de transferências culturais e de difusão cultural, também se apresentaram como basilares ao traçado investigativo. As informações reunidas apontaram para uma significativa difusão de preceitos franceses nos programas de ensino do primeiro curso a especializar professores normalistas, para o ensino da Educação Física nas escolas primárias do estado Rio Grande do Sul, Brasil. As análises sinalizaram que o sistema ginástico francês adentrou o referido curso e influenciou de modo direto a formação em questão, por meio de transferências culturais.

193





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



TRANSMIGRANTES E O TEMPO: OS IMPACTOS DOS DESLOCAMENTOS HUMANOS NA ORIENTAÇÃO TEMPORAL DE SUJEITOS IMIGRANTES

Mayla Louise Greboge Montoia
Albano Gabriel Giurdanella

Resumo

Durante muito tempo, as análises sociológicas sobre o fenómeno migratório se dedicaram a entender as mudanças ocorridas do ponto de vista cultural, destacando, por exemplo, como os imigrantes abandonavam gradualmente sua cultura de origem para incorporação de hábitos da sociedade de destino. A perspectiva transnacional rompeu com essa lógica ao pensar o deslocamento como um processo de rupturas e continuidades, no qual o sujeito imigrante experimenta a fragmentação de viver em mais um de lugar. A mudança para um novo espaço exige uma nova orientação em relação à sociedade receptora (comportamentos, linguagem, tradições). É pensando nessa necessidade de se orientar no tempo, no espaço e na cultura que a presente comunicação se apresenta, na tentativa de investigar os impactos dos deslocamentos sobre a consciência histórica dos sujeitos migrantes. As reflexões partem dos debates promovidos pelo filósofo e historiador alemão Jörn Rüsen, para o qual a orientação temporal mediante a humanização do tempo configura um antropológico universal da humanidade. Entendendo que a migração potencialmente implica no tensionamento de critérios tradicionais de sentido pelos quais até então o sujeito orientava seu agir no mundo, o objetivo é debater, do ponto de vista teórico, os possíveis impactos que o deslocamento acarreta para a constituição de sentidos de orientação cultural e temporal do sujeito migrante e, conseqüentemente, da sua identidade.

194





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



TRANSMONTANOS NA SERRA: O SURGIMENTO DA COMUNIDADE PORTUGUESA DE SANTA ISABEL NA DÉCADA DE 1930 EM PETRÓPOLIS/RJ

Natalia da Paz Lage

Resumo

A partir da análise das conjunturas sociais, culturais, políticas e econômicas que levaram os portugueses a imigrar para o Brasil na década de 1930 e das propensões políticas brasileiras para a recepção, estudamos a cidade de Petrópolis, localizada no estado do Rio de Janeiro, como região escolhida pelos imigrantes para fixação em território estrangeiro. Em Petrópolis, focamos em analisar a comunidade de Santa Isabel, no bairro Caxambu, formada, majoritariamente, por portugueses vindos da região de Trás-os-Montes. Para tanto utilizamos os trabalhos realizados pelo Instituto Histórico de Petrópolis (IHP), jornais e demais documentos presentes no Arquivo Histórico de Petrópolis e entrevistas realizadas com os imigrantes portugueses de primeira geração presentes na comunidade de Santa Isabel. No cruzamento das fontes visamos entender não só o surgimento da comunidade por meio da imigração portuguesa, mas como esse grupo e sua formação comunitária fizeram parte do desenvolvimento da cidade de Petrópolis na década de 1930, permeada pela vilegiatura carioca e a predominância do sistema fabril como base econômica.

195





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



UM LUGAR DE MEMÓRIAS: A CATEDRAL DE NOSSA SENHORA DAS MERCÊS DE PORTO NACIONAL, TOCANTINS.

César Evangelista Fernandes Bressanin

Resumo

No polígono de tombamento do centro histórico de Porto Nacional, reconhecido como patrimônio nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN) em 23 de novembro de 2008, encontra-se a Catedral de Nossa Senhora das Mercês. O presente trabalho objetiva refletir sobre este representativo monumento como espaço sagrado, patrimônio cultural religioso e lugar de memórias da cidade e da região. Configura parte de pesquisas desenvolvidas e em desenvolvimento junto ao Núcleo de Estudos Urbanos e das Cidades (NEUCIDADES), ao Programa de Extensão “Roteiro Geo-turístico de Porto Nacional” e ao Programa de Pós-graduação em História das Populações Amazônicas, ambos da Universidade Federal do Tocantins. Está alicerçado nos pressupostos teóricos e metodológicos da História Cultural e da História Oral que possibilitou um corpus documental e um corpus oral relevante que tem sido compilado, analisado e divulgado. O templo teve sua pedra fundamental lançada no dia 07 de maio de 1891, entretanto, o início oficial da edificação aconteceu em meados de 1894. Construída num estilo românico, com um projeto arquitetônico de autoria incerta, mas inspirada nas imponentes igrejas do sul da França, foi inaugurada na Páscoa de 1903 e tornou-se, desde então, símbolo da fé católica. Foi elevada à dignidade de Catedral em 1915, quando a cidade de Porto Nacional foi erigida Diocese pela Santa Sé Católica. É considerado um dos cartões postais do Tocantins que reveste-se de uma “aura simbólica” e “concentra lembranças” como um espaço sagrado de culto, de celebrações e acontecimentos diversos do cotidiano urbano.

196





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



UM PARALELO ENTRE O SOFRIMENTO E VIOLÊNCIA: O PROCESSO INQUISITORIAL DE ANA DA TRINDADE (1735)

Mariana Silva Rodrigues

Resumo

O sujeito histórico Ana da Trindade, moradora de Celorico na Beira em Portugal se torna ré de um processo inquisitorial em 1735 sendo acusada de praticar o Judaísmo. No processo, detalhes sobre os procedimentos inquisitoriais são possíveis de serem percebidos considerando a tenra idade da ré que foi levada aos cárceres com nove anos. Mas mais do que adentrar os aspectos objetivos de toda a trajetória é importante evidenciar questões que envolvem o sofrimento e a violência sofrida por Ana. Para tanto, a pesquisa que se utilizou da fonte digitalizada disponível no Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT) tomou um novo rumo evidenciando um paralelo entre as determinações inquisitoriais e suas respectivas relações com o subjetivo, aqui representado pela violência e sofrimento.

197





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



UMA LEITURA DE 1964: DARCY RIBEIRO, HISTÓRIA E MEMÓRIA

Laurindo Mekie Pereira

Resumo

Há 60 anos, comandantes militares, após meses ou mesmo anos de conspiração, depuseram, com apoio de segmentos civis, o presidente João Goulart. Era o fim da experiência democrática iniciada em 1945, no Brasil, após a ditadura varguista. Isso estava claro. Era o início de um novo e longo tempo de governos autoritários, sabemos hoje. Naquele momento, as águas eram mais turvas. Os próprios líderes do golpe se reclamavam agentes de salvação da democracia. Desde então, foi produzido um grande número de interpretações sobre 1964. Nesse trabalho, revisitamos o tema, procurando discerni-lo a partir da intervenção e versão de Darcy Ribeiro, um dos personagens que participaram do centro dos acontecimentos, porque era ministro da Casa Civil de Goulart no momento da ruptura. Procuramos estudar o Darcy agente histórico, a partir das fontes coevas e da bibliografia, e a interpretação que o próprio apresenta para os fatos, com base em suas memórias publicadas a posteriori. Qual o perfil e projeto do governo deposto? A quem Goulart representava? Quais as razões do golpe? Qual o papel dos EUA? Qual o papel dos trabalhadores naquela conjuntura? Como o episódio se “encaixa” na tradição social e política brasileira? São questões que vão guiar as presentes reflexões.

198





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



VIVER SEM OLHAR PARA O PASSADO É COMO ANDAR NO ESCURO: AS DISPUTAS PELA MEMÓRIA NA ANIMAÇÃO "UMA HISTÓRIA DE AMOR E FÚRIA" (2013)

Lucas Campos da Silva

Resumo

Esta pesquisa tem como objetivo investigar o discurso histórico empreendido no longa-metragem em animação tradicional “Uma história de amor e fúria” (2013), roteirizado e dirigido pelo cineasta Luiz Bolognesi. Na obra, o diretor propõe revisitar o passado nacional questionando os marcos consolidados pela historiografia tradicional e difundido na memória coletiva. Para tal, assume a perspectiva dos vencidos dos processos históricos sob perspectiva de um guerreiro imortal, testemunha ocular dos eventos, que assume o papel de narrador. Dessa forma, o filme funciona como agente da transubstanciação da memória coletiva evidenciando os conflitos de memória ao representar os agentes silenciados. A narrativa construída por Bolognesi alude que só com o conhecimento do passado pode-se entender o presente e mudar o futuro, esse aspecto é exposto na obra pela projeção de um futuro distópico no final do século XXI. A partir disso, podemos elencar a obra cinematográfica como um documento/monumento pelo qual torna-se possível a desmistificação do passado, por meio da linguagem áudio-imagética a obra em questão pretende ser instrumento de conscientização propondo a construção de uma outra memória sobre os fatos e agentes históricos representados.

199





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



VOCABULÁRIO MONARQUISTA NO PENSAMENTO POLÍTICO DE JOÃO CAMILO DE OLIVEIRA TORRES (1943-1981)

Pedro Carlos de Oliveira Alves

Resumo

A presente comunicação versará sobre aspectos do vocabulário político do monarquista João Camilo de Oliveira Torres, intelectual brasileiro que atuou dentro do espectro político de direita entre os anos 1940 e 1970 no Brasil. Por meio do aporte metodológico conhecido como contextualismo linguístico, em um primeiro momento construímos o percurso da linguagem política monarquista a partir da Proclamação da República, em 1889, até 1940, momento em que Oliveira Torres inicia sua atuação intelectual. Nosso objetivo maior foi perceber como o intelectual atuou em defesa da proposta monarquista a partir de um vocabulário já existente, mas também como ele adaptou e ressignificou em seu tempo. Também destacamos a crítica realizada pelo autor ao sistema presidencialista brasileiro. Por fim, mostramos a importância do pensamento do autor, embora a República esteja consolidada entre a população, não como forma de “derrubada” do sistema, mas sim em apontar suas falhas como também como superá-las. Como aporte teórico apoiamos-nos nos conceitos de Cultura Política, Intelectual e Espaço de Experiência/ Horizonte de Expectativas.

200





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



CRAFTING THE PAST: EMPOWERING COMMUNITIES THROUGH CREATIVE WRITING, VISUAL NARRATIVES, MEMORY, AND PLACE-MAKING.

Guilherme Pinheiro Pozzer

Resumo

The project will design and deliver tailored arts-based workshops in creative writing and visual narratives for deindustrialised communities. These workshops aim to empower participants to share memories and cultural heritage through creative means, and to bridge academia and policymakers through creative exchanges, fostering evidence-based policymaking. Industrial heritage shapes place memory, connecting past and present, but post-industrial communities often face marginalisation in heritage decisions and narratives that “actively forget” their memories. Sheffield's deindustrialised context provides opportunities for innovative approaches to build diverse relationships with the city's industrial heritage and explore connections with memory and place-making. These approaches can shape the current Heritage Strategy for Sheffield (2021-2031), adopted by Sheffield City Council (SCC), the first grass-roots, community-led strategy in the UK, aiming to celebrate and promote heritage diversity, recognising its educational, social, well-being, and environmental benefits. This research is timely because living memory of industrial cultural legacies and their social impacts is short and its value has only recently been recognised.

201





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



A DESINDUSTRIALIZAÇÃO EN ESPAÑA. UNA REVISIÓN HISTORIOGRÁFICA

Irene Díaz Martínez

Resumo

El proceso de desindustrialización y transformación posindustrial en España ha merecido escasa atención por parte de la historiografía en las últimas décadas. Teniendo en cuenta su relevancia, este hecho llama poderosamente la atención. Es especialmente significativa la ausencia de estudios e investigaciones que ahonden en la dimensión humana y cultural de ese proceso, prolongado en el tiempo. La comunicación que presento hace un balance de las líneas de investigación e historiográficas que se han acercado al tema y presta especial atención a los nuevos enfoques (en buena medida deudores de la literatura anglosajona) que recientemente se han ocupado del tema, prestando especial atención al ideal de progreso y el peso de la memoria como conceptos de utilidad en la conformación de una renovada mirada historiográfica del proceso de desindustrialización y transformación productiva.

202





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



REFLEXIONES TEÓRICAS: DESAFIANDO DISCURSOS HEGEMÓNICOS EN CONTEXTOS POSTINDUSTRIALES DEL SUR GLOBAL

María Esperanza Rock

Resumo

En este análisis crítico, se aborda la urgente necesidad de desafiar los discursos hegemónicos en contextos postindustriales del sur global. Estos discursos, arraigados en estructuras de poder y dominación, perpetúan desigualdades y opresiones que afectan a diversas dimensiones socioeconómicas y culturales de la vida cotidiana. En un mundo en transición hacia la economía del conocimiento y los servicios, es crucial examinar cómo estas narrativas influyen en la configuración de las realidades sociales y en la reproducción de relaciones de poder. Se destacan las siguientes áreas clave de reflexión tales como, contexto postindustrial: Se analiza la transición de economías basadas en la manufactura hacia economías postindustriales en el sur global, marcada por cambios significativos en las estructuras socioeconómicas y las relaciones de producción. Discursos hegemónicos: Se identifican y problematizan los discursos hegemónicos que dominan el panorama postindustrial, incluyendo narrativas sobre desarrollo, modernización, identidad cultural y género, entre otros. Desafíos teóricos: Se examinan enfoques teóricos y metodológicos para desafiar estos discursos hegemónicos, incluyendo el poscolonialismo, el feminismo, la teoría crítica y los estudios culturales, que proporcionan marcos conceptuales para entender y resistir las narrativas dominantes. Posibilidades de resistencia y transformación: Se exploran formas de resistencia y acción transformadora en contextos postindustriales del sur global, destacando movimientos sociales, expresiones culturales subversivas y estrategias de contrahegemonía como medios para cuestionar y transformar las estructuras de poder existentes. En resumen, esta reflexión teórica insta a una reevaluación de los discursos hegemónicos en los contextos postindustriales del sur global, enfatizando la importancia de desafiar estas narrativas para avanzar hacia sociedades más justas, equitativas y emancipatorias.

203





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



GOBERNANZA DE LA MEMORIA Y DERECHO A LA CIUDAD EN UN CONTEXTO POST INDUSTRIAL. EL CASO DE LA EX MAESTRANZA FERROVIARIA SAN EUGENIO EN SANTIAGO DE CHILE

Andrés Torres Gonzalez

Resumo

La experiencia social y política del barrio Maestranza-Ukamau en Santiago de Chile, plantea una perspectiva de gobernanza de la memoria (Rock & Torres, 2019) del sitio industrial al reivindicar el valor público de la tradición ferroviaria chilena bajo una perspectiva de protección de los bienes comunes (Ostrom, 2009). En este contexto, el valor patrimonial del conjunto industrial está dado por la reclamación como bien público del ex terreno ferroviario a partir del desarrollo de un proyecto arquitectónico de interés social que, en su concepción, gestión y materialización reivindica la memoria en torno al ferrocarril. Desde este rescate, se vigoriza el derecho a la vivienda y a la ciudad a partir de la acción organizada -de más de diez años- de pobladores sin casa (Ostrom, 2009; Poteete, 2012). Esta acción, políticamente visible a través de planteamientos arquitectónicos y urbanos, en definitiva son demandas por el derecho la ciudad (Lefebvre, 1967; Harvey, 2012) socialmente levantadas. En ella, el Estado chileno se ve emplazado a asumir un rol activo como articulador de estrategias y respuestas -socialmente integradoras y burocráticamente flexibles- en el marco de la gobernanza de los bienes públicos. Lo cual visibiliza una matriz territorial que no solo refiere al derecho a la ciudad como la libertad individual de acceder a los recursos urbanos, sino más bien, bajo una concepción arraigada a la producción del espacio, lo que se instala es el derecho del habitante a cambiar sus condiciones de vida mediante cambios a la ciudad y de esta manera recuperarla como un bien común (Lefebvre, 1967; Harvey, 2012). En definitiva, este marco de acción social levanta una perspectiva en la cual la memoria en torno a la tradición ferroviaria y el impulso que esta dio a valores sociales asociados al surgimiento de la “clase media” chilena, reinstalan una idea de “desarrollo” a partir de un modelo de gestión para ex terrenos industriales bajo administración estatal -particularmente de la empresa de Ferrocarriles del Estado de Chile- que se encuentran en desuso y con potencial para articular proyectos de ciudad más allá de la estrategia de especulación inmobiliaria y desprendimiento de bienes desplegada en las últimas décadas por la empresa estatal.

204



***TEXTOS
COMPLETOS***



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



(AUTO)IMAGENS DE UMA HISTORIADORA POR ESCRITO: MODELOS, PRÁTICAS, REGIMES E RITUAIS NA PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA

João Victor da Fonseca Oliveira¹

Introdução

Esta pesquisa tem como problema central a trajetória intelectual de Maria Efigênia Lage de Resende, explorando seus vínculos com as experiências que configuravam o campo da produção historiográfica em sua época. Sua produção de natureza memorialística é o eixo principal da investigação, tornando possível interrogar modelos, identidades, práticas e regimes que acabaram organizando sua (auto)imagem e, em certa medida, orientando seu olhar para o passado. Pretende-se tornar legível a forma como ela investiu na construção de sua (auto)imagem como historiadora, o que será realizado considerando diferentes escalas, que se estendem desde a sua trajetória até as instituições pelas quais passou e os condicionantes da história como campo disciplinar.

Ao pensar sua trajetória a partir de uma questão historiográfica, tomamos a prática profissional dos(as) historiadores(as) como objeto de reflexão, conferindo relevância à historicidade das formas de produção e circulação do conhecimento histórico e de seus modelos de atuação na segunda metade do século XX, bem como à relação entre ensino e pesquisa, memória e historiografia, narrativa e experiência. Defendemos a ideia de que sua autoridade como historiadora fundou-se não apenas nos textos escritos sobre temas históricos específicos, mas nos ritos institucionais, nas práticas, produções memoriais e, de modo central, na elaboração de uma (auto)imagem reconhecível e compartilhada.

Essa diversidade de operações deu origem a pesquisas históricas, mas também a uma experiência historiadora específica imersa em práticas simbólicas que produziram as condições de seu reconhecimento – como aquelas “encenadas” em seu memorial acadêmico. Afinal, o que as auto(imagens) dos(as) historiadores(as) dizem sobre os estudos históricos?

Montagens e desmontagens

O ambiente no qual se desenvolveu a carreira da historiadora se liga a uma série de práticas em um universo letrado, no qual o controle da própria imagem ocupava um lugar fundamental - como parece ser até hoje. Essas formas de regulação da memória em determinado campo ajudam-nos a compreender as práticas e os valores de um determinado

207

¹ Doutorando e Mestre em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor de História (Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais/Centro Pedagógico - Universidade Federal de Minas Gerais).





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



tempo, seus rituais e os modos de fazer. Maria Efigênia é alguém que tenta controlar sua imagem a todo tempo, se dedica a organizar e a disponibilizar os vestígios de si e buscou acompanhar o processo desta pesquisa. Isso torna sua figura bastante singular para a construção do mesmo objeto de estudo.

O projeto de vida que remete ao futuro no presente articula as dimensões de sua prática historiadora (Velho, 2003, p. 24). É como uma historiadora que sua memória luta pelo passado. Uma luta que é também física, já que fomos acometidos por processo de esquecimento e piora significativa em seu quadro de saúde durante a pesquisa. Tornei-me, de alguma forma, o próprio lastro de sua memória: sabedor de um passado do qual ela, cada vez mais, já não se lembra, figurando a porta de um futuro que enfrentará sua ausência. É preciso explicitar que essa relação, inevitavelmente, também influi sobre a minha forma de analisar e lidar com as questões que são suscitadas ao longo do texto. A memória situa, assim, o seu limite, dando a ver a capacidade impenitente da história em tornar possíveis outras e novas ultrapassagens.²

Em meio ao desafio de percorrer e traçar uma trajetória da memória, é assim que eu encaro as memórias de Maria Efigênia e aquelas sobre ela, que vão ganhando diferentes estatutos no interior desta dissertação. Começam como fio condutor, ora tornam-se fonte e, outras vezes, terminam sendo o próprio objeto de análise. Elas funcionam como um *flash* e clique disparador movimentado em um jogo de montagens e desmontagens, de modo a favorecer a crítica historiográfica através das performances da memória.

De aparências, percursos, montagens e desmontagens também sobrevivem as imagens do passado. Aquelas que remontam traços de experiência meticulosamente organizados, como em uma narrativa de si, ou aquelas que, ao aparecerem reunidas sob um ponto comum, dão a impressão de fornecerem um sentido, supostamente irrecusável, sobre um momento da história tomado como objeto de estudo. Portanto, toda imagem depende também de um olhar. No caminho tortuoso e denso entre o olhar e ser visto, as formas do sentido ganham estatuto, inteligibilidade, notabilidade e características que permitem a cada um(a) de nós, a depender de onde estamos posicionados, observar suas exibições. Sendo assim, a imagem é sempre o começo do que ela representa, na medida em que permite dispor sobre a provisória aparência estática e fixa de uma representação, o movimento incessante das interpretações.

Trajетória intelectual: modos de fazer

Na década de 1960, vivenciou as transformações produzidas pelas reformas universitárias em curso, nas quais posicionou sua experiência geracional. Foi co-autora da coleção de livros didáticos (de 5ª a 8ª série) de grande sucesso editorial. Participou da comissão de Estudos Sociais, na área de Ciências Humanas e Sociais. No final da década de 1970, defendeu sua

² Como propõe Michel de Certeau: “um grupo, sabe-se, não pode exprimir o que tem diante de si - o que ainda falta - senão por uma redistribuição do seu passado. Nesse sentido, a história é sempre ambivalente: o lugar que ela destina ao passado é igualmente um modo de dar lugar a um futuro”. (Certeau, 2011, p. 89).





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



tese de livre-docência, tendo ainda atuado na reorganização do currículo do Curso de História, da UFMG, e na Implantação da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Ouro Preto. Coordenou pesquisas e publicações em torno da memória institucional da UFMG, tais como: Coleção Memória de Reitores (1961- 1990) e a história da Fundação Mendes Pimentel (FUMP). Foi também responsável pela organização do arquivo, até então mantido em sigilo, da extinta Assessoria Especial de Segurança e Informações (AESI), instalada na UFMG pela Ditadura civil-militar. Mais tarde, tornou-se membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e Superintendente do Arquivo Público Mineiro (APM). Laureada com o título de professora emérita da UFMG, em 2009, foi também co-autora da Coleção “História de Minas Gerais”, vencedora do prêmio Jabuti, em 2008, já aposentada.³

Para além de sua vasta produção e atuação institucional, dentro e fora da UFMG, Maria E. L. Resende parece atribuir uma feição própria à historiografia produzida na universidade, em que ensino e pesquisa, formação e escrita da história se articulam em sua produção intelectual, de maneira a tensionar as próprias possibilidades do conhecimento histórico. Nos horizontes dessa atuação, a autoimagem construída em torno de sua trajetória figura como um instrumento poderoso na análise não só dos contextos de produção, ensino e circulação da saber histórico, mas das formas de transmissão da experiência historiadora, das *performances* que estão ligadas à autocompreensão do ofício e do trabalho de memória realizado pelos(as) historiadores.

No seu aprendizado de historiadora, a formação do seu repertório dependeu da eleição de modelos, condutas, valores e concepções que buscaram conferir à história o lugar de conhecimento científico, desenhando seu próprio reconhecimento como historiadora na prática desses protocolos. O desvio aqui proposto tem o objetivo de destacar, como propôs Herman Paul, as práticas historiográficas que figuram avais e formas de reconhecimento na manipulação de regras, técnicas e procedimentos (Paul, 2013; 2014; 2011). Indo além dos produtos finais da operação historiográfica, os meios e as práticas sustentam-se como elementos formidáveis para refletirmos sobre o que produzem os(as) historiadores(as) ao fazerem aquilo que fazem.

A atuação de Maria Efigênia durante o percurso de sua constituição como pesquisadora fez-se, sobretudo, na organização de fontes e produção de inventários sobre a história de Minas Gerais. Uma produção que, mediante as formas mais informatizadas e tecnológicas de

209

³ Outras premiações e honrarias: Em 1978, recebeu o Prêmio de Pesquisa Histórica Diogo de Vasconcelos, Governo do Estado de Minas Gerais (premia obras literárias e técnico-científicas voltadas para a história de Minas Gerais que contribuam para o enriquecimento do seu patrimônio cultural); em 1986, recebeu a Medalha de Honra da Inconfidência, Governo do Estado de Minas Gerais (distinção político-cultural criada pelo governador Juscelino Kubitschek para conceder mérito cívico a determinados cidadãos); em 2000, a Medalha da Cultura Gustavo Capanema, Prefeitura Municipal de Onça de Pitangui; em 2007, a Medalha de ouro Santos Dumont, Governo do Estado de Minas Gerais, e, em 2010, recebeu a Comenda Teófilo Ottoni, Governo do Estado de Minas Gerais. Como vemos boa parte das premiações estão relacionadas a distinções político-culturais e não a premiações estritamente acadêmico-científicas.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



organização de acervos, acabou perdendo espaço na memória disciplinar. Dentre os muitos projetos encabeçados nessa direção, dois se destacaram por sua amplitude e objetivos: O Projeto de Fontes da História de Minas e o Laboratório de Manejo de Fontes Históricas. Neles, acompanhamos mais de perto a engenharia e os mecanismos mobilizados que faziam coro à construção do discurso de si como historiadora profissional.⁴

No *front* desse largo empreendimento em constituir-se professora e pesquisadora, dentro da produção do conhecimento histórico nos moldes universitários, buscando consolidar sua legitimidade como historiadora, as concepções de Maria Efigênia em torno dos seus modos de fazer, ensinar, escrever História mobilizaram imagens de um repertório amplo na construção de um lugar para si. Dentre as várias influências intelectuais que se articularam em sua trajetória acadêmica, a presença de Francisco Iglésias merece especial atenção por aquilo que essas relações puderam incidir sobre as posturas, performances, personas, condutas e imagens mobilizadas nos modelos de ser historiadora inscritos em suas práticas. É em meio a esse contexto que Maria Efigênia foi concebendo e instalando suas formas de inserção na historiografia acadêmica universitária mais ampla. Sua primeira participação se deu no III Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, em 1965, na cidade de Franca. Dessa vez, a lista de inscritos dos(as) professores de Minas Gerais se ampliou para 14, mas ficou muito atrás da expressiva frequência dos professores de São Paulo, com 81 inscritos. Sem nenhuma participação que entrasse para os anais do evento, em 1965, a professora se destacou em 1972, na coordenação da sessão de estudos sobre a História do Brasil, durante a realização do "I Encontro Estadual de Professores Universitários de História", ao lado de Antônio Camillo de Faria Alvim, Paulo Miranda Gomes e Maria Ignez Arreguy Soares.⁵

O Departamento de História da UFMG, neste período, já tinha uma significativa projeção na comunidade acadêmica nacional. Especialmente no ano de 1973, dentro e fora da universidade, alguns professores(as) ocuparam cargos importantes, como era o caso de Daniel Valle Ribeiro (Diretor da Faculdade de Filosofia da UFMG), Amaro Xisto de Queirós (Vice-diretor da Faculdade de Filosofia da UFMG), Antônio Camillo de Faria Alvim (Chefe do Departamento de História da Faculdade de Filosofia da UFMG), Francisco Iglésias (Membro do Conselho Consultivo do Núcleo Regional), Vera Lúcia Barbosa (Membro do Conselho Consultivo do Núcleo), Norma de Goês Monteiro (Vice-presidente da ANPUH), Evantina Vieira (Tesoureira do Núcleo regional), Maria Ignez Arreguy Soares (Secretária do Núcleo Regional) e Durval Antônio Pereira (Diretor regional do Núcleo).

⁴ Em sua obra, "A invenção da historiografia brasileira profissional", Wagner Geminiano dos Santos considera que os documentos, as técnicas de cotejamento, a erudição e o grupo são mecanismos que impõem-se como valores de prova, que conferem realidade, legitimidade, credibilidade, verdade e autoridade ao discurso do historiador profissional. Nos programas de pós-graduação, esse conjunto de posturas e procedimentos ganharam forma e centralidade (SANTOS, 2020).

⁵ O encontro foi realizado entre os dias 4 a 6 de setembro de 1972, promovido pelo Núcleo Regional de Minas Gerais da "Associação dos Professores Universitários de História".





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Foi nesse modo de fazer pautado em preparar o terreno para a produção de pesquisas históricas que a pesquisadora deu visibilidade à sua trajetória. Já no XI Simpósio Nacional de História, em edição comemorativa dos 20 anos da ANPUH, em julho de 1981, compôs a mesa redonda intitulada "Tendências Atuais da historiografia Brasileira". Nela, a pesquisadora discutiu as condições de pesquisa e produção historiográfica em torno da História de Minas. Na mesma edição, publicou as intenções do seu projeto de pesquisa "Fontes de História de Minas", deixando claro, novamente, sua preocupação de "colocar ao historiador a problemática das fontes tanto a nível de sua recuperação sistemática, através da localização e referenciação, quanto a nível de sua natureza e seu potencial de investigação" (Simpósio Nacional de História, 1981, p. 108).

Ela entendia que a organização dos documentos por temas específicos, por exemplo, descortinava seu potencial como fontes para a investigação histórica, uma vez que muitos documentos ocultavam temáticas que ficavam diluídas e de difícil localização. Como era o caso da coleção de leis mineiras que, organizadas de forma cronológica, impediam apreender as políticas governamentais de forma mais rápida e menos complexa. A organização dessas fontes retiraria o documento do esquecimento ou de um nível de complexidade que pudesse dificultar o trabalho de pesquisa. Essa forma de atuar, como historiadora, implicava em transformar conjuntos documentais em fontes históricas.

Segundo Alessandra Santos, a redefinição dos códigos disciplinares da pesquisa histórica pelos primeiros historiadores oriundos das universidades brasileiras não ocorreu por meio de nenhuma revolução ou mudança rápida de paradigma (Santos, p. 2017, p. 64). Dessa forma, Maria Efigênia, integrando as discussões do departamento de História, aquelas tecidas nos círculos de sociabilidade intelectual dos(as) historiadores(as), à sua prática cotidiana, pouco a pouco, foi buscando instituir uma feição própria à historiografia do seu tempo, na mediação de tradições que não se substituíram de forma revolucionária, tampouco de maneira radical, durante a redefinição de códigos disciplinares da pesquisa histórica pelos primeiros(as) historiadores das universidades brasileiras.

211

Considerações finais

Longe de serem suficientes para compor uma identidade historiadora acabada, essencialista ou fabricada, o que podemos ensejar por meio desses textos é vislumbrar suas intenções mais imediatas e aquelas formas menos evidentes de posicionar um(a) autor(a) e sua obra, como parte de uma experiência de formação e de atuação. Uma vez postos na cena da análise, lançam luz sobre as personas acadêmicas que se constroem a partir determinadas performances, que se dão, muitas vezes, por procedimentos, valores e atitudes, mas também por rituais, como sua defesa de seu memorial acadêmico em concurso para professora titular, e a forma como foram recepcionadas suas publicações editoriais e os vários modos em que teceu seus círculos de sociabilidade. Através de Francisco Iglésias, por exemplo, Maria Efigênia, já no final da sua própria carreira na Universidade Federal de Minas Gerais, construiu uma ideia do historiador tanto por seus trabalhos historiográficos quanto por suas





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



virtudes pessoais. É a forma de "ser historiador(a)" e não somente as práticas cotidianas de produção da história que constitui o foco da sua narrativa. As (auto)imagens que os(as) historiadores(as) constroem sobre si e sobre seu ofício continuam nos fazendo pensar sobre o que fazemos ao ensinar, pesquisar, escrever e lidar com a História.

Referências

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011, p. 89.

PAUL, Herman. Performing History: how historical scholarship is shaped by epistemic virtues. *History & Theory*, v. 50, n. 1, p. 1-19, 2011.

_____. The heroic study of records: The contested persona of the archival historian. *History of the Human Sciences*, v. 26, n. 4, p. 67–83, 2013.

_____. What is a Scholarly Persona? Ten theses on virtues, skills, and desires. *History & Theory*, v. 53, n. 3, p. 348–371, 2014.

SANTOS, Alessandra Soares. A normatização disciplinar da historiografia universitária: Francisco Iglésias e sua tese de livre docência. *Revista de História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 23, p. 64-77, abr. 2017.

SANTOS, Wagner Geminiano. *A invenção da historiografia brasileira profissional*. Geografia e memória disciplinar, disputas político-institucionais e debates epistemológicos acerca do saber histórico no Brasil. Vitória: Editora Milfontes, 2020.

SIMPÓSIO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 3., 1965, Franca. Anais do III Simpósio dos Professores Universitários de História. São Paulo: FFCL-USP, 1967.

SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 11., 1981, João Pessoa. Elenco do XI Simpósio Nacional de História. João Pessoa: ANPUH, 1981.

VELHO, Gilberto. *Projeto e Metamorfose*. Antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 3 ed., 2003.

212





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



“FEROCIDADE E SELVAGERIA”: A REPRESENTAÇÃO DOS INDÍGENAS “MAKU” DO NOROESTE AMAZÔNICO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX (1853-1888)

Leonardo Ryon Alves dos Santos¹

Introdução

“Os esforços feitos, secundados por esta presidência para arrancar dos hábitos de ferocidade e selvageria aqueles selvicolas, cuja catechese, assim como a dos mais aborígenes, grande vantagem poderia ter trazido e proporcionar ao nosso paiz” (Ferreira, 1885, p. 18). Ao deixar o cargo de presidente da província do Amazonas em 1885, o doutor José Jansen Ferreira Júnior expressou seus esforços e as vantagens que a catequese indígena supostamente traria para o Império do Brasil. Nessa visão, a catequese, conforme descrita por Ferreira Júnior e analisada por Souza (2021), era concebida como uma ferramenta de "civilização" para esses povos, sendo considerada necessária para regular toda a sociedade. Logo os povos que se recusavam a entrar em contato com os brancos, seja pela catequese ou qualquer outra via, eram vistos como a encarnação da "barbárie" e da "selvageria", especialmente aqueles que habitavam os recônditos das florestas.

Dentro desse contexto de acusações de “selvageria”, estavam os indígenas "Macu"², habitantes do Noroeste Amazônico, que passaram por um amplo processo de escravização no século XVIII que lhes valeram alcunha de “dóceis” devido a uma suposta facilidade de os escravizar. Até mesmo o significado da palavra "Macu", que é de origem Arawak, conforme apontado por Calbazar e Ricardo (2006) e Pozzobon (2011), está intrinsecamente associado a conotações pejorativas, tais como "gente inferior", "servo", "escravo", "selvagem", "gente estragada" ou "gente sem linguagem". Essa carga semântica conforme os atores contribuiu para a percepção dos "Macu" como pertencentes a um estrato social inferior em relação aos Arawak e Tukano, o que, por conseguinte, os tornava sujeitos que poderiam ser entregues aos brancos sem maiores objeções, dada sua considerada inferioridade. Contudo, Robin Wright (2005) pondera que para compreender melhor esse processo é preciso uma análise cuidadosa do complexo contexto da região naquele período. O autor enfatiza que a escravidão em larga escala desses povos pode ter sido devido a outras causas. De acordo com Silverwood-Cope (1990), os Macu engajavam-se em trocas e prestação de serviços com outros grupos, como os Tukano e Arawak. Estes últimos, por sua

213

¹Graduando do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Pará (UFPA) / Atualmente é bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Museu Paraense Emílio Goeldi (PIBIC/MPEG/CNPq) / leonardo.santos@ifch.ufpa.br .

² A palavra "Maku" ou "Macu" tem origem Arawak e, conforme destacado por Calbazar e Ricardo (2006) e Pozzobon (2011), carrega significados pejorativos, tais como "gente inferior", "servo", "escravo", "selvagem", "gente estragada" ou "gente sem linguagem". Neste estudo, optou-se por adotar o termo "Macu", uma vez que é a forma mais recorrente nas fontes consultadas.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



vez, conforme o autor mantiveram relações de proximidade relativa com os europeus desde os primórdios das explorações dos grandes rios amazônicos no século XVII, os Macu habitavam as partes mais recônditas das florestas, se aproximando das margens dos rios apenas para realizar suas transações com os Arawak e Tukano. Nesse sentido, levanta-se a hipótese de que as relações estabelecidas entre esses grupos acabaram servindo como uma ponte entre os europeus e os Macu. A escravidão intensa fez com que os Macu adentrassem cada vez mais na floresta, afastando-se das cabeceiras dos rios e demonstrando grande resistência ao contato com os colonizadores brancos (Wright, 1992).

Entretanto, o século XIX testemunhou mudanças significativas na realidade política da região. Em 1822, o Brasil alcançou sua emancipação política de Portugal, e nas décadas seguintes, o Estado Imperial brasileiro avançou na criação de um ideário de "civilização" a ser alcançado e a necessidade de construção da identidade nacional (Costa, 1996). Esse ideal de civilidade deveria ser perseguido a todo custo em todas as regiões do novo Império. No Amazonas, não foi diferente, elevada à condição de Província autônoma e separada do Grão-Pará em 1850 devido à sua postura de lealdade diante da revolta cabana (Ricci, 2006), a recém-criada província enfrentou a necessidade premente de demonstrar seu valor diante do restante da Nação. No entanto, como poderia isso ser alcançado em um contexto em que a maior parte da população era indígena e ainda vivia nos "sertões"? A solução parecia ser a "civilização" desses indivíduos, transformando-os em trabalhadores produtivos capazes de contribuir para as diversas atividades econômicas da província.

Nesse contexto, os Macu despertaram a atenção das autoridades devido à sua resistência em se aproximar e estabelecer relações com os brancos. Nas fontes históricas, foram frequentemente Representados como "selvagens", vistos como um verdadeiro obstáculo ao progresso da província e em última instância, do próprio país. O recorte temporal adotado no trabalho em tela faz referência respectivamente a primeira (1853) e última (1888) menção dos Macu na documentação da presidência da província do Amazonas, considerando que, o primeiro relatório provincial é datado de 1852 e o último de 1889 quando é o Império do Brasil chega ao fim e é proclamada República, percebe-se a relativa recorrência desses indígenas nas fontes analisadas.

Conforme Roger Chartier (1991), a Representação é o modo pelo qual os indivíduos constroem intelectualmente seus mundos e percebem a realidade ao seu redor. Longe de ser neutra ou objetiva, a Representação para o autor, emerge e opera com base em interesses subjacentes. Nesse sentido, a pesquisa em questão buscou tratar enquanto Representação as alegações de "selvageria" proferida contra os Macu durante o período analisado, podendo ser entendida como um reflexo de interesses das partes envolvidas e da realidade existente na época. Assim sendo, é crucial aprofundar a análise e reflexão sobre os motivos ou causas que levaram os Macu a serem representados de tal maneira.

214





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Um Império que queria ser “civilizado”

E 1822, o Brasil alcançou sua independência política de Portugal, marcando o início de um processo de construção e consolidação do Estado brasileiro e da construção de uma identidade nacional (Costa, 1996). Nesse contexto, o ideal de civilização tornou-se uma prioridade em todo o território do Império do Brasil. No entanto, no estado do Amazonas, recém-emancipado como província autônoma, havia o desafio imediato de demonstrar sua "civilidade" diante do restante do país, mesmo diante da predominância de populações indígenas que habitavam as regiões mais remotas, consideradas por alguns como representativas da barbárie (Sposito, 2012).

Era fundamental, portanto, "civilizar" essas comunidades indígenas, o que implicava necessariamente em integrá-las como trabalhadores produtivos nas atividades econômicas da província. É nesse contexto que os Macu tornaram-se uma preocupação central das autoridades locais. A primeira menção a esse grupo na documentação oficial da Presidência da Província do Amazonas remonta à Falla do conselheiro Herculano Ferreira Penna, presidente da província em 1853, na qual aborda as diversas nações indígenas "macus" que habitavam as margens dos rios Uaupés e Japurá (Penna, 1852, p. 112). Na Falla de 1855, proferida pelo Dr. Manoel Gomes Correia de Miranda, os "Macus" já eram descritos como "selvagens" e "errantes", responsáveis por diversos problemas na região hoje conhecida como Médio Rio Negro. Segundo Correia de Miranda, as incursões dos indígenas Macu nessa área levaram ao abandono da Povoação de Maçaraby devido aos constantes ataques, como registrado:

A Povoação de Maçaraby, que dista dado Castanheiro 14 legoas, acha-se situada na margem Norte, e apenas tem 6 palhoças de alguns habitantes da antiga Povoação do mesmo nome, que ficava na margem opposta, e que por causa das muitas agressões dos Indios Macús a abandonarão, fundando uns a que hoje existe, e retirando-se outros para as vizinhas (Miranda, 1855, p. 112).

Conforme destacado por Meira (2018), a localidade mencionada pelo presidente da província refere-se ao "Lugar de Nossa Senhora do Loreto de Maçaraby", localizado em um ponto do médio Rio Negro. Anteriormente, essa área consistia em uma pequena comunidade com alguns casarões de palha e um porto com embarcações. No entanto, os documentos históricos não fornecem detalhes específicos sobre os motivos que levaram os indígenas a atacarem Maçaraby a ponto de seus habitantes abandonarem o local.

Essa percepção dos Macu como desencadeadores de problemas também foi compartilhada pelo comandante norteamericano William Lewis Herndon durante sua estada no Amazonas na década de 1850. No entanto, Herndon pondera que a violência praticada por esses indígenas é resultado do antigo processo exploratório da região. Nas palavras de Herndon (1853, p. 253): "Os Macus não têm casas, vagam pela floresta; infestam as margens do rio e roubam e matam quando podem. Esses são frutos do antigo sistema brasileiro de caçar índios para escravizá-los".





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Por sua vez, o botânico Carl Friedrich Philipp von Martius, durante sua visita ao Noroeste Amazônico na segunda década do século XIX, expressou uma visão ainda mais severa do que a de Herndon, descrevendo os "Macu" como "inimigos maliciosos":

Nas solidões mais remotas do Yupurã superior, também se acha os Macüs, nômades muito rudes, sem quadril e plantação, sem redes em touceiras de folhas de palmeira dormindo, nu e sem a insígnia da Horda no corpo. Seu nome significa "os preguiçosos". Consideração de origem é dada àqueles que, como os Mura, são inimigos de todos os índios estabelecidos e são perseguidos por eles e perambulam. Os Macu, também (são) conhecidos inimigos maliciosos que roubam e atacam pessoas, são zambos, que chamam a atenção pela cor escura da pele, índios, terríveis pelo escurecimento da pele (Martius, 1867, p. 547).

No entanto, os próprios presidentes de província frequentemente descrevem o comportamento violento dos colonos e comerciantes como um dos motivos para as ações violentas de "selvageria" por parte dos indígenas contra os brancos. De acordo com o relatório provincial de 1871, os ataques de "selvageria e barbaridade" eram frequentemente resultado da "perseguição de alguns homens brancos mal intencionados que tratavam os indígenas como inimigos" e os subjogavam como escravos (Reis, 1871, p. 10).

Nesse contexto, torna-se evidente que as ações dos indígenas muitas vezes representavam uma reação à violência perpetrada pelos não indígenas. Essa crescente tensão entre os dois grupos pode ser compreendida "mais profundamente à luz da exploração da força de trabalho indígena e de seus territórios, promovidos pelos colonizadores brancos", como aponta Meira (2018, p. 41). Já que conforme o autor, os brancos adentravam cada vez mais a floresta não apenas em busca de recursos naturais, mas também visando a expansão territorial e a obtenção de mão de obra para sustentar as atividades econômicas do Amazonas, notadamente a exploração da borracha na segunda metade do século XIX.

A crescente demanda por trabalhadores para a indústria da borracha encontrava no braço indígena uma fonte de mão de obra acessível. Mesmo figuras influentes da região, como o comerciante Jesuíno Cordeiro, considerado o "mandatário" do Rio Negro, incentivavam iniciativas para recrutar indígenas para o trabalho no comércio, alegando que isso os integraria ao "Grêmio da Civilização" (Meira, 2018). Nesse contexto, os Macu emergem como um dos grupos mais afetados pela incessante busca por mão de obra, como observado pelo General Dionisio Cerqueira durante sua estadia no Rio Negro:

Naquella epocha, 1882, havia muitos escravos índios no Amazonas, quer no Brasileiro, quer nos territórios limítrofes. Conheci caçadores desses infelizes, que os vendiam por uma espingarda. O rio Uaupés era o empório onde se forneciam os habitantes do Rio Negro; e a errante, selvagen desgraçada tribu dos "Macús", a maior tributaria do ignóbil mercado (Cerqueira, 1879, p. 67)

Portanto, é evidente que os Macu compunham a maior parte do contingente recrutado durante essa campanha em busca de trabalhadores. As acusações de serem indígenas

216





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



"selvagens", resultantes dos vários ataques perpetrados por eles contra lugares e pessoas, podem ser compreendidas à luz dessa exploração predatória e escravista. Outro aspecto que poderia explicar tais acusações era a resistência de parte Macu em estabelecer relações com os brancos.

Um exemplo desse contexto de recusa em manter relações com os brancos, pode ser encontrado em um ofício enviado por Jesuíno Cordeiro ao Vice-presidente da Província do Amazonas em 1852. Nesse mesmo ano, Cordeiro havia obtido o cargo de Diretor dos Índios. No documento, suas intenções eram claras: promover a aproximação com os indígenas que habitavam o interior das florestas e que se mostravam relutantes em terem contato com os brancos (dentre eles os Macu), visando assim a participação desses sujeitos no "engrandecimento da Província" (Aranha, 1906-1907, p. 55-60). No entanto, é evidente que o verdadeiro objetivo de Jesuíno era enriquecer-se pessoalmente, não medindo esforços para atrair os indígenas para as margens dos rios na tentativa de recrutar trabalhadores. Sendo possível dizer que, os indígenas que diante dessas ações ainda assim optaram ou conseguiram se manter longe dos ditos "civilizados" tiveram suas acusações de "selvageria" reforçadas.

É crucial destacar que, na posição de Diretor de Índios, Cordeiro representava uma série de outros agentes que utilizavam os privilégios de sua posição para atender a empreendimentos particulares à custa da exploração dos indígenas. Essa busca incessante por "trabalhadores" era impulsionada, entre outros fatores, como a crescente importância da "economia da borracha". Os indígenas forneciam a mão de obra necessária não apenas para a extração desse recurso, mas também para diversas outras atividades do Amazonas na segunda metade do século XIX, conforme observado por Herculano Penna já em 1853:

O facto que assinalo deve ser em grande parte atribuído à boa índole dos habitantes da Província, e principalmente dos Índios, que formando a maxima, parte da população conhecida, são quase os únicos trabalhadores com que se conta para a navegação, para a agricultura, para a colheita das drogas, e para o serviço interno das cazas (Penna, 1853, p. 8).

Nesse contexto, observamos a dualidade entre a expansão das atividades econômicas no Amazonas, principalmente centradas na indústria da borracha, e a persistência de práticas reminiscentes do período colonial, caracterizadas pelo uso extensivo da força de trabalho indígena. Esse cenário reflete não apenas um avanço dos colonizadores sobre as terras indígenas em busca de mão-de-obra, como destacado por Meira (2018), mas também a necessidade de considerar as particularidades regionais para compreender plenamente as dinâmicas e interações envolvidas.

Os Maku, habitantes principalmente das áreas mais remotas das florestas, mantêm uma postura de resistência em relação ao contato com os colonizadores. O século XVIII representou um período de grandes perdas para essas comunidades indígenas, o que as tornou relutantes em se aproximarem novamente das áreas colonizadas próximas aos rios (Wright, 1992). Esse panorama de exploração extensiva certamente poderia ter incitado

217





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



reações entre os povos indígenas, possivelmente manifestadas nas chamadas "correrias de índios"³.

Além disso, a presença (ou ausência) dos Missionários Católicos desempenha um papel significativo nesse contexto. Sua influência ou falta dela pode ter intensificado ainda mais as tensões e os conflitos, acrescentando uma camada adicional de complexidade às interações entre os diferentes grupos envolvidos.

“No Amazonas não há Catechese”

Estas são as preocupações expressas pelo então Bispo do Pará, D. Antônio de Macedo Costa, em sua correspondência ao Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Império, em 1866, onde ele destaca o lamentável estado da catequese indígena no Amazonas: “No Amazonas não ha catechese...Cumprer reconhecer uma verdade amarga de dizer, mas que é necessário repeti-la, o pouco que existe feito neste elevadíssimo assumpto é obra de outros tempos”(Costa, 1866, p. 354). A falta de presença missionária para a catequese terá repercussões significativas nas relações entre indígenas e não indígenas.

Por exemplo, conforme relatado pelos presidentes João Vieira (1856) e Adolfo de Barros Lacerda (1864), as Diretorias de Maués e do Uaupés, que abrigavam populações estimadas de "Macus" de 512 e 2.351, respectivamente, ficaram sem seus párocos por períodos significativos entre 1850 e 1860. Considerando que a presença de religiosos na região era escassa para a extensão do território, a ausência de missionários era uma queixa recorrente do presidente Adolfo Lacerda e de outras autoridades na década de 1860. Sem a figura dos missionários, considerados os únicos capazes de estabelecer um contato amistoso com os grupos indígenas, aumentariam as denúncias de violência e acusações de comportamentos selvagens atribuídos aos indígenas. Afinal, o regulamento das Missões de 1845, incumbia aos missionários a instrução dos indígenas na doutrina cristã, o ensino da leitura e da escrita, servindo como uma ponte entre o "mundo bárbaro" dos indígenas e o "Grêmio da Civilização", além de prepará-los é claro, para o trabalho (Brasil, 1845).

Nesse contexto, como aponta Patricia Mello Sampaio (2009) representou apenas uma das muitas contradições presentes na política indigenista da segunda metade do século XIX. Enquanto se argumentava sobre a necessidade de "civilizar" os indígenas e utilizá-los como base da nacionalidade brasileira, os responsáveis pelo desenvolvimento dessas políticas não hesitavam em autorizar o uso da força contra eles para promover sua "civilização", especialmente no Amazonas, onde a escassez de missionários para a catequese era evidente. De fato, não se quer dizer que os missionários eram os defensores incontestáveis dos indígenas. Pelo contrário, na documentação examinada, é frequente encontrar queixas contra esses religiosos. Na Exposição de 1857, apresentada pelo Vice-presidente da Província, Dr. Manoel de Miranda, fica evidente o comportamento condenável de alguns missionários.

³ O termo utilizado nos registros da administração da província do Amazonas para descrever alegados ataques de indígenas.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Segundo ele, esses religiosos cometeram tantas atrocidades que levaram os indígenas a buscar refúgio em outros países, indo de encontro ao propósito esperado das missões. Nas palavras do Dr. Miranda, "a catequese rigorosa deveria permitir o desenvolvimento da agricultura, indústria e comércio, especialmente entre as várias tribos nômades que habitam suas vastas florestas, revelando ao mundo as riquezas naturais nelas contidas" (Vieira, 1857, p. 20). Entretanto, sem a presença dos missionários, indivíduos como comerciantes, colonos e diversos outros sujeitos passaram a tentar, por conta própria, atrair os indígenas das regiões mais remotas para trabalhar às margens dos rios ou em outros locais usando de força e outros métodos violentos para isso.

O caso dos Macu é particularmente notável, pois partes desses grupos conseguiram permanecer isoladas do contato com os colonizadores. Em 1864, isso se tornou motivo de queixa do presidente Adolfo de Barros, que relata que no "Hyupurá, ainda dentro de nosso território, entre aquele rio e o Rio Negro, os Macús vagueiam, uma tribo que ainda mantém seu modo de vida nômade e selvagem" (Lacerda, 1864, p. 34). A falta de presença missionária é apontada como o motivo desse "estado" em que se encontram os Macu e outros grupos, conforme explicitado pelo presidente Manoel Carneiro da Cunha em 1862:

Não há missionários suficientes para trazer à vida civilizada as numerosas tribos, que vivem nas selvas, algumas das quais são antropófagas, e que fogem do contacto do homem civilizado. E o trabalho, que não pôde ser desempenhado pelo parocho, cuja missão já é bem pesada, e a quem incumbe o dever de residir na séde sua freguesia para melhor curar della (Cunha, 1862, p. 15).

219

No entanto, de acordo com o relato do presidente José Lustosa em 1884, houve uma tentativa fracassada de estabelecer aldeias para os indígenas "errantes" que habitavam às margens do rio Papuri. Entre esses grupos, destacavam-se os Macu, que anteriormente haviam sido aldeados pelo Padre Gregório da Ordem dos Carmelitas. No entanto, após a partida do missionário, os indígenas retornaram ao que foi descrito como um "estado de selvageria" (Paranaguá, 1884, p. 32). Em um contexto similar, o presidente Theodoretto Souto, também em 1884, relatou que esses indígenas ainda estavam em um estado de "selvageria". Ele descreveu as condições precárias do aldeamento de Santa Lucia no Rio Papuri, onde residiam 162 Macus. Souto mencionou ainda que muitas malocas não puderam ser reunidas em aldeias, pois os indígenas preferiam viver em "liberdade e selvageria", o que dificultava a manutenção da ordem civil na aldeia, estimava-se que, ao todo, 669 "Macus" habitavam às margens do Rio Papuri (Souto, 1884, p. 14).

O problema da "desobediência" e "violência" surge novamente no mesmo ano, desta vez relacionado ao consumo de bebidas pelos Macu. Segundo Theodoretto Souto, no Rio Tiquié havia várias "tribos" independentes, a maioria delas sendo Macu, que consumiam grandes





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



quantidades de caxiri⁴ (Souto, 1884, p. 15). Uma carta enviada em maio do mesmo ano por Frei Venâncio Zilochi ao superior da catequese indígena relatava que a população estimada de "Macus" era de mais de 669 indivíduos de um total de mil almas na região, mas todos os "Macu" estavam entregues à "bebedeira e desobediência", conforme descrito pelo religioso a Souto em 1884 (Souto, 1884, p. 15).

Portanto, uma província que aspirava à "civilização" via a necessidade de transformar esses indígenas em cidadãos úteis para o progresso nacional. Para alcançar esse objetivo, era considerado imperativo retirá-los das florestas e integrá-los às aldeias, trazendo-os "para o seio da civilização". No entanto, é importante ressaltar que a representação dos Macu como "selvagens" e "errantes" foi primariamente uma construção intelectual, em um contexto de grande demanda por mão de obra. A recusa dos indígenas em se aldearem ou se mudarem para as vilas resultou nessa caracterização, contrastando fortemente com a descrição do século XVIII que os retratava como "dóceis". Essa mudança na percepção reflete as flutuações ao longo da história sobre esse grupo, moldadas principalmente pelos interesses e relações de poder de cada período. Em suma, a Representação dos Macu foi moldada em grande parte com as mentalidades predominantes em cada época (Chartier, 1991).

Considerações finais

Conforme observado por Chartier (1991), as representações sobre grupos ou indivíduos são construídas pelas sociedades com base em experiências históricas, refletindo as visões de mundo predominantes em determinados períodos. Na segunda metade do século XIX, o fervoroso desejo de consolidar e edificar o Estado e a Nação brasileira, moldada à imagem de uma civilização europeia, possivelmente alterou a representação existente desde o século XVIII dos Macu como "passivos", substituindo-a por uma imagem que os retratava como indígenas "selvagens, errantes e violentos". Essa mudança de percepção pode ser compreendida à luz de diversas dinâmicas interligadas: a necessidade premente de mão de obra indígena na província, a resistência desses grupos em se aproximar dos não indígenas e a escassez de missionários.

Essas três dimensões estão intrinsecamente relacionadas. A relutância em estabelecer contato com os colonizadores implicava em menos acesso a mão de obra, e um atraso a província já que o trabalho era um meio de "civilizar" esses grupos indígenas. Diante desse cenário, as autoridades provinciais tentaram elaborar meios para buscar os indígenas nas profundezas da floresta. Com a ausência de missionários, outros indivíduos de diversas camadas sociais tentavam essa missão, muitas vezes recorrendo à violência. Esses conflitos geravam ações e reações por parte dos indígenas, que eram então rotulados como "bárbaros e selvagens".

⁴ Caxiri se trata de uma bebida fermentada à base da mandioca, sendo muito utilizada pelos grupos indígenas em diferentes ocasiões de cunho festivo e ritualístico.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



No entanto, é crucial entender esses grupos dentro de sua própria lógica e contexto histórico, levando em consideração seus interesses como impulsionadores de suas ações. A "violência" atribuída a esses indígenas pode ser interpretada como uma ação/reação ao avanço constante de um estado e de outros sujeitos que buscava transformá-los em trabalhadores, mantendo viva a memória de um passado de intensa escravidão contra eles no século XVIII (Wright, 2005). Com a ausência de missionários, multiplicavam-se as queixas de violências perpetradas por particulares contra indígenas com o argumento de os trazer ao "grêmio da civilização".

As acusações de "desobediência" e "bebedeira" podem estar relacionadas ao modo de vida desses grupos, que não se conformavam com o padrão desejado pelas autoridades provinciais, levando estas últimas a descrevê-los dessa maneira.

Diante disso, o presente trabalho buscou se inserir dentro de uma visão já consolidada pela historiografia brasileira, que destaca os povos indígenas como grupos com interesses próprios e vontades que não se limitam a reações, mas também incluem ações (Sampaio, 2009). A relação entre indígenas e não indígenas representou uma colisão de ambições, na qual ambos os grupos enfrentaram desafios para alcançar seus objetivos (Monteiro, 1999). Os indígenas não foram meros espectadores na história da Colônia e do Império, nem foram simplesmente "mansos" ou "selvagens"; pelo contrário, foram construtores fundamentais dessas duas temporalidades, utilizando todos os recursos disponíveis para enfrentar uma realidade que muitas vezes se voltava contra eles.

221

Referências

CABALZAR, A.; RICARDO, C. A. **Povos indígenas do rio Negro**: uma introdução à diversidade socioambiental do noroeste da Amazônia brasileira. São Paulo: ISA/FOIRN, 2006.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos avançados*, v. 5, p. 173-191, 1991.

COSTA, Wilma Peres. "O Exército e o Império". In: **A espada de dâmocles**: o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império. São Paulo: HUCITEC, Editora da UNICAMP, 1996, pp. 27-72.

MEIRA, M. **A Persistência do Aviamento**: Colonialismo e História Indígena no Noroeste Amazônico. São Carlos, Edufscar, 2018.

MONTEIRO, John Manuel. Armas e armadilhas: história e resistência dos índios. In: NOVAES, Adauto (org.). **A outra margem do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 237-249.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



POZZOBON, J. **Sociedade e improviso**: estudo sobre a (des)estrutura social dos índios Maku. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2011

RICCI, Magda. “Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840”. **Revista Tempo**. Rio de Janeiro, v. 22, 2006.

SAMPAIO, Patrícia Melo. Política Indigenista no Brasil Imperial. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. (Orgs.) **O Brasil Imperial (1808-1889)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1, pp. 175-206, 2009.

SILVERWOOD-COPE, Peter Lachlan. **Os Makú**: povo caçador do noroeste da Amazônia. (No Title), 1990.

SPOSITO, Fernanda. “Os índios no Império: política e imaginário”. In: **Nem cidadãos, nem brasileiros**: indígenas na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na Província de São Paul (1822-1842). São Paulo: Alameda, 2012, pp. 21-143.

SOUZA, Williams Andrade de . **A Câmara e o (des)governo municipal**: administração e civilidade no Brasil Imperial (Recife, 1829-1849). 1. ed. Jundiá: Paco Editorial, 2021.

WRIGHT, Robin M. **História indígena do noroeste da Amazônia**: hipóteses, questões e perspectivas. História dos índios no Brasil, v. 2, p. 253-66, 1992.

WRIGHT, Robin M. **História indígena e do indigenismo no Alto Rio Negro**. FAEP, UNICAMP, 2005.

Fontes

ARANHA, Bento de Figueiredo Tenreiro As explorações e os exploradores do rio Uaupés. Manaus: Archivo do Amazonas, 1906-1907, p. 55-60.

BRASIL. DECRETO N, 426, de 24 Julho de 1845. Contém o Regulamento acerca das Missões de catequese e civilização dos Índios.

CERQUEIRA, D. [1879]. Reminiscências da fronteira. Rio de Janeiro: F. Briguietamp; Cia., 1928.

CUNHA, Manoel Clementino. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da província do Amazonas pelo exm sr Dr Manoel Clementino Carneiro da Cunha presidente da mesma província na sessão ordinária de 3 de Maio de 1862, Pará, Tipografia de Frederico Carlos Rhossard, 1862.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



FERREIRA, Jansen, Exposição com que o ex-presidente do Amazonas o exmo senhor doutor José Jansen Ferreira passou a administração da província ao primeiro vice-presidente o exmo Tenente Coronel Clementino José Pereira Guimarães em 21 de setembro de 1885. Manaus, tipografia do Amazonas, 1885.

HERNDON, William Lewis. Exploration of the Valley of the Amazon, made under direction of the Navy Department, by WM. Lewis Herndon and Lardner Gibbon, Lieutenants United States Navy. Part I, by Lieut. Herndon. Washington: Robert Armstrong Public Printer, 1853.

LACERDA, Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque. Relatório apresentado à assembleia Província do Amazonas na sessão ordinária de 1 de Outubro de 1864, pelo Dr, Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, Presidente da mesma província. Amazonas, 1864.

MACEDO, António Costa. Extracto de Um Officio Do Exm. Sr. Bispo D. Antonio De Macedo Costa ao Exm. Sr. Ministro do Império, 1866.

MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. Beiträge zur Ethnographie und Sprachenkunde Amerika's zumal Brasiliens. Leipzig, F. Fleischer; Vol. 1: Zur Ethnographie, e vol. 2: Zur Sprachenkunde, 1867.

MIRANDA, Manoel Gomes Correia de. Falla dirigida à assembleia legislativa provincial do Amazonas no dia 3 de maio de 1855, em que se abriu a sua 4º sessão ordinária pelo vice-presidente da província, o Dr. Manoel Gomes Correia De Miranda. Amazonas, 1855.

PARANAGUÁ, José Lustosa da Cunha. Relatório com que o presidente da província do Amazonas, Dr. José Lustosa da Cunha Paranaguá entregou a administração da mesma província ao 1º Vice-Presidente coronel Guilherme José Moreira em 16 de fevereiro de 1884. Amazonas, 1884.

PENNA, Herculano Ferreira. Falla dirigida à assembleia legislativa provincial do Amazonas no dia 01 de e outubro de 1853, em que abriu a sua 2º sessão ordinária, pelo Presidente da Província; O Conselheiro Herculano Ferreira Penna. Amazonas, 1853.

REIS, José de Miranda da Silva. Relatório que a Assembleia Legislativa provincial do Amazonas apresentou no ato da abertura das sessões ordinárias de 1871 ao Presidente José de Miranda da Silva Reis. Manaos. Tipografia do Amazonas 1871.

223





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



SOUTO, Theodoreto Carlos.. Exposição com que o Exm. Presidente da Província do Amazonas, Dr. Theodoreto Carlos De Farias Souto, entregou A Administração Da Mesma . Ao Tenente-Coronel Joaquim José Paes Da Silva Sarmento, em 12 De Julho de 1884. 1884.

VIEIRA, João Pedro Dias.Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial, pelo Excelentíssimo senhor doutor João Pedro Dias Vieira, Digníssimo Presidente Desta Província. No Dia 8 De Julho De 1856 por ocasião da primeira sessão ordinária da terceira legislatura da mesma assembleia Amazonas , 1856.

VIEIRA, João Pedro Dias. Exposição feita ao Exm.º Sr 1º vice-presidente da província do amazonas o Dr. Manoel Gomes Correa de Miranda pelo presidente Dr. João Pedro Dias Vieira por ocasião de passar-lhe a administração da mesma província em 26 de fevereiro de 1857. Manaus. Typografia de Francisco José da Silva.

224



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



CULTURAL TRANSFERS AND APPROPRIATION OF THE FRENCH GYMNASTIC SYSTEM IN BRAZILIAN PHYSICAL EDUCATION IN THE FIRST HALF OF THE 20TH CENTURY

Tuany Defaveri Begossi¹
Janice Zarpellon Mazo²

Introduction

The French Gymnastics System (FGS) was introduced to Brazil by the French Military Mission, which arrived in the country to provide instruction to the Public Force of the state of São Paulo in 1907. Historical evidence suggests that, thereafter, practices carried out within the military gradually spread to other social contexts, including schools (MARINHO, 1953; FERREIRA NETO, 1999; GRUNENVALDT, 1998; VAGO, 1999). Regarding the school institution, mention should be made of a bill drafted by the Brazilian Ministry of War in 1929, to regulate the teaching of Physical Education in the country, specifying the FGS as the guiding principle for the content to be developed in schools (SOARES, 1998).

During this period, it was recommended that the practice of Physical Education in Brazil be guided by "Regulamento n. 7 de Educação Física", also known as the "French Method", which was officially translated into the country in 1931. These regulations were drawn up by the Joinville-le-Pont Military School (Paris, France) in the 1920s under the title "Règlement Général D'Education Physique. Méthode Française" and were approved by the French Ministry of War and Ministry of Public Instruction in 1927. The aforementioned Regulation, imported from France and initially intended for military physical training in Brazil, was disseminated in the country's School of Physical Education, transferring to this environment a model of military teaching permeated by French characteristics.

According to Marinho (1980, p. 20), article 41 of the draft law submitted by General Nestor Passos, Minister of War, for study by the Physical Education Commission in 1929 stated: "Until the National Method of Physical Education is created, the so-called French Method is adopted throughout Brazil, under the title of General Regulation of Physical Education". Additionally, Begossi's research (2022) pointed to the significant spread of these precepts in the syllabuses of subjects aimed at training/specializing primary school teachers, directly influencing the teaching of certain subjects from the first half of the 20th century onwards.

¹ Doctor in Human Movement Sciences, Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS), Brazil. Physical Education teacher at the Caetano Polesello Municipal Elementary School (Nova Prata, Rio Grande do Sul, Brazil). Member of the Sports Memory Center (CEME) and the Observatory of Para-sports and Deaf Sports (OPES) at UFRGS.

² Doctor in Sports Sciences from the University of Porto (UP), Portugal. Full Professor at the School of Physical Education, Physiotherapy and Dance (ESEFID) and the Postgraduate Program in Human Movement Sciences (PPGCMH) at the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS), Brazil. Coordinator of the Sports Memory Center (CEME) and the Observatory of Para-sports and Deaf Sports (OPES) at UFRGS.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



In this way, identifying which theoretical and practical principles of the FGS were transferred and appropriated in the Brazilian Physical Education scenario becomes fundamental to understanding the organization of the very disciplinary structures that initially guided the field of teacher training/specialization in this area. Let's remember that during the first half of the 20th century, teachers trained and/or specialized in Physical Education had elementary school as their main field of activity. Therefore, the knowledge they learned during their training had elementary school education as its main locus of application.

In this sense, the study aimed to understand the practices and cultural representations of the French Gymnastic System transferred to the field of Brazilian Physical Education in the first half of the 20th century.

Theoretical-methodological framework

The research design was guided by the theoretical-methodological assumptions of Cultural History, particularly focusing on concepts such as cultural representations, practices, and appropriation (CHARTIER, 2000; 2006; BURKE, 2003; CORBIN, 2005). Additionally, the theoretical notions of cultural transfer (BURKE, 2003) and cultural diffusion (DARBON, 2011) were crucial for understanding the theoretical and practical principles underlying the FGS, which was disseminated and appropriated in Brazil in the first half of the 20th century. Corbin (2005, p. 1) defines cultural history as "made up of coverings, sedimentations, inertias." The historian of culture must strive to understand "this system of references" through the traces that reach the present from the past (CERTEAU, 1975, p. 48). These traces, in turn, have a dual nature: they are both marks of historicity and representations of something that occurred in time. Therefore, representations can be seen as a re-presentation of something absent in time.

The empirical documents collected during the research were interpreted as historical vestiges, carriers of representations of the past, imbued with meanings and significance particular to the context in which they were created. It is important to note that these materials guided certain practices, which can also be culturally interpreted (CHARTIER, 2000). The fundamental challenge of this interpretation was to conceptually and methodologically consider the articulation between the discourses intrinsic to the research documents and the practices that these materials "prohibited, prescribed, condemned, represented, designated, and criticized" (CHARTIER, 2006, p. 8).

Therefore, the cultural practices and representations present in historical documents may have been appropriated in various ways, particularly due to the historical, social, and cultural contexts to which they were transferred. Consequently, the appropriation of certain codes, according to Chartier (2000), cannot be simply identified as a transfer of precepts, as there likely exists a space for creation or even refusal and confrontation with the transmitted guidelines in the appropriation constructed by the subjects. Hence, cultural transfers themselves lead to the formation of new practices and representations, and empirical

226





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



research should aim to delineate the similarities and differences resulting from this process (BURKE, 2003).

In this regard, the integration of intrinsic factors, linked to the composition of the FGS, with extrinsic factors, related to the context in which these precepts were established and subsequently transferred, forms what Darbon (2011) terms cultural diffusion. According to the author, this complex integration of factors cannot be predefined or guided by generalities, as it is closely dependent on the context being studied. Consequently, the complementary concepts of cultural practices, representations, and appropriation permeated the analytical process of the empirical materials gathered in the research. These theoretical perspectives, combined with the understanding of cultural transfers and cultural diffusion, directed the research towards analyzing the movement of appropriation and later diffusion of French gymnastic precepts in the Brazilian context during the first half of the 20th century.

The research is characterized as a historical-documentary study that seeks to comprehend the practices and cultural representations of the FGS transferred to the field of Brazilian Physical Education in the first half of the 20th century. To achieve this, the methodological procedures were divided into two stages. Initially, as Bacellar (2010, p. 63) suggests, a "survey and selection of documents" was conducted, gathering bibliographic productions that provided evidence of the object under investigation. Additionally, the documentary corpus of the research included reports published in newspapers and *Revista do Globo*, the Teaching Programs of the subjects of the Normal Physical Education Course at the then-called School of Physical Education of the state of Rio Grande do Sul, as well as oral testimonies from former students who attended this course during its duration (1940-1957). Subsequently, the second stage involved the "coding and interpretation of the collected data," aligned with the research's guiding objective.

Finally, by prioritizing historical documents and employing the concepts of the defined theoretical framework, the construction of the narrative presented in the following sections aimed to organize a mode of understanding that encompassed the widest possible breadth in the description, explanation, and comprehension of the study's objective.

French cultural diffusion in brazilian physical education

In France, similar to later developments in Brazil, gymnastics was initially organized within military institutions and gradually integrated into schools (ARNAUD, 1991; TERRET, TESCHE, 2009). According to Vigarello and Holt (2005), the French government financed the construction of gymnasiums, which began to appear in elementary schools from the 1850s onwards. However, it was with the enactment of a decree on February 3, 1869, that gymnastics became more widely used in French schools, as this legislation made it official for all levels of education (ARNAUD, 1989). The twentieth century witnessed the emergence in France of a desire to organize a unified French gymnastics system to be applied in all schools across the country. According to Gleyse et al. (2002), French authors such as

227





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Fernand Langrage, Georges Demeny, Etienne-Jules Marey, and Georges Hébert were invited to contribute to this effort, making unique contributions to the framework of this system. In Brazil, modernization took place from the late 19th century to the mid-20th century, during which the school, as a social institution, began to incorporate the education of the body as one of its teaching pillars, articulating discourses advocating bodily movement and health. During this period, "Gymnastics" was included in the curriculum of primary teacher training courses in southern Brazil as intrinsic content to the already established disciplines in this field, such as Pedagogy (LYRA, 2013; BEGOSSI, 2022). From the early decades of the 20th century, amidst reorientations linked to Brazil's political and educational context and the dissemination of French precepts, the contours of this knowledge were broadened, and education began to encompass the physical, intellectual, sexual, mental, and moral dimensions of individuals.

As a result, "Physical Education" began to be utilized as a means to promote healthy habits and personal grooming practices, aiming to cultivate a robust and harmoniously developed body. These aspirations stemmed from a specific social and political context, revealing a socio-cultural construction of the foundations that underpinned the presence and objectives of what was then known as "Physical Education" in schools. Thus, although the French Gymnastics System arrived in Brazil at the beginning of the 20th century, it is important to emphasize that its most significant impact was on gymnastics education in schools and the systematization of private classes in sports associations, starting from the 1920s.

Historical evidence gathered for this research demonstrated that these principles were disseminated through various means, including the press. At the turn of the 20th century, the newspaper "A Federação," published in the state of Rio Grande do Sul, Brazil, featured an article on rowing at Harvard University (United States), after translating the original text from the French newspaper "Le Figaro" (EN AMÉRIQUE, 12/07/1903). Furthermore, we highlighted the circulation of Revista do Globo (1929-1967), recognized as the main magazine in southern Brazil for publishing reports on sports associations and topics related to Physical Education, as well as subjects related to local and regional culture, during the 1930s and 1940s. Regarding this publication, we refer to the discovery of clues indicating the existence of a branch of Revista do Globo in France (MAZO, 2003).

In addition to the presence, circulation, and dissemination of French regulations and reports in the Brazilian context in the first half of the 20th century, our research indicated the existence of "cultural transfers" (BURKE, 2003, p. 44). These transfers may have facilitated the spread of French teaching precepts and practices in Brazil, particularly concerning their impact on the teaching of gymnastics and later on the training of teachers to work with Physical Education in elementary schools in southern Brazil.

One individual who acted as a "cultural translator" (BURKE, 2003, p. 97) in this context was Professor Frederico Guilherme Gaelzer (*1897 +1972). Recognized for his dedication to the fields of sport, leisure, and physical education in Brazil, the Brazilian newspaper Diário de Notícias (PREPARANDO A RAÇA..., 1933) reported on Gaelzer's study mission to Europe, including his participation in the Congress of Physical Education and Recreation at

228





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



the Joinville-le-Pont Military School in Paris, France. It is noteworthy that Gaelzer had previously visited France in 1924 to attend the 1924 Olympic Games in Paris. Additionally, the professor participated in congresses in Charlottenburg, Berlin (Germany), Copenhagen (Denmark), Stockholm (Sweden), and Hellaerau (Luxembourg), as documented in the research by Begossi, Lyra, Mazo (2021).

There are indications that these cultural transfers also occurred through the exchange of instructors in certain sports, who traveled from France to Brazil to teach specific techniques. For example, Master Gauthier, a fencing instructor from the Joinville-le-Pont School in France, was hired to teach fencing to the Brazilian military in 1922 (ALVES, 2018). Another example is the influence of French military personnel in the dissemination of horseback riding in Brazilian states in the 1920s (PEREIRA, 2016).

Regarding the context of teacher training for primary education in southern Brazil, French bibliographical references were influential in shaping the theoretical and practical scope of certain disciplines related to training and specialization courses for Physical Education teachers. Specifically, these influences were evident in the curriculum of the Normal Physical Education Course at what was then known as the Higher School of Physical Education (ESEF) in the state of Rio Grande do Sul. It is important to note that this course was the first in the state to specialize elementary school teachers to work with this subject in elementary school (MAZO, 2003; LYRA, 2013; BEGOSSI, 2022). Below, we highlight the subjects, along with their respective bibliographical references and authors:

229

Choral singing: La Musique (Paul Becker); Progré de la musique (C. Duson); L'enseignement de la musique (J. Bosch); Le rythme, la musique, l'éducation; les éléments de la musique, la rythmique (Dalcroze); **Kinesiology:** L'Anatomia en Poche (Mauchet, Duppet); **Attack and defense sports:** Regulamento Francês – II parte; **Rhythmic Gymnastics:** obras de Demyen e Delsartre; **Applied hygiene:** Cours d'Hygiène (Bernard e Debré); Hygiène Scolaire in traité d'Hygiène (Mary et Cenevriar); Les bases Scientifiques de l'éducation physique (Démemy); L'Education Physique e La race (Tissie); **Physical Education Methodology:** Theoria de La Gimnastica (Johanes Lindhard); Education on Physique, Virile et Morale par La Méthede Naturelle (Georges Hébert); Manual scientifique d'Education Physique (Maurice Boigey) (PROGRAMAS DE ENSINO, 1940, grifos nossos).

The references mentioned suggest that the teaching model adopted by the aforementioned course was based on works produced in France. In the following section, we delve into greater detail regarding the curriculum of the subjects that comprised the Normal Physical Education Course at ESEF, offered between 1940 and 1957. We aim to highlight cultural practices and representations, as well as potential connections between the teaching structures of the course and precepts associated with the FGS. As Darbon (2011) suggested, cultural diffusion can only be delineated by considering specific contexts, as it cannot be governed by generalizations.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



French gymnastic principles in the specialization of primary school teachers in physical education

The disciplinary structure that guided the specialization of primary school teachers in the Normal Physical Education Course at ESEF was organized by the Department of Physical Education of the state of Rio Grande do Sul (DPE). The Teaching Programs, in turn, were established as pedagogical documents that brought together the objectives, syllabi, and, consequently, the learning sequences for each of the subjects that comprised the specialization. These documents served as a plan, organizing educational action, as their function was to guide teachers.

In this research, our analytical focus was particularly on the objectives and syllabi established for each subject in the ESEF Normal Course, aiming to identify the practices and cultural representations of the FGS. To achieve this, we relied on the book "Sistemas e Métodos de Educação Física" (1953), which details the FGS from the author's perspective, Inezil Penna Marinho. The author emphasizes that this system was guided "by physiological principles, covering elementary, secondary, higher, and female physical education, as well as professional adaptations and conservation gymnastics" (MARINHO, 1953, p. 170). According to the author (1953), this system was divided into three parts, with the first being the most widespread in Brazil. This part was subdivided as follows: A) Physiological bases, pedagogical bases, and applied pedagogy; B) Individual sports and team sports, and C) Military Physical Education, which, according to the author, extended to all other parts.

In the General Physical Education - Women's subject of the ESEF Normal Course, classifications were also made for "elementary, secondary, superior, and women's" levels, highlighting specific gymnastics sessions for each of these cycles. Specifically for the elementary cycle, it was proposed to teach marching evolutions and order exercises, practices characteristic of the FGS.

The adoption of this system as a guideline for learning General Physical Education - Women was also recalled in the oral testimony of former Normal Course student and ESEF teacher Quintina Paccini. According to Quintina (2005, p. 4), "It was only the French Method. We received this method from the school, and everything revolved around it. [...] When we started working at the school, the lessons were guided by this method." Similarly, former pupil Ilse Engel Guterres also highlighted in her testimony the presence of practices linked to the FGS during lessons. For her, "at the time (1941) it was the French School that was followed. Practically all the subjects were linked to French gymnastics" (GUTERRES, 2004, p. 6).

In the general analysis of the first part of the FGS, in the section on "Physiological Basics," Marinho (1953) explains that after the age of eight or nine, when the differences between the sexes begin to appear, the adaptation of exercises should also begin. Given this, the teacher emphasizes that for women:

230





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



There should be no concern for muscular development or strength, but rather for achieving a perfect organic balance and encouraging harmony of form, which in women is characterized by lines and curves. The exercises should be aimed at the most important function that women have to perform, which is motherhood; this is why their purpose is to encourage the normal development of the pelvis (MARINHO, 1953, p. 79-80).

These guidelines linked to the FGS and, to a certain extent, circulating in the field of Physical Education in the first half of the 20th century, were also supported by Decree-Law No. 3,199 of April 14, 1941. This decree established the basis for the organization of sports in Brazil and highlighted in article 54 that "Women will not be allowed to practice sports that are incompatible with the conditions of their nature [...]" (BRASIL, 1941, p. s/p). In general, the content of these regulations stated that women would not be allowed to practice wrestling of any kind, soccer, indoor soccer, beach soccer, water polo, polo, rugby, weightlifting, and baseball. This determination was also recalled by the students of the Normal Physical Education Course at ESEF (ECHART, 2004; GUTERRES, 2004; PACCINI, 2005). However, the statements showed a certain lack of understanding of the reasons that led to this legal determination.

Olga Kroeff Echart, a student on the Normal Course and also a teacher at the ESEF, pointed out that "because of this Decree, I have the impression, I don't really know, that women didn't take part. I don't know if it was because of the Decree or if it was just on medical advice. It wasn't clear" (ECHART, 2004, p. 26). These medical influences highlighted in Olga's statement were also mentioned in other testimonies. For Quintina Paccini (2005), "the doctors claimed that the ball could hit the breast and cause tumors and other things. So it wasn't interesting for women to play soccer" (PACCINI, 2005, p. 13).

This determination remained in force until 1975, and as a result, the trajectory of female students in the specialization course in question changed. Certain subjects were directed only for female students, while others were intended only for male students. This differentiation was sometimes evident right from the name of the subject, as in the case of Women's Jumping, General Physical Education - Women, and Women's Tennis. In others, this differentiation was only noticeable in the objectives, such as in the contents of Running and Throwing, related to Individual Land Sports, and the Rhythmic and Rhythm Gymnastics subjects. In the Applied Hygiene subject, for example, the orientation "Hygienic standards for women and their physical exercise" appeared as a subdivision of the content "Hygienic effects of exercise on the body".

On the other hand, knowledge that was aimed exclusively at men did not make this distinction in their teaching programs. This is the case, for example, with Attack and Defense Sports. This subject, in the organization of the FGS presented by Marinho (1953), was part of the Individual Sports content. In the Teaching Program, the pedagogical orientation showed, in common with the aforementioned system, the presence of English boxing, jiu-jitsu, and Greco-Roman wrestling. In addition to these, and unrelated to the FMS, the

231





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



syllabus also included self-defense, catch-as-catch-can, wrestling, English boxing, boxer initiation, and capoeiragem. The Individual Sports were organized as follows:

First group - Walking; running; jumping; throwing.

Second group - Generalities; English boxing; French boxing; Greco-Roman wrestling; jiu-jitsu; stick throwing; fencing.

The third group - weights and dumbbells; apparatus gymnastics; tug-of-war; swimming and rescue; rowing; cycling; and winter sports (MARINHO, 1953, p. 71).

When we look at the content described in the teaching programs, several practices are close to the content mentioned above. The first is linked to the presence of "marching; running; jumping; throwing", which were appropriated in the Teaching Programs through the knowledge of running, jumping, and throwing, these being directed exclusively at women and, perhaps for this reason, marching was subtracted. The third group, in turn, was appropriated by the ESEF Normal Course through two distinct disciplinary skills: the first, "Individual Sports", through the syllabus for "Apparatus Gymnastics and Lifting Weights and Dumbbells"; and the second, "Aquatic Sports", through the Rowing Teaching Program. Team Sports appeared alongside Individual Sports in the first part of the FGS. This category included basketball, soccer, hockey, and rugby. In the ESEF Normal Course, team sports were organized into three teaching programs. Two of these were directly related to FMS content: basketball and soccer. Hockey and rugby, on the other hand, were not among the subjects covered by the Normal Course. However, volleyball was included in the Group of Collective Sports, along with basketball and soccer.

The third and final segment of the first part of the FGS, as we have seen, was called "Military Education". For Marinho (1953), this part aimed to "perfect the individual and prepare him to play the role of combatant, adapting him physically to the various functions of his weapon" (MARINHO, 1953, p. 71). In the passage described, the military characteristics became even more prominent. At first glance, we might have thought that this characteristic would exclude most of the possibilities of drawing parallels with the Teaching Programs of the Normal Course; after all, since this training took place in a civilian school, there would be no military education.

However, as we saw earlier, this third part permeated all the others that made up the FGS. Furthermore, in Marinho's (1953) writings, it was pointed out that it was made up of eighteen chapters, which sought to guide on various issues relating to the method, including the rules to be followed for its application, direction, and execution, whether in a military and/or civilian environment. It is precisely in the content of these prescriptions that we were able to locate some more intercessions between the FGS and the ESEF Normal Course Teaching Programs.

Let's start by highlighting the significant presence of the term "sessions". One of the guidelines described that "all work sessions are prepared by study sessions" (MARINHO, 1953, p. 72). The term "sessions" was also found in the Teaching Programs of the Normal

232





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Course, especially in the subjects of Kinesiology, Attack and Defense Sports, Collective Land Sports (Football and Volleyball), Individual Land Sports (Running, Gymnastics with apparatus and lifting weights and dumbbells, Jumping), General Physical Education - Women, Rhythmic Gymnastics and Methodology of Physical Education. In these programs, the term "session" was used to refer to the classes themselves.

Another point to be noted is the orientation for teachers to be excellent performers in their lessons. In the subject of General Physical Education - Women, this was already stated in the opening remarks: "Give them the physical training they need to be good performers of the exercises they are going to teach" (PROGRAMME FOR TEACHING GENERAL PHYSICAL EDUCATION - WOMEN, 1940, p. 1). In the subject of Physical Education Methodology, this characteristic appeared timidly, in the subdivision of contents linked to the FGS. This part contained the following list of contents to be studied:

Rules for the conduct, direction, and execution of physical work - **Qualities of the Physical Education teacher**; Personal presentation; Personal qualities; Intellectual and material preparation of the work session; Direction of the session; Commands; **Arrangement of the students and placement of the teacher** and guide; Indication of rhythm; **Correction of errors**; Special rules for the execution of push-ups; Rules for the execution of games; Frequency and duration of the gymnastics session; **Hygienic prescriptions**; Precautions against accidents; Stops and aids; Rules for the composition of gymnastics sessions; Exercises for the composition of gymnastics sessions for the different cycles, grades, sexes, etc. (PHYSICAL EDUCATION METHODOLOGY TEACHING PROGRAM, 1940, p. 1 - emphasis added).

233

Although presented in different ways, both subjects of the Normal Course included the idea that the physical education teacher should, in addition to maintaining the conduct, direction, and order of his classes, be endowed with qualities that would allow him to demonstrate the requested movements to the class. In addition, as highlighted in the fragment above, the teacher should put himself at a point of common vision with the whole class and also correct any mistakes that may occur. Concerning this issue, guidelines were also given in the book *Systems and Methods of Physical Education*, written by Inezil Penna Marinho (1953). According to Marinho (1953, p. 102) in FGS "the instructor should always stand at a point where he can easily observe each of his students". In addition, he described that as soon as any mistakes were made by the students, the teacher should observe and correct them immediately, out loud, being brief and "imperative", without indulging in "prolonged comments" (MARINHO, 1953, p. 102).

Another aspect observed in the Physical Education Methodology Teaching Program, and which appears commonly in the considerations about the FGS, is the emphasis on hygienic prescriptions. According to Marinho (1953), it was recommended that physical work be carried out in the open air, with appropriate uniforms and temperature conditions. They were





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



also advised to use "ablutions and showers" and, above all, to avoid excessive fatigue (MARINHO, 1953, p. 73).

In the Applied Hygiene Teaching Program, prescriptions about bathing and ablutions and the choice of clothing for exercise were also common. These recommendations are described in detail in the content axis related to Individual Hygiene. Fatigue is also mentioned in the Teaching Program, with guidelines linked to its prevention through rest and sleep (PROGRAMA DE ENSINO DE HIGIENE APLICADA, 1940).

The composition of the Applied Hygiene Teaching Program of the ESEF Normal Course also showed appropriations of the content shown by Marinho (1953). When dealing with "Hygienic prescriptions" (p. 106), the author highlights the places where physical work should be carried out, the most appropriate time, and the recommended clothing, differentiating it for different temperatures. These aspects were also present in the pedagogical documents analyzed.

However, even though it has been possible to draw parallels between the FGS and the Normal Course Teaching Programs, it is also necessary to note the presence of criticism about the adoption of this system in Brazilian school education. These judgments came especially from the Brazilian Education Association (BEA), which justified its position because it did not accept the use of military education in schools. So, just as it was possible to trace characteristics contained in the Teaching Programs that were common to those present in the FGS, aspects that distanced these pedagogical documents from the proposed model also became apparent.

In the Teaching Program for the subject of Physical Education Methodology, for example, there was a section entitled "Criticism of the French Method of Physical Education". We can assume that during the lessons, the teacher responsible for the class set aside time to present criticisms related to the FGS. In addition, in a less apparent way, we see intrinsic to the content described in some Teaching Programs, the presence of principles defended at the time by the BEA. These aspects are guidelines for the pedagogical work undertaken in schools and aimed at children's physical education or, as it was called at the time, the elementary cycle. These guidelines were pointed out in the objectives of some disciplinary knowledge and, sometimes, in the very description of some content axes.

Final considerations

This research aimed to understand the practices and cultural representations of the French Gymnastics System transferred to the field of Brazilian Physical Education in the first half of the 20th century. To this end, based on a historical-documentary perspective of analysis, different research materials were analyzed and, in dialogue with the theoretical notions chosen, made it possible to write this historiographical reading. The information gathered initially showed that the dissemination of French precepts in Brazil during the first half of the 20th century took place through different devices.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



The codes coming from France circulated, among other scenarios, in the specialization of teachers for primary education in the south of Brazil, especially through the significant diffusion of French precepts in the teaching programs of the first course to specialize normalist teachers for the teaching of Physical Education in elementary school in the state of Rio Grande do Sul, Brazil. The analysis showed that the French Gymnastics System entered the course and directly influenced the training in question, consequently interfering in the shaping of "Gymnastics" and "Physical Education" as educational disciplines.

Finally, we reiterate that this study is justified by the fact that the French Gymnastics System has acquired relevance in Brazil, especially in terms of shaping the fields of Sport and Physical Education. These precepts have guided successful actions in these areas for a long time and signs of their dissemination can still be seen in certain contexts today. For this reason, we would like to point out the relevance of further research on the subject.

References

ALVES, T. E. K. **Entre espadas, floretes e sabres: uma história da civilização dos costumes na esgrima.** 2018. 96f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

ARNAUD, P. Contribution a une histoire des disciplines d'enseignement: la mise em forme scolaire de l'éducation physique. **Revue française de pédagogie**, n. 89, oct./nov./déc. pp. 29-34, 1989.

ARNAUD, P. Le militaire, l'écolier, le gymnaste. Naissance de l'éducation physique em France (1869-1889). **Annales**, v. 48, n. 48, p. 74-75, 1991.

BACELLAR, C. **Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos.** In: PINSKI, C. (Org.). **Fontes históricas.** 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 23-80.

BEGOSSI, T. D.; LYRA, V. B.; MAZO, J. Z. A trajetória de Frederico Guilherme Gaelzer (1897-1972): interlocuções com a escolarização da educação física sul rio-grandense. *Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas*. Volume 13. 2021. DOI:<https://doi.org/10.38047/rct.v13.FC.2021.al12.p.1.20>.

BEGOSSI, T. D. **Formação de professoras(es) para a Educação Primária do Rio Grande do Sul: uma história das disciplinas de *Gymnastica* e *Educação Physica* em fins do século XIX até meados do século XX.** 2022. 409f. Tese (Doutorado). Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



BRASIL. **Decreto-Lei n. 3.199, de 14 de abril de 1941.** Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del3199.htm>. Acesso em: fev. 2024.

BURKE, P. **Híbridisme Culturel.** São Leopoldo : Editora Unisinos, 2003.

CERTEAU, M. de. **L'écriture de l'histoire.** Paris, França: Gallimard, 1975.

CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações.** Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CHARTIER, R. A nova história cultural existe? In: PESAVENTO, S. **História e linguagens.** Rio de Janeiro: Letras, p. 35. 2006.

CORBIN, A. Entrevista concedida a Laurent Vidal. (tradução: Christian Pierre Kasper). **Revista Brasileira de História**, v. 25, n. 49, p. 11-31, 2005.

DARBON, S. Introduction. La diffusion des sports : confrontations disciplinaires et enjeux méthodologiques. **Ethnologie française**, v. 41, p. 581-592, 2011.

ECHART, O. K. **Olga Echart. (depoimento, 2004).** Porto Alegre: Centro de Memória do Esporte – ESEFID/UFRGS, 2005. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/50000>>. Acesso em: fev. 2024.

EN AMERIQUE. **Le Figaro.** Paris, 12 de jul. de 1903.

FERREIRA NETO, A. **A pedagogia do exército e na escola: a Educação Física brasileira (1880-1950).** Espírito Santo: Facha, 1999.

GLEYSE, J.; PIGEASSOU, C.; MARCELLINI, A., LÉSÉLEUC, E.; BUI-XUÂN, G. Physical education as a subject in France (School curriculum, policies, and discourse); the body and the metaphors of the engine – Elements. Used in the analysis of a Power and control system during the Second Industrial Revolution. **Sport, Education and Society**, v. 7, issue 1, p. 5 – 23, 2002.

GRUNENVALDT, J. T. O Estado, os Sujeitos Políticos e a Criação da Escola Nacional de Educação Física e Desportos: a História de uma Hegemonia. In: FERREIRA NETO, Amálio (Org.). **Pesquisa Histórica na Educação Física.** Vol. 3. Espírito Santo: Faculdade de Ciências Humanas de Aracruz, 1998. p. 96-123.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



GUTERRES, I. E. **Ilse Engel Guterres (depoimento, 2004)**. Porto Alegre: Centro de Memória do Esporte – ESEFID/UFRGS, 2004. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/50017>>. Acesso em: fev. 2024.

LYRA, V. B. **A Criação da Escola Superior de Educação Física do Rio Grande do Sul: Formação de professoras(es) para a construção do campo (1940-1970)**. 2013. 265f. Tese (Doutorado), Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

MARINHO, I. P. **Rui Barbosa: Paladino da Educação Física no Brasil**. 2ª Ed. Brasília: Horizonte Editora Limitada, 1980.

MARINHO, I. P. **Sistemas e Métodos de Educação Física**. 3ª Ed. São Paulo, 1953.

MAZO, J. Z. **A emergência e a Expansão do Associativismo Desportivo em Porto Alegre (1867-1945): espaço de representações da identidade cultural brasileira**. 2003. 376f. Tese (Doutorado) – Universidade do Porto, Porto, Portugal, 2003.

PACCINI, Q. C. L. R. C. **Quintina Paccini (depoimento, 2005)**. Porto Alegre: Centro de Memória do Esporte – ESEFID/UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/50031>>. Acesso em: fev. 2024.

237

PEREIRA, E. L. **Configurações sociohistóricas da equitação no Rio Grande do Sul: uma investigação das redes de interdependência nas práticas esportivas equestres**. 2016. 254 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil, 2016.

PREPARANDO A RAÇA para um destino melhor. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, 07 out. 1933.

PROGRAMA DE ENSINO DE EDUCAÇÃO FÍSICA GERAL FEMININA. **Escola Superior de Educação Física do estado do Rio Grande do Sul**, 1940.

PROGRAMA DE ENSINO DE HIGIENE APLICADA. **Escola Superior de Educação Física do estado do Rio Grande do Sul**, 1940.

PROGRAMA DE ENSINO DE METODOLOGIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA. **Escola Superior de Educação Física do estado do Rio Grande do Sul**, 1940.

SOARES, C. L. **Imagens da Educação no Corpo: Estudo a partir da Ginástica Francesa no século XIX**. Campinas: Autores Associados, 1998.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



TERRET, T.; TESCHE, L. French Gymnastics in Brazil: dissemination, diffusion and relocalization. **The International Journal of the History of Sport**, v. 26, issue 13, 2009.

VAGO, T. M. Estratégias de Formação de professores de *Gymnastica* em Minas Gerais na Década de 1920: Produzindo o Especialista. In: FERREIRA NETO, Amâncio (Org.). **Pesquisa Histórica na Educação Física**. Vol. 4. Espírito Santo: FACHA, 1999. p. 51-78.

VIGARELLO, G.; HOLT, R. Le corps travaillé. Gymnastes et sportifs au XIXe siècle. In: CORBIN, A.; COURTINE, J.J.; VIGARELLO, G. (Ed.). *Histoire du corps: de la Révolution à la Grande Guerre*. Paris: Ed. du Seuil, 2005. p. 313-377.

238



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA: AS RELAÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL E OS REFLEXOS DA ESCRAVIDÃO E SERVIDÃO NO SUBDESENVOLVIMENTO NACIONAL

Roberto de Castro¹

Introdução

O presente estudo aborda a temática História, Historiografia e Memória no contexto das relações de trabalho no Brasil, em período anterior à Proclamação da República. Assim, apresentou perspectivas diferenciadas sobre as diferentes relações de trabalho existentes e sua modificação no decorrer do tempo. O debate e estudo da biografia permitiu o desenvolvimento da pesquisa atual.

A pesquisa histórica do tema se reverte de importância pela sua atualidade nas relações de trabalho. Até hoje, é possível encontrar relações análogas a escravidão e a servidão, que se utilizam das instituições e da leniência social, para sua existência.

O 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos dá a sequência a estudos de grande importância como Saúde, Doenças e Práticas Terapêuticas; Género, Sociedade e Diversidade; e Património, Memória e Turismo. Assim sendo uma análise qualitativa de questões sociais é adequada para ajudar a sociedade a compreender e debater sobre sua origem, de porque os rumos nos levaram até aqui e para onde irá como sociedade.

O método deste trabalho se baseia na pesquisa bibliográfica que é “um conjunto de procedimentos para identificar, selecionar e obter documentos de interesse para a realização de trabalhos acadêmicos e de pesquisa, bem como técnicas de leitura e transcrição de dados” (Stumpf, 2017, p. 51). Quando se estuda uma temática como História, Historiografia e Memória cabe uma análise sob a nova perspectiva crítica, pois a mudança como a sociedade olha os acontecimentos históricos muda radicalmente, sendo necessária a abordagem qualitativa para a compreensão da realidade na sociedade humana (da Silva, et al, 2021).

A seguir, serão analisadas o trabalho escravo e servil no decurso da história colonial e imperial, sob a perspectiva da História, Historiografia e Memória, e suas consequências para a atualidade.

História, Historiografia e Memória

A historiografia está relacionada ao estudo e descrição da história. Quando se pensa em historiografia ocorre a seleção do que deve compor o pensamento principal, o cânon, da

¹ Mestre em desenvolvimento rural pela Universidade de Cruz Alta, mestrando em Economia pela Universidade de Brasília. Aluno especial do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Pará – PPHIST/UFPa. Graduado em Ciências Militares pela AMAN e cursando licenciatura em Geografia pela Universidade de Brasília. Associado do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil – IGHMB. E-mail: rdecastro14@hotmail.com





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



narrativa essa seleção conduzirá o que fara parte da lembrança e do esquecimento na sociedade, compondo a memória. A história como a ciência ou conjunto da narrativa que se deseja passar se relaciona a historiografia como seu instrumento.

O Instituto de História e Geografia do Brasil foi fundado em 1838 e patrocinou as ideias de Philippe Von Martius, em 1844, de “Como se deve escrever a história do Brasil” foram as seguidas, cuja visão privilegiaria e valorizava a cultura lusitana na construção da cultura nacional, contou com o imperador Dom Pedro II como patronato da instituição (Gomes, 2016; IHGB, 2024). Assim, relações de trabalho foram passadas a segundo plano. Com isso foi fundado a história oficial do Brasil, estando nela contidos muitos elementos do olhar que a historiografia por muito tempo destinou aos povos indígenas, a escravidão, a servidão, relegando ao esquecimento os grupos minoritários e as ações sociais indesejadas. Prevaleceria a visão do vencedor e do dominador cujo modo de vida e ações deveriam ser exaltadas.

No Brasil o processo de colonização integrou sociedades na África, América e Ásia por partilharem de uma mesma formação histórica, econômica, política e social. Essas transformações no tecido social conduziram uma norma entre as relações entre lembrança e esquecimento. Assim, frequentemente assume-se que memória diz respeito ao que se lembra ou esquece, conforme a justificativa das questões éticas e políticas, que envolvem disputas de poder (Costa; Hipólito, 2020). A Memória Social é resultado da análise de leituras para responder lacunas na história, com a necessidade de construção de um conjunto explicativo para a realidade social. Essa perspectiva interdisciplinar foi construída e reflete discursos, narrativas e formas de compreender as relações sociais um conhecimento existente, fora da história linear hegemônica, neste caso a visão europeia e posteriormente da classe social dominante².

240

Escravos & Servos

Schumpeter buscou por meio das teorias alternativas contra a estagnação econômica, segundo Boianovisky & Backhouse, 2016, identificou três tipos de teoria da estagnação: teorias baseadas principalmente em fatores exógenos (como o progresso tecnológico); teorias baseadas em mudanças nas instituições sociais (aumento da intervenção estatal, crescimento do movimento operário, estruturas não competitivas) e desenvolvimento da concorrência imperfeita e do oligopólio e o seu impacto na distribuição do rendimento e no excesso de capacidade. A escravidão e a servidão no Brasil, sinalizam possíveis causas quanto ao papel das instituições políticas e sociais, causadoras da história estagnação econômica, que formam a sucessão dos ciclos econômicos.

Escravos: a força motriz da Colônia ao Império

O Brasil foi formado por ações econômicas conduzidas pelos interesses das instituições, primeiro pela coroa portuguesa por meio das concessões aos donatários e senhores de engenhos e posteriormente conduzido por favores e regulamentações durante o Império e na República.

² Ibidem.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



A utilização de escravos já era prática na produção açucareira, herdada desde os engenhos da ilha da Madeira, conforme a descrição de um engenho em 1590, por Schwartz (1988, p. 25) “explorava a mão-de-obra de oitenta escravos, de ambos os sexos, incluindo africanos, mulatos e guanchos (habitantes das ilhas Canárias)”. O regime escravo sobre povos originários, das ilhas Canárias e nas América, durou cerca de um século, mas foi responsável pela destruição da estrutura social e cultural daqueles povos. A proibição régia de 1680, condenava o apresamento de novos indígenas, mas não libertava os cativos. Fica evidente, a relação direta da expansão da produção açucareira, com o aumento da mão-de-obra escrava, com destaque para a oriunda da África.

Durante o século XVIII, foram extraídas 865,5 toneladas de ouro no Brasil, representando entre 53% e 61% (de acordo com as diversas estimativas existentes) da produção mundial, com isso, Portugal, tornou-se assim o principal país na recepção e distribuição de ouro na Europa. Pode ter absorvido cerca de 45% da produção mundial (Cardoso, 2023). Tal preocupação, com o volume de recursos advindos da colônia se refletiu com as medidas de controle estabelecidas pelas Instituições, mudança da capital para o Rio de Janeiro, funcionamento de 4 casas de fundição e tributação per capita (por escravo trabalhando nas minas, devido a queda na arrecadação do quinto), a partir de Alexandre de Gusmão.

O impulsionador da produção aurífera e açucareira foi sem dúvidas o trabalho escravo. Em números, essa força de trabalho foi quantificada por Mauro (1983, p. 204) “entre 1570 e 1670, cerca de 400 mil escravos africanos foram trazidos para o Brasil, por agentes da coroa e traficantes privados”.

O reformismo ilustrado do período Pombalino, conforme Cardoso & Cunha (2011), foi dedicado ao centralismo administrativo, ao reaparelhamento do Antigo Regime, que continuou existindo, durante o Iluminismo. Tal postura, resultou na resistência aos movimentos iluministas, como a resolução de 1807, da Inglaterra, que proibiu o tráfico de escravos. Essa lei tinha um caráter humanitário e fomentava o incipiente comércio britânico. Ineficaz no Brasil por quase um século.

Sem dúvida, é possível afirmar que a vida humana era o terceiro produto de comercialização do século XV ao XIX, até a lei áurea, que finalmente aboliu em definitivo a prática comercial e de posse de escravos.

A economia colonial e imperial era baseada no trabalho escravo, para a mineração de ouro, a produção intensiva de açúcar e café, posteriormente; e outros produtos com produção garantida nos mercados de exportação. Esse comércio conjunto, formava as receitas habituais do pacto colonial mercantilista herdado posteriormente pelo Império, que negociava predominantemente com a Inglaterra.

Servidão: a escravidão com outro nome

A servidão era a compulsão do trabalho não remunerado pelo direito a alimentação e habitação, suprimida na Europa entre os séculos XIII e XV (Sandroni, 1999). Tal prática perpetuou na América, vindo com as missões da ordem Jesuíta e outras.



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Durante o Império, foi comum o uso de trabalho servil indígena, como apontou Dornelles (2018), relatou o *modus operandi*, que consistia em solicitar ao Juízes de Órfãos a autorização para catequese e civilização de índios, formando aldeamentos particulares, por fazendeiros interessados na “filantropia” e interesses, ligados a escravização ilegal ou precarização de suas condições de trabalho.

Os africanos mesmo livres, não tinha uma vida fácil, segundo Mamigonian (2017, p. 101) “enfrentaram uma gama variada de condições de vida e de trabalho, fossem concedidos a particulares ou encaminhados a **instituições** públicas” (grifo do autor). Tal fato se dá pelos inúmeros dispositivos do Estado, em assegurar o trabalho compulsório, daí o caráter de servidão aos moldes do instituído no Feudalismo, até a plena liberdade. Novamente, as instituições definiam o destino e as relações de trabalho no país, beneficiando “pessoas de reconhecida probidade e inteireza”³, notadamente esse benefício era concedido a cidadãos mais bem relacionados com o Estado, os mais ‘distintos’ e não com a condição financeira, a riqueza, dos mesmos.

Personalidades da aristocracia como o Duque de Caxias e o Marques do Paraná possuíam 22 e 26 servos respectivamente, o que possibilitava a manutenção de suas fazendas respectivamente (Mamimogian, 2017). Esses exemplos, reforçam o peso desta prática, para o enriquecimento pessoal dos cidadãos mais ‘distintos’ durante o Brasil Império e explica o porquê do esquecimento desta prática na sociedade brasileira.

A busca pelo serviço doméstico não remunerado era um objetivo entre as famílias, conforme Souza (2015, p. 294), “processos como os de tutela de menores e de locação de serviços de crianças expostas em Santas Casas de Misericórdia”. O que denota a procura por criados, a serem agregados a família, assim a exploração do trabalho servil não era vista como errada, muito pelo contrário, ficou como memória de caridade cristã.

A servidão era um negócio muito lucrativo aos que dela se utilizavam, uma vez que o ‘africano livre’ podia ser alugado, criando uma fonte de renda sonogada ao governo, de 12\$000 réis.⁴ anuais, referência de 1843. Já essa classe trabalhadora muitas vezes não era remunerada ou quando era ficava com apenas parte do seu próprio aluguel.

As instituições continuavam a exercer um poder de controle sobre a classe servil, por meio da polícia imperial, das Casas de Correção e do poder Judiciário, que juntamente com o poder patriarcal do beneficiário da concessão, formavam as relações de poder para a dominação.

Os reflexos, dessas engrenagens de controle, podem ser sentidos até hoje, conforme caso relatado por Hofmeister (2023, p.1), na qual sentença judicial destaca “nunca encarnou a condição essencial de trabalhadora, mas de integrante da família que ali vivia”, negando provimentos indenizatórios de uma vida de trabalho, ao rebaixar a requerente a uma serva em pleno ano de 2023.

³ Ibidem. p. 104.

⁴ Os comissários britânicos da Comissão Mista Anglo-Brasileira, Samo e Grigg, descreveram esta prática em 1843, no relatório em que os britânicos chegaram mais perto de entender o funcionamento da administração dos africanos livres pelo governo imperial brasileiro; Samo e Grigg para Aberdeen, 22 dez. 1843, British Sessional Papers, 1845, v. X, Correspondence with the British Commissioners relating to the Slave Trade from January 1 to December 31, 1844 inclusive, pp. 177-9.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Considerações finais

A análise sobre a perspectiva da história, historiografia e memória permite um reestudo das relações de trabalho, principalmente dos grupos menos valorizados na visão tradicional como dos indígenas e africanos, que foram a força motriz por quatro séculos das engrenagens econômicas. Exaltando seus papéis no desenvolvimento nacional, referenciando todo o esforço e sacrifício feito em nome da construção da riqueza do país, assim como o modelo de exploração desses grupos que levou ao retrocesso nos campos econômico, político e social. As relações de trabalho e o desenvolvimento econômico brasileiro foram profundamente marcados pela escravidão e servidão, tendo as instituições governamentais profunda ligação com a manutenção das relações de trabalho.

A escravidão como forma de trabalho arregimentado por violência, causou um retrocesso social e econômico no Brasil, concentrando renda entre poucos e resultando em profundas desigualdades na sociedade, que reverberam até hoje.

A servidão foi um regime jurídico utilizado principalmente para burlar a escravidão, seja por motivação moral, a servidão seria uma caridade cristã, que mascarou a relação abusiva entre o ente cedido e seu senhor que utiliza do mecanismo institucional para o trabalho.

A sonegação de impostos e taxas foram ações recorrentes durante o desenvolvimento econômico nacional. O que pode ser constatada pela mudança para capitação per capita na colônia e no ‘aluguel de africanos livres’, refletindo diretamente numa cultura de corrupção que contamina a sociedade como um todo até a atualidade.

As instituições têm papel de relevância para um mecanismo de opressão social e de desequilíbrio nas relações de poder político, econômico e social, impedindo o desenvolvimento igualitário e a busca da felicidade até os tempos atuais.

A falta de cultura assalariada, impediu que o Brasil entrasse no capitalismo comercial e industrial, marcado pelo crescimento das nações, hoje de primeiro mundo, remetendo ao modelo conhecido como desenvolvimento para explicar, o atual estágio de desigualdade social e econômico em que encontram nações do terceiro mundo.

Por fim, tudo isso, refletiu na forma como a sociedade brasileira foi se formando, tolerando o errado e ignorando práticas históricas erradas, refletindo no esquecimento dos oprimidos e numa forma branda de registrar a história, sobrevalorizando personalidades ditas como “as distintas”. O que explica muito do retrocesso econômico e na tolerância as práticas

243

Referências

BOIANOVISKY, Mauro; BACKHOUSE, Roger E. Secular stagnation: The history of a macroeconomic heresy. **The European Journal of the History of Economic Thought**, v. 23, n. 6, 2016. p.946-970.



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



CARDOSO, José Luís; CUNHA, Alexandre Mendes. Discurso econômico e política colonial no Império Luso-Brasileiro (1750-1808). **Tempo**, v. 17, p. 65-88, 2011.

CARDOSO, José Luís. **Sugar, slaves and gold**: The political economy of the Portuguese colonial empire in the 17th and 18th centuries. In. BIELSCHOWSKY, Ricardo; BOIANOVSKY, Mauro; COUTINHO, Mauricio C. *A History of Brazilian Economic Thought: From Colonial Times through the Early 21st Century*. New York: Routledge, 2023.

COSTA, Andrea Lopes da; HIPÓLITO, Jéssica Maria de Vasconcellos Santana. **Memória social e perspectiva decolonial**. In. OLIVEIRA, Maria Amália Silva Alves de; CURCINO, Alan; COSTA, Luciana Ferreira da, MAGALHÃES, Fernando (Coor.). *Ensaio sobre Memória - Volume 1*. Leiria: Escola Superior de Educação e Ciências Sociais - Politécnico de Leiria, 2020.

DA SILVA, M. M.; SARAMAGO DE OLIVEIRA, G.; OLIVEIRA DA SILVA, G. A. Pesquisa bibliográfica nos estudos científicos de natureza qualitativos. **Revista Prisma**, v. 2, n. 1, p. 91-103, 25 dez. 2021.

DORNELLES, **Soraia Sales**. Trabalho compulsório e escravidão indígena no Brasil imperial: reflexões a partir da província paulista. *Revista Brasileira de História*. v. 38. n. 79, 2018.

GOMES, Ana Suelle de Oliveira Gomes. **História, Historiografia e Memória Indígena**: O Povoado Saquim e a Luta pela Terra em Ilha Grande do Piauí (1950-2016). [licenciatura em história]. Parnaíba: Universidade Estadual Do Piauí, 2016.

HOFMEISTER, Naira. Trabalho escravo: família é absolvida em caso de doméstica sem salário desde os 7. *Repórter Brasil*, 2023. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2023/07/trabalho-escravo-familia-e-absolvida-em-caso-de-domestica-sem-salario-desde-os-7/>>. Acesso em: 27 dez. 2023.

Instituto de História e Geografia do Brasil - IHGB (2024). Histórico. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/ihgb/historico.html>>. Acesso em: 8 fev. 2024.

MAMIGONIAN. Beatriz G. *Africanos livres: A abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: companhia da Letras, 2017.

MAURO, Frederic. **Le Portugal, le Brésil et L' Atlantique au XVIIe Siècle**: Étude Économique. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, 1983.

244





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



SANDRONI, Paulo (org.). **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos**: Engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835. São Paulo: companhia da Letras, 1988.

SOUZA, Flavia Fernandes de. Trabalho doméstico: considerações sobre um tema recente de estudos na História Social do Trabalho no Brasil. **Revista Mundos do Trabalho**. v. 7, n. 13, 2015. p. 275-296.

STUMPF, Ida Regina C. **Pesquisa bibliográfica**. In. DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

245



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



A CONFIGURAÇÃO DO APARATO PUNITIVO BRASILEIRO DURANTE A TRANSIÇÃO DE REGIME E AS DELIBERAÇÕES SOBRE A CRIMINALIZAÇÃO DO ESPIRITISMO ENTRE OS MEMBROS DO PODER JUDICIÁRIO

Adriana Gomes¹

Introdução

Em 1890, João Baptista Pereira promulgou um novo código penal para o Brasil, substituindo o Código Criminal de 1830, que persistiu durante todo o período imperial. O artigo 157, uma das novas leis penais estabelecidas, emergiu como um ponto de controvérsia na recente república brasileira, provocando debates tanto entre os simpatizantes e adeptos do espiritismo quanto entre os magistrados. Estes últimos enfrentaram processos criminais permeados por questões de fé, crença, religiosidade, cura mediúnica, problemas de saúde pública e restrições à liberdade religiosa e de pensamento dos cidadãos espíritas ao proferirem sentenças nos tribunais.

Na última década do século XIX, era comum que os espíritas, além de correrem o risco de serem enquadrados como réus no artigo 157, também fossem passíveis de penalização pelos artigos 156 e 158. O artigo 156, por envolver a prática ilegal da medicina, e o artigo 158, por prescreverem medicamentos sem a devida habilitação. Esses três artigos faziam parte do Livro III, referente aos crimes contra a tranquilidade pública, no capítulo 3 sobre os crimes contra a saúde pública.

Nossas investigações basearam-se na análise de fontes históricas. Ao longo deste artigo, exploraremos a organização do anteprojeto de 1889, elaborado por João Vieira de Araújo para substituir o Código Criminal de 1830, e sua refutação; a criação do Código Penal de 1890 por João Baptista Pereira e a falta de reciprocidade das novas leis penais entre os profissionais do Direito; a tentativa de substituição das leis penais por um novo anteprojeto de Vieira de Araújo em 1897; a posição da Ordem dos Advogados Brasileiros com a participação de Baptista Pereira; as considerações do legislador do Código Penal em defesa de seu trabalho; e a nova tentativa de substituição das leis punitivas de 1890 por Galdino Siqueira em 1913.

Mudanças na legislação penal brasileira ao longo do século XIX

A substituição do Código Criminal de 1830 começou a ser debatida no cenário político brasileiro após a abolição da escravatura. Em discussões legislativas incrementadas pelo

¹ Pesquisadora pós-doutorada em História Social pela UFRJ, doutora em História Política pela UERJ, docente no Programa de Pós-Graduação em História na UNIVERSO e professora vinculada à Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC/RJ). Contato por e-mails: adriana.gomes@nt.universo.edu.br ou adrigomes.rj@gmail.com.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Deputado Joaquim Nabuco (1849-1910) foi proposto em 4 de outubro de 1888 a substituição das leis penais sob a argumentação de que havia a necessidade de serem retiradas as menções aos escravizados e as penalidades relacionadas a eles por insubordinação e desobediência. Como a relação de trabalho no país havia se tornado livre desde a promulgação da lei 3.353 de 13 de maio de 1888, não havia mais sentido a existência de leis sem autoridade e valor. Além disso, Nabuco evidenciou outra motivação para a criação de uma nova legislação penal, “a necessidade de incluir-se no código disposições avulsas contidas em várias leis” (ARAÚJO, 1910, p. 121-122), que necessitariam de regulamentação mais incisivas por meio de medidas repressivas que estivessem integradas em código. Ele entendia que para se assegurar a ordem pública deveria se aprimorar as prescrições já existentes.

Os deputados aprovaram as justificativas de Nabuco e um novo código penal começou a ser elaborado pelo professor da Faculdade de Direito do Recife e deputado pernambucano João Vieira de Araújo (1844-1922), que apresentou um anteprojeto em 12 de julho de 1889 com a intenção de substituir o Código Criminal de 1830 (CANTON, 2012, p. 48; SONTAG, 2014, p. 17; ARAÚJO, 1910, p. 131).

Em suas considerações, a fim de adquirir reconhecimento e aceitabilidade de seu anteprojeto, Vieira de Araújo empenhou-se em constatar que o “regime excepcional imposto [...] [pelo] Direito Criminal fere mais profundamente os sentimentos comuns de justiça e de humanidade”. Também ressaltou que uma “lei viva não deve permanecer partes mortas, que representam como triste lembrança os resíduos de uma instituição condenada que já desapareceu” (ARAÚJO, 1910, p. 2), em menção direta ao regime de escravidão.

Para Vieira de Araújo, por seu texto ter as “modificações [...] necessárias” para o país, o anteprojeto atenderia às urgências do “governo do rei”, visto que ampararia as demandas da sociedade por contemplar as “modificações que entender necessárias” (ARAÚJO, 1910, p. 3) para o ordenamento penal de forma a responder às exigências da nova estrutura social do Brasil.

Mas, para ser implementado pelo governo imperial, o anteprojeto teria que ser apresentado a uma comissão de pareceristas que apresentariam as suas considerações sobre a legislação criada. A comissão de pareceristas foi formada por Cândido José Maria de Oliveira (1845-1919), Antônio José Rodrigues Torres Neto (1840-1904), Visconde de Assis Martins (1839-1903) – presidente da comissão – e pelo Conselheiro João Baptista Pereira (1835-1899) – futuro legislador do primeiro Código Penal Republicano (ARAÚJO, 1910, p. 130).

No preâmbulo do anteprojeto entregue para análise dos pareceristas em julho de 1889, João Vieira de Araújo evidenciou a inclusão de numerosos regulamentos administrativos instituídos como lei após a vigência do Código Criminal de 1830. Esses regulamentos haviam sido criados a partir das demandas e necessidades da sociedade para a sua organização e ordenação (ARAÚJO, 1910, p. 130).

Entretanto, mesmo com a exigência da incorporação de todos os regulamentos, Vieira de Araújo refutou uma série deles por colocar em xeque a legalidade e pelas polêmicas que provocariam nos tribunais de justiça. A proposta do professor de Direito foi criar leis operacionais, por isso recusou-se em criar dispositivos penais que poderiam ser questionadas

247





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



“na execução, com prejuízo da autoridade e eficácia” da legislação. A intenção seria prover um código penal que não tornasse a “jurisprudência caótica” (ARAÚJO, 1910, p. 4-5).

A rejeição por determinados regulamentos foi motivada pela cautela em evitar imbróglis na elaboração das sentenças em que juízes se deparariam com questões polêmicas a serem interpretadas e julgadas pela insustentabilidade de regulamentos que, ao serem confrontados com o ordenamento jurídico do país, acabariam em deferimento (ARAÚJO, 1910, p. 4).

Nessa linha, mesmo não fazendo qualquer referência aos regulamentos considerados ineficazes nos tribunais de justiça, podemos presumir que o Decreto nº 9554 de 3 de fevereiro de 1886², que em seu capítulo IV dedicou-se em estipular normas para o exercício da medicina, da farmácia, da obstetrícia e da arte dentária, foi interpretado como um problema, pois Vieira de Araújo o desconsiderou em seu anteprojeto de Código Penal.

Acreditamos que o Decreto de 1886 não foi incorporado ao texto penal por sua ineficácia em impedir o exercício ilegal da medicina pelos não habilitados academicamente, assim como não inibiu a prescrição e o aviamento de remédios de qualquer natureza³ por curandeiros e médiuns espíritas curadores. Punir os que exerciam a medicina ilegalmente não era uma tarefa fácil de ser cumprida, mesmo o regulamento tendo a sua escrita clara sobre quem poderia exercer a arte de curar no país: os médicos habilitados academicamente. O Decreto foi um daqueles imbróglis que recaíam nas mãos dos juízes que pouco podiam fazer nos tribunais (GOMES, 2020, p. 176-177).

A nossa hipótese é que João Vieira de Araújo considerou o Decreto nº 9.554 inoperante quando ia a juízo. E realmente era. Não se tratava de não querer regulamentar o monopólio do exercício da medicina aos habilitados e tampouco considerar os problemas relacionados à saúde pública sem importância, a objeção pela dificuldade em se estabelecer separação respeitável entre o exercício da medicina, a liberdade religiosa e de consciência das pessoas. A refutação de Vieira de Araújo à legislação relacionada à saúde pública, ao exercício ilegal da medicina e, por conseguinte, a imposição de limites aos espíritas e aos curandeiros de todas as ordens não passou despercebida pela comissão de pareceristas. Ela considerou a justificativa do professor de Direito sem propósito, pois excluir no “corpo do Direito” determinados crimes por não terem repreensões nos tribunais deixaria a sociedade brasileira “ameaçada da vagabundagem que cresce todos os dias nas cidades e no campo”, e todos os brasileiros se tornariam reféns das “ciladas de boa fé” pela legislação penal do país permitir a exploração da “confiança alheia e credulidade pública” (ARAÚJO, 1910, 129-130).

248

² O Decreto nº 9.554, datado de 3 de fevereiro de 1886, foi responsável por reorganizar o serviço sanitário no Império. A autoria desse decreto é atribuída ao Barão de Mamoré (1825-1870), que desempenhou funções como Senador do Império e Ministro de Estado dos Negócios do Império. Para acessar o texto completo do Decreto 9.554 de 1886, consulte: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-9554-3-fevereiro-1886-543197-publicacaooriginal-53270-pe.html>. Acesso em: 29 jan. 2024.

³ No que se refere às práticas de cura, os curandeiros empregavam métodos que variavam desde a “curandagem” até a feitiçaria, enquanto os espíritas adotavam abordagens como a homeopatia e passes realizados por meio de intervenção mediúnica (WEBER, 1999, p. 115; GOMES, 2020, p. 109).





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



A comissão compreendeu que o país necessitava de um código penal que atendesse aos “reclames sociais” em favor “da família” e ignorar uma série de regulamentos, inclusive o decreto que regulou o serviço sanitário do Império, não podia acontecer. A sociedade brasileira precisava ser considerada uma “civilização adiantada”, e para que isso acontecesse deveria ser “mais repressiva, mais previdente e mais aperfeiçoada” (ARAÚJO, 1910, 129-130).

Com a ideia de que, para o país ser considerado “civilizado”, deveria ter uma legislação mais repressiva e austera, o anteprojeto de Vieira de Araújo foi rejeitado e a elaboração do novo código penal do Brasil coube a um dos membros da comissão de pareceristas, já mencionado, João Baptista Pereira. O trabalho do juriconsulto não foi contínuo. Em meio a sua escrita o país mudou de regime político e as atividades foram interrompidas. Mas o Ministro da Justiça do Governo Provisório, Manoel de Campos Sales (1845-1913), renovou o compromisso para que o trabalho de reforma das leis penais do país continuasse (CANTON, 2012, p. 49; BATISTA, 2011, p. 445).

A comissão verificadora do projeto de Baptista Pereira foi nomeada e presidida pelo próprio Ministro da Justiça Campos Sales, que contou com a colaboração de José Júlio de Albuquerque Barros - Barão de Sobral (1841-1893), Francisco de Paula Belfort Duarte (1841-1913), Antônio Luiz dos Santos Werneck (1858-1914) e o próprio autor, João Baptista Pereira, que ao realizar esclarecimentos sobre o seu projeto mencionou que ele foi aprovado “na sua quase totalidade, pois muito poucas foram as alterações que sofreu, sem falar nas emendas de mera redação” (PEREIRA, 1898, p. 266).

O projeto foi apresentado ao governo no dia 20 de setembro de 1890, e os trabalhos da comissão iniciaram no dia 29 de setembro. Em 11 de outubro de 1890 foi instituído o Decreto nº 847, que regulamentou a nova legislação penal do Brasil. A Comissão Verificadora fez todo o trabalho de análise, verificação e revisão em apenas 12 dias, a contar da data da primeira reunião. Certamente, não houve tempo hábil para ocorrerem discussões profícuas entre os membros e, tampouco, o estabelecimento de diálogo com outros espaços do Direito e no parlamento brasileiro. Na realidade, não houve qualquer interesse para que isso acontecesse (CANTON, 2012, p. 49; SONTAG, 2014, p. 173; BATISTA, 2011, p. 445). Tanto que, como ressaltou Hédio da Silva Júnior (1999, p. 30), a situação instaurada no Brasil nesse recorte temporal foi singular. Houve empenho do governo em decidir rapidamente as novas leis penais do país sem que fosse estabelecida previamente uma Constituição para a recente república. Os representantes do novo regime instaurado voltaram as suas atenções para a obediência da ordem para que, depois, o legislativo se ocupasse com que ordem estaria estabelecida na Carta Magna brasileira.

O governo tinha clareza quanto ao fato de que o ordenamento jurídico do país poderia ficar comprometido com o estabelecimento das leis penais antes das leis constitucionais. No texto que apresentou o Código Penal de 1890, Campos Sales justificou a especificidade da atitude pela necessidade de se reconhecer as autoridades políticas emergentes no Brasil em decorrência da mudança de regime. Em seu entendimento, era indispensável o estabelecimento de novas intervenções penais para assegurar a legalidade do próprio

249





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



governo, mesmo que pudesse causar estranheza e gerar dissonâncias de legitimidades preceituais (CÓDIGO PENAL DE 1890).

A permanência de João Baptista Pereira na escrita do novo código penal, a possibilidade de comprometimento no ordenamento jurídico brasileiro sob a justificativa da necessidade de se assegurar a ordem e, de alguma maneira, proteger o novo regime, seriam aspectos de uma peça de engrenagem muito maior para a inalterabilidade da organização social.

Revela-nos, seletividade do que deveria ou não ser mudado na instauração da República. A preocupação em preparar um sistema punitivo para fins de preservar e regular ainda mais a disciplina com o propósito de manter sob controle uma sociedade tensionada pela desigualdade e diversidade cultural que poderia, em algum momento, postular tentativas de ‘ajustes’, cujas consequências seriam imprevisíveis. Como analisou o historiador José Murilo de Carvalho (2009, p. 83), a cidadania no Brasil nesse recorte temporal foi uma “cidadania negativa”, pois não ocorreu qualquer espaço de ação para a maioria da população no sistema político, tanto no Império quanto na República. Não houve possibilidade de discussão para a introdução de direitos, sobretudo os sociais.

Nesse sentido, compreendemos como chave de leitura para o entendimento desse momento histórico, a emergência das culturas políticas autoritárias presentes ao longo da História do Brasil. Os autoritarismos podem ser identificados no decurso de nossa trajetória por intermédio de atitudes, de construções e de usos de determinados conceitos que, mesmo em diferentes intertextualidades, as suas inferências reaparecem ou acentuam-se com adequação à prática política do momento.

A apreensão que fazemos de culturas políticas vai ao encontro às percepções de Serge Berstein (1998, p. 350-351; p. 362). As suas considerações nos possibilitaram compreender a análise de um processo histórico dispondo das “culturas políticas” como arcabouço teórico. As suas percepções nos possibilitaram analisar a identidade dos indivíduos de uma sociedade por intermédio de elementos que os mantém em estreita relação uns com os outros, que pode ser identificado em discursos codificados, argumentações, palavras-chave, fórmulas repetitivas, ritos e símbolos, gestos, representação visual e comportamentos que revelam significância na organização política do Estado.

Mesmo o fenômeno sendo individualizado, as culturas políticas tornam-se um fenômeno coletivo produzido por grupos inteiros de uma mesma geração que vivenciaram e compartilharam experiências análogas. No que lhe concerne, as gerações subsequentes também compartilharão os mesmos comportamentos associativos diante de novos acontecimentos. Assim, podemos pensar em culturas políticas como uma visão comum que, por meio de uma leitura partilhada do passado e de uma perspectiva similar de futuro, nos impressiona em comportamentos e ações na esfera política (BERSTEIN, 1998, p. 354-356).

Em vista disso, podemos sustentar que as pressuposições sobre os desdobramentos da política brasileira que resultaram na instituição do Código Penal de 1890 foram contingências para a emersão das culturas políticas autoritárias do Brasil. Essa afirmação se confere pelas ações, pelas representações e pelos comportamentos das autoridades administrativas do país. As dinâmicas autoritárias se irrompem em nossa História desde o período colonial e

250





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



decorrem pelos anos com maior ou menor significância de acordo com o processo histórico, como o ocorrido no Brasil na ocasião da mudança de regime e ao longo dos anos na Primeira República.

A não aceitação do Código Penal de 1890

A ausência de debates durante a implementação das novas leis penais no Brasil resultou na falta de aceitação por parte dos juízes. As discordâncias, diversificadas em motivos, destacaram a inferioridade do Código Penal de 1890 em relação ao Código Criminal de 1830, revelando-se durante os debates. O enfoque teórico na interpretação das leis penais, dependendo das escolas jurídicas, não influenciou a rejeição à nova legislação, tanto por juristas adeptos do Classicismo Jurídico quanto da Nova Escola Penal/Escola Positiva do Direito (SONTAG, 2014, p. 174; 207)

Entre as objeções à legislação de Baptista Pereira, as considerações de João da Costa Lima Drummond (1865-1914) e João Pereira de Monteiro (1845-1904) merecem destaque. Lima Drummond, em diversos discursos, enfatizou a necessidade de reformas no Código Penal de 1890 para garantir aceitação na sociedade e nos meios jurídicos. O magistrado expressou sua convicção em elaborar outra legislação penal como um “ato de patriotismo” ao Brasil (DRUMMOND, 1898, p. 5). Por outro lado, João Pereira de Monteiro manifestou descontentamento com o código, classificando-o como “o pior de todos os códigos conhecidos”. (NORONHA, 2009, p. 59-61; SONTAG, 2017, p. 189-190).

A rapidez na escrita do Código Penal foi uma das principais insatisfações dos magistrados do oitocentos. Nilo Batista (2011, p. 445) relativizou essa análise, argumentando que o tempo de escrita não foi um problema, pois foi revisado com base no Código Criminal de 1830, acrescentando regulamentos independentes. A produção da legislação iniciou-se ainda no regime monárquico.

A falta de diálogo na construção do texto, devido à rapidez de implementação, teve como desdobramento a ausência de reciprocidade. Ao longo da Primeira República, modificações no texto original foram frequentes, resultando na criação de leis extravagantes que restringiam ainda mais as liberdades individuais. A situação tornou-se especialmente difícil para os espíritas com a implementação do Regulamento Sanitário de 1904, que punia a prática de cura por meio do espiritismo (BATISTA, 2011, p. 442).

Apesar das críticas à ineficácia da legislação criminal republicana em comparação ao Código Criminal de 1830, muitos expedientes considerados eficazes no código imperial foram adotados no código da república. No entanto, a crítica persistia na percepção de falta de eficiência no código de Baptista Pereira, atribuindo a aversão e o desprestígio das leis penais ao insucesso no combate aos problemas sociais e à tranquilidade pública. A contrariedade ao Código Penal de 1890 não era apenas técnica; era impulsionada pela necessidade percebida de aumentar a repressão, resultando na criação de leis extravagantes para excluir cidadãos em busca da suposta tranquilidade pública, refletindo as culturas políticas autoritárias em evolução.

251





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



As tentativas de substituição Código Penal de 1890 e as considerações sobre o artigo 157

Houve duas tentativas concretas de substituição do Código Penal de 1890. A primeira ocorreu nos anos finais do século XIX, quando João Vieira de Araújo elaborou um novo anteprojeto, totalmente revisado em 1897 (ARAÚJO, 2004, p. 3; BATISTA, 2011, p. 456; SIQUEIRA, 1913, p. 6-7). Esse anteprojeto passou por intensas análises críticas, inclusive de professores das Faculdades de Direito de Recife e São Paulo, com as considerações incorporadas ao texto final. Após aprovação na Câmara dos Deputados em 1897, o projeto não prosseguiu no Senado, ficando estagnado sem discussões ou votação (ARAÚJO, 2004, p. 3; BATISTA, 2011, p. 456; SIQUEIRA, 1913, p. 6-7).

Vieira de Araújo, apesar de reconhecimento internacional do seu anteprojeto, autocrítico, percebeu que estava distante da “reforma radical” necessária para as leis penais, embora apresentasse avanços significativos em relação ao Código Criminal de 1830, ao código de Baptista Pereira e seu próprio anteprojeto de 1889 (ARAÚJO, 1895, p. 43). Durante as discussões, ele defendeu a ideia de um texto que resolvesse todas as dúvidas que pudessem embaraçar o juiz diante das artimanhas da prática jurídica, dedicando-se às “figuras essenciais” e excluindo temas considerados dispensáveis, como o artigo 157 (ARAÚJO, 2004, p. 194).

Particularmente em relação ao artigo 157, Vieira de Araújo considerou inadmissível que uma legislação penal, no final do século XIX, fizesse referência à feitiçaria e apresentasse dispositivos penais relacionados a feiteiros. Ele criticou a atitude de João Baptista Pereira, argumentando que suas penalidades não seriam receptivas nos tribunais de justiça. Assim, em “homenagem à nossa cultura jurídica”, propôs eliminar leis penais que não se sustentassem juridicamente (ARAÚJO, 2004, p. 195).

Mas Vieira de Araújo pontuou que as suas divergências ao pensamento de Baptista Pereira foram os relacionados à feitiçaria e outras situações afins. Quanto ao exercício da medicina, as suas ideias coadunariam com as dele. Tanto que mesmo se apropriando da lei constitucional que garantiria a liberdade profissional⁴ e que isso poderia trazer discussões na justiça e impossibilitar a receptividade de seu entendimento nos meios jurídicos, o exercício da medicina deveria caber somente aos médicos habilitados na academia (ARAÚJO, 2004, p. 197).

No que se refere ao artigo 157, as considerações de Vieira de Araújo foram embasadas pelas análises de quatro juízes envolvidos em processos criminais vinculados a esse dispositivo penal, com experiência na gestão de questões judiciais complexas: Gabriel Ferreira (1848-1905), Subprocurador no Distrito Federal; Miranda Ribeiro (1854-1907); Lima Drummond (1865-1914); e Francisco José Viveiros de Castro (1862-1906) (ARAÚJO, 2004, p. 198; GOMES, 2020, p. 226-228).

⁴ A Constituição dos Estados Unidos do Brasil, a principal norma do país, garantia, por meio de seu artigo 72, parágrafo 24, a livre prática de qualquer profissão moral, intelectual e industrial, sem a obrigatoriedade de formação acadêmica. Contudo, contrariando esse princípio, o Código Penal de 1890, nos artigos 156 e 158, criminalizou tanto o exercício da medicina quanto a prescrição de medicamentos por indivíduos não qualificados em medicina (CONSTITUIÇÃO DE 1891; CÓDIGO PENAL DE 1890).





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Gabriel Ferreira argumentou que a prática do espiritismo não constitui crime, pois é uma manifestação da liberdade de consciência protegida pela Constituição, tornando o artigo 157 improcedente. Miranda Ribeiro e Lima Drummond, por outro lado, entendiam que a ambição e a ganância poderiam levar à falsificação em situações semelhantes, enquadrando tais ações nos artigos 353 e 355, relacionados à falsificação e ao estelionato, e não em um artigo que referenciasse uma confissão religiosa (ARAÚJO, 2004, p. 198-199).

Viveiros de Castro sugeriu que a prática do espiritismo poderia ser interpretada como um crime contra a personalidade e a propriedade em circunstâncias específicas, envolvendo danos à saúde ou práticas de ritos que pudessem induzir à morte. Ele também considerou que ser ‘feiticeiro’ não poderia ser uma ocupação profissional, não se encaixando nas profissões praticáveis. Vieira de Araújo, fundamentando-se nessas opiniões, concluiu que o artigo 157 não deveria subsistir, pois a prática do espiritismo, por si só, não é crime. Entretanto, não descartou a possibilidade de indivíduos mal-intencionados serem julgados por seus delitos contra a personalidade e/ou a propriedade, conforme os artigos penais apropriados (ARAÚJO, 2004, p. 198-199).

Galdino Siqueira (1872-1961), assim como Vieira de Araújo, propôs um anteprojeto de revisão às leis penais em 1911⁵, ratificado em 1913 pelo Ministro da Justiça Esmeraldino Bandeira (1865-1928), indicando um claro desconforto com a insuficiente receptividade da legislação penal, embora não tenha sido analisado no legislativo brasileiro (BATISTA, 2011, p. 456). Siqueira, ao abordar o artigo 157, considerou que fraudes e embustes envolvendo práticas do espiritismo deveriam ser enquadrados nos crimes de estelionato, analisando esses aspectos no capítulo dedicado aos crimes de falsificação (SIQUEIRA, 1913, p. 125).

Segundo Galdino Siqueira (1913, p. 125), aqueles que se autodenominassem curandeiros e praticassem dissimulação para iludir a boa-fé alheia deveriam ser responsabilizados pelos atos delituosos, assim como qualquer outro profissional que cometesse irregularidades e enganasse as pessoas.

No que diz respeito ao artigo 157, Siqueira considerou-o uma “figura delituosa” nas leis penais do país, argumentando que seria incompatível com a Constituição Republicana. Ele sustentou que o espiritismo, sendo uma religião com práticas específicas no âmbito das ciências ocultas cultivadas internacionalmente, deveria ter liberdade para ser exercido, respaldado constitucionalmente pelo artigo 72 e seus parágrafos (SIQUEIRA, 1913, p. 125). No tocante aos ‘feiticeiros’, Galdino Siqueira concordou com as considerações de Vieira de Araújo, repudiando a disposição no Código Penal brasileiro que penalizava a “feiticearia e seus processos” (SIQUEIRA, 1913, p. 125).

A análise realizada entre os magistrados destacou a falta de consenso em relação ao artigo 157 e ao Código Penal de 1890 como um todo. Apesar da ausência de reconhecimento entre seus pares, a legislação de Baptista Pereira, incluindo o artigo 157, permaneceu vigente durante toda a Primeira República. Os debates, questionamentos, posicionamentos e propostas apresentadas não foram suficientes para sua substituição.

⁵ É relevante destacar que o anteprojeto de Galdino Siqueira sequer passou pelo escrutínio do Poder Legislativo (BATISTA, 2011, p. 456).





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Resposta de João Baptista Pereira diante da proposta inicial de Vieira de Araújo

Somente em 1898, João Baptista Pereira expressou suas percepções e motivações para a criação do Código Penal Republicano, o que pode ser considerado tardio diante das críticas recorrentes de seus pares. A réplica do jurista às declarações adversas de Adolpho Bezerra de Menezes e da Federação Espírita Brasileira ocorreu em menos de dois meses após a promulgação do artigo 157, através de publicações no *Jornal do Commercio*⁶.

Baptista Pereira, no papel de relator do Parecer sobre o Projecto de Reforma do Código Penal, atuou sob a égide do Instituto dos Advogados Brasileiros. A comissão, composta por Pereira, João da Costa Lima Drummond, José Cândido de Albuquerque Mello Mattos e João Martins de Carvalho Mourão, questionou a legitimidade da reforma da legislação penal de 1890, alegando que o projeto de Vieira de Araújo não resistiria ao confronto direto com o Código de Baptista Pereira.

No parecer, enfatizou-se que não bastava criticar as leis penais por equívocos doutrinários e imperfeições na redação; era necessário conceber um sistema punitivo mais eficaz. A comissão argumentou que ninguém poderia condenar absolutamente um código penal, pois todos estavam sujeitos à contingência humana (PARECER DO INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRAZILEIROS, 1897, p. 8).

A comissão opinou que o código penal vigente não era perfeito, mas os projetos de substituição eram imperfeitíssimos, destacando a inadequação do anteprojeto de Vieira de Araújo em atender às demandas da sociedade, incluindo a proteção da saúde pública frente às práticas espíritas de cura (PARECER DO INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRAZILEIROS, 1897, p. 8).

Em relação ao artigo 157, a comissão considerou uma afronta a ênfase dada por Vieira de Araújo à repressão do “ofício de capoeira” em detrimento do “ofício de curandeiro”. Ambos eram categorizados como “crimes indígenas”, transgressões inatas do território brasileiro associadas à incivilidade e ao atraso, contrapondo os princípios republicanos (INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRAZILEIROS, 1897, p. 8).

Portanto, devido à classificação da comissão do Instituto dos Advogados Brasileiros, os casos de transgressões associadas ao espiritismo e à capoeira eram considerados “dois casos de endemia” na sociedade, exigindo uma abordagem equitativa, como estipulado no Código de 1890. Ambos eram vistos como crimes que refletem a “idiossincrasia moral do nosso meio” e, portanto, deveriam ser vigorosamente coibidos, sem concessões a justificativas ou pretextos (PARECER DO INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRAZILEIROS, 1897, p. 8).

A comissão sustentava que o espiritismo deveria permanecer como crime, sem exceções. A associação do espiritismo ao “atraso”, à incivilidade e a práticas consideradas prejudiciais à

254

⁶ Para uma abordagem detalhada sobre as discussões entre o legislador João Baptista Pereira, o político e médico Adolpho Bezerra de Menezes e a Federação Espírita Brasileira, recomenda-se a leitura do artigo *O enfrentamento pelas penas dos tinteiros: a dissensão nos impressos cariocas sobre a liberdade religiosa dos espíritas*, publicado na *Revista do Arquivo Geral do Rio de Janeiro*, número 14, de 2018, páginas 263-296.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



saúde pública justificava sua classificação como “crime indígena”, similar à capoeira. A comissão argumentava que a repressão por meio da prisão era necessária para erradicar essa “endemia” da sociedade, considerando o espiritismo como uma doença de difícil extirpação (PARECER DO INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRAZILEIROS, 1897, p. 8-9).

Essa visão foi reforçada pela percepção de que os curandeiros, sob diversas formas, explorariam a credulidade das pessoas, promovendo superstições e curas sob a alegação de comunicações do além-túmulo. A comissão do Instituto dos Advogados Brasileiros recusou a ideia de abolir o artigo 157, considerando inconcebível que o projeto de Vieira de Araújo não atendesse às necessidades de proteção à sociedade, possibilitando que o “crime indígena” ocorresse impunemente (PARECER DO INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRAZILEIROS, 1897, p. 8-9).

No entanto, Vieira de Araújo, assim como Galdino Siqueira em anos subsequentes, não via as práticas do espiritismo fraudulento como passíveis de punição pelo código penal. Suas interpretações eram voltadas para a liberdade religiosa e de consciência. As defesas do Código Penal de 1890 pela comissão foram mais acentuadas do que imparciais, e o artigo 157 permaneceu no centro de disputas interpretativas, caracterizado como um “crime indígena”.

Considerações Finais

A emergência das culturas políticas autoritárias no Brasil se fez presente em diversos momentos da Primeira República, evidenciando-se também na elaboração do Código Penal de 1890. Desde o início desse processo até as tentativas de substituição, as atitudes autoritárias manifestaram-se através de ações austeras, falta de diálogo e silêncios que visavam preservar as leis estabelecidas.

A necessidade de estabelecer regras e punições para aqueles que não se conformavam com as diretrizes da ordem pública desencadeou descontentamentos, desde os que tiveram suas liberdades cerceadas, como os espíritas, até os profissionais do Direito, excluídos do processo de organização das leis penais. Isso resultou em complexidades e falta de reciprocidade nas disposições hierárquicas das leis, levando a discussões sobre o ordenamento jurídico nos tribunais.

Apesar das discussões contrárias à criminalização do espiritismo por renomados juristas da época, muitos magistrados não se opunham ao Código Penal de 1890, considerando-o vulnerável e incapaz de atender às demandas repressivas necessárias para superar a suposta desordem pública. A intensificação das perseguições após o Regulamento Sanitário resultou em mais espíritas tornando-se réus criminais, com jurisprudências sendo criadas para interpretar o enquadramento no artigo 157.

O entendimento divergente sobre o dispositivo penal 157 entre juristas e magistrados reflete uma parte significativa que buscava leis penais mais repressoras, reforçando a aspiração por uma ordem pública mais disciplinada.

Nesse contexto, a construção da República, com uma “cidadania negativa” que excluía parte significativa da população, alinhava-se com a não legitimação de práticas que iam de encontro

255





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



ao ideal pretendido. Apesar da origem estrangeira do espiritismo e de seus adeptos influentes, a relação com o “além-túmulo” não se alinhava com a visão cultural, social e racial da República. Baptista Pereira classificou o espiritismo como um “crime indígena”, conectando-o às imperfeições e atrasos percebidos na composição social e histórica brasileira. A punição com prisão era vista como um caminho para disciplinar a religião e religiosidade espíritas.

Referências

Fontes históricas

Fontes Impressas

ARAÚJO, João Vieira. *Código Penal commentado theorica e prática*. Rio de Janeiro: Laemmert & C. Editora, 1896.

ARAÚJO, João Vieira. *Nova Edição do Código Criminal Brasileiro de 1830: anteprojeto elaborado em 1889*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910.

ARAÚJO, João Vieira. *O Código Penal Interpretado I*. Brasília: Senado Federal – STJ, Ed. fac-similar, 2004.

DRUMMOND, João da Costa Lima. *Estudos de Direito Criminal*. Rio de Janeiro: Laemmert & C., 1898.

INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS. *Parecer do Projecto do Código Penal em Discussão na Câmara dos Srs. Deputados ao Congresso Nacional*. Rio de Janeiro: Typografia do *Jornal do Commercio* de Rodrigues e Comp., 1897.

PEREIRA, Baptista João. Notas Históricas – O código Penal de 1890. *Revista de Jurisprudência*. Rio de Janeiro: janeiro-abril, ano II, 1898.

SIQUEIRA, Galdino. *Projecto de Codigo Penal Brasileiro*. Rio de Janeiro: Graphs. Do *Jornal do Brasil*.

Fontes disponíveis na Web

CÓDIGO PENAL DE 1890. Disponível em:
<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>. Acesso em: 31 de janeiro de 2024.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL DE 1891. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm. Acesso em: 26 de fevereiro de 2024.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



DECRETO 9554 DE 1886. Disponível em:
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-9554-3-fevereiro-1886-543197-publicacaooriginal-53270-pe.html>. Acesso em: 29 de janeiro de 2024.

DECRETO 5.156 DE 1904. Disponível:
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-5156-8-marco-1904-517631-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 29 de janeiro de 2024.

Bibliografia

ALVAREZ, Marcos César. *Bacharéis, Criminologistas e Juristas: saber jurídico e Nova Escola Penal no Brasil*. São Paulo: IBCCRIM, 2003.

BATISTA, Nilo. *Direito Penal Brasileiro I*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean-François (orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, p. 349-363, 1998.

BRUNO, Aníbal. *Direito Penal*. Rio de Janeiro: Forense, Tomo II, 1967.

BRUNO, Aníbal. *Direito Penal: pena e medida de segurança*. Rio de Janeiro: Forense, Tomo III, 2009.

CANTON FILHO, Fábio Romeu. *Bem Jurídico Penal*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

DAMAZIO, Sylvia. *Da elite ao povo: advento e expansão do espiritismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand do Brasil, 1994.

GALVÃO, Fernando. *Evolução da Teoria do Delito*. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

GIUMBELLI, Emerson. O cuidado dos mortos: uma história da condenação e legitimação do espiritismo. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

GOMES, Adriana. O enfrentamento pelas penas dos tinteiros: a dissensão nos impressos cariocas sobre a liberdade religiosa dos espíritas. *Revista do Arquivo Geral do Rio de Janeiro*. n.14, p. 263-296, 2018.

257





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



GOMES, Adriana. *A judicialização do espiritismo: o crime indígena de João Baptista Pereira e a jurisprudência de Francisco José Viveiros de Castro (1880-1900)*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2020.

ISAIA, Artur César. Espiritismo: religião, ciência e modernidade. In: MANOEL, Ivan Aparecido; ANDRADE, Solange Ramos (Orgs.). *Identidades Religiosas*. São Paulo: Civitas Editora, pp. 137 – 164, 2008.

NORONHA, Edgard Magalhães. *Direito Penal I*. São Paulo: Riddel, 2009.

RIBEIRO, Leonídio. *Henrico Ferri e a Doutrina Lombrosiana*. Rio de Janeiro: Separata do Jornal do Commercio, 1956.

RIBEIRO, Leonídio. *Reforma do Código Penal*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1973.

SILVA JR., Hédio. Direito Penal em preto e branco. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. São Paulo, ano 7, n. 27, p. 327-338, 1999.

SONTAG, Ricardo. *Código Criminológico: ciência jurídica e codificação penal no Brasil: 1888-1899*. Rio de Janeiro: Revan, 2014.

258





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



BATALHAS DE POESIA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: POETAS NEGRAS E O CORPO-MEMÓRIA

Kelly Yara De Souza Mendonça¹

Introdução

Acompanho a cena das batalhas de poesia no Brasil desde 2019, e o faço como uma pesquisadora encarnada que, através da prática etnográfica, coloca o próprio corpo na experiência. Ninguém sai ileso de uma batalha de poesia, nem quem recita, nem quem ouve. Na pesquisa de doutorado que está em fase de finalização, proponho articular as batalhas de poesia com noções de memória, narrativa, trauma, numa abordagem do feminismo decolonial e dos estudos da performance, área de estudos que reconhece na performance uma epistemologia, uma possibilidade de transferência de saberes. Nesse contexto, a prática remete ao uso de estratégias artísticas para expressar o texto a uma determinada plateia através de uma manifestação cultural lúdica.

As batalhas de poesia chegam ao Brasil em 2008, ganhando visibilidade no contexto de fortalecimento da poesia marginal e periférica. Por aqui, é comumente chamada de slam de poesia, misturando os termos originais americanos – *Slam* e *poetry slam* – com o português, para se referir a esse fenômeno que teve origem na década de 1980, em Chicago, nos EUA, através de um grupo de trabalhadores e artistas da classe média que, a partir da organização de saraus, criam a competição. Desde a sua criação, propõe questionamentos sobre parâmetros acadêmicos e literários em torno da poesia. Um exemplo disso no Brasil, é que não há preocupação com a forma, se é poesia, poema, ou uma prosa ritmada, o importante é criar e compartilhar.

Segundo a organização do SLAM BR, no último levantamento (ESTRELA D'ALVA; LUDEMIR; ROMÃO, 2023), eram mais de 400 comunidades ativas e inativas espalhadas por todo o país. Os eventos ocorrem mensalmente, com disputas regionais e nacionais, para escolher o representante do país que irá disputar o campeonato mundial anual, o *World Poetry Slam Championship*. Jovens poetas reúnem-se numa espécie de arena pública, de ágora contemporânea, para declamar e ouvir nos diferentes espaços públicos das cidades brasileiras: ruas, praças, estações de metrô, centros culturais, marcos históricos, universidades públicas, bairros periféricos. Cada participante ou *slammer*, tem três minutos para engajar o público com sua narrativa, enquanto jurados escolhidos entre o público, avaliam a performance e atribuem notas. Como regra da competição, a poesia deve ser autoral, agregando forte caráter autobiográfico e trazendo discussões sociais do contexto desses poetas criando um espaço de autorrepresentação com forte apelo para jovens de periferia. A

259

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (UFPR/CAPES) na linha de pesquisa Arte, Memória e Narrativa (AMENA), mestrado em Sociologia (PPGS/UFPR), especialização em Antropologia Cultural (PUC-PR) e licenciatura em História (UTP-PR). Contato: kelly.mendonca@ufpr.br





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



performance resultante é analisada como espaço de contestação e como prática cultural que desafia convenções de gênero, raça e poder. (MADISON; HAMERA, 2006)

Aproximar a História desse não-lugar dos estudos da performance² – área de estudos que nasce na aproximação da Antropologia com o Teatro, e depois adentra outras disciplinas, inclusive numa proposta pós-disciplinar –, é uma maneira de reconhecer o desgaste dos modos tradicionais de narrar o passado, reivindicando uma outra escrita da história. No lugar de um “passado histórico”, considerar o “passado presente” que evidencia as transformações na percepção do passado e as complexas relações entre a memória e o tempo da história, colocando em debate regimes modernos de temporalidade (MUDROVCIC, 2013). O desafio historiográfico em analisar um fenômeno contemporâneo, como as batalhas de poesia, demanda uma perspectiva que conteste os limites do passado histórico propondo um passado prático, como argumenta o historiador Hayden White (2018), que estabelece sentido no presente e reconhece o presente como história; além de nortear indivíduos e comunidades para uma ação ativa no presente.

A escolha do objeto de pesquisa expressa um reposicionamento do olhar e do corpo, movendo a pesquisa (e a pesquisadora) para a cultura das bordas, para os espaços não canônicos, não institucionalizados e periféricos (FERREIRA, 2010), destacando narrativas geradas nas bordas.

Cultura Performativa

Pensando a partir dos estudos das poéticas da oralidade por Paul Zumthor (2018), a performance é manifestação que ultrapassa o curso comum dos eventos, modificando o conhecimento, revelando noções de teatralidade e um desejo de realização. A teatralidade cria um espaço de ficção que conduz poetas e público, uma fissura pela qual se introduz uma alteridade, e que depende de uma vontade externa que preencha de sentidos as lacunas deixadas nas performances. Por isso, Zumthor sugere uma ampliação do conceito de performance que compreenda elementos não textuais, como o público, o contexto cultural, as relações entre a representação e o vivido, a percepção sensorial que resulta no engajamento do corpo.

² O campo se estabelece a partir de uma corrente dramaturgica, na década de 1970, com Victor Turner e Richard Schechner, destacando os indivíduos como agentes em seus próprios dramas. Nos anos 1980-90, o debate considerado universalista, ocidentalizado e unidimensional, passa a ser contestado e amplia para dar conta de categorias artísticas, culturais, sociais, políticas. A performance deixa de lado roteiro e ações padronizadas, proporcionando um espaço para explorar estruturas e comportamentos alternativos. (CARLSON, 2009) No Brasil, destacam-se estudos na antropologia e nas artes cênicas, nos trabalhos de Lygia Sigaud, Zéca Ligiéro e Leda Martins, além de iniciativas institucionais como o Núcleo de Antropologia, Performance e Drama (NAPEDRA) na Universidade de São Paulo; o Grupo de Estudos em Oralidade e Performance (GESTO) na Universidade Federal de Santa Catarina; o Laboratório Transdisciplinar de Estudos sobre a Performance (TRANSE) na Universidade de Brasília; e o Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Performances Culturais na Universidade Federal de Goiás. Discorro sobre os estudos da performance na dissertação de mestrado (MENDONÇA, 2017), e em minicurso ministrado no Diálogos sobre História da UFPR (MENDONÇA, 2020).





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



No contexto das batalhas de poesia, esse conceito ampliado foi elaborado na ideia de uma cultura performativa que considera a recepção e insere o público na performance, através de uma experiência multissensorial, ao colocar performance e texto no mesmo patamar artístico, assim como poetas no mesmo patamar dos espectadores. (SOMMERS-WILLET, 2009) Convido a quem lê pausar a leitura e assistir a uma performance no Slam das Minas RJ (link na nota de rodapé³). Por mais descrições que eu faça, acompanhar uma poeta em toda a sua potência criativa, ainda que no ambiente virtual, evidencia esses outros elementos da cultura performativa mencionados anteriormente.

No Brasil, a dinâmica do slam é fortemente marcada pela participação de minorias, revelando uma característica essencial das batalhas, a urgência em expressar o agora (*ibid.*). A pesquisadora e slammer Sommers-Willett (2009) destaca o espaço aberto de expressão marginal que motiva a presença de minorias étnicas, da classe trabalhadora, de mulheres, de membros da comunidade LGBTQIA+, entre outras minorias, que narram suas vivências e criam engajamento através de uma dinâmica troca identitária entre poetas e o público. A performance adquire, então, conotações políticas ao revelar demandas de minorias, narrativas de identidade e resistência. Em geral, o público reconhece a autenticidade de poetas que expressam um conteúdo poético e performático de acordo com o que consideram sua identidade. A atenção ao ouvir, a reação efusiva, os aplausos calorosos e o abraço acolhedor manifestados durante e após a performance da poeta negra Dall Farras, no vídeo sugerido, exemplificam essa forma de reconhecimento, como se o público aprovasse dizendo “o relato compartilhado é realmente seu.”

A primeira batalha com participação exclusiva de mulheres foi criada em 2015, em Brasília, com a intenção de criar um espaço de valorização da expressão de mulheres, contestando uma prática de escrita, oralidade e performance majoritariamente masculina, e, também, para garantir presença feminina nas finais nacionais. Ali, a livre expressão, a organização de uma comunidade, a retomada de sua própria narrativa, o compartilhar de vivências e identidades, a memória histórica compartilhada, reverberam expressões decoloniais. Além das noções de expressão artística e protesto, presentes em todas as batalhas, há um interesse na visibilidade, no protagonismo, no desenvolvimento e no acolhimento de mulheres.

São as próprias mulheres, organizadoras das diferentes comunidades, que apontam o propósito transformador na descrição de seus perfis virtuais: “um espaço de resistência e protesto feminino” (Slam das Guriás, Curitiba-PR); “buscar alternativas que proporcionem o protagonismo das mulheres negras e periféricas no meio cultural” (Slam das Minas, Salvador-BA); “uma brincadeira lúdico poética para desenvolvimento da potência artística de mulheres (sejam héteras, bis, pans, lésbicas ou trans) e pessoas queer, não binárias e trans” (Slam das Minas, Rio de Janeiro-RJ). A organização de um espaço exclusivo de expressão poética e artística de mulheres, indica a expansão das possibilidades de expressão e partilha do sensível.

³ Vídeo da participação da poeta Carol Dall Farras na final do Slam das Minas RJ (2017): https://www.youtube.com/watch?v=DbQXy_jcCXE





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Por seu caráter comunitário, o processo de fala-escuta e o caráter autoral das performances das poetisas, localizo as batalhas de poesia como um dos componentes do espaço biográfico contemporâneo, conceito que a pesquisadora argentina Leonor Arfuch (2010) define como lugar de uma profusão narrativa que vai além dos gêneros canônicos como biografias, autobiografias e memórias.⁴ Esse espaço amplo congrega memórias individuais e coletivas relatadas das mais diversas formas a partir da transformação nos espaços públicos e privados; na multiplicação das identidades; no afrouxamento dos costumes e da palavra. Esse cenário, identifica a autora (ARFUCH, 2018), torna atrativa a tentação biográfica, o desejo de deixar registrada uma narrativa que sobreviva à nossa existência, a busca da plenitude da presença, do autêntico. Nessa trama simbólica da construção narrativa, cabe observar, primeiramente, o conteúdo do que é contado, bem como as estratégias de autorrepresentação, e o aspecto coletivo que compõe toda biografia ou relato da experiência, sugere Arfuch.

Dororidade e o corpo-memória

Apresento a seguir algumas considerações sobre a escrita e performance de mulheres negras nas batalhas de poesia, onde expressam uma herança compartilhada que reivindica um passado comum e, também, uma experiência comum no presente. Analisar relatos orais como narrativas autobiográficas de grupos marginalizados é um posicionamento contra o epistemicídio acadêmico que ignora as narrativas desses sujeitos e sujeitas em boa parte da historiografia. Como argumenta Susana de Castro, “o feminismo decolonial brasileiro compartilha da preocupação de historiadores com a forma deturpada como nossos antepassados negros e indígenas são descritos na história do Brasil, sempre a partir do olhar do colonizador.” (CASTRO, 2020, online)⁵

A narrativa começa na escrita, ou melhor, na escrevivência que, nas palavras da escritora brasileira negra Conceição Evaristo, considera o ato de escrita das mulheres negras “como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sobre o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças. E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita nos pertence também.” (2020) O compartilhar de sentimentos é fazê-los sobreviver numa estrutura de poder que desumaniza, é resistir às narrativas hegemônicas sustentadas no eurocentrismo, capitalismo, colonialismo, machismo,

⁴ Em uma abordagem multidisciplinar, Arfuch identifica o espaço biográfico como uma tendência da subjetividade expressa em diários íntimos, correspondências, *talk shows*, *reality shows*, documentários, entrevistas, literatura, cinema, artes visuais, e, no âmbito acadêmico, no “retorno do sujeito” nas ciências sociais, na história oral, em biografias de intelectuais e arquivos pessoais. (ARFUCH, 2018)

⁵ Como vertente dos feminismos subalternos e contra hegemônicos, o feminismo decolonial situa “gênero” e “raça” como categorias eurocêntricas de controle, e se posiciona contra a noção de “mulher” universal e de suas opressões, ecoando o feminismo negro e interseccional. Destaco as contribuições da filósofa argentina María Lugones (2019), para quem o feminismo decolonial é a possibilidade de superar a colonialidade dos gêneros, ao considerar a opressão das mulheres subalternizadas através da racialização, colonização, do capitalismo e da heterossexualidade compulsória.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



heterossexualidade compulsória. A poesia é ferramenta para narrar a ancestralidade e a experiência, é necessidade vital da existência ao fundamentar esperanças de sobrevivência e mudança, “primeiro como linguagem, depois como ideia, e então como ação mais tangível” (LORDE, 2019, p. 47).

Os relatos narram vivências compartilhadas de maternidade, afetos e sexualidade, mas também de machismo, racismo, assédio e outras violências. Essa escrita adquire outros significados quando inserida no contexto histórico de violência contra as mulheres no Brasil. Os dados mais recentes divulgados pela Agência Patrícia Galvão (2023a, 2023b), informam que 26 mulheres sofrem agressão física por hora, e três mulheres são vítimas de feminicídio por dia, sendo mulheres negras mais de 60% das vítimas. A sociedade brasileira foi construída historicamente a partir da colonização e das relações de poder e exploração com base nas desigualdades de gênero e raça.⁶

Esse contexto é narrado pela poeta e slammer Cristal Rocha, participante da edição nacional Slam BR 2017, de saraus, festivais literários e oficinas, e idealizadora do coletivo Poetas Vivos. Em *Para Conceição*, insere termos cunhados pela escritora Conceição Evaristo, que aparecem destacados no texto a seguir. Cristal carrega consigo a escrita de memórias e vivências que marcaram gerações de mulheres negras, e expressa a herança compartilhada que reivindica um passado comum e, também, uma experiência comum no presente.

Quantas das nossas *Vozes-Mulheres* calaram?
A dor e a repressão em quantos peitos moraram?
Quantos de nossos filhos já nos tiraram?
E quantas das nossas vidas apagaram?
Nossa pele preta escrita deu vida a nossa arte
As chibatada ainda arde
Nossa inspiração nascas
Aprendi com Conceição
Que somos *negros-estrelas*, juntos uma constelação
Valorizei minhas vivências e escrevi *Poemas de recordação*
De tudo aquilo que transbordava e não cabia mais no meu coração
De geração em geração
Levo comigo a escrita
Às vezes cruel e vivida
de quem teve que voar,
pois já não
tinha
mais
chão

É nossa arte escura tomando conta dessa estrutura

⁶ Apesar de avanços significativos nas últimas décadas, como a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra Mulher, de 1996, e a Lei Maria da Penha (11.340/2006), a situação se agravou com o aumento da violência doméstica durante o período da pandemia de Covid-19, em 2020, segundo relatórios do Instituto Patrícia Galvão.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Não queremos mais censura, meu ventre exala literatura
Sou *Fêmea-Fênix* me recompondo depois das queimaduras
Minha armadura é tudo aquilo que seu dinheiro não pode comprar
Então vem me atacar!
Eu já cansei de te ver nos matar [...]
Mas eu tenho muita história pra contar
Da Velha à menina
Segredos de sobrevivência [...]"
(ROCHA in DUARTE, 2019, p. 53-4, grifos da autora)

Cristal entende sua expressão artística como elaboração do passado e como retomada de espaços antes negados. Inicialmente, fala de dores e violências. O trauma colonial das chibatadas aciona memórias coletivas, mas como uma “Fêmea-Fênix” ressurge do tronco com a força da literatura. Honra as mais velhas e as mais novas ao contar suas histórias, seus “segredos de sobrevivência”, uma inspiração que nasce dessa dor inscrita na pele preta. Narrar a experiência de outras é também falar de si, reafirmando quem se é – dessa forma, memória e história conjugam-se conferindo identidade a quem recorda.

Ao endereçar seu texto a uma escritora mais velha, a poeta conecta sua própria narrativa com a dela, assim como as suas vidas e experiências estão conectadas. A identificação entre diferentes mulheres pode ser compreendida a partir da noção de dororidade, elaborada pela intelectual brasileira negra Vilma Piedade, que aproxima as mulheres negras em torno de um passado colonial e, ao mesmo tempo, de uma colonialidade que persiste no presente. Escravidão, racismo, feminicídio, exclusão social, são elementos de um trauma coletivo, ou de uma dororidade histórica, carregados em um corpo-memória e elaborados na escrita e no espaço das batalhas de poesia através do processo de fala e escuta, revelando uma prática enraizada em tradições afro-brasileiras que tem como princípio o acolhimento e a palavra.

É marcante a presença de mulheres negras nas finais de campeonatos regionais, nacionais e internacionais. Ao vivenciar, como pesquisadora e ouvinte, compreendi que elas simbolizam a força da palavra “autêntica”, aquela que é escrita, declamada e, também, vivida. O uso de roupas e acessórios referências da cultura afro-brasileira, o orgulho de ser da favela, personagens e eventos históricos que remetem à identidade e história do grupo, são constantemente acionados pelas poetisas nas batalhas de poesia. Compartilham relatos relacionados à estética, do cabelo como componente identitário, da experiência de ser preterida pela cor da pele, de violência doméstica, denúncias de racismo estrutural, relatos de superação pessoal ou familiar, o processo de se perceber como “mulher negra”, entre outros, enfatizando aspectos individuais e coletivos da experiência de ser mulher negra no Brasil contemporâneo.

Posiciono a performance de poetisas negras nas batalhas de poesia como uma prática de Afrografia, em que o corpo, os gestos e a voz “reescrevem as heranças africanas na Diáspora que são reveladas pelas linguagens”, se referindo não à linguagem verbal, mas a do corpo como performance da memória. (MARTINS, 1997, p.) Identifico nessa prática um circuito de sentidos onde as narrativas de autorrepresentação são sintetizadas no corpo: as memórias

264



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



e experiências vivenciadas e depositadas no corpo são organizadas e assimiladas pela escrita; acionadas, corporificadas e devolvidas ao mundo através da performance; e então, acolhidas e ressignificadas pelas outras mulheres que ouvem. A experiência individual (eu) é inserida na experiência coletiva (nós) que tem como pano de fundo um contexto comum.

Voltemos agora ao vídeo sugerido na parte inicial desse trabalho com a poeta negra Carol Dall Farras. Carol é multiartista, rapper, poeta e compositora de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro, e integrante do coletivo Poetas Favelados e Slam das Minas. É noite de final de campeonato na região central do Rio, e as poetas entregam tudo o que tem no chão da rua e nos ouvidos da plateia. Nas primeiras palavras, o tom de voz no limite do grito prende a atenção, é quando texto e corpo se coadunam.

Na ponta do abismo lá vai a mãe preta
Aguenta o infinito em um corpo que o grito 'socorro' acusa suspeito
Não chora nem fala das mortes diárias,
pariu cinco vezes sem anestesia com falas no ouvido:
- Preta é firme!
Teu corpo foi alvo da falta de amor
Teu peito batuca a dor de um dos filhos que ontem dormiu quando na
escura da noite um corpo fardado mirou sem certeza por causa da cor
Mas preto é forte, sempre ouvi falar...
Mãe preta resiste desde que não sabia o que era existir
Mãe preta teve teus calos calejados
pela falta de arrego dos atrasos da história que traçaram teu destino
Mãe preta que pariu no reboliço e trouxe com muito ofício
outra preta que não sorriu
Filha de Preta!
Que com a vida já traçada me desfiz de tanta tralha
Com grito de cansaço entalado na garganta
E os bicos de diarista entalado na minha herança
Vi o mundo cortar com a foice minha passagem pela infância
Os homens que me olhavam revestidos de ganância
E pra eles não importa se tratava-se de uma criança
De hiperssexualizar
O hobby da vizinhança
Dedos te apontaram ontem
Hoje o cano te aponta
Amanhã outro julgamento julgando que cê aguenta
Tua cabeça um reboliço
Teu corpo cumpriu caprichos
Tua mãe também passou por isso
E todas da tua família
Tua avó bem que dizia:

265





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



- É uma praga feito sentença! Eles dizem que a gente aguenta mas vejo uma morte lenta
E pra cada abuso novo um branco te orienta:
- Negra é forte, negra aguenta!
Tua vida nunca passou disso
Nunca fugiu da sentença
Com a força dos ancestrais
Internalizou que aguenta
Imaginou o chicote lento na vértebra de um branco
E viu que a força é um detalhe
Pra quem vive resistência!
(FARRAS in DUARTE, 2019, p. 64-5)

Dall Farras começa falando da experiência de uma mãe preta, a sua, mas que representa várias outras, marcada pela imagem de “força” que a população negra carrega e serve para justificar as diversas violências contra seus corpos. Depois, segue falando de si entoando com orgulho e batendo no peito quando diz que é “filha de preta!”, e como outras filhas de mães pretas, revela lutas diárias, como a infância roubada na hiper sexualização do seu corpo, a herança do trabalho doméstico, a violência policial. Em seguida, retorna ao nós, ao coletivo, apontando para outra jovem negra na plateia, “tua mãe também passou por isso, e todas da tua família”, resumindo uma vida que “nunca fugiu da sentença”, com voz rasgada e gestos carregados de indignação. Uma tensão parece acompanhar toda a narrativa, até terminar com as palavras de triunfo de quem “viu que a força é um detalhe pra quem vive resistência”.

A performance de Farras revela um corpo-memória repleto de passado, presente e futuros, que transborda a história de outras mulheres e que ousa contá-las. Inserida no contexto das batalhas, a performance é geradora de atos de transferência (TAYLOR, 2003) ao comunicar conhecimento social, memória e identidade através da poesia e por meio de práticas corporais e expressões estéticas. Esse pensamento destaca que corpos, assim como livros e documentos, transmitem informações e participam na circulação de saberes, contribuindo com o fazer histórico.

Os atos de transferência da memória através dessa corporalidade são elementos fundamentais na construção dos sentidos que conectam poetas negras com o público. O corpo-memória transfere a narrativa, construída e embasada na vivência individual, para representar a vivência coletiva das mulheres negras no Brasil. São corpos-memória, agora no plural, que relatam exclusão e violência histórica, mas que também projetam futuros possíveis e convidam à ação, dando outro sentido para a dor que as conecta.

Considero as batalhas de poesia, em seus diferentes contextos, como lugar de deslocamento, de espaço biográfico, de coexistência, que propõe alternativas à produção e elaboração da memória. Ao incentivar e acolher narrativas produzidas pelas minorias nas bordas da sociedade, oferece possibilidades de compreensão, interpretação e mobilização social de grupos vulneráveis e excluídos.

266





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Referências

ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2010.

ARFUCH, Leonor. **La vida narrada: memoria, subjetividade y política**. 1. ed. Villa María: Eduvim, 2018. e-book.

CASTRO, Susana de. O que é o feminismo decolonial? **Revista Cult**. 5 out 2020. Disponível em <https://revistacult.uol.com.br/home/dossie-o-que-e-o-feminismo-decolonial/>. Acesso em out 2022.

CARLSON, Marvin. **Performance: uma introdução crítica**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

ESTRELA D'ALVA, Roberta; LUDEMIR, Júlio; ROMÃO, Luiza. (orgs) **Gira da poesia: 15 anos de slam no Brasil**. Rio de Janeiro: Museu de Arte do Rio, 2023.

EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado. **Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e arte, 2020, p. 26-46.

FARRAS, Carol Dall. Na ponta do abismo. In DUARTE, Mel (org). **Querem nos calar: poemas para serem lidos em voz alta**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019, pp. 65-66.

FERREIRA, Jerusa Pires. **Cultura das Bordas: edição, comunicação, leitura**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2010.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Elas Vivem: dados que não se calam** 3ª edição. São Paulo, [s.n], 2023a. Disponível em <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/elas-vivem-dados-que-nao-se-calam-3-edicao-rede-de-observatorios-de-seguranca-2023/>. Acesso em 10 mar 2023a.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Dossiê violência contra as mulheres**. São Paulo, [s.n]. Disponível em <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/>. Acesso em 10 mar 2023b.

LORDE, Audre. **Irmã outsider**. Trad. Stephanie Borges. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2019.

267





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org). **Pensamento feminista hoje: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2019.

MADISON, D.S.; HAMERA, J. Introduction: performance and ethnography, performing ethnography, performance ethnography. In _____. (orgs) **The Sage Handbook of Performance Studies**. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2006.

MARTINS, Leda Maria. **Performances do tempo espiralar, performances do corpo-tela**. Coleção Encruzilhada. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 1997

MENDONÇA, Kelly. **Repertórios de transgressão: narrativas visuais e performance política na Marcha das Vadias**. Dissertação de mestrado. Mestrado em Sociologia. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2017.

MENDONÇA, Kelly. Estudos da Performance e os desafios do pós-disciplinar. Diálogos sobre História – UFPR. **Youtube**, 28 ago 2020. Disponível em <https://youtu.be/4Dgi8j8UvMA>.

MUDROVCIC, María Inés. Regímenes de historicidade y regímenes historiográficos: del pasado histórico al pasado presente. **Historiografías**, n. 5, jan-jun/2013, pp. 11-31.

ROCHA, Cristal. Para Conceição. In DUARTE, Mel (org). **Querem nos calar: poemas para serem lidos em voz alta**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019, pp. 53-4.

SLAM DAS MINAS RJ. Carol Dall Farras. **Youtube**, 8 out 2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=DbQXy_jcCXE. Acesso em: 02 dez. 2022.

SOMMERS-WILLET*, Susan B.A. **The cultural Politics of Slam: Race, identity and performance of popular verse in America**. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2009.

TAYLOR, Diana. **The archive and the repertoire: Performing cultural memory in the Americas**. Duke, 2003.

WHITE, Hayden. O passado prático. **ArtCultura**. Uberlândia, v. 20., n. 37, p. 9-19, jul-dez. 2018.

ZUMTHOR, Paul. **Performance, recepção, leitura**. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

268





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



TERRITÓRIOS VIVOS: COMO HISTÓRIA ORAL, MEMÓRIA E ESTUDOS DO TEMPO PRESENTE PODEM INFORMAR O PLANEJAMENTO URBANO

Karina Oliveira Morais dos Santos¹

A tríade “história, memória e patrimônio”, cada vez mais, se desvela como meio impulsor aos debates multidisciplinares, sobretudo aqueles atinentes à história das cidades e da vida urbana. Nesse ínterim, a história oral se apresenta como um “carro-chefe” que, enquanto método e ferramenta, se transversaliza na pesquisa acadêmica, não enquanto acessório, mas enquanto um eixo norteador. Sua potência reside justamente na capacidade de acessar o campo da memória e, ao mesmo tempo, se redirecionar a partir dela. Nesta ocasião, apresentaremos breves linhas desse importante debate, que fundamenta uma pesquisa de doutoramento em andamento. A pesquisa dedica-se a compreender a relação dos sujeitos com os lugares em que vivem, em contexto urbano, bem como suas percepções acerca dos projetos de intervenção urbanística que, em alguma medida, atravessam suas vidas. Por ora, trataremos da investigação teórica, não adentrando em resultados conclusivos da etapa de entrevistas, na perspectiva de contribuir com os pesquisadores do tema e com o próprio campo de pesquisa.

Partimos da afirmação de que a história oral, enquanto método, pode ser utilizada para compreender como os sujeitos se relacionam com os territórios em que vivem, no contexto urbano. A partir da mobilização da memória enquanto dispositivo, suas percepções podem informar não apenas como testemunharam e vivenciaram as transformações territoriais ao longo do tempo, mas, sobretudo, antecipar problemas futuros que devem nortear o planejamento urbano. Parte-se do pressuposto, ainda, de que quaisquer intervenções públicas na construção das cidades, que se pretendam efetivas e democráticas, devem contemplar o engajamento de sujeitos plurais, considerando suas histórias vividas e concebidas. O desafio para o meio científico é justamente impulsionar essa prática, em perspectiva multidisciplinar. Enquanto método, a história oral se difundiu com maior fôlego a partir da década de 1970, notadamente nos Estados Unidos e Europa. No Brasil, sua introdução ocorreu também nesse momento, mas é a partir da década de 1990 que começou a se expandir com maior expressão, sobretudo com a emergência de programas de pós-graduação e eventos acadêmicos, que foram importantes para o seu reconhecimento (AMADO, 2006, p. 09). Evidentemente, dizer sobre história oral significa também dizer sobre a história do tempo recente, o que, até hoje, não é ponto pacífico entre os historiadores.

269

¹ Historiadora e Mestre em História Social pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), com financiamento FAPESP e Mobilidade Internacional pela Universidade de Lisboa (UL); Doutoranda em História Social da Cultura pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com financiamento CAPES. Contato: karinaolmorais@gmail.com





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Não nos prolongaremos nesse debate mas, cabe situar, que esse dissenso se relaciona com a própria institucionalização da história e do ofício. Assentada na perspectiva de "divisão" entre o presente e o passado, a história, enquanto disciplina, se dedicaria ao segundo, garantindo o máximo distanciamento do tempo recente. Algo que se tornou uma condição para afirmar sua cientificidade. Trata-se de uma posição conservadora do campo, pautada na tradição historiográfica do século XIX e que se orienta por uma falsa dicotomia entre o que é política e o que é história, em seu sentido tradicional. Ao tempo presente, caberia a política. Ao passado, a história (FERREIRA, 2002).

Grosso modo, isso se associa diretamente a uma visão sacralizada da figura do historiador, que deveria garantir a expressão de sua erudição a partir do manejo de obras e linguagens clássicas. Logo, quanto maior o recuo no tempo, maior sua legitimidade. Evidentemente, essa concepção deslegitima o uso de fontes como aquelas geradas pela história oral que, inclusive, não se produz sem a contribuição de sujeitos ainda vivos, em interlocução com o historiador. Marieta Ferreira se refere a essa situação como uma "interdição" da história do tempo recente, que se ancora em uma visão retrospectiva, enquanto modelo. Em linhas gerais, consolidou-se uma fazer historiográfico dominante, moldado em um paradigma estruturalista. Para a historiadora, tal modelo tende a enviesar os estudos a partir das estruturas econômicas e dos processos de longa duração, negligenciando a dimensão política, cultural e social dos indivíduos enquanto sujeitos. Por consequência, as histórias de vida, os testemunhos vivos e as biografias, não caberiam ao ofício do historiador (FERREIRA, 2018). Apesar dos desafios, a autora destaca que diversas transformações marcaram o campo nas últimas décadas do século XX, com iniciativas importantes que seguem redirecionando a forma de se conceber a história. Houve uma guinada historiográfica expressiva em todo o mundo, sobretudo pela emergência da História Cultural e da História Social, que implicou na dinamização das fontes e do próprio objeto historiográfico, vide a expansão dos debates que aproximam memória e história.

Ferreira relembra que, no caso do Brasil, o processo de redemocratização do país, a partir de meados da década de 1980, impulsionou sensivelmente o interesse pela memória coletiva e individual, pela preservação da memória, pelas biografias e, evidentemente, pela história do tempo presente. Foi um momento de consolidação de instituições democráticas, ampliação de linhas de pesquisa nas universidades e profusão de eventos acadêmicos nacionais e internacionais, que permitiam o intercâmbio de ideias e a difusão do debate (FERREIRA, 2018). No Brasil, o Programa de História Oral do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) foi um dos pioneiros na estruturação de um programa específico de história oral, conformando um modelo que serviu de base para a implementação de outros programas no país, ainda que essa adesão não tenha ocorrido de forma imediata (ALBERTI, 2004, p. 19). Não podemos deixar de mencionar, ainda, as novas formas de organização social, que também reivindicavam - e seguem reivindicando - por memória e justiça.

"Um espectro está assombrando os muros da academia: o espectro da história oral", disse Alessandro Portelli, em 1997, demonstrando que aquilo que Ferreira chamou de "interdição",

270





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



não estava superado (PORTELLI, 1997, p. 26). Naquele momento, o autor italiano parecia ironizar o estranho temor nos meios intelectuais de que a oralidade substituísse a linguagem escrita e a racionalidade que ela ludibria. Como se tratasse de linguagens mutuamente excludentes. Não obstante, a crítica de Portelli recai não apenas àqueles que negam a história oral, mas também àqueles que a absorveram em suas abordagens de forma equivocada. Seja enquanto meio ilustrativo de fontes escritas, seja em uma perspectiva de supervalorização. Ambos os casos esvaziam suas especificidades e, sobretudo, seu caráter narrativo.

Para Portelli, a dimensão da subjetividade que reside nessa abordagem é sua singularidade mais potente: "Fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez" (PORTELLI, 1997, p. 31). Por assim ser, a oralidade enseja o acesso ao espelho que os povos enxergam e constroem sobre si mesmos. Podemos, ainda, dizer que a história oral e sua abordagem é um método ativo no processo de significações, a partir da relação entre o depoente e o pesquisador. Na medida em que provoca e estimula o acesso à memória, oportuniza que a própria memória seja organizada e reorganizada por aquele que a acessa. Algo que ocorre durante todo o processo da pesquisa, desde o primeiro contato entre as partes, até o momento em que se verbaliza sobre as questões previamente estruturadas pelo pesquisador e também aquelas que se deflagram na conversa.

Negligenciar a oralidade enquanto fonte, significa relegar a atribuição de sentidos e significados que os sujeitos - indivíduos e coletividades - conferem às suas próprias histórias. Significa consagrar a produção historiográfica na pequena caixinha das sucessões factuais, como que organizadas em episódios seriados da política e da economia. Significa, ainda, marginalizar os sujeitos que já são invisibilizados das linhas da história, aqueles que não produziram fontes escritas "dignas" dos gabinetes e arquivos históricos.

Tantas transformações, sem dúvidas, criaram melhores condições para a consolidação da história oral e da história do tempo presente. A emergência pelo interesse nos estudos do tempo presente é acompanhada, também, pela necessidade de maiores definições metodológicas e epistemológicas. Ora, um debate efetivamente importante, tanto para assegurar sua legitimidade entre os próprios pares mas, sobretudo, para garantir sua cientificidade. Não nos compete, neste momento, remontarmos esse histórico, mas importa dizer que partilhamos da perspectiva de tempo presente situada por Peschanski, Pollack e Rousso, na qual, a história do tempo presente se circunscreve ao que é efetivamente presente, isto é, ao período em que se faz ainda possível acessar testemunhos vivos (PESCHANSKI, 1991). Isso significa compreender uma característica fundamental nessa abordagem: sua periodização sempre será móvel, determinada pelo momento de produção e, de igual modo, o contexto sempre se relacionará com aquele em que o próprio pesquisador está inserido.

Trabalhar com história oral impõe diversas responsabilidades. Uma delas se verifica no cuidado em não implementá-la de forma acessória. Compreendê-la enquanto método é justamente o que diferencia o fazer historiográfico de outros campos do conhecimento, como os conteúdos jornalísticos elaborados na ótica dos "furos de reportagem" ou das matérias de opinião, que se valem de aspas para reforçar ou ilustrar um tema, por exemplo.

271





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Nesse sentido, as entrevistas geradas pela história oral, devem, necessariamente, ocupar lugar privilegiado dentre as fontes do pesquisador interessado na utilização do método. Embora devam ser compreendidas, evidentemente, em conjunto com outras fontes que importem à pesquisa.

Importa destacar que a história oral não se presta à função de reconstituir factualmente a história de lugares ou situações. Os depoimentos levantados na etapa de entrevistas interessam, sobretudo, por sua capacidade em mobilizar e informar percepções, interpretações e memórias. Justamente por isso, chamamos a atenção para o seu potencial em contribuir com os estudos urbanos. A busca deve ser por resultados que permitam avançar na análise qualitativa dos relatos e confrontá-los com o objeto de pesquisa. Não há respostas certas ou erradas e, mesmo possíveis “distorções” da realidade ou “falhas” de memória, devem ser compreendidos enquanto parte do processo e inerente ao próprio método. Assim, as entrevistas devem ser estruturadas de forma a permitir o livre acesso a essas percepções que, ao passo em que são subjetivamente organizadas e comunicadas pelos informantes, se complexificam e se conectam a questões que, em alguns casos, o pesquisador sequer imaginava.

De acordo com Verena Alberti, há duas especificidades importantes no emprego da história oral: primeiro, que ela só é eficiente para pesquisas cujo recorte temporal seja, em alguma medida, alcançável para os informantes, sobretudo porque envolve a memória enquanto um de seus mecanismos centrais; segundo, que ela implica em uma produção intencional de documentos históricos, que se tornarão as fontes da pesquisa (ALBERTI, 2004, p. 21). O segundo ponto traz uma dimensão interessante tanto para a produção historiográfica, quanto para outros campos do saber. Ainda que se trate de fontes produzidas para atender a uma determinada investigação, circunscrita a um recorte temporal da história recente, o resultado é a produção de fontes inéditas, que poderão ser acessadas por futuros pesquisadores, tanto da nossa, quanto das próximas gerações. Essa é uma das potencialidades da história oral e, talvez, uma de suas mais importantes contribuições para o meio científico: produz documentos para informar uma determinada pesquisa, mas transcende a própria pesquisa. Por fim, outro elemento importante que caracteriza a história oral, é o envolvimento do pesquisador com sua fonte, uma vez que ele se torna sujeito ativo não só na etapa de análise dos materiais que tem em mãos, mas na própria produção do que será analisado.

O emprego da história oral não deve ser compreendido apenas como uma “etapa” da pesquisa científica pois, enquanto método, lhe é transversal desde a concepção do projeto, até o resultado final da investigação, independente do formato que se apresente: artigos científicos, monografias, dissertações, teses, ensaios etc. Assim, não se trata de acumular entrevistas indiscriminadamente, tampouco acessá-las de forma secundária complementar à bibliografia e demais fontes utilizadas. A opção por esse caminho deve ocorrer de forma consciente, isto é, após avaliar se, efetivamente, é o meio assertivo para responder os propósitos da investigação que se propõe. Sem dúvida, a escolha sempre responderá também aos anseios e disposições do pesquisador. Trabalhar com história oral significa retirar-se do gabinete e se expor às próprias fontes, aproximar-se do objeto de pesquisa, acessar as

272





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



histórias vividas e concebidas por quem as viveu e as vivem, por quem tem algo a dizer sobre o que se quer entender, protagonizar a ótica dos sujeitos que constroem suas próprias histórias e, no caso dos estudos urbanos, contemplar histórias plurais.

Com isso em vista, dificilmente se trabalhará com história oral em uma perspectiva de amostragens, tampouco a preocupação primeira deve ser por lograr resultados numéricos para compor um acervo de entrevistas. Antes, o pesquisador deve interessar-se pelo caráter qualitativo que o levantamento dispõe, tal como posicionado por Alberti: “A escolha dos entrevistados não deve ser predominantemente orientada por critérios quantitativos, por uma preocupação com amostragens, e sim a partir da posição do entrevistado no grupo, do significado de sua experiência” (ALBERTI, 2004, p. 31).

As contribuições da história oral para o planejamento urbano

A história das grandes cidades comumente é marcada por grandes projetos de intervenção urbana, que desconsideram a pluralidade dos sujeitos que vivem os locais onde esses projetos têm incidência. Empreendimentos assim, em geral, implicam em mais problemas do que soluções, pois refletem uma abordagem da ação pública desconectada das necessidades reais da população. As consequências disso são desastrosas. Além da falta de legitimidade, sobretudo por conta do não reconhecimento daqueles que são diretamente afetados, os impactos sociais tendem a ser negativos, podendo resultar em segregações, deslocamentos forçados, gentrificação, descaracterização de áreas historicamente significativas, desarticulação de redes culturais e de sociabilidade, dispêndios orçamentários ineficientes, soluções não sustentáveis, dentre outros efeitos.

Não negamos, com isso, a importância de intervenções urbanas para a melhoria da vida nas cidades, sobretudo nas grandes cidades, cujas carências que demandam ações do poder público são muitas e visíveis. No entanto, o que temos apontado é que, cada vez mais, a contradição se focaliza justamente no conflito de interesses entre os setores privados e a população que efetivamente territorializa esses lugares, especialmente as pessoas que os habitam ou que deles dependem para sobreviver. Nenhum projeto é capaz de garantir melhorias em suas condições de vida sem que centralize a escuta e a participação ativa e informada dessas pessoas. No caso dos epicentros urbanos verifica-se que são as pessoas de baixa renda ou em condições de vulnerabilidade social, os principais atingidos por grandes projetos, sobretudo se considerarmos toda sorte de comerciantes, trabalhadoras e trabalhadores não formais e moradoras e moradores não proprietários, que estão sempre às margens desses debates. Exemplos disso, podemos citar a região da Luz, em São Paulo, o Bairro Lagoinha, em Belo Horizonte, a Vila Autódromo, no Rio de Janeiro, dentre diversos outros. Todos alvos de projetos de “revitalização” ou “renovação” urbanas, a partir de parcerias público-privadas que não garantem a escuta e participação da população residente e trabalhadora desses lugares.

Para Lefebvre, a produção do espaço se forja no bojo dos conflitos de classes, portanto, não pode ser lida sem a compreensão dos agentes que a produzem. Neste sentido, é necessário

273





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



que se compreenda as contradições, bem como as investidas técnicas que não resolvem as problemáticas da urbanização, ao contrário: a intensificação do urbano, tem implicado na destruição da cidade. Assim, a força popular é imprescindível para que se avance em reconhecimento de direitos e sua inscrição nos códigos que organizam o urbano, de forma que permitam o exercício cotidiano de viver a cidade: “não à cidade arcaica, mas à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o uso pleno e inteiro desses momentos e locais etc”. Para o autor, a ideologia do consumo, que por vezes pauta a construção do urbano, deve ser derrotada, conferindo sentido à produção do espaço para o conjunto dos grupos sociais, sobretudo para os trabalhadores. Nesse sentido, o autor se fundamenta na premissa do direito à apropriação - distinto do que se entende por direito à propriedade - e ao valor de uso, não ao valor de troca (LEFEBVRE, 2008, p. 139-140).

David Harvey, teórico dedicado à geografia urbana, retoma a importância de Lefebvre para a formulação acerca do direito à cidade, não obstante, destaca que nas últimas décadas o conceito tem emergido das ruas, a partir dos movimentos sociais. Harvey demonstra a ligação umbilical do crescimento das cidades com a ascensão capitalista. Para ele, “a questão de que tipo de cidade queremos não pode ser divorciada do tipo de laços sociais, relação com a natureza, estilos de vida, tecnologias e valores estéticos desejamos”, não obstante, ainda que se tenha crescido a circulação de ideias ancoradas nos ideais de direitos humanos, não desafiam a lógica do mercado e a hegemonia liberal (HARVEY, 2012; HARVEY, 2014).

Dentre os “megaprojetos”, Harvey menciona a reconstrução de Paris, sob incumbência de Georges-Eugène Haussmann, em 1853. Em um contexto de processos revolucionários dos trabalhadores, de tomada do poder por Napoleão Bonaparte, em 1851, repressão aos movimentos organizados e crise social e econômica, o projeto de reconstrução da cidade se anunciava como uma das saídas para a crise. Haussmann não só demoliu a estrutura edificada e a redesenhou, como remodelou todas as relações e formas de se viver na cidade, além, é claro, de desalojar milhares de moradores. Tornou-se a cidade do consumo, a cidade vitrine ou, como até hoje se conhece, “a cidade das luzes”. Não obstante, o sistema naufragou em pouco tempo. De acordo com Harvey, “o sistema financeiro e a estrutura de crédito, extensivos e especulativos, quebraram em 1868” (HARVEY, 2012, p. 76). Ainda que do fracasso, lançou bases para intervenções urbanas no mundo todo. Um outro exemplo mencionado por Harvey é o caso de Nova Iorque, a partir das investidas de Roberto Moses, logo após a Segunda Guerra. Em 1942 Moses publicou uma defesa ao projeto Haussmaniano, embora com críticas, mas anunciando o que implementaria na sequência em Nova Iorque (MOSES, 1942). Moses transformou radicalmente a cidade e, junto com ela, os estilos de vida, com consequências sensíveis sobretudo para os afro-americanos.

Certo é que há um desafio enorme em se transformar a própria lógica da concepção de cidade, de forma que seu desenvolvimento esteja atrelado aos interesses do conjunto da população que a concebe, que a vive, que a pratica. Nesse sentido, há diversos métodos participativos que deveriam ser potencializados no planejamento urbano e, nesse bojo, o uso da história oral, enquanto método, pode ser um grande aliado. A amplitude de experiências

274





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



e perspectivas que ela é capaz de acessar, pode contribuir com a construção de cidades mais acolhedoras, inclusivas e plurais, sobretudo se fundamentada na perspectiva de preservação da memória coletiva, por exemplo. As dinâmicas sociais, econômicas e culturais, em alguma medida, são experienciadas em redes comunitárias: pela estrutura familiar, pela vizinhança, pelas práticas culturais, pelas tradições e mesmo por eventos significativos que, de alguma forma, podem moldar a identidade do lugar. Tais eventos, por sua vez - em sua imaterialidade - se existem, existem em algum lugar. Ao acessar as redes comunitárias, a história oral passa também por depreender os locais simbólicos para essas comunidades. Seja por razões históricas específicas, seja pela construção de laços afetivos. Nesse sentido, a história oral é capaz de acessar também as experiências tidas como “subalternas”, que não figuram nas fontes oficiais ou aparecem a partir de narrativas por vezes preconceituosas e unidirecionais. Para além disso, outra contribuição importante da história oral, é a possibilidade de levantar e informar sobre a adaptabilidade de determinadas comunidades a partir das transformações que vivenciaram ao longo do tempo. Entender o que mudou, como compreendem e como experienciaram as mudanças, quais os efeitos de tais mudanças em suas vidas e como se adaptaram a elas, pode antecipar respostas importantes que previnam problemas no futuro. Essa reflexão, que não existe a partir de fontes bibliográficas, só é possível se construída em conjunto com os sujeitos que protagonizam seus próprios lugares de existência. O que significa que a fonte precisa ser também construída e, sem a qual, a própria reflexão se inviabiliza.

A compreensão sobre as mudanças dos lugares e a adaptabilidade a elas é de fundamental importância para informar o planejamento urbano e torná-lo mais sustentável, para as pessoas e para o ambiente de intervenção. Inclusive, importa considerar que as próprias comunidades podem informar quais são suas práticas para a sustentabilidade, de forma que os planejadores possam absorver em seus projetos, a partir de iniciativas que dialoguem com as dinâmicas locais e as estimulem, não na cooptação de saberes e fazeres, mas na construção conjunta entre o âmbito da institucionalidade - isto é, do poder público - e o da comunidade. Quando bem estruturado, o método é capaz de acessar de forma mais profunda justamente esse lugar, das relações comunitárias, através dos relatos daqueles que, efetivamente, territorializam o espaço urbano. O interessante é que a história oral, embora tenha procedimentos e diretrizes bem definidas, também se apresenta flexível, podendo ser utilizada associada a outros mecanismos, de forma a se potencializarem. Exemplo disso são as caminhadas sensobiográficas, em que os informantes efetivamente são norteados pelos sentidos, a partir de caminhadas que permitem a interação entre eles e o meio físico em que se encontram. Trata-se de um método etnográfico, com abordagem multidimensional, que permite a inteligibilidade da memória a partir de artefatos e meios transformados. (AULA; SILVA, [2020]). Com isso, a memória é estimulada por outros elementos, materiais e simbólicos. Como uma experiência *na* cidade, para se entender a experiência *com* a cidade. Na caminhada, diversos tempos e camadas de significados se encontram, se sobrepõem, se deflagram. Com isso em vista, não é difícil afirmar que todos os pontos que destacamos anteriormente, podem se desvelar com maior riqueza a partir da história oral, quando aliada

275





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



a outros métodos, como as caminhadas sensobiográficas. O que buscamos dizer é que, não só é possível, como desejável combinar métodos, em perspectiva multi e transdisciplinar, de forma que alcance os sujeitos em suas diferentes e complexas relações com a cidade e os tragam para a participação ativa na construção dos lugares onde tecem suas relações cotidianas. Afinal, são esses sujeitos que transformam os lugares em territórios vivos.

No debate que aqui provocamos, cabe situar que nosso entendimento pressupõe que o objeto é o lugar, mas o lugar, por si só, não é o objeto. O objeto é o lugar enquanto território, que só existe a partir da interrelação entre seus moradores e toda sorte de sujeitos que dele fazem uso, seja para trabalho e estudos, seja para lazer.

Para chegar a esses sujeitos, é necessário definir o método. Evidentemente, ao se tratar de planejamento urbano, espera-se que metodologias participativas sejam empregadas de maneira a engajar o máximo possível de pessoas, contemplando a diversidade de sujeitos que compõem o lugar que se pretende alvo para as intervenções urbanas. Não obstante, é necessário partir de algum ponto e definir, objetivamente, como iniciar a investigação. Nesse sentido, o trabalho prévio de pesquisa e análise do território e seus sujeitos é de fundamental importância, antes mesmo da definição das metodologias participativas, que deverão ser implementadas com ampla abrangência. É nessa primeira etapa, das fases de participação, que entendemos ser interessante a incorporação de métodos aliados à história oral. Não carecendo de quantitativos volumosos de participantes, embora deva, necessariamente, ser diverso e representativo.

Mesmo para a definição dos informantes que serão entrevistados nesse momento, também se faz necessário definir como se chegará a eles, para que não se incorra no risco de destacar um grupo muito endógeno, muito homogêneo ou apenas aqueles que já são protagonistas em meios midiáticos, jornalísticos, políticos ou acadêmicos. Um bom exemplo para responder sobre como começar, poderia ser associado à perspectiva das derivas cartográficas. A etapa de derivas cartográficas pode ser um meio para iniciar processo de reconhecimento do território e, se utilizada, se faz anterior ao momento de entrevistas e história oral. Aqui, tomaremos por referência as “derivas situacionistas”, na perspectiva de que o próprio lugar seja impulsor e condutor do caminhante-pesquisador-observador (JACQUES, Paola BERENSTEIN, 2003; SILVA, Regina Helena Alves, 2008). Assim, trata-se do momento inicial da pesquisa, em que o pesquisador se torna parte da trama social. Evidentemente, informado por objetivos específicos, mas permitindo-se imergir no contexto da cidade. A observação, que busca se materializar em fotografias, croquis, caderno de campo ou outros suportes, será norteada não por um mapa pré-determinado, mas pelos sentidos e experimentações que são criados pela própria circunstância dos lugares em observação, enquanto territórios vivos. Esse é um método que também se vale de caminhadas e de imersão territorial para apuração dos sentidos enquanto fio-condutor, mas, aqui, o sujeito é o próprio pesquisador. Não temos por pretensão abordar esses métodos em profundidade, mas apontá-los enquanto caminhos possíveis para lançar bases à investigação territorial e conformá-la nas investidas de intervenções na cidade.

276





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Uma experiência interessante que tivemos nesse sentido foi o projeto “Território Vivo”, de 2018, que desenvolvemos junto ao Museu de Arte Sacra de São Paulo, vinculado à Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo. O projeto foi desenvolvido em parceria com o Teatro de Contêiner, focalizando o Bom Retiro e a Luz, bairros vizinhos na cidade de São Paulo (RIBEIRO, Vanessa Costa; SANTOS, Karina Oliveira Morais; 2018). Historicamente, a região da Luz é um território de disputas. Com o crescimento das grandes cidades, caracterizado pela alta espoliação do trabalho e em consonância com o avanço do mercado imobiliário, essas disputas se agudizam aos olhos dos setores privados. Nessa lógica, os instrumentos de regulação urbanística cada vez mais são postos em mesa de negociação, entre o Estado e esses mesmos setores que, inclusive, passam a deter funções que deveriam ser da esfera pública. A região da Luz, em São Paulo, é representativa deste amplo contexto, no qual projetos de revitalização se apresentam como solucionadores para territórios marcados por problemáticas que deveriam ser geridas no rol de políticas públicas, como violência, usuários de substâncias ilícitas, prostituição, pessoas em situação de rua e em outras situações de vulnerabilidade social, áreas “degradadas”. São projetos que se voltam a redesenhar o espaço construído sem, no entanto, considerar todos os processos que culminam nesse cenário, como os marcadores das desigualdades sociais. Além, é claro, de gerar gentrificação e expulsão de moradores(as) e trabalhadores(as) locais. Apesar de ser uma temática amplamente discutida no meio acadêmico, a produção em perspectiva interdisciplinar é ainda incipiente e com um leque de possibilidades à espera dos pesquisadores.

277

Esse entendimento foi central para o desenvolvimento do projeto “Território Vivo”. Naquele momento, diante de um território que tem sua historicidade marcada por disputas, queríamos visibilizar a pluralidade de sujeitos que ali existem e compreender o território a partir de suas memórias e perspectivas. Partindo de caminhadas pelos bairros, em derivas situacionistas, construímos uma primeira listagem das pessoas que gostaríamos de dialogar. As conversas indicaram outros informantes e, com isso, conduzimos as abordagens a partir de quatro eixos: trabalho, moradia, lazer e diversidade.

Nos deparamos com uma pluralidade de sujeitos e histórias de vida, que se associam a história dos bairros, que sequer imaginávamos: judeus, árabes, coreanos, colombianos, italianos e brasileiros de diferentes origens. Mulheres e homens distintos em idades, trajetórias e perfis sociais. Suas histórias nos informaram sobre onde passavam as linhas de bondes, sobre o cheiro de café no final da tarde, por conta de uma fabriquetta que existia no Bom Retiro, sobre como era estruturada a estação rodoviária da Luz, que já não é mais naquele lugar, sobre o auge e a decadência do cinema, que também teve protagonismo na região, sobre a migração da família em porão de navio por motivo de guerras e a chegada no bairro, facilitada pela estação, sobre a loja de tecidos que foi incendiada, sobre as ocupações de imóveis ociosos e tantas outras memórias, que compõem a historicidade do lugar e dos sujeitos que o territorializam.

A partir dos locais que os informantes escolheram para as conversas - suas próprias casas, locais de trabalho ou espaços públicos, dentro da região de incidência - elaboramos um mapa





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



e os convidamos para uma caminhada conectando todos esses locais. Finalizamos o projeto com uma roda de conversa no Teatro de Contêiner, um espaço cultural que surge com a ocupação de um terreno ocioso na região da Luz e que segue resistindo às disputas territoriais. Ali, apresentamos também os compilados audiovisuais que foram resultantes das entrevistas, a partir dos quatro eixos abordados. O grupo reunido pôde trocar ideias, memórias e perspectivas em relação ao território e o direito à cidade.

Considerações Gerais

Ao se tratar de intervenções urbanas, na América Latina há diversos exemplos que bebem da fonte haussmaniana, como um arquétipo. No caso do Brasil, a implementação dessa política é sensível na gestão de Pereira Passos, no Rio de Janeiro entre 1902 e 1906 (BECHIMOL, 1992), e até a construção de Belo Horizonte é planejada a partir do apagamento do antigo Curral del Rei, valendo-se de padrões preconizados por Haussmann, sobretudo no que se refere a traçados de vias e espaços verdes (SALGUEIRO, 1995). No caso de São Paulo, destaca-se o Projeto Nova Luz, anunciado em 2005 e que tem suas bases no capital financeiro, a partir de parcerias público-privadas (SÃO PAULO, 2011a; SÃO PAULO, 2011b). O projeto declarava de utilidade pública, para desapropriação, imóveis particulares situados no Distrito da República, para a execução de plano de urbanização (SÃO PAULO, 2005) e integra um conjunto de tentativas de “recuperar” a Luz, a reposicionando na cidade enquanto lugar da dita “alta cultura”: com construções monumentais, alargamento de vias e bulevares. Contando, evidentemente, com um aprofundado processo de desapropriações, a partir da transferência de poderes de gestão sobre o espaço para o setor privado. A lógica segue os mesmos padrões que os implementados por Haussmann, em Paris do século XIX, que pressupõe uma cidade que se pode apagar e redesenhar, racionalizar e regenerar.

Diversos exemplos poderiam ser posicionados aqui e, justamente por isso, importa que os múltiplos campos do conhecimento avancem na implementação de métodos que tenham incidência na construção das cidades, de forma que os sujeitos que as territorializam estejam no centro de sua produção. Nesse sentido, o acesso às histórias, memórias, percepções e perspectivas desses sujeitos, são fundamentais para informar o planejamento urbano. Cabe aos historiadores, antropólogos, sociólogos, arquitetos, urbanistas, geógrafos e demais campos do saber, se dedicarem a conectar experiências assertivas e plurais, em perspectiva multi e transdisciplinar, inclusive combinando métodos que podem se potencializar mutuamente.

Com o crescimento exponencial das cidades, é imperativo que as intervenções urbanas, seja pela ação pública, seja através de parcerias público-privadas, sejam cuidadosamente formuladas, incluindo a população local desde a concepção às tomadas de decisão dos projetos que atravessam seus territórios. Importa à vida nas cidades a priorização do bem-estar da comunidade e a preservação das dinâmicas e identidades locais, evitando os perigos

278





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



de intervenções que, ao invés de incluir e melhorar a qualidade de vida e de fruição dos territórios, exclui e marginaliza.

Em um cenário urbano dinâmico e diversificado, a participação social e informada não é apenas desejável, mas fundamental para criar cidades mais inclusivas, sustentáveis e adaptadas às reais necessidades daqueles que as habitam. Nesse sentido, urge a necessidade de repensar as abordagens tradicionais. As derivas cartográficas e situacionistas, as caminhadas sensobiográficas e a história oral, são exemplos interessantes para qualificar as investigações dedicadas às cidades. Aliados, podem lograr resultados importantes na construção de narrativas históricas mais inclusivas e sensíveis às diversas experiências humanas ao longo do tempo, de forma a subsidiar qualitativamente o planejamento urbano. A identificação de ideias, conhecimentos e experiências que os cidadãos carregam consigo, permite a construção de um ambiente urbano mais equitativo, onde a identidade local é respeitada e a diversidade é celebrada como um componente essencial da vida urbana.

Referências

ALBERTI, Verena. Manual de história oral. 2 ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 19.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. Apresentação. In: _____. **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2006. p. 09.

AULA, Inkeri; SILVA, Regina Helena Alves. Metodologia sensobiográfica: novos conhecimentos sobre o sensório urbano. Projeto SENSOTRA - Sensory Transformations and Transgenerational Environmental Relationships in Europe, 1950-2020. [2020]

BENCHIMOL, Jaime. **Pereira Passos, um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX**. Rio de Janeiro: Sec. Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Dep. Geral de Documentação e Informação Cultural, 1992.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. Topoi, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 314-332, 2002. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/topoi/a/fpGyHz8dRnk56XjcFGs736F/> >. Acesso em 04 jan. 2023

FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 80-108, 2018. Disponível em: < <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180310232018080> >. Acesso em: 4 jan. 2024.



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



HARVEY, David. O direito à cidade. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 29, p. 73-89, jul-dez. 2012.

HARVEY, David. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

JACQUES, Paola Berenstein (org.). *Apologia da deriva: escritos situacionistas sobre a cidade*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. Disponível em: <https://www.academia.edu/44323478/Apologia_da_deriva>. Acesso em 15 jan 2024.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. 5ª ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2008.

MOSES, Robert. What Happened to Haussmann?. *Architectural Forum*, New York, v. 77, p. 57-66, 1942.

PESCHANSKI, Denis; POLLAK, Michael; ROUSSO, Henry. *Histoire politique et Ciencias Sociales: questions au XXe siècle*. Paris: Éditions Complexe, 1991.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*, n. 14, São Paulo, fev. 1997. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11233>>. Acesso em 05 jan. 2024.

RIBEIRO, Vanessa Costa; SANTOS, Karina Oliveira Morais (concepção e projeto educativo). *Território Vivo*. Museu de Arte Sacra de São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://museuartesacra.org.br/territorio-vivo/>>. Acesso em 02 fev. 2024.

SÃO PAULO. *Projeto Nova Luz: Subproduto 5.1 - PUE Consolidado*. 2011. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/desenvolvimento_urbano/arquivos/nova_luz/201108_PUE.pdf>. Acesso em 20 set. 2023.

SÃO PAULO. *Projeto Nova Luz: Subproduto 5.2 - PUZEIS*. 2011. Disponível em <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/desenvolvimento_urbano/arquivos/nova_luz/201108_PUZEIS.pdf>. Acesso em 20 set. 2023.

SILVA, Regina Helena A. *Cartografias urbanas: construindo uma metodologia de apreensão dos usos e apropriações dos espaços da cidade*. *Cadernos PPG-AU/FAUFBA*, n. esp., 2008. Disponível em: <http://www.atlas.ufba.br/visoes_urbanas_2008/Cadernos_atlas_reginahelena.pdf>. Acesso em 06 jan. 2024.

280



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



A HISTÓRIA E A MEMÓRIA DA RESERVA FLORESTAL DO MORRO GRANDE E DA VILA OPERÁRIA DO DAE

Vilma Cristina Soutelo Assunção Nosedá¹

A Reserva Florestal do Morro Grande (RFMG) é uma das maiores extensões de Mata Atlântica do Planalto Paulista, se encontra a 34 quilômetros do centro da cidade de São Paulo, no município de Cotia e ocupa 10.870 hectares, o que corresponde a 1/3 do seu território.



281

FIGURA 01- O maciço verde à esquerda é a Reserva Florestal do Morro Grande (Fonte; Google Maps)

Atualmente, a Reserva Florestal do Morro Grande (RFMG), se encontra sob a responsabilidade da Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo – (Sabesp), devido aos seus mananciais, os rios Capivari, dos Peixes, Cotia e da Graça, que nascem dentro da Reserva, alimentando o Sistema Alto Cotia, englobando as represas da Graça e Pedro Beicht, além da Estação de Tratamento que distribui água para mais de 400 mil pessoas que habitam a Grande São Paulo.

O Território da Reserva Florestal do Morro Grande é ocupada pela Mata Atlântica há mais de 15.000 anos, sendo poucos milênios depois ocupada pelos primeiros caçadores coletores. Estes foram sucedidos por indígenas praticantes da agricultura itinerante. Como descreve Warren Dean:

¹ Prof.^a Dr.^a Vilma Cristina Soutelo Assunção Nosedá pelo Programa de História Social da PUC – SP. Coordenadora do Ponto de Memória Ecomuseu Morro Grande. Endereço eletrônico cris@ecomuseumorrogrande.com / cristinahistoria074@gmail.com





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



“Os caçadores que irromperam nas savanas sul-americanas há cerca de 12 mil anos participaram do grande ato final de ampliação territorial humana. Os homens que brandiam fogo e armas finalmente alcançaram uma distribuição continental cosmopolita. Uma vez que exaurida a megafauna que os atrairá, assumiram postos ao longo da franja florestal, onde o encontro de dois ecossistemas estimulava plantas de crescimento rápido e atraía a caça. A floresta era sua antagonista e o fogo era o meio para penetrá-la e frear seu avanço secular. Por fim, alguns dos grupos do planalto assumiram a agricultura, talvez porque seus recursos de caça e suprimentos não fossem mais produtivos o bastante para sustentar seus contingentes...” (DEAN, 2007, 56)

Eram os indígenas das nações carijós que habitavam as margens do rio Cotia. “Foi nas bandas das terrações, próximo da linha d’água que se estabeleceram as aldeias indígenas, vivendo na primeira terra firme e tendo água para banho, para cozinhar e para beber, peixe para pescar” (AB’SABER, 2004)

Rios, córregos e nascentes também tiveram um papel extrema importância para o “estabelecimento” de novos aldeamentos e povoados no estado de São Paulo a partir do século XVIII, fundadas inicialmente com objetivo de ampliar as defesas da Vila de Piratininga contra os constantes ataques indígenas. Cuidadosa era a escolha do local de fundação desses povoados, pois deveria ser “sítios onde existiam rios piscosos, ou lagrimais, ou barreiros que atraem a caça”. Para além da questão da subsistência, embora não fossem rios “muito favoráveis a navegação”, o povoamento nas regiões vizinhas a Vila de Piratininga se deu quase que exclusivamente, a margem dos rios, como ressalta Caio Prado Júnior:

“partindo de São Paulo, o povoamento do planalto começa por seguir duas direções, ambas pelo Tietê: um rio acima, outra rio abaixo. È seguindo estas linhas que os colonos se vão estabelecendo e formando as primeiras povoações e vilas. Rio abaixo encontramos já muito cedo: Nossa Senhora da Expectação do Ó (hoje freguesia do Ó) e Parnaíba, que em 1625 é constituída em vila. E pelas variantes do Pinheiros, seu afluente Jeribatiba (Rio Grande), do Cotia e afluente Mbói-Mirim (Embu) inúmeras povoações e aldeias de índios fundadas ou dirigidas pelos jesuítas: Pinheiros, Itapeperica, Ibirapuera (hoje Santo Amaro).” (JR. PRADO, 1966, 96 - 98)

A metrópole paulistana crescia vertiginosamente, a população passou da casa dos 31 mil habitantes em 1872 para 239.820 mil habitantes no ano de 1900. O surto populacional da metrópole paulistana deveu-se, principalmente, pelo afluxo de imigrantes espontâneos ou advindos das atividades agrícolas do interior do Estado. (FAUSTO, 2004, 284)

Com o crescimento acentuado da população urbana aumenta a demanda de água para o consumo próprio, aliás questões como a falta de água potável, coleta e tratamento do esgoto e sobre as condições do morar da classe trabalhadora e pobre, tornaram-se os principais problemas da cidade na época.

O tema da higiene irá pautar o planejamento urbanístico da cidade. Para o controle das moléstias e epidemias que inicialmente assolaram a zona portuária de Santos em 1892, depois

282





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



as cidades do Interior e a própria cidade de São Paulo, se fazia necessário a realização de obras urbanas, do estabelecimento de uma rede de água potável, da construção do sistema de esgoto e das intervenções sobre as condições de moradia da população mais pobre.

Acreditava-se que as epidemias estavam diretamente associadas à qualidade da água, ao tratamento dos esgotos e ao controle sobre as condições das moradias populares – cortiços e favelas, trabalho que envolviam conhecimentos de engenharia e de medicina, e os profissionais das duas áreas deveriam atuar em conjunto (BRESCIANI, 2010, p. 28-32; CERASOLI, 1998, p. 118-126)

O abastecimento público da cidade de São Paulo em 1877 até 1892 era realizado, pela Companhia Cantareira de Água e Esgoto, empresa de capital privado, que realizava o abastecimento de água, por meio de bicas e chafarizes, dispostos em largos e praças. Ali, a população coletava diariamente a água necessária no interior das residências, trabalho executado principalmente pela população escravizada. Porém, dez anos mais tarde, os serviços da Cia. Cantareira tornaram-se deficientes.

Com a intenção de resolver a questão do saneamento urbano – incluindo o abastecimento de água, os sistemas de esgotos, o problema das várzeas inundáveis e a canalização de rios e córregos, a Companhia Cantareira de Águas e Esgoto, em 1892, é encampada pelo governo do estado de São Paulo, em seu lugar é criada a Repartição dos Serviços Técnicos de Água e Esgoto da Capital, mais tarde denominada Repartição de Água e Esgoto da Capital (R.A.E), que seria chefiada pelo Engenheiro Theodoro Sampaio.

A crise de abastecimento que se estabelecia na cidade surge a proposta de utilização das águas baixas do Tietê para o abastecimento público, que por sua vez, já se encontrava poluído, o que originou diversos debates entre engenheiros, médicos sanitaristas e autoridades da época.

“A discussão gravitava entre os defensores das técnicas de purificação para o aproveitamento das águas do Rio Tietê e os que defendiam que as águas indicadas ao abastecimento público deviam vir de cabeceiras de rios, em regiões altas e protegidas, insuspeitas de poluição.” (VICTORINO, 2002, 42-53)

É o próprio Eng. Theodoro Sampaio, que propõe como solução o aproveitando de mananciais mais altos e distantes do centro da capital. Os estudos indicavam os mananciais situados na direção sul como córregos Cotia e M'Boy. O caso do Rio Cotia, indicado por Sampaio, era exemplar, pois era o de maior volume o ponto de adução estava 90 metros acima do ponto mais alto da Avenida Paulista.

A proposta de utilização dos mananciais do Rio Cotia elaborada por Theodoro Sampaio só será realizada anos mais tarde, com a construção da Barragem Nossa Senhora das Graças e da Represa Pedro Beicht tornando-se inclusive uma das principais fontes de abastecimento da cidade nos anos 1920.

Tanto a utilização dos seus mananciais para o abastecimento de água da cidade de São Paulo, como a construção do Núcleo residencial para os trabalhadores responsáveis pela

283





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Construção da Represa Nossa Senhora das Graças e da Represa Pedro Beicht e pela Manutenção das estruturas da Estação Alto Cotia é embasada nos embasado nos ideais higienistas e eugênicos do século XIX.

Theodoro Sampaio, como engenheiro na Repartição de Água e Esgoto e de Estado (1892-1898), participou nesse período como engenheiro sanitário participou das discussões para a formulação do primeiro Código Sanitário de 1894 e para a reestruturação do Serviço Sanitário, pela Lei n. 432, de 3 de agosto de 1896, que montou a estrutura básica da saúde pública mantida até 1911. E ainda de 1898-1903 na Repartição de Água e Esgotos em que é responsável pelo Plano de Abastecimento de Água com a utilização dos mananciais do Rio Cotia.

A Estação de Tratamento do Sistema Alto Cotia, como ficou denominada, foi construída, em duas etapas a primeira foi a construção da barragem para o represamento da Cachoeira Nossa Senhora da Graça, iniciada em 1914 e inaugurada em 1918.e a segunda com a construção da Represa Pedro Beicht, iniciada em 1925 e inaugurada em 1937.

Para tal construção em 1900, o Dr. Antônio Cândido Rodrigues, secretário da Agricultura, desapropriou o território 10.800 hectares referente a Bacia do Ribeirão Cotia, acima da Cachoeira Pedro Beicht, a partir de anteprojeto realizado por Theodoro Sampaio, chefe da Repartição de Água e Esgotos da Capital. A desapropriação das terras era referente a toda área da bacia hidrográfica formada pelas cabeceiras do Rio Cotia, localizadas acima da Cachoeira das Graças e visava à proteção do manancial.

Muitos desses sítios que moravam no Vale do Rio Cotia e do Vale do Rio Capivari, segundo as narrativas de memória dos antigos operários e moradores da Vila do DAE eram membros de suas famílias, boa parte dessa população eram imigrantes e ex -escravizados. Muitos deles, com o represamento do território, foram absorvidos como operários para a construção das obras da Barragem Nossa Senhora das Graças e da Represa Pedro Beicht.

Ainda no ano de 1894 Theodoro Sampaio como engenheiro sanitário na Diretoria de Higiene, é o responsável pelo Relatório da Comissão de Exame e Inspeção das Habitações Operárias e Cortiços no Distrito de Santa Efigênia, participou das discussões para a formulação do primeiro Código Sanitário do Estado de São Paulo de 1894, que “consolidou um conjunto de procedimentos relativos à organização do espaço urbano (arruamento e praças), à construção de Habitações e de edifícios e a saúde dos moradores da cidade.” (RIBEIRO, 2015)

O Código Sanitário de 1894 no capítulo “Habitações das Classes Pobres”, estabelecia todo um conjunto de normas sobre o padrão arquitetônico de tais casas que “deve ser terminantemente proibida a construção de cortiços, convindo que a municipalidade providencie para que desapareçam”; “não devem ser toleradas as grandes casas subdivididas, que servem de domicílio a grande número de indivíduos”; “as casas para habitações das classes pobres deverão ser construídas em grupos de quatro a seis no máximo”.² (FREITAS,

284





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



2005,119) Logo em seguida, o Código Sanitário estabelecia a construção de Vilas Operárias “fora da aglomeração urbana.”

Por sua vez, Maria Luiza Freitas demonstra que “foram muito escassas as iniciativas do poder público de São Paulo no que se refere a construção de Vilas Operárias de 1916 a 1931. (Idem, 2005,119)

“As ações de prevenção contra novos surtos epidêmicos seriam alcançadas por dois tipos de recursos: as medidas preventivas - a elaboração de uma legislação mais efetiva que incorpore recursos como a interdição, reforma dos ambientes considerados insalubres - e uma medida mais radical, a desapropriação e a demolição de construções. O tipo de habitação que deveria ser adotado seriam as vilas operárias, situadas em lugares de fácil comunicação, onde os terrenos eram baratos e amplos, ou seja, fora do perímetro urbano...” (Ibidem , 2005, 115)

A Vila Operária do DAE, se configura como uma dessas poucas iniciativas realizadas pelo Estado, realizada dentro de uma perspectiva higienista e “com objetivo de superar a dificuldade de atração e retenção da mão de obra pelas empresas e possibilitar a ingerência direta no cotidiano operário, solidária com o controle e a produtividade no trabalho.”(CORREIA, 2011, 274)

A Vila é construída em torno da Estação de Tratamento do Alto Cotia, referente as moradias, nem todos os trabalhadores moravam nas casas da Vila, essas eram disputadíssimas pelos trabalhadores do DAE outro fator é que tais construções eram realizadas e ocupadas conforme a função/ posição que exercia dentro do DAE.

As casas maiores eram dos engenheiros, administradores e supervisores, funcionários do escritório, já as casas menores ocupadas pelos funcionários mais simples (jardineiros, operadores de filtro, vigias, conserveiros, carroceiros), conforme a hierarquia da empresa. Referente a definição de quem habitaria tais casas o sr. Jurandyr lembra:

Sr. Jurandir - Era administrador, do lado esquerdo era parte da chefia, que era um tipo de encarregado também. Ali eram as casas melhores e eram disputadas, quando alguém desocupava uma casa, outra família era indicada. Meu pai morou ali.

Pesquisadora - Mas quem definia quem ia morar naquela casa?

Sr. Jurandir - O engenheiro ou o administrador, pelo tempo de serviço³

O que observamos é que as edificações da Vila Operária são construídas conforme as proposições de modelos de habitações salubres, higiênicas e econômicas discutidos por engenheiros e arquitetos para moradias voltadas a classe trabalhadora no final do século XIX e início do século XX.

³ Conversa realizada com o Sr. Jurandyr Diniz realizada 08/02/2019





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Tanto no caso das edificações mais simples destinadas aos operários como as edificações voltadas para os funcionários com cargos mais altos no DAE, como administradores, fiscais, chefes gerais, químicos e outros, todas as edificações são voltadas para a face norte, o que permite os raios solares penetrarem no interior dos seus aposentos, com janelas nos quartos e na sala e independente das casas destinadas para altos ou cargos menores todas possuem banheiros internos e quintais privativos.

Paulillo, nos relembra que o próprio Código Sanitário Estadual de 1894, exigia para as habitações populares do tipo higiênico, denominadas “vilas operárias”, instalações sanitárias particulares para cada moradia.

Subentendia-se que tal prescrição se aplicava às habitações de modo geral, devendo ser enfatizada apenas para o caso das moradias dos segmentos pobres da população. O uso das instalações sanitárias passava a ser então um dos grandes elementos diferenciadores das higiênicas vilas operárias em relação às precárias habitações coletivas. (PAULILLO, 2017, 137)

A Vila Operária não se limita apenas às casas dos trabalhadores; ela inclui uma área de lazer com a "Sede"- antiga Associação dos Trabalhadores do DAE, a Igreja Nossa Senhora das Graças e o Campo de Futebol do Esporte Clube Nossa Senhora das Graças, denominado por esses antigos trabalhadores e moradores da Vila, como o “*coração do Morro Grande*”. Todas essas edificações foram construídas pelos próprios trabalhadores, com a "permissão" do DAE, após o horário de trabalho. Conforme a narrativa de memória do Sr. Air Albuquerque de Oliveira.

Sr. Air – O meu pai ajudou a carregar terra aqui para esse campo. Depois do trabalho, ele ia encher a carroça com terra para levar para o campo, ia cortar taquara para fazer a estrutura de drenagem do campo, você pode ver, pode chover à vontade, o nosso campo não cria uma poça.⁴

Paralelo, a construção e administração das instalações da Estação de Tratamento do Sistema Alto Cotia, o RAE foi o responsável pela construção do Núcleo Residencial construídas entre as décadas de 1910 e 1940, com o objetivo de alojar os trabalhadores responsáveis pela construção e conservação/manutenção da barragem da “Cachoeira da Graça” (1914-1917) e da barragem “Pedro Beicht” (1927-1933), ambas localizadas na Reserva Florestal do Morro Grande.

A Vila Operária do DAE⁵ é composto por 52 residências divididas hierarquicamente entre as casas dos engenheiros, administradores, supervisores e operários, pela Igreja Nossa Senhora das Graças, Associação dos Trabalhadores carinhosamente denominado pelos antigos trabalhadores e moradores de “SEDE”, o Clube com suas piscinas (espaço que foi fechado com a fusão e é inexistente hoje), Antiga hospedaria que mais tarde irá se

⁴ Conversa com o sr. Air Albuquerque de Oliveira realizada 10/03/2019

⁵ Mesmo as estruturas e edificações da Vila estarem atualmente sob a tutela da SABESP, sua comunidade continua por denomina-la, como Vila do DAE, manteremos tal denominação.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



transformar Posto de Enfermagem, a primeira Escola da Vila Chamada de Escola de Moços e Moças do Morro Grande e atual Escola Estadual Profº José Barreto, o campo de Futebol do Esporte Clube Cachoeira das Graças, o Galpão (estrutura inexistente atualmente), o “Pátio” (atual Praça) assim denominado antigamente por ser o local onde os trabalhadores se encontravam no final do expediente .

Compreendemos a Vila Operária do DAE, dentro do campo do Patrimônio Industrial. Nesse campo, a memória e a cultura visual dos trabalhadores, são tidos como vestígios industriais e considerados junto com suas edificações, cujas definições gerais são apresentadas pela Carta de Nizhny Tagil.

O patrimônio industrial compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Estes vestígios **englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de tratamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção**, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infraestruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a **indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação. (grifo nosso).**⁶

A denominação das Vilas Operárias foi dada para os diversos tipos/modelos de habitações construídas para a população pobre e trabalhadora, como define CORREIA:

287

As “vilas operárias” surgiam como modelo privilegiado de reforma da habitação do pobre urbano, a qual era apontada como um dos problemas centrais da cidade. As “vilas operárias” definiam-se como um padrão, o termo sugeria casas salubres e dotadas de ordem espacial interna, que se distinguiu da falta de higiene, de espaço e de conforto atribuída às casas dos pobres urbanos. Também sugeria casas de famílias de trabalhadores estáveis, em oposição às misturas entre estes últimos e os indivíduos afastados dos empregos regulares (autônomos, vadios, prostitutas etc.), favorecidas pelas formas de moradia e relações de vizinhança nas habitações coletivas e em moradias precárias ⁷ (CORREIA, 2001,84)

No ano de 1979, por meio da Lei Estadual n. 1.949 é criada a Reserva Florestal do Morro Grande – RFMG⁸ e dois anos após a sua criação (1981) o seu tombamento é realizado pelo Condephaat⁹.

E em 1994, a RFMG é declarada como zona núcleo da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde de São Paulo por sua importância estratégica em função da sua biodiversidade e dos seus mananciais e reconhecida pela UNESCO como Patrimônio Natural da Humanidade.

⁶ Disponível: <https://www.icomos.org/18thapril/2006/nizhny-tagil-charter-sp.pdf> Acesso: 21/08/2022

⁸ RFMG sigla utilizada para Reserva Florestal do Morro Grande

⁹ Condephaat sigla utilizada para Conselho de Defesa do Patrimônio Arqueológico, Arquitetônico e Turístico





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



O processo de tombamento da RFMG representa os reflexos das modificações que começaram a ocorrer na concepção de patrimônio, após a década de 1970. Embasado até então, em uma visão inicial reducionista que enfatizava os aspectos históricos consagrados por uma historiografia oficial, o processo de tombamento foi se projetando para uma nova perspectiva mais ampla incluindo aspectos diversos, que passam a valorizar elementos que antes eram desconhecidos e marginalizados, como as práticas culturais de um povo, os lugares de memória e o patrimônio ambiental.. (RIBEIRO; ZANIRATO, de 2008, 267)

O tombamento de áreas naturais no Estado de São Paulo representa essa ampliação do conceito de patrimônio como também o pioneirismo do Conselho de Defesa do Patrimônio Arqueológico, Arquitetônico e Turístico (CONDEPHAAT), ao inserir o patrimônio natural em sua prática de preservação, estabelecendo restrições a intensa degradação ambiental sofrida nessas áreas naturais. Essa inovação foi uma marca do CONDEPHAAT sob a coordenação do geógrafo e professor Aziz Ab'Saber, representante do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo.

Importante destacar que tanto a criação da RFMG como o seu processo de tombamento (1978-1981) partem de demandas oriundas de manifestações organizadas pela sociedade civil, e se configurou como solução emergencial perante a ameaça de desmatamento de parte de sua área para a construção do Aeroporto Metropolitano de São Paulo, proposto durante o governo de Paulo Egydio Martins no período de 1975 à 1978.

Porém, vale aqui um adendo para o questionamento de como essa vanguarda ambiental ao mesmo tempo em que se preserva o meio ambiente silenciou a memória e a História da sua comunidade.

O que nos direciona a concordar com Zanirato que afirma que a justifica para a preservação do patrimônio ambiental “se dá muito menos pelo reconhecimento da identidade a quem nela vive e mais por um enfoque biológico e utilitarista.”(ZANIRATO; RIBEIRO, 2006, 261)¹⁰. Este é o caso de seus atributos que lhe conferem beleza cênica, valores climáticos e a necessidade das águas da bacia do rio Cotia para o abastecimento da cidade de São Paulo e sua utilização para o turismo.

Com o intuito de superar a perspectiva puramente biológica e utilitarista apontada por Zanirato, compreendemos a Vila Operária do DAE, dentro do campo do Patrimônio Industrial. Nesse campo, a memória e a cultura visual dos trabalhadores, são tidos como vestígios industriais e considerados junto com suas edificações (KÜHL;2010, 23), cujas definições gerais são apresentadas pela Carta de Nizhny Tagil.¹¹

288

¹¹ “O patrimônio industrial compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de tratamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infraestruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação. (grifo nosso). Disponível: <https://www.icomos.org/18thapril/2006/nizhny-tagil-charter-sp.pdf> Acesso: 21/08/2022





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



A RFMG e a Vila DAE são ambientes que estão associados e não dissociados. Por isso, adotamos o conceito de paisagem cultural, por nos possibilitar a compreensão da memória, da identidade e da paisagem por meio das narrativas de memória dos antigos trabalhadores da Vila do DAE, do acervo iconográfico, fotográfico constituído por esse grupo e pelas instituições responsáveis por sua preservação (Sabesp/Condephaat). Ao mesmo tempo, o conceito de paisagem cultural também nos possibilita a superação da dicotomia entre homem e natureza, por “contornar os limites das dualidades entre patrimônio cultural e natural e entre patrimônio material e imaterial praticadas pelas instituições de patrimônio nacional e internacional” (PEREIRA, 2018, 56) e por “costurar conceitos de memória e história aos conceitos da geografia, antropologia e urbanismo, pressupondo a ação integrada do planejamento urbano e da gestão territorial com as políticas culturais, ambientais, econômicas e sociais.” (FIGUEIREDO, 2011, 61-84)

Em oposição a outros projetos de usos que foram elaborados para região e com a compreensão de que a produção e gestão do patrimônio deve ser feita com a participação de sua comunidade, por meio do seu envolvimento e da valorização de sua memória e dos seus saberes locais, propomos a realização do Inventário Participativo

No campo da Museologia, o recurso do Inventário Participativo permite estabelecer diálogos entre pessoas, a fim de identificar os aspectos a serem patrimonializados pela comunidade, assim como propõe produtos difusores das ações de memória. Dentro do âmbito do inventário participativo realizamos diversos encontros com a comunidade. Com o objetivo atender o desejo manifestado por seus antigos trabalhadores e moradores da Vila Operária do DAE, como das gerações atuais em preservar a memória e a história de sua comunidade e de salvaguardar o conjunto arquitetônico da Vila e suas estruturas que se encontram em avançado estado de abandono.

Utilizamos um conjunto de estratégias museológicas participativas, como caminhadas de reconhecimento, reuniões com a comunidade, reuniões com o poder público, representados pelas Secretarias da Cultura, Turismo, Educação, Meio Ambiente de Cotia, como com o Condephaat e com a Sabesp, entrevistas semi-dirigidas, individuais ou em grupo (Rodas de Memória), oficinas referente aos temas memória, patrimônio, meio ambiente e museologia e do próprio inventário participativo, como também a parceria com o Museu do Futebol (digitalização e o restauro do acervo do Sr. Mizaél de Almeida referente ao Esporte Clube Cachoeira da Graça) e a elaboração e organização do I SARAU Cultural das Graças.

Como a noção de patrimônio que foi sendo modificada ao longo dos séculos, incorporando novos valores e perdendo antigos referenciais, o mesmo ocorreu dentro do campo da museologia, referente ao conceito de museus-tempos como espaços de contemplação do objeto versus o museu-fórum como espaço de fomentação de políticas sociais transformadora.

As transformações na Museologia só ocorreram a partir do final da II Guerra Mundial, mas principalmente a partir do final dos anos 60 e início dos anos 70, por ocasião dos diversos movimentos sociais, como a atuação do movimento estudantil de 68, do movimento feminista, do movimento ecológico, o movimento negro.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Esses movimentos criticavam vários setores da sociedade, críticas que se estendem para o sistema de ensino, para a produção de arte, para diversas instituições, incluindo os MUSEUS, que eram vistos como dinossauros, elefantes brancos, geravam prejuízos e não tinham contato com a sociedade. Essas críticas representam o embrião da **Museologia Social**, a origem das transformações dos museus, o Museu passa a ter uma **função social** (grifo nosso).

Do ponto de vista conceitual com a intenção de elaborar diretrizes metodológicas para a implantação de um projeto museológico que contemple a comunidade do bairro do Morro Grande, seguimos os princípios contidos na Declaração da Mesa Redonda de Santiago do Chile, organizada pelo UNESCO e ICOM (1972), que contou com a organização de Hugues Varine Bohan¹², em que surge o conceito de patrimônio integral e o debate sobre a função social do museu, bem como o engajamento social e político da educação museal alicerçada pela pedagogia da libertação postulada por Paulo Freire.

Na década de 1980 organiza-se a Nova Museologia, que incorpora em suas ideias centrais a noção de um museu aberto, voltado para a vida humana e plenamente comprometido com os problemas sociais das comunidades. Neste sentido, este Novo Museu se volta para três elementos primordiais, como pressupõe o autor: a identidade local, a perspectiva ecológica e a participação da população.

No Brasil, é de fundamental importância as contribuições da museóloga e professora Waldisa Russio Guarnieri precursora da Nova Museologia e da Sociomuseologia ao definir a Museologia “como a ciência do fato museal ou Museológico, que é a relação profunda entre o ser humano (Homem), sujeito que conhece, e o objeto, que parte de uma realidade sobre a qual o Homem atua ou interage” e compreendendo o fato como “resultado de um processo que se realiza com sua intervenção e participação conscientes,” logo esse Homem – Ser Humano é construtor da sua História que, ao construí-la, se faz e se refaz (o homem), enquanto projeto inacabado.

Ao analisar o objeto de estudo da Museologia como sendo o fato Museológico Guarnieri rompe com o fetiche do objeto e suas coleções e transporta para a relação do homem/objeto, o foco de análise da museologia as relações e os relacionamentos humanos e sociais, o que passa a exigir não apenas novas técnicas, novos cenários museológicos, que extrapola as paredes dos Museus, processo responsável por gerar museus ao ar livre, dos museus de sítio e dos ecomuseus.

Como precursora da Sociomuseologia e da Nova Museologia no Brasil, ela argumenta sobre a importância de se eliminar a dicotomia entre o patrimônio Natural e Patrimônio Cultural

“Portanto, não podemos segregar o ambiente físico natural do ambiente físico transformado pelo Homem: ambos são diferentes gradações do trabalho e da ação

¹² Formado pela Universidade de Paris, com pós-graduação em História e Arqueologia, Hugues de Varine foi diretor do Conselho Internacional de Museus (ICOM) e despontou como um dos principais teóricos da chamada “Nova Museologia”, que deu outra dimensão à função social dos museus, dando o tom da Mesa de Santiago em 1972. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/tag/hugues-de-varine/>. Acessado em 11/09/17.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



humana, o ambiente físico natural internalizado na consciência do homem, percebido, valorizado, é um patrimônio e uma herança a ser transmitida; o ambiente físico transformado, reordenado pelo Homem, pelos assentamentos humanos, é um patrimônio e uma herança; ambos são dimensões diferentes da Cultura do Homem.” (GUARNIERI, 1990.,207)

Enquanto no museu clássico existe o objeto e a coleção, na Nova Museologia são considerados todos os bens culturais de um território, de uma região. Diferente da tríade que constitui o museu tradicional formada por edifício, coleção e público é ampliada para território de ação, patrimônio coletivo e comunidade de habitantes.

Dessa forma o museu pode ser entendido enquanto instituição ou processo que lida com o patrimônio material e imaterial através de sua coleta ou registro, salvaguarda, pesquisa e difusão, atuando com a sociedade e visando seu desenvolvimento cultural e socioeconômico.¹³ (MARIAUX, 2005, 42)

É com base na nova museologia e por meio de suas próprias narrativas de memórias que pretendemos envolver a comunidade, ao realizar um inventário participativo, processo no qual as comunidades assumem, em primeira pessoa, a identificação, a seleção e o registro das referências culturais mais significativas para suas memórias e histórias sociais.

Em outras palavras, como afirma Sancho Querol (2013) refere-se à necessidade de equiparar a um mesmo nível, especialistas e comunidade no processo de construção de significados e de reconhecimento da identidade patrimonial dos nossos bens culturais.

Ao escolhermos os antigos moradores da Vila DAE e suas memórias, levamos em conta serem os velhos “a fonte de onde jorra a essência da cultura, ponto onde o passado se conserva e o presente se prepara”. (BOSI,1994, 18)

Utilizamos a história oral como procedimento metodológico, o que possibilita compreender as experiências pessoais, impressões particulares, ou seja, a “recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu.” (ALBERTI, 2004,42)

A utilização das narrativas de memória desses antigos moradores e trabalhadores da Vila do DAE como uma das fontes de pesquisa, não é a de simplesmente contrapor os fatos a memória, mas o de utilizar o material dos depoimentos segundo a perspectiva de que “o material bruto da História oral não consiste apenas em declarações factuais, mas é a expressão e representação de cultura, e, portanto inclui não só narrativas literais, mas também as dimensões da memória, ideologia e desejos inconscientes.” (PORTELLI, 1981, 99).

E “a primeira coisa que torna a história Oral diferente, portanto, é que ela nos conta menos sobre eventos e muito mais sobre significados.” (IDEM)

Com o objetivo de pensar o conceito de memória, utilizaremos o conceito central da obra de Maurice Halbwachs de “memória coletiva” (HALBWACHS, 2004 .55) . Como Halbwachs, analisa a memória individual que existe sempre a partir de uma memória coletiva, posto que todas as lembranças são constituídas no interior do grupo. E, em relação ao contexto físico, Halbwachs destaca que ele é uma realidade que dura, assim, não há um grupo

291





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



ou um gênero de atividade coletiva que não tenha nenhuma relação com o lugar, com o espaço” (Ibidem, 2004, 55).

A memória narrada por esses antigos moradores e trabalhadores da Vila Dae, se ateu a uma cronologia específica dos acontecimentos, o que eles classificam como Tempos do Rae/Dae e Tempos de Sabesp e além de nos oferecer pontos de referências espaciais, como a própria Reserva Florestal do Morro Grande, o campo de futebol do Esporte Clube Cachoeira da Graça, a Associação dos Trabalhadores com as sessões de cinema, as festas e bailes de carnaval, a Escola Estadual Professor José Barreto antiga Escola Mista Cachoeira Nossa Senhora das Graças, como a Igreja com suas procissões e festas religiosas e o pátio (praça) local de encontro dos trabalhadores nos seus horários de folga, são pontos de referência que estruturam a memória e a inserem na coletividade a qual se pertence, como disse Halbwachs, ou dito de outra maneira “A memória pendura-se em lugares, como a História em acontecimentos.” (NORA, 1993,18)

Acreditamos que a Vila Operária do DAE constitui o sistema panóptico descrito por Foucault, pois havia regras estritas não apenas em relação ao trabalho, mas também em relação ao lazer. Controlava-se quem entrava e quem saía da vila, os bailes e as sessões de cinemas realizadas no Grêmio dos Trabalhadores eram organizados pelos Administradores e por sua vez, a edificação do Grêmio fica em um plano inferior, sob as vistas do engenheiro-chefe. O Clube com suas piscinas e o campo de Futebol, só era permitido somente aos finais de semana.

Para Michel Foucault, a disciplina é considerada uma técnica, um dispositivo e um instrumento de poder. Foucault destaca que na sociedade moderna as tecnologias de disciplinarização dos corpos representam o desejo de padronização dos comportamentos com vistas a uma racionalização do espaço.

Os trabalhadores desfrutavam de benefícios que não recebiam em outros lugares, como moradia, educação e lazer. Mas ao mesmo tempo, ficaram confinados ao lugar, com a sua mobilidade tolhida, até mesmo pela localização, mais ao mesmo tempo porque era do interesse da empresa fixar o trabalhador - o que já não era corresponde à situação atual.

isolamento tinha o objetivo de “[...] isolar a classe trabalhadora útil e produtiva dos pobres julgados irremediavelmente corrompidos”, submetendo o grupo trabalhador a um “(...) programa disciplinar que acentuasse suas aptidões para o trabalho e desenvolvesse novos hábitos regrados”. Essa prática tentava, desse modo, imunizar os operários das contaminações sanitárias, morais e políticas atribuídas às grandes aglomerações. Em somatório à organização espacial e habitacional segundo a lógica produtiva, “[...] a ideia de regeneração moral do trabalhador estava”, ela também, “vinculada a uma reforma de ordem sanitária e moral da moradia e da cidade. CORREIA, 1998, 12-3.

Nas narrativas de memória o que se verifica é que esse sistema de controle realizado pelo DAE, sobre o cotidiano dos antigos moradores e trabalhadores da Vila é notado como um





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



zelo administrativo da empresa sobre os seus funcionários e sobre a Vila e para a Estação de Tratamento do Alto Cotia.

É condicionado a uma ideia de ordem e segurança que comparado ao abandono, a degradação e ausência do poder público nos tempos atuais acaba por resultar em um sentimento de nostalgia daquele tempo.

Por sua vez, ao analisarmos a paisagem da RFMG e da Vila operária do DAE como um texto humano. Não é apenas um simples conjunto de espaços organizados coletivamente pelos homens, é uma sucessão de rastros, de pegadas que se superpõem no solo e constituem, por assim dizer, sua espessura tanto simbólica quanto material. Portanto, a paisagem também é um lugar de memória, no sentido que dá ao termo Maurice Halbwachs: “o local ocupado por um grupo não é um quadro negro sobre o qual se podem escrever e apagar números e figuras [...] Ele recebeu a marca do grupo, e reciprocamente” e como David Lowenthal complementa: percebemos as diversas camadas de um passado que podem ser achados por detrás dos objetos, das palavras e dos olhares. Como David Lowenthal, escreve sobre a Paisagem:

[...] não é apenas um lugar imediatamente presente, mas também um lugar de memória [...] tanto nos lugares como nas pessoas, o olhar da mente percebe um palimpsesto construído na base de todas as nossas experiências passadas, de nossas hipóteses passadas e atuais sobre a História da Paisagem. (LOWENTHAL, 2008,14)

293

Analisaremos as narrativas de memória dos ex-moradores da Vila DAE sobre certos temas através das imagens e depoimentos orais por eles apresentados a mim.

Em um primeiro momento, as entrevistas com esses “velhos” moradores do bairro do Morro Grande nos pareciam ingênuas, mas nas entrelinhas apontavam mais do que pareciam ser. Então, ouvir a partir do narrado e interpretar esta voz que soa é também compreender um pouco da experiência de vida de quem nos conta algo. Como Benjamin descreve ao falar sobre o narrador e nos demonstra que este tem um papel fundamental para o grupo do qual faz parte e nos ensina:

o narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros. E incorpora as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes. (BENJAMIN, 1994, .201)

O que o Sr. Jurandyr Diniz nos exemplifica em sua narrativa

Sr. Jurandyr: Me chamo Jurandir Diniz, tenho 78 anos, sou aposentado do Estado, antigo DAE, sou Artista Plástico em atividade há 50 anos, sei uma coisa dos antigos funcionários e sei mais da minha convivência, daquilo que eu vivi, aquilo que eu participei. Tem muita coisa que vocês já sabem e outras não, né?





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Para Benjamin, portanto, a memória e a narração são conceitos inseparáveis. Tanto os modos de lembrar como os de esquecer e as formas de narrar são meios fundamentais para a construção da identidade que, por sua vez, remetem à questão narrativa. Portanto, para Benjamin, Memória/História/Identidade não são conceitos imutáveis, são transformações.

Sr^a. Júlia -Aí fui crescendo, eu já fui enraizando aqui nesse Morro Grande, pois conheci meu esposo lá da Zona Norte, trouxe ele passear aqui, ele se apaixonou pelo bairro, aí 2 anos e meio a gente se casou e ele já não quis mais sair daqui também, quer dizer a nossa mudinha, nossa raiz, ficou plantada aqui no bairro. Tem as minhas filhas, tenho 3 filhas, tenho um anjo e as minhas filhas também, são tudo daqui do Morro Grande, não saio daqui do Morro Grande, moram tudo aqui, hoje tem um neto, que também já mora... a minha filha é casada com uma pessoa que também é daqui do Morro Grande, ou seja, nós temos a raiz aqui plantada no bairro e eu acho muito difícil a gente sair daqui um dia, eu não quero sair daqui, jamais. A casa que eu moro hoje era a casa da minha mãe e a gente herdou, a gente cuida e vai passando e eu falo pra minhas filhas que é delas também, dos meus sobrinhos, é eles que vão cuidar, mas jamais passa na vontade da gente de vender isso aqui um dia, pra sair daqui do bairro, sempre vai ter alguém aqui, a minha família aqui é o mais popular que o pessoal conhece é a família Quaglia, a família Osvaldo Quaglia, que todo mundo conhecia meu pai, era pelo Quaglia ¹⁴

Sr. Air- Sou filho do Morro Grande, sai por um tempo, mas voltei e agora daqui ninguém me tira. Aqui é o Paraíso!¹⁵

Sr. Mizael - É como costume dizer: nasci no Paraíso e continuo morando no paraíso¹⁶

Estar atenta a abrir os sentidos para esses narradores experientes no sentido que Walter Benjamin atribui para a categoria “experiência”: alguém que tenha uma história para contar por que inicia o seu relato a partir da sua vivência, da sua relação íntima com a Reserva, com a vila e as instituições antigas como a Dae e a Sabesp.

O retorno a essas memórias do passado silenciadas, esquecidas, para além de lembranças/memórias do (eu) sujeito narrador se configuram como memórias coletivas ao mesmo tempo como memória de lugares: Matas, Rios, casas, quintais, jardins, pátio, sede, clube, igreja, campo de futebol. Lugares de Memória resgatados pelo presente perante o seu completo abandono são capazes de revelar um sentimento comum um desejo de futuro, um desejo de memória.

¹⁴ Conversa realizada com o Sr^a Júlia Quaglia realizada em 15/03/2021

¹⁵ Conversa com o sr. Air Albuquerque de Oliveira realizada 10/03/2019

¹⁶ Trecho do relato do Sr. Mizael de Almeida – 68 anos apresentado no documentário Desejos de Memória: A História Vila do DAE e da Reserva Florestal do Morro Grande





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Referências

ALBERTI, V. Ouvir e contar: textos em História oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

AB´SABER. Aziz. Natureza primária de São Paulo de Piratininga. Scientific American Brasil, edição 25, junho 2004, Duetto Editorial, 2004ª.

BENJAMIN, W. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994, p.201.

BOSI, E. Memória e sociedade: lembranças de velhos. São Paulo: TA. Quatro, 1994

CORREIA, Telma de Barros. Pedra: Plano e cotidiano operário no sertão. Campinas: Papirus, 1998 – (Série Ofício de arte e forma). P. 12-3.

CORREIA, Telma. De vila operária a cidade-companhia: as aglomerações criadas por empresas no vocabulário especializado e vernacular. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR), n. 4, p. 83-98, 2001.p 84

LOWENTHAL, David. Passage du temps sur le paysage. Infolio, 2008.

DEAN. W. A. Ferro e Fogo: a história da devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Cia das Letras 2007

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, p. 284

FIGUEIREDO, V. G. B. Paranapiacaba: um caso de preservação sustentável da paisagem cultural. Labor e Engenho, Campinas, SP, v. 5, n. 3, p. 61–84, 2011

FIGUEIREDO. Vanessa G.B; FORTI. Marina. Palimpsestos na paisagem cultural do triângulo histórico sé: percepção, cognição e vivência a partir da proposta de eco museu. Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto. IV Colóquio Ibero- Americano. 2016. P.03

FREITAS, Maria Luiza de. O lar conveniente: os engenheiros e arquitetos e as inovações espaciais e tecnológicas nas habitações populares de São Paulo (1916-1931). 2005. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo

GUARNIERI, Waldisa Russio Camargo. Conceito de cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e a preservação. Cadernos museológicos, v. 3, p. 204, 1990.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



HALBWACHS, M. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2004.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Patrimônio industrial: algumas questões em aberto. Arq. Urb., n. 3, p. 23-30, 2010.

MARIAUX, P. A. (Ed.). L'objet de la muséologie. Neuchâtel: Université de Neuchâtel, Institut d'Histoire de l'Art et de Muséologie, 2005. (Col. L'Atelier de Thésis, n. 2).

NORA, P. Entre memória e História: a problemática dos lugares. Revista Projeto História. São Paulo : Projeto História. São Paulo: n.10, p. 07 – 28, 1993.

PAULILLO, Clarissa De Almeida. Corpo, casa e cidade: Três escalas da higiene na consolidação do banheiro nas moradias paulistanas (1893-1929). Dissertação (Mestrado em Desing e Arquitetura). USP. São Paulo, 2017.

PORTELLI, A. As peculiaridades da História Oral. Oficina de História, n.12, 1981

PRADO JUNIOR. Caio “A cidade de São Paulo: geografia e história” in Evolução Política do Brasil e outros Estudos. São Paulo: editora Brasiliense, 1966.

QUEROL, Lorena Sancho. Para uma gramática museológica do (re) conhecimento: ideias e conceitos em torno do inventário participado. Sociologia, v. 25, p. 165-188, 2013.

RIBEIRO Wagner Costa & ZANIRATO Silvia Helena. Ordenamento jurídico para a proteção do patrimônio natural no Brasil / Revista de História 158 (1º semestre de 2008), 277-300

VICTORINO, Valério I. P. Luz e poder na dramática conquista do meio natural: a privatização dos rios paulistanos e a reflexividade socioambiental. (tese doutorado). São Paulo: Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas FFLCH, 2002, pp. 42-53

296





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



A HISTÓRIA SOCIALMENTE EXPERIMENTADA: UMA OFICINA SOBRE A HISTÓRIA DE MARAU/RS

Pedro Alcides Trindade de Mello¹

Introdução

Pensar a história socialmente experimentada envolve discutir estratégias de ampliação dos significados e contribuições que as características dos conhecimentos históricos podem dar para a construção de conhecimentos significativos para os estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental. Este trabalho busca descrever o processo de reflexão e planejamento de uma atividade desenvolvida na rede municipal de educação do município de Marau, Rio Grande do Sul, Brasil, que teve como objetivo apresentar aos estudantes uma forma de compreender o cenário de sua vida a partir de uma perspectiva de questionamento da realidade que vivenciam em seu cotidiano. O trabalho está organizado para primeiro estabelecer alguns parâmetros que orientaram o planejamento da atividade. Posteriormente foi feito um trabalho de explicação do planejamento da atividade desenvolvida para, por fim, elaborar reflexões sobre a experiência que foi desenvolvida.

No ano de 2022 o município de Marau adquiriu para a administração pública o Convento São Boaventura que era propriedade da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos, província de Caxias do Sul. A justificativa da compra deu-se pela possibilidade de centralizar e dar prédio próprio aos órgãos da administração pública municipal, que poderia aproveitar da posição central e privilegiada que o convento ocupa na cidade.

A presença da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos no município de Marau foi marcante no processo de estruturação e organização do povoado que formaria o município. Sendo assim, como elemento constituidor de sua história, a compra do Convento São Boaventura possibilitou a criação do Centro de Documentação de Marau que estaria dedicado a organizar, guardar e disponibilizar para pesquisa, a documentação referente a cidade de Marau. Parte do trabalho do Centro de Documentação de Marau, vinculado à Secretaria de Educação, é organizar atividades de ensino sobre a história da cidade para as escolas da rede municipal, com o objetivo de desenvolver uma política de valorização da história da cidade e com a ampliação do vínculo dos estudantes com o local em que moram. A criação do Centro de Documentação de Marau está relacionada à necessidade de produção de conhecimentos históricos sobre cidade que seja organizados a partir de uma perspectiva científica da produção do conhecimento histórico. O trabalho de Aguirre (2008) foi o único que tematizou e trabalhou a partir de uma metodologia científica da história, o processo de emancipação da cidade. Os outros trabalhos historiográficos foram produzidos em contextos de comemoração de aniversários da emancipação do município (BERNARDI, 1992, 2018;

297

¹ Mestrando no de pós-graduação no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo e Bolsista Capes II. Email: atopam.pedro@gmail.com





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



FEDERIZZI, WOHLFART, 2015; FEDERIZZI, BORTOLOTTI, DECESARO, 2020) e tinham foco de identificar efemérides, não sendo trabalhos produzidos por historiadores profissionais. Por serem escritos fora de uma reflexão metodológica sobre o conhecimento histórico, os trabalhos acabaram ficando circunscritos a territorialidade da cidade, não conseguindo estabelecer relações que consigam compreender a processualidade em que a localidade está inserida.

A falta de uma historiografia que consiga pensar a história local a partir de suas relações com outras processualidade e espacialidades, faz com que os professores de história tenham dificuldade em integrar trabalhos sobre a história local com outros processos que dicutem na disciplina de história em sala de aula. A falta de conhecimentos históricos sobre a cidade acaba dificultando o entendimento da história como conhecimento com capacidade de contribuir para a compreensão do presente a partir de questionamentos que busquem orientar a compreensão da realidade local.

Ivo Mattozzi argumenta como o estudo dos bens culturais locais possibilita aos estudantes desenvolver uma melhor compreensão sobre o cenário de sua vida. Segundo o autor, o presente é repleto de marcas que são testemunhos de processos ocorridos no passado que têm como resultado as configurações do presente. A consequência disso é que os espaços de vivência são repletos de evidências de processos do passado, eles são repletos de marcas. As marcas podem ser valoradas como instrumentos com valor informativo, afetivo, estético ou simbólico. Quando atingem uma dessas características para as pessoas, as marcas passam a ser bens culturais, que recebem atenção, estudo, cuidado, proteção, manutenção e restauração pelos poderes da sociedade. Esses bens culturais são a matéria prima para a construção do conhecimento histórico (MATTOZZI, 2008, p. 136-137).

A proposta de trabalho desenvolvida com os estudantes foi pensada através da perspectiva trazida por Mattozzi, que entende como papel dos professores o processo de provocar o desenvolvimento de habilidades e ampliação dos conhecimentos de mundo dos estudantes, devendo ser as experiências o centro do planejamento do trabalho (MATTOZZI, 2008, p. 140). A perspectiva de Mattozzi pode ser relacionada com o entendimento da história de Prost que define o conhecimento histórico como um processo de compreensão do presente, tratado como um problema, que precisa buscar evidências de sua constituição. As características específicas do conhecimento histórico, operadas dentro da postura do historiador, estão ligadas a uma ideia de que existe uma ação específica em relação aos documentos, o trabalho de interpretação é construído através das perguntas e é necessário entender que não existe fato histórico por natureza, ou que se evidencia por si com esta qualidade. A historicidade do processo precisa ser atribuída em um movimento de interpretação, operado pelas questões feitas pelos historiadores (PROST, 2015, p. 61-65).

O desafio de lidar com a compreensão do presente é algo também discutido por Braudel. O autor argumenta como a processualidade é complexa e de como ela se constitui em uma trama de relações que precisam de um processo de fragmentação e organização para que seja possível algum tipo de entendimento. Estabelecer o fato, como processo relacionado e que

298





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



pode ser entendido em sua especificidade e relação com um processo de mudança ou permanência, é um elemento característico do estudo da história (BRAUDEL, 1978, p. 22). A partir do entendimento dos três autores, foi possível desenvolver um movimento de compreensão do processo histórico da cidade. Essa compreensão deveria dar subsídio para a elaboração de uma primeira atividade que pudesse ser apresentada aos estudantes, a título de introdução para o estudo da história da cidade em que eles vivem. A problematização inicial foi o processo de compreender como a territorialidade que compõem a cidade foi ocupada. Isso serviu como uma chave de interpretação que relaciona o município a outras processualidades. Neste caso, a perspectiva econômica acabou chamando a atenção no processo de elaboração do estudo e da proposta, que era a de entender por que a cidade de Marau acabou por se desenvolver no espaço em que está atualmente.

A escolha do viés econômico para abordar o entendimento da espacialidade do município de Marau, está relacionada a dois elementos importantes da perspectiva trazida por Mattozzi sobre o ensino de história. Ele compreende como o entendimento da história envolve um conjunto de operações cognitivas que, quando colocadas em foco, orientam a utilização dos documentos como meios de interpretação e que, dessa forma, tornam-se importantes no processo de ensino aprendizagem. As operações cognitivas apontadas por Mattozzi que são importantes para o entendimento da história são: a tematização, a temporalidade, a espacialização, classificação dos fatos em mutação e permanência, inferência, problematização e explicação (MATTOZZI, 2008, p. 139). O segundo elemento trazido pelo autor é o de como, quando os estudantes produzem uma reprodução de uma experiência, ou se envolvem em um processo como este, eles estão produzindo marcas com significados, como instrumentos de informação. Estudar o local acaba sendo um elemento necessário para possibilitar o planejamento de uma compreensão cognitiva por parte dos estudantes da realidade que os cerca (MATTOZZI, 2008, p. 143).

Quando se pensa nas operações cognitivas características da história, o professor, interessado em trabalhar um processo histórico, também deve compreender como está propondo aos estudantes um conjunto de elementos e informações, que são estranhas a eles e que não fazem parte de seu conjunto de representações. Moscovici, ao discutir a Teoria das Representações Sociais, descreve como as pessoas, no decorrer de sua experiência social, desenvolvem um conjunto de representações que organizam e dão referências para a forma que elas vão avaliar os acontecimentos e o mundo a que estão expostas. Elaborar cognitivamente sobre algo exige um processo de conhecimento que contextualiza a forma que nós interpretamos o mundo e nossos sistema cognitivos estão ajustados para entender o real (MOSCOVICI, 2007, p. 32). Isso significa que as pessoas precisam utilizar o seu conjunto de representações prévio para dar significado e agregar essas informações ao seu quadro de representações.

É neste sentido que a perspectiva econômica torna-se interessante para iniciar um trabalho sobre compreensão da história da cidade. As questões cotidianas de alimentação, transporte, valores, produção, custos, são familiares aos estudantes, que têm em seu campo de

299





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



representações, recursos para imaginar esses elementos e que também eram preocupações experienciadas pelas pessoas no passado.

Ao partir-se dos elementos que os estudantes têm facilidade para construir imagens mentais, busca-se elaborar o entendimento do processo histórico que formou a cidade. A abordagem econômica da história do Rio Grande do Sul no início do século XX é interpretada como um processo de estabelecimento da relação de dois subsistemas produtivos, o pecuário-charqueador e o agropecuário colonial (HERRLEIN, 2015, p. 79). Pensar a economia possibilita entender a história da cidade a partir de como ela está inserida a processos que englobam perspectivas de maior amplitude temporal e espacial. Com essa proposta os estudantes teriam condições de ter acesso e entender como a cidade faz parte de um contexto e que não está reduzida a ela mesma.

O processo de refletir sobre desenvolvimento do trabalho e como as informações foram sistematizadas levaram a perspectiva de Moscovici sobre como acontece o processo de apropriação e transformação das representações por parte das sociedades. O autor entende que as representações desenvolvem-se nas dinâmicas das sociedades como um processo de familiarização de elementos novos (MOSCOVICI, 2007, p. 54). O processo de tornar algo familiar precisa ser feito, pois os conceitos e ideias estranhas acabam, devido a complexidade de entendimento, fazendo com que os marcos referenciais sejam abalados, fragilizando o processo de sentido e a continuidade de uma compreensão mútua (MOSCOVICI, 2007, p. 56). O excesso de estranheza e novidade de uma atividade, aliada com um quantidade muito grande de novas informações, pode dificultar a capacidade dos estudantes acompanharem e participarem ativamente do processo. Mesmo que eles tenham condições cognitivas para entender o trabalho proposto.

Como forma de pensar um planejamento que consiga avançar no processo de desenvolvimento de um conhecimento histórico, capaz de articular uma quantidade maior de informações e processualidades. O professor pode se orientar a partir de dois processos que podem ser identificados pela Teoria das Representações Sociais: a ancoragem e a objetivação. Eles são os dois mecanismos sociais de tornar o não familiar em familiar. O mecanismo da ancoragem é o processo em que uma ideia estranha é colocada em um contexto familiar. No trabalho desenvolvido na oficina, o conceito de locomoção, como processo de transporte que envolve um conjunto de planejamentos, foi aproximado dos estudantes como as contingências envolvidas em eles virem para a escola ou viajarem. Ao utilizar as experiências de locomoção dos estudantes, foi possível elaborar referências para o segundo mecanismo, a objetivação, ou seja, o processo de transformar o abstrato em algo que possa ser pensado de forma quase concreta. Os estudantes tiveram a capacidade de elaborar comparações entre diferentes modos de locomoção, dentro da gama de conhecimentos dos estudantes sobre as formas que a locomoção ocorre no contexto atual, foi possível que os eles pudessem ter referenciais para pensar as complexidades e a importância da locomoção para o processo de desenvolvimento do município, que esteve relacionado às dinâmicas dos transportes na região, algo que ainda é muito temazedado localmente (MOSCOVICI, 2007, p. 60-61).

300





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



O roteiro oficina

A partir da perspectiva de que o trabalho deveria possibilitar aos estudantes integrar um conjunto de representações conceituais novas, aliado a uma interpretação econômica sobre o desenvolvimento histórico de Marau. Parte do objetivo também se constituiu em expor aos estudantes uma articulação das operações cognitivas características do conhecimento histórico, contribuindo com a ampliação do seu repertório de referências. Neste sentido elas orientaram a costura da discussão que foi estabelecida e roteirizada.

A primeira operação desenvolvida pela atividade esteve relacionada ao processo de problematização. Ele tinha duas funções, estabelecer um questionamento que pudesse ser reconhecido e compreendido pelos estudantes, possibilitando o estabelecimento de uma relação de argumentação e discussão sobre a validade das evidências que eram trazidas pelo professor. Foram duas problematizações propostas: a primeira consistia em um questionamento sobre o motivo de a primeira construção em alvenaria do povoado ter sido um armazém, construído em 1930 (BERNARDI, 2015, p. 20). O prédio é atualmente a prefeitura da cidade, sendo reconhecido com facilidade por todos os estudantes. A segunda problematização esteve relacionada à discussão do conceito de locomoção, em como este é um elemento que define muito do campo de possibilidades que constituem o cotidiano das pessoas, algo que eles poderiam facilmente imaginar e estabelecer comparações entre o contexto em que vivem e os contextos descritos pelo professor.

Os dois conceitos são importantes para o entendimento das características do desenvolvimento econômico da região de imigração italiana no Rio Grande do Sul. Um dos elementos de maior preocupação das populações estava relacionado com o sistema de transportes. Os desafios para o escoamento das produções acabavam por ser um dos elementos decisivos que limitavam os potenciais de desenvolvimento da região (TEDESCO, BALBINOT, 2015, p. 53). Outro elemento de grande poder dentro das estruturas coloniais eram os donos dos armazéns, eles acabavam sendo os grandes fiadores dos agricultores, pois eram os que tinham os contatos para trazer materiais e produtos que não eram produzidos nos núcleos familiares, ao mesmo tempo em que eram eles que faziam a ponte da produção dos colonos com outros mercados (TEDESCO, BALBINOT, 2015, p. 86). Os armazéns centralizavam o desenvolvimento e é um processo relacionado ao fato de as duas principais casas comerciais do período em que Marau ainda era uma vila foram o Armazém Bernardi e o Borella. O primeiro foi a primeira casa de alvenaria da cidade, o segundo foi capaz de investir na instalação da principal indústria do povoado que foi o Frigorífico Borella em 1923 e que existiu até a sua venda para a empresa Perdigão em 1985 (BERNARDI, 2015, p. 16). O estabelecimento dos dois questionamentos tinham a função de orientar o processo de organização das informações que seriam mobilizadas pelo professor. Como segundo movimento proposto, orientou-se por trabalhar o processo cognitivo de estabelecimento da temporalidade e da espacialidade do problema apresentado. Este foi o momento de maior desafio para a organização da atividade. Entender o processo de colonização do Rio Grande do Sul envolve entender como foi um processo marcado por uma continuidade de conflitos

301





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



entre as coroas portuguesa e espanhola e posteriormente pela Argentina e Brasil. Devido a isso, a ocupação do território sempre teve um caráter militarista de ocupação (AHLERT; GEDOZ, 1999, p.7). O processo que se constituiu na ocupação de terras no Rio Grande do Sul, a distribuição das sesmarias, a dificuldade de o governo conseguir controlar e organizar a ocupação da terra e os conflitos territoriais, aliado a dinâmica de ampliação da população, fez com que muitas populações estivessem distribuídas no território como posseiros, sem o direito de propriedade oficialmente estabelecido (NEUMANN, 2017, p. 117).

Outro elemento relacionado a temporalidade e espacialidade do tema de estudo está relacionado aos sistemas econômicos da região. O sistema pecuário charqueador, desenvolvido no período da colonização, 1740, era subsidiário dos mercados externos e sempre conseguiu ter superávits comerciais frente às outras regiões do Brasil e ao resto do mundo. Porém, esse processo chegou ao seu limite nas primeiras décadas do século XX, quando o subsistema agropecuário colonial, iniciado na década de 1840, ampliava a sua participação na economia do Rio Grande do Sul (HERRLEIN, 2015, 79-81). O movimento de compreensão das diferenças dos dois subsistemas foi orientado pelo entendimento das diferenças de espacialidade das duas regiões. A região de desenvolvimento da economia pecuária-charqueadora era da região da fronteira com o Uruguai e a Argentina, caracterizada por uma grande planície conhecida como Pampa, propícia para as grandes propriedades criadoras de gado bovino. Já, o local de desenvolvimento da economia agropecuária colonial deu-se na área conhecida como Serra Gaúcha, nordeste do estado, região caracterizada pelas matas de araucárias e que não era propícia para a prática da pecuária desenvolvida na fronteira, sendo uma região de vinda dos imigrantes italianos, a partir de 1875, que organizaram-se em pequenos lotes de terras nas regiões das matas e estabeleceram um mercado interno e diversificado que potencializou o processo de industrialização de Porto Alegre, capital do estado, que abastecia os mercados consumidores das colônias (TEDESCO, BALBINOT, 2015, p. 53).

Depois de operar o processo de referenciamento espacial e temporal com os estudantes, o trabalho foi direcionado para o entendimento da especificidade do processo que resultou no desenvolvimento do povoado que formaria a cidade de Marau. Neste momento já existiriam as condições para organizar a factualidade que gerou o processo. Nas duas primeiras décadas do século XX, o crescimento da população, o desenvolvimento econômico das colônias italianas e a ampliação das populações estavam gerando processos de expansão dos territórios ocupados dentro deste subsistema. As empresas colonizadoras compravam terras devolutas (terras do governo), loteavam-nas e vendiam nas regiões das colônias velhas (Caxias do Sul, Garibaldi, Bento Gonçalves), constituindo assim as chamadas colônias novas. As colônias novas foram criadas nas áreas de matas que faziam limite com as áreas de campo já ocupadas pelos criadores de gado. Desalojando os posseiros que trabalhavam com a erva-mate que ocuparam as regiões próximas aos toldos e às reservas indígenas (NEUMANN, 2017, p. 115).

A região de Passo Fundo teve uma maior presença de colônias privadas ou associações de colônias públicas e privadas. Esse perfil pode ser entendido pela estrutura agrária da região. Sesmeiros e latifundiários impediram a colonização em larga escala. Núcleos pequenos de

302





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



colonização loteavam as terras para vendê-las a interessados. Vindos das colônias velhas. Esse processo acabou acelerando o processo de mercantilização da terra. (NEUMANN, 2017, p. 116). A ampliação da importância da terra como propriedade levou ao estabelecimento e do trabalho da Comissão de Terras e Colonização, que teve um núcleo de trabalho em Passo Fundo a partir de 1907 e tinha como função demarcar as terras devolutas doadas a colonos nacionais e estrangeiros.

Quando a comissão chegou à região do rio Marau em 1913, eles descobriram que as terras da região, que deveriam servir para a indenização de proprietários que tivessem suas terras invadidas por posseiros, já estavam constituindo um povoado com uma considerável estrutura como casas, negócios, serrarias, fábrica de cerveja, curtume, engenho. Os colonos teriam comprado os terrenos de um proprietário que não era regular, eles estariam dispostos a pagar o valor das terras acrescido dos 50% regulamentados, para legitimar o terreno para si (NEUMANN, 2017, p. 129-130). É neste contexto e processo que a região acaba sendo tornada o 5º Distrito de Passo Fundo em 1916, porém, a sede do distrito ainda seria a região do Tope, local que tinha o conjunto habitacional mais antigo. É apenas em 1924 que a sede municipal é modificada para o povoado de Marau.

O entendimento de o motivo do povoado de Marau ter se tornado a sede do distrito em 1924 envolve o processo de operacionalização de outra operação cognitiva característica do conhecimento histórico, a operação de inferência. Neste momento, o trabalho esteve voltado a argumentar uma inferência sobre o motivo desta mudança de sede. Neste momento foi oportuno a busca por documentos primários que pudessem ser expostos e discutidos com os estudantes. A inferência principal proposta pelo professor era a de que a posição do povoado de Marau, aliado a estrutura econômica agroindustrial da colônia que o constituía, fez com que seu desenvolvimento econômico e populacional justificasse a instalação da subprefeitura ali. Os principais documentos utilizados foram os relatórios dos presidentes do estado do Rio Grande do Sul de 1916 e 1917. Destes documentos foi possível mostrar aos estudantes como existia uma percepção de crescimento por parte da região em que Marau fazia parte. Isso é demonstrado pela preocupação em finalizar a linha São Paulo Rio Grande de ferrovia na área que passava por Passo Fundo, pois *“urge acelerar a construção dessa artéria que atravessará uma região densamente povoada e grandemente produtora, devendo terminar talvez no município de passo fundo, em ponto conveniente da linha S. Paulo-Rio Grande”* (MEDEIROS, 1917, p. 36).

Outro elemento importante para o processo de elaboração da inferência com os estudantes foi a ampliação da produção de trigo do estado. Isso é evidenciado na tabela específica elaborada que discriminava a produção nos municípios no ano de 1916. A região a qual Marau fazia parte era uma das maiores produtoras, sendo distrito de Passo Fundo que, juntamente com Alfredo Chaves (atual Veranópolis), Caxias do Sul, teve uma produção de 6 mil toneladas de trigo (MEDEIROS, 1917, p. 93). Outro indicativo do crescimento econômico da região foi a ampliação de suínos no relatório de 1916, que chegou a 166% de aumento entre os anos de 1908 e 1915, indo de uma cifra de um milhão de animais para mais de três milhões. Podemos atribuir que Marau fazia parte desse processo de ampliação devido

303





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



ao frigorífico especializado no processamento da carne suína que será famoso na região. O Frigorífico Borella (MACHADO, 1916, p. 27).

Como processo de encerramento da atividade, foi pensado um momento de síntese, que buscava operar o processo cognitivo da explicação. Quando, juntamente com o professor, os estudantes faziam um movimento de revisualização do processo, agora com os elementos necessários para o entendimento do motivo de a cidade ter se desenvolvido onde se desenvolveu. Em síntese, pode-se entender o desenvolvimento do povoado e da cidade que constituiu Marau como relacionado a dois fatores. Um primeiro fator seria a ampliação produtiva do sistema agroindustrial colonial e o segundo como a proximidade com duas rotas de escoamentos das produções, uma que era a ferrovia de Passo Fundo e outra que estava associado a região de Guaporé e ao Porto de Muçum, localizado no rio Taquari, que escoava no rio Jacuí, os dois utilizados para o transporte de mercadorias até Porto Alegre, centro político e econômico do Rio Grande do Sul (TEDESCO, BALBINOT, 2015, p. 111-112). Propondo a conclusão das discussões, foi entregue aos estudantes uma folha com várias afirmações embaralhadas feitas no decorrer da atividade pelo professor. Os estudantes deveriam encontrar a ordem correta das afirmações, criando assim uma síntese em que eles precisavam relacionar-se com as informações que haviam sido discutidas.

O objetivo do trabalho planejado estava em conseguir fazer com que as duas afirmações que compõem a explicação sobre o desenvolvimento da cidade pudessem ser entendidas na rede de relações e processos que as desenvolveram. Desta forma o acontecimento que constitui o desenvolvimento e as características e disposições que a cidade tem atualmente podem ser compreendidos a partir destes referenciais, que, em suma, não constituem uma grande quantidade de informações, porém se relacionam com uma quantidade grande de processos.

304

Relato de experiência

Depois de organizada a atividade, ela foi proposta para as escolas que estivessem interessadas em receber. As escolas que receberam a atividade foram quatro, todas escolas da rede municipal do município e foram: EMEF Ernesto Dornelles, EMEF Afonso Volpato, EMEF Frei Wilson João e EMEF Elpídio Fialho. Todas as atividades tiveram duração de no máximo uma hora e trinta minutos com os estudantes sendo deslocados para o auditório ou sala mais adequada.

Foi interessante perceber como, por ser uma atividade eventual, que está fora da dinâmica normal das aulas e operado por uma pessoa estranha aos estudantes, eles estiveram relativamente mais abertos a prestarem a atenção e participarem do trabalho. Ao mesmo tempo, estavam receosos em participar dos questionamentos desenvolvidos pelo professor, algo que foi sendo mudado no decorrer da atividade.

Um dos elementos que mais dificultaram o desenvolvimento do trabalho foi o tamanho das turmas. Em alguns casos quatro turmas, quase 100 estudantes, foram reunidos para participarem do trabalho, isso acabou dificultando a sua participação e potencializando os





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



momentos de desatenção pelo burburinho que acontecia em alguns momentos, mesmo com uma quantidade relevante de estudantes prestando atenção no processo.

Outro ponto importante foi o momento em que a atividade foi desenvolvida. Em alguns casos a atividade foi feita nos primeiros períodos da aula, quando os estudantes tiveram maior facilidade e disposição para participar. Quando os estudantes participaram das atividades nos momentos finais da aula, o nível de dispersão e dificuldade de participação aumentou consideravelmente devido a fadiga dos estudantes no final do período em que estão na escola. O trabalho possibilitou a elaboração de questionamentos sobre a complexidade de conhecimentos necessários para o entendimento de processos históricos. O ponto principal de dificuldade acaba não sendo a complexidade do conhecimento, mas a necessidade de articulação de uma quantidade significativa de informações. Os conhecimentos contextuais, como o da ocupação do Rio Grande do Sul, que se articula em uma longa temporalidade, consumiam a concentração dos estudantes, fazendo com que eles já estivessem mais cansados nos momentos da discussão específica do desenvolvimento da cidade.

As várias vezes e situações diferentes que a atividade foi desenvolvida possibilitou a experiência de diferentes estratégias de construção das ideias com os estudantes. Existiram duas estratégias utilizadas. Uma que estava preocupada em estabelecer com exemplos próximos e reconhecíveis pelos estudantes, os conceitos que seriam utilizados para compreender o conjunto de acontecimentos que seriam estudados. Esta estratégia acabou sendo a que mais dificultou o acompanhamento por parte dos estudantes. Percebeu-se que nas dinâmicas de diálogos, os estudantes acabavam tendo dificuldades de compreender o sentido da imagens que estavam sendo construídas, fazendo com que inicialmente os conceitos fossem entendidos, porém quando eles seriam operados para o entendimento do processo, a atenção dos estudantes já estava debilitada e muitos estavam mais dispersos e com dificuldade de acompanhar o trabalho.

A segunda estratégia foi a de buscar discutir os conceitos necessários para o entendimento dos processos, utilizando-se das evidências sobre o processo organizadas pelo professor. Desta forma, o trabalho conceitual ficou em menos destaque, porém, os estudantes demonstraram-se mais entusiasmados em acompanhar o processo e as imagens construídas, interpretadas e imaginadas que eram estabelecidas para o entendimento do processo. Neste sentido, as evidências sendo colocadas para os estudantes e interpretadas em conjunto demonstraram-se uma forma eficiente de desenvolver as operações cognitivas da história, porém o entendimento conceitual, que possibilitaria uma maior facilidade de atribuição e relacionamento com outros contextos, podem exigir uma quantidade de trabalhos com evidências em mais situações e sobre contextos diferentes para uma melhor operação e entendimento conceitual.

Conclusão

A atividade como um todo demonstrou-se bastante satisfatória. A potencialidade da discussão da história local, como elemento de construção de significado sobre os processos



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



do conhecimento histórico, como um conjunto de ferramentas úteis para os estudantes e que ampliou a relação deles com a região em que vivem ficou evidente. Como consequência da potencialidade da história local, temos a necessidade da ampliação das pesquisas sobre a história local e regional, que possa apontar subsídios e ampliar contextos que podem ser utilizados pelos professores em seus planejamentos.

Um dos principais pontos de desafio dos trabalhos relacionados a trabalhos com ensino de história está ligado a dificuldade de trabalhar com os estudantes as complexidades que dão sentido ao conhecimento histórico. Problema que é agravado pelo tempo disponível aos professores para desenvolver atividades com os estudantes. A perspectiva de ampliação das referências e repertório dos estudantes sobre a história do cenário de sua vida (MATTOZZI, 2008, p. 137) serve como importante ponto de tornar o conhecimento histórico como significativo e contribui para que os estudantes desenvolvam um vínculo afetivo positivo e capaz de elaborar avaliações informadas sobre o ambiente em que vivem.

Como último ponto colocado, fica o desafio e a necessidade de se avaliar a quantidade de informações que foram trabalhadas na atividade e um questionamento de como criar formas de avaliar o processo que foi desenvolvido. Na atividade final, os estudantes estiveram satisfeitos em fazer em conjunto e tentar resolver o desafio proposto pelo professor. Porém nível da informação e a capacidade de articulação do processo com outros momentos de estudo ainda é um movimento necessário.

306

Bibliografia

AHLERT, Lucildo; GEDOZ, Sirlei T.. Povoamento e desenvolvimento econômico na Região do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul 1822 a 1930. **CIC Vale do Taquari**. 1999. Disponível em: <<https://www.cicvaledotaquari.com.br/wp-content/uploads/hist-eco-vt-texto3-1822-1930.pdf>> Acesso em 1 de mar. de 2024.

BERNARDI, Francisco. **História de Marau**: uma comunidade laboriosa. Marau: Prefeitura Municipal, 1992.

BERNARDI, Francisco. **Marau**: cem fatos que marcaram seu centenário político. Passo Fundo: Berthier, 2015.

BERNARDI, Francisco. **Marau**: um século de história. Passo Fundo: Berthier, 2018;

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. São Paulo: Editora Perspectiva S. A. 1978. Notações da localização das ideias e dos textos:

FEDERIZZI, Roberta Bassani, WOHLFART, João Alberto. **Salame**: uma história de sucesso em Marau. Passo Fundo: Berthier, 2015.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



FEDERIZZI, Roberta Bassani; BORTOLOTTI, Regiane; DECESARO, Maikyeli Orsato. **Marau**: recortes históricos de seus 65 anos. Marau: FABE, 2020.

GLABER, Louise. Sesmarias. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. MAPA, 2015. Disponível em: <<http://mapa.an.gov.br/images/Sesmarias.pdf>>. Acesso em: 1 de mar. de 2024.

HERRLEIN Jr., Ronaldo. O cenário econômico da Revolução de 1923 (Rio Grande do Sul): mudança estrutural, crescimento e crise da pecuária. **Revista de História Regional** 20(1): 76-97, 2015.

MACHADO, Salvador Ayres Pinheiro. **Mensagem enviada à Assembléia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul pelo vice-presidente, em exercício, General Salvador Ayres Pinheiro Machado na 4ª sessão ordinária da 7ª legislatura em 20 de Setembro de 1916**. Porto Alegre: Oficinas graphics d'“A federação”, 1917. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/relatorios/720500>> Acesso em: 1 de março de 2024.

MATTOZZI, Ivo. **Currículo de história e educação para o patrimônio**. Belo Horizonte: Educação em Revista, n. 47. jun. 2008, p. 135-155.

MEDEIROS, Antonio Augusto Borges de. **Mensagem enviada à Assembléia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul pelo presidente Antonio Augusto Borges de Medeiros na 1ª sessão ordinária da 8ª legislatura em 20 de Setembro de 1917**. Porto Alegre: Oficinas graphics d'“A federação”, 1917. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/relatorios/720500>> Acesso em: 1 de março de 2024.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007, 5 ed.

NEUMANN, Rosane. Terras e colonização: a formação da região colonial de Passo Fundo. In: MACHADO, Ironita A. Policarpo; GERHARDT, Marcos (Org.). **História do mundo rural**: o sul do Brasil. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2017, p. 112-138.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2 ed., 2015.

TEDESCO, João Carlos; BALBINOT, Giovani. **Comércio de carretas e trapiches: a colônia de Guaporé e o porto de Muçum 1892 - 1940**, 2015.

307





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



A INFLUÊNCIA DOS ‘BARÕES DO CAFÉ’ NA CONSTRUÇÃO E TRAJETO DA ESTRADA DE FERRO DOM PEDRO II

Célio César de Aguiar Lima¹

Antes de abordarmos diretamente o tema proposto, julgo importante e necessário criarmos um “pano de fundo” histórico para a compreensão de como era feito transporte do café antes da construção da E. F. Dom Pedro II.

O transporte do café antes da E. F. Dom Pedro II

Antes da instalação ferroviária, o transporte de toda a produção do Brasil, fosse ela açúcar, ouro, algodão e café, eram feitos em lombos de burros, através de imensas tropas de muares que desde o extremo sul do país chegavam até os centros consumidores mais distantes atingindo os portos do litoral.

O muar, cruzamento de égua com jumento, era um animal que oferecia maior resistência que o próprio cavalo, sendo inclusive mais veloz que estes em terrenos acidentados. Criados no extremo sul do país, os muares eram comercializados nas famosas feiras de Sorocaba, adquiridos por tropeiros² que ofereciam seus serviços aos fazendeiros. Alguns cafeicultores, porém, mais poderosos, possuíam suas tropas particulares; por vezes essas não bastavam, e alugavam os serviços de tropeiros.

Eram tropas que transportavam o café até o porto de embarque e daí retornavam com mercadorias necessárias à fazenda, desde sal, carne e peixe secos até tecidos, ferramentas e vinho. Quando não havia mercadoria de retorno, o frete se tornava absurdamente caro.

Entretanto, à proporção que o café avançava para o interior, o custo deste transporte aumentava. Quanto maior a distância entre a fazenda e o porto de escoamento, mais se elevava o frete e menor o lucro do fazendeiro. A situação chegou a um ponto em que plantar café além de Rio Claro, então “boca do sertão”, passou a ser inviável devido ao alto frete.

Facilitar o intercâmbio entre as regiões produtoras de artigos primários e o centro exportador, redistribuidor e consumidor desses artigos sempre foi uma preocupação constante, tanto do Governo Imperial como dos governos provinciais. É de um notável Vassourense, Lacerda Werneck, a seguinte frase:

¹ Doutorando em História no PPGH – Programa de Pós-graduação em História Política da UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: professor.aguiar@hotmail.com – ID Lattes: 3031763802521722

² “Tropeiros” – Indivíduo que compra, vende e conduz tropas de burros. Apud: MARTINS, Ana Luiza. *Império do Café: a grande lavoura do Brasil, 1850 a 1890*. São Paulo: Atual, 1990. Série História em documentos. Pág. 15





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



“Os meios de locomoção e de transporte devem sempre ser a preocupação dos que desejam ver seu país em caminho da riqueza, da abundância e maior bem-estar da população”.³

Pelo transporte do café e pela manutenção de um fornecimento de provisões, os fazendeiros de Vassouras pagavam um preço elevado. Embora muitos fazendeiros acreditassem que o trabalho escravo, incluindo aquele dos tropeiros escravos, era grátis já que o preço da aquisição original estava pago, permanecia o custo de manutenção do trem de tropa, que exigia uma despesa fixa e freqüentemente envolvia perdas com mulas aleijadas ou afogadas e café encharcado ou sujo de lama. Até que a Estrada de Ferro Dom Pedro II mudasse radicalmente o problema, o fazendeiro se rendia ao inevitável: “Sem o trem de carga você não pode ser um fazendeiro da Serra Acima (planaltos).”⁴

A escassez da mão-de-obra escrava e o fracasso de todas as tentativas realizadas no sentido de introduzir inovações técnicas e trabalhadores agrícolas livres, sem, contudo abrir mão da escravidão, colocavam os fazendeiros fluminenses diante do problema de como satisfazer a demanda internacional e cumprir com seus compromissos financeiros. A ampliação da produção dependia de um maior financiamento da agricultura que, dentro do crescimento quantitativo que lhe era peculiar, só podia se expandir na proporção do aumento da área cultivável e do número de escravos. Os fazendeiros contraíam empréstimos empenhando suas safras futuras, e desta forma a expansão da produção se tornava vital para sua própria sobrevivência.

Por outro lado, os preços cada vez mais elevados dos escravos só podiam ser pagos pelos senhores mais ricos, das áreas cafezeiras mais produtivas porque mais recentes, e cuja rentabilidade do solo compensava a inversão tão elevada em escravos. O mesmo não acontecia nas áreas mais antigas e de baixa produtividade. Para ambas importava a redução dos gastos com transporte. As regiões mais férteis eram, via de regra, as de mais recente ocupação e por isso as que ficavam mais distantes do litoral. Nas regiões de baixa produtividade, o custo da produção muito elevado encontraria compensação na redução dos fretes. A Estrada de Ferro Dom Pedro II satisfaria a todos, reforçando a estrutura escravista de produção.

Pressionado pelo grupo escravista fluminense, desejoso de ver a zona cafeeira do Paraíba dotada de um meio moderno de transporte capaz de alivia-la do ônus imposto pelas “tropas de mulas, que tantos escravos absorvia desde a plantação do milho para alimento dos animais até a entrega do café nos portos da Baía de Guanabara, e que se tornava demasiado pesado

309

³ LACERDA WERNECK, André P. *Auxílios à lavoura pela mobilização territorial e agrícola*. Rio de Janeiro: Typographia da Empresa Democrática, 1886, Pág. 37.

⁴ WERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda (Barão do Paty do Alferes). *Memória sobre a fundação e costeiro de uma fazenda na província do Rio de Janeiro*. 4ª Ed., Rio de Janeiro: 1878. Pág. 94.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



com o fim do tráfico de africanos, o governo se apressou em promulgar a 26 de junho de 1852 a Lei nº. 641 que autorizava a construção de estradas de ferro no Brasil.⁵

Na medida em que prosperavam as fazendas cafeeiras e proliferavam os extensos cafezais devastando as matas do vale do Paraíba, exigia-se cada vez mais a utilização de braços escravos que se encontravam por vezes ocupados em atividades não agrícolas. Uma dessas atividades, não propriamente agrícola, mas em grande parte associada à produção das fazendas, era o transporte do café através de tropas de mulas, conduzidas muitas vezes por escravos.

“As mulas partem das fazendas, carregadas e divididas em oito, dez ou doze seções formando o que se chama a tropa. Cada seção comporta sete mulas, sob a vigilância de um negro que delas cuida e que se chama tocador. O chefe da tropa é o arreador, homem livre, que tem a confiança de seu amo e a responsabilidade da viagem.”⁶

A liberação desta mão-de-obra para sua utilização no trato dos cafezais, no entanto, dependia da existência de um outro meio de transporte para a produção cafeeira da província.

É certo que a utilização dos tropeiros, homens livres envolvidos com o transporte de café através das tropas de muare, deu um alívio imediato a tal problema. Mas o crescimento econômico da província do Rio de Janeiro andava a passos ligeiros e em pouco tempo, nos períodos de safra abundante, tornava-se impossível escoar toda a produção das fazendas por este insuficiente meio de transporte e assim parte do café produzido e sem possibilidade de imediato escoamento, estragava e se perdia sem mesmo ter saído da fazenda.

Aquela “pessoa muito importante das fazendas de café”⁷ – o arreador – estava incumbida do controle dos tropeiros ou tocadores e da responsabilidade da chegada segura da valiosa carga de café ao armazém do comissário, distante léguas na costa. Para tais posições, os fazendeiros de Vassouras empregavam imigrantes portugueses dos Açores, quase sempre solteiros. Exemplo disso foi o arreador que se descreveu no tribunal como “José de Menezes Vasconcellos, um homem branco, nascido na Ilha Terceira, 24 anos, solteiro”⁸.

Pelos serviços prestados ao proprietário da fazenda São Fernando em 1850 – 1851, um arreador recebeu aproximadamente Rs.30\$000 por mês, um terço a mais que um salário pago a outro “empregado livre”, o supervisor da secagem no terreiro. Sem dúvida o proprietário

310

⁵ Brasil – Decreto nº. 641 de 26 de junho de 1852 In: *Estrada de Ferro Dom Pedro II – sua organização, estatutos e regulamentos*, Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1856, Pág. 1 – 5. Apud: EL-KAREH, Op. Cit. Pág. 12

⁶ RIBEIROLLES, Charles de. *Brasil Pitoresco: história, descrição, viagem, colonização, instituições*. Trad. Gastão Penalva. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1980. Vol. 1. Pág. 216. Esta obra foi publicada originalmente em fascículo na década de 1860. Apud: RABELLO, Op. Cit. Pág. 32.

⁷ A. d'E. Taunay, *História*, IV, 371, citando Jules d'Assier.

⁸ Da testemunha no caso de Francisco Aleixo vs. José Lourenço. APV, 1847. Apud: STEIN, Op. Cit. Pág. 18 -23





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



não calculava dessa maneira, mas o fato é que 20% da força de trabalho masculina produtiva e efetiva da fazenda (“sempre escolhida entre os melhores”⁹) ou sete entre 35 escravos eram tirados do campo para trabalhar como tropeiros. As despesas com o transporte não terminam aqui.

As contas incluíam tais entradas no valor de Rs.455\$000 pagos por “uma mula de carga para substituir outra que morreu”, o custo de duas peças especiais de arreamentos de madeira gravada totalizando Rs.6\$000, mais o preço pago a “João Benguella pelo aluguel de uma mula de carga, Rs.12\$500”, para não mencionar o “custo de homens e animais no Rancho Alto” durante um período de cinco meses ou Rs.300\$220.¹⁰ Além do mais, quando os fazendeiros enviavam café para Iguaçu, seus comissários cobravam o baldeamento feito por barcos para o mercado do Rio de Janeiro,¹¹ alimentação e pastagem enquanto aguardavam a carga de retorno.¹²

De acordo com o relato¹³ de um tropeiro ex-escravo, na manhã de uma viagem para a costa, as mulas eram trazidas para o armazém da fazenda. Pesava-se na balança da fazenda uma grande saca de couro (broaca) com quatro arrobas de café. Um arreo de carga era colocado na mula para carregar oito arrobas igualmente distribuídas dos dois lados; se a mula pinoteava quando carregada, uma arroba extra era jogada no seu lombo “para acalma-la”. Para proteger contra chuvas fortes e quedas imprevistas durante a viagem, cobria-se as sacas com uma capa de couro cru amarrada com uma correia apertada com um torniquete no topo da carga.

Dois tropeiros escravos supervisionavam cada lote de sete burros. Nunca se usavam cavalos para transportar carga porque a “experiência mostra que eles não suportam marchar de 60 a 80 Km diariamente” por estradas deficientes e não “passavam com segurança nas infinitas poças de lama formadas durante as estações chuvosas”.¹⁴ Após receber as últimas instruções do fazendeiro e uma papeleta com o peso de carga de café, a viagem começava.

311

⁹ Alfredo de Barros e Vasconcellos, Capitão de Engenheiros, em *Relatório do presidente da província do Rio, 1º de junho de 1860*, Pág. 70. Apud: STEIN, Op. Cit. Pág. 18 -23

¹⁰ Conta corrente da receita e despesa do casal do finado Fernando Luís dos Santos Werneck até o dia 19 de setembro de 1851. Inventário, 1855, falecida: Jesuína Polucena d'Oliveira Serra, inventariante: Dr. João Arsênio Moreira Serra, Fazenda São Fernando, APV (Arquivo Público de Vassouras), 1855. Apud: A. d'E. Taunay, *História*, IV, 356 – 358.

¹¹ Geralmente registrado na conta corrente expedida pelo comissário como “frete de barco”, em 1850 cobrava-se Rs.0\$80 por arroba. Conta de venda e líquido rendimento...de café que de sua Fazenda São Fernando me consignou o Ilmo. Sr. Dr. João Arsênio Moreira Serra. Inventário, 1855, falecida: Jesuína Polucena d'Oliveira Serra. APV, 1855. Os barcos tinham velas e carregavam de oito a 35 toneladas com uma tripulação de três a cinco pessoas. *Relatório do presidente da província do Rio, 1855*, Pág. 56. Apud: A. d'E. Taunay, *História*, IV, 356 – 358.

¹² Motta & Cia. Para Anna Maria da Luz Jordão na conta de 22 de novembro de 1858. APV, 1859. Apud: A. d'E. Taunay, *História*, IV, 356 – 358.

¹³ Apud: A. d'E. Taunay, *História*, IV, 356 – 358.

¹⁴ SIQUEIRA, Alexandre Joaquim de. *Memória Histórica do Município de Vassouras*, Rio de Janeiro, 1852, Pág. 04. A maioria das mulas vinha da feira de Sorocaba, São Paulo, realizado todo ano em abril e maio, exatamente antes da colheita do café. A. d'E. Taunay, *História do café*, IV, 342, 361, 371, 375. Somente em 1877 as notícias sobre a feira de Sorocaba foram reproduzidas nos jornais de Vassouras. Apud: A. d'E. Taunay, *História*, IV, 356 – 358.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Na frente ia a mula condutora, em seguida os tropeiros escravos caminhando penosamente ao lado de suas mulas de carga, levando às vezes em suas mãos “cabaças cheias de feijão-preto misturado com farinha branca” para comerem durante a viagem.¹⁵ Os tropeiros e arreadores que vinham por último estavam sempre armados, os últimos com pistolas e os primeiros com facas compridas presas às costas seguras pelo cinto.¹⁶ No fim da tarde, a tropa procurava um rancho ou estação secundária para pernoitar. Não encontrando nenhuma, os viajantes fatigados freqüentemente acampavam no meio da estrada ou trilha, descarregavam as sacas de café e arreios e acendiam uma fogueira para esquentar seu feijão, arroz e café.¹⁷ Dias mais tarde, os homens cobertos de poeira e suor chegavam às portas do comissário no Rio ou Iguazu, onde o café era descarregado e pesado imediatamente, e o total, comparado com a lista feita pelo fazendeiro. Alguns dias de descanso, e a viagem de volta com provisões começava.

Além da dispendiosa manutenção das tropas de carga, os danos sofridos pelo café e pelos animais durante a viagem acarretavam queixas intermináveis por parte dos fazendeiros do interior.

“Os habitantes desse município precisavam lutar contra estradas horríveis, poças de lama e precipícios que consomem a maior parte do lucro acumulado de seus produtos ... e causam morte de seus animais”, escreveu um fazendeiro em 1835.¹⁸

312

Outro se queixou em 1850:

“Temos tido muitas tempestades ... os animais ficam assustados ao passarem por um lamaçal tão alto quanto seus peitos, ou quando caem pela beira da estrada. Os tropeiros ficam cobertos de lama ao tentar salvar as sacas de café que na maioria ficam úmidas, e o café se estraga. Numa tropa de mulas, quatro ou cinco geralmente se afogam nesse mar de lama.”¹⁹

Num trecho particularmente difícil o “tropeiro, árduo trabalhador, amaldiçoa a hora em que nasceu”!²⁰

Lama e poças profundas eram temas recorrentes e outras queixas:

¹⁵ Walsh, *Notices of Brazil*, II, pág. 27. Apud: A. d'E. Taunay, *História*, IV, 356 – 358.

¹⁶ De acordo com posturas municipais, arreadores e tropeiros tinham permissão para andar armados quando estivessem trabalhando. *Posturas da Câmara Municipal de Vassouras*, 1831, Parte 2, Título 3, Artigo I. Apud: A. d'E. Taunay, *História*, IV, 356 – 358.

¹⁷ *Posturas da Câmara Municipal de Vassouras*, 1857, Artigo 65. Apud: A. d'E. Taunay, *História*, IV, 356 – 358.

¹⁸ APV, 1835. Apud: A. d'E. Taunay, *História*, IV, 356 – 358.

¹⁹ Apud: A. d'E. Taunay, *História*, IV, 356 – 358.

²⁰ Barão de Paty para Bernardo Ribeiro de Carvalho, Fazenda Monte Alegre, 1854. Documentos referentes à família Werneck. Arquivo Nacional. Apud: A. d'E. Taunay, *História*, IV, 356 – 358.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



“Quando as chuvas vêm, as estradas custam a secar; chuvas diárias, falta de luz solar e a constante marcha de tropas e gado transformam os leitos de estradas num mingau de lama tão profundo que freqüentemente muitos animais são encontrados afogados no meio dela.” Óbvias também eram as conseqüências dessa situação: “Grandes prejuízos ao fazendeiro, que não apenas perde o animal pelo qual pagou um bom preço, mas ainda perde no preço de seu café, estragado pelo contato com a lama”.²¹

A situação ficou tão ruim que, em 1854 e nos primeiros meses de 1855, a assembléia provincial foi informada que os custos de transporte absorviam mais de um terço do valor do café trazido do interior.²²

Como produtores e expedidores de café para os portos costeiros, os fazendeiros insistiam que os “mais desejáveis melhoramentos” fossem “facilidade de comunicação acima de tudo” e que as estradas fossem preparadas para as fortes torrentes de novembro, “não apenas para o período seco”.²³ Pela metade do século tornou-se mais do que evidente que a participação dos fazendeiros na manutenção das estradas, apesar das posturas municipais em contrário, era inteiramente inadequada. Na verdade, a penúria do antigo tesouro municipal e a imprecisão dos regulamentos municipais tornavam difícil calcular onde deveria cair a responsabilidade para a construção e manutenção das estradas locais – se sobre o fazendeiro ou a municipalidade.²⁴ Em 1830, uma estrada não pública, portanto não-municipal, foi definida como “privativa, usada por alguns residentes” e deveria ser mantida pelos usuários contanto que sua junção com qualquer estrada geral fosse mantida pelo fundo provincial ou imperial.²⁵

A falta de uma definição precisa para “alguns residentes” resultou num regulamento apresentado em 1831 afirmando que todos os proprietários de terras deveriam manter... drenar e limpar estradas que defrontassem com suas propriedades.²⁶ Quatro anos mais tarde, as autoridades municipais aumentaram a responsabilidade dos fazendeiros, exigindo

313

²¹ SIQUEIRA, Alexandre Joaquim de. *Memória Histórica do Município de Vassouras*, Rio de Janeiro: 1852, Pág. 5. Apud: STEIN. Op. Cit. Pág. 120

²² *Relatório do presidente da província do Rio, 1855 – 59; Relatório da comissão encarregada da revisão da tarifa... apresentada... ao governo imperial* (Rio de Janeiro, 1853), Pág. 279. Apud: STEIN. Op. Cit. Pág. 120

²³ SIQUEIRA. Op. Cit., Pág. 5

²⁴ Ambrozio de Souza Coutinho para a Câmara Municipal de Pati do Alferes, 13 de dezembro de 1829, Artigo 9. “Uma vez que a Câmara não tem fundos para reparar estradas públicas...” APV, 1829. Apud: STEIN. Op. Cit. Pág. 120

²⁵ Posturas da Câmara Municipal de Pati do Alferes, 1830, Artigo II. APV, 1830. Apud: STEIN. Op. Cit. Pág. 120 - 130

²⁶ Projecto de posturas da Câmara Municipal de Vassouras, 1831, Parte 3, Título 3, Artigo 2. APV, 1831. Apud: STEIN. Op. Cit. Pág. 120 - 130





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



explicitamente que também fizessem a manutenção das estradas provinciais ou imperiais que passassem por suas terras.²⁷

Por outro lado, as intempéries do clima tropical da região e a precariedade de tal meio de transporte através de um relevo tão acidentado e com passagens íngremes e alagadiças, faziam com que grande parte da produção que conseguia sair das fazendas se perdesse durante o próprio percurso.

No final de tão tormentoso trajeto, estava a cidade do Rio de Janeiro e suas diversas casas comissárias, intermediárias na comercialização da produção cafeeira. Através destes comissários, o café produzido nas fazendas com mão-de-obra escrava, assumia a feição de mercadoria capitalizada, sendo comprada pelas firmas exportadoras estrangeiras e seguindo rumo a outros países, na esfera do capitalismo internacional.²⁸

Trazido novamente à baila em 1853, o espinhoso problema proposto pela linguagem imprecisa de posturas municipais relacionado à manutenção de estradas foi tratado por uma comissão municipal que declarou que “desde que não encontramos em nenhuma lei uma definição do que constitui uma estrada pública ou particular, precisamos dar essas palavras seu significado popular segundo o qual uma estrada usada por alguns fazendeiros não seja considerada pública”.²⁹

Uma palavra final, até onde os regulamentos municipais diziam respeito, apareceu em 1857. Os fazendeiros receberam ordens de manter em boas condições qualquer estrada municipal que se defrontasse com suas propriedades, sendo tal estrada definida como qualquer “estrada freqüentada que conduzia a aldeias do município, a qualquer município vizinho ou a qualquer estrada provincial ou imperial que a atravessasse”.

Nessa época, no entanto, foi feita uma tentativa para definir aqueles termos elusivos, “alguns” e “freqüentadas”; classificadas como estradas municipais estavam aquelas estradas particulares que levavam aos mesmos lugares dando “trânsito a dez ou mais pessoas que vivem no mesmo número de casas por um período de cinco anos com conhecimento e tolerância dos respectivos donos de propriedades dando frente para a estrada”.³⁰

A indiferença da Câmara Municipal em relação à manutenção das estradas teve suas origens nos modelos econômicos divergentes entre cidade e campo. Vassouras, a cidade, dependia da atividade comercial da estrada geral que atravessava suas ruas estreitas. Diante de uma sugestão feita na década de 1840 de que o traçado da estrada geral fosse refeito a fim de encurtar sua extensão, o presidente da Câmara se apressou em explicar que o seu primeiro

314

²⁷ APV, 1837. Apud: STEIN. Op. Cit. Pág. 120 - 130

²⁸ Quanto aos Comissários de Café, este tema será melhor trabalhado no Capítulo 03 deste trabalho.

²⁹ Joaquim José Teixeira Leite e Camillo de Carmo para CMV (Câmara Municipal de Vassouras), 20 de abril de 1853. Apud: STEIN. Op. Cit. Pág. 120 - 130

³⁰ *Posturas da Câmara Municipal de Vassouras, 1857*, Título 5, Artigo 68, 69. Apud: STEIN. Op. Cit. Pág. 120 - 130





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



efeito seria a “ruína da cidade de vassouras”. “Todo mundo sabe”, continuava sua petição, “que a estrada é a única fonte de vida e prosperidade”.

Então, num tom profético, advertiu que “se vocês tirarem essa estrada da cidade, a cidade terá que se mudar também”.³¹ Os fazendeiros mantinham mais laços sociais que econômicos com a cidade, para onde enviavam suas famílias a fim de passar parte do ano em casas da cidade, para participar de festividades da igreja e da vida social da pequena nobreza comercial e proprietária de terras. Sua produção de café, por outro lado, vinha diretamente do município para Iguazu e para o Rio.

O fato de os inspetores municipais importunarem os fazendeiros pela não manutenção das estradas,³² enquanto a Câmara Municipal usava a receita pública para obras e benfeitorias na cidade não era, na verdade, um contra-senso, já que a receita derivava de impostos sobre atividades comerciais e não agrícolas: casas comerciais da cidade, tabernas, vendas, mascates, hotéis, barbearias, alfaiatarias, marcenarias, sapatarias, açougues e pontos de venda de bilhetes de loteria.

Os fazendeiros tinham que usar seus próprios recursos para construir e manter estradas vicinais que passassem por suas terras ou de vizinhos até a junção com as estradas gerais do governo provincial.³³

E freqüentemente zelosos fazendeiros encontravam obstáculos erguidos por seus vizinhos. Bernardo Caetano de Freitas mandou abrir uma trilha “simples” entre Rio Bonito e a margem do rio Paraíba ligando a picada que seus vizinhos usavam para comunicação entre suas fazendas. Uma vez concluída a trilha, ele achou que “todos os meus vizinhos negligenciam seu sagrado dever de manter as estradas que passam por sua propriedade”. O que o irritou ainda mais foi que eles não limpavam partes da trilha onde árvores cortadas na mata virgem foram deixadas atravessadas no caminho. Custódio Coelho, a quem Freitas pagou uma pequena soma para abrir um atalho, usou o dinheiro para limpar sua terra, deixando as

315

³¹ Joaquim José Teixeira Leite ao presidente da província do Rio, março de 1846. APV, 1846. Quase a mesma afirmação apareceu 18anos mais tarde quando uma comissão municipal de finanças afirmou que o comércio era a “principal fonte dessas receitas da Câmara”. João Ribeiro dos Santos Zamith à CMV, 22 de novembro de 1865. APV, 1864. . Apud: STEIN. Op. Cit. Pág. 120 - 130

³² Relatório de fiscais à CMV; Joaquim Antônio de Macedo Tupinambá, 15 de janeiro de 1856; Antônio José Enéas, 27 de janeiro de 1857; Fabianno Carlos de Araújo, 3 de setembro de 1857; Antônio José Enéas, 1860, e Antônio Florêncio Pereira do Lago, Chefe do 4º distrito de Obras Públicas da Província do Rio de Janeiro à CMV, 11 de dezembro de 1862. Tudo no APV. Apud: STEIN. Op. Cit. Pág. 120 - 130

³³ Com a expansão do café e da atividade comercial entre Minas e os portos costeiros, o município de Vassouras vangloriava-se de ter pelo menos seis estradas provinciais paralelas atravessando em direção à Serra do Mar e descendo às planícies do Rio: Estrada de Marcos da Costa, do Pilar, do Vernek, do Commercio, da Polícia e a Estrada do Rodeio. Apud: SIQUEIRA, Alexandre Joaquim de. *Memória Histórica do Município de Vassouras*, Rio de Janeiro: 1852, Pág. 11. Apud: STEIN. Op. Cit. Pág. 120 - 130





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



árvores amontoadas na trilha.³⁴ Quatro meses se passaram até que as autoridades municipais verificassem as queixas de Freitas.

Houve o caso de Salvador de Figueiredo, que alegou não ter limpado sua parte da estrada durante dois anos porque “estava convencido de que por lei e senso comum os proprietários deviam conservar apenas aquelas estradas úteis ao trânsito público de viajantes e não para o conforto pessoal de dois ou três fazendeiros”. Já que ele não tinha mão-de-obra escrava excedente para limpar a estrada, tinha que “implorar aos seus amigos para efetuar o trabalho à sua custa... a não ser que eles quisessem gentilmente pagar eles mesmos”.

Com um estilo floreado encerrou seu discurso: “Como quer que seja feito, aceitarei como um grande favor e caridade.”³⁵ Não houve qualquer espírito de cooperação quando Honório Francisco Caldas enviou escravos para repararem uma parte da estrada que sua represa danificara ao transbordar. Nesse local encontraram um fazendeiro enraivecido que insistiu que o nível da represa ficasse permanentemente baixo e que Caldas o indenizasse por perdas e danos.

Caldas chamou de volta seus escravos e deixou uma “imensa poça de lama” que impedia todo o tráfego. Perguntou o diligente inspetor da Câmara: “Essa Respeitável Corporação aterrará a poça ou reabrirá a antiga estrada?”³⁶ Quando os inspetores importunavam os fazendeiros com queixas quanto à falta de manutenção das estradas, esses retrucavam que “em tempos passados a estrada era conservada pelos cofres provinciais”³⁷ ou “a Câmara deveria cuidar de tais necessidades”³⁸, ou se refugiavam em brechas legais deixadas nas posturas, insinuando que uma estrada continuava sendo particular, não municipal, porque tinha sido usada sem seu conhecimento e tolerância”.³⁹

Enquanto a maioria dos fazendeiros negligenciava as estradas, outros ansiosos por terra incorporavam-nas a suas propriedades “destruindo pontes, cavando valas ou empilhando madeira no meio do leito da estrada”,⁴⁰ dando um péssimo exemplo aos seus vizinhos caso não fossem punidos. E depois que os escravos foram libertados, as boas intenções dos

316

³⁴ Bernardo Caetano de Freitas para a Câmara Municipal de Pati, 14 de janeiro de 1830, APV. Apud: STEIN. Op. Cit. Pág. 120 - 130

³⁵ Salvador Lopes de Figueiredo à CM de Pati do Alferes, Fazenda do Cordeiro, 31 de dezembro de 1830. APV, 1830. Apud: STEIN. Op. Cit. Pág. 120 - 130

³⁶ APV, 1867. Apud: STEIN. Op. Cit. Pág. 120 - 130

³⁷ Fiscal Joaquim Antônio de Macedo Tupinambá para CMV, 1856, APV, 1856. Apud: STEIN. Op. Cit. Pág. 120 - 130

³⁸ Tupinambá para CMV, 12 de março de 1855. APV, 1855. Apud: STEIN. Op. Cit. Pág. 120 - 130.

³⁹ Suplicante: Francisco Gomes d'Assunção, Suplicado: Salustriano de Souza Freitas, março de 1879. APV, 1879. Apud: STEIN. Op. Cit. Pág. 120 - 130

⁴⁰ Antônio Florêncio Pereira do Lago para CMV, 11 de dezembro de 1862. APV, 1862. . Apud: STEIN. Op. Cit. Pág. 120 - 130





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



fazendeiros com relação à manutenção das estradas não tinham vez porque lhes faltava mão-de-obra e dinheiro.⁴¹

Como um corpo eleito, a Assembléia provincial reagia às poderosas pressões exercidas por eleitores de uma província agrícola em expansão e muita prosperidade. Logicamente os fazendeiros solicitavam aos representantes provinciais capitais suficientes para manter aquelas estradas gerais próximas às fazendas de café em expansão. Os fazendeiros também não eram contra a possibilidade de obter um bom lucro através da venda da madeira de suas florestas a “preços excessivamente elevados” para uso na construção de pontes nas estradas provinciais.⁴²

Nervosos com a constante pressão pela construção de estradas por toda a província, os presidentes provinciais da metade do século cuidavam das estradas que haviam proliferado por toda a parte, e o ônus de sua manutenção ficava por conta dos orçamentos provinciais. Dentro do município de Vassouras, havia numerosos exemplos de estradas gerais paralelas, uma substituindo a outra em importância e – quando sua utilidade desaparecia – em abandono.

Joaquim José Teixeira Leite estava sem dúvida motivado pelos sucessivos abandonos num período de 15 anos do Caminho Novo, Estrada do Vernek e estrada do Commercio, quando censura as autoridades provinciais. “Existem tantas estradas não apenas úteis, mas de extrema necessidade, e não há fundos para sua conservação”, enquanto “despesas desconcertantes são feitas sem nenhuma certeza de que serão benéficas, ou melhor, com evidentes sinais de sua importância.” “Certamente”, alegou, “a experiência deveria ter ensinado que é um grande erro construir inumeráveis estradas e imediatamente abandoná-las.” Filosoficamente, concluiu: “Essa Câmara... sabe por experiência que existem duas classes de indivíduos sempre prontos a prometer milagres raramente cumpridos: descobridores de minas e de pequenos atalhos.”⁴³

Por toda a província do Rio, os problemas das estradas de Vassouras foram duplicados anos após anos e resumidos com fraseologia semelhante. O relatório de 1841 do presidente provincial atacava o desvio dos fundos de manutenção de estradas, sobrando pouco para completar artérias importantes e complicando qualquer supervisão oficial.⁴⁴ “As antigas estradas seguiam planos deficientes”, escreveu um presidente em 1854, “e a prova reside no fato de que seria difícil encontrar em todo o nosso país um território atravessado por tantas estradas quanto nossa província.”⁴⁵

317

⁴¹ Registro Fiscal, 7 de janeiro de 1889. APV, 1889. Apud: STEIN. Op. Cit. Pág. 120 - 130

⁴² *Relatório do presidente da província do Rio, 1º de março de 1841*, Pág. 24. Apud: STEIN. Op. Cit. Pág. 120 - 130

⁴³ Joaquim José Teixeira Leite para o presidente da província do Rio, março de 1846. APV, 1846. Apud: STEIN. Op. Cit. Pág. 120 - 130

⁴⁴ *Relatório do presidente da província do Rio, 1º de março de 1841*, Pág. 22 - 24. Apud: STEIN. Op. Cit. Pág. 120 - 130

⁴⁵ *Relatório do presidente da província do Rio, 1º de agosto de 1854*, Pág. 08. Apud: STEIN. Op. Cit. Pág. 120 - 130





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Quatro anos mais tarde, outro presidente lamentava as “dispendiosas estradas que satisfazem apenas pressões locais e interesses muito limitados quando a vida de nossa nação exige a construção de grandes artérias que tracem linhas principais de nosso sistema de transporte”.⁴⁶ No ano seguinte foram realçados os defeitos e distorções dentro da hierarquia administrativa provincial onde o presidente investigou a “falta de continuidade administrativa, sucessão rápida de presidentes, aborrecimentos e inimizade encontrada por quem decide se opor a milhares de interesses individuais e desse modo perde o zelo e dedicação.”⁴⁷

Meses mais tarde, outro registro criticava a situação em que “muitas estradas paralelas competem umas com as outras, ligando pontos terminais sem levarem a um ponto importante...” nas seções intermediárias.⁴⁸ Examinando mais de meio século de construção de estradas, o relatório provincial de 1861 observou que “quase todas as estradas foram construídas em solo impróprio e se deterioravam por causa da constante passagem de tropas e outros veículos...” e os estragos de “copiosas chuvas de verão que só podem ser reparados no fim da estação... Fazer reparos no verão seria jogar dinheiro fora”.⁴⁹

O relatório presidencial retornou no ano seguinte ao tema “plano incompleto”, “interesses locais ao acaso” e o “caráter temporário da construção de estradas” – um ciclo de 25 anos de queixas -, embora mitigasse sua crítica com a observação de que tais práticas eram comuns entre “países jovens, que, na falta de experiência, tentam apressar o caminho do progresso material.”⁵⁰

Na sua ânsia de construir estradas rapidamente, sem contar com suficiente força de trabalho para obras públicas, as autoridades provinciais passaram para os empreiteiros a construção e manutenção de estradas. Esse sistema mobilizou dois interesses conflituosos, o desejo de obter lucros maiores *versus* a boa manutenção das estradas. A luta era desigual, conforme registros provinciais informaram à Assembléia.

Contratos pobremente redigidos superestimavam os custos, permitiam especulação e favoreciam os astutos, que se aproveitavam também do número insuficiente de engenheiros supervisores designados para cobrir amplas áreas.⁵¹ Existia um pequeno policiamento nas estradas para impedir e corrigir o mau procedimento de tropeiros e carroceiros. Na verdade, a confiança da província na fé contratual sem garantia de supervisão durante a construção e manutenção forjou um círculo de irresponsabilidade.

Chamado para prestar contas sobre o péssimo estado da estrada, o empreiteiro da construção se defendia citando cláusulas contratuais ou acusando viajantes por estragos que ele havia

318

⁴⁶ Relatório, 1858, Pág. 83. Apud: STEIN. Op. Cit. Pág. 120 - 130

⁴⁷ Relatório, 1º de agosto de 1859, Pág. 48. Apud: STEIN. Op. Cit. Pág. 120 – 130

⁴⁸ Relatório, 16 de abril de 1861, Pág. 14-15. Apud: STEIN. Op. Cit. Pág. 110 – 130.

⁴⁹ Relatório, 4 de maio de 1862, Pág. 68. Apud: STEIN. Op. Cit. Pág. 110 – 130.

⁵⁰ Relatório, 4 de maio de 1862, Pág. 68. Apud: STEIN. Op. Cit. Pág. 110 – 130.

⁵¹ Relatório, 3 de maio de 1864, Pág. 7. Apud: STEIN. Op. Cit. Pág. 110 – 130.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



reparado “na véspera”; os viajantes alegavam que o estrago era inevitável porque tinham que se livrar das enormes poças de lama, e o indolente empreiteiro dizia que o mau tempo era a *force majeure* de “tantos danos”. Tal irresponsabilidade beneficiava apenas o empreiteiro de manutenção, que seguia o “ortodoxo preceito de salvar sua própria pele” e esperava pacientemente que o “sol reparasse todos os estragos que a chuva avia causado”.⁵² Desse lamaçal administrativo e financeiro, uma ferrovia parecia ser a saída imediata.

Pressionado pelo grupo escravista fluminense, desejoso de ver a zona cafeeira do Paraíba dotada de um meio moderno de transporte capaz de aliviar-la do ônus imposto pelas “tropas de mulas, que tantos escravos absorvia desde a plantação do milho para alimento dos animais até a entrega do café nos portos da Baía de Guanabara, e que se tornara demasiado pesado com o fim do tráfico de africanos, o governo se apressou em promulgar a 26 de junho de 1852 a Lei n.º. 641 que autorizava a construção de estradas de ferro no Brasil.”

Apesar de questionável o fato de ter sido a implantação ferroviária no Rio de Janeiro monopolizada pela tecnologia e matéria prima inglesa⁵³, é importante observar que tal implantação era duplamente interessante para os ingleses. Por um lado, as estradas de ferro ofereciam transporte mais rápido e seguro do que qualquer outro meio de transporte então utilizado no século XIX e isto não só barateava e tornava mais seguro o envio de café ao porto do Rio de Janeiro, como também facilitava o acesso dos produtos industrializados até as fazendas.

319

Diante da construção da E. F. Dom Pedro II, qual a região seria beneficiada

Diferente de outros países, como Inglaterra e Estados Unidos onde a construção de malhas ferroviárias foi idealizada por uma burguesia capitalista representantes de uma segunda ou terceira geração de homens da Revolução Industrial, no Brasil, a Estrada de Ferro Dom Pedro II, foi criada pela pressão e necessidades dos homens ligados a produção de café no Vale do Paraíba.

A construção de uma ferrovia atravessando uma região já ocupada e economicamente mais próspera do país colocava em jogo muitos e variados interesses. Não se tratava, como no caso norte-americano, da oposição feita por interesses já estabelecidos e ligados às vias e meios de transporte.

Ali, as companhias responsáveis pela abertura de canais e pela navegação a vapor dos lagos e rios só admitiram a estrada de ferro como um complemento de suas atividades, mas nunca

⁵² *Relatório, 1858, Pág. 84-85.* Apud: STEIN. Op. Cit. Pág. 110 – 130.

⁵³ Constatamos a presença de locomotivas e vagões de fabricação francesa, belga e americana sendo utilizada nas estradas de ferro brasileiras, algumas vezes em número maior do que as próprias máquinas vindas da Inglaterra. Apud: EL-KAREH, Op. Cit. Pág. 21





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



como concorrente.⁵⁴ Aqui, a ausência de um grupo de interesses contrário à sua instalação, com exceção daquele representado pela rodovia União e Indústria, o transporte tradicional consistindo nas tropas de mulas, freqüentemente sob o encargo dos fazendeiros, e face às vantagens que apresentava como meio de transporte, a estrada de ferro estava fadada a monopolizar o carreamento da produção do vale para o litoral.

Neste contexto, a incorporação da Estrada de Ferro Dom Pedro II, representava uma tentativa de integração destas três províncias (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais), de modo explícito.⁵⁵ Esta integração, no entanto, não poderia ser seguida simplesmente através da construção de um caminho que as interligassem. Cada uma destas províncias apresentava aspectos peculiares, características econômicas e políticas particulares, que impossibilitavam de imediato, o pleno êxito da proposta inicial.⁵⁶

O ponto de partida desta estrada era certamente a Corte. Se observarmos, a Estrada de Ferro Dom Pedro II buscou atingir as terras férteis do vale do Paraíba e então margeou este rio em busca da produção de suas fazendas, seguindo para o norte em direção à província de Minas Gerais e para o sul, acompanhando os passos do café e conseqüentemente entrando em terras paulistas.⁵⁷

Ao autorizar, em junho de 1852, a construção de estradas de ferro no Brasil, o governo atendia aos reclamos da classe escravista, especialmente a dos fazendeiros de café fluminenses, apreensivos com a interrupção do fornecimento de negros vindos da África. Precisavam se recuperar do golpe que lhes fora recentemente assestado.

As medidas econômicas de conteúdo liberal, adotada a partir daquele ano, como a revisão das tarifas aduaneiras, indicaram sua maior participação e controle nas decisões políticas.

Surgiu a idéia de outra ferrovia, propugnada pelo chamado ‘Movimento de Vassouras’, com os Teixeira Leite à frente e que teria a sua realização na ‘Pedro II’. Acresce, ainda, que havia mais interesse em fazer partir a estrada de ferro da própria cidade do Rio de Janeiro e não de um dos portos do interior da baía de Guanabara, como ocorreu com a estrada de Mauá.

A esta “incredulidade” não escapavam algumas das mais proeminentes figuras da política imperial. É conhecida a frase de Bernardo Pereira de Vasconcelos: “É a estrada de ouro, não de ferro; carregará no primeiro dia do mês toda a produção e ficará trinta dias ociosa” ou

320

⁵⁴ KIRKLAND, Edward C. *História Econômica dos Estados Unidos*. 2ª Ed. México. Fondo de Cultura Econômica, 1947, Pág. 376.

⁵⁵ BRASIL, Coleção das leis do Império. Decreto nº 641 de 26 de Junho de 1852. Autoriza o Governo para conceder a uma ou mais Companhia a construção total ou parcial de um caminho de ferro que, partindo do Município da Corte, vá terminar nos pontos das Províncias de Minas Gerais e São Paulo, que mais convenientes forem. Pág. 04. Apud: RABELLO, Op. Cit. Pág. 54.

⁵⁶ Ver: RABELLO, Op. Cit. Pág. 54.

⁵⁷ Ver: RABELLO. Op. Cit. Pág. 54.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



então a do Marquês do Paraná, respondendo aos vassourenses disse: “Caísse do céu prontinha à estrada que todos desejam e a renda não seria bastante para o custeio”⁵⁸.

Consola-nos, entretanto, saber que esta “incredulidade” não era apenas brasileira. Um vasto anedotário poderia ser citado, reunindo opiniões desfavoráveis à estrada de ferro, nos diversos países da Europa quando tão importante melhoramento foi neles introduzido.

Ocorreu, a princípio, longo período em que se discutia a situação jurídica da concessão feita doze anos antes ao Dr. Thomas Cockrane⁵⁹, enquanto se abria concorrência para a construção da estrada da qual participaram os já citados Teixeira Leite. Tanto o contrato de Cockrane foi dado por nulo – visto não ter sido possível ao interessado apresentar os estudos definitivos dentro do prazo estipulado – como a concorrência foi tomada sem efeito, julgando o governo mais conveniente a organização de uma companhia, em Londres, com capacidade financeira para executar as obras.

As disposições da praça de Londres eram boas e favoráveis à organização da empresa, e, por outro lado, as vantagens oferecidas pelo governo brasileiro (garantia de juros e privilégio de zona) eram de molde a atrair capitais estrangeiros. Todavia, as perturbações do Oriente, que culminaram na guerra da Criméia, modificaram sensivelmente a situação e a essa circunstância deve-se o completo malogro das negociações celebradas em Londres, em setembro de 1853.⁶⁰

Criadas as condições legais para a ligação da Corte com Minas e São Paulo, foi aberta a concorrência pública para sua construção pelo edital de 04 de outubro do mesmo ano (1852). Além de Tomás Cochrane, cujo contrato permanecia em vigor, menos nos novos favores concedidos de garantia de juros e isenção de direitos, apresentaram-se João Batista da Fonseca e Teófilo Benedito Ottoni propondo-se a organizar a companhia para construir a estrada de ferro sem garantia de juros; o visconde de Barbacena, pedindo 4% de garantia de juros; e Joaquim José Teixeira Leite, Caetano Furquim de Almeida e Carlos Teixeira Leite exigindo 4,5% de garantia.⁶¹

Só em princípios de 1855 assinou-se o contrato com o técnico inglês Edward Price para a construção do primeiro trecho da estrada, cujos pontos extremos deveriam ser, o inicial “um ponto ao lado norte da estrada de São Cristóvão, nos arrabaldes do Rio de Janeiro”, e o terminal no “lugar próprio para estação, em uma planície junto ao Rio Guandu, que corre entre as fazendas denominadas Bom Jardim e Belém”.⁶²

⁵⁸ FARIA, Alberto do. *Mauá*, Rio de Janeiro, 1925, Pág. 454.

⁵⁹ Caso já apresentado no Caput. 01, Pág. 06.

⁶⁰ Sobre estas negociações em Londres, ver BATISTA, José Luiz. *O surto ferroviário e seu desenvolvimento*. Anais do III Congresso de História Nacional, Vol. IV, 438, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942, Pág. 454.

⁶¹ EL-KAREH, Op. Cit. Pág. 73

⁶² Sobre estas negociações em Londres, ver BATISTA, José Luiz. *O surto ferroviário e seu desenvolvimento*. Anais do III Congresso de História Nacional, Vol. IV, 438, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942, Pág. 454.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



O advento da estrada de ferro no Brasil foi um fato marcante, e assinalado pelas dificuldades que cercaram os trabalhos de construção. A Estrada de Ferro Dom Pedro II, teve seus trabalhos custeados pelos cofres públicos, de início, já que as concorrências no Brasil e no exterior para esse fim não trouxeram como resultado um acordo que fosse julgado satisfatório pelo Governo, interessado na obra.

Assim, o próprio Estado chamou para si a tarefa de organização de uma companhia e aprovados os seus estatutos, e pelo contrato firmado a 10 de maio de 1855, o Governo concedeu à companhia o privilégio exclusivo, pelo espaço de 90 anos, para “construir, usar e custear uma estrada de ferro, que partindo do Rio de Janeiro e passando pelos municípios da Corte e de Iguaçu, transpusesse a Serra do Mar no ponto mais conveniente e que, no espaço compreendido entre esta serra e o rio Paraíba, fosse dividida em dois rumos, um dirigindo-se para a povoação de Cachoeira, em São Paulo, e o outro para o Porto Novo do Cunha, nos limites do Rio de Janeiro com Minas Gerais.⁶³ Simultaneamente, organizava-se no Rio de Janeiro a companhia, à qual por decreto de 9 de maio de 1855, foi transferido o contrato assinado em Londres, com privilégio exclusivo pelo prazo de noventa anos, para “construir, usar e custear” uma estrada de ferro que partindo da Capital, transpusesse a Serra do Mar no ponto mais conveniente e no espaço compreendido entre esta Serra do Mar no ponto mais conveniente e no espaço compreendido entre esta Serra e o Rio Paraíba se dividisse em dois rumos, um dirigindo-se para Cachoeira⁶⁴, em São Paulo, e outro ao Porto Novo do Cunha, nos limites do Rio de Janeiro com Minas Gerais. No mês seguinte foram iniciados os trabalhos da primeira seção, até Belém⁶⁵, cujo percurso foi completado e inaugurado em 1858. Aí começaram as grandes dificuldades de transposição da serra, vencida por uma série de treze túneis, um dos quais com mais de dois quilômetros de extensão. Em 1863 inaugurava-se a estação de Rodeio⁶⁶.

O grande interesse que por essa via férrea tomou Vassouras foi tão longe que, na sessão de sua Câmara Municipal, realizada a 19 de julho de 1854, resolveu esta pedir ao Ministro do Império a maior urgência no andamento das obras da estrada, obtendo do mesmo titular a seguinte resposta:

“Palácio da Presidência da Província do Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1854 – Declaro à Câmara Municipal da Vila de Vassouras, em resposta ao ofício que em data de 19 de julho findo me dirigiu, sobre a conveniência de se promover com urgência o começo e andamento da estrada de ferro do Vale do Paraíba, que não deixará de ser tomado em consideração tão importante objeto em tudo quanto depender do governo imperial, segundo me comunicou o Exmo. Sr. Ministro do Império, em aviso de 18 do corrente mês – Visconde de Baependy.”⁶⁷

⁶³ RAPOSO. Op. Cit. Pág. 153.

⁶⁴ Cachoeira – atual Cachoeira Paulista/SP

⁶⁵ Belém – atual Japeri/RJ

⁶⁶ Rodeio – atual Eng.º Paulo de Frontin/RJ

⁶⁷ RAPOSO, Op. Cit. Pág. 128 - 9.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Não há presentemente em toda esta cidade e fora dela quem ignore estes fatos e raro é o vassourense que não se julgue honrado com eles. Os serviços que Vassouras prestou à Estrada de Ferro D. Pedro II são do domínio da história e não podem ser por isso contestados.⁶⁸ Entretanto foi desprezado o traçado do Morro Azul, pelo qual Vassouras se interessava, e preferido o de Ribeirão de Macacos, que lhe era em tudo prejudicial. Há, todavia um fato a assinalar agora, fato que vem de certo modo esclarecer a situação que nos cumpre desvendar.

A região de Vassouras que era caracterizada como grande produtora de sacas de café, sendo, portanto, aceitável que os trilhos passassem por Vassouras. Mas, na realidade, o que determinou o traçado ou qual o plano seguiria foi o peso dos contendores de ambos os lados, que aliados ao percalço geográfico fez com que os trilhos subissem pelo Ribeirão dos Macacos.

A posição de Barra do Pirai era excepcional para centro de escoamento do café. Além da confluência dos rios Pirai e Paraíba do Sul, situavam-se ela a meio caminho entre os caminhos que desciam a Serra do Mar e iriam terminar na planície costeira conhecida mais tarde como baixada fluminense, a um passo do Rio de Janeiro. Sua posição permitia manter contato direto, via vila de Pirai e o rio Pirai, com uma rota terrestre que saía de Mangaratiba, no litoral Fluminense, terminando em Barra Mansa.

A estrada de ferro deveria passar pelo Morro Azul, conforme o traçado original, mas acabou passando por Ribeirão dos Macacos, o que era prejudicial à Vassouras, já que as mercadorias teriam de ser enviadas até à Estação pelos caminhos, em carros de bois. Acontece, que interesses particulares haviam preponderado⁶⁹ e assim, a 8 de novembro de 1858, foi inaugurada a Estação de Belém, a primeira que teve o município. Em 14 de julho de 1863, com a presença do Imperador, foi inaugurada a Estação de Rodeio, e a 7 de agosto de 1864, entregue o trecho entre Rodeio e Barra do Pirai ao tráfego de passageiros.⁷⁰

Por esse tempo, as atividades do Município de Vassouras cresciam rapidamente, e os meios de comunicação haviam se tornado vital para o progresso que se estava verificando. O serviço telegráfico facilitara à comunicação com outros locais, notadamente com o Rio de

323

⁶⁸ Cabe ressaltar que, o acordo para a construção da Estrada de Ferro Dom Pedro II foi lavrado em Vassouras onde, até a presente data, se encontra a placa que está no casarão situado à praça Euphrasia T. Leite, nº 15, com os seguintes dizeres:

PLACA COMEMORATIVA DO CENTENÁRIO DE VASSOURAS

“Aos beneméritos brasileiros que nesta cidade e nesta casa deliberaram auxiliar a fundação da Estrada de Ferro D. Pedro II em 1852, homenagem da Central do Brasil por ocasião do Centenário de Vassouras. 15 de Janeiro de 1933”

⁶⁹ A família dos Faros, da qual fazia parte o Barão do Rio Bonito, possuía terras às margens do Paraíba, e que seriam valorizadas com a linha férrea.

⁷⁰ PADILHA, Sylvania Fernandes. *Da Monocultura à Diversificação Econômica. Um Estudo de Caso: Vassouras. 1880 – 1930*. Niterói: UFF, 1977. Dissertação de Mestrado. Pág. 43





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Janeiro, onde se achavam instaladas as Casas Comissárias, peças-chave do comércio do café, principal gênero produzido na região.

A posição de Barra do Piraí como escoadora e centro de produção cafeeira do vale no extremo Sul é excelente. Todo o café produzido em Resende é escoado por Barra do Piraí, através de uma linha de navegação fluvial que as liga ao arraial de Barra do Piraí. Vão os Pereira Faro se instalar como comissários de café: Os Faro & Irmãos.

A estrada de ferro facilitava enormemente o escoamento da produção local, ao mesmo tempo em que trazia todo o necessário à vida da população crescente e cada dia mais exigente, próxima à Corte como se encontrava, e com seu poder aquisitivo ampliado.⁷¹ Povoados até então sem importância, passaram a progredir, tanto agrícola como comercialmente, devido às novas condições locais.

A crescente facilidade de comunicação com a Europa e notícias em jornais sobre debates parlamentares franceses acerca de uma ferrovia renovaram o interesse. O fim do tráfico de escravos africanos originou uma reserva de capital; e um balanço no pêndulo político colocou no poder o Partido Conservador, sobre o qual os cidadãos mais importantes de Vassouras tinham influência. Não obstante, muitos fazendeiros do Vale do Paraíba permaneciam indecisos, temendo a drenagem financeira com a construção da ferrovia. Outros insistiam que só haveria tráfego suficiente para um dia por mês.⁷² Muitos fazendeiros de Vassouras duvidaram que algum dia o difícil projeto fosse realizado. “Em 10 anos de ferrovia já deverá ter ultrapassado a Serra do Mar em busca de pontos onde possa receber nossos produtos”, redigiu o Barão do Paty ao seu comissário. “Ainda tenho dúvidas a respeito disso. Nossas esperanças muitas vezes não se realizaram, e os homens não mudam.”⁷³

Afinal de contas, como líder dos interesses comerciais de Vassouras e funcionário da Câmara, ele havia afirmado uma década antes que a Estrada da Polícia era a “única fonte de vida e prosperidade” e “se vocês desviarem essa estrada da cidade, a cidade terá que se mudar também”.

A Estrada de Ferro Dom Pedro II, que atravessa o Vale do Paraíba, foi construída depois de 1855, mas os Teixeira Leite não conseguiram sua concessão, e os engenheiros americanos

324

⁷¹ “A peregrinação freqüente dos agentes comerciais e caixeiros viajantes que surgiam de todos os lados, espalhava por toda a parte uma febre de negócios que aumentava de dia para dia, na razão direta do progresso da Estrada, cujas viagens amiudavam sempre”. Apud: RAPOSO, Op. Cit. Pág. 159.

⁷² OTTONI, Christiano B., *Esboço Histórico das estradas de ferro do Brasil*, Rio de Janeiro: 1866, Pág. 06. Apud: EL-KAREH, Op. Cit. Pág. 73

⁷³ Barão do Paty para Bernardo Ribeiro de Carvalho, 1854 (?). Em documentos referentes à família Werneck, Arquivo Nacional.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



decidiram transpor as montanhas costeiras para alcançar as terras planas ao longo do Rio Paraíba em Barra do Piraí, desviando do centro do município de Vassouras.⁷⁴

De Barra do Piraí em direção ao leste passando pelo município de Vassouras, os trilhos seguiam as margens do Paraíba com paradas em Ypiranga, Vassouras, Commercio e Ubá – uma série de estações controlavam o perímetro norte de Vassouras, deixando para trás o centro comercial e agrícola. A única concessão que os interesses comerciais da cidade de Vassouras poderiam extrair da administração da ferrovia era a construção de uma estação na parte sul da cidade de Vassouras ou na margem de Vassouras do Rio Paraíba, ao invés de uma estação de uma estação do outro lado do rio para servir aos interesses de um fazendeiro politicamente influente.⁷⁵

Imediato e de longo alcance foi o efeito da Estrada de Ferro Dom Pedro II sobre o modelo de estrada de Vassouras. Nesse local, a ferrovia impulsionou as mudanças que foram percebidas já em 1853, quanto aos transtornos da descida íngreme da Estrada da Polícia, da Serra do Mar através da aldeia de Botaes, contrastavam com as vantagens de uma nova estrada geral provincial mais a oeste, a Estrada de Presidente Pedreira.⁷⁶

Para Vassouras era vital a construção da estrada de ferro e para isso vinha lutando há alguns anos. Christiano Benedicto Ottoni, homem de visão e que trabalhou pela construção de uma rede ferroviária no Brasil, escreveu a respeito: “Vassouras deve ufanar-se com a gloriosa recordação de que foram seus homens notáveis os que mais contribuíram para a decretação da Estrada de Ferro Dom Pedro II, já vencendo a inércia dos nossos estadistas, já promovendo estudos técnicos e fornecendo informações e dados estatísticos aos deputados e senadores que sustentaram a lei de 26 de janeiro de 1852”.⁷⁷

Quando os trilhos da ferrovia se aproximaram da cidade de Belém, situada no sopé das montanhas costeiras, o critério de apoio financeiro provincial à Estrada de Ferro Dom Pedro

325

⁷⁴ Na amarga luta acerca de onde localizar os trilhos sobre as montanhas costeiras, as fontes variam do abertamente adepto ao ambíguo. Ver: OTTONI, Christiano B., *Esboço Histórico das estradas de ferro do Brasil*, Rio de Janeiro, 1866 Pág. 06, 07; Relatório apresentado pela diretoria aos acionistas da Estrada de Ferro Dom Pedro II em 31 de janeiro de 1857, Rio de Janeiro, 1857, Pág. 10 – 12. Apud: RAPOSO. Op. Cit. Pág. 156;

⁷⁵ Joaquim José Teixeira Leite ao Diretório da Estrada de Ferro D. Pedro II, 3 de julho de 1862. APV, 1863; Relatório do vice-presidente da província do Rio, 8 de setembro de 1862, Pág. 42, 43; C. B. Ottoni para CMV, 3 de julho de 1863. Apud: STEIN. Op. Cit. Pág. 110 – 130.

⁷⁶ As possibilidades da Estrada Presidente Pedreira, previamente denominada a “Estrada da Bocaína dos Mendes”, foram estudadas pela primeira vez por engenheiros provinciais sob ordens de um presidente provincial, José Clemente Pereira. Ao casar-se com uma viúva rica, o português Clemente Pereira tornou-se proprietário da extensa Fazenda das Cruzes, localizada no canto ocidental do município de Vassouras, perto de Ypiranga. A Presidente Pedreira cortava o rio Paraíba em Ypiranga, atravessava o município de Vassouras para descer a Serra do Mar através do afluente ribeirão dos Macacos; por ela era transportada a produção agrícola de Valença e, mais tarde, de Vassouras, na década de 1850. Luiz Antônio Barbosa de Almeida para a CMV, 14 de março de 1854; *Relatório do presidente da província do Rio, 1º de agosto de 1859*, Pág. 51 – 52. Apud: STEIN. Op. Cit. Pág. 110 – 130.

⁷⁷ RAPOSO, Op. Cit. Pág. 153.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



II tornou-se evidente. No projeto original do traçado através das planícies até Belém haveria estações “em pontos de junção com estradas de tráfego pesado”.⁷⁸

Mas na segunda seção da ferrovia, entre Belém e Barra do Pirai, a estrada Presidente Pedreira podia canalizar sua carga em pontos sucessivos em vagões de carga, à medida que os trilhos subiam as montanhas costeiras seguindo o caminho tanto da ferrovia quanto da estrada principal, ou seja, o caminho do afluente ribeirão dos Macacos. Originalmente uma estrada direta entre Minas e o porto de Rio de Janeiro, a estrada Presidente Pedreira tornou-se agora uma linha de abastecimento para a ferrovia.⁷⁹

Além do mais, quanto mais os trilhos subiam as montanhas costeiras, mais rapidamente e o tesouro provincial reduzia os programas de manutenção das partes abandonadas da estrada Presidente Pedreira. Para evitar um trecho pantanoso da estrada, a Estrada de Ferro Dom Pedro II abriu um tronco para Macacos⁸⁰ em 1861; imediatamente a província passou a economizar 2:526\$400 por ano em manutenção.⁸¹ Em 1862, o presidente provincial propôs o abandono completo de todos os trechos da Presidente Pedreira que atravessavam o município de Vassouras “tão logo a construção da Estrada de Ferro Dom Pedro II esteja concluída no Local.”⁸²

Sete anos mais tarde, alguns trechos da abandonada Estrada Presidente Pedreira foram descritos: “O leito da estrada está em péssimas condições, e quase todas as pontes caíram...”⁸³ A junção da Estrada de Ferro Dom Pedro II com outras estradas outrora muito movimentadas também fez piorar as condições da estrada dentro do município de Vassouras, pois não havia mais fundos para a manutenção da estrada provincial.

Quando a estrada de ferro cruzou a Estrada da Polícia nas margens do Paraíba na estação de Vassouras, a vários quilômetros do centro da cidade, previu-se que a terceira seção, ainda em uso, seguiria o destino das outras duas seções.⁸⁴ Sobre a Estrada do Commercio escreveu um pequeno comerciante, quando a ferrovia chegou à estação do Commercio, onde a estrada entrava no município: “Apenas suas ruínas permanecem, pois seu estado de abandono é lamentável”.

Não há comércio nem manutenção da estrada. Apenas aqueles proprietários que não podem abandoná-la permanecem.”⁸⁵ Com certeza as autoridades provinciais estavam plenamente

326

⁷⁸ CMV para o Diretório da Estrada de Ferro Dom Pedro II, 03 de julho de 1862. APV, 1863. Apud: STEIN. Op. Cit. Pág. 110 – 130.

⁷⁹ *Relatório do presidente da província do Rio, 07 de outubro de 1856, Pág. 12, 13.* Apud: STEIN. Op. Cit. Pág. 110 – 130.

⁸⁰ Macacos – atual Paracambi/RJ

⁸¹ *Relatório, 16 de abril de 1861, Pág. 23, 24.* Apud: STEIN. Op. Cit. Pág. 110 – 130.

⁸² *Relatório, 4 de maio de 1862, Pág. 84.* Apud: STEIN. Op. Cit. Pág. 110 – 130.

⁸³ Relatório do Fiscal do 2º Distrito de Sacra Família à CMV, maio de 1869. APV, 1869. Apud: STEIN. Op. Cit. Pág. 110 – 130.

⁸⁴ *Relatório, 21 de maio de 1867, Pág. 17.* Apud: STEIN. Op. Cit. Pág. 110 – 130.

⁸⁵ APV, 1864. Apud: STEIN. Op. Cit. Pág. 110 – 130.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



cientes do que estava acontecendo. Um relatório registrava: “Muitas estradas que ficaram sem condições de tráfego antes da construção de ferrovias... perderam muito sua importância.”⁸⁶

Dezesseis anos após a colocação do primeiro trilho da Estrada de Ferro Dom Pedro II, o modelo das estradas da província havia mudado radicalmente de várias estradas principais paralelas essencialmente para mulas de carga para um sistema em que duas ferrovias, a Estrada de Ferro Dom Pedro II e a Estrada de Ferro Cantagalo eram as “artérias principais” às quais se ligavam pequenas estradas de carroças.⁸⁷

No entanto a Estrada de Ferro Dom Pedro II não foi uma solução para as dificuldades de transporte dos fazendeiros de Vassouras. Minimizavam-se obstáculos criados pela natureza na época anterior às ferrovias, quando as estradas principais cheias de lama e íngremes pareciam ser a maior dificuldade às remessas de café, a ferrovia também introduziu os fazendeiros a um novo bode expiatório: a burocracia administrativa e a incompetência.

Assinada por alguém que sob o pseudônimo de “Um Fazendeiro Importante”, uma carta apelava aos editores de *O Município* por “apoio para descobrir se os funcionários da ferrovia têm pena do pobre fazendeiro!” “Cada dia, novas dificuldades são inventadas para atrapalhar o transporte de mercadoria que nos é despachada do Rio de Janeiro ou que enviamos para lá.” Um agente ferroviário de mentalidade burocrática havia se recusado a aceitar café para ser despachado porque as etiquetas de identificação eram de um modelo antigo. O queixoso enviou rapidamente um escravo para uma estação linha abaixo, onde poderia comprar etiquetas novas. “Fiquei surpreso,” prosseguia a carta, “que a única modificação era um novo item a ser preenchido – ‘Valor Declarado’”.

O “Fazendeiro Importante” terminava sua carta em desespero: “E agora, Sr. Editor, como pode um fazendeiro que despacha café para comissários no Rio declarar nas suas etiquetas o valor do seu café, quando isso depende inteiramente da sua cotação ao ser vendido no Rio? Como poderemos declarar um valor que só saberemos após recebermos notícias de nossos comissários!”⁸⁸

E para os fazendeiros mais idosos, a era da ferrovia provavelmente apresentava outras desvantagens quando liam a respeito de descarrilamentos descritos detalhadamente por jornais locais para distrair a monotonia da vida na fazenda. “Fomos informados que há dois dias, entre as estações de Ubá e Paraíba do Sul, cinco vagões foram descarrilados quando a locomotiva atropelou um boi que passou na frente do trem”. O assunto de interesse humano vinha no último parágrafo. “Nosso informante nos disse que havia muitos mortos e diversos feridos.”⁸⁹

⁸⁶ Relatório, 4 de outubro de 1866, Pág. 32. Apud: STEIN. Op. Cit. Pág. 110 – 130.

⁸⁷ Relatório, 15 de março de 1871, Pág. 10. Apud: STEIN. Op. Cit. Pág. 110 – 130.

⁸⁸ 17 de junho de 1877. Apud: STEIN. Op. Cit. Pág. 110 – 130.

⁸⁹ *O Município*, 15 de julho de 1877. Apud: STEIN. Op. Cit. Pág. 110 – 130.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Quatro dias mais tarde outro atropelamento perto de Barra do Pirai deixou um engenheiro com as “pernas despedaçadas e abdome esmagado e ele morreu imediatamente... Era casado e deixa mulher e filhos”. Nesse caso o jornal fez um edital comentado que “Tais fatos, que se repetem com frequência, exigem toda a atenção e preocupação da hierarquia administrativa da ferrovia”.⁹⁰

Os fazendeiros rapidamente se reorientaram no sentido de mudar as condições de transporte local, o índice de adaptação variando com a distância que separava suas fazendas das estações mais próximas. Quatro anos depois que a Estrada de Ferro Dom Pedro II chegou ao Vale do Paraíba, a substituição de animais de carga por carroças de boi estava bem adiantada.

Atendendo a uma solicitação provincial de 1868, quanto aos tipos de animais de carga utilizados no município, um vereador de Vassouras replicou que “bois e animais de carga são empregados nesse município para serviço de transporte. Os fazendeiros que estão próximos às estações da Estrada de Ferro Dom Pedro II e têm estradas à sua porta usam bois”.⁹¹

O que mais caracterizou a mudança do meio de transporte foi o aumento do rebanho bovino nas fazendas e a diminuição de animais de carga num período superior a 30 anos a partir de 1850. Após a metade da década de 1860, os bois rapidamente substituíram as mulas de carga; pouco depois de 1873, o preço dos bois superou o de animais de carga, atingindo em alguns anos duas, às vezes três vezes seu valor.⁹²

As vantagens do novo sistema de transporte eram claras para os fazendeiros. Os carros de bois gastavam uma pequena parte do capital anteriormente despedido com mulas de carga e com pessoal livre e escravo. Enquanto os tropeiros escravos eram transferidos para os reduzidos grupos de trabalho no campo, os bois carregavam perto de uma centena de arrobas (aproximadamente 1.500Kg) de café ensacado a uma velocidade de 4Km/h aproximadamente; sob a direção de um único mestre-carreiro escravo, um carro puxado por duas ou três juntas de bois começaria sua viagem antes do nascer do sol e retornaria após o ocaso, eliminando as contas de rancho, como a alimentação do pessoal e o pasto dos animais. Na volta, os carros traziam mercadorias encomendadas ao comissário no Rio de Janeiro e despachadas por ferrovia. E além de tudo o isolamento da fazenda, até então reforçado pelos estreitos e tortuosos caminhos de mulas, começou a diminuir à medida que se começou a investir em estradas vicinais próprias para veículos de rodas, não apenas carros de bois, mas carroças puxadas por cavalos, com duas ou quatro rodas, mais ligeiras e carruagens leves.

Muitos fazendeiros ansiavam por troncos da ferrovia que pudessem reduzir a distância percorrida por seus carros de bois até as estações da Estrada de Ferro Dom Pedro II no perímetro do município. Essas idéias eram bastante populares nas duas principais áreas

328

⁹⁰ *O Município*, 19 de julho de 1877. Apud: STEIN. Op. Cit. Pág. 110 – 130.

⁹¹ CMV ao presidente da província do Rio, 1868. APV, 1868. Apud: STEIN. Op. Cit. Pág. 110 – 130.

⁹² Inventários, CPOV e APV. Apud: STEIN. Op. Cit. Pág. 110 – 130.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



produtoras de café do município – o vale Massambará e a região de Pati do Alferes -, onde grandes fazendeiros podiam prever “muita retração e desesperança por parte dos fazendeiros cujas plantações ficavam longe da Estrada de Ferro Dom Pedro II...” porque careciam de “meios fáceis de transportar sua produção agrícola”.

Conforme raciocinavam, onde “a força propulsora da civilização” – a Estrada de Ferro Dom Pedro II – corria, a agricultura prosperava, enquanto as áreas afastadas mergulhavam numa “apatia vergonhosa”.⁹³ Antes de os trilhos alcançarem Rodeio⁹⁴, no afluente ribeirão dos Macacos⁹⁵, os fazendeiros fizeram uma petição para uma estrada de Pati para Rodeio ou Mendes;⁹⁶ e eles apoiaram a campanha durante nove anos até que o governo provincial aprovou em 1870 a construção de uma estrada de Pati até Belém sobre a Serra do Mar.⁹⁷

Os fazendeiros de Massambará se alegraram no ano seguinte quando os ricos comerciantes de Vassouras fizeram circular planos para uma ferrovia para unir Massambará a Mendes na Estrada de Ferro Dom Pedro II.⁹⁸

Em 1874, a febre de ferrovia atingiu Pati também, e um rico fazendeiro e comissário do Rio daquela área, Joaquim Teixeira de Castro, fundou uma companhia para colocar os trilhos entre Pati e Belém⁹⁹, embora nada tenha se concretizado. Na batalha oscilante entre duas áreas agrícolas do município para a obtenção de apoio provincial para troncos da ferrovia, Pati sobrepujou Massambará.

O governo provincial concluiu em 1882 que o projeto ferroviário Mendes – Massambará não era viável e fechou com dois engenheiros, Luís Raphael Vieira Souto e Henrique Eduardo Hargreaves, um contrato para a construção da ferrovia entre Pati – Belém.¹⁰⁰ Os fazendeiros de Pati haviam ganho seu direito a uma ferrovia; esperaram 16 anos até que o direito se tornasse realidade.¹⁰¹

Quanto aos diversos fazendeiros da área de Massambará – incluindo os barões de Cananéia, de Massambará, de Avellar e Almeida, Zeferina Adelaide das Chagas Werneck, Luís Caetano Alves e João Ribeiro dos Santos Zamith – previram dificuldades no final da década de 1870 e, à própria custa, construíram uma estação em concórdia, na Estrada de Ferro Dom Pedro II, à qual seu café chegava por carroça.

329

⁹³ *O Vassourense*, 16 de julho de 1882, Apud: STEIN. Op. Cit. Pág. 110 – 130.

⁹⁴ Rodeio – atual Paulo de Frontin/RJ

⁹⁵ Macacos – atual Paracambi/RJ

⁹⁶ *Relatório*, 16 de abril de 1861, Pág. 24. Apud: STEIN. Op. Cit. Pág. 110 – 130.

⁹⁷ *Relatório*, 09 de outubro de 1864, Pág. 51. Proposta do Vereador A. B. Moura para CMV, 19 de julho de 1865. APV, 1865; Governo provincial para CMV, 29 de julho de 1870. APV, 1870. Apud: STEIN. Op. Cit. Pág. 110 – 130.

⁹⁸ *O Município*, 6 de julho de 1873 e 27 de julho de 1873. Apud: RAPOSO, Op. Cit. Pág. 192, 193

⁹⁹ Belém – atual Japeri/RJ

¹⁰⁰ *O Vassourense*, 7 de maio de 1881 e 7 de dezembro de 1882. Apud: STEIN. Op. Cit. Pág. 110 – 130.

¹⁰¹ VASCONCELLOS, Max. *Vias brasileiras de comunicação*, Rio de Janeiro: 1928, Pág. 14, 15.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Até que os habitantes de Pati obtivessem sua ferrovia em 1898, tiveram que despachar sua mercadoria em carroças e mulas de carga até a estação da Estrada de Ferro Dom Pedro II em Ubá, abaixo de Concórdia no Rio Paraíba.

Mesmo os rebanhos que anteriormente atravessavam o município a caminho dos matadouros do Rio deixaram de passar pela Estrada da Polícia para serem embarcados em trens de carga em Rodeio; a província se recusava, portanto a fazer qualquer reparo na estrada inútil.¹⁰² Nem a prosperidade das estações ferroviárias do perímetro perdurou.

Há registros de que Rodeio¹⁰³ sofria de “apatia comercial” em 1867, pois os consumidores preferiam comprar diretamente do Rio. O fator mais importante por detrás do declínio comercial veio à tona no relatório anual da Câmara Municipal em 1869, quando João Ribeiro dos Santos Zamith enfatizava “o avanço da Estrada de Ferro Dom Pedro II, que permitiu aos consumidores obter provisões nos mercados do Rio”.¹⁰⁴

A 2ª seção, da serra em diante, constituía-se de dezoito quilômetros e meio que iam da saída do túnel grande, na freguesia dos Mendes, estendendo-se pelo Vale do Rio Pirai até sua confluência com o Paraíba. Neste ponto, e não mais nos Mendes, a estrada se bifurcava em direção a São Paulo e Minas. Esta mudança no traçado, por razões técnicas que implicavam em menor custo de construção e de custeio, tinha profundas implicações econômicas e sócias.

A diretoria tinha, em princípio, interesse em que a estrada tocasse “a opulenta Vila de Vassouras”, mas verificando que a linha estudada mas não preferida pelos engenheiros da Companhia, passando pelo Morro do Pavão, Vassouras e Massambará não convinha por seu muito acidentada, com pontos muito elevados e obras muito pesadas que oneravam tanto a construção como o seu custeio, mandou explorar outra linha que, de Mendes, passava nas imediações da vila de Vassouras até a ponte do Desengano¹⁰⁵, mas que não tocava aquela vila.

Há de se considerar, no entanto, que na escolha do traçado de uma linha férrea encontravam-se em jogo interesses os mais diversos, principalmente quando se tratava de áreas prósperas.¹⁰⁶

“A construção de uma ferrovia atravessando uma região já ocupada e economicamente a mais próspera do país colocava em jogo muitos e variados interesses [...] As lutas que se travaram diziam respeito ao seu traçado. Dele dependia a prosperidade ou decadência dos caminhos de terra e fluviais já existentes, de muitos portos fluviais ou do fundo da Baía de Guanabara, e de regiões inteiras.”¹⁰⁷

¹⁰² Alfredo de Barros e Vasconcellos, diretor de Obras Públicas da Província do Rio, à CMV, 26 de novembro de 1870. APV, 1870. Apud: STEIN. Op. Cit. Pág. 110 – 130.

¹⁰³ Rodeio – atual Engº. Paulo de Frontin/RJ

¹⁰⁴ APV, 1869. Apud: STEIN. Op. Cit. Pág. 110 – 130.

¹⁰⁵ Desengano – atual Barão de Juparanã – Valença/RJ.

¹⁰⁶ RABELLO. Op. Cit. Pág. 24

¹⁰⁷ EL-KAREH. Op. Cit. Pág. 34.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



“Dezesseis anos depois do assentamento do primeiro trilho da Dom Pedro II, os traçados das estradas provinciais mudaram radicalmente sendo que certo número de caminhos paralelos, essenciais ao movimento das tropas de mulas, transformou-se num sistema de ramais subsidiários cuja finalidade era alimentar a Estrada de Ferro Dom Pedro II.”¹⁰⁸

A Estrada de Ferro Dom Pedro II, por muito tempo finalizou o transporte das mercadorias e passageiros vindos do interior da província, na estação do Campo da Aclamação na cidade do Rio de Janeiro¹⁰⁹ e o transporte dos mesmos a partir desse ponto, ocorria por conta de empresas urbanas, em sua maioria por tração animada.

A Companhia Locomotora¹¹⁰ era uma das empresas (e por este motivo incluída em nosso universo de análise) estabelecida na cidade do Rio de Janeiro, que se dedicava ao transporte de mercadorias entre as estações ferroviárias, as casas comissárias e o porto do Rio de Janeiro, com trilhos estabelecidos por toda a cidade com carros puxados por tração animada.¹¹¹

O mesmo acontecia com relação ao transporte de mercadorias do interior da fazenda até a estação ferroviária mais próxima. Neste caso, não se tratava de um transporte coletivo urbano, como era o caso da Companhia Locomotora, mas sim de um transporte particular, interno a cada unidade agrícola.

331

“Mais brasa para a minha sardinha” – quem seriam os beneficiados com a construção da E. F. Dom Pedro II

Haviam grupos de produtores de café no Vale do Paraíba que se constituíam como os principais interessados na construção de estradas de ferro. Homens estes que se constituíam dentro do segundo Império, como a principal força política, econômica e social, que ficaram conhecidos como “Barões do Café”.¹¹²

As lutas que se travaram diziam respeito ao seu traçado. Dele dependeria a prosperidade ou decadência dos caminhos de terra e fluviais já existentes, de muitos portos fluviais ou do fundo da Baía de Guanabara, e de regiões inteiras.

¹⁰⁸ STEIN, Op. Cit. Pág. 128.

¹⁰⁹ Onde hoje está a estação “Central do Brasil” da RFFSA.

¹¹⁰ BRASIL, Coleção das leis. Decreto nº 3. 568 de 20 de dezembro de 1865. Autoriza a incorporação da Companhia Locomotora e aprova os respectivos estatutos. Pág. 53. “Art 1º. Fica criada nesta Corte uma Companhia ou Sociedade Anônima sob a denominação de – Companhia Locomotora – tendo por fim incumbir-se principalmente do transporte urbano do café ensacado, estabelecendo carris de ferro nas ruas necessárias para o seu trajeto, dos pontos em que desembarca ou embarca até os armazéns dos comissários e ensacadores.” Apud: RABELLO, Op. Cit. Pág. 51.

¹¹¹ Utilizaremos durante o trabalho alguns termos de época. Neste caso, entende-se por *tração animada* o transporte sobre trilhos cujos carros (e não vagões) eram puxados por animais, geralmente mulas.

¹¹² PAULA, Letícia Honorato de. *Do Lombo de Uma Mula, aos Trilhos da Estrada de Ferro Dom Pedro II*. Monografia de Graduação. Vassouras: 2004, USS, Pág. 09





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Por isso mesmo, a construção de uma tal estrada foi objeto do interesse daqueles grupos que viam nela a realização de seu sonho, quais seja, o de ter suas terras e plantações, ou os núcleos rurais por eles controlados, cortados pelo meio de transporte mais moderno da época. Foi o caso da importante família Teixeira Leite, de Vassouras. Contando com o apoio dos chefes do Partido Conservador, do qual era um poderoso suporte eleitoral, ela fez vir e custeou dois engenheiros ingleses, os irmãos Waring, para que fizessem um estudo da região que deveria ser beneficiada, desde a capital até à margem do Paraíba.¹¹³

Certamente Joaquim José Teixeira Leite percebeu as vantagens comerciais se a ferrovia passasse pelo centro do município, pois uma estação central serviria como um ponto de baldeação de carga e passageiros vindos da cidade do Rio e das províncias vizinhas de São Paulo e Minas.

Como já citamos anteriormente, surgiu a idéia de outra ferrovia, propugnada pelo chamado ‘Movimento de Vassouras’, com os Teixeira Leite à frente e que teria a sua realização na ‘Pedro II’. Acresce, ainda, que havia mais interesse em fazer partir a estrada de ferro da própria cidade do Rio de Janeiro e não de um dos portos do interior da baía de Guanabara, como ocorreu com a estrada de Mauá.

Assim, à origem da ‘Estrada de Ferro D. Pedro II’ estão ligados os nomes dos Ottonis e dos Teixeira Leite, os quais, ao lado do de Mauá, podem ser considerados os pioneiros da história ferroviária do Brasil, na sua fase de plenas realizações. Foram, aliás, os Teixeira Leite que deram maior impulso à opinião pública ao reclamarem a lei 641, autorizando a garantia de juros de 5% para uma estrada de ferro partindo do Rio:

“Era uma família rica, influente e considerada (os Teixeira Leite) e seus créditos concorreram para facilitar associação de capitais. Não pareciam animados do simples desejo de ganhar dinheiro, mas possuídos da ambição da glória de prestar ao país um bom serviço. Contando com a concessão, fizeram despesas, relacionaram-se com capitalistas, fizeram vir dois engenheiros que, a custa deles, futuros concessionários, instituíram um reconhecimento da Corte até a margem do Paraíba”¹¹⁴.

Sobre a participação dos Teixeira Leite à frente do chamado “Movimento de Vassouras”, escreveu Cristiano Ottoni: “Não se pode pensar na da Estrada de Ferro D. Pedro II, sem que, ao espírito, acuda, como idéia, a cidade de Vassouras [...] Foram os homens ilustrados de Vassouras [...] os protagonistas que se puseram em luta contra a incredulidade dos nossos maiores estadistas”¹¹⁵.

Não é de certo esta Estrada uma criação unicamente vassourense, como por erro se julga, mas a colaboração vassourense nesta grande obra, as inaugurações festivas das suas primeiras

¹¹³ OTTONI, Christiano B. *Autobiografia*, Pág. 96 – 97. Apud: STEIN. Op. Cit. Pág. 110 – 130.

¹¹⁴ TAUNAY, A. E. *“História do Café no Brasil”*, Vol. IV, Pág. 400

¹¹⁵ Apud: TAUNAY, A. E. Op. Cit. Vol. IV, Pág. 401





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



estações e o interesse imenso que despertou a escolha dos dois planos, Macacos e Morro Azul, considerado este favorável e aquele desfavorável à cidade de Vassouras, levam – nos a expor com certas minúcias as origens desta via férrea que veio transformar por completo a vida agrícola e comercial de uma das mais prósperas unidades da antiga província do Rio. Chamava-se a princípio Estrada de Ferro D. Pedro II.

Augusto Carvalho cita em seu livro *O Brasil* que:

“Cabe a Vassouras, o maior quinhão de glórias na organização da nossa principal empresa neste gênero (estrada de ferro), sendo inclusivamente os primeiros estudos para este melhoramento feitos a expensas dos seus ativos e generosos habitantes. Entre eles cumpre lembrar com estima os nomes do Dr. Joaquim José Teixeira Leite, seus irmãos, e o Dr. Caetano Furquim de Almeida, os quais opuseram todo o rigor de suas convicções e ilustrações à obstinada incredulidade dos nossos maiores estadistas desse tempo.”¹¹⁶

Se nos referirmos à ferrovia não podemos deixar de lado o importante papel que os Teixeira Leite desempenharam para a construção dela. Os Teixeira Leite assumem a função de guia, procuram junto a corte atender a todas as necessidades dos cafeicultores da região de Vassouras. Esta família atuava como uma ponte entre os cafeicultores da região e o governo Imperial no Rio de Janeiro.

Não tinham somente a intenção de ganhar a liderança na construção desse trajeto, desejavam também ganhar glória, pois estavam desenvolvendo a Estrada de Ferro Dom Pedro II a alcançar o Vale do Paraíba pelas mãos dos Teixeira Leite.¹¹⁷

Do outro lado da arena estava a família Faro, apoiada pelos fazendeiros situados à margem esquerda do Paraíba e tendo a figura do principal membro da família, o poderoso Barão do Rio Bonito, com seu formidável prestígio junto ao Império. Almejavam alcançar o mesmo objetivo. Ver os trilhos da ferrovia subirem o Vale do Paraíba, mas passando pelo Ribeirão dos Macacos e assim atingir a cidade de Barra do Pirai.

Segundo Figueiredo,

“Tremenda luta nos bastidores da Corte: A família Faro, tendo a frente o Barão do Rio Bonito e a família Teixeira Leite, de Vassouras. Aquela empregava todo o seu prestígio e força para que, entre os dois traçados da Estrada de Ferro fosse observado o do Ribeirão dos Macacos e esta pelo plano de Morro Azul?”¹¹⁸

¹¹⁶ CARVALHO, Augusto. *O Brasil*. Apud: RAPOSO, Op. Cit. Pág. 128.

¹¹⁷ PAULA, Op. Cit. Pág. 11

¹¹⁸ FIGUEIREDO, Manoel Fernandes de. *Memória Histórica da Estrada de Ferro Central do Brasil*. Rio de Janeiro: 1908, Pág. 14. Apud: PAULA, Op. Cit. Pág. 11





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Os Faro tinham como objetivo levar o traçado da ferrovia pelo Ribeirão dos Macacos pois com a ferrovia passando nas proximidades de suas terras haveria uma valorização desta, sem levar em consideração o prestígio que iria gerar e as vantagens comerciais que traria para o arraial de Barra do Pirai.

O que o Sr. José Pereira Faro também defendia era o futuro de Barra do Pirai, mas não ansiava apenas a ascensão da cidade que estava surgindo perante aos seus olhos, mas também defendia os interesses da própria estrada, pois o traçado passando por Barra do Pirai era o mais correto devido a acidentes geográficos.

Começava nos bastidores do Império uma luta travada por ambas famílias. Brigam entre si para terem maior prestígio junto aos cafeicultores do Vale do Paraíba.

Neste contexto de intrigas e rivalidades ambas sofreram acusações. Os Teixeira Leite eram acusados de Mania de Grandeza, querendo fazer de Vassouras, o centro de toda uma zona cafeeira, por onde o comércio de São Paulo e Minas Gerais realizado com o Rio de Janeiro seria feito através da ferrovia o que poderia valer uma comparação ou até igualar-se a corte. Por sua vez os Faro, eram acusados de oportunistas, devido serem proprietários de fazendas às margens do Paraíba.

O que parecia apenas uma construção de ferrovia para transportar o café com maior rapidez até os portos transformou-se em rivalidades onde ambas as famílias ambicionavam atingir seus objetivos.¹¹⁹

Existiam dois planos a serem analisados, os engenheiros da companhia descartaram a possibilidade de levarem os trilhos da ferrovia pelo plano de Morro Azul, não só pela dificuldade de se vencerem o percalço dessa subida, mas também por encontrarem dificuldades geográficas e naturais nas terras que circundavam a vila de Vassouras por onde se projetava passar a dita ferrovia.

Desejavam os vassourenses que, vencido o chamado Túnel Grande, a linha se dirigisse para a sua cidade. Não o conseguiram, pois estando a companhia sem recursos, foi proposta a encampação pelo governo, que viu maior conveniência em alterar o primitivo traçado, conduzindo a estrada pelo vale de Sant'Ana até a Barra do Pirai, que se tornou o ponto de bifurcação, atingida pelos trilhos em 1864. Em 1867 a linha férrea alcançava Entre – Rios (atualmente Três Rios) e em 1871 o Porto Novo do Cunha. Também neste ano eram inaugurados os primeiros quilômetros do ramal de São Paulo, completado até Cachoeira em 1875.

Aceitando como plano de subida da Serra a passagem pelo Ribeirão dos Macacos, a companhia pretendia virar a estrada de ferro quando esta tocasse a vila de Mendes, na direção da vila de Vassouras. Mesmo por este trajeto a ferrovia não passaria por dentro de Vassouras, mas próximo a ela.

¹¹⁹ PAULA, Op. Cit. Pág. 11





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Os Teixeira Leite começaram a protestar junto à Corte contra os prejuízos político-econômicos e sociais que a vila de Vassouras sofreria pelo afastamento da ferrovia do seu centro.

A ferrovia pode ser encarada como um instrumento, usada para alavancar toda a produção cafeeira do Vale do Paraíba. De qualquer forma de toda uma economia realmente foi o engrandecimento dos Pereira Faro.

O engenheiro Charles Garnett, responsável pelos estudos realizados, que apresentou razões que levaram a escolha do Ribeirão dos Macacos, era também apontado como um instrumento de apoio dos Faro. No relatório da diretoria que foi apresentado aos acionistas em 1857, encontra-se a narrativa dos fatos e razões que levaram a escolher o traçado.¹²⁰

Segundo registra PAULA, em seu trabalho:

“Após uma luta acirrada (onde houve controvérsias, intrigas e suspeitas), a família Faro, ou melhor, José Pereira Faro, viu seus esforços recompensados em 07 de agosto de 1864, quando foi inaugurada a estação ferroviária de Barra do Piraí, contando com a presença do Imperador Dom Pedro II.

A questão primordial a que se dedica o presente estudo é dimensionar o poder e influência da poderosa família Teixeira Leite de Vassouras. E demarcar os limites de sua influência dentro da máquina política Imperial. Já podemos afirmar, que como bons capitalistas e financistas que eram, a família representava para os plantadores de café do Vale do Paraíba, uma espécie de intermediários entre seus objetivos e anseios e aqueles que podiam satisfazer ou deveriam satisfazer, no caso o Governo Imperial.”¹²¹

335

A briga que se trava entre os Teixeira Leite e o Barão do Rio Bonito, não se resume apenas ao campo técnico ou estratégicas da vertente de subida da Serra do Mar, mas sim, uma disputa pela hegemonia política da região.

O principal instrumento de poder dos Teixeira Leite era a colossal fortuna da família. Além desse dinheiro, eram os laços de interesses que ligavam ambas as partes, sejam eles econômicos, políticos ou sociais.

Combinando dinheiro e influência com política, o principal veículo de propagação do interesse dos cafeicultores da província fluminense dentro da nação será o Partido Conservador. Baluarte que congregava em suas posições todos aqueles que tinham algo a ver com terras e escravos vamos encontrar os Barões do café fluminenses fortemente entrincheirados neste partido, capitaneados em Vassouras pelos Teixeira Leite. Ora, eles são a ponte que liga a fazenda na Beira do Paraíba aos Salões do Paço Imperial, eram eles que atuavam na região como financistas e banqueiros desde a chegada do café.¹²²

¹²⁰ Idem. Pág. 11

¹²¹ Idem. Pág. 13

¹²² Idem. Pág. 13





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Se a vila de Vassouras e suas regiões dependentes possuíam a família Teixeira Leite como seus líderes políticos e econômicos o mesmo pode-se dizer ao papel representado pela família pereira Faro para o então arraial de Barra do Pirai.

Outro importante centro cafeeiro se localiza no extremo Sul da Província, que compreendia Resende e Pirai como centros de produção cafeeira. O arraial de Barra do Pirai, integrando por esses tempos a vila de Pirai, estava assentado em cima de uma região estratégica para o café. Na confluência dos rios Pirai e Paraíba, Barra do Pirai existia para a região como um centro de armazenagem e escoamento de café.

O poder nobiliárquico foi utilizada por esta linhagem antiga e poderosa aliada com os percalços geográficos apresentado pelo traçado de Morro Azul, foi o triunfo usado pelos Pereira faro contra os Teixeira Leite na disputa pelo traçado da Estrada de ferro Dom Pedro II pelo Vale do Paraíba. Era alguém de livre trânsito pela Corte, com poder e influência.

O poder que José Pereira Faro dispunha contra os Teixeira leite, nas mesas de negociação sobre os destinos do traçado da Estrada de Ferro Dom Pedro II, começou a ser constituído ainda nos tempos da colônia. Seu início se dá com Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, posteriormente senador e avô materno do 3º Barão do Rio Bonito (José Pereira Faro). Tomou ele assento na assembléia constituinte no período posterior a independência.¹²³

Enquanto se construía a 1ª Seção da Estrada, duas importantes famílias, com ideais opostos, lutavam denodadamente por trás dos bastidores, a fim de conseguir que este grande melhoramento lhes fosse o mais útil possível. Eram essas famílias a Faro e a Teixeira Leite. Os episódios dessa luta conservados pela memória popular não podem ser aqui descritos por falta de documentos em que se apoiem, mas o que não padece dúvida é que terminada a 1ª Seção, saíram efetivamente a campo às aludidas famílias pelejando os Teixeira Leite pela vitória do plano do Morro Azul e os Faro pela do Plano do Ribeirão dos Macacos.

Acusavam os Teixeira Leite de só quererem os Faro à realização deste último plano, porque vinha este valorizar as suas propriedades, quase todas localizadas à margem do Paraíba. Idênticas acusações faziam os Faro aos Teixeira Leite, mas estes se defendiam alegando que os primeiros estudos da estrada tinham sido feitos por sua conta, e estavam eles, portanto no direito de ser beneficiados pela via férrea.

Eram ambas essas famílias riquíssimas e poderosas, contando os Teixeira Leite com a energia assaz provada das famílias Correa e Castro, Avelar, Werneck, Furquim de Almeida e muitas outras, e os Faro com todos os fazendeiros situados à margem do Paraíba, com o formidável prestígio do principal membro da família, o poderoso Barão do Rio Bonito e a maravilhosa proteção de inúmeros figurões do império. Coube a vitória aos Faro.

Não há, no entanto, em todo este município uma só pessoa que se não interesse por conhecer as razões apresentadas pelo Engenheiro Charles Garnett, encarregado dos aludidos estudos

336

¹²³ Idem. Pág. 23





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



e geralmente apontado como instrumento dos Faros, para preferir o plano de Macacos¹²⁴, mas nos seria impossível transcrever neste trabalho a parte do Relatório da Diretoria apresentado aos acionistas e, 1857, onde se encontrava a narrativa dos fatos e fundamentos que deram ganho de causa ao referido traçado.¹²⁵

No entanto os irmãos Teixeira Leite, de Vassouras – Joaquim José, João Evangelista e Francisco José, e um parente afim, Caetano Furquim de Almeida -, com amplos investimentos financeiros junto a fazendeiros locais e casas intermediárias do Rio, empurraram o projeto. Sem dúvida tinham esperanças de que sua iniciativa trouxesse a concessão para a construção da ferrovia.¹²⁶

À medida que as seções da Estrada de Ferro Dom Pedro II forma sendo entregues ao tráfego, as transações foram aumentando, transformando por completo a vida agrícola e comercial do interior fluminense, notadamente na região do Vale do Paraíba, onde se encontrava Vassouras, uma das mais prósperas unidades da Província do Rio.

A família Teixeira Leite pressionou, temerosa de ver seus interesses comerciais, vinculados àquela vila, prejudicados. A estrada não chegaria à cidade, a estação de Vassouras ficaria sobre o Paraíba e distante do seu centro comercial.¹²⁷

Existem registros de dois tipos de soluções neste sentido: alguns fazendeiros estabeleceram trilhos com carros de tração animada para o transporte de suas mercadorias até as estações ferroviárias mais próximas; quando os trilhos atravessavam ou passavam à margem de suas fazendas, alguns ousavam pedir à companhia, o estabelecimento, por conta própria, de estações, nas quais o trem só faria parada nos momentos em que houvessem produtos a serem entregues ou recebidos pela respectiva fazenda. Estes pedidos eram comumente atendidos.

A atividade agro-exportadora subentendia produção agrícola e comercialização desta produção, o que ocorria na esfera capitalista. Não era de se estranhar então, que nas extensas famílias características da elite oligárquica brasileira, encontrássemos indivíduos proprietários de casas comerciais estabelecidas na praça do Rio de Janeiro, aos quais ficavam confiada a comercialização dos produtos da fazenda.

Desta forma, podemos concluir, que na medida em que o crescimento do transporte ferroviário favorecia uma elite agrária voltada para a produção cafeeira agro-exportadora, também estava favorecendo todo o processo de comercialização deste produto na esfera capitalista do mercado internacional.

337

¹²⁴ Macacos – atual Paracambi/RJ

¹²⁵ RAPOSO, Op. Cit. Pág. 130.

¹²⁶ Os membros da família contrataram engenheiros ingleses para fazer o levantamento topográfico de um possível trajeto. Ver: OTTONI, Christiano B., *Esboço Histórico das estradas de ferro do Brasil*, Rio de Janeiro, 1866 Pág. 06, 07 e FORTE, José Matoso Maia. *A Fazenda do Secretário*, Pág. 11 – 12. Apud: EL-KAREH, Op. Cit. Pág. 115

¹²⁷ *Relatório da Estrada de Ferro Dom Pedro II, 5º Rel., Pág. 100; 6º Rel., Pág. 116*; OTTONI Christiano B. *Autobiografia*, Pág. 131; OTTONI – Carta ao Marquês de Olinda sobre as vantagens da passagem da linha da Estrada de Ferro Dom Pedro II pelo Vale do Pirai ou por Vassouras. Rio, ago/set., 1858. Apud: EL-KAREH, Op. Cit. Pág. 115





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Cabe, no entanto, uma observação a respeito da forma pela qual o transporte ferroviário interferia no valor da comercialização do café na praça do Rio de Janeiro.

“A vantagem que podem oferecer as estradas de ferro à lavoura, entre nós, não consiste tanto na rapidez da locomoção, mas principalmente em prestarem transporte barato e melhor acondicionamento dos gêneros.

Aos nossos fazendeiros, como aos produtores de todos os países, é quase indiferente que os seus produtos cheguem ao mercado alguns dias mais cedo ou mais tarde, o que lhes importa muito é faze-los aís chegar com menor despesa”.¹²⁸

A Estrada de Ferro Dom Pedro II, atendendo aos clamores da oligarquia rural, tentou se aproximar ao máximo das fazendas, atravessando assim a zona rural do município. Desta forma, o comércio da cidade, que crescera a passos rápidos com o auge da cafeicultura na região, via o seu futuro comprometido¹²⁹. Foram quase dez anos de tentativas para que se construísse uma linha férrea ligando a cidade de Vassouras à estação mais próxima da Estrada de Ferro Dom Pedro II.¹³⁰

Enfim, em 1884 inaugurava-se ao tráfego a Estrada de Ferro Vassourense com apenas 6,6 quilômetros de extensão, ligando a cidade de Vassouras à estação denominada “Vassouras” da Estrada de Ferro Dom Pedro II. A estrada foi concedida pela câmara municipal de Vassouras, sem nenhuma espécie de garantia aos capitais investidos.¹³¹

Da mesma forma que a Estrada de Ferro Vassourense, surgiram muitas outras, em sua maioria, visando não só interligar cidades a vias férreas, mas – e principalmente – facilitar o escoamento da produção agrícola de zonas interioranas, até as vias férreas principais já estabelecidas e através das quais os produtos atingiam o porto exportador.

Na incorporação destas pequenas estradas, vemos, no entanto, claramente a participação de fazendeiros, que de acordo com o exposto, poderiam até encontrar-se de certa forma associados a casas comerciais da praça do Rio de Janeiro, que procuravam na implantação das estradas, uma forma de escoamento mais barata e eficiente para sua produção.

Exemplos não faltam. Em 1861, já surgia um ramal nestas condições, o Ramal de Macacos, com apenas 4,7 Km de extensão, unindo a estação de Belém, da Estrada de Ferro Dom Pedro II, com a fazenda dos Macacos, nas seguintes condições:

¹²⁸ BRASIL, Governo Provincial. Relatório apresentado a S. EX. o Sr. Conselheiro Benvenuto Augusto de Magalhães Taques, Presidente da Província do Rio de Janeiro pelo 1º Vice Presidente Dr. Eduardo Pindahyba de Matos em 8 de agosto de 1868. Rio de Janeiro, Typographia do *Correio Mercantil*, 1868. Pág. 19. Apud: RABELLO, Op. Cit. Pág. 79

¹²⁹ Ver: PADILHA. Op. Cit. 30 – 50.

¹³⁰ Ver: RABELLO, Op. Cit. Pág. 79

¹³¹ Ver: RABELLO, Op. Cit. Pág. 79





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



“Havendo o governo Imperial autorizado a fatura de um ramal desta estrada, de Belém para os Macacos, por conta de particulares, cessou a necessidade da fatura do atalho das Antas [...] Dei apenas ordens para empedrar-se a parte da estrada do Presidente Pedreira, entre o princípio da fazenda dos Macacos e a frente da estação projetada da estrada de ferro da mesma fazenda.”¹³² [grifo nosso]

No ano seguinte, a construção do ramal estava terminada, e nele transitavam os trens da própria Estrada de Ferro Dom Pedro II, atendendo então àquela região. Em 1865, quando a Estrada de Ferro Dom Pedro II passou para a propriedade do Estado este trecho também foi incorporado à mesma¹³³.

Em 1866, outro “ramal da estrada de ferro” era concedido a “fazendeiros locais”, desta vez interligando o município de Valença com a estação Desengano da Estrada de Ferro Dom Pedro II. O próprio decreto de concessão deste ramal deixa clara a intenção de favorecimento a agro-exportação.¹³⁴

“Havendo-me representado vários cidadãos residentes nesta província do Rio de Janeiro acerca da utilidade da construção de um ramal da estrada de ferro, partindo da cidade de Valença, na mesma província, vá entroncar-se na Estrada de Ferro de Dom Pedro II à margem do rio Paraíba [...] e desejando quando for possível em benefício da agricultura e comércio da mesma província os meios de mais fácil comunicação entre os pontos referidos”.¹³⁵

339

Referências

ARTHUR, Guimarães. O comissário como banqueiro de café no interior. In: *O café no Segundo Centenário da sua Introdução no Brasil*. Rio de Janeiro: D. N. C., 1932. V. 01.

AZEVEDO, Gislane; SERIACOPI, Reinaldo. *História – Série Brasil*, Ed. Ática. 2006.

¹³² BRASIL, Governo Provincial. Relatório com que o Exmo Sr. Dr. José Ricardo de Sá Rego, vice-presidente da província do Rio de Janeiro entregou a administração da mesma província o ex-presidente Inácio Francisco Silveira da Mota no dia 16 de abril de 1861. Rio de Janeiro: Typographia do Correio Mercantil, 1861. Apud: RABELLO, Op. Cit. Pág. 80

¹³³ BRASIL, Coleção de Leis do Império. Decreto nº 3. 512 de 06 de setembro de 1865. Transfere ao domínio do Estado a propriedade do ramal de Macacos na Estrada de Ferro Dom Pedro II. Pág. 335. Apud: RABELLO, Op. Cit. Pág. 17

¹³⁴ Ver: RABELLO, Op. Cit. Pág. 80

¹³⁵ BRASIL, Coleção de Leis do Império. Decreto nº 3. 641 de 27 de abril de 1866. Concede privilégio exclusivo pelo tempo de noventa anos para a construção de um ramal da estrada de ferro partindo da cidade de Valença, na Província do Rio de Janeiro, a entroncar na Estrada de Ferro Dom Pedro II na margem do rio Paraíba. Pág. 184. Apud: RABELLO, Op. Cit. Pág. 17





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



BAPTISTA, José Luiz. *O surto ferroviário e seu desenvolvimento*, in “Anais do III Congresso de História Nacional”, III, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

BEAUCLAIR, Geraldo. *Raízes da Indústria no Brasil: a pré-indústria fluminense, 1808 – 1860*. Rio de Janeiro: Studio F & S Ed., 1992. Pág. 172.

C. F. S. Cardoso – “Sobre los modos de producción coloniales de América”. *Estudios Sociales Centroamericanos*. San José (2): 45 – 82, maio – agosto, 1972.

CALDEIRA, Jorge. *Mauá: empresário do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. *El modo de producción esclavista colonial em América. Modo de Produção em América Latina*. Córdoba, Siglo XXI, Argentina Editores, 1974. Cuadernos Pasado e Presente, 40.

COSTA, Emília Viotti. *Da Monarquia à República: Momentos Decisivos*. São Paulo: Editora Grijalbo, 1977.

DECCA, Edgar de. *O nascimento das fábricas*. São Paulo: Brasiliense, s/d.

DOBB, Maurice. *O Surgimento do Capital Industrial*. In: *A Evolução do Capitalismo*. 2ª ed. Trad. Affonso Blacheyre. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

EL-KAREH, Almir Chaiban. *Filha Branca de Mãe Preta: A Companhia da Estrada de Ferro D. Pedro II 1855 – 1865*. Petrópolis: Ed. Vozes. 1982.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*. Porto Alegre: Globo, 1976, v.1.

FARIA, Alberto do. *Mauá*, Rio de Janeiro: 1925.

FAULKNER, Harold. *História Econômica de los Estados Unidos*. Trad. De Aída Aisenson. Buenos Aires: Editorial Nova, 1956.

FERREIRA, Marieta. *A Crise dos Comissários de Café do Rio de Janeiro*: UFF, 1977. Dissertação de Mestrado em História.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Editora Ática (1974).

340





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional.

GENOVESE, Eugene. *A economia política da escravidão*. Trad. Fanny Wrobel e Maria Cristina Cavalcanti. Rio de Janeiro: Pallas S. A., 1976. (América: Economia e Sociedade).

GERSON, Brasil. *O ouro, o café e o Rio*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1970, Coleção Vieira Fazenda.

GRAHAM, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil – 1850 – 1914*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

GREEN HILL, Robert. *British Export Houses, The Brazilian Coffee Trade and the question of control, 1850 – 1914*, Cambridge, Centre of Latin American Studies, s. d.

GUIMARÃES, Arthur. O Comissário como Banqueiro do Produtor de Café no Interior. In: *O Café no Segundo Centenário de Sua Introdução no Brasil*. Rio de Janeiro: D. N. C., 1934.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Monárquico: Declínio e Queda do Império*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

IANI, Otávio. *Raças e Classes Sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, Retratos do Brasil, 42.

JOPPERT, O. F. O Segundo Centenário do Café, *O Jornal*, Rio de Janeiro: 15 de outubro de 1927. Edição Comemorativa do Bicentenário do Cafeeiro no Brasil, 5ª seção.

JORDÃO, Carlos Augusto Miranda. A ação do comissário no comércio do café. In: *O café no segundo centenário de sua introdução no Brasil*. Rio de Janeiro: D. N. C., 1934, Vol. 01.

KIRKLAND, Edward C. *História Econômica dos Estados Unidos*. 2ª Ed. México: Fundo de Cultura Econômica, 1947.

LACERDA WERNECK, André P. *Auxílios à lavoura pela mobilização territorial e agrícola*. Rio de Janeiro: Typographia da Empresa Democrática, 1886.

LAERNE. C. F. Van Delden. *Brésil et Java. Rapport sur la culture du café em Amérique, Ásia et Afrique...* Paris, Challamell Aine, 1885.

341





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



LEME, Dulce Maria Pompêo de Camargo. *Trabalhadores Ferroviários em Greve*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1986.

LEVY, Maria Bárbara. *A Indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro.

LINHARES, Maria Yedda (ed.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

MAMIGONIAN, Beatriz Galotti. *Revisando a “transição para o trabalho livre”: a experiência dos africanos livres*. P. 391 IN: FLORENTINO, Manolo (Org). *Tráfico, Cativo e Liberdade: Rio de Janeiro, séculos XVII – XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MARTINS, Ana Luiza. *Império do Café: a grande lavoura do Brasil, 1850 a 1890*. São Paulo: Atual, 1990. Série História em documentos.

MARTINS, Ismênia Lima. *Os problemas de mão-de-obra da grande lavoura fluminense; O tráfico intraprovincial. (1850 – 1878)*. Trabalho apresentado ao Ciclo de Estudos Fluminenses, Niterói: s. d.

MELLO, João Manoel Cardoso. *O Capitalismo Tardio*. Campinas: 1975 (Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas).

MILLIET, Sérgio. *Roteiro do café e outros ensaios*. (Contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil). 4ª ed., São Paulo: HUCITEC, 1982.

MONIZ, Ricardo. In: *Relatório da Comissão encarregada pelo Governo Imperial de proceder a um Inquérito sobre as causas principais e acidentais da crise do mês de setembro de 1864*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1865, Pág. MONT'ALEGRE, Omer. *Capital e capitalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1972.

MOREIRA, J. Lopes da Costa. *Relatório da Comissão de Inquérito sobre a crise de 1864*.

OTTONI, Christiano B. *Autobiografia*.

OTTONI, Christiano B., *Esboço Histórico das estradas de ferro do Brasil*, Rio de Janeiro: 1866.

PADILHA, Sylvia. *Da Monocultura à Diversificação Econômica. Um estudo de caso: Vassouras 1880 – 1930*. Niterói: UFF, 1977. Dissertação de Mestrado.

342





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



PALHANO DE JESUS, J. *Rápida notícia da viação férrea no Brasil*, in “Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil”, Rio de Janeiro: 1922.

PAULA, Leticia Honorato de. *Do Lombo de Uma Mula, aos Trilhos da Estrada de Ferro Dom Pedro II*. Monografia de Graduação. Vassouras: 2004, USS,

PENNA, Lincoln de Abreu. *Uma História da República*; Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1989.

PESSOA, Ciro Diocleciano Ribeiro. *Estudo descritivo das Estradas de Ferro do Brasil, precedido da respectiva legislação*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896.

PETTA, Nicolina Luiza; OJEDA, Eduardo Aparício Baez. *História: Uma Abordagem Integrada*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Moderna. 2003.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 12ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1970.

RABELLO, Andréa Fernandes Considera Campagnac. *Os Caminhos de Ferro da Província do Rio de Janeiro: Ferrovias e Café na 2ª Metade do Século XIX*. Niterói: 1996, UFF. Dissertação de Mestrado.

RAPOSO, Ignácio. *História de Vassouras*, Niterói: SEEC, 1978, 2ª Ed. RIBEIROLLES, Charles de. *Brasil Pitoresco: história, descrição, viagem, colonização, instituições*. Trad. Gastão Penalva. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980. Vol. 1. Pág. 281. Esta obra foi publicada originalmente em fascículo na década de 1860.

SAES, Flávio Azevedo M. dos. *As Ferrovias de São Paulo, 1870 – 1940: Expansão e declínio do transporte ferroviário em São Paulo*. São Paulo: HUCITEC, 1981.

SANTOS, Horácio A. *Breves considerações sobre nosso café*. Rio de Janeiro: Tip. Leuzinger e Filhos, 1881.

SILVA, Sérgio. *A expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo> Ed. Alfa – Omega, 1976.

SIQUEIRA, Alexandre Joaquim de. *Memória Histórica do Município de Vassouras*, Rio de Janeiro: 1852.

SKIDMORE, Thomas E., *Uma História do Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

343





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



SOARES, Sebastião Ferreira. *Esboço ou Primeiros traços de crise comercial da Cidade do Rio de Janeiro em 10 de setembro de 1864*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1865.

SOARES, Sebastião Ferreira. *Notas estatísticas sobre a produção agrícola e a carestia dos gêneros alimentícios no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA/IMPES, 1977 (Série Pensamento Econômico Brasileiro, 2).

STEIN, Stanley J. *Vassouras: Um município brasileiro do café, 1850 – 1900*.

TAUNAY, Affonso de E. *História do Café no Brasil. No Brasil Imperial 1872 – 1889*. V. 07. Rio de Janeiro: D. C. H., 1939.

TAVARES. Luís Henrique. *Comércio Proibido de Escravos*. São Paulo: Ed. Ática, 1988.

TEIXEIRA, Francisco M. P. *Revolução Industrial*. Coleção “O Cotidiano da História”. Ed. Ática. 2006, 12ª Edição.

VALVERDE, Orlando. *A Fazenda de café Escravocrata no Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Indústria e do Comércio. Instituto Brasileiro do Café, 1973.

VASCONCELLOS, Max. *Vias brasileiras de comunicação*, Rio de Janeiro: 1928.

VIANNA, Hélio. *História da Viação Brasileira*. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert – Biblioteca Militar. S. a.

Visconde de Mauá – Autobiografia, “*Exposição aos credores e ao público*”, seguida de “*O meio circulante do Brasil*”, 2ª edição. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1943.

WERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda (Barão do Paty do Alferes). *Memória sobre a fundação e costeio de uma fazenda na província do Rio de Janeiro*. 4ª Ed., Rio de Janeiro: 1878.

Obras consultadas

BARROS, José D’Assunção. *O Campo da História: Especialidades e Abordagens* – Petrópolis: Ed. Vozes, 2004.

BARROS, José D’Assunção. *O Projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico*. Petrópolis: RJ : Vozes, 2005.

BRAUDEL, Fernand. *História e Ciências Sociais*. Lisboa: Presença, 1972.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



- BURKE, Peter (Org.); *A Escrita da História, Novas Perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.
- CARDOSO, Ciro F. S. “*Agricultura, Escravidão e Capitalismo*.” Petrópolis: Vozes, 1982.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.); *Domínios da História* – Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1997.
- CARVALHO, José Murilo; *A Formação das Almas: o imaginário de República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CASTRO, Hebe. “*História Social*” In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.); *Domínios da História* – Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1997.
- CIRIBELLI, Marilda Corrêa; *Projeto de Pesquisa: Um Instrumento da Pesquisa Científica* – Rio de Janeiro: Ed. 7 Letras, 2000.
- DAVID, Eduardo Gonçalves; *A Ferrovia e Sua História: Estrada de Ferro Central do Brasil*. Rio de Janeiro: AENFER, 1998.
- FIGUEIRA, Manuel Fernandes. *Memória Histórica da EFCB*, 1908.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. São Paulo: Graal, 1985.
- GUIMARÃES, Benício. *Locomotivas a vapor nas atividades industriais no Brasil*. Rio de Janeiro: (s. n.). 1996.
- GUIMARÃES, Benício. *O Vapor nas Ferrovias do Brasil*. Rio de Janeiro: (s.n.).
- HOBSBAWM, Eric; *A Era das Revoluções*, São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1998.
- HOBSBAWM, Eric; *A Era do Capital*, São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1998.
- HOBSBAWM, Eric; *Os Trabalhadores e Os Mundos do Trabalho*, São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1998.
- HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence; *A Invenção das Tradições*, São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1997.
- LAMOUNIER, Maria Lúcia. “*Ferrovias, agricultura de exportação e mão-de-obra no Brasil no século XIX*”. In: *História Econômica e História de Empresas III*. 2000.

345





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



LIMA, Othon de Araújo. *Sistema Ferroviário Brasileiro: Estudo Econômico*. Rio de Janeiro: 1969.

MATOS, Odilon Nogueira de. *Café e Ferrovias*. São Paulo: Alfa-Omega, Sociologia e Política, 1974.

MATOS, Odilon Nogueira de. *Café e Ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. São Paulo: Alfa-Ômega. 1974.

MELLO, Antônio Vieira. *Estradas de Ferro do Brasil*. Rio de Janeiro: 1909.

MELLO, Vieira de & BRANDÃO, Teixeira. *A Nova Política Ferroviária do Brasil*. Rio de Janeiro: 1941.

NARO, Nancy Priscilla Smith. *O Processo de Transição de Mão de Obra Escrava para a Mão de Obra Livre no Meio Rural Brasileiro: 1850 – 1920*. Niterói: 1988. UFF. Dissertação de Mestrado. Mimeo.

PASSOS, Francisco Pereira. *As Estradas de Ferro do Brasil em 1879*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1880.

PEREIRA, Waldick. *A Mudança da Vila – História Iguaçuana*. 1970. Nova Iguaçu.

PESSOA JUNIOR, Ciro Diocleciano Ribeiro. *Estudo Descritivo das Estradas de Ferro do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução Política do Brasil: Colônia e Império*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

REBOUÇAS FILHO, Antônio Pereira. *Estradas de Ferro do Brasil*. Rio de Janeiro: 1906. FBN.

REBOUÇAS FILHO, Antônio Pereira. *Vias Férreas Estreitas: Primeiros Estudos*. Rio de Janeiro: Livreiro Editor, 1871. FBN.

SANCHES, Marcos Guimarães. *Um Caminho de Ferro para o Império: Repercussões e Significados*. In.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Ano 164, nº 419, 2003

SANT'ANNA, Sônia. *Barões e Escravos do Café: Uma história privada do Vale do Paraíba*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

346





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



SANTOS, Noronha. *Meios de Transporte no Rio de Janeiro – História e Legislação*, Vol. I, Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura. Departamento Geral de Doc. e Inf. Cultural. Divisão de Editoração. 1996.

SILVA, Clodomiro Pereira da. *Estrada de Ferro do Brasil: Legislação*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1868.

SILVA, Clodomiro Pereira da. *Política e Legislação das Estradas de ferro*. São Paulo: Imprensa Nacional, 1904.

TEIXEIRA, Francisco M. P. *Revolução Industrial*. São Paulo: Ed. Ática, 1992.

THOMPSON, E.P. *Formação da Classe Operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 (Introdução).

VASCONCELOS, Maximiliano. *Estradas de Ferro do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

347



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



A JURISDIÇÃO JUDICIAL NA DOCTRINA DE TOMÁS DE AQUINO

Claudio Pedrosa Nunes¹

Introdução

A jurisdição judicial mereceu apurado estudo de Tomás de Aquino no contexto da virtude da Justiça e de sua filosofia jurídica. Assim é que o aquinate dedicou um segmento da Suma Teológica, sua obra de excelência, aos atos praticados pelos juízes (Questões 60 e seguintes, *secunda secundae*), considerando que a atividade do juiz consiste na efetivação da justiça. A justiça, por sua vez, pressupõe julgamentos justos e dirigidos à construção do bem comum. Pode-se perceber dessa doutrina jurídica de Tomás que a justiça é objeto da jurisdição, porque a jurisdição consiste no conjunto de atos que perfaz a atuação do juiz, designadamente o ato de dizer o Direito.

Nesse panorama, Tomás de Aquino construiu as bases edificantes de um dos instrumentos mais importantes do Direito Processual ainda hoje em vigor, qual seja, a jurisdição judicial. Com efeito, já na baixa Idade Média e especialmente no período exuberante da Escolástica tardia, o julgamento proferido pelos juízes atraiu as atenções do aquinate e revelou-se assunto de destaque naquele momento medieval de forte questionamento dos processos ordálios e dos julgamentos promovidos pelos padres da Inquisição.

Em outras palavras, Aquino formulou uma doutrina jusfilosófica voltada a combater os atos dos padres da Inquisição medieval e primou pelo descortino do que atualmente se concebe por jurisdição judicial a partir da atuação de juízes imparciais, não religiosos, investidos especificamente do ministério público do julgar. Com isso, Aquino vinculou a justiça dos julgamentos dos súditos, ou seja, do povo em geral, à instauração e atuação de tribunais e juízes especialmente preparados e imparciais, alheios aos padres da Igreja Romana.

É nesse sentido que se espraia o presente estudo, embora incipiente. Em matéria de Direito Processual em geral a jurisdição judicial oficial e justa é fenômeno de especial relevância que remonta ao período áureo da Escolástica medieval-tomista e se projeta praticamente íntegra na contemporaneidade. Coube a Tomás de Aquino, com as sensibilidades e clarividência que lhe são singulares, apontar e corrigir os defeitos dos processos e julgamentos promovidos pela Igreja Romana por meio dos padres da Inquisição e que, não raro, expunha os súditos a veredictos injustos e sem acusação formal.

Em apelo de problematização, o estudo sugere uma revisitação dos princípios e características da jurisdição judicial como hoje pronunciados em matéria de Direito Processual e os põe em diálogo com a filosofia e doutrina jurídico-processual de Tomás de

¹ Doutor em Direito pela Universidade de Coimbra (2011). Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (2021). Professor Associado da Universidade Federal de Campina Grande (Brasil). Juiz do Trabalho. E-mail: claudio.nunes@ufcg.edu.br.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Aquino para fins de constatar-se ou não sua densidade dogmática. E, nisso, indaga-se: é correto ou não afirmar que a dogmática da jurisdição judicial é instituto imanente à contemporaneidade e ao positivismo kelseniano, sem qualquer conexão ou diálogo com a doutrina jurídico-filosófica de Tomás de Aquino? Trata-se, outrossim, de pesquisa conduzida sob o método dedutivo, de natureza jurídico-histórico-filosófica e dissertativa e fonte de dados documental e bibliográfica.

Direito processual e seus prolegômenos medievais

Não se olvida que os institutos de Direito Processual concernentes à jurisdição judicial são de elevada importância para eficiente e justa prestação jurisdicional. É missão do Estado promover o que a teoria do direito processual contemporânea denomina acesso à justiça e à ordem jurídica justa. (CINTRA; GRINOVER; DINAMARCO, 2008, p. 39).

Não se trata, porém, ao que se percebe da doutrina jusfilosófica desenvolvida no medievo tomista, de novidade ínsita aos estudiosos contemporâneos nem criação do direito positivo tradicional de origem kelseniana. Tomás de Aquino, na Idade Média tardia e sob a atmosfera efervescente da Escolástica, já os pronunciava como doutrina de justiça e objeto de promoção do bem comum.

O estudo do processo segundo o pensamento tomista, embora embrionário, realça, portanto, o sentido jurídico-histórico-filosófico de verificação da necessidade de uma jurisdição judicial justa para pacificação social e alcance do bem comum. Tomás de Aquino, com apurado senso de justiça distributiva e mesmo comutativa, debruçou-se sobre a necessidade de imprimir aos julgamentos judiciais o objetivo central de descoberta da verdade real de modo a dar a cada um o que é seu na medida dos méritos e deméritos. E, com isso, não se esquivou de criticar os julgamentos assaz duvidosos dos padres da própria Igreja a que se devotou, ao tempo em que abriu ensanchas para o desenvolvimento da temática no porvir (MORRIS, 2002, p. 50). Aliado a isso, o estudo em foco levado a efeito por Tomás revela-se precioso a partir de sua invocação como fonte histórico-filosófica de auxílio aos estudos de Direito Processual em matéria de jurisdição judicial e como meio de percepção da evolução dos institutos processuais desde os tempos áureos da filosofia medieval, pondo por terra o mito pejorativo e impróprio de repulsa a tudo que diz respeito à Idade Média. Afinal, como bem realça Leonor Xavier (2007, p. 57),

A história do pensamento ocidental registra, em diversos momentos, múltiplas perspectivas de aproximação e até de harmonia que não significam anulação nem da filosofia pela religião nem da religião pela filosofia. Essas perspectivas não teriam sido possíveis se a filosofia tivesse excluído do seu horizonte matérias que são incontornáveis no foro da religião, como o sentido da divindade, a exigência da ética e os caminhos da espiritualidade.

Portanto, ainda que a doutrina tomista da jurisdição judicial tenha-se inaugurado para debelar excessos e incongruências em tema de julgamento de suspeitos e de atuação dos juízes,



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



especialmente em razão dos procedimentos adotados pelos tribunais da Inquisição, inegável que contribuiu para formulação de técnicas e sistemas que direcionam o devido processo legal tal como concebido atualmente pela teoria do processo.

A doutrina tomista da jurisdição judicial

Na doutrina de Tomás de Aquino a jurisdição é o ato de dizer a justiça, porque a justiça é o objeto dos atos do juiz, isto é, o objeto da jurisdição. Vê-se aqui que a atuação do juiz não se limita ao mero ato de aplicar a lei, tal qual esta se manifesta. A lei é o parâmetro que confere às decisões do juiz a qualidade de coatividade, de coerção, mas a ela não se vincula o juiz quando divorciada da justiça natural encerrada no Direito Natural.

A ideia do juiz em Tomás conduz a que seja confundido com a própria justiça. O juiz é a justiça viva e a justiça se confunde com a figura do juiz. Não é à toa, portanto, que Aquino adverte que os homens recorrem ao juiz como se buscasse a justiça viva (AQUINO, 2005, p. 85). Assim se pronuncia:

Ora, o juiz significa aquele que diz o direito. Mas, o direito é objeto da justiça, com já ficou explicado. Segue-se que o julgamento, na acepção primeira do termo, implica uma determinação ou definição do que é justo ou do direito (...). Assim, o homem casto decide bem o que respeita à castidade. Logo, o julgamento que implica a determinação reta do que é justo pertence propriamente à justiça. Eis por quê o Filósofo diz: 'recorre-se ao juiz como à justiça viva'.

350

A jurisdição, entretanto, está sujeita a certos limites, o que lhe confere autoridade e legitimidade. Assim é que a jurisdição é exercida na medida dos poderes de um juiz. Em outras palavras, o ato de julgar do juiz não é ilimitado e lhe é atribuído para o julgamento de certas e especificadas questões. Evidente que aqui está o embrião do que hoje, no Direito Processual, entende-se por competência, ou seja, o limite da jurisdição. Grinover (2005, p. 229) formula preciso conceito de competência, na orbe processual, ombreado-a às lições tomistas. São suas as palavras:

A jurisdição como poder estatal é uma só, não comportando divisões ou fragmentações: cada Juiz, cada tribunal, é plenamente investido dela. Mas o exercício da jurisdição é distribuído, pela Constituição e pela lei ordinária, entre os muitos órgãos jurisdicionais; cada qual então a exercerá dentro de determinados limites (ou seja, com referência a determinado grupo de litígios). Chama-se competência essa qualidade de jurisdição cujo exercício é atribuído a cada órgão ou grupo de órgãos (Liebman).

Ainda segundo Tomás (2005, p. 94), outro limite da jurisdição está em que só a pessoa legalmente investida do poder de julgar pode ser juiz, ou seja, pode exercer a jurisdição. Só é justo o julgamento proferido por pessoas especificamente designadas para exercer o ofício público de julgar. Vejam-se suas palavras:





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Como a lei não pode ser feita a não ser pela autoridade pública, assim também o julgamento só pode ser proferido pela autoridade pública, que tem poder sobre os membros da comunidade. Portanto, como seria injusto obrigar alguém a observar uma lei não sancionada pela autoridade pública, assim também seria injusto compelir alguém a sujeitar-se a um julgamento que não é proferido pela autoridade pública.

Tais ponderações do aquinate conduz ao que hoje, em Direito Processual, concebemos por investidura legal do titular da jurisdição, do que redundo o princípio constitucional do juiz natural². Na esteira dessa doutrina, Alexandre de Moraes (2002, p. 304) assim se manifesta:

Princípio do Juiz Natural (...). O Juiz natural é somente aquele integrado no Poder Judiciário, com todas as garantias institucionais e pessoais previstas na Constituição Federal. Assim, afirma José Celso de Mello Filho que somente os juízes, tribunais e órgãos jurisdicionais previstos na Constituição se identificam ao juiz natural, princípio que se estende ao poder de julgar também previsto em outros órgãos, como o Senado, nos casos de impedimento de agentes do Poder Executivo. O referido princípio deve ser interpretado em sua plenitude, de forma a não só proibir a criação de tribunais ou juízos de exceção, como também exigir respeito absoluto às regras objetivas de determinação de competência, para que não seja afetada a independência e a imparcialidade do órgão julgador.

351

A doutrina do juiz natural de Aquino representou grande desafio aos tribunais da Inquisição, onde os julgamentos, inclusive no tocante a aplicação e execução da pena de morte, eram realizados por clérigos. Noutras palavras, Tomás considerou ilegítimos os julgamentos efetuados por sacerdotes, porque estes não ostentavam a condição de juízes legalmente investidos do ofício estatal de julgar (Questão 64, Artigo 4, *secunda secundae*, da Suma Teológica). Nesse sentido, Tomás (2005, p. 136) afirma:

Aos clérigos não é lícito matar, por dupla razão. 1º São escolhidos para o serviço do altar, no qual se representa a paixão de Cristo imolado, ‘que, ao ser espancado, não espancava’. Portanto, não compete aos clérigos espancar e matar (...). 2º Outra razão é que aos clérigos se confia o ministério da Lei Nova, que não comporta pena de morte ou mutilação corporal.

Vê-se, nesse aspecto, uma doutrina assaz técnica do Santo Doutor, o que redundou, como dito, em substancial contestação à atuação da Inquisição. A justiça como objeto da jurisdição obedecerá a preceitos de promoção da igualdade e do equilíbrio, eventualmente rompidos entre os atos humanos. A jurisdição terá a missão de restabelecer a igualdade rompida.

² Sobre o princípio do juiz natural, o artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição do Brasil prescreve: “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”. E o inciso XXXVII do mesmo artigo 5º, prescreve: “não haverá juízo ou tribunal de exceção”.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Nesse mister, não deve o juiz considerar as pessoas envolvidas no julgamento, mas as provas que conduzam à justiça reclamada na controvérsia. A aceção de pessoas nos julgamentos já era combatida por Tomás na Suma Teológica (Questão 63, *secunda secundae*), porque violadora da justiça distributiva, reportando-se o aquinate à importância da demonstração da culpa independentemente da condição pessoal do acusado (AQUINO, 2005, p. 122).

Como já se disse, o julgamento é um ato de justiça, enquanto o juiz reconduz à igualdade da justiça aquilo que pode constituir uma desigualdade a ela oposta. Ora, a discriminação de pessoas comporta certa desigualdade, pois atribui a uma pessoa mais do que a devida proporção, na qual consiste a igualdade da justiça. É, portanto, manifesto que a discriminação de pessoas corrompe o julgamento.

Tem-se aqui, por silogismo, um precedente fundamental do que hoje, em Direito Processual, concebemos como teoria da prova, ou seja, a consideração e apreciação dos elementos que conduzam ao restabelecimento do *status quo*, consistente no desfazimento da violação do direito de alguém ou na respectiva e devida compensação. Segundo Marinoni (2005, p. 259),

Comumente a definição de prova vem ligada à idéia de reconstrução (pesquisa) de um fato que é demonstrado ao magistrado, capacitando-o a ter ‘certeza’ sobre os eventos ocorridos e permitindo-lhe exercer sua função. Assim, por exemplo, manifesta-se LESSONA, dizendo que ‘provar’, neste sentido, significa ‘fazer conhecidos’ para o Juiz os fatos controvertidos e duvidosos, e ‘dar-lhe a certeza’ do seu modo preciso de ser. Nessa mesma linha, LIEBMAN define prova como sendo ‘os meios que servem para dar conhecimento de um fato e por isso para fornecer a demonstração e para formar a convicção da verdade de um fato específico.

352

No mesmo sentido são, *mutatis mutandis*, as palavras de Tomás ao enfrentar objeção levantada no Artigo 2 da Questão 67 da Suma, *secunda secundae*. O exame da prova processual é, pois, para o aquinate, a razão de ser que protege o julgador de enveredar por julgamentos arbitrários. (AQUINO, 2005, p. 173).

Em sentido contrário, Agostinho, comentando o salmo, declara: ‘O bom juiz nada faz por seu próprio arbítrio, mas se pronuncia segundo as leis e o direito’. O que quer dizer julgar conforme as disposições e as provas apresentadas no processo. Logo, é assim que o juiz deve julgar, e não baseando-se em seu próprio

Por outro lado, a jurisdição judicial não pode reduzir o juiz a um mero agente de aplicação literal de textos legais, especialmente quando o comando legal se revela colidente com princípios de justiça e de promoção do bem comum. Ao comentar o que chama “novo projecto de justiça racionalista”, Reis Marques (2013, p. 206) adverte:

Ao invés de uma jurisprudência criativa, protagomista e gestora de um complexo





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



de fontes sedimentadas no tempo, pugna-se pela promoção de um ordenamento que limite a liberdade dos tribunais, isto é, por um ordenamento jurídico constituído por legislação uniforme, clara e simples. No novo projecto, existe uma confiança ilimitada no legislador. Os seus comandos devem produzir os efeitos previstos na sua formulação literal.

Ao tratar da autoridade e eficácia normativa do Direito Natural em relação ao direito positivo, conforme Artigo 2 da Questão 95, da *Suma Teológica*, *prima secundae*, Aquino proclama ser o segundo inferior ao primeiro, sem o que não se terá lei (lei positiva ou humana) mas corrupção da lei (AQUINO, 2005, p. 576).

Como diz Agostinho, 'não parecer ser lei aquela que não for justa' Portanto, quanto tem de justiça tanto tem de força de lei. Nas coisas humanas diz-se que algo é justo pelo fato de que é reto segundo a regra da razão. A primeira regra da razão, entretanto, é a lei da natureza, como fica claro pelo acima dito. Portanto, toda lei humana imposta tem tanto de razão de lei quanto deriva da lei da natureza. Se, contudo, em algo discorda da lei natural, já não será lei, mas corrupção da lei.

Induvidoso, outrossim, que, ao exercer a jurisdição, o juiz não pode desprezar integralmente os parâmetros legais; deve, entretanto, avaliar a justiça desses parâmetros, no todo ou em parte, para bem julgar. Os princípios humanitários, de promoção do bem comum e de equilíbrio emergentes do Direito Natural constituem o bálsamo que deverá direcionar a ação dos juízes no ato de aplicar a lei durante determinado julgamento.

Em Tomás também é importante observar que o resultado dos julgamentos judiciais deve primar pela possibilidade real de cumprimento da pena ou condenação civil. Em outras palavras, não se pode cogitar de imposição de determinada condenação em volume ou intensidade que se revele impossível de cumprir.

Essa concepção do aquinate se extrai de sua análise da lei na *Suma Contra Gentiles*, segundo a qual a lei concebida pelo Criador ao homem já ostenta qualidades e aptidões que permitam aos destinatários seu natural e regular cumprimento. Assim discorre o angélico (2007, p. 434):

A todo legislador toca estabelecer por ley aquello sin lo cual no se puede cumplir la ley. Como la ley se propone a la razón, el hombre no la observaria se todo lo concerniente a él no se sometiera a la razón. De aquí que toque a la ley divina mandar que todo lo del hombre se someta a la razón.

Na contemporaneidade jurídica, tanto as disposições de lei quanto os julgamentos judiciais primam pela individualização da pena e ressocialização dos condenados. As condenações em pecúnia, decorrentes de indenizações civis, objetivam o ressarcimento dos danos de

353





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



conformidade com a capacidade econômica do condenado³. Vê-se, pois, que a teoria da jurisdição judicial em foco tem raízes bem definidas na doutrina de Aquino construída desde a Escolástica do século XIII.

Tem-se, por outro lado, a cultura de que a jurisdição atua sob um direito preexistente por natureza e se destina essencialmente a declarar esse direito (*iurisdictio*). Não há uma necessidade premente de criação exaustiva do Direito, de índole positivista, porque ele naturalmente se manifesta nos costumes e na ordem natural das coisas. Nesse aspecto, Grossi (2014, p. 167) expõe que

...a conclusão a que inevitavelmente se chega é simples: se a essência do poder político medieval, inclusive da Idade Média sapiencial, consiste no *ius dicere*, em dizer o direito; se esse poder continua relativamente indiferente à produção do *ius*, é porque o direito é uma realidade preexistente que o poder não cria, não pretende criar, não seria capaz de criar, que apenas pode dizer, declarar.

Disso se extrai que a jurisdição judicial no medievo sapiencial, por conduto sobretudo das preocupações literárias de Aquino, logrou alcance bem mais extenso que sua congênere da atualidade, considerando sobretudo a densidade do direito costumeiro, infenso à ação nem sempre virtuosa do Estado, ao mesmo tempo em que liberta o Direito de fórmula legais que muitas vezes acabam por conspirar contra a ordem natural das coisas⁴.

Sem dúvida, a jurisdição judicial no medievo tomista reúne Direito e costume em plano horizontal. Não só a lei mas também as regras emanadas da comunidade são as fontes jurídicas que devem nortear os veredictos. Dizer o Direito (*iurisdictio*) é expressar a vontade sedimentada pelo coletivo com sentido de obrigatoriedade. A atividade interpretativa do juiz também se alinha ao prestígio das normas consuetudinárias. E obviamente não se cogita de dizer o Direito sem prévia atividade interpretativa. Com efeito, Aquino (2005, p. 600) assim se manifesta:

Portanto, também pelos atos, maximamente multiplicados, que constituem o costume, pode a lei ser mudada e ser exposta, como também ser causado algo que

354

³ Nesse sentido é o artigo 928 do Código Civil em vigor, *verbis*: “O incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes. Parágrafo único. A indenização prevista neste artigo, que deverá ser equitativa, não terá lugar se privar do necessário o incapaz ou as pessoas que dele dependam”. De igual forma, prescreve o artigo 944 da mesma codificação: “A indenização mede-se pela extensão do dano. Parágrafo único. Se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, poderá o juiz reduzir, equitativamente, a indenização”. Já o artigo 496 da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei nº 5.452/1943) prescreve: “Quando a reintegração do empregado estável for desaconselhável, dado o grau de incompatibilidade resultante do dissídio, especialmente quando for o empregador pessoa física, o tribunal do trabalho poderá converter aquela obrigação em indenização devida nos termos do artigo seguinte. E o artigo 5º, inciso XLVI, da Constituição Federal, assevera: “A lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes...”.

⁴ Importante revelar que o atual artigo 833, inciso X, do Código de Processo Civil brasileiro, prescreve ser impenhorável depósito em dinheiro em caderneta de poupança até o volume de quarenta salários mínimos, favorecendo o devedor inclusive quanto a dívida de natureza alimentar. Tal dispositivo legal parece ignorar que a poupança representa excedente da renda do poupador/devedor para viver normalmente, pondo em desvantagem, senão manifesto prejuízo, o credor que se vê sem receber o direito, inclusive alimentar, que lhe foi definido em decisão judicial. Há, na melhor concepção tomista, inegável perversão da ordem natural das coisas.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



adquirir força de lei, a saber, enquanto por atos exteriores multiplicados o movimento interior da vontade e o conceito da razão são declarados de modo o mais eficaz, uma vez que, quando algo se faz muitas vezes, parecer provir do deliberado juízo da razão. E de acordo com isso, o costume tem força de lei, e abole a lei, e é intérprete das leis.

De realçar, entretanto, que a autoridade do costume jurídico a que se refere o aquinate não se destina senão à lei humana ou positiva. A lei natural conserva sua superioridade normativa, seja sobre a lei humana, seja sobre o costume. Nesse sentido é a seguinte afirmação de Tomás (2005, p. 600):

...deve-se dizer que a lei natural e divina procede da vontade divina, como foi dito. Por isso, não pode ser mudada pelo costume que procede da vontade do homem, mas só pode ser mudada pela autoridade divina. E daí é que nenhum costume pode adquirir força contra a lei divina ou a lei natural.

4. Função social do processo judicial medieval-tomista

Na concepção tomista do Direito e da justiça natural deve o juiz, diante do caso concreto, determinar o que é justo, sugerindo, por exemplo, que o Estado estimule e até conceda trabalho remunerado ao trabalhador, vagas nas escolas às crianças, policiais educados e preparados em número adequado para dar segurança nas ruas, assim como hospitais com vagas disponíveis e devidamente aparelhados para socorrer e cuidar da saúde dos enfermos (AQUINO, 2005, p. 85-86).

Os exemplos lastreados são apenas enunciativos e, embora concebidos originariamente sob ares medievais-tomistas, se espraiam, entre muitos outros, como diretrizes de direitos fundamentais e sociais constantes do atual texto constitucional brasileiro⁵. Trata-se do que Mauro Schiavi (2015, p. 135) intitula “função social do processo”, com alusão específica ao processo do trabalho. Assim discorre:

⁵ Nesse contexto, o artigo 1º, inciso IV, da Constituição Federal, prescreve: “A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: (...). IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa”. E o artigo 5º, inciso LIV, da Constituição prescreve: “ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal”. O artigo 7º da multicitada Constituição prescreve ainda que “São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: (...). IV – salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim”. Por sua vez, o artigo 144 da mesma Constituição expõe: “A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio”. Ademais, o artigo 170, inciso VIII, da mesma Lei Fundamental prescreve ser princípio fundamental da ordem econômica a “busca do pleno emprego”. Por fim, o artigo 196 da citada Constituição Federal estabelece: “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Em razão do caráter publicista do processo do trabalho e do relevante interesse social envolvido na satisfação do crédito trabalhista, a moderna doutrina tem defendido a existência do princípio da função social do processo trabalhista. Desse modo, deve o Juiz do Trabalho direcionar o processo no sentido de que este caminhe de forma célere, justa e confiável, assegurando-se às partes igualdades de oportunidades, dando a cada um o que é seu por direito, garantindo-se a efetividade processual, mas preservando-se, sempre, a dignidade da pessoa humana tanto do autor como do réu, em prestígio da supremacia do interesse público.

Todas essas situações fáticas que mencionamos são indicativo de que a doutrina jurídico-processual de Aquino conduz o juiz a atuar corretamente, adotando comportamento e decisões que transcendam aos textos imperfeitos da lei e primando pela realização da razão de ser e missão substrato de sua existência, ou seja, promover o equilíbrio e harmonia sociais (bem comum) por meio da jurisdição. Observe-se a atualidade dos ensinamentos tomistas no particular, na dicção de Helena Diniz (2015, p. 391):

Bem comum. Teoria Geral do Direito. 1. É o resultante da harmonização da liberdade, paz, justiça, segurança, solidariedade e utilidade social feita pelo juiz ao aplicar a lei ao caso concreto. 2. É a ordem jurídica, pois, como ensina Goffredo da Silva Telles Jr., é o único bem que todos os participantes da sociedade política desejam necessariamente, uma vez que sem ordem jurídica não há sociedade. 3. É o fim da própria vida social, por ser a *ratio formalis quae* do direito, que se obtém com a harmonização dos bens particulares com o da comunidade. Na idéia de 'bem comum' há um dualismo: a) o bem comum determinante do sentido valorativo da ordem jurídica; e b) o bem comum de caráter social, fundamento das normas de direito, que atenderão ao interesse social, tendo por fim a garantia da paz e da justiça social. A fórmula 'bem comum' visa limitar o poder 'criador' do órgão judicante, fazendo com que, ao prolatar sua decisão, considere as valorações positivadas na sociedade, sem atentar às suas pessoais.

356

É justo o julgamento baseado na lei, exceto quando esta é injusta. Como a lei deve expressar o que é direito, reto e bom, segue-se que a base de um julgamento tecnicamente justo é a obediência aos preceitos da lei. Tal disciplina integra o que Chalmers (p. 207-208) denomina justiça legal, não obstante reconheça faculdades interpretativas amplas ao julgador, eis que

“la mayor descentralización posible de la actividad del gobierno (...), o a atribuir amplias facultades interpretativas a los jueces (...), aspecto de la virtud de la prudencia que guía el descubrimiento del espíritu de la ley más allá de su aplicación literal (...)”.

A justiça como objeto da jurisdição, isto é, objeto da atividade do juiz, não se desfaz quando o julgador é induzido a erro pela atuação aleivosa das partes ou corrupção de testemunhas. Nesse sentido, Tomás sustenta que a eventual imputação de injustiça do juiz não se confunde com o fato dele ter sido induzido a erro (AQUINO, 2005, p. 171).





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



A injustiça, nesse caso, é proveniente daquele ou daqueles que traem a confiança do juiz e, por isso, ainda que o julgamento tenha sido equivocado, não há injustiça praticada pelo Juiz. É dizer que o antecedente defeituoso não vincula nem compromete a conduta do juiz no consequente. O equívoco a que é levado o juiz não afasta, senão confirma, sua intenção de decidir com justiça, quando tal equívoco é provocado intencionalmente por quem dele se aproveita. Nesse sentido são as palavras de Aquino (2005, p. 176):

Tratando-se de um caso particular, porém, a informação lhe vem mediante as peças, os testemunhos e os demais documentos legítimos, que hão de ser seguidos no julgamento mais do que a ciência que o juiz adquire como pessoa privada. Essa ciência, no entanto, poderá ajudá-lo a discutir mais rigorosamente as provas aduzidas e a desvendar-lhes os defeitos. Mas se não conseguir se desfazer delas pelos caminhos jurídicos, deverá basear nelas o seu julgamento.

Jurisdição judicial e o justo racional medieval-tomista

Jurisdição com justiça pressupõe fundamentalmente boa-fé e comprometimento do julgador com o restabelecimento do equilíbrio e da harmonia entre os litigantes. São fatores que conjugados no íntimo, consciência e preparo do juiz perfazem um julgamento justo e correto. Como ressaltado, a jurisdição judicial conforme a doutrina de Tomás de Aquino confere especial relevância à atuação dos juízes e à racionalidade de seus veredictos. Assim leciona o aquinate (2005, p. 87):

O julgamento é lícito na medida em que é um ato de justiça. Ora, como já se explicou, para que o julgamento seja um ato de justiça, se requerem três condições: 1º que proceda de uma inclinação vinda da justiça; 2º que emane de autoridade competente; 3º que seja proferido segundo a reta norma da prudência. A falta de qualquer desses requisitos torna o juízo vicioso e ilícito.

A superação e a extinção dos processos ordálios e dos procedimentos da Inquisição representaram o início das preocupações do aquinate em promover a redenção da doutrina cristã a partir da análise racional das coisas, elevando a fé a preceito palpável ao homem sem lhe corromper a natural epifania.

A atribuição à realeza da função jurisdicional, embora com possibilidade de delegação, consistia na cultura medieval de considerá-la atividade de grande importância e de elevada nobreza, digna portanto do próprio titular do reino, isto é, o príncipe. É nela que o rei julga como juiz natural e com posição de independência diante dos outros investidos de segmento do poder e de superioridade em relação aos súditos. Essa concepção medieval-tomista de jurisdição perdura praticamente incólume na contemporaneidade dos estudos jurídicos e é

357





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



matéria recorrente nas faculdades de Direito⁶. Vejam-se as lições de Grossi (2014, p. 162) no particular:

Jurisdictio, em sentido estrito, é a função de julgar própria do juiz ordinário, mas também – e sobretudo – algo maior e mais complexo: é o poder daquele – pessoa física ou jurídica – que ocupa uma posição de autonomia diante dos outros investidos de poder e de superioridade diante dos súditos. E não é este ou aquele poder (numa visão espasmodicamente fragmentária que é própria de nós, modernos, mas não foi a dos medievais), mas sim uma síntese de poderes que não se teme ver condensada num único sujeito.

Em que pese, como dito, condensada na figura do titular do reino, o príncipe, já no medievo tomista a jurisdição não se confundia com a prerrogativa de legislar, também imanente ao governante. Ela é função própria e específica e se alinha à definição técnico-jurídica hoje em voga. Jurisdição e ato de legislar, portanto, concentram esferas distintas da atuação do governante régio, sendo aquela superior a esta.

A autoridade de julgar, por conduto divino, é também fundamento filosófico que norteia a função jurisdicional medieval e tem sua razão de ser na promoção do bem e do justo. Pedrero-Sánchez (2000, p. 120), a esse propósito e parafraseando o livro bíblico dos Romanos, assevera, com acuidade:

Todo homem se submete às autoridades constituídas, pois não há autoridade que não venha de Deus, e as que existem foram estabelecidas por Deus. De modo que aquele que se revolta contra a autoridade, opõe-se à ordem estabelecida por Deus. E os que se opõem atrairão para si a condenação. Os que governam incutem medo quando se pratica o mal, não quando se faz o bem. Queres então não ter medo da autoridade? Pratica o bem e dela receberás elogios, pois ela é instrumento de Deus para te conduzir ao bem. Se, porém, praticares o mal, teme, porque não é à toa que ela traz a espada: ela é instrumento de Deus para fazer justiça e punir quem pratica o mal.

Pelo que podemos pressentir desse tópico da doutrina tomista, o juízo exercido por autoridade não oficialmente investida do ministério de julgar constitui violação da Justiça natural, isto é, a justiça pautada em premissas racionais. Com isso, estar-se-á pondo o direito e a justiça no lugar natural que possuem e para que foram criados, constituindo sua própria razão de ser. É sob tal referencial teórico-processual medieval-tomista que se deve lastrear todo estudo da jurisdição na contemporaneidade.

Aquino ainda se debruça sobre a ordenação das ações do homem por conduto da razão e da virtude, o que obviamente remete ao julgamento justo. Assim se pronuncia o Santo Doutor (2007, p. 433-434):

⁶ Nesse sentido, Marcus Vinícius Rios Gonçalves assenta o seguinte conceito de jurisdição: “Função do Estado, pela qual ele, no intuito de solucionar os conflitos de interesse em caráter coativo, aplica a lei geral e abstrata aos casos concretos que lhe são submetidos”.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Del mismo modo que la mente del hombre se ordena bajo Dios, así se ordena el cuerpo bajo el alma y las tendencias inferiores bajo razón. Esta atañe a la providencia divina, una de cuyas formalidades propuestas al hombre es la ley divina consistente en que cada cosa ocupe su sitio. Por lo cual, el hombre ha de ser ordenado por ella de modo que las tendencias bajas estén sometidas a la razón, y el cuerpo al alma, y las cosas externas estén a su servicio.

A jurisdição judicial segundo Tomás de Aquino certamente se espraia como teoria de justiça, conjugando o elemento jurídico ao teológico-filosófico. E, nessa atmosfera, confere as diretrizes fundamentais do que a posteridade idealizou e afirmou como função típica do poder judiciário. A orientação pelo justo e pelo ético é a tônica, a base e o bálsamo do judiciário de Tomás.

A submissão do julgador à justiça, seja esta a mais elevada das virtudes, é exigível mais que à própria autoridade da lei escrita ou positiva. Em outras palavras, a lei é o norte de que se deve orientar o julgador; quando, porém, houver colidência entre o justo e a norma, deve-se primar pelo primeiro. Assim se pronuncia o Doutor de Aquino (2005, p. 85):

Chama-se propriamente julgamento o ato do juiz como tal. Ora, juiz significa aquele que diz o direito. Mas o direito é objeto da justiça, como já ficou explicado. Segue-se que o julgamento, na acepção primeira do termo, implica uma determinação ou definição do que é justo ou do direito. Ora, o que leva a definir o que convém nas ações virtuosas é o habitus da virtude. Assim, o homem casto decide bem o que respeita à castidade. Logo, o julgamento que implica a determinação reta do que é justo pertence propriamente à justiça.

359

Considerações finais

Pelo que foi exposto, verifica-se que Tomás de Aquino formulou uma filosofia jurídico-processual que, pela autoridade de seus princípios reitores, possui importante utilidade também nos dias de hoje. O sentido do justo é, em Tomás, não apenas uma qualidade da ordem natural das coisas, mas também, definitivamente, uma premissa de aplicação no mundo jurídico através dos institutos e categorias jurisdicionais construídos para utilidade no dia-a-dia das relações humanas e sociais.

Ao mesmo tempo, a ideia dos julgamentos justos e pautados em autoridade competente converteu as decisões dos juízes em diretrizes dignas de credibilidade e natural aceitação aos olhos de seus destinatários, nobres e súditos, numa concepção comparável à admissão dos mistérios da fé. Noutras palavras, Tomás promoveu uma redescoberta da autoridade dos julgamentos a partir da sensibilidade extraível da lógica e da razão empíricas dos juízes para proveito real e não fictício da comunidade.

Nesse panorama, a axiologia da jurisdição judicial segundo a doutrina de Tomás de Aquino perpassa pelo julgamento reto e racional (justo por assim dizer), pela importância do





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



princípio segundo o qual *in dubio pro reo*, pela hermenêutica voltada à ordem natural das coisas a partir da dinâmica da natureza criada e, finalmente, pela adequada colheita e valorização da prova com alicerce na razão do bem ínsita ao homem. Sem dúvida, trata-se, já no Medievo, na construção da cultura do que hoje denominados *due process of law*.

Referências

AQUINO, T. *Suma contra los gentiles*, vol. II. Trad. De Laureano Robles Carcedo y Adolfo Robles Sierra, Madrid: Biblioteca de los Autores Cristianos, 2007.

AQUINO, T. *Suma teológica*, São Paulo: Edições Loyola, 2005.

BÖCKENFÖRDE, E. *História da filosofia do direito e do estado: antiguidade e idade média*, São Paulo: Antônio Fabris, 2011.

CARPINTERO, F. *Justicia y ley natural: Tomás de Aquino y los otros escolásticos*, Madrid: Servicio de Publicaciones de La Facultad de Derecho de La Universidad Complutense de Madrid, 2004.

CHALMETA, G. *La justicia política en Tomás de Aquino: una interpretación del bien común político*, Pamplona: EUNSA, 2002.

CINTRA, A. C. A.; GRINOVER, A. P.; DINAMARCO, C. R. *Teoria geral do processo*, 22ª ed., São Paulo: Malheiros, 2008.

DINIZ, M. H. *Dicionário jurídico*, 2ª ed., vol. 4, São Paulo: Saraiva, 2008.

GILSON, E. *A filosofia na idade média*, São Paulo: Martins Fontes, 2005.

GONÇALVES, M. V. R. *Direito processual civil esquematizado*, São Paulo: Saraiva, 2011.

GONZADA, T. A. *Tratado de direito natural*. Trad. de Keila Grinberg, São Paulo: Martins Fontes, 2004.

GROSSI, P. *A ordem jurídica medieval*. Trad. de Denise Rossato, São Paulo: Martins Fontes, 2014.

KAUFMANN, A. *Introdução à filosofia do direito e à teoria do direito contemporâneas*, Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1999.

360





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



KELSEN, H. *Teoria pura do direito*. Trad. de João Batista Machado, 8ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 2009.

KENNY, A. *Filosofia medieval*, vol. II, Lisboa: Gradiva, 2010.

MORAIS, A. *Constituição do Brasil interpretada e legislação constitucional*, São Paulo: Atlas, 2007.

MARINONI, L. G.; ARENHART, S. C.. *Manual do processo de conhecimento*, 4ª ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

MARQUES, M. A. P.. O modelo de justiça racionalista: uma construção para iludir o tempo? *Direito natural, justiça e política*, vol. I, Coimbra: Coimbra Editora, 2005.

MORRIS, C. *Os grandes filósofos do direito*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

NUNES, C. P. *A conceituação de justiça em Tomás de Aquino: um estudo dogmático e axiológico*, Curitiba: Juruá, 2013.

NUNES, C. P. Nótulas para uma filosofia jurídico-processual em Tomás de Aquino. *Revista Ágora Filosófica*, Recife, a. 11, n. 2, p. 7-37, jul./dez. 2011.

PEDRERO-SÁNCHEZ, M. G. *História da Idade Média: textos e testemunhas*, São Paulo: Editora UNESP, 2000.

PÉPIN, J. São Tomás de Aquino e a filosofia do século XIII. *História da filosofia. De Platão a São Tomás de Aquino*, vol. I, Lisboa: Dom Quixote, 1995.

SCHIAVI, M. *Manual de Direito Processual do Trabalho*, 9ª ed., São Paulo: LTr, 2015.

ULLMANN, R. A. *A universidade medieval*, 2ª ed., Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

VILLEY, M. *Questões de Tomás de Aquino sobre direito e política*, trad. De Ivone Benedetti, São Paulo: Martins Fontes, 2014.

XAVIER, M. L. *Questões de filosofia na idade média*. Lisboa: Edições Colibri, 2007.

ZILLES, U. *Fé e razão no pensamento medieval*, Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.

361





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



A MINA BREJUÍ EM CURRAIS NOVOS/RN: DO ESPAÇO DE TRABALHO À TRANSFORMAÇÃO EM LUGAR DE MEMÓRIA

Cléia Maria Alves¹

Francisco das Chagas Silva Souza²

Introdução

Este estudo tem como objetivo, discutir o processo de patrimonialização na cidade de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte e na Mina Brejuí, após o declínio das atividades mineradoras no final da década de 1980, e se transformado em Parque Temático em 2002.

Ao abordar o processo de patrimonialização em Currais Novos e na Mina Brejuí, justifica-se por esses espaços físicos serem imbuídos de memórias e marcas de identidade coletiva de um grupo social que se constituiu como mineradores, materializados por meio de monumentos e símbolos advindos da atividade mineradora.

O apogeu da atividade mineradora ocorreu durante a Segunda Guerra Mundial, período no qual, a mineração fornecia minérios às indústrias para a produção de materiais bélicos, tendo os Estados Unidos como o seu principal mercado consumidor, visto que esse minério era um importante componente empregado na fabricação de armamentos e indústrias do aço.

A Mina Brejuí foi considerada a maior produtora do minério da Scheelita da América do Sul e foi responsável pelo o crescimento e desenvolvimento da economia local entre os anos de 1943 e 1980. A mina foi fundada pelo Desembargador e latifundiário da região, Tomaz Salustino Gomes de Melo.

Contudo, a partir dos anos 1980, a mineração sofreu um declínio, chegando a paralisar as atividades no final da década de 1990, devido a concorrência externa, sobretudo da China que inviabilizou a exploração do produto. Com o declínio da atividade o espaço do trabalho operário, passou por um processo de patrimonialização e musealização, transformando-se no Parque Temático Mina Brejuí.

Musealização e patrimonialização na Mina Brejuí: uma necessidade de preservar a memória e a identidade mineira

O processo de musealização da Mina Brejuí, surgiu como uma forma de reconstruir e preservar a memória voltada para os tempos do auge da exploração do minério, materializada através dos espaços museológicos, símbolos, monumentos, fotografias, registros da família Salustino, ferramentas de trabalho e os ícones que representam a figura do operário. Desse

¹ Mestre em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT/IFRN). Professora da Secretaria Estadual de Educação e Cultura do Rio Grande do Norte. E-mail: cleiamary2009@hotmail.com

² Doutor em Educação (UFRN). Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. E-mail: chagasifrn@gmail.com





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



modo, a mina que antes era o espaço do trabalho operário se transformou em “lugar de memória” (Alves, 2019).

De acordo com Pierre Nora (1993), os lugares de memória nascem de uma necessidade objetiva dos grupos sociais, expressa pelo o sentimento de continuidade, porque não há mais meios de memória. Dessa forma, o autor, os define como:

[...] Antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. É a desritualização de nosso mundo que faz aparecer a noção. O que secreta, veste, estabelece, constrói, decreta, mantém pelo artifício e pela vontade uma coletividade fundamentalmente envolvida em sua transformação e sua renovação [...] os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais (Nora, 1993, p. 12-13).

A Mina Brejuí constitui-se em um lugar de memória, por ser um espaço que mantém uma relação da memória coletiva com um determinado grupo social, que foi transformada em objeto de observação, inserindo-se na perspectiva dos processos museais.

O processo de patrimonialização de um espaço está atrelado a lembranças e sentimentos de pertencimento, os quais contribuem para a formação identitária de um determinado grupo, que se materializam através dos elementos físicos, como objetos, monumentos, ícones e espaços.

Assim, com o declínio da atividade mineradora, não só o espaço do trabalho operário, mas também a cidade de Currais Novos, que outrora foi considerada a capital da scheelita, passou a buscar formas de sinalizar uma memória coletiva e uma nova identidade aos currais-novenses, voltadas para os tempos áureos da mina (Alves, 2019).

Dessa forma, entende-se que a memória é um fenômeno construído, que possui um recorte extremamente seletivo, uma vez que escolhe apenas aquilo que lhe é significativo, optando por aquilo que deve ser lembrado ou esquecido (Pollak, 1992).

De acordo com Le Goff (2013), a memória é um elemento essencial que se costuma chamar de identidade individual ou coletiva, cuja busca é umas das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje. No entanto, “a memória coletiva é não somente uma conquista é também um instrumento e um objeto de poder” (Le Goff, 2013, p. 435).

O processo de patrimonialização na cidade de Currais Novos aconteceu em dois momentos distintos. O primeiro foi a partir da década de 1945, período no qual a Mina Brejuí se destacava no cenário mundial, contribuindo para a geração de emprego e renda, e euforia pautada no ideário de modernidade, progresso e desenvolvimento para o município.

Esse sentimento foi observado, tanto com a construção de prédios na cidade e em nomes que referenciavam a Mina Brejuí como a construção do Hotel Tungstênio, o prédio da agência do Banco do Brasil, campo de pouso de aviões, que atribuía à cidade um status social, quando comparada às demais no interior do estado. Outros benefícios à cidade foram o Cine

363





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Teatro Desembargador Salustino e a Rádio Brejuí, considerada, na época, a segunda emissora do Seridó (Alves, 2019).

O segundo momento se deu com o declínio da atividade mineradora, no final da década de 1980 e início de 1990. Paralelamente a essas mudanças, aos poucos, a cidade foi sendo redesenhada a partir de símbolos e imagens que faziam referência a atividade mineradora, como a construção de uma estátua em homenagem ao minerador conduzindo uma bateia, e a peça de um engenho, ambas erguidas na entrada da cidade; além da instalação de vagonetes (equipamento utilizado para transportar o minério para fora dos túneis, com a logomarca da Mina Brejuí), nas rotatórias das principais ruas. Ademais, as ruas de um bairro inteiro ganharam nomes dos variados minérios, assim como vários estabelecimentos comerciais fazem referência aos tempos da mineração.

IMAGEM 3: Estátua do Minerador



Fonte: acervo dos autores

IMAGEM 4: Vagonetes



Fonte: acervo dos autores

364

Gonçalves (2007), expõe que os objetos patrimoniais desempenham funções identitárias, tanto individuais quanto coletivas, pois

Quando classificamos determinados conjuntos de objetos materiais como “patrimônios culturais”, esses objetos estão por sua vez a nos “inventar”, uma vez que eles materializam uma teia de categorias de pensamento por meio das quais nos percebemos individual e coletivamente. (Gonçalves, 2007, p. 29)

Assim, as imagens e os símbolos materializados nos espaços da cidade, advindos da atividade mineradora, consistem numa forma de “materialização da memória” (Halbwachs, 2006),



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



convertendo-se em lembranças de um passado em que a cidade se destacou no âmbito econômico e social.

Para Halbwachs (2006), as imagens e os objetos que nos cercam têm sua significação e desempenham um papel na memória coletiva. Sobre isso, o autor afirma que:

Cada objeto reencontrado e o lugar que ele encontra no conjunto nos recordam uma maneira de ser comum a muitas pessoas e, quando analisamos esse conjunto e lançamos nossa atenção a cada uma dessas partes, é como se dissecássemos um pensamento em que se confundem as contribuições de certa quantidade de grupos. (Halbwachs, 2006, p. 158).

Nesse contexto, convém ressaltar que a cidade de Currais Novos vivenciou um processo de patrimonialização em dois momentos distintos: o primeiro ocorreu na fase áurea da extração do minério, com a construção de prédios e monumentos que referenciavam a mina, forjados de uma identidade social; e o segundo, com o seu declínio, em que a cidade se revestiu de símbolos e imagens que fazem lembrar o auge da extração do minério (Alves, 2019).

Conforme Le Goff (2013), os monumentos são suportes da memória coletiva, que se aplica de acordo com os interesses de perpetuação daqueles que os elaboram, bem como as relações de poder que interagem na composição e na constituição, atribuindo significados e importância a determinados fatos e personagens na história. Os monumentos são resultados do “esforço das sociedades históricas para impor ao futuro voluntária ou involuntariamente determinada imagem de si próprias” (Le Goff, 2013, p. 497).

No espaço do trabalho operário, foi semelhante as descrições elaboradas pelas antropólogas Ana Luíza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert sobre os mineiros que viviam da extração de carvão na comunidade francesa de La Grand Combe, que com o declínio das atividades, percebeu que “as formas de vida social e cultural eram passíveis de um processo de musealização” (Rocha, Eckert, 2012, p. 18).

Dessa forma, a Mina Brejuí que outrora era o espaço do trabalho operário, com o processo de musealização, foi transformado em objeto de observação, que evidencia por meio da memória, sentimentos de pertencimento e identidade nos seus aspectos social, cultural e humano, conforme aponta Rocha e Eckert (2012).

No Parque Temático Mina Brejuí, é possível encontrar o Memorial Tomaz Salustino e, dentro do mesmo edifício, o Museu Mineral Mário Moacyr Porto, além das galerias e túneis adaptados à visitação turística e pedagógica.

365





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



IMAGEM 1 - Memorial Tomaz Salustino



Fonte: Acervo dos autores (2024)

No Memorial estão expostas fotografias e objetos pessoais do fundador, como roupas, móveis da casa, fotografias, objetos pessoais e entre outros objetos que contam sobre a história da família Salustino. Já no Museu Mineral Mário Moacyr Porto encontra-se um acervo mineralógico da região do Seridó, com destaque a Scheelita, de onde se extrai o metal tungstênio.

366

IMAGEM 2: Museu Mineral Mário Moacyr Porto



Fonte: Getson Luís, (s.d), online

Ademais, o Parque Temático oportuniza à visitação os Túneis e as Galerias devidamente adaptados à visitação turística, onde é possível conhecer os diversos tipos de rochas da região, sobretudo o auxílio da scheelita com o auxílio do mineralight, como também um passeio as



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



dunas formadas pelo acúmulo de rejeito da mina; a Igreja de Santa Tereza; a Gruta de Santa Bárbara, construída em homenagem à santa; e a Vila Operária, onde residem os antigos mineradores.

Para Roque (2010), a musealização é um procedimento de transferência do objeto, na qual é retirado do seu espaço onde foi criado, e é concedido uma nova função estética ou visual, agregando uma intenção educativa. Para o autor:

O processo de musealização adiciona ao objecto a qualidade de símbolo, de representação ou de conotação com algo que o transcende mas que nele se materializa. Assim, a mensagem proposta pelo museu é mais do que um conjunto ou uma sequência de objectos justapostos. A linguagem do discurso museológico, a forma como os objectos se relacionam entre si e com toda a envolvente comunicacional, constitui uma “meta-obra”, isto é, uma meta-informação que suplanta a simples justaposição dos objectos e dos dados que lhe estão anexos (Glicenstein, 2009, p. 12 apud Roque, 2010, p. 51).

Nesta perspectiva, os espaços museológicos tem como objetivo a comunicação, os objetos que constituem o acervo são permeados de histórias e significados, ou seja, são símbolos do simulacro da memória e identidades dos diversos grupos sociais que ali estiveram presentes em variados contextos históricos.

A Mina Brejuí, constitui-se em um patrimônio histórico e cultural, que evidencia um capítulo da história econômica do município de Currais Novos, associado à mineração. A história e memória do trabalho estão expressas através dos espaços museológicos, a vila dos trabalhadores, a igreja, as oficinas mecânicas, além dos equipamentos antigos, e entre outros elementos que fizeram parte da história da atividade mineradora.

Ademais, a Mina Brejuí compõe um dos 21 Geossítios do Geoparque Seridó, reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), como patrimônio histórico e geológico de relevância mundial.

Considerações finais

A transformação da Mina Brejuí em um parque temático, surgiu como uma forma de preservar a memória do trabalho na mineração, a qual está ligada às lembranças que a cidade vivenciou no auge da extração do minério, como a construção de prédios e a inserção da cidade no cenário mundial, reconhecida como a maior produtora de Scheelita da América do Sul.

O processo de patrimonialização que ocorreu na Mina Brejuí e na cidade de Currais Novos, é produto de reivindicação identitária de um grupo social que se constituiu como mineradores, seja através das memórias, das relações de vivência do cotidiano ligadas ao trabalho na mina, dos instrumentos de trabalho, símbolos e dos espaços físicos permeados de lembranças.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Desse modo, a preocupação dos moradores de Currais Novos, inseriu a cidade dentro do processo de patrimonialização, que foi redefinindo através de construção de prédios e monumentos que referenciavam a Mina Brejuí, como forma de sinalizar a memória coletiva e uma nova identidade aos currais-novenses, voltadas para os tempos áureos da mina.

A Mina Brejuí, representa um lócus constitutivo de uma memória histórica, resultantes de reivindicações identitárias de um grupo social que se constituiu como mineradores. Os monumentos, os símbolos e os arquivos advindos da atividade mineradora tornam-se instrumentos que permitem articular a possibilidade de pertencimento coletivo dos sujeitos. Assim, considerando o princípio da dinâmica patrimonial, embasado na Constituição Federal de 1988, o bem patrimonial é dotado de significados e não apenas àquele reconhecido pelo ao seu valor temporal, mas como portador cultural da essência humana que agrega valores, identidade e memória dos diferentes grupos formadores da sociedade.

Referências

ALVES, C. M. **Memórias do trabalho na Mineração Brejuí (Currais Novos-RN):** proposta de unidade didática no ensino de História Local no Ensino Médio Integrado. 2019.150 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2019.

GETSON LUÍS, (s.d), online. **Escritório da Mineração Tomaz Salustino em Currais Novos** – RN. Disponível em: <https://mapio.net/pic/p-41712552/>. Acesso em: 21 fev. 2024.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Teorias Antropológicas e Objetos Materiais. In: **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônio**. Rio de Janeiro, 2007, p. 13-42.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006. 224p.

LE GOFF, Jacques. Documento e Monumento. In: LE GOFF, Jacques. (org.). **História e Memória**. 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2013. p. 485-499.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, n. 3, p. 7-28, dez. 1993.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



ROCHA, Ana Luiza Carvalho; ECKERT, Cornélia. Cidades e processos museais: saberes sobre os tempos e seus arranjos nas metrópoles contemporâneas. In.: MAUÉS, Raymundo Heraldo; MACIEL, Maria Eunice (Org). **Diálogos Antropológicos: diversidades, patrimônios, memórias.** Belém: Ed. L&A, 2012. p. 15-31.

ROQUE, Maria Isabel. Comunicação no Museu. Museu Histórico Nacional. p.47-68. 2010. Disponível em: <https://periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/turismoecidades/article/view/19364/11594>. Acesso em: 20 fev.2024.

369



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



ENTRE FLUIDEZ E PERMANÊNCIA: CADERNOS DE REGISTROS COMO SUPORTE DE MEMÓRIA

Angelita da Rosa

A memória é um tema muito caro e sua conceituação é um ato complexo, não sendo possível caracterizá-la de forma simples e homogênea, pois esta sempre se modifica e transforma. Dessa maneira, a memória é polissêmica e transdisciplinar, atravessando as fronteiras do conhecimento e produzindo efeitos sobre os conteúdos de diversos saberes. De forma transversal, é preciso tratar dos suportes da memória nas mais diversas formas em que estes se apresentam, entre as quais algumas podem ser consideradas inusitadas, como os assentamentos existentes nos cadernos de registros do Museu do Colégio Mauá de Santa Cruz do Sul (RS/Brasil). As considerações apresentadas no presente fazem parte da pesquisa de doutoramento e foram realizadas junto ao Museu em pauta pertencente ao Colégio Mauá, educandário com mais de 150 anos de atuação. Destarte, entre as décadas de 1940 e 1960 a escola fundou um museu escolar, sendo que este é inaugurado com o acesso para a população em geral a partir de 1966. A equipe inicial do museu percorreu muitos quilômetros em trabalhos de campo, nos quais foram executadas coletas de acervos e as escavações arqueológicas. Porém, juntamente a este processo, acompanhado e descrito nos cadernos de registros, foram assentados muitos apontamentos de memórias, ou seja, histórias e/ou lembranças contadas pelas pessoas em diferentes localidades visitadas e que foram escritas com a identificação de “declarações”.

A escolha feita pelos cadernos de registros do Museu do Colégio Mauá como objeto de investigação foi pautada, em um primeiro momento, acerca da estranheza dos assentamentos de memórias, muitas vezes numeradas como doações. Estes apontamentos ocorrem nos volumes iniciais da coleção de cadernos de registros, especificadamente do número um a sete. Desta forma, os registros de declarações ou “doações de memórias” como optei por referir, tornam-se foco de análise empreendida.

Durante o processo inicial de investigação me detive na leitura e transcrição das declarações encontradas nos dois primeiros volumes dos cadernos de registros do Museu do Colégio Mauá, e que juntos datam o período de 05/07/1966 a 19/06/1967, as quais separei os textos oriundos dos registros em conjuntos temáticos. Na análise que apresento a seguir, irei recortar as declarações relacionadas aos temas variados

A historicidade com as doações de memórias com temas variados

Conjuntamente com as doações de memória, que é a denominação que atribuí às declarações, há uma temática que identifiquei como temas variados ou diversos e que são as lembranças de distintas situações. Interpreto que a intenção de registrar as narrativas de memória está relacionada com o intuito de perenizá-las. Porém, é preciso pensar, igualmente, na situação hipotética de que nem todas as lembranças narradas foram registradas. Desta maneira, dirigi

370





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



minha análise para compreensão do domínio do campo dos museus, usando a concepção de Pierre Bourdieu (2004), motivada a entender como estes registros deveriam ser analisados. De forma mais clara, penso que ainda se faz necessário o estudo da relação entre agentes e instituições, seguindo o entendimento de Zita Possamai, ao referir-se que “[...] pode-se assim, pensar campo como espaço de luta material e simbólica entre determinados agentes pela construção de representações e práticas específicas” (2015, p. 18), e assim poder entender quem escolhe o que registrar ou não, conseqüentemente, o que deve ou não ser resguardado. Ainda, segundo Bourdieu, pode-se entender o museu como aquele espaço “[...] que tem ao seu encargo a conservação capital de bens simbólicos legados pelos produtores do passado e consagrados pelo fato de sua conservação” (2004, p. 117). Compreendo que esta conservação não se refira puramente aos bens materiais legados aos museus, mas igualmente às memórias e às histórias.

Compreendo que analisar, sob a perspectiva da História Cultural é, de certa forma, a apreciação de que a escrita da história é uma representação e com isso há a compreensão da desconstituição de uma narração histórica única, estável e singular do passado. Desse modo, perpassa o questionamento do sujeito e dos agentes históricos em diversos processos de construção e desconstrução das narrativas, em que se podem entender a constituição histórica e cultural de um lugar e seus habitantes.

A redescoberta dos indivíduos como personagens da história, como forma de se contrapor àquela historiografia centrada nas categorias coletivas, em conceitos macroestruturais e abstratos, também contribui para a colocação da dimensão inventiva das práticas humanas como uma preocupação dos historiadores (Albuquerque Jr, 2019, p. 22).

Porém, é preciso compreender o processo no qual há uma pessoa que narra, ou seja, conta o que sabe, a partir de sua vivência ou de relatos de outros, para alguém que registra as informações, partindo do entendimento e discernimento deste que escreve, muitas vezes sem filtro no que tange à implicação daquela narrativa com o contexto tratado no museu. Desta forma, fica claro que a multiplicidade de informações diz muito mais das próprias experiências pessoais ou familiares do que da relação com o acervo custodiado pela entidade. Nas quarenta e duas declarações que transcrevi com a temática de “outras” ou “diversas”, escolhi treze narrativas que ofereço a seguir. Dentre os tópicos encontrados, duas doações de memórias se relacionam ao trabalho e manejo de pedras por moradores ou conhecidos, sendo que estas eram muitas vezes voltadas para a exportação, como as duas que seguem.

O Snr. Jodeto de Oliveira Brito, morador em Lagoão, 3º distrito de Soledade, cujo negócio é transporte, e num encontro fortuito na hospedagem Hotel Liberty, do Snr. Brocknow, tem a declarar o seguinte:

Que seu pai Manoel de Oliveira Brito, participava no negócio de pedra em Lagoão, e que conhecia o seu Otto Brenner atualmente residente em Santa Cruz do Sul, há tempos com negócio de pedras.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Primeiro tinha um rancho de sapé, depois fez casa boa, e mais tarde a vendeu. Comprou, procurava, e queimava pedras, e mais exportação para a Europa. Sabe que pagava bem, que tinha dinheiro. Depois que a Alemanha perdeu a guerra, se acabou o seu Brenner.

O tipo de pedra, é o topázio, que aí existe de qualidade.

No momento, as jazidas estão mais paradas, devido em boa parte, à grande extração passada.

Gostava, o seu Brenner, a sair com a sua esposa, de manhã cedo, a cavalo. Era voz corrente que possuía esposa na Alemanha.

Romário Ferreira, irmão de Arthur Jesus Ferreira, já falecido, adquiriu muita pedra, para ele mesmo. Começou a beber quando lidou com pedras. Era morador de Santa Cruz do Sul. O velho Gerhard, da joalheria Gerhard, é cunhado do Romário Ferreira. Há mais de vinte anos estiveram em casa de seu pai, uma semana, adquirindo pedras.

Pelo que dou fé

Linha Boemia, Agudo, 12 de Agosto de 1966

Jodeto de Oliveira Brito

Interessante pensar que a declaração, registrada no interior do município de Agudo, se refere à extração de pedras realizada em Lagoão, distante cerca de noventa quilômetros de Santa Cruz do Sul. Chama a atenção que há a referência sobre os problemas com os negócios após a segunda Guerra Mundial, bem como o tom de boataria quando se refere a um possível caso extraconjugal e os problemas alcoólicos das pessoas citadas. Estes últimos aspectos me levam a pensar a razão pela qual foram escritos nos cadernos de registros, o que hoje poderia se configurar como um crime tipificado como calúnia ou difamação. Segue a segunda narrativa acerca do trabalho com pedras.

372

O snr. Armindo Müller, em aditamento, ainda sabe do seguinte:

1) O Snr. Guilherme Lamberts, seu sogro, negociava e exportava pedras brutas, para Idar Oberstein, Alemanha e recebia também material acabado, tanto em ametistas e topázios, bem como com ágatas.

2) Chegou cedo ao Brasil, estabelecendo-se logo em Santa Cruz do Sul, e seu pai ficou no interior da Bahia (julga ser Augusto Lamberts, seu nome). Certa ocasião quis trazer seus restos para aqui, mas devido a romaria ao seu túmulo, teve de desistir da ideia. Seu pai, pai de Guilherme Lamberts, vivem como garimpeiros

3) Carlos Lamberts, cunhado de Armindo, trabalhou aqui em Santa Cruz do Sul, com pedra ágata, por algum tempo. Armindo desenvolveu as técnicas de tingi-las. São daí o material da doação nº 82.

4) As pedras que Guilherme Lamberts trabalhava, eram todas elas desta região. As que ele, Armindo possuía, também. Parte lapidadas em Soledade, por Rossweiler e outras, numa lapidadora de que Carlos Lamberts, e Ernesto Lamberts, eram sócios em pleno Rio de Janeiro.

5) Faz empréstimo de um conjunto de cocares e enfeites indígenas, e de mais 9 (nove) pedras topázios.

Pelo que dou fé

Santa Cruz do Sul, 9 de Setembro de 1966

Armindo Müller





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Em ambas as narrativas acima há alguns pontos em comum, além do assunto relacionado à extração e venda de pedras: não há doação, apenas um empréstimo no final da segunda declaração, sem dizer detalhadamente do que se trata o conjunto de cocares e enfeites, bem como qual o formato, cor e tamanho das pedras de topázio. Ademais, me parece que o dito empréstimo se torna um repasse, pois não há nenhuma anotação que as peças foram retiradas por seus proprietários posteriormente.

Outro assunto que aparece com frequência, em distintos registros localizados, é relacionado às armas doadas na coleção Dr. Ingo Ebert. Estas armas estavam no acervo desde o princípio da abertura pública do museu, a partir do convênio firmado com a prefeitura municipal. Não há nos cadernos de registro a relação das peças que foram transferidas, mas sabe-se que era um acervo bastante volumoso, de acordo com a diretora do Museu, Maria Luiza Rauber Schuster, cerca de 200 armas. Estas posteriormente, em 2012, foram retiradas do Museu pela Polícia Federal na lei do desarmamento.

Os relatos que seguem se referem aos visitantes do Museu do Colégio Mauá, que reconhecem as suas antigas armas e narraram informações para os funcionários que as registraram, como pode ser verificado no assentamento número 105, datado de 27 de setembro de 1966, a seguir.

Snr Luiz Gonzaga Soares, morador nesta cidade a rua São Gabriel, 112, tem a declarar o seguinte:

"que reconheceu como propriedade sua, uma arma de fogo de carregar pela boca, que a adquiriu de um homem muito velho de Encruzilhada do Sul, (de nome Francelino dos Santos), que na origem era de bala da seguinte maneira: uma bala com cartucho de papelão, era introduzida pela boca, e a espoleta era carregada de lado.

"Que a emprestara a um cidadão chamado "Juca", e que não sabe como ela ficou com o Dr. Ingo Ebert."

"Que a adquiriu em 1932, e na época a coronha já estava comida por caruncho"

"Que para dirimir dúvida, faz doação definitiva dela ao museu.

"Que recortou parte da coronha, para aliviar-lhe o peso.

Pelo que dou fé

373

Outra declaração relacionada às armas da coleção Dr. Ingo Ebert é o registrado no caderno volume I, sob o número 143, de 27 de outubro de 1966.

O Snr. Edmundo Ernesto Schütz, residente à rua Tenente Cel. Brito, 299, nesta cidade de Santa Cruz do Sul, tem a declarar o seguinte:

Que reconheceu uma arma no museu, como antiga propriedade sua, e trata-se de uma pistola, sob o registro nº 71.

a) entregou a arma ao Dr. Ingo Ebert, logo que abriu o hospital particular, como presente;

b) pertenceu brevemente a seu padrasto Christiano Heberts, que por sua vez era alfaiate em Rio Pardo, e mais tarde veio para Santa Cruz do Sul. Era também maçônico e maragato.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



- c) era sua única arma;
 - d) ao que sabe, comprou a arma no comércio;
 - e) ao que sabe, nunca houve uso dela em emergências, como assaltos, roubos, etc;
 - f) o declarante tem a afirmar, que pessoalmente deu um único tiro com a arma, e notou que tem força para levantar o braço.
- Pelo que dou fé

Da mesma forma, há o registro 187, igualmente do caderno volume I, datado de 22 de dezembro de 1966, no qual o doador conta o histórico da arma doada, bem como a trajetória do então proprietário inicial desta.

O Snr. João Sjömann, morador à rua Cel. Victor 213 reconheceu a arma nº 25, integrante da coleção Dr. Ingo Ebert, e tem a declarar o seguinte:

1º - deu a arma ao Dr. Ingo Ebert, com a condição de que vendendo a coleção, teria de dá-la de volta. Como fez doação, acha tudo bem.

2º - a arma é de fabricação sueca, que foi trazido pelo pai e pelo avô, da Suécia. Seu pai chama-se Victor Sjömann, e o avô, não se lembra mais, e nem chegou a conhecê-lo.

3º - Lembra-se que o pai e o avô vieram da Suécia, com a finalidade de medir terras, pois eram agrimensores. Era perto de Porto Lucena (colônia militar) estavam uns dez onze meses aqui, quando seu avô pegou a febre amarela, e faleceu em consequência.

Desceu, como sobrevivente, via Santa Maria, integrando-se no serviço da obra da viação férrea. Neste serviço, aposentou-se aos 36 anos, isto, em 1928.

Vieram de veleiro da Suécia, levando três meses. De carreta foram em três meses, até o destino "Porto Lucena".

4º - Detalhes: calibre 20, chumbo, possuía várias setas. Munição original não possuía mais.

5º - Em que foi usado:

O declarante a usou durante três anos, em suas caçadas: perdiz, tão somente.

Seu pai caçou bicho do mato, para o que a julga própria.

Para perdiz, acha que é longa demais, e [?] daí [?]. Por isto, adquiriu outra arma depois.

6º - o veleiro encostou no "atual Cristal", pois não existia na época, porto próprio em Porto Alegre.

7º - O papo de madeira, devido a "caruncho" teve de ser substituído. Não se lembra mais de quem fez a madeira.

Pelo que dou fé

Santa Cruz do Sul, 22 de Dezembro de 1966

374

No que tange às pessoas e suas histórias, há algumas declarações curiosas do ponto de vista de estarem apontadas nos cadernos de registros, pois não apresentam nenhuma relevância relacionada ao acervo, bem como poderiam, inclusive, serem encaradas como preconceituosas do ponto de vista social. Dentre estas está a declaração sem número, registrada em Boqueirão, em 10 de agosto de 1966.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



O Snr. João Soares Sobrinho, morador em Boqueirão, município de General Câmara, sabe por tradição oral o seguinte:

“Juca, um vulgo popular, tido como não bem certo, parava em Porto Alegre, e trazia cousas de lá, juntado, comprado, catado, não se sabe bem como, em sacos, que tinha os mais variados objetos. Certa ocasião o seu Amaro Pires varejou a sua casa, sob suspeita de manter alguma cousa de um caso de roubo em igreja. Sabe que cousa de roubo com o seu Juca não houve. Há cerca de 20 anos não tem mais notícia do mesmo. Se vivo, teria hoje 50-55 anos.

Pelo que dou fé.

Boqueirão, próximo à estação rodoviária, Aníbal Fait, 10 de agosto de 1966.

Outro registro que vem ao encontro das histórias da comunidade está a declaração de número 147, datada de 02 de novembro de 1966, realizada por Max Schmidt, que diz:

O Snr. Max Schmidt, morador à rua Borges de Medeiros, sob o número 428, tem a declarar, que sabe de tradição oral, a respeito de "dona Carlota", proprietária da fazenda dona Carlota os

Seguintes acontecimentos:

1º) que certa ocasião, houve um caso de amor entre escravos seus. Constatado o fato, mandou açoitá-los, e depois queimá-los.

2º) que era dada com facilidade a atos de crueldade.

Pelo que dou fé

375

Dona Carlota é personalidade histórica em Santa Cruz e hoje batiza um dos bairros da zona sul da cidade. É preciso compreender o contexto de época de alguém que possuía muitos bens e conseqüentemente deveria dispor de uma quantidade de escravos, possivelmente considerada expressiva para a realidade local daquele momento.

Também relacionado às histórias da localidade está a declaração de número 223, que tem informações acerca de uma propriedade privada e das pessoas nela envolvidas.

O Snr. Ervino Pedro Kolmitz, entrevistado na Fazenda Hildebrand, no Rincão d'el Rei, estrada para Rio Pardo, tem as seguintes declarações a fazer:

1º) adquiriu a fazenda em 1946, na época pertencia a Roberto Ruppenthal, e a Roberto Schoeder, e que fica a 9 km da estrada geral.

2º) Vendeu a fazenda do "Cerro Alegre" em Agosto de 1964, a Bruno Bins, de Santa Cruz do Sul.

3º) Fez reformas da casa, inclusive, derrubando paredes e dependências. Para reforma da casa, gastou Cr\$ 80.000

4º) plantava fumo em grandes escalas, para Souza Cruz: 5 estufas; 25 a 30 quadras de arroz; e criação de gado.

5º) histórico da fazenda, ao que sabe:

- 1º proprietário: João Carlos Leitão, e que as adquiriu dos campos dos Lopes; Mato Leitão, interior de V. Aires, era um dos limites das terras de João Carlos Leitão.

- Schwarzvolt (SCHWARZBOLD) era o vendedor de gleba, de terra em mato Leitão, e faziam as escrituras em Rio Pardo.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



- b) João Carlos Leitão, e o Jonas, estão enterrados em Rio Pardo.
- c) uma irmã de João Carlos Leitão, era casado com o ministro da marinha, Almirante Alexandrino.
- d) a cama, atualmente existente na firma Casa Mailaender, aos cuidados de Nilo Winck, e pertencente a Roberto Schoeder, e que saiu da fazenda Cerro Alegrem ao que sabe, nasceu nela Dr. Armando Alencar, filho do Almirante Alexandrino de Alencar. Conheceu e conhece a cama. A mãe do Dr. Armando morreu no parto, e era uma irmã do João Carlos Leitão.
- e) Dr. Armando Alencar estudou no Rio. Herdou toda a fazenda. Herdou, porque João Carlos Leitão não tinha filhos, portanto, fez ao seu sobrinho, filho de criação, seu herdeiro
- f) No levante, de 1893, o almirante Alexandrino fugiu do Rio, e se escondeu na Fazenda Cerro Alegre, na casa de seu cunhado, João Carlos Leitão
- g) A tia do Dr. Armando Alencar, e mãe de criação do mesmo, e cunhada do Almirante Alexandrino, era tido como pessoa bastante enérgica, especialmente com escravos.
- h) João Carlos Leitão era engenheiro, e estudou em Paris, e na guerra Franco Prussiano de 1870, Paris ficou sitiado, e por falta de rancho, chegaram a caçar até ratos. Desde aí ficou germanófilo (tinha uma raiva grande dos alemães).
- i) Fernando Martim, ainda vive, com a senhora (ela recebe a subvenção dos veteranos da guerra do Paraguai). Ele serviu, em tempo de guerra, como mensageiro ao Almirante Alexandrino, entre a Fazenda, e Rio Pardo (cidade).
- j) Morreu João Carlos Leitão, e ficou a viúva ainda, durante muitos anos, com os escravos, cuidando da Fazenda.
- k) Quando o Dr. Armando Alencar casou, e morou no Rio, ele voltou à Fazenda, nos períodos de férias. Ele casou com uma moça de Pelotas. Ainda viva, se está no Rio de Janeiro.
- l) A parte do campo foi vendido a Roberto Schoeder e a Roberto Ruppenthal, quando o Dr. Armando Alencar foi ao Rio. Dona Evangelina ficou na casa, e com o resto da fazenda, até falecer. Após sua morte foi vendido pelos herdeiros aos acima
- m) possui ainda as escrituras antigas, do que vão fazer doação.
- n) O Snr. Ervionio Pedro Schmitz, gostava muito de conversar a respeito da fazenda, com os dois Roberto
- o) um conjunto de lavatório (jarra e bacia), de prata, possuía um cofre, o Roberto Schoeder. Schoeder, recebeu de Evangelina, estas peças. Eram dos antepassados de Evangelina. Pelo que dou fé
Fazenda Hildebrand, estrada para Rio Pardo, 5 de Dezembro de 1967
(Assinatura) Ervino Pedro Kolmitz
(Assinatura) Sayra Lyndoya Hildebrand
Aditamento:
Silveira Martins, "maragato", era hóspede da Fazenda.
(Assinatura) Ervino Pedro Kolmitz

376

Outro registro de declaração que contextualiza a historicidade local, relacionado a uma propriedade, está o registro de número 226, datado de 05 de janeiro de 1967, na qual:





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



O Snr. Fernando Martin, morador em Cerro Alegre, vizinho da fazenda Cerro Alegre, e desde a meninice, morador, e proprietário hoje, de terras, e ao que se sabe, tem o seguinte a contar:

1º) Seu pai chamava-se Germano Bernardo Martin, e os Martin de Rio Pardo, e os de Santa Cruz do Sul, são do mesmo tronco.

2º) Na época, da revolução de 1893, era guri, e servia de carreteiro de Cerro Alegre, levando correspondência à Rio Pardo.

Nesta época revolucionária, os poderosos da região, temiam de ser lhes cortado o pescoço, em emboscadas.

Lembra-se que levou cartas a Rio Pardo, para João Carlos Leitão, (Abecelão Queiroz, Primo Queiroz, Maneco dos Santos). Todos deixavam as correspondências aí. E assim recebeu as notícias também.

la numa petiça, pé descalço, chapéu de palha, calça comprida, e guardava as mensagens na ceroula.

3º) Certa ocasião, na volta de Rio Pardo, ouviu um tropel de revolucionário, de arma comprida. Não foi molestado, no entanto.

4º) Santos Fº, revolucionário, e no comando de uns 1.500 homens (rasura) acampou numa caxilha, durante um mês e meio, e ninguém sentiu-se molestado. Os fazendeiros de posse, se apresentavam a Santos Fº, e se prontificaram a fornecer a carne à tropa, para que os pequenos não fossem molestados. Ao que sabe, realmente, foi cumprida, a promessa, de parte a parte.

5º) Não sabe, quanto tempo o Almirante Alexandrino ficou na fazenda.

Certa ocasião, durante a entrega de uma mensagem, viu um vulto esconder-se perto de uns arbustos, enquanto procurava entregar a mensagem ao Snr. João Carlos Leitão. Quando o mesmo disse, ao Almirante, que era pessoa de confiança, e era mensageiro que não havia perigo.

Outrossim, entregava a perna levantada, ao Snr. João Carlos Leitão, para que o mesmo retirasse a mensagem de ceroula.

6º) Existiam muitas terras pertencentes a familiares Lopes, e que eram viciados no jogo. Assim, João Carlos Leitão, dava na época 5\$000 em dinheiro, e em troca, recebia das mesmas uma colônia.

7º) João Carlos Leitão não era para casar com dona Evangelina, por seu pobre e de família de pouca projeção. Assim, foi mandado para Paris, e lá ficou engenheiro. No cerco de Paris, em 1870, pelos prussianos, chegou a se alimentar de ratos.

Seu pai, temeroso, escreveu carta, pedindo sua volta, e permitindo o casamento. O que se efetivou.

8º) A mãe de Fernando Martin, Joana Maria Alvina Hanneman Martin, e a Evangelina, eram amigos e vizinhos em Rio Pardo.

9º) Durante o processo revolucionário, foi liberado a terra de mato, especialmente as encostas que levavam à sede da Fazenda Cerro Alegre.

10º) dona Evangelina, depois da alforria dos escravos, teve de aterrar muitas mentiras, como, por exemplo:

o alforriado pedia ir atrás de animais, e saía com um animal selado, dormia no mato, e voltava à noite, sem ter trabalhado, mas queixado de muito trabalho.

11º) Sua mãe, dona Joana Maria Alvina Hanneman, era perita em enxertos e preparou todo o pomar de dona Evangelina.

377





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



12º) O Godwitz comprou vendeu ao Bruno Bins, a fazenda, por Cr\$ 36.000.000. Conta-se que foi o dinheiro da herança de Dona Diva Knipphoff, das terras da mesma, de seu pai.

13º) Faz doação de um machado neolítico e 1 boleadeira
Encontrado em suas terras

14º) Adquiriu de Osvaldo Fetter, em Santa Cruz do Sul, uma vitrola. Ao que sabe, foi a primeira de Santa Cruz do Sul Fetter, ao tempo, tinha quiosque na praça. Mais tarde, vendeu-a a um certo Eduardo Nichtermitz, em Cerro Largo, digo, Alegre. Pelo que dou fé

Cerro Alegre, 5 de janeiro de 1967
(Assinatura) Augusto Fernando Martin

N.B.:

Possui atualmente 86 anos, e só usa óculos, para assinatura. Está bem lúcido, e em plena atividade.

Sua esposa, é veterana da Guerra do Paraguai:

Para além destes registros voltados para contextos históricos distintos, ainda é possível verificar declarações relacionados às doações, em especial de animais, como a declarações do registro 188, de 12 de dezembro de 1966, em cujo texto não é possível identificar na assinatura o nome do doador, sendo um dos poucos casos que a narrativa é escrita a próprio punho pelo próprio declarante.

378

No dia 12 de Dezembro de 1966, fiz entrega e doação de um Tachã, ave de grande porte habitante de nossos banhados, em vias de desaparecimento no Rio Grande do Sul.

Foi esta ave por mim abatida, durante uma caçada às marrecas, na localidade conhecida como Pantano Grande, no dia 8 de Dezembro de 1961.

O nome indígena da ave referida é a uma época. Em linguagem popular dos nosso campeiros é chamada "perú do campo". É ave de grande resistência aos tiros de chumbo, por ter penas espessas e também por ser sua carne esponjosa, isto é, possui uma infinidade de pequenos compartimentos ligados entre sí, e que podem ser inflados com ar.

No pampa argentino, onde o Tachã existe em maior abundância do que no Rio Grande, talvez por ser lá menos perseguida, há uma lenda interessante sobre esta ave: Dizem ser ela símbolo da fidelidade conjugal pois, morrendo um dos componentes do casal, o outro se degolaria com o esporão existente em suas asas. Esta lenda, ouvi-a eu de viva voz, quando em trânsito para B. Aires e Mar Del Plata, em 1959.

Santa Cruz do Sul, 12 de Dezembro de 1966

[Assinatura ilegível]

Um caso curioso é o registro 129, datado de 11 de outubro de 1966, intitulado como doação, mas que na realidade é uma declaração. Este assentamento remete à uma doação efetuada anteriormente, de número 125, por Hardi Fischborn, aluno do terceiro ano do curso científico do Colégio Mauá. No registro inicial há o repasse de um objeto de origem espacial e de três fotografias de objetos de origem espacial, sem identificar exatamente do que se tratava, mas levando a entender que se referem a pedaços de um satélite da NASA. Desta maneira, para





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



esclarecer, o registro 125 se trata da doação, sendo que o de número 129, embora registrada como doação é uma declaração de Lotário Guenter Fischborn e que vai em aditamento, como está escrito, de forma a explicar o que foi doado anteriormente. Segue o registro 129.

O Snr. Lotário Guenther Fischborn, morador de Medianeira, caixa postal 45, Paraná, e em aditamento à doação nº 125, tem a declarar o seguinte:

Que é amigo do Sr. Katzwinkel, morador de Rio Negro, Paraná, e que recebeu dele, as peças doadas. Escreve para a folha de São Paulo. Se interessa por este assunto.

Ao que sabe, caiu no município de Mafra, de Santa Catarina, e foi visto à noite, caindo em fogo, como de cometa, e os moradores próximos ouviram um ruído, e foram verificar, que existiram peças. Numa das peças estava escrito NASA.

Foi comunicado pelo Sr. Katzwinkel à FAB, e os oficiais levavam tudo, sem consultar, e deixaram só uns pedaços,

Depois escrevem à NASA, e veio um técnico americano que levou o recolhido pela FAB.

Enviou uma série de perguntas ao centro Norte-America e tudo lhe respondido, e inclusive possuía carta de agradecimento, fotografia da partida deste satélite.

Foi avisado posteriormente, que existem mais 3 peças. Uma peça exposta na vitrine, por ele, possuía 17kgs.

Pelo que dou fé

379

Na relação entre as narrativas e o acervo, está a declaração 221, de 05 de janeiro de 1966; e a doação e declaração 222, sem data, nas quais ambas tratam acerca de uma roca.

O Snr. Reinaldo Faller, morador à rua 28 de Setembro, nº 975, nesta Santa Cruz do Sul, tem a informar o seguinte:

que efetivamente existe uma roca de fazer fio que ainda pertence a Ernesto Jandreí, do Fingerhut, cuja esposa Cybel trabalhava nesta, e sua mãe era uma Riech.

Sua esposa a usou muito, fazendo casacos, meias, etc...

Pelo que dou fé

Santa Cruz do Sul, 5 de Janeiro de 1966

(Assinatura) Reinaldo Faller

A Snrta. Liria Faller, filha do Snr. Reinholdo Faller, e da Snra. Guilhermina Cybell, falecida há seis meses, e moradora junto com o pai, à rua 28 de Setembro, nº 975, tem a declarar o seguinte, em relação à roca:

1º) que sua falecida mãe trabalhou com esta roca durante muitos anos, e com os fios produzidos, conseguia fazer lindas vestes.

2º) que faz doação da última peça tricotada, ainda não terminada, de uma meia, com o fio obtido nesta roca.

3º) que faz doação de uma estola tricotado, com fios obtidos de meia velha, e que foram refiados na roca.

4º) que faz doação de 3 novelos obtidos na roca, 1 de lã, e de meias velhas.

5º) mostrou-nos, trabalhos com fios enfiados em fazenda, como colcha, toalhas, e outras.

6º) As agulhas, de taquara, foram feitos por ela mesma.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Pelo que dou fé
Santa Cruz do Sul, 5 de Janeiro de 1967
(Assinatura) Liria Faller

Em tempo:

1º) Que estando travada, não podendo mais movimentar a roca com o pé, moças movimentavam a roda com a mão, e certa ocasião, o netinho pisou na vareta, e se quebrou assim. A vareta ligava o pedal, com o encaixe da roda.

2º) que faz doação de 2 peças, que faziam "wollen anfrätzen", cordão de lã.

Estas duas peças pertenceram a Bertha Cybell, sua avó

Em ambas as declarações, dadas por pai e filha, a relação afetiva com a peça, ou seja, a roca, fica evidente, incluindo a doação de objetos nela produzidos. Porém, transparece que a doação da roca não existiu, algo que aparece de maneira recorrente.

Considerações

Desta maneira procurei demonstrar de que forma a utilização dos cadernos de registro foram fundamentais para a permanência de algumas memórias ligadas à história local e regional, bem como ao acervo recebido pelo Museu do Colégio Mauá. Dentro dos meandros da reflexão empreendida, me propus a compreender a relação entre memória, doação de memórias (declaração) e o colecionismo de memórias.

O processo de musealização das narrativas de memória, registradas nos cadernos nas décadas de 1960 e 1970, apresentam certa originalidade e alarga a função dos artefatos de registros, tornando-os documentos históricos que possibilitam variados estudos, em especial aqueles que relacionam museu e memória. Nesse contexto, as memórias são analisadas para compreensão dos modos como os moradores de Santa Cruz do Sul narraram suas reminiscências, próprias ou vicárias, e ensejaram um processo de musealização ao compartilhá-las com a equipe do museu. Nesse peculiar encontro entre um narrador e um ouvinte foi ativado um trabalho de rememoração e produzidos registros que perpetuaram lembranças sobre a história local e fatos pitorescos, entre outros aspectos.

Referências

100 ANOS Mauá. **Santa Cruz do Sul**: Colégio Mauá, [1970?]

AGNES, Lourdes Maria. **O papel da coluna “pesquisa” do Jornal Gazeta do Sul na formação do acervo do Museu do Colégio Mauá no período 1987-1996**. 2018. Trabalho de conclusão (Bacharelado em Museologia) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/189749>. Acesso em: 17 jun. 2023.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado.** (Ensaios de teoria da História). 1.ed. - Curitiba: Appris, 2019.

ALVES, VANIA MARIA SIQUEIRA. **Museus Escolares: de recurso de ensino ao patrimônio e a Museologia'** 21/03/2016 297 f. Tese (Doutorado em Museologia e Patrimônio) - Universidade Federal Do Estado Do Rio De Janeiro, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Central UNIRIO e MAST.

ARFUCH, Leonor. (Auto) biografias, narrativas digitais, historia y memoria. In: MIGNOT, Ana Chrystina; MORAES, Dislaine Zerinatti; MARTINS, Raimunod (org.). **Atos de Biografar: narrativas digitais, história, leitura e artes.** Curitiba: CRV, 2018, p.31-37.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO RIO PARDO, RS - BRASIL. [2010?]. **Site Institucional:** <https://www.amvarp.org.br/>. Acesso em 02 de set. de 2022.

BARAUSSE, Alberto; POSSAMAI, Zita Rosane. Museus de Educação: histórias e perspectivas transnacionais. Revista **Museologia & Interdisciplinaridade**, vol 8, nº 16, Ago/Dez. de 2019, p. 12-15.

BARROS, José D'Assunção. A História Cultural e a contribuição de Roger Chartier. **Revista Diálogos**, DHI/PPH/UEM, v.9, n.1, p. 125-141, 2005.

BENJAMIN, Walter. Desempacotando a minha biblioteca: um discurso sobre o colecionador. Rua de mão única. **Obras escolhidas**, volume 2. Imagens do Pensamento São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p. 227-235.

BORGES, Jorge Luis. Funes, o memorioso. In: BORGES, Jorge Luis. **Prosa Completa**, Barcelona: Bruguera, 1979, vol.1, p. 477-484).

BOSSI, Ecléa. **Memória e Sociedade:** lembranças de velhos, São Paulo: TAO, 1979.

BOTTALLO, Marilúcia. Diretrizes em Documentação Museológica. IN: ACAM Portinari (Associação Cultural de Amigos do Museu Casa Portinari). **Documentação Conservação de Acervos Museológicos:** diretrizes. São Paulo: Secretaria Estadual da Cultura de São Paulo, 2010. Disponível em: https://www.sisemsp.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Documentacao_Conservacao_Acervos_Museologicos.pdf. Acesso em 29 jun 2020.

BOURDIEU, Pierre. **A economia da trocas simbólicas.** 5 ed. SP: Perspectiva, 2004.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



CERTEAU, Michel de. Operação Historiográfica, In: **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense, 2017, p. 45-108.

CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. **Revista das revistas**. Estud. av. 5 (11). Abr 1991.

COLÉGIO MAUÁ SANTA CRUZ DO SUL: histórico. In: Colégio Mauá Santa Cruz do Sul. **Site institucional**: <https://www.maua.g12.br/maua/historico.php> . Santa Cruz do Sul, 2023. Acesso em: 30 mar. 2023.

COREDE, Conselho Regional do Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo. O que é o COREDE Vale do Rio Pardo, [2020?]. **Site Institucional**: <https://www.coredevrp.org.br/o-corede/>. Acesso em 17 jun. 2022.

ERRANTE, Antoinette. Mas Afinal, A Memória é de Quem? Histórias Orais e Modos de Lembrar e Contar. **História da Educação**. Pelotas (8), 2000, p. 141-174.

FRAGO, Antonio Viñao. Historia de la Educacion e Historia Cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. **Revista de Educación**, n. 306, 1995, p. 245-269.

GINZBURG, Carlo. Sinais, raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989. p. 169- 178. A

GOMES, Angela de Castro. **Escrita de si, escrita da História**: a título de prólogo, RJ: FGV, 2004, p. 7-24.

GONÇALVES, Janice. Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural. Rio Grande, **Revista Historiae**, v. 3, n. 3, p. 27-45, 2012.

GONDAR, Jô. Cinco proposições sobre a memória social. **Morpheus: revista de estudos interdisciplinares em memória social**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, 2016, p. 19-40

GUISARD, L. A. D. M.. O bugre, um João-Ninguém: um personagem brasileiro. **São Paulo em Perspectiva**, v. 13, n. 4, p. 92-99, out. 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/jMgYnVpvBB5wLgbxYyRM4Lv/?lang=pt>. Acesso em 08 set. 2023.

382





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



HALBWACHS, Maurice. **Memória Coletiva e Memória Individual**. São Paulo: Vértice, 1990.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo** - 1ªed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LEJEUNE, Philippe. O guarda-memória. **Revista Estudos Históricos**, v. 10 n. 19 (1997), p. 111-119

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO SUL, RS- BRASIL. Localização, 20 out. 2023. **Site Institucional**: <https://www.santacruz.rs.gov.br/municipio/localizacao>. Acesso em 17 jun. 2022.

NORA, Pierre Nora. Entre História e Memória: a problemática dos lugares. **Projeto História**, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. 2ªed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PETRY, Marília Gabriela. **Da recolha a exposição: a constituição de museus escolares em escolas públicas primárias de Santa Catarina (Brasil - 1911-1952)**' 07/03/2013 222 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UDESC

POGGIANI, Ana Maria Lourenço. **Os museus escolares na Primeira metade do século XX: sua importância na Educação Brasileira**. 01/02/2011 100 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Católica De Santos, Santos Biblioteca Depositária: Biblioteca de Pós-Graduação UniSantos.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

POSSAMAI & MIGLIORANZA 'De acordo com a moderna pedagogia': as lições, as coisas e a materialidade na Instrução Pública do RioGrande do Sul (1891-1928). **Cadernos de História da Educação**, v.19, n.2, p.513-534, mai./ago. 2020

POSSAMAI, Zita Rosane. (In) Visibilidades do passado: percursos das relações entre história e memória nos museus. In: GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes; SANTOS, Nádia Maria Weber (orgs). **Memória Social: questões teóricas e metodológicas**. Canoas (RS): Unilasalle, 2013, p.207-225.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



POSSAMAI, Zita Rosane. Exposição, Coleção, Museu Escolar: ideias preliminares de um museu imaginado. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 58, p. 103-119, out./dez. 2015.B

POSSAMAI, Zita Rosane. Ferdinand Buisson e a emergência dos museus pedagógicos: pistas de um movimento transnacional, século XIX. In: MAGALHÃES, Fernando et all. **Museologia e Património** - Volume 5. Portugal: Escola Superior de Educação e Ciências Sociais – Politécnico de Leiria, 2021, p. 211-235.

POSSAMAI, Zita Rosane. **Nos bastidores do museu: patrimônio e passado da cidade de Porto Alegre**. Porto Alegre: Est Edições, 2001.

POSSAMAI, Zita Rosane. Olhares Cruzados: interfaces entre história, educação e museologia. **Revista Museologia & Interdisciplinaridade**, vol. III, nº 6, março/abril de 2015, p. 17-31.A

POSSAMAI, Zita Rosane. Museu Pedagógicos Nacionais: Brasil e França, século XIX. **Revista Museologia & Interdisciplinaridade**, vol. 8, nº 16, Ago/Dez. de 2019, p. 69-87.

POSSAMAI, Zita Rosane; PAZ, Felipe Rodrigo Contri. Pesquisar e ensinar : considerações sobre museus escolares de ciências , Brasil e Argentina. In: GRANATO, Marcus; RIBEIRO, Emanuela Sousa; ARAÚJO, Bruno Melo De (org.). **Cadernos do Patrimônio da Ciência e Tecnologia**: instituições, trajetórias e valores. 1a ed. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2017. p. 283–308. Disponível em: http://site.mast.br/hotsite_cadernos_do_patrimonio_da_ciencia_e_tecnologia/index.html.

POSSAMAI, Zita Rosane. “Lições de Coisas” No museu: O Método Intuitivo e o Museu do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, nas Primeiras Décadas do Século XX. **Education Policy Analysis/Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, Arizona, Estados Unidos, vol. 20, p. 01-13, 2012. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/2750/275022797043/>. Acesso em: 07 mar. 2018.

POSSAMAI, Zita Rosane. O circuito social da fotografia em Porto Alegre (1922 a 1935). **Anais do Museu Paulista**, n. 14, v. 1, Jun 2006, p. 263-289.

POSSAMAI, Zita Rosane. Educação em Museus: ações de ensino e extensão no curso de museologia da UFRGS. **Patrimônio, Ensino e Educação: formação profissional**, ISCMPA, Porto Alegre, 2017, p.172-193.

RIBEIRO, Renato Janine. Memórias de si, ou... **Revista Estudos Históricos: Arquivos Pessoais**, v. 11, nº. 21, 1998.

384





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROSSI, Paolo. Pró-memória. In: **O passado, a memória e o esquecimento: seis ensaios da história das ideias**. SP: UNESP, 2010.

WITT, Nara Beatriz; POSSAMAI, Zita Rosane. Ensino e Memória: os museus em espaço escolar. IN: **Cadernos CEOM - Acervos para a História da Educação**, vol. 29, nº 44, jun.2016, p.7-15. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2988/1839>. Acesso em nov. 2018.

385



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



CONTRIBUIÇÕES DA INTELLECTUAL E PROFESSORA ALBA CAÑIZARES DO NASCIMENTO PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Anna Clara Granado¹

Introdução

Este trabalho se faz a partir da análise de arquivos produzidos por Alba Cañizares do Nascimento, ao longo da sua vida, com o objetivo de compartilhar uma narrativa sobre a sua vida profissional, no contexto educacional, dialogando com contexto da História da Educação. Com base em Artières (1998) e Foucault (2023), que consideram sobre a prática de interpretar o passado, a partir de vestígios, pode vir a tornar-se uma forma de reprodução de conhecimentos. Levando em consideração que esses vestígios não representam uma totalidade sobre os eventos, mas que a partir desses materiais podem ser úteis na tentativa do preenchimento das lacunas históricas, entendendo que não conseguimos analisar os fatos históricos na íntegra. Os estudos de Paul Veyne (1998) também auxiliam na escrita deste trabalho, na defesa de que a narrativa de eventos, podem ser transformados em histórias, com interpretação de documentos que remontam o próprio evento.

Alba Cañizares do Nascimento foi uma mulher muito envolvida em atividades e grupos intelectuais, o que podemos considerar uma característica atípica para o período republicano brasileiro, dentre as funções identificadas pode-se observar ela exercendo as seguintes profissões: professora de escolas do ensino primário e secundário profissional, escritora, filósofa, superintende de Educação Municipal, Inspetora Escola – que podemos considerar esses dois últimos cargos, com características voltadas para a gestão administrativa educacional.

Além desses cargos voltados para o campo da educação, Alba participou de uma série de grupos sociais ligados à intelectualidade e sociabilidade carioca, tais como: Academia Brasileira Feminina de Letras, Academia Carioca de Letras, Academia de Ciência e Educação, Sociedade Brasileira de Filosofia, Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, Conselho

386

¹Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação – Processos Formativos e Desigualdades Sociais -UERJ/FFP. Mestra em Educação e Pedagogia pela UFF. Participante dos grupos de pesquisa como: OLÉ - Observatório da Laicidade na Educação, GEPCEB - Grupo de Estudos e Pesquisa Os Impactos do Conservadorismo na Educação Brasileira e atua como membro do GESDI - Grupo de Pesquisa e Estudo sobre Gêneros, Sexualidades e diferenças nos vários Espaços-Tempos da história e dos cotidianos. Conta com apoio da CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil - Código de Financiamento 001, para a realização dessa pesquisa, no qual o foco é a divulgação da história de Alba Cañizares do Nascimento, educadora republicana que reivindicava os direitos das mulheres e o ensino da disciplina de filosofia nas escolas primárias e profissionais. E-mail: annaclaragranado@gmail.com





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Arquidiocesano de Ensino Religioso entre outros grupos que buscavam se ater aos debates de transformações sociais e de conhecimentos que estavam em disputa.

Como uma pensadora do seu tempo, Alba defendia o Ensino Religioso – e o catolicismo – em todas as escolas, como forma de preservar e garantir uma educação para e pela moral dos educandos, aspectos considerados importantes, para a construção da nova era social que estava em decurso. Além de uma educação para moral, a intelectual, buscava discutir os conceitos leigo, laico e laicidade, visto que a Constituição de 1891, garantia ao Brasil um Estado Laico, voltado para uma Educação leiga, entretanto Alba pontuava que tais termos não foram devidamente conceituados e explicados para a sociedade, gerando inseguranças, diversas interpretações e até mesmo práticas equivocadas do uso desses termos.

Alba se colocava no mundo, escrevendo as suas opiniões e estudos compondo e publicando artigos seriados, com a intenção destes textos mostrar e interpretar os seus caminhos percorridos. Para essa análise, convindo Foucault (2023) com a intenção de iluminar o conceito de arquivo integral, podemos considerar arquivo integral, tudo que foi produzido por alguém ou alguma instituição, guardados a partir de decisões e escolhas, como de quem leu, de quem produziu, de quem encontrou, e esse conjunto de informações permite considerar interpretações. Sendo possível, compor uma história a partir da análise do discurso, que pode vir a ser um tipo de linguagem, pensamentos, escritas e até as condições de existências, sendo uma experiência de apreciações desses objetos. Tanto o arquivo físico - concreto, como o discurso – empírico e abstrato são processos de objetivações que não podem ser considerados unos, permanentes e acabados em si mesmo, pois a interação com o arquivo pode gerar uma infinidade de acontecimentos.

E esses conjuntos dos acontecimentos, atuam como uma caixa de ressonância, que servem como um grande despertar para outras possíveis narrativas, feitas através de escolhas e experimentações pessoais. E o objetivo desta produção é promover mais uma nova narrativa como forma de compreender não “apenas como instrumento manipulado pelo pesquisador, mas como problema que remete diretamente à constituição do campo da própria história da educação” (NUNES; CARVALHO, 1993, p.8). Buscando descrever pensamentos, escritas e articulações entre as mulheres no campo da História da Educação.

387

Contexto social, político e educacional de Alba Cañizares do Nascimento

Em primeiro lugar, antes de começar a desenvolver a narrativa sobre esta personagem, preciso problematizar sobre como, e a partir do que essa pesquisa se desenrola. Ao estudar sobre a história da educação, necessariamente, fazemos um diálogo com um conjunto de referências já produzidas e acabamos por reinterpretá-los. Porém, quando nos deparamos com documentos e materiais que ainda não foram “descobertos” precisamos contestá-los, buscar referências e confrontá-los para confirmar a veracidade dessas informações. Neste sentido realizo esta pesquisa utilizando como aporte teórico e metodológico Foucault (2023), Artières (1998), Veyne (1998) e outros autores para respaldar os assuntos que serão apresentados no decorrer deste trabalho.



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Alba Cañizares do Nascimento foi uma mulher de família influente e de formação culta, típica do seu tempo, mesmos demonstrando ser uma mulher do seu tempo, ela conduziu a sua vida na contramão de certas tradições, como o casar-se, construir uma história pessoal, nos moldes republicanos por exemplo. E é possível ver isso que ao longo de toda a sua vida, ela assina como Alba Cañizares do Nascimento – filha de Emília Cañizares do Nascimento e Nicanor Queiroz do Nascimento, sem qualquer vínculo com outro par. Mesmo compreendendo que nesse período o ser mulher² era cerceados e mulheres de pensamentos fortes e donas do seu próprio destino, eram malvistas e consideradas como inadequadas e muitas vezes silenciadas. No entanto, a professora se demonstra firme e num caminho de retidão. Todavia, a sua vida privada ficou esquecida e fora dos holofotes públicos, e por esse motivo, acabam formando certas ausências, que acabam formando lacunas.

A mulher na Primeira República, e volto a destacar que disserto sobre a mulher burguesa, era vista como aquela pessoa que deveria se dedicar, exclusivamente, para a sua família e para os seus familiares, Rago (2008) considera em seus estudos, haver um caráter repressivo sobre os papéis disponibilizados ao contingente feminino, no qual deveriam exercer os cuidados com o lar e família, sem possuir qualquer outra função remunerada, sendo destinando a elas serem dependentes financeiramente do seu pai, ou marido durante toda a sua vida. Os discursos misóginos eram inflados a partir do “mito da inferioridade biológica”, que propagavam discursos e teorias que deslegitimavam as mulheres colocando-as em uma categoria de “sexo frágil”.

Mary Del Priore (2020) também promove um debate sobre a condição feminina, sendo poucas as opções de trabalho para as mulheres tanto das classes populares, quanto burguesas. Relegando a elas papéis sociais economicamente e dependentes da figura masculina. Quase sempre com baixa escolaridade, para algumas mulheres, não havia saída ou alternativa, precisavam trabalhar para complementar ou até mesmo prover o sustento da sua família. Muitas dessas mulheres prestavam serviços a sua comunidade, vendendo a sua força de trabalho como forma de obtenção de subsistência.

A escolaridade para as mulheres foi um assunto bastante discutido, inclusive muito debatido pelos intelectuais e feministas à época, de modo a defenderem que as meninas e mulheres deveriam ter maior acesso à educação, que assim, seria possível promover um caráter emancipador a elas. Nos anos finais do século XIX e início do século XX, encontramos o campo político-educacional em disputa e os discursos eram dos mais heterogêneos possíveis, não havia uma neutralidade nas discussões, que acabavam por fomentar um posicionamento de combate. E a educação republicana estava se moldando para uma grande transformação, buscando garantir a gratuidade e o caráter laico nos estabelecimentos de ensino, além de oportunidades para ambos os sexos.

De um lado, grupos que fomentavam os discursos com frentes consideradas conservadoras, no qual buscavam uma educação com base voltada para o controle social e para o trabalho,

² Nessa época dos anos 1920, de acordo com o contexto histórico e social da Alba, que era de uma família, que se pode considerar privilegiada e culta.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



acreditavam que a educação popular era uma ponte para a formação da classe trabalhadora, mais precisamente, dos operários. E do outro lado, grupos considerados progressistas, que visavam combater essa demanda educacional apenas de cunho mercadológico, defendendo as escolas como terreno fértil para a produção do desenvolvimento intelectual das forças produtivas, de modo a promover novas oportunidades aos jovens estudantes, fazendo acreditar que era possível mudar e transformar o seu contexto familiar com base nos estudos (CUNHA, 2000).

Em qual grupo a professora Alba Cañizares se encontrava?

Mesmo compreendendo que este período foi bem dicotômico, que se preservavam narrativas opostas e conflitantes, não há evidências, nem afirmativas que comprovem um lado distinto e definidor para ela. Alba transitava em diversos campos isolados e conflitantes, como a sua dedicação ao campo religioso, no qual apoiava uma educação com base filosófica religiosa, além de atuar e participar de grupos feministas. É possível vê-la defendendo uma agenda voltada tanto para a ala conservadora, como para a ala progressista. Atuando em grupos, trabalhando, estudando e escrevendo sobre seus princípios e valores.

Alba Cañizares produzia trabalhos muito mais voltados para os seus estudos sobre a educação e a filosofia nas escolas primárias e secundárias profissionais, do que qualquer outro assunto, como por exemplo, na sua defesa pelo feminismo que ela acreditava, o chamado feminismo católico. Ao longo dos anos de 1923 a 1940, Alba produziu uma série de publicações em prol de uma educação moralizante, abordando os aspectos que seriam considerados por ela como mais relevantes, como incentivando a propagação de correntes filosóficas voltadas para as correntes ligadas a metafísica e criticando correntes voltadas para o materialismo.

Não é a filosofia no verdadeiro sentido da palavra, nem sistematização lógica de ciências o conjunto de conclusões que nos levem a desesperança e ao aniquilamento, a negação do princípio, expressão viva da verdadeira filosofia, o princípio básico da responsabilidade moral do homem. A verdadeira filosofia é a vida mesma do espírito, é luz consoladora, é moral do bem, do amor, da esperança, não é elemento de demolição e de morte. Convençamo-nos de que as doutrinas de destruição, de desesperança, o criticismo, o fenomenismo, o pessimismo, o materialismo, o pragmatismo, estão em decadência no campo da verdadeira filosofia. Ponhamo-nos em guarda contra aqueles que fazem da exibição fator de atividade, que não tem programa construtor, nem responsabilidade das ideias negativas que propagam, das esperanças que arrasam, das crenças consoladoras que fazem fenecer, sofistas levados pelas ilusões da vaidade, impulsionados, quantas vezes, por subalternidades passionais inconfessáveis corrompendo doutrinas e princípios, produzindo o ceticismo e o amoralismo (NASCIMENTO, 1925a, p. 43).

389





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Alba defendia que a iniciação filosófica no magistério primário poderia transformar a educação das camadas populares, acreditando que os educadores teriam a responsabilidade de orientar os seus educandos para um caminho considerado bom, auxiliando-os na interpretação e soluções dos problemas sociais reais a partir da fé, esperança e na compreensão de um destino moral para toda a sociedade.

Havia uma busca em promover um tratado de educação filosófica na educação popular, de modo a construir intenso estudo sobre ética, refletindo acerca da relação da Igreja com o ensino filosófico. É importante ressaltar que na Primeira República, a Igreja Católica brasileira tentou de todas as formas se reorganizar para recuperar seu caráter hegemônico, que havia sido perdido com o Proclamação da República e com a Constituição de 1891, que projetou para além de um Estado Laico, uma educação leiga.

Mesmo com políticas em prol da laicidade e toda discussão atrelada aos conceitos laico e leigo, Alba procurava demonstrar nas suas publicações que esses termos estavam em constante disputa, visto a ausência de discussões e até mesmo de interpretações para a população sobre como implementar e até mesmo praticar esses conceitos, sobre o ensino leigo.

Os elementos básicos da moral leiga deverão ser desenvolvidos, a meu ver, dentre as seguintes noções filosóficas, se tratando da formação da personalidade moral: a consciência moral, a lei moral, o sentimento moral, as ideias do dever, a liberdade, a responsabilidade, a dignidade humana, a distinção entre o bem e o mal, a compreensão da virtude, o mérito e o demérito. A moral leiga tem que ser uma moral independente nem concorrente, nem adversário da moral religiosa, mas de tal modo estabelecida que seus fundamentos filosóficos, suas justificações nacionais possam criar a personalidade moral característica da humanidade, convicções que levem o homem aos destinos superiores do espiritualismo e do idealismo (NASCIMENTO, 1926, p. 85).

390

Compreendendo que os professores das escolas técnico-profissionais, não teriam acesso e nem informações de como ministrar um ensino propriamente leigo³. Criando-se uma prática, em que cada professor atuasse na formação desses jovens, de acordo com as suas próprias interpretações, dando margem para o que ela considerava um ensino doutrinário. Neste sentido, a educação não seria homogênea, já que permitia aos professores lecionarem as diversas correntes filosóficas, de acordo com a que mais lhe preferia. E isto para ela, poderia influenciar negativamente na educação dos futuros mestres.

Já que havia diversas correntes filosóficas, como as “positivistas, agnósticos, materialistas, pragmatistas, mecanicistas, céticos, espiritualistas, católicos, espíritas” (NASCIMENTO, 1925b, p.103), um determinado docente poderia demonstrar os seus sistemas preferidos de forma apaixonada, e assim, não haveria harmonia nem coordenação lógica nas matérias

³ Hoje utilizamos o termo leigo, para classificar alguém que não sabe muito sobre algum caso ou acontecimento. Mas na época em análise, o termo leigo era destinado à educação e para as instituições que não produziam, nem privilegiavam uma religião em detrimento de outra.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



lecionadas e neste infinito de opiniões contraditórias, os educandos poderiam não distinguir, nem construir uma formação moral adequada, sendo incapazes de distinguir qual corrente filosófica deveria se estabilizar. E se um determinado professor que utilizasse da corrente materialista, por exemplo, acabaria dando pouca importância às condições espirituais que, naquele período, eram a base de toda atividade.

Alba defendia a educação das camadas populares e considerava ser pertinente a transmissão de conhecimentos voltados para a ciência, religião e filosofia, no qual permitiria influenciar o aprimoramento moral dos jovens. Ela acreditava e defendia que a filosofia possuía como princípio a ciência, sendo a ciência uma fonte da verdade e a religião para ela, seria a prática da verdade. Ciência, filosofia e religião seria uma tríade eficaz para a promoção de uma educação que promovesse a moral e a ordem social.

Pedagogia é a ciência da educação e complexo de leis que devem conduzir o homem a viver em harmonia perfeita com todos os progressos práticos da ciência, para nessa adaptação alcançar a felicidade (Pizzoli). A filosofia é a ciência dos primeiros princípios (Aristóteles, Descartes, Spinoza) dá-nos o conhecimento das verdades básicas, condição de todas as operações do pensamento, das conclusões definitivas de todas as ciências e das leis da conduta humana. Ressalta, assim, a dependência completa em que se encontra a pedagogia com relação a filosofia. A pedagogia, ciência derivada, subordinada a sociologia, a psicologia e a ética, sofre necessariamente a influência direta das conclusões filosóficas. (...) Como Leibnitz, vejo o mal como sombra necessária às perspectivas do bem, da beleza e da virtude. (NASCIMENTO, 1925a, p. 40)

391

Considerando que a frente progressista direcionava esforços para a adequação da educação elementar, proporcionando instrução formal à classe popular, a nível primário e secundário, com a intenção de diminuir os altos índices de desigualdades sociais e, principalmente, sobre o analfabetismo no país. Todo o contexto educacional do século XX estava em disputa, com inflamados discursos a respeito da educação. Havia uma preocupação em relação ao desenvolvimento econômico, com vistas ao convívio para mundo civilizado, com narrativas sobre uma concepção ideal de trabalhador (BOMENY, 2001).

Helena Bomeny (2001) nos mostra que a corrente positivista, com a intenção de progresso e modernização da população brasileira, estimulou a discussão sobre o aprimoramento das escolas técnicas e de ensino profissional, de modo a conduzir os jovens educandos a uma nova identidade do trabalhador, associando características positiva, com visões de ascensão de classe social e ideias de ganho e consumo. Não podemos esquecer que mesmo com a abolição da escravidão, a discriminação aos negros era intensa e que deixam marcas negativas até a atualidade. A esse contingente foi desprezado qualquer amparo ou assistência, sendo abandonados à própria sorte.

Levando em conta o contexto social ao qual o Brasil estava inserido nos anos republicanos serem considerados incongruentes, os educadores intelectuais buscavam promover reformas educacionais, com a tentativa de mobilizar a população pela educação e disseminação das





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



escolas primárias, com o objetivo de diminuir ou até mesmo corrigir a distorção social presente. Nos anos de 1920 foi marcado pela criação de associações e movimentos pró a educação no país, como a Associação Brasileira de Educação (ABE) e o movimento da Escola Nova – com princípios pautados na renovação. Sendo instaladas conferências educacionais, no qual a Alba Cañizares fez parte, não só como palestrante, mas também como colaboradora. Tais conferências eram organizadas com o objetivo de criar um ambiente de debates sobre a educação e de também como forma de envolver e promover nos professores uma visão moderna e humanista da educação (SAVIANI, 2019).

Alba promovia discursos na tentativa de orientar o professorado a elevar os seus níveis de conhecimento, alegando que cabia aos mestres possuírem um vasto conhecimento sobre a ciência moral e sobre como deveriam sustentar os seus aportes teóricos.

Alba Cañizares e o movimento escolanovista

Alba Cañizares do Nascimento defendia a escola como um local propício em ensinar e propagar as diferentes espécies de filosofia, além do debate sobre os temas de ética e moral. A sua proposta era pensada de modo a promover nos estudantes o respeito sobre a neutralidade moral leiga, entendida como abstenção de qualquer negação ou crítica às crenças religiosas. Para ela, a escola leiga deveria ser um espaço de debates e não meras discussões sobre disciplinas metafísicas, mas também sobre o apoio das questões filosóficas.

A educação escolar para Cañizares tinha como dever fornecer aos estudantes uma formação de caráter moral, voltado para a aquisição dos bons costumes. Nos anos de 1923, Alba revela que passou a estimular os estudantes, na escola em que ela dirigia, uma educação com um caráter mais militarizado, publicando inclusive os bons resultados dos educandos referentes à disciplina, como o aumento de frequência e entusiasmo com as aulas, no qual gerava um sentimento de responsabilidade e de esforços próprios, servindo como lição da instrução cívica. Essa proposta educacional com um caráter mais militarizado, vinha a partir de um discurso que buscava enriquecer o amor pela Pátria e pelo os seus ideais de ordem (NASCIMENTO, 1923).

Sendo assim, neste período às escolas buscavam se adaptar aos diversos projetos e reformas educacionais, como a própria educação destinada à classe popular, que se tornava uma busca incessante pela ordem, pela formação moral e intelectual. Paulilo (2003) menciona que o tema sobre a regeneração moral da sociedade pela educação era vista como instrumento capaz de mediar um conjunto de comportamentos e relações sociais, transformando um novo efeito de nação.

Dado o contexto educacional, é necessário mencionar sobre o movimento da Escola Nova, que também pode ser encontrado por diversos nomes, tais como, educação nova ou escolanovismo – sendo este um movimento, que se caracterizava por seu aspecto transformador, em consonância aos novos estudos sobre a psicologia infantil. Tais estudos buscavam propor que as crianças deveriam estar no centro do seu processo de aprendizagem e desenvolvimento e que podemos considerá-lo como um movimento bastante polarizado,

392





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



e os adeptos a esse novo fazer pedagógico, possuíam opiniões distintas, além de falas dicotômicas relacionados a concepções de novo, velho, moderno ou tradicional.

No Brasil, essa concepção pedagógica, surgiu entre os anos de 1922 e 1926, na administração de Antônio Carneiro Leão, que esteve como diretor geral de Instrução Pública do Distrito Federal, conhecida como métodos ativos. A sua gestão foi marcada pelo investimento na educação popular através da implementação de normatizações, profissionalização e sistematização do ensino. Os escolanovistas buscavam elaborar novos critérios e conceitos para a educação das massas, de modo a controlar e diminuir, o que chamavam de atraso intelectual, identificado na população mais pobre (PAULILO, 2003)

Sendo assim, as instituições de ensino buscavam se adaptar às novas mudanças e reformas educacionais. E as questões relacionadas à formação moral e intelectual dos educandos estavam em intensas disputas. Tais debates em torno do movimento escolanovista perdurou nas gestões posteriores a de Carneiro Leão, como a do Fernando de Azevedo. No período em que Azevedo esteve presente na diretoria geral de Instrução Pública, entre os anos de 1927 e 1930. Fernando de Azevedo propôs remodelar o ensino primário, com o foco na formação dos professores e esse projeto de regeneração moral buscou caracterizar a escola como um instrumento capaz de mediar os conflitos e os comportamentos nas relações sociais. Em apoio, podemos verificar que a professora Alba Cañizares acreditava e defendia que o ensino da disciplina de filosofia nas escolas primárias seria uma forma de fornecer aos educandos os conhecimentos básicos, necessários e capazes de transformar e influenciar a sociedade a partir da moral, compreendendo que o:

(...) conhecimento e prática são condições de êxito na vida intelectual, moral e econômica do indivíduo e da nação, convicta de que a divergência profunda que reina entre os espíritos, relativamente aos preceitos filosóficos essenciais cuja permanência é garantia primeira da ordem social, determina a anarquia intelectual e moral, pretendo que se deva esclarecer a mentalidade das crianças quanto a aceitação de certas doutrinas filosóficas primordiais que desde os bancos escolares podem criar céticos ou otimistas, vencidos ou vencedores. (NASCIMENTO, 1925a, p. 40.)

A intelectual acreditava no poder de influência que as escolas promoveriam nas classes populares, sobretudo nas escolas primárias, as quais deveriam possuir uma educação filosófica reproduzindo um constante estudo sobre ética e moral, ajudando a população a refletir sobre as relações da Igreja Católica com o ensino filosófico. Podemos considerar que os pensamentos de Alba Cañizares e de Fernando de Azevedo estavam em sintonia sobre a educação relacionada às escolas primárias e as profissionalizantes, como a Escola Normal, os educadores mencionados pautavam uma educação com princípios filosóficos, voltados para a importância dos valores morais para a formação do magistério, como condição *sine qua non* para a formação dos futuros docentes.

Desde os anos de 1925, Alba já vinha produzindo narrativas sobre a importância da educação, com base nas concepções filosóficas, voltadas para a valorização da ética e moral

393





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



dos estudantes. Como intelectual católica, Alba acreditava na corrente filosófica de base materialista, defendendo o discurso de que o currículo do ensino filosófico devesse ser construído, como forma de obtenção e respaldo, para que todos os educadores estivessem em sintonia. Tal desejo, conflitava com o tema da laicidade, já que constava na Constituição vigente, que a educação nas instituições públicas deveria ser leiga: que para ela, naquele período era necessário ser mais discutido e debatido, como forma de demarcar o seu aspecto conceitual. A professora apontava que os termos leigo e laicidade não estavam claros o suficiente para a população e muito menos para os professores.

Em suas publicações, é possível identificar o quanto a Alba se debruçou sobre o tema, e a forma como ela debatia e defendia o sentido da palavra “leigo”. Desde os anos de 1925, Alba Cañizares já vinha se debruçando nesse tema e publicando boa parte dos seus estudos a respeito dos conceitos “leigo” e “laicidade”⁴. Ela buscava explicitar que esses termos estavam em disputa e apresentavam divergências que precisavam ser mais elaboradas e discutidas. Para ela, a laicidade do Estado não implicava na hostilidade contra a religião, nem a indiferença, mas sim uma relação de independência.

A laicidade do Estado não implica a hostilidade contra a religião, nem mal crença, nem a indiferença, assinala apenas a independência. Mas do fato de serem duas pessoas independentes uma da outra, não se conclui que devam ser inimigas, nem tão pouco que devam deixar de ter entre si quaisquer relações. Uma sociedade em que o Estado e a religião se acham em luta não pode deixar de ser uma sociedade profundamente abalada; de outro lado, uma sociedade onde a religião e o Estado pretendem ignorar-se mutuamente é quase uma sociedade impossível (NASCIMENTO, 1926, p. 84).

394

Cañizares defendia que os professores deveriam transmitir conteúdos filosóficos como forma de influenciar na formação do caráter e na personalidade dos jovens estudantes, promovendo na classe popular o pensamento de forma crítica e reflexiva sobre os modelos de religiosidade e de laicidade que estavam sendo propostos, buscando, assim, fazer com que os educandos notassem a sua participação crítica na sociedade.

Rodrigues (2005) revela que as elites econômicas, junto com os intelectuais brasileiros, aliaram-se com o objetivo de resistirem não apenas ao positivismo e a à nova cultura social que estava se desenvolvendo, mas sim com a intenção de se demonstrar a sua reatividade à tendência liberal e à laicidade, criando organizações como a revista “A Ordem” e a instituição “Centro Dom Vital” para atuarem como freio sobre os ideais socialistas e liberais. Tais organizações atuavam na sociedade promovendo uma linha de pensamento voltado para as questões religiosas e filosóficas, estabelecendo alianças com diversos setores sociais de modo

⁴ Atualmente, continuamos a debater sobre os termos leigo e laicidade. Hoje em dia, podemos classificar a palavra “leigo” como alguém que tenha pouco entendimento sobre determinado assunto, enquanto antigamente este termo servia para qualificar os Estados e as instituições de ensino que não contemplavam um ensino religioso. Já a palavra “laicidade” é um termo utilizado para caracterizar o Estado, sendo um Estado Laico aquele que não legitima e nem desqualifica sobre os assuntos religiosos e que busca manter uma certa harmonia social (CUNHA, 2017).





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



a agenciar a ampliação da influência católica, atuando como um reforço das concepções tradicionalistas e elitistas.

Mesmo a sociedade se esforçar para dissociarem a religião da filosofia como concepções antagônicas ou independentes, Alba promovia e explicava que esses dois termos estariam completamente relacionados, cabendo o campo da filosofia ser a aplicação da ciência que foi sistematizada e à religião sendo a aplicação da verdade. Alba Cañizares acreditava que a religião havia se constituído como uma prática da intelectualidade, e que todas as religiões seriam uma tentativa de governo regido pela moral, de modo a conter o caos e a ordem social.

Considerações finais

Alba Cañizares do Nascimento transitava nos campos progressistas e conservadores, ela acreditava na educação, na ciência e também na religião como uma tríade intrínseca, no qual seria capaz de transmitir uma cultura moral, um ideal de conduta humana. Para ela o progresso dependia da ampliação dos conhecimentos filosóficos e da moral, sendo ambos desenvolvidos a partir de atualizações da educação.

E os conceitos relacionados a laicidade deveriam ser melhor debatido, de modo a serem explicados, formulados e exemplificados para não promover nenhuma margem a futuras interpretações. Neste período o termo *leigo*⁵, servia para classificar o Estado sobre as demandas educacionais, qualificando a educação leiga, como aquela desprovida das funções clericais, o que não legitimava uma educação sem correntes religiosas. Cañizares promovia e defendia uma educação com base filosófica, para justificar e embasar as reflexões e até mesmo as operações intelectuais, permitindo aos estudantes filosofar e levantar opiniões divergentes que possam encontrar na sociedade.

Cañizares depositava nas escolas um certo otimismo, no qual a educação filosófica conseguiria promover nas classes populares um intenso estudo e debate sobre moral e ética, através das reflexões e relações com a Igreja Católica. Sendo as Escolas Normais, instituições que deveriam transmitir os valores e os ensinamentos aos futuros professores, de modo a levar em consideração a formação que estava sendo aspirada e requerida, de modo a assegurar uma formação de seres serenos e úteis, munidos de moral nas suas ações e capacitados a corrigirem e moldar um novo acordo de sociedade.

Diante do exposto, a de se notar a dedicação da professora Alba Cañizares na defesa da sistematização do ensino de filosofia, tanto para o ensino primário, como para o profissional das escolas normais, de modo que tal conteúdo estivesse vinculado com a formação de uma educação voltada para o aperfeiçoamento do caráter e da moral. Cañizares ressalta que as tendências materialistas dão importâncias apenas aos bens materiais, de modo que as condições espirituais foram sendo dispensadas. Embora reconhecesse os progressos materiais ocorridos, Alba insiste que a formação do caráter não era suficiente para garantir a produção de uma condição moral; o intuito dela era desenvolver condições morais sobre a

395

⁵ Atualmente, o termo *leigo* significa a ausência de qualificação ao exercício de uma atividade específica.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



cultura intelectual para a formação do caráter, que naqueles tempos da república estavam em voga (NASCIMENTO, 1925b).

Considerando as divergências da educação do presente, podemos notar que sempre há discussões a cerca dos comportamentos morais e éticos. Sendo assim, necessário o estudo do passado para que possamos refletir sobre as intencionalidades presentes na nossa sociedade. Compreendendo a relação que os materiais e arquivos passados possuem limites e intenções é possível considerar as camadas superficiais dos eventos, como forma de construir novas narrativas e produções de diferentes personagens, revelando seus esforços na contribuição de uma nova sociedade.

Referências

ARTIÈRES, P. **Arquivar a própria vida**. Revista Estudos Históricas, Rio de Janeiro, v.11, nº. 21, 1998, p.7-34.

BOMENY, H.M.B. **Os intelectuais da educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

CUNHA, L. A. **O ensino industrial-manufatureiro no Brasil**. In: Revista Brasileira de Educação, n. 14, p. 89 a 107, maio/ago. 2000.

_____. **A primeira onda laica: do Império à República**. Rio de Janeiro: Edição do autor, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Le discours philosophique**. Paris: Gallimard, 2023.

NASCIMENTO, A.C. **Ensaio sobre organização republicana na escola primária**. A Escola Primária, Rio de Janeiro, Ano 7 – nº 7 – Nº avulso, p.211 - 214, agosto de 1923.

_____. **A Philosophia na Escola Primária**. A Escola Primária, Rio de Janeiro, Ano 9 – Nº 2 – Nº Avulso, p. 40 - 44, abril de 1925a.

_____. **A educação pela filosofia – A Philosophia na Escola Normal**. A Escola Primária, Rio de Janeiro, Ano 9 – Nº. 4 - Nº Avulso, p.153 -159, junho de 1925b.

_____. **Ensaio de Pedagogia Philosophica– Organização da moral escolar**. A Escola Primaria, Rio de Janeiro, Ano 10 – Ns. 4 e 5, junho e julho/1926, p. 84-88.

NUNES, C; CARVALHO, M.M. C. **Historiografia da educação e fontes**. Cadernos Anped. Porto Alegre: Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 1993.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



PAULILO, A. L. Aspectos políticos das reformas da instrução pública na cidade do Rio de Janeiro durante os anos 1920. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 23, n° 46, p.93-122, 2003.

PRIORE, M.D. **Sobreviventes e guerreiras: Uma breve história da mulher no Brasil de 1500 a 2000**. São Paulo: Planeta, 2020.

RAGO, M. **Os prazeres da noite: Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890 - 1930)**. 2ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

RODRIGUES, C. M. **A Ordem: uma revista de intelectuais católicos – 1934 – 1945**. Belo Horizonte: Autêntica/Fapesp, 2005.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 5ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2019.

VEYNE, P. **Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história**. 4ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982, 1992, 1995, 1998.

397



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



O MUSEU COMO FERRAMENTA DE APRENDIZAGEM NO ENSINO DE HISTÓRIA

Stefany Reis Marquioli¹
Derliane de Oliveira Medeiros²
Ioli Ferreira Santiago³

Introdução

O presente estudo tem o intuito de refletir acerca da relevância dos espaços museológicos como instrumentos para a promoção de uma formação sócio-histórica no âmbito educacional. No que tange ao conceito de museu, neste trabalho será utilizada a definição do historiador Pierre Nora (1993) como sendo lugares de memória. Ademais, é possível apontar a nova definição de museu de acordo com o ICOM (Comitê Internacional de Museus), aprovada em 24 de agosto de 2022:

Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos e ao serviço da sociedade que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Com a participação das comunidades, os museus funcionam e comunicam de forma ética e profissional, proporcionando experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimentos (ICOM, 2022).

398

A partir de uma revisão de literatura, identificou-se que os museus são ferramentas essenciais de aprendizagem no ensino de história. Com efeito, através desses espaços é possível promover uma reflexão profícua a respeito de diversos acontecimentos históricos, preservar e compartilhar memórias de diferentes atores sociais, além de auxiliar na promoção de um reconhecimento e fortalecimento da identidade de diferentes comunidades.

O museu como um espaço de memória

O museu é um importante espaço de preservação e transmissão de acontecimentos históricos. Através dos objetos expostos em seus ambientes, narrativas sobre processos ocorridos no passado são construídas e transmitidas de acordo com determinados interesses. Dessa maneira, é possível identificar o museu como um lugar de memória.

¹ Licenciada em História pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) – Unidade Carangola e mestranda em História pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).

² Licenciada em História pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) – Unidade Carangola. Professora da Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo (SEDU-ES).

³ Licenciada em História pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) – Unidade Carangola e mestranda em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania pela Universidade Federal de Viçosa (UFV).





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Assim como aponta Pierre Nora (1993), o interesse pelos lugares onde a memória se solidifica e se refugia está associado ao instante de articulação em que a percepção da ruptura com o passado é confundida com a noção de uma memória que foi fragmentada. Contudo, trata-se de entender que essa fragmentação, ainda, produz memória para que seja possível estabelecer o problema de sua encarnação. Desse modo, para o historiador, somente existem locais de memórias devido à ausência de meios de memória.

De fato, conforme Nora (1993), ocorreu o fim das sociedades-memória, assim como todas as que garantiam a preservação e a transmissão de valores. Segundo o historiador, também se sucedeu o fim das ideologias-memórias, tais como aquelas que propiciavam a transição regular do passado para o futuro ou o que era necessário manter do passado para preparar o futuro. Na acepção de Nora (1993, p. 13):

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. São bastiões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos.

399

Diante do exposto, pode-se observar que, com a diminuição da tradição de comunidades em que ocorria a transmissão de memórias oralmente, surgiu a necessidade de formar espaços com o objetivo de preservar e divulgar as narrativas sobre o passado. Nesse contexto, é possível apontar os museus como lugares de memória, ambientes de exposição e difusão de relatos do passado. Michael Pollak (1989), citando Halbwachs (1968), destaca a força dos elementos de referência distintos que compõem a nossa memória e a introduzem na da coletividade em que estamos inseridos.

Com efeito, Pollak (1989) aponta que, na tradição metodológica durkheimiana, em que os fatos sociais são abordados como coisas, é possível analisar esses diferentes pontos de referência que estruturam a memória como indicativos empíricos da memória coletiva de certo grupo; esta é organizada com suas classificações e hierarquias, sendo uma memória que justifica e fortalece os sentimentos de pertencimento e de fronteiras socioculturais, ao determinar o que é comum a um grupo e o que o distingue dos demais.

Já na perspectiva construtivista, conforme Pollak (1989), os fatos sociais não são mais coisas. Nela, é examinado como se tornam coisas, de que forma e por quem são solidificados e





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



providos de duração e estabilidade. Nesse sentido, é possível observar a relevância de se levar em consideração os movimentos envolvidos no processo de constituição da memória.

Outrossim, a historiadora Verena Alberti (2004) concorda com Michel Pollak (1989), ao asseverar que há possibilidade de se adotar a ação de formação de memórias como objeto de estudo. Isso é possível ao considerar a característica factual da memória e a viabilidade de analisá-la, onde ela não é somente significado, mas também consiste em acontecimento, ação. Além disso, Pollak (1989) disserta que a memória coletiva possui como funções fundamentais preservar a coesão interna e defender os limites daquilo que é compartilhado por um grupo, concedendo, dessa maneira, um quadro de referências. Sendo assim, é realizado um trabalho de enquadramento da memória, o qual não pode ser produzido de forma arbitrária, como alega o autor.

Essa operação de enquadramento se sustenta do trabalho produzido pela história, que pode ser interpretado e combinado de diversas maneiras, em função das demandas do presente e do futuro. Ainda Pollak (1989) reporta que os vestígios desse trabalho de enquadramento são os objetos materiais, como os museus, as bibliotecas e os monumentos. Isso posto, verifica-se que, nesse processo de enquadramento, determinadas circunstâncias são selecionadas e outras, eliminadas, de acordo com os interesses de determinado grupo. É o que constatamos na afirmação seguinte:

É de grande importância ter em mente que, na maioria das vezes, as características que um determinado museu possui em relação ao seu acervo, isto é, os objetos musealizados e a sua conseqüente (sic) exposição ao público, são estabelecidos por uma determinada pessoa ou pequeno grupo. Muitas vezes, para entender a própria temática e a adoção de determinadas visões em um museu é necessário ter conhecimento daqueles que selecionaram (pesquisadores, comunidade ou poder público) determinados objetos [...] (Hellwig, 2014, p. 3).

400

Portanto, nota-se que os museus também passam por esse processo de enquadramento, em que a memória coletiva seleciona aquilo que considera importante ser rememorado para dar sentido a suas abordagens. À vista disso, é essencial reconhecer os objetivos envolvidos na composição desses ambientes.

Levando-se em consideração o que foi abordado, foi possível observar que os museus são importantes espaços de divulgação de memórias de diferentes grupos. Além do mais, verificou-se que tais locais contribuem para o fortalecimento da identidade de determinados grupos. No entanto, faz-se necessário refletir a respeito da construção das narrativas difundidas para os visitantes nesses ambientes, buscando identificar os possíveis interesses a elas vinculados.

A importância do museu no ensino de história

O museu é um instrumento que contribui para a aprendizagem, podendo ser usado como recurso didático no ensino de história. As visitas aos museus trazem múltiplos benefícios





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



para os/as estudantes, como o incentivo à cultura, a valorização da diversidade cultural, além do contato com diversas narrativas, as quais favorecem a compreensão crítica da história.

De acordo com Grinspum (2020, p. 57), “quando uma Escola agenda uma visita, estabelece-se um trabalho de parceria”. Com isso, o/a monitor/a busca se informar acerca dos propósitos do/a docente para que o roteiro de visita seja decidido juntamente com ele/a. Entretanto, a visita necessita de um planejamento do/a professor/a, uma vez que a realização dessa atividade requer, por exemplo, a aprovação da direção escolar e dos responsáveis pelos/as estudantes. Dessa maneira, a parceria entre museus e instituições educacionais gera diferentes benefícios, tais como o acesso à cultura e o contato dos/as educadores/as museais com pesquisas da área pedagógica, as quais contribuem para “[...] conhecerem como se ensina e como se aprende [...]” (Grinspum, 2020, p. 42).

No entanto, “a animação dos museus, em direção ao público escolar, não tem por objetivo, salvo muito raras exceções, satisfazer às necessidades deste público (sejam francos e honestos) ou mesmo responder à demanda pedagógica expressa pelos professores [...]” (Lopes, 1991, p. 443). Com isso, a autora assevera que a animação dos museus está voltada, sobretudo, para a questão da existência da instituição-museu, além da valorização do patrimônio. Ela ainda menciona que:

São inúmeros os testemunhos ou desabafos de professores bem-intencionados que desanimam de ir a museus porque, segundo seu modo de ver, as crianças não se interessam, não se comportam, não aprendem; e, como se trata de uma grande responsabilidade (e de uma tarefa “íngrata”), preferem, mesmo com seus poucos recursos, ficar na sala de aula, onde se sentem mais seguros do que em face da realidade desconhecida e difusa dos museus, que não se deixa dominar facilmente. Quando os motivos não são esses, os professores não incentivam a ida aos museus, porque também não os conhecem ou não dispõem de recursos nas escolas para integrar como julgam necessário, suas visitas nos currículos escolares. No mais das vezes são nessas tentativas de visitas integradas que começam e terminam as relações museu-docência (Lopes, 1991, p. 448).

401

Ressalta-se que Pacheco (2012), ao debater acerca da logística e do planejamento didático do/a docente para a visita ao museu, propõe que ela seja realizada a partir de uma certa programação, além da associação das temáticas ministradas em sala de aula à exposição a ser visitada. O autor salienta a importância de considerar a exposição museológica como “um texto escrito com objetos”, o qual pode ser compreendido de diversas maneiras. Nesse enfoque, “o professor, para realizar um planejamento adequado ao espaço museal visitado, não pode deixar de fazer a sua leitura deste texto de objetos para apresentá-la e debatê-la com os alunos ao longo da atividade” (Pacheco, 2012, p. 70).

Segundo Bittencourt (2008), o museu possibilita múltiplas práticas educativas, entre elas visitas monitoradas e oficinas, além do empréstimo de objetos do seu acervo para as instituições escolares, sobretudo para os/as alunos/as que estudam à noite e, com isso, não conseguem visitar o espaço. Além disso, Bittencourt (2008, p. 356) menciona que os especialistas nessa área apontam a relevância de se explicar para os/as discentes “[...] sobre





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



o que é um museu e sobre o seu papel na constituição da memória social [...]”, destacando-se os tipos de objetos pertencentes ao acervo, com o objetivo de se explicitar o que é “uma peça de museu”. Ademais, Silva (2021) alega que:

Os museus dispõem de diversas possibilidades de experiências educativas de caráter interdisciplinar e atrativo para crianças e adolescentes. Através do encontro do indivíduo com o objeto histórico. Esses espaços proporcionam aos alunos a reflexão dos diversos sentidos implícitos nos objetos culturais, desde fatos do passado até a relação que eles estabelecem com o tempo presente (Silva, 2021, p. 45).

Consoante isso, Chicareli e Romeiro (2014, p. 87) afirmam que o museu é um instrumento que contribui “[...] na construção do ensino e do aprendizado de História, deixando de ser um local engessado e passando a ser visto como lugar de conhecimento e reconhecimento”. Assim, é essencial que a historicidade de tal espaço seja considerada, debatendo e problematizando as narrativas e os objetos expostos, os quais carregam diferentes informações de uma determinada sociedade. Dito isso, Ramos (2016) aduz que a análise de objetos do museu, ou em sala de aula, é um trabalho de interpretação da presença do passado, em suas diversas dimensões de tempo. Consideremos:

Saber por que uma sociedade restringia ou ampliava o uso de um objeto não se trata de mera curiosidade, e sim de uma reflexão sobre as dinâmicas de poder. Longe do reflexo, essa reflexão passa necessariamente por uma crítica sobre os acordos e os conflitos que transformaram o que ontem existia naquilo que hoje existe, sem desprezar aquilo que poderia ter existido e ainda pode existir. Fica claro, portanto, que os objetos são veículos privilegiados para o pensamento sobre a própria historicidade do ser humano atual. Afinal, somos criadores e criaturas de artefatos. Fazemos e usamos objetos e, na mesma medida, somos feitos e usados por objetos (Ramos, 2016, p. 71).

Dessa forma, ressalta-se que os “objetos de museus que compõem a cultura material são portadores de informações sobre costumes, técnicas, condições econômicas, ritos e crenças de nossos antepassados” (Bittencourt, 2008, p. 353). Portanto, é possível perceber a relevância da cultura material como recurso didático no ensino de história, colaborando para a reflexão dos/as estudantes acerca das relações sociais e culturais de certa sociedade. Nesse sentido, é essencial que as instituições educacionais estabeleçam uma parceria com os museus, visto que eles oferecem muitas possibilidades educativas, que fogem do contexto tradicional escolar.

Considerações finais

Os museus são espaços importantes para a produção do conhecimento histórico, onde o/a professor/a pode desenvolver múltiplas atividades educativas. Com isso, é fundamental que





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



haja uma parceria entre esses espaços e as escolas, visto que os museus podem contribuir para o processo de ensino-aprendizagem em história ao proporcionar o contato dos/as estudantes com diferentes narrativas históricas.

De fato, os museus são fundamentais para a preservação e difusão da memória de diversos grupos, o que favorece o fortalecimento das suas identidades. No entanto, faz-se necessário refletir a respeito de quais narrativas de memórias estão presentes nos espaços museais, uma vez que eles se configuram como campos de disputas. Sendo assim, o/a docente pode abordar tais questões, estimulando o pensamento crítico dos/as alunos/as em relação ao conhecimento histórico.

Assim, foi possível perceber a importância do uso dos museus como recurso didático no ensino de história, dado que colabora de forma significativa para a aprendizagem dos/as estudantes. Dessa forma, através da cultura material presente nos museus, o/a professor/a tem a possibilidade de problematizar o conhecimento histórico, bem como refletir acerca das relações sociais e culturais de diversas temporalidades, contribuindo para a formação sócio-histórica dos/as alunos/as.

Referências

ALBERTI, Verena. O que documenta a fonte oral: a ação da memória. In: _____. **Ouvir e contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 33-44.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CHICARELI, Larissa Salgado; ROMEIRO, Kauana Candido. Museu e ensino de História: pensar o museu como local de conhecimento e aprendizagem. **Revista Confluências Culturais**, v. 3, n. 2, 2014, p. 85-93. Disponível em: <https://periodicos.univille.br/RCC/article/view/518>. Acesso em: 16 fev. 2024.

GRINSPUM, Denise. **Educação para o Patrimônio: Museu de Arte e Escola**, responsabilidade compartilhada na formação de públicos. Tese (doutorado) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

HALBWACHS, Maurice. **La mémoire collective**. Paris: PUF, 1968. *Apud* POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278>. Acesso em: 17 fev. 2024.

HELLWIG, Alessandro Wickboldt. Museu, memória e identidade pomerana: uma correlação local. **Expressa Extensão**, v. 19, n. 2, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/expressa/article/view/3359>. Acesso em: 17 fev. 2024.



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



ICOM Brasil. (2022). ICOM aprova Nova Definição de Museu. Disponível em: https://www.icom.org.br/?page_id=2776. Acesso em: 17 fev. 2024.

LOPES, Maria Margaret. A favor da desescolarização dos museus. **Educação e sociedade**, v s/n, n.40, 1991, p. 443-455.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo: n.10, 1993, p. 7-28. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 17 fev. 2024.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. O museu na sala de aula: propostas para o planejamento de visitas aos museus. **Revista Tempo e Argumento**, v. 4, n. 2, 2012, p. 63-81. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180304022012063>. Acesso em: 16 fev. 2024.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278>. Acesso em: 17 fev. 2024.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. OBJETO GERADOR: Considerações sobre o museu e a cultura material no ensino de história. **Revista Historiar**, v. 8, n. 14, 2016. Disponível: <https://historiar.uvanet.br/index.php/1/article/view/234>. Acesso em: 16 fev. 2024.

SILVA, Goreti Pélaguê Pereira da. **O ensino de história do Brasil colonial a partir do Museu Regional de Olinda**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2021.

404





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



“ESCOLA PARA ÍNDIO”: UMA ANÁLISE DA EDUCAÇÃO INDÍGENA POTIGUARA (PB) SOB A GESTÃO DO ESTADO BRASILEIRO REPUBLICANO

Anderson Bastos da Silva¹
Dárcya Jeanne Silva de Araújo²

Introdução

Não obstante o início do século XX ter sido marcado pela escalada de novas classes sociais, como a burguesia e o proletariado industrial, com a ascensão de camadas médias, em sua maioria vinculadas aos centros urbanos (Brum, 1999), permanecia à margem da lógica capitalista uma massa de indivíduos que, aos olhos do Estado, precisavam ser incorporados à sociedade, dentre os quais figuravam indígenas e camponeses pobres.

No contexto das políticas indigenistas, o advento da República representou uma ruptura com o antigo modelo de relação entre o Estado e as populações indígenas, a partir da sedimentação de uma nova concepção sobre a responsabilidade e o papel institucional brasileiro. Tal movimento decorreu da forte influência do pensamento positivista no ideário de Estado-nação republicano, expressando, dentre suas preocupações, a propositura de uma política indigenista civilizadora laica, fundada na dissociação entre Estado e Igreja, instituições fortemente relacionadas durante o Império.

É sob tal concepção que em 1910 foi criado o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais – SPI/ITN, órgão estatal responsável pela tutela das várias etnias indígenas no Brasil. O projeto que fundamentou a criação da agência indigenista herdava, portanto, a concepção de que cabia ao Estado a responsabilidade pela promoção da integração dessas populações à sociedade nacional.

O ideário de transformação dos indígenas em cidadãos do Estado-nação brasileiro exigia das instâncias de poder republicanas a institucionalização de um regime tutelar capaz de operar os mecanismos e táticas de disciplinamento dessas populações. Tanto as elites políticas quanto intelectuais concebiam como necessário, sob o domínio e orientação estatal, promover a proteção dos indígenas e sua integração na ordem social, legando-os um lugar de contribuição no projeto de *progresso* em curso para a nação brasileira.

A esse respeito, Gagliardi (1989) salientou a substituição do conceito político de *catequese*, até então vigente, sobretudo em função da forte presença e influência religiosa nos aldeamentos durante o Império, pelo de *proteção*. Segundo o autor, essa mudança não representou apenas uma reorientação no sentido político, mas também prático, uma vez restar apartada a ação religiosa nos espaços institucionais de tutela.

¹ Mestrando do ProfHistória/UFPB. prof.andersonbastos@gmail.com. Pesquisador do Abaiara.

² Mestra em História pelo PPGH/UFPB. darcyajeanne@gmail.com. Pesquisador do Abaiara.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



É no esteio das atribuições do SPI enquanto órgão tutelar que a escolarização dos indígenas passou a ser considerada um elemento fundamental no processo de transformação desses indivíduos em trabalhadores nacionais. Como veremos adiante, o projeto de *educação* dos indígenas proposto pelo órgão era amplo, contemplando desde a ministração de disciplinas basilares até a formação para o trabalho por meio de aulas de ofícios. Assim, a estratégia para a dita civilização dos índios consistia em discipliná-los segundo o modelo de cidadão e trabalhador nacionais, educando-os não apenas na perspectiva escolar, mas também promovendo o *progresso* moral, de costumes e hábitos dessas populações, ou seja, assimilá-los à ideia de nacionalidade brasileira concebida a partir da concepção eurocêntrica de sociedade moderna.

Ante o exposto, o presente artigo parte da discussão da atuação estatal no âmbito escolar do SPI entre os indígenas Potiguara, no início do século XX, para compreender a política indigenista voltada à educação no Brasil atual. Para a pesquisa, foram utilizadas fontes documentais do órgão tutelar disponíveis no acervo digital do Museu do Índio, com sede no Rio de Janeiro/RJ, juntamente com a legislação vigente à época do funcionamento do serviço federal, bem como a legislação atual que fundamenta as políticas de educação indígena em vigência.

Os indígenas potiguara e o projeto de escolarização do SPI

406

A preocupação com a educação para os indígenas foi um assunto presente desde a fundação do SPI, não obstante a normatização dessa área de atuação tutelar tenha ocorrido tardiamente. Grande parte dos Postos mantinha o funcionamento de escolas em sua jurisdição, adotando um modelo de educação baseada no padrão de educação rural da época. No caso do Posto Nísia Brasileira, instalado entre os indígenas Potiguara, encontramos menções a atividades escolares nos primeiros documentos oficiais, quando o Posto ainda era denominado São Francisco. É importante ressaltar que o PI nasceu sob o modelo de Posto de Assistência, Nacionalização e Educação (PIN), cuja finalidade, dentre outras, era a educação dos indígenas e sua formação como trabalhadores rurais.

Durante as décadas da ação tutelar (1929-1967), identificamos cinco unidades escolares em atividade: 1) Escola Alípio Bandeira, na Aldeia São Francisco; 2) Escola Dr. Antônio Estigarribia, na Aldeia Forte; 3) Escola Coronel Luiz Guedes, na Aldeia Estiva Velha; 4) Escola Vicente Ferreira Vianna, localização não identificada; e 5) Escola Marechal Rondon, na Aldeia Tramataia. A fundação da sede do Posto na Aldeia São Francisco resultou na construção da primeira unidade escolar também naquela localidade, tratando-se da escola Alípio Bandeira, vizinha à sede do PI, como apresentada na imagem a seguir:





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Imagem – Aldeamento São Francisco, Posto Nísia. Escola Alíp (Fot. 009). s.d.



Fonte: Coleção Fotoetnográfica Carlos Estêvão de Oliveira (Museu Virtual). Museu do Estado de Pernambuco. Acesso em 13 fev. 2024.

407

Apesar do número de escolas em funcionamento, a estrutura de que dispunham alunos e professores não era uniformes, nem equivalentes. Os dois principais edifícios escolares, Alípio Bandeira e Dr. Antônio Estigarríbia, foram erguidos nos primeiros anos da ação tutelar, feitos de alvenaria, com arquitetura arejada e espaço minimamente apropriado para as atividades propostas. Em contrapartida, as escolas Cel Luiz Guedes, Vicente Ferreira Vianna e Marechal Rondon, fundadas na segunda metade do século XX, não possuíam estruturas adequadas, sendo a demanda por prédios destinados às escolas, segundo o encarregado do PI, originado pelos próprios alunos indígenas:

Construção de um prédio regular destinado a nele funcionar uma escola, no lugar denominado “Camurupim”, situado a tres leguas do Posto, cuja frequência esta calculada em nunca menos de cento e sessenta alunos. Os índios de Camurupim e de Tramataia e bem assim as crianças civilizadas desses lugarejos fazem um veemente apelo ao digno Chefe da I.R.-4 para essa providencia, afim de que se torne ela uma realidade³.

A carência por material didático e pedagógico constituiu-se um problema recorrente durante todo o período de ação tutelar entre os Potiguara, sendo assunto recorrente em relatórios,

³ Museu do Índio. Rio de Janeiro. Relatório. 1948. BR RJMI SPI-IR4-071-017-48-f3. Caixa 170. Planilha 017.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



frequências escolares e telegramas. Em 1949, o então encarregado Arquimedes Souto Maior informou à Inspeção a venda de uma vaca estéril, com idade de oito anos, responsável por “saltar as cercas e aroubas para roubar e destruir as lavouras dos índios e civilizados”⁴. Com a venda, pretendia-se adquirir uma nova vaca, contudo, reconhecendo a ausência de material escolar para funcionamento das escolas, não dispozo “nem sequer de um lapis ou uma folha de papel”, o encarregado aplicou a quantia de Cr\$ 1.050,00 da venda da vaca para adquirir o material em falta.

Como resultado, o chefe da Inspeção notificou o encarregado, condenando a transação como irregular e determinando o recolhimento ao erário do valor da venda do animal, a essa altura já gasto com o material para as escolas. Segundo o parecer que analisa a transação e aponta como irregular, o encarregado do posto teria incidido em cinco infrações, dentre as quais figurou: “3º - não poderia nem pode aplicar quaisquer rendas sem autorização superior, como fez, comprando material escolar”.

O fato é sintomático de como os PI do órgão tutelar não possuíam autonomia financeira para suprir despesas imediatas, refletindo, na qualidade do ensino nas escolas, carentes de materiais básicos ao funcionamento. Essa dependência financeira refletia-se nos vários e recorrentes pedidos de aquisição, não apenas de materiais escolares, como de materiais pedagógicos, tecidos para fardamento e até móveis, como carteiras escolares, entre outros insumos relacionados ao cotidiano escolar.

As escolas funcionavam em horário diurno, com turmas mistas. Porém, como exposto no relatório de 1936, pretendia-se criar um curso em horário à noite:

[...] para que não haja perturbação no ensino, no próximo ano a vir Índios de maior idade, que, por motivos de ocupação agrícola, uns, e por não quererem a promiscuidade com crianças, outros tem transmitido ao Professor e a mim o anhelos da existencia do ensino noturno, para se poderem desanalfabetizar.⁵

Como vemos, o ensino noturno surgia como uma demanda dos indígenas, fosse por motivo de trabalho ou por uma preocupação com a faixa etária dos alunos das aulas diurnas. O Aviso do Posto de maio de 1950⁶ evidenciou o funcionamento de uma escola noturna estadual no prédio escolar Alípio Bandeira, na Aldeia São Francisco. Apesar de funcionar na estrutura de uma das escolas do PI, atendendo aos alunos indígenas, o ensino noturno não era ofertado e administrado pelo órgão tutelar, senão pelo Governo Estadual, razão pela qual não consta na documentação do posto informações consistentes sobre professores, alunos e rotina escolar. Em 1964 foi inaugurado o curso noturno na escola Alípio Bandeira, ofertado pelo

408

⁴Museu do Índio. Rio de Janeiro. Processo n. 304/49. I.R.4. 1949. BR RJMI SPI-IR4-071-002-16-f1-3. Caixa 167. Planilha 002.

⁵Museu do Índio. Rio de Janeiro. Relatório Final. 1936. BR RJMI SPI-IR4-381-001-01-f5-6. Caixa 181. Planilha 001.

⁶Museu do Índio. Rio de Janeiro. Aviso do Posto. 1950. BR RJMI SPI-IR4-071-002-62-f1-2. Caixa 167. Planilha 002.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



próprio PI. As aulas noturnas ocorriam das 18:30 às 21:30, compreendendo apenas indígenas do sexo masculino com intervalo etário de 15 a 35 anos⁷.

No bojo dos conteúdos e práticas pedagógicas, eram ministradas matérias consideradas elementares, como Aritmética, Língua Portuguesa, Noções de Ciências Naturais, Geografia e História do Brasil, além de Educação Moral e Cívica e Educação Higiênica, comuns às escolas do período. Ademais, considerando a proposta de formação para o trabalho eram, ainda, ofertados cursos de costura, bordados e outros trabalhos manuais para meninas, enquanto os meninos eram direcionados às aulas de ginástica, exercícios militares e aulas práticas de horticultura⁸.

Embora a legislação do SPI permitisse, e até estimulasse, a inclusão de crianças não-indígenas, nas escolas do PI Nísia Brasileira isso só ocorreu a partir de 1954⁹ e em baixíssimo número. O máximo de não-indígenas nas frequências escolares nesse ano foi de sete alunos nos meses de julho e agosto, representando menos de 15% do alunado frequente. De 1956 a meados de 1960, as frequências apresentaram apenas alunos Potiguara.

Somente em setembro de 1960 foram registrados quatro alunos não-indígenas. A questão da ausência – ou da ínfima presença – de *civilizados* ou *particulares*, como eram identificados os não-indígenas nos documentos escolares, possivelmente estava relacionada à proximidade das aldeias com cidades que dispunham de escolas municipais e estaduais, atraindo estudantes não-indígenas das intermediações.

A integração de crianças não-indígenas nos espaços escolares era vista como uma medida pedagógica, creditando-se ao contato entre indígenas e não-indígenas uma *didática da civilização pelo exemplo*. No caso do PI entre os Potiguara, o contato com os *civilizados* era historicamente amplo, incorrendo em séculos de interações com hábitos e práticas da cultura ocidental hegemônica.

Para além do complexo cenário que compreendia atender a uma grande quantidade de estudantes e, ainda mais, em séries diferentes, outro revés era agravante: a falta de docentes em número suficiente para suprir a demanda, resultando, não raro, em descontinuidade das aulas por determinado período. Isso porque os auxiliares de ensino vinculados ao SPI poderiam ser transferidos de um posto para outro, tanto à pedido quanto por interesse do órgão tutelar, resultando em períodos de rotatividade de Professores – ou mesmo, falta – bastante evidente nas frequências escolares.

O desafio de lecionar para um alunado tão díspar em idade e séries foi assunto do relatório escolar apresentado em 1960 pela professora Eunice Brandão da Silva:

1ª – Parte: Matrícula, iniciamos, o ano letivo no dia 1º de março do corrente ano, com a matrícula de 56 alunos na seguinte classificação: 2 alunos para exame de

⁷ Museu do Índio. Rio de Janeiro. Frequência Escolar. 1964. BR RJMI SPI-IR4-071-015-17-f3-3v. Caixa 169. Planilha 015.

⁸ Armazém da Memória. São Paulo. Boletim Interno nº 20. 1943. p. 208.

⁹ Museu do Índio. Rio de Janeiro. Frequência Escolar. 1954. BR RJMI SPI-IR4-071-009-25-f1v. Caixa 168. Planilha 009.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



admissão ao Ginário, 3 do 4º - ano, 3 do 3º ano, 4 do segundo ano, 8 do 1º ano A, 16 do 1º ano B e 20 de carta de A.B.C.

Tenho grande dificuldade para ensinar 56 alunos de classe diferente em um só turno, a frequência sempre é de 49 a 50 alunos diário, [...]¹⁰.

Uma solução parcial para o problema da falta de professores foi a contratação de indígenas para ocupar as funções docentes nas escolas. À exemplo, a frequência escolar de junho de 1960 informa: “O aluno Joaquim Manuel Felix que cursou e concluiu nesta escola o Curso Primário, foi designado para lecionar na Escola Cel. Luiz Guedes na aldeia Estiva Velha pertencente ao Patrimônio Indígena”¹¹. Joaquim Felix foi o primeiro indígena, entre os Potiguara, contratado como professor para uma escola do posto, aos 16 anos, tendo concluído o primário na escola Dr. Antônio Estigarribia. De forma semelhante, outros três indígenas foram contratados para lecionar nas escolas do PI, sendo eles Miguel Ciríaco da Silva, Francisca Cassiano Soares, ambos em 1961¹², e Iraci Cassiano Soares, em 1964¹³.

A presença de professores Potiguara é notória de como esses sujeitos se apropriaram dos espaços institucionais da ossatura tutelar, antes ocupados apenas por não-indígenas, reconfigurando a relação simbólica professor-aluno. Se anteriormente eram não-indígenas as figuras *detentoras* e *repassadoras* do conhecimento no espaço escolar, sendo os indígenas alunos que *absorviam* esse conhecimento formal, a presença de professores indígenas configurou-se como o primeiro passo em direção ao rompimento dessa lógica colonialista décadas mais tarde, nas mobilizações por uma educação escolar indígena diferenciada.

410

A educação indígena no pós-Constituição Federal de 1988

A redemocratização do país foi firmada com a publicação da Constituição em 1988, diferente de legislações anteriores, essa conduziu o diálogo com a sociedade na perspectiva de estruturar leis visando a garantia da diversidade. Observando o texto, é notório a preocupação com a inclusão indígena, isso demonstra uma diferença entre outros momentos históricos, como os aldeamentos do período colonial, instituições das das vilas no Brasil imperial e tutela do SPI, entre a primeira República e início da ditadura militar, todos com ambições de integração ou assimilação dos indígenas, a primeira com objetivo de incutir funções de defesa do território nacional, enquanto a segunda induzir o esquecimento da identidade, na intenção de torná-los cidadãos sem especificidades diferenciadas, na busca homogeneização cultural na perspectiva de estabelecer a “civildade” nos povos originários.

¹⁰ Museu do Índio. Rio de Janeiro. Relatório da escola Dr. Antônio Estigarribia. 1960. BR RJMI SPI-IR4-666-024-40-f1. Caixa 183. Planilha 024.

¹¹ Frequência Escolar. 1960. BR RJMI SPI-IR4-071-013-25-f1. Caixa 169. Planilha 013). Frequência escolar em que Joaquim Manuel Felix consta como aluno: Museu do Índio. Rio de Janeiro. Frequência Escolar. 1954. BR RJMI SPI-IR4-071-009-30-f2. Caixa 168. Planilha 009.

¹² Museu do Índio. Rio de Janeiro. Telegrama. 1961. BR RJMI SPI-IR4-666-005-93-f1. Caixa 182. Planilha 005.

¹³ Museu do Índio. Rio de Janeiro. Frequência Escolar. 1954. BR RJMI SPI-IR4-071-009-25-f1. Caixa 168. Planilha 009.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



A Carta Magna não discrimina os indígenas, ao contrário, promove o princípio da diversidade como ponto chave para o desenvolvimento da democracia. Para isso, descreve em muitos artigos a necessidade de resguardar a individualidade das etnias, reconhecendo a “autodeterminação dos povos” (Brasil, 1988, art. 4) e admitindo a

[...] organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. (Brasil, 1988, art.231)

O tratamento dado pela Constituição indica os indígenas como responsáveis pela posse permanente e com uso exclusivo da terra, sendo vetado a remoção a não ser por catástrofe, sendo necessário ser referendado pelo Congresso Nacional (Brasil, 1988). A proteção estabelece a permanência das comunidades tradicionais em seus territórios com prazo de até 5 anos para a demarcação territorial, direito essencial para diminuir os conflitos no território nacional.

Utilizando o parâmetro da carta magna, foi redigida a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira com os princípios de liberdade e solidariedade humana (Brasil, 1996). O documento é responsável pela organização da educação no país, tendo como objetivo a qualidade e gratuidade do ensino público. Ao abordar a educação indígena, o texto cita algumas características que a diferenciam do ensino “regular”, como: o uso da língua materna e processos próprios de aprendizagens, a educação bilíngue e intercultural, na perspectiva de recuperação de suas memórias e valorização das identidades étnicas (Brasil, 1996). No espaço colegial a lei prevê modificações no âmbito regional, assim indica diversas formas de organização escolar como seriada, anual, semestral ou com alternância de período (Brasil, 1996), seguindo o ritmo de acordo com a localidade, além disso, existe o Projeto Político Pedagógico que permite a construção da identidade escolar no contexto comunitário.

Diante da necessidade de implementar a educação indígena, foi homologado o parecer N° 3 de 1999 que fixa Diretrizes Nacionais para a regulamentação das escolas indígenas, detalhando a incumbência dos ordenamentos legais para a União e execução das atividades ao sistema Estadual de Educação. O objetivo incide sobre as modificações da estrutura de funcionamento, pois trata-se de modalidade de ensino diferente, tendo em vista, a valorização do ensino bilíngue e etnicidade, além de estabelecer uma nova categoria profissional de docente, denominada “professor indígena”. A competência dele refere-se à elaboração do currículo, produção de material e ensino bilíngue.

Sua capacitação inicialmente era distinta, porque entendia que sua atuação na comunidade podia gerar engajamento de liderança, assim a formação profissional ocorria concomitantemente à sua própria escolarização (Brasil, 1999), essa medida foi conduzida devido a escassez de profissionais para atuar nas regiões longínquas do país. Somente a partir de 2015, foi firmado nas Diretrizes Curriculares Nacionais destinadas aos docentes indígenas, estabelecendo a necessidade de formação no ensino superior, se possível de uma forma intercultural nas áreas de licenciatura e pedagogia. (Brasil, 2015).

411





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Outro ponto essencial no parecer mencionado anteriormente é a promoção da autonomia no projeto pedagógico, recursos financeiros para manutenção do cotidiano escolar e participação da comunidade nas decisões relativas ao funcionamento da escola (Brasil, 1999). Esse modelo de educação, é um avanço na política pública relacionada aos indígenas, pois garante a individualidade em meio a diversidade de grupos sociais existentes no Brasil. A oficialização dessa modalidade garantiu estabelecimentos de metas no Plano Nacional de Educação (Brasil, 2001), destaca-se a universalização da educação até a 4ª série, sendo posteriormente ampliada da 5ª ao 8ª série, estabelecendo também programas de colaboração dando a assistência em equipamentos didático-pedagógicos.

No âmbito curricular, foi concluído o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas em 1998, o intuito desse documento era auxiliar professores e comunidades indígenas na reflexão de um currículo adequado às estruturas sociais locais, tendo em vista, que o texto não expressa a obrigatoriedade de manual a ser seguido, mas indica possibilidades de discussões a partir dos pontos considerados importantes como:

a) explicitar os marcos comuns que distinguem escolas indígenas de escolas não-indígenas, b) refletir as novas intenções educativas que devem orientar as políticas públicas educacionais para as escolas indígenas brasileiras, c) apresentar os princípios mínimos necessários, em cada área de estudo do currículo, para que se possam traduzir os objetivos que se quer alcançar em procedimentos de sala de aula. (Brasil, 1998, p. 13)

412

É perceptível durante a escrita dos documentos oficiais a preocupação com direitos descritos na Constituição Federal tais como, a autodeterminação dos povos e autogestão, na busca de desenvolver a inclusão e respeito à peculiaridade indígena. Diante desse cenário, é homologada a Base Nacional Comum Curricular, diferente do Referencial Curricular Nacional mencionado anteriormente, essa é normativa, ou seja, deve ser seguida em todo território nacional.

A LDB, no Art. 79 garante o desenvolvimento de currículo e programas específicos, contendo conteúdos relevantes para a comunidade e com apoio para a publicação de material diferenciado (Brasil, 1996). Essa formulação não foi atendida pelo documento que em tese busca “um planejamento com foco na equidade também exige um claro compromisso de reverter a situação de exclusão histórica que marginaliza grupos — como os povos indígenas originários” (Brasil, 2018, p. 15). Porém, o processo de construção do documento não foi totalmente inclusivo, tendo em vista, interesses mercadológicos e recente golpe de Estado proferido no âmbito federal.

A construção do documento da BNCC visa desenvolver competências e habilidades a partir de conteúdos centralizados em todo o país. Sobre os povos indígenas, a Lei 11.645/2008 obriga o ensino principalmente nas disciplinas de artes, história e língua portuguesa, além dessas, o normativo cita informações sobre os povos indígenas em diversas matérias como educação física, geografia, ensino religioso e ciências. Porém, as habilidades postas tratamos como “como artefato da cultura brasileira e não os concebe como povos que criam e recriam suas identidades e culturas.” (Militão, 2022, p.14).





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Seguindo a legislação, os indígenas possuem direitos de desenvolver a autogestão escolar, porém, sem financiamento e estrutura adequada fica impossível prover atividades no cotidiano com qualidade. Segundo os dados do censo de 2022 parte considerável das escolas estão sucateadas e com professores mal remunerados. Atualmente das 178,3 mil escolas de ensino básico, existem 3.541 escolas localizadas em terras indígenas e 3.597 oferecendo a educação indígena (Inep, 2023). As escolas ainda sofrem com a falta de infraestrutura básica, cerca de 30% não tem energia elétrica, 46% sem esgoto, 9% sem abastecimento de água e apenas 33,7% possuem internet (Salomão, 2023). Além dessas fragilidades, quase 74% dos professores são temporários, segundo o censo de 2020 (Salomão, 2023). Essas implicações desfavorecem a construção de uma educação indígena como é descrito nas legislações.

Considerações finais

Nesta pesquisa observamos a história dos povos indígenas, em especial os Potiguara da Paraíba na perspectiva da educação indígena, tendo como contexto histórico a Primeira República e redemocratização, com a Constituição de 1988.

Durante a existência do SPI, os indígenas foram tratados como inferiores, pois, a educação tinha o propósito de reproduzir características da dita civilização, para isso, incluía diversas disciplinas, mas nenhuma com a preocupação em desenvolver sua singularidade cultural, ao contrário, as salas eram compostas com alunos rurais na intenção de civilizar pelo exemplo. Nesse momento também esteve presente as dificuldades relacionadas ao acesso à escola, sendo apenas dois locais destinados com este fim, porém, apenas um com condições de uso minimamente adequado. Outro problema na destinação do funcionamento da escola estava na falta de materiais didático e pedagógico, desse modo, infelizmente a educação indígena buscava enfraquecer a cultura indígena na intenção de torná-los em apenas trabalhadores rurais.

Percebemos diversas mudanças com o advento da carta magna de 1988, como garantia a autodenominação e gestão dos povos, além de desempenhar esforços no desenvolvimento de política pública nacional, destinando materiais didáticos e pedagógicos, garantia da diversidade com o bilinguismo e currículo adaptado às necessidades da etnia. No entanto, é necessário observar que ainda há muito o que se melhorar, com relação a estruturas escolar, com a promoção de materiais didáticos adaptados a história dos povos indígenas, acesso e formação dos professores, sendo eles da própria da comunidade, na intenção de produzir uma educação visando a qualidade e o multiculturalismo.

Referências

BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.454, de 06 de janeiro de 1918.** Fixa as despesas gerais da República dos Estados Unidos do Brasil para o exercício de 1918. Rio de Janeiro, 06 jan. 1918. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1910-1919/lei-3454-6-janeiro-1918-571960-publicacaooriginal-95095-pl.html>. Acesso em: 09 jan. 2024.



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 02 fev. 2023.

BRASIL. **Decreto Legislativo Nº 143**, de 2002. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/seguranca_alimentar/_doc/decretos/2002/PCT%20Decreto%20Legislativo%20no%20143-%20de%2020%20de%20junho%20de%202002.pdf. Acesso em 02 fev. 2023.

BRASIL. **Resolução Nº 1**, de 7 de janeiro de 2015. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECPN12015.pdf?query=373/1997-CEE/MS. Acesso em: 02 fev. de 2023.

BRASIL. **Referencial curricular nacional para as escolas indígenas**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024 : Linha de Base. – Brasília, DF : Inep, 2015.

BRASIL. **Resolução CEB Nº 3**, de 10 de novembro de 1999. Disponível: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb03_99.pdf. Acesso em: 02 fev. de 2023.

BRUM, Argemiro. J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 23 ed. Ijuí/RS: Ed. UNIJUÍ, 1999, 571p.

GAGLIARDI, José Mauro. **O indígena e a República**. São Paulo: Editora Hucitec, 1989. 310 p.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi; SECCHI, Darc; GUARANI, Vilmar. **Legislação escolar indígena**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/vol4c.pdf>. Acesso em: 02 fev. de 2023.

INEP. **Educação em terras indígenas: o que diz o Censo Escolar**. Inep, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/educacao-em-terras-indigenas-o-que-diz-o-censo-escolar>. Acesso em: 02 fev. de 2023.

LIMA, Antonio Carlos de. **Um grande cerco da paz: Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



MILITÃO, Andréia Nunes. **Contrapontos da BNCC para a Educação Escolar Indígena.** Olhar de professor, Ponta Grossa, v. 25, p. 1-17, e-20938.047, 2022.

SALOMÃO, Mateus. **Sem água e energia:** falta de infraestrutura desafia escolas indígenas. Metrôpoles, 2023. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/sem-agua-e-energia-falta-de-infraestrutura-desafia-escolas-indigenas>. Acesso em: 02 fev. de 2023.

SALOMÃO, Mateus. **Quase 74% dos professores indígenas são temporários, apontam dados.** Metrôpoles, 2023. Disponível: <https://www.metropoles.com/brasil/quase-74-dos-professores-indigenas-sao-temporarios-apontam-dados>. Acesso em: 02 fev. de 2023.

Agência Senado. **Congresso derruba veto ao marco temporal para terras indígenas.** Disponível em: [https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/12/14/congresso-derruba-veto-ao-marco-temporal-para-terras-indigenas#:~:text=Um%20dos%20temas%20mais%20pol%C3%AAmicos,quinta%2Dfeira%20\(14\)](https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/12/14/congresso-derruba-veto-ao-marco-temporal-para-terras-indigenas#:~:text=Um%20dos%20temas%20mais%20pol%C3%AAmicos,quinta%2Dfeira%20(14).). Acesso em: 02 fev. de 2023.

RIBEIRO, Jaçanã. **Escrita e poder:** uma leitura do referencial curricular nacional para escolas indígenas. Revista Brasileira de Linguística Aplicada, v. 7, n. 2, 2007.

415



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



OS CONFLITOS POR TERRA NA RIBEIRA DO APODI: ANÁLISES SOBRE A DISPUTA ENTRE A FAMÍLIA NOGUEIRA FERREIRA E A FAMÍLIA ROCHA PITA (SÉC. XVII-XVIII)

José Guilherme Oliveira da Silva¹

Após a expulsão dos holandeses da América portuguesa, o projeto colonizador no atual Nordeste do Brasil foi retomado, desta vez mirando na interiorização do Norte. Como parte (ou expressão) desse processo, na capitania do Rio Grande do Norte, alguns oficiais militares, de altas e baixas patentes, obtiveram grandes concessões de sesmarias por parte da Coroa portuguesa (Monteiro, 2007). Importante iniciar com a explicação de alguns conceitos-base para o entendimento da discussão: sesmarias e sesmeiros. O sistema de capitanias, regulamentado pelas Ordenações Manuelinas e, posteriormente pelas Ordenações Filipinas, dividiu o território da colônia em grandes porções de terras, que foram cedidas a donatários, sendo, conseqüentemente, destes o compromisso de conduzir as capitanias. A divisão de terras por meio das capitanias hereditárias foi titulada de sesmaria, cuja concessão estava condicionada a uma série de obrigações que o sesmeiro, aquele que recebia a sesmaria, deveria cumprir, sob pena de ter suas terras devolvidas à Coroa (Varela, 2005).

A partir da década de 1680, diversas sesmarias foram doadas, de regiões que iam de Ceará-mirim até a ribeira do Assu, e entre os sesmeiros encontrava-se Manuel Nogueira Ferreira e alguns de seus familiares, como João Ferreira Nogueira e Baltazar Nogueira².

No processo de reorganização da administração portuguesa nos territórios que previamente estavam sob domínio holandês, as capitanias voltaram a ser governadas por capitães-mores, que eram nomeados pelo rei de Portugal ou pelo governador-geral do Estado do Brasil, e companhias de infantaria foram designadas para a defesa de vilas e fortes. Para as frentes de conquista do interior foram designados "capitães de infantaria das ordenanças", que eram responsáveis por estabelecer postos avançados de ocupação de terras, por intermédio de guerras contra os indígenas que resistissem à ocupação (Monteiro, 2007). Essas guerras eram então chamadas pelos conquistadores de "guerras justas". Na capitania do Rio Grande, o processo de reorganização teve como consequência a expansão da colonização à regiões até então não conquistadas concretamente, o que significa que não estavam integradas ao território de domínio português nas Américas, além do fato de serem povoadas por grupos indígenas muitos dos quais não eram ainda conhecidos. A expansão ocorria com foco na dominação dos espaços das ribeiras dos principais rios, como é possível deprender-se dos apontamentos feitos por Denise Monteiro:

416

¹ Aluno do curso de História na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Bolsista de Iniciação Científica CNPQ/Proprietária no Laboratório de Experimentação em História Social (LEHS) sob orientação da Prof. Dra. Carmen Margarida Oliveira Alveal; e-mail: guilherme.oliveira4.silva@gmail.com.

² BR SILB RN 0220. Disponível em: plataformasilb.cchla.ufrn.br/sesmaria/482. Acesso em: 24-12-2023.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Assim, no Rio Grande, ao se iniciarem os anos de 1680, oficiais das ordenanças passaram a ser permanentemente designados para frentes de conquista nas "ribeiras" dos rios Ceará-Mirim, Assu, Apodi e Jaguaribe, este último no atual estado do Ceará. (Monteiro, 2007, p. 46)

Os oficiais realizavam o objetivo final da colonização portuguesa e deveriam não apenas guerrear, mas também instituir as bases de núcleos de povoamento europeu, pois se tratava de combater os indígenas e consolidar-se em suas terras. Por isso, junto com as armas, levaram o gado e o necessário à lavoura. Em geral, como recompensa por seus feitos, esses homens à serviço da Coroa conseguiam desta o reconhecimento de sua participação nas batalhas de conquista e a concessão, em sesmaria, de grandes extensões de terra, comumente em áreas por onde passavam combatendo os povos locais. Havia também as situações onde homens que se voluntariaram e enfrentaram os indígenas recebiam patentes militares como recompensa. Foi assim que, no contexto de expedições conquistadoras saídas principalmente da Paraíba com destino ao Rio Grande, Manuel Nogueira Ferreira, por volta de 1680, estabeleceu-se na região da ribeira do Apodi, com lavouras e gado, sendo, posteriormente, nomeado como Capitão das entradas do sertão (Revista do IHGRN, 1920-1921).

No início do século XVIII, a resistência indígena ao processo de colonização já havia perdido muito de sua força. A ocupação do interior da capitania passou a se consolidar, e as terras, previamente ocupadas pelos indígenas, passaram a ser disputadas por diversas figuras que haviam participado de sua expulsão. Diversos senhores presentes em outras capitanias passaram a ter interesse nas terras das Capitanias do Norte que estavam sendo palco das guerras de conquista cujo conjunto viria a ser conhecido como "Guerra dos Bárbaros" (Monteiro, 2007; Puntoni, 2002). Entre os interessados, estava Antônio da Rocha Pita, que possuía terras no Rio Grande por compra feita aos Nogueiras, segundo consta na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.³

Proprietário de uma embarcação licenciada a conduzir viagens ao continente africano em busca de escravos, em 1725, Antônio da Rocha Pita chegou também a ser equiparado aos Ávila, Guedes de Brito, Domingos Afonso Sertão Pedro Barbosa Leal em uma Ordem Régia pelo conselho ultramarino que caracterizava os citados como grandes possuidores de terras na Bahia, e determinava que os mesmos apresentassem, dentro de um ano, os títulos das terras que possuíam e o uso que delas faziam, sob pena de as terem sequestradas.⁴

No início do século XVIII, Antônio da Rocha Pita e Manoel Nogueira Ferreira iniciaram uma disputa judicial por terras de criar gado em diversas regiões do oeste potiguar. A disputa desenrolou-se e, em poucos anos, foi concedida uma sentença favorável a Manoel Nogueira Ferreira, e, como consta em documentos transcritos e publicados pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e presentes no Arquivo Histórico Ultramarino, nas décadas posteriores ocorreram eventos que podem ser analisados para além da mera questão jurídica.

417

³ Revista do IHGRN. Natal, RN: Atelier Typ. M Victorino A. Câmara & C. Volumes XVIII e XIX, ns. 1 e 2. 1920-1921. p. 48.

⁴ Anais do Arquivo Público do Estado da Bahia, v. 6 e 7, p. 124.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



As partes envolvidas: os Nogueira Ferreira *versus* os Rocha Pita

A trajetória da família Nogueira Ferreira no Rio Grande inicia-se na fase primária das Guerras de Conquista na capitania, quando muitas das terras da região estavam sendo distribuídas como mercês àqueles que contribuíram com o processo de expulsão dos holandeses e da exploração e subjugação dos povos indígenas.

José Leite, intelectual do século XX que reuniu documentos sobre a história da cidade do Apodi, afirma em seu livro “Flagrantes das várzeas do Apodi I” que Manoel Nogueira Ferreira, saído da capitania da Paraíba, chegou à região por volta de 1680, fundando com sua família uma povoação no sul da lagoa Apodi. Manuel teria solicitado, em 4 de abril do mesmo ano, junto de outros “povoadores”, a concessão de uma data de sesmaria de três léguas de comprimento com uma de largura para cada. Entretanto, o que se pode averiguar com base na documentação consultada⁵, é que a primeira sesmaria recebida por Manuel foi concedida por Geraldo Suni, Capitão-mor do Rio Grande, em 19 de fevereiro de 1680. Posteriormente, como se pode verificar no Arquivo Público do Estado da Bahia, Nogueira Ferreira foi nomeado Capitão das entradas do sertão “Desde o Syará Grande até a Parayba”, por “ter feito pazes a custa de muito resgate que com eles despendera arriscando sua vida em os domar”⁶. A distribuição de patentes como recompensa por serviços prestados à Coroa foi muito comum no período, e no caso de Manoel Nogueira Ferreira, recebeu a patente como recompensa por ter estabelecido-se na região do Apodi.

De acordo com a edição de revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (1920-1921), a família Nogueira Ferreira entrou em conflito com os mesmos indígenas com quem havia “feito pazes”, como é relatado na carta de patente de Manoel, resultando na morte de Balthasar Nogueira, um de seus integrantes, e assim foram expulsos da região pelos indígenas janduíis. O conflito em que os Nogueira Ferreira estavam envolvidos foi narrado em um panegírico de autoria do capitão Gregório Varela de Berredo Pereira, onde ele homenageia e narra o breve período de um ano em que Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho governou a capitania de Pernambuco. Entre os manuscritos, é narrada a atuação de Câmara Coutinho na nomeada “Guerra do Açú”, relatando que

Há dez anos, pouco mais ou menos, que se começaram a descobrir estes campos [do Açú] (...) No princípio que este sertão se começou a descobrir foram para ele alguns vaqueiros com gado, (...), e estavam vivendo, com os Tapuias com muita paz e amizade pelo interesse que tinham de lhe darem ferramentas de machados e foices. (...) e estando vivendo com esta união, se ateou uma dúvida entre eles, de que resultou matarem-lhe um filho dos principais dos seus, com muita pouca razão da nossa parte. (Revista do IHAGP, 1979, p. 264)

⁵ BR SILB RN0220. Disponível em: plataformasilb.cchla.ufrn.br/sesmaria/482. Acesso em: 22-02-2024.

⁶ Anais Do Arquivo Público Do Estado Da Bahia. V. 4 e 5, p. 165.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



O capitão Berredo Pereira narrou então a falta de apoio do capitão-mor do Rio Grande, afirmando que, ao perceber o pouco cabedal dos conquistadores para o combate e não terem exigências atendidas, os indígenas degolaram “todos os vaqueiros que ali havia”. Pode-se entender que Balthasar Nogueira estava entre as mortes relatadas no elogio solene. A família Nogueira Ferreira, fugindo dos conflitos, retornou à Paraíba e somente voltou à região do Apodi em torno do ano de 1700. No mesmo período, o Alvará de 23 de novembro de 1700 garantiu uma légua quadrada de terra destinada ao sustento de missionários e indígenas, o que posteriormente ficaria garantido por uma Ordem Régia (Lopes, 2005). Pode-se entender que a garantia, por meio da Ordem Régia, de terras para os indígenas sob tutela missionária, além das sucessivas vitórias dos conquistadores nas guerras que estavam acontecendo, fez com que a presença da família Nogueira Ferreira na região se tornasse possível novamente. De acordo com a obra “História de um Engenho do Recôncavo” de Wanderley Pinho, Antônio da Rocha Pita, fundador de sua linhagem, teria nascido em Portugal e vindo ao Brasil junto de seus pais, estabelecendo-se na capitania da Bahia. Natural de Coura, ao vir para o Brasil, trabalhou como ajudante em um engenho, até raptar e se casar com sua prima, que era filha dos proprietários da fazenda em que estava. Em 1691, recebeu a honraria de irmão-ministro da Venerável Ordem Terceira de São Francisco, o que por si só valia como um atestado de fortuna, visto que era um posto ocupado pelos potentados. Segundo a edição de 1921 da revista do IHGRN (1920-1921), que tem uma seção dedicada à história do município de Apodi, Rocha Pita teria conseguido suas terras no Rio Grande por meio de compra feita a Manoel Nogueira Ferreira, porém não foi possível localizar o título desta transação em nenhum dos acervos documentais consultados até o momento. Mesmo não sendo possível atestar a compra, e não sendo localizada nenhuma sesmaria no Rio Grande dada à Rocha Pita, ambas são possibilidades plausíveis (a compra e a concessão), tendo em vista que, mesmo sendo proprietário de muitas terras na Bahia, ele também recebeu uma sesmaria em Pernambuco, como se pode consultar na Plataforma SILB⁷, uma base de dados contendo informações das sesmarias concedidas pela Coroa portuguesa no mundo atlântico. Como a resistência indígena na capitania do Rio Grande havia perdido força e o processo colonizador continuou avançando, as terras conquistadas passaram a ser visadas por muitos daqueles que haviam participado do processo, como alguns sertanistas, missionários, senhores de engenho e sesmeiros de outras capitanias, especialmente Paraíba, Pernambuco e Bahia. Foi nesse momento que a disputa aqui analisada iniciou-se.

419

A disputa pela ribeira

Sobre o início do conflito, José Leite (1991), baseado nas informações contidas na Revista do IHGRN já citada no presente artigo, afirmou que a povoação fundada por Manoel Nogueira Ferreira, após retornar à ribeira do Apodi por volta de 1700, foi a causadora do conflito, fazendo com que Rocha Pita entrasse com embargo contra a ocupação, afirmando

⁷ BR SILB PE0252. Disponível em: plataformasilb.cchla.ufrn.br/sesmaria/1418. Acesso em: 25-02-2024.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



que esta ultrapassava os limites de suas terras. O que consta na transcrição da petição feito ao ouvidor-geral da capitania, é que Rocha Pita afirmou que Nogueira Ferreira “[...] e seus parentes os pretendem perturbar espalhando vaquejadas, edificando povoação em terras próprias, quando devia fazê-los no lado esquerdo da Lagôa do Itaú” (Revista do IHGRN, 1920-1921, p. 48), solicitando pena de duzentos cruzados e degredo cada vez que os limites das posses fossem trespassados. Denise Mattos Monteiro (2007), ao comentar sobre a disputa, afirmou que Rocha Pita tentou expulsar não apenas os Nogueira Ferreira da região, mas muitos dos colonos que lá viviam, por meio da ação de 40 de seus vaqueiros, episódio também comentado por Augusto Tavares de Lyra em sua obra “História do Rio Grande do Norte”, de 1921.

A questão foi entregue ao desembargador Cristóvão Soares Reimão em 1704, e em 1706, foi tomada uma decisão favorável aos Nogueira Ferreira, pelo fato de seu embargante, Antônio da Rocha Pita, não ter provado ocupar as terras pelas quais disputava, nem ter fornecido prova justificativa para não o ter feito. A sentença citava uma sesmaria que teria sido concedida a este Rocha Pita em 1685 na região, além das concedidas aos conquistadores que chegaram à ribeira em torno de 1680, porém, a decisão favorável aos Nogueira Ferreira baseou-se no fato de que, mesmo provando ser concessionário, Antônio da Rocha Pita não provou ter povoado suas terras.

Márcia Motta, ao analisar questões relativas ao sistema de sesmarias, fez duas afirmações pertinentes para a presente discussão: a primeira diz respeito ao fato de que, em muitos litígios, a carta de sesmaria costumava ser utilizada “...para construir um ponto zero na história da ocupação territorial na área da disputa. Ao lançar mão de um documento tão antigo, uma das partes (ou as duas) chama à história como testemunha e consagra - ao menos aos olhos da lei - a legalidade de sua ocupação.” (Motta, 2004, p. 2). Tal situação pode ser vista na sentença proferida, que citou terem sido apresentadas as cartas de sesmaria de ambas as partes, mas quem saiu vitorioso no litígio foi Manuel Nogueira Ferreira. Por qual motivo? A princípio pode-se pensar que a razão da vitória de Manoel Nogueira Ferreira ocorreu pelo fato de ele ter evidenciado uma carta de sesmaria anterior àquela apresentada por seu embargante. Mas tal raciocínio mostra-se equivocado, tendo em vista que, como a própria Márcia Motta (1998, p. 121) afirmou, nas terras coloniais “...a questão não se resumia à necessidade de aproveitamento das terras, mas implicava fundamentalmente ocupar e explorar estas terras, dominá-las enquanto área colonial”. A vitória de Manoel Nogueira Ferreira foi possível, como constatado na sentença, pelo fato de que ele provou ter ocupado as terras que recebeu dentro do prazo de cinco anos, como exigia-se daqueles que recebiam sesmarias. Na revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (1920-1921), na qual os autos do processo foram publicados, é mencionado que, após a decisão do desembargador, Antônio da Rocha Pita apelou para a Casa de Suplicação de Lisboa, porém, o processo não teria retornado.

420



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



As reverberações do conflito

Na revista do IHGRN consta que, após o processo ser levado à Casa de Suplicação, não houve retorno. Diferentemente do que se afirmou nesta, pode-se constatar que o processo foi julgado e uma sentença foi proferida, visto que, em 1752, Antônia de Freitas, descendente da família Nogueira Ferreira, solicitou que o ouvidor-geral da Paraíba fosse juiz privativo e executor da sentença que foi alcançada na Casa de Suplicação. Entre a primeira década do século XVIII, quando Rocha Pita recorreu às cortes superiores, e o início da segunda metade do século, quando foi solicitado que a sentença fosse executada, ocorreram eventos que podem demonstrar a natureza das ações tomadas por Rocha Pita para atingir seu objetivo de aumentar seu cabedal.

Em 1720, Vasco Fernandes César de Meneses, vice-rei do Brasil no período, expediu uma portaria, a pedido de Antônio da Rocha Pita, ordenando que o ouvidor-geral da Paraíba prendesse José Nogueira e seus “sequazes”, referindo-se a seu irmão João Nogueira e cunhados Gaspar de Araújo e Pedro Ferreira Braga, por terem adentrado terras pertencentes aos Rocha Pita na região do Apodi. A ordem de 1720 citava que Antônio da Rocha Pita pediu a prisão ao governador de Pernambuco, que teria aceitado o pedido e mandado o coronel Antônio Barbalho Bezerra a executar, mas no processo “...o dito coronel voltara sentidos do despejo que se lhe fez, se uniram e amotinaram com mais outros agregados”.⁸ A portaria citava então que o Coronel encarregado de executar as prisões teria sido assassinado por José Nogueira, e clamava por punição exemplar dos citados. Obviamente a tentativa de Rocha Pita junto ao governador não funcionou; então, recorria agora a uma instância maior, o próprio vice-rei, para conseguir manter domínio sobre as terras em que estava de posse. Meses após a primeira ordem do vice-rei, em 1721, foram enviadas duas cartas no mesmo dia para o ouvidor da Paraíba, questionando o motivo do não cumprimento das ordens de prisão de José Nogueira e seus “sequazes” pelos roubos e mortes que supostamente teriam cometido nas fazendas de Antônio da Rocha Pita. O vice-rei chegava a questionar o motivo pelo qual o ouvidor não prendeu os acusados nem mesmo quando era pública a notícia de que eles estavam na cidade da Paraíba durante um período de tempo, insinuando inclusive que o ouvidor estaria ajudando os acusados.⁹ Em novembro de 1721, as prisões foram cumpridas, um ano após a primeira ordem, o que pode ser um demonstrativo da colisão de forças opostas: de um lado, existe a possibilidade de José Nogueira, João Nogueira e Gaspar de Araújo terem usado de suas influências para impedir de serem presos, o que pode ser observado na carta onde o vice-rei insinua haver uma relação entre o ouvidor e os acusados, pelo não cumprimento da prisão; de outro, Antônio da Rocha Pita, poderoso senhor de

421

⁸ Ordem do vice-rei para o ouvidor geral da capitania da Paraíba sobre as prisões que requereu Antônio da Rocha Pita. Documentos Históricos (RJ), 1928 a 2012. Ano 1946, ed. 085, p. 57.

⁹ Portaria para o coronel Francisco Alves Feitosa prender a José Nogueira, e a outros que o acompanham. do mesmo teor se passou outra ao comissário Lourenço Alves Feitosa para o dito efeito. Documentos Históricos (RJ), 1928 a 2012. Ano 1945, ed. 069, p. 306.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



terras na Bahia, usou de sua posição para conseguir que o vice-rei fizesse cumprir prisões que o beneficiaram.

O parentesco entre Manoel Nogueira Ferreira, que havia falecido em 1715, e os acusados por Antônio da Rocha Pita não foi possível de ser confirmado, mas o fato de Rocha Pita ter usado sua influência para que o vice-rei do Brasil ordenasse a prisão de pessoas no sertão da capitania do Rio Grande mostra que os interesses dele pelas terras continuavam, mesmo após a decisão final do processo não sendo favorável a si.

Rocha Pita faleceu em 1725, e logo após sua morte, sua viúva e herdeiros iniciaram o processo para herdar seus bens, e lutaram nos anos seguintes para conseguirem por sesmaria as terras do Rio Grande que haviam sido disputadas pelo patriarca da família. Com base em correspondências trocadas entre o vice-rei Conde de Sabugosa e o rei D. João V sobre as petições de sesmaria dos herdeiros, sabe-se que a sentença de Cristóvão Soares Reimão foi confirmada na Casa de Suplicação, e Antônio da Rocha Pita perdeu todas as terras de que estavaria de posse, com exceção de três sítios, o que não o impediu de agir contra diversos moradores da região nos anos que se seguiram. A ação de grandes sesmeiros contra pequenos proprietários vem sendo amplamente discutida na historiografia recente, com um dos principais trabalhos de Carmen Alveal (2022) analisando casos de grandes proprietários, como os Ávila e os Guedes de Brito, que utilizam de suas conexões para ampliar suas propriedades, intimidando pequenos sesmeiros e posseiros por meio de procuradores e em casos extremos, utilizando a violência. O histórico de ações da família Rocha Pita certamente se assemelha aos casos analisados por Alveal, tendo em vista as sucessivas vezes em que Antônio da Rocha Pita tentou expulsar moradores das terras que considerava suas na ribeira do Apodi, utilizando seus vaqueiros, embargando uma povoação e posteriormente recorrendo a diversas autoridades para prender possíveis parentes de Manoel Nogueira Ferreira.

Os herdeiros de Rocha Pita, posteriormente, não apenas pediram os três sítios por sesmaria em petição ao Rei, mas incluíram nesta todas as terras sobre as quais não tinham direito, ignorando o procedimento de pedir primeiramente ao capitão-mor da capitania onde as terras localizavam-se, conseguindo a concessão e causando alguns litígios de jurisdição entre autoridades coloniais como o vice-rei e o capitão-mor do Rio Grande.¹⁰

Considerações finais

As análises aqui contidas são apontamentos iniciais de uma pesquisa em andamento. O conflito analisado ocorreu durante um período de no mínimo 50 anos, tendo em vista as datas dos documentos consultados. Logo, as observações aqui presentes carecem de um aprofundamento discursivo, almejando uma compreensão mais rebuscada do objeto de

¹⁰ AHU_ACL_CU_018, Cx. 2\Doc. 138 (1)





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



pesquisa, com base na historiografia que versa sobre a realidade dos conflitos agrários do período colonial.

Dado o exposto, podemos concluir que o processo de territorialização e colonização do Rio Grande do Norte foi envolto de conflitos de diversas ordens, sendo estes, no caso analisado, de ordem política e social. Inicialmente, como foi descrito, os conflitos ocorreram entre indígenas e conquistadores, tendo como exemplo os problemas surgidos entre Manoel Nogueira Ferreira e os grupos indígenas que ele havia subjugado. Posteriormente, os conflitos ocorreram entre os próprios agentes da colonização, que disputavam as terras que haviam conquistado, podendo servir de exemplo o litígio entre Manoel Nogueira Ferreira e Antônio da Rocha Pita, que se estendeu por décadas, passando por diferentes instâncias da justiça colonial, e envolvendo distintas autoridades e poderes que estiveram em embate durante todo o processo de colonização e fixação portuguesa no território que hoje é o Brasil.

Referências

ALVEAL, Carmen. *Senhorios coloniais: direitos e chicanas forenses na formação da propriedade na América portuguesa*. Niterói: Editora Proprietas, 2022.

ALVEAL, C. M. O. SENHORES DE PEQUENOS MUNDOS: DISPUTAS POR TERRAS E OS LIMITES DO PODER LOCAL NA AMÉRICA PORTUGUESA. *Saeculum*, [S. l.], n. 26, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/srh/article/view/15033>. Acesso em: 28 fev. 2024.

LEITE, José. *Flagrantes das várzeas do Apodi I*. Mossoró: Coleção Mossoroense, 1991, vol. DCXXXI, série C.

LOPES, Fátima Martins. *Em nome da liberdade: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o diretório pombalino no século XVIII*. 2005. 699 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Recife, 2005.

LYRA, Augusto Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*. 3. ed. EDUFRN: Natal, 2008.

MONTEIRO, D. M. *Introdução à História do Rio Grande de Norte*. 3. ed. Natal: Editora da UFRN, 2007. 217p.

MOTTA, Márcia. *Nas Fronteiras do Poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro/Vício de Leitura, 1998.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



MOTTA, Márcia. Sesmarias e o mito da primeira ocupação. **Justiça & História**, Rio Grande do Sul, v. 4, n.7, p. 61-83, 2004.

PEREIRA, Gregório Varela de Berredo. Breve Compêndio do que vai obrando neste governo de Pernambuco o Senhor Governador Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, Comendador das Comendas de São Miguel de Bobadela, Santiago de Bonfé, São Salvador de Majorca, Almotacé-mor do Reino e Governador das Capitanias de Pernambuco. In.: **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, vol. LI, Recife, 1979, p. 258.

PINHO, Wanderley. **História de um Engenho do Recôncavo**: matoim, novo caboto, freguesia (1552-1944). 2. ed. Brasília: Ed. Nacional, 1982.

PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros**: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2002.

Revista do IHGRN. Natal, RN: Atelier Typ. M Victorino A. Câmara & C. Volumes XVIII e XIX, ns. 1 e 2. 1920-1921.

VARELA, Laura Beck. **Das sesmarias à propriedade moderna**: um estudo da história do direito brasileiro. Rio de Janeiro, Renovar, 2005.

424



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



JEAN VALJEAN DE “OS MISERÁVEIS”: A QUESTÃO DA POBREZA

Gustavo Moraes Arantes Segatto¹

Introdução

Victor-Maire Hugo (1802-1885) foi um dos grandes romancistas do século XIX. Filho de general napoleônico e mãe monarquista e católica, Victor Hugo construiu sua visão política em meio a sua criação. Durante o início de sua vida, Hugo teve ideais monarquistas e religiosos, se perdendo com o tempo. Posteriormente após seu exílio na Bélgica, Victor Hugo transforma os seus ideais se tornando um liberal republicano, e apoiando a eleição de Napoleão III. Arrependendo-se, posteriormente, de suas escolhas políticas se tornando opositor a Napoleão e ao Bonapartismo. Essas mudanças de visões e ideologias são presentes em seu livro “Os miseráveis”, que será objeto de estudo deste artigo.

Hugo opta por utilizar a França, no período durante e pós-revolução francesa (1789), para a ambientação de sua obra. E isso nos remete a uma questão: o que gerou tanta angústia e sentimentos para que Victor Hugo escrevesse uma obra dessa proporção?

Uma das respostas remete ao fato que a Revolução Francesa, dentro da lógica da ideologia iluminista, ter sido uma importante revolução burguesa do mundo moderno, responsável por diversas transformações políticas, sociais, econômicas e culturais

425

(...) a Revolução Francesa – que, talvez mais do que qualquer outra, tem sua história escrita em termos ideológicos. Isso possui amplo significado historiográfico, visto que a Revolução é o centro estratégico da história moderna. Sua interpretação é fundamental para a compreensão tanto da época de mudança social que a precedeu, como do período - em relação ao qual nos afastamos dois séculos - de revolução que a sucedeu. (COBBAN, 1989, p. 16)

Basicamente, temos a defesa de uma visão liberal pela burguesia emergente, e a necessidade das massas. A revolução é um período de crise aguçada, aumento da miserabilidade e exploração. Ao mesmo tempo acirramento do poder dos nobres que gera cada vez mais insatisfação e descompasso com a ascensão do capitalismo.

Com o decorrer da revolução francesa, a grande massa, que já estava passando por grandes dificuldades, acaba tendo contraditoriamente aproximação com a burguesia, que segundo Albert Soboul (2003), um dos maiores especialistas sobre a revolução, afirma:

(...) esta vitória das massas populares não poderia ser senão “uma vitória burguesa”: a burguesia só aceitou a aliança popular contra a aristocracia porque as massas a ela se subordinaram. Em caso contrário, a burguesia teria verossimilmente renunciado (...) (SOBOUL, 2003, p. 17).

¹ Mestrando de História na área de Culturas, Fronteiras e Identidades na Universidade Federal de Goiás. gustavo.mas.3@gmail.com





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Dentro desse contexto de pobreza e revolução, encontramos o cenário do livro de Victor Hugo. A obra narra a história de vida de Jean Valjean a partir do momento de sua prisão, por volta do ano 1796.

Tratando-se de um período revolucionário, tal como o período deste estudo, vale destacar que não se intencionava com a revolução o fim da pobreza e da injustiça social. A burguesia enquanto classe revolucionária toma o poder para si, efetuando reformas dentro de seus próprios interesses de classe, o que não incluía as massas.

Tendo isto em vista, esse trabalho analisa a pobreza como fenômeno social na França narrada em os “Os Miseráveis”, utilizando como objeto de estudo o personagem principal Jean Valjean. Procura-se aqui compreender a representação da pobreza, na sociedade burguesa, realizada pelo autor. Para tal, inicia-se com o debate sobre o uso da literatura como fonte de pesquisa histórica. Posteriormente, há uma breve exposição sobre a obra e sua importância, apresentando o personagem de Jean Valjean e a trama que compõe a obra.

Jean Valjean e a pobreza

Para a análise da obra de Victor Hugo é importante lembrar que o historiador analisa o real, os acontecimentos, os fatos, relacionados ao tempo e as experiências humanas. Assim, como trabalhar uma fonte ficcional? O autor é um personagem ativo da história, que faz uma reavaliação de sua memória, para a aplicação da escrita. Le Goff percebendo o autor dotado de memória, explicita em sua episteme que “O poeta é, pois, um homem possuído pela memória, o *aedo* é um adivinho do passado, como o adivinho o é do futuro.” (LE GOFF, 1990, p. 439).

Dentro da criação advinda da memória do autor, o texto literário nunca vem sozinho, não é pensado como um texto solto, mas sim possui uma dada narrativa, contexto, intenções, estrutura. O objetivo do historiador é tirar o máximo possível de informações daquela obra, e buscar, sempre, informações que constituam o todo da obra.

Por mais que o autor seja o criador e procura retratar à sua maneira, sempre cabe na análise histórica desvelar, interpretar o narrado em relação ao seu tempo, contexto, intenções. Ao analisar a obra, o objetivo do historiador não é a busca do real, mas sim analisar as questões ali postas sobre um determinado tempo e temas. Borges (2014) faz uma análise sobre a forma que o historiador deve observar o literato e transformar isso em conhecimento científico.

Sendo a literatura uma forma de ler, interpretar, dizer e representar o mundo e o tempo, possuindo regras próprias de produção e guardando modos peculiares de aproximação com o real, de criar um mundo possível por meio da narrativa, ela dialoga com a realidade a que refere de modos múltiplos, (...) confirmar o que existe ou propor algo novo, a negar o real ou reafirmá-lo, a ultrapassar o que há ou mantê-los. (BORGES, 2014, p. 98-99).

Ao usar a literatura como fonte, não buscamos a “realidade” tal como ela é, mas sua forma subjetiva de uma dada interpretação do tempo do autor, quem ele representa e como busca



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



dialogar com a suas experiências e visão de mundo. A partir do momento em que nos apropriamos da sua leitura, já operamos também a transformação das intenções iniciais da obra.

A literatura deve ser tratada como um documento a se ter lido, analisado e interpretado à luz do seu tempo, produção, autoria. Diferente de uma análise puramente emocional, a interpretação histórica requer colocar a obra em diálogo com seu tempo e contexto. Pesavento (2006) demonstra que a fonte literária é privilegiada quando analisada, devido a sua carga substancial do ponto de vista do escritor, a qual permite a análise de pontos antes invisíveis em outros ambientes de estudo, com isso

A literatura é, pois, uma fonte para o historiador, mas privilegiada, porque lhe dará acesso especial ao imaginário, permitindo-lhe enxergar traços e pistas que outras fontes não lhe dariam. Fonte especialíssima, porque lhe dá a ver, de forma por vezes cifrada, as imagens sensíveis do mundo. A literatura é narrativa que, de modo ancestral, pelo mito, pela poesia ou pela prosa romanesca fala do mundo de forma indireta, metafórica e alegórica. (PESAVENTO, 2006, p. 7).

A literatura como fonte, portanto, apresenta-se como um instrumento rico para a compreensão da nossa sociedade, não só de acontecimentos históricos, mas também das emoções, desejos, sensibilidades, dores e alegrias que constituem personagens e a existência de todos os seres humanos. Isso se transforma de acordo com o tempo e experiências dos leitores, e por isso, não se trata de uma representação da verdade absoluta, mas de uma dada interpretação do real.

Para falar da obra e suas personagens, também se faz necessário entender o que foi o movimento romântico, expressão de uma época, e suas características. Cândido (2005) diz que no romantismo o artista buscava, por meio de seu texto, romper com algumas tradições seculares, criar formas e interpretar a realidade com base em outros elementos.

Por isso, é costume dizer que o Romantismo estabeleceu a liberdade de criação literária, abolindo a servidão às tradições. Houve, portanto, uma inversão de concepções, porque os autores passaram a interpretar o presente por meio de recursos expressivos modernos, como foram a mescla de gêneros ou o romance em prosa de toque realista, que vinha de antes, mas só então se desenvolveu e adquiriu a dignidade de gênero de primeira plana. (CANDIDO, 2005, p. 137).

O autor romântico, então, está inserido no contexto de sua história, ele é o narrador dentro de algo próximo a ele, podendo colocar seus pontos de vista, suas ideias e transpor isso para as personagens de seu livro, fazendo assim uma crítica parcial, por meio de suas experiências do real vivido.

Nesse contexto é importante perceber o autor como produtor de seu tempo e produto do seu tempo, o objetivo crítico está exposto na obra por meio da sua escrita e os seus pontos de vida, de acordo com Santos (2015):





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



(...) o artista do romantismo, mais do que ninguém, encontra-se imerso na vida sociopolítica de seu entorno e se vê em uma posição de desconforto, de descompasso com esta, de rebeldia e contestação. Também por estas questões sua obra apresenta seu não-lugar dentro de uma sociedade que não o reconhece, nem tampouco é aceita por ele. (SANTOS, 2014, p. 14).

Victor Hugo nos demonstra o seu tempo por meio de suas palavras e seu personagem principal Jean Valjean. A abordagem de Hugo começa ao apresentar que antes de sua prisão e dos abusos sofridos, Jean era uma pessoa comum, um trabalhador da época. Um homem pobre que havia perdido os pais e, de família, só lhe restava a irmã e seus sobrinhos, morando todos em uma pequena casa na França. Cabia a ele apenas a sobrevivência. Devido a esse período turbulento enfrentado na França, mal conseguiam sobreviver, tampouco emprego. Daí ocorre o fato que o assombrou durante toda a sua vida: sua prisão. Este seu ato vai gerar na narrativa a crítica à situação de pobreza e ao Estado repressivo.

O objetivo de abordagem acerca da pobreza é demonstrar ela vista de maneira ampla, ou seja, a falta de recursos para se viver com dignidade e, para além disso, de condições de se realizar como ser humano em sua plenitude. Assim, vemos a pobreza explorada no contexto de Crespo e Gurovitz (2002) sendo resultante na exclusão da sociedade. O ser humano é ejetado da sociedade quando a não participação do básico como cidadão, algo que a pobreza extrema o limita, sendo assim, o conceito de pobreza se detém como a “privação da vida que as pessoas realmente podem levar e das liberdades que elas realmente têm.” (CRESPO e GUROVITZ, 2002, p. 6). Hugo coloca Valjean representado nessa perspectiva, o personagem ao presenciar situações extremas demonstra a transição, ao dividir espaço com a violência o homem se embrutece.

Dada a morte de seu cunhado devido aos diversos problemas da época como a baixa salubridade nas residências, a carência alimentícia e as altas cargas horárias de trabalho que culminaram em uma doença, a única forma de gerar renda para a família fora por meio do trabalho braçal, pois Jean não havia tido a oportunidade de estudo. Originam-se assim outros meios de sobrevivência, e isso define seu pertencimento enquanto classe:

No que tange ao bem-estar físico, são de grande importância para os pobres a boa saúde, a força e a aparência. O corpo é o principal ativo das pessoas pobres e ele não está segurado. Se ele se deteriora, a fome e a pobreza se seguem (...). A restrição alimentar e a doença não só causam dor, mas enfraquecem e desvalorizam o “ativo”. (...). Portanto, a doença pode levar uma família imediatamente à pobreza. (CRESPO e GUROVITZ, 2002, p. 10).

Jean, ao se deparar com a situação de sua família, e ao ter uma das pessoas também responsáveis pela geração de renda falecer, busca de todas as formas alimentá-los, porém, não consegue êxito.

Valjean, em busca de alimento, procura todas as formas possíveis para isso, e é quando, em meio ao desespero ao voltar de sua caça com sua arma nas costas e sem alimento, resolve roubar um pão e é capturado pela polícia. Assim, a partir disso, a trajetória de Jean é





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



totalmente alterada, sendo levado para trabalhos forçados nas galés, perdendo contato com sua família.

Com isso, apresenta-se um novo cenário, esse é responsável por toda a mudança de quem Valjean será futuramente. Começando pela perda de seu nome, sendo apenas tratado como o número 24601. A partir daí Victor Hugo transforma a personagem, que passa a ser mais agressiva, fisicamente mais robusta e que ao vivenciar o que de pior a sociedade tem a oferecer, torna-se mal:

[...] A prisão forja o prisioneiro. Tomem nota disso, se quiserem. Antes de ir para as galés, eu era um pobre camponês, muito pouco inteligente, uma espécie de idiota; a prisão me transformou. De estúpido, tornei-me mau; de lenha, tornei-me brasa. Mais tarde, a indulgência e a bondade me salvaram, do mesmo modo que a severidade me perdera. (HUGO, 2014, p. 321).

Após sua saída da prisão, a sociedade que Jean enfrenta o faz perceber que, a partir daquele momento, nunca mais seria tratado como um igual. Após ser preso e perder todos os seus direitos, durante e após o período de reclusão, tornou-se obrigatório apresentar seu passaporte amarelo todas as vezes que o fosse pedido. Uma marca de pena eterna, desenvolvendo o processo social de exclusão.

Durante esse período, Valjean passa por diversas formas de repressões contra um cidadão: como a exploração do trabalho quando ao ser menor remunerado devido ao seu passado de forçado; e a expulsão de locais quando buscava amparo para dormir ainda que possuísse dinheiro para pagar por abrigo e comida. Uma decadência moral apresentada pelo autor de diversas maneiras. Silva e Passos (2018) analisam a utilização do passaporte amarelo como algo delimitador do futuro de Jean Valjean na obra. Lembrando que ao apresentar agora um documento não comum, Jean está fadado a ser tratado diferente do convencional, se vê expulso de locais e a sua exploração é maior, devido a falta de opção.

429

Naquele contexto, na ausência de meios de comunicação de massa, o principal veículo das informações a respeito do passado delituoso de Jean Valjean é, conforme exposto anteriormente, o seu “passaporte amarelo”. A imposição do porte obrigatório de um documento de identificação diferenciado é o mecanismo que dá a todos a possibilidade de tomar conhecimento acerca do passado de seu portador, com informações sobre seu crime, sua pena e até mesmo sua suposta “natureza perigosa”. Como se depreende das passagens supramencionadas da obra, apresentar tal nefasta documentação a terceiros possui, pode-se dizer, o mesmo efeito que o estender de uma mão de um leproso. As pessoas automática e instintivamente enchem-se de receios, medo e, sobretudo, preconceito. (SILVA e PASSOS, 2018, p. 58-59).

Então, por mais que estivesse livre na visão da sua reclusão nas galés, Jean estava preso ao passaporte amarelo que o marcava como um ser perigoso, sem direitos devido ao crime que





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



cometera. Hugo nos mostra que apesar de solto, a pena se mostrava de fato perpétua, pois a sociedade o rejeitaria e aproveitaria de sua situação pelo resto de sua vida.

Após liberto, ocorre a sua segunda transformação pessoal, após a sua passagem pela casa do Monsenhor Bienvenu, momento em que Jean aos poucos começa a buscar a redenção. No entanto, durante esse processo, ainda ocorrerá deslizos que remetem ao seu período anterior, o primeiro é roubar a prataria da casa de Bienvenu e fugir, sendo capturado pelos policiais e levado de volta a casa do Monsenhor. O padre mente aos policiais, dizendo ter sido um presente para o ex-prisioneiro, e ainda lhe entrega mais alguns objetos de prata. Isso causa grande espanto e reflexão sobre os rumos da sua vida. O segundo ato, que gera profundo arrependimento, ocorre quando viajando para outra cidade onde recomeçaria a sua vida. Jean encontra uma criança, assusta-a e a rouba. Neste momento, Jean se percebe com estranheza, já não se reconhece, e como aquilo era fruto do que viveu até ali e como a sociedade o define, acontece assim a nova transformação da personagem.

Da miséria com a família e anos na prisão, após ser ajudado por Bienvenu, vê-se obrigado a mudar de cidade e de nome, passará a ser conhecido como Madelaine. Esse nome é escolhido pelo autor para apresentar a redenção da personagem, assim como a Madalena da bíblia. Pereira (2020) faz um estudo acerca das personagens do livro e caracteriza a transição entre passado e futuro, como a iluminação da vida e a nova perspectiva de mundo gerada pela esperança trazida pelo Bispo em sua história.

430

Não há possibilidade de permanecer inabalável diante desse “clarão” imposto pelo agir do bispo. Essa luz dissipa todas as sombras, expressando uma virtude agressiva, arrebatadora não simplesmente por provocar deslumbramento, mas por atacar o mal. Disso origina a transformação do herói, fundamental para transformar a própria narrativa: “tudo nele mudara”. Essa mudança, metafórica pela luz que dissipa as trevas na consciência, é comparada a uma reação química de “clarificação”, isto é, de purificação (da alma). Assim, o roubo contra Gervais configura o último gesto de maldade do condenado e marca o encerramento do próprio mal nele presente. Jean Valjean eleva-se ao absoluto: é preciso superar o infortúnio sofrido para aceitar e praticar o perdão e a bondade do bispo, o que inaugura a sua trajetória de santificação por meio da contemplação. (PEREIRA, 2020, pág. 139).

Valjean agora busca mudar a sua concepção acerca do mundo e com isso encontra um novo local que o coloca em disposição para isso. Ao buscar um novo local para recomeçar a vida, Jean encontra uma cidade e realiza um ato de sacrifício: o resgate de pessoas que estavam em uma casa em chamas. Assim, agora na cidade não há preocupação com quem ele já foi. Seu passado pouco importa para os residentes, ele se provou por meio de seu ato.

Jean agora se nomeia como Madelaine, ao se apresentar ao povo, essa alcunha permite com que seu passado possa ser apagado ao povo. Jean desenvolve na cidade e se torna um pequeno Burguês. Essa transformação é quando aqui vemos um personagem reintegrado que, apesar de todas as adversidades, de ter sido embrutecido e animalizado, injustiçado e de perder tudo, recebe ajuda de um integrante da Igreja, reconstrói sua vida em um outro lugar, escondendo





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



sua identidade, mudando de nome e de classe social. Em Montreuil-sur-Mer, ele abraçou essa segunda chance, não sendo mais Jean Valjean ou 24601. De acordo com Gomide (2014), em seu estudo sobre as transições de nomes na obra, a representação de Jean Valjean para Madeleine representa um recomeço para a obra, do arrependimento para o desenvolvimento de uma nova vida, o que futuramente permitiu que evoluísse socialmente e se torna um Maire da cidade, espécie de administrador ou prefeito.

Sob o nome Madeleine vemos, portanto um homem que se acha um pecador arrependido e que se esconde atrás da personagem bíblica. E com este nome ele faz uma gestão pacífica de empresário e torna-se Maire da cidade – administrador local, espécie de prefeito –, depois de ter recusado esta honraria dada pelo rei, duas vezes. (GOMIDE, 2014, pág. 61).

A personalidade de Madelaine é retratada em busca de fazer o bem ao povo, e sempre está disposto a se sacrificar pela sociedade. Chegando assim ao ponto do livro, de outra transição da personagem, e de outra construção para Jean Valjean, retratando-se com Fantine e demonstrando compaixão pela mesma ao prometer dar uma vida digna à sua filha. Com essa postura de redenção, Valjean sacrifica a sua nova identidade para praticar o bem em duas ocasiões.

O primeiro sacrifício é tomado durante um acidente com o jardineiro Ultime Fauchelevent, que o expõe para Javert, personagem antagonista da história, consumado na representação dos desgostos de Victor Hugo para sua realidade. Gomide em seu estudo, transcorre sobre a personalidade de Javert como antítese de Jean Valjean, sendo ele responsável pela descoberta do passado de Jean.

Assim, uma nova personagem nos é apresentada, filha das mesmas ruas francesas do século XIX, inspirado em Vidoq – chefe da polícia napoleônica e produto das classes miseráveis. Essa personagem é a antítese de Valjean: “Ninguém deixará de notar que Hugo pretendeu forjar o parentesco entre o homem da lei e o fora da lei – estas duas classes de homens que a sociedade mantém irremediavelmente fora de seus limites–, pela simetria inversa dos fonemas” (VJ e JV) (LANOT et al, 2002, p. 239). (GOMIDE, 2014, p. 62).

O segundo sacrifício é no momento que percebe que outra pessoa pagaria por seus crimes, sendo punido com a morte por isso. Em um grande embate moral, tem que decidir se mantém anonimato e permite que outra pessoa responda por seus crimes, libertando o protagonista de suas pendências perante a polícia para sempre, ou iria se entregar. A decisão tomada aponta para a sua real transformação: nesse ato ele assume a justiça como valor ao invés da vingança.

Aquí, as palavras do herói adquirem a força de uma denúncia contra a penalidade: a pena severa dos trabalhos forçados significa a expressão de uma ordem social essencialmente injusta, sobretudo diante do furto de um pão. A punição desproporcionada, que equivale à injustiça, transfigura o sujeito: transfiguração





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



assinalada na imagem da lenha que se torna brasa. E a prisão torna-se o espaço onde se cria o criminoso, na medida em que engendra o mal e o desejo de vingança, que somente foram aplacados no protagonista graças ao altruísmo e ao perdão do bispo. Na caminhada para se tornar um justo, a confissão-denúncia de Jean Valjean figura um gesto duplo pela justiça – evita que um inocente seja condenado em seu lugar e apresenta a injustiça da pena. (PEREIRA, 2020, p. 154).

Antes de ser preso, ainda como Madelaine, volta para Montreuil-sur-Mer para ver Fantine, que já está muito doente e tenta concluir o último desejo dela: recuperar Cosette e dar uma vida melhor para filha. É nesse cenário que Javert chega ao local e prende Jean Valjean.

Jean/Madelaine volta a se tornar um prisioneiro e seu nome volta a ser apenas um número, sendo tratado agora como 9430, perdendo novamente a sua identidade como pessoa, voltando a ser parte dos miseráveis. Essa transição identitária é explorada para colocar uma dualidade entre personificação e número abordada por Victor Hugo. Gomide diz “(...) que Victor Hugo coloca um homem dividido em duas metades de vida – uma livre, como Jean, outra presa, como um número.” (GOMIDE, 2014, p. 59)

Hugo trabalha mostrando situações para comprovar os reais valores de Jean ao longo da trama, nessas diversas ocasiões e circunstâncias que são apresentadas, uma em específico é a sua fuga da prisão. Valjean se encontra preso novamente, executando trabalhos forçados, em alto-mar, ao ver um dos prisioneiros cair na água, Jean se joga ao mar para salvar a pessoa que havia caído, conseguindo salvá-la e aproveitando a oportunidade para fugir. Então, é tido como desaparecido pelos guardas presentes.

Valjean, ao fugir das galés, iniciará uma outra fase da sua vida, recuperando seu dinheiro que havia escondido, partirá em busca de Cosette para realizar o prometido à Fantine. Acontece, então, o primeiro encontro entre o protagonista com os Thénardiens que vendem Cosette para Jean.

Vê-se, agora, a fuga de Valjean e Cosette da polícia, pois os dois são encontrados por ela ao sair da residência dos Thénardiens. Passada a cena, Valjean se mudará para Paris trocando assim, seu nome para Leblanc, “Ele agora é o respeitado senhor Leblanc. (“O branco”, o sem passado).” (GOMIDE, 2014, p. 64), morando em uma casa escondida nas ruas Parisienses.

Nessa nova fase, Valjean se torna uma espécie de pai para Cosette, sendo responsável por esconder o seu passado e dar a qualidade de vida que Fantine o havia pedido. No fim do livro, um novo personagem aparece e será responsável pelos desenrolares políticos mais explícitos até então.

Ao desenrolar da trama Marius, que se apaixona por Cosette se torna um dos motivos de, novamente, Valjean ter que trocar seu nome e mudar de casa futuramente, devido a Marius passar a segui-la nas ruas Parisienses. Jean, acreditando ser algo relacionado a Javert, tenta fugir do perseguidor. Porém, Marius é na verdade o filho de uma família rica, que devido aos embates políticos com seu avô, deixara de receber sustento e é obrigado a morar em locais miseráveis, como um cortiço que possuía nome de Casa Gorbeau.

432





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Marius, assim, tem acesso ao que antes ele nunca tinha visto: a pobreza, que muito menos tinha vivido. Convivendo com os miseráveis, ele percebia e sentia a realidade da maior parte da população parisiense, transformando assim a sua forma de reparar no mundo que o cercava. Marius se torna um jovem idealista liberal e revolucionário. Martins (2017) desenvolve a interpretação da personagem de Marius dentro da perspectiva crítica de Hugo. A pesquisa remete o desenvolvimento decorrer de uma perspectiva de incapacidade perceptível (optativa ou não) da sociedade, explícita pelas camadas mais ricas sobre a consciência da miserabilidade de seu povo, visto que a sua classe e o seu mundo giravam em torno de sua própria bolha social.

É possível transpor esta observação do autor para o cenário social da época: Marius era um estudante de família abastada, mas que, por desentendimentos políticos, não mais recebia financiamento de seus parentes. Não havia, portanto, nascido sem recursos ou enfrentado dificuldades financeiras antes. Ao entrar em contato com a verdadeira miséria, com pessoas maltrapilhas e esquecidas que na verdade são os vizinhos que ele nunca havia reparado, Hugo faz uma crítica à própria sociedade, que muitas vezes não vê (ou finge não ver) a miséria que se encontra ao seu lado. (MARTINS, 2017, p. 58)

A análise abordada fundamenta a relevância dos detalhes de lutas sociais exploradas por Victor Hugo em sua obra. A classe dominante não via ou não se fazia ver dos maiores problemas do seu tempo para manutenção do *status quo* que era benéfica a si.

Paris vive as insurreições revolucionárias, ocorrendo nas situações de desfecho que determinam o fim da trama. Primeiro, o perdão de Jean ao seu algoz Javert que, ao se infiltrar nas barricadas fingindo ser um revolucionário, é descoberto e seria morto por essa ação. Porém, Javert é salvo pelo protagonista, surpreendendo seu perseguidor e representante do Estado repressor na trama. Isso causa profunda confusão no representante da lei que, sempre rigidamente fiel às regras sem nenhuma leitura da realidade e sempre muito desumanizado nas suas ações, depara-se com uma situação que não sabe lidar. O prisioneiro que ele sempre perseguiu foi responsável por salvar a sua vida mostrando compaixão e perdão, sentimentos que ele sempre foi incapaz de sentir e “Pela primeira vez, Javert está em uma situação na qual ele desrespeita a lei. Seu conflito interior leva-o ao suicídio, saltando para o rio Sena.” (GOMIDE, 2014, p. 64).

Segundo, Jean, o herói, salva o idealista Marius quando desacordado nas barricadas, agora casado com Cosette e revela a ele sua verdadeira história. Hugo transmite a ideia da liberdade de Valjean nessa situação, ele nunca deixou de ser Jean Valjean, porém, a vida inteira teve que se abster dessa identidade para conseguir se reintegrar no mundo. Marius era de sua família agora, ele precisava se libertar para os próximos para alcançar a sua libertação completa.

A personagem é aceita socialmente somente mediante a omissão do nome, que se dá inicialmente pela adoção da identidade de Madeleine – o patronímico mais benquisto, em razão da notória riqueza que assegura seu prestígio entre a burguesia da região de Montreuil-sur-Mer. Posteriormente, a omissão ocorre por

433





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



meio de outros dois nomes sem relevância que facilitavam a supressão da identidade de condenado. Aparecem, assim, o rentista Urbain Fabre e o jardineiro Ultime Fauchelevent – nome sob o qual Jean Valjean apresenta-se para Marius e família. Contudo, diante do dever de dizer a verdade imposto pela consciência, Valjean argumenta que o furto de um pão é um mal menor se comparado ao furto de um nome. Para se redimir, é preciso uma transformação em sentido inverso, isto é, revelar-se para se tornar quem de fato é diante dos olhos de Marius. (PEREIRA, 2020, p. 157).

Apesar do idealismo de Marius, esse carrega a marca social e não aceita mais proximidade com Jean. Com medo de que suje o nome de sua família, pede para que Jean se afaste de Cosette. Essa passagem demonstra o peso que a marca sobre seu passado seria relevante e impossibilitaria qualquer remissão na sociedade. Jean Valjean era da família de Marius, porém, isso deveria ser escondido para que não tivesse interferência aos próximos de seu convívio. Portar o passaporte amarelo não era danoso apenas para quem o tinha, mas também para quem estava perto.

Vê-se claramente nessa passagem, como a revelação do fato de ser um ex condenado é capaz de alterar completamente a forma com que o indivíduo é visto perante a sociedade e até mesmo entre aqueles com que guarda laços afetivos e familiares. Marius, representando a reação de muitos indivíduos na vida real, teve receio de que tal mácula contaminasse sua nova vida, que até então lhe parecia idílica e perfeita. (SILVA e PASSOS, 2018, p. 64).

434

Essa situação só muda após descobrir que foi o próprio Jean que salvou sua vida nas barricadas, o que o faz perceber que estava sendo injusto, se arrependendo de suas decisões e perdoando Jean Valjean em seu leito de morte.

Considerações Finais

Dentro desse universo explorado por Victor Hugo, consegue-se fazer uma análise do que de fato se apresenta como uma crítica social à injustiça e à condição de pobreza. Um homem que é excluído socialmente representando a exclusão dos pobres em geral, a criminalização e marginalização social a qual as pessoas estão submetidas. Medrado (2018) aborda em sua pesquisa sobre o peso da condenação e sua classificação enquanto constância na vida de Jean Valjean e explicita que

É tendo diante de si as novas circunstâncias que envolvem a sua liberdade e a sua vida após o cumprimento da pena que Jean Valjean constata: “Liberdade não é estar solto. Sai-se das galés, mas a condenação continua” (HUGO, 2017, p. 160). Do mesmo modo opera o estigma na contemporaneidade, ao fazer com que a sociedade enxergue no indivíduo alguém indesejável, o inimigo, aquele que incidiu no comportamento dito “desviante” e que carregará continuamente o seu “passaporte amarelo”, sempre a indicar seu passado de condenação. (MEDRADO, 2018, p. 53).





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



É possível, portanto, realizar um paralelo entre o cenário do livro e a atualidade, o que assegura a importância da história e da literatura como recursos para a interpretação da nossa sociedade. A pobreza continua sendo fator para desumanização e injustiças. Os índices de pobreza continuam diretamente ligados aos índices de criminalidade. Falta de oportunidade, acesso à educação e cultura, fome, falta de recursos básicos para sobrevivência, tudo influi para que as pessoas acabem não vivendo dentro das normativas impostas socialmente. A criminalização da pobreza é uma realidade. No caso do protagonista de *Os Miseráveis*, sua conduta como trabalhador, que em desespero rouba um pão, é desconsiderada e criminalizada e isso gera seu embrutecimento, rancor e desumanização. O fato de o autor ter dado um recomeço para o personagem indica a intenção de mostrar como as pessoas podem se transformar, ou seja, não são essencialmente ruins.

A condenação do personagem de Victor Hugo desconsiderou a insignificância do delito cometido, tampouco levou em conta as circunstâncias de carência, fome e miséria que circundavam o personagem. Consequentemente, acabou por aplicar-lhe uma sanção absolutamente desproporcional e, como resultado, obteve um indivíduo propenso ao cometimento de mais crimes, desumanizado e, sobretudo, relegado a uma pena definitiva e sem termo final: (MEDRADO, 2018, p. 55).

Vale pensar aqui na realidade carcerária brasileira onde a maior parte é de crimes brandos, ou não violentos, mas devido a pobreza, muitos desses detentos não conseguem nem acesso à defesa ou advogado. O estudo de Lacerda e Melo (2018) nos mostra que a representação da população carcerária muitas vezes está ligada a impossibilidade de condições para representação justa quanto à justiça. Criminosos por vezes mais perigosos, porém, ricos, conseguem defesa, diversos recursos e raramente chegam a cumprir pena.

(...) as prisões brasileiras, cuja população é em sua maioria pobre, “não estão repletas de criminosos perigosos e violentos, mas de condenados por negócios com drogas, furto, roubo ou atentado à ordem pública” (Monteiro; Cardoso, 2013, p. 104). Dados do último relatório do Infopen (Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias), de dezembro de 2014 (Gráfico 1), confirmam que crimes como roubo e tráfico “respondem, sozinhos, por mais de 50% das sentenças das pessoas condenadas atualmente na prisão. É importante apontar o grande número de pessoas presas por crimes não violentos” (Moura; Ribeiro, 2015, p. 33). (LACERDA e MELO, 2018, p. 195).

A permanência histórica em relação a obra aqui tratada pode ser vista de forma clara. Por mais que a história de Valjean seja contada em 1815, histórias como essas não são decorrentes apenas do período em que o livro foi escrito. A pobreza ainda é um fator de marginalização e que determina as condições de vida das pessoas e a perpetuação das injustiças. É possível dizer que Jean Valjean, 24601, 9430, Madeleine ou Sr. Leblanc ainda hoje seriam presos por roubar um pão e perseguidos como criminosos pelo resto da vida. Basta usarmos instrumentos de busca na

435



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



internet sobre roubos de pão, carne ou leite em pó que teremos uma enxurrada de casos de pessoas presas, humilhadas, espancadas pela sua condição de fome e pobreza.

Como referência temos casos que aconteceram no Brasil recentemente que provam a falha judicial e social dentro do julgamento da pobreza. Em seu artigo “Os Miseráveis da Lei: Uma Análise da Desigualdade Social no Sistema Punitivo Brasileiro a Partir do Romance Os Miseráveis de Victor Hugo”, Lacerda analisa vários casos que se assemelham com o caso do Jean. Em um deles um jovem passou também 19 anos, tal como o personagem, por erro da justiça:

Casos semelhantes ocorrem no Brasil com uma frequência espantosa. Em 2015, uma mulher foi condenada no estado de São Paulo a 3 anos, 2 meses e três dias por ter roubado ovos de páscoa e um quilo de peito de frango, cumprindo a pena em uma cela superlotada (Cople, 2017; Bérghamo, 2017). A pena foi maior do que a imposta a vários réus da Operação LavaJato – investigação sobre desvios bilionários de verbas públicas. (...). Mas o caso mais inverossímil, semelhante ao de Jean Valjean, talvez seja o do pernambucano Marcos Mariano da Silva. Passou 19 anos preso por ser homônimo do verdadeiro acusado. Na prisão, contraiu tuberculose e ficou cego. Morreu poucas horas depois da notícia de que seria indenizado pelo erro (Miranda; Tinoco, 2016). (LACERDA e MELO, 2018, p. 198).

Diante desses acontecimentos somos colocados novamente frente à importância da obra de Victor Hugo como denúncia de uma sociedade que criminaliza a pobreza e normaliza a injustiça. O autor só consegue redimir o personagem central quando este alcança fortuna, inclusive para fugir do Estado e das leis. Pobre, ele não tinha direitos e nem respeito, rico, Jean obteve status, pôde fugir e ajudar as pessoas que amava.

Nesse sentido, é interessante pensar nos personagens e seus desfechos. Fantine como uma mulher trabalhadora e mãe solteira, morre na miséria, nunca alcançando a felicidade ao lado de sua filha. Javert, representante do Estado repressor, morre ao se deparar com a realidade e perceber as contradições das suas ações. Valjean, agora rico e com sua protegida a salvo, morre em paz e de forma quase libertadora.

A realidade da pobreza tratada pelo autor se aprofundou na sociedade capitalista. Em algumas localidades temos um nível espantoso de desigualdade entre ricos e pobres. De tal modo,

(...) uma definição resumida do conceito de pobreza dada pelos pobres é dada a seguir: “Pobreza é fome, é falta de abrigo. Pobreza é estar doente e não poder ir ao médico. Pobreza é não poder ir à escola e não saber ler. Pobreza é não ter emprego, é temer o futuro, é viver um dia de cada vez. Pobreza é perder o seu filho para uma doença trazida pela água não tratada. Pobreza é falta de poder, falta de representação e liberdade”. (CRESPO e GUROVITZ, 2002, p. 11).

Valjean representa como a pobreza traz a condição de desumanização, exclusão e injustiça, e principalmente como a falta de acesso às condições básicas ao ser humano nega o mais importante: o direito à vida e liberdade.

436





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Referências Bibliográficas

HUGO, Victor. **Os Miseráveis**. Tradução: Regina C. de Oliveira. 1. ed. São Paulo: Martin Claret. 2014. (FONTE) 1510 p.

BORGES, Valdeci. R. **História e Literatura: Algumas Considerações**. rth |, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 94–109, 2014.

CANDIDO, Antônio. **Romantismo, Negatividade, Modernidade**. Revistas Unam, México, v. 1, n. 1, p. 137-141. 2005.

COBBAN, Alfred. **A Interpretação Social da Revolução Francesa. 1987**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1989. 167 p.

CRESPO, Antônio P. A. e GUROVITZ, Elaine. “**A Pobreza Como um Fenômeno Multidimensional**” RAE-eletrônica, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 1-12. 2002. DOI: 10.1590/S1676-56482002000200003.

GOMIDE, G. **Os miseráveis de Victor Hugo: a invisibilidade através do nome**. Rumores Revista Online de Comunicação, Linguagem e Mídias, v. 8, n. 15, p. 56-68, 2014. DOI: 10.11606/issn.1982-677X.rum.2014.83564.

LACERDA, Thiago B. e MELO, Arquimedes F. M. de. **Os Miseráveis da Lei: Uma Análise da Desigualdade Social no Sistema Punitivo Brasileiro a Partir do Romance Os Miseráveis de Victor Hugo**. Anamorphosis - Revista Internacional de Direito e Literatura. v. 4, n. 1, pág. 184-212, 2018. DOI: 10.21119/anamps.41.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução: Bernardo Leitão [et al.]. 1. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. 553 p.

MARTINS, Giovana Maria Carvalho. **Fontes Literárias em Sala de Aula: A Obra "Os Miseráveis" e o Ensino de História**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em História. Londrina, 2017.

MEDRADO, Gabriela A. **O Estigma da Pena na Obra Os Miseráveis de Victor Hugo: Uma Interface Entre Direito e Literatura**. 2018. 63 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal da Bahia. Salvador.

437





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



PEREIRA, Maria J. **As Personagens Myriel, Enjolras, Jean Valjean e Javert, em Les Misérables, de Victor Hugo: Reações à Concepção de Justiça Legalista.** 2020. 194 p. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista. São Paulo, Araraquara, 2020.

PESAVENTO, Sandra J. **História & literatura: uma velha-nova história.** *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, pág. 1-9. 6 jan. 2006.

SANTOS, Fernando Cesar dos. **Romantismo: Concepções Estéticas, Culturais e Historiográficas na Obra Os Miseráveis (1862), de Victor Hugo.** 2014. 74 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Minas Gerais, Uberlândia.

SILVA, Vicente e PASSOS, Pedro. **O direito ao esquecimento e a proteção da dignidade dos egressos do sistema prisional: um estudo à luz da obra literária "os miseráveis.** 2018. 76 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Direito) – Faculdade de Direito de Vitória. Vitória.

SOBOUL, Alfred. **A Revolução francesa: edição comemorativa do bicentenário da Revolução francesa, 1789-1989,** Tradução: Rolando Roque da Silva. – 8. Ed. Rio de Janeiro: Difel, 2003. 124 p.

438





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



A GESTÃO DA SAÚDE DOS POTIGUARA DA PARAÍBA SOB A POLÍTICA DO SPI

Maria Luisa Soares Marcolino¹
Yris Campos Oliveira²

Introdução

Criado em 1910, durante o governo do presidente Nilo Peçanha, através do decreto nº 8.072, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), era um órgão público que fazia parte do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC) e tinha por objetivo prestar assistência aos povos indígenas do Brasil. O projeto visava inserir os indígenas nômades e aldeados que não mantivessem contato direto com a sociedade, no programa nacionalista, onde eram inseridos na sociedade e no sistema laboral. Esses objetivos eram fruto da situação do Brasil naquele momento, que recém tinha adentrado ao sistema republicano, mas ainda mantinha raízes intrínsecas na colonização, uma vez que o sistema adotado pelo SPI era semelhante a catequização indígena do período colonial, a qual um povo era afastado de seus costumes através da tutela e inserido no modelo de vida do homem branco, visto que historicamente esses povos são vistos como “selvagens”.

Entretanto, a criação do órgão também apresentou resistência, em parte do setor econômico do governo e em outra da igreja católica; o primeiro citado via limitações na exploração das terras indígenas, pois impediam o avanço das lavouras no norte do país e da exploração de minas no centro-oeste. Sendo assim, em sua visão o governo sairia perdendo, levando em conta esses dois investimentos lucrativos, que já estavam suprindo a economia brasileira desde o século passado. Para a igreja, o Estado estaria substituindo a educação cristã e a catequização feita pelo clero pela alfabetização realizada através do Posto Indígena.

A tutela imposta pelo SPI não estava apenas ligada à dependência dos povos indígenas, também havia o “controle”. Por meio desse, o órgão desempenhava ações políticas e econômicas nacionais, estando responsável por administrar a verba recebida pelo governo e aplicar a mesma na economia, saúde e educação local, além de usar as terras indígenas para o desenvolvimento de trabalho agrícola por meio de plantação, que gerasse a sensibilidade dos indígenas e suprisse a verba investida pelo governo. Assim, conforme o SPI: “Não queremos que o índio permaneça índio. Nosso trabalho tem por destino sua incorporação à nacionalidade brasileira, tão íntima e completa quanto possível” (Garfield, 2000, p. 18).

De acordo com o projeto estabelecido para o SPI, o órgão precisava de três condições básicas para se manter operante: equipe de profissionais qualificados; autoridade e poder de atuação e, algo primordial, verbas suficientes para seu sustento. Por mais que o SPI tivesse o objetivo de auto sustentabilidade através do trabalho indígena, os recursos da União eram de extrema

439

¹ Mestranda em História pela Universidade Federal da Paraíba/UFPB. Contato: mmallu-10@hotmail.com

² Mestranda em História pela Universidade Federal da Paraíba/UFPB. Contato: yrisoliveirac@gmail.com





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



importância para manter o Serviço operante, especialmente nos primeiros anos. A partir de 1913, apenas 3 anos após a criação do órgão, o Brasil passou a enfrentar uma crise financeira que resultou no corte de 60% da verba destinada ao SPI, gerando um problema financeiro que só começou a ser solucionado a partir de 1940, no governo varguista.

O órgão atuou de forma intensa durante várias décadas. Na Era Vargas, uma das políticas do governo era a exploração do território brasileiro, mas, um dos empecilhos para que isso acontecesse, foi a presença de povos indígenas em determinadas regiões do país. O projeto não abarcava apenas ideais de exploração com fins lucrativos, mas também a inserção do indígena no contexto nacionalista, na qual o Serviço de Proteção ao Índio teria um papel crucial:

O problema da proteção aos índios se acha intimamente ligado à questão da colonização pois se trata, do ponto de vista material, de orientar e interessar os indígenas no cultivo do solo. Para que se tornem úteis ao país e possam colaborar com as populações civilizadas que se dedicam às atividades agrícolas. (Ministério da Guerra, 13 de novembro de 1939, Inspetoria Regional 2, documento nº 85).

No início do governo Vargas, o SPI tinha sofrido um brusco corte de verbas, porém, à medida que a proposta do órgão se mostrava promissora para o projeto nacionalista e de expansão econômica, ele passou a representar um agente propulsor dessas conquistas, e por consequência, começou a ter seu orçamento mais aviltado, o que possibilitou que estendesse suas ações em diversas áreas do país. Entre as instâncias vinculadas ao órgão central, estavam as Inspetorias Regionais que administravam os repasses financeiros para os Postos Indígenas, e estes deveriam cobrir e atender as necessidades básicas referentes às suas populações.

O Posto Indígena Nísia Brasileira estava localizado na Baía da Traição, no estado da Paraíba. Foi fundado em 1939, por Dr. Dustan Miranda, que era diretor do SPI e chefe da 4ª Inspetoria Regional, sediada em Pernambuco, e tinha o papel de repassar para os postos as verbas governamentais e administrar o dinheiro recebido, por meio dos recursos produzidos pelos Potiguara da região. A Inspetoria em questão também administrava o dinheiro recebido por meio dos recursos produzidos pelo P.I. Nísia Brasileira, visto que os Potiguara faziam plantio de alimentos como coco e raízes e, através desses, mantinham relações comerciais com as cidades vizinhas.

Pelas normas do SPI e da política do governo, os Postos Indígenas deveriam adotar meios de sustentação, fosse através do plantio, da extração de bens naturais, ou com a criação de animais. Assim, para atender a esta necessidade, o P.I. Potiguara passou a adotar várias práticas alternativas de sustento, em especial o de plantio de coco, bem como o atendimento em outras áreas econômicas. De acordo com o Decreto 736/1936 do SPI, os indígenas deveriam receber salários referentes às suas funções exercidas e condizentes com suas necessidades, como forma de criar e incentivar hábitos laborais, além de receberem doações em favor de serviços prestados.

Os investimentos eram feitos mediante o orçamento enviado pelo governo, para o Ministério da Agricultura, em seguida sendo repassado para o SPI e suas Inspetorias Regionais. Esses

440





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



repasses foram sendo alternados durante os anos, resultantes de diferentes situações como: a mudança da moeda nacional de “réis” para “cruzeiro”; a constante troca de cargo de responsável pelo Ministério, até a necessidade de um maior orçamento para o Posto investir em construções. Sendo assim, o P.I da Baía da Traição dependia dos repasses que o órgão central fazia para as suas devidas instâncias, para poder garantir as necessidades básicas para manutenção do posto. O órgão atuou na região até 1967, quando passou a se chamar Fundação Nacional do Índio (FUNAI), durante o Regime militar.

Diante do exposto sobre a atuação do SPI, o presente trabalho foi construído por meio de um projeto de pesquisa vinculado ao grupo de pesquisa Abaiara – Estudos Indígenas da Paraíba, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Tendo por objetivo identificar, através de uma análise crítica dos documentos oficiais produzidos pelo PI Nísia Brasileira - Baía da Traição entre 1941 e 1945, sob uma ótica econômica, qual o trato à saúde indígena Potiguara, tendo como questões norteadoras: considerando o valor monetário recebido anualmente pelo PI, quanto costumava ser direcionado a saúde? Quais as principais realizações no tocante à saúde indígena no período? Essas realizações foram suficientes? A saúde foi tida como prioridade na partilha da verba em algum momento?

Procedimentos metodológicos

Na tentativa de responder às questões acima mencionadas e buscando um melhor entendimento sobre o Posto Indígena Nísia Brasileira, da Paraíba, foram feitas análises documentais, esses pertencentes ao acervo da Fundação Nacional Museu do Índio do Rio de Janeiro, que possui uma gama de documentos. Ao longo de seu período de atuação junto aos Potiguara (1939 - 1967), foram produzidos um pouco mais de 5 mil documentos sobre as mais diversas áreas. Mas, para o trabalho em questão, foram utilizados apenas os documentos referentes aos anos de 1941 a 1945, totalizando cerca de 100 documentos, 17 deles envolvendo as questões econômicas e da saúde Potiguara.

Com tamanha diversidade documental, definiu-se como metodologia geral da pesquisa fazer uma classificação por categorias, sendo elas: educação, administração, território, saúde e economia. Sobre estas duas últimas, objetos de análise deste trabalho, identificou-se que a amplitude dos documentos poderia ser estudada a partir de algumas subcategorias: recibos, relatórios, processos, folhas de pagamentos mensais; recebimentos de verbas; movimento de renda do posto; documentos que demonstram relações comerciais; transações bancárias; e relatórios orçamentários, sendo esses os mais importantes entre as documentações citados, que eram feitos anualmente ou semestralmente, identificando os gastos e requerendo verbas, para os meses posteriores.

Buscando aprofundar um pouco mais na temática, passamos pelo processo de estudos bibliográficos sobre os povos indígenas do Brasil. Entretanto, essa diversidade se aplica apenas aos povos do norte e centro-oeste do país, enfrentando assim uma escassez de fontes referente aos indígenas do Nordeste, principalmente da Paraíba. Diante de uma análise histórica, a documentação do SPI é de suma importância para entender como o órgão atuou

441





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



perante os povos indígenas brasileiros, e como foi seu papel na tutela dos mesmos, ao longo de várias décadas do projeto nacionalista de inserir esses povos na civilização e dizimar suas diferentes culturas e costumes ancestrais.

Por isso, como base historiográfica para os estudos indígenas, além da documentação do SPI, foram utilizadas algumas importantes obras: “Índios do Brasil” (2007) de Júlio César Melatti; “Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno” (2017) de Darcy Ribeiro; “Índios no Brasil: história, direitos e cidadania” (2013) de Manuela Carneiro da Cunha, que nos permite entender de forma geral os indígenas do Brasil, e o processo de tutela que os mesmos vêm passando desde o século XIX.

Em sua obra, Darcy Ribeiro (2017) aborda o contexto da criação das políticas indígenas no século XX, com destaque para o SPI. Também podemos citar, o antropólogo e historiador Antônio Carlos de Souza Lima, em “Um grande cerco de paz” (1995), que fala sobre a atuação do SPI, discutindo mais a fundo a questão da tutela. Outro autor que também discute de forma crítica o contexto do SPI, é David H. Stauffer, em “Origem e Fundação do Serviço de Proteção aos Índios” (1955).

Trazendo para o contexto do Brasil, os escritos de Seth Garfield foram também importantes para um melhor entendimento da relação do governo Vargas e o SPI, com sua obra “As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na era Vargas” (2000). Em relação a bibliografia sobre o povo Potiguara da Paraíba, podemos citar Frans Moonen e Luciano Mariz Maia, que desenvolveram um trabalho de pesquisa documental chamado “História dos Índios Potiguara: 1500 - 1983” (2008), no qual discute o início do SPI, seu fechamento e a Funai. Além deles, temos o antropólogo Estevão Palitot, que trabalha a questão da tutela e territorialidade do povo Potiguara e suas relações com o SPI e a família Lundgren, em sua obra “A multidão Potiguara: poder tutelar e conflito na Baía da Traição ao longo do século XX” (2011).

Além das fontes supracitadas, para melhor compreensão da pesquisa, no que diz respeito a parte econômica que envolve o SPI e o P.I, foi utilizado o Decreto nº 8.072, de 20 de junho de 1910, em que podemos observar o grau de influência do Estado sobre as práticas tradicionais potiguara, quanto aos meios de sobrevivência e os impactos causados entre a população. Além dos decretos nº 736, de 06 de abril de 1936; nº 10.652, de 16 de outubro de 1942; e nº 17.684, de 24 de janeiro de 1945.

No que tange a saúde indígena, os trabalhos desenvolvidos pela antropóloga da saúde Luiza Garnelo foram basilares para nossa pesquisa. Ela organizou importantes obras sobre o tema, a exemplo de Saúde Indígena: uma introdução ao tema (2012), em parceria com a médica Ana Lúcia Pontes. Fruto de uma parceria entre Garnelo e a antropóloga e historiadora Carla Costa Teixeira, temos a obra "Saúde indígena em perspectiva: explorando suas matrizes históricas e ideológicas (2014)", que reúne artigos de importantes nomes no campo de estudo.

Sendo assim, vale destacar a escassa quantidade de fontes em relação às políticas econômicas, a saúde Potiguara e o SPI, de forma geral. Em relação à Paraíba, o local do objeto de estudo é limitado em publicações, limitando a pesquisa na análise documental do acervo. De suporte

442





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



teórico, podemos citar ainda pequenos trechos em artigos ou livros sobre as relações econômicas do governo Vargas com o órgão.

Considerando o volume documental referente ao Posto da Baía da Traição, fez-se necessário entender, entre outros pontos, às questões da saúde e da economia que envolvem o SPI, e trazer respostas sobre o grau de influência do Estado sobre as práticas tradicionais Potiguara, quanto aos meios de sobrevivência e os impactos causados entre a população. Fundamentais para um melhor entendimento de como ocorreu a relação entre saúde do povo Potiguara com seu desenvolvimento econômico.

Por fim, a pesquisa foi feita com base em: 1) levantamento bibliográfico; 2) pesquisa documental, no acervo citado, no qual foi elaborada uma listagem, leitura e discussão dos regimentos referentes ao SPI e o P.I. Nísia Brasileira; 3) catalogação, leitura e análise documental, no intuito de identificar e classificar os documentos do acervo, em que foram encontrados: recibos, relatórios, processos, folhas de pagamentos mensais, recebimentos de verbas, entre outros.

Dinâmicas econômicas e desafios da saúde indígena Potiguara

No início da década de 1930, logo após o golpe que colocou Getúlio Vargas no governo do Brasil, o SPI passou por sua pior fase financeiramente (Gomes, 2018). Tal fato esteve atrelado a contradições políticas entre o presidente do Governo Provisório e o Marechal Cândido Rondon, que estava a frente do Serviço no período. Em 1936 é criado o regulamento oficial do órgão, que somente atualiza alguns critérios estabelecidos em decretos anteriores. Tal documento se destaca ao determinar como obrigação do SPI a responsabilidade com a saúde indígena, que até então estava a par do Serviço Nacional de Saúde. Estabelecido pelo Decreto nº 736, o regulamento determinou que o Serviço deveria:

5) Tratal-os nas suas doenças, fornecedo-lhes, gratuitamente, medicamentos e outros recursos que então carecerem [...]

j) fornecer, na fôrma do art. 8 deste Regulamento, os recursos necessarios ao tratamento das doenças, inclusive dietas, mesmo aos indios que vivam em promiscuidade com os civilizados, quando disso carecerem; (BRASIL, 1936, não paginado. Grafia do documento)

A partir da instauração do Estado Novo e com o projeto varguista de construção de uma identidade nacional, a imagem dos povos indígenas passou a figurar como central no projeto identitário. Agora, o discurso de inferioridade e não evolução dos povos indígenas pouco a pouco foi sendo substituído pela aclamação das populações originárias, que passaram a representar a imagem do Brasil, forte e com rumo ao progresso. Tal ideal implicou em fortes investimentos publicitários, através do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), para elevar a imagem do indígena, fazendo com que as questões relativas a esses povos começassem a ser enxergadas. Esse momento foi de suma importância para o SPI, que

443





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



passou por uma reestruturação orçamentária que possibilitou o aumento das verbas destinadas aos Postos e Inspetorias.

Nesse sentido, os maiores investimentos ocorreram para atender os interesses do estado e não visando, de fato, uma melhoria real das condições desses povos. De acordo com o Decreto-Lei N° 3.071 de 21 de fevereiro de 1941, foi recebido do orçamento geral da União o valor de 3.500:000\$0 (três mil e quinhentos contos de réis) para o Ministério da Agricultura, porém, dada quantia não foi repassada para o SPI, que neste período fazia parte do citado ministério, tendo Fernando de Sousa Costa em seu comando de 13/11/1937 a 03/06/1941 e Carlos de Souza Duarte a partir de 04/06/1941.

Não é novidade, no entanto, que as doenças configuram uma das maiores causas de mortalidade dos povos indígenas. Tal fator atinge as populações originárias desde os primeiros contatos com os europeus, durante a guerra de conquista. É nesse período, de acordo com Antonio Carlos Lima (1995), que se inicia o processo de tutela, instaurada pelos europeus em parceria com a Igreja Católica e atualizada pelo SPI, passando tal prática para as mãos do Estado. Desse modo, tanto a violência física e étnica acentuada pela tutela quanto o adoecimento dos povos indígenas não figuraram em um fato recente.

Entre as principais enfermidades que atingem tais povos desde o século XX podemos destacar gripe, pneumonia, tuberculose, malária, coqueluche, sarampo, sífilis, tracoma e várias outras. Apesar disso, a saúde indígena nunca consistiu em uma grande preocupação para o Estado brasileiro, que começa a visualizar essa questão como um braço de outro problema. Quando o SPI foi criado, ele era denominado Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN), focando especialmente na criação de centros agrícolas e formação de sertanejos para o trabalho. Esses sertanejos, por sua vez, estavam sofrendo cada vez mais com doenças como a de Chagas, por exemplo. Tal situação, agravada pelo abandono histórico dos sertões pelo poder público, fez com que o Estado voltasse sua atenção para o interior, incluindo o SPILTN. Ao fazer isso, os povos indígenas passaram a receber certa atenção junto ao Serviço, que tratava das questões de saúde e doença de modo mais generalizado.

No que tange ao povo Potiguara, o contato com o SPI já existia desde meados da década de 1920, com o Posto Indígena São Francisco, mas durante o governo Vargas é instaurado o PI Nísia Brasileira em substituição ao PI São Francisco. Junto a ele, inicia-se o processo de construção da enfermaria que atenderia as aldeias da região. A construção da enfermaria foi algo central no atendimento à saúde, pois, antes dela, todos os casos de enfermidades dos tutelados eram levados às cidades vizinhas para diagnóstico e tratamento, incluindo os mais simples. É importante destacar, no entanto, que durante o período de atuação do SPI junto aos Potiguara, a prática de pajelança havia sido substituída pela presença de rezadores e rezadeiras imbuídos de um cunho cristão, havendo uma retomada da presença dos pajés apenas após a década de 1960 em consequência ao crescimento dos movimentos de resgate da cultura indígena (Borges e Oliveira, 2023, p. 14).

A construção da enfermaria apresenta dados contraditórios. O início da obra se deu durante o período em que o responsável pelo Posto Indígena era o Inspetor Dustan Soares da

444





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Miranda junto ao encarregado Vicente Ferreira Viana, sendo o primeiro documento da sua construção datado de 31 de dezembro de 1941, referente a um comprovante de pagamento de serviços prestados no valor de 8:056\$000 reis. A contradição reside no fato de que de acordo com o relatório anual de 1945, as obras de construção na enfermaria teriam se iniciado em 1943. Por mais que haja essa discrepância quanto ao início da construção do prédio, outros documentos apontam a realização de obras na enfermaria entre os anos de 1942 e 1943, sendo o último documento de sua construção datado de 31 de dezembro de 1943, referente a um recibo de mão de obra. Tais documentos confirmam o início da obra ainda em 1941.

É imprescindível destacar, no entanto, que por mais que a enfermaria tenha sido construída entre 1941 e 1943, o assistencialismo à saúde indígena é anterior a esse período. Tal dado pode ser aferido com base em documentos que indicam a compra de medicamentos e a contratação de profissionais da saúde - diga-se auxiliar de enfermagem - desde 1941, período anterior à finalização da enfermaria. Não sabemos, no entanto, de que forma era prestado o assistencialismo anterior a esse período, visto que tais dados não aparecem na documentação presente no acervo do Museu do Índio. No entanto, acreditamos que o assistencialismo poderia ser prestado de maneiras diversas no próprio Posto Indígena, contando com doação de medicamentos e, provavelmente, serviços básicos de enfermagem.

Por mais que a obra tenha sido concluída até dezembro de 1943, a inauguração do prédio da enfermaria ocorre apenas em 22 de outubro de 1944 período que, conforme a documentação analisada, foi utilizado para compra de materiais médicos cirúrgicos (mesas, utensílios de escritório, seringas e outros) bem como para compra de medicamentos e organização da estrutura para funcionamento.

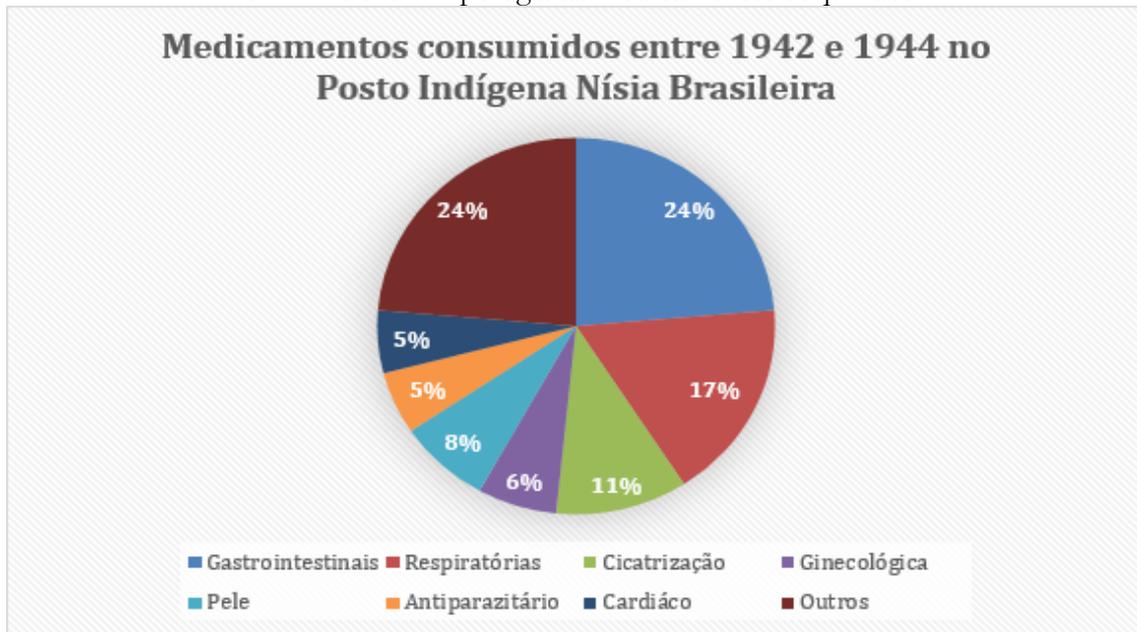
O período de maior reposição medicamentosa se deu entre 1942 e 1944, onde foram adquiridos aproximadamente 95 tipos de medicamentos destinados à doenças gastrointestinais, doenças respiratórias, antiparasitários, cicatrizantes e outras. Esses medicamentos foram repostos em um breve período de tempo, indicando que tais males se fizeram presente com frequência na comunidade Potiguara. Tal dado é reafirmado na pesquisa de Borges e Oliveira (2023), que apontam como principais enfermidades as do trato gastrointestinal e respiratório. Esse fator está, sem via de dúvidas, ligado à falta de saneamento básico nas aldeias, problema que embora recorrente não figurava como um ponto de atenção para o Estado.

445





GRÁFICO 01: Tipologia de medicamentos adquiridos



Fonte: Documentos do Museu do Índio do Rio de Janeiro

O ano de 1944 teve 22,5% mais gastos e saúde que o anterior, em virtude da contratação e pagamento de enfermeiros e prestadores de serviço, que se estenderam da Aldeia São Francisco para também São Miguel, e a aquisição de medicamentos, entre outros utensílios para os indígenas. Para que essas ações fossem feitas, havia planejamento com os objetivos a serem traçados e, durante a administração de Tubal Fialho Viana quase todo o planejamento foi executado.

Por motivos até então desconhecidos, 1945 apresenta pouquíssimos documentos. No tocante à saúde indígena temos apenas os dados expressos no relatório anual de 1946, encaminhado ao chefe da quarta Inspeção Regional do SPI (onde o PI Nísia Brasileiro estava alocado) e assinado pelo Inspetor Coriolano Mendonça, indicando a compra de medicamentos em 1945. O gasto medicamentoso nesse período foi de Cr\$ 2.496,00 cruzeiros. O mesmo documento indica a compra de uma grande quantidade de medicamentos e o recebimento de Cr\$ 2.029,00 cruzeiros em dinheiro destinado aos enfermos.

Considerando os documentos disponíveis e não sabendo se todos os gastos/investimentos ocorridos constam aqui, acreditamos que foram gastos com a construção da enfermaria, a compra de medicamentos e equipamentos e mão de obra durante os anos de 1941 a 1945 corresponda a aproximadamente Cr\$63.179 cruzeiros mais 9:056\$000 contos de réis. De forma mais específica, em 1944 foi investido em saúde indígena cerca de 7,9% do total de Cr\$38.000,00 cruzeiros recebidos pelo P.I. no segundo semestre do corrente ano, enquanto em 1945 o investido foi aproximadamente 5,4% do total de Cr\$83.225,00 cruzeiros recebidos no ano.





HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

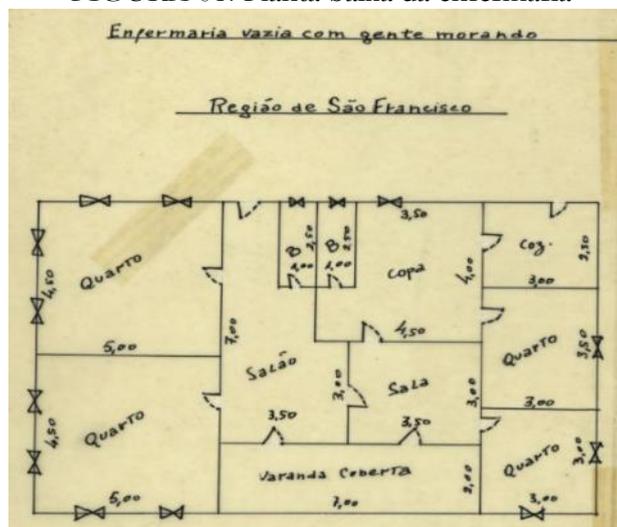
26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



A enfermaria era o quarto maior patrimônio do Posto Indígena, sendo avaliada em 1960 em um valor estimado entre Cr\$ 25.000,00 e Cr\$ 30.000,00. No entanto, não sabemos se o uso do prédio da enfermaria foi vigente durante todo o período de atuação do SPI junto aos Potiguara, pois em 1965 um dos documentos apresenta a planta baixa da enfermaria com a indicação de que ela estaria vazia e seria ocupada por moradores (figura 01), mas, em nenhum outro momento aparece alguma informação que possibilite uma conclusão mais precisa acerca da sua utilização. Não sabemos se a enfermaria foi desativada ou realocada, mas, de todo modo, a compra de medicamentos continuou sendo realizada e ainda há a presença de um profissional da saúde atuando junto aos Potiguara.

FIGURA 01: Planta baixa da enfermaria



FONTE: Museu do Índio. Caixa 169, documento BR RMJI SPI - IR4 - 071 - 016 - 40 - f 16, p. 734, 1965.

Outro fator que vale a pena ser mencionado é que de acordo com os recibos de pagamento, durante o todo período de assistência à saúde indígena pelo SPI o Posto contou apenas com um auxiliar de enfermagem assíduo e, quando necessário, um enfermeiro para prestar assistência. Por mais que a enfermaria tivesse sido construída e o Posto prestasse uma assistência básica saúde dos povos indígenas, em caso de acidentes ou doenças mais graves os enfermos eram levados para cidades próximas, a exemplo de Mamanguape, Rio Tinto, e a capital João Pessoa, para receberem uma assistência mais qualificada.

Considerações finais

A construção do prédio da enfermaria foi a maior ação do Serviço no que se refere à saúde indígena do povo Potiguara da Paraíba, entre 1941 e 1945. No entanto, para que essa edificação de fato pudesse contribuir para o assistencialismo a saúde é primordial a



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



recorrência de verbas que a mantenha funcionando, algo que, como observamos nos anos posteriores à inauguração, se mantém abaixo do necessário.

Além disso, diante do plano econômico traçado para região entre os anos de 1942 a 1944, podemos observar um considerável desenvolvimento da saúde local. Antes da construção da enfermaria local, os Potiguara eram trazidos à cidade quando doentes, ou seja, havia o gasto com o aluguel de carros para levar o indígena a capital paraibana, além de todo atendimento médico e com o posto na aldeia. Por mais que esse hábito não tenha sido totalmente abandonado após a construção do prédio, ele conseguiu sanar problemas mais imediatos e simples de serem tratados, restringindo as viagens hospitalares a casos mais complexos.

Diante do exposto, é possível perceber que não havia um interesse bem configurado em prestar uma assistência realmente eficiente no que diz respeito à saúde indígena. Porém, o problema orçamentário não é exclusividade dessa área de atuação do SPI ou muito menos da região estudada, estando presente durante a maior parte de atuação do órgão. O caminho de reconhecimento e conquista dos direitos dos povos indígenas, por mais que tenha tido gloriosos avanços ao longo dos anos, ainda está sendo trilhado e tem a escrita da história como uma das ferramentas de auxílio dessa empreitada.

Referências

Acervo do Fundo SNI/Acervo da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba.

AMORIM, Paulo Marcos. **Índios camponeses**: os Potiguara de Baía da Traição. Rio de Janeiro. Mestrado em Antropologia Social - MN-UFRJ. 1970.

ARAÚJO JÚNIOR, Júlio José. **Direitos territoriais indígenas** – uma interpretação intercultural. Rio de Janeiro: Processo, 2018. pp. 151-158.

BARCELLOS, Lusival. **Práticas educativo-religiosas dos Potiguara da Paraíba**. João Pessoa: EDUFPB, 2004.

BAUMANN, Terezinha de Barcellos. **Relatório Potiguara**. Rio de Janeiro: Fundação Nacional do Índio. 1981.

BRASIL. **Decreto nº 8.072**, de 20 de junho de 1910. Cria o Serviço de Protecção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais e aprova o respectivo regulamento. Rio de Janeiro, 26 jun. 1910. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8072-20-junho-1910-504520-publicacaooriginal-58095-pe.html>. Acesso em: 27 jun. 2019.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



BRASIL. **Decreto nº 9.214**, de 15 de dezembro de 1911. Dá novo regulamento ao Serviço de Protecção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais. Rio de Janeiro, 15 dez. 1911. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-9214-15-dezembro-1911-518009-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 27 jun. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 24.700**, de 12 de julho de 1934. Transfere do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio para o da Guerra o Serviço de Protecção aos índios e dá outras providências. Rio de Janeiro, 14 jul. 1934. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24700-12-julho-1934-519729-publicacaooriginal-80372-pe.html>. Acesso em: 27 jun. 2019.

BRASIL. **Decreto nº183**, de 13 de janeiro de 1936. Aprova, distribuição de verba ao Ministério da Guerra. Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1936. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-183-13-janeiro-1936-505815-publicacaooriginal-76700-pl.html>. Acesso em: 15 nov. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 736**, de 06 de abril de 1936. Aprova, em caráter provisório, o Regulamento do Serviço de Protecção aos Índios. Rio de Janeiro, 07 mai. 1936. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-736-6-abril-1936-4726-19-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 27 jun. 2019.

BRASIL. **Decreto-lei nº 1.736**, de 03 de novembro de 1939. Subordina ao Ministério da Agricultura o Serviço de Protecção aos Índios. Rio de Janeiro, 06 nov. 1939. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1930-1939/decreto-lei-1736-3-novembro-1939-411705-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 27 jun. 2019.

BRASIL. **Decreto nº3.071** de 21 de fevereiro de 1941. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1941-02-21;3071>. Acesso em: 27 jun. 2019.

BRASIL. **Decreto nº3.105** de 12 de março de 1941. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1941-03-12;3105>. Acesso em: 27 jun. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 10.652**, de 16 de outubro de 1942. Aprova o Regimento do Serviço de Protecção aos Índios, do Ministério da Agricultura. Rio de Janeiro, 20 out. 1942. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-10652-16-outubro-1942-464627-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 27 jun. 2019.

BRASIL. **Decreto nº6.077** de 9 de dezembro de 1943. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-6077-9-dezembro-1943-416084-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 27 jun. 2019.



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



BRINGMANN, Sandor Fernando. Tutela, chefia e poder: uma análise da política indigenista do Serviço de Proteção aos Índios através da atuação de Francisco Vieira no Posto Indígena Nonoai (RS)-(1941-1956). **Revista Eletrônica História em Reflexão**, v. 9, n. 18, 2015.

BORGES, Cláudia Cristina do lago; OLIVEIRA, Yris Campos. Tutela e indigenismo na Paraíba: o assistencialismo à saúde Potiguara sob a política do SPI (1941 - 1967). In. **MNEME: Revista de humanidades**. v. 24 n. 47 (ago./Set. 2023).

CORREIA, José Gabriel Silveira. A administração dos índios: as diretrizes para funcionamento dos povos indígenas. In: SOUZA LIMA, A.C. (org.), **Gestar e gerir: estudos para uma antropologia da administração pública**. Rio de Janeiro, Nuap/Relume-Dumará, 2003, p. 125-146.

FUNDAÇÃO NACIONAL MUSEU DO ÍNDIO. **Acervo documental**. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.museudoindio.gov.br/component/content/article/11-institucional/427-o-museu-do-indio-e-seus-arquivos>.

GAGLIARDI, José Mauro. **O Indígena e a República**. São Paulo: Editora Hucitec, 1989.

GAMBINI, Roberto. **Espelho índio**. A formação da alma brasileira. São Paulo: Axis Mundi, 2000.

GARFIELD, Seth. **A luta indígena no coração do Brasil**. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

GARFIELD, Seth. As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na era Vargas. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 20, nº 39, p. 15-42. 2000.

GOMES, Mércio Pereira. Políticas indigenistas. In___. **Os índios e o Brasil: passado, presente e futuro**. 1. Ed., 2ª reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2018, p. 75 - 139

HOCHMAN, Gilberto e SILVA, Renato da. Campanhas públicas, populações (quase) invisíveis: endemias rurais e indígenas na saúde pública brasileira. In: TEIXEIRA, Carla Costa e GARNELO, Luiza (org). **Saúde indígena em perspectiva: explorando suas matrizes históricas e ideológicas**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2014, não paginado.

JOFFILY, Irene. **Notas sobre a Parahyba**. Brasília: Thesaurus Editora, 1977.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5ª ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

450





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



LIBANIO, Pedro; FREIRE, José Ribamar Bessa. Rondon, o Brasil dos sertões e o projeto de nação. In: FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **MEMÓRIA do SPI**: Textos, imagens e documentos sobre o serviço de proteção aos índios (1910-1967). Rio de Janeiro: Museu do Índio-FUNAI, 2011. pp. 169-177.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. O governo dos índios sob a gestão do SPI. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 155- 172.

LIMA, A. C S. **Um Grande Cerco da Paz**: Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis/RJ: Vozes, 1995.

MATTOS, Izabel Missagia de. O indigenismo na transição para a república: fundamentos do SPILTN. In: FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **MEMÓRIA do SPI**: Textos, imagens e documentos sobre o serviço de proteção aos índios (1910-1967). Rio de Janeiro: Museu do Índio-FUNAI, 2011, 157-167.

MELATTI, Júlio Cezar. **Índios do Brasil**. In ___. São Paulo: EDUSP, 1º ed. 2014.

MILANEZ, Felipe; SANTOS, Fabricio Lyrio, 2021. P. 132. **Guerras da conquista**: Da invasão dos portugueses até os dias de hoje. Rio de Janeiro: HarperCollins. p. 132-146.

MOONEN, Frans & MAIA, Luciano Mariz. **Etnohistória dos Índios Potiguara**: Ensaios, Relatórios e Documentos. João Pessoa: PR/PB-SEC/PB. 1992.

NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe; BRINGMANN, Sandor Fernando. O Serviço de Proteção aos Índios e os projetos de desenvolvimento dos Postos Indígenas: o Programa Pecuário e a Campanha do Trigo entre os Kaingang da IR7. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 5, n. 10, 2013.

OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A presença indígena na formação do Brasil**. Brasília/Rio de Janeiro, MEC/Secad/Laced/Museu Nacional, 2006. Disponível em: http://www.trilhasdeconhecimentos.etc.br/livros/arquivos/CoLET13_Vias02WEB.pdf. Acesso: 06 out 22.

PALITOT, E. M. **Os Potiguara da Baía da Traição e Monte-Mór**: história, etnicidade e cultura. 2005. 219 f. Dissertação de mestrado – Universidade Federal de Campina Grande, João Pessoa: 2005, p. 43-44.

451





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



PALITOT, E. M. A multidão Potiguara: Poder tutelar e conflito na Baía da Traição ao longo do século XX. **Dossiê: Povos e Comunidades Tradicionais** (Carlos Guilherme Octaviano do Valle, Rodrigo de Azeredo Grunewald - Orgs.). Raízes v.33, n. 1. jan-jun 2011. p. 25-44.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização:** a integração das populações indígenas no Brasil moderno. In _____. São Paulo: Global Editora, 7ª ed. 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz e STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 456-457.

SILVA, José Bonifácio de Andrade e. **Projetos para o Brasil.** São Paulo: Cia das Letras, 1998.

STAUFFER, David Hall. Origem e fundação do Serviço de Proteção aos Índios. **Revista de História**, São Paulo, v.18, n.37, p.73-96, mar. 1959. ISSN 2316-9141. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/107270/105782>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

VALENTE, Rubens. Agonia e extinção do Serviço de Proteção aos Índios no regime militar. In. CAMPOS, **Dossiê** V.20 N.2 pp. 37-58, jul.dez.2019.

452

PERES, Sidnei. SPI, etnicidade e indigenismo no Nordeste: cotidianidade e historicidade. In: FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **MEMÓRIA do SPI:** Textos, imagens e documentos sobre o serviço de proteção aos índios (1910-1967). Rio de Janeiro: Museu do Índio-FUNAI, 2011, 157-167.

VIEIRA, José Glebson. **A (im)pureza do sangue e o perigo da mistura:** uma etnografia do grupo indígena Potyguara da Paraíba. Curitiba. Dissertação de Mestrado. PPGAS/UFPR. 2001.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



EU NÃO QUERIA QUE MINHA MENTE NÃO FUNCIONASSE LÁ DENTRO!

Priscila Santos Oliveira¹

Transformei a poesia na minha fala e no meu ponto de vista. A minha própria história precisei botar para fora através da poesia [...] conheci o mundo através da leitura. E, eu acho que a leitura ela trouxe um conhecimento muito amplo na minha vida, até que... eu não tinha com quem eu dividir os meus sentimentos, e a leitura fazia isso.

O pequeno excerto transcrito é de autoria de Joana, protagonista do presente escrito, mulher, angolana, egressa do sistema prisional paulista, e que aceitou compartilhar sua história de vida com a pesquisadora que se manifesta nestas linhas. Em sua fala, entrecortada por pausas e sorrisos ligeiros, além de acompanhada por discretos gestos com as mãos, há uma reflexão pessoal sobre a transformação gerada em sua vida pela prisão e pela poesia. Sua trajetória, ao longo do período de encarceramento, foi atravessada por uma atividade que ela, segundo suas próprias palavras, sequer conhecia: um sarau. Depois da primeira participação, não parou mais.²

A privação de liberdade em larga escala é uma questão pungente na contemporaneidade. O encarceramento em massa tem sido a solução adotada por diversas nações como estratégia para lidar com questões relativas à segurança pública e à criminalidade. Nos últimos 20 anos viu-se um aumento do encarceramento mundial. Segundo dados do *World Prison Population List*, de 2021, enquanto a população mundial cresceu, em média 28%, a quantidade de pessoas encarceradas no globo aumentou cerca de 24%: de 8,6 milhões nos anos 2000, para 10,7 milhões em 2021 (Fair; Walmsley, 2021). Em adição, o relatório *Global Prison Trends*, de 2023, estima que há 11,5 milhões de pessoas presas no mundo. Muitas delas devido a 4 fatores: falta de alternativas à privação de liberdade; sentenças mais longas do que deveriam ser; políticas punitivas antidrogas; e leis discriminatórias.³ Neste sentido, Davis (2018, p.17),

453

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades, do Diversitas – Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos, da Universidade de São Paulo (USP). cursando período de doutoramento sanduíche, mediante financiamento da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, no período de janeiro a junho de 2024. Contato em: priscila.santos.oliveira@usp.br

² A entrevista com Joana fora realizada no âmbito da pesquisa elaborada para a construção da tese da pesquisadora, intitulada Histórias sobre literatura e prisão. Além dessa, foram realizadas, até então, duas outras entrevistas. A pesquisa já foi homologada e aprovada no comitê de ética em pesquisa da instituição de ensino. Nos termos do constante no projeto submetido ao comitê de ética, está sendo utilizado nome fictício. Por fim, de modo a destacar as falas de Joana das demais citações, utilizar-se-á o itálico quando tratar-se de discurso transcrito a partir da entrevista realizada com a protagonista.

³ Tradução de livre de: few alternatives; increased sentences; punitive drug policies; and discriminative laws.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



analisando a situação prisional dos Estados Unidos, país que tem o maior número de pessoas encarceradas no mundo, em *Estarão as prisões obsoletas?* argumenta que a prisão se tornou um “buraco negro no qual são depositados os detritos do capitalismo contemporâneo”. Isto é, um espaço ao qual são destinados os indivíduos que não se incorporam à lógica do consumo. Nas palavras de Baumann (2001), é o destino dos “consumidores falhos”.

Especificamente o Brasil, atual país de residência de Joana, e país no qual ela cumpriu sua pena, figura como uma das três nações que mais encarcera no mundo. Segundo os mais recentes dados do Informativo Penitenciário Nacional (INFOPEN) a população prisional do país saiu de 232.755 pessoas privadas de liberdade, em 2000, para 649.592 no ano de 2023. Entre as mulheres, o aumento é ainda mais expressivo, já que foi de 5,6 mil em 2000 para 27.375 em 2023; o que significa dizer que o número quase quintuplicou.

Consequência imediata de tamanho encarceramento, a superlotação de prisões, além de onerar os cofres públicos, limita a capacidade dos sistemas prisionais de lidar efetivamente com a minoria de presos que representam riscos para a segurança pública; além disso, tem como consequência imediata a disponibilização de condições desumanas e degradantes para o cumprimento das penas (Jacobson; Heard; Fair, 2017), o que dificulta (quicá inviabiliza) a reintegração social dos sujeitos, a qual se configura justamente um dos objetivos perseguidos pelas penas de privação de liberdade. Tal objetivo não parece estar sendo cumprido, pois apesar de a população prisional ser numericamente crescente, prender muito não significa maior segurança ou maior reintegração social daqueles que foram privados de liberdade (Jacobson; Heard; Fair, 2017). Para refletir acerca de tal constatação, basta que se observe, de modo generalizado, que as nações dispõem de coleta de dados sobre o contingente populacional prisional, mas não necessariamente sobre a reincidência criminal ou sobre a reintegração social.

Segundo as Regras de Nelson Mandela, ou Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos (Brasil, 2016), que se constituem como tentativa de “estabelecer o que geralmente se aceita como sendo bons princípios e práticas no tratamento dos reclusos e na gestão dos estabelecimentos prisionais” (p.1), para que a privação de liberdade atinja seus objetivos, quais sejam “proteger a sociedade contra a criminalidade e reduzir a reincidência” (p. 3), é necessário que as administrações prisionais, providenciem as pessoas sentenciadas tratamento que não atente contra a dignidade do ser humano, não seja desumano e nem degradante (p. 3). Neste sentido, devem proporcionar, considerando-se suas peculiaridades:

educação, formação profissional e trabalho, bem como outras formas de assistência apropriadas e disponíveis, incluindo aquelas de natureza reparadora, moral, espiritual, social, desportiva e de saúde. Estes programas, atividades e serviços devem ser facultados de acordo com as necessidades individuais de tratamento dos reclusos. (Brasil, p. 4)

Neste contexto, de superlotação de presídios e similares, de ameaça constante aos direitos humanos, evoca-se o livro, por meio da leitura, da literatura e da poesia, como saída possível. Contribuindo para este entendimento, Cândido (2000), em o *Direito à Literatura* trata da



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



literatura como bem inegável ao ser humano, que pode ser inspirador, mobilizador de transformações, pois:

[...] é fator indispensável de humanização e, sendo assim, confirma o homem na sua humanidade, inclusive porque atua em grande parte no subconsciente e no inconsciente. Neste sentido, ela pode ter importância equivalente à das formas conscientes de inculcamento intencional, como a educação familiar, grupal ou escolar. Por isso e que nas nossas sociedades a literatura tem sido um instrumento poderoso de instrução e educação, entrando nos currículos, sendo proposta a cada um como equipamento intelectual e afetivo. Os valores que a sociedade preconiza, ou os que considera prejudiciais, estão presentes nas diversas manifestações da ficção, da poesia e da ação dramática. A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas [...] (Cândido, 2000)

Desta maneira, a leitura, a literatura e a poesia, por um lado, podem contribuir para as políticas de educação e reintegração no cárcere⁴; por outro, possibilitam um “escape” à rotina alienante da prisão.

Joana, protagonista desta produção, é uma mulher que esteve presa na Penitenciária Feminina da Capital, no estado de São Paulo. Ao longo deste período, conheceu o Sarau Asas Abertas que possibilitou, mesmo num ambiente de cerceamentos, além de uma atividade intelectual, algo que transformou sua trajetória. A protagonista revela que, apesar de seu contato com os livros e a leitura ao longo de sua infância e juventude, a atividade do sarau era, até então, desconhecida:

Eu tinha essa curiosidade, eu não sabia. Ah sarau, o que é o sarau, não sabia e não entendia o que era. Através de uma amiga dentro, ela falou ‘tem aí sempre um sarau’. Eu disse “sério?”. Mas até então era uma coisa vaga na minha mente, não sabia, não entendia o que era, e eu tive essa curiosidade. Eu queria muito, porque eu era uma pessoa que queria fazer tudo, me ocupar, ocupar a minha mente, porque eu não queria que a minha mente não funcionasse lá dentro.

Segundo a biblioteca da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC RS), o sarau é um evento, musical ou literário, que acontecia em casas particulares de pessoas que se reuniam com o intuito de promover a integração social e cultural de um determinado grupo. Complementando este significado, o dicionário Michaelis online traz as seguintes

⁴ Na atualidade, por meio da Resolução 391, de 2022, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), do Brasil, estabelece a possibilidade de remição de pena pela leitura, válida em todo o território nacional. Assim, é possível que pessoas privadas de liberdade a cada mês, após a leitura de uma obra literária e elaboração de resenha, diminuam quatro dias de sua sentença. Esta pesquisadora, assim como outros pesquisadores da área, entende que a citada resolução foi publicada para complementar as possibilidades de remição de pena contidas na Lei de Execução Penal (LEP), de 2007, que versam sobre educação e trabalho. Tais medidas podem ser enquadradas como estratégias ou programas voltados à reintegração social. Além disso, é preciso ponderar que os programas de leitura não devem substituir a oferta de educação formal nas unidades prisionais.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



definições para o termo: reunião festiva, geralmente à noite, para conversar, ouvir música, dançar etc.; reunião noturna para discutir assuntos literários; concerto musical noturno. Partindo-se de tais concepções do termo, poderíamos inferir que o “não acesso ao sarau” ou desconhecimento deste tipo de atividade poderia significar o isolamento de certos grupos sociais da cultura e da literatura? Por certo esta é uma questão cuja resposta é multifatorial e depende de circunstâncias educacionais, familiares, culturais e de outras dimensões. No entanto, aproveito a constatação do desconhecimento da protagonista acerca do que é um sarau, desconhecimento este que acredito ser bastante frequente no Brasil,⁵ para recordar Cândido (2000), segundo o qual a literatura ou este “*sonho acordado das civilizações*” (p.177), pode ter sua oferta restringida ou ampliada pela organização social, isto é, pela complexidade da vida em sociedade (p.178), constitui-se, apesar de tudo, como direito de todo ser humano, como “*bem incompressível*” (p. 176), como algo de que não se pode abrir mão, tal qual a alimentação, a habitação, e a vestimenta (p.175).

Retornando à protagonista, quando nossa conversa se encaminha para a participação no sarau, Joana detalha um pouco mais, com visível empolgação, como era a experiência de participação:

Eles traziam caneta, livros. A gente ficava assim ‘nossa, hoje tem sarau’. Todo mundo ficava ansiosa, que fazia parte né, Já queria estar lá, com uma poesia preparada; algumas que não faziam poesia, contavam sua história, então também estava tudo certo. Era um meio de se expressar através de... da literatura. Então, eles traziam esses livros, traziam caneta para nós, que era muito difícil lá ter acesso a essas coisas, e a gente conseguia trazer de volta aquilo que eles pediam para nós.

456

É visível o apreço de Joana pela leitura e pela literatura; apreço que se manifesta não só nos gestos, sorrisos, movimentos dos olhos e empolgação no discurso, quanto nas palavras proferidas e aqui parcialmente transcritas. Tanto é assim que meu primeiro contato com ela ocorreu justamente em um sarau, realizado em um museu da cidade de São Paulo: o Museu da Língua Portuguesa. Na ocasião, o Sarau Asas Abertas, que adiante será mais bem apresentado e que cumpriu importante papel na vida de Joana, e o Sarau da Cooperifa⁶, realizavam uma atividade conjunta em um espaço aberto do museu, localizado nas proximidades da entrada da estação luz do metrô de São Paulo. Devido a alguns compromissos profissionais, não consegui chegar a tempo de participar do sarau, mas pude assistir a seu encerramento e aproveitar para conhecer algumas das pessoas que estavam ali presentes. Dentre estas pessoas, conheci a Joana, e de imediato percebi a sua serenidade.

⁵ Demonstrando o desconhecimento ou afastamento da população geral deste tipo de atividade literária, explícito que, em uma das outras entrevistas realizadas por esta pesquisadora fora entrevistada Maria (nome fictício), também egressa do sistema prisional paulista. Ao recordar sobre sua primeira exposição ao sarau, Maria arrazoia que pensava: “*Sarau? Sarau é coisa de burguês*”

⁶ Atividade que se realiza, há cerca de dez anos, no extremo sul da capital paulista, numa área periférica da cidade. Tradicionalmente organizado por Sergio Vaz, escritor paulista, o evento é um símbolo de resistência e luta pela democratização no acesso às artes.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Joana estava ali como participante do sarau e também como autora/ilustradora do livro *Mulheres Livres – Sarau Asas Abertas – PFC*, que na ocasião estava sendo apresentado e ofertado aos transeuntes. Enquanto autografava os livros vendidos, que contam com grandes participações suas, Joana sorria e reafirmava sua serenidade. Apresentei-me a ela, expliquei superficialmente o funcionamento da pesquisa, anotei seu número de telefone e prometi que entraria em contato para que eu pudesse conhecer melhor a sua história. Assim o fiz. Alguns dias depois, após conversarmos sobre as opções que mais a deixariam confortável, combinamos que eu iria até a sua casa. Apesar do mau tempo no dia combinado, segui rumo ao endereço fornecido. Ao chegar até a casa da Joana, fui recepcionada com um delicioso almoço, durante o qual pudemos nos conhecer melhor. Alimentadas, partimos para a gravação da entrevista que subsidia estas linhas.

Antes de aprofundar a história de Joana, é importantíssimo que se apresente o Sarau Asas Abertas: organizado voluntariamente, o sarau é uma atividade que se realiza semanalmente em unidades prisionais paulistas graças ao compromisso e dedicação de seu fundador. Quando do contato desta pesquisadora com a atividade, eram realizadas sessões semanais em uma penitenciária masculina em Guarulhos, no estado de São Paulo; encontros frequentes, porém dependentes de autorizações estatais, em outras unidades prisionais e de acolhimento de menores; e apresentações em espaços públicos, tal como a realizada no Museu da Língua Portuguesa, na qual pude conhecer Joana. Fica evidente, a partir do relato de Joana, que o sarau já funcionou também em outras unidades prisionais do estado, tal como a Penitenciária Feminina da Capital, onde Joana cumpriu seu período de privação de liberdade e na qual conheceu o Asas Abertas. Necessário destacar o importante papel cumprido pelo sarau, que além das atividades em si, organiza publicações das produções textuais, em prosa e em verso, de pessoas privadas de liberdade, tal como como o livro *Mulheres Livres – Sarau Asas Abertas – PFC*, citado anteriormente.

Joana nasceu, cresceu e casou-se em Angola. Quando questionada sobre suas relações com a leitura e literatura em sua infância e juventude, ela as relaciona a sua trajetória de vida:

[...] Eu diria que a leitura faz parte da minha vida desde que eu sou gente, né? Uma mocinha já... Porque eu era muito difícil de me comunicar com as pessoas ... então, aí eu gostava muito de ler. Eu viajava, ler, eu conheci o mundo através da leitura. E, eu acho que a leitura ela trouxe um conhecimento muito amplo na minha vida, até então que... eu não tinha com quem eu dividir os meus sentimentos, e a leitura fazia isso. E no lugar do, do ser humano poder conversar contigo, então os livros traziam isso para mim. É como se estivessem a ocupar esse lugar. Eles se comunicavam comigo [...] as pessoas às vezes falam para mim 'mas você é muito sábia'. Não é porque eu sou sábia, a leitura trouxe a sabedoria para mim, porque todas as perguntas eu encontrava ali, eu queria investigar, queria entender. E... muitas das perguntas que eu queria saber e a leitura trazia isso para mim porque eu era muito difícil de me comunicar com as pessoas.

Verifica-se na narrativa da colaboradora um contato com os livros ao longo de sua vida, quiçá da infância e juventude, anterior ao cárcere. Um contato, todavia, diferente daquele que se





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



estabeleceu durante o sarau. Nas palavras da própria Joana, enquanto este era marcado pelo compartilhamento, pela socialização, pela possibilidade de “*dividir, essa [...] minha história de vida*”; aquele era marcado pela fuga da solidão.

Ademais, destacam-se algumas outras reflexões elaboradas por Joana, tal como a ideia da “viagem” proporcionada pelo livro. A partir desta menção, resgata-se Michele Pétit (2019), que em *Ler o mundo: experiências de transmissão cultural nos dias de hoje*, arrazoa que há no ato de ler uma “*necessidade existencial, uma exigência vital*” (p. 42). Na mesma obra, a autora enumera algumas razões graças às quais os seres humanos leem, começando por referir-se aos deslocamentos que a leitura pode proporcionar:

[...] o aspecto que primeiramente se destaca parece ser a dimensão do “deslocamento”, do afastamento saudável do que está perto, o salto para fora do quadro habitual graças à descoberta de que existe um outro mundo [...]. É esse “longínquo” do livro [...] que permite encontrar um lugar, no sentido mais pleno do termo [...] o tempo da leitura não se reduz àquele em que viramos as páginas ou àquele em que ouvimos alguém ler em voz alta (p. 46-50).

A leitura possibilita ao ser humano, portanto, um escape do momento presente; de modo que viabiliza, ao menos que imaginativamente, o contato com outros lugares e outros momentos, os quais não se esgotam ali enquanto está sendo realizada; torna-se possível imaginar outros tempos, passados ou futuros, e projetar outros lugares, dotados de quantas características seja possível imaginar. Isto é, o deslocamento proporcionado pela leitura torna possível “viajar” ou “conhecer o mundo”; exatamente o que Joana nos diz.

Segundo Pétit (2019), a leitura serve também para auxiliar-nos a encontrar palavras à altura de nossa experiência. Nas palavras da autora, “*uma criança não recebe passivamente um texto, ela o transforma [...]*” (p. 52); transforma, pois, a partir da experiência de leitor, constroem-se os sentidos do material lido. Tal construção, por um lado, é peculiar a cada indivíduo, mas por outro é coletiva, já que a leitura não nos deixa sozinhos, permite “*descobrir que aquilo que nos assombra, nos intimida, pertence a todos*” (p. 54) e possibilita “*conhecer o outro por dentro*” (p. 58). Desta maneira, a leitura (ou o livro) “se comunica” com o leitor, auxilia na compreensão e na socialização de emoções, de palavras, de ações. Conforme narrado por Joana, é uma possibilidade de “dividir os sentimentos”.

Esta possibilidade de compartilhamento dos sentimentos, ou de expressão da própria subjetividade é tratada também em outros momentos da narrativa de Joana. Ao longo destas passagens, ela evidencia que o trabalho com a literatura e com a poesia funcionou de maneira terapêutica, sendo importante para que passasse a se expressar a respeito de sua própria trajetória de vida e subjetividade:

Eu sempre tive [...] esse problema de comunicação, então, imagina você no meio de muita gente e você tem que falar algo. Ele [referindo-se ao organizador do sarau] falava: “vem falando”. E eu vinha... ‘não, a sua voz tá muito baixa, precisa tirar ela pra fora’ e ali eu ia de novo. Eu comecei a ter isso como uma terapia, até

458





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



um processo de poder tirar tudo que eu tinha dentro de mim e que me incomodava, então eu transformei a poesia na minha fala e no meu ponto de vista. A minha própria história precisei botar para fora através da poesia [...]

Este último relato da protagonista faz recordar uma citação de Octavio Paz, segundo a qual “*O poema não diz o que é, e sim o que poderia ser. Seu reino não é o do ser, mas o do ‘impossível verossímil’ de Aristóteles*” (1972, p.38). Mediante a narrativa de Joana torna-se possível inferir que o contato com a literatura ao longo daquela atividade ali na unidade prisional foi decisivo para que houvesse o resgate de uma potencialidade. Isto é, por meio da poesia, Joana deixou de ser a mulher “sem voz”, e passou a exercitar o que ela poderia ser, usando a poesia como uma forma de libertação. Libertação tamanha que a colaboradora passou de “menina com problemas de comunicação” a poeta das “mulheres encurraladas”. Neste sentido, ao referir-se a sua própria produção poética, Joana explicita:

[...] a maioria das minhas poesias elas têm uma força, ela tem um impacto muito grande na vida das pessoas, porque não ... não tem um lugar que eu passo que eu sinto que uma poesia não impacta a vida do outro que estiver ao lado, porque muitas vezes são as falas caladas [...] através das minhas poesias, elas trazem um resgate de uma voz que estava calada. Então não tem como dizer que não é transformadora. Foi muito mais além do que eu esperava que fosse. [...]

459

Tão logo referiu-se a sua produção, Joana passou a recitar um de seus trabalhos, que transcrevo por completo e no qual evidencia-se, não só a difícil trajetória de vida da protagonista, mas também a mudança no modo como a protagonista lida com a sua própria “voz”:

Ser mulher é arte da natureza, da vida. Pé firme no chão, na força de lutar contra o vento. Vencer pela luz do sol.

Por ser mulher, um dia fui violentada por um verme animal feroz, atacada sem nenhuma chance de defesa. Depois do ato eu me senti suja, sem força. Eu só queria entrar debaixo da água e tirar toda sujeira que tinha sido plantada por um animal. Sem dó, sem compaixão. Por aquele homem que eu poderia ter trazido ao mundo.

Pare e pense! Eu posso ser sua mãe, filha, irmã ou sobrinha. Eu sou a mulher da voz que não tinha voz para denunciar com medo e vergonha de ser julgada. Hoje eu sou a mulher que a raiz cresceu junto com a minha voz.

Adiante, ao realizar uma autodescrição de si, Joana novamente discorre sobre as mudanças em sua trajetória e no modo como lida com seus sentimentos:

[...] uma mulher que foi submissa durante 14 anos pelo pai de meus 3 filhos. [...] que sofreu todo tipo de abusos, como... violência, verbais, abuso sexual... e que se calou muito tempo [...] que é ... é multi... eu amo desenhar roupa, eu amo desenhar caricatura. Eu me enxergo nessas coisas todas, porque eu consigo fazer leitura do ser humano ... eu consigo mergulhar com esse mundo aí. A Joana é uma





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



mulher que sempre amou escrever frase e hoje é uma mulher que, sim, se considera como uma mulher poética. É uma mulher que quer ter uma formação, porque não teve a oportunidade, porque tive que me casar e deixar tudo de lado, mas hoje eu estou a resgatar tudo isso, que eu já prestei eu concurso do ENEM e mesmo depois de tantos anos sem estudar, eu conseguir adquirir boas notas e eu quero sim fazer uma faculdade. Não para mostrar ao mundo, mas porque é algo que me foi privado e hoje eu posso sim ter a oportunidade de virar esse jogo. E um dia chegar, eu lutei por mim e eu consegui vencer e vou continuar a lutar por muitas vozes caladas. Essa é a Joana.

A partir deste trecho da narrativa da colaboradora é possível reiterar a posição segundo a qual a poesia (por conseguinte, a literatura) mobilizou uma transformação na vida de Joana. Em sua narrativa, ela evidencia que sempre esteve próxima das artes como um todo. A princípio, os livros e a leitura funcionavam como estratégias para, sozinha, “conhecer o mundo”, “viajar por ele”, comunicar-se com ele e até para não se sentir só. No entanto, a partir da participação no sarau, espaço de socialização, o literário passa a transformar a posição de Joana diante da vida que ela vivia e das violências que lhe eram infringidas. De acordo com o seu relato, o exercício de criação literária realizado nos encontros do sarau fez com que a colaboradora passasse a expressar-se, libertando-se do seu silêncio adotado perante o mundo; trata-se de uma voz tão “alta” e libertadora que inclusive a motiva a libertar outras mulheres. Destaque-se também a perspectiva futura da protagonista, que não somente percebe a mudança pela qual passou, mas explicita seus desejos de continuar seus estudos⁷, realizar sonhos e influenciar outras mulheres. As palavras da protagonista fazem recordar Todorov, que em *A literatura em perigo*, após nos apresentar Charlotte Delbo⁸, discorre sobre a potência literária:

460

[...] A literatura pode muito. Ela pode nos estender a mão quando estamos profundamente deprimidos, nos tornar ainda mais próximos dos outros seres humanos que nos cercam, nos fazer compreender melhor o mundo e nos ajudar a viver. Não que ela seja, antes de tudo, uma técnica de cuidados para com a alma; porém, revelação do mundo, ela pode também, em seu percurso, **nos transformar a cada um de nós a partir de dentro**. (Todorov, 2010, p. 75, grifos nossos)

Voltando à memória de Joana, no trecho mais recentemente transcrito a partir de sua fala há ainda o termo “multi”, em que a protagonista se refere ao fato de sentir-se uma multiartista; seria então o caso da literatura mobilizando outras manifestações artísticas? Joana relatou ao longo da entrevista que gosta de desenhar, que muitas vezes apresentava desenhos nos saraus

⁷ De acordo com dados do ciclo de coleta de janeiro a junho de 2023 do INFOPEN, 10.962, ou cerca de 40% das mulheres das mulheres encarceradas no Brasil declaram ter somente o ensino fundamental incompleto; por outro lado, somente 494, ou 1,7% declaram ter o ensino superior completo.

⁸ Personagem que aparece na obra de Todorov e que, estando em uma cela, faz dos livros e de seus personagens, companheiros que auxiliam a superar a solidão e permitem-lhe manter-se viva.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



e que mesmo depois de cumprir sua pena mantém o hábito. Pedi então que ela me mostrasse dentre os seus desenhos o que ela mais gostava. Na Figura 1 verifica-se a escolha de Joana:

Figura 1 – Desenho escolhido por Joana



Fonte: acervo da autora (2023)

Observando o desenho, propositalmente, buscando entender o porquê de este ser o desenho escolhido por ela, questionei: “É criação sua ou você copiou de algum lugar?”. Obtive a seguinte resposta:

[...] eu vi ele numa revista pequenininha, aí eu ampliei [...] Me apaixonei aí eu fiz esse desenho aí [...] eu vi ele e me apaixonei [...] Eu fiz esse desenho... eu me enxergo muito nesse desenho. É um desenho que eu amo [...]

O desenho escolhido de fato carrega muitas semelhanças com Joana. Particularmente, vejo uma mulher, negra, que parece estar num gesto de reflexão; gesto este que parece dialogar justamente com o processo vivenciado por Joana por meio da literatura: reflexão e transformação.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Ao longo destas linhas, intencionei destacar a história de vida de Joana, que com sua beleza e complexidade se aproxima da história de tantas outras mulheres⁹, e que na qualidade de memória humana, sensibiliza (ou ao menos deveria sensibilizar). Uma história que poderia mencionar somente dor, traumas, silenciamentos; mas que, conforme se pode observar por meio das palavras da protagonista, não o faz. Pessoas privadas de liberdade e pessoas egressas do sistema prisional precisam lidar com preconceitos, desemprego e outras mazelas¹⁰; assim, a poesia e a literatura, se não são capazes de resolver de fato “os problemas da vida real”, cumprem o importante papel de manutenção da subjetividade, de alargamento de visão de mundo e, sobretudo, de manutenção da esperança num mundo mais humano.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2001.

BIBLIOTECA CENTRAL IRMÃO JOSÉ ÓTÃO. **Curiosidades literárias: você sabe o que é um sarau?** Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2010. Disponível em: <https://biblioteca.pucrs.br/curiosidades-literarias/voce-sabe-o-que-e-um-sarau/> Acesso em 22 nov. 2023.

BRASIL, Conselho Nacional de Justiça. **Regras de Mandela: regras mínimas das Nações Unidas para o tratamento de presos/Conselho Nacional de Justiça**. Coordenação: Luís Geraldo Sant’Ana Lanfredi. Brasília: CNJ, 2016. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/09/a9426e51735a4d0d8501f06a4ba8b4de.pdf>. Acesso em 27 fev. 2024.

BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas Penitenciárias. **INFOPEN - 13º ciclo de coleta**. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen> . Acesso em 24 fev. 2024.

⁹ De acordo com o mais recente ciclo de coleta de dados do INFOPEN, de janeiro a junho de 2023, há 27.735 mulheres presas no Brasil; destas, 59%, ou 16.273 são pretas ou pardas, tal como Joana. Tal número pode ser maior, tendo em vista que estes dados só estão disponíveis para 90,94% da população prisional do Brasil. Adicionalmente, esclareça-se que, no que tange à idade, cerca de 53% têm até 34 anos, e 28% têm entre 35 e 45 anos de idade. Aproximadamente 80% das mulheres privadas de liberdade tem ao menos um filho. Por fim, no que diz respeito à tipificação penal, 13.497 mulheres, ou cerca de 49%, estão presas por crimes relacionados à lei de drogas; a segunda tipificação penal que mais encarcera diz respeito aos crimes contra o patrimônio, respondendo a 6.546 mulheres, ou aproximadamente 23% .

¹⁰ Publicação do CNJ, datada de 2020, ao tratar do estigma contra pessoas egressas do sistema prisional, lista algumas barreiras enfrentadas, tais como a dificuldade de encontrar emprego e manter renda para sobrevivência, dificuldade de acesso a direitos fundamentais, tais como a obtenção de documentos, engajamento em outras atividades ilícitas, Depreciação da autoimagem e da identidade pessoal do egresso, Aparecimento de transtornos mentais e o abuso de álcool e outras drogas. Além disso, há outros importantes aspectos, tais como o racial, a baixa escolarização, a ideia de agressividade advinda do egresso e o estreitamento de seus laços sociais.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



CÂNDIDO, Antonio. **O direito à literatura**. In: _____. Vários Escritos. 5 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul/ São Paulo: Duas Cidades, 2011. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3327587/mod_resource/content/1/Candido%20O%20Direito%20%20C3%A0%20Literatura.pdf. Acesso em: 08 out. 2023.

DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?** Rio de Janeiro: Difel, 2018. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6907683/mod_resource/content/1/DAVIS%2C%20Angela.%20Estar%20as%20pris%20obsoletas.pdf Acesso em: 28 nov. 2023.

FAIR, Helen; WALMSLEY, Roy. **World Prison Population List** - thirteenth edition. Institute for Crime & Justice Policy Research. University of London. London, 2021. Disponível em: https://www.prisonstudies.org/sites/default/files/resources/downloads/world_prison_population_list_13th_edition.pdf Acesso em: 08 out. 2023

JACOBSON, Jessica; HEARD, Catherine; FAIR, Helen. **Prison - Evidence of its use and over-use from around the world**. Institute for Crime & Justice Policy Research. University of London. London, 2017. Disponível em: https://www.prisonstudies.org/sites/default/files/resources/downloads/global_imprisonment_web2c.pdf . Acesso em: 23 out. 2023

SARAU In Michaelis, Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Editora Melhoramentos. 2023. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/sarau/> Acesso em: 22 nov. 2023.

PAZ, Octavio. **Signos em rotação**. (Trad. Sebastião Uchoa Leite) São Paulo: Perspectiva, 1972.

PETIT, Michèle. **Ler o mundo**: experiências de transmissão cultural nos dias de hoje. Tradução de Julia Vidile. São Paulo: editora 43, 2019., Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5954019/mod_resource/content/1/MichelePetit.pdf Acesso em: 02 out. 2023

THAILAND INSTITUTE OF JUSTICE; PENAL REFORM INTERNATIONAL. **Global Prison Trends 2023**. Penal Reform International. 2023. Disponível em: <https://cdn.penalreform.org/wp-content/uploads/2023/06/GPT-2023.pdf>. Acesso em 25 fev 2024.

TODOROV, Tzvetan. **A literatura em perigo**. Difel, 2010.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



A ORGANIZAÇÃO DE ARQUIVOS PESSOAIS PARA A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA: O ARQUIVO DE CASTRO FARIA COMO FONTE PARA A HISTÓRIA E MEMÓRIA DA ANTROPOLOGIA

Leticia Souza da Costa Sampaio¹

Introdução

Os registros pessoais dos cientistas representam uma fonte inestimável para compreender a história e a memória das ciências. No cenário da Antropologia brasileira, o arquivo pessoal do renomado antropólogo Luiz de Castro Faria emerge como um recurso de significativa importância para investigações históricas. O acervo foi doado ao Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) em agosto de 2000, e desde então, está sob a custódia do Arquivo de História da Ciência (AHC) do MAST.

A partir de 2001, foi conduzido o primeiro projeto de organização do acervo de Luiz de Castro Faria. Até 2005, mais de 8.000 documentos textuais foram descritos, e uma parte considerável da documentação iconográfica, contendo cerca de 5.000 fotografias, cartões postais, mapas, croquis, diapositivos e negativos fotográficos, foi separada por motivos de preservação.

De 2001 a 2018, foi conduzido o projeto “História da antropologia no Brasil no acervo Luiz de Castro Faria”, o qual focou principalmente na organização do acervo iconográfico do arquivo de Castro Faria, uma vez que estes itens seriam utilizados para a elaboração de um livro. Entre 2010 e 2021, o projeto “Estudo da espécie e tipologia documental de arquivos de ciência e tecnologia” também se debruçou sobre o arquivo do antropólogo e foi nesse contexto que, a partir de 2015, a organização do acervo de Castro Faria passou a ser concebida seguindo critérios arquivísticos.

Desde então, os esforços têm sido direcionados para transcender as práticas centradas no olhar dos historiadores, buscando estruturas teóricas e metodológicas arquivísticas que efetivamente facilitem a recuperação e o acesso às informações contidas no arquivo pessoal de Castro Faria.

Prosseguindo com a iniciativa de propor uma organização para o acervo de Castro Faria, com ênfase nos documentos textuais, o projeto "Institucionalização de Arquivos Pessoais: Identificação, tratamento documental e acesso a novas fontes para a História da Ciência" foi realizado entre setembro de 2023 e janeiro de 2024, como parte do Programa de Capacitação Institucional (PCI) do CNPq no MAST.

¹ Historiadora, arquivista, mestra em Ciência da Informação pela Universidade Federal Fluminense e doutoranda em Informação e Comunicação em Saúde pela Fiocruz. Foi bolsista PCI/CNPq no Museu de Astronomia e Ciências Afins entre setembro de 2023 e janeiro de 2024. souzaleticia@id.uff.br





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



O objetivo principal do plano de trabalho do projeto foi o de elaborar um diagnóstico do arquivo pessoal de Luiz de Castro Faria, fornecendo subsídios para sua organização e disponibilização. Durante a vigência da bolsa PCI/CNPq no MAST, um estudo foi conduzido para orientar a adoção de critérios arquivísticos sólidos para classificar, organizar e disponibilizar o acervo.

Esta pesquisa destaca a importância das práticas arquivísticas apropriadas para garantir o efetivo acesso às fontes documentais e assegurar a preservação da memória contida nos acervos. O arquivo de Castro Faria não apenas oferece uma visão da trajetória pessoal e profissional do antropólogo, mas também lança luz sobre temas diversos, como a história da Antropologia brasileira, o contexto socioambiental das populações estudadas por Castro Faria e o papel do Museu Nacional na promoção da ciência e da cultura. Assim, o acervo aqui discutido é de grande valor para a memória e história da Antropologia e também de áreas correlatas.

Este estudo tem como objetivo discutir a importância da organização voltada para o acesso em arquivos pessoais de cientistas, analisar como a metodologia de identificação pode fundamentar essa organização, apresentar exemplos de uso do arquivo pessoal de Luiz de Castro Faria como fonte de história e memória, e expor a necessidade de os espaços de custódia de arquivos pensarem em melhores práticas arquivísticas que garantam o acesso e a preservação da memória.

Trata-se de uma pesquisa exploratória que emprega métodos qualitativos de análise e tratamento de dados, utilizando a pesquisa bibliográfica como metodologia de coleta de dados, por meio da revisão de literatura em artigos, dissertações, teses e livros para embasar as discussões propostas.

Os arquivos pessoais de cientistas como fonte para a história e memória das ciências

Para que seja possível discutir a importância da organização seguindo padrões arquivísticos e voltada para o acesso, é importante compreender como os arquivos pessoais de cientistas podem ser fonte para a pesquisa em história das ciências e para a preservação da memória.

A partir da década de 1970, houve uma mudança fundamental na maneira como a história das ciências foi abordada. Anteriormente, a narrativa histórica muitas vezes se concentrava nas grandes descobertas e nos cientistas renomados, negligenciando os contextos sociais, políticos, econômicos e culturais nos quais essas descobertas ocorreram.

Essa nova abordagem historiográfica buscou entender não apenas o desenvolvimento das teorias científicas, mas também como fatores externos, como mudanças políticas, movimentos sociais, avanços tecnológicos e influências culturais, moldaram a ciência e foram por ela influenciados. Isso levou a uma compreensão mais profunda da natureza complexa e interdisciplinar da ciência, mostrando como ela está intrinsecamente ligada a outros aspectos da sociedade (GONÇALVES, 2023).

No contexto brasileiro, essa abordagem se consolidou especialmente a partir da década de 1980. Nesse período, os historiadores das ciências no Brasil passaram a explorar mais

465





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



profundamente as interações entre ciência, política e cultura no cenário nacional. Isso incluiu o estudo das políticas governamentais em relação à ciência, o papel das instituições científicas na formação da identidade nacional, as relações entre cientistas e movimentos sociais, entre outros temas (GONÇALVES, 2023).

Gonçalves (2023, p. 8) afirma que: “Essa nova prática historiográfica refletiu-se, entre outros aspectos, na importância cada vez maior atribuída à preservação e à organização de arquivos pessoais [...]”. Esses arquivos não apenas fornecem fontes para a compreensão do trabalho individual dos cientistas, mas também lançam luz sobre as redes de colaboração, os debates científicos da época, as influências externas e os impactos sociais e culturais de suas descobertas e atividades científicas. Assim, a preservação e organização adequadas desses arquivos não apenas contribuem para a compreensão da história da ciência, mas também para uma compreensão mais ampla da sociedade em que ela se insere.

Os documentos de arquivo são aqueles produzidos naturalmente em razão das funções e atividades de seu produtor. Assim, os documentos arquivísticos são produzidos ou custodiados por pessoas, famílias ou instituições, constituindo um conjunto orgânico (BELLOTTO, 2006).

Bellotto (2006, p. 266), conceitua os arquivos pessoais como:

[...] conjunto de papéis e material audiovisual ou iconográfico resultante da vida e da obra/atividades de estadistas, políticos, administradores, líderes de categorias profissionais, cientistas, escritores, artistas etc. Enfim, pessoas cuja maneira de atuar, agir, pensar e viver possa ter algum interesse para as pesquisas nas respectivas áreas onde desenvolveram suas atividades; ou ainda pessoas detentoras de informações inéditas em seus documentos que, se divulgadas na comunidade científica e na sociedade civil, trarão fatos novos para as ciências, a arte e a sociedade.

466

A abordagem de Bellotto (1998) sobre a classificação de arquivos pessoais ressalta a importância da contextualização histórica e biográfica na compreensão dos documentos de arquivo. Através de uma investigação detalhada da vida, trajetória e obra do produtor, é possível entender não apenas o conteúdo dos documentos, mas também o contexto em que foram criados e acumulados.

Ao considerar que os documentos de arquivo são produtos das atividades do produtor, torna-se essencial compreender as funções por ele exercidas. Isso permite uma análise mais profunda dos documentos, revelando aspectos como as relações institucionais, os processos de tomada de decisão e as dinâmicas organizacionais. Dessa forma, a classificação dos arquivos pessoais não se restringe apenas à organização física dos documentos, mas também à sua interpretação histórica e social.

No contexto da pesquisa histórica, os arquivos pessoais desempenham um papel fundamental como fontes primárias. No entanto, para alcançar plenamente seu potencial, é necessário realizar um estudo prévio da trajetória de vida, ocupações e atividades do indivíduo estudado. Isso ajuda a identificar quais documentos são mais relevantes para a





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



compreensão do objeto de estudo, direcionando a pesquisa e permitindo uma análise mais precisa e contextualizada.

Além disso, a análise dos arquivos pessoais não se limita apenas à figura central, mas também pode fornecer perspectivas sobre as redes de relacionamento, as práticas culturais e as transformações sociais em que o indivíduo estava inserido. Por meio da análise comparativa de diferentes arquivos pessoais, é possível traçar conexões e identificar padrões que contribuem para uma compreensão mais abrangente de determinado período histórico ou contexto social.

Bellotto (1998) destaca a importância da interdisciplinaridade na gestão e na pesquisa de arquivos pessoais. Ao integrar conhecimentos da arquivística, da história e de outras áreas afins, é possível explorar plenamente o potencial desses documentos como fontes para a compreensão do passado e para a produção de conhecimento histórico.

Os arquivos pessoais dos cientistas são aqueles produzidos ou custodiados no âmbito das atividades desenvolvidas por um cientista. Mello (2012) compreende que os arquivos pessoais de cientistas possibilitam uma visão da vida e do trabalho dos cientistas, permitindo uma análise não apenas do seu papel na produção do conhecimento, mas também do ambiente que os cercava, incluindo aspectos familiares, intelectuais e sociais.

Abellás e Araújo (2019) apontam que os arquivos pessoais dos cientistas não apenas lançam luz sobre a vida individual do pesquisador, mas também sobre as instituições científicas com as quais estavam associados. Os itens documentais produzidos e custodiados por cientistas podem ser ainda fontes para a compreensão das instituições científicas, seus métodos de trabalho, políticas de pesquisa e até mesmo conflitos internos. Essa riqueza de informações torna os arquivos pessoais dos cientistas uma fonte inestimável para historiadores das ciências e das instituições científicas.

467

As possibilidades de uso do arquivo pessoal de Luiz de Castro Faria

Luiz de Castro Faria foi um antropólogo brasileiro que iniciou sua trajetória profissional na área em 1936, no Museu Nacional, como estagiário da Seção de Antropologia e Etnografia. Castro Faria interessou-se principalmente pelos estudos que relacionam as sociedades humanas aos contextos ecológicos em que vivem, focando especialmente nos povos indígenas do cerrado brasileiro após participar da Expedição à Serra do Norte, em 1939, liderada por Lévi-Strauss (CASTRO FARIA, 1946; CRUZ, 2013).

Castro Faria enfatizou a importância das conexões geográficas na formação dos modos de vida, observando como cada habitat e clima influenciam a cultura material e os hábitos alimentares dos povos. Além disso, examinou sociedades não autóctones, como os garimpeiros, revelando a persistência de técnicas e tradições que resistem ao avanço tecnológico. Seu trabalho contribuiu para a compreensão das relações entre comunidades e meio ambiente nos estudos em ecologia humana (CASTRO FARIA, 1946; CRUZ, 2013a). Como visto, o arquivo pessoal de Castro Faria foi doado ao MAST no ano 2000. De 2003 a 2005, um projeto de organização do acervo foi realizado. A partir de 2007, bolsistas e





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



pesquisadores se dedicaram ao estudo e organização da documentação, com foco especial na parte iconográfica. Contudo, as práticas adotadas não seguiram padrões arquivísticos claros, resultando em dificuldades na recuperação das informações.

Decerto, é fundamental pensar em práticas arquivísticas apropriadas para preservar, organizar e acessar adequadamente o arquivo pessoal de Castro Faria. A falta de padrões arquivísticos claros dificulta a pesquisa científica, limitando todo o seu potencial de uso nas pesquisas sobre diversos assuntos.

Sobre o conjunto de documentos produzidos e acumulados por Luiz de Castro Faria, o mesmo, ainda em vida, decidiu:

[...] administrar o destino dos principais produtos físicos de sua ação intelectual. [...] Em meados de 1999, autorizou e constituiu formalmente um Conselho Curador para cuidar da classificação e da devida preservação de seu acervo. Celebrou, em agosto de 2000, um termo de doação de seu arquivo pessoal, com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) /Museu de Astronomia e Ciências Afins (ALMEIDA, 2005, p. 227).

Segundo Domingues et al., o arquivo pessoal de Castro Faria se destaca pela presença de documentos que “[...] marcaram a sua vida intelectual, sua posição no campo científico, construída numa rede de relações que se afirmou entre os pares, no meio acadêmico, nos muitos cargos de administração que exerceu [...]” (DOMINGUES ET AL., 2005, p. 5).

[...] o arquivo de Castro Faria reúne mais de 7 mil documentos textuais e iconográficos [...]. Este acervo é composto de imagens que retratam a trajetória profissional de Castro Faria. As fotografias e negativos testemunham parte importante da carreira de Castro Faria e seus trabalhos de campo junto às populações indígenas no território nacional, bem como as escavações arqueológicas de sambaquis, dentre outros registros que inspiraram inúmeras produções (SILVA; CABRAL, 2016, p. 561).

A diversidade de tipos documentais presentes nos arquivos pessoais é uma característica dos arquivos pessoais e uma particularidade que torna esses acervos passíveis de serem utilizados como fonte de pesquisa sob diversas perspectivas (BELLOTTO, 1998). Em vista disso, o arquivo de Castro Faria é também passível de ser investigado por diferentes perspectivas e servir de fonte para os mais diversos objetos de pesquisa.

Neste estudo, foram levantados exemplos das possibilidades de uso do arquivo pessoal de Luiz de Castro Faria.

Em 2008, Adriana Keuller baseou sua tese de doutorado em História Social na análise do arquivo pessoal de Castro Faria, entre outros, para investigar os estudos físicos em Antropologia realizados pelo Museu Nacional entre 1876 e 1939 (Keuller, 2008).

Simão (2009) examinou as contribuições de Castro Faria para os debates e implementação da Lei nº. 3.924, de 1961, que dispõe sobre a proteção do patrimônio arqueológico nacional, utilizando o arquivo pessoal do cientista, especialmente as atas de reuniões do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Cruz (2013a; 2013b), foi bolsista do MAST, estudou a produção de conhecimento de Castro Faria e sua relação com a tradição do Museu Nacional, além de analisar correspondências entre Castro Faria e o arqueólogo Pe. João Alfredo Rohr.

Veiga e Melo (2015) usaram um texto inédito de Castro Faria depositado no MAST para pesquisar os estudos urbanos no Rio de Janeiro no início da década de 1980, relacionados à criação do Laboratório de Arqueologia Urbana no Museu Nacional.

Saladino (2016), em sua dissertação de mestrado em Arqueologia, consultou o fundo Castro Faria custodiado pelo MAST, explorando diários de campo e documentos iconográficos referentes às escavações de Castro Faria no Sambaqui de Cabeçuda em Laguna, Santa Catarina.

Silva e Cabral (2016) realizaram um estudo tipológico das fotografias do arquivo pessoal de Castro Faria, discutindo sua importância para a história da Antropologia no Brasil.

Scheel-Ybert et al. (2020) investigaram as mudanças e permanências no Sambaqui da Cabeçuda com base nas escavações de Castro Faria, utilizando informações recuperadas em seu arquivo pessoal custodiado pelo MAST.

Assim como as pesquisas supracitadas demonstram como o arquivo pessoal de Castro Faria pode ser utilizado como fonte para diferentes pesquisas, os documentos que o compõem podem também ser fontes para investigações sob as mais diversas perspectivas. Decerto, os documentos que compõem o acervo de Luiz de Castro Faria são passíveis de ser utilizados como fonte para a pesquisa em Antropologia e Arqueologia, sendo também parte da memória dessas ciências e de seu desenvolvimento no contexto nacional e o legado de pesquisadores e instituições científicas como o Museu Nacional.

469

Organização para o acesso e preservação da memória nos arquivos pessoais de cientistas

A organização de arquivos pessoais de cientistas ainda carece de orientações e regulamentações específicas na legislação brasileira e na literatura da área. Costa e Roncaglio (2022) destacam a falta de distinção clara entre arquivos públicos e privados na legislação nacional da área, o que dificulta o tratamento desses documentos. Ainda que a Lei Federal nº 8.159/1991, a Lei de Arquivos e a Lei nº 12.527/2011, Lei de Acesso à Informação representem avanços na regulamentação do acesso à informação, a legislação nacional ainda não apresenta critérios específicos que regulamentem a gestão, preservação e acesso aos arquivos privados de interesse público (MEDLEG, 2014; COSTA; RONCAGLIO, 2022).

Assim, as instituições de custódia precisam lidar com a falta de regulamentação específica para os arquivos pessoais, enquanto buscam nas boas práticas arquivísticas formas para melhor cumprir o dever de dar acesso. Frade e Betancourt (2015) apresentam suas experiências quanto ao acesso a arquivos de ciência ainda em processo de organização e destacam que a falta de instrumentos de pesquisa é uma das dificuldades encontradas nesse exercício.

Decerto, a organização norteada por critérios arquivísticos é fundamental para garantir o acesso. Frade e Betancourt (2015) abordam ainda que o processo de organização deve





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



envolver um estudo profundo sobre o acervo, incluindo os gêneros e tipos documentais, suportes, formatos, contextos de produção e demais elementos que caracterizem os itens.

Para que os arquivos pessoais de cientistas possam ser de fato acessíveis para os usuários das instituições de custódia, é fundamental que tenham o devido tratamento arquivístico. Nesse contexto, a identificação se apresenta como uma metodologia fundamental para nortear a gestão dos documentos produzidos e acumulados por cientistas.

A identificação é uma metodologia aplicada em etapas, no processo da gestão de documentos. Em um primeiro momento, é realizada uma profunda investigação do órgão produtor, seu histórico e estrutura administrativa, fundamentação legal, competências, funções e atividades, por fim, são realizados os estudos de identificação das espécies e tipos documentais (MENDO CARMONA, 2004). Assim, a aplicação da metodologia de identificação associada à gestão de documentos possibilita um maior conhecimento do órgão produtor e, portanto, dos documentos por ele produzidos.

Rodrigues (2013) apresenta a identificação como metodologia arquivística base para a gestão de documentos. Diante da publicação da Lei de Acesso à Informação, as instituições de custódia de documentos arquivísticos passaram a ter a incumbência de dar acesso às suas informações.

A identificação arquivística apresenta-se como uma metodologia surgida da Diplomática revisitada pela Arquivologia. O estudo dos órgãos produtores e de seus tipos documentais, previsto nessa metodologia, permite a execução das funções arquivísticas de classificação, avaliação e descrição. Assim, a metodologia de identificação permite uma efetiva gestão de documentos e, portanto, as ferramentas necessárias para dar acesso às informações de interesse público (RODRIGUES, 2013).

Silva e Trancoso (2015) destacam que a metodologia de identificação desempenha um papel fundamental nesse processo. Ao padronizar termos e definir cada tipo documental, os arquivistas proporcionam uma estrutura que facilita o acesso e a compreensão para os pesquisadores. A compreensão profunda dos tipos documentais não apenas enriquece a organização dos arquivos, mas também possibilita a compreensão do contexto de produção (SILVA; TRANCOSO, 2015).

Decerto, a metodologia de identificação tipológica não apenas possibilita conhecer a riqueza e a diversidade dos arquivos pessoais de cientistas, mas também cria uma base sólida para futuras pesquisas históricas e científicas. Ao oferecer uma estrutura organizacional e interpretativa sólida, essa abordagem metodológica torna-se uma ferramenta essencial para o efetivo acesso à informação (SILVA; TRANCOSO, 2015).

Diante dos desafios para a organização de arquivos pessoais de cientistas, buscar melhores práticas arquivísticas é condição *sine qua non* para a garantia do acesso e da preservação da memória. Conhecer os tipos documentais existentes nos acervos, compreender seu contexto de produção e levantar outras informações relevantes para o entendimento dos arquivos pessoais de cientistas é fundamental para estabelecer estratégias assertivas para o acesso.

É fundamental ainda que haja avanços na regulamentação e na adoção de diretrizes específicas para a gestão de arquivos pessoais de cientistas, a fim de garantir sua preservação

470





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



em longo prazo e seu acesso eficiente para fins de pesquisa e divulgação do conhecimento científico e histórico.

Considerações finais

A organização e preservação de arquivos pessoais de cientistas desempenham um papel crucial na compreensão da história e da memória das ciências. O arquivo pessoal de Luiz de Castro Faria, renomado antropólogo brasileiro, é um exemplo emblemático dessa importância, oferecendo uma riqueza de informações sobre sua vida e obra, bem como fontes valiosas para a história da Antropologia no Brasil e as instituições e pesquisadores com os quais teve contato.

Ao longo deste estudo, foi destacada a necessidade de adotar práticas arquivísticas adequadas para garantir o acesso efetivo a esses arquivos, bem como sua preservação em longo prazo. A metodologia de identificação pode ser apontada como uma ferramenta fundamental nesse processo, permitindo uma compreensão mais profunda dos documentos e facilitando sua organização e recuperação.

Embora os arquivos pessoais de cientistas ofereçam um vasto potencial para a pesquisa histórica e científica, enfrentam desafios significativos, incluindo a falta de regulamentação específica e a necessidade de recursos adequados para sua organização e manutenção. Portanto, é crucial que as instituições de custódia e os pesquisadores trabalhem em conjunto para desenvolver diretrizes claras e promover melhores práticas arquivísticas.

Em última análise, a organização e preservação dos arquivos pessoais de cientistas não apenas enriquecem o entendimento do passado científico, mas também contribuem para a promoção do conhecimento e da memória das ciências, preservando o legado intelectual e cultural de cientistas e instituições científicas.

471

Referências

ABELLÁS, José Benito Yárritu; ARAUJO, Maria Carolina Clares do Nascimento. Os arquivos pessoais de cientistas: diferenças, similaridades (e complementaridades) com o processo de organização de arquivos institucionais. O Arquivo Maria Laura Mouzinho Leite Lopes. In: OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso; SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. **Tratamento de arquivos de ciência e tecnologia: organização e acesso**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2019, p. 39-48.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Trajetória em transcensus: Luiz de Castro Faria (1913-2004). **Anuário Antropológico**, v. 30, n. 1, 2005, p. 225-242. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6927> Acesso em: 25 out. 2023.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos pessoais em face da teoria arquivística tradicional: Debate com Terry Cook. **Estudos Históricos**, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, v.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



11, n. 21, p. 201-207, 1998. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2063/1202> Acesso em: 24 out. 2023.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos pessoais como fontes de pesquisa. In: BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: Tratamento documental**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p.263-270.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo público Mineiro**, p. 27-39, 2009. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/2009-2-A02.pdf Acesso em: 24 out. 2023.

CASTRO FARIA, Luiz de. **A ecologia das comunidades indígenas do Chapadão Matogrossense**. Rio de Janeiro, 1946. Documento CFDA 11.06.045-B, Acervo Castro Faria. Arquivo de História da Ciência do Museu de Astronomia e Ciências Afins (AHC-MAST/MCTI), Rio de Janeiro.

COSTA, Thiara de Almeida; RONCAGLIO, Cynthia. Uma análise da legislação brasileira referente à produção, custódia, preservação e acesso aos arquivos de ciência. **ÁGORA: Arquivologia em debate**, [S. l.], v. 30, n. 61, p. 499-511, 2022. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/920>. Acesso em: 30 out. 2023.

472

CRUZ, A. B. da C. Ecologia e História em dois Textos de Luiz De Castro Faria (1942-1944). In: Congresso Scientiarum Historia, VI, **Anais [...]**. Rio de Janeiro: MAST, 2013a, p. 1-9. Disponível em http://www.hcte.ufrj.br/downloads/sh/sh6/SHVI/trabalhos%20orais%20completos/trabalho_058.pdf Acesso em: 20 out. 2023.

CRUZ, Alfredo Bronzato da Costa. **Concha sobre concha: o estudo e a conservação dos sambaquis na correspondência entre Luiz de Castro Faria e Pe. João Alfredo Rohr (1960-1971)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – RJ, 2013b. Disponível em: https://www.academia.edu/5400360/Concha_sobre_concha_o_estudo_e_a_conservacao_dos_sambaquis_na_correspondencia_entre_Luiz_de_Castro_Faria_e_Pe_Joao_Alfredo_Rohr_1960_1971 Acesso em: 25 out. 2023.

DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol et al. O acervo Luiz de Castro Faria como uma narrativa documental do campo antropológico. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXIII, **Anais [...]**. Londrina: ANPUH, 2005, p. 1-8. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206571_63569710f213009a1766f40f78dcaafc.pdf Acesso em: 25 out. 2023.

FRADE, Everaldo Pereira; BETANCOURT, Beatriz Carvalho. O acesso à informação de um arquivo em organização: O arquivo permanente do Observatório Nacional como estudo





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



de caso. In: OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de; SILVA, Maria Celia Soares de. **Gestão de documentos e acesso à informação: desafios e diretrizes para as instituições de ensino e pesquisa.** Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015.

GONÇALVES, Alyne dos Santos. Arquivos Pessoais de Cientistas e Conservacionistas: A Experiência do Instituto Nacional da Mata Atlântica (INMA). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 79, p.5-22, Maio-Agosto 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/Zzc8Nw6F7DFxLMf6wW6kTjd/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 25 out. 2023.

MEDGLEG, Georgete. A ciência sob sigilo: Os arquivos de ciência na Lei n. 12.527 e sua invisibilidade nas instituições públicas. In: OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de; SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. **Lei de acesso à informação: Impacto e limites nos arquivos de ciência e tecnologia.** Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2014, p.7-22.

MELLO, Maria Teresa Villela Bandeira de. Arquivos de cientistas como fontes para a história das ciências Mello. In: MOLLO, Helena Miranda (Org.). **Biografia e história das ciências: debates com a história e a historiografia.** Ouro Preto: EDUFOP/PPGHIS, 2012, p. 116-135.

MENDO CARMONA, Concepción. Consideraciones Sobre el Método em Archivística. **Documenta & Instrumenta**, v. 1, p. 35-46, 2004. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/DOCU/article/view/DOCU0404110035A/19190> Acesso em: 28 out. 2023.

RODRIGUES, Ana Célia. Identificação como requisito metodológico para a gestão de documentos e acesso a informações na administração pública brasileira. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 42 n. 1, p.64-80 jan./abr., 2013. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1395/1573> Acesso em: 30 out. 2023.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e; CABRAL, Jacqueline Ribeiro. O Acervo Iconográfico de Castro Faria e Sua Importância para a História da Antropologia Visual no Brasil. In: Seminário Internacional Cultura Material e Patrimônio de C&T, IV, **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2016, p. 556-572. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/339055571_O_ACERVO_ICONOGRAFICO_DE_CASTRO_FARIA_E_SUA_IMPORTANCIA_PARA_A_HISTORIA_DA_ANTROPOLOGIA_VISUAL_NO_BRASIL Acesso em: 25 out. 2023.

SALADINO, Alejandra. **A morte enfeitada: um olhar sobre as práticas mortuárias dos construtores do Sambaqui Cabeçuda a partir de um sepultamento infantil.** Dissertação (Mestrado em Arqueologia), Museu Nacional, Rio de Janeiro – RJ, 2016. Disponível em:





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



https://www.academia.edu/43638713/ALEJANDRA_SALADINO_A_MORTE_ENFEITADA_UM_OLHAR_SOBRE_AS_PRATICAS_MORTUARIAS_DOS_CONSTRUTORES_DO_SAMBAQUI_CABEUDA_A_PARTIR_DE_UM_SEPULTAMENTO_INFANTIL Acesso em: 25 out. 2023.

SCHEEL-YBERT, Rita; et al. Mudanças e permanências no Sambaqui de Cabeçuda (Laguna, SC): Das escavações de Castro Faria às Questões Atuais. **Revista de Arqueologia**, v. 33, n. 1, 2020. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/709> Acesso em: 25 out. 2023.

SIMÃO, Lucieni de Menezes. Elos do patrimônio: Luiz de Castro Faria e a preservação dos monumentos arqueológicos no Brasil. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 4, n. 3, p. 421-435, set.- dez. 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/250982180_Elos_do_patrimonio_Luiz_de_Castro_Faria_e_a_preservacao_dos_monumentos_arqueologicos_no_Brasil Acesso em: 25 out. 2023.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e; TRANCOSO, Márcia Cristina Duarte. Produção documental de cientistas e a história da ciência: estudo tipológico em arquivos pessoais. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.22, n.3, jul.-set. 2015, p.849-861. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/4xh7JMMdwYksdjtmNhHjGh/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 30 out. 2023.

VEIGA, Felipe Berocan; MELO, Marco Antônio da Silva. Além das ruínas: a Arqueologia Urbana como modo de reconhecer e fazer conhecer a cidade. **Revista Antropolítica**, n. 38, p.169-206, 1. sem. 2015. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/download/41678/pdf/139462> Acesso em: 28 out. 2023.

474





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



AS ORIGENS DO CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA (CEETEPS) E DA TV CULTURA: A INFLUÊNCIA DA TEORIA DO CAPITAL HUMANO E AS EXPERIÊNCIAS DOS SUJEITOS NA ELABORAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCATIVAS NO GOVERNO ABREU SODRÉ NO ESTADO DE SÃO PAULO

Marcelo Peralli Broti¹

Tassia Monique Castro Specchio Broti²

Em 1968 a ditadura civil-militar brasileira implantou uma reforma universitária que, entre outros objetivos, despolitizou a universidade, afastando o ensino superior dos movimentos sociais. Tal reforma impactou de maneira significativa as instituições de ensino superior: por um lado modernizou boa parte das instituições públicas e privadas e criou o sistema de pós-graduação no Brasil. Por outro, abriu condições para a implantação de um ensino nos moldes de empresas privadas, voltadas para o lucro. A ideia da educação como um investimento, no entanto, tem sua origem no período pós-segunda guerra mundial, em uma teoria difundida pelo economista Theodore Schultz. A saber: a teoria do capital humano.

Os adeptos da teoria do capital humano defendem que o único meio de implementar um processo de distribuição de riquezas era por meio da educação, porém, segundo Quintino (1994, p. 08) “subordinada à economia e não ao desenvolvimento humano”.

Aliada a uma política desenvolvimentista implantada pelo governo militar, a teoria do capital humano influenciou, de modo significativo, as políticas públicas educacionais do governo paulista Abreu Sodré (1967-1971).

Sob o lema **integração e desenvolvimento**, durante sua gestão, reformou a Secretaria da Educação com a criação de três coordenadorias: a do Ensino Superior, que regia os institutos isolados do estado; do Ensino Primário, Médio e Normal (depois alterada para 1º e 2º graus) e a Coordenadoria do Ensino Técnico. Segundo Sodré, a oposição, por parte de seus colegas deputados, ao ensino técnico era grande: “estabelecer uma faculdade de filosofia ou medicina em uma cidade do interior traria grande prestígio a esta mesma cidade” (MOTOYAMA, 1995, p. 86 – grifo nosso).

475

¹ Docente no Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza desde 1998. Doutor e mestre pelo programa Educação: História, Política, Sociedade (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP). Graduado em Psicologia (Faculdades de Ciências e Letras de Guarulhos), Pós-Graduação Lato Sensu em Sociopsicologia (Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo). Contato: marcelo_broti@yahoo.com.br

² Docente no Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza desde 2010. Pedagoga pela Universidade Paulista (UNIP). Graduada em Negócios da Moda e Design de Moda (Universidade Anhembi Morumbi - SP). Contato: tasmonik@hotmail.com





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Oriundo de uma família tradicional de políticos e cafeicultores, Roberto Costa de Abreu Sodré nasceu na cidade de São Paulo, em 21 de junho de 1918. Bacharel pela faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Foi deputado estadual e governador de São Paulo, além de ter ocupado o cargo de ministro das relações exteriores entre 1986 e 1990. Sua atuação, quando governador do estado de São Paulo foi muito importante para a constituição do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza.

Em 1967 Sodré discursou para alunos da Faculdade de Filosofia e Ciências em e Letras de Franca (SP), na qual questionou o que definiu como ensino “bacharelesco”³ e a pesquisa científica “desinteressada”, defendendo, claramente o ensino técnico e a formação de especialistas e lideranças, pois, segundo o próprio Sodré (1970, p. 22) “a civilização brasileira se firmará na medida em que a Universidade prepare gerações de homens cultos e técnicos”. Esse cenário evidencia a intenção do governo paulista, na época, de formar profissionais alinhados a uma política de desenvolvimento econômico do Brasil e de segurança nacional, implantada pela ditadura civil-militar. Foi nesse contexto que o governo Sodré criou duas importantes instituições educacionais, que se destacam até os dias atuais: o Centro Paula Souza e a TV Cultura.

A gênese da TV Cultura

No final da década de 1960, houve um maciço investimento do governo militar no setor de telecomunicações, cujo propósito era fazer deste um instrumento de hegemonia social. A TV Cultura foi ao ar em 15 de junho de 1969. Apesar de mantida pelo Estado, a TV Cultura nasceu de um projeto liberal. Contraditoriamente, em um dos momentos mais repressivos do governo militar - tratava-se de uma empresa pública, porém de direito privado:

A partir dessas observações foi possível formular a hipótese de que o projeto liberal onde fundou-se a RTC buscava articular projetos da sociedade civil, portanto privados, com dos da sociedade política, os públicos, visando à consolidação de um tipo de hegemonia liberal burguesa (FILHO, 1988, p. 14).

A gênese da TV Cultura remonta a 1960, no mês de setembro, quando o grupo dos “Diários e Emissoras Associados”, inaugurava, na cidade de São Paulo, sua segunda emissora de televisão. No final dos anos 1970, porém, o grupo foi à falência e a emissora foi vendida à Fundação Padre Anchieta, de propriedade do governo paulista.

Apesar da origem em um projeto liberal, a TV Cultura teve sua orientação em acordo com as políticas do governo ditatorial, ou seja, a programação tinha uma inclinação conservadora. Cabe, aqui, uma reflexão gramsciana⁴:

³ Termo criado por Sodré para definir a valorização do ensino superior tradicional em detrimento do ensino técnico.

⁴ Adiante abordaremos algumas ideias de Antonio Gramsci.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Para manter a hegemonia social, as forças do governo criaram um projeto que ia além da sala de aula: era necessário a inserção de todos dentro do contexto ideológico dominante. E, naturalmente, esse projeto impactou a programação da TV Cultura: para as camadas subalternas da sociedade havia programas de escolarização, que conviviam com outros voltados para a elite (BROTI, 2023, p. 79).

Segundo Sodré (1995), o ensino técnico ocupou um papel muito importante na programação da TV Cultura:

O Paula Souza é uma das maiores glórias que eu tenho da minha administração. Uma outra é Televisão Educativa, fundada também há um quarto de século. Foi criada por mim e tem preocupação, também, com o ensino técnico. Se me perguntassem o que mais me satisfaz eu diria que é a Fundação Padre Anchieta e o Centro Paula Souza. Ambas, instituições que engrandecem a cultura, a inteligência e a formação do jovem brasileiro. (apud MOTOYAMA, 1995, p.88).

Outra instituição criada pelo governo Sodré que veio ao encontro da política desenvolvimentista do governo militar foi o Centro Paula Souza.

O Centro Paula Souza

477

Sodré teve um papel significativo no início da história do centro Paula Souza. Em muitos de seus discursos, enfatizou a importância do ensino técnico para o desenvolvimento do país:

Tentei mostrar a necessidade de igualmente criarem-se cursos técnicos de nível médio. Nos Estados Unidos, na França, constatei a importância que essas nações mais desenvolvidas davam ao ensino técnico. Não se faz uma grande nação sem um ensino técnico competente de nível médio. As sociedades avançadas são industrializadas. Não se desenvolvem indústrias sem técnicas, sem pesquisa. (apud MOTOYAMA, 1995, p. 87).

Há dois elementos muito importantes para uma maior compreensão da gênese do Centro Paula Souza: a reforma universitária de 1968 e a política desenvolvimentista e de preocupação com a segurança nacional. Como vimos, a ditadura civil-militar alinhou o ensino superior à ideologia de segurança nacional e a uma política desenvolvimentista. Neste contexto, tanto o estado como a cidade de São Paulo desempenharam um papel muito importante como produtora de renda para o país, com a instalação de novas indústrias no entorno da cidade. Como consequência disto, a cidade de São Paulo foi palco de um significativo crescimento populacional.

O desenvolvimento econômico necessitou de mão de obra, o que aumentou a demanda por profissionais especializados, justificando a “cruzada” do governo Sodré na criação de ofertas em ensino técnico.

A origem do Centro Paula Souza remonta ao final dos anos 1960:





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Estruturadas, as propostas Faculdades de Tecnologia, com programas de primeiro ciclo de alto padrão acadêmico, poderão oferecer a mais ampla variedade de cursos, atendendo, a um tempo, às necessidades do mercado de trabalho e às diferenças de aptidões e tendências dos estudantes, sem se circunscrever aos clássicos e reduzidos campos profissionais que ainda caracterizam a escola superior brasileira. (CEETEPS, 1980, p. 4).

O texto acima foi extraído de um relatório elaborado pelos primeiros grupos de trabalho constituído por Abreu Sodré, com a finalidade de avaliar a possibilidade de implantar uma faculdade de tecnologia, porém fora dos padrões dos cursos superiores de bacharéis. Sodré iniciou uma “cruzada” em prol do ensino técnico, exaltando, em seus discursos, a importância do investimento, naquele momento, em educação tecnológica. O Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza⁵ foi criado como uma autarquia, pelo decreto de 6 de outubro de 1969, tendo sua primeira aula ministrada em 20 de julho de 1970.

Inicialmente, suas grades curriculares eram divididas em duas áreas: Técnica, de acordo com o curso; e humanidades, tendo conteúdos comuns a todos os cursos. Destacam-se as disciplinas de “Educação Moral e Cívica” e “Estudos de problemas brasileiros”. Ambas tinham como finalidade fortalecer a unidade nacional e o culto à pátria, inculcando sentimentos de obediência à doutrina imposta pela ditadura na época.

A ditadura civil-militar acabou, mas tanto o Centro Paula Souza, como a TV Cultura ainda contribuem para manutenção da hegemonia social, mesmo em um período mais democrático.

478

Gramsci, Thompson e os conceitos de “hegemonia” e “experiência”

Antonio Gramsci foi um filósofo, jornalista e deputado italiano de orientação marxista. Para Gramsci o marxismo ainda está em processo de formação, sem uma forma sistemática definitiva. Viveu em um período histórico marcado pela ascensão do fascismo na Itália e do Nazismo na Alemanha

Preso durante o governo de Benito Mussolini, passou boa parte da vida na prisão. Morreu aos 46 anos de idade, porém deixou como legado uma obra extensa.

Importante, para nossa análise, o conceito de “hegemonia”, ou seja, os mecanismos do estado e da sociedade de dominação de uma classe pela outra. Neste sentido, tanto o Centro Paula Souza, como a TV Cultura foram importantes instrumentos de hegemonia social criados pelo governo paulista. Neste processo as instituições educacionais ocupam um papel de suma importância, uma vez que formam “intelectuais” que ocupam funções diferentes na sociedade, contribuindo para a manutenção da sociedade estratificada.

Neste contexto, podemos citar como exemplo, as primeiras grades curriculares do Centro Paula Souza, com destaque para ‘Educação moral e cívica’, cuja finalidade era criar um

⁵ Inicialmente a instituição denominava-se Centro Estadual de Educação Tecnológica de São Paulo.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



sentimento alinhado aos ideais do governo autoritário, além da mão de obra necessária ao desenvolvimento econômico do país. Em uma sociedade estratificada, cada classe social gera seus próprios intelectuais. Fundamentado nesses conceitos, podemos ter uma maior compreensão do intelectual técnico formado nas instituições de ensino.

Outra importante categoria de análise é a “experiência”, do historiador inglês E.P. Thompson, que traz uma renovação metodológica, rompendo com as concepções marxistas clássicas: a infraestrutura econômica não é o único elemento determinante das instituições sociais, mas as experiências de cada sujeito atuam, com maior ou menor poder, no processo de formação histórica de uma instituição. Neste sentido Sodré cercou-se de homens com experiências em comuns. Podemos citar como alguns exemplos: Paulo Ernesto Tolle e Octanny Silveira da Mota, ambos com experiências no Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) e instituições de ensino em outros países. Quando questionado sobre a contribuição das experiências no ITA na criação do Centro Paula Souza, Tolle declarou:

Como já disse o primeiro superintendente do Centro veio do ITA, o prof. Octanny Silveira da Mota, que, como eu, também era bacharel em direito. A experiência no ITA, de constante discussão, entre seus integrantes, permitia que nós nos familiarizássemos com os problemas da engenharia, da tecnologia e do ensino. (apud MOTOYAMA, 1995, p. 106).

479

O Centro Paula Souza e a TV Cultura ganharam muita relevância com o passar do tempo, sendo muito importantes até os dias atuais. Atualmente, o Centro Paula Souza administra mais de 200 escolas técnicas e mais de 60 Faculdade de Tecnologia. Apesar de servirem de instrumento hegemônico e, logo comprometidos com a manutenção da ordem social, é importante enfatizar que a classe dominante não é dona do curso da história, uma vez que sujeitos estão em posição de criar história e transformar a realidade social. Refletir sobre como esse processo contribui com a hegemonia social pode ser o caminho para a busca de uma sociedade melhor.

Referências

BROTI, M. P. **A cruzada pelo ensino técnico no estado de São Paulo em tempos de ditadura:** o governo Abreu Sodré e a educação desenvolvimentista (1967- 1971). 2023. 120 f. Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2023.

CEETEPS. **Documentos referência da publicação – 10 anos de atividades do CEETPS.** São Paulo: Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, 1980. 320 p.

FILHO, L. L. **Atrás das câmeras:** relações entre cultura, estado e televisão. Coleção Novas buscas em comunicação, v. 29. São Paulo: Summus Editorial, 1988. 104 p.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



MOTOYAMA, S. **Educação técnica e tecnológica em questão: 25 anos do CEETEPS: uma história vivida.** São Paulo: Unesp, 1995. 504 p.

QUINTINO, C. A. A. **A teoria do capital humano: uma visão crítica.** São Paulo: Paris XX, 2004. 62 p.

SODRÉ, R. C. de A. **Renovação do Ensino Superior.** Diretrizes da política universitária do governo do Estado de São Paulo. São Paulo: Editora Universidade de Campinas, 1970. 239 p.

480



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



MEMÓRIA, POLÍTICA E COMÉRCIO PORTUÁRIO EM CABEDELLO, PARAÍBA, BRASIL (1924 - 1935)

Roberto Jorge Chaves Araújo¹

Introdução

Toda história tem memória a ela relacionada e, por isso mesmo, os suportes de memória (Le Goff, 1993, p. 450) podem vir a ser fontes históricas o que pode enriquecer a análise histórica e torna-la mais exata. Uma associação entre certas fontes de história e a lembrança já foi explicitada por Marc Bloch em 1941 ao analisar os documentos de arquivo

[...] não escapam de forma alguma à análise, e os problemas postos pela sua **transmissão** [grifo nosso], longe de serem apenas exercícios de técnicos, tocam, eles próprios, no mais íntimo da vida do passado, pois o que assim se encontra posto em jogo é nada menos do que **a passagem da recordação** [grifo nosso] através das gerações [...] (Bloch apud Le Goff, 1994, p. 544).

É nesse mesmo sentido que se adota o conceito de que

[...] o ato mnemônico fundamental é o ‘comportamento narrativo’ que se caracteriza antes de mais nada pela sua *função social*, pois que é comunicação a outrem de uma informação, na ausência do acontecimento ou do objeto que constitui o seu motivo [...] (Pierre Janet apud Le Goff, 1994, p. 424-425).²

Assim, considerando que o ato mnemônico em si, a significação e compreensão sobre a existência dessa ação humana na história e que os suportes de memória podem ser também fontes históricas, buscou-se nesse texto sistematizar na **forma de exemplos**, lembrando que as possibilidades de tal tarefa são limitadas pela busca na longuíssima duração e pelos recursos disponíveis nas bases de dados e sítios, algumas das comunicações de informação sobre a ação política relativa ao porto de Cabedelo e sobre o próprio porto de Cabedelo. Considera-se os resultados dessa pesquisa bastante significativos para o desenvolvimento do estudo mais amplo ao qual se relaciona sobre a política paraibana e o comércio portuário pelo porto de Cabedelo.

Bem, a par daquela conceituação de ato mnemônico pode se formular muitas questões a serem respondidas sobre a memória presente nas ações políticas no período de 1924 a 1935

¹ Doutor em História (UFPE) com pós-doutorado no PPGE do Centro de Educação (UFPB. Pesquisador junto a Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba e colaborador do espaço institucional Fórum Legislativo/Estudos Legislativos da ALPB. E-mail: rjorge1961@gmail.com

² Não se desconhece as contribuições de Pierre Nora (1993) e de P. Ricouer (2007). Adotou-se a conceituação citada por questões paradigmáticas e porque se entende que a exatidão é um dos objetivos centrais da pesquisa histórica.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



e relativas ao comércio aquaviário paraibano. Mas para tornar mais objetiva a análise e o nosso objetivo cabe formular a questão seguinte: qual a memória relativa ao comércio aquaviário pelo que se denomina de porto de Cabedelo desde o final do século XVI até a atualidade?

Essa questão pode induzir à ideia de resgatar a memória. Entende-se que existe essa dimensão de procurar encontrar o que se pode encontrar, sem esquecer que aquilo que se encontra é produto da ação humana e, portanto, está associado a todo tipo de ideias, valores e interesses historicamente presentes numa determinada sociedade e época.

Nesse sentido é um resgate o resultado da busca numa base dados na forma de um documento manuscrito de 26 de maio de 1764 do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa que menciona um lugar chamado de porto de Cabedelo porque o documento existe enquanto tal, com a informação registrada da maneira como o foi pelas pessoas da época. Sua análise o coloca como parte dos interesses econômicos, sociais e políticos (Braudel, 1996, p. 535-536; Rémond, 1996, p. 13-36). Nada mudará isso a não ser, obviamente, a adulteração ou mesmo a perda do documento e de suas cópias nos mais variados suportes.

Portanto, seguindo Eric Hobsbawm (1998, p. 8-9), compreender dessa maneira já é uma escolha do historiador como também será da dimensão subjetiva a análise do documento que será feita de acordo com as escolhas teórico-metodológicas de cada historiador. Mas de uma coisa não se pode escapar seja qual for a corrente de pensamento da História, qual seja, da existência objetiva do próprio documento mencionando a informação que foi mencionada.

E para responder àquela questão convém criar uma periodização sobre a nossa história da memória que está fundamentada numa outra sobre história da memória (Le Goff, 1994, p. 427). São três períodos da nossa história da memória inscritos na “[...] fase moderna [do século XV ao século XVIII] de processos decisivos da memória escrita, ligada à imprensa e à alfabetização [...]” e na fase “[...] dos desenvolvimentos do último século [denominada por Leroi-Gourhan] ‘a memória em expansão [...]’” (Le Goff, 1994, p. 457-466; 467-475).

Os três períodos da nossa periodização são o período da história da colonial (1585 – 1822), o período do estado nacional imperial (1823 – 1889) e o período que vai de 1890 até os dias atuais, que corresponde ao período republicano da história da sociedade do Brasil.

Como se verá, a estruturação da organização da memória (Le Goff, 1994, p. 460) sobre o porto de Cabedelo recorreu a variados suportes de memória, pois encontrou-se desde documentos manuscritos e documentos manuscritos associados com sinais, notas, caracteres, os mais variados tipos de impressos e formas muito atuais como os meios eletrônicos.

Desenvolvimento

O período colonial paraibano: 1585 a 1822

A primeira exemplificação de uma estruturação da lembrança encontrada é aquele documento manuscrito já citado, datado de 26 de maio de 1764. Trate-se de uma carta a





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



do governador da Parhyba do Norte, Jerônimo José de Melo e Castro, ao rei português D. José I sobre uma corveta que transportava “presos degredados” (Arquivo [...], [21--a], p. 2) de Lisboa para Angola, na África, e que chegou ao porto de Cabedelo.

Esse documento permite a estruturação da lembrança sobre a própria existência de um local designado pelas pessoas da época como “porto de Cabedelo”, bem como sobre que o tipo embarcação e qual sua capacidade de navegação – cabotagem, longo curso, etc. – já naquele ano de 1764 trafegava pelo que já era chamado de “porto de Cabedelo”. Tem sua relevância saber que uma embarcação que fazia a rota de Portugal para Angola, que é considerada transatlântica e de longo curso, podia atracar num lugar chamado de porto de Cabedelo, na foz do rio Parahyba, na capitania da Parahyba do Norte na colônia do Brasil.

O segundo exemplo é um documento elaborado em 1803 (Biblioteca [...], 1835) e se relaciona ao fenômeno da denominado de “memória em expansão” (Le Goff, 1994, p. 460). Trata-se de um Plano da Barra do rio que menciona o porto da Parahyba do Norte, de autoria de Joze Fernandes Portugal, feito na capitania vizinha de Pernambuco e, como se registrou, datado de 1803 por seu autor.

O seu conteúdo é, em geral, uma representação que tem como tema central o espaço do rio Paraíba, particularmente o trecho que vai da capital até a foz onde deságua no oceano Atlântico, incluindo a faixa do litoral em direção ao sul, ou seja, em direção à capitania de Pernambuco e, claro, do importante porto de Recife, a sede dessa capitania de Pernambuco. Acrescenta elementos importantes para o ato mnésico relativamente sobre o porto de Cabedelo quando se compara aos outros dois documentos desse período de 1764 a 1822.

Esse acréscimo ocorreu nesse segundo documento cartográfico porque foram incluídos elementos medievais e da ciência moderna, além da matematização o que forma aquilo que foi denominado por Leibniz de “memória combinatória” (Le Goff, 1994, p. 460).

O terceiro e último documento que escolhemos para exemplificar a memória dessa fase de 1574 a 1822 serve bem ao nosso propósito porque é datado do final do período colonial e porque traz um elemento novo a respeito da memória portuária ao introduzir a valorização do espaço onde ficava e onde fica até hoje o porto de Cabedelo dentro do conjunto dos pontos denominados de portuários na Parahyba do Norte.

Ao valorizar através de um parecer do ano de 1818 permite recolocar a discussão a respeito de quando começaram as discussões, digamos técnicas, sobre o comércio aquaviário paraibano, retrocedendo pelo menos quase meio século, tais discussões.

O documento é, como se disse, um “parecer” (Biblioteca [...], [21--?]) elaborado por Francisco José de Souza Soares, Barão de Caçapava que ao avaliar a Fortaleza de Cabedelo, registrou que essa “[...] está situada na Barra do Parahiba a mais de dez legoas da cidade [ou seja, da sede da capitania] e no lugar mais proprio para ancoradouro das embarções [grifo nosso]” (Biblioteca [...], [21--?b], p.1).

A partir da sua leitura paleográfica chega-se à conclusão que a valorização antecedeu, como se disse, àquelas que são muito citadas em estudos científicos como sendo um marco da valorização do espaço portuário de Cabedelo. Esse marco da valorização técnica teria começado em 1864 através de um projeto do engenheiro André Rebouças que recomendava

483





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



enfaticamente o mesmo local como o mais adequado para a construção de um porto de navegação transatlântica (O Publicador, 1864, p. 2).

Na verdade, não eram somente questionamentos, controle e discussões que existiam em torno da construção de instalações portuárias. Existiam verdadeiras e muito intensas disputas em torno do comércio aquaviário em geral, que possibilitava grandes lucros e arrecadação. Exemplos enfáticos dessas disputas envolvendo interesses econômicos, autoridades locais, do governo geral colonial, autoridades da capitania vizinha de Pernambuco e autoridades metropolitanas portuguesas, são as interdições da extração de madeira e a de porto na capitania da Parahyba do Norte, principalmente para a realização do comércio de longo curso, no século XVIII, bem como a reabertura desse comércio direto com a metrópole em 1798 (Arquivo [...], [21--b], p. 1-10; Arquivo [...], [21--c], p. 7-9; Oliveira, 1985, p. 72-74).

Para concluir esse primeiro conjunto de documentos cabe fazer breves referências sobre outro tipo de documento que contribui para estruturar a lembrança sobre o porto de Cabedelo bem como sobre todos os portos e que, no século XVIII, “[...] joga[ou] um papel decisivo [no] alargamento da memória coletiva [...]” (Le Goffo, 1994, 461). Estamos nos referindo aos dicionários.

São os suportes privilegiados de memorização e rememoração (Le Goff, 1994, p. 430) ou “instrumentos de suportes” (Le Goff, 1994, p. 430) da memória usados para designar o mundo em geral, inclusive nós mesmos e aspectos de nossa subjetividade. Eles, os dicionários, são considerados “forma[s] muito evoluída[s] da memória exterior” (Le Goff, 1994, p. 461). Ressalte-se que J. Le Goff estava se referindo aos dicionários do tipo enciclopédia que, no século XVIII, ampliaram a estruturação da memória coletiva decisivamente “para uso das fábricas e dos artesãos ou dos eruditos puros” (Le Goff, 1994, 461). Imagine-se o que significa os dicionários linguísticos na produção da memória coletiva já que reúnem e significam as palavras usadas numa época e numa sociedade determinada e considerado conceito de memória que foi citado?

E é por isso mesmo que não poderíamos deixar de mencioná-los de forma muito breve já que os dicionários linguísticos ou léxicos, essa espécie de metalinguagem da linguagem escrita, que estruturam os instrumentos de suporte da memória conceituada como narrativa a outrem, dariam um estudo espetacular sobre memória.

Portanto, além de “suportes da memória” (Le Goff, 1994, p. 450) são referências excepcionais do ponto de vista dos estudos históricos, e centrais, nos estudos que abordam a memória nas sociedades com escritas (Goff, 1994, 430) já que o conceito de memória adotado no início desse texto-capítulo pressupõe a compreensão das palavras nas narrativas “a outrem” (Goff, 1994, p. 424-425). Sendo assim, saber da existência lexical e significado(s) da palavra porto no período que vai de 1585 a 1822 significa compreender mais sobre a maneira como as pessoas da época estruturaram a lembrança a seu respeito.

Talvez não seja demasiado enfatizar que também para um estudo de história, conhecer as palavras em uso numa língua e numa época e sociedade dadas, bem como seu(s) significado(s), pode ser de grande importância. Pode enriquecer a análise que se pretende propriamente histórica dos “documentos-monumentos” (Le Goff, 1994, 542-549) escritos e

484





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



com inscrições, tornados fontes históricas, possibilitando um processo de leitura mais exato como também a própria análise histórica.

Feitas essas considerações cabe registrar que o primeiro léxico impresso da língua portuguesa começou a ser publicado em 1712 e foi concluído em 1728, tendo sido escrito por um padre de nome Raphael Bluteau que se orgulhava de ter um cargo no Tribunal do Santo Ofício de Lisboa. Surpreendentemente o verbete **porto** não aparece de forma específica e a ser significado no primeiro dicionário da língua portuguesa. Ela aparece associada a outras como o que designamos hoje de substantivo composto.

Assim, porto de mar tem o significado próximo ao que entendemos hoje ao usar a palavra porto. Se usava a expressão porto de mar, natural ou artificial para se referir a um “Lugar na costa, ou praya do mar, para recolher todo o genero de embarçaõens, com boa ancoragem, & abrigo dos ventos, & tormentas”. E, embora não tivesse especificidade léxica as pessoas da época davam muita importância à navegação e às exigências para seu desenvolvimento, havendo um adágio português que dizia “Reino sem porto. Chaminé sem fogo.” Já porto nos rios significava “o lugar onde saltava a terra” (Bluteau, 1720, p. 634).

Já outra palavra quase sinônimo de porto sequer existia ou não foi incluída no léxico mencionado. Trata-se da palavra ancoradouro. Existiam ancora ou âncora (para o mesmo objeto), ancorado, ancoragem, ancorar e ancorote ou ancorôte. “Ancoragem” era é o ato de “lançar âncora” ou “lançar ferro”, podendo significar ainda o direito que se pagou por ter lançado âncora em algum lugar (Bluteau, 1712, 365-366).

Na edição de 1789 do dicionário de Raphael Bluteau, acrescentado pelo brasileiro Antonio de Moraes Silva (1789, p. 81), a palavra ancoradouro foi registrada num léxico da língua portuguesa publicado em Portugal com o significado de “lugar onde os navios estão furto, ancorados, ou amarrados v. amarração.” Esse mesmo significado será repetido num léxico de 1823 também publicado em Portugal (Silva, 1823). No Dicionário da Língua Brasileira de Luis Maria da Silva Pinto (1832), publicado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil, a palavra também foi registrada e com o mesmo significado.

Parece-nos que além da criação de uma palavra para designar um lugar relacionado ao movimento comercial de embarcações pode ter havido a busca de uma significação mais exata a respeito dos espaços aquaviários.

A seguir se escreverá sobre a memória no período de 1823 a 1889 que corresponde ao período no qual o Brasil foi império e, em termos de história da memória, ao prosseguimento da “fase moderna de processos decisivos da memória escrita, ligada à imprensa e à alfabetização” (Le Goff, 1994, p. 427).

A fase de 1823 a 1889: o desenvolvimento da memória com base na escrita impressa

A partir de 13 de maio de 1808 já havia sido iniciada sem mais interrupções a publicação de impressos em território – ainda colonial - brasileiro com a criação da Imprensa Régia “[...] com a finalidade de se imprimir toda a legislação e papéis diplomáticos provenientes das repartições reais e quaisquer outras obras” (Arquivo [...], 4 de agosto de 2021). E, embora se





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



tenha experimentado períodos de censura durante os regimes autoritários do Estado Novo (1937 – 1945) e da Ditadura Militar (1964 – 1985), o documento impresso passou a ser incorporado à estruturação da memória coletiva brasileira. Na Paraíba, aquela novidade da impressão foi incorporada a partir de 1823 (Barbosa, 2010, p. 205).

Os documentos que serão citados refletem essa grande inovação na estruturação da memória coletiva, lembrando que o impresso veio somar e não substituir os “instrumentos suportes” (Le Goff, 1994, p. 430) da memória já existentes desde época muito remotas, como a fala, o próprio manuscrito, as inscrições (Le Goff, 1994, p. 431; 464). Foi nesse período que a valorização do espaço portuário de Cabedelo ganhou grande impulso, impulso esse estimulado pela própria reabertura do comércio direto com as praças de Lisboa e Porto pelo edital do governador da capitania da Parahyba do Norte de 1º de agosto de 1798 (Arquivo [...], [21--], p. 6).

No entanto demorou-se bastante para que nesse período de 1823 a 1889 ocorresse o mencionado impulso que, como veremos, começa ocorrer em 1864 e tem no ano de 1883 um marco importante. Mesmo com a criação e instalação das Assembleias Legislativas provinciais que passaram a poder criar leis para as respectivas províncias, o tema relacionado à estruturação de serviços portuários em Cabedelo não estava entre as obras públicas comunicadas pelo chefe do executivo provincial à Assembleia Legislativa Provincial da Parahyba do Norte em 1837.

Registre-se quase uma obviedade, qual seja, a existência de atividade mercantil tanto de exportação para outras províncias do império, como a exportação de algodão e açúcar, por exemplo, para as províncias do Ceará e Pernambuco, bem como importação do Rio Grande do Norte da Parahyba do Norte (Parahyba do Norte [...], 1837, p. 14-17, 21; (SOARES, 2018, p. 55; Galiza, 1994, p. 99-108). Mencione-se também um fato importante nessa atividade comercial que era a existência de comércio por vias terrestres (Parahyba do Norte [...], 1839, p. 22).

Mencionada essa atividade comercial, retoma-se a década de 1860, quando o Governo Geral – entenda-se a administração central imperial do Brasil - determinou que o engenheiro André Rebouças avaliasse *in loco* a possibilidade da construção de obras públicas (O Publicador, 7 de outubro de 1864, primeira página) e de “[...] organizar uma companhia destinada a criação de um porto de comércio no Cabedelo [...]” (O Publicador, 31 de agosto de 1867, primeira página)”.
486

Foi, portanto, nesse período que se retomou-se a ideia do parecer 1818 como se pode observar pela matéria em O Publicador, de 18 de novembro (1864, p. 2), matéria essa sobre a necessidade de o projeto – o que chamavam de projeto – a ser encampado pela Assembleia Legislativa Provincial da Parahyba do Norte para superar a condição de escala, uma espécie de varadouro, e conquistar a emancipação comercial libertando-se do porto de Pernambuco. Três dias após o mesmo jornal publica em tom de regozijo que a Assembleia Legislativa transformou o projeto de A. Rebouças em projeto de lei (O Publicador, 21 de novembro de 1864, p. 2).





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Sobre aquela ausência inicial, de 1823 a 1864, da menção do envolvimento de políticos paraibanos com o porto de Cabedelo pode se dizer que decorria, possivelmente, do fato de que o comércio aquaviário paraibano do norte até bem avançado o final do século XIX, tanto de cabotagem como de longo curso, concentrava-se, se não com exclusividade, mas com predominância, no porto da capital provincial, a cidade de Parahiba (Brasil [...], 1855, p. 29; 40-41).

Seja como for, três anos depois, em 1867, uma matéria jornalística com o título “Commercio directo para a Provincia da Parahyba do Norte” informava a organização da Companhia do Porto e das Docas de Cabedello (O Publicador, 16 de setembro de 1867, p. 3-4).

Essa companhia parece que não foi criada de fato ao que indica a exposição do presidente de província da Parahyba do Norte, José Basson de Miranda Osório, à Assembleia Legislativa Provincial em 15 de fevereiro de 1883, na qual o governante menciona justamente a necessidade de ser organizada uma empresa para promover o comércio paraibano transatlântico e regular pelo porto de Cabedelo, libertando-o da praça vizinha de Pernambuco. Além disso essa exposição do governante da Parahyba do Norte comunica outra informação importante para a memória em questão, qual seja, a liberação de recursos para a construção de uma ramal ferroviário ligando o porto de Cabedelo ao restante da malha ferroviária paraibana, via capital provincial, malha ferroviária essa que teve sua construção iniciada em 09 de agosto de 1880, ligando alguns pontos do interior da província ao porto da capital e que, de 1886 a 1889, foi aumentada com a construção do dito ramal ligando a capital provincial ao porto de Cabedelo (Parahyba do Norte [...], 1883, p. 12; SOARES, p. 136; 224-225). Eis o excerto da parta da exposição que nos interessa:

487





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Excerto d exposição do Presidente de Província da Parahyba do norte de 15 de fevereiro 1883

<p style="text-align: center;">EXPOSIÇÃO</p> <p style="text-align: center;">APRESENTADA</p> <p style="text-align: center;">A</p> <p style="text-align: center;">Assembléa Legislativa Provincial</p> <p style="text-align: center;">DA</p> <p style="text-align: center;">PARAHYBA DO NORTE</p> <p style="text-align: center;">EM A SESSÃO EXTRAORDINARIA DE 15 DE FEVEREIRO</p> <p style="text-align: center;">PELO PRESIDENTE DA PROVINCIA</p> <p style="text-align: center;"><i>O Exm. Sr. Dr.</i></p> <p style="text-align: center;">JOSE BASSON DE MIRANDA OSORIO</p>  <p style="text-align: center;">PARAHYBA DO NORTE</p> <p style="text-align: center;">TYPOGRAPHIA DO COMMERCIO—RUA DA VIRAÇÃO N. 11.</p> <p style="text-align: center;">1883.</p>	<p style="text-align: center;">NAVEGAÇÃO DIRECTA.</p> <p>E' da mais intuitiva necessidade o estabelecimento deste serviço que trará a libertação do commercio da provincia, da praça visinha, que pela sua importancia superior o traz subjugado e tende aniquilal-o.</p> <p>Sem o auxilio d'uma empreza que tome a seu cargo, e por contracte, fazer com regularidade, o serviço da navegação directa, vemos o commercio desenvolver-se com o apparecimento quasi casual de alguns navios de vella e a vapor.</p> <p>Em annos anteriores já vos tendes occupado do assumpto, porém os meios concedidos forão insufficientes, e nenhuma companhia mediante a subvenção de</p> <p style="text-align: center;">— 12 —</p> <p>12:000\$000 rs. annualmente julgou-se habilitada a emprehender-o.</p> <p>A' exemplo d'outras provincias que se achão hoje dotadas de tão poderoso recurso, será indispensavel e levar a 24:000,000 rs. a verba de 12:000,000, que se acha consignada no orçamento vigente.</p> <p>Esta medida torna-se ainda mais importante hoje, que perante os poderes competentes trato da construcção do ramal da estrada de ferro Conde d'Eu para o porto de Cabedello, onde, segundo o plano e planta das obras, encontrará a navegação transatlantica todas as commodidades de excellente ancoradouro e caes para o abrigo dos navios, embarque e desembarque das cargas.</p>
---	---

488

FONTE: Memória Estatística do Brasil do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro. Acervo das publicações digitalizadas.

Para encerrar a exemplificação sobre a memória do porto de Cabedelo nesse período de 1823 a 1889, citaremos uma matéria de jornal publicada nesse último, 1889. A matéria jornalística informou, talvez até como matéria paga, que a empresa *Railway Conde d'Eu C.ª Limited* baixou um regulamento sobre como deveriam se dar as operações no porto de Cabedelo (Conde [...], 2 de agosto de 1889, p. 2).

É importante aprofundar noutro em que medida o transporte ferroviário realmente promoveu o movimento de embarcações e aumento de carga pelo porto de Cabedelo. Sobre a empresa ferroviária que passou a controlar o movimento de cargas no porto informa-se que foi produto de uma concessão imperial feita inicialmente a dois políticos paraibanos e ao engenheiro André Rebouças, em 1871, mas depois passou a ser controlada por capitalistas ingleses recendo o nome de *Railway Conde d'Eu C.ª Limited*, até 1901, quando foi arrendada à



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Great Western of Brasil Railway Company Limited cuja malha ferroviária cobria uma espaço muito mais amplo dos estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte (Soares, 2018, p. 16).

Sobre a memória portuária desse período ocorreu uma mecanização do ato mnemônico e o aparecimento da chamada “memória jornalística” (Le Goff, 1993, p. 457-466) relativamente ao porto de Cabedelo, sem exclusão de outros meios de lembrança.

De 1890 aos dias atuais

O primeiro fato a ser destacado como memória a respeito do porto de Cabedelo nesse período que se inicia logo após a proclamação da república no Brasil é algo como uma disputa que ocorreu na década de 1920 mas que tema raízes históricas naquele parecer de 1818 que estabelecia a região da foz do rio Parahyba como sendo a ideal para receber investimentos públicos para melhoramentos de serviços portuários, com uns defendendo grandes investimentos no porto da capital, outros defendendo o porto de Cabedelo (Joffily, 1983).

O vencedor foi o porto da capital que recebeu maiores investimentos públicos embora, ao impulsionar o comércio aquaviário paraibano como indica a mudança de destino do algodão comercializado em Campina Grande, de Recife para a Parahyba, em 1924 (Galiza, 1993, p. 108), estimulou com isso a ampliação desse comércio e de mudanças estruturais que seriam viabilizadas poucos anos mais tarde, 1928 a 1930 e em 1935, com uma reforma tributária que favoreceu o porto de Cabedelo já existente, bem como o melhoramento de sua infraestrutura (Araújo, Costa, 2022, p. 25-25).

Foi desse processo que resultou a construção, depois da Revolução de 1930, das “obras complementares do porto de Cabedelo” que foram inauguradas em 23 de janeiro de 1935 (Joffily, 1983, 237-238) e que elevaram as instalações portuárias de Cabedelo à categoria de **porto organizado** (Brasil, 1922), ou seja, o que havia de melhor e mais moderno em termos de organização de serviços portuários no Brasil. Foi esse o fato mais significativo da história da memória do porto de Cabedelo e que condicionou, desde então, todo o desenvolvimento histórico do comércio aquaviário paraibano. Eis um excerto de um jornal informando sobre a referida inauguração:

489





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Imagem da divulgação jornalística da inauguração do porto organizado de Cabedelo em 23 de janeiro de 1935



490

Fonte: Jornal A União.

É preciso ressaltar que a lembrança relativa ao porto não é constituída de acontecimentos que evidenciam somente o seu crescimento e importância. Pelo contrário. Ela é constituída inclusive de limitações, descaso e falta de estrutura, fatos esses evidenciados pela própria reivindicação histórica em torno da chamada navegação direta e da construção do porto organizado, associado à “expansão econômica e independência comercial [e compreendidos como uma] aspiração secular” (Galiza, 1993, p. 126-127; 137), em 1929, durante o governo de João Pessoa, de 1928 a 1930.

Para concluir essa análise importa mencionar que a memória do porto está presente nesse período republicano em obras técnicas oficiais tais como relatórios e anuários estatísticos (Brasil, 1928; IBGE, 1970; IBGE, 1980). Está presente também na historiografia de maneira diferenciada quanto à amplitude integrando análise sobre os temas mais diversos da história da Paraíba e da própria história paraibana (Araújo, Costa, 2022, p. 25-45; Galiza; 1995, p. 87-137; Soares, 2018; Trigueiro, 1982, p. 69; Mariz, 1939, p. 203-209; Ferreira, 1993, p. 105;





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Mello, 2000, p. 173), bem como está presente em estudos sobre o comércio portuário na Paraíba e no Nordeste (Jofilly, 1983; Simonini, 2017).

Considerações finais

Da memória do porto Cabedelo fazem parte praticamente todas as formas de comportamento narrativo com função social mencionadas por Le Goff (1993), quais seja, a fala, a escrita manuscrita, o impresso e os meios eletrônicos que surgidos “depois de 1950, constituem uma verdadeira revolução da memória [sendo] a memória eletrônica [...] um elemento sem dúvida o mais espetacular” (Brasil, 2013; Le Goff, 1993, p. 467). Essa memória em suportes eletrônicos comunica informações atuais, como aquelas sobre o aumento da profundidade do canal de acesso ao porto de Cabedelo possibilitando a navegação de navios de maiores calados (Porto de Cabedelo [...], 31 de agosto de 2023) sendo que essa modernização se relaciona a um passado que remonta, pelo menos, ao século XVIII e com a própria afirmação do porto de Cabedelo durante o século XX, como a via única aquaviária paraibana de cabotagem e de longo curso.

Cabe finalizar o artigo com uma sugestão de pesquisa sobre memória social e para períodos mais recentes, pesquisa essa feita com os trabalhadores e trabalhadoras do porto de Cabedelo e com os próprios moradores e moradoras da cidade onde estão localizadas desde longa data as instalações portuárias que vieram a se tornar as mais importantes do estado, restando saber quais as informações que tais pessoas tem sobre elas e podem ser comunicadas através da fala.

491

Referências

ARAÚJO, Roberto Jorge Chaves. Ações política e legislativa estaduais paraibanas relacionadas ao comércio marítimo de Cabedelo-PB: entre a regulação estatal e o intervencionismo (1924 - 1935). In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 32, 2023, São Luís. Anais eletrônicos...São Paulo: [s. n.], 2023. Disponível em: <https://www.snh2023.anpuh.org/anais/trabalhos/lista#R>. Acesso em: 14 jan. 2024.**

ARAÚJO, Roberto Jorge Chaves; COSTA, Jean Carlo de Carvalho. A Assembleia Legislativa do estado da Parahyba do Norte: estado, intervenção legislativa, educação e sociedade (1928–1930). In: PEREIRA, Denise; BORTOLOTTI, Karen Fernanda (Orgs.). **História e política: pensamentos constitutivos e críticos 2.** – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022, p. 25-45. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/redirect-ebook/4859/>. Acesso em: 29 nov. 2022.

A INAUGURAÇÃO oficial do porto de Cabedelo. **A União**, João Pessoa, 23 de janeiro de 1935, primeira página. Disponível em: https://auniao.pb.gov.br/servicos/copy_of_jornal-a-uniao/dec-30/1935/janeiro/a-uniao-23-01.1935/@@download/file/19350123.pdf. Acesso em: 18 mar. 2021.



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (Portugal). Conselho Ultramarino. Brasil – Paraíba. 1764, maio, 26, Lisboa, p. 1-13. In: BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). BNDigital do Brasil. **Base de dados Projeto Resgate Luso-Brasileira**. [21--a]. Disponível em: https://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=014_PB&hf=resgate.bn.br&pagfis=15068. Acesso em: 23 out. 2023.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (Portugal). Conselho Ultramarino. Brasil – Paraíba. 1797, dezembro, 29, Paraíba, p. 1-10. In: BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). BNDigital do Brasil. Projeto Resgate. **Base de Dados Projeto Resgate Luso-Brasileira**. [21--b]. Disponível em: https://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=014_PB&pagfis=21523. Acesso em: 08 out. 2023.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (Portugal). Conselho Ultramarino. Brasil – Paraíba. 1798, agosto, 1, Paraíba, p. 1-9. In: BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). BNDigital do Brasil. Projeto Resgate. **Base de Dados Projeto Resgate Luso-Brasileira**. [20021--c]. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=014_PB&pagfis=21730. Acesso em: 08 out. 2023.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Dicionário período colonial. Impressão régia. In: **Mapa. Memória da administração pública no Brasil**, 04 de agosto de 2021, Rio de Janeiro. Disponível: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/204-impressao-regia>. Acesso em: 04 fevereiro 2024.

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. Os intermediários da leitura na Paraíba nos Oitocentos. In: BRAGANÇA, Aníbal, ABREU, Márcia [orgs.]. Impresso no Brasil. Dois séculos de livros brasileiros. São Paulo: Unesp, 2010, p. 205-220.

BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL BRASIL. **Plano da barra rio e porto da Parahiba do Norte [Cartográfico]**. Rio de Janeiro, RJ : Lith. do Arch. Militar, 1835. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart528000/cart528000.jsp. Acesso em: 2 fev. 2024.

BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL BRASIL. CAÇAPAVA, Francisco José de Souza Soares de Andrea, Barão. [Parecer a Luis do Rego Barreto sobre o estado das fortalezas de Cabedelo e Itamaracá] [Manuscrito], 28 de fevereiro de 1818. In: Acervo digital. **Base de Dados BNDigital Brasil**, [21--?b]. Disponível em: https://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/cmc_ms618_11_65/cmc_ms618_11_65.pdf





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico** [...]: autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos; e offerecido a El Rey de Portugal D. João V. Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesu : Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1712-1728. 8 v; 2 Suplementos. Disponível em: https://purl.pt/13969/4/1-2771-a/1-2771-a_item4/1-2771-a_PDF/1-2771-a_PDF_24-C-R0090/1-2771-a_0000_capa-capa_t24-C-R0090.pdf. Acesso em: 31 jan. 2024.

BRASIL. Alfandega do Rio de Janeiro. **Collecção dos mappas estatísticos do commercio e navegação do império do brasil com suas provincias e paizes estrangeiros no ann financeiro de 1849-1850 segundo os parceais organisados pelas alfandegas e consulados**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1855. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcgclefindmkaj/http://memoria.org.br/pub/meb000000383/00001/00001006.pdf>. Acesso em: 06 fevereiro 2024.

BRASIL. Ministério de Viação e Obras Públicas. Decreto n. 15.693, 22 de setembro de 1922. Aprova o regulamento dos portos organizados. **Câmara dos Deputados**. Brasília: Câmara dos Deputados, [21--?]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-15693-22-setembro-1922-529488-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 09 jul. 2023.

BRASIL. Ministério de Viação e Obras Públicas. Inspectoria Federal de Portos, Rios e Canaes. Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais. **Relatório dos serviços executados durante o anno de 1927 apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Victor Konder M.D. Ministro de Viação e Obras Públicas pelo Engenheiro Civil, Hildebrando de Araujo Góes, inspector federal. 1a. parte**. Rio de Janeiro: Typog. Do Jornal do Comércio Rodrigues & Cia, 1928. Disponível em: <http://memoria.org.br/pub/meb000000397/relatriodosservi1927insp/relatriodosservi1927insp.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2023.

BRASIL. Lei nº 12.815, 5 de junho de 2013. Dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários; altera as Leis nºs 5.025, de 10 de junho de 1966, 10.233, de 5 de junho de 2001, 10.683, de 28 de maio de 2003, 9.719, de 27 de novembro de 1998, e 8.213, de 24 de julho de 1991; revoga as Leis nºs 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, e 11.610, de 12 de dezembro de 2007, e dispositivos das Leis nºs 11.314, de 3 de julho de 2006, e 11.518, de 5 de setembro de 2007; e dá outras providências. **Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos**, Brasília, 5 de junho de 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/12815.htm. Acesso em: 09 ago. 2023.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo séculos XV – XVIII. Os jogos das trocas.** São Paulo: Martins Fontes, 1996.

CONDE d'Eu Railway C.ª Limited. Regulamento da «Ponte» de Descarga em Cabedello » para atracação de navios. **Gazeta do Sertão**, Campina Grande, 2 de agosto de 1889. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/213667/per213667_1889_00032.pdf. Acesso em: 08 fevereiro 2024.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guedes. **Raízes da indústria da seca: o caso da Paraíba.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1993.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico do Brasil de 1970.** Rio de Janeiro: IBGE, v. 31, 1970. Disponível em: <http://memoria.org.br/pub/meb000000350/90000/90000030.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2023.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico do Brasil - 1980.** Rio de Janeiro: IBGE, v. 41, 1980. Disponível em: <http://memoria.org.br/pub/meb000000350/90000/90000040.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2023.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre história.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

JOFFILY, José. **Porto político.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** 3. ed. Campinas, SP: Unicamp, 1994.

MARIZ, Celso. **Evolução econômica da Paraíba.** João Pessoa: A UNIÃO EDITORA, 1939.

MELLO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba: lutas e resistências.** 6. ed. – João Pessoa: Editora Universitária, 2000.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. **Projeto História:** Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, São Paulo, 10, p. 7-28, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 13 jan. 2024.

O Publicador. [s.l.]. Anno III – 1864, n. 664, 18 de novembro, p. 2. *In*: BIBLIOTECA DIGITAL (Brasil). BNDigital do Brasil. Hemeroteca Digital. **Base de Dados Hemeroteca digital,** [21--a]. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=215481&pesq=%22Rebou%C3%A7as%22&pagfis=872>. Acesso em: 23 maio 2023.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



O Publicador. [s.l.]. Anno III – 1864. n. 666. 21 de novembro, p. 2. *In*: BIBLIOTECA DIGITAL (Brasil). BNDigital do Brasil. Hemeroteca Digital. **Base de Dados Hemeroteca digital.** Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=215481&pesq=%22Rebou%C3%A7as%22&pagfis=880>. Acesso em: 23 maio 2023.

O Publicador. [s.l.]. Anno IV – 1867. n.1499. 16 de setembro, p. 3-4. *In*: BIBLIOTECA DIGITAL (Brasil). BNDigital do Brasil. Hemeroteca Digital. **Base de Dados Hemeroteca digital.** Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=215481&pesq=%22Rebou%C3%A7as%22&pagfis=3629>; <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=215481&pesq=%22Rebou%C3%A7as%22&pagfis=3630>. Acesso em: 08 fevereiro 2024.

PARAHYBA DO NORTE (Brasil). **Discurso com que o presidente da província da Paraíba do Norte fez a abertura da sessão ordinária da Assembleia Provincial no mez de janeiro de 1837.** Cidade da Paraíba: Tipografia Paraibana, 1837.

Disponível em: <https://archive.org/details/rpparaiba1837/page/n1/mode/2up?view=theater>. Acesso em 07 fev. 2024.

PARAHYBA DO NORTE (Brasil). **Falla com que o Exm. Presidente da Provincia da Parahiba do Norte, o Dr. João José de Moura Magalhães, abriu a segunda Sessão da 2.a Legislatura da Assembléa Legislativa da mesma Provincia em o dia 16 de janeiro de 1839.** Disponível em:

<https://archive.org/details/rpparaiba1838b/page/n21/mode/2up?view=theater>. Acesso em: 03 fev. 2024.

PARAHYBA DO NORTE (Brasil). **Exposição apresentada a Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte em sessão extraordinaria de 15 de fevereiro pelo presidente da provincia o Exm. Sr. Dr. José Basson de Miranda Osorio (15 de fevereiro de 1883).** Cidade da Parahyba, Typographya do Commercio, 1883. Disponível em:

<http://archive.org/stream/rpparaiba1883a#page/2/mode/2up>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2024.

PORTO DE CABEDELO. COMPANHIA DOCAS DA PARAÍBA. Governador e Ricardo Barbosa inauguram dragagem do Porto de Cabedelo, armazens e lançam projeto Porto da Cidade para integrar comunidades às ações portuárias. Cabedelo: PORTO DE CABEDELO. **Companhia Docas da Paraíba**, 31 agos. 2023. Disponível em: <https://portodecabedelo.pb.gov.br/2023/08/31/governador-e-ricardo-barbosa-inauguram-dragagem-do-porto-de-cabedelo-armazens-e-lancam-projeto-porto-cidade-para-integrar-comunidade-as-aco-es-portuaria/>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2024.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



RÉMOND, René. Uma história presente. *In*: RÉMOND, René (org.) **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996, p. 13-36.

RICOUER, Paul. **A história, a memória, o esquecimento**. Campinas, SP: Unicamp, 2007.

SIMONINI, Yuri. **Portos para o Nordeste**: ideias, transformações e conflitos nas províncias do norte do Brasil (Fortaleza, Natal e Parahyba, 1869 - 1934). 2017. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017. Disponível em: https://hcurb.ct.ufrn.br/_assets/modules/projetosvinculados/projetovinculado_349.pdf. Acesso em: 29 out. 2022.

SOARES, Maria Simone Morais. **Território e cidade nos trilhos da Estrada de Ferro Conde D'Eu**: Província da Parahyba do Norte (1871 – 1901), 2018, 3XX f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) Faculdade Arquitetura. Disponível em: https://ppgau.ufba.br/sites/ppgau.ufba.br/files/tese_maria_simone_morais_soares.pdf. Acesso em: 18 ago. 2022.

TRIGUEIRO, Oswaldo. **A Paraíba na Primeira República**. João Pessoa: A UNIÃO Editora, 1982.

496





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE: CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTORIOGRAFIA E POSSIBILIDADES NO ÂMBITO ESCOLAR

Ioli Ferreira Santiago¹
Derliane de Oliveira Medeiros²
Stefany Reis Marquioli³

Introdução

A legitimação da história do tempo presente é uma realidade recente no Brasil. Trata-se de uma importante conquista, considerando que essa área possibilita uma maior abrangência das análises históricas. Isso porque, por meio dela, ocorre uma ampliação do número de objetos de estudos e de sujeitos na história, o que faz com que ela seja mais inclusiva e diversa. No Brasil, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC apresenta como alguns de seus objetivos para o ensino de História no Ensino Fundamental, etapa mais longa da Educação Básica do país:

[...] estimular a autonomia de pensamento e a capacidade de reconhecer que os indivíduos agem de acordo com a época e o lugar nos quais vivem, de forma a preservar ou transformar seus hábitos e condutas. A percepção de que existe uma grande diversidade de sujeitos e histórias estimula o pensamento crítico, a autonomia e a formação para a cidadania.

[...] espera-se que o conhecimento histórico seja tratado como uma forma de pensar, entre várias; uma forma de indagar sobre as coisas do passado e do presente, de construir explicações, desvendar significados, compor e decompor interpretações, em movimento contínuo ao longo do tempo e do espaço. Enfim, trata-se de transformar a história em ferramenta a serviço de um discernimento maior sobre as experiências humanas e as sociedades em que se vive (Brasil, 2018).

Assim, observou-se que o ensino de História na educação básica brasileira pretende promover a reflexão crítica sobre acontecimentos passados, bem como sobre o contexto vivido pelos/as estudantes. A partir da leitura de textos bibliográficos referentes à história do tempo presente, identificaram-se as contribuições proporcionadas por ela no âmbito historiográfico e escolar brasileiro, além de compreender seu conceito e as resistências sofridas por esta área ao longo do tempo até conquistar a aceitação.

¹ Licenciada em História pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) – Unidade Carangola e mestranda em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania pela Universidade Federal de Viçosa (UFV).

² Licenciada em História pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) – Unidade Carangola. Professora da Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo (SEDU ES).

³ Licenciada em História pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) – Unidade Carangola e mestranda em História pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Notas sobre a história do tempo presente

Nas últimas décadas, a história do tempo presente (HTP) tem despontado como uma área indispensável ao discurso historiográfico. Todavia, ela teve que percorrer um longo caminho até alcançar legitimidade, em virtude da história tradicional, que apontava os principais critérios para a produção de uma história científica.

No que se refere ao Brasil, Ferreira (2018) reporta que a história oral nos anos 1990 contribuiu de forma significativa para a consolidação do campo da história do tempo presente. Já no século XXI “foi por meio da história política e dos desafios trazidos pelos debates acerca da memória dos grupos excluídos que de fato ocorreu um crescimento exponencial dos trabalhos nesse campo” (Ferreira, 2018, p. 99).

Além disso, em leitura a Ferreira (2018), percebe-se que a Comissão da Verdade e a Lei de Acesso à Informação contribuíram para um aumento considerável de reflexões acerca da história do tempo presente. Nesse contexto, ela foi marcada fortemente pelo dever de memória, “[...] não só para com as vítimas do regime militar, mas especialmente para com as populações afro-brasileiras e os grupos e indígenas que sofreram sempre processos de exploração e discriminação ao longo da nossa história” (Ferreira, 2018, p. 99).

Vale salientar que uma das características do tempo presente é a “valorização do evento, da contingência e da aceleração da história” (Delgado; Ferreira, 2013, p. 23). Dessa maneira, ainda segundo Delgado e Ferreira (2013, p. 23), o/a historiador/a se depara com desafios, dado que é “[...] também testemunha e ator de seu tempo e, muitas vezes, está envolvido nesse movimento de aceleração que o faz supervalorizar os eventos do tempo presente [...]”, principalmente devido à presença de maiores modificações nos séculos XX e XXI do que fenômenos de longa duração que precisam de um recuo mais longo. Ademais, Fico aduz:

Uma das principais peculiaridades da História do Tempo Presente é a pressão dos contemporâneos ou a coação pela verdade, isto é, a possibilidade desse conhecimento histórico ser confrontado pelo testemunho dos que viveram os fenômenos que busca narrar e/ou explicar (Fico, 2012, p. 44).

Além disso, segundo Ferreira (2018, p. 94), “com o crescimento do interesse das sociedades contemporâneas pela história recente [...]”, os eventos traumáticos recentes se transformaram em objeto de análise prioritário. Dessa forma, Neto e Ramos (2014, p. 18) alegam que “[...] o Historiador do Tempo Presente, tenha ele próprio ou não memória viva dos acontecimentos que estuda, precisa saber confrontar outros que a possuem, e muitas vezes de forma traumática”. Outro ponto a se destacar é que a consolidação desse campo só ocorreu de forma definitiva a partir de projetos voltados para um “dever de memória” em relação às vítimas da ditadura militar, bem como dos grupos marginalizados de negros e indígenas (Ferreira, 2018, p. 93). Também Delacroix expõe que

Em todos os casos, a historicização do passado recente, suas teorizações e suas institucionalizações foram realizadas, em sua maioria, a partir e pela exigência de





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



demandas sociais de reconhecimento e de justiça – que podem ser rotuladas como “reivindicações memoriais” – relativas a passados traumáticos difíceis de assumir por parte das comunidades nacionais e que emanam de pessoas ou de grupos que não pertencem ao meio dos historiadores profissionais. O reconhecimento de uma dívida a saldar em relação ao passado parece, portanto, comum a essas reivindicações memoriais (Delacroix, 2018, p. 47).

Para Delgado e Ferreira (2013), no que tange às resistências à história do tempo presente, é possível alegar que faz parte da definição da história surgida a partir de seu triunfo como disciplina universitária, que consistia na interpretação do passado, sendo que a visão retrospectiva era necessária para sua produção. A objetividade passou a ser vista como uma tomada de distância do presente, e o trabalho do/a historiador/a apenas poderia se iniciar quando não houvesse mais testemunhos vivos (Delgado; Ferreira, 2013).

Ainda, no tocante às resistências à história do tempo presente, Fico aponta:

O historiador presente aos acontecimentos, outrora o fiador da narrativa verdadeira, tornou-se suspeito de envolvimento, de tendenciosidade. Desde então, assumiu preponderância heurística o documento escrito, sobretudo o oficial, especialmente aquele nobilitado pela pátina do tempo. Esse é um aspecto mais conhecido: após o predomínio quase fetichista do documento desse tipo no final do século XIX e início do século XX, algumas correntes, como a Escola dos Annales, contribuíram para a ampliação do rol de fontes utilizadas pelo historiador (Fico, 2012, p. 47).

499

Segundo Ferreira (2018), a tradição historiográfica do século XIX atribuía ao estudo da história a análise do passado distante e defendia o afastamento entre passado e presente, dado que isso possibilitava maior objetividade na escrita de tal área. Nessa lógica, a condição fundamental para a produção de uma história científica era a visão retrospectiva e somente o recuo no tempo garantiria um estudo pautado na objetividade. Com isso, era necessário que o/a historiador/a se afastasse dos estudos sobre o mundo contemporâneo (Ferreira, 2018).

Sob a ótica de Ferreira (2018), nas décadas finais do século XX houve a revalorização da análise qualitativa, bem como o resgate da relevância das experiências individuais. Assim, “paralelamente, ganhou novo impulso a história cultural, ocorreu um renascimento do estudo político e incorporou-se o estudo do contemporâneo” (Ferreira, 2018, p. 84). Nessa perspectiva, a pesquisadora afirma que tais transformações provocaram renovações na disciplina de história, o que acarretou mudanças nos cursos de pós-graduação, aumento significativo de pesquisadores/as e docentes, além do interesse da sociedade em geral pela história.

Desse modo, verificou-se que a história do tempo presente possui problemáticas, assim como qualquer outro campo historiográfico, tornando-se essencial que os/as historiadores/as analisem criteriosamente as narrativas para a produção do conhecimento histórico. Foi possível notar também que a história do tempo presente aumentou o número





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



de objetos de estudos e de sujeitos para a análise histórica, contribuindo para uma história mais inclusiva.

História do tempo presente e o âmbito escolar

É perceptível que a história do tempo presente abrange múltiplas temáticas que podem ser trabalhadas nas escolas, como a possibilidade de tratar de assuntos do cotidiano dos/as discentes, o que pode colaborar para o desenvolvimento do seu senso crítico. No entanto, é notório que uma parcela dos/as professores/as ainda resiste em abordar a história do tempo presente no ensino.

Com essa resistência em se trabalhar com a história do tempo presente nas instituições de ensino, a história ensinada na maioria das escolas acaba por ter uma orientação única e linear (Delgado; Ferreira, 2013). As autoras afirmam que é essencial que os/as professores/as trabalhem diversas temporalidades, envolvendo o conhecimento histórico. Dessa maneira, no que se refere ao ensino de história, Delgado e Ferreira reportam:

Entendemos, contudo, que a ambição do ensino de História deve ser a de desenvolver a crítica e não oferecer uma visão ‘crítica’ a priori. A crítica de documentos, fatos e de diferentes interpretações, parte do métier do historiador, passa pelo confronto entre discursos muitas vezes contraditórios e interpretações distintas (Delgado, Ferreira, 2013, p. 31).

500

Segundo Silva (2017), a história ensinada nas escolas envolve em sua essência questões de cunho político. Nesse sentido, os/as professores/as aderem ao compromisso com o presente e a uma responsabilidade política perante os estudantes. Cabe ressaltar que, de acordo com o autor, o ensino de história em larga escala nasce diante da vontade do Estado de tornar acessível o conhecimento histórico a um público comum. Por outro lado, o autor alega que

“[...] o investimento intelectual em um programa metodológico capaz de conferir à história um estatuto e uma autonomia científica a – outra dimensão & Argumento fundamental desta concepção moderna de história – revela o desejo de historiadores do circuito acadêmico de “blindar” a história das perfurações políticas da época – revelando o interesse do historiador em afastar-se das tensões do tempo presente em que se insere, condição para que seu discurso adquira legitimidade científica. A reivindicação de imparcialidade e a ocultação do ponto de vista político do narrador se tornam, neste sentido, primados essenciais para a verdade histórica especializada; é também a condição para que o historiador seja capaz de captar as múltiplas vozes e perspectivas implicadas nas diversas experiências históricas (Silva, 2017, p. 109-110).

Com base no que dispõe Bittencourt (2008, p. 55), pode ocorrer o anacronismo na problematização dos assuntos relativos à história do tempo presente nas aulas de história, “[...] ao apresentar uma trajetória que se inicia no presente e depois retoma o tema em outras sociedades do passado de forma superficial, cobrando dos agentes de outrora valores que





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



são contemporâneos nossos”. Nesse enfoque, Loraux (1992) sugere o uso do “anacronismo controlado”, em que o/a professor/a de história pode utilizá-lo como um instrumento didático para trabalhar com temas acerca do tempo presente. Além disso, Bittencourt afirma:

Para alguns historiadores da área de ensino de História, torna-se fundamental o domínio conceitual da *história do tempo presente*, a fim de que o ensino da disciplina possa cumprir uma de suas finalidades “libertar o aluno do tempo presente” – algo paradoxal à primeira vista. Essa aparente contradição ocorre porque o domínio de uma *história do tempo presente* fornece conteúdos e métodos de análise do que “está acontecendo” e as ferramentas intelectuais que possibilitam aos alunos a compressão dos fatos cotidianos desprovidos de mitos ou fatalismos desmobilizadores, além de situar os acontecimentos em um tempo histórico mais amplo, em uma *duração* que contribui para a compreensão de uma situação imediata repleta de emoções (Bittencourt, 2008, p. 151-152).

Souza (2021) concorda com uma educação que liberta, em que os/as estudantes têm a possibilidade de criarem um ambiente onde seja possível ocasionar uma grande transformação em suas vidas. “E é nesse contexto que acreditamos que a HTP possa fazer a diferença, já que acaba por criar um movimento que levaria à construção de novas representações sobre o presente” (Souza, 2021, p. 4), sendo que tal movimento contribuiria para a aprendizagem dos/as discentes.

Dessa forma, foi possível observar a importância de haver uma prática controlada do anacronismo na análise historiográfica. Ademais, notaram-se as diversas contribuições da história do tempo presente para o âmbito escolar, como a possibilidade que o/a docente tem de trabalhar com temáticas que contemplem a realidade dos/as estudantes.

Considerações finais

Em virtude dos aspectos versados, verificou-se a relevância da história do tempo presente para a produção de conhecimentos históricos, uma vez que ela contribui, de maneira significativa, para a compreensão de diversos eventos ocorridos. Vale ressaltar que, no contexto escolar, a história do tempo presente ainda sofre algumas resistências, visto que uma parcela de docentes opta por trabalhar com uma história pautada na linearidade. Salienta-se também que uma parcela de historiadores ainda tem a concepção de que a análise da história deve se afastar do tempo ocorrido, sendo de grande importância a visão retrospectiva para a análise de determinado acontecimento.

Não obstante, identificou-se que, ao proporcionar a possibilidade de análise de acontecimentos e processos que fizeram parte do cotidiano dos/as estudantes ou de pessoas que fazem parte de seu núcleo de convivência, a história do tempo presente oportuniza a percepção destes como sujeitos históricos. Ainda, essa área de estudos históricos, aliada à história oral, possibilita aos/às discentes a análise de diferentes perspectivas a respeito de eventos ocorridos.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Além do mais, foi possível compreender que a história do tempo presente permite a identificação de novas representações históricas pelos discentes, para além daquelas exibidas através da história oficial. Dessa maneira, contribui para a valorização e o fortalecimento da identidade dos/as estudantes, além de incentivar o respeito às diferentes culturas e visões de mundo.

Referências

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

DELACROIX, Christian. A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras?. **Revista Tempo e Argumento**, v. 10, n. 23, 2018, p. 39-79. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/12709>. Acesso em: 04 fev. 2024.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente e ensino de História. **Revista História Hoje**, v. 2, n. 4, 2013, p. 19-34. Disponível em: <https://rhhj.emnuvens.com.br/RHHJ/article/view/90>. Acesso em: 03 fev. 2024.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. **Revista Tempo e Argumento**, v. 10, n. 23, 2018, p. 80-108. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180310232018080>. Acesso em: 03 fev. 2024.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. **Varia história**, v. 28, 2012, p. 43-59. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/P7RGYBDByn755mZRVGq3vGx/>. Acesso em: 04 fev. 2024.

LORAUX, Nicole. Elogio do anacronismo. In: NOVAES, Adauto (org.). **Tempo e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

NETO, Sydenham Lourenço; RAMOS, Vinícius da Silva. História do Tempo Presente, diálogos com a História Pública e com o ensino de História: uma experiência exploratória. **Revista Aedos**, v. 6, n. 15, 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br//aedos/article/view/50931>. Acesso em: 04 fev. 2024.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



SILVA, Daniel Pinha. O lugar do tempo presente na aula de história: limites e possibilidades. **Revista Tempo e Argumento**, v. 9, n. 20, 2017, p. 99-129. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180309202017099>. Acesso em: 03 fev. 2024.

SOUZA, Elimar Machado de et al. Que história é essa professora? Uma reflexão sobre a História do Tempo Presente e sua contribuição para o Ensino Médio. In: IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE, 2021, Florianópolis. **Anais [...]** Florianópolis: UDESC, 2021. Disponível em: <https://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/IVSIHTP/paper/view/995>. Acesso em: 04 fev. 2024.

503



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



ENTRELAÇANDO MEMÓRIA E HISTÓRIA: NARRATIVAS DE LUTA, RESISTÊNCIA E MUDANÇA NOVA IGUAÇU NAS DÉCADAS DE 1970 E 1980

Adriana Bastos Kronemberger¹

Introdução

Nas décadas de 1970 e 1980, Nova Iguaçu, cidade situada no estado do Rio de Janeiro, Brasil, viu-se palco de uma onda de movimentos sociais urbanos. Grupos organizados erguiam vozes contra as injustiças e resistiam ao autoritarismo que pairava sobre o país após o golpe civil-militar de 1964. Os anseios desses movimentos estavam relacionados com as necessidades mais prementes da população: moradia, saúde, educação, saneamento, emprego e terra. Este trabalho, ancorado no campo da História Social, buscou desvendar narrativas que permearam esses movimentos sociais. Tais movimentos em Nova Iguaçu mantinham uma estreita relação com a Igreja Católica, particularmente com Dom Adriano Hypólito, um religioso inspirado pela Teologia da Libertação que desempenhou um papel fundamental na região. Esta corrente teológica se originou após o Concílio Vaticano II, que propôs uma nova perspectiva para a Igreja Católica, voltando-se para os pobres e lutando pela justiça social. As narrativas dos militantes das lutas sociais em Nova Iguaçu nas décadas de 1970 e 1980 podem revelar as representações que esses indivíduos têm sobre suas lutas, conquistas, perdas e contribuir para a compreensão da resistência à ditadura civil-militar no Brasil. Nesse sentido, este trabalho buscou preservar a memória tanto para se aproximar do passado quanto inspirar ações sociais que busquem garantir a dignidade da população. Este trabalho é parte da tese de doutoramento defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 2023, que tem como título: Vozes da Militância – Nova Iguaçu nas décadas de 1970 e 1980. Foram utilizadas como fontes principais entrevistas com alguns militantes sociais que atuaram nas referidas décadas. A pesquisa obteve aprovação da PUC/SP, seguindo as precauções necessárias ao lidar com seres humanos. Os entrevistados estão listados na tabela abaixo.

504

¹ Doutora em História Social – PUC/SP
Mestra em Ensino de História – UNIFESP
Mestra em História Social – PUC/SP
E-mail: adriana.kronemberger@gmail.com





HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Nome d(x) entrevistad(x)	Data de nascimento	Ofício	Data da entrevista	Tamanho do Arquivo da entrevista via Zoom
Ana Alice Teixeira Pereira Bevilaqua	20/01/1950	Médica	16/12/2020	805.3MB
Dilceia Nahon	21/03/1950	Pedagoga	15/12/2020	149.1 MB
José Noronha	24/08/1946	Médico	25/01/2021	340,1 MB
Lucia Souto	28/12/1949	Médica	12/12/2020	335,9 MB
Nelson Nahon	21/05/1949	Médico	19/01/2021	697,1 MB
Bruno	03/04/1942	Padre	17/12/2020	293,1 MB
Matteo	21/12/1938	Padre	13/01/2021	692,3 MB

Os entrevistados foram identificados por seus ofícios e nomes reais, pois todos foram informados sobre o estudo e forneceram seus consentimentos para a inclusão de seus nomes na pesquisa e a utilização de suas histórias como fontes para este trabalho. As entrevistas foram a espinha dorsal deste estudo e foram conduzidas seguindo um roteiro guiado.

A metodologia da História Oral desempenhou um papel central na pesquisa e as interações entre a pesquisadora e os entrevistados foram registradas em formato de áudio e vídeo, utilizando a plataforma *online Zoom*, devido ao distanciamento social imposto pela pandemia da Covid 19. As perguntas feitas aos entrevistados foram orientadoras, mas esses tinham liberdade para contar suas histórias e expressar seus pensamentos. Eles compartilharam suas experiências, detalhando suas vidas antes de se envolverem nos movimentos sociais e suas escolhas políticas. Os participantes foram convidados através de redes de amigos, indicações e pela reconhecida importância de seus papéis nos movimentos sociais de Nova Iguaçu no período analisado.

A razão que impulsionou o desvelamento dessas narrativas reside na busca por uma compreensão mais profunda dos turbilhões dos movimentos sociais urbanos que marcaram as décadas de 1970 e 1980. Buscou-se discernir as sementes da continuidade, capazes de germinar e florescer, mantendo acesa a chama daquelas lutas em prol dos direitos sociais, uma vez que estes ainda permanecem distantes de alcançar a totalidade da sociedade brasileira. Pelo contrário, assiste-se à acentuação dos abismos sociais, um fato que reforça a urgência desse estudo.

Discussão bibliográfica

A análise das entrevistas levou em consideração as ideologias dos entrevistados, e para isso, foi adotada a abordagem dialógica de Mikhail Bakhtin (1997 e 2006), que analisou o discurso como o resultado do diálogo entre sujeitos sociais em contextos específicos, e as ideologias





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



como construções sociais obtidas por meio da interação. Por essa razão, as entrevistas foram examinadas à luz das histórias de vida dos entrevistados, do contexto histórico das lutas sociais e das intenções e objetivos dos narradores.

A pesquisa também se utilizou das contribuições teóricas de outros autores, como Portelli (1993, 1996, 2001 e 2017), Bosi (1994), Le Goff (1990), Prost (1996), Ricoeur (2007 e Henri Lefebvre por meio do estudo **As representações e o possível** de Lutfi et al (1996). Nesse contexto, surge uma aparente divergência teórica entre os estudos de Bosi (1994), que se concentrou vida privada, e as pesquisas de Portelli, que se dedicou à análise de narrativas relacionadas a eventos públicos. No entanto, para ilustrar a possibilidade de um diálogo teórico entre essas abordagens, pode-se considerar a história de amor de Dilceia e Nelson Nahon, dois entrevistados para este trabalho. O casal se conheceu, apaixonou-se e casou-se enquanto ele vivia na clandestinidade devido à sua militância de resistência à ditadura civil-militar. Ambos dedicaram suas vidas à causa social. No entanto, quando o casamento terminou, Dilceia informou que o desgaste do relacionamento também estava relacionado ao estilo de vida que escolheram, marcado pelo compromisso com a militância. Nesse contexto o público e o privado se entrelaçaram. Portelli (2001) expressou essa complexidade ao afirmar:

De qualquer maneira que possa ser, a história oral expressa a consciência da historicidade da experiência pessoal e do papel do indivíduo na história da sociedade em eventos públicos: guerras, revoluções, greves, inundações (...) terremotos (PORTELLI, 2001, p. 14).

506

A afirmação de Portelli (2001) lança luz sobre o papel da História Oral na compreensão da historicidade das experiências pessoais na história de eventos públicos. Assim, a História Oral se apresenta como um meio para registrar e preservar essas experiências, possibilitando que as futuras gerações tenham uma compreensão mais profunda do impacto da história na vida das pessoas e, reciprocamente, como as ações individuais podem influenciar a história da sociedade. Portelli (2001) também destacou que a História Oral pode contribuir para uma compreensão mais ampla e inclusiva da história, indo além das narrativas oficiais e incorporando as experiências e perspectivas daqueles que viveram os eventos. De acordo com Portelli (2001, p.15), a História Oral depende de um delicado equilíbrio entre elementos de natureza pessoal e social, a perspectiva individual e o contexto histórico. O autor também ressaltou que a História Oral pode se manifestar de diferentes maneiras, dependendo se o enfoque está na apresentação emocional ou no conteúdo narrado, ou se está centralizado na vida do narrador ou no tema abordado. Essas variações podem influenciar a forma como a História Oral é produzida e percebida por aqueles que a ouvem ou a leem.

Portelli (1996, p.2) trouxe à luz um dilema inerente à História Oral e às memórias que dela emergem: as fontes são seres humanos. No caminho da pesquisa histórica oral, os pesquisadores encontram-se à mercê da vontade e da cooperação desses indivíduos, que compartilham suas vivências e relatos pessoais. Todavia, é imprescindível compreender que





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



essas pessoas não estão meramente oferecendo fatos objetivos e imparciais para análise; elas estão compartilhando suas perspectivas subjetivas, memórias pessoais e interpretações das experiências que viveram. Estão imersas em um processo ativo de construção de significados e narrativas que tecem o tecido de suas vidas. Logo, é fundamental abraçar a complexidade e subjetividade que permeiam a produção e interpretação dessas histórias. O autor também lembrou que essas pessoas estão compartilhando fragmentos de suas histórias e identidades e tal confiança impõe uma responsabilidade ética aos pesquisadores, que devem garantir o respeito pelas vozes, experiências e perspectivas dos entrevistados. Nesse contexto, o trabalho de Bosi (1994) assume um papel importante, ao fundamentar as memórias individuais daqueles que se dispuseram a participar das entrevistas.

A História Oral é uma metodologia de pesquisa que produz fontes históricas, mas tem raízes que remontam à Antiguidade. Contudo, essa metodologia foi sistematizada no século XX, buscando, na contemporaneidade, produzir entrevistas gravadas com indivíduos que estiveram no cerne dos acontecimentos a serem analisados. Portelli (1993), em consonância com essa ideia, nos lembrou que:

O testemunho oral tem sido amplamente discutido como fonte de informação sobre eventos históricos. Ele pode ser encarado como um evento em si mesmo e, como tal, submetido a uma análise independente que permita recuperar não apenas os aspectos materiais do sucedido como também a atitude do narrador em relação a eventos, à subjetividade, à imaginação e ao desejo, que cada indivíduo investe em sua relação com a história (PORTELLI, 1993, p. 41).

507

Portelli enfatizou a importância do depoimento oral como uma fonte de informação fundamental para a compreensão dos eventos históricos. Ele orientou a não o encarar apenas como um relato objetivo dos acontecimentos, mas como um evento em si, dotado de características únicas que merecem uma análise independente. Ao investigar esses depoimentos, é possível se aproximar não apenas de seus aspectos materiais, mas também de compreender a atitude do narrador em relação a esses eventos. A subjetividade, a imaginação e os desejos que permeiam a relação com a história são revelados e cada indivíduo imprime suas próprias experiências e perspectivas pessoais na narrativa histórica.

A pesquisa que deu origem a este artigo adotou uma abordagem abrangente que integrou as diferentes perspectivas teóricas, buscando uma compreensão completa das histórias dos entrevistados e das lutas sociais em Nova Iguaçu nas décadas de 1970 e 1980. No trabalho, as entrevistas foram tratadas como eventos históricos a serem estudados, considerando tanto os aspectos práticos do processo como as subjetividades presentes, do entrevistador e do narrador no momento da entrevista.

Ao concluir sua análise sobre a relação entre a escrita da história e a memória, Ricoeur (2007) sugeriu que, embora muitos possam duvidar da confiabilidade das fontes orais, sabe-se que os eventos históricos não começam com documentos arquivados, mas com o testemunho daqueles que viram ou viveram esses eventos.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Será preciso, contudo, não esquecer que tudo tem início não nos arquivos, mas com o testemunho, e que, apesar da carência principal da confiabilidade do testemunho, não temos nada melhor que o testemunho, em última análise, para assegurar-nos de que algo aconteceu, a que alguém atesta ter assistido pessoalmente, e que o principal, senão às vezes o único recurso, além de outros tipos de documentação, continua a ser o confronto entre os testemunhos (RICOEUR, 2007, p. 155 e 156).

Às vezes, a palavra falada é a única fonte disponível e outras formas de documentação também se originam de declarações pessoais. Essa observação de Ricoeur (2007) ressaltou a importância do testemunho como uma fonte fundamental de conhecimento histórico, destacando que a maioria das informações sobre o passado é transmitida por meio de relatos de pessoas que estiveram presentes à época. Embora a confiabilidade desses testemunhos possa ser questionada, especialmente devido à subjetividade da memória e à possibilidade de preconceito ou distorção, isso ocorre com qualquer outra fonte histórica. Ricoeur (2007) enfatizou que a comparação de diferentes testemunhos pode ajudar na compreensão mais completa e precisa dos acontecimentos históricos. Essa observação sublinha a importância do testemunho como uma fonte fundamental de conhecimento histórico e destaca a necessidade de abordá-lo com uma mente crítica e reflexiva.

Em Bosi (1994) foi explorado o processo individual e coletivo de um grupo específico, influenciado pelas características únicas de seus membros e pelas interações entre eles. Os estudos dessa autora enfatizaram a importância da memória individual e coletiva na construção da identidade e da história de um grupo. Enquanto Ricoeur (2007) destacou a relação entre historiografia e memória e Portelli enfatizou o valor do testemunho, a discussão com Bosi (1994) ajudou a justificar as experiências individuais dos entrevistados, que ocorreram antes de seus envolvimento nos movimentos sociais em Nova Iguaçu.

Mas o diálogo se deu principalmente com o historiador Alessandro Portelli, em seu artigo "História oral como gênero" (2001), onde ele refletiu sobre o diálogo presente nos trabalhos baseados na História Oral e destacou que a colaboração entre pesquisador e entrevistado gera um esforço conjunto, com alguém falando e outro ouvindo, este último tendo a responsabilidade posterior de transformar as palavras ouvidas em palavras escritas. Portelli também definiu o termo "História Oral".

Como está implícito no próprio termo, a *história oral* é uma forma específica de discurso: a história evoca uma narrativa do passado; o *oral* indica um meio de expressão (PORTELLI, 2001, p. 10) (Grifo do autor).

Para o autor, os depoimentos são posteriormente transcritos, editados e interpretados com o propósito de criar uma narrativa histórica. Portelli (2001) ressaltou que a História Oral não se restringe à coleta de informações verbais, mas abarca a tarefa de construir uma narrativa coerente, acessível e passível de interpretação por parte dos leitores. Isso ocorre porque, mesmo que um episódio seja narrado de diferentes maneiras, em diferentes contextos e para

508





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



diferentes audiências, há uma progressão gradual na busca de um tema, com "repetições refinadas em busca de precisão, acabamento ou efeito dramático" (PORTELLI, 2001, p. 12). Além disso, Portelli (2001) apontou outra peculiaridade da História Oral:

O que é falado numa típica entrevista de história oral, usualmente nunca foi contado *dessa forma* antes. A maior parte dos relatos pessoais ou familiares são contados em pedaços e episódios, quando surge a ocasião (PORTELLI, 2001, p. 11) (Grifo do autor).

Ao mencionar que o entrevistado se esforça para articular suas palavras com clareza, o autor indicou que o processo de produção dessa metodologia inclui seus próprios esboços, material de preparação e tentativas descartadas. Portelli (2001) concebeu a História Oral como um "gênero de narrativa" e um "discurso histórico", e, dentro desse contexto, salientou que, mesmo que outros pesquisadores tenham entrevistado o mesmo grupo de pessoas, o resultado não será o mesmo, pois, cada narrador, ao contar sua história, traz sua perspectiva única, enriquecendo a compreensão dos acontecimentos passados. Tal condição revela como a História Oral pode desvendar informações e visões inexploradas do passado, já que as narrativas verbais frequentemente contêm detalhes que nunca foram compartilhados da mesma maneira.

O autor enfatizou que a maioria das histórias pessoais ou familiares são compartilhadas em fragmentos. Por meio das entrevistas da História Oral, os narradores têm a oportunidade de reunir esses episódios e tecê-los em uma narrativa mais abrangente. Essa abordagem pode preencher as lacunas na compreensão histórica e revelar informações preciosas que não foram registradas em outras fontes.

Outrossim, de acordo com Portelli (2001), em uma entrevista de História Oral, o pesquisador deve analisar com cuidado o que está sendo compartilhado, sendo sensível para não se fixar apenas nas partes mais elaboradas do discurso ou nas histórias mais dramáticas que ouve. Em vez disso, deve prestar atenção aos detalhes do relato, pois, como observou que

a fim de entender como a narrativa é formada, não devemos nos limitar a estes momentos de plenitude: necessitamos considerar também os materiais formulados, as matérias aparentemente sem forma de conexão e suporte, e o papel dialógico e corretivo do historiador (PORTELLI, 2001, p. 13).

No trecho o autor ressaltou a importância de se considerar uma ampla gama de materiais e fontes ao construir uma narrativa histórica por meio da História Oral, enfatizando que não se deve restringir a atenção apenas aos momentos de ápice na narrativa, mas também incorporar elementos aparentemente desconexos para criar um discurso completo e com significado. Assim, Portelli (2001) realçou a relevância do papel desempenhado pelo historiador na construção da narrativa histórica, pois o processo de entrevista e transcrição envolve uma interação dinâmica entre o entrevistador e o entrevistado. Além disso, a interpretação e edição desses relatos exigem um constante diálogo com outras fontes e

509





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



diferentes interpretações da história, entrando assim no papel ativo e crítico desempenhado pelo historiador. Nesse sentido, o autor enfatizou o aspecto "dialógico" do trabalho do historiador, pois observou que a História Oral começa com as palavras do entrevistado, mas é destinada ao historiador, para que este assuma a responsabilidade de transformar a mensagem recebida em texto, um aspecto que não escapa às críticas sobre como fazer História Oral por meio da escrita.

Como já mencionado, o presente trabalho adotou uma abordagem teórica que envolveu a coleta de narrativas de indivíduos que participaram ativamente dos movimentos sociais em Nova Iguaçu nas décadas de 1970 e 1980. Além de investigar suas experiências dentro desses movimentos, a pesquisa também se preocupou em compreender as histórias de vida desses entrevistados, incluindo detalhes sobre suas famílias, formação educacional e influências pessoais. Para atingir esse objetivo, foi adotado um equilíbrio entre o enfoque em "testemunhos centrados em temas específicos" e as narrativas abrangentes das vidas dos entrevistados.

Portelli (2001, p.18) explorou o papel fundamental do encontro entre o entrevistador e o entrevistado na prática da História Oral, enfatizando que essa abordagem não pode existir sem a interação entre duas pessoas: uma que tem uma história para contar e outra cuja função é recontar essa história ouvida. No entanto, o autor ressaltou um aspecto muitas vezes esquecido, que é o fato de que a primeira voz que se faz ouvir em uma entrevista de História Oral é a do próprio entrevistador, que inicia o diálogo com a primeira pergunta, como por exemplo, "Quando você nasceu?". Neste ponto, Portelli (2001, p. 18 e 20) destacou que, quando o historiador dá início à conversa, ele estabelece a "base da autoridade narrativa", mas ambas as partes trazem suas próprias perspectivas para a entrevista, que se ajustam durante o curso da conversa. No entanto, é o historiador quem decide quais partes da narrativa serão incorporadas em seu trabalho, exercendo assim sua autoridade não apenas no tom da conversa, mas também na seleção do que será incluído e o que será deixado de fora em sua obra. Além disso, Portelli (2001) destacou:

A relação social e pessoal entre os dois interlocutores também tem um papel (...) a forma da entrevista depende do grau de familiaridade do entrevistador em relação à realidade sob investigação: os narradores pressupõem que um historiador "nativo" já conhece os fatos e fornece em substituição explicação, teorias e julgamentos (PORTELLI, 2001, p. 21 e 22) (Grifo do autor).

Quando o entrevistador é alguém da mesma comunidade ou local de origem do entrevistado, este último pode presumir que o entrevistador já conhece os fatos e, por isso, pode fornecer explicações, teorias e julgamentos mais do que se o entrevistador fosse uma pessoa estranha. A relação de familiaridade e confiança entre eles pode influenciar a qualidade e o conteúdo das informações compartilhadas. Isso se aplicou a esta pesquisa, uma vez que a entrevistadora nasceu e cresceu em Nova Iguaçu, testemunhando, em parte, as lutas dos movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980. No entanto, não se tratou de uma simples troca de informações





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



sem interações, pois como aponta Portelli (2001), ambos os lados envolvidos nas entrevistas reconheciam a influência mútua. Para evitar a armadilha de dois "monólogos de fatos brutos", conforme sugerido por Portelli, a abordagem adotada buscou equilibrar a interação entre a entrevistadora e os entrevistados.

Contudo, Portelli (2001, p. 22) argumentou que todos os seres humanos, inclusive aqueles que são considerados "informantes nativos", tendem a idealizar uma teoria sobre o que estão falando, levando em consideração para quem estão falando e por que estão fazendo isso. Ele destacou que as pessoas não falam aleatoriamente, mas sempre têm uma intenção por trás das palavras que escolhem. Portanto, enfatizou que os historiadores devem ter cautela ao revelar informações sobre sua própria identidade e pensamentos, uma vez que isso pode afetar a forma como os informantes compartilham suas experiências. Quanto menos informações os historiadores fornecerem sobre si mesmos, maior a probabilidade de os informantes se concentrarem em fornecer testemunhos amplos e imparciais, baseados em sua própria consciência e nos aspectos públicos de sua cultura.

Por outro lado, Portelli (2001, p.22 e p.23) enfatizou a importância da honestidade e transparência por parte dos entrevistadores ao lidar com os informantes. Ele argumentou que se os pesquisadores começarem a enganar seus narradores, é improvável que estes falem a verdade sobre si mesmos. Essa falta de confiança pode prejudicar a qualidade das informações coletadas e a relação entre o entrevistador e o entrevistado. Além disso, o autor destacou que o que o entrevistador revela sobre si mesmo é relevante para direcionar a entrevista. Ou seja, se o entrevistador estiver disposto a compartilhar informações sobre sua própria vida, isso pode criar um ambiente mais aberto e acolhedor, permitindo que o entrevistado se sinta mais à vontade para compartilhar suas próprias experiências e opiniões. Ser honesto e transparente com o entrevistado é fundamental para conduzir uma entrevista bem-sucedida. Tudo depende das intenções das partes envolvidas.

Em um trabalho de História Oral, busca-se uma aproximação o mais fiel possível com o passado que vive nas memórias dos entrevistados, que se materializa na narrativa e se concretiza na escrita do historiador, embora se saiba que a História tal como aconteceu nunca pode ser completamente reconstruída. No contexto deste estudo, foi importante capturar as narrativas dos entrevistados com a maior autenticidade possível, embora seja reconhecido que não se está completamente imparcial perante as histórias compartilhadas. Ressaltando que todas as diretrizes metodológicas foram rigorosamente seguidas.

Como já mencionado, este trabalho teve como objetivo coletar narrativas sobre os movimentos sociais urbanos de Nova Iguaçu nas décadas de 1970 e 1980, sem a pretensão de descobrir verdades absolutas, mas sim, de capturar histórias que poderiam ser transformadas em História por meio de reflexão, análise e crítica. Sobre essa abordagem, Portelli (2001) destacou o seguinte:

Principalmente, de fato, a mudança do destinatário determinado para o não determinado é parte do processo pelo qual uma performance se transforma em um texto: um processo legítimo, realmente necessário, que começa quando as

511





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



efêmeras palavras do depoente são gravadas na fita ou filme, para serem transcritas mais tarde, editadas, publicadas (PORTELLI, 2001, p. 24).

O autor enfatizou que a mudança do destinatário determinado para o não determinado é uma parte fundamental do processo pelo qual uma narrativa oral se transforma em uma obra escrita. Esse processo começa quando as palavras do narrador são registradas e, posteriormente, transcritas, editadas e publicadas. A narrativa oral pode ser direcionada a um público específico em um momento particular, enquanto o texto escrito é destinado a um público mais amplo e pode ser lido e interpretado em diferentes contextos históricos e culturais.

Neste ponto, está a autoridade e a responsabilidade do historiador ao transcrever as palavras gravadas e transformá-las em uma obra escrita. Essa não é uma tarefa arbitrária, pois os historiadores escolhem quais partes das narrativas serão preservadas nos registros históricos. A responsabilidade do historiador começa antes mesmo do início da entrevista, na escolha dos equipamentos utilizados para registrar as falas dos entrevistados. Nesse contexto, Portelli (2001, p. 25) destacou quais equipamentos seriam mais adequados para a gravação de uma entrevista de História Oral, seja apenas áudio ou vídeo. De acordo com o autor:

Definitivamente, até onde consigo analisar, não conseguimos ainda desenvolver de modo consistente uma forma *analítica*, deixando de lado a *acadêmica*, de apresentação de vídeo, que incluiria necessariamente recursos tais como quadros interrompidos (...) repetição elaboração eletrônica de imagens, e, sim, a tomada de responsabilidade do historiador em falar e interpretar abertamente, se não com autoridade, ao menos com uma voz e presença no meio de outros recursos visuais. As abordagens multimídia parecem, provavelmente, gerar o mesmo problema (e algumas soluções possíveis) em um futuro próximo (PORTELLI, 2001, p. 25) (Grifos do autor).

512

O autor destacou o caráter democrático da História Oral, que pode abranger novas formas de gravação e apresentação das narrativas e mencionou que as abordagens multimídia podem apresentar desafios, mas também oferecer soluções potenciais, desde que a tecnologia seja usada com consciência e cautela. Como já mencionado, este trabalho de pesquisa foi desenvolvido utilizando a plataforma *Zoom*. Isso sugere que o "futuro próximo" mencionado por Portelli (2001) pode já estar se concretizando, com a tecnologia desempenhando um papel crescente na pesquisa de História Oral.

Este estudo, além de compreender as histórias pessoais, objetivou analisar as dinâmicas sociais, políticas e culturais que moldaram a cidade e seus habitantes. Ao enfatizar as narrativas orais, o estudo buscou preservar o conhecimento e as experiências das pessoas comuns que foram testemunhas e participantes ativos desses momentos de luta e mudança na comunidade.

A entrevista com o médico Nelson Nahon, por exemplo, ocorreu em 19 de janeiro de 2021. Nascido na cidade do Rio de Janeiro em 1949, cresceu na Zona Sul da cidade, mas mudou-





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



se para Nova Iguaçu durante a ditadura civil-militar no Brasil. Ele morou em uma área que agora é a cidade de Belford Roxo, mas na época era um distrito de Nova Iguaçu. Atualmente, reside em Teresópolis, na Região Serrana do Rio de Janeiro, mas sua atuação médica foi principalmente na Baixada Fluminense. Ele informou que teve contato com Dom Adriano ao longo dos anos, principalmente em situações relacionadas a ações para o bem comum. Durante a entrevista, ele expressou admiração e gratidão pelo bispo. Quando estava em Nova Iguaçu vivendo clandestinamente, apaixonou-se por Dilceia, os dois desejavam que o casamento fosse reconhecido pela Igreja. Dom Adriano, como bispo de Nova Iguaçu, permitiu que a Igreja realizasse o casamento, apesar de Nelson Nahon não ser católico, pois afirmou que é de origem judaica, mas se “converteu” ao catolicismo para se casar com Dilceia. Contudo, também afirmou que, na realidade, não professa nenhuma religião. O entrevistado também informou que antes de ir para Nova Iguaçu era um jovem de classe média alta e estudante de medicina na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ). Seu pai era comerciante e sua mãe dona de casa. A família tinha origens no Marrocos e na Rússia. Eles emigraram para o Brasil fugindo da miséria e das perseguições religiosas. A entrevista de Nelson Nahon foi um exemplo do entrelaçamento da memória individual e história coletiva, pois sua vida foi atravessada pela história da ditadura civil-militar no Brasil. Nesse sentido, este estudo buscou compreender e valorizar as narrativas orais como fontes importantes de conhecimento histórico, permitindo que as vozes daqueles que foram agentes de mudança fossem ouvidas e transformadas em história. A narrativa de vida de Nelson Nahon e de outros militantes de Nova Iguaçu contribuem para uma compreensão mais profunda do passado e do presente, enriquecendo o conhecimento da história local e suas implicações para a sociedade como um todo.

513

Esperança, memórias, tempos e representações na construção histórica das lutas em Nova Iguaçu.

Em sua obra *História e Memória* (1990), o renomado historiador Jacques Le Goff defendeu a utilização da memória como uma valiosa fonte histórica. Ele argumentou que, atualmente, há um crescente interesse por parte dos historiadores em desvendar as complexas conexões entre a história e a memória. No entanto, Le Goff sustentou que essas relações não são de modo algum uma novidade na trajetória da História ocidental. O autor nos transporta para as entranhas do passado, onde as interações entre a história e a memória têm raízes profundas e antigas. Ele nos lembra que, ao longo do tempo, os seres humanos têm registrado suas experiências e vivências, tecendo uma teia de memórias que se entrelaçam com os eventos históricos. A memória, para Le Goff (1990), é como um arquivo vivo, uma testemunha fiel que carrega consigo as lembranças das eras passadas.

Assim, Le Goff (1990) convida seus leitores a olharem para o passado através da lente da memória, reconhecendo que a história não é apenas um registro frio de fatos, mas também uma construção moldada pelas lembranças e percepções das pessoas. Em sua defesa, ele nos instiga a apreciar a importância da memória como um recurso para se compreender a



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



complexidade da história ocidental e suas conexões com a nossa própria existência. Le Goff (1990, p. 9) nos conduz por uma viagem intelectual através das complexas relações entre história, memória e representação. Ele começa por destacar que a ciência histórica difere das ciências exatas e das ciências da vida, pois não pode ser construída ou observada da mesma maneira.

Os historiadores, segundo Le Goff (1990), compreendem que as noções de presente e passado, bem como suas contradições, são construções sociais. Ele desfaz a ilusão romântica de que seria possível recriar o passado sem influências do presente, revelando que o interesse do passado reside em iluminar o presente. É olhando para o passado a partir do presente que o historiador se aproxima da verdade histórica. Nas teias do passado, o autor ressalta que a essência da ciência histórica reside no tempo. Ele destaca o sábio aviso de Prost sobre o tempo, que é “um agente de novidades, criador de surpresas, dotado de movimento e propósito”.

Neste artigo, o emaranhado de narrativas se propõe desvelar parte da história dos movimentos sociais de Nova Iguaçu durante as décadas de 1970 e 1980. O próprio tempo cronológico se faz presente, impondo sua marca inconfundível nas memórias que compõem essa pesquisa. Os lampejos desse período remetem a uma cultura de resistência entre os habitantes da cidade, em meio a um cenário político chamado de "abertura política", que não se configurava exatamente assim, pois a repressão política ainda estava presente. O estudo buscou desvendar os enigmas desse tempo, compreender suas contradições, suas esperanças e ousadias.

Nas entrevistas realizadas, uma sinfonia de tempos se desdobrava: os entrevistados traziam memórias entrelaçadas, carregando consigo alegrias, silêncios, dúvidas, dores e aspirações. Os eventos analisados eram como espelhos que refletiam o momento atual, e o próprio tempo de análise das entrevistas e conferiu um ritmo único a essa jornada. Um complexo de memórias, vozes e vidas se entrelaçou, desvendando os segredos de um tempo que ainda ecoa em nossas vidas e mantém a esperança de futuros movimentos sociais, construídos com base no respeito, na dignidade e na justiça. Este passeio pelas diferentes temporalidades representa um trabalho histórico fiel ao que foi defendido por Prost (1996), um convite à reflexão e à compreensão profunda da nossa história e do tempo que molda nossas vidas.

O vaivém permanente, entre passado e presente, assim como entre os diferentes momentos do passado, é a operação peculiar da história. Ela modela uma temporalidade própria, familiar, como se tratasse de um itinerário incessantemente percorrido, em uma floresta, com seus pontos de referência, suas passagens mais delicadas ou fáceis. Por estar imerso no tempo, o historiador o coloca, de algum modo, à distância de seu trabalho, balizando-o com suas pesquisas, delimitando-o com seus pontos de referência e fornecendo-lhe uma estrutura (PROST, 1996, p. 104).

O autor nos brindou com uma metáfora, comparando a temporalidade da história a um caminho sinuoso através de uma floresta. Nesse intrincado labirinto temporal, o historiador



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



é como um aventureiro que precisa ter um aguçado senso de direção e orientação para desvendar os segredos do passado e contá-los de maneira coerente. A analogia alerta que o papel do historiador é crucial na compreensão da temporalidade da história, fornecendo uma estrutura sólida para a narrativa histórica. Ele precisa distanciar-se o suficiente do objeto de estudo para realizar seu trabalho com objetividade, mas ao mesmo tempo, ele precisa dialogar com esse objeto, apontando os pontos de referência e moldando sua pesquisa de acordo com o que busca. Em suas mãos, o tempo se transforma em uma trama histórica, cheia de nuances e significados.

Prost (1996, p. 107) reflete sobre a primeira tarefa do historiador, que é a classificação dos eventos na ordem do tempo, como se estivesse diante de um quebra-cabeça. Ele ressaltou que essa tarefa muitas vezes se revela complexa devido à sobreposição dos eventos ao longo das eras. O autor enfatizou a necessidade de não forçar a interpretação dos dados e de se adotar uma abordagem flexível ao detalhar e interpretar a ordem cronológica. Assim, a compreensão do tempo histórico exige um equilíbrio entre a flexibilidade na interpretação e a precisão na classificação cronológica, como se o historiador fosse um artesão habilidoso, ciente de que as peças podem se encaixar de maneiras inesperadas.

Neste estudo, os eventos e tempos escolhidos para serem explorados formam um mosaico temporal, uma dança coreografada pela historiadora que conduziu essa jornada. No centro dessa dança está um período de significativas transformações na Igreja Católica, marcado pelo Concílio Vaticano II e pela Conferência Episcopal de Medellín em 1968. Essas mudanças influenciaram profundamente a América Latina, dando origem à Teologia da Libertação e ao compromisso com os pobres. Essa filosofia frutificou no Brasil e na cidade de Nova Iguaçu. Nesse período, a aliança entre a Igreja progressista e a esquerda política surgiu como um elo poderoso na história de Nova Iguaçu, mostrando que a união de forças e ideais pode transcender os limites do possível.

Mesmo em um período de repressão, movimentos populares lutaram por seus direitos, buscando soluções práticas para problemas sociais. No entanto, Dom Adriano, o então bispo de Nova Iguaçu, que personificou essa esperança, pagou um alto preço por sua luta, sendo perseguido, difamado, sequestrado e torturado. Mesmo diante da violência, ele continuou firme em seus ideais.

Dom Adriano Hypólito ascendeu ao cargo de bispo de Nova Iguaçu em 1966 e permaneceu nessa posição até 1994. Sua participação ativa na comunidade foi registrada em entrevistas e nas páginas do periódico diocesano A Folha. Ao examinar suas declarações e a vasta documentação disponível nos arquivos da Cúria Diocesana, bem como nos acervos públicos e na mídia, fica claro que ele desempenhou um papel ativo na cidade, engajando-se em diversas causas, como o combate à violência, a melhoria das condições de vida da população, a denúncia de abusos policiais e grupos de extermínio, além de se envolver em questões relacionadas à terra, saúde, educação, habitação, assistência ao menor abandonado, entre outras.

Dom Adriano esteve em Nova Iguaçu em tempos complexos, quando movimentos sociais, transformações urbanas e mudanças na Igreja Católica se entrelaçaram em uma história viva

515





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



e dinâmica. A história dessa cidade pulsa e convida a explorar suas lutas e a encontrar inspiração para construir um futuro mais justo. Uma pequena parte dessa história se constrói neste trabalho, com as histórias contadas pelos entrevistados, sem deixar de considerar a influência das representações nas narrativas.

Este artigo, por meio do estudo *As representações e o possível* de Lutfi *et al* (1996), no qual as autoras analisam o pensamento de Henri Lefebvre sobre as representações, também explorou as contribuições desse filósofo sobre as representações e a importância de compreender como elas influenciam a construção da memória coletiva e a formação da identidade social. Para o autor, as representações são vistas como mediações necessárias para a construção do conhecimento histórico, mas também podem ser fonte de poder e manipulação. Lefebvre ressaltou que as representações têm uma força inaudita nas sociedades contemporâneas, onde o mundo produz signos e imagens que podem minimizar conflitos e mascarar relações reais. A análise crítica das representações é essencial para distinguir entre o que é verdadeiro e falso, e entender como essas representações afetam a compreensão da história e da sociedade.

A proposta de Lefebvre contempla o papel intrínseco do vivido na construção das ideologias e a aconselha adoção da teoria crítica das representações para desvendar as tramas de representações sociais e culturais que moldam nossas percepções e ações. O cerne da ideia de Lefebvre reside na capacidade de compreender as representações quando elas se situam no reino do "possível". Nas entrevistas realizadas, uma sinfonia de tempos se desdobrava: os entrevistados traziam memórias entrelaçadas, carregando alegrias, silêncios, dúvidas, dores e aspirações. A metodologia da História Oral agiu como o maestro dessa sinfonia temporal, conduzindo a música do presente e entrelaçando as diferentes temporalidades.

516

União com a população nas lutas populares: a chegada a Nova Iguaçu

Nas reflexões prévias sobre a arte da História Oral, este esforço revisitou os relatos que foram colhidos com o intuito de sondar os caminhos pelos quais os narradores chegaram a Nova Iguaçu. Um ponto a ser destacado é que, à exceção de Dilceia Nahon, os outros depositários de memórias não eram naturais desta cidade.

Emerge então, Lúcia Souto, uma ativista política engajada na questão da saúde pública e ativa nas mídias sociais, principalmente em relação à situação política do Brasil. Sua narrativa se desvelou como um ponto de resistência e de coragem, uma história que teve início nos corredores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), quando ela ainda estava em seus estudos de medicina. Lúcia narrou tempos turbulentos, marcados por uma geração de estudantes que não hesitou em se envolver na luta contra a ditadura civil-militar. As chamas da resistência ardiam nos corações de muitos, e a prisão tornou-se uma triste realidade para inúmeros jovens, incluindo a própria Lúcia. Eis suas palavras:





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Cada um que era preso, cada grupo que era preso naquele período ia procurar o abrigo da CNBB². E íamos lá porque a Igreja já tinha toda aquela inspiração da Teologia da Libertação e era um grande abrigo. Então a gente ia lá porque era uma igreja comprometida com os Direitos Humanos, comprometida com a luta popular, enfim, com os princípios da Teologia da Libertação. Então cada grupo que ia preso a gente ia lá pedir o apoio da CNBB que sempre nos dava esse apoio e com isso formamos um grande vínculo com a própria CNBB.

Lúcia Souto desvelou uma ligação entre os presos políticos do período da ditadura civil-militar brasileira e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). De acordo com suas palavras, a CNBB era encarada como um refúgio para aqueles que escapavam das garras opressoras, graças à sua inspiração na Teologia da Libertação e seu compromisso com os Direitos Humanos e a causa popular. De acordo com Lúcia Souto, ela e seus colegas ansiavam por se aproximar do povo brasileiro, onde quer que ele se encontrasse, e para isso, buscaram a ajuda de Dom Ivo Lorscheiter (Secretário Geral Nacional dos Bispos do Brasil de 1971 até 1978). Nesse encontro, estava presente também Antonio Ivo. Por meio dos depoimentos recolhidos para esta pesquisa, os nomes dos jovens Antonio Ivo e Anna Leonnor apareceram diversas vezes, indicando sempre o pioneirismo dos dois na questão da saúde em Nova Iguaçu. Infelizmente não foi possível entrevistá-los, pois a Anna Leonnor estava muito ocupada com a comemoração do que seria o centenário de sua mãe, Fayga Ostrower, uma premiada artista plástica brasileira nascida na Polônia, e Antonio Ivo, tão citado pelos depoentes, adoeceu e faleceu durante a pandemia. Não foi alcançado contato algum diretamente com eles.

A entrevistada descreveu uma disposição incansável dos militantes que enfrentaram a ditadura civil-militar no Brasil, prontos para seguir os guias da Igreja que se destacavam na luta popular e democrática, como Dom Pedro Casaldáliga. Ela ressaltou que estavam dispostos a trilhar qualquer caminho traçado por Dom Ivo ou por aqueles que lideravam a resistência. Segundo Lúcia Souto, Dom Ivo Lorscheiter orientou-os e sugeriu que se dirigissem à Baixada Fluminense, à cidade de Nova Iguaçu, onde o Bispo era Dom Adriano Hypólito. Com a confiança que caracterizava esses jovens, seguiram a sugestão e foram ao encontro de Dom Adriano. Sobre esse, Lúcia Souto relatou:

Dom Adriano Hypólito que nos recebeu ali na salinha da igreja, da catedral, uma salinha bem modesta, bem singela, bem simples (...) nos ouviu com atenção, que a gente queria trabalhar, que éramos médicos.

O trecho retratou o encontro entre dois médicos e Dom Adriano Hypólito, ocorrido em uma modesta salinha no interior da catedral da cidade. Nas palavras de Lúcia Souto, a simplicidade do lugar e a atenção solícita do bispo eram notáveis. Ele estava disposto a apoiar e amparar aqueles que desejavam lutar junto ao povo em busca de uma vida mais digna,

² Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



independentemente de serem ou não líderes religiosos ou políticos. Ao término da conversa, segundo Lúcia, Dom Adriano proferiu a marcante frase: "Olha, vocês ou são cristãos ou são comunistas". No entanto, ele teria acrescentado que, naquele momento, não caberia a ele fazer tal distinção, reafirmando que as portas da Diocese de Nova Iguaçu estariam sempre abertas para aqueles médicos. A partir de então, os médicos desenvolveram seus trabalhos em Nova Iguaçu. Sobre isso Lúcia Souto:

Nós começamos fazendo duas iniciativas (...) uma juntos, nós criamos um consultório médico popular (...) havia um pioneirismo nessa coisa (...) então a gente criou um posto médico, um postinho comunitário de saúde ali no bairro de Cabuçu (...) E aí nesse postinho a gente atendia três vezes por semana (...) éramos (...) dois casais de médicos que estávamos trabalhando lá.

A passagem descreveu a gênese de duas empreitadas, uma delas consistindo em um consultório médico de acesso ao público, enquanto a outra se configurava como um posto médico comunitário de saúde, ambos erguidos no bairro de Cabuçu. Esse tipo de serviço era novidade na cidade, sugerindo escassez de iniciativas similares à época.

No grupo desses médicos também estava José Noronha, que foi influenciado por seu pai, um militante político do Partido Socialista Brasileiro na década de 1950. A entrevista com José Noronha ocorreu no dia 25 de janeiro de 2021. Ele revelou ter nascido na Cidade do Rio de Janeiro, mas se estabeleceu em Nova Iguaçu junto com sua então esposa, Lúcia Souto, e juntos desenvolveram um projeto de saúde. De acordo com suas palavras:

Então, já naquele setor de medicina social, já tínhamos um projeto (...) de atenção à saúde com populações, digamos assim, para incorporar a prática da medicina, é... que a gente chamava Projeto de Expansão de Cobertura para populações muito desassistidas (...) naquele momento não existia SUS³, era um sistema bastante segmentado, grandes contingentes populacionais estavam fora da atenção à saúde.

O entrevistado revelou que, no âmbito da medicina social, seu grupo havia traçado um plano de cuidados de saúde direcionado às comunidades que enfrentavam desafios para alcançar os serviços médicos. Eles almejavam relacionar práticas médicas com outras necessidades básicas da população. Importante sublinhar, conforme o testemunho dado, que nesse período ainda não havia o advento do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil, e a assistência médica estava fragmentada, deixando contingentes da população à deriva, sem acesso digno à saúde. José Noronha enfatizou que falava do ano de 1973, e muitas pessoas argumentam que as diligências destes médicos nas periferias das metrópoles, como Nova Iguaçu, teriam lançado as bases do que viria a ser conhecido, com o correr dos anos, como o "embrião do SUS".

³ Sistema Único de Saúde (SUS) - Criado pela Constituição de 1988.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



José Noronha descreveu o processo de concepção do projeto da Caritas Diocesana, destacando o papel central desempenhado por Lúcia e Ivo. Suas palavras corroboram o relato anterior de Lúcia Souto, que afirmou que ela e Antonio Ivo foram os responsáveis pelo primeiro contato com Dom Adriano. A fala de José Noronha também destacou a natureza intrinsecamente ligada à Igreja Católica do projeto, ao mencionar que ele era da Caritas Diocesana. Assim, nas palavras de José Noronha:

Nós construímos um pequeno posto de saúde em Cabuçu, junto com a igreja lá (...) em Nova Iguaçu. A gente fazia um postinho, nós trabalhávamos como médicos, eu ia uma vez por semana, aos sábados (...) e o trabalho nosso era de tentar recuperar (...) a ideia era (...) digamos, mobilizar a população em luta por seus meios.

As palavras de José Noronha, neste contexto, complementam as de Lúcia, particularmente em relação à localização do primeiro posto de saúde que construíram. Contudo, na narrativa do entrevistado, emerge um propósito adicional para o projeto, não se limitando apenas ao cuidado com a saúde, mas também ao despertar de um objetivo de mobilização da população, que, segundo ele:

coincidia justamente com a visão do Dom Adriano que, naquela época, tinha (...) as Comunidades Eclesiais de Base, à época da Teologia da Libertação. Dom Adriano era um adepto, grande, usava, trabalhava muito com seus padres no sentido de preparação para essas atividades. Isso facilitava lá também, abriu o Centro de Formação em Moquetá (...) outro bairro de Nova Iguaçu (...) então foi, começamos um trabalho junto com os padres, eu não me recordo o nome deles todos. O padre Matteo foi muito importante nessa tarefa.

519

José Noronha falou sobre a obra de Dom Adriano. Nesse relato, ele mencionou a figura do Padre Matteo, que desempenhou um papel importante junto aos médicos. O padre Matteo, um dos entrevistados para este trabalho faleceu durante a produção da pesquisa. Ele afirmou ter vindo ao Brasil como missionário. Em suas palavras:

Eu sou padre, me formei padre aqui na Itália, no Seminário Diocesano, e depois de seis anos de prática como padre daqui eu pedi para fazer uma experiência missionária, continuando sempre ligado à diocese. Era um movimento (...) onde as dioceses podiam emprestar padres a dioceses que tinham menos, através de um acordo entre elas, entre os bispos e aprovado pela Igreja Central. Então eu não escolhi ir ao Brasil, nem para Nova Iguaçu. Como o bispo já tinha, anteriormente, um acordo com o bispo de Nova Iguaçu, ele traria dois padres e falou: 'Você vai para lá.' Inclusive na hora juntou comigo um outro padre, cinco anos mais velho (...) nós aceitamos. Nós fizemos uma pequena preparação em Roma onde havia um Seminário (...) uma formação, um pouco ambientação, cultura, a língua, mas muito pouco.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



O Brasil não foi uma escolha pessoal do padre Matteo, ele se prontificou para cumprir uma missão e foi designado a vir ao Brasil como consequência. Em outro trecho da entrevista, relatou que desembarcou no país em março de 1968 e, junto com outro padre, dirigiu-se à área que lhes havia sido designada. Contudo, naquele momento, o local não possuía uma paróquia devido ao fato de o padre que lá servia não estar vinculado à diocese. Diante dessa situação peculiar, o bispo ofereceu-lhes a oportunidade de serem direcionados para outra região. Mas eles já haviam passado alguns meses naquela localidade, desenvolveram afeição pelo lugar e sabiam que uma mudança demandaria a aprovação das autoridades em Roma. O bispo, então, lhes comunicou que, se desejassem, poderiam permanecer, embora ele não pudesse prestar ajuda imediata. Os dois padres optaram por ficar e passaram a utilizar a casa onde residiam, que o padre Matteo carinhosamente chamou de "a igreja", como ponto de partida para estabelecer uma paróquia no bairro de Heliópolis.

Em outra passagem da entrevista, o Padre Matteo afirmou a Caritas Diocesana da região que foi criada com a finalidade de apoiar as ações sociais da Igreja local e informou que um grupo de freiras da Cidade do Rio de Janeiro desempenhou um papel fundamental na elaboração do estatuto da organização. A primeira iniciativa da Caritas Diocesana foi a formação de um grupo de professores, que mais tarde se multiplicou em vários. Conforme suas próprias palavras:

A palavra conscientização era uma das palavras-chave daquele tempo e para o bispo (...) criar a consciência para uma promoção e depois para um engajamento para que os leigos se tornassem protagonistas de seus futuros.

520

Essa missão alinhava-se com os ideais da Teologia da Libertação, que frequentemente enfatizava a importância da "conscientização", um termo amplamente utilizado, inclusive por Dom Adriano. Segundo o padre Matteo, foi por intermédio da Caritas Diocesana que os quatro médicos foram direcionados para exercer sua medicina voltada para a saúde pública em Nova Iguaçu. O padre Matteo também revelou que o Movimento de Amigos de Bairros de Nova Iguaçu, uma forte organização que buscava a conquista de direitos sociais, teve seu início a partir de um encontro promovido pela Caritas Diocesana e

depois, com a participação dos médicos, virou realmente Movimento de Conscientização e de engajamento de pessoal em cada bairro. E podemos dizer que nós tínhamos (...) na Diocese praticamente a sede (...) todas as sedes do MAB eram dentro de comunidade.

O padre salientou que a presença dos médicos desempenhou um papel fundamental na transformação do Movimento de Amigos de Bairros, conferindo-lhe uma natureza efetiva de "conscientização e engajamento". Além disso, ele ressaltou a forte presença da diocese e do Movimento dos Amigos de Bairros (MAB) nas comunidades locais, observando que todas as sedes do MAB estavam localizadas dentro das próprias comunidades. Isso sugere uma integração entre as instituições mencionadas e as comunidades afetadas pelo movimento.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



A situação precária da saúde na região sempre esteve presente nas falas dos entrevistados, como na narrativa de outra médica que trabalhou em Nova Iguaçu, Ana Alice, que revelou que enquanto ainda estava na faculdade de medicina, decidiu ingressar na militância política. Essa decisão foi motivada pelo fato de alguns de seus colegas terem sido presos e torturados, tanto homens quanto mulheres. Ela não detalhou os eventos específicos, mas mencionou a circulação de uma foto na imprensa que mostrava Antonio Ivo e um outro rapaz com evidentes marcas de tortura. Um de seus professores da faculdade exibiu essa foto em sala de aula, o que ela interpretou como um ato de denúncia das práticas de tortura. A partir desse episódio, Ana Alice afirmou ter iniciado sua militância política, como explicou:

A partir daí, militei dentro da faculdade com toda dificuldade, porque como já estava entrando numa época que a tortura e a prisão estavam comendo soltas. Eu fui orientada a não me expor demais porque já tinha bastante gente sendo presa, então era melhor não perder mais um (...), mas fazia lá o que tinha que fazer e tal. Foram anos, toda a minha militância foi intensa nessa época. Muitas vezes eu até descuidava da medicina.

Ana Alice relatou seu engajamento no movimento político durante um período marcado pela repressão, onde a tortura e a prisão de opositores políticos eram frequentes. Apesar das dificuldades e dos riscos inerentes a essa atuação, ela tomou a decisão de se envolver na luta por justiça. Também destacou a intensidade de sua militância, mencionando que em certos momentos precisou renunciar a sua vida acadêmica para se dedicar às atividades do movimento. Em outra parte da entrevista, Ana Alice revelou que, quando iniciou sua residência médica, Antonio Ivo, Lúcia Souto e Anna Leonnor já estavam envolvidos em trabalhos na Baixada Fluminense. Assim, quando ela chegou à região, já estava familiarizada com o trabalho e com as pessoas envolvidas na militância, então se uniu a eles. Ela percebia uma carência de engajamento e militância na Baixada Fluminense, contrastando com a força do movimento no ABC Paulista (Forte movimento sindical da Grande São Paulo).

As condições precárias na Baixada Fluminense também impulsionaram sua determinação em participar da luta e trabalhar para melhorar as condições de vida das pessoas na região. Inicialmente, começou a trabalhar em um ambulatório vinculado à Igreja Católica no bairro de Santa Maria. Em 1980, após obter estabilidade no emprego público, mudou-se e trabalhou em Nova Iguaçu, onde ajudou a fundar a Associação da Posse no Bairro de mesmo nome. Ela enfatizou sua dedicação ao trabalho, como expresso em suas próprias palavras:

A gente trabalhava muito, fazia muita coisa. Hoje eu fico pensando, vira e mexe eu penso isso, aqui está um calor danado e quando começa a esquentar eu não suporto o calor, mas naquele tempo, a gente jovem (...) eu andava muito. Eu pegava o carro, eu aprendi (...) a montar som no carro, lá ia eu com o carro, rodar com som. Quando era preciso eu ia distribuir panfleto. Andava no sol, porque a Baixada é muito quente.

521





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Ana Alice descreveu o esforço dedicado por ela e outros colegas em sua militância. Ela mencionou que trabalhavam incansavelmente e destacou que, na juventude, conseguia suportar as condições desafiadoras, como longos deslocamentos a pé e de carro, além do calor intenso da Baixada Fluminense. Em outro ponto da entrevista, Ana Alice também ressaltou o forte apoio da Igreja Católica ao movimento e mencionou que sempre que havia reuniões da Associação comparecia à missa (ainda que chegasse no final) e aguardava, pois o padre já estava ciente da situação e, ao final da missa, lhe dava a oportunidade de se dirigir à população. Essa demonstração de apoio da Igreja Católica aos movimentos sociais de Nova Iguaçu nas décadas mencionadas foi reiterada na fala de outro entrevistado, o padre Bruno. O padre Bruno era italiano e informou que, inicialmente deveria ser enviado para a Argentina, mas houve um pedido para que ele fosse trabalhar na Cidade do Rio de Janeiro, onde permaneceu por cerca de dez anos antes de ser designado para Nova Iguaçu para trabalhar com Dom Adriano, com quem já tinha uma relação prévia. Ele justificou essa mudança alegando que enfrentou algumas dificuldades em seu trabalho na Cidade do Rio de Janeiro, como explicou:

Fiquei 10 anos, 11 anos no Rio de Janeiro e depois vim para a Baixada. Eu cheguei na Baixada, na realidade eu já conhecia (...) já vinha aqui, conhecia Dom Adriano e quando surgiram algumas dificuldades na Diocese do Rio de Janeiro a gente decidiu então vir colaborar com Dom Adriano. Eu cheguei em 1982. Em 81 eu vim já, mas fixo mesmo em 82.

522

O religioso compartilhou informações sobre as dificuldades que enfrentou enquanto estava na Diocese do Rio de Janeiro. Ele explicou que no Vicariato Leste havia uma atividade social que não era bem-vista pelas autoridades. Dentro dessa atuação social, houve um movimento que defendeu a preservação de uma área verde. Essa situação acabou chamando a atenção do governador e, posteriormente, de Dom Eugênio Sales⁴, quando as coisas começaram a se tornar mais complicadas.

É relevante notar que muitos intelectuais de esquerda no Brasil desconfiavam da postura de Dom Eugênio Sales, que sempre seguiu as diretrizes estabelecidas pelos papas e tinha relações amigáveis com o general Antônio Carlos da Silva Muricy, que desempenhou um papel proeminente no regime da ditadura civil-militar como chefe do Estado-Maior do Exército (EME). No entanto, não se pode afirmar categoricamente que Dom Eugênio tenha apoiado a ditadura. Ele era habilidoso no diálogo e na negociação, o que facilitou seu relacionamento com os militares. Em relação à situação com Dom Eugênio o padre Bruno enfatizou que o Arcebispo do Rio de Janeiro sempre valorizou o aspecto social, mas acreditava que ele era quem deveria liderar as ações nessa área. Padre Bruno expressou o seguinte ponto de vista:

⁴ Eugênio Sales (1920-2012) foi um cardeal brasileiro e arcebispo emérito do Rio de Janeiro





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Eu e os que estavam na Vila Kennedy, a gente falou o seguinte: ‘nós não viemos ao Brasil para ficar brigando com bispo. E aí, nós queremos ir trabalhar com o povo. Se aqui no Rio tem dificuldade e o nosso trabalho não é bem aceito, mas Dom Adriano abre as portas e está pedindo ajuda porque tem todo um trabalho lá, nós vamos lá trabalhar com o povo’. Teve alguns padres, inclusive, na época, que acharam que nós devíamos ficar para brigar com o bispo. Digo não (...) ‘Nós viemos da Itália para trabalhar com o povo. Então vamos trabalhar com o povo em Nova Iguaçu’.

Dom Adriano Hypólito propôs trabalhar lado a lado com o povo, seguindo os princípios da Teologia da Libertação, uma abordagem com a qual o padre Bruno e seu grupo também se identificavam. Eles compartilhavam a crença em uma Igreja que estivesse mais integrada à realidade das pessoas e às questões sociais, embora o padre tenha reconhecido que essa tarefa era desafiadora. Ele informou sua perspectiva da seguinte maneira:

E caminhávamos junto com o povo, no meio do povo. Uma igreja, mas uma igreja presente na realidade da vida das pessoas. Então os problemas trabalhistas, os problemas de moradia. Um fato simples, mas, por exemplo, eu estava na Pastoral do Trabalhador e uma das coisas que deu dificuldade, foi a 1ª greve dos metalúrgicos e dos motoristas no Rio de Janeiro. Nós queríamos fazer uma carta de apoio à luta dos trabalhadores. Fomos proibidos, fomos proibidos. Claro, não fizemos a carta, mas nós demos o apoio. Íamos ajudar nos piquetes, levar comida, levar lanche. O que dependia da atitude pessoal a gente fez. Agora como Igreja não dependia tudo da gente, fomos proibidos, então não fizemos. Nós fizemos, por exemplo, coletas e levamos apoio, dinheiro lá em São Bernardo do Campo, as primeiras greves do Lula.

523

O envolvimento do padre Bruno na luta pelos direitos trabalhistas no Brasil, como parte da missão de justiça social da Igreja Católica ficou claro no trecho acima. Ele e seus colegas apoiavam greves e protestos dos trabalhadores, mesmo enfrentando oposição de autoridades religiosas. O padre Bruno compartilhou as dificuldades que encontraram ao tentar escrever uma carta de apoio aos grevistas, pois foram proibidos de fazê-lo. Apesar dos desafios, eles continuaram a apoiar os trabalhadores, oferecendo comida, dinheiro e outros recursos durante as greves. Em outra parte da entrevista, ele também mencionou a controvérsia em torno da Teologia da Libertação, que era acusada de ser marxista, mas ele via essas acusações como tentativas de bloquear o envolvimento da Igreja nas questões populares. O padre Bruno destacou que Dom Adriano Hypólito estava comprometido com o social e acreditava que a Igreja deveria estar presente junto ao povo, apoiando suas vozes. O entrevistado compartilhou sua concordância com essa abordagem e sua própria participação ativa na causa social, apesar dos obstáculos que enfrentou.

O padre Bruno revelou que a Igreja também serviu como local para as reuniões do movimento popular que cresceu durante o período de repressão política. Ele destacou que havia muitas lideranças envolvidas no movimento, algumas das quais não eram católicas, mas compartilhavam o desejo de trabalhar com a comunidade e tinham inclinações políticas de





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



esquerda. O padre enfatizou que Dom Adriano Hypólito ofereceu apoio a essas lideranças, confiando nelas e permitindo que trabalhassem livremente com a comunidade. Isso revitalizou o trabalho popular, criando uma sinergia entre as ações políticas e os espaços religiosos. O entrevistado também mencionou a presença de pessoas conhecidas, como Lúcia Souto, Nelson Nahon e Dilceia, em atividades conjuntas com a comunidade, como passeatas. Além disso, o padre Bruno abordou a questão da violência na região, descrevendo-a como uma mistura de elementos políticos, repressão, milícias e criminalidade, uma realidade complexa na qual ele e outros se tornaram símbolos de resistência ao longo dos anos. O padre destacou que aprendeu essa atitude de resistência com Dom Adriano, que sempre atendia aos pobres que buscavam ajuda na Cúria Diocesana e tinha o poder de ouvir e transmitir as histórias que ouvia em seus escritos. Essa postura de Dom Adriano e a influência que ele teve sobre o padre Bruno e outros líderes religiosos continuam a servir como exemplo de luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

Considerações

Neste artigo, intitulado “Entrelaçando Memória e História: Narrativas de luta, resistência e mudança - Nova Iguaçu nas décadas de 1970 e 1980” foi desenvolvida uma abordagem da História Oral por meio de teóricos e entrevistas com militantes sociais, mergulhou-se na técnica dessa metodologia, revelando os fios que entrelaçam memória e história, desvendando como foram coletadas e analisadas as narrativas dos militantes sociais entrevistados. Desvelou-se os desafios e as oportunidades de lidar com a subjetividade presente nas palavras dos entrevistados, explorando as representações e “realidades” que se escondem por trás de suas histórias. Este trabalho proporcionou uma análise da História Oral, destacando a importância da memória, das representações e da metodologia na busca pela compreensão da história.

A memória coletiva é como um fio que tece a identidade de uma comunidade, trazendo à tona suas lembranças e experiências. Ao explorar as narrativas orais, desvendou-se perspectivas pessoais e foram ouvidos testemunhos de pessoas que viveram as lutas e mudanças sociais em Nova Iguaçu durante o período da ditadura civil-militar no Brasil. As histórias que compartilharam ofereceram informações sobre os obstáculos enfrentados, as vitórias conquistadas e as transformações ocorridas naquela cidade.

Nesse entrelaçar de Memória e História, salienta-se a importância de preservar essa memória coletiva como uma ferramenta de resistência. Além disso, ao ouvir as vozes dos militantes sociais celebra-se suas histórias de luta, buscando reforçar a narrativa histórica e honrar o papel desses grupos na construção do tecido social de Nova Iguaçu.

Ao longo deste artigo foram compartilhados excertos de entrevistas, trazendo à tona relatos de indivíduos que estiveram na linha de frente de movimentos sociais, organizações comunitárias e outras formas de envolvimento político nessa cidade. Suas memórias lançaram luz sobre a história mais ampla de Nova Iguaçu, destacando as batalhas travadas em prol dos direitos, da igualdade social e da justiça.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Dom Adriano Hypólito, um bispo com visões progressistas que apoiava as causas populares, forjou uma aliança crucial entre a militância e a Igreja, que desempenhou um papel fundamental no sucesso das iniciativas sociais na região. Os médicos e padres formaram grupos de conscientização, fortalecendo a mobilização da comunidade em prol dos seus direitos. A Igreja Católica, nesse contexto, se tornou um refúgio que auxiliou a população local a melhorar suas condições de vida. A coragem e a solidariedade demonstradas por esses indivíduos foram fundamentais para enfrentar um período sombrio na história do Brasil, e contribuíram significativamente para fortalecer a luta pelos direitos e pela justiça social.

O artigo se concentrou nos processos socioculturais que moldaram esses movimentos, bem como em suas demandas por melhorias nas localidades e teve como hipótese a preservação da memória através de entrevistas, visando a compreensão das lutas cotidianas e a participação ativa da população de Nova Iguaçu nos movimentos sociais urbanos das décadas de 1970 e 1980. O trabalho também buscou resgatar a memória desses movimentos e inspirar novas ações sociais em busca de direitos e dignidade para a população.

Ao longo do trabalho, as entrevistas se tornaram pontes entre o passado e o presente, revelando as memórias daqueles que viveram e testemunharam aqueles tempos difíceis. Este trabalho pretende contribuir para uma compreensão mais rica dos desafios, triunfos e eventos que deram forma à região, perpetuando memórias que transcendem as páginas deste artigo.

525

Referências

Fontes

Entrevistas

Ana Alice Teixeira
Lúcia Souto
Dilceia Nahon
Nelson Nahon
José Nogueira
Padre Bruno
Padre Matteo

Bibliografia

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo, HUCITEC, 2006.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo, Martins Fontes, 1997.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade – Lembranças de velhos*. São Paulo – Companhia das Letras, 3ª Edição, 1994.



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



CRUZ, Heloisa de Faria e PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Na Oficina do Historiador: Conversas sobre História e Imprensa. Projeto História. n° 35, p. 253-270, São Paulo, dez. 2007.

KOWARICK, Lúcio. Movimento urbanos no Brasil contemporâneo: uma análise da literatura. Texto recebido para publicação em outubro de 1986. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_03/rbcs039_03htm> Acesso em 20 nov. 2021.

KRONEMBERGER, Adriana. Dom Adriano Hypólito no rastro da violência em Nova Iguaçu. Dissertação de mestrado defendido em março de 2018 na PUC/SP.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Tradução Bernardo Leitão [et al.]. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990. Coleção Repertórios. Tradução de: Storia e memoria.

LUFTI, Eulina Pacheco et al (organizadoras). As Representações e o Possível. São Paulo. Editora Hucitec, 1996
Paulo. Editora Hucitec, 1996.

PORTELLI, Alessandro. Sonhos Ucrônicos – Memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. *Revista Projeto História*, São Paulo (10). Dez, p. 41, 1993.

PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos. Tradução de Ingeborg K. de Mendonça e Carlos Espejo Muriel. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, n° 2, 1996, p. 59-72.

PORTELLI, Alessandro. História oral como gênero. Tradução de Maria Therezinha Janina Ribeiro. *Revista Projeto História*, São Paulo, n. 22, Jan./Jun. 2001.

PORTELLI, Alessandro. Um trabalho de relação: Observações sobre a História oral. Tradução de Lila Cristina Xavier Luz. *Revista trilhas da História*, Três Lagoas, v. 7, n° 13, jul/dez.

PROST, Antoine. Doze lições sobre a história. Belo Horizonte: Autêntica, 1996.

RICOEUR, Paul. A Memória, A História e o Esquecimento. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

SADER, Eder. Quando Novos Personagens Entraram Em Cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

526





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



SILVA, Percival Tavares da. Origem e trajetória do Movimento Amigos de Bairros em Nova Iguaçu (MAB 1974/1992) - Relação vanguarda-base-massa: prâxis política e educativa. Dissertação de Mestrado. São Paulo. Editora Paz e Terra, 1998

Sites Consultados

<<http://domadriano.mitrani.org.br/vida.htm>> Acesso em 10 ago. 2010.

<[https://pt.wikipedia.org/wiki/Movimento_\(jornal\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Movimento_(jornal))> Acesso em 10 set. 2016.

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Nova_Igua%C3%A7u> Acesso em 10 out. 2016.

<<http://dnonato.blogspot.com.br/2012/11/introducao-parte-i-origem-da-diocese-de.html>> Acesso em 13 dez. 2016.

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Arnold_J._Toynbee> Acesso em 15 nov. 2018.

<<https://www.conjur.com.br/2014-ago-10/embargos-culturais-historiador-arnold-toynbee-teoria-desafios-respostas>> Acesso em 15 set. 2018.

<http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/resultado_pesquisa_new.asp> Acesso em 11 jan. 2016.

<<https://ano70.com.br/criminalidade-dos-anos-70/>> Acesso em 29 jul. 2018.

< <https://www.significados.com.br/musa/>> Acesso em 29 jul. 2018.

<<https://pt.slideshare.net/MariaHenriques4/as-9-musas-da-mitologia-grega>> Acesso em 29 jul. 2018.

< <https://pt.wikipedia.org/wiki/Musa> > Acesso em 15 set. 2018.

< <https://www.significados.com.br/caos/> > Acesso em 15 set. 2018.

<<https://www.infoescola.com/mitologia-grega/teogonia-de-hesiodo/>> Acesso em 15 set. 2018.

527





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Outras fontes

Atlas da Violência 2018, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) BR RJANRIO TT.0.JU, PRO.128 – *processo gab no 100.026 – Dossiê*. Carta escrita pela Comissão Diocesana de Justiça e Paz da Diocese de Nova Iguaçu e enviada ao Ministro de Estado e Justiça, na ocasião o senhor Armando Falcão, em 27 de março de 1978. Documento disponível em <http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/resultado_pesquisa_new.asp> Acesso em 11 jan. 2018.

BR RJANRIO TT.0.JU, PRO.128 – *processo gab no 100.026 – Dossiê*. Carta da Diocese de Nova Iguaçu /Comissão Diocesana de Justiça e Paz ao então ministro da Justiça, Petrônio Portela, em 13 de novembro de 1979. Documento disponível em: <http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/resultado_pesquisa_new.asp> Acesso em 11 jan. 2016.

BR.AN.RIO.TT.0.MCP.AVU.446 – Relatório para a Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça de outubro de 1980. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/resultado_pesquisa_new.asp> (Acesso em 12 out. 2018.

BR DFANBSB V8.MIC, GNC.CCC.87014782 – Dossiê com o título: ACAMPAMENTO DE LAVRADORES NO LARGO SÃO FRANCISCO. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1892940&v_aba>. Acesso em 12 out. 2018.

HYPÓLITO, Dom Adriano. O PASQUIM. Dom Hypólito, o bispo sequestrado na Baixada Fluminense. Edição de 18 a 24 de agosto de 1978, p. 3.

HYPÓLITO, Dom Adriano. Dom Adriano exclusivo: “Meu sequestro ainda é um mistério”. REVISTA DE CULTURA VOZES, ano 75, n.1, jan. - fev. 1981, p. 67, 68 (Grifos do autor). Comissão da Verdade (CEV-Rio, 2015, p. 414). Parte V: Autoria das graves violações de direitos humanos, Capítulo 20 – Autores das Graves violações de Direitos Humanos segundo a CEV-Rio.

528





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



O REINADO DOS CONGOS DA CIDADE DE ITAPIRA: MEMÓRIAS E TRAJETÓRIAS

Cristiane da Rosa Elias¹

Introdução

O presente artigo tem como objetivo reunir alguns textos e reflexões sobre as congadas da cidade de Itapira² e analisarmos como elas se estabeleceram na cidade e suas trajetórias. Para entendermos a formação delas, suas histórias, caminhos e personagens envolvidos utilizaremos, principalmente as publicações da memorialista e folclorista Odette Coppos. Nosso intuito com tal trabalho é compreender a importância histórica das congadas na formação da sociedade e da cidade de Itapira.

Procuraremos assim, dividir nosso trabalho com um breve entendimento do que é o reinado dos congos; quais congadas existiram em Itapira; quais informações e características que temos delas; como as congadas foram compreendidas pelas elites locais; como foram apropriadas no decorrer de suas trajetórias e por fim quais as relações dos congos com a cidade na atualidade.

Assim, buscaremos deixar mais nítido a história e memória das congadas da cidade, mas ciente das “flutuações, transformações e mudanças constantes” (POLLAK, 1992, 201) que estão submetidos e que também existe marcos imutáveis e ambos contribuíram para a aproximação do que foi as congadas da cidade.

529

Congados, reinado dos congos, dança dos congos ou congadas

Silvia Lara (2007), discorre sobre a formação de congados, que foram associações conhecidas como congada, reinado dos congos ou dança dos congos, que em forma de cortejos formados por negros em diáspora com passos de dança, cantos e representações de um reinado africano, eram autorizados pela igreja ou escravocratas, a acontecer como forma de entretenimento para eles, manutenção da escravidão, porém também de agenciamento e sociabilidade pelas negras, negros e escravizados envolvidos. A historiografia brasileira tem se debruçado sobre esses espaços dos reinados, entendendo-os como uma manifestação que dava os indícios de seu surgimento com as diásporas dos povos africanos pelo Atlântico. Silvia Lara pontua que essas manifestações negras datam do século XVII no Brasil e, foram praticadas no século XVI no reino de Portugal através das irmandades, como por exemplo a Irmandade do Rosário, uma das irmandades mais antigas dentro do contexto da escravidão

¹Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGHS-UERJ). cristianerelias@outlook.com

²Cidade localizada no interior do Estado de São Paulo, que no século XIX fazia parte da região chamada de Oeste Paulista de expansão do café em direção a Minas Gerais e consequentemente da escravidão.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



no Atlântico (LARA, 2007, 209). Cabe lembrar que nem todos os congos têm as irmandades como locais de origem e desenvolvimento.

A memória da África, seja dos Camarões ou do Congo, pode fazer da herança da família com tanta força que se transforma praticamente em sentimento de pertencimento. (POLLAK, 1992, 202)

Complementamos essas informações com, Livia Nascimento Monteiro (2016), que em seu artigo tratou sobre as festas de Congada e Moçambique de Piedade do Rio Grande em Minas Gerais (1926-2015), e define a congadas como manifestações culturais negras de grande expressividade nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Goiás e Paraná. Os grupos se apresentam em forma de cortejo real, incluem danças, cantos e são compostos predominantemente por homens e mulheres negros(as), que se reúnem para louvar seus santos de devoção (MONTEIRO, 2016, 3).

As congadas se constroem a partir da escravidão no mundo Atlântico com encenações de um reinado em que mulheres e homens negros recriavam em cativeiro, através delas podemos nos aproximar do cotidiano desses sujeitos em diáspora, seus rituais, nomes, suas relações com os demais sujeitos da sociedade escravista e até mesmo pós escravidão. As congadas que iremos analisar estão localizadas no contexto do pós escravidão.

530

Congadas da cidade de Itapira

Em Itapira, uma das cidades do antigo oeste paulista escravagista, tem-se o surgimento de quatro congadas, em contextos distintos, sendo elas; A Congada da Embaixada (1904/1906), A Congada Mineira (1950), A Congada da Paróquia de São Benedito³ e a Congada Nossa Senhora do Rosário dos Homens do Bairro dos Prados (1978). Existe a menção a Congada de N.S. Aparecida na parte de trás do livro de 1978 de Odette Coppos, mas que não compõem nossos estudos e nem a escrita deste trabalho por ser informado pela autora que a mesma foi desintegrada, também não encontramos outras informações.

Neste momento usaremos como fonte de informações a autora, memorialista e folclorista, Odette Coppos, visto sua considerável produção sobre as congadas, como também os indícios de tensões raciais existentes na cidade, com reproduções do imaginário de inferiorização dos povos negros, mas que iremos aprofundar em outro trabalho.

Congada da Embaixada

O primeiro folguedo que temos informações na cidade é a Congada da Embaixada que segundo Odette Coppos é a mais antiga e de reinado do Rei Nabor. O senhor Nabor Honório foi conhecido como Preto Nabor e também um benzedor da cidade, faleceu em

³ Não encontramos uma data de formação desta congada até o presente momento da escrita do artigo.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



1968 e existe hoje uma rua com seu nome, Preto Nabor, no bairro do Cubatão, localizada na mesma rua em que viveu. Sobre a congada da Embaixada, Coppos discorre;

Seguindo as pegadas da história temos que os descendentes dos escravos africanos chegaram a Itapira pelos meados do século dezenove e com o seu suor e trabalho implantaram também a origem dos seus folguedos. A primeira e até hoje a tradicional, a Congada do Nabor, é interessante porque é de Embaixada, o que quer dizer – segundo esclarecimentos recebidos do próprio Nabor, quando ainda em vida – palco de reinado de uma tribo do Congo Africano, onde se desenrolou o drama de uma declaração de guerra com o inimigo turco. Este enredo é até hoje cultuado em toda a pureza do seu estilo. Está escrito num velho e desbotado livro, que é passado de pai para filho, de geração a geração, uma verdadeira relíquia [sic]. (COPPOS, 1971, 12)

A Congada da Embaixada tinha em seu reinado um rei, rainha, príncipe, princesa, embaixador, secretário, pequena dama de honra, seus fidalgos, um tufeiro, oito congos, seis moldomas para carregar as bandeiras e duas porta-faixas. Os instrumentos da Embaixada seguiam na lateral e um congueiro dirigia o grupo com um “pio”, eles tinham como bandeiras, São Benedito e Nossa senhora do Rosário (COPPOS, 1971, 12). A Congada depois do falecimento do Rei Nabor, “entrou num período de decadência por falta de continuidade na liderança” (COPPOS, 1971, 11), existiu uma dificuldade de substituir o rei até que foi substituído pelo senhor de nome Benedito dos Santos que Coppos declara que; “ele não é negro!” (COPPOS, 1971, 11).

Declaração interessante se levarmos em consideração que essas manifestações eram formas de expressão e sociabilidade negras em diáspora, mas principalmente por ser essa dança dos congos, em forma de embaixada que tinha como um de seus objetivos anunciar o reinado do congo e a substituição ser para a representação justamente do rei. O reinado era uma das formas dos negros envolvidos reverenciar outra figura de soberano, de poder, que não o de Portugal (LARA, 2007), do branco. No entanto, Coppos não o define como branco, nos remetendo as derivações raciais criadas para os negros em diáspora e que estavam presentes também na cidade do interior paulista.

A autora não apresenta a data do falecimento do rei Nabor, mas diz que fez parte da congada por cinquenta anos, sendo trinta deles como rei.

Congada Mineira

Continuando, temos a Congada Mineira que a autora não traz muitas informações, mas pontua que era formada de negros quase todos mineiros radicados no “Risca Faca⁴ contudo com a morte súbita do seu chefe, a Congada desagregou-se e muitos dos seus elementos

⁴ Adjetivo dado, principalmente ao bairro do Cubatão, um dos bairros mais antigos da cidade em que habitava grande quantidade de mulheres e homens negros e pobres. O nome pejorativo parece vir da existência do hábito das pessoas riscarem o chão com suas facas antes de iniciarem brigas de rua.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



incluíram-se nas outras duas. [sic]” (COPPOS, 1971, 8). No entanto, a congada com esse mesmo nome ainda existe na cidade, inclusive sendo a única congada existente ainda hoje. A Congada Mineira chegou na cidade de Itapira em 1950 com José Júlio Isaías e sua família, com seu falecimento seu filho Arnaldo Franco herdou essa congada e iniciou sua longa jornada como rei em 1959/1960, segundo relatos de sua bisneta Mirella Cristina Antonio em 28/07/2023. O senhor Arnaldo nasceu em 1935 no estado de Minas Gerais e hoje a congada possui ao menos três gerações de sua família, além dos demais membros envolvidos nela, a Congada sempre sai no dia 13 de maio junto à procissão da Paróquia de São Benedito e hoje é a única ativa na cidade.

Devido às poucas informações sobre esta congada pela folclorista, retornaremos nela mais ao final do trabalho, visto ainda estar presente na cidade e ativa.

Congada da Paróquia de São Benedito

Já a Congada da Paróquia de São Benedito, era dirigida por dois chefes, o senhor Benedito Adão e pelo Capitão Manuel Miguel, mas o segundo sendo o mais citado pela autora e que deixa a entender que não era de Itapira; em seu reinado tinha a representação de dança com espadas, abaixo temos uma descrição de como ela era estruturada.

Os Dianteiros, isto é, os que dançam com as espadas, têm uma representação de guerra contra um rei e mais doze pares de França. No seguimento, surge o terceiro [sic] espada que representa a defesa do rei. Outros [sic] espadas entram na dança. Tudo ao som dos surdos. Algum tempo depois, acontece a anistia e então a dança é alegre e os molecotes entram com as piruetas e os saltos. Abrem alas. Fazem roda com os passistas no centro. (COPPOS, 1971,62-63)

A congada tinha como “bandeiras a de São Benedito e a Santa Isabel, em homenagem e gratidão à Redentora” (COPPOS, 1971, 60-61). Ela tinha um total de 38 pessoas, entre cantores, instrumentistas e dançarinos, as bandeiras eram de São Benedito e Santa Isabel, em homenagem à Princesa Isabel. Os instrumentos eram; “um violino, dois violões, duas violas, quadro caixinhas, dois pandeiros, dois surdos, seis bumbos.” (COPPOS, 1971, 61). Não encontramos informações sobre o ano de sua organização, nem aproximado, mas sabemos que antes do centenário da abolição ela já não existia mais e teve alguns de seus membros acolhidos nos demais folguedos da cidade.

Encontramos uma descrição da congada que nos chamou a atenção para a visão da autora sobre os membros que a compunham;

A Congada da Paróquia de São Benedito, de grande vivacidade, ritmo, bons cantores e bons dançadores, tão bons que poderiam fazer inveja a qualquer Escola de Samba do Rio de Janeiro Havia um porém: integravam-se nela os negros mais rebeldes e manhosos e alguns viciados na pinga. De tôdas [sic] era a mais miserável, com exceção de um dos chefes, o Manuel Miguel, cidadão digno, operário ordeiro, pai de família já com algum sentido de organização ótimo





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



ensaísta. Seus quadro molecotes, treinados por êle [sic], eram acrobatas mirins maravilhosos que arrancavam aplausos vibrantes e constituíam-se num número de espetáculo onde quer que se apresentassem. (COPPOS, 1971, 8)

A passagem demonstra a visão elitista da autora diante do cotidiano dos negros e congueiros, está descrição está presente em demais obras da autora, mas que deixaremos para aprofundá-las em outra ocasião.

Congada Nossa Senhora do Rosário dos Homens do bairro dos Prados

Diferente dos demais folguedos apresentados a Congada do Bairro dos Prados constituída em 1978 a partir do senhor Sebastião Cândido, este foi a procura da folclorista Odete Coppo para que o ajudasse a dar visibilidade a congada que queria formar. Essa congada é a que mais temos informações sobre sua origem, formação, cantos, intenções entre outros elementos até esse momento.

Os congueiros são homens simples, residente no Bairro dos Prados e de procedência mineira a maior parte deles. Formam-se numa só família de avós, pais, netos, sobrinhos, afilhados, comprades, primos, genros e noras. Como congueiros, permanecem em estado de embrião há mais de vinte anos, desde suas migrações no Sul de Minas, apenas cantando e dançando e tocando em festinhas de aniversário ou outras que do Bairro. [sic] (COPPOS, 1978, 12).

533

Podemos perceber aqui que mesmo não tendo nascido na cidade o congueiro Sebastião Cândido era conhecido no bairro, como também nos leva a perceber uma considerável migração de mineiros para a cidade que tinham a congada como uma das expressões de sua realidades.

Das quatro congadas da cidade duas tiveram sua origem, ou foram formadas por famílias migradas para Itapira vindas de Minas Gerais, nos remetendo assim, ao trabalho de Ediano Prado (2001), que consiste em um estudo sobre o cotidiano dos trabalhadores chamadas de “bóia-fria” na cidade de Itapira, e afirma que a partir de 1960 moradores das fazendas do município e em fazendas de outras áreas de São Paulo e Minas Gerais, desembocam na periferia da cidade como ofertantes de força de trabalho. Desenhando Itapira também como uma região nesse período de considerável migração de famílias não nascidas na cidade, de junção de realidades distintas, mas que a congada acaba tendo espaço (PRADO, 2001, 103), entre a elite, também.

Sebastião conta em uma passagem do livro a origem da devoção a Nossa Senhora do Rosário que;

– Foi o pai qui achô o Rosário. Tava na roça cavando coa inxada, tava apurado praque dexô em casa a mãe co meu irmãozinho de colo duente. Trabaiaava pensano leva êles prô médico. De repente, a inxada incravô no cavôco e êle puxo com força e arretirô um fio cumprido di contas enferrujadas, tudo sujo di terra. Êle





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



num conhecia o Rosário, só conhecia o Terço, mas pegô e limpô e viu a medalhinha de Nossa Senhora do Rosário. O pai si ajoelhô e dispoi foi correndo prá casa com aquilo na mão e pois no pescoço da mã e do irmãozinho. Num persisô mais do remédio i nem di levá êles pró dotô. Eu era o filho mais velho. Mi chamô prá nois organizá a congada da Sinhora do Rosário, in agradecimento. Mais, o pai morreu logo i eu vim memhora. [sic] (COPPOS, 1978, 12-13)

Interessante nessa passagem contada pelo congueiro para além da vivência e os mistérios da vida e da fé é que ele migra para a cidade e nela procura dar continuidade a ideia de seu pai, com as demais pessoas da nova realidade. No decorrer da leitura o senhor Sebastião Cândido conta que cada congo tem um mistério e quando sente que a congada vai morrer tem que ajudar uma outra congada e passar o mistério pra essa ou entregar a São Benedito, como também, se um congo morrer de repente a família desse tem que entregar o mistério ao Santo Benedito.

Ressaltamos que essa congada, em especial, foi a que teve influência direta de Odete Coppos, sendo a diretora da congada, visto o pedido de ajuda do congueiro Sebastião e o interesse da autora em buscar reconstruir o folclore regional.

A reconstrução da conveniência

O movimento de reconstrução do folclore nacional foi corriqueiro no século XX, principalmente com Getúlio Vargas e seu projeto nacional de valorização da cultura, a partir dos povos negro, do ser brasileiro e com isso a imagem do negro e nordestino foram lidas como povos trabalhadores, fortes e que carregavam consigo a alma do ser brasileiro. Entretanto, essas narrativas apagavam a violência, descaso e miséria que esses foram deixados após a abolição, com o nascimento da República e seu modernismo.

Acreditamos que a cristalização de manifestações sociais como as congadas de Itapira acabam limitando a compreensão se seus movimentos, realidade, solidariedade e autonomia. Se a valorização desses parte de um ideal já formado, acaba por enquadrar a complexidade e diálogo desses sujeitos com um determinado movimento histórico. A cristalização (PROENÇA, 2007; ALBUQUERQUE, 2008), aqui ressaltada, é entendida como o enquadramento de sujeitos sociais complexo e em movimento a um padrão de comportamento, na tentativa de moldar os negros e a congada a modelos convenientes das elites locais de Itapira.

Ainda sobre a Congada do Bairro dos Prados, em alguns momentos a autora Odete Coppos transcreve o que os congueiros dizem sobre suas vidas e sobre o folguedo, o que nos ajuda a aproximar de suas vivências. No trecho abaixo temos uma breve descrição do ritual dos congos dentro da igreja, descrita por Sebastião Cândido;

Para nois é o nosso forguedo, mais antes de tudo é religião. Nois tem ritual prá Santo Binidito qui apresentemo diante da igreja dele, do lado de fora, no primeiro dia da congada; despoi da missa, cada congo tem a obrigação de prestá sua





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



devoção no altar, assim como fazê o seu pedido no socamento do levantamento do mastro, e no final, na entrega da festa. [sic] (COPPOS, 1978, 18)

Hoje, além desse ritual, tem-se o momento em que os congueiros entram na paróquia de São Benedito em um momento da missa dançando e cantando para a exaltação do santo. Chamamos a atenção, no entanto, para a congada do bairro dos Prados em que o congueiro Sebastião Cândido, não é o rei dela, mas sim chefe, nela existe a rainha do congo, mas sem uma corte, isso em 1978, mas nos demais anos, pelo que compreendemos se tornou uma congada de exaltação a Princesa Isabel.

Não há rainha e nem rei. A Congada de N.S. do Rosário do Bairro dos Prados de Itapira. HOMENAGEIA A PRINCESA ISABEL - filha de D. Pedro II - Regente e declarante do [sic] Lei Áurea (COPPOS, 1978, 43).

Existiu a necessidade de exaltação da Princesa Isabel nesta congada, que não é explicada pelos congueiros, no entanto, nos leva a algumas hipóteses de que Odete Coppos, construiu para si a congada que idealiza durante anos e dentro de um ideal harmônico e cristalizado das relações raciais existentes em Itapira. Um ideal em constante diálogo com o contexto histórico nacional e o projeto de democracia racial presente no Brasil no século XX.

A memorialista e folclorista, parece ter construído para a cidade uma representação anual do ato de libertação dos escravizados, a exaltação da imagem da princesa Isabel, do poder monárquico e a pacividade dos negros diante da escravidão, está representação e a congada se manteve viva por aproximadamente 20 anos. Hoje a Congada Mineira se apresenta anualmente na Festa de São Benedito e sai no dia 13 de maio e tem como uma de suas bandeiras a imagem de uma mulher branca, coroada e com aura, nela vem escrito; “Rainha Santa Izabel [sic]” e nos remete a extinta Congada da Paróquia de São Benedito, como já mencionado, também levava uma bandeira de “Santa Isabel” em seu cortejo.

Não sabemos até que grau existiu a influência de Odete Coppos sobre essas exaltações, no entanto, a narrativa construída sobre a imagem da princesa Isabel, como redentora da abolição percorreu o país e se tornou a leitura conveniente para a nação nascente. Coppos não cria essa ligação de dependência da congada com a princesa Isabel, mas reforça a narrativa já existente na memória coletiva do povo e assim mantém viva a versão de subserviência e coisificação tão necessária para a manutenção das elites no poder simbólico e concreto da cidade de Itapira.

Devemos considerar a narrativa da princesa Isabel como redentora e as obras produzidas sobre as congadas de Itapira como um campo de disputa de poder, narrativa, memória e história que esteve presente na formação do estado brasileiro. Complementamos aqui com o exposto por Michael Pollak (1992); a memória organizadíssima que é a memória nacional, constitui um objeto de disputa importante, e são comuns os conflitos para determinar que datas e que acontecimentos vão ser gravados na memória de um povo. (POLLAK, 1992, 204)

535





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Assim compreendemos a valorização do tema da abolição e a sua repetição, como forma de “estabelecer continuidade com um passado apropriado”, de interesse das elites locais que conformava o “seu próprio passado através da repetição quase obrigatória” (HOBSBAWN, 1997, 9), procurando assim, fazer as manutenções de sua história oficial que não apresenta a escravidão como parte formadora e significativa de sua formação⁵. Mas é interessante pensarmos que a sociedade itapireense não rompeu com as congadas, mas parece que se adaptou e nos remete a uma síntese de Hobsbawn (1997) sobre os vínculos sociais existentes com os velhos costumes presentes em uma sociedade;

[...] pode ser que muitas vezes se inventem tradições não porque os velhos costumes não estejam mais disponíveis nem sejam viáveis, mas porque eles deliberadamente não são usados, nem adaptados. Assim, ao colocar-se conscientemente contra a tradição e a favor das inovações radicais, a ideologia liberal da transformação social, no século passado, deixou de fornecer os vínculos sociais e hierárquicos aceitos nas sociedades precedentes, gerando vácuos que puderam ser preenchidos com tradições inventadas. (HOBSBAWN, 1997, 16)

Tal passagem contribui com nossa linha de raciocínio, hipótese de que as congadas foram utilizadas como meio de manter os vínculos e hierarquia presentes na sociedade itapireense, em que a elite local ainda se mantinha no poder e na manutenção da harmonia da cidade através também do livro de poema de Juca Mulato (1917) do modernista Menotti Del Picchia, da construção da estátua da Mãe Preta⁶ (1985) e *slogans* do tipo; “Itapira, a linda” ou “linda, justa e feliz”.

536

Itapira e a congada hoje

Atualmente em Itapira, existe somente a Congada Mineira⁷ do senhor Arnaldo Franco e não temos informações como as demais tiveram seu fim, mas nos surpreende ser exatamente a Congada Mineira a sobreviver, pois foi a única, pelo compreendido, não ter se aproximado das ajudas e melhorias proposta pela memorialista Odete Coppo em seu projeto de valorização do folclore da região.

⁵ É possível encontrar em meu trabalho de mestrado uma análise a partir de documentos que consistem em registros de nascimentos, casamentos e óbitos, assim como cartas de liberdade e prestações de serviços de mulheres e homens negros que nasceram e viveram no que é hoje a cidade de Itapira.

⁶ A estátua foi inaugurada na cidade em 11 de maio de 1985 e nela podemos ler a seguinte frase: “Mãe! Não importa a cor e a raça, você embala o berço da esperança!”. O berço da esperança é representado por uma criança branca, essa frase e a imagem foram reproduzidas em todo país no século XIX, chegando a cidade no século XX, construindo uma representação social agradável do que foi a escravidão e suas violências para as elites locais.

⁷ No mês de julho de 2023 a Congada Mineira se tornou patrimônio imaterial de Itapira. “Congada Mineira de São Benedito é declarada patrimônio imaterial de Itapira”. Acesso em 31/07/2023. <<https://camaraitapira.sp.gov.br/noticia/congada-mineira-de-sao-benedito-e-declarada-patrimonio-imaterial-de-itapira/4397#:~:text=A%20C%C3%A2mara%20Municipal%20aprovou%20por,como%20patrim%C3%B4nio%20imaterial%20de%20Itapira.>>





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Essa congada era em formato de reinado, mas após a delicada situação de saúde da esposa do senhor Arnaldo, Dorcides Maria Franco, ele se apresentou sem a presença da rainha, mas com o senhor Arnaldo e seu filho Carlos Sérgio Franco como condutores do cortejo, dançando, tocando e cantando.

Em 24 de abril de 2017 as escolas municipais de Itapira receberam o projeto “Congada na Escola” que previa a valorização da congada da cidade, este projeto foi elaborado pelo congueiro Arnaldo Franco, sua bisneta Mirella Antônio e uma assessoria cultural da cidade. No projeto os alunos tinham proximidade com a Congada Mineira através de sua história, cantos, toques, fotos e vídeos já produzidos dessa tradição. Por motivos não informados o projeto não existe mais, no entanto, foi importante para o conhecimento da congada como forma cultural de povos negros da região e poderia contribuir ainda mais se aprofundássemos sobre sua ligação com os negros e escravidão existente na cidade e nação. Tanto as congadas como a história da escravidão nesta tem muitas lacunas que dificultam a compreensão de sua memória, porém materiais para serem supridos historicamente existem, no entanto, a força da história hegemônica, o apagamento dos povos negros como construtores, também, da região e da nação dificultam este aprofundamento e questionamentos.

Em 2022, tivemos uma situação inusitada na comemoração da festa de São Benedito, a Congada Mineira e as demais congadas que chegaram de outras cidades para o dia 13 foram excluídas da procissão, o padre André Ricardo Panassolo, que não permitiu a saída destas com a procissão⁸ causando uma mobilização na cidade e pelas redes sociais em favor das congadas.

Tal descaso com congada, principalmente a de Itapira, que existe ao menos 63 anos, nos chama a atenção por ser a Congada Mineira, uma das únicas expressões culturais da cidade efetivamente registrada por livro, fotos, exposições e principalmente por ser a referência quando se divulga a maior festa anual religiosa da cidade. A imagem da congada é utilizada como propaganda da festa, como expressão cultural e turística de Itapira.

Notoriamente, podemos identificar que a falta de incentivos culturais e histórico de questionamento, de ação, distanciam a população de Itapira de sua história problema. Compreendemos que, a partir da ausência de questionamentos sobre a escravidão na região a origem dos povos negros da mesma e o distanciamento histórico sobre as congadas, condicionam, de alguma maneira a população de Itapira a fazer a manutenção da ignorância, da rejeição de sua história e a apropriação de discursos que pouco tem a dizer sobre quem os são em relação a história negra, a história escravista e a história viva que é a congada.

537

⁸ “Procissão de São Benedito sem presença de congadas gera polêmica em Itapira”. Acessado em 27/07/2023: <<https://www.itapiranews.com.br/procissao-de-sao-benedito-sem-presenca-de-congadas-gera-polemica-em-itapira/>>





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Conclusão

Existem lacunas a serem preenchidas sobre os reinados dos congos em Itapira e compreendemos que a sua socialização política e histórica levou Odette Coppo a uma identificação com as congadas, que Pollak chamou de “memória quase quase herdada” (POLLAK, 1992, 201). E foi com a descrição de seus levantamentos e memórias que procuramos com os devidos cuidados compreender como se deu as congadas na cidade e como foram lidas e validadas pelas elites locais. Mesmo tendo conhecimento que a memória é seletiva, que nem tudo fica registrado, o que Coppo produziu é a melhor fonte até o momento dessa escrita para nos aproximar destes reinados dos congos em Itapira que são tão próximos da memória de África e ao mesmo tempo distante.

Por fim, as congadas de Itapira se formaram em diferentes locais da cidade ou fora dela e também tiveram histórias e trajetórias distintas, mas todas tinham como objetivo a exaltação de um santo de devoção a partir da representação das memórias que os constituíam enquanto sujeitos negros. Os reinos formados principalmente pelas congadas da Embaixada, Mineira e de São Benedito, foram pelo compreendido em nossa análise, relevantes representações dos reinados dos congos na pequena cidade de Itapira que em sua história oficial não menciona a presença de negras e negros, muito menos, a instituição da escravidão nela.

Pudemos compreender um pouco mais sobre as congadas e principalmente sua importância e resistência para a história negra desta cidade que ora apaga a presença de povos negros nela ora reconstrói com a perspectiva da subordinação.

538

Referências

POLLAK, Michael. “Memória e Identidade Social”. *Revista Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, 1992, pp. 200-212.

PRADO, Ediano Dionísio do. *Vila Ilze: o viver fragmentado do “bóia-fria”* – um estudo sobre o cotidiano dos trabalhadores volantes de Itapira. Dissertação. Campinas, SP: [s.n.], Unicamp. 2001.

HOBSBAWM, Eric; Introdução. A invenção das Tradições. HOBSBAWM, Eric; RAGER, Terence (Org.). In: A invenção das tradições. Rio de Janeiro, Paz e Terra. pp. 7-20, 1997.

ALBUQUERQUE JR., Durval. O objeto em fuga. Algumas reflexões em torno do conceito de região. *Fronteiras, Dourados, MS*, v.10, n.17, p. 55-67, jan-junho. 2008

PROENÇA, Wander de Lara. Escravidão no Brasil: Debates Historiográficos Contemporâneos. Anais eletrônicos da XXIV Semana de História: "Pensando o Brasil no Centenário de Caio Prado Júnior". 2007, 10 p.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



COPPOS, Odette. Congadas (Folclore). Editora Pongetti, Rio de Janeiro-RJ, 95 p. 1971.

_____. Nasce a Congada N. S. do Rosário dos homens dos Prados. Composto e impresso: Gráfica e Editora Nosde, Mafra-SC, 50 p. 1978.

LARA, Silvia Hunold. Espetáculos negros. In: Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, p. 173-218, 2007.

MONTEIRO, Livia. A origem mítica das festas de Congada e as memórias da escravidão no tempo presente em Minas Gerais. Revista OQ, 1-19, v.3, n.3, p. 2016. ISSN 1808-6233

539



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS – 3 E A BUSCA DE UMA POLÍTICA DE MEMÓRIA SOBRE A HISTÓRIA RECENTE NO BRASIL

Keides Batista Vicente¹

A história recente sobre o Brasil esbarra em incompreensões sobre violações aos Direitos Humanos por parte do Estado e com isso uma construção social que nega e até propõe revisões sobre o passado. Como exemplo os vinte e um anos de ditadura civil-militar e a sequência de legislações que cercearam a compreensão legal sobre o período.

Deste modo três perspectivas legais podem ser citadas para compreender a construção de esquecimentos e negações sobre a história recente no Brasil. Primeira, a Lei de Anistia de 1979, que de forma lenta, gradual e irrestrita por um lado permitiu a volta dos exilados ao Brasil, mas por outro confirmou a impunidade aos militares envolvidos em processos de torturas e desaparecimentos. Soma-se a este processo a ausência de uma justiça de transição que impediu que os perpetradores de violação aos direitos humanos fossem devidamente conhecidos e julgados, e conseqüentemente que se promovesse uma política de memória.

E, também, a ausência de uma política de reparação, inviabilizando que as pessoas perseguidas pudessem, de fato, terem seus direitos respeitados ao que tange as violações ocorridas durante a ditadura militar no Brasil, e que os familiares acessassem informações confiáveis sobre os mortos e desaparecidos e recebessem o devido reconhecimento do Estado brasileiro.

Mas, no final do século XX, diante de políticas internacionais promovidas pela ONU com recomendações para que as Nações realizassem políticas que garantissem o respeito aos Direitos Humanos, e a pressão de grupos de ex-presos políticos e dos familiares de mortos e desaparecidos, o Estado Brasileiro promoveu debates para construir documentos com propostas voltadas a garantia dos Direitos Humanos, como o Programa Nacional de Direitos Humanos.

Posto isto, pretende-se analisar como o Estado brasileiro propõe viabilizar as políticas de memória através do Programa Nacional de Direitos Humanos – 3, de 21 de dezembro de 2009, atualizado em 12 de maio de 2010.

Para isto, em um primeiro momento será apresentada a elaboração do Programa Nacional de Direitos Humanos e suas versões 1,2 e 3 como resposta a proposta internacional como a

540

¹ Formada em História (UFG) e Pedagogia (IFG), Mestre em História Social (UFU), Doutora em Educação (UFG). Atualmente realiza estágio pós doutoral na Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Brasil, supervisionada pela Professora Dr^a Diane Valdez. Atua como Professora Pesquisadora no curso de Pedagogia e no Programa de Pós-graduação em Educação, na Universidade Estadual de Goiás, Brasil, Unidade Acadêmica da cidade de Inhumas. Coordena o Grupo de Estudos em História da Educação da Associação Nacional de História, Sessão Goiás, Brasil. Email keides.vicente@ueg.br.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Declaração e Ação de Viena, de 1993. Na sequência será analisado o Eixo Orientado VI: Direito à Memória e à Verdade, em suas Diretrizes 23, 24 e 25 que propõe a Preservação da memória histórica e a construção da verdade.

O Plano Nacional de Direitos Humanos e o debate entre sociedade civil e Estado brasileiro

No ano de 1996 é publicado o Plano Nacional de Direitos Humanos, posteriormente atualizado em outras duas versões. O documento é o resultado histórico de ações entre a sociedade civil e o Estado brasileiro, alinhados aos tratados internacionais, em específico a Declaração e Programa de Ação de Viena, elaborada em Genebra em maio de 1993. Na ocasião o Brasil foi indicado pela comunidade internacional para presidir o Comitê de Redação na pessoa do Embaixador Gilberto Vergne Sabóia.

A Declaração de Viena é considerada, segundo Alves (1994, p.172) "[...] como o documento mais abrangente adotado consensualmente pela comunidade internacional sobre o tema". Para o autor o documento em seu preâmbulo de 17 parágrafos, uma parte operativa conceitual de 39 artigos, e um programa de ação com 100 parágrafos recomendatórios, conferiu caráter efetivamente universal aos direitos definidos na Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948.

Entre as recomendações da Declaração o parágrafo de número 71 enfatiza:

A Conferência Mundial sobre Direitos Humanos recomenda que cada Estado analise a conveniência de elaborar um plano de ação nacional que identifique os passos através dos quais esse Estado poderá melhorar a promoção e proteção dos direitos humanos. (ONU, Declaração e Programa de Ação de Viena, 1993).

Deste modo as nações deveriam elaborar propostas que atendessem as demandas defendidas na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, e as orientações de tratados históricos como os voltados para a erradicação da pobreza, para diminuir a desigualdade entre gênero e a exploração infantil, por exemplo.

Após uma intensa participação na elaboração do documento o Brasil foi um dos primeiros países a apresentar um Plano Nacional de Direitos Humanos no ano de 1996, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, e assim assume como princípio "[...] um elenco de medidas na área de direitos civis que terão consequências decisivas para a efetiva proteção dos direitos sociais, econômicos e culturais..." (Brasil, 1996, p.11).

Isso acontece após um processo de elaboração e discussões ocorridas entre novembro de 1995 e março de 1996 em seis seminários regionais, São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Belém, Porto Alegre e Natal, com a participação de 210 entidades. Em fevereiro de 1996 o programa foi apresentado no Encontro do Movimento Nacional dos Direitos Humanos, em Brasília. E durante a I Conferência Nacional de Direitos Humanos, promovida pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Deputados, em parceria com o Fórum das Comissões Legislativas de Direitos Humanos, Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos

541





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Advogados do Brasil Federal, Movimento Nacional de Direitos Humanos, Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, FENAJ, SERPAJ e CIMI, o programa foi apresentado e debatido.

Em 2022 é apresentado, pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso, o Plano Nacional de Direitos Humanos II, um documento fruto de amadurecimentos de discussões e de avaliações das ações realizadas nos últimos seis anos para efetivação da proposta de 1996. No primeiro momento do Programa foram determinadas medidas na área de direitos civis e políticos que foram ampliadas para inclusão dos direitos econômicos, sociais e culturais, como a saúde, educação, previdência e assistência social, à moradia, ao trabalho, ao meio ambiente saudável, a alimentação, lazer, por exemplo.

O documento apresenta sua organização com base nas orientações dos parâmetros defendidos na Constituição Federal de 1988, e nos documentos internacionais como a

[...] noção de indivisibilidade e interdependência de todos os direitos humanos expressa na Declaração e Programa de Ação de Viena (1993), (...), inspirando-se também no Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966 e no Protocolo de São Salvador em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, ratificados pelo Brasil em 1992 e 1996, respectivamente. (Brasil. Plano Nacional de Direitos Humanos 2, 2022, p.03)

Deste modo o PNDH II apresenta ações para efetivação através do Plano Plurianual 2004-2007, ao final do período o programa deveria ser rediscutido e avaliado. A proposta substitui a redação do primeiro documento com propostas evidenciadas em curto, médio e longo prazo, e segundo a introdução do texto, passa a ser implementado através de planos de ação anuais e com medidas a serem adotadas, bem como os recursos orçamentários destinados a financiá-las e os órgãos responsáveis por sua execução. Mas o documento apresenta as 518 propostas de ações governamentais e não aponta os órgãos responsáveis pela execução e os devidos orçamentos ou mesmo uma programação para um debate posterior.

A elaboração do documento marca também uma compreensão sobre os direitos civis e a parceria do governo com a sociedade civil, em especial ao mundo do trabalho como os empresários. O que é compreendido no texto do então Presidente Fernando Henrique ao apresentar o Plano, evidenciando assim também o posicionamento liberal e privatista do governo em curso.

Para o presidente o documento é “um mapa das rotas que deveremos trilhar”, uma orientação para que o governo e a sociedade civil promovam ações “no projeto de construção de um Brasil mais justo”. Deste modo o documento assume o posicionamento do Estado como organizador de um projeto em busca da justiça social, mas divide a responsabilidade da sua execução com outras instituições.

O Plano Nacional de Direitos Humanos 3 foi publicado no ano de 2009, pelo então Presidente Luiz Inácio da Silva. No início do então governo a Secretaria Especial dos Direitos Humanos foi elevada a ministério, e foi criada a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, com isso várias

542





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



discussões sobre os Direitos Humanos ganharam representatividade no executivo e se tornaram política de Estado.

A elaboração do documento contou com a participação ativa de cerca de 14 mil pessoas, com a realização de 137 encontros prévios às etapas estaduais e distrital, denominados Conferências Livres, Regionais, Territoriais, Municipais ou Pré-Conferências. E que culminou na 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos com o lema “Democracia, Desenvolvimento e Direitos Humanos”.

O documento final foi publicado com seis eixos orientadores: Interação democrática do Estado e da sociedade civil; Desenvolvimento e Direitos Humanos; Universalização de direito em um contexto de dificuldades sociais e econômicas; Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à violência; Educação e Cultura em Direitos Humanos; Direito a memória e a verdade. Subdivididos em 25 diretrizes, 82 objetivos estratégicos e 521 ações programáticas. Para Piovesan (2010, p. 12-13) o documento possibilita o debate público sobre os Direitos Humanos como política de Estado, assim as metas propostas nos documentos, resguardando as devidas críticas, “[...] estão em absoluta consonância com os parâmetros internacionais de DH e com a recente jurisprudência internacional, refletindo tendências contemporâneas na luta pela afirmação desses direitos e as obrigações internacionais do Estado brasileiro neste campo”.

Posto isto, para análise no presente texto, o Eixo Orientador VI: Direito à Memória e à Verdade, será analisado como uma proposta de construção de uma política de memória no Brasil em busca de uma sociedade democrática.

543

Plano Nacional de Direitos Humanos 3: Eixo Orientado VI: Direito à Memória e à Verdade

Na introdução do documento sobre as determinações do Eixo Orientador é enfatizada a atuação de grupos de familiares de desaparecidos políticos e de ex-presos políticos anistiados, que buscam ações por parte do Estado brasileiro para promover legislações para o reconhecimento das violações aos Direitos Humanos ocorridas no país durante a ditadura civil-militar.

O documento cita algumas leis destinadas as pessoas que tiveram seus direitos violados pelo estado ditatorial. Entre elas a primeira a ser mencionada é a Lei 9.140 de 1995, que reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de opositores ao regime de 1964. Assim foi instituída uma Comissão Especial responsável por deferir pedidos de indenização das famílias, e determinou a incumbência de efetivar esforços para a localização dos corpos de pessoas desaparecidas durante o referido período, isto segundo o artigo 4º, inciso II, no caso de existência de indícios quanto ao local em que possam estar depositados. Através da Medida Provisória nº 2151-3 foi criada em 24 de agosto de 2001 a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, reeditado pela Medida Provisória nº 65, de 28 de agosto de 2002. E em 13 de novembro de 2002 foi convertida na Lei nº 10.559.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



No que refere a documentação o PNDH 3 enfatiza que em 2005 o governo federal determinou que os três arquivos da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) fossem entregues ao Arquivo Nacional, subordinado à Casa Civil, onde foram organizados e digitalizados. Com isso foi possível que os documentos recebessem a devida atenção dos profissionais ao que tange a organização, trato necessário e especializado, e, posteriormente, acesso de pesquisadores como historiadores, cientistas políticos, advogados, por exemplo. Com a digitalização dos documentos iniciado em 2005 em maio de 2009 foi lançado o projeto Memórias Reveladas, sob responsabilidade da Casa Civil. O arquivo dispõe de mais de 5 milhões de páginas de documentos recolhidos do Arquivo Nacional e de outros arquivos federais e de 15 unidade da federação. A informações podem ser consultadas no sítio www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br.

Após a historicização sobre a participação de grupos de defesa dos Direitos Humanos e das ações do Governo Federal sobre o período da ditadura civil-militar no Brasil o texto da introdução do PNDH 3 sobre o Eixo Orientador VI é finalizado com a constatação que "As violações sistemáticas dos Direitos Humanos pelo Estado durante o regime ditatorial são desconhecidas pela maioria da população, em especial pelos jovens" (p.173).

E deste modo propõe

As ações programáticas deste eixo orientador têm como finalidade assegurar o processamento democrático e republicano de todo esse período da história brasileira, para que se viabilize o desejável sentimento de reconciliação nacional. E para se construir consenso amplo no sentido de que as violações sistemáticas de Direitos Humanos registradas entre 1964 e 1985, bem como no período do Estado Novo, não voltem a ocorrer em nosso país, nunca mais. (PNDH 3, 2009, p. 173)

544

Posto isto, o tema Direito à Memória e à Verdade é tratado no Eixo Orientador VI, compondo-se de três diretrizes, 23, 24 e 25, seguidas por objetivos estratégicos, ações programáticas com os respectivos responsáveis, isto é, os órgãos da Federação, Estados e sociedade civil. E as Recomendações com base nos tratados internacionais e legislações nacionais.

Destarte, o texto da Diretriz 23 reconhece que o Estado brasileiro violou Direitos Humanos durante a ditadura civil-militar, e assim propõe políticas para promover o debate sobre o direito a memória e a verdade sobre o período. Sendo necessário então a participação de representantes do governo e da sociedade civil para discutir as violações através de um Comissão Nacional da Verdade.

Deste modo a Diretriz 23 estabelece o "Reconhecimento da memória e da verdade como Direito Humano da cidadania e dever do Estado", cujo objetivo estratégico é

Promover a apuração e o esclarecimento público das violações de Direitos Humanos praticados no contexto da repressão política ocorrida no Brasil no período fixado pelo artigo 8º do ADCT da Constituição, afim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional. (BRASIL, 2009).





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Para que objetivo estratégico possa ser alcançado é apresentada uma Ação Programática, que consiste em designar um grupo de trabalho para elaborar um projeto de Lei que institua a Comissão Nacional da Verdade, e que deverá ser apresentado até abril de 2010. A estratégia determina a participação de representantes da Casa Civil da Presidência da República, que o presidirá, do Ministério da Justiça, do Ministério da Defesa, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, do presidente da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, criada pela Lei 9.140/95 e de representante da sociedade civil.

Após a criação da Comissão Nacional da Verdade o objetivo estratégico determina também que o trabalho deveria ser realizado de forma coordenados com as outras ações em curso de órgãos como o Arquivo Nacional, Comissão de Anistia, Comissão Especial criada pela Lei nº 9.140/95, Comitê Interinstitucional de Supervisão instituído pelo Decreto Presidencial de 17 de julho de 2009, Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 567/MD, de 29 de abril de 2009, do Ministro de Estado da Defesa.

Em um terceiro momento o objetivo estratégico propõe as atividades que a Comissão Nacional da Verdade deverá

- requisitar documentos públicos, com a colaboração das respectivas autoridades, bem como requerer ao Judiciário o acesso a documentos privados;
- colaborar com todas as instâncias do Poder Público para a apuração de violações de Direitos Humanos, observadas as disposições da Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979;
- promover, com base em seus informes, a reconstrução da história dos casos de violação de Direitos Humanos, bem como a assistência às vítimas de tais violações;
- promover, com base no acesso às informações, os meios e recursos necessários para a localização e identificação de corpos e restos mortais de desaparecidos políticos;
- identificar e tornar públicas as estruturas utilizadas para a prática de violações de Direitos Humanos, suas ramificações nos diversos aparelhos de Estado e em outras instâncias da sociedade;
- registrar e divulgar seus procedimentos oficiais, a fim de garantir o esclarecimento circunstanciado de torturas, mortes e desaparecimentos, devendo-se discriminá-los e encaminhá-los aos órgãos competentes;
- apresentar recomendações para promover a efetiva reconciliação nacional e prevenir no sentido da não repetição de violações de Direitos Humanos. (PNDH 3, 2009, p. 174-5)

545

Sem dúvida os três momentos dos objetivos estratégicos da Diretriz 23 são auspiciosos, demandam um compromisso político efetivo e ação conjunta de grupos interessados e conhecedores sobre o tema. As estratégias também se mostram alcançáveis, mas seria necessário envolvimento de outros grupos não indicados, como para o caso de identificação de corpos e restos mortais, por exemplo.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



A Diretriz 24 estabelece a “Preservação da memória histórica e a construção pública da verdade”. Tem como objetivo estratégico “incentivar iniciativas de preservação da memória histórica e de construção pública da verdade sobre períodos autoritários” (PNDH 3, 2009, p. 175).

Para alcançar este objetivo, seis ações programáticas foram indicadas. A primeira a) Disponibilizar linhas de financiamento para a criação de centros de memória sobre a repressão política, em todos os estados, com projetos de valorização da história cultural e de socialização do conhecimento por diversos meios de difusão. (PNDH 3, 2009, p. 175).

Deste modo o PNDH 3 evidencia a necessidade de uma construção da memória nacional através dos espaços públicos. Ao fomentar a criação de centros de memória o documento demonstra que através da história institucionalizada é possível esclarecer e evidenciar a história recente sobre o país. Mas o documento não esclarece quais as estratégias serão utilizadas para a realização da ação.

A segunda ação programática refere-se

B) Criar comissão específica, em conjunto com departamentos de História e centros de pesquisas, para reconstituir a repressão ilegal relacionada ao Estado Novo (1937-1945). Essa comissão deverá publicar relatório contendo os documentos que fundamentaram a repressão, a descrição do funcionamento da justiça de exceção, os responsáveis diretos no governo ditatorial, registro de violações bem como dos autores e das vítimas. (PNDH 3, 2009, p. 175).

546

Ao propor a apresentação de relatórios elaborados com base em documentos históricos a ação evidencia a cientificidade da História na produção do conhecimento, sugere também a necessidade da participação institucional de instituições de ensino e a seriedade das pesquisas. Mas, esbarra em uma questão essencial, isto é, a utilização de documentos e sua diversidade, visto que há no país um evidente descaso com o levantamento, trato e disponibilidade de arquivos. Principalmente se considerar que apenas em 2005 é iniciado um processo de digitalização dos documentos por parte do Arquivo Nacional. Então, onde estão os documentos que materializam recortes temporais específicos como proposto na ação programática?

É necessário considerar o descaso com a materialidade de informações, e que os registros realizados na primeira metade do século XX foram elaborados em espaços militares, instituições religiosas e em cartórios que existiam em algumas cidades do país. No caso específico dos registros durante e sobre a ditadura do Estado Novo foram elaborados por grupos ligados ao governo vigente.

Alinhadas a Ação Programática *a* estão também as de letras “c) Identificar e sinalizar locais públicos que serviram à repressão ditatorial, bem como locais onde foram ocultados corpos e restos mortais de perseguidos políticos;” e também a de letra “d) Criar e manter museus, memoriais e centros de documentação sobre a resistência à ditadura.” (PNDH 3, 2009, p. 176).

Destarte, com as propostas é possível o reconhecimento do Programa a participação de grupos de resistência durante a ditadura do Estado Novo e civil-militar, e assim tem-se a compreensão de uma história não oficial. Ao identificar os locais públicos que foram espaços





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



de repressão e afirmar que corpos foram encontrados, o documento em análise, reafirma a participação do Estado na violação aos Direitos Humanos e demonstra o interesse pela construção de espaços para lembrar, e assim construir uma nova interpretação sobre eles. As duas últimas Ações Programáticas da Diretriz 24 referem-se a institucionalização da elaboração de espaços de memória em universidades e organização da sociedade civil. Para isso o documento apresenta propostas de financiamento e apoio técnico na elaboração de material didático pedagógico. Como podemos observar

- e) Apoiar técnica e financeiramente a criação de observatórios do Direito à Memória e à Verdade nas universidades e em organização da sociedade civil.
- f) Desenvolver programas e ações educativas, inclusive a produção de material didático-pedagógico para ser utilizado pelos sistemas de educação básica e superior sobre o regime de 1964-1985 e sobre a resistência popular à repressão. (PNDH 3, 2009, p. 176).

Posto isto, o documento reconhece a necessidade da participação dos espaços acadêmicos na produção do conhecimento, e define a História Ensinada como uma forma de promoção de conhecimento na elaboração da verdade como pesquisa, de memória como dever e de justiça como direito.

Após o reconhecimento do Estado brasileiro como perpetrador de violações aos direitos humanos, seguido por propostas para a preservação da memória história e com isso a construção de uma verdade pública, a Diretriz 25 propõe uma atuação no aspecto legal.

Assim a Diretriz 25 estabelece a “modernização da legislação relacionada com a promoção do direito à memória e à verdade, fortalecendo a democracia” e indica como seu objetivo estratégico “Suprimir do ordenamento jurídico brasileiro eventuais normas remanescentes de períodos de exceção que afrontem os compromissos internacionais e os preceitos constitucionais sobre Direitos Humanos” (PNDH 3, 2009, p. 176)

Para alcançar esse objetivo quatro ações programáticas foram indicadas. A primeira refere-se a criação de um grupo de trabalho voltado para o acompanhamento, discussão e articulação junto ao Congresso Nacional para viabilizar legislações que deveriam buscar a revogação de leis “remanescentes do período 1964-1985 que sejam contrárias à garantia dos Direitos Humanos ou tenham dado sustentação a graves violações, e a “revisão de propostas legislativas envolvendo retrocessos na garantia dos Direitos Humanos em geral e no direito à memória e à verdade”.

A segunda ação “Propor e articular o reconhecimento do status constitucional de instrumentos internacionais de Direitos Humanos novos ou já existentes ainda não ratificados”. Como recomendação estava ratificar: o segundo protocolo facultativo do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, visando à abolição da pena de morte (1989); a Convenção sobre a Imprescritibilidade dos Crimes de Guerra e dos Crimes contra a Humanidade (ONU, 1968) e adaptar o ordenamento jurídico interno com lei expressa fixando a imprescritibilidade dos delitos; e ratificar a Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra os Desaparecimentos Forçados (2006).

547





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



A terceira ação estava relacionada ao patrimônio público e determinava “Propor legislação de abrangência nacional proibindo que logradouros, atos e próprios nacionais e prédios públicos recebam nomes de pessoas que praticaram crimes de lesa-humanidade, bem como determinar a alteração de nomes que já tenham sido atribuídos”. (PNDH 3, 2009, p. 177)

A última ação programática “Acompanhar e monitorar a tramitação judicial dos processos de responsabilização civil ou criminal sobre casos que envolvam atos relativos ao regime de 1964-1985”. (PNDH 3, 2009, p. 177)

Posto isto, para a realização das ações programáticas propostas na diretriz acima apresentada, os órgãos responsáveis elencados são: Ministério da Justiça; Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; Casa Civil da Presidência da República; Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República. O que demonstra o uso do conhecimento de profissionais atuantes em espaços de discussões já organizados. A terceira ação está relacionada ao patrimônio público, e assim uma atuação direta aos espaços que possam contribuir para a construção de uma memória nacional.

Considerações finais

Pensar historicamente a elaboração de um Programa Nacional de Direitos Humanos e suas revisões é de suma importância para compreender a garantia de direitos e o fortalecimento do Estado Democrático de Direitos no Brasil. Isto pois, após 21 anos de ditadura militar, o conceito de direito empregado em 1948 com a Declaração Universal dos Direitos Humanos precisa ser primeiramente compreendido, para assim ser requisitado e reafirmar a luta individual e coletiva pelo respeito a eles.

Deste modo compreende-se a necessidade de pensar os direitos civis em um momento de redemocratização, de fortalecimento das instituições e da compreensão dos sentidos por parte da população brasileira diante do que foi convencido que não teria, isto é, direitos básicos. A negação dos direitos está entrelaçada a negação ao passado da história recente do país.

As três edições do Programa Nacional de Direitos Humanos demonstram o alinhamento do Brasil aos acordos internacionais, mas também o reconhecimento da luta de ex-presos políticos anistiados, bem como de familiares de mortos e desaparecidos durante a ditadura civil-militar. Deste modo as propostas apresentadas no documento reconhecem as violações dos Direitos Humanos cometidas pelo Estado brasileiro, e faz indicações de caminhos para iniciar um debate sobre memória, verdade e justiça.

Nos documentos é possível compreender que o esquecimento e o silenciamento sobre a história recente do país promoveu e promove incompreensões e criou concepções que atacam o Estado Democrático de Direito e os Direitos Humanos. É necessário avançar no debate sobre o passado, com vias para a compreensão do presente e, principalmente, para viabilizar um futuro mais justo e igualitário.

548





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Referências

ADORNO, Sergio. História e desventura: o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos. Novos Estudos. Março 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/NGm7p9TXM6QdrJFx45zg5zk/>. Acesso em: 23 fev. 2024.

ALVES, José Augusto Lindgren. Direitos Humanos: o significado político da Conferência de Viena. Lua Nova n° 32, 1994.

BORGES, Alci M R; BORGES, Caroline Bastos de Paiva. O direito à memória e à verdade no Plano Nacional de Direitos Humanos III: um breve inventário. Revista Jurídica da Presidência Brasília v. 17 n. 111 Fev./Maio 2015 p. 151-172. Disponível em: <https://revistajuridica.presidencia.gov.br/index.php/saj/article/view/1111>. Acesso em 23 fev. 2024.

BORGES, Guilherme. 3º Programa Nacional de Direitos Humanos: uma experiência de construção coletiva. Revista Extraprensa, [S. l.], v. 12, p. 442-456, 2019. DOI: 10.11606/extraprensa2019.153951. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/153951> . Acesso em: 23 fev. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm . Acesso em: 16 fev. 2024.

BRASIL. Decreto nº 1.904, de 13 de maio de 1996. Institui o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1904.htm . Acesso em: 10 fev. 2010.

BRASIL. Decreto nº 4.229, de 13 de maio de 2002. Dispõe sobre o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH, instituído pelo Decreto nº1.904, de 13 de maio de 1996, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4229.htm#8 . Acesso em: 10 fev. 2010.

BRASIL. Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos — PNDH-3 e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm . Acesso em: 10 fev. 2010.

BRASIL. Decreto nº 7.177, de 12 de maio de 2010. Altera o Anexo do Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009, que aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Decreto/D7177.htm#art1. Acesso em: 10 fev. 2010.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



ONU. (1993), Declaração Final e Plano de Ação. Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos. Viena. Disponível

em: <https://www.oas.org/dil/port/1993%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20e%20Programa%20de%20Ac%C3%A7%C3%A3o%20adoptado%20pela%20Confer%C3%Aancia%20Mundial%20de%20Viena%20sobre%20Direitos%20Humanos%20em%20junho%20de%201993.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2010.

PIOVESAN, Flávia. A constitucionalidade do PNDH-3. Revista Direitos Humanos, v 5. Brasília, SDH, 2010.

550



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



O ARQUIVO DO MAST E A DIVULGAÇÃO DA MEMÓRIA CIENTÍFICA: O PAPEL DAS EXPOSIÇÕES DOCUMENTAIS

Isabel Cristina Borges de Oliveira¹
Daniele Rodrigues Barros Nunes Negrão²
Leticia Souza da Costa Sampaio³
Thiago Souza Vilela⁴
Vanessa Garcia Coelho⁵
Vanessa Rocha de Souza⁶

Introdução

Podemos perceber o documento como patrimônio detentor de um valor cultural produzido pela sociedade. Segundo Le Goff (1996, p.545), “o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado”, mas sim, “um produto da sociedade que o fabricou”, ou seja, um bem simbólico e de significado, que fomenta a memória.

Além disso, estamos entendendo patrimônio segundo o conceito dado pela Constituição Federal de 1988 em seu artigo 126 “os bens de natureza material e imaterial tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.

O Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), criado em 1985, que hoje é uma instituição de pesquisa subordinada ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e tem por objetivo ampliar o acesso à sociedade ao conhecimento científico e tecnológico por meio da pesquisa, preservação de acervos e divulgação da atividade científica brasileira, se insere no conceito de patrimônio cultural brasileiro, já que, tem sob sua responsabilidade a guarda de arquivos científicos, ou seja, “as criações científicas, artísticas e tecnológicas” (BRASIL, 1988, Art. 126).

551

¹ Bolsista do Programa de Capacitação Institucional do CNPq/MCTI no Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST). Mestre em Bens Culturais e Projetos Sociais pela Fundação Getúlio Vargas. isabelcritina@mast.br

² Bolsista do Programa de Capacitação Institucional do CNPq/MCTI no Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST). Mestre em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia pelo Museu de Astronomia e Ciências Afins. danielenegrao@mast.br

³ Bolsista do Programa de Capacitação Institucional do CNPq/MCTI no Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) (outubro de 2023 a janeiro de 2024). Doutoranda em Informação e Comunicação em Saúde pela Fiocruz. Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal Fluminense. souzaleticia@id.uff.br

⁴ Bolsista do Programa de Capacitação Institucional do CNPq/MCTI no Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST). Graduado em Arquivologia pela Universidade Federal Fluminense. Graduando em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal Fluminense. thiagovilela@mast.br

⁵ Bolsista do Programa de Capacitação Institucional do CNPq/MCTI no Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST). Mestre em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia pelo Museu de Astronomia e Ciências Afins. vanessacoelho@mast.br

⁶ Bolsista do Programa de Capacitação Institucional do CNPq/MCTI no Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST). Mestre em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. vanessasouza@mast.br





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Dentro dos vários setores do MAST temos o Arquivo de História da Ciência (AHC)/Coordenação de Documentação e Arquivo (CODAR), responsável pelo acervo arquivístico do MAST. O Arquivo ao longo dos anos especializou-se na organização de arquivos pessoais de cientistas e de instituições de pesquisa.

Além disso, uma das atividades do Arquivo de História da Ciência é a disseminação da memória científica por meio da organização de seus acervos, publicação de inventários, artigos técnico-científicos, eventos e exposições.

Dentre as diferentes estratégias de disseminação de conhecimento do AHC inclui-se a divulgação científica, que é crucial para garantir que a informação de ciência e tecnologia alcance os diversos públicos. Embora as publicações científicas tradicionais desempenhem um papel fundamental na validação e preservação do conhecimento acadêmico, estratégias diversificadas são necessárias para alcançar o público em geral. Diante disso, esse estudo explora a importância das exposições documentais como instrumentos de divulgação científica e construção de memória, destacando seu papel na aproximação entre as instituições arquivísticas e o público, especialmente quando se trata de arquivos pessoais de cientistas e instituições de guarda permanente.

O Arquivo de História da Ciência e a divulgação da memória científica

552

Sendo o arquivo, um dos locais responsáveis por deter a matéria-prima para produção de conhecimento, sua divulgação, pelas mais diferentes formas, torna-se uma questão *sine qua non* para o profissional de arquivo e acaba por transpassar uma outra relação existente: a da memória e história –, pois a memória é preenchida “pelas noções de lembrança, esquecimento, silêncio, recordação, relíquia, lugares, passado, presente e futuro” (OLIVEIRA, 2009, p.20). Essa questão nos permite compreender como “o passado será visto pelo presente e qual a implicação disso no futuro, mas também como o futuro de hoje será o presente, e o hoje, passado do amanhã” (OLIVEIRA, 2009, p.20). Dentro desta dicotomia, o arquivo se insere como “guardião da memória” (GOMES, 1996, p.21) e objeto da história.

Para Silva (2008, p. 66), o:

Arquivo da História da Ciência recolhe documentos institucionais de guarda permanente, e coleciona arquivos pessoais de cientistas. Esses documentos possuem valor histórico, valor este que não é mais aquele para os quais foram criados. O valor histórico é o que interessa ao AHC, pois é um serviço voltado para área fim da instituição: pesquisa na área de história da ciência.

Esses acervos possuem documentos bastante diversificados e por isso eles constituem fontes importantes para a pesquisa em história da ciência no Brasil. Nesse sentido podemos, também, definir o AHC como um “lugar de memória” (NORA, 1993) que necessita de estratégias para ser lembrado.

Uma dessas estratégias é o da comunicação científica, pois “a realização de pesquisas e a comunicação de seus resultados são atividades inseparáveis”, isto é, a pesquisa precisa ser





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



comunicada, divulgada, para que tenha validade. A comunicação científica assume, portanto, uma posição central na ciência, sendo tão essencial quanto à própria pesquisa (MEADOWS, 1999). Nesse sentido, os museus de ciência são espaços privilegiados diante da proximidade dessas instituições com diferentes públicos e as exposições se apresentam como um instrumento de divulgação, como meio para o estabelecimento de transmissão de informações de ciência e tecnologia para a sociedade em geral (SOUZA, 2011).

Segundo Nogueira (2006) é nesse contexto que se encontram as exposições documentais. É por meio delas que as instituições de Arquivo podem se aproximar do público, divulgar o potencial de pesquisa da instituição e transmitir informações científicas (BARBOSA; SILVA, 2012; GONÇALVES, 2023).

Decerto, nas instituições arquivísticas as exposições de documentos podem vir a ser uma das formas mais comuns de difusão cultural e divulgação científica. Exemplo disso foram as exposições organizadas, em 2023, pelo AHC.

Estas duas exposições foram pensadas e elaboradas pela equipe do Arquivo composta pelo corpo de bolsistas do Programa de Capacitação Institucional (PCI) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) do MCTI⁷ que atuam no arquivo e pelos seus servidores. Elas foram construídas a partir de duas provocações: a primeira pela 7ª Semana Nacional de Arquivos e a segunda pelo IX Encontro de Arquivos Científicos.

Os dois eventos tinham como premissa a discussão sobre arquivo como detentor de saber e instituição responsável “pela preservação, a guarda, o acesso e a difusão de registros de vidas de diferentes épocas” (ARQUIVO NACIONAL, 2023). Diante desses desafios, a equipe optou pela exposição como meio de engajar o público nesses temas complexos. Propondo, portanto, dois caminhos: a exposição virtual que pelo seu formato abrange um debate sobre construção de memória; e a exposição temporária como forma de tratar de assuntos relacionados à preservação do patrimônio arquivístico. Ambos os formatos de exposição fizeram o papel de tornar o arquivo acessível e dispararam para o AHC uma metodologia de divulgação científica.

A exposição de documentos de forma virtual abrange um debate sobre a construção de memória por diversas razões. Ao optar por uma exposição virtual, ampliam-se as possibilidades de acesso, alcançando um público mais extenso e diversificado, que pode ultrapassar as barreiras geográficas. Esse alcance expandido propicia a democratização do conhecimento, permitindo que pessoas de diferentes localidades tenham acesso aos documentos arquivados, contribuindo para a disseminação da informação. O formato virtual não apenas facilita o acesso à informação, mas também contribui para a construção ativa e participativa da memória coletiva, envolvendo o público de maneira mais profunda e proporcionando uma plataforma dinâmica para a preservação e divulgação do patrimônio histórico e científico.

553

⁷ A equipe de bolsistas responsáveis pelas exposições era composta por: Aline Pereira de Oliveira Paula; Daniel da Silva Vargas; Daniele Rodrigues Barros Nunes Negrão; Isabel Cristina Borges de Oliveira; Lorena dos Santos Silva; Michelle Samuel da Silva; Thiago Souza Vilela; Vanessa Garcia Coelho; Vanessa Rocha de Souza. A equipe também era composta pelos servidores do setor.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Por outro lado, a exposição temporária traz a materialidade do arquivo para um diálogo direto com o público, abrindo ao visitante a possibilidade de um primeiro contato com documentos históricos, tão diferentes daqueles que são produzidos no século XXI. Outro ponto interessante é que a exposição temporária não apenas destaca a riqueza do patrimônio arquivístico a olhos nus, mas também educa o público sobre os desafios enfrentados na preservação desse patrimônio para as gerações futuras.

Ao mesmo tempo as exposições se inserem em uma discussão abordada por Hannesch (2013) quando trata das definições de arquivo “de” Museu e arquivo “em” Museu. Segundo a autora:

[...] há os documentos produzidos no exercício da gestão institucional ou gerência do museu propriamente dita; aqueles que são resultantes das funções organizacionais de direção e relativas às responsabilidades fiscais, legais, financeiras e de serviços gerais. Estas funções constituem as engrenagens da instituição para que possa funcionar e alcançar seus objetivos e metas e a visibilidade das atividades fins. Os documentos daí resultantes são os mais facilmente identificados como constituintes do arquivo de museu. [...] verifica-se que os arquivos em museus são resultantes das iniciativas de reunião de arquivos e fundos documentais, relacionados com as atividades e a missão regimental da entidade, adquiridos com o objetivo de promover o cumprimento de sua função museológica. (HANNESCH, 2013, pp. 112-113)

No caso das exposições analisadas neste trabalho, partimos do conceito de arquivos “em” Museu, ou seja, os custodiados pelo MAST como fruto de doação ou recolhimento que possibilitaram a construção de um arquivo “de” Museu, pois as exposições elaboradas pelo AHC podem tornar-se instrumento para a pesquisa em história da ciência, bem como, parte da memória institucional do MAST.

Sendo assim, as exposições podem ser um meio eficiente de conscientizar o público sobre a importância dos arquivos em museus, como o do Arquivo de História da Ciência. O contato com os documentos é um meio de comunicar a história do próprio arquivo, destacando sua fundação, evolução ao longo do tempo e os desafios enfrentados em termos de preservação. Isso proporciona ao público uma compreensão mais ampla da importância do trabalho arquivístico na salvaguarda do patrimônio e da memória científica.

A interação entre o Arquivo e Museu

À medida que exploramos as exposições pelo ponto de vista arquivístico, é imperativo estender nossa análise ao contexto museológico, onde a interseção entre arquivos e museus desempenha um papel fundamental na comunicação da história e ciência. Se, por um lado, as exposições arquivísticas destacam a importância da preservação documental e da construção ativa da memória, por outro, a perspectiva museológica amplia essa narrativa ao integrar elementos de curadoria e comunicação com o público.

Nessa interação entre áreas de conhecimento, as exposições não são simplesmente a apresentação de documentos que buscam informar, mas também procuram envolver e

554





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



inspirar, revelando o dinamismo que emerge quando a história, ciência, arquivos e museu se entrelaçam. Este desdobramento, portanto, suscita reflexões sobre como as estratégias museológicas podem potencializar a divulgação científica e a preservação do patrimônio cultural em diálogo constante com as práticas arquivísticas.

A exposição museológica é uma importante ferramenta utilizada pelos museus para divulgarem o seu acervo e transmitir conhecimento, contribuindo assim com a educação informal. A apresentação de objetos é a forma que os museus encontraram para se comunicarem com a sociedade, tendo como finalidade passar uma mensagem. É a maneira de aproximar o público do objeto exposto e de criar um diálogo entre eles. Segundo Scheiner (2003 *apud* BINA, 2009, p. 415), "a exposição é a principal instância de mediação dos museus, é a atividade que caracteriza e legitima a sua existência tangível".

Encantamento, curiosidade, descoberta, diversão, prazer, passeio, sociabilidade, debate, pesquisa, trabalho de campo e aprendizagem. O museu é atualmente reconhecido por sua missão cultural, que além das funções de preservar, conservar, pesquisar e expor apresenta-se também como campo fértil para as práticas educativas. O compromisso de colocar-se a serviço de uma sociedade em constante transformação orienta os trabalhos desenvolvidos a fim de sensibilizar os indivíduos sobre o seu patrimônio cultural e de empreender um diálogo constante com diferentes públicos que o frequentam (GRUZMAN; SIQUEIRA, 2007, p. 402).

555

Para o Arquivo do MAST não foi diferente. As exposições propostas pelo setor, tanto a virtual quanto a temporária, foram estratégias encontradas para divulgar o patrimônio documental arquivístico de Ciência e Tecnologia (C&T) que está sob a custódia do museu. Buscou-se com essa iniciativa trazer luz às dificuldades encontradas no cotidiano do profissional de arquivo em relação à obsolescência da vida útil de alguns suportes arquivísticos, além de disseminar a existência de documentos importantes para a História das Ciências no Brasil, pouco conhecidos pelo público/pesquisador.

Exposições: construções de ideias

Expor é o ato de traduzir uma ideia por meio de objetos tridimensionais e/ou iconográficos. Podemos dizer que as exposições:

[...] nos colocam diante de concepções, de abordagens do mundo, portanto, expor é também propor. Exposições são traduções de discursos, realizados por meio de imagens, referências espaciais, interações, dadas não somente pelo que se expõe, mas inclusive, pelo que se oculta, traduzindo e conectando várias referências, que conjugadas buscam dar sentido e apresentar um texto, uma ideia a ser defendida (CUNHA, 2010 p. 110).

As exposições vão muito além do simples e somente olhar. Essa forma de divulgação científica e cultural, muitas vezes, pode e deve ser sedutora, assim como manipuladora de



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



um ponto de vista, influenciando o público (FLOREZ E SCHEINER, 2012). Segundo as autoras Florez e Scheiner (2012), o efeito que a exposição pode ter no visitante, não dura apenas naquele momento, mas pode influenciá-lo por muito tempo:

A exposição transcende os limites do tempo de exibição, os efeitos que produz nas pessoas pode perdurar depois da visita, evidenciando desta maneira a impossibilidade que existe de controle absoluto da produção de sentidos em uma exposição. (FLOREZ; SCHEINER, 2012, p. 6)

Para Gameiro (2004, p. 62):

[...] durante muito tempo os museus se utilizaram apenas da comunicação visual na qual o visitante apenas ia para olhar o objeto (apreciá-lo, contemplá-lo, questioná-lo...). Nada muito além disso. De umas décadas para cá os museus começaram a fazer uso de tecnologias para chamar a atenção do visitante permitindo que tivesse uma experiência além do visual.

O uso de novas técnicas só veio a enriquecer as exposições atuais, facilitando o processo de comunicação por meio das novas tecnologias e das atividades didáticas (GAMEIRO, 2004, p. 62). Toda essa gama de recursos e possibilidades permite que a comunicação tente atingir todos os setores de uma sociedade. A ideia é incluir sempre um público amplo e de todas as idades e capacidades intelectuais. A realidade virtual é uma extensão do real, segundo o filósofo Pierre Lévy, onde o virtual não se opõe ao real, mas ao atual, sendo a virtualidade apenas uma maneira de ser diferente da atualidade. Nesse contexto, as exposições virtuais transcendem as limitações físicas e temporais, oferecendo aos participantes uma experiência que, embora virtual, é uma extensão autêntica da realidade.

Para Silva (2021, p. 9) o grande debate que envolve as exposições fora do real no contexto museu é se esse objeto, quando é digitalizado e apresentado no ambiente virtual, "perde seu sentido, sua musealidade ou sua museália". Mesmo não existindo fisicamente (na exposição virtual) o objeto é capaz de produzir efeitos e influenciar na realidade física, sendo uma nova forma de acesso que proporciona um novo tipo de experiência.

Ao explorar esse conceito, percebemos que as exposições virtuais não se opõem à experiência presencial, mas oferecem uma forma alternativa de interação com o conhecimento e a cultura. Elas se tornam um ambiente imersivo onde o público pode explorar documentos, objetos e narrativas históricas de maneira flexível e personalizada. A virtualidade, nesse contexto, não substitui a experiência física, mas oferece uma complementaridade valiosa, ampliando as possibilidades de divulgação científica e preservação do patrimônio arquivístico.

556





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



As exposições “O Arquivo do MAST e a memória da ciência e tecnologia brasileira” e “Da pena à nuvem: um passeio pelos documentos seus suportes e tecnologias”: um estudo de caso

Wellausen (2020), discute sobre a realização de exposições documentais como estratégias de difusão de acervos arquivísticos. A autora aponta para as possibilidades advindas com as tecnologias atuais, entre elas a realização de exposições em meio virtual. No entanto temos que entendê-las não somente enquanto estratégias de difusão, mas também como constructo de memória e escrita da história.

Segundo a autora (2020), as exposições físicas muitas vezes não alcançam um grande número de público, carecem de diversas estratégias de marketing e divulgação para serem visitadas e, comumente, têm duração limitada. Já no formato virtual, é possível realizar exposições mais duradouras, além de já ser uma forma de divulgar a exposição física e encorajar sua visita, se houver.

Em uma das exposições analisadas foi feito o caminho contrário mencionado por Wellausen (2020), ou seja, partimos da exposição física para a virtual.

A exposição virtual intitulada “O Arquivo do MAST e a memória da ciência e tecnologia brasileira” foi lançada em seis de junho de 2023 com objetivo de apresentar ao público em geral uma pequena parte do acervo do AHC e comemorar a 7ª Semana Nacional de Arquivos que tinha como tema “Arquivos: Territórios de Vida”. Sua construção foi fruto de debate entre a equipe do arquivo que optou por recortes temáticos que possibilitasse ao pesquisador da história da ciência conhecer alguns temas que se encontram nos arquivos em organização pelo setor. O site também tinha como objetivo ser, no futuro, um espaço para novas exposições virtuais.

Para isso, foram criadas cinco galerias tratando sobre energia nuclear, mulheres na ciência, ornitologia, o povo Tuyuka, e o Observatório Nacional. Essas galerias apresentavam a preocupação dos cientistas com o uso da energia nuclear; a importância da mulher para o desenvolvimento da ciência no Brasil e as dificuldades enfrentadas por elas; a história e a memória de uma instituição centenária para o estudo da astronomia e meteorologia; o papel de um cientista no desenvolvimento e aplicação de uma metodologia de ensino para o povo indígena; e de como os fatos históricos influenciam a vida de um cientista.

557

Imagem 1 - Banner do site da exposição.



Fonte: <http://www.mast.br/arquivo-memoria>





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Imagem 2 - Página de galeria da exposição.



Fonte: <http://www.mast.br/arquivo-memoria>

558

A exposição sobre arquivos pessoais de cientistas e instituição de pesquisa não apenas atendeu aos interesses dos pesquisadores da história da ciência, mas também desempenhou um papel educacional e inspirador conectando os arquivos ao público em geral. Esse formato promoveu um contato com o trabalho desenvolvido no Arquivo de História da Ciência do MAST, além de levar uma compreensão mais rica e contextualizada do desenvolvimento científico no nosso país. Os arquivos expostos valorizam não apenas os resultados das descobertas, mas também o contexto, os desafios e as experiências pessoais que moldaram o percurso científico.

No que tange aos arquivos pessoais os documentos como cartas e fotografias dos cientistas oferecem um contexto mais amplo para entender não apenas os avanços científicos, mas também o ambiente social, político e cultural em que esses cientistas e as instituições de pesquisa estão inseridos. Isso enriquece a narrativa histórica e desconstrói a ideia de que os documentos arquivísticos são desinteressantes e sem vínculo com a vida. Por fim, a experiência dessa primeira exposição possibilitou a criação de conexões entre diferentes documentos, cientistas, instituições e períodos históricos, promovendo uma compreensão mais abrangente do trabalho realizado no Arquivo de História da Ciência do MAST. A curadoria cuidadosa e a organização temática dos documentos virtualmente expostos ajudaram a construir um discurso coeso, favorecendo a interpretação e a retenção de informações relevantes sobre os produtores do arquivo.

A nossa segunda experiência expositiva foi intitulada “Da pena à nuvem: um passeio pelos documentos seus suportes e tecnologias”. Essa exposição foi realizada de forma presencial (temporária) e virtual. A primeira lançada em cinco de outubro de 2023 e a segunda em vinte nove de novembro do mesmo ano e tinha como objetivo apresentar a preocupação de todo profissional que tem sob sua responsabilidade acervos arquivísticos – a obsolescência e acesso à informação.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



No escopo da IX Encontro de Arquivos Científicos, com o tema “A preservação digital nos acervos de C&T: a memória científica em tempos híbridos”, a exposição buscou dialogar com o público a relação entre a confecção dos documentos, a tecnologia utilizada para este fim e o acesso ao mesmo, discutindo que em determinados momentos desta trilogia, o acesso não era possível e consequentemente a memória e a história se perdiam.

A exposição temporária buscou contar um pouco da história que está por trás da elaboração de um documento pelo viés dos instrumentos utilizados para a confecção e acesso a ele, e provocar no visitante uma reflexão: como dar acesso a documentos que tem na obsolescência sua essência? Já a exposição virtual teve em sua construção manter a discussão e também se tornar a sua própria memória. Para tanto, optamos por exibir os documentos online com anotações que fizessem referências ao processo de obsolescência que aquele suporte está exposto. Criamos uma apresentação visual dos documentos que tentasse trazer ao público virtual a atmosfera similar da experiência presencial. Na exposição temporária o público não só tinha acesso aos documentos, mas também às tecnologias que os produziam e/ou os reproduziam. Além disso, ambas contaram com a apresentação de um vídeo que conectava todos os suportes expostos com as suas respectivas tecnologias.

Imagem 3 - Galeria da exposição.

559



Fonte: <http://www.mast.br/arquivo-memoria>



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Imagens 4 e 5 - Exemplos da exposição virtual dos documentos.



Fonte: <http://www.mast.br/arquivo-memoria>

A exposição virtual buscou além de mostrar a relação entre a tecnologia e o documento também apresentar uma galeria de bastidores onde o visitante poderia observar como foi o processo de montagem e o dia da inauguração da exposição temporária e assim apresentar ao visitante um novo olhar sobre o mesmo tema. Essas fotografias permitem ao visitante virtual acessar imagens de como foi a montagem original, ao mesmo tempo em que o registro arquivado no site da exposição é também a documentação probatória e histórica da produção de divulgação dos arquivos realizadas pelo Arquivo de História da Ciência do MAST.

560

Imagem 6 - Exposição temporária “Da pena à nuvem: um passeio pelos documentos seus suportes e tecnologias” realizada na biblioteca Henrique Morize -MAST, São Cristóvão/RJ.



Fonte: <https://www.instagram.com/museudeastronomia>



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal

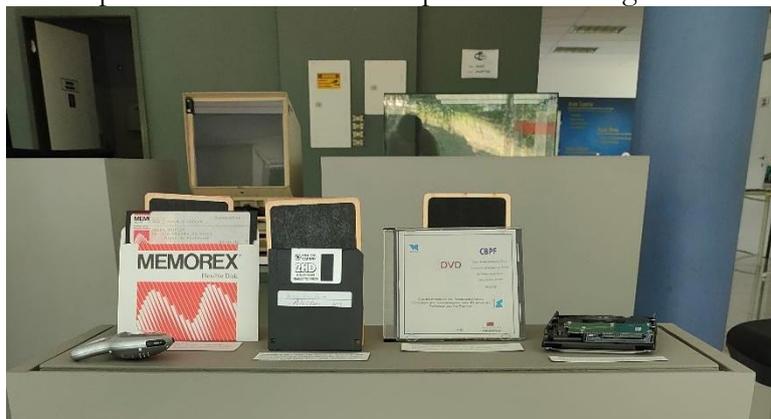


Imagem 7 e 8- Exemplos de vitrines na exposição temporária “Da pena à nuvem: um passeio pelos documentos seus suportes e tecnologias”.



Fonte: Imagens capturadas pelos autores.

Imagem 9 – Exemplo de vitrine na exposição temporária “Da pena à nuvem: um passeio pelos documentos seus suportes e tecnologias”.



Fonte: Imagem captura da pelos autores.

561

Para Britto, Morkazel e Corradi (2017, p.164), os documentos de arquivo são fontes primordiais de estudos associados à memória, já que contêm as dimensões (social, política, econômica, cultural, administrativa e ideológica) em que os documentos passíveis de estudos estarão relacionados.

Além disso, percebemos por meio do *Google Analytics* do site, o engajamento e número de usuários. Em um período de junho de 2023 até fevereiro de 2024 foram mil trezentos e quarenta e sete visualizações e cento e vinte e cinco usuários. Sendo cento e dezessete do Brasil e os demais da Indonésia, Argentina, Bélgica, Camboja, França, Portugal e Estados Unidos da América.



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



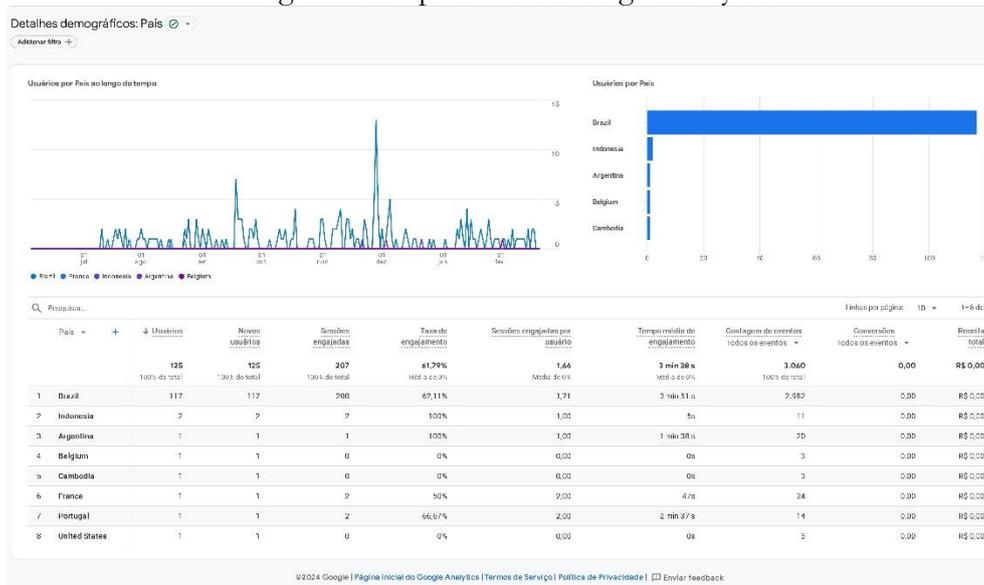
HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Imagem 10: Capturada do Google Analytics



Fonte: Google Analytics: fevereiro de 2024

Em termos de curtidas no *Instagram* do MAST a segunda exposição virtual ficou em terceiro lugar no *ranking* de publicações mais curtidas. (MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS, 2023)

Com isso percebemos que as exposições documentais pelo formato virtual que tinham como matéria prima os documentos dos arquivos que estão sob guarda do Arquivo do MAST puderem se inserir no debate da divulgação científica, da memória, da escrita da história e, consequentemente, se tornar um veículo de divulgação da memória científica.

Considerações finais

Na medida em que a ciência avança, a divulgação científica desempenha um papel essencial na vitalidade e no desenvolvimento contínuo do conhecimento. No contexto dos arquivos em instituições de ciência, as exposições documentais emergem como ferramentas privilegiadas para a difusão cultural e divulgação científica.

Por meio das exposições, as instituições arquivísticas conseguem não apenas divulgar o potencial de pesquisa de seus acervos, mas também atrair pesquisadores, estudantes e o público geral. Além das estratégias convencionais de difusão dos acervos, as exposições documentais, tanto físicas quanto virtuais, representam meios eficazes para estabelecer uma ponte entre os Arquivos e seus públicos, promovendo a difusão do patrimônio histórico e científico.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



O advento da virtualidade possibilitou o desenvolvimento de sites que dão acesso às informações de museus e arquivos. Isso possibilitou que pessoas de qualquer lugar do espaço e tempo pudessem interagir com essas propostas. Nesse sentido, o arquivo atingiu o objetivo de divulgar suas exposições, passar suas informações para além dos pesquisadores que visitam o espaço físico do museu. Assim, documentos pouco pesquisados ou divulgados puderam ser acessados e conhecidos pelo grande público. Todo esse trabalho interdisciplinar dos conhecimentos da museologia para a ampliação da divulgação científica dos arquivos trouxe muitos benefícios e reflexões ao nosso trabalho.

A exposição virtual ao incluir uma seção dedicada aos bastidores fornece ao visitante uma ideia de como os profissionais de arquivo também se preocupam com o trabalho de preservação dos documentos. Isso acontece porque o público tem acesso aos documentos sendo manipulados com o uso de luvas, papéis especiais para apoio dos mesmos, proteção em vidro nas vitrines, etc. Essa apresentação dos bastidores é importante para a exibição de técnicas utilizadas para conservar a integridade física dos documentos, mostrando ao público o cuidado necessário para manter o patrimônio arquivístico em condições adequadas.

Conforme citado neste estudo, a exposição dos documentos contribui para a divulgação do trabalho e destaca as funções exercidas pelos arquivistas que envolvem um processo de trabalho demorado, detalhista e cheio de desafios. Esse ponto nos faz reforçar a necessidade de tornar público nosso trabalho, lembrando sempre a necessidade de políticas públicas e estratégias que garantam a preservação da memória em longo prazo. Isso inclui a manutenção da infraestrutura através de incentivos governamentais de apoio e pesquisa, além do próprio material de trabalho e instrumentos de controle de temperatura e umidade.

A exposição de documentos não apenas destaca a riqueza do patrimônio arquivístico, mas também educa o público sobre os desafios enfrentados na preservação desse patrimônio para as gerações futuras. Essa ação se alinha com a missão do Museu de Astronomia e Ciências Afins, pois amplia o alcance da história da ciência ao envolver não apenas pesquisadores, mas também o público em geral. Torna a ciência mais acessível e compreensível, proporcionando uma visão mais próxima da vida e do trabalho de cientistas, contribuindo para a popularização da ciência. Ao fornecer contato com materiais variados dispostos nos arquivos, a exposição pode estimular a pesquisa interdisciplinar. Os pesquisadores têm a oportunidade de explorar não apenas os aspectos científicos, mas também as influências culturais, éticas e sociais presentes nos arquivos científicos. Essa proposta aproxima o público do fazer arquivístico, estimula a curiosidade e promove uma compreensão mais rica de quais são as fontes que constroem a memória científica e o patrimônio de um país.

Por fim, essa estratégia adotada esclarece ao público a importância dos arquivos em museus, como o AHC/MAST. O contato com os documentos é um meio de comunicar a história do próprio arquivo, destacando sua fundação, evolução ao longo do tempo e os desafios enfrentados em termos de preservação. Isso proporciona uma compreensão mais ampla da importância do trabalho arquivístico na salvaguarda do patrimônio e da memória científica.

563



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Referências

ARQUIVO NACIONAL. Arquivos: Território de vida. 7º **Semana Nacional de Arquivos**. 3 a 9 de junho de 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/assuntos/eventos-1/7a-semana-nacional-de-arquivos-201carquivos-territorios-de-vidas201d>. Acesso em: 20. jan.2024.

BARBOSA, A. C. O.; SILVA, H. R. K. Difusão em arquivos: definição, políticas e implementação de projetos no Arquivo Público do Estado de São Paulo. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 45-66, 2012.

BINA, Eliene Dourado. Museus: espaços de comunicação, interação e mediação cultural. In: **Actas do I Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola**, Porto, 2009, v. 2, p. 75-86. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8186.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao1988.html Acesso em: 17 jan. 2024.

BRITTO, Augusto César Luiz; MOKARZEL, Marisa Oliveira; CORRADI, Analaura. **O arquivo enquanto lugar de memória e sua relação com a identidade**. *Ágora*, ISSN 0103-3557, Florianópolis, v. 27, n. 54, p. 158-182, jan./jun. 2017.

CUNHA, M. B. da. A Exposição Museológica Como Estratégia Comunicacional: o tratamento museológico da herança patrimonial. **Revista Magistro** – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras e Ciências Humanas – UNIGRANRIO, v. 10, num.1, p.109-120, 2010. Disponível em: <http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/magistro/article/view/1062/624> Acesso em: 17 fev. 2018.

FLOREZ, L. M. S.; SCHEINER, T. C. M. O exercício de expor nos museus, uma constante prática da experimentação. In: **XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, Brasília, 2012, p.1-19. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xiiienancib/paper/view/3921/3044> Acesso em: 17 fev. 2018.

GAMEIRO, S. **O papel do design no processo de comunicação museológica**. 2004, p. 64. Dissertação. Mestrado em Museologia. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Geografia. Lisboa. Disponível em: http://www.museologia-portugal.net/files/upload/mestrados/susana_gameiro_1.pdf Acesso em: 16 fev. 2018.

GOOGLE ANALYTICS. **Arquivo do Mast**. Junho de 2023 a fevereiro de 2024. Disponível em: <https://analytics.google.com/> Acesso em: 19 fev.2024.



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



GOMES, Â. de C. A guardiã da memória. **Acervo** - Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v.9, n.º 1/2, p.17-30, jan./dez. 1996. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/397/397>. Acesso em: 20. jan.2024.

GONÇALVES, A. dos S. Arquivos pessoais de cientistas e conservacionistas: A experiência do Instituto Nacional da Mata Atlântica (INMA). **Estudos Históricos**, Rio De Janeiro, v. 36, n. 79, p. 5–22, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/Zzc8Nw6F7DFxLMf6wW6kTjd/#ModalHowcite> Acesso em: 21 jan. 2023.

GRUZMAN, C.; SIQUEIRA, V. H. F. O papel educacional do museu de ciências: desafios e transformações conceituais. **Revista Eletrônica de Enseñanza de las Ciencias**, Vigo, v. 6, n. 2, p. 402-423, 2007. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/30907> Acesso em: 17 jan. 2024.

HANNESCH, O. **Patrimônio Arquivístico em Museus**: reflexões sobre seleção e priorização em conservação-restauração de documentos em suporte papel. 2013. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2013. 229p.

LE GOFF, Jacque. Documento/Monumento. In: **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996. p. 535-553.

MEADOWS, A. J. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS. **O Arquivo do Mast e a memória da ciência e tecnologia brasileira**. Disponível em: <http://www.mast.br/arquivo-memoria/>. Acesso em: 20. jan.2024.

_____. **Publicações mais curtidas no Instagram**. Instagram: @museudeastronomia. Rio de Janeiro. 23 dez. 2023. Disponível em: https://www.instagram.com/p/C1NHA8NsFn4/?img_index=2. Acesso em: 20. jan.2024.

NOGUEIRA, M. A utilização das tecnologias da informação e comunicação TIC na concretização e desenvolvimento de projetos de difusão do património documental: as exposições. In: FORO SOCIAL DE INFORMACIÓN, DOCUMENTACIÓN Y BIBLIOTECAS, 2, 2006, México, DF. **Anais [...]**. México, DF: Universidad Nacional Autónoma de México, p. 1-12. Disponível: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/3190/1/foro_mexico_mnogueira2006.pdf Acesso em: 20 jan. 2023.

OLIVEIRA, Isabel Cristina Borges de. **Arquivos pessoais, arquivos de memória e o processo de indexação**. Dissertação (Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais), CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, 2009, 161p.



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, PUC-SP, n.10, p. 7-28, dez. 1993.

SILVA, ANDRÉ FABRÍCIO. Pandemia, museu e virtualidade: a experiência museológica no “novo normal” e a resignificação museal no ambiente virtual. In: **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, vol. 29, e. 54, 2021 Museu Paulista, Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27365965028> Acesso em: 17 jan. 2024.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. Arquivos históricos de museus: o arquivo de História da ciência do MAST. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Cláudia Penha; LOUREIRO, Maria Lucia Niemeyer Matheus (orgs). **Documentação em Museus**. Rio de Janeiro: MAST, 2008. p. 61-68 (MAST Colloquia; 10)

SOUZA, D. M. V. Ciência para todos? A divulgação científica em Museus. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 40 n. 2, p. 256-265. 2011 Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1314>. Acesso em: 20 jan. 2023.

WELLAUSEN, Priscilla Marchiori dos Santos. **As ações de difusão dos arquivos nacionais do Brasil e de Portugal: estudo comparativo a partir do modelo arquivístico francês**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Media), Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, Leira, 2019. Disponível em: https://iconline.ipleiria.pt/bitstream/10400.8/5176/1/Dissertac%cc%a7a%cc%83o_Priscilla%20Wellausen_Corre%c3%a7%c3%b5es%20formais.pdf Acesso em: 21 jan. 2023.

566



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



MULHERES SENDO ORDENADAS EXCEPCIONALMENTE AO PASTORADO NAS ASSEMBLEIAS DE DEUS MAS, A RESTRIÇÃO CONTINUA: MULHER NÃO PODE SER PASTORA – ESTUDO DE CASOS

Célio César de Aguiar Lima¹

Sempre que pensamos em pertencer a uma instituição, sabemos que há interesses mútuos, a instituição quer se avolumar com novos membros e o futuro membro vê alguma benesse em fazer parte do novo grupo. A instituição também espera que seus novos membros sejam mantenedores da estrutura e de seu patrimônio e os membros sabem que devem manter o grupo a que pertencem, caso contrário ele se desfaz. Estamos aqui apresentando um raciocínio simples, direto e lógico de “direitos e deveres” e que, também se aplica aos meios e instituições religiosas, porém, o que nos estimula a pesquisa e análise são os distanciamentos entre a regra verbal ou escrita e a justificativa do “*carisma*”² ou “*dunamis*”³, que são aplicados para ajustes e manutenção de interesses.

Ao logo da história da Assembleias de Deus, no que se refere as mulheres, tivemos uma abertura durante um período da história brasileira, sendo essa uma instituição brasileira, fundada no Brasil, para a atuação e o reconhecimento das habilidades femininas dentro da instituição num momento histórico em que a mulher na sociedade civil não tinha espaço, não votava, era reduzida socialmente. Com isso a igreja passa a ser o local de liberdade e igualdade tanto para o masculino como para o feminino, entre 1911 e 1930. Nesse período quem esteve a frente da instituição foram estrangeiros, fundadores que tinham uma visão diferenciada, exteriorizada e a nível de Brasil, podemos dizer inovadora.

A partir de 1930 acontece a transição da liderança estrangeira para a liderança nacional, período em que a mulher no seu estado civil de direito é reconhecida, vota, a igreja dá um paço retroativo restringindo a atuação da mulher. Isso foi motivo de inúmeras discussões, debates e até mesmo cisões da instituição que, ganha personalidade jurídica e denominação oficial através da CGADB – CONVENÇÃO GERAL DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS.

567

¹ Doutorando em História no PPGH – Programa de Pós-graduação em História Política da UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: professor.aguiar@hotmail.com – ID Lattes: 3031763802521722

² Etimologicamente, o termo “carisma” se originou a partir do grego *khárisma*, que significa “graça” ou “favor”. No âmbito religioso, o carisma é considerado um dos dons do Espírito Santo, conforme dita a religião cristã, principalmente a doutrina católica e evangélica.

Para os cristãos, este “Dom do Espírito Santo” só é atribuído àqueles que anseiam seguir e servir a Deus. APUD: <https://www.significados.com.br/carisma/>

³ Dunamis ou dynamis (em grego antigo, *δυναμις*, 'poder', 'força') tem o sentido de energia constante. É a raiz das palavras "dinâmica", "dinamite" e "dínamo", por exemplo. A palavra *δυναμις* aparece na Metafísica de Aristóteles. O Filósofo dá a ela um sentido de potencialidade. A passagem da potência à atualidade (energeia) ocorre através da *techne* ou por meio de um princípio inato.^[1] A *energeia* é lógica e ontologicamente anterior à *dynamis*,^[2] daí a necessidade de um "primeiro motor" sempre num estado de *energeia*. – APUD: Dunamis – Wikipédia, a enciclopédia livre (wikipedia.org)





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Em 1989 acontece a maior cisma dentro das Assembleias de Deus ligadas a CGADB com a exclusão e sucessiva organização e surgimento da CONAMAD – CONVENÇÃO NACIONAL DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS MINISTÉRIO MADUREIRA⁴.

Esse cisma foi por disputa de territórios. Acreditava-se que cada igreja e convenção teria áreas geográficas de atuação, porém, os Pastores do ministério de Madureira acreditavam que o importante seria levar o “ide a todos os lugares” não devendo ser limitados e abriram igrejas em vários lugares do país. Com isso foram na AGE – Assembleia Geral Extraordinária realizada em Salvador no ano de 1989 excluídos todos os pastores do Ministério de Madureira onde, eles oficializaram então a CONAMAD⁵.

A CONAMAD sempre se destacou em trazer ao debate e rever suas atuações em assuntos polêmicos, até então não trazidos a baila na CGADB como, questões ligadas ao divórcio entre membros das igrejas locais, obreiros nos diferentes níveis hierárquicos das igrejas locais e ordenação ao pastorado de pessoas divorciadas e em segundo matrimônio, bem como ordenações a nível das igrejas locais e pastores solteiros. Sempre foi presente as discussões sobre usos e costumes. Essas discussões sempre fizeram parte do meio Assembleiano por não haver um “R.I” – Regimento Interno, os usos e costumes sempre se fizeram por tradição oral e com isso, variando de igreja para igreja e de pastor para pastor. A cada troca de pastores em igrejas sempre havia alterações de acordo com o entendimento do novo pastor. Esses debates seriam até então inadmissíveis e começaram a se fazer presente⁶.

A visão da mulher sempre foi restrita, porém, começamos a constatar ao longo da história alguns pontuais que foram colocadas em posições diferenciadas. O que nos chama a atenção é que não foram as “Marias”, as “Joanas”, as “Antônias”, moradoras de comunidades que trabalhavam arduamente a frente das igrejas. Vejamos alguns nomes que se destacaram.

568

Zélia Brito Macalão

Embora não fosse reconhecida como PASTORA foi reconhecida como MISSIONARIA sendo muito respeitada nas suas atuações em conjunto com o esposo (Pastor Paulo Leivas Macalão – Presidente do Ministério de Madureira) como em atuações “solo” em trabalhos idealizados por ela que estiveram sob sua direção direta.

“...se assentava ao lado do esposo no púlpito e representava o mesmo em diferentes eventos como inaugurações, congressos e solenidades quando o seu esposo não podia comparecer.

Porém, que fique claro que a missionária Zélia Macalão, que viveu em um período no qual o machismo e a misoginia eram questões explicitamente claras dentro das ADs no Brasil (e porque não afirmar que ainda são), desempenhou um importante papel na constituição da igreja. Uma vez que essa mulher (como algumas outras

⁴ CABRAL, Davi. Assembleia de Deus: A outra face da história. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Betel, 2002.

⁵ IDEM

⁶ FERREIRA, Samuel (org.) *Ministério de Madureira em São Paulo fundação e expansão 1938-2011*. Centenários de Glórias. cem anos fazendo história 1911-2011 s.n.t.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



dentro da história das ADs) se destacou pela coragem e brilhantismo, traduzindo artigos e escrevendo textos de ensino que foram publicados no MP por alguns anos, em um período em que só homens desempenham esse papel. Que infelizmente com o decorrer dos anos foi diminuindo sua atividade no “ministério do ensino”.

Encontramos ainda sua ação direta na CIBE - Confederação das Irmãs Benéficas Evangélicas, fundada no ano de 1955, que tinha como função o trabalho na área da “assistência social”, oferecer cursos profissionalizantes, arrecadação de alimentos para atender as famílias necessitadas da igreja, o berçário da igreja e outras atividades. Apesar de todos esses serviços em sua maioria serem voltados para o público da igreja de Madureira, não se deve negar a contribuição que o mesmo teve”⁷.

Temos aqui num período em que a mulher passa por uma “discriminação velada” uma mulher que representa seu esposo em atos oficiais, nas igrejas, tanto na principal do ministério de Madureira como nas diversas filiais do Brasil se assenta no altar onde há totalidade masculina, a frente de grandes eventos da “CIBE”, ensinadora, tradutora, escritora. Não queremos aqui desmerecer em nada a atuação desta mulher brilhante, mas, precisamos destacar que ao que parece só teve oportunidade de praticar seus dotes, habilidades, capacidades por ser a “esposa do presidente”. Não haveria outras com as mesmas, um pouco mais ou um pouco menos condições de atuar? Fica aqui essa indagação.

569

Léia Baptista Cavalcante Macedo – Missionaria Presidente?

Talvez ao leitor não convivente no meio religioso das Assembleias de Deus não entenda o motivo da interrogação quanto a titulação mencionada. No contexto religioso assembleiano sempre houve unanimidade masculina nas lideranças, ou seja, o “Pastor Presidente”. Seria estranho para não dizer impossível imaginar tal situação a alguns anos. O choque cultural seria estrondoso, e aconteceu. Oficialmente em todos os documentos e literaturas, tanto da CGADB como da CONAMAD, a primeira mulher a assumir a presidência de uma igreja e suas filiais, que rompeu a história e quebrou paradigmas foi ela - *Léia Baptista Cavalcante Macedo*.

Em Mogi das Cruzes/SP, na Assembleia de Deus – Ministério de Madureira, campo de Guararema em Mogi das Cruzes/SP, igreja que teve como líder o Pastor Jorge Baptista Leite no período entre 1963 a 1996, 33 anos, que devido ao grande crescimento da igreja com diversas filiais e a idade muito avançado do pastor, com limitações, debilitado, precisava ser substituído, ele e sua família não aceitaram a sua jubilação.

⁷ ALENCAR, Gideon. *Matriz Pentecostal Brasileira: Assembleias de Deus 1911-2011*, Rio de Janeiro: Ed. Novos Diálogos, 2013.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Precisamos aqui fazer um parêntese para ficar bem claro algumas falas e descrições ao longo do trabalho. Tanto a CGADB como a CONAMAD têm seu regime administrativo⁸. A Assembleia de Deus na sua origem utilizava-se do modelo congregacional conforme cita o Pastor das Assembleias de Deus e presidente algumas vezes da CGADB:

“No nosso entender, a igreja cristã bíblicamente entendida, governa-se a si mesma, mediante o sistema democrático em que todos os seus membros livremente podem e devem ouvir e ser ouvidos e ser ouvidos, votar e ser votados, conforme a sua capacidade pessoal de servir(...) A igreja cristã, à luz do Novo Testamento, é uma democracia perfeita, em qual o pastor e seus auxiliares de administração (tenham as categorias ou denominações que tiverem) não dominam, pois quem domina sobre ela é Jesus, por mediação do Espírito Santo, sendo o pastor apenas um servo que lidera os trabalhadores sob guia do mesmo Espírito Santo; e, neste caso, é expressa e taxativamente proibido ter domínio sobre a igreja. I Pedro 5.2,3.”⁹

Hoje, usa-se uma mescla de sistema episcopal-presbiteriano. O Pastor-Presidente age como um bispo regional com traços do modelo presbiteriano, nas realizações de convenções estaduais e nacionais. Sendo bem pratico as convenções apenas “habilitam” o Pastor, dando a ele uma credencial, mas não exercem nenhuma influência direta sobre a igreja. O funcionamento assembleiano é misto sendo assim explicado pelo Pastor Noruegues Thomas B. Barrat, de Oslo, Noruega:

“Com respeito à salvação, somos luteranos. Na forma do batismo pelas águas, somos batistas. Com respeito à santificação, somos metodistas. Em evangelismo agressivo, somos como o Exército da Salvação. Porém, com respeito ao batismo com o Espírito Santo, somos pentecostais!”

Retomando o caso *Léia Baptista Cavalcante Macedo*, quando digo que o pastor Jorge Baptista Leite “não aceitou a jubilação”, queremos deixar claro que devido o sistema administrativo eclesiástico assembleiano, só com a concordância dele poderia se proceder uma substituição. Geralmente nos estatutos sociais os pastores presidentes “ocuparão o cargo por período indeterminado” só

⁸ Existem três formas de governo eclesiástico: o episcopal, o presbiteriano e o congregacional. O primeiro pode ser visto no sistema de governo das igrejas Metodista e Anglicana. O segundo, na igreja Presbiteriana, e o terceiro, nas igrejas Batista e Congregacional. O sistema de governo episcopal -palavra que deve sua etimologia ao grego, "episcopos", que significa superintendente, traduzida para o português pela palavra bispo -tem como característica um maior peso posto sobre a pessoa do bispo-, que o permite governar a igreja com um grande nível de independência, tanto em relação aos membros da igreja, quanto em relação aos demais pastores. Sua decisão é soberana. O sistema presbiteriano é um sistema de presbíteros. A vida da igreja é conduzida por presbíteros eleitos, que através de concílios, zelam pela vida espiritual da igreja. O bispo, na igreja metodista, é eleito pelo colégio episcopal, porém, uma vez eleito, goza de uma autoridade que o pastor presbiteriano não conhece nem de longe. O sistema congregacional é o mais democrático de todos. As decisões são tomadas em assembleias. A igreja é convidada a opinar sobre tudo. APUD: <https://antoniocosta.com/sistemas-de-governo-eclesiastico/>

⁹ Jornal Mensageiro da Paz, nº 10, de 1959. CPAD.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



sendo retirado independente do seu consentimento por “crimes hediondos cometidos”. O pastor Jorge Baptista Leite só aceitou a jubilação num acordo em que seu substituto seria sua filha onde no acordo ela seria ordenada a Missionaria e assumiria a presidência.

Nesse acordo acertado, firmado e executado a Missionaria Presidente Leia Baptista Cavalcante Macedo assumiu a direção da igreja sede e suas filiais, presidindo a mesma de 1996 a 2002, ou seja, aproximadamente seis anos. Depois ela renunciou ao cargo de presidente alegando dificuldades pessoais. Esse fato demonstrou claramente um jogo de interesses naquela igreja pelo avolumado tamanho, o que poderia ter como consequência a perda do poder territorial/geográfico do Ministério de Madureira, uma vez que a CGADB é quase absoluta entre as Assembleias de Deus no estado de São Paulo. Nesse acontecido, não podemos entender que a CONAMAD reconheceu a capacidade feminina de liderança, na verdade a mulher continuou anônima, subjugada mesmo sendo a mola mestra das Assembleias de Deus.

Caso Cassiane Santana Santos Manhães Guimarães – 2005

O casal Jairo Manhães (mais conhecido como Jairinho) e Cassiane Santana Santos Manhães Guimarães, ele, produtor musical, arranjador, maestro e cantor, produtor com artistas cristãs conhecidas popularmente como do gênero “pentecostal”, que nada mais é parte da música cristã contemporânea, cantoras como: Lauriete, Elaine de Jesus, Shirley Carvalhaes e Cassiane que veio a ser sua esposa em 1994. Ela, cantora, compositora, empresária e apresentadora brasileira de música cristã contemporânea ligada ao movimento pentecostal, filha do casal José dos Santos e Castália dos Santos, Cassiane nasceu num lar evangélico, no município de Nova Iguaçu, Baixada Fluminense (RJ), em cuja Igreja Assembleia de Deus congregam, desde pequena. Ela, até a década de 2000, com discos como Com Muito Louvor (1999) e Recompensa (2001), a artista recebeu várias certificações de ouro, platina e diamante por seus álbuns.

Tendo apresentado um “currículo básico” do casal, agora apresentaremos o local escolhido - Alphaville/SP, uma área nobre de São Paulo, os membros da igreja possuem um poder aquisitivo bem alto. Não é um local que foi crescendo e “inchando” como os demais, é

“um local projetado, idealizado pelos engenheiros Yojiro Takaoka e Renato Albuquerque, sócios da empresa Albuquerque Takaoka, é considerado como a primeira tentativa de se criar artificialmente um bairro de grandes proporções no Brasil. É formado por uma série de condomínios fechados de alto padrão, chamados Residenciais, além de um centro industrial e empresarial”¹⁰.

Começou um projeto pequeno, se é que se pode dizer algo pequeno no meio de condomínios de alto padrão, e que, o Bispo Manoel Ferreira, presidente da CONAMAD, viu um trabalho muito promissor e, para garantir a marcação de território da CONAMAD, ao encerrar a 37ª A. G. O. (Assembleia Geral Ordinária) justamente aonde, em Paulínia/SP com o

¹⁰ [https://pt.wikipedia.org/wiki/Alphaville_\(bairro_de_Barueri_e_Santana_de_Parna%C3%ADba\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Alphaville_(bairro_de_Barueri_e_Santana_de_Parna%C3%ADba))





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



encerramento da Assembleia Geral, cantando naquela noite Cassiane Santana Santos Manhães Guimarães, no auge de sua carreira arrastando multidões, tendo naquela noite em especial cerca de duzentas mil pessoas¹¹, o Bispo Manoel Ferreira chama a frente do palanque o casal Jairo Manhães e Cassiane Santana Santos Manhães Guimarães, o que até então não causou nenhuma estranheza uma vez que na tradição assembleiana chama-se o casal onde é dada a esposa uma palavra em que ela assume o compromisso de ser ajudadora do esposo, até então tudo dentro do rito.

Nas falas do Bispo Manoel Ferreira, vem a notícia que nos embalos da festividade, emoção, muita música, muita gente arrebatada a multidão e garante a fixação junto a CONAMAD de uma igreja promissora, diz “*sentir de Deus*” consagrar ela também a pastora, entrando na história como a primeira pastora oficial das Assembleias de Deus brasileiras. Até que ponto foi uma manobra política, jogo de interesses ou realmente uma experiência metafísica com o sagrado não podemos dizer, muito menos menosprezar ou questionar a capacidade e habilidade do casal para tal, não, esse não é nosso objetivo, mas, quero aqui levantar um questionamento, será que só ela dentro de uma multidão que ele sentiu de Deus? E as Marias lavadeiras, Antônias diaristas, mulheres anônimas das comunidades, dedicadas tanto como ou mais, se dedicando a dar muitas vezes o que não tem, essas não se “*sente de Deus*”¹²?

Uma observação que precisa ser apresentada é que o agora Pastor Jairo Manhães foi reconhecido como Pastor e Presidente da nova igreja ainda em estado embrionário e sua esposa, Cassiane Santana Santos Manhães Guimarães sua Pastora Auxiliar. Com isso vemos um reconhecimento do potencial feminino parcial, limitado, com o homem a frente, a mulher ganhando destaque e espaço, mas limitada ao homem.

Em 2009, quando o Ministério de Madureira completou os seus 80 anos, O Bispo Manoel Ferreira que, precisamos aqui fazer considerações e reconsiderações sobre seu “Bispado”. Segundo os dados de sites, blogs¹³, encontramos repetidamente essa informação bem orquestrada, nada a mais e nada a menos:

“Em 1997, recebeu o título de bispo pela Igreja Pentecostal de Moscou, para substituir um dos doze bispos líderes daquela igreja, que fora apoiada pela AD de Madureira na compra e inauguração do seu primeiro templo, nos jardins da antiga KGB. O título foi reconhecido, em caráter excepcional, pela CONAMAD”¹⁴.

¹¹<https://pleno.news/entretenimento/musica/igreja-liderada-por-cassiane-e-jairinho-faz-live-assista.html>

¹² ALENCAR, Gedeon Freire de. *Assembleias Brasileiras de Deus: Teorização, História e Tipologia – 1911 – 2011*. Tese de Doutorado em Ciências da Religião. PUC/SP. 2012.

¹³ OBS: A CONAMAD tem um jornal que alegam ser seu Órgão Oficial publicado pela Editora Betel, porém, em visita a editora eles alegam que não possuem exemplares físicos para consulta, pedem que você preencha um formulário lá solicitando autorização para versões que só se encontram nos computadores deles e essas autorizações nunca se tem respostas. Com isso, todas as informações são indiretas. Diferentemente da CGADB que mantém o Jornal “Mensageiro da Paz” desde 1930, podendo-se até adquirir exemplares antigos.

¹⁴ IDEM.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Questionamos aqui que em 1989 houve a queda do Muro de Berlim, com a dissolução da União Soviética e, menos de uma década depois a CONAMAD através de seu bispo visita Moscou e lá recebe um título de Bispo reconhecido no Brasil, mas, uma pergunta crucial: Quem ordenou ele ao Bispado?

Vejamos alguns dados:

“A Constituição da Rússia Oriental afirma que o país é um Estado laico, porém, a Lei do Parlamento russo (Duma) sobre a religião em 1997, afirma que as quatro religiões tradicionais da Rússia são a Igreja Ortodoxa Russa, o Islã, o Budismo (principalmente lamaísta) e Judaísmo, de modo que todos têm o direito automático a pregar e praticar sua religião em público e em privado, enquanto outras religiões devem executar procedimentos de registro. Em agosto de 2016, a primeira pesquisa sociológica e mapeamento de adeptos religiosos na Rússia com base na auto-identificação foi publicada, com dados sobre 79 de 83 dos assuntos federais da Rússia. De um população de 142.800.000, a pesquisa constatou que 58,8 milhões ou 41% dos russos são ortodoxos; 10.000.000, ou 6,5% são muçulmanos (incluindo o islamismo sunita, o islamismo xiita, e uma maioria de muçulmanos não afiliados); 5,9 milhões ou 4,1% são cristãos não filiados a uma igreja; 2.100.000 ou 1,5% aderem a outras Igrejas Ortodoxas (incluindo Igreja Ortodoxa Ucraniana, Igreja Ortodoxa Georgiana, Igreja Apostólica Arménia, entre outras); 1,7 milhões ou 1,2% são os pagãos (incluindo o Neopaganismo eslavo, Neopaganismo caucasiano e Neopaganismo urálicos) ou Tengriismo (turco-mongóis religiões xamânicas e novas religiões); 400.000, ou 0,2% são ortodoxos Velhos crentes; 300.000 ou 0,2% são protestantes; 140.000 são adeptos de religiões orientais, incluindo hindus e krishnaitas; 140.000 são católicos romanos e greco-católicos; 140.000 são judeus”¹⁵.

573

Então temos um Bispo ordenado em local onde praticamente não se há cristãos, uma vez que em 2016 os protestantes alcançaram a marca de 0,2% de pentecostais, isso dezenove anos após sua ordenação, ordenação essa em que não há, NÃO HÁ, em redes sociais, sites oficiais, documentos, jornais nada de registro fotográfico, um documento a ser exibido, nada, nada, nada. Ainda que somado os 4,1% de cristãos não afiliados a igrejas protestantes com os 0,2% dos pentecostais, teríamos dezenove anos após 4,3% de evangélicos.

Mas retornando ao assunto após essa pequena observação, quando o Ministério de Madureira completou em 2009 seus 80 anos o Bispo Manoel Ferreira ordenou sua esposa, Irene da Silva Ferreira, em reconhecimento ao seu importante trabalho social na instituição o cargo/título de Bispa, sendo a primeira nas Assembleias de Deus no Brasil. Reitero mais uma vez aqui de forma bem direta e crítica o passo dado reconhecendo a importância, reconhecer a mulher, dar voz a ela mas sempre num volume mais baixo, ficando sempre atrás do Bispo e ainda, onde estão as demais mulheres nesse universo de um país que o IBGE retrata muito bem que historicamente temos um número superior de mulheres em relação aos homens, dentro

¹⁵ <https://www.pewforum.org/2017/05/10/religious-affiliation/>





HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



das instituições religiosas não seriam diferentes, mas, onde elas estão, porque reconhecer apenas uma e as outras dezenas, centenas, não?

No site da CONAMAD temos essa descrição:

“Seguindo o exemplo do missionário Gunnar Vingren, que desde o princípio valorizava o ministério feminino, consagrando a primeira diaconisa das Assembleias de Deus, Emília Costa, o Ministério de Madureira ordena mulheres para as funções de diaconisa, presbítera, evangelista, missionária, pastora e bispa.”¹⁶

A grande questão aqui é “quem são as reconhecidas”?

Em 2003 houve consagração das esposas de Pastores Presidentes a Missionarias e a regulamentação de consagração de Diaconisas. Já em 2011 houve a consagração compulsória de TODAS as esposas de Pastores-Presidentes a Pastoras¹⁷, claro, para se sentarem nos altares ao lado dos esposos e auxiliarem a eles. Podemos ver claramente a mesma hierarquia em estilo “escadinha” usado nas Assembleias de Deus sendo:

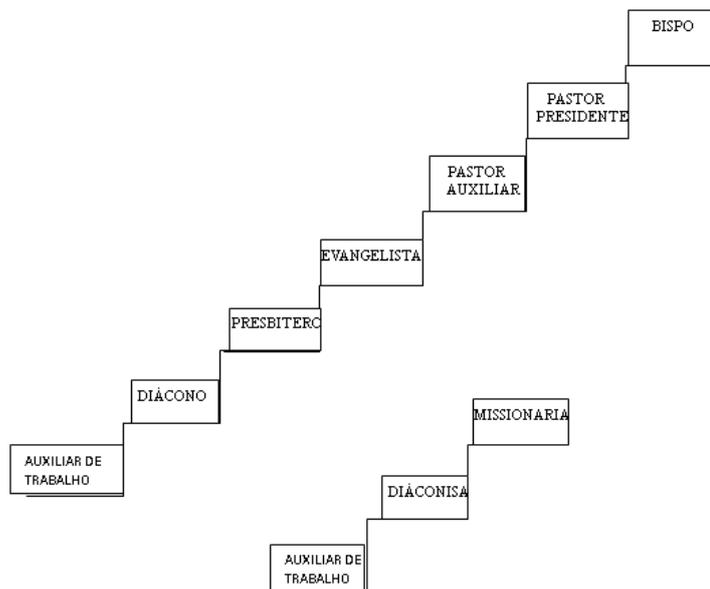


FIGURA 01

FIGURA 02

¹⁶ <https://5e445cb519473.site123.me/a-conven%C3%A7%C3%A3o-nacional-das-assembleias-de-deus-no-brasil-conamad-ou-minist%C3%A9rio-de-madureira>

¹⁷ ALENCAR, Gedeon Freire de. Assembleias Brasileiras de Deus: Teorização, História e Tipologia – 1911 – 2011. Tese de Doutorado em Ciências da Religião. PUC/SP. 2012.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Na figura 01 temos a hierarquia da CONAMAD para os homens. A CGADB não reconhece nem ordena Bispos.

Na figura 02 temos a hierarquia tradicional em ambas as convenções até o ano de 2005 quando a CONAMAD ordena primeira mulher a Pastora.

Em ambos os casos é interessante que até certo momento a mulher tinha espaço, voz, principalmente porque há um entendimento que esses primeiros cargos são dos “trabalhadores braçais”, os porteiros, zeladores, limpadores de banheiros e demais trabalhos necessários. Isso se faz com base no texto de Atos dos Apóstolos capítulo 6 versículos do 1 ao 6 que assim descreve:

“ORA naqueles dias, crescendo o número dos discípulos, houve uma murmuração dos gregos contra os hebreus, porque as suas viúvas eram desprezadas no ministério quotidiano. E os doze, convocando a multidão dos discípulos, disseram: Não é razoável que nós deixemos a palavra de Deus e sirvamos às mesas. Escolhei, pois, irmãos, de entre vós sete varões de boa reputação, cheios do Espírito Santo e de sabedoria, aos quais constituamos sobre este importante negócio. Mas nós perseveraremos na oração e no ministério da palavra. E este parecer contentou a toda a multidão, e elegeram Estêvão, homem cheio de fé e do Espírito Santo, e Filipe, e Prócoro, e Nicanor, e Timon, e Pármenas e Nicolau, prosélito de Antioquia; E os apresentaram ante os apóstolos, e estes, orando, lhes impuseram as mãos”¹⁸.

575

Há um entendimento que há um grupo que deve trabalhar para servir a mesa e outros que devem se dedicar a estudar e estar apto com a Bíblia. Nesse texto citado é o refrão da ordenação dos Diáconos, Auxiliares de Trabalhos e Missionarias. Dali em diante seriam pessoas capacitadas a ensinar, exortar e estar a frente dos trabalhos.

¹⁸ <https://bible.knowing-jesus.com/Portuguese/topics/Di%C3%A1conos>

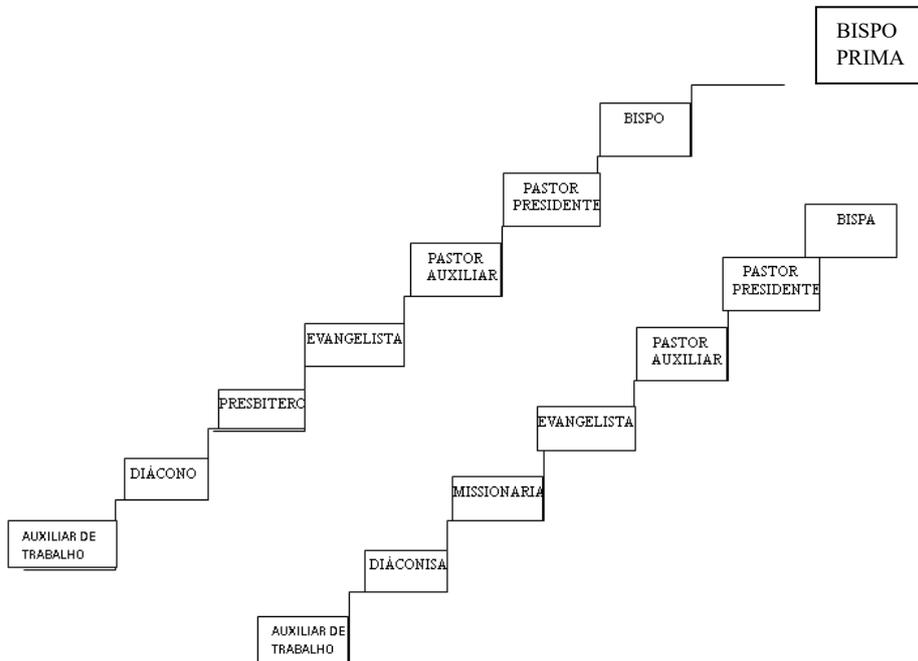




HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Essas figuras representam as alterações hierárquicas que a CONAMAD vem fazendo. Uma questão fica clara, por não ser algo que TODAS possam ser contempladas, não podemos ver esses atos como um reconhecimento da capacidade da mulher, podemos ver como um ato político afim de presentear as esposas de pastores presidentes, mulheres essas que atuam auxiliando seus maridos e não sendo dado poder, voz, autoridade de decisões dentro da instituição.

Talvez o ganho, o lado positivo dessas mudanças veremos num futuro, devido a começar a se criar a imagem das mulheres, ou da mulher do presidente ao menos, sentada no altar, dentre vários homens.

A leitura que fazemos desses alongamentos de hierarquias vistos na CONAMAD seria de uma escada, antes com degraus enormes que só conseguiria subir a cada um com muita dificuldade. Agora se fez uma diminuição dos degraus, acrescentando-se vários para dar a pseudo-sensação de que há possibilidades de subida, está havendo uma abertura, mas, poucos conseguem reconhecer que os cargos elitizados do que poderíamos chamar de “alto clero” onde há realmente e diretamente o exercício do poder continuam muito, mas muito distantes. É uma cortina de fumaça com um jogo de titulações sem o referido poder de atuação e decisório, apenas para um embrolho religioso.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



2013 – Bispo Manoel Ferreira consagra suas Netas a Evangelistas

Na 45ª CIBEN¹⁹ acontecida em 29 de agosto de 2013 em Foz do Iguaçu/PR o bispo Manoel Ferreira, consagrou no último dia 29, durante o 45º Congresso da Confederação das Irmãs Benéficas Evangélicas Nacional (CIBEN), em Foz do Iguaçu, as netas Nátaly Ferreira²⁰ e Marinna Costa Ferreira²¹ as primeiras evangelistas do Ministério de Madureira. Nátaly deu um depoimento²² dizendo ter 19 anos, tocar na orquestra da igreja, ser regente do grupo de jovens e que se sente feliz e surpresa²³. A pergunta que fica é, nas centenas de igrejas Assembleias de Deus há milhares de jovens músicos, jovens que se dedicam a alguma atividade, mas ... não possuem o sobrenome, que é a senha para uma jovem de 19 anos alcançar uma posição sonhada, desejada por milhares de membros homens, sem contar mulheres que se dedicam hodiernamente, mas não tem quem grite e as reconheça.

2017 – Três Pastoras ordenadas no Tocantins – quem são?

Como já citamos em nota anteriormente, pesquisar os acontecidos da CONAMAD não é simples pela falta de documentação, não publicações oficiais ficando muito nebuloso, por isso trabalhamos com cautela. Essa notícia foi veiculada em sites e blogs sendo reproduzida sem alterações. O que me chama a atenção é que como já explicado, as esposas de pastores são ordenadas compulsoriamente, surgindo assim questões sobre essas notícias a serem analisadas. Se as mulheres foram ordenadas ao pastorado junto com seus esposos, por que a ordenação foi em número ímpar? Seria ele um viúvo, solteiro? Talvez não tenham contabilizado essas mulheres por todos os consagrados serem Pastores Auxiliares e a regra é ordenar as esposas dos que vão presidir igrejas. Mas temos outra questão não explicada. Por que as notícias destacam a ordenação de três pastoras? Quem são elas? Anônimas? Ou seriam três pastores que serão presidentes de igrejas e ordenaram suas esposas? Porque diante de tantos nomes, homenageados, transferidos, não há citações a mulheres? Onde elas estão?

“Na direção do Pastor João Milton, 2º vice-presidente estadual da Convenção e anfitrião da XXIX AGE e com o tema: “Obreiro e a família” I Timóteo 3:4-5 aconteceu na cidade de Araguaína região norte do estado do Tocantins a XXIX Assembleia Geral Extraordinária da Convenção dos Ministros Evangélicos das

¹⁹ Confederação das Irmãs Benéficas Evangélicas Nacional (CIBEN) fundada em 1968 por Zélia Brito Macalão. Órgão de Ação Social da CONAMAD

²⁰ Emocionante, Nátaly Ferreira, a Primeira Evangelista da Assembleia de Deus – Ministério de Madureira conversa com a Editora Betel e conta um pouquinho da sua história. Assista e saiba mais. Nátaly foi consagrada Evangelista no dia 29 de agosto de 2013, pelo Bispo Manoel Ferreira, durante o 45º CIBEN, realizado em Foz do Iguaçu/PR, e é filha do Pastor Magner Ferreira, Presidente da AD em Marechal Hermes (RJ), e da Pastora Sirley Ferreira.

²¹ Marinna Costa Ferreira, filha do Reverendo Samuel Ferreira (Presidente da AD Brás — SP) e da Pastora Keila Ferreira (Presidente da CIBEN) também foi consagrada Evangelista e, após as consagrações, o Bispo Manoel Ferreira insistiu que devemos investir nos jovens para trabalhar no Reino de Deus.

²² <https://youtu.be/pNzImF1Wmno>

²³ <https://folhagospel.com/bispo-manoel-ferreira-consagra-netas-a-evangelistas/>





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Assembleias de Deus Madureira do estado do Tocantins – CONEMAD – TO. O evento aconteceu nos dias 13, 14 e 15 de outubro sob a liderança do Pastor Amarildo Martins da Silva Presidente da CONEMAD – TO E MA, e das Assembleias de Deus Nação Madureira na Capital. O evento teve um total de 949 ministros inscritos para participarem do evento que foi marcado por fortes ministrações da palavra de Deus, visando o despertamento da igreja para o arrebatamento, ensinamentos da palavra de Deus, consagrações de novos obreiros. CONSAGRAÇÕES - Durante a AGE, foram consagrados 85 evangelistas, 52 missionárias, 47 pastores, e 03 pastoras.

[...]

TRANSFERÊNCIAS

Pastor Marcos Orelo dos Passos – Colinas – Transferido para Augustinópolis – Será o Coordenador do Bico do Papagaio, abrangendo oito campos.

Pastor José Fernandes – Colméia – transferido para Colinas

Pastor José Sobrinho – Augustinópolis – transferido para Guaraí

Pastor Olímpio Pereira Abreu – Guaraí – transferido para Peixe

Pastor Gilberto Rodrigues da Silva – Peixe – transferido para Pindorama

Pastor Walter Luiz de Vasconcelos – Araguaçu – transferido para Porto Nacional

Pastor Joabes Rodrigues do Rosário – Porto Nacional – transferido para Araguaçu

Pastor Jeronimo Gomes Ferreira – de Pindorama – transferido para Colméia

“Todos os pastores que estão chegando no local, são melhores do que estão saindo”, disse Pastor Amarildo Martins ao anunciar as transferências.

[...]

HONRARIA

Pastor Amarildo Martins foi homenageado na ocasião, com o título de Comendador pelo Conselho de Pastores do Brasil.

Na ocasião, nove pastores foram homenageados e receberam Comenda do Conselho Nacional de Pastores do Brasil, entre eles, estavam o Pastor Amarildo Martins da Silva, Pastor João Milton Moreira Gomes, Pastor João da Cruz Gomes Feitosa, Pastor José Fernandes, Pastor Marcos Orelo, além do presidente da Junta Comercial do Tocantins (Jucetins), Carlos Alberto Dias.²⁴

578

Cida Moura – a 1ª Pastora Presidente de Campo da CONAMAD

Entre os dias 25 e 28 de maio de 2022, em Goiânia/GO, aconteceu a 48ª A. G. E. – Assembleia Geral Extraordinária da CONAMAD contando com a presença da mesa diretora da CONAMAD, especialmente com o presidente vitalício Bispo Primaz Manuel Ferreira e que, devido ao falecimento do Pastor Walter José Gimenez, de 48 anos, que falecera a 35 dias em 20 de abril de 2022, vítima de um infarto, precisou eleger ou reconhecer, autoridades locais para dirigirem tanto a igreja pastoreada pelo falecido como a CONEMAD/AC - Convenção Estadual dos Ministros das Assembleias de Deus Ministério de Madureira no Estado do Acre, com abrangência nos estados de Rondônia, Amazonas e também no Peru.

²⁴ <https://portaldoamaral.com.br/xxix-age-da-conemad-to-na-cidade-de-araguaína-foi-marcada-por-fortes-ministracoes-da-palavra-de-deus/> Araguaína hospeda 29ª Assembleia Geral da Conemad/TO - JM Notícia (jmnoticia.com.br)





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Ficou decidido que a Catedral das Assembleias de Deus – Ministério Madureira no Acre seria dirigida pela Viúva, Pastora Cida Moura e que, a CONEMAD/AC seria presidida pelo irmão do falecido que também é deputado estadual, Pastor Wagner Felipe. Embora com aparência primária de algo inovador, vemos palavras mesmo com embargo de emoções de resistência à mulher onde o presidente vitalício Bispo Primaz Manuel Ferreira diz²⁵:

“a mulher não foi chamada só para cozinhar, mas para ser ajudadora, ela foi chamada para nos dar alimento, amor, carinho e calor. Qual o machão aqui que vai para a cozinha. Ela que nos alimenta. Se não fosse elas nós homens estaríamos sabe onde? Mortos de fome porque os homens aqui não sabem nem sequer lavar um prato [...] como não amar essas criaturas ... foi através delas que viemos ao mundo [...] ai de nós de chegarmos em casa e não termos o cafezinho pronto”.²⁶

Fica muito claro as palavras de uma visão secundária da mulher com as palavras de “ajudadora”, “ela quem nos dá o alimento”, mas assumindo uma posição de liderança eclesiástica. Ao que fica implícito é que o acontecido foi um ato político para fortalecer o Deputado Estadual irmão do pastor falecido, utilizando-se da comoção e luto da cunhada na igreja local e ele, o deputado, assumindo a liderança no estado. Pelas presenças políticas ficou claro que o ato não foi de reconhecimento a capacidade da mulher e sim, de unidade político-eclesiástica. O evento religioso de cunho administrativo foi marcado pela presença de políticos que assistiram/participaram do ato tais como o Governador do Estado de Goiás Ronaldo Caiado, Prefeito de Goiânia Rogério Cruz, os Senadores Luiz Carlos do Carmo e Vanderlan Cardoso, o Presidente da República Jair Messias Bolsonaro, o Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça, o Procurador-Geral da República, Dr. Augusto Aras também participou da convenção.

579

Até agora analisamos a CONAMAD dos Ferreiras, mas ... e a CGADB dos Costa Freire?

Existem situações antagônicas, que não tem como se aproximam, se unir, assim colo a água e o óleo, a química comprova isso, mas, e quando se colocam dois elementos como esses citados como se fossem um só! Complicado entender isso. Para se entender melhor trazendo essa fala para dentro do contexto dessa pesquisa, precisamos entender, ou ainda tentar pelo menos, posições da CGADB – Convenção Geral das Assembleias de Deus do Brasil.

A CGADB tem por finalidade unir as diversas convenções estaduais e estabelecer diretrizes básicas gerais, assim, grupos de pastores e evangelistas se unem, formam uma convenção estadual ou regional, com no mínimo quinhentos ministros (assim chamados os pastores e evangelistas) e pedem o credenciamento junto a CGADB. Então a CGADB observa o Estatuto Social e o Regimento Interno e, do momento em que aquela nova convenção é

²⁵ <https://www.gospelprime.com.br/ad-madureira-nomeia-primeira-pastora-presidente-de-campo/>

²⁶ <https://youtu.be/KWgmTlsrCY>





HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



criada, todos os ministros ordenados (gerados) ou reconhecidos (ministros de igrejas independentes não filiadas a nenhuma convenção) são reconhecidos nas estaduais, eles enviam o registro dele para ser também inscrito na CGADB. Dessa forma, nenhum ministro é inscrito direto ou somente na CGADB, todos precisam estar ligados a uma convenção estadual.

Vejamos trechos do Estatuto Social da CGADB²⁷:

Seção II
Da Competência

Art. 4º. Compete à CGADB:

- I – inscrever e credenciar, como membro, o ministro da IEAD, exercendo ação disciplinar sobre o mesmo, conforme normas estabelecidas neste ES e CED;
- II – reconhecer e inscrever a convenção afiliada da mesma fé e ordem, na forma do artigo 14 deste ES;
- III – tratar de todos os assuntos que, direta ou indiretamente, digam respeito à IEAD, quando solicitada;
- IV – manter e zelar pelo seu patrimônio;
- V – criar e/ou manter o controle de todos os seus órgãos e das pessoas jurídicas controladas;
- VI – promover, subsidiariamente, a defesa judicial e extrajudicial dos interesses coletivos de seus membros, bem como dos interesses individuais destes, quando atingidos no exercício de seus ministérios ou em razão deles.

CAPÍTULO III
DOS MEMBROS, DIREITOS, DEVERES E IMPEDIMENTOS

Seção I
Dos Membros

Art. 5º. Poderá inscrever-se, como membro, o ministro do Evangelho que preencha os seguintes requisitos:

Página 2|17

580

²⁷ <https://cgadb.org.br/wp-content/uploads/2021/05/Consolidac%CC%A7a%CC%83o-do-Estatuto-Social-da-Convenc%CC%A7a%CC%83o-Geral.pdf>



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



RCPJ-RJ 01/07/2019-84
ECYI67049TPT



ESTATUTO SOCIAL

I – ser do sexo masculino, devidamente consagrado ao santo ministério, conforme prescrito na bíblia sagrada;

II – ter maioridade civil e ser plenamente capaz;

III – credenciado por uma convenção afiliada, em pleno exercício do ministério ou jubilado, enquanto permanecer nesta condição.

§ 1º. A CGADB não reconhece a figura do evangelista ou pastor autorizado por qualquer convenção afiliada.

§ 2º. O membro da IEAD, oriundo do exterior e domiciliado no Brasil, que exerça atividades ministeriais, será credenciado pela CGADB através de uma convenção afiliada.

§ 3º. Ao membro adimplente, será outorgada credencial.

Art. 6º. Nenhum membro responderá, solidária ou subsidiariamente, pelas obrigações da CGADB.

Trago aqui as seguintes observações: Enquanto no Art. 4º no item “Da Competência”, no item I e II dizendo que compete inscrever e credenciar os ministros das convenções estaduais e inscrever convenções da mesma confissão de fé, ou seja, documentalmente analisados e pareados, no Capítulo III, Art. 5º no item I restringe os inscritos ao sexo masculino. Fica claro que a CGADB vem cumprindo seu propósito parcialmente, ela não está registrando todos os ministros reconhecidos e ordenados nas convenções estaduais.

Essa posição vem sendo reafirmada depois de vários debates. Veja que essas colocações acima citadas estatutárias são de certo modo recente, veja a data.

581





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

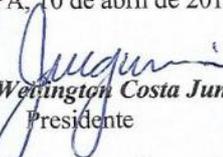
Art. 68. Além da MD, qualquer órgão poderá ser acionado durante a AG, por determinação do presidente, para desempenho da respectiva função.

Art. 69. Os ES, RI, diretrizes de bases, regulamentos e resoluções dos órgãos e das pessoas jurídicas controladas, deverão ser adequados ao ES e RI.

Art. 70. Os casos omissos neste RI serão resolvidos pela MD.

Art. 71. Este RI entrará em vigor, quando registrado em cartório, revogadas as disposições em contrário.

Belém-PA, 10 de abril de 2019.


Pr. José Wellington Costa Junior
Presidente


Pr. Roberto José dos Santos
Secretário


Dr. Abiezer Apolinário da Silva
OAB/RJ 838

582

Página 14 | 14

CEADDIF – CONVENÇÃO DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS NO DISTRITO FEDERAL – Pioneira das afiliadas da CGADB na ordenação de mulheres.

A CEADDIF conforme seu Estatuto Social não determina homens e mulheres, mas “candidatos” indicados pelos pastores das igrejas²⁸.

²⁸ <https://pdfslide.net/documents/ceaddif-convencao-evangelica-das-assembleias-de-deus-convencao-evangelica.html?page=82>





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



ome / Documents / CEADDIF CONVENÇÃO EVANGÉLICA DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS...



V - apresentar à Mesa Diretora, até 30 (trinta) dias antes das Assembleias Gerais, relatórios de irregularidade financeira dos Ministros e Igrejas, para fins da aplicação dos arts. 65, inciso IV, 73, parágrafo único e 75, inciso III.

Art. 17. Compete ao 2º Tesoureiro:

- I - auxiliar o 1º Tesoureiro nos serviços da tesouraria;
- II - substituir o 1º Tesoureiro em suas ausências ou impedimentos ocasionais, sucedendo-o no caso de vacância.

Seção IV Da Comissão de Ingresso

Art. 18. A Comissão de Ingresso é um órgão de assessoria da Assembleia Geral, composto de 5 (cinco) membros de notório conhecimento bíblico, indicados pela Mesa Diretora e submetidos ao referendo da Assembleia Geral.

Art. 19. Compete à Comissão de Ingresso:

- I - conhecer e analisar propostas de ingresso na CEADDIF apresentadas por Igrejas filiadas, quando se tratar de candidato pessoa natural;
- II - avaliar a documentação dos candidatos com parecer favorável da Secretaria de Educação e Cultura, conforme dispuser o a Mesa Diretora, ouvido o Colégio de Pastores Presidentes;
- III - avaliar a condição dos candidatos;
- IV - analisar proposta de ingresso de Ministros, Igrejas e Uniões de Igrejas.
- V - emitir pareceres e encaminhá-los à Assembleia Geral.

583

Ao longo do Estatuto Social, ela já descreve os “Ministros e Ministras” sendo que esse estatuto foi reformulado e registrado em 2012.



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



ne / Documents / CEADDIF CONVENÇÃO EVANGÉLICA DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS...

57 of 102

seção 1

Dos Membros Pessoas Naturais

Art. 46. São Membros Pessoas Naturais da CEADDIF:

- I - Ministras e Ministros Evangélicos das Assembleias de Deus investidos nas funções de Evangelista ou Pastor, admitidos na forma do presente Estatuto.
- II - Ministras e Ministros Jubilados.

Art. 47. O desligamento ou exclusão de Ministra ou Ministro Evangélico processar-se-á conforme o arts. 68, 71, parágrafo único, inciso I, e 72 do Estatuto.

Art. 48. Perderá a condição de membro a Ministra ou Ministro Evangélico que não permanecer como membro de Igreja Assembleia de Deus filiada a CEADDIF

Art. 49. São condições de ingresso de Membros Pessoas Naturais:

- I - ser membro de Igreja Filiada à CEADDIF;
- II - ser indicado por Igreja Filiada à CEADDIF;

ESTATUTO E REGIMENTO INTERNO DA CEADDIF 57

 **CEADDIF** CONVENÇÃO EVANGÉLICA DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS DO DISTRITO FEDERAL-CEADDIF
Fundada em 16 de maio de 1977, filiada à Convenção Geral das Assembleias de Deus do Brasil - CGADE
Avenida L-2 Sul, Quadra 611, Bloco "E" - Brasília/DF.

III - ter parecer favorável da Comissão de Educação e Cultura e ser aprovado pela Comissão de Ingresso;

584

Porém, antes de ser estatutário, houve um caso emblemático de votação de proposta, contido no Estatuto Social de 2012, mas já inserido e praticado na versão anterior do estatuto social.



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



home / Documents / CEADDIF CONVENÇÃO EVANGÉLICA DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS...

81 of 102

suspensa ou levantada.

Seção II
Da Votação de Propostas, da Questão de Ordem e do Direito de Resposta

Subseção I
Da Votação de Propostas

Art. 140. Ao anunciar a proposta, após o encerramento da discussão, o Presidente pedirá os votos favoráveis e, a seguir, os contrários, por uma das seguintes formas de votação:

I- “levantem uma das mãos os que são favoráveis e os contrários, a seguir, pelo mesmo sinal”;

II- “os favoráveis permaneçam sentados e, os contrários queiram levantar-se.”

ESTATUTO E REGIMENTO INTERNO DA CEADDIF 81

 **CEADDIF**

CONVENÇÃO EVANGÉLICA DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS DO DISTRITO FEDERAL-CEADDIF
Fundada em 16 de maio de 1977, filial à Convenção Geral das Assembleias de Deus do Brasil – CGADB
Avenida L-2 Sul, Quadra 611, Bloco “E” – Brasília /DF.

§ 1º. Se os votantes não forem unânimes, e no caso de pairar dúvida quanto ao resultado, o Presidente determinará a verificação dos votos, anunciando, a seguir, o resultado final.

585



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



me / Documents / CEADDIF CONVENÇÃO EVANGÉLICA DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS...

82 of 102

 **CONVENÇÃO EVANGÉLICA DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS DO DISTRITO FEDERAL-CEADDIF**
Fundada em 16 de maio de 1977, filiada à Convenção Geral das Assembleias de Deus do Brasil – CGADB
Avenida L-2 Sul, Quadra 611, Bloco "E" – Brasília/DF.

§ 1º. Se os votantes não forem unânimes, e no caso de pairar dúvida quanto ao resultado, o Presidente determinará a verificação dos votos, anunciando, a seguir, o resultado final.

§ 2º. Persistindo dúvida sobre o resultado da votação, assiste a qualquer convencional o direito de pedir recotagem de votos.

Art. 141. Por meio de uma proposta para encerramento de discussão, o Plenário pode impedir que outros oradores falem sobre o assunto em pauta.

Art. 142. Desejando obter maiores esclarecimentos, qualquer convencional pode requerer o adiamento, por tempo determinado, da apreciação de matéria em debate, permanecendo a mesma sobre a mesa dos trabalhos.

§ 1º. O requerimento de adiamento de matéria, desde que apoiado, é votado imediatamente, sem discussão.

§ 2º. A proposição cuja apreciação haja sido adiada pode ser retirada de pauta ou discutida em sessão posterior, por decisão do Plenário.

Art. 143. A proposta considerada inútil ou contenciosa, a requerimento de qualquer convencional, pode ser retirada da pauta, sem que conste da ata da sessão.

Art. 144. Quando ocorrer interesse Geral, qualquer convencional poderá solicitar a prorrogação da sessão, por tempo determinado.

Parágrafo único. O requerimento de adiamento da reunião será votado

586

Home / Documents / CEADDIF CONVENÇÃO EVANGÉLICA DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS...

30 of 102

consecutivas implicará o desligamento dos quadros da CEADDIF.

CAPÍTULO IX
DA ORDENAÇÃO DE MINISTROS

Art. 75. A ordenação de obreiros ao Santo Ministério obedecerá à seguinte ordem:

I - a Igreja, juntamente com o seu ministério local, ao reconhecer irmãos vocacionados para o Santo Ministério, depois de constatada a necessidade de novos obreiros, recomendá-los-á a CEADDIF, que os examinará por meio dos seus órgãos competentes e, se aprovados, serão ordenados em sessão solene a ser realizada na Igreja que hospedar a reunião convencional, lavrando-se a respectiva ata de ordenação;

II - a CEADDIF fornecerá Certificado de Ordenação aos Ministros por ela aprovados e ordenados, bem como Credencial de Ministro a todos os seus membros;

III - as credenciais dos Ministros da CEADDIF terão a validade de 2 (dois) anos, vedada sua renovação aos inadimplentes e aos que faltarem, sem justificativa, a duas Assembleias Gerais consecutivas.

§ 1º. Os documentos de que tratam os incisos II e III do *caput* deste artigo são intransferíveis e só terão validade quando assinados pelo Presidente e pelo Secretário, e enquanto o portador andar de acordo com o que recomenda a Palavra de Deus.

§ 2º. Excepcionalmente, poder-se-á autorizar a ordenação de obreiro em data e local diferente do que trata o inciso I.

CAPÍTULO X





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Em 2011, na Convenção A.G.O – Assembleia Geral ordinária da CEADDIF colocado em votação seguindo o rito estatutário descrito no Art. 140 onde o presidente lê a proposta e o plenário aprova com o levantar das mãos em sinal de aprovação a ordenação de sua primeira Evangelista, que foi a Ministra do Meio Ambiente de 2003 a 2008 do Governo Lula, concorreu a presidência da república em 2010 a Ministra, que passou a ser ministra duplamente, pelo meio ambiente e pelo evangelho, Marina Silva. Ela foi ordenada a Pastora em 17 de abril de 2012, ainda no auge de sua trajetória política, o que fica evidente no convite recebido pelo Comitê Olímpico Internacional para no dia 27 de julho de 2012, participar da abertura dos Jogos Olímpicos em Londres, desfilar carregando a bandeira, com os anéis olímpicos, junto com o secretário geral da ONU, Ban-Ki-moon, o fundista etíope Haile Gebreselassie, o pugilista americano Muham mad Ali, o maestro argentino Daniel Barenboim, e os ativistas dos direitos humanos, Sally Becker, Shami Chakrabarti e Leymah Gbowee²⁹.

E a CGADB? Como se posiciona ou se posicionou.

A primeira e última vez em que esse assunto em que esse assunto esteve em discussão no plenário da CGADB foi na A.G.O. da CGADB em Brasília, que ocorreu entre os dias 15 e 19 de janeiro de 2001 no Ginásio Nilson Nelson, ano em que as Assembleias de Deus completavam 90 anos. Segundo o Relato do livro História da Convenção Geral dos Ministros das Igrejas Assembleias de Deus do Brasil:

“Convencionais rejeitam ordenação de pastoras e discutem questões relacionadas ao batismo em águas

A sessão plenária da manhã do dia 17 tratou inicialmente de assuntos relacionados ao batismo nas águas e sua aplicação conforme a Bíblia. Um dos temas mais esperados foi o que tratou da aceitação do pastorado para mulheres. A votação foi rápida e fulminante, sendo rejeitada por maioria esmagadora de votos. Dos cerca de 2,5 mil ministros presentes à sessão, apenas três foram favoráveis à ordenação de pastoras³⁰.

Outra decisão exótica ligada a convenções estaduais da CGADB é o da CIEADESPEL – Convenção das Igrejas Evangélicas Assembleias de Deus no Estado de São Paulo e Estados Limítrofes. O seu estatuto social rege que:

“Parágrafo 2ª – Quando ocorrer, em Igreja filiada, o falecimento do Pastor Presidente, e o Vice-presidente que assumir for seu cônjuge (viúva), ou quaisquer outras pessoas do sexo feminino, e a igreja decidir pela sua continuidade na

²⁹ https://www.ebiografia.com/marina_silva/

³⁰ DANIEL, Silas. *História da Convenção Geral dos Ministros das Igrejas Assembleias de Deus do Brasil*. 2ª Edição. 2022. CPAD. Rio de Janeiro.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Presidência, a mesma deverá notificar a decisão à Secretaria da CIEADESPEL, indicando no mesmo ato um Pastor de seu Ministério, para representá-la nas Assembleias Gerais e em todos os atos junto à CIEADESPEL, mediante procuração.³¹”

Fica claro que reconhecem a liderança feminina junto a igreja, membros e atos diante da igreja local e suas filiais, mas, diante de um órgão representativo a mulher não pode representar, nem estar presente, ficando condicionada a um porta voz em que ele precisa ainda constituir como seu procurador. O documento de procuração vale mais a quem lhe é investido que aquele que tem o poder da investidura.

Segundo pesquisas que serão apresentadas no capítulo 03 desse trabalho, hoje, na atualidade, de forma extraoficial, as esposas dos pastores presidentes ligados a CGADB já se sentam no altar ao lado do seu esposo e são chamadas, mesmo sem o reconhecimento institucional de pastoras pelos membros da igreja no convívio do dia a dia. Isso mostra que há uma necessidade em ter na mulher uma investidura e quebrar a hegemonia masculina, uma vez que o sagrado se manifesta sobre pessoas, de forma indistinta, não ficando resumido a pessoas que sejam do sexo masculino.

Essa questão está muito bem resolvida entre os co-irmãos assembleianos nas convenções e associações de pastores como cito o The PAOC (figuras 01 e 02 abaixo), que seria uma organização religiosa de pastores e pastoras nos Estados Unidos, Canadá, como também o Site oficial Assembleia de Deus (EUA) | Nossas Doutrinas Fundamentais (ag.org)³² (figura 03 abaixo). Eles destacam entre os requisitos de ordenação o seguinte:

“ORDENAÇÃO DE LÍDERES DE MINISTÉRIO

[...] As Assembleias de Deus escolheram denotar três classificações de ministério: o ministro certificado, o ministro licenciado e o ministro ordenado. A igreja também reconhece uma quarta classificação, a credencial da igreja local, uma credencial limitada concedida por uma assembleia local. Ordenação é o termo usado para o mais alto nível de classificação ministerial que as Assembleias de Deus reconhecem, uma classificação disponível para homens e mulheres (grifo nosso). Todos os ministros são encorajados a progredir para a ordenação. A ordenação, a mais alta classificação, permite que os ministros expressem seu compromisso de apresentar ao Senhor o melhor de seu serviço ao Seu chamado em suas vidas”³³.

Junto a The PAOC há pastores e pastoras, inclusive, em entrevista virtual com a Pastora Josiana da Assembleia de Deus Internacional, que está no Canadá a aproximadamente trinta

³¹ <https://cieadespel.com.br/estatuto/>

³² <https://ag.org/Beliefs/Our-Core-Doctrines>

³³ Site oficial Assembleia de Deus (EUA) | Ordenação: O Reconhecimento de um Chamado ao Ministério (ag.org) - <https://ag.org/Beliefs/Position-Papers/Ordination---The-Recognition-of-a-Call-to-Ministry>





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

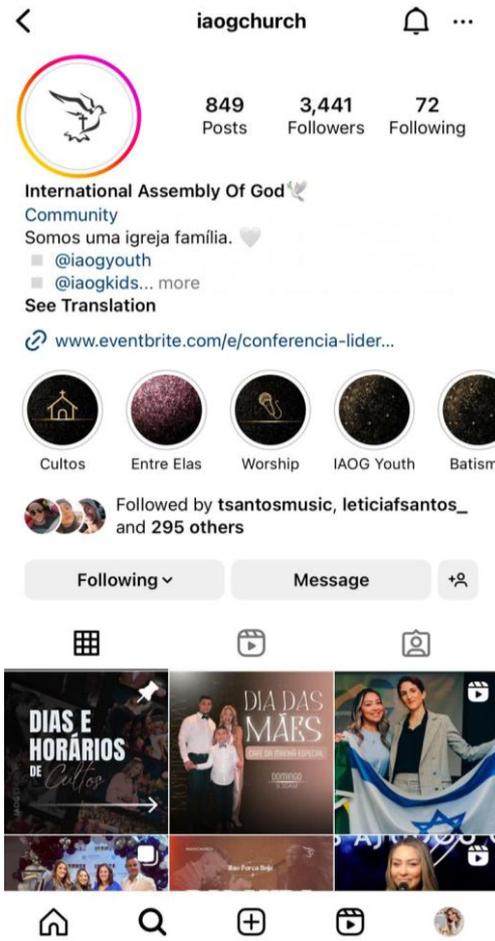
26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



anos, relatou sua atuação junto aos organismos assembleianos no exterior tendo livre trânsito, reconhecimento e respeito deles.

FIGURAS 01 E 02



iaogchurch

849 Posts 3,441 Followers 72 Following

International Assembly Of God
Community
Somos uma igreja família.
@iaogyouth
@iaogkids... more
See Translation
www.eventbrite.com/e/conferencia-lider...

Cultos Entre Elas Worship IAOG Youth Batism

Followed by tsantosmusic, leticiafsantos_ and 295 others



thepaoc

928 Posts 1,798 Followers 517 Following

The PAOC
Religious organization
Honouring God. Making disciples everywhere.
Proclaiming and practising the gospel of Jesus Christ in the power of the Holy Spirit.
linktr.ee/paoc.org

Followed by joelspiridigliozi, kelzinhasantos34 and 3 others

Following Message Contact

The Prayer Covenant for Children
Engage children in learning to pray.
A new theme daily till April 30...

Praying for Canada
OTTAWA, CALGARY, REGINA

589



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

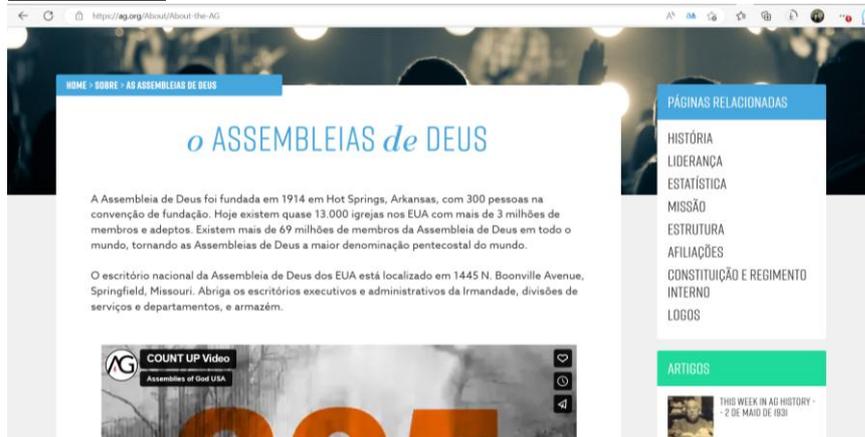
HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



FIGURA 03



Referências

ALENCAR, Gedeon Freire de. *Assembleias Brasileiras de Deus: Teorização, História e Tipologia – 1911 – 2011*. Tese de Doutorado em Ciências da Religião. PUC/SP. 2012.

ALENCAR, Gedeon Freire de. *Matriz Pentecostal Brasileira: Assembleias de Deus 1911-2011*, Rio de Janeiro: Ed. Novos Diálogos, 2013.

ALEXANDER, Estrela. *The women off Azusa street*.

ALMEIDA, Abraão (org.). *História das Assembleias de Deus no Brasil*. Rio de Janeiro, CPAD, 1982

ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulheres no cotidiano: educação e regras de civilidade (1920/1950)*. Dimensões, vol. 33, 2014, p. 336-359. ISSN: 2179-8869. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/9109>>. Acesso em: 18 de jan. de 2022.

ALVAREZ, Carmelo E. *Panorama Histórico dos Pentecostalismo Latino-Americanos e caribenhos – In: GUTIERREZ, Benjamin F. & CAMPOS, Leonildo Silveira. Na Força do Espírito: Os Pentecostais na América-Latina: um desafio às igrejas históricas*. São Paulo: Associação Pendão Real, 1996.

ARAGÃO, Laura Sá. *Chamadas por Deus, ignoradas pelos homens. Reduccionismo cultural em relação ao trabalho missionário feminino*. Dissertação de Mestrado. FABAPAR. 2010





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



BARBOSA, Francisco José. *História e Magia no Cotidiano da Igreja Evangélica Assembleia de Deus em São Mateus*. Dissertação de Mestrado. Universidade Mackenzie. 2007.

BERG, David. *Daniel Berg - enviado por Deus*. Versão Ampliada, Rio de Janeiro, CPAD, 1995

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2015.

BRENDA, Albert W., *Ouvi um recado do céu*. Rio de Janeiro, CPAD, 1984

CAMINHOS, Goiânia, v. 12, n. 1, p. 240-258, jan./jun.

CONDE, Emílio. *História das Assembleias de Deus no Brasil*. Rio de Janeiro, CPAD, 1960

CORREA, Marina Aparecida Oliveira dos Santos. *Assembleia de Deus: Ministérios, carisma e exercício de poder*. São Paulo: Fonte Editorial, 2013.

COSTA, Jeferson Magno. *Paulo Macalão - a chamada que Deus confirmou*. Rio de Janeiro, CPAD, 1983

COSTA, Jefferson Magno. *Eles andaram com Deus*. Rio de Janeiro, CPAD, 1985

GALVÃO, A. Torres. *A memória do saudoso missionário Joel Carlson*. Recife, Edição do Orfanato da "Assembleia de Deus", 1943

DANIEL, Silas (Org). *História da Convenção Geral dos Ministros das Assembleias de Deus no Brasil – 1930-2021: Os Líderes, Debates e Resoluções da Entidade que Moldou o Movimento Pentecostal Brasileiro*. CPAD. 2022

DANIEL, Silas. *História da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil*. Rio de Janeiro: CPAD, 2004.

DUBY, Georges. *A mulher, o amor e o cavaleiro*. In: *Amor e sexualidade no ocidente* - Edição especial da revista L'Histoire/Seuil. Porto Alegre: L&PM, 1992.

DUBY, Georges. *Idade Média, Idade dos Homens: do amor e outros ensaios*. São Paulo: Cia das letras, 1989.

EKSTROM, Leif. *Estudos sobre a História dos Batistas Independentes*. Campinas. Editora Batista Independente. 2008

591





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



FAJARDO, Maxwell Pinheiro. *Onde a luta se travar: a expansão das Assembleias de Deus no Brasil urbano (1946-1980)* - Assis, 2015.

FAUSTO. Boris. *História do Brasil*. São Paulo. Edusp. 1999.

FONSECA, Pedro Carlos Louzada. *Vozes da misoginia medieval: Aristóteles disseminado em Santo Isidoro de Sevilha, Santo Anselmo e São Tomás de*. In: Notandum 21. Ano XII - N. 21, 2009.

FOX JR, Charles Ray. *William Seymour: A Biografia*. Natal/RN – Carisma. 2017

FRESTON, Paul. *Breve história da Assembleia de Deus*. Revista Religião e Sociedade, 16/3, maio/94a, Rio de Janeiro

FRESTON, Paul. *Breve História do Pentecostalismo*. In: ANTONIAZZI, Alberto. *Nem anjos nem demônios; interpretações sociológicas do pentecostalismo*. Petrópolis: Vozes, 1994.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala/ Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

GOUVEA, Gualberto – *A cidadania dos despossuídos, segregação e pentecostalismo*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, USP, 1995

GOUVEIA, Eliana - *O silêncio que deve ser ouvido, Mulheres pentecostais em São Paulo*, São Paulo, Mestrado-PUC, 1986.

HOLLENWEGER, W. *El Pentecostalismo – historia y doctrinas*. Buenos Aires. La Aurora. 1976.

LE GOFF, Jacques. *O Imaginário Medieval*. Coleção Nova História. Lisboa: Estampa, 1994.

LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. Editora Brasiliense. 2002.

LEMONS, João Kolenda. *Ética Pastoral. Conselhos de uma Jornada Missionaria*. Pindamonhangaba. IBAD. 2011

MARTIN, David. *The Dilemmas of Contemporary Religion*. Ox Ford. Blackwell. 1978

MATOS, Adelri Souza de. *O centenário do movimento pentecostal*. FIDES REFORMATATA. XI. N° 02. 2006.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa; VELASQUES FILHO, Prócoro. *Introdução ao protestantismo no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1990.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



MILHER, Denzil R. *The women of Azusa street: our Spirit-anointed leaders of the Azusa Street Revival*. Springfield: AIA Publications. 2015.

MORAES, Isael de Araújo de. *100 acontecimentos que marcaram a história das Assembleias de Deus no Brasil*. Rio de Janeiro: CPAD, 2011.

MORAES, Isael de Araújo de. *100 mulheres que fizeram a história das Assembleias de Deus no Brasil*, Rio de Janeiro: CPAD, 2017.

MORAES, Isael de Araújo de. *Dicionário do Movimento pentecostal*. Rio de Janeiro: CPAD, 2007.

MORAES, Isael de Araújo de. *Frida Vingren: uma biografia da mulher de Deus, esposa de Gunnar Vingren, pioneiro das Assembleias de Deus no Brasil*. Rio de Janeiro: CPAD, 2014.

OLIVEIRA, Isabela Costa de. *Frida Vingren – a pioneira silenciada: uma análise do ministério eclesial feminino nas Assembleias de Deus no Brasil na primeira metade do Século XX*. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal do Pará, Ananindeua, 2022.

OLIVEIRA, Joanyr. *As Assembleias de Deus no Brasil - sumário histórico ilustrado*. Rio de Janeiro, CPAD, 1998

OROZCO, Yuri Puello (Org.) *Religiões em diálogo: violência contra as mulheres*. São Paulo: Católicas pelo direito de decidir, 2009.

PETHRUS, Lewi. *Lewi Pethrus – Biografia*. Rio de Janeiro, CPAD: 2004.

PISSINATI, Laila Lua. *O Corpo Feminina no Pensamento Cristão Medieval*. Anais do VI Congresso Internacional UFES/Paris-Est | 644

POMERENNIG, Claiton Ivan. *Oralidade e escrita na teologia pentecostal: acertos, riscos e possibilidades*. 2008. Dissertação (Mestrado em Teologia). Instituto Ecumênico de Pós-Graduação. Escola Superior de Teologia. São Leopoldo.

PONTES, Miquéias Machado. *Frida Vingren e Ruth Doris Lemos: mulheres que fizeram a história das Assembleias de Deus no Brasil*. Revista Pax Domini, vol. 1/p.86-101/ jul. /dez. 2015.

READ, Wilian R. *Fermento religioso nas massas religiosas do Brasil*. São Paulo, Imprensa metodista, 1967.

SANTOS, Dulce Oliveira Amarante dos. *O Corpo dos pecados: representações e práticas socioculturais femininas nos reinos ibéricos de Leão, Castela e Portugal (1250-1350)*. Tese de doutoramento (USP). São Paulo, 1997.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



SANZANA, Elizabete Del C. Salazar - “*Todas seríamos rainhas*” - *história do pentecostalismo chileno na perspectiva da mulher 1099-1935*, SB Campo, Dissertação de Mestrado-UMESP, 1995

SILVA, André Candido; MEDEIROS, Marcia Maria. *Sexualidade e a História da mulher na Idade Média: a representação do corpo feminino no período medieval nos séculos X a XII*. Revista Eletrônica História em Reflexão (UFGD), v. 7, 2013, p. 1-16.

SILVA, Quitéria Regina Santos Bezerra da. *Frida Vingren: o feminino na difusão do Protestantismo Pentecostal em Belém do Pará e Rio de Janeiro, 1917 a 1932* / TCC. UFAL. GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA 2022.

SMITH, Virgil Frank. *História do trajeto de vida e trabalho missionário de Virgil Frank Smith*. - Xerox de transcrições gravadas pelo autor até do dia 03.04.99, não publicada.

TEDESCHI, Losandro Antonio; SILVA, André Candido Da. *A sexualidade reprimida: uma análise do feminino na perspectiva de Jacques Le Goff (XII)*. In: X semana da mulher, 2011, Marília. X semana da Mulher: educação, gênero e movimentos sociais. Marília: UNESP, 2011, p. 274-282.

VALERIO, Samuel Pereira. *Uma nova origem do Pentecostalismo: A trajetória da Igreja Batista Sueca no Brasil a partir de 1912*. Editora Recriar. São Paulo. 2000.

VILHENA, Valéria Cristina. *A insubordinada das Assembleias de Deus no Brasil: uma análise de gênero sobre a trajetória de vida da missionária Frida Maria Strandberg*. Religare, 2016.

VINGREN, Ivar (org.) *Despertamento Apostólico no Brasil*. Rio de Janeiro, CPAD, 1987

VINGREN, Ivar. *Gunnar Vingren, o diário do pioneiro*. Rio de Janeiro, CPAD, 1997

WEBER, Max - *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Livraria Pioneira, 1996 –SP

WEBER, Max - *Economia e Sociedade*. Brasília, 4ª edição, Unb, 1998

WEBER, Max. *Coleção Grandes Cientistas Sociais*. Vol. 13. Gabriel Cohnn. (Org.). São Paulo: Ed. Ática, 1991.

CABRAL, Davi. *Assembleia de Deus: A outra face da história*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Betel, 2002.

FERREIRA, Samuel (org.) *Ministério de Madureira em São Paulo fundação e expansão 1938-2011*. Centenários de Glórias. cem anos fazendo história 1911-2011 s.n.t.

594





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



MEMÓRIAS E VIVÊNCIAS: UM OLHAR PROFUNDO SOBRE AS FAMÍLIAS DO ASSENTAMENTO CÍCERO GUEDES

Lara Bernardo de Oliveira¹

Introdução

Os conflitos de terras e a formação de assentamentos têm sido características constantes ao longo da história do país desde os tempos coloniais. Sabe-se que a busca por justiça agrária e uma melhor distribuição dos solos são algumas das causas das lutas pelas terras, que utilizam como método a criação de acampamentos e ocupações e que ao longo do tempo tornam-se assentamentos rurais (GOTTMANN, 2012; MORAIS, 2014). Entretanto, foi após o final da ditadura e, conseqüentemente, com a volta dos movimentos sociais que o tema *criação e permanência de território assentados* vem ganhando destaque, principalmente impulsionado pelos questionamentos aos modelos econômicos e sociais atuais (BUTH e CORRÊA, 2006).

Os assentamentos são utilizados como meio de resistência dos trabalhadores, movimentos sociais e/ou instituições ao modo de vida capitalista. Desta forma, sua construção será feita por meio da união entre elementos antigos e novos. Ou seja, por meio de um assentamento haverá a reconstrução de um território na medida em que serão introduzidos novos elementos sociais e políticos em uma terra já anteriormente explorada (BUTH e CORRÊA, 2006). Desta maneira, este espaço torna-se um incrível ambiente para inúmeros estudos sobre temas debatidos pela sociedade, entre eles: a reforma agrária, processo de demarcação de terra, prática simbólica, movimentos pela valorização dos povos tradicionais, lutas pela democratização das terras brasileiras, entre outros.

Quando o foco do estudo está no aspecto social, um dos pontos mais importantes a serem considerados sobre os assentamentos são as famílias que residem no território, em razão dos núcleos familiares serem entendidos como responsáveis pela construção desta nova concepção espacial e organizacional no território assentado, além de serem agentes de uma nova produção econômica no lugar. Sendo assim, os assentados são os agentes diretos da identidade do território (DOURADO, 2014). Logo, os indivíduos presentes no terreno serão responsáveis por atribuir a esse novo espaço uma identidade única que será baseada no modo de vida e historicidade do grupo assentado.

Isso acontece porque, no processo de ocupação do território, as famílias assentadas trouxeram consigo as suas culturas, raízes, heranças, ou seja, suas tradições para a construção de uma localidade que será um espaço de movimentação política e social com o objetivo de ser um abrigo, meio de sobrevivência e/ou símbolo cultural (DOURADO, 2014; BUTH E CORRÊA, 2006).

¹ Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF. Email: 00119140473@pq.uenf.br ; lattes:http://lattes.cnpq.br/6943283489647623





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Após a formação do assentamento, estas tradições se juntam às traduções almeçadas pelos assentados, que Dourado (2014) compreende como estratégias para o futuro, isto é, rumos, rotas e projetos, para a construção de um novo modo de vida dentro do território. Diante disso, essa união de tradições e traduções particulares de cada comunidade assentada produz características que serão únicas e tornarão cada assentamento um espaço diferente. Além disso, serão esses detalhes que vão ser passados de geração em geração construindo assim uma dinâmica local diferente (DOURADO, 2014; BUTH E CORRÊA, 2006). Isto é, não há uma construção de um assentamento sem junto haver uma criação identitária para aqueles que residem no espaço.

Diante disso, o referido trabalho, ao compreender a importância do elemento humano para um território assentado, tem como foco o estudo sobre a realidade dos núcleos familiares presentes no assentamento, a partir de um estudo que perpassa por temas como território, memória e as influências que estes conceitos tiveram e têm na vivência das famílias assentadas, visto que a pesquisa compreende que as trajetórias das famílias presentes no espaço rural são influenciadas pela memória presente na construção desta nova organização espacial intitulada assentamento. Ou seja, há um processo de criação de uma identidade assentada no território baseado nas vivências passadas dos núcleos familiares.

Destaca-se que por ser um estudo que se encontra dentro do Projeto Integrado de Desenvolvimento Econômico e Social Rural para Implantação e Operação de Unidades Escolas de Produtividade Rural-UEPR da Universidade Estadual do Norte Fluminense-UENF que visa ações voltadas para a geração de trabalho e renda junto à comunidade agrícola presente na localidade escolhida. A pesquisa será feita dentro do Assentamento Cícero Guedes de Cambahyba, localizado na cidade de Campos dos Goytacazes, no Rio de Janeiro. Por meio de seus estudos, intenta-se produzir maiores evidências sobre as famílias presentes no território, com a esperança de que estes dados sejam utilizados por instituições, projetos, e meios políticos como fonte para possíveis planos futuros que visem melhorias no espaço estudado.

O artigo, além de conter essa introdução, conta também com a revisão de literatura feita em duas partes (assentamento e território; memória e família), na qual há uma discussão prévia sobre os temas ligados à pesquisa, logo após, confere-se uma seção intitulada “História do Assentamento” que tem como foco explicar melhor a historicidade e pontos importantes do Assentamento Cícero Guedes, seguido pelas seções nas quais foram abordados os processos metodológicos para o desenvolvimento da pesquisa e os resultados encontrados, respectivamente. Por fim, a conclusão do artigo.

Revisão de literatura

Assentamento e território

Territorialidade e espacialidade são temas essenciais para compreender os assentamentos visto que serão esses territórios que fornecerão um espaço onde, tecnicamente, é seguro e



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



estável para as pessoas assentadas viverem, trabalharem e desenvolverem suas vidas. Além de ser o solo que pode oferecer aos assentados, com um bom planejamento, recursos naturais como alimentos, água, materiais de construção e outros recursos necessários para a subsistência (GOTTMANN, 2012).

Sabe-se que território não é um conceito fácil de compreender, uma vez que é apresentado como uma ideia com múltiplas definições e entendimento. Seus significados podem variar entre vertentes políticas, culturais, econômicas e entre outras. Logo, por ter essa grande variedade, são inúmeros os autores que dedicam seus estudos para definir o que seria um território e quais outros conceitos estão ligados a ele.

Dentro das discussões existentes, Raffestin (1993) entende como importante a diferenciação entre os conceitos de território e espaço em razão de que, para o autor, o território seria a apropriação do sujeito no espaço na qual haveria uma relação material e imaterial com os atores sociais. Já o espaço seria anterior à territorialidade, ou seja, uma dimensão básica para a existência do território.

Já Moraes (2014) entende a importância de compreender a relação entre poder e território, na medida em que, para o autor, este conceito seria um campo de forças e de relação de poderio onde os sujeitos se apropriaram do terreno de acordo com os seus objetivos. Moraes (2014) compreende que cada sujeito social terá um 'P', isto é, um nível de poder na qual é possível medir o tamanho da influência na sociedade. O autor compreende que o Estado tem o maior nível enquanto os trabalhadores sem-terra têm os menores. Essa análise é desenvolvida pelo autor para explicar a presença de conflitos, lutas e embates no campo já que, por terem os menores índices de poder, os trabalhadores sem-terra precisam lutar para que os seus direitos sejam respeitados.

Junto a ele, Haesbaert (2004) compreende que tal relação de poder cria uma ligação concreta e simbólica entre as territorialidades e os sujeitos. Melhor dizendo, o ator social se apropria do território de maneira simbólica, direcionando ao terreno seu entendimento sobre o mundo, ou seja, torna o espaço um símbolo de sua convicção, ao mesmo tempo em que domina o território de forma concreta, utilizando ele como meio econômico para sobrevivência.

Em uma vertente mais política, Buth e Corrêa (2006) compreendem o território como um dos conceitos-chave da Geografia. Sendo ele muito “utilizado na geografia política para designar o espaço apropriado por um determinado grupo social” (2006, p. 155), e que, além disso, nele há uma disputa histórica poder domínio e poder.

Enquanto isto, Gottmann (2012) compreende o território como uma porção de espaço geográfico que está sob a jurisdição de um governo e serve como um suporte físico para o corpo político de um Estado. Ele observa que o território é uma conexão ideal entre espaço e política que se reflete no tempo.

Já uma definição mais social é entendida por Santos (1996), que compreende que o território é uma projeção do trabalho sobre o espaço e que isso faz o conceito tornar-se um objeto de análise social. Junto a ele, Andrade (1984) compreende que o território está ligado a uma divisão social do trabalho, ou seja, quanto mais complexa é a divisão, mais a organização do

597





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



espaço se modifica e mais territorialidades são criadas, dado que o território é ligado a construções humanas.

Como já dito, as definições sobre o que é um território pode variar muito de acordo com a linha de estudo dos autores. Entretanto, percebe-se que independentemente das diferentes definições, há um ponto em comum entre todos os estudos. Este ponto é a ligação entre o conceito e a dinâmica com o sujeito. Logo, seja por meio do poder, processo histórico ou político, o território sempre estará ligado a uma dinâmica de apropriação do lugar por um sujeito social. Destaca-se que as intenções e objetivos sobre o território vão variar de sujeitos para sujeitos, isto é, cada ator irá construir sua territorialidade de acordo com as suas finalidades únicas.

Gottmann (2012) enfatiza que isso produz uma relação entre território e a identidade, argumentando que as pessoas muitas vezes se identificam com o território que habitam. Sendo assim, o terreno desempenha um papel importante na construção da identidade cultural e nacional. Essa relação entre territorialidade, sujeito social, identidade e objetivos é um dos pontos essenciais para compreender a ligação entre assentamentos e território, uma vez que os assentados têm o propósito de lutar contra a concentração de terras, na qual uma pequena parcela de proprietários detém a maior parte dos terrenos brasileiros, enquanto muitas famílias rurais carecem de terras para sustentar-se. Eles enxergam o assentamento como uma solução para essa desigualdade, ou seja, como o lugar que permite que estas famílias obtenham terras para agricultura, habitação e subsistência (FERNANDES, 2012; GOTTMANN, 2012).

Buth e Corrêa (2006) compreendem esse processo como desterritorialização e reterritorialização. As autoras entendem que os assentados passam por um processo de desterritorialização no momento que saem das suas antigas terras e encontram novos terrenos.

Nessas novas localidades haverá um processo de destruição das características e dinâmicas imposta no terreno pelos antigos donos, ou seja, a objetividade do local irá se modificar com os novos habitantes. Após este processo, há a reterritorialização, que consiste na apropriação de novos sentidos ao local. Um exemplo desse processo dinâmico é terreno onde existiam usinas de açúcar na cidade de Campos dos Goytacazes e que passaram pelo procedimento de desapropriação, uma vez que o objetivo inicial do espaço era produzir açúcar que era vendido pelos senhores de engenhos.

Desta forma, era um terreno que fazia parte dos grupos sociais com um poderio maior, sendo assim um símbolo da concentração de terra e do sistema vigente. Entretanto, com o fim da produção do açúcar no local, o terreno foi abandonado e, com o passar dos anos, virou alvo de ocupação por parte de assentados e fazendeiros. Esses indivíduos, ao se apropriarem do terreno, destroem sua antiga dinâmica e constroem uma nova. Ou seja, cria-se uma nova territorialidade com novos objetivos.

O resultado desse processo é a criação de assentamentos e acampamentos na região. Tais territórios têm como objetivo ser um exemplo de resistência contra a concentração de terra e controle das classes dominantes. Por conseguinte o terreno passa a ter um novo significado,

598





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



um novo poder e um novo lugar no conflito relacionados à terra. Desta maneira, a modificação do homem a quem pertence o território, modifica o local também (BUTH; CORRÊA, 2006).

Portanto, o assentamento é uma fração do território conquistado, sendo um novo recurso na luta pela terra e representando a possibilidade de novas conquistas e novos tempos com maiores igualdades.

Memória e Família

Halbwachs (1990) compreende que os seres humanos em sociedade têm acesso a inúmeros quadros sociais, por exemplo: espaço, tempo, datas ou qualquer outra coisa utilizada para reconhecer o contexto vivido. Para o autor, é por meio deles que os indivíduos constroem um sentido de realidade lógica, ou seja, conseguem se situar em sociedade sobre o que é real ou não, visto que Halbwachs é um adepto das ideias de Durkheim, que acreditava na influência direta da sociedade e seus fatores na vida dos seres humanos. Desta forma, ao estudar memória - individual ou coletiva-, Halbwachs compreende que este conceito também está ligado a um meio social, sendo assim também é influenciado pelos quadros sociais anteriormente ditos.

Para Halbwachs (1990) é por meio dos quadros sociais que os seres humanos conseguem reconstruir o passado, que são resgatados pelas lembranças, no momento em que se usa a memória, uma vez que esses pontos lógicos irão guiá-los para que seja possível entender os acontecimentos lembrados. Melhor dizendo, ao ter uma conexão lógica entre as lembranças e os quadros sociais presentes nela, o indivíduo compreende que se trata de uma lembrança minimamente lógica e que faz parte da realidade em que ele vive. Barros (1989) explica que Halbwachs compara as memórias com os sonhos e que, diferente das lembranças lógicas baseadas em episódios passados, quando se lembra de um sonho, por não ter esses quadros sociais lógicos, é mais difícil de saber se os acontecimentos foram ou não reais e até mesmo como detalhadamente ocorreram.

Logo, mesmo que a reconstrução das ocorrências do passado seja feita no inconsciente humano, essas características sociais que são ensinadas em sociedade também serão importantes para essa reconstrução, uma vez que será por meio delas que, ao se lembrar de algo, o evento fará sentido, e a memória continuará viva (BARROS,1989).

Entretanto, um ponto que é destacado por muitos autores, é que a memória é seletiva. Isso significa que os indivíduos não têm a capacidade de lembrar-se de tudo. Por isso, no processo de resgate das lembranças, apenas os acontecimentos mais marcantes serão lembrados. Esse fato provoca a curiosidade de muitos para saber quais seriam os motivos por trás da escolha do que lembramos ou não, já que Bosi (2003) afirma a necessidade de entender porque lembramos, mas também porque nos esquecemos das coisas.

Baseado nisso, uma das respostas possíveis é de Pollak (1992), onde o autor destaca que as razões existentes para esquecer ou não um episódio estão provavelmente no consciente ou inconsciente de cada um, sendo assim, uma causa baseada em motivações individuais. Em

599





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



razão de que vivências e pontos sociais pessoais influenciam na nossa concepção do que é importante ou não (BARROS,1989).

Vale ressaltar que primeiramente, mesmo sem ter uma resposta certa sobre os reais motivos das escolhas individuais que os seres humanos fazem para lembrar ou esquecer-se dos episódios vividos, é necessário destacar que a classificação de ser ou não um acontecimento marcante vem após o ocorrido.

Em outras palavras, nenhum ato é classificado em imediato, uma vez que seu impacto será entendido posteriormente, já que na vida real os acontecimentos não são feitos em uma percepção de continuidade, ou seja, não há a possibilidade de compreender se ocorrido foi ou não determinante para o futuro do indivíduo no exato momento que ocorreu, mas sim tempos depois (BOSI, 2003; BARROS, 1989).

Além disso, o processo de seleção e classificação dos eventos como importantes não é algo exclusivo da memória. Bosi (2003) e Barros (1989) destacam que outros conceitos também escolhem os acontecimentos por meio de sua importância, entre eles o que é mais utilizado em comparações com a memória, é a história, na medida em que os autores destacam que assim como a memória, a história também será seletiva sobre quais acontecimentos serão revisto do passado para entender melhor o presente.

Entretanto, a diferença durante este processo é que os objetivos ligados a cada conceito são opostos, visto que a seleção feita pela memória está ligada a questões mais pessoais, sentimentais e individuais, enquanto a história faz a sua seletividade baseada em pontos lógicos de como contar os casos de forma sucinta e imparcial (BOSI, 2003).

Ademais, por ser um conceito tão importante para o resgate de informações que estão escondidas no passado, a memória é usada por inúmeras pesquisas como método para encontrar dados que irão facilitar o entendimento da realidade atual de grupos ou indivíduos pesquisados, sendo esta pesquisa uma delas, em virtude de que muitos grupos utilizam a memória oral para transmitir as suas ideias, sentimentos, lógicas, ideologias, fundamentos e valores essenciais de um indivíduo para o outro dentro do mesmo grupo ou usam as memórias pessoais passadas para reorganizar o presente (BOSI, 2003; BARROS, 1989). Em específico ao primeiro caso descrito anteriormente, a memória tem como principal objetivo transmitir os pontos essenciais para que não sejam perdidos, ou seja, para uma preservação de valores. Logo, a memória é uma ponte entre a essência do grupo e os indivíduos mais novos, na qual tal essência será importante para influenciar como esses membros irão agir e pensar no presente e futuro.

Essa transmissão de valores identitários acontece porque, de acordo com Halbwachs, a memória está diretamente relacionada com ação dos grupos de passar as características consideradas insubstituíveis para os membros mais novos (BARROS, 1989), uma vez que ela que vai ser um meio de compartilhar princípios culturais importantes que foram identificados e encontrados no passado da comunidade e assim influenciar diretamente a forma como as pessoas atualmente pensam e entendem o mundo e a si mesmas (POLLAK,1992).

600





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Bosi (2003) destaca que essa dinâmica é muito comum entre membros das famílias e que, na maioria das vezes, são os mais velhos que ficam com a responsabilidade de transmitir esses valores como uma forma de herança para os mais novos. A autora os chama de mediadores e serão eles que irão guiar e aconselhar os membros mais novos.

Desta maneira, ao discutir memória, a família torna-se um exemplo importante de como esse conceito funciona, visto que os núcleos familiares usam as suas vivências resgatadas do passado para organizar o presente. Vale destacar que essa transmissão não precisa ser linear, os pontos do passado são recordados de acordo com o porquê de cada indivíduo(s) ou a situação que ele(s) se encontra(m) (POLLAK,1992).

Entretanto, mesmo que não haja necessidade de relembrar os acontecimentos em uma lógica cronológica, a memória sempre será utilizada dentro dos lares familiares como uma forma de perpetuar uma continuidade e coerência importante de valores e experiências dos membros mais antigos para outros, com o objetivo de fazer com que a realidade dos mais novos seja mais fácil, entendível, segura ou educativa.

Portanto, ao trazer esse fato para os assentamentos, percebe-se que as trajetórias vividas por membros das famílias assentadas foram e são muito importantes para as características presentes na realidade atual dos núcleos familiares, além de influenciar na forma como os membros se identificam, entendem o mundo e a luta que eles participam.

Essas vivências atuais são essenciais para a forma como o território será manuseado e o assentamento organizado (ALVES, 2013). Além disso, o processo de compartilhamento dos eventos passados evidencia não só a luta mais a riqueza e culturas dos povos assentados.

601

História do Assentamento Cícero Guedes

A cidade de Campos dos Goytacazes, onde existe o Assentamento Cícero Guedes, foi um enorme território da proliferação das usinas de açúcar e engenhos no século XIX. A cidade era considerada uma das maiores produtoras de açúcar do país naquela época e todo o modo de vida da população campista era voltado para este período histórico. Pela influência ter sido muito forte, até hoje a cidade ainda carrega consigo as características simbólicas e materiais desse período, principalmente por meio de sua arquitetura, paisagens e aspectos sociais.

Com o falecimento da produção açucareira, muitos terrenos começaram a passar pelo processo de desapropriação e em Campos não foi diferente. Essa época foi considerada tensa, visto que não havia muitas informações de como seria esse processo, além das dúvidas sobre os novos donos dos terrenos e os destinos dos milhares de trabalhadores que tinham como forma de sustento sua ligação com a cana.

No caso da usina de Cambahyba, o território passou por anos de conflitos, no qual, durante 21 anos, presenciou várias apropriações e despejos. Apenas em 2020 o procedimento foi legalizado e em 2021 o território foi ocupado pelo Movimento Sem Terra (MST) dando início, assim, ao Acampamento Cícero Guedes, que tem este nome como uma homenagem ao ex-líder do MST que foi assassinado em 2013. Cícero teve uma trajetória de luta a favor





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



da reforma agrária e foi considerado como uma das maiores lideranças políticas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no norte fluminense. Todavia, em 2023, por meio do Plano Emergencial de Reforma Agrária, o território tornou-se oficialmente um Assentamento e está passando por processos de divisão oficial das terras junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Vale destacar que o Assentamento Cícero Guedes não ocupa o território inteiro da usina, uma grande parte também foi ocupada por indivíduos que não eram simpatizantes, ou que por pressão externa saíram, do movimento social, o que acarreta em conflitos entre os moradores assentados, fazendeiros e membros dos movimentos sociais.

Metodologia

A pesquisa encontra-se metodologicamente em uma revisão bibliográfica de textos que discutem sobre temas importantes para a análise. Em relação às idas a campo, por ser uma pesquisa relativamente recente da qual teve o seu início em julho/2023, os dados encontrados datam de seis idas a campo, feitas pela equipe nos meses de agosto a novembro de 2023. As visitas foram feitas principalmente em dias que estavam ocorrendo oficinas dadas pelos membros do projeto UEPR. Os métodos utilizados durante a ida a campo foram uma observação participante e conversas mais informais com os assentados, isso porque, nesses primeiros meses, o intuito era conhecer as famílias, a localidade, suas características e dinâmicas.

602

Realidade das famílias assentadas

No Assentamento Cícero Guedes há atualmente uma quantidade aproximada de 100 famílias que são acompanhadas pelo projeto UEPR.

Entre os pontos observados foi possível reconhecer que há uma tensão entre as famílias do assentamento e os moradores das fazendas que existem no restante do território da antiga usina de açúcar. Isso ocorre porque não há uma divisão de terra explícita e também, muito comumente, há discordância de ideias e ideologias sobre o que fazer com o terreno, o que prejudica a organização do território e, conseqüentemente, as ações feitas na terra de maneira geral.

Para mais, de acordo com as observações feitas em campo, os moradores do Assentamento Cícero Guedes tem um perfil diversificado, com múltiplas funções de trabalho. Eles desempenham seus ofícios dentro do campo e da cidade, e são majoritariamente agricultores. Vale destacar que, para complementar a renda, muitas mulheres estão utilizando do artesanato como forma de produzir bijuterias para vender.

Além disso, as terras de origens dos assentados também são diversificadas já que, por meio de conversas, foram apresentados casos de moradores que residiam nas terras que foram desapropriadas no município de São João da Barra, das ocupações feitas no Novo Horizonte e também de ocupações do bairro Floresta em São Francisco. Logo, as tradições levadas de





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



cada família para a formação do assentamento são diferentes, o que agrega para que as características do local sejam cada vez mais únicas.

Por conta da condição precária das habitações, que são feitas em barracas, e por conta da falta de água e energia elétrica, há uma grande dificuldade em relação à moradia dos assentados, que tem como consequência uma diminuição das famílias que vivem no território. Além disso, nota-se que a produção no pequeno espaço disponibilizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST tornou-se insuficiente para o sustento das famílias, o que acarreta na desmobilização e na impossibilidade de melhorias na produção e, conseqüentemente, na arrecadação de renda.

Outro ponto notado são os conflitos ligados à multiplicidade ideológica presente no território, principalmente após a polarização política que vem ocorrendo a partir das eleições de 2018. Essas divergências acontecem entre os assentados, chegando até a dividir famílias e criar embates entre os indivíduos com os membros do MST. Também há reclamações sobre a falta de coletividade, que acarretam em embates sobre a divisão dos trabalhos entre as famílias, pois algumas entendem como desigual a distribuição.

Em relação ao diálogo entre assentados e MST percebe-se que há uma tentativa por parte do movimento de se aproximar mais dos moradores do lugar, principalmente dos mais fechados e conservadores. Há uma iniciativa de desmistificar a organização como desorganizada e outras características pejorativas e ruins, uma vez que, mesmo que a criação do assentamento tenha um objetivo explícito por trás, ou seja, perturbação da ordem vigente, isso não significa que o movimento e moradores concordam em todas as ideias, o que acarreta em um ambiente sensível, pois sem uma comunidade nítida há maior facilidade em iniciação de conflitos.

Um dos meios de aproximação, do qual a pesquisa entende que pode ter sido utilizada pelo MST, foi a produção de eventos e reuniões promovidas pelo movimento com a presença de personagens, por exemplo, líderes religiosos, que são enxergados como importantes para os assentados, visando criar uma maior segurança sobre o grupo social para os membros que residem no território. Também é perceptível que por ser uma região que recebe muitos atores sociais (instituições, movimentos sociais, órgãos públicos), os assentados se sentem um pouco perdidos, pois nem sempre as informações são as mesmas. Ademais, dentro do assentamento, durante as oficinas aplicadas pelo projeto UEPR, foi possível a observação da participação diversa entre os membros dos núcleos familiares, dessa maneira muitos levam seus filhos ou netos para os encontros, além de um alto percentual de idosos.

Em relação aos mais velhos, muitos estão na luta há anos e, com o passar do tempo e a falta de promessas cumpridas, percebe-se o surgimento de um sentimento de desesperança de finalmente conseguir o almejado lote. A pesquisa compreende que a memória pode ter uma forte influência sobre esse sentimento visto que há um medo de voltar a uma situação de total vulnerabilidade antes dos direitos conquistados, mesmo que ainda insuficientes, e tal desespero é passado para os membros mais novos, o que acarreta em uma maior pressão sobre os atores sociais, inclusive o UEPR, por resposta as dúvidas que surgem.

603





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Além disso, sobre os idosos que residem no terreno, muitos deles se queixam sobre a saída de alguns membros mais novos do assentamento, justificando que, com isso, há um aumento sobre responsabilidade do terreno visto que são eles precisarão sozinhos cuidar do local. Por fim, o estudo entende que apesar das dificuldades encontradas, o recente reconhecimento do Cícero Guedes como assentamento para o Plano Emergencial de Reforma Agrária tem entusiasmado novamente as famílias a lutarem pelo seu direito à terra e a participarem das oficinas ofertadas pelos projetos.

Conclusão

A pesquisa compreende que os apontamentos encontrados por meio de uma observação participante das primeiras idas a campo são importantes para ter um parâmetro geral do assentamento e da realidade das famílias que ali residem. Além disso, os pontos obtidos revelam uma condição de vida ainda difícil para os núcleos familiares, nos quais vivem no território tensões sociais e políticas. Por consequência disso, um dos objetivos ligados ao assentamento fica comprometido, pois mesmo que os moradores estejam em processo para ocupar as terras de forma definitiva, os meios de sobrevivência dentro do terreno ainda são muito ruins. Como foi dito, não há uma produção de renda suficiente e uma estrutura de vida adequada que possibilite retirar estes assentados de situações sociais difíceis, o que acarreta em evasão de moradores e famílias.

Além disto, é perceptível que o assentamento ainda é uma localidade vista como isolada da cidade. Desta forma, ainda é precária as ações efetivas públicas no local, como a instalação de água e energia elétrica, além da reforma das ruas. Infelizmente, em muitos aspectos o Assentamento Cícero Guedes e, conseqüentemente, a vida dessas famílias ainda são invisíveis para o poder público, o que é uma situação péssima, pois um assentamento que vive isolado tem mais dificuldade para criar conexão e assim crescer e tornar-se um espaço lucrativo e seguro.

Por fim, os achados apontam para a necessidade de a pesquisa criar futuros planos com o intuito de produzir métodos acadêmicos, como questionários, entrevistas e grupos focais, para confirmar, expandir e explicar os resultados encontrados.

Referências

ALVES, Angela Cristina. Memória: A formação do Assentamento Antônio Conselheiro-MT. 2013. 54 p. Monografia (Licenciatura em Educação do Campo) - Universidade de Brasília, [S. l.], 2013. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=mem%C3%B3ria+a+forma%C3%A7%C3%A3o+do+assentamento+&btnG=#d=gs_qabs&t=1708912696605&u=%23p%3Dot-qc-S3GY8J. Acesso em: 15 jan. 2024.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



ANDRADE, M. Poder político e produção do espaço. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 1984.

BARROS, Myriam Moraes Lins de. Memória e Família. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, ed. 3, p. 29-42, 1989. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2277>. Acesso em: 17 jan. 2024.

BOSI, Ecléa. Sobre a Memória: A substância social da memória. In: O TEMPO Vivo Da Memória: Ensaio da psicologia social. 4. ed. [S. l.]: Ateliê Editorial, 2003. cap. Um, p. 13-33. Disponível em: <https://www.atelie.com.br/site/wp-content/uploads/2022/04/Tempo-Vivo.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2024.

BUTH, F.; CORRÊA, W. A RECONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO A PARTIR DE ASSENTAMENTOS RURAIS: o caso do assentamento Ramada-RS/THE TERRITORY RECONSTRUCTION FROM RURAL SETTLEMENTS: the case of Ramada settlement-RS. 2006.

DOURADO, A. M. Viver e pertencer: identidades e territórios nos assentamentos rurais de Sergipe. 30 jul. 2014.

FERNANDES, B. M. A TERRITORIALIZAÇÃO DO MST - MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA - BRASIL. REVISTA NERA, n. 1, 2012.
GOTTMANN, J. A evolução do conceito de território. Boletim Campineiro de Geografia, v. 2, n. 3, p. 523-545, 31 dez. 2012.

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: [s.n.].

HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. 2. ed. São Paulo: Revista dos tribunais, 1990. 189 p. ISBN 85-7115-038-9. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4005834/mod_resource/content/1/48811146-Maurice-Halbwachs-A-Memoria-Coletiva.pdf. Acesso em: 24 jan. 2024.

MORAIS, H. A. DE. Território e a dimensão espacial do discurso em torno dos assentamentos rurais. Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais, v. 3, n. 2, p. 298-318, 2014.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, ed. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <http://www.pgdef.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2023.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do poder. São Paulo: Editora Ática, 1993.

SANTOS, M. O retorno do território. Em: Território: globalização e fragmentação. 2. ed. São Paulo: [s.n.]. p. 15–20.

606



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



RELAÇÕES ENTRE HISTÓRIA E PSICANÁLISE A PARTIR DE BIOGRAFIAS HISTÓRICAS: A VIDA DE FREUD A PARTIR DE GAY E ROUDINESCO

Evandro dos Santos¹

“No reino da ficção, encontramos a pluralidade de vidas de que precisamos.”
Sigmund Freud

Introdução

A historicidade dos recursos narrativos apropriados pelo campo do conhecimento histórico diz muito acerca das questões centrais atinentes à teoria, à metodologia e, sobretudo, à história da historiografia como prática cultural. As relações entre o particular e o geral, o específico e o total, o individual e o coletivo, dentre outras dicotomias supostas, ajudam a definir tanto a natureza da história, entendida como disciplina científica, como a mapear as diferentes historiografias desenvolvidas ao longo do tempo, em diferentes recortes espaciais (KUHN, 2024). Nesse sentido, o gênero biográfico assume um lugar especial, que atravessa as escritas antigas e modernas da história, ao mesmo tempo em que se mostra disseminada nos mais diversos contextos historiográficos. Considerando a clássica definição de Marc Bloch, que entende a história como a ciência dos homens no tempo, o produto do trabalho historiográfico assume um caráter ético de escrutínio das ações humanas e sua compreensão, em sentido mais amplo e abstrato (OSÉS, 2021).

Quando falamos da escrita de vidas de intelectuais ou, no caso examinado neste trabalho, de um responsável por uma das obras mais importantes da modernidade, torna-se ainda mais evidente o paralelo possível entre responsabilidade do sujeito de conhecimento e as consequências de suas teorizações (ARFUCH, 2010). Sendo assim, o presente trabalho pretende apresentar os resultados do exame de duas obras biográficas dedicadas ao fundador da psicanálise, o médico neurologista Sigmund Freud (1856-1939). *Freud: uma vida para o nosso tempo* (1988), do historiador alemão, radicado nos Estados Unidos, Peter Gay, e *Sigmund Freud na sua época e em nosso tempo* (2014), da historiadora francesa Elisabeth Roudinesco, são livros ora tomados como fontes históricas, que, quando analisados em paralelo, permitem a compreensão de variados contextos de relacionamento da história com a biografia e,

607

¹ Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – Brasil, com estágio PDSE junto à Universidade de Coimbra (UC) – Portugal. Professor de Teoria da História e História da Historiografia no Departamento de História e no Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ensino Superior do Seridó da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) – Brasil. Em estágio de pós-doutoramento junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará (UFC) – Brasil. Contato: evandro.santos@ufrn.br





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



sobretudo, da primeira com o saber da psicanálise, reunindo, assim, elementos pertinentes para se pensar alguns aspectos do debate teórico, referente à história, ao tematizar a participação das narrativas de vida de sujeitos de conhecimento na produção da historiografia, ao longo do tempo.²

Sem pretensão de se apresentar como uma análise exaustiva, dado o imenso volume de informações sistematizadas nas supracitadas obras, o que se pretende, de modo modesto, é propor uma experiência de leitura dessas biografias que permita observar como determinadas escolhas narrativas nelas identificadas podem contribuir à compreensão acerca das escolhas disciplinares e éticas tanto da história como da psicanálise.³ Dito de outra forma, a proposta consiste em investir na indicação trazida pela historiadora Joan Scott e observar até que ponto dois saberes, por vezes, estranhos um ao outro, podem, na incomensurabilidade que lhes caracteriza quando postos frente a frente, encontrar caminhos partilhados e promissores (SCOTT, 2012).

Uma vida para o nosso tempo

Há diversas hipóteses que podem ser levantadas quando se tem por escopo compreender o projeto biográfico dedicado a Freud, de autoria do historiador Peter Gay (1923-2015). Diversos caminhos foram trilhados por Gay, desde a década de 1950, quando se formou em História, até os anos 1970, 1980 e 1990, momento em que Freud e a psicanálise passaram a dialogar com estudos anteriores por ele produzidos e a inspirá-lo em novos projetos, alguns deles significativamente ousados para o contexto ora tratado. Quem nos ajuda no mapeamento da conjuntura historiográfica na qual Gay se formou e começou a atuar é o historiador Raphael Lino que, em tese de doutoramento recentemente defendida, junto ao Programa de Pós-Graduação da UNESP (São Paulo-Brasil), examinou parte significativa da extensa obra do biógrafo de Freud e apontou para os horizontes que demarcaram os resultados de seu trabalho. Lino assegura que o recorte temporal e espacial sobre o qual tratamos consistiu em um momento de esforço pela consolidação da história como disciplina científica, nos Estados Unidos, em meio à chamada crise dos paradigmas explicativos que, naquele país, vinculou-se às discussões teóricas relacionadas à chamada “virada linguística” (LINO, 2023, p. 86-91).

Neste sentido, no ano de 1974, Gay publica, em livro, um conjunto de conferências ministradas nos anos anteriores intitulado *O estilo na história*. Não se trata do único trabalho

608

² Para as finalidades da presente pesquisa, são utilizadas as seguintes referências: a segunda edição brasileira da obra de Peter Gay, datada de 2012, e a primeira edição do livro de Roudinesco, publicado em 2016, no Brasil.

³ Fundamental, ainda, é dizer que esta pesquisa é definida como uma “experiência de leitura”, entre outras razões, para informar que se trata de um trabalho laboratorial, sem pretensões de exaustão bibliográfica em termos teóricos, temáticos e contextuais. As bibliografias em língua inglesa, por exemplo, acerca da obra de Peter Gay e de sua fortuna crítica, ou em língua francesa, para o caso de Elisabeth Roudinesco, não são consideradas nesse momento da investigação. O próprio contexto internacional e vasto do assunto ora trabalhado não autoriza um investimento com caráter exaustivo, o que se desviaria dos objetivos colocados.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



de caráter teórico publicado pelo historiador, porém, é ele (o livro) um bom exemplo dos caminhos que seriam trilhados rumo aos diálogos com a psicanálise em sua escrita historiográfica. Nem sempre lembrado como um fruto das polêmicas que envolviam a cientificidade da historiografia, a despeito dos limites identificados nas tradições do materialismo histórico e da antropologia estrutural, fato é que com seu estudo que relacionava o estilo dos historiadores a uma determinada forma de dizer a verdade – que varia no tempo – pode ser colocado, com tranquilidade, ao lado de obras tais quais *Como se escreve a história* (1971), de Paul Veyne, *Meta-história: a imaginação histórica no século XIX* (1973), de Hayden White, e *A escrita da história* (1975), de Michel de Certeau. Nela, Gay estava se perguntando sobre questões próximas àquelas levantadas por seus colegas, sem perder a oportunidade de recusar a falsa diferença entre forma e conteúdo, ao afirmar que “o estilo não é a roupagem do pensamento, e sim parte de sua essência” (GAY, 1990, p. 170).

Por meandros sofisticados e nem sempre evidentes, o historiador argumentava que era fundamental investigar a singularidade de estilo de cada historiador, como ele mesmo havia efetuado em relação a Gibbon, Ranke, Macaulay e Burckhardt. Ademais, não se tratava de propor um catálogo de estudos que relacionasse autores e obras, aos moldes de uma história da historiografia já muito criticada e superada, por exemplo, por pesquisadores brasileiros (GUIMARÃES, 2005). Contrariamente, o exame de trabalhos historiográficos, estimulado por uma agenda teórica, encontrava a sua unidade sob a noção de estilo, que permitia ao pesquisador articular, de maneira rigorosa, o que se poderia chamar de atitudes historiográficas possíveis em contextos historiográficos específicos. Eram os condicionantes práticos para a escrita da história que importavam a Gay (não seria exatamente isso que atraía a atenção de Veyne, White e Certeau em suas consagradas obras da década de 1970?).

Entretanto, a breve digressão a partir de *O estilo na história* serve, sobretudo, como uma demonstração das escolhas nas abordagens desenvolvidas por Gay ao longo de sua carreira. Assim, o que se pretende desenvolver, nessa leitura de uma de suas obras, é, justamente, a hipótese de que Peter Gay optou por explorar diferentes formas e recursos narrativos com o intuito de tornar possível o diálogo entre a história e a psicanálise, aproximação que envolve, até hoje, grandes desafios. Freud e sua obra são tomados de modos muito diversos no conjunto de trabalhos publicados por Gay. Os mais conhecidos, no Brasil, traduzidos a partir da segunda metade da década de 1980, atestam essa constatação. Em *Freud: uma vida para o nosso tempo* (lançamento brasileiro data de 1988) está um estudo biográfico, em sentido tradicional, mas que não renunciava às possibilidades de sua época de produção. Já em *Freud para historiadores* (publicação brasileira original: 1989) encontramos uma espécie de pequeno manual de teoria e metodologia da história voltado para o estímulo à produção de uma historiografia “persuadida” pela psicanálise, como provocou Gay ao final de seu tutorial. Por fim, em *A experiência burguesa: da rainha Vitória a Freud*, coleção editada em vários volumes (lançados no Brasil entre 1989 e 2001), a psicanálise foi convertida, simultaneamente, em recurso teórico e em contexto intelectual, no interessante estudo dedicado as modulações das subjetividades das classes médias, nos Estados Unidos, entre 1820 e a Segunda Guerra Mundial.

609



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Importa dizer, de qualquer forma, que Freud foi a personagem onipresente nesta série de estudos historiográficos legada por Gay. Aparentemente, do mesmo modo que a dedicação ao trabalho com a tradição do materialismo histórico dialético delimitou a obra do historiador inglês Edward Palmer Thompson e que Friedrich Nietzsche foi um pensador importante para os desdobramentos da reflexão de Michel Foucault, não há risco em dizer que Sigmund Freud participou, de maneira determinante, da escrita da história praticada por Peter Gay. A tal ponto que uma volumosa biografia histórica pôde ser pensada e proposta, o que não era exatamente algo inesperado, dada a relação de Gay com o legado freudiano e, especialmente, a conjuntura historiográfica internacional dos anos 1980. Havia motivos de sobra para que uma biografia histórica pudesse ser produzida. A psicanálise, em sentido amplo, era debatida em profusão, em especial, na França, sobremaneira, pela atuação de continuadores de Jacques Lacan, falecido no começo da década (não apenas no contexto francês, aliás, mas em países como a Argentina, a psicanálise consolidava-se ao refutar, em parte com sucesso, críticas de nomes como Ludwig Wittgenstein, Karl Popper e Adolf Grömbaum).

Assim como é complexo falar sobre o materialismo histórico sem considerar as experiências biográficas de Marx (como a conjuntura política e econômica o afetava, seus deslocamentos pela Europa etc.) ou considerar a crítica do historicismo oitocentista sem levar em consideração a perspicácia de Nietzsche em flagrar, precocemente, que algo não ia bem em seu contexto cultural, narrar a história da psicanálise sem levar em conta a centralidade de Freud é, definitivamente, impossível. Mesmo com toda a densa teorização – a partir da linguística – desenvolvida por Lacan, por exemplo, foi preciso retornar, com regularidade, aos preceitos e às vivências ensinadas pelo médico alemão que viu a virada do século XIX para o século XX e sofreu as consequências da Primeira Guerra Mundial. A biografia de Freud acompanha a história de sua teoria, por assim dizer. Recentemente, em função de uma falsa polêmica que opunha práticas culturais muito diversas (tidas como pseudociências por um dos lados da querela), entre figuras do cenário intelectual e público brasileiro, os psicanalistas brasileiros Christian Dunker e Gilson Ianinni publicaram uma obra intitulada *Ciência pouca é bobagem: por que a psicanálise não é pseudociência*. Não vem ao caso reconstituir a mencionada polêmica, até mesmo porque ela, rapidamente, perdeu força, no campo social.⁴ O que interessa a esta análise é que, em determinada passagem da obra supracitada, Dunker e Ianinni indagam, no título de uma de suas seções: “as biografias de Freud importam?” (DUNKER; IANINNI, 2023, p. 134-141). O excerto em questão justifica-se pelo fato de que os autores de uma obra que situa a psicanálise como pseudociência, ao lado da astrologia, da acupuntura e da homeopatia, escolheram apenas uma dentre as dezenas de biografias de Freud hoje disponíveis para examinar o histórico do saber psicanalítico. Escolheram a biografia escrita por Frederick Crews e Frank Cioffi. De acordo com Dunker e Ianinni: “de

610

⁴ Remete-se, apenas a título de informação complementar, considerando-se não se tratar de assunto fundamental à análise, o título da obra que abriu a polêmica que, em seguida, recebeu réplica de Dunker e Ianinni. Trata-se do livro *Que bobagem! Pseudociências e outros absurdos que não merecem ser levados a sério*, de autoria da bióloga Natalia Pasternak e do jornalista Carlos Orsi, publicado em 2023.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



todos os mais de trinta biógrafos de Freud, fossem eles contemporâneos ou posteriores, psicanalistas ou historiadores, nenhum deles é tão calunioso, tão pouco baseado em evidências quanto Crews” (DUNKER; IANINNI, 2023, p. 137). Ou seja, a escolha deliberada por uma fonte biográfica alterou, significativamente, a descrição do percurso histórico da psicanálise que é exibida no livro.

De todo modo, retornando ao estudo biográfico proposto por Gay, no exame de qualquer trabalho dessa natureza, o que se torna fundamental é a observação do contexto epistemológico e historiográfico no qual a biografia foi escrita. Ainda que tal cuidado não garanta a explicação para todas as escolhas feitas na composição da obra, pode garantir hipóteses de leitura capazes de alimentar um debate pertinente aos campos da teoria da história e da história da historiografia. Em primeiro lugar, é importante considerar que se trata de uma biografia histórica publicada na segunda metade da década de 1980. A despeito de todos os apelos comerciais que, seguramente, estariam no horizonte da edição do livro, sabendo-se da efeméride envolvida – no ano seguinte à publicação completar-se-ia o cinquentenário da morte de Freud – não é possível ignorar o fato de, naquela conjuntura, em diversos contextos historiográficos nacionais, as relações da história com o gênero biográfico ganhara espaço de debate. Como desdobramento de discussões correntes desde inícios da década anterior, é possível afirmar que, enquanto Gay entregava ao público sua monumental biografia de Freud, as narrativas de vida tornavam-se objeto de análise teórica, metodológica e até mesmo mercadológica por parte da comunidade internacional de historiadores.

Se é correto afirmar que o gênero biográfico nunca desapareceu totalmente da oficina dos historiadores, já há consenso que as aproximações entre as escritas da história e de vidas tiveram fases de atração e de repulsa, sendo a década de 1980 um dos momentos de maiores contatos. Não seria sem razão que um importante nome da historiografia francesa, Jacques Le Goff, publicaria, em 1989, enquanto escrevia obras biográficas, um artigo de natureza teórica sobre o assunto, divulgado na revista *Le Débat* (LE GOFF, 1989). O interesse pelo biográfico, na verdade, vinha na esteira de uma agenda investigativa mais ampla, que se justificava, por motivos que variavam conforme o recorte nacional, pela chamada “explosão” dos problemas em torno da memória, do trauma e do testemunho, para ficarmos apenas com três categorias que se tornaram onipresentes a partir da oitava década do século XX. Os historiadores haviam passado, sobretudo, na Europa e nos Estados Unidos, os anos 1960 e 1970 ocupados da chamada “guinada linguística”. Jacques Derrida e Michel Foucault acabaram por se tornar nomes incontornáveis. No entanto, os anos 1980 foram marcados pelo que, depois, ficaria conhecido como a “guinada subjetiva” nas humanidades. Da mesma maneira que o texto publicado por Le Goff correspondia, nos canteiros da historiografia, às demandas do contexto, o conhecido artigo escrito pelo sociólogo Pierre Bourdieu, acerca daquilo que ele chamou de “ilusão biográfica”, expunha algumas de suas preocupações metodológicas com os usos de relatos de vida como material básico para pesquisas, no âmbito das ciências sociais. Em certa medida, a inquietação de Bourdieu com o trabalho a partir desses materiais reeditava a querela da sociologia com a psicologia, algumas décadas antes, o que é comentado, brevemente, por Gay, na biografia de Freud, ao descrever como,

611



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



mais ou menos na mesma época, Sigmund Freud, Max Weber e Émile Durkheim investigaram a temática da religião (GAY, 2012, p. 530-531).

Ademais, Jacques Le Goff tinha razão: perguntar-se sobre quais os limites e as possibilidades para a escrita de uma biografia, nos anos 1980, era mesmo uma indagação pertinente, cujas possíveis e inquietantes respostas atravessam a vida de Freud narrada por Gay. É interessante observar como o próprio título do volume aponta para o enfrentamento da ambiguidade que perturba a maioria dos biógrafos: “Freud: uma vida para o nosso tempo” (no original, *Freud: a life for our time*). Com esse título, a um só tempo, Gay apontava para a atualidade e para a importância contemporânea do biografado, sem deixar de sinalizar que aquela era a biografia possível àquela altura. De fato, em linhas gerais, a composição da obra confirma essa interpretação. Gay apresenta uma organização cronológica da vida e da obra de Freud bastante rígida, embora haja diálogos, no desenvolvimento dos capítulos, entre os recortes temporais elencados pelo historiador. Após um breve prefácio, também de sua autoria, encontram-se os doze capítulos que foram distribuídos em três partes principais assim intituladas: “Fundamentos: 1856-1905” (composta por três capítulos), “Elaborações: 1902-1915” (composta por quatro capítulos) e “Revisões: 1915-1939” (composta por cinco capítulos). A edição em análise conta, também, com uma volumosa seção de notas, com um ensaio bibliográfico que ajuda o leitor a acompanhar o material utilizado na composição de cada um dos capítulos, com excerto dedicado a agradecimentos e com um índice remissivo que encerra o trabalho.

Com relação à biografia de Freud, percebe-se, desde o prefácio (escrito em estilo destacadamente defensivo), certa peculiaridade. É como, em biografias de escritores, que a vida do biografado seja construída em diálogo constante com a descrição dos processos de criação de suas obras. No entanto, como o próprio biógrafo logo observa, a vida de Freud compõe, concretamente, sua obra, a despeito das críticas e desconfianças que o pai da psicanálise cultivava em relação ao gênero narrativo em questão. Sobretudo, em *A interpretação dos sonhos* (1900), bem como em outras publicações, Freud expôs sua intimidade, com a finalidade de explicitar as dimensões teóricas da psicanálise (e suas possíveis consequências para as pesquisas e técnicas clínicas). Observa-se a formulação de um saber que exigia de seu sujeito um inusitado gesto autobiográfico (GAY, 2012, p. 14). A partir daí surge o espaço para o corte entre o historiador/biógrafo e o psicanalista e, por conseguinte, entre a história, entendida como disciplina científica, e a psicanálise, esse saber que marca sua diferença frente ao discurso da ciência, embora com ele conserve alguns laços e compartilhe de alguns pressupostos e conceitos. Gay opta por demarcar, com traços fortes, a distância que separa a escrita da história (e uma biografia nesses moldes), com suas exigências críticas, do fascinante enredo subjetivo, e, por vezes, claramente peculiar a Freud, que tornou possível a psicanálise. Nem mesmo os recursos típicos do gênero biográfico deveriam comprometer (ou ameaçar) o ponto de vista historiográfico.

A história de vida de Freud, assim, confunde-se com a história da psicanálise, que acaba por converter-se em um segundo objeto explorado na biografia. A hipótese da cientificidade do saber originalmente pensado por Freud é tratada já no primeiro capítulo, impondo-se como

612



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



um certo contraponto à concepção de história que ampara Gay e que ele faz questão de enunciar no prefácio (GAY, 2012, p. 52). Como a psicanálise não protege seu sujeito de conhecimento com a mesma eficiência a partir da qual a disciplina da história isola o historiador, divorciado, no tempo (e, por vezes, no espaço) de seus objetos e, por outro lado, separado de suas abstrações teóricas – coisa que Freud nem sempre era capaz – as experiências particulares desse último são examinadas, na biografia sob a ótica do impacto que tiveram em suas formulações psicanalíticas. As paixões do jovem biografado são lidas como “teorias de si”: “(...) quando teorizou, nos anos 1890, sobre o sofrimento erótico ligado à vida moderna, em parte escrevia sobre si mesmo” (GAY, 2012, p. 55).

Desarmado, o Freud que aparece nas páginas da biografia é também aquele que, com a prática clínica, desenvolve categorias que servem, posteriormente, como limites reconhecíveis de seu próprio método. É o caso do conceito de resistência, a instância inconsciente que impedia uma de suas pacientes de falar durante as sessões (GAY, 2012, p. 88). Ou seja, por vezes, aspectos eminentemente biográficos são interpretados como teorizações posteriores, em outros pontos, formulações conceituais consideravelmente abstratas são tomadas tais quais reflexos dos limites da prática clínica. Gay tem razão quando afirma que “esse emaranhamento entre autobiografia e ciência marcou a psicanálise desde o início” (GAY, 2012, p. 105). No entanto, quando sua análise biográfica ultrapassa o debate epistemológico e avança sobre Freud com o uso das teorias por ele formuladas, é a própria biografia histórica de Gay que assume o tom especulativo diversas vezes atribuído ao biografado, ao longo da obra:

É importante para a história da psicanálise que Freud tenha tido uma relação tão filial com seu pai, sonhando e se preocupando mais com as relações paternas do que com as maternas, inconscientemente disposto a deixar não analisada parte de sua ambivalência em relação à sua mãe (GAY, 2012, p. 105).

Não havia grande espaço de negociação a Freud, ao passo que sua obra, de modo geral, denunciava suas experiências de vida. Essa impressão atravessa, praticamente, toda a primeira parte da obra. Por outro lado, na segunda e terceira partes, nas quais se encontram as análises dos ensaios de aplicação histórica e social da psicanálise, o argumento de autoridade do historiador/biógrafo abandona a crítica dos fundamentos autobiográficos da psicanálise clínica e passa a questionar o estatuto de verdade dos estudos culturais escritos por Freud. É o caso das avaliações que Gay faz de obras como *Totem e tabu*, *O futuro de uma ilusão*, *O mal-estar na civilização* e *Moisés e o monoteísmo*. Essas obras, publicadas originalmente em 1913, 1927, 1930 e 1939, respectivamente, foram interpretadas com a severidade que diz algo sobre o contexto de institucionalização da história, como disciplina científica, nos Estados Unidos, ambiente no qual Gay encontrou sua formação e seu espaço de atuação, e, ainda, expressa o quanto escrever biografias (sendo um historiador), um gênero narrativo popular e caracterizado por certo didatismo pouco acolhido nos ambientes intelectuais universitários, nos anos 1980, era uma escolha que exigia um rigor que, praticamente, impedia o



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



reconhecimento das fontes que estavam submetidas à análise a partir daquilo que elas efetivamente eram ou representavam.

Totem e tabu, por exemplo, é lido como uma manifestação dos conflitos subjetivos de Freud, alguns mais concretos, como a briga com Carl Jung, outros mais inconscientes, como as disputas com seu pai: “assim, seja qual for o valor objetivo da tentativa de Freud de descobrir os fundamentos da religião no complexo de Édipo, é bastante plausível que alguns dos impulsos que orientavam sua argumentação em *Totem e tabu* tenham emergido de sua vida secreta; sob alguns aspectos, o livro representa um momento de sua luta, nunca concluída, com Jacob Freud” (GAY, 2012, p. 342). No que toca aos ensaios de 1927 e 1930, supracitados, o escrutínio factual é menos violento. O capítulo onze da biografia é, em grande medida, dedicado a eles. O tom ameno talvez ganhe terreno pela constatação de que, em seus trabalhos de crítica psicanalítica do fenômeno religioso, da ciência e do desamparo humano, Freud é visto como um continuador das filosofias iluministas e de outros pensadores modernos. Gay vai de Thomas Hobbes a Thomas Macaulay e posiciona Freud em uma longa duração, fazendo de seu ateísmo e pessimismo algo histórico. Nesse sentido, o biografado escapava das ferramentas da psicanálise, voltadas, na obra, contra ele, e passava a ser refém do contexto. Seus pontos de vista eram explicáveis pelo conjunto de ideias que se formou antes de sua existência (GAY, 2012, p. 526-588). De qualquer modo, esse capítulo direcionado a dois dos mais importantes ensaios culturais de Freud é, sem dúvida, um dos melhores momentos de *Freud: uma vida para o nosso tempo*. Na sua etapa final, *Moisés e o monoteísmo* é lido como mais um dos trabalhos excessivamente especulativos de Freud, que Gay define como “uma produção curiosa, mais hipotética do que *Totem e tabu*, mais desalinhada do que *Inibições, sintomas e angústia*, mais ofensiva do que *O futuro de uma ilusão*” (GAY, 2012, p. 605). No entanto, Gay ao menos pondera que se tratava de uma obra escrita em circunstâncias políticas e pessoais muito delicadas para Freud. Já sofrendo do câncer que, poucos anos depois, causaria a sua morte e enfrentando a migração forçada imposta pelo regime nazista, o criador da psicanálise admitia que estava produzindo ficção histórica, algo que o biógrafo cobra que fosse ressaltado, evidenciado e explicado:

Mas, no conjunto da obra de Freud, o *Moisés e o monoteísmo* permanece como uma espécie de excentricidade, à sua maneira mais extravagante do que *Totem e tabu*. Quando refletiu pela primeira vez nele, pensara em lhe dar o subtítulo “Um romance histórico”. Teria feito muito bem se mantivesse sua intenção original (GAY, 2012, p. 647).

Mais uma vez, os perigos da aposta biográfica, no campo da historiografia, estimulam uma hiper crítica que acaba por desprezar aspectos importantes tanto da vida pessoal como dos contextos histórico e intelectual nos quais Freud experimentou sua existência, enfim, aspectos esses que talvez sejam o grande trunfo do gênero narrativo escolhido.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Na sua época e em nosso tempo

Elisabeth Roudinesco publicou sua obra biográfica dedicada a Freud cerca de um quarto de século depois do monumental livro produzido por Peter Gay. Essa observação faz toda a diferença. É correto considerar, também, que o fato de a historiadora e psicanalista escrever a partir do contexto historiográfico francês, igualmente, favoreceu, dado o desenvolvimento mais significativo da psicanálise no ambiente intelectual daquele país. Entretanto, no que diz respeito ao acréscimo de mais de duas décadas de reflexão teórica nos campos das ciências humanas, da crítica literária e da própria psicanálise, sobre a biografia, o que se percebe é uma leitura da vida de Freud menos devedora de uma fidelidade rígida a pressupostos de exclusão de uma certa concepção de método historiográfico e mais conectada com a própria historicidade desses pressupostos e dessa concepção.

Novamente, é importante a observação do título escolhido. Em 2014, já não se tratava mais de “uma vida para o nosso tempo” (sendo o “nosso tempo” entendida como a década de 1980). O livro escrito por Roudinesco tem por título *Sigmund Freud na sua época e em nosso tempo* (no original, *Sigmund Freud en son temps et dans le nôtre*). Esse corte no tempo, cisão que instaura o ato historiográfico, desde o seu estabelecimento como disciplina moderna, está posto no título da biografia. Aliás, não há como não recordar, nesse sentido, a análise de Michel de Certeau sobre as estratégias de tempo diversas da história e da psicanálise: “a psicanálise e a historiografia têm, portanto, duas maneiras diferentes de distribuir o *espaço da memória*; elas pensam, de modo diferente, a relação do passado com o presente. A primeira reconhece um *no* outro; enquanto a segunda coloca um *ao lado* do outro” (CERTEAU, 2011, p. 73). Como foi dito acima, as relações da história com as narrativas de vida ganharam outras conotações a partir da década de 1980, no bojo dos estudos sobre a memória e sobre as temporalidades múltiplas com as quais os historiadores passavam a trabalhar de modo mais consciente e teoricamente amparado (inevitável ignorar o impacto de obras como as de Reinhart Koselleck e Paul Ricoeur). Nesses termos, a biografia escrita por Roudinesco, desde o seu ponto de partida, parece mais histórica e historiográfica, se comparada com o projeto de Gay, que parece cobrar do biografado um pertencimento mais geral ao presente do biógrafo. Todavia, talvez não seja produtivo seguir com esta análise a partir de comparações diretas entre as duas biografias. Menos cronológica e mais temática, a obra de Roudinesco conta com uma sintética introdução, quatro partes distintas, um epílogo, uma seção dedicada à bibliografia e documentação considerada na produção do livro, uma lista com os nomes dos pacientes de Freud, outra seção com a árvore genealógica do biografado, os agradecimentos e, por fim, um índice onomástico. As partes, depois subdivididas em capítulos, foram assim nomeadas: “Primeira parte: vida de Freud” (composta por três capítulos), “Segunda parte: Freud, a conquista” (composta por quatro capítulos), “Terceira parte: Freud na intimidade” (composta, igualmente, por quatro capítulos) e “Quarta parte: Freud, últimos tempos” (composta por três capítulos). Na introdução, a historiadora/biógrafa agradece, postumamente, ao historiador Jacques Le Goff, que a teria estimulado rumo ao projeto. Le Goff, o mesmo autor de biografias e do artigo teórico sobre biografias históricas, publicado

615



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



no final dos anos 1980, remetido em outro momento desse texto, retorna como importante incentivador do trabalho de Roudinesco (ROUDINESCO, 2016, p. 11). Pelos elementos paratextuais que estão na obra, é possível, também, perceber o quanto a historiadora francesa trabalhou em condições muito superiores aos demais biógrafos de Freud. O acesso aos arquivos da Biblioteca do Congresso, em Washington, trouxe uma considerável diferença ao trabalho, recurso que outros pesquisadores não tiveram a oportunidade de usufruir.

Por outro lado, a hipótese ora defendida, já mencionada de passagem, é que a biografia escrita por Roudinesco contou com um contexto historiográfico e intelectual mais autoconsciente, o que possibilitou a ela observar Freud e a psicanálise não como objetos de conhecimento submetidos ao olhar inflexível de um sujeito de conhecimento. Não se trata mais de sustentar uma hierarquia bem estabelecida entre a história, entendida como disciplina científica, e esse saber, a psicanálise, que se apresenta, ao mesmo tempo, como uma teoria, uma prática terapêutica e uma ética, sem, necessariamente, submeter-se à lógica disciplinar. Essa biografia de Freud, a despeito de ter sido escrita por uma psicanalista que é também historiadora, apreende a história da distribuição discursiva das disciplinas, inclusive no que tange à historiografia, e, com isso, consegue observar o biografado na sua distância em relação ao nosso tempo e, simultaneamente, em sua contemporaneidade. Freud está e não está entre nós e é a partir dessa constatação que é pertinente, e interessante, conhecer uma versão possível de sua vida, que é criada através do gênero biográfico.

Roudinesco optou por partir do conflito que era pessoal e político para alguém como seu biografado, na Europa dos séculos XIX e XX: a sua condição de judeu. E ela que atravessa, de uma ponta a outra, a vida de Freud. Aspectos peculiares, polêmicos ou mesmo insignificantes das experiências de sua juventude foram narrados em analogia ao que, depois, o próprio biografado revelaria como parte de sua teorização, sem, no entanto, assumir um tom de julgamento ou de descrédito da psicanálise por isso. Novamente, o saber psicanalítico tem sua história contada em termos que quaisquer outros dos saberes humanos poderiam ter. A especificidade da psicanálise não é tratada com jocosidade, ao contrário, o trabalho historiográfico torna-se ainda mais interessante justamente pela diferença que ela impõe à perspectiva da escrita da história. a psicanálise ingressa na interpretação de Roudinesco oferecendo o que tem de melhor, em termos narrativos: ela ajuda a descrever o biografado naquilo que lhe individual e social, de uma só vez:

(...) Freud era capaz não só de inventar um romance familiar em conformidade com seus desejos, como de julgar com grande severidade as famílias que infringiam as regras do decoro burguês. E naturalmente considerava que, no cerne desse sistema, as famílias judaicas tinham o dever de ser mais exemplares que as demais (ROUDINESCO, 2016, p. 31).

Uma biografia histórica é feita a partir desses jogos entre característica profundamente pessoais, mas que, nem por isso, levam a presumir qualquer fantasia de singularidade absoluta do biografado. O próprio fato de Freud merecer uma biografia histórica o situa no âmbito



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



da experiência do tempo com a qual trabalham historiadores e historiadoras. A própria ideia de que a psicanálise foi um produto exclusivo de uma suposta genialidade de Freud ou de suas experiências mais particulares com amigos e colegas é questionada pela biógrafa, que conta com recursos conceituais adequados para tratar desse assunto:

De fato, sabemos que tais lendas não resistem à pesquisa histórica. Ainda que toda nova disciplina deva seus enunciados a um “pai fundador”, este instaura uma discursividade que não poderia lhe pertencer, uma vez que, se ela é racional, engendra uma possibilidade infinita de discursos suscetíveis de ser, por sua vez, reinterpretados (ROUDINESCO, 2016, p. 79).

Nesta perspectiva interdisciplinar, Roudinesco acaba por reposicionar Freud no tempo, sem desvalorizar a psicanálise naquilo que tem em comum a todas as outras disciplinas: “nenhuma teoria, seja a mais racional ou lógica, jamais é isenta do irracionalismo ao qual ela pretende escapar” (ROUDINESCO, 2016, p. 80). É também por esse caminho que, a partir de arquivos e documentos inéditos, conhecemos um Freud entre seus semelhantes. Não exatamente seus familiares, amigos e colegas no projeto da psicanálise, mas entre importantes nomes do mundo da escrita. Freud não admirava o estilo narrativo de Proust, por exemplo, embora ambos conservassem interesses e crenças em comum:

Se Freud e Proust eram, cada um à sua maneira, os narradores modernos da exploração do eu, compartilhavam igualmente a ideia de que a mãe é o primeiro objeto de afeto para o qual se volta o ser humano: a mãe ou seu substituto. E daí decorria, tanto para o escritor como para o cientista, uma concepção do amor segundo a qual todo ser humano deseja ser amado por outro como havia sido pela mãe. Ou, na falta dela, como ele teria desejado sê-lo (ROUDINESCO, 2016, p. 119).

Visto no seu tempo, o Freud iluminista foi descrito por outro ângulo na biografia proposta por Roudinesco, mais histórico e mais concreto que a mera ideia de uma linhagem de pensadores:

Renovador de uma crítica das genealogias familiares, Freud era tanto um pensador do irracional como o teórico de uma democracia elitista. Afirmava, por exemplo, que só a civilização – isto é, a coerção de uma lei imposta à onipotência das pulsões assassinas – permite à sociedade escapar à barbárie tão desejada pela própria humanidade (ROUDINESCO, 2016, p. 252).

O modo como Roudinesco escolheu apresentar a biografia de Freud contribui, afinal, para uma melhor compreensão dos motivos pelos quais a psicanálise, apesar de seu forte potencial crítico, não foi aceita em nenhum dos campos de conhecimento pelos quais circulou e, ainda hoje, circula. Pelo mesmo caminho, a biógrafa interpela textos como *Totem e tabu* a partir de uma leitura que não intenta colocar à prova da verdade factual aquilo que é apresentado na

617





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



obra: “o livro apresenta-se como uma fábula darwiniana sobre a origem da humanidade, sobre a onipotência do pensamento e sobre a relação dos homens com os deuses” (ROUDINESCO, 2016, p. 195). Ainda conforme a historiadora, “um de seus mais belos livros” (ROUDINESCO, 2016, p. 194).

Considerações finais

Em linhas gerais, o que se pretendeu demonstrar nesta breve leitura de duas das biografias mais importantes, dentre as inúmeras que foram dedicadas a Freud, pode ser sintetizado da seguinte maneira. A biografia, como já foi afirmado por diversos estudiosos do gênero, é terreno fértil para a reflexão teórica acerca da importante questão que atravessa todas as áreas do campo historiográfico: o que afeta o jogo entre a liberdade de ação de sujeitos históricos e os limites impostos por nossa dependência original em relação à cultura e à sociedade que nos circundam? Escritas de vidas tratam dessa dimensão ética que atinge a história, seja pelos historiadores (sujeitos de conhecimento), seja pelos atores históricos que participam de suas narrativas (sujeitos históricos) (AVELAR; SCHMIDT, 2018). Por outro lado, a biografia afeta os limites da história e da ficção. Freud produziu ficção histórica e esse tipo de produção cumpriu um papel importante na fundamentação teórica da psicanálise. O que aprendemos com os limites e possibilidades de uma biografia escrita nos anos 1980 e outra escrita na década de 2010, de um mesmo personagem, talvez nos ajude a repensar o lugar do ficcional na escrita da história, e, sobretudo, o que podemos aprender com a psicanálise quando aceitamos as diferenças em nossos diálogos com ela (RAMOS, 2023).

618

Referências

ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea**. Tradução: Paloma Vidal. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

AVELAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso (Orgs.). **O que pode a biografia**. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

GAY, Peter. **Freud: uma vida para o nosso tempo**. Trad. Denise Bottmann. Consultoria editorial Luiz Meyer. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

GAY, Peter. **O estilo na história**. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Historiografia e cultura histórica: notas para um debate. **Ágora**, Santa Cruz do Sul, v. 11, n.º 1, p. 31-47, jan./ jun. 2005.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



KUHN, Thomas S. **A incomensurabilidade na ciência**: os últimos escritos de Thomas S. Kuhn. Tradução: Alexandre Alves. São Paulo: Editora Unesp, 2024.

LE GOFF, Jacques. Comment écrire une biographie historique aujourd'hui? **Le débat**, Paris, mars-avril, numéro 54, p. 48-53, 1989.

LINO, Raphael Cesar. **Diálogos interdisciplinares: a relação entre história e psicanálise nas obras de Peter Gay**. Assis: Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2024 (Tese de doutorado em história), 237p.

OSÉS, M. L. "Do ponto de vista dos nossos Annales": a Revista dos Annales e a produção da história econômica e social (1929-1944). **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 14, n. 36, p. 435-463, 2021. DOI: 10.15848/hh.v14i36.1716. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1716>. Acesso em: 26 fev. 2024.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **Apesar do tempo**: história, memória e ficção. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2023 [livro eletrônico].

ROUDINESCO, Elisabeth. **Sigmund Freud na sua época e em nosso tempo**. Tradução: André Telles. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

SCOTT, Joan. The incommensurability of psychoanalysis and history. **History and Theory**, 51, (February, 2012), p. 63-83.

619





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



MEMÓRIA, HISTÓRIA E RACISMO: UMA ANÁLISE PSICANALÍTICA DA PERSISTÊNCIA DO RACISMO NOS CASOS DE ADOÇÃO DE CRIANÇAS NO BRASIL

Lívia Santos Rodrigues¹

Roberto Calazans²

Se wo were fi na wo sankofa a yenkyi

Nunca é tarde para voltar e apanhar o que ficou pra trás
(Provérbio Asante - Gana)

Introdução

A nossa hipótese de trabalho neste texto é: a persistência do racismo, a dificuldade em lidar com ele no Brasil contemporâneo – mas não somente nele – e as tentativas de lidar com ele a partir de outra ótica pode ser explicado se nos valermos dos conceitos psicanalíticos de Freud de recalque-recusa (1915), repetição (1912) e negação (1925). Isto porque estes conceitos permitem uma articulação entre memória e história que encontramos no racismo: em primeiro lugar, a repetição e perpetuação do racismo por meio da recusa à humanidade aos negros e indígenas, que se perpetua por meio de estratégias de descreditação. É importante destacar que o racismo, como uma ideologia supremacista (Mills, 2023) não incide somente sobre o corpo do negro e do indígena; ela incide sobre o que esse corpo específica, a saber, modos de convivência, de relações familiares (Segato, 2021) e de subjetividades (Pávon-Cuellar, 2022) que não são hegemônicas e que permanecem, apesar de todo aparato para acabar com elas no momento da colonização.

Se o racismo se perpetua por um lado, por outro, como tudo aquilo que passa por um processo de recalque, retorna transformado. E é esse retorno que é alvo do que Freud chama de negação – a negação de que há racismo no Brasil e que ficou conhecido como democracia racial. Mas, mais do que isso, essa negação é, como diz Freud, um juízo de existência: negar a existência do racismo é a maneira de se haver com aquilo que não deveria estar ali, a saber: a ressurgência daquilo que foi negado na sociabilidade brasileira, como as religiões de matriz

620

¹ Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal de São João del-Rei. Bolsista de Iniciação Científica pelo Programa CNPq Pidac-Ações Afirmativas. Correio eletrônico para contato: liviasantosrodriguesls@gmail.com

² Professor Titular do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei. Doutor em Teoria Psicanalítica pela UFRJ. Fundador do Programa de Pesquisa e Extensão Gbalá: Psicanálise, Racismo e Políticas Públicas. Correio eletrônico para contato: calazans@ufsj.edu.br





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



africana ou modos de relações familiares que não são reconhecidas. Desse modo, vemos que o fato de as famílias negras serem o alvo privilegiado de políticas de perda do pátrio poder não é somente referente à uma vida precária, mas principalmente em relação a outros modos de vida em comum. Para sair dessa armadilha das memórias sociais é importante o processo de historicização do trauma por meio da construção de uma verdade que não pode ser dita pelo processo de recalçamento, mas que pode ser construída para dar um outro destino às vidas negras e indígenas.

A desumanização imputada ao corpo negro e indígena

A ideia de raça surgiu na modernidade, em meados do século XVI, na Europa, com o intuito de subsidiar os ideais burgueses que propagavam a concepção do homem universal e a sua exceção: os não-brancos dos outros continentes (Almeida, 2018). Sendo assim, o homem europeu e, somente ele, seria digno de ser alguém que pudesse gozar de plenos direitos e liberdade – o que sustentaria, portanto, a categorização dos seres humanos em grupos racionalmente e moralmente mais elevados. Tais considerações resultaram em inúmeros desdobramentos no decorrer da história e desencadearam o surgimento, no século XIX, do racismo científico (Munanga, 2020; Santos, 2022; Gould, 2014). É preciso demarcar ainda que o racismo no Brasil, em um primeiro momento, tinha também respaldo religioso – por meio da criminalização de quaisquer manifestações religiosas que se diferenciavam do catolicismo romano. E, posteriormente, a discriminação racial integrou as correntes filosóficas do positivismo e do determinismo para sustentar a ideia biologicista de raça (Lafont, 2023).

Ainda segundo Almeida (2018, p.15), “o racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea”, nesse sentido, a discriminação racial é a engrenagem que sustenta a perpetuação de um modelo socioeconômico que favorece a hegemonia de poder pautada nos interesses individuais e na maximização dos lucros. Em outras palavras, percebe-se, pois, que desde o capitalismo “selvagem” até os seus rearranjos contemporâneos (capitalismo financeiro) foram estabelecidas premissas com o objetivo de limitar a quem é garantido o acesso ao capital econômico, cultural, social e simbólico (Bourdieu, 1987).

Nesse sentido, uma análise da discriminação racial no Brasil nos leva a problematizar quais configurações permitiram que determinados grupos fossem desumanizados e como a colonização europeia colocou de forma sistemática os negros e os indígenas à margem da sociedade através de mecanismos institucionais de violação de direitos e, conseqüentemente, de exclusão social. Os povos originários que habitavam o Brasil

621





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



anteriormente à chegada dos portugueses e os povos africanos forçosamente trazidos para serem escravizados na “Ilha de Vera Cruz”, foram elegidos, pois, enquanto corpos que teriam relegados o direito à vida em comunidade, à liberdade e ao acesso à educação.

Quando a cantora Elza Soares denuncia que “A carne mais barata do mercado é a carne negra”, vemos que tal declaração não se restringiu ao período – os três séculos de escravidão – em que a população negra era comercializada como objeto de compra/venda. A desumanização imputada aos negros e aos indígenas durante a colonização, populações que compartilham trajetórias que se inter cruzam, culminou no empobrecimento daqueles que se distanciavam fenotipicamente e culturalmente dos europeus. Ainda hoje, “a carne negra” é privilegiada no subemprego, nos hospitais psiquiátricos, nos presídios, mas rejeitada na educação básica e nas universidades.

O período colonial e imperial no Brasil (1500-1889) caracterizou-se pela consolidação pragmática de hierarquias sociais. De acordo com o pensamento de Isildinha Baptista (2021), a realidade sócio-histórica-cultural do Brasil, atribuiu ao corpo negro significações que quase sempre remetem a aspectos indesejáveis e o impacto psíquico de tal atribuição desemboca na negação das representações étnico-raciais que remetem a negritude. Dito isso, sabemos que houve a construção de que a exploração poderia ser justificada devido irracionalidade inata, propensão à criminalidade e sexualidade exacerbada do negro e há ainda hoje a repetição e dessas significações ao se descredibilizar os modos de expressão das subjetividades negra e indígena.

É justamente dessa repetição e permanência que trataremos aqui. A nossa hipótese é que essa permanência se dá pelo apagamento de toda contribuição da cultura negra e indígena na formação do Brasil. Este apagamento pode ser chamado psicanaliticamente de recalque. Um recalque é, de acordo com Freud em 1915, a recusa de que uma ideia possa estar presente por ela provocar ou desprazer ou provocar um questionamento aos sujeitos ou à sociedade - que Freud em 1929 vai chamar de civilização. E assim, uma série de ideologias abjetas de desumanização se desenvolvem tentando a destruição da alteridade. E quando fracassa, recorre à violência. O modo mais eficiente de expressão dessa violência acontece por meio das tentativas de apagamento da identidade histórica negra e indígena e a repetição de uma memória de violências reiteradas tal como é a permanência do racismo no Brasil.

Partiremos da psicanálise para analisarmos a recusa dos saberes e práticas não brancas e os efeitos de tal ato, a saber, o retorno de uma memória que se pretende excluir. Em “O Inconsciente” (1915), Freud descreve que o recalque, como mecanismo de defesa do eu, visa manter afastado da consciência representações psíquicas traumáticas.

622





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Desse modo, há um esforço para se esquecer a representação ou a ideia traumática. Todavia, ainda assim, emerge a consciência uma quota de afeto que pode culminar em uma formação sintomática.

aprendemos com a psicanálise que a essência do processo de repressão não está em pôr fim, em destruir a ideia que representa o instinto, mas evitar que se torne consciente. Quando isso acontece, dizemos que a ideia se encontra num ‘estado inconsciente’, e podemos apresentar boas provas para mostrar que, inclusive quando inconsciente, ela pode produzir efeitos incluindo até mesmo alguns que finalmente atingem a consciência. (Freud, 1915, p.171).

Como o próprio Freud demonstra, tal processo de esquecimento não se dá por completo: aquilo que deveria ser esquecido retorna transformado. É um processo de memória em que algo só pode ser lembrado se for por meio de outras representações. Isto gera uma situação paradoxal: ao mesmo tempo em que esquece, não deixa de lembrar, mas não pode elaborar sobre essa lembrança; há uma lacuna no campo da representação que aponta que algo deveria estar ali e não está. E quando esse retorno irrompe no campo social, o sujeito para lidar com ela vai negar a sua existência por intermédio, primeiro, de um juízo que Freud chamará de juízo de existência. “A função do juízo tem, essencialmente, duas decisões a tomar. Ela deve atribuir uma qualidade a uma coisa, e ela deve aceitar ou contestar a existência de uma representação na realidade” (Freud, 1925, p.307).

Desse modo, a negação nega, ao mesmo tempo, que qualquer referência ao negro e ao indígena tenha uma qualidade – tal como vem sendo feito desde o processo de colonização – e, por isso mesmo, não tem razão de existência. E, em consequência à negação, está justificado todo tipo de violência quando estamos às voltas com o racismo. Se não tem direito de existência, pode ser alvo de todos os tipos de violências, isso cuja qualidade é sempre mal avaliada.

Um exemplo ilustra bem: durante a ditadura militar brasileira (1964-1985), os militares do poder diziam que não havia racismo no Brasil. E diante a queixa do Movimento Negro Brasileiro de que o racismo se perpetua mesmo de maneira velada, os militares acusavam os Negros de serem racistas por usarem do conceito de raça para promover uma divisão no país que, segundo eles, não existiria. Como já dizia Abdias Nascimento na época da ditadura civil-militar:

Qualquer reação do negro à situação brasileira enfrentaria dois inconvenientes: uma opinião oficial que consideraria ‘atividades raciais’ como subversivas, e a atitude geral da sociedade que as consideraria divisionistas [...] Uma estranha ‘democracia racial’ que não permite reivindicações de direitos pelas vítimas da discriminação; o atual governo brasileiro tenta censurar, intimidar, e calar instituições de pesquisa e estudiosos estrangeiros que se preocupam com a situação do negro no Brasil (2016, p.94).





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



E assim, perpetua-se mais ou menos explícita a repetição de uma memória de desumanização de parte importante da população brasileira. Não por acaso, ainda hoje, os hospitais psiquiátricos reproduzem uma lógica de dominação racista, assim como os presídios – segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), em 2022, haviam 442.033 negros encarcerados no país, cerca de 68,2% do total das pessoas presas, o maior percentual já registrado – e as instituições de ensino – ao impedir o acesso de grupos vulnerabilizados socioeconomicamente a espaços de formação. Segundo Althusser (1980), as escolas operam como Aparelho Ideológico do Estado pois incutem os modos de vida e de pensamento das classes dominantes; paradoxalmente, não podemos esquecer que a obrigatoriedade do ensino de cultura e história afro-brasileira nas escolas, ocorreu somente em 2003 com a implementação da Lei 10.639/03. O nosso enfoque incide sobre o exercício das leis que protegem a criança e ao adolescente e que, não coincidentemente, evidenciam que o poder exercido pelo Estado sobre subjetividades não hegemônicas portam resquícios de uma dominação racista.

Esse panorama demonstra que a cultura negra e indígena foi desvalorizada da esfera de constituição política da sociedade brasileira, sendo esses grupos alvo constante de apagamento. Vale ressaltar, conforme nos lembra Beatriz Nascimento (2023), que o papel do negro na formação do Brasil, não se restringiu a uma passividade, como foi comumente transmitido, pois a comunidade negra respondeu ativamente a escravização a qual foi submetida, buscando atingir a liberdade por meio das manumissões, das fugas, das organizações sociais em Quilombos, dos homicídios e dos suicídios. Portanto, devemos mencionar que passado e presente se relacionam na medida em que esses povos encontraram modos de resistir perante ao quadro sociopolítico brasileiro e, como consequência, vemos que as raízes africanas e indígenas permanecem em nossa cultura, ainda que o poder hegemônico tente deslegitima-las.

Percebemos que o preconceito racial e as disparidades econômicas operam como legitimadores da ordem social capitalista que tenta controlar os modos de existência de determinados grupos ao estabelecer o que pode ser recordado e transmitido. No caso do Brasil isso fica claro quando os compradores de escravizados, em uma tentativa de apagamento da memória ancestral, invalidam os nomes/sobrenomes dos negros trazidos da África, atribuindo a eles uma nova nomeação – de Jesus, dos Santos, da Silva, da Costa – como meio de identificá-los enquanto mercadoria pertencente a uma determinada família ou até mesmo a Igreja e, ainda, como forma de sujeitá-los à condição de dominados. Segundo Calazans (2024, p. 11), “a grande maneira de tentar evitar o sentimento de pertencimento é a proibição do uso da língua e das possibilidades de nomeação. Nomear a

624



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



partir de uma língua é uma possibilidade de transmissão de um lugar e de reconhecimento de sua humanidade”. Por isso, a recusa dos nomes dos negros foi importante para subjugarlos a condição de não humano e, portanto, mera mercadoria. Lembramos aqui também do episódio da queima de arquivos relacionados à compra e venda de escravizados no Brasil, outro processo de apagamento, ligado a recusa de um nome, de um registro. Mesmo antes da colonização, negros e indígenas possuíam modos próprios de transmissão de seus saberes e costumes, modos estes que não foram reconhecidos durante muito tempo pela historiografia oficial em função da ausência de registros escritos que discorressem sobre a trajetória desses povos, através da perspectiva deles e não da perspectiva do colonizador.

Leda Martins (2003, p.77) demonstra que a transmissão do conhecimento não se restringe a literatura escrita, de tradição europeia pois, segundo a autora, há inscrições performáticas – rituais, mitos, gestos, coreografias, encenações, linguagem, etc. – que encarnam no corpo e na voz e indicam, portanto, “a presença de um traço residual, estilístico, mnemônico, culturalmente constituinte”. Sendo assim, ainda que seja orquestrado o apagamento da cultura afro-ameríndia, vemos uma permanência e um retorno destas inscrições performáticas que não se deixam apagar. Ainda que haja uma parte do passado histórico brasileiro recalçado, ou seja, que as representações que não se adequam à lógica de funcionamento capitalista sejam recusadas a tornarem-se conscientes, notamos que na atualidade há um retorno daquilo que foi censurado através da valorização da cultura negra e indígena expressa pela arte, religião, tecnologia e ciência. O caso da família e das adoções no Brasil nos permite demonstrar nossa hipótese da repetição de uma memória do racismo que remete à escravidão por ser negado e, concomitantemente, impedido de ser historicizado.

625

Como o ideal de família atinge a população colocada à margem da sociedade

Discutiremos como o laço familiar africano e indígena, que não se configura aos moldes da família nuclear burguesa, marca uma relação de parentesco diferente do ideário de família socialmente construído e como essa “diferença” é enxergada e tratada pelo Estado brasileiro. Para tal, precisamos entender primeiramente como a noção de família foi construída e como no Brasil modos familiares que não seguem a escritura do modelo da família nuclear burguesa foi constantemente atacado como um laço familiar primitivo que deveria ser erradicado. Ariès (1986, p.213) aborda como a ideia de família e seus respectivos papéis sociais foram modificados na passagem das sociedades tradicionais às industriais. Conforme o autor, a instituição familiar assumiu diferentes conotações dentro do imaginário coletivo, passando de uma mera organização de sujeitos com certo grau de



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



parentesco (linhagem) à ideia de família nuclear tendo por base um sentimento ligado à casa, ao governo da casa e à vida na casa. No que tange ao liberalismo, nota-se que um dos princípios que rege essa doutrina política perpassa, necessariamente, pela universalização do modelo tradicional família.

Os arranjos familiares, a partir do século XVI, foram submetidos ao poder exclusivo da figura masculina, sendo assim, o marido/pai se tornara autoridade única no ideal da família burguesa. Não se deve ignorar que o Estado, enquanto instituição formadora de opinião, corrobora para a manutenção do patriarcalismo como estrutura social dominante e, ao mesmo tempo, fomenta a perpetuação do racismo a fim de garantir os privilégios da supremacia branca e a prosperidade da nação civilizada. Vemos os desdobramentos disso quando observamos que as famílias que mais sofrem intervenção estatal, tem seu poder pátrio destituído, são famílias pobres e negras. Conforme o pensamento de Lemos (2021, p. 31): “as famílias pobres, periféricas e majoritariamente negras ainda são as que mais sofrem intervenções que, ainda que sob a roupagem de “protetivas”, muitas vezes podem revelar uma herança higienista que remonta à criminalização da pobreza”.

Cabe evidenciar ainda que a partir da década de 1970, com o processo de urbanização das cidades, certas famílias sofreram uma espécie de periferização acentuada em função do desenvolvimento acelerado das indústrias e a disputa por território/trabalho; e que as primeiras favelas no Brasil surgiram no contexto do pós-abolição, final do século XIX, no qual ex-escravizados, por falta de políticas públicas de promoção de cidadania viram-se obrigados a se instalaram nos morros, marcando não somente um processo de exclusão geográfica, mas também social.

Cabe analisar a repetição sistemática de intervenção do Estado no âmbito familiar, repetição que se sustenta por práticas de criminalização e punição da pobreza e que é observada desde o pós-abolição. Silva (2015), no texto “A construção social da cidadania no pós-abolição: conflitos sobre o pátrio poder (São João del Rei, Minas Gerais, década de 1890)”, examina casos de tutela dos anos de 1888 a 1897, os quais demonstraram que mesmo com a abolição houve um controle sob o exercício da maternidade de mãe negras e pobres libertas – por parte dos ex-senhores de escravos – por meio de tentativas de retirada da guarda de seus filhos. Paralelamente, Maria Rita Kehl (2023), no livro *Tempo Esquisito*, apresenta o relato de Carolina Rewaptu, da terra indígena Xavante Marãiwatsedé, que conta que durante a ditadura suas terras foram entregues a apoiadores do regime, as famílias separadas e as crianças foram levadas para internatos pelos aviões da Força Aérea Brasileira (FAB).

A Lei nº 8.069, criada em 1990, dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, a partir das diretrizes preconizadas pelo Estatuto da Criança e Adolescente (ECA). A partir

626





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



de sua promulgação crianças e adolescentes passaram a ser considerados sujeitos de direitos com proteção e garantias específicas perante a lei jurídica no Brasil. A Assistência Social, enquanto âmbito de efetivação dos direitos sociais, é responsável por garantir o cumprimento do Estatuto. Vale mencionar que, em se tratando da medida de Acolhimento Institucional – sétima medida a ser implementada em conformidade com Orientações Técnicas para os serviços de acolhimento para crianças (Brasil, 2009) – Lemos (2021, p.13) aponta que “muitas vezes, diante de situações de pobreza ou vulnerabilidade familiar, o recurso ao acolhimento funcionava como uma primeira e quase imediata resposta, assumindo um tom assistencialista e quase punitivo”. O cerne punitivo das medidas protetivas do ECA atinge, reiteradamente, as famílias marginalizadas, de forma específica, indígenas e negras. Nos parece que no Brasil há uma associação entre pobreza e desordem, isso se manifesta por meio processos de “proteção” que usam de ações repressivas. Segundo do Nascimento (2015, p. 44),

Em nome do valor à vida, a sociedade liberal instaura princípios de igualdade e de liberdade. Com base em tais princípios, crianças e adolescentes passam a ser abraçados por uma relação dita de proteção, que efetivamente opera como forma de tutela e controle dos pobres.

627

Ademais, um levantamento realizado em 2020 pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) averiguou que, no Brasil, em média, 56% das crianças e adolescentes cadastradas no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) são de etnia preta ou parda, 6% são de etnia amarela e 38% são de etnia branca. Nos preocupa ainda que as crianças e os adolescentes pretos disponíveis para adoção, sejam preteridos pelas famílias adotantes – de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM), de janeiro a novembro 2023, dos 698 menores que foram adotados, somente 13,2% (92) eram pretos. Estes dados evidenciam uma discrepância entre o número dos que aguardam para serem adotados e os que de fato são.

Com base nos dados apresentados, observamos que a aplicação das medidas protetivas previstas no Estatuto da Criança e Adolescente chocam-se com as categorias de classe e, de forma análoga, de raça. E que o Estado desde sempre destituiu o direito de determinados grupos de exercerem a função parental, o mesmo Estado que diz versar pelo bem da criança e pela defesa da família. A noção de que somente um modelo de família está habilitado a transmitir valores que alicerçam a constituição do sujeito mostra-se insustentável. Para a psicanálise, a conquista da identidade e ascensão de um sujeito desejante atravessa a



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



promoção, antes de tudo, da humanização deste sujeito, oferecendo a ele significantes que permitam a elaboração de si.

Além disso, outro aspecto bastante significativo presente na obra de Maria Rita Kehl (2023) está no fato da autora considerar o modelo de família burguesa oitocentista, que ainda hoje funciona como um ideal, reproduzir as “modalidades modernas de mal-estar” (p. 158). Para Kehl não há papel que seja insubstituível dentro de um arranjo familiar, uma vez que o essencial para a constituição do sujeito é a presença de uma figura que exerça os cuidados maternos e outra que faça a interdição do incesto, ou seja, pessoas que exerçam a função de transmitir os significantes capazes de inserir o sujeito na ordem simbólica.

Conforme exposto, a falta de recursos materiais e os marcadores raciais constituem as bases de respostas punitivas para a destituição de guarda de famílias vulnerabilizadas.

Gostaríamos de destacar que o exercício da medida de Acolhimento Institucional, por parte dos conselhos tutelares, adota um viés de racismo religioso. André Silva (2023) em “Intolerância religiosa e racismo religioso: uma análise acerca da influência católico-protestante na atuação do Conselho Tutelar em casos de guarda de crianças e adolescentes” apresenta cinco casos nos quais houveram a retirada dos menores de seus lares de origem com denúncias e atuações pautadas na intolerância a religiões afro-brasileiras e afro-ameríndia. O primeiro caso apresentado, refere-se a episódio ocorrido em Araçatuba (SP), em 2020, no qual uma adolescente de 12 anos após ser iniciada no Candomblé, foi levada com a mãe para delegacia devido a uma denúncia anônima de maus-tratos e abuso sexual. A mãe ficou sem a guarda da adolescente por uma semana, a guarda só foi restituída após a jovem passar pelo exame de corpo de delito no Instituto Médico Legal (IML) e não terem sido encontradas quaisquer lesões.

Outra questão que nos chama atenção é o fato de muitos abrigos – também chamados de orfanatos, educandários e casas-lares – serem orientados por preceitos religiosos conforme mostra a pesquisa Silva e Aquino (2005) baseada no levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); das entidades pesquisadas, cerca de 62,1%, eram ligadas à igreja católica. Em relação aos conselheiros tutelares, vemos que o levantamento realizado em 2020 pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, evidenciou que no Rio de Janeiro 65% dos conselheiros que tomaram posse são associados a denominações neopentecostais e em São Paulo cerca de 53% (Alessi, 2020). Será que esse panorama não está relacionado ao aumento de casos de perda de guarda ligada a racismo religioso? Até que ponto o princípio da laicidade do Estado não está sendo violado por uma moral religiosa preconceituosa?

628





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



É importante ressaltar que não se trata de ser contra o acolhimento institucional ou a atuação dos conselhos tutelares, mas sim de ponderar os motivos que corroboram para que a aplicação de medidas protetivas seja utilizada como instrumentos para reprodução do racismo. O afastamento de crianças e adolescentes de suas famílias pode ser pensado sob uma ótica de tentativa de apagamento de práticas que fogem a normatização cristã. Uma tentativa de destruir o vínculo dos sujeitos com a comunidade a qual pertence. Como lembra Leda Maria Martins: “No seio mesmo das sociedades ocidentais, sobrevivem outros modos de conceber, experimentar e vivenciar o tempo e, também, expressá-lo como linguagem” (2021, p.30).

Sabemos que o tráfico negreiro nas Américas desfez uma série de laços familiares que, nas regiões da África em que os negros foram escravizados, remetia o culto e a devoção aos ancestrais ou às forças da natureza. Estando em senzalas com pessoas que muitas vezes eram de etnias rivais, os laços de pertencimento eram rompidos. Isso não evitou que viessem junto com os negros sequestrados e com os indígenas que aqui habitavam. Como lembra Prandi sobre os negros,

não chegaram aos portos americanos apenas os corpos para exploração nas plantações, minas e serviços. Vieram também suas almas, sentimentos, línguas, costumes e crenças e, em suas crenças, seus deuses: seus orixás, seus voduns e tantas outras divindades e entidades que cada etnia cultuava em sua casa e em sua nação. Muito disso sobreviveu nestas terras estranhas (2021, p.12).

629

No entanto, isso não permitiu que um modo de laço familiar e de sociabilidade não fosse reconstruído por outros meios no Brasil, como demonstram as diversas religiões de matriz africanas no Brasil e que são criminalizadas (Candomblé de diversas nações; Umbandas; Batuque; Catimbó; Calunga; Xangô do Recife; Jurema, dentre outras). É a esse outro modo de sociabilidade que Rita Segato (1986, p.27) vai apontar também quando analisa como as famílias negras se organizam em famílias de santo que apontam para um modo de organização próprio que não passa pela lógica da família nuclear burguesa. E é aí que o racismo religioso vai atingir as famílias negras: não por sua pobreza ou pelos riscos, mas o risco é justamente o de uma sociabilidade que questiona a lógica do laço social liberal. E por isso ela é, muitas vezes, criminalizada. É não somente o corpo negro ou indígena, mas também sua importância na sociabilidade que é atacada pela ideologia supremacista do racismo.

Como sair desse ciclo de repetições indefinidas que gera sofrimento por ser uma memória que se repete sem que fique marcada como uma historicização? Acreditamos que o conceito de construção de uma verdade histórica pode nos ajudar a pensar sobre essa questão.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



O que a psicanálise oferece para a desestruturação do racismo

Há algumas décadas estudos acerca da condição do negro no Brasil tem apontado para a lacuna existente na psicanálise no que diz respeito as discussões sobre o racismo. Jurandir Freire Costa (1984) assinala no prefácio da obra “Tornar-se Negro”, de Neusa Santos Souza (2021), que durante muito tempo psicanalistas demonstraram ser indiferentes quanto aos “crimes de paz” que recaem sobre a população negra. Esse hiato epistemológico nos parece estar sendo ultrapassado por intermédio dos estudos psicanalíticos contemporâneos acerca do racismo no Brasil. Ao teorizar o conceito de negação, Sigmund Freud nos oferece um aporte teórico significativo para a compreensão do racismo à brasileira haja vista que compreendemos que no Brasil tanto o negro como o indígena se fazem presente sobre a condição de serem negados. Cabe esclarecer que a negação “constitui o modo de tomar consciência do que está recalçado; com efeito, já é uma suspensão do recalque, embora não naturalmente, uma aceitação do que está recalçado” (Freud, 1923-1925, p. 265), sendo assim, a negação envolve a recusa, um não querer saber, de uma representação que retorna à consciência. As considerações realizadas por Lélia Gonzalez também auxiliam na ilustração da maneira pela qual o racismo está imbricado nos processos psíquicos dos sujeitos, uma vez que Gonzalez (1984) evidencia que o racismo é a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Vale lembrar que o sintoma é definido por Freud como retorno de uma representação recalçada, dessa maneira podemos dizer que, o que retorna e é ao mesmo tempo negado, é uma memória que está afastada da consciência.

Pontua-se que tal memória versa sobre algo que não foi analiticamente elaborado/historicizado, no texto “Recordar, repetir e elaborar”, Freud (1911- 1913) revela que o que não pode ser representado se repete compulsivamente até que ocorra a sua elaboração. Desse modo, entendemos que o racismo se repete porque é negado a rememoração de todos os processos de violência imputados ao corpo negro e indígena e porque quando há uma ascensão desses sujeitos – o quais foram desumanizados durante um período considerável da história e tiveram a condição de sujeitos negados – seus modos de ser, existir e desejar, são censurados. Neusa Santos Souza (2021) irá trabalhar com a noção de que para o negro ascender a condição de sujeito é preciso que este elabore um discurso sobre si mesmo. O “Tornar-se negro” advém da necessidade de construção de uma identidade que lhe seja própria, apartada do Ideal branco.

A psicanálise nos ensina, que por meio da palavra é possível reconstruir a verdade histórica do sujeito e, concomitantemente, atribuir um novo sentido a experiências que foram vivenciadas como traumáticas e estão, portanto, reprimidas. É válido esclarecer que a verdade

630





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



histórica diz respeito a um ponto subjetivo na história do indivíduo, uma produção pessoal, “um fragmento de sua história primitiva” (Freud, 1937-1939, p.217), sob a qual o analista opera a fim de possibilitar a construção de um caminho diferente para o sujeito.

Seguindo esse raciocínio, Maria Lúcia da Silva (2017) no texto “Psiquismo e História: Breves Citações Com Marcas Duradouras” menciona a concepção de Eneida Iankilevich acerca da importância de historização do racismo:

historizar vai além de simbolizar, ainda que esse seja seu fundamento. É contar e recontar, arranjar e rearranjar, fazer conexões constantemente, tecer os fatos em redes complexas e diversificadas, capazes de mudar, rearranjar-se para dar conta de novas experiências. Mudanças que estabelece um novo quadro, uma "nova versão do mito", crescimento mental, capacidade de pensar, saúde mental. (2008, p. 4 apud R. LEVY, 2008, p. 35).

Por intermédio do trecho firmamos que a historização é fundamental na desestruturação do racismo, pois mostra-se como saída a repetição de uma memória que é impedida de ser elaborada. Sabemos que devido à negação da presença afro-ameríndia “o racismo se volta justamente contra aqueles que, do ponto de vista étnico são testemunhos vivos da mesma, tentando tirá-los de cena, apagá-los do mapa” (Gonzalez, 2018, p. 322), ainda assim acreditamos que os “testemunhos vivos” elaboram suas dores, constantemente, por meio de um resgate de sua ancestralidade negra ou indígena. Porém, há uma persistência em negar essas elaborações; como nos casos de questionamento dos cuidados parentais – chegando até a perda de guarda – de famílias que professam a religiosidade oriunda das matrizes afro-ameríndias.

631

Considerações finais

Como vimos a violência contra os negros e indígenas não limitou-se ao período em que os colonizadores os submeteram a condição de cativos, pois os mesmos povos ainda são alvos de medidas interventivas de cunho repressivo – tendo em vista que portam as marcas do racismo – sejam elas associadas a saúde mental, a segurança pública ou ao âmbito familiar. Foi de nosso interesse debruçarmos sobre este último ponto, em que observamos uma repetição de memória associada a brutalidade, legalizada pelo Governo-Geral português, de separação das famílias negras e seus bebês durante a escravização e seus desdobramentos no século XXI: incidência repetitiva dos casos de perda de guarda de famílias marginalizadas. Isso evidencia que as práticas de punição da cultura não-branca foram recalcadas, afastadas temporariamente da consciência e, por esse motivo, vemos o retorno de ideias que foram recusadas em um primeiro momento. Nesse sentido, o recalque pode ser utilizado ao analisar o racismo, visto que este versa sobre o





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



enfraquecimento de uma ideia que não pode aparecer, mas que aparece – uma vez que o Brasil foi construído pelas mãos dos escravizados e isso está entranhado na cultura brasileira. Observamos que os casos de destituição do Pátrio Poder de famílias ligadas a religiões de matrizes africanas indicam justamente o retorno de uma memória que não pode ser reconhecida e a presença, que também é negada, de modos de sociabilidade distintos do imposto pela família nuclear. Acreditamos que a historicização/construção de uma verdade histórica aponta para um caminho possível de rompimento dos dispositivos que colocam o negro na posição de subalternidade, sendo, portanto, o que possibilitará a construção de uma nova trajetória não sujeitada ao poder hegemônico.

Referências

A carne. Intérprete: Elza Soares. Compositor: Marcelo Yuka, Seu Jorge e Ulisses Cappelletti. In: Do cóccix até o pescoço. Intérprete: Elza Soares. Brasil: Maianga discos, 2002.

Alessi, Gil (2020). Igrejas evangélicas neopentecostais dominam conselhos tutelares em São Paulo e no Rio. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-12-15/igrejas-evangelicas-neopentecostais-dominamconselhos-tutelares-em-sao-paulo-e-no-rio.html>. Acesso em: dez. de 2023.

Almeida, S. (2019). Racismo estrutural. São Paulo: Pólen Produção Editorial LTDA.

Althusser, L. (1980). Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado. (J. J. M. Ramos, Trad.). São Paulo: Martins Fontes Almeida, S. (2019). Racismo estrutural. Pólen Produção Editorial LTDA.

Ariès, P. (1981). História social da criança e da família (Vol. 2). Libros tecnicos e científicos editora.

Bourdieu, P. (1987). Los tres estados del capital cultural. sociológica, 2(5), 11-17.

Brasil, M. (2009). Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes.

632





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Brasil, (2017). Estatuto da criança e do adolescente. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas.

Brasil, (2020). Conselho Nacional de Justiça. Diagnóstico sobre o sistema nacional de adoção e acolhimento. Brasília: CNJ.

Calazans, R. (2024). Gbalá: Psicanálise, Racismo e Políticas Públicas. Disponível em: <https://sig.ufsj.edu.br/sigaa/public/docente/portal.jsf?siape=1352922>

Costa, A. L. D. S. (2023). Intolerância religiosa e racismo religioso: uma análise acerca da influência católico-protestante na atuação do Conselho Tutelar em casos de guarda de crianças e adolescentes (Bachelor's thesis, Universidade Federal do Rio Grande do Norte).

Costa, F (1984). Do corpo vivo a violência do racismo. In: Souza, N. S. (2021). Tornar-se negro. Rio de Janeiro: Zahar.

do Nascimento, M. L. (2015). Proteção e negligência: pacificando a vida de crianças e adolescentes. Lamparina.

Freud, S. (1915). O Recalque. In: FREUD, S. Escritos sobre a psicologia do inconsciente. v. 1. Rio de Janeiro: Imago, 2004, p. 175-193.

Freud, S. (1912). Recordar, repetir e elaborar. In: O Caso Schreber, Artigos sobre Técnica e outros trabalhos (1911-1913): Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol. 12, (pp. 161-171). Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1915). O Inconsciente. In: A História do Movimento Psicanalítico Artigos Sobre a Metapsicologia e Outros Trabalhos (1914-1916): Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol. 14, (pp. 171-217). Rio de Janeiro: Imago

Freud, S. (1925). A negativa. In: O Ego e o Id e Outros Trabalhos (1923-1925): Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol. 19, (pp. 265-269). Rio de Janeiro: Imago.

633





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Freud, S. (1938). Construções em Análise. In: Moisés e o Monoteísmo, Esboço de Psicanálise e outros trabalhos (1937-1939): Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol. 23, (pp. 271-287). Rio de Janeiro: Imago.

Gonzalez, L. (1984). Racismo e sexismo na cultura brasileira. Revista ciências sociais hoje, 2(1), 223-244.

Gonzalez, L. (2018). Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. Diáspora Africana [São Paulo]: Filhos da África,.

Gould, S. J. (2014) A falsa medida do homem. São Paulo: Martins Fontes.

IBDFAM. Dados mostram crescimento do número de crianças e adolescentes pretos adotados. Instituto Brasileiro de Direito de Família. 2023. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/noticias/11324/Dados+mostram+crescimento+do+n%C3%BAmero+de+crian%C3%A7as+e+adolescentes+pretos+adotados>. Acesso em: 23 fev 2024.

Kehl, M. R. (2023). Tempo Esquisito. São Paulo: Boitempo.

Lafont, Anne (2023). A arte dos mundos negros. História, teoria e crítica. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

Lemos, J. C.. Discurso do sujeito em medidas protetivas de acolhimento institucional. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2021. Disponível em: <https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/ppgpsi/DISSERTACAO%20FINAL%20JESSYCA.pdf>. Acesso em: 19 de maio. 2023.

Martins, L. (2003). Performances da oralitura: corpo, lugar da memória. Letras, (26), 63-81.

Martins, L.M. (2021). Performances do tempo espiralar: poéticas do corpo-tela. Rio de Janeiro: Cobogó

Mills, C. (2023) O contrato racial. Rio de Janeiro: Jorge Zahar

634





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Munanga, K. (2020) Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica.

Nascimento, A (2016). O genocídio do negro brasileiro. São Paulo: Perspectiva.

Nascimento, B. (2021). Uma história feita por mãos negras. Editora Schwarcz-Companhia das Letras.

Nogueira, I. B. (2021). A cor do inconsciente: significações do corpo negro. Editora Perspectiva S/A.

Pavón-Cuellar. D. (2022). Além da Psicologia Indígena. São Paulo: Perspectiva

Prandi, R. (2021). Ogum. Rio de Janeiro: Pallas.

Santos, Y. L. (2022). Racismo Brasileiro. São Paulo: Todavia.

Segato, R. L. (1986). Inventando a natureza: família, sexo e gênero no Xangô do Recife. Anuário antropológico, 10(1), 11-54

Segato, R. L. (2021). Édipo Negro: colonialidade e forclusão de gênero e raça. Em: Segato, R. L. Crítica da Colonialidade em oito ensaios e uma antropologia por demanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

Silva, E. R. A. D., & Aquino, L. M. C. D. (2005). Os abrigos para crianças e adolescentes e o direito à convivência familiar e comunitária.

Silva, M. L. D. (2017). Psiquismo e História: Breves Citações Com Marcas Duradouras. In: Racismo no Brasil: Questões para psicanalistas brasileiros. São Paulo: Perspectiva, 71-89.

Silveira, L. (2022). A mãe preta e o Nome-do-pai: questões com Lélia Gonzalez. Revista Estudos Feministas, 30.

Souza, N. S. (2021). Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Editora Zahar.

635





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA: DE TOBIAS BARRETO À ESCOLA DO RECIFE (1869-1989)¹

Aruanã Antonio dos Passos²

Tobias Barreto de Menezes nasceu em Campos, Sergipe (então província do Império Brasileiro), em 7 de junho de 1839 e morreu no Recife, Pernambuco, em 26 de junho de 1889. Em 1862, Tobias Barreto muda-se para o Recife ingressando na Faculdade de Direito em 1864 e concluindo o curso de Direito em 1869. Voltando então a viver no interior. A partir de 1871, passa a morar em Escada (interior de Pernambuco), atuando como advogado, sem perder o contato com a vida intelectual do Recife. Permanece em Escada até 1881, quando presta concurso para professor da Faculdade de Direito em Recife. Aprovado em primeiro lugar, toma posse como professor substituto em 1882. Morre em Recife em 1889. Publicou em vida: *Ensaio e Estudos de Filosofia e Crítica* (1875); *Brasilien, Wie es Ist* (1876); *Ensaio de Pré-História da Literatura Alemã* (1879); *Um Discurso em Mangas de Camisa* (1879); *Filosofia e Crítica* (1879); *Estudos Alemães* (1879); *Algumas Idéias (sic.) sobre o Chamado Fundamento do Direito de Punir* (1881); *Menores e Loucos* (1884); *Discursos* (1887); *Questões Vigentes de Filosofia e de Direito* (1888).

Do homem provinciano, do jovem estudante, do senador provincial, do professor de Direito, do homem pobre de família humilde, mestiço num país escravocrata Tobias Barreto recorreu a inteligência e ao intelecto em sua busca por liberdade. Sua obra foi edificada no limiar da transição do Brasil Império para o Brasil Republicano e extrapolou sua vida adquirindo feições cosmopolitas. Não à toa: “Tobias opõe natureza à cultura, como duas coisas diversas mas que se completam, aquela como se fosse a grande e necessária tela na qual, através da sociedade, construímos todo um complexo sistema de regras e de normas, dentro de que vivemos, agimos e pensamos. Assim, tudo que forma o ambiente das sociedades é cultural e não natural” (BARRETO, 1926, p. 132).

¹ O presente trabalho se refere aos resultados parciais de pesquisa de pós-doutoramento em andamento no Programa de Pós-graduação em História (PPGHIS) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), sob supervisão da Prof.ª Dr.ª Marion Brepohl de Magalhães.

² Pós-doutorando em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Docente do Departamento de Ciências Humanas da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Campus Pato Branco. Contato: aruanaa@utfpr.edu.br.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Ao se contrapor às injustiças e condições inatas que lhe foram impostas, Tobias Barreto se lançou no espaço público aos obstáculos que lhe foram impostos em nome da liberdade, segundo ele: “Ser livre é um produto da arte, tanto mais elevado é o escopo da atividade humana, e em tais condições o homem vem a ser o artista de si mesmo” (BARRETO, Apud: SUCUPIRA, 2001, p. 295). Mas, segundo Hermes Lima o grande problema de sua formação também fora sua virtude, seu autodidatismo: “Tobias padeceu de todos os males do autodidatismo. A esta luz, a história de sua formação é, pode-se resumir, a história da formação da cultura no Brasil” (LIMA, Apud: SUCUPIRA, 2001, p. 320). Sobressai, por fim, mais uma vez o projeto cultural alternativo que tinha por pretensão romper com a dependência intelectual estrangeira.

No entanto, verificamos que esse não é ponto pacífico nos estudos sobre Tobias. Segundo Hermes Lima, Tobias não foi ausente nas questões fundamentais de seu tempo, um exemplo a crítica a monarquia: “Ataca a Monarquia de rijo, não perdoa quem defende ser essa a forma normal do governo do nosso País; profliga a aristocracia nacional, pregando a democracia total e pura; nega a existência entre nós da soberania popular e da representatividade do povo, com um único soberano, verdadeiro e absoluto, o próprio imperador” (LIMA, 1957, p.131). Acreditamos que pelas diversas contradições, frente a uma obra a ser analisada, Tobias Barreto seja lugar privilegiado para o estudo de aspectos da sociedade e do pensamento brasileiro, das transformações no campo jurídico no crepúsculo do Império e da relação indivíduo/determinações sociais que merecem serem estudadas.

637

Estados da arte e problemática de um projeto político para a Nação

Os estudos sobre o pensamento brasileiro da segunda metade do século XIX constituem numa tradição já bastante explorada nas ciências sociais e na História. Como ressalta José Murilo de Carvalho diversas abordagens se destacam. Das que enfatizam correntes de pensamento até as que defendem uma abordagem sociológica onde as ideias são vinculadas as classes e grupos sociais emergentes, as perspectivas são variadas. Um dos principais estudos em torno do movimento de ideias da intelectualidade nesse momento histórico é a tese de Angela Alonso sobre a geração de 1870 e seu papel na crise do Império (ALONSO, 2002). Através de uma sociologia das ideias da geração de 1870, Alonso prioriza uma percepção das variadas ideias onde as divergências são relegadas a um segundo plano em nome de uma relação elementar, “estruturante” entre o contexto social e a própria existência de determinadas ideias.



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Sabemos que a constituição da elite política imperial foi bastante tributária dos bacharéis e letrados. No movimento de ideias e ideais da segunda metade do século XIX e concentrados na chamada geração de 1870, a relação estabelecida com o Império é bastante irregular. Em muito as ondas de racionalização e crítica a um sistema político fadado a crise que é acelerada, segundo Alonso, pelos diversos intelectuais da geração de 1870 e pelo *status* do intelectual³. Para José Murilo de Carvalho: “Tanto as idéias (sic.) e valores que predominavam entre a elite, como as instituições implantadas por esta mesma elite mantinham relação tensa de ajuste e desajuste” (CARVALHO, 2003, p. 417). Isso pode ser compreendido porque a geração de 1870 foi constituída por intelectuais “marginalizados” da política imperial. Um estrato social letrado formado por profissionais liberais, jornalistas, bacharéis que “para exercer sua insatisfação, buscaram espaços de protesto na nova imprensa e procuravam doutrinas que os ajudassem a criticar a situação desvantajosa em que vivenciavam e que legitimassem seus anseios de mudança (...)” (ALONSO, 2002, p.87), não gratuitamente para Sívio Romero, Tobias “ficou (...) como o mestre injustiçado; o provinciano esquecido a ser resgatado” (ALONSO, 2002, p. 11).

Logo a perspectiva da trajetória individual em meio a um contexto social mostra-se alternativa para se pensar a diversidade do sujeito na história. Dentro da historiografia estudos que enfatizaram a trajetória e a atuação política de personalidades abriram uma perspectiva fundamental para se pensar o todo a partir da experiência de indivíduos em seus respectivos contextos sociais. Destacamos a tese de doutorado de Joseli Nunes de Mendonça. Através da análise da atuação pública de Evaristo de Moraes e aspectos da sua experiência pessoal com os movimentos abolicionistas, republicanos e socialistas na passagem do Império à República. Joseli Nunes de Mendonça não busca simplesmente construir uma biografia de Evaristo de Moraes, mas sim “abordar as dinâmicas e processos sociais na perspectiva de uma experiência particular” (MENDONÇA, 2014, p. 20).

Destarte, a compreensão de um projeto de Nação enfeixado por certo evolucionismo e progressismo é capaz de contribuir com alguns traços distintos do papel do intelectual no século XIX, num contexto cultural onde a efervescência de ideais abolicionistas, republicanos e liberais figurava as tribunas, os gabinetes, assembleias e praças? De que maneira, a trajetória intelectual de Tobias Barreto desvela ou não um projeto cultural fundamentado no caráter da nação próprio à efervescência da crise e declínio do Império no Brasil? Assim, as diversas aproximações filosóficas de Tobias Barreto às correntes europeias (do evolucionismo ao

638

³ Em torno do prestígio das profissões liberais que contém em si grande parte dos intelectuais, “*apenas, no Brasil, se fatores de ordem econômica e social – comuns a todos os países americanos – devem ter contribuído largamente para o prestígio das profissões liberais, convém não esquecer que o mesmo prestígio já as cercava tradicionalmente na mãe-pátria*” (HOLANDA, 1995, p. 157).





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



neokantismo⁴) também exercem influência em seu pensamento político e dialogam com as ideologias em voga no Brasil do oitocentos (positivismo, por exemplo)? Tobias Barreto e outros nomes importantes em seu tempo podem ser sintetizados pela definição do intelectual marcado pelas ambiguidades. Dessa forma, ao posicionar Joaquim Nabuco nos quadros intelectuais do século XIX. Dessa forma, como as ideias e ideologias do progresso e da evolução teceram um projeto de Nação e, em que medida e sob quais pressupostos epistemológicos o itinerário intelectual ambíguo de Tobias Barreto modifica e estrutura seu posicionamento diante das questões de seu tempo? Este é, portanto, um questionário prévio para analisarmos um pensamento tão amplo, e é a partir dessas questões que nosso estudo procurará investigar a construção do caráter nacional na trajetória do político, do jurista, do literato e do filósofo Tobias Barreto.

É inegável que o estilo de Tobias Barreto é profundamente marcado pelo polemismo no diapasão das suas ambiguidades e dubiedades próprias. Esse polemismo era a forma e o *esprit de corps* com que os posicionamentos intelectuais e políticos se efetivaram. Essa vontade de contestação a procura de um espaço no universo intelectual brasileiro é exemplarmente denotado no percurso intelectual de Tobias Barreto com pelo menos três fases distintas. A primeira marcada pela passagem do ecletismo espiritualista e o positivismo para o naturalismo de Ernest Haeckel e Ludwig Noiré, em 1869, tendo como texto emblemático “*Sobre a religião natural de Jules Simon*”. A segunda é caracterizada pelo germanismo defendido por Tobias frente ao domínio da cultura francesa no Brasil daquele contexto. Para Hermes Lima, o germanismo era a erudição de Tobias fazendo-se arma: “Para irritar o burguês com uma nota mais ostensiva de superioridade, abria frequentemente seu luminoso leque de pavão: o germanismo. Um dos periódicos redige-o mesmo em alemão, o *Deutscher Kampfer*. Era um luxo, uma extravagância”⁵. E nas palavras do próprio Tobias: “Já o declarei com toda franqueza: no presente escrito, a Alemanha é o centro das minhas operações, é o meu ponto de partida, o meu *terminus comparationis*” (LIMA, 1957, p. 85)

Em muito Tobias identificava o Brasil com a Alemanha sob alguns aspectos. Na segunda metade do século XIX a Alemanha vive seu momento de unificação sob o comando de Otto Von Bismarck, enquanto o Brasil abandonava gradualmente a escravidão e o passado “feudal” (LIMA, 1957, p. 116), modernizava-se gradualmente. No entanto a admiração pela Alemanha ganhou contornos de germanofilia: “Isolou-se em Escada com os olhos fitos em

639

⁴ Como aponta, Jorge de Carvalho: “A análise de toda cultura por Tobias Barreto era suficiente para demonstrar o quanto estava influenciado pelo kantismo e como, surpreendentemente, avançara na construção de ideias que, décadas depois, viriam a prefigurar, na Alemanha, o campo do neokantismo”. In: CARVALHO, 1999, p. 202.

⁵ O *Deutscher Kampfer* (“Lutador Alemão”) teve vida curta e pouca repercussão. Tobias o produziu em Escada no interior de Pernambuco. Uma tradução dos exemplares se encontra em BARRETO, 1990. Cf: LIMA, 1957, p. 26.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Berlim. Ali acabou de aprender alemão, sozinho como começara. Vencedora de guerra, unificada, poderosa e em plena fase de industrialização, a Alemanha, pela voz de Haeckel, acolhera o evolucionismo ruidosamente” (LIMA, 1957, p. 254-5). A partir do contato com a filosofia alemã Tobias começa a realizar uma crítica mais madura e apurada do positivismo de onde emerge o culturalismo. Cobrindo os seis últimos anos de sua vida as suas teses sobre a cultura encontram aqui sua formulação mais clara e precisa. Segundo Pedro Calafate “um dos temas mais relevantes da obra de Tobias é certamente o da Cultura, na linha daquilo a que seus posteriores analistas, com relevo para Miguel Reale e António Paim viriam a designar como o culturalismo brasileiro” (CALAFATE, 1997, p. 39).

Essa reflexão de Tobias sobre a cultura demarca uma evolução intelectual que culmina com a formulação de uma teoria da cultura (CARVALHO, 2002, p. 88). O que procuramos perceber é a articulação dessa teoria com as diversas polêmicas e posições políticas em que Tobias Barreto se envolveu. Exemplo da força dessa perspectiva é o modo com que Tobias entende o crime e sua superação na sociedade no já mencionado *Menores e Loucos em Direito Criminal*. Segundo ele há uma tendência inata de alguns para o crime, mas a inexistência ou não em sociedade será determinado pela correção da natureza pelo refinamento da cultura, já que o direito seria o desenvolvimento dos costumes.

Nesse sentido, no interior da teoria da cultura formulada por Tobias percebe-se que o centro nodal é o seu interesse pela raiz moral das ações humanas. De uma maneira geral a cultura passa a ser para os culturalistas “um a priori no qual o homem edifica existência singular” (CARVALHO, 1999, p. 89), tal qual na superação do crime. Por isso para Tobias a cultura é um modo de edificar uma sociedade mais justa e democrática. Não à toa sua crítica se mostra em diversos momentos muito áspera diante da condição do Brasil nesse momento histórico. O criticismo para Tobias Barreto é um modo de impor desafios numa tarefa que ele não abandona desde a fundação da escola de Recife até a sua morte: provocar o movimento, a ação contra o ostracismo intelectual que reinava em seu meio. Podemos estender o comentário de Angela Castro Gomes sobre a obra de João Ribeiro a Tobias Barreto: “Brasil é este país ‘vagaroso’ por força mesmo de sua grandeza material, que dispersa energias e exige imenso esforço de coordenação” (GOMES, 1996, p. 110).

Por vezes considera-se que a influência de Tobias Barreto transita entre as suas ideias e os seus posicionamentos políticos e públicos principalmente aos pertencentes à Escola de Recife. Alguns trabalhos discutem a presença dessa influência até na criação do Código Civil de 1916 capitaneado por Clóvis Beviláqua (MORAES FILHO, 1985). Assim, a compreensão da apropriação do pensamento de Tobias por seus contemporâneos é elemento latente para a compreensão de sua obra em seu tempo. Por fim, interessa a esse trabalho a relação entre

640





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



as condições sociais e a as ações de Tobias Barreto, sendo que, a percepção de até que ponto sua trajetória social influenciou seu pensamento pode nos servir de indício para o entendimento das contradições e dilemas de uma vida dedicada a pensar e criticar/projetar o Brasil.

Referências

ALONSO, Angela. **Ideias em movimento**: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

BARRETO, Tobias. **Crítica Literária**. Brasília: Instituto Nacional do Livro/MEC, 1978.

_____. **Estudos Alemães**. (Obras Completas VIII). Aracaju: Edição do Estado do Sergipe, 1926.

_____. **Monografias em Alemão**. São Paulo: Record, 1990.

BREPOHL DE MAGALHÃES, Marion. **Imaginação literária e política**: os alemães e o imperialismo (1880/1945). Uberlândia: Edufu, 2010.

CARVALHO, José Murilo. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Teatro das Sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **A formação das Almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CORDEIRO, Celeste. **Antigos e Modernos no Ceará Provincial**. São Paulo: Annablume, 1997.

DOMINGUES, Ivan. **Filosofia no Brasil**: legados & perspectivas – ensaios metafilosóficos. São Paulo: Unesp, 2017.

GOMES, Angela de Castro. **História e historiadores**: a política cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

641





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Nacional. Rio de Janeiro: *Estudos Históricos*, nº 1, 1988.

LIMA, Hermes. **Tobias Barreto** (A época e o Homem). São Paulo: Instituto Nacional do Livro, 1963.

MORAES, Evaristo de. **Da monarquia para a República**. 2.ed. Brasília: Editora da UnB, 1985.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. **A cultura ocultada ou a influência alemã na cultura brasileira durante a segunda metade do século XIX**. Londrina: Editora da UEL, 1999.

SUCUPIRA, Newton. **Tobias Barreto e a filosofia alemã**. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 2001.

642



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



SANTOS, O PORTO E OS TRABALHADORES: POR UMA MEMÓRIA DO LUGAR

Tathianni Cristini da Silva¹

Nanci Lancha Novo²

Marcos Rafael da Silva³

Clara Versiani dos Anjos Prado⁴

Estamos aqui há muito. Consolidamos e fizemos existir o Brasil a partir desta ilha.

[...]Somos cosmopolitas por ofício e crença.

E carregamos conosco, para onde vamos, a salutar arrogância dos que têm história (Silva, 1998, p.157)

Neste artigo, vamos apresentar os aspectos históricos ligados à constituição da cidade de Santos em torno do porto, dando destaque ao papel fundamental desempenhado pelos trabalhadores e suas lutas ao longo dessa história. Em seguida, discutiremos o silenciamento que durante o século XX foi imposto à memória e história da participação desses sujeitos na construção da cidade. Ao fim, propomos a criação de um Centro de Memória dos Trabalhadores na intenção de dirimir essa ausência.

Santos constituiu, desde os primórdios da colonização no século XVI, a principal referência do litoral paulista devido a existência do porto que, por melhores condições de atracamento substituiu o porto inicial da Vila de São Vicente (IBGE, 1957, p. 276). A partir daí manteve-se como ponto de ligação entre o planalto e o exterior.

643

¹ Doutora em História Social e Pós-doutora pela Universidade de São Paulo. Mestre em Engenharia de Produção: Mídia e Conhecimento pela Universidade de Santa Catarina/UFSC; Bacharel e licenciada em História pela mesma instituição. Atua como docente nos cursos de História e Pedagogia da Universidade Metropolitana de Santos/UNIMES. Foi professora substituta no curso de História da Universidade Federal de Juiz de Fora/ UFJF. tathianni@gmail.com

² Doutora em Ciências, História Econômica, pela Universidade de São Paulo, Bacharel e Licenciada em História pela mesma instituição. Atuou como docente em cursos de História e Pedagogia na Universidade Metropolitana de Santos/UNIMES, Administração e Relações Internacionais na Fundação Lusíada de Santos e Relações Internacionais na Faculdade Metropolitana Unidas (FMU - São Paulo). nancinovo@uol.com.br

³ Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. Professor nos cursos de História e Arquitetura e Urbanismo da Universidade Metropolitana de Santos, SP. mrafa25@gmail.com

⁴ Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais, Licenciada em História pela mesma instituição. Atua como docente no curso de História da Universidade Metropolitana de Santos/UNIMES. claraversiani62@gmail.com





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Durante os dois séculos iniciais da colonização, embora tenha sido introduzida a cultura da cana de açúcar na região da Baixada Santista, o aproveitamento do porto foi reduzido, uma vez que as condições de clima e solo não eram as mais propícias para tal cultura. Todavia, a partir da segunda da metade do século XVIII, com o desenvolvimento da agroindústria do açúcar no interior de São Paulo e, posteriormente, a partir da segunda metade do século XIX, com a produção de café sobrepujando a de açúcar nas exportações, criaram-se exigências para o antigo porto colonial. Dentre elas priorizou-se a primeira grande reforma do porto, na década final do século XIX, “a construção do Porto de Santos foi coerente com o projeto de seus partícipes de construir um complexo portuário capitalista e não, melhorar um porto do tipo antigo” (Honorato, 1994, p.195, mimeo). Prevaleceu o modelo portuário com cais retilíneo ou contínuo, facilitador do atracamento das embarcações, bem como das operações de carga e descarga, substituindo os antigos trapiches.

Além dos 866 metros previstos inicialmente para a construção do cais e melhorias da área próxima, a empresa vencedora da concorrência para as obras do porto no ano de 1886, constituída oficialmente com o nome de Gaffrée, Guinle e Companhia, após quatro anos conseguiu sucessivas cessões totalizando 4.720 metros de cais, além de obter a ampliação da concessão de exploração das atividades do porto de 39 para 90 anos, criando a Companhia Docas de Santos, que monopolizou as atividades portuárias, recebendo a denominação pejorativa de *o polvo* (Trigueiros, 1998, p.32.). Importante destacar que as obras do porto e arredores contribuíram também para a melhoria das condições sanitárias da cidade, atingida diversas vezes por epidemias que ocasionaram o fechamento do porto, além de estabelecer a infraestrutura necessária para a ampliação e melhoria das atividades portuárias durante a primeira metade do século XX.

Outra repercussão das transformações do porto e da concessão da exploração das atividades portuárias, operacionalizadas pela Companhia Docas de Santos, foi o controle sobre a mão de obra por ela estabelecido, uma vez que constituía a principal empregadora da cidade e monopolizava grande parte das atividades portuárias. No entanto, outros tipos de trabalhadores, como os estivadores, preservaram independência e autonomia sindical, atuando nas atividades de arrumação e retirada (estivagem e desestivagem) de mercadorias dos navios.

A presença de imigrantes europeus nas atividades do porto de Santos acentuou-se com o desenvolvimento das atividades econômicas regionais, notadamente a partir do século XIX e da produção e exportação do café, que levou à construção da Estrada de Ferro São Paulo Railway (1867) para o transporte do café do oeste do estado de São Paulo para o porto, e após as obras de construção do “porto capitalista”.

644





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



O porto e as lutas dos trabalhadores

Além dos trabalhadores do porto, a cidade concentrava boa parte dos negócios ligados ao café e toda a logística de distribuição do produto. Isso significou a incorporação de grande número de trabalhadores, tanto na área portuária quanto na de construção civil, criando as condições para a formação de um movimento operário que se fortaleceu no decorrer do tempo, inicialmente sob a influência do anarco-sindicalismo, difundido pelos imigrantes europeus cujas lideranças mobilizaram para a primeira greve geral na cidade, no ano de 1891, e que, após 1922, passou a contar com a forte presença dos comunistas. O fato é que “desde a formação da classe operária santista, a cidade de Santos tornou-se uma arena de lutas que entrou para a história com uma aura lendária e, de todos os protagonistas, os portuários ocuparam o centro do palco” (Silva, 1995, p.15). Daí as referências à cidade e ao seu porto como “Barcelona Brasileira”, fase de influência anarco-sindicalista e, posteriormente, “Porto Vermelho” e “Moscou Brasileira”, conforme destacam Silva e Sarti (1995; 1998), autores de relevantes estudos sobre os trabalhadores do porto de Santos.

Embora profundas alterações tenham ocorrido posteriormente em Santos, é fundamental destacar que esse período inicial foi responsável pela consolidação de algumas das principais características da cidade: o porto continuou a ser a atividade econômica mais relevante de Santos, da qual a maior fração do mercado de trabalho encontrava-se dependente; apesar da crescente diversidade econômica da cidade e do correlato aparecimento de outras categorias profissionais, os portuários solidificaram sua presença no movimento operário local (Silva, 1995, p.15).

Durante as décadas de 1910 e 1920, o movimento operário acumulou forças e conseguiu mobilizar os trabalhadores para expressivas greves, como a de 1917 em São Paulo, o que provocou prisões, perseguições de lideranças estrangeiras e expulsão de algumas do Brasil. Na época, o movimento operário era considerado “caso de polícia” e com o fim da República Velha, em 1930, e a ascensão de Getúlio Vargas ao Governo Federal, foi criada legislação sindical visando o controle sobre os sindicatos e suas diretorias. Foi estabelecido um modelo de organização verticalizado a partir dos sindicatos por categoria profissional, prevendo a estruturação em três níveis: Sindicatos (locais) que deveriam ser reconhecidos e integrantes da diretoria aprovados pelo Governo Federal, Federações (estaduais, interestaduais ou regionais) e Confederações (com sede na capital da República). A lei pretendia separar os trabalhadores e enfraquecer suas organizações e mobilizações para as lutas.

645





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



A instalação das indústrias em Cubatão, nos anos 50 e 60, atraiu para Santos e região um grande número de trabalhadores que, embora tenham fixado moradia em áreas próximas como Vicente de Carvalho, Praia Grande e outros locais, ampliaram o contingente operário na região fortalecendo os sindicatos, a maior parte sediada em Santos, e engrossando o movimento operário-sindical local.

No ano de 1951, o retorno de Getúlio Vargas à presidência e o incentivo ao desenvolvimento industrial propiciaram as condições para o reativamento da economia e o crescimento do operariado e de suas reivindicações. Diante das novas condições, no decorrer da década de 1950 e início dos anos 60, os trabalhadores brasileiros romperam com os limites da estrutura sindical vigente e a tutela imposta pelo Estado às atividades sindicais, criando organizações que reuniram diferentes categorias profissionais para o encaminhamento de suas reivindicações, as intersindicais operárias que se formaram nas cidades e capitais que concentravam maior número de indústrias e trabalhadores. Dentre elas, destacou-se o Pacto da Unidade Intersindical (PUI) formado no ano de 1953, em São Paulo que, pela expressiva mobilização e adesão, obteve conquistas importantes para as categorias envolvidas e serviu de inspiração para a formação de outras intersindicais, dentre elas as duas formadas em Santos.

A retomada da atuação sindical pelos integrantes do Partido Comunista Brasileiro, o PCB, com a formação de frentes com partidos aliados como o Partido Trabalhista Brasileiro/PTB, possibilitou a criação das intersindicais de trabalhadores, dentre elas o Pacto da Unidade Intersindical (PUI), formado em São Paulo, no ano de 1953, durante a Greve dos 300 mil trabalhadores que, pela mobilização e conquistas expressivas serviu de inspiração para a criação de outras intersindicais.

Silva (1995), analisando o contexto histórico vivenciado no Brasil e a atuação dos sindicatos, denomina como “Era das Negociações” o período que vai de 1950 a 1959, fase em que foram formadas e tiveram importante atuação as intersindicais de trabalhadores. Em Santos, no ano de 1956, foi formado o Fórum Sindical de Debates/FSD e, em 1962, a União dos Sindicatos da Orla Marítima de Santos (USOMS), que alcançaram repercussão nacional e estão inseridos na história dos movimentos dos trabalhadores brasileiros.

A formação e atuação do Fórum Sindical de Debates - FSD

No dia 16 de agosto de 1956, dirigentes sindicais de Santos criaram o Fórum Sindical de Debates que, segundo seus inspiradores e fundadores, deveria voltar-se para a organização de “conferências e palestras-debates sobre leis sociais e da previdência”. Conforme





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Trigueiros (1998) a análise das pautas de reuniões do Fórum Sindical de Debates, durante os anos de 1956 e 1957, possibilitou observar que ocorreu o predomínio de questões e reivindicações de carácter trabalhista e sindical, fortalecendo-se, a partir de 1957, a luta por direitos sociais: trabalho, aposentadoria, saúde, melhores condições de trabalho e vida. A partir de 1959 deu-se a aproximação com o movimento estudantil.

Já no período de 60 a 64, identificado como *Era das greves/políticas e de solidariedade* por Silva (1995, p.170), ocorreu a ampliação das pautas do FSD com a politização das reivindicações à medida que se aproximava o ano de 1964.

A formação da União dos Sindicatos da Orla Marítima de Santos - USOMS

No ano de 1962, em clima de lutas sindicais expressivas, foi formada a União dos Sindicatos da Orla Marítima de Santos - USOMS, entidade intersindical criada para debater e procurar soluções para os problemas dos trabalhadores das diferentes categorias profissionais do porto. A proposta da USOMS era atuar junto com o Fórum Sindical de Debates, em Santos e, no nível nacional, com outras intersindicais tais como o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).

647

Sobre a experiência da atuação do Fórum Sindical de Debates e da União dos Sindicatos da Orla Marítima de Santos

A atuação conjunta do Fórum Sindical de Debates e da União dos Sindicatos da Orla Marítima de Santos possibilitou ampla mobilização dos trabalhadores em movimentos que alcançaram grande repercussão na cidade, tais como as greves gerais: a primeira, a Greve de Solidariedade aos Trabalhadores do Moinho Paulista, iniciada em 1º de julho de 1960, atuação do FSD; a segunda Greve Geral de Solidariedade aos Trabalhadores Petroquímicos de Cubatão, que ocorreu em maio de 1962 (FSD atuando) e, em 5 julho de 1962, a greve geral por motivações políticas tais como a eleição de um Gabinete Nacionalista e Democrático, pela realização de Reformas de Base, dentre outras (FSD e USOMS). Esta última provocou cisões no movimento operário-sindical e também a oposição de setores mais tradicionais na política e na sociedade de Santos.

A partir daí o contexto local e o nacional ficaram marcados por disputas políticas e forte oposição ao Presidente Goulart levando ao golpe civil-militar no país (1964). Com a tomada do poder pelos militares desencadeou-se forte repressão ao movimento sindical em todo o país e, em Santos, além de prisões de lideranças sindicais, ocorreram invasões e intervenções





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



em sindicatos e a intervenção política federal na cidade. Santos só recuperou sua autonomia política em 1983.

Todavia, a memória das lutas dos trabalhadores de Santos e das organizações intersindicais por eles criadas nas décadas de 1950 e 1960, reconhecidas como fundamentais na história do movimento operário- sindical do país, ainda permanece pouco discutida e lembrada. Criar espaços e oportunizar discussões sobre as experiências vivenciadas pelos trabalhadores de Santos em diferentes tempos, estabelecendo pontes entre passado, presente e futuro pode contribuir para intermediar a formação de valores identitários e percepção de novos sentidos para a história local.

A cidade, o porto e não-lugar da história dos trabalhadores

Como vimos, a cidade de Santos se desenvolveu em torno do porto. Contudo, no que se refere à memória e ao patrimônio, cidade e porto parecem divorciados. O porto, sua história e a de seus trabalhadores não parecem habitar a cidade, ainda que estejam nela.

Os esforços de preservação do patrimônio nos últimos anos não incluíram o passado de lutas dos trabalhadores do porto. Centrados na preservação do que resta de patrimônio do período colonial, ou do período da cidade como “porto do café” do final do século XIX e primeiras décadas do XX, o “social”, ou a memória coletiva esqueceu os “trabalhadores do porto”.

Em 2011, as políticas de preservação do centro histórico incluíram uma proposta de “revitalização” da área portuária. A proposta, retomada em 2023, recebeu o nome de Parque Valongo. (Prefeitura de Santos, 2024.) Com recursos da Autoridade Portuária de Santos (APS), uma empresa pública federal, e de empresas privadas que operam no porto, o parque terá como propósito o lazer e o turismo, incluindo quadras para prática de esportes, áreas de contemplação, terminais para passageiros de navios de cruzeiro, previsão para espaços gastronômicos. Para usar uma expressão de Huyssen (2014, p. 231), um parque temático disneyficado sem outra possibilidade de memória.

Embora presente na paisagem urbana com seus guindastes e contêineres, o Porto de Santos não é abrigado pela memória social da cidade, tampouco pelas políticas públicas de patrimônio. A cidade que, ao longo do tempo, assumiu a identidade de “balneário” com iniciativas voltadas também para o “turismo de negócios”, no seu centro histórico tem adotado políticas preservacionistas que seguem a tendência da contemporaneidade identificada por Huyssen de “restauração historicizante”. (2014, p. 130). Neste processo, o passado “mobilizado” em tais políticas de conservação privilegia o período das décadas finais do século XIX e primeiras do século XX, quando a cidade era conhecida por abrigar o “Porto

648





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



do Café”. Contudo, a memória traduzida nos patrimônios preservados não inclui a dos trabalhadores do porto. Sem museus, monumentos e espaços, o apagamento da sua história pública remete às decisões dos atores políticos e sociais sobre o que lembrar e o que esquecer. Destaca-se aqui a importância do território urbano para a memória pessoal e coletiva. Citando Hayden, “territórios urbanos são depósitos dessas memórias, porque características naturais como colinas ou portos, assim como ruas, construções, padrões de assentamento, emolduram as vidas de muitas pessoas e frequentemente por gerações.” (1995, p. 9)

No entanto, embora da cidade se possa avistar o maquinário e toda a movimentação de navios, trens e caminhões em razão da atividade portuária, a memória coletiva e social não parece guardar o passado de lutas dos trabalhadores.

“Preservar o passado de qualquer cidade é um processo tanto político quanto histórico-cultural.” (Hayden, 1995, p. 13). Pode-se dizer que em Santos as políticas públicas de preservação renunciaram a uma abordagem histórica social inclusiva do espaço urbano.

Importante ainda lembrar a contribuição de Assmann (2011, 147) ao discutir modos complementares de recordação, contrapondo a memória funcional ou habitada à memória cumulativa ou inabitada, destaca que, enquanto a primeira tem como “características mais marcantes as referências ao grupo, à seletividade, à vinculação à valores e à orientação ao futuro”, a memória cumulativa ou histórica, memória inabitada, desvinculada de um portador específico, separa passado, presente e futuro, perdendo a relação vital com o presente.

Conhecemos bem as desilusões que o esquecimento nos impõe, a perda irreversível do saber ponderado e de experiências vitais. Sob o teto amplo das ciências históricas podem guardar-se vestígios inabitados e acervos que ficaram sem dono, mas que podem ser recuperados, de modo a oferecer novas possibilidades de adesão à memória funcional. (Assmann, 2011, p.147).

Nossa proposta com relação à história dos trabalhadores do porto de Santos intenta contribuir para a emergência, ou mesmo constituição de uma memória funcional que possibilite o diálogo entre o passado e o presente das lutas dos trabalhadores, o fortalecimento e valorização da identidade e da inserção deles na história da cidade.

Neste sentido, a criação de um Centro de Memória dos Trabalhadores visa dar concretude à memória funcional, citada por Assmann. A proposta otimiza o uso de um dos antigos armazéns do porto localizado no bairro do Valongo, hoje centro da cidade de Santos, conforme imagem do *Google Maps*, abaixo.

649





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

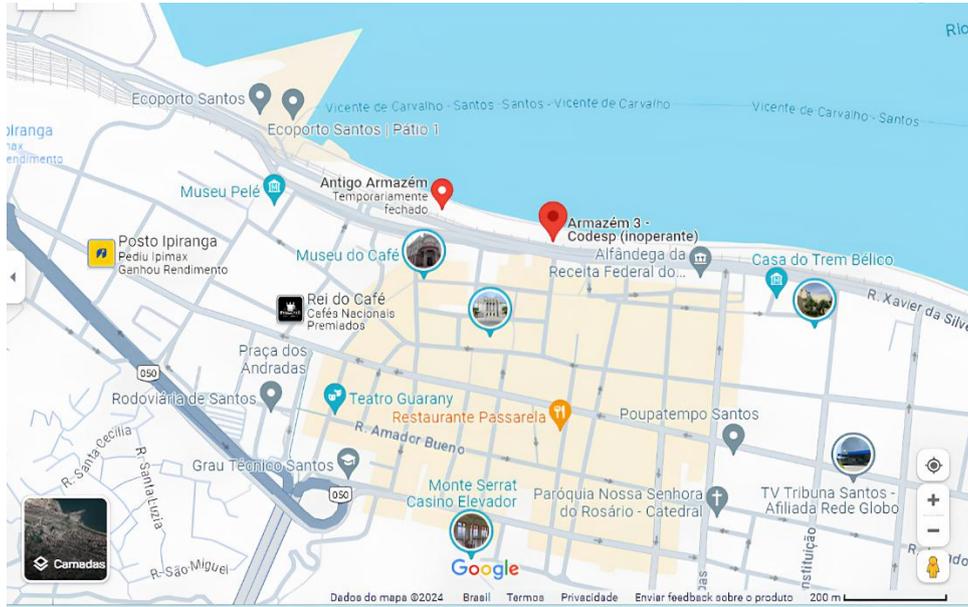
HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Figura 1 - região do Valongo em Santos, onde estão localizados os antigos armazéns do porto.



Fonte: Google Maps. Disponível em:

<https://www.google.com/maps/search/antigos+armaz%C3%A9ns+da+santos/@-23.9325196,-46.3340469,16z?authuser=0&entry=ttu> Acesso em: 27 fev. 2024.

650

De acordo com a imagem, a área comporta alguns dos museus mais importantes da cidade, como o Museu Pelé e o Museu do Café, além do Santuário Santo Antônio do Valongo e a primeira estação de trens de São Paulo de 1867, a Estação do Valongo, que ligava Santos a Jundiaí, entre muitos outros atrativos. A prefeitura municipal vem promovendo eventos na área para sua valorização e uso, no entanto, o centro histórico hoje é pouco habitado.



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Figura 2 - Trabalhador passando pela área do Museu Pelé e Estação do Valongo

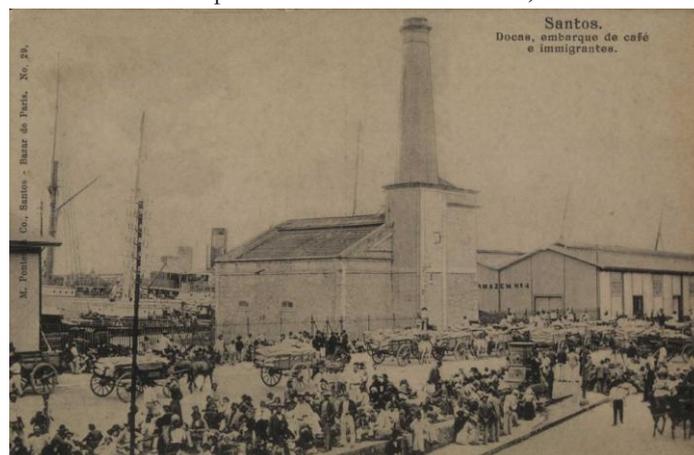


Fonte: Acervo pessoal dos autores.

Essa localidade é uma das mais antigas em termos de ocupação pelos trabalhadores do porto, desde sua origem de trapiche até a modernização, pois ali exerciam suas funções junto aos navios, cargas, armazéns, rua do comércio, estação ferroviária e demais necessidades cotidianas. Portanto, o local se apresenta como ideal para a criação de um centro de memória que representa a cidade desenvolvida pelas mãos de trabalhadores de diferentes continentes, desde os escravizados, libertos e fugitivos das lavouras de café do interior paulista até os imigrantes de uma Europa em crise com ideais anarquistas e comunistas, todos em busca de uma vida melhor daquela que haviam experimentado.

651

Figura 3 - Porto de Santos na primeira década do século XX, trabalhadores e imigrantes



Fonte: SANTOS: Docas, embarque de café e imigrantes. Santos, SP: M. Pontes & Co. -bazar de Paris, [1909?]. 1 cartão-postal, colotipia, p&p, 9 x 14 cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1571354/icon1571354.jpg. Acesso em: 29 Feb. 2024.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Percebemos a vida dinâmica da região por meio do cartão postal de inícios do século XX, vê-se as carroças repletas de sacas de café enfileiradas para o embarque no navio próximas ao armazém quatro, os imigrantes talvez aguardando o atendimento pela hospedaria e muitos trabalhadores. Assim, como vem acontecendo em outras regiões do país, os antigos centros das cidades estão sendo esvaziados e em rápido processo de degradação. O patrimônio cultural que demonstra o crescimento e vida de finais do XIX e XX estão em franca decadência e em Santos a situação não é diferente. Podemos comparar a imagem acima e a que segue para ter uma dimensão dessas mudanças.

Figura 4 - Fachada antigos armazéns do porto em fevereiro de 2024.



Fonte: Acervo pessoal dos autores.

652

Na atualidade, Santos não possui uma representação efetiva desses trabalhadores por suas ruas e história material. Em 1996, foi construída uma estátua em homenagem ao trabalhador portuário, no entanto, com a construção da estrada perimetral da cidade a mesma perdeu seu valor ao ficar apertada entre as vias por onde trafegam os caminhões e outros veículos. Além desta, havia em frente ao Museu do Café uma estátua, erigida em 2012, em homenagem aos corretores de café que foi depredada e retirada do local.

Portanto, o Centro de Memória dos Trabalhadores aqui proposto busca trazer essa memória à tona na cidade. Camargo (2019, p. 02), define centro de memória como

um arquivo alargado, um arquivo que comporta não só o material que a instituição naturalmente produz e acumula ao longo das suas atividades, mas também aquele do qual ela se apropria para se desenvolver e cumprir sua missão. É preciso haver uma série de informações disponíveis, preparadas para uso imediato, e não apenas aquelas originárias de suas atividades precedentes. O centro de memória deve agregar, além do arquivo, documentos que lhe são complementares, e que muitas vezes são produzidos por iniciativa do próprio centro.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Assim, o centro de memória é um instrumento de ação e terá o importante papel de congregar desde documentos relativos aos trabalhadores do porto até entrevistas e outros artefatos que se relacionam à presença destes trabalhadores na cidade.

Referências

ASSMANN, Aleida. **Espaços da Recordação: Formas e Transformações da Memória Cultural**. Trad: Paulo Soethe. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2011.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Os centros de memória são instrumentos de ação. In: **SAUSP.DOC**. Nov/Dez 2019. Disponível em: <https://sites.usp.br/arquivogeral/wp-content/uploads/sites/39/2019/10/2019n06-SAUSP.pdf> Acesso em: 29 fev. 2024.

CANEDO, Leticia Bicalho. **A classe operária vai ao sindicato**. São Paulo: Contexto, 1996.

CORVO, Luiz Rodrigues. **Santos em Transe: o sindicalismo aguerrido: lembranças de seis greves gerais (1960-1964)**. Santos: Realejo Livros & Edições, 2021.

HAYDEN, Dolores. **The power of place**. Massachusetts: MIT Press, 1995.

HONORATO, Cezar Teixeira. **O Polvo e o porto: a CIA**. Docas de Santos. 1888-1914. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade de São Paulo, 1994, mimeo.

HUYSEN, Andreas. **Políticas de memória de nosso tempo**. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2014. (Col. Estudo de Comunicação e Cultura. Cultura e Conflito, *e-book*.)

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos Municípios**, vol. XXVIII, São Paulo, 1957.

INOUE, Célia Regina *et al.* **Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos: citação e referência**. São Paulo: UNESP, 2023. (*E-book*) Disponível em: [ABNT-final.pdf](#) (unesp.br) Acesso em: 13 dez 23.

653





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



PREFEITURA DE SANTOS. **Tudo sobre o Parque Valongo.** Disponível em: <https://www.santos.sp.gov.br/?q=portal/parque-valongo> Acesso em: 23 fev. 2024.

SARTI, Ingrid. **Porto Vermelho** - os Estivadores Santistas no Sindicato e na Política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

SILVA, Fernando Teixeira da. **A carga e a culpa** - Os operários das Docas de Santos: Direitos e Cultura de Solidariedade (1937-1968), S. Paulo: Hucitec, Santos: Prefeitura Municipal de Santos, 1995.

SILVA, Ricardo M. da; ALEXANDRINO, Carlos Mauri. **Sombras sobre Santos:** o longo caminho da volta. Santos: Secretaria Municipal da Cultura, 1988.

TRIGUEIROS, Nanci Novo. **As intersindicais de trabalhadores da Baixada Santista:** o Fórum Sindical de Debates e a União dos Sindicatos da Orla Marítima de Santos (1956-1964). Tese de Doutorado Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade de São Paulo, 1998.

654



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



O HUMOR COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA NA ARTE LATINO-AMERICANA: ESTRATÉGIAS MODERNAS FUNDADORAS

Juliana Silveira Mafra¹

A arte moderna latino-americana se iniciou demonstrando interesse em discutir sua identidade, tentando se libertar de amarras colonialistas, a fim de estabelecer a importância e o valor da nossa cultura, daquilo que nos diferencia do outro. Nesse contexto, os artistas, muitas vezes, apresentam trabalhos que se valem da alegria, do humor e do riso, tentando desarticular os mecanismos de poder estabelecidos.

A partir das três estratégias apontadas por Andrea Giunta (1996) — a Antropofagia, o mapa invertido e a apropriação da apropriação — como fundadoras da modernidade na América Latina² verificamos que o humor, de maneiras específicas, teve um importante papel em todas elas e, portanto, na fundação dessa modernidade.

No seu aniversário, em 11 de janeiro de 1928, o artista brasileiro Oswald de Andrade ganha de Tarsila do Amaral, uma tela a óleo de 85 x 72 cm, que ela havia pintado a partir das histórias que ouvia na sua infância na fazenda. Como a própria artista descreve, o quadro representa "uma figura solitária monstruosa, pés imensos, sentada numa planície verde, o braço dobrado repousando num joelho, a mão sustentando o peso-pena da cabecinha minúscula. Em frente, um cacto explodindo numa flor absurda" (TARSILA apud AMARAL, 1975, p.24). Sem escândalo ou provocação, Tarsila havia absorvido as técnicas, as formas e os sombreados modernos aprendidos na Academia Julian, na escola de Lhote ou no atelier de Leger, em Paris, e produzido uma imagem diferente, de um homem nu, miscigenado, com evidência para o seu corpo, em detrimento da cabeça. Com esse ato de apropriação da cultura européia, Tarsila refunda a cultura brasileira, a partir de então, moderna. Para Oswald esse homem pintado por Tarsila estava "plantado na terra" (ANDRADE apud AMARAL, 1975, p.247) e em "comunicação com o solo" (ANDRADE, 1928). O quadro de Tarsila remetia, de forma irônica à descrição feita pelo alemão Hans Staden, em seu livro, editado dezenas de vezes na Europa, chamado *Descrição verdadeira de um país de selvagens nus, ferozes e canibais, situado no Novo Mundo da América (...)*, de 1556. Em 1925, Monteiro Lobato havia feito uma tradução do livro de Hans Staden e em 1926 ele publicava diariamente as partes de uma adaptação

655

¹ Professora da Escola Guignard/UEMG e do Programa de Pós-Graduação em Artes da Universidade do Estado de Minas Gerais/UEMG. E-mail: julianamafra@uemg.br

² Apesar de o assunto e de os escritores serem latino-americanos, o livro foi originalmente publicado em inglês em 2006, sendo publicado em espanhol apenas em 2011.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



livre da obra, no *Jornal Diário da Noite de São Paulo*. Por essa época, ele também apresentava uma versão infantil do livro de Staden no mesmo jornal, e anunciava uma publicação com as imagens de Jean de Lery, autor do livro *História de uma viagem feita na terra do Brasil, chamada também de América* (1578).

Satirizando o europeu branco que impõe um estereótipo do americano como selvagem, dominado pela emotividade e sexo (inferior) em detrimento do intelecto e da moralidade (superior), Oswald, juntamente com Raul Bopp, retira de um dicionário tupi-guarani, a palavra *Abaporu*, que significa antropófago, homem que come gente, figura ameaçadora que mexe com o imaginário europeu, para dar título ao quadro de Tarsila, o que tornaria a inspiração para o Movimento Antropofágico. A deglutição, a que se refere Oswald em seu *Manifesto* de 1928, metáfora das práticas de canibalismo no Brasil, remontam às ilustrações de Theodor de Bry, realizadas a partir dos relatos de Hans Staden (fig: Os Filhos de Pindorama. Cannibalism in Brazil in 1557). Uma vez que o desenhista e gravador não conhecia a América, desenhou os índios com características européias e estranhas pinturas corporais, fazendo churrascos de carne humana.

A antropofagia conceituada por Oswald, consiste em devorar a cultura do outro, digeri-la, absorver o inimigo sagrado (ANDRADE, 1928), aproveitando o que interessa e, da fusão desses dois mundos, surgiria nossa identidade, crítica e mais forte. Para isso, em uma frase, o escritor parodia Shakespeare, "devorando" Hamlet, exalta a nossa essência indígena e vai direto ao ponto: *Tupi or not tupi, that is the question torna-se o bordão da Antropofagia*.

Oswald procura, ainda, liberar a nação da ascendência portuguesa, mudando-lhe o nome e o marco de sua fundação. Com a sua equação, "a alegria é a prova dos nove", Oswald afirma que "antes dos portugueses descobrirem o Brasil, o Brasil tinha descoberto a felicidade." Ao final de seu manifesto, em tom irônico e satírico, assinala o local, "Piratininga"³ — nome em tupi-guarani ao invés da católica São Paulo —, e a data, "Ano 374 da Deglutição do Bispo Sardinha", em referência ao episódio em que o português Pedro Fernandez Sardinha (o primeiro bispo católico do Brasil) foi capturado e deglutido pelos índios. Assim, estabelece o ano 1 da formação da identidade brasileira, no calendário que acabara de criar.

A segunda e a terceira estratégias da modernidade não reivindicam diretamente a alegria e o humor como a de Oswald, mas dão demonstrações de comicidade em seus procedimentos. Tentando reorientar principalmente o Uruguai, mas também toda a América Latina em

656

³ Piratininga (peixe seco em tupi-guarani) era o local próximo às margens do Rio Tietê que, depois de passada a tempestade e do nível do rio voltar normal, ficava repleto de peixes secando ao sol, atraindo aldeias para a região que, com a chegada dos portugueses e a construção do primeiro colégio fundado pelos jesuítas na região, em 1554, passa a se chamar São Paulo, em homenagem ao santo de mesmo nome.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



direção a si mesma, Joaquín Torres-García, em 1935, inverte o mapa latino-americano e escreve o *Manifesto A Escola do Sul*, no qual prevê um tempo em que, após o entendimento dos problemas da nossa arte "chegaremos sem dúvida a criar nosso próprio estilo" (TORRES-GARCÍA in ADES, 1997, p.320). Bergson enfatizou a comicidade que encontramos em "tudo aquilo que se classifique sob a rubrica do 'mundo às avessas'" (BERGSON, 2007, p.70). Com a frase "nosso norte é o sul", o artista uruguaio propõe que nos deixemos guiar para o sul e não mais para o norte. Sabemos que o mapa mundi é uma convenção que, repetida infinitas vezes, adquire ares de verdade e que essa representação "oficial" do mapa-mundi, com a Europa numa posição privilegiada é carregada de significados políticos e culturais. A inversão do mapa é um símbolo simples, potente e direto que se opõe ao pensamento hegemônico e causa um grande impacto, não raramente, temos visto o desenho de Torres-García tatuado em jovens, estampado em blusas, capas de livros, pôsteres de seminários... O artista uruguaio diz que a "retificação era necessária, pois nos permite saber onde estamos". A inversão do mapa realizada pelo artista acaba por revelar o absurdo da vida real que, muitas vezes, é aceito sem questionamentos.

A terceira estratégia da modernidade na América Latina, a Apropriação da apropriação é exemplificada na pintura *La jungla (A Selva)*, de 1943, do artista Wifredo Lam. Cubano, de ascendência africana e chinesa, o artista se apropria das formas e estruturas cubistas que por sua vez se apropriam das formas e estruturas da arte africana. O curador e escritor também cubano Gerardo Mosquera diz que "todas as culturas 'roubam' umas das outras, estejam elas em posições de domínio ou subordinação. Este é seu comportamento natural como entidade viva" (MOSQUERA, 1997, p.14). A apropriação de Lam contextualiza latino-americanamente o debate moderno entre a originalidade e a imitação no qual o humor exerceu um papel central. Em *La jungla (A selva)*, Lam se insere em uma tradição cômica que passa por Flaubert, Manet e Duchamp, para citar alguns. Apropriando-se das formas e cores cubistas, introduzidas por Picasso, em *Les demoiselles d'Avignon (As Senhoritas de Avignon)*, 1907, cujos rostos foram inspirados pelas máscaras africanas; e também se valendo de sua experiência surrealista na Europa, criando ambientes com figuras meio humanas, meio animais, compridas e estreitas, que se fundem com uma plantação de cana-de-açúcar (e/ou bambus) em um ritual afrocubano. Como uma plantação de cana de açúcar não é uma selva, podemos detectar também uma ironia no título da pintura, de quem aceita o estigma e o subverte, mais uma vez aquela ideia de selvagens... Outro elemento cômico é a repetição⁴ de um procedimento que acaba invertendo os papéis entre o apropriado e o apropriador, e de suas relações de poder que se embaralham e se reconfiguram.

657

⁴ A repetição é um procedimento usual da comédia clássica (BERGSON, 2001, p.53).





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Em seu pequeno texto, *O chiste e sua relação com o moderno*, apresentado em um painel de debate sobre humor, acontecido em Buenos Aires, Roberto Jacoby diz que seria "possível investigar toda a arte dessa época sob o microscópio dos diversos e multiformes mecanismos do engraçado," (JACOBY in JACOBY; LONGONI, 2011, p.353) para ele, o prazer que extraímos de toda a arte moderna, tem a ver com o cômico, o chiste e o humor.

Alguns dias depois da apresentação de seu texto, ele escreve um pequeno adendo em que relata a lembrança de Pablo Suárez, de como seus trabalhos e os de seus pares, na década de sessenta, eram criticados como "superficiais, lúdicos, irreverentes, pouco sérios, estrangeirizantes, efêmeros," (JACOBY in JACOBY; LONGONI, 2011, p.355) adjetivos matreiros, que tentam amenizar seu conteúdo crítico e político fazendo-os passar por entretenimento, o que também faz parte do trabalho de Jacoby, mas não só isso.

O humor não era o objetivo principal dos artistas modernos, eles tinham outras metas, como, por exemplo, a necessidade de criar uma identidade ou um estilo ou uma escola para a arte produzida por artistas latino-americanos. E cada um fez isso a seu modo. Oswald de Andrade requisita a alegria e a felicidade e usa a sátira (riso de zombaria)⁵ contra a igreja, as elites, a corte de D. João VI, o romance de José de Alencar e da ópera de Carlos Gomes com seus índios "cheios de bons sentimentos" portugueses, etc.

Joaquín Torres-García, com seu lema *nosso norte é o sul*, faz um jogo de palavras com os pontos cardeais para nos apresentar a *direção* a ser seguida e subverte a representação totalmente difundida e aceita do mapa-múndi: vira a América Latina de ponta cabeça, para que pensemos melhor, "sem nos incomodar com o que pensa o resto do mundo" (TORRES-GARCÍA, 1935). Wifredo Lam repete a estratégia europeia de apropriação e estabelece novas relações de poder entre os continentes. O humor, além de seu significado cômico, tem também aquele que remete à teoria antiga dos humores em que os líquidos corporais definiam o temperamento das pessoas⁶, aquilo que é de cada um, assim, há humores parecidos, mas dificilmente idênticos, e de alguma forma, parece que somos um tipo de antropólogo que rimos e nos divertimos em nossos rituais de apropriação da cultura do outro. As obras citadas de Torres-García e Wifredo Lam se desenvolvem utilizando procedimentos cômicos (a inversão e a apropriação), estratégias lançadas pelos artistas na realização de seus trabalhos. As de Oswald de Andrade, ainda têm o caráter de convocação ao riso e ao escárnio, que mesmo não tendo contado com a colaboração de sua inspiradora Tarsila, pelo menos nesse sentido do escárnio, foi compartilhada com outros artistas modernos.

⁵ "[...] todo o vasto campo da sátira baseia-se no riso de zombaria" (PROPP, 1992, p.28).

⁶ Colérico, melancólico, sanguíneo e fleumático.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Em uma próxima oportunidade, poderemos continuar desenvolvendo esse assunto, abordando a figura do Macunaíma, o herói sem nenhum caráter, de Mario de Andrade, as Experiências de Flavio de Carvalho, a partir dos anos 30 e outras obras, até chegarmos aos dias atuais.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Aracy A. *Tarsila: sua obra e seu tempo*. São Paulo: Perspectiva/Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. (Estudos.1).

ANDRADE, Oswald. *Manifesto Antropofágico*. 1928 (Fonte: <https://www.culturagenial.com/manifesto-antropofago-oswald-de-andrade>. Acesso 01/03/2024)

BERGSON, Henri. *O riso. Ensaio sobre a significação da comicidade*. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes. 2001. (Tópicos).

BERGSON, Henri. *O riso: ensaio sobre a significação da comicidade*. 2. ed. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2007. (Tópicos).

GIUNTA, Andrea. Strategies of Modernity in Latin America. In: MOSQUERA, Gerardo. *Beyond the Fantastic: Contemporary Art Criticism from Latin America*. The MIT Press. Cambridge and London. 1996.

GIUNTA. Estrategias de la modernidad en América Latina. In: GIUNTA, Andrea. *Escribir las imágenes*. Ensayos sobre arte argentino y latinoamericano. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores. Coleção Arte y Pensamiento. 1.ed, 2011.

JACOBY, Roberto . El chiste y su relación com lo moderno (1994). In: JACOBY; LONGONI, 2011

MOSQUERA, Gerardo. Stealing from the Global Pie: Globalization, difference, and cultural appropriation. In: Art Papers. March/april. V.21. 1997, p. 14.

659





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



PROPP, Vladímir. *Comicidade e riso*. Trad. Aurora Bernardini e Homero F. de Andrade. São Paulo: Ática, 1992. (Série Fundamentos. n. 84).

TORRES-GARCÍA, Joaquín. Manifesto A Escola do Sul. In: ADES, Dawn. *Arte na América-Latina*. São Paulo: Cosac & Naify, 1997.

TORRES-GARCÍA, Joaquín. Manifesto a escola do sul. 1935. (Fonte: https://issuu.com/movbonanza/docs/manifesto_14.docx. Acesso: 01/03/2024)

660



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



O MAL-ESTAR SOCIAL BRASILEIRO E O MAL-ESTAR DO CRISTIANISMO: REFLEXÕES SOBRE UMA CONTINUIDADE AINDA POUCO EXPLORADA

Renato Saredidine Araújo¹

A palavra favela tem uma determinada significação diante de instituições oficiais brasileiras, sendo, sobretudo para as polícias um local de exercício da violência. Uma triste anedota ilustra sinteticamente o ódio dirigido de maneira mais ou menos difusa das instituições para as favelas. Em 2008, o governador do Rio de Janeiro, apresentava publicamente a opinião de que o aborto deveria ser utilizado como método de controle da criminalidade: “Você pega o número de filhos por mãe na Lagoa Rodrigo de Freitas, Tijuca, Méier e Copacabana, é padrão suéco. Agora, pega na Rocinha. É padrão Zâmbia, Gabão. Isso é uma fábrica de produzir marginal” (Globo, 2007) Ainda que elas atuem na ilegalidade, tudo acontece impunemente, sem que o conjunto das instituições reaja, homologando tais crimes direta ou indiretamente. Para defender o governador das críticas que repercutiram na imprensa, o secretário de segurança diz publicamente que as favelas têm

uma legião de excluídos que não conhecem o Estado. Não sabem o que é lei. Essa é uma cultura que muitas vezes o marginal traz do ventre da sua mãe. Ele convive, vê na rua as pessoas armadas, com granadas, com revólveres. Isso não nos autoriza a tirar vidas. Mas só peço que se considere esses aspectos ao fazer análise [dos dados da violência policial]. (Estadão, 2008)

Outro governador determinou aos policiais que eles deveriam matar os suspeitos em favelas, pois, munido de sua experiência como juiz de direito e sua interpretação da lei, ele poderia proteger juridicamente os policiais. Assim, disse ele, os policiais podem agir “exatamente nos termos da lei.” (CONJUR, 2018)

Quando remontamos o contexto simbólico e histórico que atribui o significado atual à palavra favela, nos deparamos com uma história, ou melhor, um romance histórico, ao final da história seguimos até o seu final, remete a um evento surpreendentemente distante. Originalmente, favela é o nome dado a uma planta (Cnidoscylus Phillacanthus), um arbusto de grande utilidade alimentar e medicinal para o sertanejo. Euclides da Cunha (1902/1967)

¹ Pós-doutorando do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), vinculado ao Grupo Interinstitucional Historiografia e Política da Psicanálise.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



descreve os eventos da guerra do Estado brasileiro contra Canudos de onde emergiu o novo significado da palavra favela.

Canudos foi uma cidade fundada pelo peregrino Antônio Conselheiro, personagem histórico que aglomerou as massas de trabalhadores pobres, em sua maioria pessoas negras libertas após a abolição de 1888. Ao lado de Canudos, havia um monte chamado favela onde crescia a planta e onde os soldados instalaram seus canhões para atacar a cidade. Apesar de não pagar impostos e não respeitar as leis da nova República, viviam bem, como nunca tinham vivido, podendo usufruir da produção de seu próprio trabalho. Os historiadores demonstraram que o fluxo de pessoas em direção à cidade foi tal que ela se tornou a segunda mais habitada do Estado da Bahia, mas também que os donos da terra e senhores da política, enfrentaram um problema de escassez de mão de obra e que, por isso, foram forçados a aumentar o salário dos empregados.

Os canhões instalados no morro da favela, observou Cunha, eram a mais nova aquisição do governo que tentava justificar a existência da República, as armas eram apresentadas como o florão do progresso brasileiro e o método de enfrentamento do atraso de um povo que ele supunha inferior e que contaminava, segundo a teoria eugenista em voga na época, a raça branca superior. O que, segundo esta concepção, atrasaria ou impediria o desenvolvimento da nação. Os ideais culturais, estético-raciais das instituições eram a Europa colonialista.

A guerra foi também um duro golpe para a República, pois saiu derrotada e humilhada de três campanhas que chocaram a opinião pública nacional. A quarta tentativa não podia falhar e como parte dos esforços empenhados para essa guerra, o exército prometeu aos soldados uma casa na cidade do Rio caso ganhassem a guerra. Os soldados ganharam e foram então para a capital, mas a promessa não foi cumprida e eles se instalaram no morro da Providência, ao exemplo das aglomerações precárias em outros morros da cidade do Rio, que passaram a chamar de favela. O final desta guerra foi um massacre indescritível, e este contexto de origem do uso da palavra favela nos meios urbanos, fundou a relação protótipa da relação das instituições às favelas.

É fato que, afora as incursões da Inquisição, não houve um pensamento judeofóbico significativo no Brasil. Mas entendemos que, como as palavras que podem ter novas significações, a estrutura de um pensamento também pode se manter ao passo que são os significantes que deslizam em uma cadeia contínua. Segundo a hipótese de Cunha, Canudos teria sido fundada sobretudo em torno do sebastianismo oriundo dos marranos expulsos da península ibérica. Averigou-se que esta hipótese histórica de Cunha é falsa, pois não havia nos textos escritos pelas próprias mãos de Conselheiro, qualquer referência ao sebastianismo. Os historiadores, no entanto, puderam demonstrar que, apesar de ser um ferrenho defensor

662



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



da monarquia e do cristianismo, o próprio romance familiar de Antônio Vicente Mendes Maciel, o Conselheiro, remete justamente ao marranismo e à cultura de perseguição aos judeus.

Averiguou-se que Antônio Conselheiro descendia de cristãos novos e, por isso, veio ao mundo em meio a uma terrível guerra de vendeta familiar. Seus antepassados, diz Barreto (2016), foram injustamente acusados de roubo de terra, acusação a mais ofensiva e desonrosa. Naquela sociedade, a gravidade da acusação de roubo era análoga à acusação do crime de deicídio imputado pelos cristãos aos judeus, para justificar a perseguição.

A perseguição à família de Conselheiro vem de uma herança cultural precisa, e trabalhamos com a hipótese de que, apesar das transformações sociais e deslocamento dos significantes, essa estrutura de pensamento continua relevante no mal-estar brasileiro atual. O outro é ressentido como fonte de angústia, como instituem os Evangelhos. Ora, em seu tempo, Canudos foi o principal signo da alteridade, e Cunha (1902/1967) descreve bem a angústia que causou na sociedade brasileira.

Os eventos narrados até agora demonstram que uma estrutura de pensamento europeia se impôs e se manteve ao longo dos séculos, e nos perguntamos sobre qual seria, por sua vez, mais precisamente, este pensamento xenofóbico europeu. O ódio social do genocida não demanda que as vítimas se percebam como parte do grupo designado pelo agressor, pois a causa da violência está no pensamento e no olhar do algoz, e não nas vítimas. Nesse sentido, por exemplo, Poliakov (1991) lembra que, ao contrário do que argumenta o discurso nazista, o problema não é a “questão judaica”, mas a judeofobia, morbidez cuja origem histórica remonta à fundação do cristianismo.

Em um texto não publicado de 1934, Freud cunha o termo “romance histórico” para tratar da fundação do judaísmo e também da origem da judeofobia. A versão do romance histórico que circula por vezes nos meios institucionalizados brasileiros indica levemente que a fonte do mal-estar está, por exemplo, na suposta alteridade das favelas. Esta crença é explícita nos discursos e ações policiais. No Brasil, segundo o IPEA, foram registrados 41.635 em 2019 homicídios e 65.602 em 2017 e mais de 75% das vítimas eram negras, habitantes de favelas e periferias, sendo as polícias atores importantes destes assassinatos.

Vamos agora retornar à cultura Europeia onde o ódio aos judeus foi uma das principais expressões da xenofobia. Os historiadores indicam que antes da cristianização, o Império romano permitia aos povos dominados manterem sua própria religião, como também incorporava deuses dos povos conquistados. A invasão da Grécia foi o evento mais paradigmático neste sentido, onde os deuses e a cultura foram incorporados.

663





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Quando Constantino se tornou imperador em 312 e se convertendo ao cristianismo, diz Veyne (2007), a população cristã do Império era de 5 a 10% (p. 10). Cinquenta anos após a morte do primeiro imperador cristão, Justiniano aboliu as leis de tolerância religiosa, proibiu as outras religiões e iniciou a perseguição de pagãos e judeus, de modo que praticamente não havia mais paganismo na Europa no século VI. Para Freud uma das origens da judeofobia é justamente o caráter traumatizante da cristianização da Europa:

os povos que hoje sobressaem no ódio aos judeus se tornaram cristãos apenas em épocas mais recentes, e muitas vezes foram a isso compelidos de forma sangrenta. Poderíamos dizer que são todos “mal batizados”, que sob um ténue verniz de cristianismo continuaram a ser o que eram seus ancestrais, que cultivavam um politeísmo bárbaro. Não superaram seu rancor à religião nova que lhes foi imposta, mas o deslocaram para a fonte de onde lhes chegou o cristianismo. O fato de os evangelhos contarem uma história que se passa entre judeus e que, na verdade, trata apenas de judeus, facilitou-lhes esse deslocamento. Seu ódio aos judeus é, no fundo, ódio aos cristãos [...] (Freud, 1939/2018, p. 70).

De fato, como observou Poliakov (1991), a judeofobia foi uma criação do cristianismo, fato do qual Freud demonstra ter ciência. Historiadores como Veyne (2007), indicam entretanto que não foi apenas o ódio ao judeu, mas o ódio à alteridade que foi estruturado pelo pensamento cristão.

Paulo de Tarso buscou transformar o judaísmo para fazê-lo a religião universal (*katholikos*) da humanidade, mas foi ignorado pelas comunidades judaicas, e Freud cogita chega até a cogitar que ele poderia ter criado o cristianismo deliberadamente para destruir o judaísmo, motivado por sua “sede pessoal de vingança” (1939/2018, p. 67).

Concluo este relato de pesquisa de pós-doutorado em curso abrindo a possibilidade de pensar que o mal-estar social brasileiro pode estar inserido em um contexto simbólico muito longínquo na história, e que o romance histórico brasileiro que alimentam as leis e as regras sociais nacionais pode estar simbolicamente associado aos eventos da fundação do cristianismo.

Referências

Barreto, M.-L., (2016). Le pèlerin Antonio Vicente Mendes Maciel et la foule sertaneja dans la guerre de Canudos : sujets de l'Histoire. Tese de doutorado, Universidade de Paris 7.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Conjur (2018). Disponível em <https://www.conjur.com.br/2018-out-30/proposta-witzel-abater-portador-fuzil-inocua-ilegal> Acessado 01/03/2024.

Cunha, E. (1902/1967). Os Sertões: campanha de Canudos. Rio de Janeiro: Coleção Edições de Ouro dos Clássicos Brasileiros.

Estadão (2008). reportagem disponível em <https://www.estadao.com.br/politica/beltrame-diz-nao-ter-como-garantir-pm-nas-areas-criticas/> Acessado 01/03/2024.

Globo, 2007, reportagem disponível em <https://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL155710-5601,00.html> Acessado 01/03/2024.

Poliakov, L., (1991). Histoire de l'antisémitisme. Tome 1: L'âge de la foi. Paris: Seuil.

Veyne, P. (2007). Quand notre monde est devenu Chrétien. (312-394). Paris: Albin Michel.

VILLA, M. A., (1995). Canudos. O povo da terra. São Paulo: Ática.

665



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



RECONTAR A HISTÓRIA PELA BOCA: AS DOCES NARRATIVAS NO REDESENHO DA HISTÓRIA DAS CIDADES DO RECÔNCAVO BAIANO

Fernando Santa Clara Viana Junior¹
Matheus Magalhães Costa²

Introdução

O Recôncavo Baiano, espaço manifesto da cultura afro-brasileira, ostenta em seus sabores e saberes a história de povos resilientes. É pela boca que o ato de narrar a vida, as conquistas do passado, o repasse de conhecimentos e de receitas, e a apreciação dos acepipes acontecem. As “narrativas memorialísticas” (Costa, 2018, p. 51) são, elas mesmas, grandes portadoras das histórias que não estão nos papéis, nos registros clássicos a que recorrem os historiadores, mas seguem vivas, transmitem e resistem nas falas de quem as conta.

Nas histórias contadas, muitas delas surgem das mãos que ralam o coco, das mãos que moem a cana, mexem as caldeiras, transformam o caldo em açúcar e, normalmente, levam o produto a outras mãos que o transformam em doces. Surgem mãos que movem a calda doce em busca do ponto certo. De fio, de xarope, de bala. Das mãos que sabem a hora de adicionar as frutas, a temperatura certa do corte e do ponto certo de enrolar (Machado, 2022). As mãos insistem em recontar histórias geracionais, cuja espectadora final é a boca, que vai ouvi-las com todas as suas nuances de saber, texturas, e justificativas de permanência. Os doces resistiram ao tempo, e aí estão as mãos e bocas para contar isso.

As mãos que moldam os doces tradicionais das diversas regiões brasileiras e as bocas que as perpetuam são verdadeiras guardiãs das culturas e das histórias locais. São mãos e bocas habilidosas, que carregam consigo os segredos ancestrais transmitidos de geração em geração, preservando não apenas as receitas, mas também os saberes e as tradições de um povo. E assim, as histórias ganham vida, os sabe/ores se perpetuam e as memórias se preservam, tecendo uma intrínseca conexão entre passado, presente e o devir-futuro (Deleuze; Guattari,

666

¹ Doutor e mestre em História pela Universidade Federal do Espírito Santo. Tecnólogo em Gastronomia e Licenciado em História. Professor do Curso de Bacharelado em Gastronomia da Universidade Federal da Bahia. fernandosantaclara@ufba.br

² Discente do curso de Bacharelado em Gastronomia da Universidade Federal da Bahia. matheusmcosta@ufba.br





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



1995). Assim, cada doce preparado é um elo entre as gerações, um conjunto simbólico de culturas, que se conformam em manifestações vivas das histórias locais.

Gilberto Freyre, ao escrever “Açúcar: uma sociologia do doce” (2007), trouxe à tona, ao longo de suas edições (cuja primeira data de 1939), as razões pelas quais os doces não falam só de receitas, mas narram tempos e povos. Ainda em “Casa Grande & Senzala” (2013), de 1933, o autor pensava a sociedade patriarcal, açucareira escravista a partir das estruturas instauradas na colônia pela produção da cana de açúcar. O açúcar, dessa forma, não é um agente formador de um acepipe, por assim dizer, mas um conformador de elementos estruturais das sociedades coloniais brasileiras.

A conexão entre as práticas culinárias e as reflexões de Gilberto Freyre sobre a influência do açúcar na formação da sociedade brasileira revela uma intrincada relação entre alimentação, culturas e histórias, em perspectiva acadêmica. Freyre explorou como o cultivo e comércio do açúcar moldaram as dinâmicas sociais, econômicas e culturais do Brasil colonial e pós-colonial. O açúcar, símbolo das relações sociais e de poder, criou uma economia baseada na produção açucareira, interligando pessoas. Essas dinâmicas são refletidas nas práticas culinárias, que incorporam influências europeias, africanas e indígenas, tornando os doces uma expressão peculiar das culturas brasileiras, marcando momentos cotidianos e celebrações. A compreensão dessa relação entre culinária e reflexões de Freyre oferece sugestões de pontos de vista sobre as histórias das alimentações no Brasil e as reflexões sobre identidades e preservação de práticas culturais na atualidade.

Retomando os aspectos históricos, paralelamente aos sistemas que se conformavam na colônia, os doces seguiam ganhando nuances próprias, expressões das territorialidades, aos moldes das análises de Milton Santos e outros autores (1998). Ao retomarem as concepções de territorialidades, o geógrafo debruçou-se numa pluralidade de reflexões que dão conta de entender o território como uma interseção entre o espaço geográfico apropriado por uma sociedade ou grupo social, que nele imprime suas marcas, suas práticas e seus significados. Esse espaço vai além da mera delimitação geográfica, envolvendo relações sociais, culturais, políticas e econômicas que o constituem e o transformam.

Nesse contexto, os doces tradicionais não são apenas produtos culinários, mas também expressões tangíveis das culturas locais e das identidades regionais. Ao observarmos as práticas de produção, circulação e consumo de doces à luz do pensamento de Santos (*et al.*, 1998), podemos desvendar os complexos vínculos entre as comunidades e os territórios que habitam. Os doces se tornam artefatos culturais que refletem não apenas os gostos gastronômicos, mas também as histórias, memórias e tradições. Assim, ao pensarmos a doçaria tradicional em diálogo com essas referências, mergulhamos em um universo onde os

667





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



sabores se entrelaçam com as paisagens, os afetos se entranham nos territórios e as narrativas se entrelaçam com os espaços, revelando as intrincadas redes de significado que permeiam nossa relação com a comida e com o mundo ao nosso redor.

É aqui que os doces tradicionais das diversas regiões brasileiras se entrelaçam. Nosso enfoque no Recôncavo Baiano permite narrar muitos dos sabores locais, revelando como são produzidos e apreciados. Entre as iguarias que encantam os paladares, os doces tradicionais de tabuleiro, hoje preparados pelas Baianas de Acarajé e outras pessoas que mantêm o mercado dos doces tradicionais em seus tabuleiros adaptados - carrinhos de mingaus, carrinhos do cuscuz de tapioca etc. - desempenham um papel fundamental na criação de outras narrativas sobre as cidades, o território, o seu ofício. Mais do que simples guloseimas, esses doces representam fragmentos de memórias de passado resistentes, identitários, pertencentes.

Este trabalho, então, tem como objetivo apresentar a multiplicidade da doçaria tradicional de tabuleiro das Baianas de Acarajé do Recôncavo Baiano, destacando a cartografia dinâmica das práticas alimentares como elemento das novas narrativas sobre as histórias dos territórios. Para tanto, mergulhamos nas memórias das produtoras e mercantes desses doces, desvendando não apenas as receitas, mas também as histórias das sociedades, das sociabilidades e dos territórios que elas representam.

668

As mulheres que mercam a comida: as baianas

Discorrer sobre a história das cozinhas baianas é também falar sobre uma parte da história de mercancia, dos tabuleiros, das mulheres que se tornaram baianas de acarajé, e dos significados dos alimentos envolvidos. Entretanto, cabe reforçar que essa prática da venda de comidas e outras necessidades nas ruas não é algo criado no Brasil, mas uma prática que vai além das fronteiras territoriais, culturais e temporais. É algo encontrado em todo o mundo e em quase todo tempo.

Após estabelecer este contexto, é pertinente revisitar alguns exemplos que são fundamentais para nossa análise. Na África Central Ocidental, em particular em Luanda, capital de Angola, as mulheres quitandeiras emergem como figuras exemplares que ilustram a execução dessas práticas culturais. Essas mulheres desempenhavam um papel central nesse contexto, com distintas especialidades e produtos, cada um deles apresentado em cestos, mantos e ornamentos específicos. Conforme apontado pela autora Selma Pantoja (2001), do outro lado do Atlântico, no Brasil, as quitandeiras desempenharam um papel semelhante no comércio de rua das grandes cidades, como Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e diversas





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



localidades de Minas Gerais, contribuindo para a vitalidade e dinamismo das ruas, especialmente a partir do século XVIII.

Nas mãos das mulheres, residiam não apenas o ato de comercializar, mas todo o ciclo de produção e distribuição dos alimentos: desde a aquisição ou coleta da matéria-prima, a aplicação de técnicas nos produtos adquiridos, a elaboração dos quitutes, a escolha do momento ideal para a venda, até as práticas de conservação. Essas mulheres não apenas dominavam as artérias das cidades, mas também os segredos das cozinhas, tornando-se verdadeiras guardiãs dos saberes culinários e das tradições.

Nesse contexto, o comércio de alimentos em Salvador era conduzido tanto em espaços físicos designados para esse fim, as quitandas, quanto por vendedoras ambulantes, que equilibravam tabuleiros repletos de quitutes sobre suas cabeças. Essas mulheres negras podiam ser escravizadas, forras ou livres - que nasciam em liberdade -, circulavam pela cidade oferecendo uma variedade de iguarias. O ato de mercar atendia às demandas alimentares de quem consumia, e também servia para complementar a renda dos proprietários de escravos. Nas áreas urbanas, inclusive, a prestação de serviços realizada por escravizados representava uma fonte adicional de receita para seus proprietários, uma vez que uma parte do dinheiro obtido com as vendas ia para sujeito em posse de escravizados, enquanto outra parte ficava com a pessoa escravizada. Esse capital acumulado pelas mulheres, aqui em nossa análise, muitas vezes era destinado à compra de alforrias, possibilitando a liberdade tanto para a mulher escravizada quanto para seus familiares. Além disso, havia uma prática simbólica associada às filhas de Iansã, Oyá, uma entidade na religião afro-brasileira, que ao serem iniciadas, eram incumbidas de mercar o tradicional bolinho de feijão, conhecido como acará, em reverência à divindade. Essa tradição, como observada por Taís Machado (2022), perdurava como parte integrante da cultura e das práticas cotidianas das mulheres na cidade soteropolitana.

Ainda no caso da Bahia, como aponta o viajante inglês James Wetherell - que esteve em trânsito pelo estado no século XIX -, o mercado de Salvador era “um dos espaços mais fascinantes da cidade” (Wetherell, s/d, p. 108-109). Em paralelo, outro viajante, o professor de grego Luis Vilhena, também em passagem pela cidade no mesmo período, descreveu as quitandas como importantes pontos de comércio das mulheres, onde eram vendidas as famosas “especialidades baianas”, e que também encontradas pelas ruas afora: mocotós, carurus, vatapás, mingau, pamonha, canjica, acaçá, acarajé, ubobó, arroz de coco, feijão de coco, angu, pão-de-ló de arroz, roletes de cana e doces de infinitas qualidades (Vilhena, 1969, p. 130).

669





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Observamos, então, que os tabuleiros não são meros utensílios, mas sim símbolos que conferem identidade à profissão das vendedoras ambulantes. Conforme relatado pelo escritor Antônio Vianna (1950), esses tabuleiros transitavam pelas movimentadas feiras da cidade de Salvador, ostentando uma variedade de produtos, desde frutas frescas até iguarias salgadas e doces. Entre as opções salgadas, encontravam-se pratos como pão com fritada, bobó de inhame, moqueca de bacalhau com feijão de azeite, arroz e caruru de quiabo, além de acarajé, abará e aberém. Já para os apreciadores dos doces, os tabuleiros ofereciam uma gama diversificada, desde os tradicionais de calda, passando pelos cristalizados, cocada, pastel, até a cavaca bem açucarada, tapioca torrada e a pipoca com coco. Assim, fica evidente que os tabuleiros não se limitavam apenas à venda de alimentos, fossem salgados ou doces, mas também serviam como pontos de encontro para apreciadores dos mais diversos doces típicos da cidade, proporcionando momentos de comensalidade, de encontros, e compartilhamento de histórias e vivências.

Com o passar do tempo, os tabuleiros que eram móveis, fixaram-se. As baianas se tornavam parte da paisagem e símbolos da cultura urbana baiana. Assim, podemos perceber a forma como essas noções de territorialidades são importantes para o ofício, pois, essa era, então, uma das formas do território se reinventar, das pessoas ganharem a vida e sobreviverem. As territorialidades ganham o ritmo das dinâmicas locais.

E, ao abordar aspectos das territorialidades, cabe apontar que, durante os períodos colonial e imperial, o comércio de itens alimentícios em Salvador era sujeito a várias regulamentações e legislações (Mattoso, 1992). Essas medidas visavam controlar e organizar as atividades comerciais na cidade, garantindo o que se entendia à época como a qualidade dos alimentos vendidos e protegendo os interesses das elites consumidoras. Das legislações mais relevantes, destacavam-se as que regulavam a produção, venda e distribuição de alimentos, incluindo normas sobre higiene, padrões de qualidade e preços.

Essas regulamentações eram parte de um esforço mais amplo para organizar a vida urbana e garantir o funcionamento adequado da economia local, de acordo com a visão dominante colonialista do período. No entanto, felizmente, as práticas comerciais nem sempre estavam em conformidade com as leis, e muitas vezes as mulheres que vendiam alimentos nas ruas propunham suas próprias organizações e, em alguns momentos, desafiavam o estamento legal (Mattoso, 1992).

Os doces baianos

Se abordamos as mulheres envolvidas no comércio dos doces, a cidade como espaço central para isso, seguimos então às reflexões sobre os doces propriamente ditos.



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



A história da doçaria baiana remonta ao período colonial, quando as plantações de cana-de-açúcar no Recôncavo Baiano estabeleceram as bases para essa tradição. Como destacado por Josmara Fregoneze (2015), ela representa a fusão de saberes e ingredientes, incluindo as frutas nativas utilizadas pelos povos originários, os métodos da doçaria portuguesa e a expertise das mulheres negras escravizadas que dominavam os fogões.

Cabe apontar, antes de prosseguirmos, que a doçaria portuguesa foi imposta à realidade colonial brasileira. Entretanto, esta mesma doçaria já vinha carregando consigo muitos dos conhecimentos das doçarias de territórios africanos. A influência árabe na doçaria portuguesa é bastante significativa e remonta ao período da ocupação moura na Península Ibérica, que durou vários séculos, desde o século VIII até o século XV. Durante esse período, os mouros trouxeram consigo uma rica tradição culinária, incluindo o uso de ingredientes como amêndoas, mel, açúcar, especiarias e frutas secas, bem como técnicas avançadas de confeitaria (Vilhena, 2000).

As influências aparecem no uso de ingredientes, como a introdução do açúcar (proveniente da cana-de-açúcar cultivada inicialmente no sul da Península Ibérica), as amêndoas, as especiarias (canela, cravo etc.) e outros ingredientes. Além disso, aparecem nas técnicas da doçaria, como os pontos de caldas e a manipulação de açúcares para criar uma variedade de doces e sobremesas. Isso gerou um relevante intercâmbio cultural entre estes territórios, que foi atualizado no Brasil colonial.

As pessoas escravizadas traziam consigo um rico repertório de saberes do continente africano para o Brasil. Ao considerarmos a influência árabe-africana na doçaria portuguesa, é fundamental ressaltar essa contribuição significativa que acompanhou os escravizados originários do norte da África até as colônias brasileiras (Vilhena, 2000). Nesse sentido, é possível observar um reencontro da tradição da doçaria árabe em um contexto distante de sua origem, onde colonizadores, colonizados e escravizados se encontravam e influenciavam mutuamente. Essa interação reverberou na produção dos doces que se tornaram tradicionais no Brasil, especialmente na Bahia.

Em Portugal, a doçaria - que foi posteriormente exportada ao Brasil - se conformou em torno da junção do açúcar, das oleaginosas, das frutas secas, das farinhas e dos ovos, essencialmente (Viana Junior, 2020).

No nordeste da colônia, área produtora de açúcar por excelência, após a chegada dos portugueses e da implementação da doçaria, desenvolveu seus doces, inicialmente, a partir do cozimento do resíduo do caldo de cana, que sobrava da produção de açúcar - a conhecida rapadura. Esse subproduto, combinado com outros insumos locais, como frutas e tubérculos, deram origem à variedade de doces encontrados na região (Radel, 2014).

671





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Aos poucos, o coco, a farinha de mandioca, o araçá, a goiaba, o tamarindo, o jenipapo, o cacau e mais um sem-fim de outros insumos, foram agregados ao açúcar e seus produtos, constituindo um arsenal de novos doces. Novos que tornaram-se tradicionais.

O intelectual Manuel Querino, dedicado a estudar a vida e a formação das pessoas na Bahia, também se encarregou de analisar os doces locais. No seu livro “A arte culinária na Bahia” (2011), são mencionados no capítulo sobre a “sobremesa baiana”, 8 (oito) doces tradicionais: canjica de milho verde, doce de ambrosia, doce de caju, bolo da Bahia, bolo delicioso, bolo inglês, bolachinhas de goma e pastéis (Querino, 2011, p. 45-67). O autor ainda cita as bebidas, como licores de banana, cacau, araçá, groselha, umbu e jenipapo (Querino, 2011, p. 75-78). Alguns desses doces eram comercializados em tabuleiros - como vimos já no tópico anterior - ou por vendedoras ambulantes de mingau, enquanto outros eram desfrutados em mesas e considerados mais refinados.

O que esses doces específicos ganharam ao longo do tempo foi o seu selo de tradicionalidade baiana, de assim podemos dizer. A Bahia - muitas vezes lida a partir de Salvador - passou a ser o lugar onde doces característicos eram encontrados. A cocada, por exemplo, doce feito com coco e açúcar ou rapadura, passou a ser denominada cocada baiana. Assim, foram os tabuleiros também os portadores dos itens identitários do território em que os doces eram produzidos e comercializados.

672

Revisitar a história: narrativas, rizomas e outras cartografias

Até este ponto, buscamos traçar uma visão histórica das doçarias coloniais, destacando suas mudanças ao longo do tempo no contexto brasileiro, especialmente em Salvador e na região do Recôncavo Baiano. Nosso objetivo foi apresentar como, por meio das mãos das mulheres, essas tradições não apenas perduraram, mas também adquiriram características singulares, contribuindo para a construção de um legado identitário que perdura até os dias atuais.

Entendemos, então, até aqui, que grande parte disso é um passado dado pela história hegemônica. Por mais que busquemos um foco contra hegemônico ao dar vozes a mulheres pouco vistas pela história colonizadora, quem ainda nos fala são os documentos escritos. Estes documentos falam por nós e pelas referências que utilizamos quando debatemos o período.

A partir de agora, queremos avançar um passo e trazer à luz do debate as mulheres dos doces. Não mais as mulheres que compraram suas alforrias e a de seus familiares, que mercavam pelas vielas de Salvador e das outras cidades do Recôncavo. Queremos colocar luz sobre as mulheres que sustentam os ofícios ligados à produção e à venda dos doces na atualidade.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Queremos ouvir suas vozes ao narrar os passados das mulheres que executavam o ofício antes delas. Queremos, então, uma metodologia que dê conta de trazer o passado ao presente, refazendo seus contornos, seus interstícios, preenchendo lacunas e redesenhando figuras estratificadas.

Nossa pesquisa adota a abordagem da cartografia, conforme proposta por Deleuze e Guattari (1995), como metodologia de investigação. Essa abordagem oferece uma visão dinâmica e abrangente para analisar os territórios e as práticas sociais em estudo. Ao mergulharmos no universo das baianas de tabuleiros, protagonistas na preservação das identidades e culturas alimentares baianas, reconhecemos sua centralidade nesse contexto. Para compreender essas dinâmicas, recorreremos ao conceito de linhas de fuga dos mesmos autores, e dialogamos com as concepções de território em Milton Santos e demais autoras (2009). Essa interação teórica nos permite explorar os processos de cartografia de maneira mais profunda e contextualizada.

As linhas de fuga, segundo Deleuze e Guattari (2000), representam os movimentos de desvio e escape em relação aos sistemas estabelecidos, manifestando-se como potenciais de transformação e criação. Ao observarmos as práticas das baianas dos doces, identificamos linhas de fuga que transcendem as estruturas convencionais, tanto em perspectiva histórica quanto nas práticas da atualidade.

Em abordagem histórica, vemos que são essas mulheres, silenciadas pela documentação tradicional histórica, que tecem outros caminhos para se pensar as realidades sociais, políticas, econômicas, culturais etc. do período. Analisar essas mulheres faz com que refaçamos caminhos, redeseñemos os mapas daquilo que consideramos objeto histórico por excelência. A história abre outras vias e, assim, permite outras pavimentações, uma leitura a contrapêlo (Bemvindo, 2020).

Quando falamos das baianas na atualidade, então, permite que empenhamos as visões históricas já no sentido contra hegemônico da proposta. A memória (Nora, 2012) passa a ser agenciada por elementos que emergem das narrativas, de uma história construída no diálogo com as baianas que mercam hoje em dia. Essas baianas, em sua atuação cotidiana, tecem redes de significados, reinventam tradições, criam novas formas de interação com o território, sem perder de vista o que suas antepassadas fizeram e que pouco contam. São essas mulheres que criam linhas de fuga de uma realidade que as apaga, e tecem outros caminhos de análise.

Seguindo a reflexão, cabe-nos ainda evocar a concepção de território em Milton Santos. Esta concepção enfatiza as dimensões relacionais e processuais dos espaços vividos. Para Santos (2009), o território é mais do que um simples espaço geográfico; é um conjunto de relações

673





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



sociais, econômicas e culturais que se entrelaçam e se reconfiguram constantemente. Sob esta perspectiva, entender o território é penetrar nas complexidades das dinâmicas humanas, onde as fronteiras físicas se entrelaçam com as relações sociais, os fluxos econômicos e as manifestações culturais. Nessa perspectiva, o território se revela como um palco de constantes rearranjos e conflitos, onde as forças da globalização e da identidade local se entrelaçam, moldando a paisagem e reconfigurando as percepções do espaço. Assim, o território é muito mais do que um simples cenário físico; é o reflexo vivo das interações humanas, uma teia dinâmica e pulsante que reflete a complexidade da vida em sociedade, dos pagamentos e das emergências sociais.

No caso das baianas dos doces, seus tabuleiros não são apenas locais de venda de alimentos, mas sim espaços carregados de significados simbólicos e históricos, que refletem as dinâmicas culturais e sociais da Bahia. São agentes que produzem outras linhas de desenhos das histórias da/na atualidade. Os tabuleiros narram o cenário histórico no tempo presente, quando ofertam doces aprendidos no passado e que tem projeção no agora. Saem dos tabuleiros os doces que não fazem mais sentido na atualidade - ou porque não vendem, ou porque as pessoas esqueceram. Sejam quais forem os motivos, os tabuleiros são agentes narrativos das memórias dos doces na atualidade.

Ao adotarmos essas perspectivas, em que cartografia, memória e território se enlaçam, entendemos que a vida nos espaços das baianas dos doces não se limita a uma representação estática, mas é composta por processos contínuos de captura das multiplicidades e movimentos em constante transformação. As linhas de fuga traçadas cotidianamente por essas mulheres são expressões de resistência, resiliência e reinvenção - no passado e na atualidade-, que desafiam as fronteiras pré-estabelecidas e abrem espaço para novas narrativas e possibilidades.

A aplicação metodológica e o empenho de resultados

Após todo o apanhado, cabe ressaltarmos que esse trabalho é resultado de um projeto de pesquisa em curso, intitulado “Os doces de tabuleiros: levantamentos históricos e cartografias contemporâneas da doçaria tradicional no Recôncavo Baiano”, do curso de Gastronomia da Universidade Federal da Bahia. O presente trabalho foi realizado com o apoio da UFBA que, em 2023, contemplou a pesquisa com o Programa de Apoio a Jovens Professores/as (JOVEMPESQ).

Seguindo, a pesquisa surgiu a partir de demanda das próprias pessoas estudantes de um grupo de pesquisa por nós organizado, que, procurando informações sobre doces tradicionais da

674





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



culinária baiana, se depararam com um hiato expressivo: uma parte desta manifestação da gastronomia baiana, presente nos tabuleiros, apresenta uma falta em trabalhos acadêmicos produzidos. Ou, ainda, quando é discutida, são parcas as informações fundamentais e de embasamento histórico ou social. Trabalhos mais atuais têm buscado preencher as lacunas (cf. a exemplo, Machado, 2022), mas que ainda persistem.

Diante disso, no primeiro momento, o início do trabalho teve por início construir as bases do tema abordado. Para tal, buscamos e realizamos os fichamentos de obras que tratam sobre a culinária baiana, comércio de rua, doces, etc. Paralelo a isso, visitamos a biblioteca e o arquivo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), a fim de encontrar novas referências que não estavam disponíveis em locais de fácil acesso.

Prosseguindo, instigados pelo livro “Alimentar a Cidade”, do Richard Graham, consideramos a possibilidade de buscar o Arquivo Histórico Municipal de Salvador (AHMS) para conduzir análises documentais, buscando compreender a trajetória desses doces. Mas, não conseguimos acesso à instituição por estar em transferência de espaço físico, o que tornou o processo nesse momento muito moroso. Esperamos estar lá em breve.

Dessa forma, diante da impossibilidade de acessar o Arquivo Municipal, organizamos visitas ao Arquivo Público Estadual (APEB). Em consulta, dedicamo-nos à análise das caixas cuidadosamente selecionadas por seu potencial contributivo à nossa pesquisa. Estas estavam categorizadas por períodos: Colônia, Império e República. Nossa atenção nessa circunstância era compreender como, possivelmente, os códigos de postura e, posteriormente, os tratados sanitários, abordavam o comércio das baianas nas ruas.

As caixas, continham arquivos que detalhavam as apreensões de leite e vinagre na cidade de Salvador. Além disso, identificamos um relatório do Departamento de Saúde, que descrevia as atividades realizadas pela Seção de Higiene da Alimentação em 1947, destacando a preocupação com o comércio de alimentos e bebidas durante as festas populares. Assim, concluímos essa etapa com pequenas direções, utilizando o passado como alicerce para compreender o presente.

Com esse arcabouço foi fundamental em proporcionar uma importante estrutura teórica antes de nos lançarmos nas entrevistas, cujas foram elaboradas a partir de um roteiro com um questionário semi-estruturado (Leitão, 2021). Exploramos as camadas de memória, segundo exposto por Pierre Nora (2012) de acordo com a relação das memórias das baianas com os doces.

Para essa finalidade, utilizamos o conceito de cartografia, proposto por Deleuze e Guattari (2000). Esta modalidade de cartografia é diferente da qual estamos acostumados. Em vez de

675





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



mostrar apenas coordenadas e lugares, ela tenta representar como as coisas estão conectadas e como se modificam ao longo do tempo.

Já na coleta desses dados, recorreremos à análise de conteúdo, proposta por Laurence Bardin (2016). Inclusive, gostaríamos de enfatizar que para essas abordagens contemporâneas, a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (Número do Parecer: 5.841.957). A transcrição das entrevistas-narrativas, foram utilizados gravadores de telefone celulares dos entrevistadores e o uso do programa Transkriptor© (versão 2021) para a transcrição da narrativa, com revisão posterior.

Nosso campo foi pautado na acessibilidade, onde primeiramente escolhemos os bairros em Salvador pelo conhecimento prévio da presença de baianas de acarajé que são mais conhecidas pela tradição dos tabuleiros. Os bairros que percorremos foram: Amaralina, Avenida 7 de Setembro, Barra, Campo Grande, Pelourinho, Pituba, Rio Vermelho e Vale do Canela. Além disso, em outro momento, prosseguimos a nossa investigação por outras cidades do Recôncavo Baiano, como: Ilha de Itaparica, Cachoeira, São Félix e Maragogipe.

Quando nos dedicamos à cartografia desses territórios, as memórias revisitadas por meio do diálogo com essas mulheres, assim como dos sentidos que estão relacionados ao ofício executados em sua grande maioria por mulheres negras, não só nos proporcionaram uma riqueza de reflexões (Akotirene, 2019), mas também de informações sobre a doçaria local, exibindo uma exploração mais profunda sobre a cultura dos doces nos tabuleiros baianos e a forma como as baianas vão se reinventando. Este exercício nos conduz a uma reflexão profunda sobre nossa identidade, nosso passado e presente.

676

Dos nossos resultados: a memória se faz presente

Vimos, então, aos resultados de nossos empenhos. Até o momento, conseguimos cartografar 24 (vinte e quatro) baianas em seus próprios locais de trabalho e durante os horários habituais de venda. Em nossos percursos, pudemos observar não somente respostas verbais, mas também conhecer mais sobre as dinâmicas dos e com os territórios, permitindo-nos compreender como os espaços são social, cultural e politicamente redesenhados.

Cartografar os espaços é, antes de tudo, concebermos que estamos num processo de pesquisa-intervenção (Deleuze; Guattari, 1995; Passos *et al.*, 2009). A intervenção é, muitas vezes, menos sobre o objeto de análise e mais sobre o cartógrafo, o pesquisador que reflete sobre o que pesquisa. Quando cartografamos, somos mudados e temos a possibilidade de mudar. Os atravessamentos atingem todas as pessoas envolvidas.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Em nossas andanças cartográficas, além do contato com as pessoas que comercializam os doces ainda hoje, conseguimos encontrar 15 (quinze) tipos de doces nos tabuleiros, sendo eles comercializados na atualidade ou no passado - pessoas que vendiam os doces, mas já não os vendem mais. As iguarias identificadas foram: as cocadas comuns, as de frutas, a cocada-puxa, cocada no pote com leite condensado, o bolinho de estudante, o doce de tamarindo, as queijadas, os doces de frutas, diversos tipos de mingaus, o pé-de-moleque, a tapioca torrada, o nego bom, o bolo de folha, a pamonha de milho e de carimã.

Após as entrevistas que fizemos, que duravam poucos minutos ou longos períodos, a depender da disponibilidade das pessoas entrevistadas, fomos à análise dos resultados. Identificamos que as cocadas comuns, feitas exclusivamente com coco e açúcar, ou com adição de outras frutas, como abacaxi, maracujá e goiaba, foram mencionadas 14 (catorze) vezes, enquanto a cocada-puxa e a cocada no pote com leite condensado foram citadas 1 (uma) vez cada. Já o bolinho de estudante apareceu em 15 (quinze) ocasiões, seguido pelo doce de tamarindo em 6 (seis), os doces de fruta 1 (uma), tapioca torrada 1 (uma), o pé-de-moleque 2 (duas), o bolo de folha 2 (duas), pamonha de milho 1 (uma) e a pamonha de carimã 1 (uma).

Vimos que as narrativas das pessoas entrevistadas também revelaram que alguns desses doces, embora presentes no passado, agora são menos comuns, como o doce de tamarindo, exposto 5 (cinco) vezes, a cocada-puxa 1 (uma). Outros doces, o lelê de milho – um bolo de massa consistente, sem adição de ovos, feito de milho e leite de coco –, ficou na memória em 2 (duas) entrevistas; o bolo de aipim em 1 (uma); a cocadinha baiana, 1 (uma) vez; amoda - é um doce feito com rapadura derretida, farinha de mandioca, especiarias e gengibre - também chamada de alcomonia ou alcomônia em Portugal -, 1 (uma) vez; e o cuscuz de tapioca, 1 (uma) vez. Estes são alguns exemplos de doces que não são mais encontrados nos tabuleiros. Apesar de não estar em tabuleiros de baianas, entretanto, não é incomum vermos na cidade homens vendendo, em carrinhos com tabuleiros específicos, os cuscuzes de tapioca.

Dessa forma, a quantidade de citações nos permite compreender que realmente os doces não são tão conhecidos, principalmente por pessoas mais novas, visto que, em nossas entrevistas, a tradição do ofício é principalmente passado por meio da hereditariedade, com 11 (onze) dessas baianas aprenderam com mães, avós e tias, 2 (duas) se tornaram baianas por necessidade financeira e 6 (seis) não informaram. Inclusive, as baianas jovens expressam não possuir o interesse tanto pelos doces e por aprender a fazê-los, pois, o processo de preparação, é geralmente complexo e exige muito empenho. Sendo assim, compreender as

677





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



questões sobre os doces dos tabuleiros, é também compreender as vivências, memórias e desejos das pessoas envolvidas.

Além disso, diversas outras razões foram apontadas para o desaparecimento de alguns doces e da diminuição da oferta, sendo eles: a diminuição da demanda pelos clientes, os preços elevados dos insumos, questões nutricionais devido à demonização do açúcar e esquecimento. Se eles estão sumindo, é porque, podem também deixar de fazer parte das memórias e afetos. Porém, ainda não temos respostas definitivas que explicam essa redução. No entanto, algumas das entrevistadas expressam o desejo de retomar certos doces e trazê-los para os seus tabuleiros e muitas baianas reconhecem que o doce tem papel importante para o tabuleiro, sendo item de atratividade e de ornamentação. Uma coisa é: os doces, na atualidade, passam por revisão seja de oferta, ou nos modos de produção e comércio. Como podemos verificar, são mais localizados em variedade nos tabuleiros, as mais diversas cocadas, bolinhos de estudante e, casualmente, doces de jenipapo e tamarindo. Com isso, algumas baianas saem das ruas e ficam em suas casas para produzir e revender os doces às outras mulheres do comércio informal de alimentos. O território obtém outros caminhos na medida em que o tempo e suas necessidades ganham outras roupagens.

Diante dos nossos resultados, emerge uma rica tapeçaria de memórias entrelaçadas com o presente. O meticuloso trabalho de cartografar as experiências das baianas nos revelou um universo vibrante de tradições e transformações. Em nossas incursões pelos territórios dos tabuleiros, para além das mera palavras, encontramos caminhos que entrelaçam o social, o cultural e o político, desenhando uma cartografia viva e pulsante. Cada encontro, cada entrevista, nos conduziu a uma compreensão mais profunda das narrativas que se entrelaçam com os sabores e as texturas dos doces tradicionais.

678

Considerações Finais

Em nosso trabalho, buscamos abordar como o passado e o presente se encontram, nas possibilidades de conformarmos futuros diferentes. Observamos que a história vista através das lentes da alimentação podem ser um exemplo para repensarmos elementos como memória, territorialidade e análises contra hegemônicas como meio de alcançar outras narrativas, que sejam mais inclusivas e que compreendam as dimensões históricas plurais e complexas.

Entendemos que seja crucial ressaltar as narrativas como elementos de construções participativas do passado no presente, revelando a intrincada interconexão entre cartografia, memória e história na produção dos doces de tabuleiro, nosso objeto de reflexão. Essas





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



delícias não são apenas iguarias gastronômicas, mas guardiãs vivas³ das culturas e das identidades baianas. Redescobrir esses doces não se limita a um exercício de memória; é uma oportunidade para mergulhar nas profundezas das histórias regionais feitas a contrapelo, no conhecimento tradicional entrelaçado com tradição e os sentidos.

A retomada de sabores de outrora pode não apenas revigorar as tradições dos tabuleiros, mas também enriquecer o conhecimento das pessoas na atualidade sobre parte do seu passado. Pode, ainda, reacender a oferta gastronômica local e potencialmente aumentar os ganhos das trabalhadoras que circulam pelas ruas ou mantêm seus pontos à espera dos apreciadores da doçaria que contam histórias da Bahia. Reconhecer o valor cultural e econômico desses doces é valorizar os saberes que atravessaram séculos e deixaram sua marca nas culturas alimentares baianas, e por extensão, na cultura brasileira como um todo.

Nesse contexto, a retomada dos doces tradicionais e de todos os elementos que os envolv(iam)em não apenas preservam parte essencial das identidades regionais, mas também celebram a riqueza e a diversidade das culinárias baianas, contribuindo para a perpetuação de uma tradição que transcende o tempo e os espaços físicos.

Referências

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidades*. São Paulo: Sueli Carneiro: Pólen, 2019.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

BEMVINDO, V. “Escovar a história a contrapelo”: contribuições de walter benjamin para a concepção dialética da história. *Revista Trabalho Necessário*, v. 18, n. 35, p. 20-37, 23 jan. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/40490>. Acesso em 18 fev. 2024.

COSTA, Manuela Areias. Histórias de um maestro abolicionista: música, participação política e memórias (1884-1935). In: ABREU, Martha *et al* (orgs.). *Cultura negra vol. 2: trajetórias e lutas de intelectuais negros*. Niterói: Eduff, 2018, p. 30-52.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. v.1. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2000.

³ Reiteramos nosso profundo agradecimento a todas as Baianas de Acarajé que aceitaram serem entrevistadas por nós; a Associação Nacional das Baianas de Acarajé (ABAM) e a D.Rita Santos, presidente da ABAM.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



FREYRE, Gilberto. *Açúcar: uma sociologia do doce*. São Paulo: Global, 2007.

_____. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime patriarcal*. 52. ed. São Paulo: Global, 2013.

FURTADO, Ferreira Junia. *Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do império ultramarino português. A Dimensão Atlântica das Quitandeiras*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

FREGONEZE, Josmara B; et al. *Cozinhando História: Receitas, Histórias e Mitos de Pratos Afro-Brasileiros*. Salvador, 2015.

LEITÃO, Carla. A entrevista como instrumento de pesquisa científica em Informática na Educação: planejamento, execução e análise. In: PIMENTEL, Mariano; SANTOS, Edméa (org.) *Metodologia de pesquisa científica em Informática na Educação: abordagem qualitativa*. Porto Alegre: SBC, 2021.

GRAHAM, Richard. *Alimentar a cidade: das vendedoras de rua à reforma liberal (Salvador, 1780-1860)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

MACHADO, Taís de Sant'Anna. *Um pé na cozinha: um olhar sócio-histórico para o trabalho de cozinheiras negras no Brasil*. São Paulo: Fósforo, 2022.

MATTOSO, Katia M. Q. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Petrópolis: Vozes, 1992.

NORA, P.; AUN KHOURY, T. Y. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, [S. l.], v. 10, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 18 fev. 2024.

PASSOS, Eduardo et al. (orgs.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

QUERINO, Manuel. *A arte culinária na Bahia*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

680





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



RADEL, Guilherme. *A doçaria da Bahia*. Salvador: s/e, 2014.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia D. de; SILVEIRA, Maria Laura. *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Edusp, 2009.

VILHENA, Luis dos Santos. *A Bahia no Século XVIII*. Volume I. Salvador: Itapoã, 1969.

VIANA JUNIOR, Fernando Santa Clara. *Dos sabores fortes aos suaves: os limites da modernização à francesa nos livros de cozinha da corte portuguesa, 1680-1780*. Vitória: Identidade, 2020.

VIANNA, Antônio. *Casos e Coisas da Bahia*. Salvador: Publicações do Museu do Estado, 1950.

VILHENA, Maria da Conceição. Reminiscências árabes na doçaria portuguesa. *Arquipélago - História*, 2ª série, n.IV, p. 625-634. Disponível em: https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/326/1/Maria_Vilhena_p625-634.pdf. Acesso em 29 fev 2024.

WETHERELL, James. *Brasil: apontamentos sobre a Bahia. 1824-1851*. Salvador. Edição Banco da Bahia, s/d.

681



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



O PERFIL DA ELITE POLÍTICA DE PASSO FUNDO - RS (1945-1988)

Luiz Alfredo Fernandes Lottermann¹

Introdução

Resumidamente, este artigo apresenta parte dos resultados de uma pesquisa realizada para obtenção do título de Mestre em História. O estudo completo foi publicado no livro "Quem é quem? A elite política de Passo Fundo (1945-1988)".

O autor Norberto Bobbio (1998, p.385) argumenta que em todas as sociedades há uma minoria detentora do poder, em contraste com a maioria privada dele. Essa minoria, chamada de elite, exerce o poder político sobre a grande massa da sociedade. Heinz (2006, p.7) define elite como aquelas pessoas que ocupam cargos-chave na estrutura de poder ou na distribuição de recursos, como dirigentes, abastados e privilegiados. A noção de elite está diretamente ligada à posição que esses indivíduos ocupam na sociedade e ao exercício de seu poder em relação à não-elite, especialmente nas decisões políticas.

É no sentido de História Social da Política que as elites se apresentam como tema da pesquisa histórica, e a utilização do método prosopográfico para a pesquisa histórica. Para Charle (2006, p.30), "analisar as elites é procurar a fundo penetrar em um dos meios que detêm o poder e conhecer seus mecanismos concretos". Assim, essa pesquisa estuda a elite política passo-fundense entre os anos de 1945 e 1988, partindo das seguintes questões fundamentais: quem é a elite política passo-fundense? Qual é o seu perfil? Para isso, serão analisados os prefeitos, vereadores e suplentes que assumiram em algum momento das legislaturas, além dos deputados estaduais e federais que representaram o município.

Para o desenvolvimento da presente pesquisa, é utilizado o método prosopográfico, ou método das biografias coletivas. Na definição de Lawrence Stone (2011, p.115),

A prosopografia é a investigação das características comuns de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas. O método empregado constitui-se em estabelecer um universo a ser estudado e então investigar um conjunto de questões uniformes – a respeito de nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posição econômica herdada, lugar de residência, educação, tamanho e origem da riqueza pessoal, ocupação, religião,

¹ Doutorando em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Passo Fundo. Bolsista CAPES/Prosc II. E-mail: luiz_lottermann@hotmail.com





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



experiência em cargos e assim por diante. Os vários tipos de informações sobre os indivíduos no universo são então justapostos, combinados e examinados em busca de variáveis significativas. Eles são testados com o objetivo de encontrar tanto correlações internas quanto correlações com outras formas de comportamento ou ação.

Os recursos empregados nesta pesquisa consistirão, como fontes primárias, nos jornais *Diário da Manhã* e *O Nacional*, além de documentos provenientes do Arquivo Histórico Regional, bem como dos arquivos da Câmara Municipal de Vereadores e da Prefeitura Municipal de Passo Fundo, como atas, fichas cadastrais e dados eleitorais disponíveis no arquivo eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral. Adicionalmente, será utilizada como fonte secundária a obra intitulada "Galeria de ex-vereadores de 1947 a 1988", um documento similar a um *Who's Who*.

Diante disso, é fundamental o que aponta Zicman (1985, p. 90) quando salienta que o jornal como fonte histórica oferece algumas vantagens ao historiador, tais como a periodicidade, formando arquivos do cotidiano, bem como a possibilidade de ver o fato num contexto histórico mais amplo. Entretanto, a autora ainda alerta que as notícias apresentadas nos jornais não são apenas reproduções dos fatos ou registros das ocorrências diárias, os periódicos organizam as notícias e os acontecimentos segundo seu próprio filtro.

Conforme Karawejczyk (2010, p. 43) “não se deve esquecer da ilusão de transparência, verdade e objetividade que a linguagem jornalística impõe ao nosso imaginário e, assim, deve-se ficar atento a esse ponto, ao incorporar qualquer matéria de um periódico no corpus documental de uma pesquisa.” Portanto, tendo em vista a origem dos jornais locais que serão utilizados como fontes, Batistella (2007, p. 22) alerta que

ao se utilizar o jornal como fonte empírica não se deve simplesmente considerar o que foi noticiado como uma verdade absoluta, pois o jornal, como outros veículos de imprensa, pertence a alguém, que por sua vez, possui interesses (sejam eles, político-partidário, econômicos, comerciais, religiosos, etc.) em jogo. Em suma, o jornal, como fonte empírica, nos fornece indícios que precisam ser confrontados com outras fontes. Ademais, o uso do jornal requer alguns cuidados metodológicos para não cairmos em armadilhas ideológicas disfarçadas de imparcialidade.

Contudo, Elmir (1995, p. 23) sinaliza para a necessidade de o historiador estabelecer com o jornal certa qualidade de interpretação do documento, para que se possa perceber a significância do que está sendo lido. Desse modo, para a correta interpretação do jornal como

683





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



fonte, a ideia transmitida pelo periódico deve ser constante, vista por diversas vezes nas páginas do documento, sendo possível assim qualificar a informação como útil ou descartável.

Os documentos do tipo *Who's Who* funcionam como a reunião de informações de um conjunto de indivíduos que pertencem à elite, e que apontam determinadas características que levam esses sujeitos a comporem o grupo seletivo ao qual pertencem. Para o historiador, tais documentos oferecem certas vantagens, pois

têm o mérito de reposicionar, através do relato sistemático de características pessoais intransferíveis dos biografados – ascendência e descendência familiares, participação em clubes sociais e associações seletivas, formação universitária, excelência profissional, etc. –, o indivíduo na condição de membro de grupo de elite, fornecendo ao historiador um espaço comparativo não apenas das propriedades valorizadas socialmente nos meios de elite em diferentes períodos, mas sobretudo um panorama das trajetórias e tipos de carreiras predominantes realizadas pelos membros da classe dominante (HEINZ, 2011, p.158).

Em suma, a utilização das fontes do tipo *Who's Who* na pesquisa histórica possibilita perceber quais são as características mais relevantes que se pode evidenciar dentro do grupo que se está estudando. O que se aplica para a presente pesquisa é a possibilidade de analisar os atributos que elevam determinados atores políticos à ascensão na carreira eleitoral.

O presente trabalho está estruturado em duas seções que analisam, de forma resumida, o perfil da elite política passo-fundense entre os anos de 1945 e 1988, compreendendo assim cinco legislaturas no período democrático, entre 1945 e 1964, e outras cinco durante a ditadura militar e o período de transição para a democracia, entre os anos de 1964 e 1988. Serão aferidos aspectos referentes à idade, profissão, formação superior, naturalidade, gênero e etnia em cada legislatura e o perfil geral da elite política a cada recorte temporal proposto em cada capítulo, como também associar determinadas características aos partidos políticos em questão. Além disso, serão analisados os resultados das eleições municipais, buscando se houve ou não renovação no quadro de eleitos, bem como as disputas entre os partidos políticos pela hegemonia da política municipal.

A elite passo-fundense na democracia (1945-1964)

Durante o período democrático do pós-ditadura varguista, algumas características da elite política municipal se alteram profundamente, enquanto outras se perpetuam ao longo dos quase vinte anos de sistema pluripartidário.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



A idade é uma característica que sofre visíveis alterações. Nas legislaturas de 1947-1951 e 1951-1955, as médias das idades dos políticos que disputaram as eleições legislativas e foram eleitos, ou que ficaram na suplência tendo assumido em algum momento a vaga, ficou entre 41 e 42 anos de idade, com a predominância de indivíduos nas faixas entre 30-39 e 40-49 anos. Nessas duas legislaturas é que aparecem os políticos mais velhos. Somente nas eleições de 1947 e 1951 há sujeitos com mais de 60 anos de idade que integram a amostra analisada. Nas legislaturas seguintes temos uma drástica redução. A média das idades dos líderes políticos estudados caiu de 42,38 em 1951 para 36,48 em 1955 e, mesmo que muito pouco, continua caindo nas legislaturas seguintes, alcançando 35,59 em 1963.

É possível, então, associar a redução da média das idades com a perda da força política do Partido Social Democrático ao longo das disputas eleitorais entre 1947 e 1963. O PSD domina as eleições legislativas de 1947 em que aparecem 16 membros do partido na amostra e apresenta bons resultados em 1951 contando com nove líderes. Nestes anos, os pessedistas não apresentam sequer um político com até 29 anos e, considerando essas duas legislaturas, três dos quatro sujeitos com mais de 60 anos eram do PSD. O único não pessedista era Ernesto Morsch, do PL, eleito em 1951 aos 72 anos. Nas eleições de 1955, ainda se mantendo como a segunda força do município, o PSD continua como o partido de lideranças mais velhas, porém a redução da média nesta legislatura se dá pela presença de jovens políticos que começam a figurar no cenário municipal.

Se pode explicar o fato de serem das fileiras do PSD os políticos mais velhos que figuram na política municipal de Passo Fundo quando se olha para as características do surgimento do partido. Com o fim do regime do Estado Novo, conforme visto anteriormente, a burocracia estatal que sustentava o governo varguista foi levada por Getúlio ao partido. Os interventores estaduais e as lideranças políticas locais que comandavam as cidades passaram a integrar as bases do partido. Ou seja, os sujeitos que há anos estavam à frente do cenário político municipal passaram a pertencer ao Partido Social Democrático e disputar o poder local com as demais agremiações que surgiram no período, sendo que estas apresentavam maior capacidade de aglutinar as novas lideranças políticas.

Ao mesmo tempo em que há a redução da média das idades, é possível observar uma significativa alteração no que se refere à naturalidade dos membros da elite política de Passo Fundo. A partir das eleições de 1955 passam a ocupar espaços no cenário municipal jovens lideranças que nasceram na cidade. A maior participação de jovens na política municipal se dá também pela organização das “Mocidades” dos partidos políticos. Os estudantes passam a se interessar pelas disputas locais, inclusive promovendo debates entre os candidatos ao Executivo municipal.

685





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Com relação às ocupações profissionais, o protagonismo é dos empresários e dos profissionais liberais nas duas primeiras legislaturas. Nas demais, os empresários perdem espaço deixando caminho aberto para que os funcionários públicos ocupassem seu lugar. As demais profissões aparecem de forma muito residual, não havendo solidez principalmente na representação dos trabalhadores assalariados. Como exemplo, se verificarmos a categoria dos ferroviários, é possível perceber que embora fosse uma categoria organizada e participativa politicamente, são poucas as lideranças que ascendem ao legislativo municipal. A única ocupação que aparece sem grandes variações ao longo das legislaturas é a de profissional liberal. Médicos, advogados, dentistas, contabilistas, arquitetos, etc. conseguem manter-se sistematicamente no seio da elite política municipal e figuram nas nominatas das diversas agremiações partidárias. Entretanto, os empresários tinham preferência pelo Partido Social Democrático e pelo Partido Libertador, em que se concentravam para as disputas eleitorais. No mesmo sentido, os funcionários públicos, em geral, pertenciam ao partido de Getúlio Vargas.

No que se refere à formação de ensino superior dos sujeitos que comandavam a política municipal, temos que os formados em Ciências Jurídicas são absolutos no comando da política local. Não somente exercendo as atividades da advocacia, mas também sendo partícipes da burocracia estatal, desempenhando funções nos poderes Executivo e judiciário, e nas forças armadas e policiais. Outros profissionais que aparecem de forma constante, embora em número muito menor que os oriundos de escolas de Ciências Jurídicas, são os médicos. Oscilando entre um e dois representantes, figuram em todas as legislaturas do período.

Quanto à participação das mulheres na política municipal, percebemos que é quase nula. Apenas a professora Olga Poletto alcançou a suplência nas eleições de 1955, pelo Partido Libertador, e assumiu a cadeira na Câmara de Vereadores em algum momento da legislatura. Assim, fica clara a sub-representação feminina no âmbito da política local. O mesmo ocorre com a população afro-brasileira e indígena da cidade. Somente um político afro-brasileiro, dentro do que foi possível identificar, figura entre os principais atores da política municipal: Genuíno Batista da Silva, oleiro, aos vinte e quatro anos foi suplente pelo Partido Social Progressista nas eleições de 1959. Não foi identificado nenhum político de descendência indígena.

Com relação aos políticos que saíram vitoriosos das eleições ao Executivo municipal, prefeitos e vice-prefeitos, durante o período democrático, temos as principais características desses sujeitos representadas na tabela a seguir:

686





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



É necessário evidenciar que o PTB local domina as eleições municipais com a aliança entre empresários e profissionais liberais. As duas ocupações alternam-se no poder, inclusive quando a lógica dos trabalhistas para a indicação do candidato a prefeito, apontada anteriormente, é quebrada quando o PTB indica Wolmar Salton para o Executivo.

No que se refere às idades, o político mais velho presente na amostragem é o udenista Armando Annes, com 66 anos na data da eleição. Porém, em geral, os prefeitos e vice-prefeitos eleitos entre 1945 e 1963 estão na casa dos 30-39 anos. Dos 10 políticos relacionados, quatro fogem dessa característica, sendo Annes, Salton, Menegaz em sua segunda eleição, e Adolpho Floriani. A média alcança 41,1 anos de idade.

Em suma, se pode afirmar que o seletivo grupo que comanda o cenário político da cidade de Passo Fundo durante os quase vinte anos de experiência democrática vivida após o fim da ditadura do Estado Novo é composto majoritariamente por homens, brancos, profissionais liberais, empresários e funcionários públicos. Esses são os atributos que a população passo-fundense buscava observar na hora de escolher seus representantes.

A elite passo-fundense na ditadura militar e transição para a democracia (1964-1988)

687

A média das idades dos sujeitos que foram eleitos vereadores ou assumiram uma cadeira no legislativo municipal em algum momento das legislaturas tem sucessivos aumentos entre as legislaturas iniciadas em 1968, 1972 e 1976, saindo de 39,72 para 44,33. Após a breve redução na legislatura eleita em 1982, retorna a subir em 1988. Em todas as legislaturas predominam os sujeitos nas faixas de 30-39 e de 40-49, o que contribui para a pouca variação. Durante o período que compreende a ditadura militar e transição para a democracia são apenas seis os políticos com até 29 anos, ao passo que somente um estava na faixa de 60 anos ou mais, caso do vereador Fidêncio Garibaldi Franciosi eleito em 1982 pelo PDS.

São dois os fatores que sugerem a pouca presença de sujeitos mais jovens na política local. O primeiro pode ser relacionado com a repressão ao movimento estudantil. A ditadura militar tinha como um de seus principais alvos as entidades de organização da classe dos estudantes, que até as eleições de 1963 participou ativamente da política local, do mesmo modo em que não são mais constantes as atividades das chamadas “mocidades” dos partidos políticos. Em segundo, com exceção das legislaturas eleitas em 1968 e em 1988, ambas em momentos ímpares da disputa política, são reduzidas as taxas de renovação dentre os eleitos, o que sugere a perpetuação de algumas lideranças, elevando a média das idades.

No que diz respeito às ocupações profissionais, os profissionais liberais e os funcionários públicos são hegemônicos em todas as legislaturas. Também, os empresários aparecem com





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



resultados importantes, apesar de muito atrás dos profissionais liberais e dos funcionários públicos, mantém uma significativa representação na Câmara de Vereadores. Ademais, nota-se que novamente representantes da classe trabalhadora aparecem de forma esporádica.

Os bacharéis em Ciências Jurídicas e Sociais dominam o cenário político municipal no período estudado neste capítulo. Além da prática jurídica, marcavam presença nas diversas atividades da burocracia do Estado. Nenhuma outra formação superior aparece de forma constante ao longo das cinco legislaturas do período ditatorial e de transição para a democracia, destacando que os formados em medicina aparecem apenas nas duas últimas legislaturas, ao contrário do que ocorre no período entre 1945 e 1964, quando aparecem de forma constante.

Linda do Brasil Degrazia Sarturi, eleita pela ARENA em 1968, Thereza Zulmira de Castro eleita pelo MDB em 1968 e Heloísa Almeida eleita também pelo MDB em 1976 são as representantes das mulheres na política municipal no período que vai de 1964 a 1988. Novamente há a sub-representação da feminina na elite política municipal, garantindo que política local continuasse comandada por homens. A mesma lógica permeia a representação de afro-brasileiros e descendentes de povos originários. Apenas um político negro foi eleito no período, o pedagogo e radialista Júlio Rosa da Silva, que fazia parte das fileiras do Partido Democrático Trabalhista em 1988.

Na tabela a seguir, estão relacionadas às principais características das lideranças eleitas pra o Executivo municipal como prefeitos e vice-prefeitos.

A média das idades dos comandantes do Executivo municipal entre 1964 e 1988 chega a 45,4 anos. César José dos Santos e Wolmar Antônio Salton são os dois mais velhos que figuram na amostra, ambos com mais de 60 anos. Quatro políticos estão na faixa entre 30 e 39 anos, três com idades na faixa 40-49. Firmino Duro foi único líder local na faixa dos 50 anos de idade a chegar à prefeitura de Passo Fundo, ressaltando que ele assumiu definitivamente o posto de prefeito quando do impedimento por motivos de saúde de Wolmar Antônio Salton. Prefeitos e vices acompanham os vereadores no quesito profissão. Os profissionais liberais estão à frente do Executivo municipal. São apenas dois funcionários públicos e dois empresários que estão presentes nessa amostra, sendo o restante dois médicos, dois advogados e dois engenheiros. Ao mesmo tempo, são oito os sujeitos que possuem formação superior: dois em Ciências Jurídicas e Sociais, dois em Medicina, dois em Engenharia Civil, um em Administração de Empresas e um em Ciências Econômicas.

Ao passo que César Santos e Salton eram políticos de larga carreira política, Villa de Azambuja, Carrion e Dipp não possuíam a mesma experiência eleitoral. Villa de Azambuja sequer tinha ocupado posições de confiança em governo municipal ou estadual. Carrion já

688





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



havia ocupado funções de confiança no governo do Rio Grande do Sul, enquanto Airton Dipp tinha ocupado postos em entidades de classe e no governo de Wolmar Salton. Contrariando o padrão dos resultados eleitorais apresentados na disputa local no período democrático, entre 1964 e 1988 se percebe a alternância na disputa pela prefeitura. Dos cinco pleitos disputados, dois foram vencidos por trabalhistas que integravam o MDB, César Santos e Wolmar Salton e, em 1988, Airton Dipp conquistou a chefia do Executivo local pelo PDT, partido no qual as principais lideranças herdeiras do trabalhismo local se organizaram após a reabertura política. A mesma alternância pode ser conferida no legislativo na medida em que a conquista da maioria das cadeiras na Câmara de Vereadores acompanha a vitória das forças políticas na prefeitura.

Considerações finais

A pesquisa teve como objetivo principal desvendar as principais características da elite política municipal de Passo Fundo. Através do método prosopográfico, fez-se o levantamento dos principais atributos detidos pelos principais atores da política local, buscando comprovar a hipótese inicialmente apresentada, de que a elite política municipal era composta, predominantemente, por homens brancos, profissionais liberais e políticos profissionais, oriundos das classes média e alta. E, a partir disso, observar se as mudanças de conjuntura política entre 1945 e 1988 alteram as características estudadas.

A partir dos resultados é possível afirmar a predominância de homens brancos na constituição das legislaturas tanto no período democrático, quanto durante a ditadura militar e transição para a democracia. Dentro do que foi possível identificar, somente Genuíno Batista da Silva, suplente em 1959 pelo PSP, e Júlio Rosa, eleito em 1988 pelo PDT, são negros que alcançam os postos mais altos da política local. Apenas Olga Poleto, em 1955, Linda do Brasil Degrazzia Sarturi e Thereza Zulmira de Castro, em 1968, e Heloísa Almeida, em 1976, alcançaram os postos legislativos no município.

Não só com relação às eleitas, mas a sub-representação feminina se coloca, inclusive, na quantidade de candidatas mulheres à Câmara de Vereadores registradas pelos partidos no período. Em 1947 e 1951 há apenas uma candidata em cada ano, em 1955, duas, em 1959 e 1963 não há mulheres disputando o legislativo municipal. Na primeira eleição municipal da ditadura militar, em 1968 há apenas duas candidatas, já em 1972 não há o registro de mulheres na disputa local, enquanto que em 1976 há quatro candidaturas femininas. A partir de 1982, nota-se um considerável aumento, que pode ser associado à efervescência política da

689





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



conjuntura política nacional. Nas eleições municipais de 1982 são 10 as candidatas, e em 1988 o número sobe para 15, apesar de nenhuma ter sido eleita (Cf. DAMIAN, 2010).

Ao executivo municipal, aparecem como candidatas apenas três mulheres: Delma Rosendo Ghem, pela ARENA em 1972, Maria Helena Andreis Lorenzatto, pelo PMDB em 1982, e Solange Faria, pela Frente Popular em 1988. Contudo, apenas a pemedebista foi às urnas, tendo em vista que Delma Rosendo Ghem acabou desistindo da disputa por problemas de saúde, e Solange Faria teve o registro de sua candidatura cassado pela Justiça Eleitoral.

Note-se que nas eleições o advento da abertura política promove certo fôlego às candidaturas femininas. Há um crescimento muito expressivo nas candidaturas femininas à vereança a partir de 1982, e a presença de duas mulheres no centro da disputa do poder Executivo municipal.

Com relação à naturalidade dos indivíduos, apesar de Passo Fundo figurar como a principal cidade de origem das lideranças políticas locais, os nascidos no município não compõem nem a metade dos políticos. A presença dos nascidos em Passo Fundo cresce e se estabiliza a partir das eleições de 1955, tendo algumas breves oscilações ao longo das legislaturas. As mudanças de conjuntura política não são necessariamente determinantes para alterações nessa característica.

Quanto às profissões exercidas pelos componentes da elite local, os profissionais liberais mantém ampla vantagem em relação aos demais, com amplo destaque às profissões jurídicas. São seguidos mais de perto pelos funcionários públicos, especialmente durante a ditadura militar. Os empresários também aparecem de forma mais contundente, porém distantes dos profissionais liberais e funcionários públicos. As demais ocupações aparecem sempre de forma residual, sobretudo àquelas ligadas ao trabalho assalariado. Apesar de Passo Fundo ser sede de uma grande força trabalhista, os trabalhadores não figuram com protagonismo nem na Câmara, nem na Prefeitura.

Outra característica que não se altera é que se refere à formação de nível superior. Os diplomados em Ciências Jurídicas e Sociais são os que mais detêm a preferência do eleitorado passo-fundense e predominam entre aqueles que possuem formação superior.

Linteau (2006, p. 190), adverte que, apesar de as profissões serem um primeiro retrato da posição social ocupada pelos políticos locais, não são suficientes para a análise completa. O autor revela que para isso “seria preciso também avaliar a fortuna ou a riqueza dos indivíduos, levar em conta sua presença em instituições sociais, culturais, religiosas ou outras, e os postos de prestígio ou influência que nelas ocupam, reconstituir suas redes familiares e sociais”. Portanto, ainda é necessário um minucioso trabalho de pesquisa para desvendar a posição social exata ocupada pelos políticos do município.

690





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



O advento da ditadura militar a partir de 1964 alijou a juventude passo-fundense das disputas eleitorais. Enquanto no período democrático as entidades estudantis e “mocidades” dos partidos discutiam os problemas da cidade ativamente e tinham certo protagonismo eleitoral, nos anos de governo autoritário praticamente somem das páginas dos jornais locais as notícias relacionadas às juventudes partidárias ou de entidades estudantis. A participação de indivíduos com até 29 anos se reduz drasticamente, ao passo que a média de idade de cada legislatura aumenta em relação às legislaturas do período 1945-1964. Se pode, então, relacionar o afastamento dos jovens de Passo Fundo das disputas eleitorais locais com o recrudescimento da repressão ditatorial.

Ao longo dos anos, nota-se que a participação dos suplentes de vereador nas legislaturas vem diminuindo. A quantidade de suplentes que assumem o cargo de vereador em caráter temporário ou definitivo oscila ao longo das legislaturas e há uma forte tendência de queda, especialmente a partir das eleições de 1972. Pode-se atribuir essa tendência a uma possível profissionalização dos políticos do município, que passam a dedicar-se de forma cada vez mais contínua às atividades políticas, muito embora ainda seja necessário analisar os motivos pelos quais os titulares das cadeiras abandonem seus cargos para que os suplentes assumam. As taxas de renovação de uma legislatura a outra é outro ponto importante para se destacar. Durante o período democrático, as taxas iniciam elevadas. A renovação entre os eleitos em 1947 e 1951 é de 73,3%, mesma porcentagem do pleito de 1955. Em 1959, cai para 66,6% e em tem nova queda em 1963, passando para 53,3%. As taxas mais baixas e em queda a partir de 1955 revelam uma estabilização da elite que alcança os postos legislativos nas últimas eleições do período democrático. Na primeira eleição após o início do governo autoritário, em 1968, a taxa segue a mesma da legislatura anterior, mostrando que o imediato pós-golpe não traz grandes alterações no que diz respeito aos atores do cenário político local. Em 1972 tem uma nova alta e chega a 73,68%. Em 1976, se reduz novamente, chegando a 47,61%, percentual que se repete no ano de 1982. Na última legislatura analisada, eleita em 1988, os eleitos se renovam em 76,18%.

A respeito das características que predominam nos sujeitos que venceram as eleições para o Executivo municipal, podemos perceber algumas mudanças. A primeira é quanto às ocupações profissionais dos membros deste seletto grupo. Entre 1945 e 1964, tinha-se uma associação entre profissionais liberais e empresários, que se alternavam entre prefeito e vice-prefeito a cada eleição. A partir do pleito de 1968, os profissionais liberais, apesar de predominarem, passam a dividir os espaços de poder também com funcionários públicos, além dos empresários. Também, é importante ressaltar que durante o período democrático apenas Daniel Dipp (vice-prefeito eleito em 1947 e prefeito eleito 1951) tinha formação

691





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



superior dentre os dez políticos que ocuparam os cargos executivos, ao passo que, durante os anos de ditadura ocorre exatamente o contrário, sendo a exceção aqueles que não tinham formação superior.

O golpe militar trouxe também uma importante alteração na dinâmica da disputa pelo poder municipal. Ao passo que durante o período democrático o trabalhismo se constituía hegemônico na disputa pelo poder local, vencendo quatro entre cinco eleições anteriores ao golpe, entre os anos de 1964 e 1988, o que predomina é a alternância no poder. Nas cinco eleições ocorridas durante o governo autoritário e transição para democracia, duas foram vencidas pelo MDB, em 1968 e 1976, e outras duas pela ARENA, em 1972 e 1982, e em 1988, já com a nova Constituição Federal, o PDT de Brizola venceu no município.

Cabe ressaltar, porém, que esta dinâmica acompanha os resultados das eleições parlamentares no Rio Grande do Sul imediatamente anteriores às disputas locais. Em 1966 o resultado das eleições gerais no estado foi favorável ao MDB, em 1968 o MDB venceria em Passo Fundo. Em 1970 há o fortalecimento da ARENA, com importante vitória para Assembleia Legislativa e Câmara Federal, enquanto que em 1972 o partido da ditadura conquistaria a Prefeitura Municipal e a maioria na Câmara de Vereadores do município. Já em 1974 o MDB conquista importante vitória sobre a ARENA em nível estadual e abre caminho para a vitória emedebista em Passo Fundo nas eleições de 1976.

Mesmo com a alteração conjuntural expressa no retorno do pluripartidarismo e da escolha de forma direta do governador do estado, em 1982, Passo Fundo continua tendendo a acompanhar os resultados eleitorais a nível estadual. Jair Soares, do PDS, venceu as eleições para o governo estadual e seu partido elegeu a maioria dos deputados estaduais e federais (embora seguido de perto pelo PMDB). Nas eleições municipais do mesmo ano, o partido do governador conquistou a prefeitura e a maioria das cadeiras no legislativo municipal. Essa dinâmica se quebra quando ocorre a eleição de Pedro Simon, do PMDB em 1986, e em 1988 a vitória na Prefeitura Municipal foi do candidato pedetista, Airton Dipp.

Por fim, este estudo se coloca como uma contribuição para o estudo da história política de Passo Fundo, e não como uma proposta acabada. Espera-se, portanto que a partir deste trabalho novas questões sejam suscitadas e novas possibilidades de estudo das elites locais e regionais sejam despertadas.

Referências

ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 20 jan. 2020.



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



ALBERNAZ, Cássio Alan Abreu. Prolegômeno historiográfico ao objeto político. *Historiae*, v. 2, p. 9-24, 2011.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O golpe de 1964 e o voto popular. *Novos estud. - CEBRAP*, São Paulo, n. 98, p. 5-11, Mar. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010133002014000100001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 29 Jan. 2020.

ANNES, Alceu Oliveira. *Genealogia Lucas Annes*: Compêndio Ilustrado. 2012. Disponível em: <https://docplayer.com.br/10499701-Genealogia-lucas-annes-compendio-ilustrado-atualizado-em-06-01-2012-alceu-oliveira-annes.html>. Acesso em 11 fev. 2020.

BARROS, José D'Assunção. História Política: o estudo historiográfico do poder, dos micropoderes, do discurso e do imaginário político. *Educere ET Educare*, Cascavel, v. 4, n. 10, p. 147-162, jan-jun 2009.

BATISTELLA, Alessandro. O movimento Operário e Sindical em Passo Fundo (199-1964): história e política. Dissertação de mestrado defendida em Passo Fundo: 2007.

BATISTELLA, Alessandro. *O bipartidarismo em Passo Fundo/RS (1965-1982)*. Passo Fundo: Acervus, 2020.

BENVEGNÚ, Sandra Mara. *Décadas de poder: O PTB e a ação política de César Santos na metrópole da Serra. 1945-1967*. Dissertação de mestrado defendida em Passo Fundo: 2006.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: UnB, 1998.

BROTTO, Emerson Lopes. Revisitando o PCB: uma visão a partir do norte do Rio Grande do Sul. 2005. 192 f.: Dissertação de mestrado defendida em Passo Fundo: 2005.

CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)*. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

693





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



CÂM. DEP. *Deputados brasileiros. Repertório* (1995-1999); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros. Repertório* (1995-1999).

CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanços e perspectivas. In: HEINZ, Flávio M. (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 41-54.

DALLA ROSA, Luísa Grigoletti. *História, saúde & poder em Passo Fundo: Instituições hospitalares entre as décadas de 1910 e 1920*. Passo Fundo: Méritos, 2007. 226 p.

DAMIAN, Marco Antônio. *Eleições em Passo Fundo: dados históricos*. Passo Fundo: Berthier, 2010.

DOMINGOS, Charles Sidarta Machado; BATISTELLA, Alessandro; ANGELI, Douglas Souza Angeli. (Orgs.). *Capítulos de História Política: Fontes, Objetos e Abordagens*. São Leopoldo: Oikos, 2018.

ELMIR, Cláudio Pereira. Armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. *Cadernos do PPG em História da UFRGS*. Porto Alegre, n. 13, dez. 1995.

FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 2011, p. 61-90.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “velha história”: o retorno da História Política. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 265-271, 1992.

GATTI, Isaura de Moura. *Partido Social Democrático: formação e fragmentação em Passo Fundo (1945-1950)*. Dissertação de mestrado defendida em Passo Fundo: 2008.

HEINZ, Flávio. O historiador e as elites – à guisa de introdução. In: _____, Flávio M. (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

HEINZ, Flávio M. (Org.) *O parlamento em tempos interessantes: breve perfil da Assembleia Legislativa e seus deputados – 1947-1982*. Porto Alegre: CORAG, 2005.

694





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



HEINZ, Flávio M. Notas sobre o uso de anuários do tipo *Who's who* em pesquisa prosopográfica. In: _____, Flávio M. (Org). *História Social de elites*. São Leopoldo: Oikos, 2011. p. 154-164.

HEINZ, Flávio; CODATO, Adriano. A prosopografia explicada para cientistas políticos. In: CODATO, Adriano; PERISSINOTO, Renato (orgs). *Como estudar elites*. Curitiba: UFPR, 2015. p. 249-275.

JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: Novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. p. 180-196.

KARAWEJCZYCK, Mônica. O jornal como documento histórico – breves considerações. *Historia*, Rio Grande, v. 1, n. 3, p. 131-147, 2010.

LINTEAU, Paul-André. Representação Política em Montreal, 1880-1914: evolução de uma elite municipal. In: HEINZ, Flávio. *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 177-202.

LOTTERMANN, Luiz Alfredo Fernandes. *Quem é quem? A elite política passo-fundense (1945-1988)*. Passo Fundo: Acervus, 2020.

MARTINS, Marcos Lobato. História Regional. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Novos temas nas aulas de História*. São Paulo: Contexto, 2009.

MIRANDA, Fernando Borgmann Severo de. *Dados de Largo Armando Araújo Annes*. Disponível em <
http://projetopassofundo.com.br/principal.php?modulo=texto&con_codigo=25648&tipo=texto>. 2012. Acesso em: 11 de agosto de 2019.

NASCIMENTO, Welci. *Dados de Daniel Dipp*. Disponível em: <
http://projetopassofundo.com.br/principal.php?modulo=texto&con_codigo=12078&tipo=texto>. 2010. Acesso em: 11 de agosto de 2019.

NASCIMENTO, Welci. DAL PAZ, Santina Rodrigues. *Vultos da história de Passo Fundo*. Passo Fundo: Gráfica e Editora Pe. Berthier, 1995.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



NORONHA, Andrius Estevam. O uso da prosopografia para o estudo das elites locais: o caso dos empresários de Santa Cruz do Sul. In: HEINZ, Flávio M. (Org). *História Social de elites*. São Leopoldo: Oikos, 2011. p. 154-164.

RECKZIEGEL, Ana Luíza Setti. História Regional: dimensões e teórico-conceituais. *História: debates e tendências*. Passo Fundo, v. 1, n. 1, p. 15-22, junho 1999.

RÉMOND, René. Do Político. In: _____ René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003a. p. 441-454.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003b. p. 13-36.

RÉMOND, René. As Eleições. In: _____, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003c. p. 37-56.

STONE, Lawrence. Prosopografia. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, junho de 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782011000200009&lng=en&nrm=iso>. acesso em 23 de julho de 2019.

VARGAS, Jonas Moreira. “Rastreando Indivíduos e Redes de Relações”: Algumas contribuições teóricas e metodológicas para o estudo das elites e grupos dirigentes no Brasil. In: SOARES, Fabrício Antônio Antunes; SILVA, Ricardo Oliveira da. (Orgs). *Diálogos: Estudos sobre teoria da história e historiografia*. Criciúma: UNESC, 2017. P. 133-166.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa – algumas considerações metodológicas. *Projeto História*. São Paulo, n. 4, jun. 1985.

696





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



O ARQUIVO ELISA FROTA PESSÔA: TRATAMENTO DOCUMENTAL E FONTES PARA A HISTÓRIA DA CIÊNCIA

Michelle Samuel da Silva¹

Introdução

No século XX, a historiografia passou por inúmeras e profundas mudanças, principalmente após a década de 1960, quando precisou se adaptar às novas demandas sociais, com a criação e o desenvolvimento de novos campos de estudos. Com isso, novos temas, objetos e fontes de pesquisa se ampliaram.

Nessa perspectiva, os arquivos pessoais são vistos como possibilidades para a pesquisa histórica. Esses arquivos, documentos que foram produzidos por pessoas e acumulados ao longo de suas vidas, têm enfrentado um tratamento diferenciado daquele que concedemos aos arquivos institucionais.

De acordo com Ana Maria Camargo, precisamos considerar que só conservamos documentos de pessoas que tiveram alguma expressão ou algum destaque no mundo da política, da ciência, da arte, da filosofia ou da literatura, por isso, era comum que esses documentos fossem recolhidos pelas bibliotecas. (CAMARGO, 2008).

Além disso, também tiveram acolhimentos por parte de outras instituições, como por exemplo, os centros de documentação e pesquisa, onde frequentemente são submetidos a uma abordagem da biblioteconomia. Logo, é necessário levar em consideração que cada unidade de descrição, na biblioteca, possui autonomia de significado, ou seja, o “livro é um todo articulado, completo, fechado em si mesmo, e que não depende das circunstâncias em que foi produzido. Não mantém relações orgânicas, com os demais volumes do acervo” (CAMARGO, 2008, p. 5-7).

Apesar disso, sempre que for possível recompor a trajetória do titular a partir dos documentos por ele acumulados, estamos diante de um arquivo que, à semelhança dos que resultam do funcionamento de instituições, é munido de organicidade. E a capacidade reflexiva que reconhecemos em tais conjuntos documentais, permitindo conhecer as atividades que lhes deram origem, é base do principal atributo dos arquivos – a autenticidade que independe de formalidades e sinais de validação (CAMARGO, 2008).

697

¹ Doutora em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Bolsista do Programa de Capacitação Institucional do CNPq - Museu de Astronomia e Ciências Afins. E-mail: michellesamueldasilva@gmail.com





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Os arquivos pessoais de cientistas, fontes importantes para a história da ciência por testemunhar as atividades realizadas em diversas áreas do conhecimento científico, são formados por documentos que foram produzidos por pessoas e acumulados ao longo de suas vidas. Dessa forma, o tratamento documental do arquivo Elisa Frota-Pessôa tem como objetivo ampliar o conhecimento sobre o produtor e suas atividades científicas. Destacar a contribuição do seu arquivo pessoal como fonte de pesquisa para a história da ciência, visto seu pioneirismo e por ser uma das primeiras mulheres pesquisadoras para o campo de ensino de Física.

Arquivos pessoais: temas e debates

Os arquivos pessoais por muito tempo não foram foco das discussões arquivísticas, sendo relegados ao segundo plano. A sua importância deu-se no contexto da Segunda Guerra Mundial, ou seja, até recentemente, inclusive em âmbito internacional só se atribuía o estatuto de arquivo a um conjunto de documentos de natureza pública, que tivessem sido produzidos e acumulados por instituições públicas. Na maioria das vezes, a documentação pessoal não era reconhecida como um arquivo (GOMES, 2009).

Em uma coletânea publicada em 1998, pela revista da Fundação Getúlio Vargas no dossiê sobre os arquivos pessoais, Terry Cook inicia sua discussão lançando uma problemática sobre esse tema. Para ele a ideia que se estabeleceu sobre a diferença de arquivos pessoais e públicos foi muito difundida pelo pensamento arquivístico tradicional e na maior parte da literatura sobre o assunto. Os arquivos pessoais e institucionais são apresentados como acumulações orgânicas, naturais, transparentes e que os arquivistas preservam de forma imparcial, neutro e objetivo. Ao contrário, já os arquivos pessoais são apresentados como mais artificiais, parciais, o que se assemelha ao material de biblioteca, como as autobiografias e memórias. Sendo assim, os arquivistas que atuam com a temática de arquivos pessoais são identificados mais próximos dos bibliotecários, documentalistas e historiadores (COOK, 1998).

Os arquivos pessoais e familiares passaram a ser compreendidos como patrimônio a ser preservado pela sociedade. Eles são identificados e reconhecidos pelo seu valor para o estatuto histórico e como registro de memória da nação. Um aspecto que deve ser ressaltado são as diversas maneiras de expressar o conjunto de documentos que foram produzidos e acumulados por uma pessoa ou família no desempenho de suas funções ou atividades na sociedade e no decorrer de sua trajetória. Para isso, Lucia Maria Velloso de Oliveira, explica que tradicionalmente, os arquivos pessoais foram custodiados em bibliotecas e museus,

698





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



sendo em sua maioria, referidos como “coleções”, “manuscritos” ou até mesmo “papéis pessoais” (OLIVEIRA, 2012).

Além disso, esses documentos representam uma parcela da memória coletiva, contribuem ao lado dos arquivos de origem institucional para a salvaguarda do patrimônio documental e para a compreensão das sociedades modernas. Eles servem como fontes de pesquisa e são dotados de singularidade. Não são criados com a intenção histórica ou cultural, porém são formados por homens e mulheres que no decorrer de sua trajetória adquiriram valor testemunhal por um gesto de quem os produziu ou de quem lhes concedeu significado (SANTOS, 2013)

Tais conjuntos documentais foram valorizados pelos historiadores, uma vez que este tipo de acervo se diferencia pela capacidade de apresentar, em meio às ações que revelam os vínculos do indivíduo com as instituições sociais, aquelas relacionadas ao universo das relações de amizade e escolhas intelectuais. Entretanto, se por uma maneira os arquivos pessoais passaram a adquirir papel significativo para as pesquisas históricas, por outro lado, constituíram um desafio para os arquivistas, pois essa documentação passou a ser custodiadas pelas instituições públicas, convivendo com os conjuntos documentais de origem institucional, e por isso houve a necessidade desses profissionais reverem suas práticas cotidianas que os auxiliassem no tratamento dessa documentação (SANTOS, 2013).

Ana Maria Camargo destaca que os documentos que foram acumulados por indivíduos ao longo de sua trajetória nem sempre são tratados de forma coerente com a teoria arquivística, depois que ingressam em entidades de custódia. Explica que o fato de não haver, entre nós, palavra específica para designá-los e, conseqüentemente, distingui-los dos arquivos institucionais, não resultou, na prática, na adoção de procedimentos comuns, nem impôs o reconhecimento dos atributos que permitiram com que fossem identificados como conjuntos orgânicos e autênticos, marcados pelas atividades que lhes deram origens (CAMARGO, 2009).

Nas discussões contemporâneas, pesquisadores têm-se dedicado à temática. Entre eles, estão os trabalhos de Lucia Maria Velloso de Oliveira que em seu livro *Descrição e Pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais* resultado de sua tese defendida pelo Programa de Pós-Graduação em História Social na Universidade de São Paulo, em suas análises apresenta a importância da descrição arquivística como uma função científica. A problemática estabelecida pela autora refere-se que a padronização tem impacto nos arquivos como um todo, independente de sua natureza. Porém nos arquivos pessoais, os conflitos tornam-se mais contundente (OLIVEIRA, 2012).

699





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Assim, as reflexões sobre a temática, tem sido constante nas discussões acadêmicas e profissionais da atualidade. Desde a década de 1990, o tema possui respaldo na legislação arquivística. A Lei federal nº 8.159, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, implementada em 1991, no capítulo III, define que os arquivos privados são "os conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades" (BRASIL, 1991). Logo, os debates sobre as questões teóricas e metodológicas dos arquivos pessoais se ampliaram.

O arquivo pessoal Elisa Frota-Pessôa: tratamento documental e fonte de pesquisa

Elisa Frota-Pessôa nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 17 de janeiro de 1921, começou a se interessar pela ciência em 1935, no curso ginásial, na Escola Paulo de Frontin, no Rio de Janeiro. Em 1942, ainda estudante, na Universidade do Brasil, começou a auxiliar Joaquim Costa Ribeiro em suas pesquisas com minerais radioativos. Entre 1948 e 1949, atuou como pesquisadora na Universidade de São Paulo, e nesse mesmo período retornou ao Rio de Janeiro, reassumindo a Faculdade Nacional de Filosofia. Foi uma das fundadoras do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) e autora do primeiro trabalho científico, intitulado "Sobre a desintegração do méson pesado positivo", publicado nessa instituição, com a colaboração de Neusa Margem. No Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, foi chefe da Divisão de Emulsões Nucleares de 1949 a 1964, exceto entre 1958 e 1959, pois nesses anos trabalhou na University College, em Londres.

O Museu de Astronomia e Ciências Afins, na preservação e organização de arquivos pessoais e institucionais de ciência e tecnologia, possui metodologia própria para o tratamento do acervo arquivístico. Ao observar os fundos² preservados pela instituição, há o impacto em relação ao número de arquivos pessoais de mulheres. Esses dados demonstram a importância da organização do arquivo pessoal da física Elisa Frota-Pessôa.

A respeito da presença de arquivo de mulheres em instituições públicas, a historiadora Michelle Perrot, destaca que as razões para isso estavam no fato da história privilegiar o espaço público, a política e a guerra, lugares sociais que foram durante muito tempo, pouco acessíveis às mulheres. Além disso, havia também a ausência de fontes para uma escrita da história das mulheres, o que a historiadora, denominou de "o silêncio dos arquivos" (PERROT, 2008). Essa ausência nas narrativas da história contrapunha-se com o seu papel

² Conjunto de documentos de uma mesma proveniência. Termo que equivale a arquivo. ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.27.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



como guardiãs da memória. As fontes primeiras de uma história das mulheres que começou a ser escrita nas décadas de 1970 e 1980, foram a partir dos relatos orais, os diários e autobiografias.

O Arquivo, ao espelhar discursos e práticas sociais, mantém uma relação inerente com a memória e a identidade da sociedade na qual o mesmo se insere. Os lugares de memória desempenham locais de preservação, e estão sendo assimilados como espaços de reivindicação e construção de cidadania. A conservação ou não de acervos arquivísticos, e a forma de desenvolvimento desse processo faz parte de interesses políticos e que afetam a perpetuação de informações de cunho memorialístico (BRITTO; MOKARZEL; CORRADI, 2017).

Sabendo que a história, atribui papéis secundários e inferiores às mulheres em sua narrativa, é fundamental que se discuta a representação da trajetória feminina nos arquivos e o que pode ser feito para que este espaço venha a se tornar um local de valorização e representatividade dessas memórias que são silenciadas e marginalizadas (BENASSI; PENNA, 2018).

Analisar a questão da representatividade da trajetória das mulheres nos arquivos de cientistas é importante para ressaltar a relevância dos mesmos, e a participação das mulheres nas atividades científicas. Lucia Velloso de Oliveira (2012) reforça que a importância dos arquivos pessoais diz respeito à afirmação de um indivíduo na sociedade através do registro de sua história. São registros que independentemente de seu suporte, representam a trajetória do seu titular, assim como, suas redes de relacionamento, suas obras e seu papel na sociedade. A respeito da organização e tratamento documental no âmbito dos arquivos científicos, documentos produzidos e acumulados em arquivos pessoais de cientistas, muitas vezes, não apresentam uma maneira definida e em muitos casos, tais documentos precisam ser identificados e nomeados (SILVA; TRANCOSO, 2013). É nesse processo que a metodologia de identificação tipológica torna-se fundamental na organização dessa documentação. Essa metodologia permite nomear corretamente o documento e como consequência, identificar a trajetória do cientista e produzir uma classificação para os conjuntos documentais. Isso contribui para o aperfeiçoamento da organização, descrição, indexação e disseminação das informações para a ampla consulta. (SANTOS, 2012, p. 9)

Nesse sentido, podemos inferir que as atividades desempenhadas na organização de arquivos pessoais correspondem: identificação documental, elaboração do quadro de arranjo, descrição, codificação e elaboração do instrumento de pesquisa, como por exemplo, inventário, catálogo, dentre outros. Os documentos que compõe o arquivo da física Elisa

701





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Frota-Pessôa³ tratam da vida pessoal e acadêmica dessa cientista. Seu arquivo pessoal está sendo organizado a partir das seguintes Séries⁴: 1) Vida pessoal; 2) Formação Acadêmica e Profissional; 3) Atividade Docente; 4) Atuação em Instituições de Pesquisa; 5) Atividade de Pesquisa; 6) Participação em Comissões e Assessoria; 7) Participação em Associações e Entidades de Classe; 8) Participação em Eventos; 9) Relações Profissionais e Intercâmbio Científico; 10) Atividades Políticas e Divulgação Científica; 11) Documentos Complementares; 12) Documentos de Terceiros e 13) Iconográfico.

Assim, a organização desse arquivo é relevante como fonte de pesquisa para a história da ciência, pois Elisa Frota-Pessôa foi uma das primeiras mulheres pesquisadoras nessa área de conhecimento no Brasil. Destacou-se pelos seus estudos sobre radioatividade com emulsões nucleares, reações e desintegrações de mésons K e π em emulsões nucleares e reações de prótons e dêuterons com núcleos de massas médias.

Logo, o tratamento documental de arquivos de mulheres, permite dar visibilidade às ações desempenhadas por elas na constituição do conhecimento científico. O compromisso com a preservação dos seus arquivos demonstra o engajamento institucional e social na disponibilização dos arquivos relacionados às práticas científicas brasileiras, permitindo a continuidade das atividades de pesquisa e desenvolvimento da área.

702

Considerações Finais

Pelo exposto, o tratamento documental realizado no arquivo Elisa Frota-Pessôa, contribui para a difusão e preservação de arquivos de mulheres, especificamente, mulheres cientistas. Entendemos que a teoria arquivística aponta resoluções práticas para os desafios profissionais a respeito da organização e difusão dos seus acervos, mas ainda é incipiente sobre as questões políticas, sociais e culturais quando se trata da inserção de arquivos de mulheres nas instituições arquivísticas. No acervo arquivístico do Museu de Astronomia e Ciências Afins, há arquivos de mulheres cientistas, mas, são poucos se comparado aos arquivos de homens. Por isso, torna-se importante a continuidade da organização desse arquivo pessoal, visto que é relevante como de pesquisa para a História da Ciência.

³ O arquivo Elisa Frota-Pessôa está em processo de organização.

⁴ Série é uma subdivisão do quadro de arranjo que corresponde a uma sequência de documentos relativos a uma mesma função, atividade, tipo documental ou assunto (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 153).





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Referências

ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de; CAZELLI, Sibebe. Mast: origens e atividades. Boletim Eletrônico da Sociedade Brasileira de História da Ciência, n. 5, jun. 2015.

Arquivo pessoal Elisa Frota-Pessôa. ACERVO MAST.

BELLOTTO, H. L. Arquivos Permanentes: tratamento documental. 4.ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.

BENASSI, Martina, MACÊDO, Patrícia Ladeira Penna. *Arquivo, memória e mulheres: um estudo sobre o arquivo pessoal de Comba Marques Porto*. In: Anais [recurso eletrônico]: 2º Seminário de Pesquisas em Cultura Documental, Religião e Movimentos Sociais. Rio de Janeiro – UNIRIO, 2016, p.118-136.

BRITTO, Augusto César Luiz; MOKARZEL, Marisa de Oliveira; CORRADI, Analaura. O arquivo enquanto lugar de memória e sua relação com a identidade. *ÁGORA: Arquivologia em debate*, Florianópolis, v. 27, n. 54, p. 158-182, jun. 2017.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Sobre arquivos pessoais. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, AAB, V. 7, nº 2. Jul. /Dez. 2008.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. *Revista Estudos Históricos*. v. 11 n. 21 (1998), p. 129-149

Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

GOMES, Ângela de Castro. *Arquivos pessoais, desafios e encantos*. Revista do Arquivo Público Mineiro, V. 2, p. 22-25, 2009.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso. *Descrição e Pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais*. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2008.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



SILVA, Maria Celina Soares de Melo; TRANCOSO, Márcia Cristina Duarte. Identificação de tipos documentais em arquivos pessoais: estudo no arquivo do físico Joaquim da Costa Ribeiro. *Arquivo e Administração*, v. 12, p. 52-75, 2013.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. *Arquivos pessoais: história, preservação e memória da ciência*. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2012.

704



Conjugare

Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



A IMPRENSA FEMININA COMO MOTOR DA EMANCIPAÇÃO DE MULHERES POR MEIO DA EDUCAÇÃO: O CASO DE “O SEXO FEMININO” (1873-1889)

Gabriela Marcondes dos Santos¹

Introdução

O texto apresenta resultados parciais da pesquisa de mestrado acadêmico em andamento no Programa de Pós Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (Unesp) – Campus de Marília, na linha de pesquisa Filosofia e História da Educação, sob orientação da Prof^ª. Dr^ª. Maria do Rosario Longo Mortatti. Objetiva-se, por meio deste, apresentar o papel desempenhado pela imprensa feminina oitocentista como motor da emancipação de mulheres por meio da educação, a partir da análise dos editoriais do jornal *O Sexo Feminino*, publicado entre 1873 e 1889, fundado e dirigido por Francisca Senhorinha da Motta Diniz.

A educação feminina no Brasil teve um histórico lento e gradual de lutas e disputas. Começou-se a falar sobre educar meninas a partir da Proclamação da Independência, em 1822, em um momento no qual se discutia a necessidade de uma população alfabetizada para o novo Império. Logo, foram criadas as escolas de primeiras letras com o objetivo de ensinar as crianças a ler, escrever e desenvolver as quatro operações matemáticas. Posteriormente, com a ampliação dos currículos escolares, foram distinguindo-se os conteúdos ensinados para meninas e para meninos, segregando os sexos.

Todavia, a história da educação atende também a critérios de raça, classe e etnia. As crianças pobres, escravizadas e indígenas não tinham acesso às escolas que estavam sendo criadas naquele momento. Enquanto isso, os filhos de grupos sociais abastados já recebiam educação em casa. No caso das meninas, elas eram educadas nas primeiras letras, nas atividades domésticas, na formação moral e doutrina religiosa desde os primeiros anos por tutores particulares.

Nas últimas décadas do século XIX, viu-se desenvolver uma modalidade de impressos periódicos organizados e redigidos por mulheres, muitas vezes no objetivo de discutir o papel

¹ Mestranda em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista – Campus de Marília, na linha de pesquisa de Filosofia e História da Educação, sob orientação da Prof^ª. Dr^ª. Maria do Rosario Longo Mortatti. Graduada em História (Licenciatura) pelo Centro Universitário do Sagrado Coração – Campus de Bauru. E-mail: gabriela.marcondes@unesp.br.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



social da mulher naquela sociedade e emancipá-la por meio da educação. A imprensa chega ao Brasil em 1808 com a vinda da família real portuguesa e se desenvolve como sujeito e objeto da história brasileira, consolidando-se como propagadora da opinião pública popular (Martins, Luca, 2012, p.9). A imprensa feminina dos anos final do século XIX:

[...] significou uma forma de veicular idéias e costumes no país. Com um maior acesso à escolarização e o crescimento do espaço urbano, mais mulheres passaram a fazer parte do público leitor e reproduziram as ideologias e as representações divulgadas. A imprensa também serviu para dar expressão aos sufocados sentimentos femininos que agora podiam revelar-se pelos meios literários, constituindo-se também numa forma de disseminar idéias. Os jornais e as revistas femininas, que eram a forma mais elaborada dos primeiros, permitiram a emergência de um universo político e literário feminino, mesmo apresentando diversas limitações e ampliaram o espaço das mulheres nas esferas sociais. (Almeida, 1998, p. 159)

Dessa forma, a presença das mulheres na imprensa representou o início do que viria a ser uma luta pelo direito à educação, protagonizado por elas e tendo como objetivo a educação de meninas desde a primeira infância. É nesse contexto que aparece na imprensa mineira de fins do século XIX o jornal *O Sexo Feminino*, fundado e dirigido por uma professora da Escola Normal de Campanha da Princesa, em Minas Gerais, chamada Francisca Senhorinha da Motta Diniz. Ela utilizou de sua condição de professora para veicular em seu jornal ideias de emancipação das mulheres por meio da educação e divulgar textos instrutivos para suas leitoras.

Francisca Senhorinha da Motta Diniz nasceu em data desconhecida na cidade de São João del-Rey, em Minas Gerais e faleceu em 1910 no município do Rio de Janeiro. Ela foi professora, diretora, jornalista, redatora e proprietária de jornais, autora de um romance e dedicou sua produção letrada à luta pela emancipação das mulheres por meio da educação. Foi casada com José Joaquim da Silva, professor de pedagogia da Escola Normal e redator do jornal *O Monarquista*, cuja tipografia imprimiu o primeiro ano de *O Sexo Feminino*, e junto dele teve três filhas: Amélia Diniz, Albertina Diniz e Elisa Diniz Machado (Andrade, 2006, p.22).

Seu primeiro jornal, chamado *O Sexo Feminino*, foi publicado inicialmente na cidade de Campanha da Princesa, Minas Gerais, no dia 7 de setembro de 1873, em uma alusão à independência do Brasil, movimento que Francisca Diniz queria fazer às mulheres. O primeiro ano do jornal se deu na mesma cidade, onde era impresso na tipografia do *Monarquista*, jornal do marido de Senhorinha. O primeiro ano do jornal contou com 45

706





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



edições e seu conteúdo dividia-se em seções de literatura, noticiário, avisos, anúncios, colaborações, editoriais, teatro, folhetins, variedades, poesia, moral social, religião, transcrição, moral religiosa e cartas de leitores. Contava com diagramação em 2 colunas e 4 páginas e tinha periodicidade semanal.

O jornal fundado e dirigido por Francisca Diniz era escrito por ela e outras mulheres, das quais não é possível atribuir autoria, pois não assinavam suas colunas. O público alvo do jornal se identifica como as mulheres abastadas do período, uma vez que eram altas as taxas de analfabetismo. Em Campanha havia 20.071 mulheres, das quais 1.158 sabiam ler e escrever (Buitoni *apud*. Duarte, 2017, p. 52).

Em 1875, Francisca Diniz recebeu um convite para ser professora auxiliar na fundação do Colégio Maternal Nossa Senhora da Penha, no município da Corte, no Rio de Janeiro, e se muda com suas filhas. No Rio de Janeiro, Francisca Diniz segue a publicação de *O Sexo Feminino* por mais um ano, dessa vez ampliando a divulgação de suas ideias por meio do jornal, saindo da marca de 800 exemplares impressos em Campanha para 4.000 nos primeiros 10 números no Rio de Janeiro (Duarte, 2017, p.190). Nesse momento, o jornal era publicado pela Tipografia e Livraria de Lombaerte & Filho, tendo a primeira edição publicada em 22 de julho de 1875 e a última em 2 de abril de 1876, contabilizando 22 edições. Entre seu conteúdo, destacam-se as colunas de “A racional emancipação da mulher” que ocupava o editorial, seguido de seções de literatura, noticiário, recreação e economia doméstica, além daquelas já citadas no primeiro ano do jornal.

Na 22ª edição do jornal, a redação anunciou que Francisca Diniz e suas filhas estão doentes com febre amarela e a periodicidade do jornal precisaria passar de semanal para mensal. Porém, tal mudança não chega a ocorrer e o jornal retoma suas atividades somente 13 anos depois.

Nesse meio tempo, Francisca Diniz se empenha em novas produções, como o jornal *Primavera* (1880), no qual cede a um tom mais neutro comparado a suas reivindicações anteriores e dedica-se a escrever artigos de cunho moral e instrutivo, dedicando-se inclusive à causa abolicionista (Andrade, 2006, p. 60). Em 1886, publica sua primeira e única obra literária, em coautoria de sua filha Albertina Diniz, de título *A Judia Rachel*.

O retorno de *O Sexo Feminino* para seu terceiro ano se dá em 2 de julho de 1889, dessa vez sendo impresso na tipografia da Rua do Lavradio, nº 101. As filhas de Francisca Diniz são agora citadas no cabeçalho do jornal como suas colaboradoras. Mantem-se o editorial sob título de “A racional emancipação da mulher” e o jornal transita entre colunas de entretenimento e variedades, e todos os anúncios são voltados à educação. Este terceiro ano

707





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



foi curto, contando com apenas 10 edições, pela alteração do título do jornal para *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino* posteriormente à proclamação da República no Brasil.

Francisca Diniz justifica a alteração do título do jornal para que ele pudesse se referir à libertação das mulheres no mesmo sentido que a república se referia à libertação do Brasil perante o sistema monárquico. Como *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, o jornal resistiu até 6 de dezembro de 1890, data de sua última edição disponível na Hemeroteca Digital. O final abrupto deixa dúvida se houveram edições correntes ou, se por uma razão desconhecida, o jornal parou de ser publicado.

Para fins deste estudo, vêm sendo analisados os editoriais dos primeiros três anos do jornal *O Sexo Feminino*, reunidos em bibliografia de Francisca Senhorinha da Motta Diniz, com o objetivo de apresentar o papel desempenhado pela imprensa feminina oitocentista como motor da emancipação de mulheres por meio da educação.

Metodologia

A metodologia consiste na análise da configuração textual de 76 editoriais do jornal “O Sexo Feminino”, publicados entre 1873 e 1889, reunidos em bibliografia de Francisca Senhorinha da Motta Diniz. As referências dos editoriais foram consultadas na Hemeroteca Digital Nacional Brasil, da Biblioteca Nacional Digital (BNDigital), disponíveis *online*. Aos editoriais identificados no período selecionado, foi aplicada a metodologia de análise da configuração textual, de autoria de Maria do Rosario Longo Mortatti, que consiste em analisar:

[...] o conjunto de aspectos constitutivos de determinado texto, os quais se referem: às opções temático-conteudistas (o quê?) e estruturais-formais (como?), projetadas por um determinado sujeito (quem?), que se apresenta como autor de um discurso produzido de determinado ponto de vista e lugar social (de onde?) e o momento histórico (quando?), movido por certas necessidades (por quê?) e propósitos (para quê?), visando a determinado efeito em determinado tipo de leitor (para quem?) e logrando determinado tipo de circulação, utilização e repercussão. É, portanto, a análise integrada desses aspectos que propicia ao investigador: reconhecer e interrogar determinado texto como configuração “saturada de agoras” (Benjamin, 1985) e “objeto singular e vigoroso” (Starobinsky, 1998); e dele produzir uma leitura possível e autorizada, a partir de seus próprios objetivos, necessidades e interesses. (Mortatti, 2021, p. 46)

A análise se deu a partir do objetivo de apresentar o papel desempenhado pela imprensa feminina oitocentista como motor da emancipação de mulheres por meio da educação, a





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



partir da análise dos editoriais do jornal *O Sexo Feminino*, publicado entre 1873 e 1889, fundado e dirigido por Francisca Senhorinha da Motta Diniz. Dentre os referenciais historiográficos, destacam-se os trabalhos de Bárbara Figueiredo Souto, Cecília Vieira do Nascimento, Constância Lima Duarte e Maria do Rosario Longo Mortatti.

A imprensa como meio de emancipação para as mulheres em fins do século XIX

A imprensa chega ao Brasil em 1808 com a vinda da família real portuguesa ao Brasil, na instalação da tipografia da Impressão Régia. A nação brasileira nasce e cresce com a imprensa, sendo esta, a um só tempo, objeto e sujeito da história brasileira, vínculo para reconstrução do passado (Martins, Luca, 2012, p. 9). As publicações periódicas, são, por sua vez, objetos de estudo que ajudam a entender como as pessoas constroem seu conhecimento, seus valores e visões de mundo (Leibão, 2017, p. 315).

Dessa forma, é evidente que as publicações periódicas divulgadas na imprensa são de fundamental importância para compreender as relações sociais que permeiam os momentos históricos com um distanciamento das fontes oficiais. No caso da educação, essas fontes conseguem dialogar com a escrita de uma história da educação que permeie as lutas populares por trás das conquistas por direitos. Já no caso feminino, há uma abundância nos trabalhos desenvolvidos por elas na imprensa periódica, mas que ficou por muito tempo excluído da historiografia literária. A partir dos movimentos historiográficos de fins do século XX, essas fontes puderam ser visitadas e pesquisadas, tirando-as do silenciamento do tempo.

No que diz respeito a uma imprensa feminina, a chegada das mulheres se deu:

[...] quando as primeiras mulheres tiveram acesso ao letramento, imediatamente se apoderaram da leitura, que por sua vez as levou à escrita e à crítica. E independentemente de serem poetisas, ficcionistas, jornalistas ou professoras, a leitura lhes deu consciência do estatuto de exceção que ocupavam no universo das analfabetas, da condição subalterna a que o sexo estava submetido, e propiciou o pubimento de escritos reflexivos e engajados, tal a denúncia e o tom reivindicatório que muitos deles ainda hoje contêm. Mais do que livros, foram os jornais e as revistas os primeiros e principais veículos da produção letrada feminina, que desde o início se configuraram em espaços de aglutinação, divulgação e resistência. (Duarte, 2017, p. 14)

Logo, houve um movimento de mulheres letradas que ocuparam o espaço da imprensa para divulgarem suas ideias e externarem suas reivindicações para que outras mulheres pudessem ter acesso ao letramento. Francisca Senhorinha da Motta Diniz foi uma dessas mulheres que,



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



como professora, via na educação feminina uma possibilidade de emancipação social do seu sexo, e buscou defender sua ideia a partir da publicação periódica.

As reivindicações por educação em *O Sexo Feminino* (1873-1889)

O jornal *O Sexo Feminino* (1873 – 1889), dirigido por Francisca Senhorinha da Motta Diniz e escrito em conjunto de outras mulheres tinha o objetivo de utilizar seu espaço na imprensa para reivindicar educação para mulheres, como afirma no editorial da edição 8 do ano I, sob o título “O que queremos?”:

Queremos a nossa emancipação—a regeneração dos costumes;
Queremos reaver nossos direitos perdidos;
Queremos a educação verdadeira que não se nos tem dado a fim de que possamos educar também nosso filhos;
Queremos a instrução pura para conhecermos nossos direitos, e deles usarmos em ocasião oportuna;
Queremos conhecer os negócios de nosso casal, para bem administrarmos-los quando a isso formos obrigadas;
Queremos em fim saber o que fazemos, o porque o pelo que das cousas;
Queremos ser companheiras de nossos maridos, e não escravas;
Queremos saber o como se fazem os negócios fóra de casa² (SF³, 1873, ed. 8, p. 2).

710

O trecho é claro no objetivo do jornal de funcionar como meio de reivindicação de uma emancipação das mulheres na sociedade, que só se daria por meio da educação. O desejo expresso pelo jornal é de fazer da mulher um indivíduo autônomo, que educa seus próprios filhos, conhece seus direitos e administra seus bens junto de seu marido.

Na edição 11 do ano I, o jornal defende que a mulher que se dedica somente aos afazeres domésticos degrada sua capacidade cognitiva, como se vê em: “A mulher, privada de instrução e educação embrutece, não lê porque se algum tempo o soube, desaprendeu com o lidar insessante das ocupações domésticas” (SF, 1873, ed. 11, p. 2). O jornal afirma, porém, que luta com o objetivo de garantir que a legislação educacional inclua as mulheres no sistema de ensino e se responsabilize pela educação delas, como se vê em: “*O Sexo Feminino* quer que também a lei lhe faculte os meios de instruir-se ministrando-lhe com que possa viver independente e utilmente para a sociedade” (SF, 1874, ed. 18, p. 2). O objetivo

² Optei por manter a ortografia de época a fim de fidelizar o conteúdo do jornal em sua originalidade.

³ Utiliza-se SF como abreviação de *O Sexo Feminino*.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



final é garantir que as mulheres se tornem parte ativa da sociedade em que vivem, e não se privem da vida social para viverem pelos afazeres domésticos.

O jornal defende que as mulheres ocupem postos de trabalho relativos ao seu desenvolvimento intelectual, como pode-se observar em:

Repitamol-o: A mulher pôde sem constrangimento e a vontade, occupar os officios que dependem de forza physica ? Os empregos que são proprios dos homens ? De nenhum modo. Logo, o que é necessario que ella faça para ganhar o pão e tudo que é mister a vida? Redundemos: Instrucção. Só com os meios intelligentes poderá ella viver commôdamente. A mulher instruída, convenientemente, pôde á vontade e com toda dignidade e propriedade de seo sexo occupar o emprego de medico, de chimico, naturalista, physico, pharmaceutico, pintor, telegraphista, tachygrapuista, botânico, agente de correios, negociante de rendas, sodas, fitas, e muitos outros, próprios do lar doméstico. (SF, 1875, ed. 2, p. 1-2)

O trecho relata-se que, apesar de o jornal entender que nem todas as carreiras devem se abrir às mulheres, elas devem ter o direito de trabalhar em qualquer ofício que se utilize de seu conhecimento escolar, uma vez que seja próprio do lar doméstico. Observa-se aqui que, por mais que o jornal criticasse a mulher que vivia para os afazeres domésticos, ainda não conseguia desprendê-la desse ambiente.

Outro conceito que será trabalhado em duas vias pelo jornal é o conceito de emancipação. Era entendido ora como uma concepção de independência da mulher em relação ao homem ora como um benefício para os homens, uma vez que a mulher emancipada edificaria seu marido e a sua família, sendo o definidor de uma sociedade civilizada.

No que diz respeito ao conceito de emancipação como independência da mulher em relação ao home, pode-se observar no editorial da edição 10:

Sede independentes do homem por meio de uma educação apurada que deveis vos procurar; cultivai sobre tudo vossa intelligencia com a maior somma de instrucção que puderdes; ornai o vosso espirito com o temor de Deos, expurgai a vossa alma desses vãos temores de embustes supersticiosos; amai o trabalho. (SF, 1873, ed. 10, p. 2)

Aqui, o jornal destaca que a mulher deve se dedicar à sua educação para se libertar da figura do homem, sendo independente dele. Abaixo, a visão de emancipação como complemento ao homem, como pode-se observar em:





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Se todos comprehendessem a utilidade da instrucção da mulher entre nós, instrucção que pouparia muito á bolsa do marido que na educação dos filhos tem gasto grande parte de sua fortuna, a sciencia não formaria sem duvida uma espécie de aristocracia da intelligencia, e o homem, que, logo na infância, não encontra outro guia si não sua mãe, se tornaria mais apto, para o desenvolvimento na viagem, que, neste mundo, faz do seu nascimento ao tumulto. (SF, 1874, ed. 32, p. 3)

O trecho destaca que a emancipação da mulher por meio da educação beneficia o homem no aspecto financeiro, pois, uma vez que a mãe recebeu educação adequada, ela poderia ensinar seu filho, o que poupa os bolsos do pai de pagar uma escola para a criança.

A tese de que mulheres são melhores educadoras do que os homens também é defendida, principalmente no que concerne ao movimento de feminização do magistério que já estava acontecendo em fins do século XIX. Como pode-se observar em:

E' tempo de darmos o grito de nossa independência, de nossa emancipação do jugo ferrenho em que temos até agora vivido, proclamando alto e bem alto a nossa capacidade para certos empregos publicos, e muito principalmente para o magistério onde daremos á mocidade de ambos os sexos educação e instrucção; e quando sentadas em nossas cadeiras, mostraremos ao governo, ao povo e á sociedade que ensinaremos a juventude se não com mais proficiência que os preceptores, ao menos com mais constância, paciência, resignação bondade e ternura maternal, sentimento este que Deos não confiou ao sexo masculino. (SF, 1873, ed. 13, p. 2)

712

Observa-se que a defesa de que as mulheres educam melhor do que os homens se tratava de uma estratégia para ocupar esses espaços e reivindicar uma maior abertura à educação feminina. Outra vez, o jornal afirma que:

Desengane-se o Governo deste paiz e os homens em geral, só as mulheres podem ser as educadoras da mocidade; só ellas são capazes de regenerar a sociedade que tem de succeder á presente, preparando convenientemente a mocidade, por meio da educação physica ou do corpo da educação moral ou do coração e da intellectual ou do espirito. (SF, 1875, ed. 11, p. 3)

As mulheres seriam mais aptas para a educação das crianças pois elas teriam, de maneira intrínseca, o amor maternal, o que distinguiria seus métodos de educar daqueles dos homens, fazendo dela a única capaz de educar moralmente.

O jornal defendia uma educação de mulheres e para mulheres, na qual:





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



[...] a mãe foi a protagonista dos argumentos dessas reivindicações, uma vez que ela detinha um instinto inerente a si mesma que a tornava uma apta educadora. Essa educação, ministrada pela mãe de família a outras mulheres, tinha como objetivo primeiro fecundar as bases da virtuosidade esperada pela sociedade da época, e como consequência, ampliar um nicho de mercado para essas mulheres: o professorado. Adquirindo a instrução necessária para lecionar, a mulher se libertaria das correntes sociais impostas a ela. Assim, conquistaria sua emancipação. (Santos, 2021, p. 54)

A emancipação feminina por meio da educação se daria quando as mulheres pudessem, além de educar-se, tornarem-se educadoras, sendo elas as responsáveis pela regeneração moral da sociedade, pois acreditava-se que somente elas tinham o afeto maternal de maneira intrínseca, elemento fundamental para a aprendizagem das novas gerações.

Considerações finais

Até o momento, pôde-se constatar o lugar de importância da imprensa feminina oitocentista para a conquista da educação das mulheres. No que concerne ao jornal *O Sexo Feminino*, verificou-se que ele abrange pautas educacionais com o objetivo de reivindicar espaço para as mulheres na educação. A imprensa feminina se desenvolve na necessidade de mulheres externarem suas ideias para outras mulheres, e a educação foi um meio de ampliar esse debate. Foram muitos os jornais que lograram em desenvolver essa luta pelo direito e acesso à educação para mulheres, e essa imprensa feminina educacional foi responsável, em grande parte, pela conquista dos direitos à educação que as mulheres atualmente usufruem.

Referências

ANDRADE, Fernanda Alina de Almeida. *Estratégias e Escritos: Francisca Diniz e o Movimento Feminista no Século XIX (1873/1890)*. Dissertação de mestrado, UFMG, Belo Horizonte, 146 páginas, 2006.

DUARTE, Constância Lima. *Imprensa Feminina e Feminista no Brasil: século XIX*. 1º ed. Belo Horizonte: Editora Autentica, 2017.

LEIBÃO, Matheus de Carvalho. *História e imprensa em diferentes tempos e a importante contribuição teórica de Antonio Gramsci*. Intratextos, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 314-328, 2017.



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary del. (orgs). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2018, p. 443-481.

MARTINS, Ana Luiza (org.). LUCA, Tania Regina de (org.). *História da Imprensa no Brasil*. Editora Contexto, 2º ed., 2012.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. *Os sentidos da alfabetização: São Paulo/ 1876-1994*. 2º ed., São Paulo, Editora Unesp, 2021.

NASCIMENTO, Cecília Vieira. *O Sexo Feminino em campanha pela emancipação da mulher (1873/1874)*. Dissertação de mestrado, UFMG, Belo Horizonte, 106 páginas, 2004.

SANTOS, Gabriela Marcondes. *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino: a imprensa feminina carioca no final do século XIX*. Monografia de Iniciação Científica – Centro Universitário do Sagrado Coração. Bauru, 2021.

SOUTO, Bárbara Figueiredo. “*Senhoras de seu destino*”: *Francisca Senborinha da Motta Diniz e Josephina Alvares de Azevedo – projetos de emancipação feminista na imprensa brasileira (1873-1894)*. Dissertação de mestrado, USP. São Paulo, 197 páginas, 2013.

714





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



A FACE DOS *RAPPERS* NO (EN)QUADRO DA SOCIEDADE TERESINENSE: DORES, CANTOS E ENCANTOS VIVENCIADOS NA LUTA POR MAIS CIDADANIA

José Hilário Neto¹

Cláudia Cristina da Silva Fontineles²

Introdução

A pesquisa se estrutura a partir da análise de como o gênero musical *rap* (que é o *Hip-Hop* expressado em forma de música) tem ligação direta com o cenário político em nível local e nacional, durante o período de 2016 a 2018. Utilizamos como corpus documental as letras das músicas, imagens, documentários, entrevistas realizadas e notícias que estão disponíveis em veículos de comunicação social do período.

Rap é a abreviação de *rhythm and poetry* [ritmo e poesia], movimento musical que surge no início dos anos 1970, no Bronx, sendo um dos elementos da cultura *Hip-Hop* (Teperman, 2015, p. 6). Desde o seu surgimento, funciona como uma válvula de escape das violências que a juventude sofria nos bairros pobres, assim, o Bronx, “acima de tudo, converteu-se num espaço mais culturalmente criativo do que nunca. Em meio a sua própria morte, ele renasceu.” (Berman, 2009, p. 130).³

Nacionalmente, o *rap* ganhou importância significativa no mercado da música, na moda, no audiovisual, nas festas e na vida de milhares de jovens. Carrega em suas letras questões essencialmente políticas e denuncia a dura realidade nas favelas do Brasil: desigualdade social, racismo, violência policial e a falta de infraestrutura são só alguns dos quadros denunciados nas letras, que retratam na mente de quem escuta uma visão sobre essa realidade.

Dessa forma, o consideramos como uma forma artística onde “os sujeitos que se expressam pelo *rap*, de modo ativo e criativo, se inserem no social e registram suas leituras e vontades políticas.” (Camargos, 2015, p. 107).

¹ Mestrando do Programa de Pós Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: hilarioneto@ufpi.edu.br.

² Professora do Programa de Pós Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: claudiafontineles@ufpi.edu.br.

³ Evitando a morte do bairro e de milhares de jovens, que encontraram nas batalhas de rimas (disputas) uma forma poética de lazer e de resolverem suas desavenças, o *rap* carrega consigo “poder de se evitar mortes com o estímulo à competição artística, ao invés da competição violenta entre gangues.” (Hilton, 2020, p. 33).





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Nossa percepção é que no ano de 2016 começa a ocorrer um aumento significativo de posicionamentos com caráter neoliberal no Brasil, com propostas de que para a superação da crise econômica existente deveríamos, cada vez mais, cortar os gastos e despesas, afetando, principalmente, a saúde e a educação brasileira, tal posicionamento

comprometeu o crescimento econômico e social do país, desde os investimentos em infraestrutura, em prestação de serviços (como com saúde, educação e segurança públicas, dentre tantos outros setores da vida social) e com políticas públicas de redistribuição de renda no país, o que agravou os problemas sociais. (Fontineles, 2021, p. 18)

Formando, nesse sentido, as orientações que acabaram por afetar a maioria da população economicamente desfavorecida (a exemplo da Reforma do Ensino Médio – ou, Novo Ensino Médio – e da PEC 241/16)⁴, dando início a “uma série de medidas que afetaram de modo mais sistemático os segmentos mais pobres da sociedade (dos quais provinham a maioria dos *rappers*)” (Camargos, 2015, p. 116), desencadeando uma vasta produção artística que criticava os caminhos que a sociedade estava percorrendo. Buscamos desenvolver um olhar mais dedicado a periferia e as suas demandas.

São esses tipos de críticas que podemos observar na música “Ocupar e Resistir” do rapper Marco Gabriel⁵:

Saca as PEC, as PL, Reforma do Ensino Médio
Comprometem os estudantes e o senso crítico no colégio
[...]
Redução das vagas na universidade
Mas não vejo redução de benefícios parlamentares
Se tem corte de gastos só cortam pro nosso lado
Quero ver cortar riqueza de empresário milionário.
(Marco Gabriel, Ocupar e Resistir, 2017)

⁴ O Novo Ensino Médio recebeu uma série de críticas, pois, o mesmo diminuía a criticidade no ensino, retirando do quadro obrigatório disciplinas como filosofia, sociologia e reduzindo a quase nada a carga horária para a disciplina de história. Sua presunção era a substituição dessas disciplinas por outras mais técnicas, a exemplo da educação financeira, o que não funcionou, pois, dentre alguns motivos, as escolas públicas não tinham infraestrutura para tal, aumentando as aulas vagas. Para mais, consultar: SILVA, José Alves. A Reforma do ensino médio e as causas da revolta nas escolas. Revista Balburdia, São Paulo, julho, 2023. Disponível em: <<https://sites.usp.br/revistabalburdia/a-reforma-do-ensino-medio-e-as-causas-da-revolta-nas-escolas/>>. Acesso em: 29/02/2024.

⁵ *Rapper* maranhense, natural de São Luís - MA, morou em Teresina durante o recorte de nossa pesquisa, onde realizou e produziu shows, músicas, participou de movimentos estudantis (enquanto estudante do curso de Ciências Políticas da Universidade Federal do Piauí) e manifestações, além de ter publicado seu primeiro álbum em 2017, intitulado de “Periferia tá invadindo”.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



O impedimento de que as classes mais pobres tenham acesso garantido a educação faz parte de um processo que acaba por barrar o exercício da cidadania, dificultando a diminuição das desigualdades sociais. Assim, os desequilíbrios de classe vão se mantendo, pois, “diante desses impedimentos, ficam expostas a cidadania precarizada de certos grupos sociais brasileiros e as práticas de segregação a que continuam sujeitos”. (Schwarcz, 2019, p. 65). A negação do acesso a educação, acaba afetando a ideia de progresso da sociedade, iremos notar, desse modo, que a privação do acesso a cidade acaba funcionando de maneira semelhante.

Caminhos

“Eu acredito que os deuses abandonaram o barco, saíram voado, ao ver o descontrolado estado de calamidade entre as cidades, e a sua finalidade.” BK’ – Caminhos

Nossa pesquisa aborda as periferias/favelas da cidade de Teresina, com o interesse em compreender seu fenômeno de surgimento, mantendo a consciência de que as moradias irregulares e com baixa qualidade, em regiões mais afastadas do centro, na realidade, são uma tendência do terceiro mundo, onde, “a maioria dos pobres urbanos do mundo não mora mais em bairros pobres no centro da cidade” (Davis, 2006, p. 46).⁶

Consideramos serem os bairros pobres de Teresina, aqueles que foram durante muito tempo invisibilizados pelo poder público, nesse sentido, a ausência do Estado fez com que os habitantes, na necessidade da moradia, achassem os mais diferentes meios para conseguirem sobreviver em meio a falta de eletricidade, saneamento básico, construções adequadas e mobilidade urbana, esse último, não menos importante, visto que Teresina foi marcada por um

processo de “modernização autoritária” e de “higienização dos espaços”, permeado pela especulação imobiliária, o que, igualmente, redundou no afastamento da população empobrecida dos centros administrativos e econômicos da cidade e, posteriormente, até mesmo afetou a população com maior poder aquisitivo. (Fontineles, Sousa Neto, 2017, p. 21)

⁶ Afirmamos nossa preferência pelo termo “favela” por conta de percebemos uma predominância do mesmo entre os moradores. Aspecto esse que pode ser notado pela utilização do termo por parte do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que durante 50 anos preferiu denominar tais espaços de “aglomerados urbanos excepcionais”, “setores especiais de aglomerados urbanos” e “aglomerados urbanos subnormais”: “A alteração decorre, entre outros fatores, da demanda dos moradores de favelas e comunidades urbanas. Segundo o IBGE, o termo favela está vinculado à reivindicação histórica por reconhecimento e identidade de movimentos populares.” NICOCELI, Artur; CROQUER, Gabriel. Após 50 anos, IBGE volta a usar o termo favela no Censo. G1. São Paulo, 23/01/2024. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/01/23/ibge-favela.ghtml>> Acesso em: 19/02/2024.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



O geógrafo Antônio Cardoso Façanha, ao analisar o avanço urbano de Teresina, nos remete a atores importantes nesse assunto, os moradores dessas favelas. Qual a realidade e como se impõem na busca por melhores condições de vida, explica ele: “Os grupos sociais excluídos começaram, a partir dos anos 80, a agir e ganhar maior expressão no cenário urbano” (Façanha, 1996, p. 147).

Destacamos, também, a importância que os atores do *Rap* na cidade de Teresina dão para a forma como a sociedade os percebem, nesse sentido, construímos uma narrativa em torno de como essas pessoas conseguiram/conseguem expressar as suas indignações em relação a todo o preconceito que sofrem, veremos na presente pesquisa como a imagem sobre esses jovens foi formada e como ela é entregue por uma parte da mídia teresinense.⁷

Memória do esquecimento

“Vocês têm o dom de apagar lembranças para continuar vivendo, é o vermelho da vergonha, causado pelo vermelho de sangue.” BK⁷ – Folhas

718

Ao abordar a relação entre cotidiano e arte, discutimos também o papel desempenhado pela memória dos sujeitos tratados na pesquisa. Por se tratar de um “canto falado” que “narra o cotidiano”, os artistas tendem a construir tais narrativas após o ato de remeterem à memória, suas letras geralmente falam sobre situações que passaram ou viram, justamente para dar legitimidade as suas questões e críticas.

A tese de Roberto Camargos (2015), *Rap e Política: percepções da vida social brasileira*, e a dissertação de Ricardo Teperman (2015), *Se liga no som: as transformações do Rap no Brasil*, criam um caminho muito rico para o entendimento gênero musical *Rap* e sua característica de fidelidade com os acontecimentos do cotidiano.

Ambos os textos, abordam o conceito de vivência, palavra que também aparece muito nas letras de *Rap*, para os autores, na medida em que era construída uma narrativa *nua e crua da realidade* que tanto os *rappers* dizem ser portadores, criou-se também essa ideia de valorização da experiência urbana, ou seja, para terem originalidade em suas letras, os *rappers* criaram um código de conduta social e político.

⁷ A introdução do documentário “Reação do Gueto” nos dá uma noção dessa perspectiva, nela, o *rapper* Xixá, integrante do grupo de Rap Reação do Gueto, narra sua visão sobre esse quadro: “Você vê que passa até no jornal, quando fala em Santa Maria da CODIPI, os radialistas já ficam né... Isso aí, preconceito, eu acho que é muita luta, é muita luta pra acabar com o preconceito”. Reação do Gueto. Direção: Wesley Oliveira. Produção: Pedro James, André Nascimento, Wesley Oliveira. Teresina: LabCine, 2017.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



De tal maneira, predomina no *Rap* um discurso que condena a vida política profissional, onde esses – ocupantes de cargos políticos ou projetos de leis maléficos a população periférica – são os responsáveis pela vida cotidiana desfavorável. O avanço de políticas excludentes não poderia significar algo senão o lucro de poucos e prejuízo de muitos.

Nossa pesquisa procura trabalhar esse cotidiano e as narrativas das músicas de *Rap*, como vimos, são muito marcadas pelas memórias criadas a partir dele. As letras das músicas não se dedicam àqueles que somente contemplam o mundo, os próprios artistas estão a todo momento defendendo que querem deixar o seu público mais crítico sobre a sociedade, dessa maneira, são “artistas políticos”, diferentemente da política tradicional, aquela onde o indivíduo segue carreira, no *Rap*, o que podemos observar são sujeitos politicamente engajados.⁸

Marcos Napolitano, pontua que cabe ao historiador perceber e analisar as nuances da memória e suas transformações históricas:

Como premissa geral, é importante sublinhar que a memória atua sobre a história no sentido amplo do termo, ao mesmo tempo em que a memória sobre processos históricos específicos possui uma história. Em outras palavras, seu processo de construção social pode ser conhecido e criticado de maneira objetiva por historiadores. (Napolitano, 2015, p. 12)

719

Para Lília Schwarcz os brasileiros carregam um tipo de “memória do esquecimento”, essa, por sua vez, carrega um sentimento de preconceito e omissão, “nas palavras de Florestan Fernandes, o brasileiro teria ‘uma espécie de preconceito reativo: o preconceito contra o preconceito’, uma vez que preferia negar a reconhecer e atuar.” (Schwarcz, 2019, p. 18)

Disputas pela cidade

“Submissões nesta ordem, burgueses vão nos matar, histerismo, enxame, chame a força tática, te xingam, te socam, se os contrariar, não adianta se trocar.” MLB – Reino dos cria

Pensando como a objetividade física influencia na subjetividade dos homens, nos baseamos no artigo “*Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias*”, de Sandra Jatahy Pesavento,

⁸ Roberto Camargos aborda essa questão do sujeito engajado, para o autor, os rappers tem a intenção de mudar o pensamento de seu público, mas, devido a própria construção de uma narrativa que “demoniza” a política institucional, acabam se afastando de partidos políticos e posições militantes mais diretas: “Não que os rappers ajam politicamente no sentido tradicional do termo (partidos, instituições, representatividade em órgãos ou instancias do ‘exercício do poder’).” (2015, p. 83)





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



refletindo, assim, que experimentar a cidade influencia na memória coletiva desses atores do *Rap* e há significativa importância dessa memória para analisarmos outros pontos. Esse passeio é possível tendo em vista as transformações no campo da História e Cidade, que agora designa seu olhar para além do espaço físico, pois, reconhece o papel desse espaço na construção da subjetividade dos sujeitos, realçando assim a importância do diálogo entre diferentes campos da história.

Ao longo da década de 1990, a emergência de uma história cultural veio proporcionar uma nova abordagem ao fenômeno urbano. O que cabe destacar no viés de análise introduzido pela história cultural é que a cidade não é mais considerada só como um *locus* privilegiado, seja da realização da produção, seja da ação de novos atores sociais, mas, sobretudo, como um problema e um objeto de reflexão, a partir das representações sociais que produz e que se objetivam em práticas sociais. (Pesavento, 2007, p. 13)

Acreditamos existir uma negação da cidade, que ocorre por meio da falta de investimento do poder público, pela falta de mobilidade urbana e por intervenções das forças policiais, quando essa dificulta a realização dos eventos de *Rap*.⁹

Figura 1 – Abordagem realizada pela Polícia Militar na Casa do Hip-Hop de Teresina.



Fonte: Portal CidadeVerde.com, 2018.¹⁰

⁹ Como aponta Edwar Castelo Branco sobre essa questão da proibição ao acesso: “[...] se é verdade que existe uma ordem espacial que organiza um conjunto de possibilidades (por exemplo, um local por onde é permitido circular) e proibições, (por exemplo, um muro que impede prosseguir), o caminhante atualiza algumas delas. Deste modo, ele tanto as faz ser como aparecer. Mas também as desloca e inventa outras, pois as idas e vindas, as variações ou as improvisações da caminhada privilegiam, mudam ou deixam de lado elementos espaciais.” (BRANCO; SOUZA 2023, p. 43).

¹⁰ O movimento *Hip-Hop* de Teresina demonstrou indignação com o ocorrido, segundo as fontes, no momento da abordagem estava sendo realizado o evento Mostra Sesc Amazônia de Artes. Cerca de 60 pessoas estavam no local e a abordagem foi relatada como agressiva e infundada. Para saber mais sobre o episódio, acessar: Casa Hip-Hop e Sesc repudiam ação da PM que suspendeu apresentação cultural. *Portal CidadeVerde.com*, 2018. Disponível em: <<https://cidadeverde.com/noticias/279633/casa-hip-hop-e-sesc-repudiam-acao-da-pm-que-suspendeu-apresentacao-cultural>>. Acesso em: 09/08/2018.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Nesse sentido, buscamos ver o campo de História e Cidade como um caminho interessante que pode nos ajudar a elucidar essas questões sobre representações e pensar sobre as relações políticas entre os participantes/simpatizantes e as forças públicas, a fim de compreender por que certas intervenções ocorreram com os participantes do *Hip-Hop* em Teresina e como esses eventos criam “campos de disputa”. Assim, tendemos a imaginar que nesse terreno de disputas acontece um embate entre grupos sociais importantes e ideologias políticas, que são rivais e que lutam sempre pelo domínio.¹¹

Os indivíduos experimentam esses conflitos por meio de imagens, discursos, mitos e espetáculos veiculados pela mídia. Discutir as cidades é uma busca em entender a luta e as práticas dos cidadãos na investigação por melhores condições de vida e de cidadania, por isso essa relação entre *Rap* e espaço é, ao mesmo tempo, complexa e importante de ser percebida¹²:

Ora, em um momento em que o neoliberalismo [...] pretende substituir a política pelo mercado como instância máxima de regulação social”, as ações que exprimem a necessidade da atenção para com as questões sociais adquirem inegável relevância. (Camargos, 2015, p. 103)

721

Dessa forma, acreditamos que o *Rap* se caracteriza como música popular principalmente pelas questões e pela forma que discute, ou seja, se o considerarmos assim, podemos parafrasear o historiador Marcelo Silva Cruz e, desse modo, perceber o *Rap* como um: “[...] veículo de luta ideológica, de mudanças comportamentais, estando sempre presente nos movimentos de juventude[...].” (2016, p. 17) e completa Mario Luís Grangeia: “Entre todas as manifestações culturais que despontaram no Brasil no século passado, a música popular é, sem dúvida, a mais decisiva na formação de uma identidade nacional.” (2011, p. 45).

¹¹ Mais interessante ainda se pensarmos que essa experimentação cria representações e que essas são expressas por meio das músicas, ou seja, a expressão artística do *Rap* se torna uma forma de compartilhamento de uma memória que antes ficaria presa em um núcleo de jovens periféricos que foram colocados nas margens. Nesse sentido, reflete Pedro Pio Fontineles utilizando o caso da literatura: “As maneiras pelas quais a cidade é representada e sua relação na constituição de memórias transcende uma temporalidade fixada. O processo modernizador da cidade vai assumindo dinâmicas diferentes, pois os condicionamentos sociais, políticos e culturais vão assumindo especificidades de cada tempo, o que faz com que literatos falem da cidade a partir de suas memórias, tentando construir outras memórias por meio da coletivização de seus textos. Nesse diapasão, a cidade é lida e (re) escrita por diferentes escritores que usam e experimentam o espaço urbano de diferentes maneiras, atribuindo significados vários a cidade.” (FONTINELES FILHO, 2021, p. 109).

¹² A historiadora Teresinha Queiroz também vê importância no estudo sobre Cidades, quando: “O interesse pela cidade, ao acionar pesquisas e práticas no âmbito das diversas disciplinas provoca a gestão pública, inquieta os movimentos sociais e a sociedade civil e isso tem gerado notável expansão do saber da reflexão sobre ela.” (QUEIROZ, 2021, p. 24).





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Assim, pensar sobre os sujeitos nos leva a pensar sobre o tempo abordado, pensar sobre o ser leva o leitor da narrativa histórica a pensar sobre o homem no tempo, o ser humano como agente da história. As nuances do presente trabalho se compõem em batidas que levarão o leitor para um passeio em diferentes campos da história, do mesmo jeito que as batidas de cada música analisada leva quem escuta a pensar em diferentes aspectos da vida cotidiana, por isso é interessante pensar o gênero musical do *Rap* como essencialmente urbano, suas letras narram diferentes aspectos da vida social cotidiana, suas sonoridades (por meio dos *beats*/efeitos) nos levam a lembrar dos sons das grandes cidades, mesmo que esses sons nos remeta quase sempre a pensar sobre as batidas policiais¹³ feitas nas favelas do país, praticas carregadas de intimidação e preconceito:

O país, também, pratica outra forma de exclusão racial cotidiana, delegando à polícia o papel de performar a discriminação, nos famosos ‘atos de intimidação’: as batidas policiais que escolhem sempre mais negros do que brancos e os humilham a partir da apresentação pública do poder e da hierarquia. (Schwarcz, 2019, p. 35)

Acreditamos que as disputas pelos espaços ocorrem no campo físico e conseqüentemente moldam as subjetividades humanas, independente de qual lado estejam seus atores. O estudo das relações cotidianas evidencia as múltiplas conexões que influenciam no ordenamento da vida social. Os historiadores devem se empenhar em entender as formações das estruturas e como essas se mantêm, são elas que possibilitam determinados acontecimentos/eventos, assim, as narrativas devem ser pensadas e produzidas a fim de mostrar os diferentes espaços da vida, que se condicionam de maneira mutua.

722

Entre conflitos: educação, pobreza e lutas sociais

“Brasileiro, sangue preto, tratado como animal. Herança do passado, holocausto canibal.” MLB – Vidas em jogo

Um fator essencial para pensarmos a vida urbana na visão dos pobres/periféricos é a do desemprego. Em *As Multifaces da Pobreza: formas de vida e representações simbólicas dos pobres urbanos*,

¹³ São operações policiais que agravam a subalternização de raça de forma continuada desde o período da ditadura civil-militar, na medida em que: “Por fim, se a tortura, desde os anos 1980, não é mais uma política de Estado, ela continua disseminada nas práticas privadas ou mesmo acobertadas nas delegacias e nas investidas policiais em bairros da periferia, onde a escala de violência e de humilhação é ainda maior e, sobretudo, contra jovens negros.” (SCHWARCZ.; STARLING, 2018. p. 619).





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Antônia Jesuíta de Lima, aponta que existe uma visão sobre a violência periférica¹⁴, que ultrapassam as questões materiais, mas é agravada quando os sujeitos se encontram desempregados. Nesse sentido, os pobres do mundo contemporâneo sofrem dobrado:

São estereótipos dos quais a sociedade até hoje não se desvencilhou e que são internalizados pelos pobres como nítidos sinais de injustiça, alimentadores das desigualdades sociais e reforçadores de práticas que reiteram a violência física e simbólica contra eles, cristalizadas num imaginário que associa, equivocadamente, criminalidade e pobreza. (Lima, 2003, p. 272-273)¹⁵

As variadas transformações desencadeadas pelo que denominamos de “políticas de cortes”, levaram os trabalhadores a terem sua existência suprimida em amplos os sentidos. A classe se viu comprometida pelo desemprego que assolava o país. Este é o reflexo de uma política que promoveu uma quantidade significativa de cortes nos direitos trabalhistas e pode ser visto se observarmos que caíram os percentuais de vínculos empregatícios formais, quadro que vinha em constante melhora, até 2015.¹⁶

Um trecho do *single* “Greve Geral”, de Marco Gabriel, aponta o que viria a ser a essência do seu primeiro álbum: organização e luta popular. Em sua primeira música lançada – com essa assinatura artística, pelo menos – percebemos o *rapper* expondo sua vontade de que as massas se rebelem: “Cabe a nós mudar o rumo da nação/ Pra isso prego a união e unidade de classe/ Todas categorias firme aderindo à fase/ De lutas, embates, fervores, debates/ Nesse

723

¹⁴ Faz-se necessário compreender que existe uma influência do mundo simbólico no cotidiano, assim, as definições de “real” e “fictício” se tornam complexas, pois exercem uma relação dialética: “Nessa procura, entender o que pensam os moradores das vilas e favelas e como se situam no mundo, torna-se essencial à ideia de que a pobreza, como categoria social, guarda uma dimensão simbólica que define os pobres, desvinculando-se da perspectiva que torna a carência material como critério exclusivo de sua delimitação (Sarti, 1996). Nesses termos, ater-se ao campo econômico é deixar de analisar dimensões igualmente importantes à sua compreensão, como, por exemplo, a forma como os pobres vivem interpretam a própria existência, reconstruindo o significado da pobreza e de suas vidas, na cidade.” A socióloga aponta ainda que trabalhar significa seguir as regras do código de honra que existe no imaginário dessas pessoas, entretanto, no período de nosso recorte temporal (2016-2018) os pobres urbanos vivenciaram a incerteza da existência dessa “virtude” que o trabalho pode proporcionar. (2003. p. 149).

¹⁵ Juliana Souza Catinin aponta que: “A criminalização da favela pela mídia e por uma parte da sociedade influencia muito as ações do Estado. Este acaba por relacionar toda a população da favela ao crime organizado que ocorre na região.” (2019, p. 55)

¹⁶ Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, mostram que os empregados com vínculo formal de trabalho representavam 50,7% da população ocupada em 2012. Esse percentual caiu ao menor nível da série em 2016, quando chegou a 49,8%. Já o percentual de empregados sem carteira caiu até 2015 (17,9%) e subiu em 2016 (18,5%) e o dos trabalhadores por conta própria cresceu de 2012 (22,9%) para 2016 (24,7%). Ver mais em: IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Síntese de Indicadores Sociais: indicadores apontam aumento da pobreza entre 2016 e 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Ver: < <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/18824-sintese-dos-indicadores-sociais-um-em-cada-quatro-jovens-do-pais-nao-estava-ocupado-nem-estudava-em-2016>>.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



momento árduo que evitemos o desgaste”, essa postura de querer mudar o poder das mãos dos dominantes já é recorrente em algumas letras de *Rap*.

No último trecho da música, o artista tece uma crítica as mídias: “Assista e não absorva os jornais da TV/ Desconfie da mídia manipulando você/ Pois sempre esteve contra nós desde décadas passadas/ Apoiando a ditadura e agora a reforma que atrasa.”. Aqui fica bem claro a consciência do mesmo de que não existe neutralidade nesse meio. Com isso, devemos ver a maneira como é colocada o papel da mídia em relação as massas populares, já que ela é posta diretamente contra essas camadas, sendo portadora de um caráter alienador.

O *rapper* não diz para seu público deixar de consumir essas mídias, o que ele coloca é que devemos ter um senso crítico com o que está sendo transmitido, desconfiando sempre de como as narrativas são e chegam para a população. É uma atitude politizada que o mesmo tem, onde a intenção maior é aumentar a criticidade de quem ouve, demonstrando novamente a sensibilidade da “política do cotidiano”:

Assim, pensar a política demanda atenção para com todos os mecanismos que a perpassam, pois pensá-la como uma esfera isolada de atuação nada mais é do que uma redução equivocada. O todo político está além das instituições que funcionam supostamente como sede ou fonte do poder (político). Quando nosso olhar se dirige acima de tudo para as instituições como lugar concentrador de poder, desconsideram-se os de baixo, os pobres, os setores populares, os oprimidos, que impulsionam movimentos sociopolíticos que exercem pressão e influenciam, seja lá como for, os rumos da política oficial. Apesar de contar com pouca mídia favorável às suas ações e pouco prestígio (em função da correlação de forças vigente, devido à qual o que é proposto conduz, no limite, à criminalização da ação desses sujeitos), sua presença não pode ser descartada, levando-se em consideração que “o campo político é um âmbito atravessado por forças, por sujeitos singulares com vontade e com certo poder. (Camargos, 2014, p. 44)

724

Na próxima música que vamos analisar, optamos por abordar dois primeiros trechos da maneira mais próxima possível, nossa visão é de que ela sintetiza as ideias que o artista queria expressar não só nessa música, mas na maioria do seu álbum, funcionando como uma síntese: São desejos que o *rapper* tinha de que a juventude, a classe trabalhadora e os pobres urbanos se organizassem, para tal, o mesmo acreditava que fazer anúncio dos perigos iminentes instigaria os cidadãos.



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Mesmo com as limitações, chega a hora do revide
Prevejo um movimento que o povo resiste
Avisa a juventude que chegou a nossa hora
Avisa ao diretor vamos ocupar a escola
[...]
Fala pro operário parar a produção, rivalidade histórica empregado e patrão
Avisa a classe trabalhadora dos ataques, explica as PL's e as PEC's da maldade
Convoca toda a massa para compartilhar a ideia
Ouvir toda a galera, centralismo na assembleia
Chama o intelectual para debater o dia a dia
Mas chama o orgânico, não o preso a academia
Chama lá, chama nós, chama a central sindical
Convida quem trabalha para fazer greve geral
Se os nossos direitos estão extintos, então diz: vamos se organizar e parar esse país!
(**Marco Gabriel**, *Ocupar e Resistir*, 2017)

Nessa perspectiva, a “massa” se tornará composta por sujeitos politizados no sentido de compreenderem a relação da exploração da sua força de trabalho e, mais politizados ainda, por saberem como a política profissional vai afetar essa exploração, aumentando a sua intensidade por meio da extinção dos seus direitos trabalhistas, onde, conseqüentemente, vê-se expressada pelo artista a importância do “compartilhamento das ideias”.

Nesse aspecto, o presente trabalho concorda plenamente com a visão do artista por acreditar que a “massa”, ou seja, a classe mais pobre, representada pelos trabalhadores e os estudantes periféricos, já tem em sua prática cotidiana o hábito de discutir sobre as mudanças nas leis, principalmente nas que afetam diretamente a vida imediata e a perspectiva de futuro e ascensão da classe. No período em questão, tínhamos a reforma trabalhista, a Emenda Constitucional 95/2016 (conhecida popularmente como PEC dos 20 anos ou PEC da morte) e a reforma do Ensino Médio sendo as principais protagonistas dessas discussões.

Faz-se necessário ressaltar também o valor dado pelo artista à questão do que chamaremos de práxis, de não se limitar às teorias elaboradas no meio acadêmico. Tem-se aqui uma relação de representação de como o conhecimento político interfere no cotidiano. Essa relação, se dá com caráter de dependência, que de nada afetará o conhecimento na vida pública, se esse for isolado da experimentação e reconhecimento das dificuldades da classe mais pobre.¹⁷ O fim desse trecho é marcado por um chamado, uma convocação de todos que trabalham e se sentem ameaçados pelos

¹⁷ Na quarta faixa do álbum, a música “Relatos”, o rapper reforça essa perspectiva quando coloca que: “Ver nosso povo estudado/ Com vários catedráticos/ Núcleos de pesquisas e teses de doutorados/ Mas, além dos muros das academias/ Quero ver viver a guerra de classes que tanto fala você”. Fortalecendo a perspectiva de que as teorias elaboradas no meio acadêmico sobre a pobreza e o cotidiano necessitam de uma relação com o real, com a vivência dessas pessoas, suas dores, perspectivas, vontades e sonhos. MARCO GABRIEL, *Relatos*. Teresina: Calabouço Gangsta: 2017. (3:37)





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



cortes de seus direitos. Percebe-se um convite para o reconhecimento do poder dos trabalhadores de, definitivamente, parar o país. Caso se organizem, o refrão da música é constituído de palavras de ordem que buscam expressar um panorama sobre o que afetava a vida pública da época:

Pela juventude, FORA TEMER
Pelos trabalhadores, greve geral
Pelos periféricos, fora PM
Leva o Michel Temer e o congresso nacional
(**Marco Gabriel**, Ocupar e Resistir, 2017)

O mesmo vê a política reformista e de cortes empenhada por Michel Temer como responsável por comprometer a vida dos estudantes e também como um modo de acabar com o senso crítico do ensino.¹⁸

Por fim, se indigna com os cortes realizados na educação e que acabam por gerar redução das vagas nas universidades. Esse último fator, com mais intensidade, barra o sonho de milhares de jovens das camadas mais pobres da sociedade que sonham em ter sua ascensão social por meio dos estudos. Visto que, historicamente “São muitos os fatores que explicam a nossa desigualdade social, mas, entre elas, as políticas educacionais continuam a funcionar como um importante gatilho de reprodução das desigualdades.” (Schwarcz, 2019, p. 149).

O que o inquieta é a consciência de que os cortes de verbas destinadas aos setores públicos como a educação, afeta de maneira covarde os mais pobres, como se a conta devesse ser paga por aqueles que estão em constante luta diária pela sobrevivência na vida urbana. São medidas que transformam a educação (que deveria servir de instrumento para quebra de fronteiras), em mero instrumento para manutenção das desigualdades:

O sistema estaria assim “viciado”, fazendo com que a burguesia, que já possui acesso aos conhecimentos valorizados no sistema escolar clássico, esteja em vantagem em comparação com as classes mais populares que não tem acesso ao mesmo “capital cultural”. Assim, nesse cenário acontece a *violência simbólica* que, conjuntamente com a violência física, perpetua a dominação ou hegemonia pelos grupos dominantes. (Souza 2019, p. 32)

Observamos, assim, como o *rapper* vinha avisando dos perigos que a educação seria submetida, a partir daí, constatamos também a existência de um desequilíbrio educacional que vem se mantendo com o passar dos anos.

¹⁸ Era o sinal de estagnação de um avanço necessário para a diminuição das desigualdades na educação brasileira: “Embora houvesse nítidos sinais indicativos de transformação, as discrepâncias do analfabetismo por raça, etnia e região ainda persistiam no país, e são um evidente reflexo das diferenças de classe social. [...] O Brasil conseguiu importantes avanços na educação, mas ainda se encontra em meio a um lento e penoso processo para prover os serviços sociais básicos garantidos em qualquer sociedade industrial moderna do século XXI.” (LUNA; KLEIN, 2014, p. 58-59).





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Considerações finais

A presente pesquisa, só foi possível de ser realizada graças a iniciativas de fomento à educação, mediante a concessão de Bolsa de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq, da Universidade Federal do Piauí. Pesquisar como a educação brasileira foi afetada por conta dos cortes nas suas verbas provenientes do Governo Federal é algo importante não só para entendimento do nosso objeto de estudo, bem como, é caminho para perceber que durante toda a história do país o ensino acontece de forma desuniforme e que é necessário a tomada de medidas para que esse quadro mude.

O trabalho se propôs a debater quais foram os espaços que os jovens participantes do *Rap* fizeram questão de se inserir e demonstrar sua voz ao mundo. Seguindo esse caminho, fomos capazes de perceber algumas relações entre esses atores e o poder dominante. Percebemos, também, a maneira criativa como esses jovens conseguiram utilizar a cultura como uma válvula de escape das violências que os cercavam.

Na busca por compreender a vida cotidiana dessa juventude, vemos que eles a expressam através da arte. Ressaltando os desejos que os mesmos têm para o futuro e as dificuldades do presente, em um ato que vai além do simples relato, eles tentam conscientizar aqueles que os rodeiam, tornando-se, assim, na concepção que objetivamos construir até aqui, sujeitos ativos politicamente.

As tramas desse cotidiano não se reduzem às dificuldades pessoais. Vemos que, quando se trata de acesso à cidade ou a cultura que pertencem, a política do Estado, na maioria das vezes, dificulta esse acesso por meio das disputas que abordamos anteriormente, sendo assim, entender essa prática do *Hip-Hop* em Teresina fornece também materiais que podemos utilizar para pensar sobre as relações comunicativas na cidade.

A importância social da pesquisa está na tentativa de fornecer meios para que as pessoas dos mais diferentes espaços sejam incentivadas a pensar sobre as relações e tensões sociais desencadeadas por conta do *Hip-Hop*, no período de 2016 a 2018.

Referências

BRANCO, E. A. C.; SOUZA, I. G. “O metal de nossas vozes ainda vibra nas esquinas”: uma cidade erguida com palavras. In: Edwar de Alencar Castelo Branco; Jaislan Honório Monteiro; Ana Karoline de Freitas Nery. (Org.) Acontecimento, linguagem e narrativa: a perspectiva dos estudos culturais na História. 1ed. Teresina: Cancioneiro, 2023, p. 35-60.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



BERMAN, Marshall. **Nova York Chamando**. ArtCultura, Uberlândia, v. 11, n 18, jan-jun. 2009, p. 130 e 131, disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/7309/4716>

CAMARGOS, Roberto. **Rap e Política**: percepções da vida social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2015.

CAMARGOS, R. (2015). "Aí, político, eu sou a faca que arranca sua pele": a política do cotidiano e os rappers brasileiros. ArtCultura, 16(28). Recuperado de <https://seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/30607>.

CRUZ, Marcelo Silva. **Artífices da canção**: história e memória de artistas nos festivais de música popular em Teresina (décadas de 1970 e 1980). 2016.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

FAÇANHA, Antônio Cardoso. **A Evolução Urbana de Teresina**: Agentes, processos e formas espaciais da cidade. 1996.

FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. **As tecituras da história e o combate à atonia de nosso tempo**. In. Fontineles, Cláudia Cristina da Silva, et all; (Org.). Tecituras da história. 1ed.Teresina: EdUESPI, 2021, v. 1, p. 11-24.

FONTINELES, C. C. S.; SOUSA NETO, M. **Nasce um bairro, renasce a esperança**: história e memória de moradores do Conjunto Habitacional Dirceu Arcoverde. 1. ed. Teresina: EDUFPI, 2017. v. 1. 208p.

FONTINELES FILHO. Pedro Pio. **Crônicas e críticas**: história, literatura e modernização de Teresina nas duas primeiras décadas do fremente Século XX. In Cláudia Cristina da Silva Fontineles; Marcelo de Sousa Neto; Pedro Pio Fontineles Filho. (Org). maneiras de ver a cidade. Teresina: EdUESPI, 2021. p. 95-113.

GRANGEIA, Mario Luís. **Redemocratização e desigualdades sociais segundo Cazuza e Renato Russo**. Revista Aurora, 12, 2011.

728





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



HILTON, Jorge. **Branquitude, música rap e educação:** Compreenda de uma vez o racismo no Brasil a partir da visão de rappers brancos. 2020.

LIMA, Antônia Jesuíta de. **As multifaces da pobreza:** formas de vida e representações simbólicas dos pobres urbanos. Teresina: Halley, 2003.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. **População e Sociedade.** In. Daniel Aarão Reis. (Coord) Modernização, ditadura e democracia: 1964 – 2010. 1ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. (História do Brasil Nação: 1808-2010; 5)

NAPOLITANO, Marcos. **Recordar é vencer:** as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. Antíteses, vol. 8, núm. 15, novembro, 2015, pp. 9-45. Universidade Estadual de Londrina. Londrina, Brasil.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias.** Revista Brasileira de História, vol 27, núm. 53, janeiro-junho, 2007, pp. 11-23. São Paulo, Brasil.

QUEIROZ, Terezinha de Jesus Mesquita. **Entre encantos e desafios:** pensar a cidade, viver nas cidades. In Cláudia Cristina da Silva Fontineles; Marcelo de Sousa Neto; Pedro Pio Fontineles Filho. (Org). maneiras de ver a cidade. Teresina: EdUESPI, 2021. p. 17-27.

Reação do Gueto. Direção: Wesley Oliveira. Produção: Pedro James, André Nascimento, Wesley Oliveira. Teresina: LabCine, 2017.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHWARCZ, Lília M.; STARLING, Heloísa M. **Brasil:** uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SOUZA, Juliana. **O rapper como intelectual orgânico:** um estudo etnomusicológico sobre Nyl MC e a emancipação na sociedade brasileira. 2019. 138 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Musicais) – Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2019.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



TEPERMAN, Ricardo. **Se liga no som**: as transformações do rap no Brasil. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

Músicas:

BK'. **Caminhos**. Rio de Janeiro: Pirâmide Perdida Records: 2017. (3:07)

BK', **Folhas**. Rio de Janeiro: Pineapple Supply: 2018. Brainstorm Estúdio (5:27)

MARCO GABRIEL, **Greve Geral**. Teresina: Calabouço Gangsta: 2017. (2:40)

MARCO GABRIEL, **Ocupar e Resistir**. Teresina: Bolufão/Calabouço Gangsta: 2017. (4:25)

MARCO GABRIEL, **Relatos**. Teresina: Calabouço Gangsta: 2017. (3:37)

MLB'. **Reino dos cria**. Teresina: Nave Studio: 2018. (1:45)

MLB x JKMC – **Vidas em jogo**. Teresina: Quilomboloucobeats: 2017. (2:53)

730



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



EM DEFESA DA MORAL E DOS BONS COSTUMES: UMA ANÁLISE SOBRE A CENSURA MORAL SOFRIDA PELA MÚSICA DURANTE A DITADURA

Maria Clara dos Santos Oliveira¹
Cláudia Cristina da Silva Fontineles²

Introdução

*Quanto mais proibido, mais faz sentido a contravenção
Legalize o que não é crime, recrimine a falta de educação*

- Rita Lee

O presente estudo tem por objetivo promover uma reflexão acerca das músicas censuradas pela Ditadura Civil-Militar por apresentarem um cunho estritamente ofensivo à moral e aos bons costumes, de acordo com a política estabelecida pelo regime vigente, tendo como recorte temporal as décadas de 1970 e 1980, considerando que a Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) só deixou de existir na Constituição Federal de 1988.

Nesse sentido, através da catalogação dos exames censórios, buscamos perceber quais os temas mais presentes nas letras musicais vetadas pelos censores e que faziam parte dessa subversão de valores morais defendidos tanto pelo Estado quanto pela sociedade civil. Além disso, buscamos perceber a quais aparatos legislativos os censores recorriam para conceder o veto e suas justificativas.

Em nosso trabalho optamos por denominar a Ditadura de “Civil-Militar” por defender que ela foi possível, também, graças ao apoio de uma parte expressiva da opinião pública ao golpe e de líderes civis que faziam oposição ao governo de João Goulart. No Brasil, a música, mais do que qualquer outra manifestação cultural, foi uma das que mais sofreu com a repressão do governo através da censura, contudo, muito já se tem pesquisas e trabalhos sobre a censura política, ou seja, àquelas músicas com característica de protesto, e pouco se fala sobre

731

¹ Graduanda em História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), mariaclaraoliveira@ufpi.edu.br.

² Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Bolsista em Produtividade Científica CNPq. Professora Associada do Departamento de História da Universidade Federal do Piauí e Professora do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Piauí (UFPI). claudiafontineles@ufpi.edu.br.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



a censura moral que ela sofreu e que já não era novidade no país, visto que existia desde que o Brasil era Brazil e foi sofrendo adaptações ao longo do regime autoritário.

Para tanto, recorreremos aos estudos historiográficos já produzidos sobre o tema, e os documentos oficiais sobre os processos de censura às canções no período em estudo. Utilizamos como categorias de análise centrais, para entender a história da música do Brasil, o autor Marcos Napolitano e sua obra *História & Música*, e o autor Adalberto Paranhos, que nos forneceu as bases teóricas necessárias para compreendermos melhor esse campo de estudo. Pensamos a Ditadura brasileira à luz de autores como Ângela de Castro Gomes, Jorge Ferreira, Carlos Fico e outros autores contemporâneos que são caros aos estudos sobre ditadura. Beatriz Kushnir e Renan Quinalha foram de suma importância para pensar a ditadura e seu processo legislativo, principalmente no que concerne à censura moral durante o período.

A Existência e Resistência da Música no Brasil

Qual o significado da cultura musical em uma sociedade? Pode-se dizer, que a música atua como um escape para muitos, uma maneira lúdica usada para fugir muitas vezes da realidade, mas que também nos traz à realidade quando adota um caráter crítico, de protesto e de denúncia às mazelas sociais. Contudo, vale ressaltar que a música, quando colocada no mundo, não se evade das interpretações subjetivas que cada indivíduo faz sobre elas e que estão sempre portadas de sentidos diversos. Para o historiador Marcos Napolitano a música ajuda a pensar a sociedade e a história, sendo ela não apenas “boa para ouvir”, mas também “boa para pensar” (Napolitano, 2005, p. 11).

No Brasil, a música, foi uma das manifestações artísticas que mais sofreu com a censura durante o regime militar, pode-se afirmar que essa repressão musical se dava principalmente pelo poder e influência que ela tinha em penetrar até nas camadas mais baixas da sociedade. Por ser uma potência de contestação, a cultura foi incisivamente perseguida pelo regime, resistindo até que ele caísse.

Os anos 1960 foram marcados por uma forte efervescência no campo político e social brasileiro, o que influenciou diretamente a produção musical da época. Era um momento de fortalecimento dos movimentos estudantis junto ao povo, um lugar ocupado também por diversos artistas de diferentes segmentos da arte.

A censura cultural não é algo que se coloca de imediato, mas a resistência estudantil e artística sim, intensificando cada vez mais suas atividades. O governo militar foi se tornando mais rígido com o passar dos anos, e o AI -5 foi a materialização de tudo que passou a ser proibido.

732





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



As manifestações estudantis aumentam, tornando claras a inquietação política e a insatisfação da juventude politizada. Nesse período entre 1965 e 1968, o movimento musical é intensificado com a chamada Era dos Festivais. As canções de protesto adquirem importância, ocupando o papel de contestadoras da sociedade (Costa, Serogl, 2007, p. 36).

A partir de então, o clima de censura que se instalou fez com que a música se transformasse no principal elo de “diálogo” do povo para com a repressão que estava se impondo dali em diante. Todas as produções que envolviam as diversões públicas, como música, teatro, cinema e televisão, só poderiam ser vistas e ouvidas pelo público depois de passar pela caneta dos censores, expressão de agentes ativos do Estado autoritário.

De acordo com Marcos Napolitano (2004), o recrudescimento da participação estudantil levou a repressão a destacar a música como uma propaganda subversiva, visto a forte ligação que muitos artistas possuíam com os estudantes. Sendo assim, qualquer movimento de artistas, em especial ligados a MPB, juntamente com o público jovem e estudantil, era objeto de atenção redobrada da repressão (Napolitano, 2004, p. 109). O que imperava, era a produção da “suspeita”.

Essa “suspeita” se dava, devido à vasta circulação social dos artistas, para além do conteúdo de suas obras. Os informantes do regime eram responsáveis por essa produção, estabelecendo ligações entre os artistas e os movimentos subversivos que eles participavam, com seus nomes nos documentos oficiais de suspeitos para o regime, iam adquirindo informações que pudessem, no fim, ser suficientes para ligá-los a organizações de esquerda clandestinas, podendo conduzi-los ao cárcere.

Na História, concordamos com o historiador Adalberto Paranhos, ao dizer que no campo musical não devemos nos ater somente a análise de uma canção em si mesma, como se ela fosse dotada de um significado essencial que é esvaziado de historicidade. Devemos estar atentos também, às leituras e usos que se fazem dela em circunstâncias históricas concretas (Paranhos, 2022, p. 94).

Nesse sentido, é essencial observarmos não somente as letras das canções desses artistas vigiados pela ditadura, mas também observarmos seus espaços de sociabilidade para compreender que isso também fazia parte do caráter de subversão entendido pelo Estado, pois isso, nesse contexto, também possuía um significado para além do que eles compunham.

Do meu ponto de vista, *interpretar implica também compor*. Inevitavelmente, quando alguém canta e/ou apresenta uma música sob essa ou aquela roupagem instrumental, atua igualmente, num determinado sentido, como compositor. O agente opera, em maior ou menor medida, na perspectiva de decompor e/ou recompor uma composição (Paranhos, 2004, p. 25).





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Foucault, em sua obra *A verdade e as formas jurídicas*, aponta que “quanto maior o número de informações em relação aos indivíduos, maior a possibilidade de controle de comportamento desses indivíduos” (Foucault, 2001, *apud* Maia, Stankiewicz, 2022, local 4). É nesse sentido, portanto, que a repressão atuava na produção de informações que incriminasse os artistas e os coagisse a favor do estado brasileiro, policiando os corpos desses indivíduos.

Embora a censura recaísse sobre a literatura, o cinema, o teatro e a imprensa, ela era especialmente mais severa no campo musical, por ser uma manifestação que agrega um maior número de pessoas em sua volta.

Vigiados com atenção pelo regime militar, a MPB, o samba e o rock acabaram formando uma espécie de frente ampla contra a ditadura, cada qual desenvolvendo um tipo de crítica, atitude e crônica social que forneceram referências diversas para a ideia de resistência cultural. A MPB com suas letras engajadas e elaboradas, o samba com a sua capacidade de expressar uma vertente da cultura popular urbana ameaçada pela modernização conservadora capitalista, e o rock com seu apelo a novos comportamentos e liberdades para o jovem das grandes cidades. Não foi por acaso que ocorreram muitas parcerias, de shows e discos, entre os artistas dos três gêneros. (Carocha, 2006, p. 191)

A televisão teve papel fundamental na disseminação da música nos anos 1970³. Por seu caráter de socialização, fez com que a música atingisse cada vez mais um público mais amplo, penetrando até nas camadas mais baixas da sociedade, visto que era um veículo de comunicação bastante utilizado na referida década⁴.

Era muito comum que as emissoras de televisão⁵ da época dedicassem uma parte de sua grade a programas musicais, dando um espaço cada vez maior para a música. Antes disso, o mais recorrente era que a divulgação de artistas e de suas canções ocorresse em um circuito mais fechado, como o circuito universitário, que correspondia a shows que eram realizados na primeira metade da década de 1970 nos campi e ginásios das médias cidades do interior e

734

³ De acordo com Marcelo Ridenti (2019), na década de 1970 a televisão se consolidou como principal veículo de comunicação em massas em âmbito nacional. Em 1960 eram 760 mil televisores em uso no país, 4,931 milhões em 1970 e 19,602 milhões em 1980, o que só mostra uma crescente de adeptos e de condições de acesso a esses meios ao longo das três décadas seguintes, o que consequentemente contribuiu para a difusão da música para um público mais amplo.

⁴ Contudo, Ridenti (2019) afirma que “a cultura de massas não se tornou necessariamente igual para todos os estratos sociais, havendo tipos diferentes de bens simbólicos para consumidores de cada nível socioeconômico ou mesmo de cada corrente de opinião ou comportamento [...]” (Ridenti, 2019, p. 239).

⁵ Como TV Globo, TV Record, que figuravam entre as principais emissoras da época com programas musicais de grande audiência. “Em 1965, enquanto a TV Globo firmava sua equipe de direção e programação, a TV Record lançava o programa musical chamado Jovem Guarda. Primeira atração pensada para o público jovem brasileiro, o programa era apresentado por três cantores em ascensão: Roberto Carlos, Erasmo Carlos e Wanderléa.” Disponível em: <https://www.metropoles.com/materias-especiais/sete-decadas-do-brasil-na-telinha-70-anos-da-tv-no-pais>. Acesso em: 17/02/2023.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



que, segundo Napolitano, se figuravam como “um circuito comercial de baixo custo de produção e uma opção de trabalho numa época de censura dos meios de comunicação e cerceamento dos músicos ligados à MPB” (Napolitano, 2004, p. 112)

Durando aproximadamente até meados de 1975, o circuito universitário foi sendo preterido pelos artistas em nome de produções mais sofisticadas e voltadas para um público mais amplo. “O papel de centro gerador do mercado musical brasileiro que esse circuito possuía foi deslocado para a televisão, ampliando a audiência da música brasileira em todas as faixas sociais, na medida em que a TV era um fenômeno que abrangia segmentos bem mais amplos.” (Carocha, 2006, p. 192)

Diante de um público heterogêneo, os programas musicais televisionados e os festivais de canções transmitidos, eram a porta de entrada de novos artistas e de obras perante o público. Como na época o mercado fonográfico brasileiro estava em intensa atividade, esses festivais estimularam a popularização dos artistas, que de acordo com Carlos Fico (2021), precisavam ter sangue-frio para aguentar as vaías do público, favoráveis a um ou outro artista.

Esses artistas que iam para a televisão não deixavam de ser vistos também pelos censores, que estabeleciam quais gêneros deveriam ser notoriamente privilegiados pela cultura musical, e que tinham relevância para a cultura nacional, já que eles eram responsáveis por salvaguardar os valores dessa sociedade e o que era intelectualmente próprio para ser consumido.

Os censores, visto a lógica da suspeita, concebiam todas as obras como tendo um caráter intencional de subversão, que poderia causar no público sentimentos que colocariam em risco a ordem pública do regime e seus valores. Cabia a eles controlar como e quando essas canções iam chegar no público, ou se iam chegar a algum lugar.

[...] além de ser um instrumento de violação do direito de liberdade de expressão, quando se tratava de defender a moral e os bons costumes a censura consistiu em um instrumento político legítimo perante setores da sociedade civil, um endosso do Estado àquilo que era considerado pertinente aos valores da família cristã. Embora a coerção à liberdade de expressão, tendo em vista a defesa da moral e dos bons costumes, esteja presente na sociedade brasileira independentemente da vigência de um regime autoritário, foi durante os anos da ditadura militar que se estruturou e institucionalizou uma censura a publicações consideradas obscenas e que ameaçavam destruir não apenas os valores morais da sociedade brasileira, mas também a segurança nacional (Setemy, 2018, 174-175).

Sendo assim, como a censura era um poder de polícia do Estado, era ela regida por normas legais que deveriam ser aplicadas dentro de suas limitações, no intuito de conter essa onda de subversão e afronta contra a moral e os bons costumes dessa sociedade tradicional conservadora, que era disseminada principalmente pelos meios de comunicação em massa como a própria Tv.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Portanto, para além de um aparelho de repressão do Estado, a censura moral foi uma forma de legitimidade desse mesmo perante a sociedade. Sociedade civil essa, que apoiou o golpe em 1964, e que, portanto, necessitava-se dela para dar firme continuidade ao regime.

Visto esse caráter de ameaça à ordem social interna do país e a segurança nacional, entendido assim pelo Estado, os militares e setores diferentes da sociedade civil compartilhavam do mesmo sentimento de que a sociedade entrasse em conflito perante essas novas ideologias que surgiram. Assim, essa ideia casou-se completamente com a longa tradição censória do Brasil.

A censura atingiu diferentes âmbitos da sociedade brasileira de diferentes formas, e foi se estruturando com o passar dos anos durante o regime militar. Se no início ele se apoiou em uma legislação censória criada ainda no Estado Novo, a partir de 1968, com a imposição do AI-5, essa realidade passou a mudar, recrudescendo ainda mais as leis que regiam o trabalho do censor e que inibia cada vez mais as expressões artísticas.

O Aparato Legislativo

No decreto 20.493/46, em seu capítulo II, Art.4º, que versa sobre a Censura prévia, estão dispostas as competências do Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP). Foi esse decreto que em grande parte dos pareceres analisados justificou a decisão dos censores, tanto para vetar quanto para autorizar os espetáculos de Diversões Públicas

736

Art. 4º Ao Serviço de Censura de Diversões Públicas compete censurar previamente e autorizar: I - as projeções cinematográficas; II - as representações de peças teatrais; III - as representações de variedade de qualquer espécie; IV - as execuções de pantomimas e bailados; V - as execuções de peças declamatórias; VI - as execuções de discos cantados e falados, em qualquer casa de diversão pública, ou em local frequentado pelo público, gratuitamente ou mediante pagamento; VII - as exposições de espécimes teratológicos; VIII - as apresentações de préstimos, grupos, cordões, ranchos, etc. e *standart* es carnavalescos; XIX - as propagandas e anúncios de qualquer natureza quando feitos em carros alegóricos ou de feição carnavalesca, ou, ainda, quando realizados por propagandistas em trajés característicos ou fora do comum; X - a publicação de anúncios na imprensa ou em programas e a exibição de cartazes e fotografias, quando se referirem tais anúncios, cartazes e fotografias aos assuntos consignados nos números anteriores





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



dêste artigo; XI - as peças teatrais, novelas e congêneres emitidas por meio de rádio; XII - as exposições de televisão⁶;

Desde sua criação, nota-se um uso ininterrupto do decreto, prevalecendo durante regimes republicanos democráticos e até mesmo ditatoriais, o que só reforça sua ambivalência, sendo a censura prévia de Diversões Públicas uma atividade relacionada tanto a sistemas políticos democráticos quanto autoritários no Brasil.

No momento de institucionalização do regime de exceção, 1964-1968, quando ainda se tinha alguma pretensão de que a intervenção militar fosse apenas temporária, o esquema de duas censuras distintas redundou numa execução sistemática e rotineira do controle prévio dos espetáculos públicos, ao passo que a censura à imprensa foi ocasional, realizada às vezes. (Doberstein, 2007, p. 121)

Partindo desta afirmação, entendemos que como comumente se coloca, a censura pré edição do AI-5 não foi mais branda, ela apenas não era direcionada à imprensa, como passou a ser a partir de então. Antes dele, já existia um sistemático controle às diversões públicas pautado no decreto 20.493/46 e que não englobava os órgãos ligados à imprensa escrita, em específico, que era menos visada no período 1964-1968, justamente pelo fato dos militares quererem manter um ar de normalidade democrática, já que admitindo-se a censura política dos órgãos de imprensa, prejudicaria a imagem do país tanto nacionalmente quanto internacionalmente.

Para a historiadora Beatriz Kushnir, o grande desafio é entender/pensar como um decreto produzido em 1946 constituiu junto com duas outras normas (o Dec 5.542/68 e o Dec 1077/70) um desenho geométrico possível. Esse triângulo, pensado pelo jornalista Pompeu de Souza, como bem referencia Kushnir, nos faz ter uma noção das bases que sustentaram a censura durante o período militar.

Este, como se percebe, caiu como uma luva na ação de censurar, mesmo sendo uma legislação anterior ao golpe, como mostram os gráficos⁷ abaixo onde podemos notar a

737

⁶ BRASIL. Decreto nº 20.493, de 24 de janeiro de 1946. Câmara dos Deputados. Aprova o Regulamento do Serviço de Censura de Diversões Públicas do Departamento Federal de Segurança Pública. Diário Oficial da União: Seção 1, Rio de Janeiro, DF, 29 de janeiro de 1946, p. 1456. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-20493-24-janeiro-1946-329043-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Decreto%20n%C2%BA%2020.493%2C%20de%2024%20de%20Janeiro%20de,o%20antigo%2074%2C%20letra%20a%2C%20da%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%2C%20DECRETA%3A>>. Acesso em: 05 de março de 2023.

⁷ Os gráficos 1 e 2 foram produzidos a partir da catalogação das músicas às quais conseguimos ter acesso e identificar seu parecer, mencionando a legislação de que o(s) censor(es) se valeu. Dessa forma, podemos produzi-lo a partir da contagem do número de vezes em que cada decreto citado foi mencionado, prevalecendo, como é claro, o decreto 20.493/46. Consideramos para efeito de contagem, apenas o parecer do último censor que avaliou a letra das canções.





HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

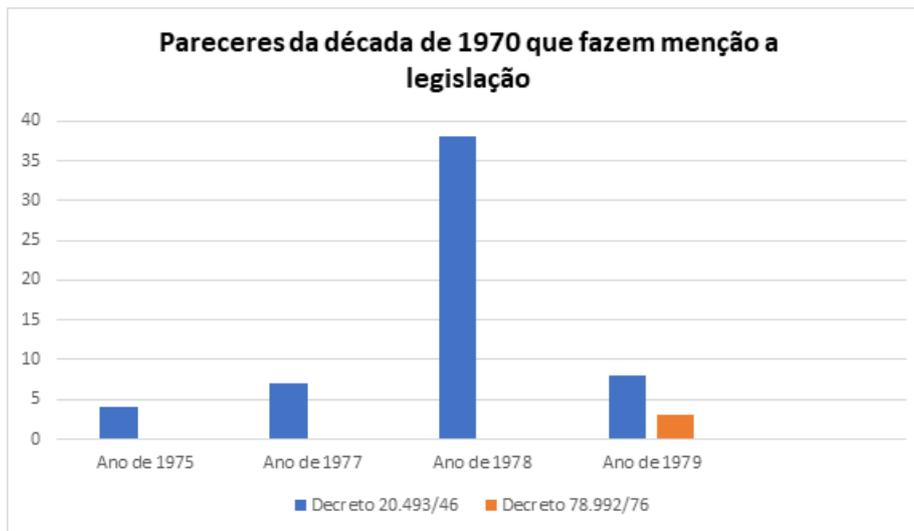
26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



quantidade de vezes que à essa legislação foi recorrida pelos censores na década de 1970 e 1980 para dar seu veto às letras das canções.

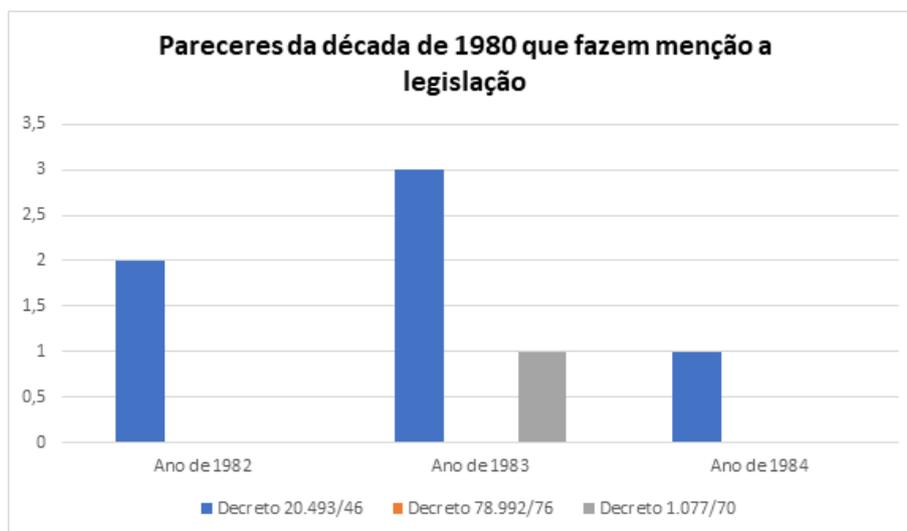
Gráfico 1



Fonte: Oliveira, Maria Clara. 2024.

738

Gráfico 2



Fonte: Oliveira, Maria Clara. 2024.



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Os gráficos mostram que mesmo havendo a presença de outros decretos, o 20.493/46 é o que predomina nas duas décadas analisadas⁸, vale pontuar que no período correspondente a reabertura política e que se acreditava estar havendo um abrandamento da censura. Dessa maneira, em grande parte, o regime militar, travestido na imagem dos censores, se valeu de uma legislação anterior ao próprio golpe, dando sustentabilidade para que a repressão censória se mantivesse de pé. Tal fato não significou que a Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) – órgão criado em Brasília afim de centralizar a censura - não tenha empenhado esforços para adequar a legislação censória ao longo dos anos.

A censura tinha como função justamente “proteger” a sociedade que estava “vulnerável” às subversões, dando a entender que essa mesma parcela da sociedade não era intelectualmente apta e capaz de identificar o “mal”. Assim sendo, forma-se uma imagem de que o Estado só queria proteger e assegurar a paz, o bem e a harmonia dessa sociedade, fiscalizando os valores sociais e morais nas diversões públicas.

A tradição censória de longa data no Brasil, contribuiu para que os militares se mantivessem confortáveis para manipular a legislação no regime autoritário, em especial no que diz respeito ao caráter das diversões públicas, assumindo abertamente suas atividades de censura, associando-a à normalidade institucional. Por isso mesmo, as ações feitas pela DCDP eram amplamente divulgadas pelos canais do governo.

O Decreto-Lei 1077/70, que aparece de maneira tímida no segundo gráfico, foi criado já durante o período ditatorial, em 1970, justificando de vez a censura em “nome da moral e dos bons costumes”, como se por trás disso não existisse interesse político por parte do governo para exercer a censura. A censura moral e aos bons costumes fazia parte de proteger a sociedade brasileira de um Plano Subversivo que punha em risco a segurança nacional, algo que era o pilar da Doutrina de Segurança Nacional, criada na Escola Superior de Guerra, objetivando passar a ideia de um Brasil que era grande. Dessa forma, o decreto era a garantia de segurança dos valores morais da família tradicional brasileira.

Esses números, traduzidos em letras e normas, orientaram as possibilidades e as proibições, delimitando a tênue fronteira entre obscenidade, pornografia e proteção às famílias – baluarte a ser resguardado e em nome do qual se travavam verdadeiras guerras santas. Mas esse arcabouço de medidas era, acima de tudo, uma legalidade construída para legitimar desmandos e também uma maneira protetora e sufocante de preservar e impor moralidades e costumes. (Kushnir, 2012, p. 72)

⁸ Mesmo que na década de 1980 o número de pareceres com menção legislativa tenha caído drasticamente, de acordo com a amostragem, se comparado com o gráfico 1, o decreto 20.493 ainda é o predominante.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Para Kushnir (2012), mesmo que por vezes exista uma distância entre o legislativo e a sua prática no cotidiano, a lei é o que representa a vontade do Estado, o que ele pretendia em determinado momento de sua criação. Dessa forma, essa distância não diminui a importância do que foi posto pela legislação, pois expõe a intenção de quem a criou. Ao haver a censura das diversões públicas no sentido da “moral e dos bons costumes” através de um aparato legislativo que lhe dê plena legitimidade, não se abandonam as questões estritamente políticas, pois quando o Estado passa a dar mais ênfase as condutas morais, transfigura-se uma maneira política de controle dos indivíduos.

Entre o Imoral e o Subversivo

As músicas que desrespeitavam os valores morais eram tidas como uma dificuldade para se alcançar a uniformização em torno da legitimidade do Estado autoritário, elas representavam a diversidade dos códigos morais e de condutas presentes na sociedade brasileira, e afrontavam em especial os valores cristãos que estiveram presentes no regime militar desde o golpe de 1964 e que permaneceram fortes durante todo o período ditatorial.

O respeito à manutenção da ordem era uma preocupação não somente do Estado, mas também partia de seus apoiadores que representavam uma parcela conservadora da sociedade como políticos, “pais de família”, representantes da igreja católica e outros grupos que surgiram a partir das famosas “Marchas da família com Deus, pela Liberdade”.

Como já citado, todos os padrões que se chocavam contra a moral dominante, o regime vigente e o comportamento da moral cristã conservadora eram considerados suspeitos e subversivos. Dessa forma, destacam-se aqui as composições que contrariavam esses princípios, as quais foram veementemente censuradas pelo departamento de censura, como a letra da música “Get Back”, de John Lennon e Paul McCartney, que no Brasil recebeu o nome “De Leve” e foi regravaada por Rita Lee e Gilberto Gil.

A letra da canção foi enviada à censura em 1977 pelo Sistema Globo de Gravações Áudio-Visuais LTDA (SIGLA), localizada no Rio de Janeiro. De acordo com os arquivos, ela passou pelo parecer de dois censores, que optaram pela sua proibição. O primeiro exame data do dia 17 de outubro de 1977. Nele, o técnico Luiz Carlos Horta Fernandes opina pela não

740





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



liberação da letra por infringir os artigos 41⁹ e 77¹⁰ do decreto 20493/46, segundo ele a música “enfoca de maneira maliciosa, vulgar e deseducativa o tema “homossexualismo”, tema esse não compatível com o meio de comunicação ao qual a música se destinava.

Já no segundo exame, feito pela técnica Maria Urânia Leite Correia Lima, datado de 16 de novembro 1977, o motivo do veto é o mesmo, “homossexualismo”, acrescentado de “lesbianismo”, assuntos que segundo Maria são tratados de maneira vulgar, maliciosa e inadequada. A censora ainda enfoca, da mesma maneira que o anterior, que o entendimento é que a canção não deve ser decantada dessa forma, acrescentando que tal assunto deve ser tratado do ponto de vista médico-científico¹¹, por isso, opina pela não liberação, baseada mais uma vez no artigo 41 do decreto 20493/46.

“De Leve” é apenas uma, dentre as várias canções que foram censuradas por apresentarem temática homossexual, visto que o tema predominava entre os motivos de veto durante o regime (como demonstra o Gráfico 3 logo abaixo), por ser considerado algo extremamente anormal dentro dessa sociedade tradicional e conservadora que constituía o Brasil do século XX¹² e que era grande apoiadora do regime.

741

⁹ Art. 41. Será negada a autorização sempre que a representação, exibição ou transmissão radiotelefônica: a). contiver qualquer ofensa ao decôro público; b). contiver cenas de ferocidade ou fôr capaz de sugerir a prática de crimes; c). divulgar ou induzir aos maus costumes; d). fôr capaz de provocar incitamento contra o regime vigente, a ordem pública, as autoridades constituídas e seus agentes; e). Puder prejudicar a cordialidade das relações com outros povos; f). fôr ofensivo às coletividades ou às religiões; g). ferir, por qualquer forma, a dignidade ou o interêsse nacionais; h). induzir ao desprestígio das fôrças armadas.

¹⁰ Art. 77. Fica proibido a irradiação de trechos musicais cantadas em linguagem imprópria à boa educação do povo, anedotas ou palavras nas mesmas condições.

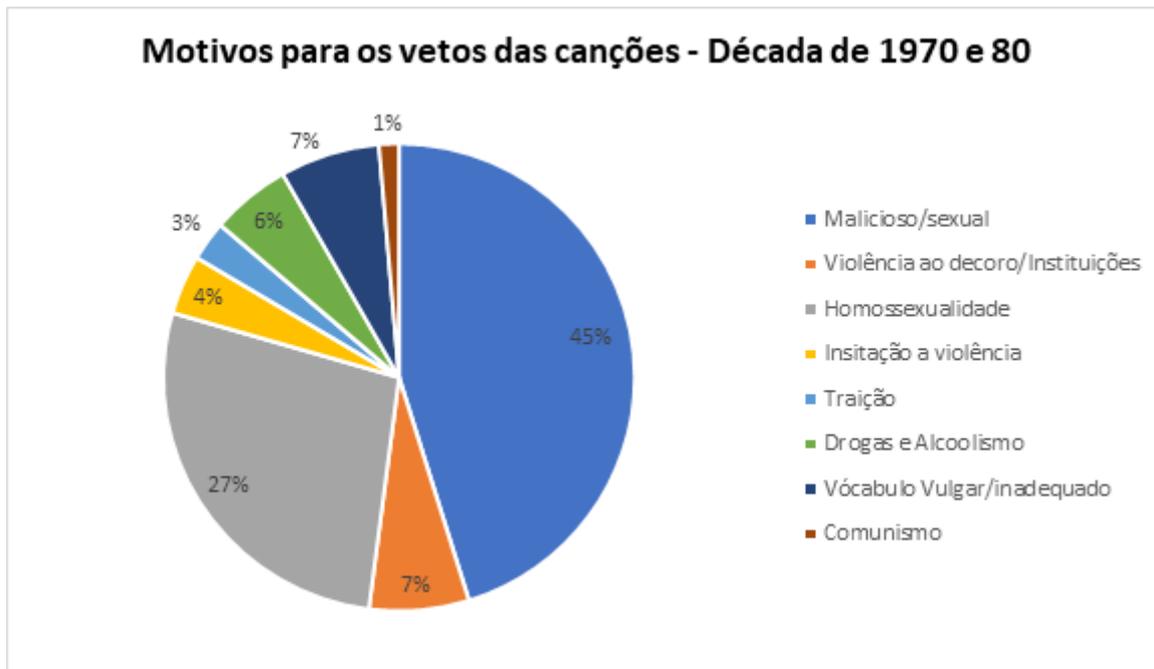
¹¹ Isso se deve ao fato de, nessa época, a homossexualidade ser tratada como uma doença, algo anormal. Logo, era assunto “médico-científico”.

¹² Apesar de haver avanços nos tempos atuais vale lembrar que a homossexualidade ainda está longe de ser desconsiderada “anormal” para uma boa parcela da sociedade brasileira, principalmente para aqueles que se consideram salvaguardas da moralidade e dos bons costumes e que não consideram a união entre pessoas do mesmo sexo algo “natural”.





Gráfico 3



Fonte: Oliveira, Maria Clara. 2024.

A cena cultural do Brasil naquele momento, sofria com fortes influências trazidas dos Estados Unidos pela contracultura, marcada pela Guerra do Vietnã, onde os artistas, principalmente músicos, cantavam em nome da paz mundial. Nesse sentido, o cenário musical brasileiro cantava sob essas influências, que diziam respeito não somente a um discurso de “paz e amor”, mas também, de acordo com Marcelo Ridenti, propagava valores que iam contra os moralistas da época, como liberdade sexual e uso de drogas, expressão de protesto contra o sistema (Ridenti, 2019, p. 135). De acordo com ele:

O amor livre e as drogas seriam liberadores de potencialidades humanas escondidas sob a couraça imposta aos indivíduos pelo moralismo da chamada “sociedade de consumo”. Aliás, contra os valores dessa sociedade, começaram a se formar comunidades alternativas, com economias de subsistência no campo e um modo de vida inovador, como as do movimento hippie. (Ridenti, 2019, p. 135)

O gráfico 3 demonstra como essas novas influências estavam contidas nas letras musicais brasileiras na década de 1970 e 1980, predominando justamente as transformações relativas à liberdade sexual, que dizem respeito à exploração de um erotismo, como demonstra o percentual de 45% das letras musicais que falavam em tons de malícia. O autor Douglas



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Marcelino (2006), ao analisar a censura de livros pela DCDP por possuírem um caráter pornográfico, destaca a importância que o tema possuía dentro desse órgão e o “choque de valores entre os padrões morais prezados pelos funcionários daquele órgão e as discussões trazidas em algumas dessas publicações” (Marcelino, 2006, p. 168). Mesmo que a análise dele se restrinja a literatura, ela também pode ser aplicada ao campo musical dentro do órgão, já que possuíam características semelhantes e os funcionários também eram responsáveis pela análise dos processos censórios das letras das canções.

Um ponto que se observa no gráfico é que os dois maiores motivos de vetos, mesmo que em categorias distintas, malicioso/sexual e homossexualidade, respectivamente, se correlacionam, visto que em muitos casos os dois motivos estavam inseridos dentro de uma mesma canção, como é o caso da música “Fantasia de Diabo”, de autoria de Paulo Luiz de Santana. Nela, uma das técnicas que opina pelo veto da letra afirma que ela “peca pela vulgaridade de sentido e da linguagem”, pois a música enfatiza a palavra “rabo”, da fantasia de diabo, o que no contexto da canção faz-se uma associação a homossexualidade. Portanto, a música contraria os dispostos legais contidos no artigo 41, alínea a, do decreto 20.493/46. Sem dúvidas, moral e política tinham suas próprias estruturas dentro do aparelho repressivo, marcadas por suas particularidades e suas funções bem definidas, mas o que devemos nos ater é que diferente da sua antagonista, a censura política, nunca teve nenhum órgão expressamente estruturado que ficasse responsável por exercer apenas essa tarefa. O que acontecia na maioria dos jornais de circulação da época, por exemplo, é que existia dentro deles uma espécie de “autorregulação” ou “autocensura”, sabendo das regras do regime eles tinham conhecimento sobre o que podia e o que não podia ser publicado. Dessa forma, a censura à imprensa foi negada pelo regime e imposta através de atos “revolucionários” como o AI-5. Para Carlos Fico:

[...] é possível distinguir a dimensão moral e a dimensão estritamente política seja na censura da imprensa, seja na censura de diversões públicas. Naturalmente, porém, prevalecia no caso da imprensa a censura de temas políticos, tanto quanto os temas mais censurados no caso das diversões públicas eram de natureza comportamental ou moral. Isso explica o porquê de a expressão “censura política” estar associada principalmente à censura da imprensa. (FICO, 2002, p. 258)

Mesmo que possamos distinguir a dimensão moral e a dimensão política dentro da censura à imprensa e a censura de diversões públicas, é importante reiterar que toda censura é política, independentemente de quais questões ela vise censurar, pois “os valores e comportamentos que são propagados por determinada moral são, sempre e necessariamente, de natureza

743





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



política” (QUINALHA, 2017, 41). Assim como também reitera Beatriz Kushnir sobre esse mesmo ponto de vista:

Sob a capa do “resguardo à moral e aos bons costumes” ou defendendo questões de “interesse da nação”, considero a censura sempre política. Atemporal, em cada instante, contudo, as peculiaridades ditam suas especificidades. Em um tempo de imposição e silêncio, informar-se apenas pelas notícias permitidas é, no mínimo, apreender uma imagem bastante equivocada do tempo vivido.” (KUSHNIR, 2012, p. 35)

Além da censura moral ser um ato político, ela também discrepa da ideia de que o DCDP não exercia atividades de censura política de forma direta, pois ele coibia de forma explícita menções políticas que fossem críticas nas diversões públicas. Política e moral são aqui entendidas como duas faces de um mesmo projeto de repressão, que podem ser vistas no fato de o DCDP censurar não apenas as diversões públicas que tinham um cunho moralmente inaceitável, mas também artistas que eram vistos como opositores ao regime.

Considerações Finais

A censura, principalmente de Diversões Públicas existiu no Brasil mesmo antes do golpe civil-militar de 1964, se tornando bastante presente durante o regime, até 1988. Ela atingia de forma incisiva cantores, compositores, cineastas, atores e atrizes, e outros indivíduos que possuíam relação direta com as Diversões públicas como teatro, cinema, Tv, rádio, etc.

É possível perceber que cada grupo social possuía interesses particulares em torno dessa censura moral mais rigorosa, de forma que cada um compreende uma justificativa diferente e própria para verbalizar essa demanda. Nesse cenário, o aparato legal serviu para que a ditadura pudesse exercer sua violência de forma regulamentada, pois o frenético excesso de leis fazia com que isso fosse feito de forma legítima, ou seja, a manipulação do aparato legislativo e administrativo de acordo com cada fase do regime autoritário servia para validar suas decisões e ações.

Diferente da censura política às músicas de protesto, a censura moral foi amplamente apoiada pela sociedade, que compactuava com a ideia de que esses valores deveriam ser defendidos. Sendo assim, diante desse caráter de aceitação por parte da sociedade, a censura moral não pode ser dissociada de uma censura utilizada politicamente para angariar forças no momento de maior fragilidade do regime, quando os militares percebem que ele está em fins de acabar. Dessa forma, não queremos aqui limitar nossa análise sobre a censura moral, acreditando, assim, que ainda existem múltiplas maneiras de explorá-la e esperando que esse trabalho

744





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



contribua minimamente para esse campo de estudo e para que a visão sobre esse viés da censura musical seja cada vez mais discutido.

Fontes Legislativas:

BRASIL. Decreto nº 20.493, de 24 de janeiro de 1946. Câmara dos Deputados. Aprova o Regulamento do Serviço de Censura de Diversões Públicas do Departamento Federal de Segurança Pública. Diário Oficial da União: Seção 1, Rio de Janeiro, DF, 29 de janeiro de 1946, p. 1456. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-20493-24-janeiro-1946-329043-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Decreto%20n%C2%BA%2020.493%2C%20de%2024%20de%20Janeiro%20de,o%20antigo%2074%2C%20letra%20a%2C%20da%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%2C%20DECRETA%3A>. Acesso em: 05 de março de 2023.

BRASIL, Decreto-Lei nº 1070, de 26 de janeiro de 1970. Presidência da República. Dispõe sobre a execução do artigo 153, § 8º, parte final, da Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 26 de janeiro de 1970; 149º da Independência e 82º da República. Emílio G. Médici; Alfredo Buzaid. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del1077.htm#:~:text=DECRETO-LEI%20N%C2%BA%201.077%2C%20DE%2026%20DE%20JANEIRO%20DE,o%20artigo%2055%2C%20inciso%20I%20da%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20e. Acesso em: 06 de fevereiro de 2024

Fontes Documentais:

BRASIL. Serviço Público Federal. Departamento de Polícia federal. Divisão de Censura de Diversões Públicas. Caixa 704. Exame de Letra Musical. **Luta Voraz**. Parecer nº 2616. Rio de Janeiro, 25 de setembro, 1978.

BRASIL. Serviço Público Federal. Departamento de Polícia federal. Divisão de Censura de Diversões Públicas. Caixa 725. Exame de Letra Musical. **De Leve**. São Paulo, 1977.

BRASIL. Serviço Público Federal. Departamento de Polícia Federal. Divisão de Censura de Diversões Públicas. Caixa 704. Exame de letra musical. **Fantasia de Diabo**. Parecer Nº 2617, Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1978.



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Referências Bibliográficas:

CAROCHA, M. L. **A censura musical durante o regime militar**. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 44, p. 189-211, 2006. Editora UFPR.

DOBERSTEIN, Juliano Martins. **As Duas Censuras Do Regime Militar**: O Controle Das Diversões Públicas E Da Imprensa Entre 1964 E 1978. Dissertação de mestrado – Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

FICO, Carlos. **“Prezada Censura”**: cartas ao regime militar. Topoi, Rio de Janeiro, dezembro 2002. P. 251-286.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964**: O Golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

HEREDIA, Cecília Riquino. **A caneta e a tesoura**: dinâmicas e vicissitudes da censura musical no regime militar. 2015. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-08072015-120328/>. Acesso em: 10-10-2022.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda**: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo, 2012.

NAPOLITANO, Marcos. **A MPB sob suspeita**: a censura musical vista pela ótica dos serviços de vigilância política (1968-1981). Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24. Nº 47, p. 103-126, 2004.

_____, Marcos. **História e Música**. Belo Horizonte: autêntica, 2005. 3 ed.

MAIA, Adriana; STANKIEWICZ, Mariese Ribas. **A música popular brasileira e a Ditadura Militar**: vozes de coragem como manifestações de enfrentamento aos instrumentos de repressão. Paraná: Universidade Tecnológica Federal do Paraná.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



MARCELINO, Douglas Attila. **Salvando a pátria da pornografia e da subversão: a censura de livros e diversões públicas nos anos 1970.** Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação em História Social do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

PARANHOS, Adalberto. **A música popular e a dança dos sentidos: distintas faces do mesmo.** ArtCultura. Uberlândia-MG, n.º 9, jul.-dez. de 2004.

_____, Adalberto. **Dialogismos e polifonia na música popular.** apropriações e reapropriações de sentido. ArtCultura. Uberlândia, v. 24, n. 45, p. 81-94, jul.-dez. 2022.

QUINALHA, Renan Honorio. **Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988).** 2017. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: doi:10.11606/T.101.2017.tde-20062017-182552. Acesso em: 02-01-2023.

RIDENTI, Marcelo. **Cultura e política: os anos 1960–1970 e sua herança.** In: Ferreira, Jorge; Delgado, Lucília de Almeida Neves (org.). O tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização Quarta República (1964-1985). 1. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, p. 120-158.

_____, Marcelo. Cultura. In: Reis, Daniel Aarão (org.). **Modernização, Ditadura e Democracia: 1964-2010.** 1. Ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. (História do Brasil Nação: 1808-2010, v. 5)

SETEMY, Adriana Cristina Lopes. **Vigilantes da moral e dos bons costumes: condições sociais e culturais para a estruturação política da censura durante a ditadura militar.** Topoi (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 19, n. 37, p. 171-197, jan./abr. 2018.

747





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



MEDO E TRISTEZA COMO ELEMENTOS SINTOMÁTICOS PARA INTERNAÇÃO DE PROFESSORAS PAULISTAS NO SANATÓRIO PINEL (1929-1945): APONTAMENTOS PRELIMINARES

Gabriel Meneses Barros¹

Há medo, na realidade, em todo lugar.
Manuel Vilas, *Em tudo havia beleza*.

Estou triste, tão triste
Estou muito triste
Por que será que existe
O que quer que seja?
O meu lábio não diz
O meu gesto não faz
Eu me sinto vazio
E ainda assim farto
Caetano Veloso, *Estou triste*.

748

Enquanto realizava, em um dos momentos de calma no serviço, a leitura da obra *História das emoções*, dirigido por Alain Corbin (2020)², para a escrita deste texto, tive de atender um professor, devido a um problema burocrático com ele. Quando o mesmo viu a obra na mesa que ocupo, ficou olhando para o livro, e então contou um pouco da sua trajetória recente, período no qual precisou de tratamento terapêutico, para lidar com um sentimento que o impedia de enfrentar as tarefas mais banais de sua vida cotidiana. O que chama a atenção nesse episódio é que ao ver o título da obra que eu estava lendo, o profissional se sentiu aberto a contar sobre um momento de sua existência em que as emoções foram bem demarcadas e, tomo de empréstimo a expressão popular, “tomado” por elas. O que ele não sabia é que lia um dos capítulos para, justamente, escrever sobre professoras e o quanto as emoções foram pertinentes para a construção de sintomas que levaram as profissionais a serem internadas no Sanatório Pinel, instituição erigida pelo médico psiquiatra Antônio

¹ Doutorando e mestre em Educação pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Professor da rede Estadual de Educação de São Paulo. Membro da diretoria do Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES 2021-2024). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6537-8456>. E-mail: gabrielmbarros@uol.com.br.

² A obra é constituída em três volumes, tendo a direção de Alain Corbin, Jean-Jacques Courtine e Georges Vigarello, o que eu lia na ocasião do relato é o segundo, que é dirigido por Corbin, que compreende o período das Luzes até o final do séc. XIX.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Carlos Pacheco e Silva (1898-1988)³. Das emoções que se pretende tratar neste texto, foco o medo e a tristeza.

Antes, contudo, se faz pertinente algumas observações sobre as emoções. Para início, pergunto em ressonância com Didi-Huberman (2021, p. 11): “o que se entende por emoção?”. A resposta pode ser singela, entretanto abrindo vários horizontes para o saber científico: é uma construção social, que varia conforme o tempo, a localidade e os indivíduos, ou seja, o gênero, a cor, a classe social, todos esses elementos incidem na experiência e no entendimento que se tem sobre a emoção (BURKE, 2012; COURTINE, 2020).

O fato é que nos últimos anos há um crescente interesse na realização da história das emoções (BURKE, 2012), por isso, é salutar a ponderação de que é um campo ainda em efervescência e descobertas, tanto no nível de fontes, quanto do método para consolidar as análises. Aqui, se pretende explorar alguns aspectos sobre a temática, sem, contudo, esgotar o assunto.

Didi-Huberman (2021), indica um fato interessante sobre as emoções, de que elas são nomeadas, inicialmente, por terceiros na vida das pessoas. Durante a infância se aprende a significar as experiências emocionais a partir do filtro de terceiros e, paulatinamente, se constitui o próprio, que por isso, sofre impacto direto e profundo das relações vividas. Nesse sentido, Castel (2020, p. 442) pondera que “as expectativas sociais em matéria de emoção [...] sempre regeram previamente os recortes científicos dos psicólogos”, e me atrevo a acrescentar que regeram todas as ciências psi. O que se quer sinalizar é que as emoções, mesmo quando analisadas pela ciência, sofrem o impacto da sociedade e do senso comum que impera sobre elas.

Ainda, conforme Didi-Huberman (2021), é possível verificar dois olhares filosóficos sobre a emoção ao longo dos séculos, na história do pensamento ocidental. O primeiro deles tinha a ideia de que a emoção tornava o indivíduo passivo e incapaz de agir. Seriam as emoções, nesse aspecto, muito mais paralisantes, entendidas como um impasse sobre os seres. Essa visão foi muito difundida desde o advento da filosofia, até que em Nietzsche se tem a invertida dessa ideia: a emoção passa a ser entendida como um gesto ativo, não mais como algo que coloca o corpo e o ser em impotência, mas em movimento, em constituição, em ação. Tais reflexões levam a uma nova compreensão sobre as emoções: ela é o que está no

749

³ Por questões de espaço, não se pretende explicitar a instituição, nem os fatores que levaram a sua constituição. O que se pode assinalar é que ao regressar de viagem para a Europa e EUA, Pacheco e Silva se sentiu inspirado pelo que viu e assim, em sociedade com amigos, decidiu a abertura da instituição com o que havia de mais moderno no tratamento psiquiátrico no período. Para maiores informações sobre o empreendimento, recomenda-se a obra de Couto (2020) e Tarelou (2021).





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



sujeito, entretanto o supera, o ultrapassa, o transcende. A emoção seria o dentro e o fora, o que atravessa (DIDI-HUBERMAN, 2021).

Se percebe então que as emoções sofrem uma virada filosófica a partir do século XIX. Entretanto, Walch (2020) chama a atenção para um fator relevante, desde o século XVII e a solidificação da família e, conseqüentemente, da vida privada, se começa a ter maiores preocupações e controle sobre as emoções. Agora elas são passíveis de serem observadas por aqueles que estão próximos e também incutir sobre as pessoas visões comuns sobre as emoções. A vida privada, nesse aspecto, se torna fundante para solidificar o controle sobre as emoções e a ideia de uma pessoa controlada. Assim, pessoas exasperadas e “tomadas” pelas emoções, são vistas e localizadas rapidamente. Logo, qualquer excesso, seja de raiva, tristeza, amor, alegria, são notadas com maior velocidade, possibilitando, assim, a intervenção para o controle dessas emoções salientadas sobre o indivíduo.

Tal informação importa para o que se pretende discutir aqui, pois, é primeiro no universo familiar, e na própria introjeção que o indivíduo faz de si mesmo, que se percebem as emoções tidas por excessivas e excedentes, que culminam no encaminhamento da pessoa, considerada descontrolada, a uma instituição psiquiátrica. Logo, é no ceio da família que se percebe o excesso, que é compreendido como doença de cunho mental. Ainda, conforme Walch (2020), é possível assinalar que a “emoção é a fronteira”⁴ entre o privado e o público, é por meio da emoção que os indivíduos são notados.

De uma gama vasta de emoções, ênfase o medo e a tristeza, para isso, observo a menção delas nos prontuários médicos de professoras que foram internadas no Sanatório Pinel, no período que compreende de 1929, abertura da instituição, até 1945, quando o hospital, que era particular, passa ao controle estatal, tornando-se público. A primeira constatação é que não escrevo propriamente sobre as emoções dessas profissionais que foram internadas, e sim sobre a visão de terceiros sobre aquilo que compreenderam, na ocasião, serem as emoções de medo e tristeza naquelas distintas sujeitas. As questões que surgem e direcionam o que vem a seguir é o quanto medo e tristeza fundamentam a confirmação por parte médica do adoecimento mental? Por qual razão medo e tristeza são emoções motrizes para esse trabalho? E o quanto essas emoções se referem, propriamente ao fazer docente e seu universo?

Inicialmente, respondendo à questão da ênfase sobre medo e tristeza, talvez seja mais sutil do que aparenta, contudo, me baseio em Stearns (2008) e a indicação de que, em fins do século XIX em diante, há um advento da alegria como emoção preponderante, sendo veiculada pelos meios políticos, sociais e econômicos. O autor, por exemplo, narra sobre

750

⁴ Ver páginas 297-299.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



trabalhadores terem que se apresentar alegres em suas funções trabalhistas e o Walt Disney com seu mundo de fantasias estendido para todos as idades, tendo, em ambos os casos, a difusão da alegria como emoção preponderante. No capítulo, o autor afirma que essa ênfase na alegria acaba gerando um efeito reverso, que é um aumento do adoecimento, ou seja, ao mesmo tempo em que se estimula um povo alegre, o efeito que se localiza, em alguns casos, é do aumento da tristeza, do medo e de outras emoções, que se assemelham aos casos aqui analisados, como tentarei demonstrar. Neste aspecto, não sinalizo que há “emoções positivas” e “emoções negativas”⁵, apenas indico que há emoções que causam reações distintas sobre os indivíduos.

Ao todo, de um montante de mais de 3900 prontuário, entre 1929 e 1945, 70 deles se referem a professoras, localizados no Arquivo Público do Estado de São Paulo, instituição que armazena os prontuários médicos do Sanatório Pinel. Destes 70, a menção ao termo *medo* consta 12 vezes, enquanto os termos *triste*, *tristeza*, *tristonha(o)* aparecem 25 vezes. Tais termos aparecem, em alguns casos, mais de uma vez na descrição dos prontuários. Ao todo, dessas menções, são 17 prontuários, em apenas 2 constando tanto termos que envolvem o medo quanto a tristeza. São 14 mulheres e 3 homens, por isso coloco os termos no feminino em respeito à maioria feminina. Adiante, ao explorar os prontuários e o que há neles, em respeito à legislação brasileira, que assegura o sigilo dos nomes dos pacientes nos prontuários médicos, omito os nomes adotando apenas as siglas. Por fim, pretendo utilizar de maneira geral os 17 prontuários e enfatizar 3 deles para análise.

Entretanto, antes de prosseguir, se faz oportuno situar as discussões sobre os conceitos de medo e tristeza que localizei. De princípio, o que chama a atenção é o quanto no Brasil tal debate ainda está se estruturando, ao menos na publicação de textos, enquanto, em outros idiomas se consegue localizar com maior facilidade trabalhos na área da História das emoções⁶. Nesse sentido, há mais trabalhos discorrendo sobre o medo, do que sobre a tristeza, ao que parece confirmando o que Bourke (2003, p. 111) afirma: “Fear has been one of the most influential emotions in humanity's history”.

Na tentativa de localizar, minimamente, o que medo e tristeza significavam no período em que os prontuários foram registrados, dois dicionários disponíveis na internet foram utilizados. Um de 1913 e outro de 1925. Conforme o dicionário mais antigo, medo significa

751

⁵ Na obra em que se encontra o capítulo de Stearns, há um específico sobre tristeza (BONANNO, GOORIN, COIFMAN, 2008), no qual os autores sinalizam em partes do texto “emoções positivas”. Tal texto será discutido mais à frente.

⁶ Os textos utilizados neste artigo possuem uma vasta gama de bibliografia sobre a temática, sendo a imensa maioria em outros idiomas, como o inglês e o francês. Enfatizo os trabalhos de Bourke (2003) e Courtine (2020), situando especificamente numa bibliografia sobre a temática do medo e o quanto tal assunto fora estudado em outros contextos e localidades.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



“Temor ou susto, resultante da ideia de um perigo real ou aparente, ou causado pela presença de objecto perigoso ou estranho. Receio” (FIGUEIREDO, 1913, p. 1265). Por sua vez, triste se tem “Qualidade ou estado do que é triste. Melancolia. Consternação. Aspecto de quem revela mágoa ou aflicção” (FIGUEIREDO, 1913, p. 2004).

O segundo dicionário, o mais próximo do período estudado, define medo como “terror, receio, susto, perturbação que se sente com a ideia de um perigo real ou aparente ou com a presença de alguma coisa estranha ou perigosa. (CALDAS AULETE, 1925, p. 269). Triste seria “falta de alegria, de contentamento” (CALDAS, 1925, p. 1073).

Será que tais conceitos permaneciam os mesmos no período aqui analisado? Nossa hipótese é de que, se houve alterações, não foram a ponto de desconsiderar esses elementos, acima referidos. O que é pertinente indagar é se “temor”, “terror” e “medo” são a mesma emoção, ou se “tristeza” e “melancolia” são sinônimos? Ou, uma terceira questão, se triste seria de fato a falta de alegria? A ideia aqui não é a tentativa de responder a isso, mas de indicar que distintos trabalhos acadêmicos oscilam nessas aproximações e distinções. Por exemplo, o texto citado de Bourke (2003), aproxima medo e ansiedade, fato também endossado por Courtine (2020). Por sua vez, ainda exemplificando, Starobinski (2016) toma como sinônimo melancolia e tristeza, como se observa no próprio título da obra e ao longo da mesma.

Apesar dos apontamentos feitos até o momento, aproximar medo e tristeza acarreta em si alguns questionamentos, que carecem de maiores trabalhos para destrinchar, contudo valem serem mencionados para instigar outras pesquisas: Todo medo carrega consigo tristeza? Toda tristeza teria um medo escondido? O que é mais perceptivo o medo ou a tristeza? O fato é, retomando a metáfora de Walch (2020) de “emoção fronteira”, que as emoções são fronteiriças entre elas mesmas, variando muitas vezes pelo grau, incidência, expressão e reação corporal.

Observando os prontuários, propriamente dito, das 12 menções da palavra medo, somente em um prontuário se constata que a paciente não teve problemas de sono, em todos os outros a insônia e problemas para dormir foram apresentados. Qual a relação entre insônia e medo?

Notam-se distintos medos, o que dialoga com Walch (2020, p. 296) e a ideia de um “caleidoscópio das emoções”, o que significa assinalar que cada emoção é múltipla em si mesmo. Há medo de ficar louca (3 prontuários), diante das perturbações e sintomas que estavam sentindo (1 prontuário); medo de morte na família (1 prontuário); medo de seringa e similar (1 prontuário), medo de medicamentos em excesso (1 prontuário); medo de hemorragia após o parto do filho (1 prontuário); medo do fim do mundo (2 prontuários); medo da prisão (1 prontuário); e medo de não dar conta das demandas (2 prontuários).

752





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



O que se percebe, de modo geral, é que no histórico que as famílias constroem, a hiperemotividade aparece como um elemento. Ou seja, desde a infância, já demonstravam comportamentos entristecidos, cabisbaixos, melancólicos.

Especificamente sobre o trabalho docente, dois casos chamam a atenção. O primeiro é de um professor que é internado por conta de alcoolismo, sempre se mostrou hiperemotivo, de natureza sensível, conforme seu prontuário, e justifica os episódios de bebedeira da seguinte forma: “As justificativas são as mais variadas possíveis: ora excesso de trabalho, ora a solidão que se encontra etc.” (PRONTUÁRIO CMC, 1943).

No período estudado, as professoras, ao ingressarem na profissão, eram remetidas às escolas isoladas, aquelas que ficavam distantes dos centros urbanos e que era apenas uma professora por localidade, tendo de, na maioria das vezes, dar aulas para turmas seriadas, enquanto nos centros urbanos ficavam os grupos escolares, situados em um prédio, normalmente suntuoso, acomodando várias professoras, podendo separar as classes de aula pelo ano em que o aluno estivesse cursando (DEGANI, 1973; DEMARTINI; TENCA; TENCA, 1985; CATANI; LIMA, 1997; SOUZA, 1998). Galgar melhores localidades requeria da profissional um excelente desempenho e também uma rede de sociabilidades que facilitasse o processo. Em decorrência disso, muitas professoras acabavam ficando na mesma localidade por anos, afastada dos familiares, com hábitos que nem sempre condiziam com a localidade em que estavam situadas, podendo agravar a sensação de solidão e medo. Fora isso, a demanda que se requeria das profissionais era enorme⁷.

Todavia, o caso, aqui referido, do professor internalizado prossegue. Conforme seu prontuário:

O snr. deu entrada no Sanatório em estado de embriaguez, na fase de excitação: eufórico, isátrico, cambaleante; mostrava-se afavel, mas, contou-nos, em tom misterioso, que havia estalado em São Paulo uma revolução comunista, da qual era êle o chefe; denotava, por isso, certa apreensão, mêdo de ser preso ou perseguido (PRONTUÁRIO CMC, 1943).

Vale ressaltar que o período de intervenção feita por Getúlio Vargas no país trouxe várias apreensões ao povo, sobretudo o paulistano, que se opôs ferrenhamente ao mesmo no início do seu governo (WEINSTEIN, 2022). Também havia um combate ao comunismo. O fato do professor ao ser levado a instituição falar da revolução comunista, sinaliza o quanto tal temática movimentava o pensamento social, sendo pauta da cotidianidade dos indivíduos.

⁷ A título de exemplo, ver o Decreto de nº 5884/33, que instituiu o Código de Educação, contendo 992 artigos, promulgado quando Fernando de Azevedo era o Secretário de Educação e Saúde Pública do Estado de São Paulo.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Ao fim do prontuário, o médico que o redigiu assinala: “Trata-se como vemos de um alcoolista, cujo vício provavelmente é consequência da constituição HIPEREMOTIVA” (PRONTUÁRIO CMC, 1943). A se perceber que as emoções afloradas do profissional, foi, na visão médica, o que o levou ao vício, ou seja, a ideia outrora apresentada de que as emoções são movimentos, se constata neste relato.

O segundo caso é de uma professora. Esta, ao assumir a direção da escola em que atuava, em Franca, não aguentou as pressões e novamente a ideia de solidão aparece, como fato causador de medo, como se lê em seu prontuário:

[...] o agravamento do meu mal deu-se de um ano para cá quando passei a substituir o diretor da escola, comecei a ficar com medo de permanecer sosinha em qualquer lugar, de viajar só - o que tinha de fazer diariamente de Franca a Crystais-, tendo tido uma crise nervosa em Fevereiro em pleno desempenho da minha missão, com crise de choro, medo de ficar louca e angústia. Desde então, as idéias mais absurdas possíveis afluem-me a cabeça, de maneira mais variadas possíveis, sendo que ultimamente estas são de caráter sexual. (PRONTUÁRIO AP, 1944).

Outra vez, solidão e a ideia de distância do trabalho foram elementos que corroboraram para o desgaste emocional e o agravamento da sensação de medo. Reforçado a isso, a inquietação que lhe toma também a faz temer ficar louca, como nos outros casos observados.

Por sua vez, a tristeza é, aparentemente, um elemento importante nas avaliações médicas, pois no ato da entrada dos pacientes há um questionário em que consta a pergunta “Quaes os motivos que determinaram a internação do paciente no Sanatório?”, e dentre as opções a alternativa b era “Ficava triste, deprimido?”, já demonstrando a aproximação médica entre triste e deprimido.

Quanto aos prontuários, a maioria deles revela casos de agitação e agressividade nas professoras em seus episódios de crise e, logo depois que os episódios passavam, vinha uma tristeza (3 prontuários). Seria essa tristeza fruto de outra emoção, que é a vergonha, mediante o arrependimento que eram acometidas após os acessos de agressividade? Esta é uma hipótese que transparece. Por outro lado, após o tratamento médico, muitas apresentaram um comportamento triste que não passava apesar das medicações (6 prontuários). Para além disso, um ponto que se assemelha ao do medo é a menção à hiperemotividade ao longo da vida.

Especificamente sobre a docência, aparecem casos da tristeza que vêm de morar longe dos familiares. E em um caso em específico tem-se:





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



O presente surto data de um mês para cá e sobreveio após a reprovação de sua aluna. Desde, então, começou a mostrar-se tristonha, lastimando-se a todo momento do sucedido, com crises constantes de choro, não querendo receber o dinheiro por julgar indigna, pois, não havia lecionado bem seus alunos. Após êste fato os sintomas psíquicos vem gradativamente tomando corpo, até chegar ao ponto de ser impossível a sua manutenção em sua casa, pois, não tardou a tentar contra a existência, cortando o pescoço com um instrumento cortante. (PRONTUÁRIO CAPP, 1944).

Desde o início da República as avaliações escolares de fim de ano eram exames públicos, feitos em grandes eventos, que contavam com as figuras de autoridades locais e também aberto à comunidade (SOUZA, 1998). Tais rituais exerciam uma grande pressão sobre os estudantes e as professoras, pois definiam as aprovações ou as retenções. No caso dessa professora, a retenção de uma aluna a abalou profundamente, pois indicava a sua falha enquanto profissional.

Estes foram apontamentos iniciais sobre a questão, carecendo de um estudo mais abrangente e pormenorizado. O que se percebe é que as emoções das professoras, bem como suas preocupações, dialogam profundamente com o contexto em que estão inseridas. Seria, nesse sentido, o excesso que as demarcam? No caso da tristeza, se tem a hipótese de que a vergonha diante do excesso é que trazia a tristeza, logo há uma percepção social de si para com o público que as colocam em estado de tristeza. Quais as relações dessa “percepção social de si” com o patriarcado e a lógica machista que imperava sobre São Paulo no período?

O medo por sua vez não é algo menor, embora aparecendo em menor propensão. Os medos são diversos, tais quais as tristezas, entretanto há um medo quase comum: o receio de estar ficando louca. O quanto o medo de ficar louca pode acabar gerando outros medos e transtornos? Isso também demarca o quanto a figura do louco era malquista socialmente, apontando para a exclusão social que esses indivíduos vivenciavam.

Há acordo com Bourke (2003), de que as emoções são expressão de poder. Por exemplo, se mostrar triste, após um acesso de fúria, não seria, nesse caso, uma expressão de poder para convencer o interlocutor? Bonanno, Goorin e Coifman (2008) apontam que a tristeza cria o espaço da “ruminação”, que é o lugar em que se desacelera e se pensa sobre o que fez. É também na tristeza, conforme os autores, que os interlocutores se sensibilizam e se mostram mais propensos a ouvirem. Nesse aspecto, os casos de tristeza seriam expressões de poder para reter atenção? Creio que sim.

No caso do medo, seria expressão de poder a demonstração que se importa em manter a mente sã, a consciência sobre o mundo e aos outros ao redor. Em ambos os casos, são as

755





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



emoções a fronteira, referida por Walch (2020), criando o elo, a ponte das professoras para com aqueles que a circundam.

Outro tópico é pensar no quanto os médicos tomavam como essenciais a história das pacientes para a construção dos laudos e também reconhecimento dos indícios de adoecimento delas. Parecem ignorar quase que inteiramente as questões atreladas ao trabalho, ou seja, ignoram as questões externas e daquelas que colocam as professoras em contato com a sociedade, como se, de alguma forma, a sociedade e o labor não incidissem sobre a mentalidade delas, e que o adoecimento é fruto único e exclusivamente delas e do histórico, quando através da genética já havia indícios de possíveis adoecimento.

Para finalizar, retomo as epígrafes deste texto. Se há medo em todo lugar, como adverte Vilas, e uma tristeza que nos deixa vazio e farto ao mesmo tempo, como salientado por Veloso, resta aprender e expor a experiência de terceiros, que tanto dialogam com a vida cotidiana contemporânea, para assim sair do estágio de mutismo sobre nós mesmos. Afinal, a solidão não é um produtor de medo e tristeza na maioria dos sujeitos contemporâneos, por exemplo? Ou o medo aparece nas situações mais inesperadas, revelando que ele está em todo lugar? Ou, por outro lado, a tristeza não nos leva a um mutismo, como reflexo da vergonha que se sente? Enfim, singelamente, o que me propus aqui foi indicar a experiência de terceiros, na expectativa de que dialogue com a nossa.

756

Referências

BONANNO, George A.; GOORIN, Laura; COIFMAN, Karin G. Sadness and grief. In: LEWIS, Michael; HAVILAND-JONES, Jeanette M.; BARRETT, Lisa F (eds). **Handbook of emotions**. The Guilford Press, 2008.

BOURKE, Joanna. Fear and Anxiety: Writing about Emotion in Modern History. **History Workshop Journal**, 55 (1), 2003, p. 111–133. Disponível em: <<https://doi.org/10.1093/hwj/55.1.111>>. Acessado em 29 de dez. de 2023.

BURKE, Peter. A esperança tem história? **Estudos Avançados**, vol. 26(75), 2012, p. 207–218. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142012000200014>>. Acessado em 28 de dez. de 2023.

CATANI, Denice B.; LIMA, Ana L. G. Vigilância e controle: os *Anuários do Ensino do Estado de São Paulo* e a História do trabalho docente no Brasil (1907-1937). In: CATANI, Denice B.;





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



BASTOS, Maria H. C. (orgs.): **Educação em Revista: A Imprensa Periódica e a História da Educação**. São Paulo, Escrituras, 1997.

CALDAS AULETE, Francisco J. **Diccionario contemporaneo da lingua portugueza**. Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, 1925.

CASTEL, Pierre-Henri. O caso da depressão. In: In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (orgs.). **História das emoções: 3. Do final do século XIX até hoje**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2020.

CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (orgs.). **História das emoções: 2. Das Luzes até o final do século XIX**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2020.

COURTINE, Jean-Jacques. O medo na era da ansiedade. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (orgs.). **História das emoções: 3. Do final do século XIX até hoje**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2020.

COUTO, Rita. C. C. de M. **Nos corredores do Pinel: eugenia e psiquiatria**. São Paulo: SP, Editora LiberArs, 2020.

DEGANI, Maria Theresinha. **Aspectos mais significativos da Instrução Pública no Estado de São Paulo na primeira década republicana**. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, UNESP–Araraquara, 1973.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; TENCA, Sueli Cotrim; TENCA, Álvaro. Os alunos e o ensino na República Velha através das memórias de velhos professores. In: **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 52, fev. 1985, p. 61–71.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Que emoção! Que emoção?** São Paulo, SP: Editora 34, 2021.

FIGUEIREDO, Candido. **Novo dicionário de língua portuguesa**. Disponível em: <<https://www.gutenberg.org/files/31552/31552-pdf.pdf>>. Acessado em 29 de dez. de 2023.

757





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



SOUZA, Rosa F. de. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890–1910). São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

STAROBINSKI, Jean. **A tinta da melancolia**: uma história cultural da tristeza. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

STEARNS, Peter N. History of Emotions: Issues of change and impact. In: LEWIS, Michael; HAVILAND-JONES, Jeanette M.; BARRETT, Lisa F (eds). **Handbook of emotions**. The Guilford Press, 2008.

TARELOW, Gustavo Querodia. **Psiquiatria e política**: o jaleco, a farda, e o paletó de Antonio Carlos Pacheco e Silva. Rio de Janeiro: Editora da FioCruz, 2021.

WALSH, Agnès. Da alma sensível ao advento do estudo científico das emoções: a densificação das emoções na esfera privada. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (orgs.). **História das emoções**: 2. Das Luzes até o final do século XIX. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2020.

WEINSTEIN, Barbara. **A cor da modernidade**: A branquitude e a formação da identidade paulista. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2022.

Fontes

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **PRONTUÁRIO CMC, 1943 (CO9677)**. São Paulo: 2023.

_____. **PRONTUÁRIO CAPP, 1944 (CO9680)**. São Paulo: 2023.

_____. **PRONTUÁRIO AP, 1944 (CO9681)**. São Paulo: 2023.

SÃO PAULO. **Decreto 5.884, de 21 de abril de 1933**. Disponível em: < <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1933/decreto-5884-21.04.1933.html> >. Acessado em 29 de dez de 2023.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



UMA LEITURA DE 1964: DARCY RIBEIRO, HISTÓRIA E MEMÓRIA

Laurindo Mekie Pereira¹

Há 60 anos, comandantes militares, após meses ou mesmo anos de conspiração, depuseram, com apoio de segmentos civis, o presidente João Goulart. Era o fim da experiência democrática iniciada em 1945, no Brasil, após a ditadura varguista. Isso estava claro. Era o início de um novo e longo tempo de governos autoritários, sabemos hoje. Naquele momento, as águas eram mais turvas. Os próprios líderes do golpe se reclamavam agentes de salvação da democracia. Desde então, foi produzido um grande número de interpretações sobre 1964. Nesse trabalho, revisito o tema, procurando discerni-lo a partir da intervenção e versão de Darcy Ribeiro, um dos personagens que participaram do centro dos acontecimentos, porque era ministro da Casa Civil de Goulart no momento da ruptura.

Procuro estudar o Darcy agente histórico a partir das fontes coevas e da bibliografia e a interpretação que o próprio apresenta para os fatos com base em suas memórias publicadas *a posteriori*.

Quais as razões do golpe? Qual o papel dos EUA? Quais são os responsáveis pela ruptura? Como se transforma a leitura de Darcy Ribeiro sobre o episódio? Qual a razão das eventuais mudanças? São questões que vão guiar as presentes reflexões.

Em 2014, participei de um evento, entre as centenas que se realizaram Brasil afora por causa dos 50 anos do golpe de 1964. A mim coube, entre outras coisas, comentar o documentário “O dia que durou 21 anos”, produção de 2012 do jornalista Flávio Tavares. Foi um pouco constrangedor. Era explícito que a grande maioria dos presentes apreciara muito o que vira. Fiz o papel do “desmancha prazeres”. Fiz a crítica historiográfica, não técnica ou estética. O contexto de Guerra Fria impõe, de saída, considerar o papel dos Estados Unidos nos eventos políticos da América Latina, especialmente depois da Revolução Cubana e da adesão

¹ Doutor em História pela USP. Professor da Universidade Estadual de Montes Claros/Unimontes, atuando nos Programas de Pós-Graduação em História/PPGH e Desenvolvimento Social/PPGDS.

E-mail: mekie1@hotmail.com

Financiamento: Esse trabalho é resultado parcial da pesquisa “O papel dos intelectuais: teoria e engajamento em Darcy Ribeiro, Afonso Arinos e Oscar Dias Corrêa”, com financiamento da FAPEMIG (APQ-03136-22)





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



do regime de Fidel Castro ao bloco soviético. Porém, argumentei, o documentário “forçou a mão” ao colocar o foco sobre as ações dos EUA como razão principal do golpe, fazendo tábula rasa de toda a dinâmica social e política interna sobejamente discutida por diversos autores (FERREIRA, 2003, FIGUEIREDO, 1993, MOTTA, 2000, 2021, REIS FILHO, 2001).

Apesar disso, me impressionou como é sedutora a explicação que enfatiza a intervenção norte-americana, especialmente entre os segmentos à esquerda do espectro político. Quais as razões disso? Seria o anti-imperialismo e anti-americanismo arraigados na cultura política comunista (MOTTA, 2013, p. 24) ? Outra razão seria a dificuldade de lidar com o tema do apoio social ao golpe e ao regime de 1964. Ao deslocar o foco para um agente externo, evita-se o fato embaraçoso do engajamento de setores da sociedade civil com os movimentos anti-democráticos.

Reencontrei a tese que havia criticado no evento de 2014 ao iniciar a pesquisa atual – um estudo sobre três intelectuais do Estado de Minas Gerais (Darcy Ribeiro, Afonso Arinos de Melo Franco, Oscar Dias Corrêa) -, especificamente nos escritos de Darcy Ribeiro concernentes a 1964. Ribeiro era ministro chefe da Casa Civil do presidente Goulart. É personagem e intérprete dos fatídicos episódios que inauguraram a ditadura que durou até 1985.

Darcy Ribeiro nasceu em Montes Claros/MG, em 1922. Foi militante comunista na juventude e, progressivamente, abraçou o pensamento trabalhista. Um dos momentos-chave da sua transformação político-ideológica teria se dado no dia 24 de agosto de 1953, data do suicídio de Getúlio Vargas. As grandes manifestações populares contra os inimigos de Vargas mostraram ao jovem comunista que os trabalhadores que ele acreditava representar, na verdade, se identificavam com o presidente que acabara de tirar sua própria vida (RIBEIRO, 1997; CARDOSO JÚNIOR, 2021, 318-319)

Formado em Antropologia, tendo destacado papel na fundação da Universidade de Brasília e dirigido o Ministério da Educação entre setembro de 1962 e janeiro de 1963, Darcy Ribeiro era jovem e tinha pouca experiência política quando assumiu a chefia da Casa Civil do Governo João Goulart, em junho de 1963. A propósito, ele não era o único ministro jovem daquele governo. Entre os 14 ministros, 8 tinham menos de 50 anos. Darcy tinha 41 (CARDOSO JÚNIOR, 2021, p. 86; MATTOS, 2007, p. 184)

Seu estilo agressivo e a falta de habilidade era apontada pelos críticos como razão das dificuldades do governo no Congresso (CORREIO DA MANHÃ, “Darci acusado de provocar derrotas”, 11 ago. 1963, p. 2. Acesso: 18 jan. 2024.)

Próximo a Goulart, o ministro era a voz mais enérgica do governo a duelar com a oposição pelos jornais. Em 1964, foram frequentes as discussões de Darcy contra Carlos Lacerda e

760





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Bilac Pinto, governador da Guanabara e Presidente da União Democrática Nacional/UDN, respectivamente. Os opositores acusavam o governo de planejar um golpe e distribuir armas aos sindicalistas. Ribeiro repelia as acusações e lembrava o histórico golpista de Lacerda e do seu partido, a UDN. (JORNAL DO BRASIL, “Darci repele acusações de Bilac a quem chama de “poeta dos Contemplados”, 18 jan. 1964, p. 5. Acesso 12 jan. 2024).

As alterações entre Darcy e o presidente da UDN se estenderam pelas semanas seguintes, com a temperatura política se elevando a cada dia. (CORREIO DA MANHÃ, 18 jan. 1964, p. 5; 14 fev. 1964, p. 5, 15 fev. 1964, p. 6 Correio da Manhã (RJ) - 1960 a 1969 - DocReader Web (bn.br) Acesso: 18 jan. 2024.

No dia 13 de fevereiro de 1964, Darcy Ribeiro fez pronunciamento em rede nacional para criticar os opositores ao pacote de reformas. Vou privilegiar, de forma deliberada, a cobertura do jornal *Última Hora*. A razão é que procuro captar o pensamento de Darcy Ribeiro, sua visão no momento máximo da crise política. Este periódico, aliado explícito do governo, possivelmente fazia a cobertura e reproduzia as falas do ministro da forma mais próxima que ele desejava tornar pública.

Em trecho emblemático, Ribeiro afirmou que “as Forças Armadas estão unidas para levar avante, passo a passo, as medidas necessárias para alcançar as reformas de base” (ÚLTIMA HORA. “Darci mostra governo e diz: nada deterá reformas”, 14 fev. 1964, p. 4 Última Hora (RJ) - 1951 a 1984 - DocReader Web (bn.br) Acesso em 14 jan. 2024).

Por que mencionar as Forças Armadas? Em tese, os debates políticos deveriam estar adstritos as ruas e aos poderes civis. Porém, Darcy conhecia bem a política nacional e sabia da centralidade da caserna nesse jogo desde o início da República (CARVALHO, 2006; MARTINS FILHO, 2023; STEPAN, 1975). Não. No dia 13 de fevereiro de 1964 as Forças Armadas não estavam unidas, menos ainda em prol das medidas de Jango. A conspiração grassava nos meios militares e civis. A necessidade da afirmação de Darcy já denuncia a instabilidade.

Segundo o ministro, os inimigos do governo e das “reformas democráticas” seriam os mesmos que conspiraram contra as posses de Vargas e Juscelino Kubistchek/JK, insuflaram militares com o presidente Juscelino durante o seu mandato e intentaram o golpe em 1961: o “poder econômico”, o “IBAD” (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), latifundiários, testas de ferro de empresas estrangeiras.

Ainda sobre a denúncia de Bilac Pinto, Darcy, além de negar as acusações, apontou as manobras do parlamentar e seu partido em tons sempre golpistas, incluindo as tentativas de aliciar “militares ingênuos”.

761





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Ele falou também a remessa de lucros das empresas estrangeiras, fazendo uma diferenciação: “O decreto do Presidente Goulart não encerra nenhuma hostilidade ao estrangeiro, que veio colaborar conosco trazendo seus capitais e máquinas. Visou, apenas, a acabar com o abuso”, permanecendo o direito das empresas estrangeiras a remuneração de, em forma de lucro, de 10% do investimento. (Idem, p. 4). Não se trata de detalhe banal. Aceitar de forma seletiva e condicionada a presença do capital estrangeiro era linha divisória que classificava os nacionalistas no país desde os anos 1950 (MOREIRA, 2003, BIELSCHOWSKY, 1996) Vale destacar a pluralidade de adversários das reformas, segundo Darcy, em fevereiro de 1964. Tratava-se, nos seus termos, do “Clube dos Contemplados”. Em virtude do cargo que ocupava, obviamente, ele não poderia incluir no Clube exatamente o segmento mais decisivo, os militares. Na sua listagem, eles apenas aparecem como os ingênuos seduzidos pela UDN. O país estaria numa encruzilhada histórica: teria que escolher entre os 75 milhões de pobres ou entre os 5 milhões de privilegiados. Duas teses se debatiam: governo e povo x “clube dos contemplados”.

Além disso, embora fale dos “testas de ferro” de empresas estrangeiras, Darcy nada diz sobre os EUA. Desconhecia seus interesses ou simplesmente não poderia, como ministro, dizer qualquer coisa a respeito? Possivelmente, vale a segunda alternativa. Voltarei a esse ponto. Ao final, Darcy falta em três grandes forças/segmentos: o governo, o povo e o “clube dos contemplados”. Sim, havia conspiração, diz abertamente. Mas ela viria do terceiro grupo, incomodado em perder seus privilégios.

Quem comporia “o povo”? o que pensa o povo em termos de política? Na fala de Darcy, fica implícito que o povo é composto pelos trabalhadores e pelos que “não tem nem o suficiente para viver” (Idem).

Darcy Ribeiro repetiu diversas vezes que o tema da reforma agrária colocava sua geração diante de uma escolha histórica, comparada a outras conjunturas com a independência e principalmente a abolição do trabalho escravo. O argumento já tinha sido mobilizado em 1963 (CARDOSO JÚNIOR, 2021, p. 110; ÚLTIMA HORA, “Darcy Ribeiro: Lacerda conspira para roubar mandato que o povo deu a Jango”, 9 jul; de 1963, p.2. <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/89213> . Acesso: 19 set. 2023)

Em entrevista no dia 02 de março de 1964, o ministro replicou o argumento, estabelecendo uma relação direta entre os defensores do latifúndio e os escravagistas. Apesar da imagem difundida de um agitador e mesmo comunista, Darcy se esforçava para pregar a moderação, associando o tema do “caminho pacífico das reformas” à manutenção da tranquilidade, atribuindo aos seus opositores a responsabilidade pela convulsão social. (JORNAL DO

762





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



BRASIL, 03 mar. 1964, p. 4 “Darcy fala de escravatura” - Jornal do Brasil (RJ) - 1960 a 1969 - DocReader Web (bn.br) . Acesso: 21 jan. 2024)

A comparação da reforma agrária com a extinção do trabalho escravo era agressiva porque associava os opositores do governo Jango a algo abjeto como a escravidão, mas era algo um pouco abstrato porque remetia a fatos de 70 anos atrás, sem relação direta com a crise de 1964. Mais provocativo era Darcy citar de forma expressa João Goulart como herdeiro de Vargas e evocar explicitamente a carta testamento do ex-presidente, reafirmando a divisão entre Vargas/Jango/Povo/Nação brasileira X escravocratas de ontem e latifundiários de hoje (1964) (JORNAL DO BRASIL, 22 mar 1964, p. 11. “Darcy repete Vargas ao dizer que povo não será escravo de ninguém” Jornal do Brasil (RJ) - 1960 a 1969 - DocReader Web (bn.br) Acesso: 21 jan 2024)

Instado a comentar a Marcha da Família com Deus e pela Liberdade, movimento que levou milhares, talvez centenas de milhares, de pessoas as ruas em São Paulo contra o Governo Goulart, Darcy falou que se tratava de “grupos de privilegiados”, muito distantes do trabalhador e dos “bravos empresários de São Paulo, que ali construíram o maior parque industrial da América Latina...” (JORNAL DO BRASIL, 24 mar 1964, p. 3. “Darcy diz que Governo vai garantir a liberdade de pensamento sobre as reformas” - Jornal do Brasil (RJ) - 1960 a 1969 - DocReader Web bn.br. Acesso: 22 jan. 2024)

Nesse caso, a fala de Darcy indica duas preocupações: a) desqualificar o movimento, rotulando-o de elitista e b) identificar ou estimular uma fissura entre os empresários, destacando que haveria um segmento reacionário, opositor ao governo, e outro que remontaria a décadas de história e trabalho. Eram dois argumentos pouco plausíveis. Era difícil negar a representatividade da Marcha e, por conseguinte, o apoio social à deposição de Goulart, e, àquela altura dos acontecimentos, com o clamor anticomunista se espalhando na sociedade, explorado ao máximo pela oposição, era pouco provável encontrar apoio ao governo em importantes setores empresariais. O anticomunismo, explica Motta, cimentava a unidade do bloco pró-golpe (MOTTA, 2021)

Separar o cientista do cidadão é tarefa por demais complexa, senão impossível. No caso de Darcy Ribeiro, tentar isso seria contradizer todos os seus escritos e postura que, de forma explícita, ele declara serem engajados. Em seus termos: “Nenhum escritor é inocente, eu também não... Confesso que quero mesmo é fazer sua cabeça.” (RIBEIRO,1995, p. 7).



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Poder-se-ia dizer que o intelectual Darcy Ribeiro que analisa a história do Brasil é tão engajado quanto o ministro da Casa Civil, com a diferença fundamental de que o cargo político limitava sua liberdade de tornar pública sua percepção do processo histórico. Paradoxalmente, nesse caso, o distanciamento no tempo e a maior liberdade para analisar, falar e publicar resultam, parece-me, em perda de complexidade no exame do tema. Passando de personagem a intérprete dos eventos de 1964, Darcy fala das forças diversas que se alinharam contra o Governo Goulart, com a diferença de, estando na segunda condição, explicitar o papel do Governo dos EUA na costura golpista, aspecto que desconhecia ou não podia falar enquanto era ministro de Estado. A responsabilização dos Estados Unidos aparece de forma enfática nas suas instigantes confissões (RIBEIRO, 1997). Mas é no texto de 1994, por ocasião dos 30 anos do golpe, que Darcy Ribeiro mais carrega na tinta ao atribuir aos EUA o papel crucial no golpe. Após afirmar mais uma vez que o golpe visou impedir a reforma agrária e o controle das remessas de lucros das empresas estrangeiras, o autor destaca a oposição dos latifundiários e dos “políticos da UDN e do PSD”, que perdiam votos para o PTB, isto é, forças e interesses internos. Porém, a sequência do argumento é indicativa de sua visão do fato histórico:

Essas forças por si mesmas não eram capazes de subverter a ordem e tomar o poder. Para tanto, tiveram que apelar para uma terceira força, representada pelos grupos de interesses de capitais estrangeiros. Apelaram, então, para a intervenção norte-americana como guardiões do capitalismo no mundo. Foram eles que efetivamente desencadearam o golpe, mobilizando para isto a velha parcela conspirativa, de pendor udenista, das forças armadas, useira e vezeira do golpismo, e articulando as ações golpistas com os governadores do Rio, de Minas e de São Paulo (RIBEIRO, 2014, p. 247)

É curioso que os grupos internos implicados no golpe são expressamente nomeados por Darcy - a elite política civil (UDN), setores militares, grandes proprietários, governadores dos Estados mais poderosos -, mas expressamente colocados como secundários no processo. Fica implícito que sem a “intervenção norte-americana” o país teria vivenciado em 1964 uma outra crise política, semelhante a experiências anteriores, como 1954 e 1961. Logo, o fator decisivo teria sido externo, embora com expressas conexões com os grupos internos. Outro ponto que ele tinha restrição óbvia para destacar enquanto foi ministro de Jango era a participação dos militares. No entanto, quando está livre dessas amarras, sua leitura acerca das Forças Armadas é quase depreciativa. Preso no Rio de Janeiro, Darcy registra em seu diário de 1968 que os militares, inclusive Castelo Branco, eram despreparados, não tinha qualquer projeto para o país (RIBEIRO, 2014, p. 145-146, 154,158).





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Apesar das avaliações distintas, autores que estudam os militares no Brasil convergem quanto à percepção do crescimento da sua presença no campo político nos anos 1960, do incremento das suas ações e das relações orgânicas estabelecidas com segmentos civis (STEPAN, 1975; MARTINS FILHO, 2003).

Certamente há controvérsias entre os pesquisadores sobre a natureza do golpe e do regime, como sintetiza Mattos (2008). Porém, mesmo entre autores que tendem a enfatizar o papel dos civis, como Dreifuss (1987) e Melo (2014), não se descarta do importante papel dos militares. E em outros autores, como Ferreira (2003), Reis Filho (2001) e Motta (2021), é mais explícita a leitura de que os militares foram os agentes do golpe e concentram o poder durante o regime, sem desconsiderar, obviamente, suas estreitas relações com os segmentos das elites civis (MOTTA, 2021). Logo, a ideia de um grupo despreparado, que não sabe o que fazer com o poder, como transparece na leitura de Darcy nos anos 1968/1969, não parece encontrar muito respaldo na história e na historiografia.

Qual a razão desse olhar que sobrecarrega o fator externo na história do Brasil e, no caso específico, na crise de 1964? Minha hipótese é que Darcy, nesse ponto, reproduz uma visão muito presente na cultura política comunista. Trata-se do anti-imperialismo, componente fundamental dessa cultura e que, no século XX, especialmente no pós-1945, se encarna no anti-americanismo (MOTTA, 2013).

Apesar do internacionalismo próprio dos comunistas, eles o articularam com projetos nacionalistas em diversas partes do mundo em lutas anti-imperialistas. Nesse caso, o nacionalismo é um componente comum a culturas políticas contemporâneas, ora concorrentes, ora aliadas, o comunismo e o trabalhismo. Darcy Ribeiro, que transitara da primeira para a segunda (CARDOSO JÚNIOR, 2021), estaria expressando, em suas ações e escritos, essa dimensão importante em sua vivência política, do passado e do presente.

Articulado a esse ponto, a ênfase no fator externo e a sedução que ela exerce sobre as esquerdas teria relação com a dificuldade de admitir o apoio social ao golpe e ao regime militar.

É notável o crescimento eleitoral do PTB desde os anos 1950 e a capacidade de mobilização dos sindicatos e outras entidades integrantes do bloco nacionalista, incluindo as ligas camponesas (DELGADO, 1989; FERREIRA, 2003; MELO, 2013). Pesquisas eleitorais de 1964 também indicam elevados índices de aprovação do governo Goulart (MOTTA, 2021). Todavia, seria simplista ignorar, por outro lado, a capilaridade da oposição. A organização dos setores à direita do espectro ideológico ganhava em organicidade, como mostram estudos clássico de Dreifuss (1987) e Starling (1986) e a adesão de setores de classe média ao movimento anti-Goulart fica explicitada nas passeatas de março de 1964 (FERREIRA, 2003,

765





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



REIS FILHO, 2001). Pesquisas de opinião no pós-64 também indicam apoio popular ao novo regime, fazendo a interpretação das diferenças em relação aos dados pré-64 um grande desafio ao historiador, como observa MOTTA (2021).

Nesse cenário, o menos arriscado é dizer que o país estava profundamente dividido. Darcy acerta em cheio ao dizer que o Brasil estava numa encruzilhada histórica. O projeto vencedor recorreu a força, ao arbítrio, não há dúvidas. É seguro também dizer que o fez com apoio social, embora ainda seja difícil mensurá-lo.

A crise política de 1964 relaciona-se estreitamente com as contradições da sociedade brasileira e, integrado que estava o Brasil na ordem capitalista internacional e na dinâmica política da Guerra Fria, não se pode desconsiderar a incidência dos “interesses estrangeiros” sobre seus conflitos políticos. Superestimá-los, porém, é perder de vista a própria história do país.

De todo modo, as considerações que esse texto faz apenas expressam resultados parciais de uma pesquisa ainda andamento, com muito caminho pela frente. O que proponho aqui são pontos para o debate sobre um tema que permanece atual no Brasil, com relações diretas com a conjuntura política corrente.

766

Referencias

CORREIO DA MANHÃ, “Darcy acusado de provocar derrotas”, 11 ago. 1963, p. 2.

CORREIO DA MANHÃ, 15 fev. 1964, p. 6; 18 jan. 1964, p. 5; 14 fev. 1964, p. 5. Correio da Manhã (RJ) - 1960 a 1969 - DocReader Web (bn.br) Acesso: 18 jan. 2024

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

CARDOSO JÚNIOR, Edi de Freitas. **“O Brasil que há de ser!”** Darcy Ribeiro e cultura política trabalhista no governo João Goulart. 2021. 354 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. 2.ed. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



DELGADO, Lucília de A. N. **PTB: do getulismo ao reformismo - 1945/1964**. São Paulo: Marco Zero, 1989.

DREIFUSS, René A. **1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o governo civil-militar de 1964. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003b. v. 3, p. 343-404.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. **Democracia ou reformas?** Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

JORNAL DO BRASIL, 03 mar. 1964, p. 4 “Darci fala de escravatura” - Jornal do Brasil (RJ) - 1960 a 1969 - DocReader Web (bn.br) . Acesso: 21 jan. 2024)

JORNAL DO BRASIL, 24 mar 1964, p. 3. “Darci diz que Governo vai garantir a liberdade de pensamento sobre as reformas” - Jornal do Brasil (RJ) - 1960 a 1969 - DocReader Web (bn.br))

JORNAL DO BRASIL, “Darci repele acusações de Bilac a quem chama de “poeta dos Contemplados”, 18 jan. 1964, p. 5.

MARTINS FILHO, João Roberto. Forças armadas e política, 1945-1964: a ante-sala do golpe. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 3, p. 97-126.

MATTOS, Marcelo B. O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, ANPUH, vol. 28, n. 55, p. 261, jan. /jun. 2008.
MELO, Demian B. de. O Golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. *In*: _____. (Org.). **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 157-188.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



MOREIRA, Vania Maria Lousada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.).

O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003b. v. 3, p. 155-194.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). 2000. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes**: o golpe de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A cultura política comunista: alguns apontamentos. *In*: NAPOLITANO; Marcos et al (Orgs.) **Comunistas brasileiros**: cultura política e produção cultural. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do colapso do populismo no Brasil. *In*: FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 319-377.

RIBEIRO, Darcy. **Confissões**. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

RIBEIRO, Darcy. **O Brasil como problema**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

RIBEIRO, Darcy. **Tempos de turbilhão**: relatos do golpe de 1964. São Paulo: Global, 2014.

STARLING, Heloísa M. M. **Os senhores das Gerais**: os novos inconfidentes e o golpe de 1964. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

STEPAN, Alfred. **Os militares na política**: as mudanças de padrões na vida brasileira. São Paulo: Artenova, 1975.

768





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



ÚLTIMA HORA, “Darci mostra governo e diz: nada deterá reformas”, 14 fev. 1964, p. 4
Última Hora (RJ) - 1951 a 1984 - DocReader Web (bn.br Acesso em 14 jan. 2024).

ÚLTIMA HORA, “Darci Ribeiro: Lacerda conspira para roubar mandato que o povo deu a Jango”, 9 jul; de 1963, p.2. <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/89213> . Acesso: 19 set. 2023.

769



Conjugare

Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



MEMÓRIA “FALSIFICANTE” NO PENSAMENTO CINEMATOGRAFICO DE GILLES DELEUZE: CONTRIBUIÇÃO PARA OS ESTUDOS MNEMÔNICOS?

Alvaro Luiz Nunes¹

Este trabalho propõe um debate sobre a memória, a partir de uma leitura particular, dentre outras tantas possíveis, da obra que o filósofo Gilles Deleuze dedicou ao cinema, mais especificamente o livro *Cinema 2- a imagem-tempo*.

Ao longo de sua obra, Deleuze propôs uma memória como multiplicidade e produção (HUR, 2013). Em linhas gerais, a memória proposta por Deleuze em seus estudos sobre o cinema é uma memória que se contrapõem a uma memória que podemos chamar de dominante, totalizante, monumental, sacralizada e petrificada. Os livros sobre o cinema interessam porque, nestes estudos, em particular, é possível perceber a importância da estética para o entendimento do fenômeno da memória em Deleuze.

Conforme nossa leitura particular, é possível discernir pelo menos três tipos de memória no pensamento cinematográfico de Deleuze. Estes três tipos de memória não funcionam separadamente, mas em conjunto, e se caracterizam pela oposição que fazem a distintos tipos de memória dominante. As três memórias que extraímos do pensamento cinematográfico de Deleuze fazem parte de uma mesma realidade física e mental e, portanto, podem ser vistas como elementos de uma mesma memória que chamamos de *memória-falsificante*, em oposição ao que denominamos *memória-verídica* ligada ao poder. É preciso enfatizar que o termo “falsificante” não tem absolutamente nada a ver com falsidade no sentido ético ou como falha de caráter. O termo em Deleuze está relacionado ao conceito de “potência do falso” e refere-se ao questionamento de um modelo de verdade criado que apresenta seus limites quando confrontado com a “força pura do tempo”. Essa *memória-falsificante* pode ser caracterizada como uma memória movente e metamorfoseante, em contraste, portanto, com a concepção de memória fixa, monumental e sacralizada.

770

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, linha de pesquisa Arte, Memória e Narrativa, com bolsa concedida pelo CNPq. Contato: espeluncadoau@gmail.com





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Memória-vidente

Denominamos o primeiro tipo de *memória-vidente*, por se contrapor à memória sensório-motora dominante, inspirada na ação. Em Deleuze, a ação sensório-motora é o sistema ação e reação, e a crença de que existe um mundo ao qual o sujeito pode agir. É como se o homem e o mundo fossem criados demiurgicamente para que o primeiro agisse no segundo. Contudo, para isso acontecer, é necessário que o interior (mental) seja igual ao exterior (mundo). Em outras palavras, uma mesma ideia, interior e exterior, deve se comunicar sem muita perturbação. Grosso modo, é este o vínculo sensório-motor que liga homem e mundo. Uma situação sensório-motora, na arte ou na vida, é constituída por clichês, isto é, por imagens sensório-motoras da “coisa em si” que motivam uma ação. Para o esquema ação-reação se efetuar, é preciso reconhecimento automático. Deleuze (2018, p. 71) argumenta que, no reconhecimento automático, “os movimentos prolongam a percepção para tirar, dela, efeitos úteis”. A simples visão do objeto, isto é, a visão empírica, desencadearia, automaticamente, movimentos sensório-motores. Eu vejo algo ou uma pessoa e imediatamente faço associações automáticas que geram uma reação. As associações de imagens que o objeto suscita podem ser inúmeras, porém, permanecem sempre no mesmo plano orgânico. Ora, basta traduzirmos a experiência sensório-motora para o campo da memória e perceberemos que se trata de uma memória automática ou habitual. Deleuze nos lembra que a visão simples e empírica dos efeitos, ou dos clichês que sustentam a visão orgânica do mundo, fazem um indivíduo ou uma sociedade tolerar o intolerável.

Conforme nossa proposição, a *memória-vidente* supera a memória sensório-motora e seu reconhecimento habitual. Em síntese, o personagem vidente em Deleuze tem uma visão “forte demais” que quebra o esquema sensório-motor e paralisa a ação. Em vez de percepções que se prolongam em ações, temos agora na imagem apenas perceptos e visões em devir. O reconhecimento não é mais habitual, mas reconhecimento atento, conforme os termos propostos por Deleuze, no esteio da filosofia de Henri Bergson. O reconhecimento atento permite apagar o objeto empírico ao substituí-lo por descrições diversas. No reconhecimento atento, “desisto de prolongar minha percepção, não posso prolongá-la. Meus movimentos, mais sutis e de outra natureza, retornam ao objeto, voltam ao objeto, para enfatizar certos contornos e extrair alguns ‘traços característicos’ deles” (Deleuze, 2018, p. 71). A partir da imagem, constrói-se da coisa, uma “imagem óptica pura”, fabrica-se uma descrição que substitui o objeto e preserva deste somente alguns traços.

Algo forte demais na imagem faz eclodir na personagem vidente uma nova sensibilidade. É um tipo de memória profunda porque o que está em jogo é a visão do intolerável em uma

771





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



multiplicidade de situações distintas e afastadas no tempo. Tendo em vista que em Deleuze a profundidade se relaciona diretamente com a superfície, o intolerável de ontem se metamorfoseia no intolerável de hoje.

Um dos exemplos de personagens videntes que Deleuze gosta de citar é a heroína de *Europa 51* (Roberto Rossellini, 1952): ela vê certos traços da fábrica e diz ter visto condenados. O importante é que ela não evoca uma lembrança, a fábrica não lhe evoca uma prisão; a heroína invoca uma visão mental; que se apresenta quase que como uma alucinação; é uma imagem virtual que é produzida e não está atualizada em um estado de coisas. É uma memória profunda, viva, que explora diretamente o tempo. Essa memória profunda não se atualiza na imagem-lembrança, ela é lembrança-pura, conforme o conceito proposto por Henri Bergson e que Deleuze se serve para descrever a imagem virtual não atualizada. A lembrança pura remete não a antigos presentes, mas a lençóis de passado; uma multiplicidade de lençóis que afrontam diretamente o passado e o futuro, o interior e o exterior, sem distância, e independente de um ponto fixo ou de uma necessidade no presente. Nos instalamos diretamente nas bifurcações do tempo.

Voltemos no exemplo da heroína de *Europa 51*: a imagem atual é óptica e sonora pura; é uma descrição; a heroína apreende certos traços da fábrica, que poderiam ser outros, e os encadeia com uma imagem virtual. Ao perder seu prolongamento sensorio motor, a imagem atual da fábrica se encadeia com seu duplo virtual que é a imagem de uma prisão. O que metamorfoseia a fábrica em prisão é a visão do intolerável. Tem-se então uma imagem bifacial, a um tempo atual e virtual. Não há mais uma descrição orgânica que supõe a independência do objeto. O objeto agora se metamorfoseia em um devir que coincide ao ponto de vista.

772

Memória-mundo

O segundo tipo de memória é a *memória-mundo*, termo que o próprio Deleuze utiliza. A *memória-mundo*, que é também uma memória profunda, se defronta com o que chamamos memória-lembrança, inspirada na memória psicológica. Conforme Deleuze, a memória psicológica é a faculdade de evocar lembranças; por isso mesmo, ela se relaciona ao tempo de maneira indireta, a partir de imagens-lembrança. Não é uma exploração direta do tempo, mas uma representação do tempo que se faz pelo encadeamento de antigos presentes. Ou seja, a memória só pode evocar o passado a partir do encadeamento de antigos presentes. São presentes que passam conforme um tempo cronológico. Podemos dizer que a memória evocada é uma memória do presente; uma memória de imagens atualizadas. A imagem-





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



lembrança é uma imagem atualizada ou em vias de atualização, sempre em relação a um presente. A necessidade de evocar, de lembrar, está sempre relacionada a um presente. O que ocorre é uma causalidade psicológica que se conecta a um determinismo sensorio-motor. Com a imagem-lembrança, a imagem sensorio-motora se encadeia não com outra imagem sensorio-motora, como nos filmes ruins que localizam a imagem no presente; ela se encadeia com uma imagem mental. Contudo, é uma imagem mental atualizada ou em vias de atualização, e serve apenas para reestabelecer a conexão sensorio-motora.

Bem diferente é a *memória-mundo*; ela nos atravessa e já não somos mais capazes de evocar uma lembrança. Nos resta a invocação do passado em geral preexistente e movente. A invocação se efetua em uma dimensão virtual na qual estamos imersos. Nos movemos no interior dessa *memória-mundo*, dessa memória-ser, conforme os termos deleuzianos. Nós nos precipitamos nela sem que haja uma necessidade do presente. Um de seus avatares é a alucinação. A necessidade de memória não vem mais de um presente, de um meio bem qualificado, e nem do reconhecimento, seja ele automático ou atento, mas sim das confusões da memória e do fracasso do reconhecimento.

Não há mais necessidade de imagem-lembrança. A atualização de uma lembrança-pura pela imagem lembrança é em si inútil. O exemplo citado por Deleuze é *Cidadão Kane*: quando Rosebud se atualiza não serve mais. É apenas um trenó queimando na lareira. Poderia ter sido qualquer coisa, não precisava nem ter sido o trenó. Mas, quando Rosebud ainda era uma lembrança pura, imagem virtual, movia múltiplas potências do tempo, precipitava a narrativa num devir, transformava a história.

Deleuze define o passado em geral como um passado preexistente e movente; uma dimensão virtual na qual nos instalamos para apreender o mundo. O passado em geral permite conexões múltiplas. Tornam-se possíveis aproximações entre idades, momentos históricos e fatos aparentemente desconexos. O que ocorre quando o homem se encontra diretamente com as potências do tempo? Deleuze responde que surge a possibilidade para a criação do novo.

Aqui também se dá a quebra do esquema sensorio-motor: se não conseguimos mais nos lembrar, há uma interrupção no esquema ação e reação. A percepção não se prolonga mais em ação. A imagem atual, que agora é uma imagem óptico e sonora pura, não se encadeia mais com outra imagem atual, e sim com uma imagem-virtual instalada diretamente no passado. Segundo Deleuze, não é o reconhecimento atento que nos dá o correlato de uma imagem óptico e sonora pura, mas sim as confusões da memória e os fracassos do reconhecimento. O “passado em geral”, que entendemos ser a característica principal da *memória-mundo*, é necessariamente confusão da memória psicológica e fracasso do

773



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



reconhecimento. O “passado em geral” é uma dimensão virtual como passado do objeto. É essa dimensão que nos permite fazer e refazer o objeto. Aprender certos traços, desfazer outros. Ou seja, não é o objeto fixo e distinto que devemos apreender, mas o objeto movente atravessado pelas potências do tempo.

Memória-fabular

Por fim, o terceiro tipo de memória é a memória que denominamos *memória-fabular*² por se defrontar com uma *memória-ficção* psicologizante. A *memória-fabular* é a memória de um coletivo colonizado que inventa um povo para se contrapor à memória totalizante do colonizador. A *memória-ficção* é um tipo de memória que faz uma distinção clara entre o público e o privado. Povo e sujeito estão separados pela espada do colonizador. Ora, Deleuze percebe que esta distinção interessa aos poderosos, visto que tal distinção mantém o povo configurado pela maioria, já que “É nas minorias que o assunto privado é, imediatamente, político” (Deleuze, 2018, p. 319). Assim, a *memória-fabular* pode ser vista como uma memória produzida pelas minorias, e tal memória se torna, imediatamente, um enunciado coletivo, pois desfaz a distinção entre o público e o privado.

A fabulação “é uma palavra em ato”, “um ato de fala” que rompe com a fronteira entre o político e o privado e “o assunto privado confunde-se com o imediato-social ou político” (DELEUZE, 2018, p. 316). O trânsito entre privado e político se revelaria na coexistência de fases históricas distintas levadas ao extremo e que extrai dos mitos do povo a miséria de viver sob a dominação (DELEUZE, 2018, p. 317). Ocorre então a troca de uma ficção pessoal ou um “mito como entidade impessoal a serviço do colonizador” por uma fabulação capaz de se ficcionar a si mesma, “criar lendas”, “fabular”, inventar um povo, em oposição ao povo decifrado e homogêneo que interessa aos poderosos. A fabulação como memória é, portanto, a destruição dos mitos do colonizador e a invenção de um povo por vir. É que, segundo Deleuze (2018, p. 2019), “o povo só existe como minoria, por isso ele falta”. Se ele falta, será preciso inventá-lo por meio da fabulação. Deleuze define a fabulação da seguinte forma:

Não é uma memória psicológica como faculdade de evocar lembranças, nem mesmo uma memória coletiva como a de um povo existente. É, vimos, a estranha faculdade que põe em contato imediato o fora e o dentro, o assunto do povo e o assunto privado, o povo que falta e o eu que se ausenta, uma membrana, um duplo devir (DELEUZE, 2018, p. 320).

² O conceito de fabulação em Deleuze está ligado à noção de “função de fabulação” na obra de Henri Bergson.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



A memória-fabular pode ser vista como produção de memória que, a um tempo, se opõe aos mitos do colonizador e inventa um povo sempre por vir. A memória relaciona o mito arcaico profundo à superfície atual de violência e miséria e, assim, escancara o intolerável que é viver sob o jugo do colonizador. Conforme Deleuze, a fabulação arranca o véu do mito e revela a sua face atual e intolerável por meio de uma crise, transe ou aberração. Destruição do mito da nação a partir de suas entranhas, criando, assim, um enunciado coletivo, um o ato de fala insuportável capaz de fazer morrer o povo constituído e decifrado pelas elites e contribuir para a invenção de um novo povo.

A *memória-fabular* cumpre uma tarefa coletiva, isto é, a invenção de um povo, para resistir aos projetos nacionais de poder no qual o povo é uma massa homogênea e assujeitada. A memória funciona, então, como produção ontológica, produção de ser.

Memória-falsificante em Deleuze?

Se fossemos conceituar uma memória em Deleuze, levando em conta os breves aspectos descritos até aqui, a chamaríamos de *memória-falsificante*, por questionar uma memória ligada a um modelo universal e transcendente de verdade. Uma primeira diferença entre a metamorfose da memória em Deleuze e a forma da memória tradicional está no problema dos termos evocar e invocar. Evocar entendido como lembrar e invocar como alucinar. A memória como lembrança e a memória como alucinação. Conforme tentamos demonstrar, em Deleuze a memória está mais próxima da alucinação.

Pensemos em uma memória a qual a descrição vale por seu objeto, o substitui, a um só tempo cria e apaga o objeto, e abre-se a outras descrições que contradizem, deslocam ou modificam as descrições anteriores. Ponto a ponto, a memória em Deleuze se contrapõe ao que podemos chamar de memória verídica, totalizante, monumental, fechada, inserida em um real preexistente, contínuo, fixo, e que se edifica a partir de um modelo lógico.

Em nossa leitura, a memória em Deleuze pode ser caracterizada como movente e metamorfoseante. E isso se dá porque ela se relaciona a um tempo crônico, não cronológico. A concepção deleuziana de tempo crônico se dá na preexistência de um passado em geral, a coexistência de todos os lençóis de passado, e a existência de um grau mais contraído, que é o presente. O interessante é que as metamorfoses da memória coincidem com as metamorfoses do ponto de vista. Ora, isso significa que o objeto não é fixo. O passado de um objeto não é um passado fixo e nem determinado, e sim um passado em geral como dimensão virtual que permite as metamorfoses do objeto e da visão. O objeto se faz, se desfaz e se refaz conforme metamorfoses que em última instância são as metamorfoses do tempo.

775





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Se a *memória-falsificante* implica uma quebra dos clichês sensório-motores e suas verdades, torna-se possível agenciar eventos heterogêneos sem a culpa anacronismo, pois o que está em jogo é a força pura do tempo, e esta, segundo Deleuze, permite a ligação impossível e o movimento aberrante. Aquilo que para alguns historiadores é um pecado capital, o anacronismo, em Deleuze pode ser visto como exploração direta do tempo.

É nesse sentido que, a meu ver, é possível compreender a comparação que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva estabeleceu entre os horrores do holocausto e as atrocidades de Israel contra os palestinos³. A meu ver, não se trata de comparação, mas de um “fenômeno de vidência”, no sentido deleuziano do termo. Lula apreendeu alguns traços do holocausto e agenciou com outros traços do massacre contra os palestinos. Foi assim que o presidente conseguiu ver, para além dos clichês sensório-motores, um holocausto em Gaza. O que Lula viu foi o intolerável em ambas as situações. O presidente não evocou, mas sim invocou a memória. Ou, para falar como Walter Benjamin (1987, p. 224), “Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi’”. Neste sentido, Lula se apropriou “de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo”. E o perigo é o massacre de inocentes. Deleuze insiste que a heroína de *Europa 51* viu a fábrica como uma prisão. Ora, sabemos que uma fábrica não é uma prisão. Sabemos que o holocausto não é o genocídio palestino. Contudo, os eventos se metamorfoseiam entre si por serem igualmente intoleráveis.

É importante salientar que nestas metamorfoses da memória o referente histórico não é suprimido. Não há também relativismo epistemológico levado ao limite. Jacques Rancière nos lembra que por trás do pensamento da negação está a forma do pensamento racional do tempo e da sucessão causal. É conhecida a avidez dos negacionistas por “provas” e modelos de verdade. Rancière alerta para o que ele chama de pensamento do possível, no qual só é existente e válido o que se adequa ao modelo lógico, que é exterior ao acaso próprio ao real (a loucura, o sonho, o absurdo, o paradoxo, a fabulação, as bifurcações temporais, etc.).

A memória movente e metamorfoseante ensina que a ruína da representação não é a coroação da impotência. Muito ao contrário, é a constatação da ruína de um mundo e a possibilidade para a invenção de novos mundos. A conexão tão desejada entre evidência, verdade e história pode ser mantida, com a condição de que evidência e verdade sejam imanentes e não transcendentais, ou seja, que não precisem partir de um modelo

776

³ Lula fez a declaração no dia 18/02/2024, após a reunião de Cúpula da União Africana, onde pouco antes havia anunciado doações para a UNRWA (agência de refugiados palestinos da ONU). “O que está acontecendo na Faixa de Gaza, com o povo palestino, não existiu em nenhum outro momento histórico. Aliás, existiu quando Hitler decidiu matar os judeus.” Disponível em: <https://www.almg.gov.br/comunicacao/noticias/arquivos/Declaracao-de-Lula-sobre-acao-de-Israel-em-Gaza-gera-polemica/>. Acesso em: 20/02/2024.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



preestabelecido, e a história se conecta às potências de um tempo crônico, não cronológico. Trata-se de assumir o desafio proposto por Rancière: desfazer o nó que ata tempo e verdade, acontecimento e possível, real e realismo.

O modelo de verdade que inspira a memória “verídica”, não se sustenta quando confrontado com a força pura do tempo, e encontra seu contraponto no relato “falsificante”, que coloca em xeque as diferenças entre o falso e o verdadeiro, constituindo com isso uma “potência do falso” adequada ao tempo puro. Argumentamos que, ao acessar um passado múltiplo, bifurcante, confuso, alucinado, amnésico e fazer coexistir presentes e passados indeterminados no fluxo de um tempo crônico, a memória metamorfoseante em Deleuze se constitui como problema e pode contribuir para os estudos mnemônicos.

Referências

BENJAMIN, W. Sobre o conceito de história. In: *Magia e técnica, arte e política – Obras escolhidas; v. 1*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BERGSON, Henri. *As duas fontes da moral e da religião*. Coimbra: Almedina, 2005.

DELEUZE, Gilles. *Cinema 2 – A Imagem-Tempo*. São Paulo. Editora 34, 2018.

_____, *CINEMA 1- A Imagem-movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

HUR, Domenico Uhng. Memória e tempo em Deleuze: multiplicidade e produção. *Athenae Digital. Revista de Pensamiento e Investigación Social*, Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, Espanha, vol. 13, nº. 2, p. 179-190, julho, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/537/53728035011.pdf>. Acesso em: 02/02/2024.

RANCIÈRE, Jacques. Os enunciados do fim e do nada. In: *Políticas da Escrita*. São Paulo. 2 ed. Editora 34. 2017.

777





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



RUA CHILE, ESTILHAÇOS DE UMA VIA MOVIMENTO OU COMO ESCREVER A ATUALIDADE DE UMA RUA?

Janaina Chavier Silva¹

Qual é a escrita da cidade que se faz coerente às suas múltiplas temporalidades, suas múltiplas espacialidades, sua diversidade, as suas múltiplas memórias? Qual é a escrita da cidade que se faz coerente a sua espacialidade fragmentada, suas diferentes tramas? Uma escrita fragmenta e dispersa como arriscou Walter Benjamin?

Na busca por compreender e escrever a história de um espaço, uma rua em transformação, onde tratores, picaretas e pás reviram seu solo, deixando emergir pedaços, estilhaços diversos, optamos por olhar para as materialidades, as relações e as memórias que compõe a Rua Chile de uma outra maneira. Maneira essa, que entende que há inúmeras outras possibilidades de trazer à tona a atualidade de um espaço para além de uma escrita linear, para além da lógica causal que amarra os fatos a uma ordem fixa.

A história, os espaços e as cidades não seriam saberes/práticas constituídos de múltiplas continuidades, múltiplas direções? Pois se a cidade não se materializa de maneira uniforme, porque dizê-la, lê-la ou escrevê-la em um só tempo?

O movimento constante de olhar para a Rua e por ela ser olhada foi é o de recolher e colecionar caquinhos, estilhaços, fragmentos e juntá-los em momentâneas configurações.

A história desta Rua localizada no centro histórico da cidade de Salvador da Bahia, não é uma só, como profere a iniciativa privada que insiste em chamá-la, por razões publicitárias, de “A primeira Rua do Brasil”. As histórias deste espaço público são muitas, igualmente públicas e podem, a qualquer momento, serem contadas sob outra ou outras perspectivas geradoras de novas e/ou possíveis outras Ruas Chiles.

Sendo assim, propomos para este artigo o estudo/escrita do espaço em constante transformação nas grandes cidades e, em particular, da/na cidade de Salvador. Da constatação da diversidade de sua materialidade física à observação das narrativas históricas que atravessam o tempo, das dinâmicas cotidianas que regem relações sociais estabelecidas nesse espaço, das memórias que habitam suas pedras, buscamos por maneiras de pensar e dizer esse espaço urbano contemporâneo que a todo o momento é atravessado por vertiginosas, e muitas vezes brutais, movimentações de terras.

778

¹ Mestre e doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia. Correio eletrônico: janainachavier@gmail.com





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Pensar e dizer um espaço em transformação é estar inserido em um “conhecimento espacial” (MARQUEZ, 2009, p.16), uma experiência que podemos somar a outras tantas áreas do saber, que vão além da disciplina Urbanismo, “pois o conhecimento espacial é obrigatoriamente socioespacial, um híbrido, um meio de estudo e identificação do mundo e não exclusivamente um caminho de instrumentalização e mapeamento de recursos a serviço dos interesses produtivistas e disciplinadores” (MARQUEZ, 2009, p.16).

É, este artigo, uma pequena coleção de fragmentos de cidade, um anárquico arquivo, se propondo enquanto um “espaço aberto” e enquanto um lugar de modos diversos de apresentação da investigação, prestes a adicionar, ou até mesmo a subtrair elementos. Fragmentos se fazem presentes ao longo do texto e constituem formas possíveis de indagação e produção de conhecimento sobre o espaço urbano. Sendo assim, conhecimentos de diversas materialidades (diário de rua, ensaio fotográfico, textos descritivos, textos críticos, relatos de memórias) fazem parte deste artigo como formas de texto e como formas ampliadas de pensar, dizer e praticar o espaço da cidade e especialmente uma rua em plena transformação.

Importante sinalizar que não iremos eliminar a escrita linear, a lógica causal que amarra os fragmentos a uma ordem fixa. Não achamos necessário extirpá-los da escrita. Não seria esse um ato coerente. A produção do encadeamento existe, nas cidades, nos espaços e isso rebate também em nossa maneira de pensar e escrever a cidade. Há padrões no movimento do nosso pensamento e mesmo sabendo que é preciso quebrar alguns deles, eles estão lá. Portanto, concentraremos na escritura não linear, pois acreditamos que essa, melhor traduz o desejo de questionar o conhecimento estável e estático, propondo construções de redes de conhecimentos e um fazer cuja pretensão é incluir os movimentos de busca do pensamento intermitente, provisório, inacabado e cheio de colisões.

Na companhia de um Walter Benjamin que parece conhecer parte da cidade Salvador, de outros autores e da rua que nos atravessa e atravessamos, arriscamos, juntos a uma escrita que insiste na fragmentação e na dispersão, trazer a esse “espaço aberto”, as transformações que a Rua Chile vem sofrendo desde 2014. Inserida no contexto internacional que quase todo Centro Histórico faz parte, essa Rua, porta de entrada do Pelourinho², “sofre” em sua atualidade mais um processo mutilador fruto de projetos espetacularizantes (JACQUES, 2007) que insistem, através de fórmulas universais, repetir padrões revitalizantes, já muito bem conhecidos por seus fracassos.

² “O Pelourinho, popularmente chamado de Pelô, é um bairro da cidade de Salvador. Localiza-se no Centro Histórico, na área que vai do Terreiro de Jesus até o Largo do Pelourinho. Possui um conjunto arquitetônico colonial barroco brasileiro preservado e tombado como Patrimônio Histórico da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Nos debruçamos sobre o processo de transformação marcado por uma valorização imobiliária que pode ser percebida pela saída de antigos comerciantes devido ao aumento dos valores dos aluguéis, bem como pelas reformas nas edificações históricas, localizadas em toda a sua extensão. O futuro prospecta uma Rua Chile glamorosa como no seu passado, porém destituída da variedade de usos e de espaços públicos, pois seu processo de transformação faz parte da construção de uma imagem de cidade a ser internacionalmente comercializada.

“Cidade-espetáculo” é como Paola Jacques (JACQUES, 2009) se refere às cidades contemporâneas que sofrem a ação das mais diversas correntes urbanísticas como o planejamento estratégico, o neourbanismo e o *urban sprawl*, entre outros, que na verdade fazem parte de um mesmo processo de espetacularização urbana. A criação de imaginários, pensamentos e imagens das cidades não escaparia às mudanças sofridas pelo capitalismo, sendo que o consumo destes passou a ser um grande bem de acúmulo de capital, tanto por parte dos governantes quanto dos investidores.

Processos urbanos de estetização, respaldados por duvidosos apoios da população, se reafirmam enquanto políticas elitistas desencadeando processos de gentrificação e de intensificação da segregação urbana e social. Um urbanismo de resultados rápidos, que o próprio nome “planejamento estratégico” aponta, tem sido a “solução” para atender aos interesses corporativos e de Estados, ao inserir as cidades numa disputa internacional de poder em busca de turistas e investimentos.

“Condomínios fechados tanto de classe alta quanto de classe média se espalham pelas cidades em ilhas fortificadas de convivência entre mesmos, onde o que impera parece ser o medo e a busca por uma pretensa segurança” (PIGNATON, 2011, p.09). Empreendimentos imobiliários não param de produzir cidades esvaziadas e vazios construídos. Parece estar cada vez mais distante de agentes empreendedores e de gestores urbanos o entendimento de que a cidade vai além das questões econômicas, ou seja, que implica também o cruzamento com as questões sociais, culturais, políticas, afetivas, subjetivas, entre outras. Parece estar cada vez mais distante de agentes empreendedores que há uma incontrolável vitalidade na materialidade da cidade que não cessa de se transformar. E é a transformação que nos move por esse artigo/espaço aberto.

Como dizer esse espaço que, a cada passo que damos, muda, se transforma?

Como juntar provisoriamente, os estilhaços, os “fragmentos soltos no espaço” para então re-compor, com-por, re-compor novamente?

Em meio aos textos que lemos, em meio às andanças pela Rua Chile, em meio aos seus fragmentos arqueológicos, em meio à poeira suspensa no ar que nos confunde e embaça a

780





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



visão nos fazendo acionar outros sentidos, encontramos em Walter Benjamin um aliado que pensa e escreve o espaço em transformação e a atualidade. Ao escrever sobre as cidades de Moscou, Berlim e Paris, entre outras, em seus textos, livros e artigos, entendemos que o autor faz desses escritos uma tradução do espaço, um processo escavatório de dizer cidade, abrindo lacunas espaciais e temporais com sua narrativa fragmentada, deixando emergir imagens (de pensamento) complexas, superpondo diferentes disciplinas do conhecimento (história, urbanismo, literatura...), imbricando saberes e trazendo à tona, dessa maneira, o pensamento de uma época, tendo como ponto central a cidade, um espaço que se transforma rapidamente. Walter Benjamin, como muitas figuras-chave da história do pensamento moderno, também foi um pensador das transformações, das transições. Como sujeito dos processos históricos que se materializam nas cidades, sua obra nasce no momento de crise não apenas do modelo de sociedade e do pensamento historicista-positivista do século XIX, mas de profundos abalos na modernidade como um todo. Seus escritos (e aqui nos focamos nas publicações em que se concentram nas cidades) são obras que tematizam a transição, a passagem, alternância como forma de ser. Walter Benjamin conseguia enxergar e escrever a transição pela qual a sociedade passava, e como essa transição se inscrevia na concretude das cidades. Desse modo, suas análises urbanas são compostas por universos particulares, porosidades arquitetônicas, pequenos mundos, com seus dramas, seus desejos e sonhos. Benjamin cuida atentamente dessas particularidades, ao mesmo tempo em que expõe as visões totalizantes que deixam no território da cidade suas marcas. O autor olha para essas transformações, e faz uso de suas ferramentas para deixar emergir sua crítica ao espaço e aos ideais que os conformam.

Entendemos tal escrita como uma artesanaria, produtora de singularidade e sensibilidades, de quem está atento às citações “fortuitas” e fugidias que porventura sussurram não somente em bibliotecas ou livros, mas em uma cidade, em um objeto, em uma rua. Sua maneira de escrever dá contorno aos eventos estudados, permitindo ao leitor perceber como o detalhe reflete o conjunto, que passa a ter uma outra aparência.

Sendo assim, pensar, olhar e dizer a Rua Chile com e a partir de Walter Benjamin é uma tentativa de deixar emergir as interrupções e descontinuidades dos processos urbanos que a Rua Chile vem sofrendo em sua atualidade³.

³ Para Walter Benjamin, compreender o próprio presente era indissociável da compreensão da relação desse com o passado. Nesse entendimento de buscar a atualidade, Benjamin se direciona, muito mais, no sentido de estabelecer uma relação viva e crítica com o passado em um contexto em que a relação entre passado e presente não é mais regulada pela tradição.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal

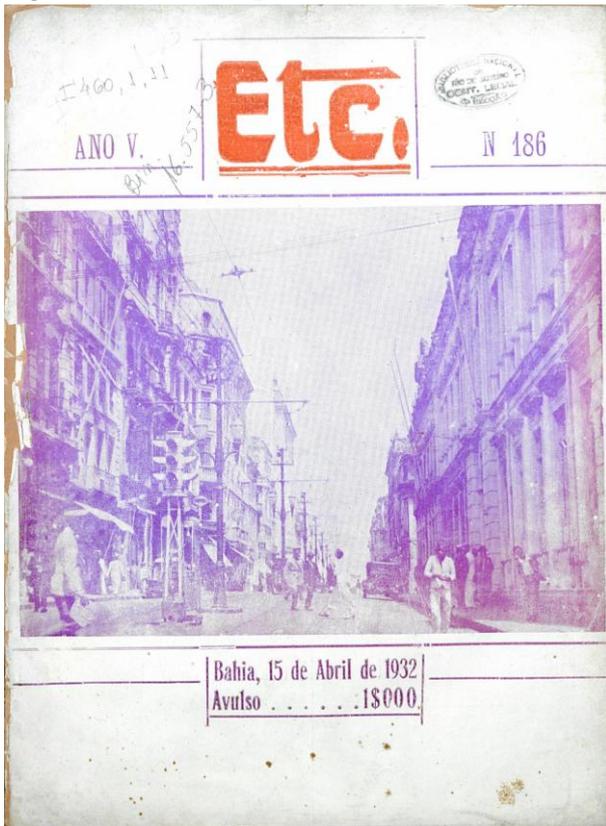


Fig. 1 – Entrada da Rua Chile. Fotografia tirada a partir da Praça Castro Alves, 1931



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Salvador

Fig. 2 – Rua Chile na capa da Revista ETC. Revista de Cultura e Mundanidades. Ano V, n.186, Bahia, 1932



Fonte: <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=165573&PagFis=1789>>. Biblioteca Nacional Digital Brasil, Fundação Biblioteca Nacional. Acesso: maio 2020.

782





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Memória de Dona Írismar

Chile, 2.

Esse foi o texto do telegrama que recebi do meu primo quando pedi seu endereço de Salvador para que meu irmão fosse encontrar com ele. Nessa época morávamos no Ceará.

Chile? Mas não é Salvador? Não atentei que fosse o nome de uma rua no centro da Cidade Alta, beirando a Ladeira da Montanha. Perto da Praça Municipal.

No período entre 1972 e 1975 costumava caminhar pela rua Chile todos os dias de ida e volta para o restaurante no Comércio, Cidade Baixa, onde almoçava. Nesse tempo, a rua Chile era um respeitável centro comercial com várias lojas de moda e a famosa Sloper, loja de departamento de luxo, com 3 andares com uma espetacular vista para a Baía de Todos os Santos, para a Base Naval, Cais do Porto e o Forte de São Marcelo.

Um fato curioso aconteceu certa vez, enquanto eu olhava a luxuosa vitrine dessa loja. Uma voz esganiçada ao meu lado me assustou: “me dê um dinheirinho, professora...” Me virei e me dei de cara com a Mulher de Roxo, uma senhora alta, gorda, toda vestida de roxo, roupa longa, mangas compridas, um pano na cabeça, muito branca, tinha uma polidez cadavérica. Fiquei gelada e pálida e sem ação. A voz repetiu no mesmo tom: “uma esmolinha, professora.” Entrei na loja às pressas para me recompor. Então fiquei sabendo que ali perto ficava o Tesouro, onde os professores recebiam seus salários e costumavam passar na Sloper para fazer compras. Além de lojas, havia também hotéis na rua Chile. Restaurantes e lanchonetes. Farmácias e agências de viagens, empresas de turismo e alguns prédios de escritórios. E bancos.

Década de 70. Fomos, eu e Vivaldo no Cine Excelsior que ficava ali na Praça da Sé atrás da Igreja da Sé, ver o filme “As Profecias de Nostradamus”. No filme, Nostradamus previa a derrota do Brasil na Copa de 98. Na época da previsão ainda nem existia futebol, nem existia a América. Na volta do cinema, andando pela Chile, começamos a namorar.

Anos depois retornei a caminhar pela rua quando passei a lecionar em uma escola estadual instalada no prédio da Associação Comercial da Bahia na esquina da rua Chile com o Palácio Rio Branco.

Certa vez, levando minha sobrinha para visitar o pelourinho, passamos pela rua Chile já desfigurada, vários prédios fechados, um terminal de ônibus, fim de linha que antes era na Praça da Sé, no lugar antes era um prédio que foi demolido para esse fim. Aconteceu um desabamento de uma velha marquise logo após a nossa passagem. Felizmente não houve vítimas.

Era o começo do fim, mas e agora? Há um recomeço... Vi nos jornais. Prédios ricamente decorados ameaçam despertar a velha rua Chile para uma nova fase gloriosa.

783





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Fig. 3 – Mulher de Roxo, 1978



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Salvador

O nome da coisa

Rua Chile

Rua Direita do Palácio

Rua Direita dos Mercadores

Rua Direita das Portas de São Bento

Rua Direita de Santa Luzia

A cidade murada de Salvador possuía duas portas: na parte sul, a porta de Santa Luzia, situada nas imediações da atual Praça Castro Alves; e ao Norte, a porta de Santa Catarina, localizada no trecho da Ladeira da Misericórdia. O crescimento populacional viria a eliminar esses limites. O projeto que deu origem à cidade, elaborado em Portugal por Miguel de Arruda e realizado pelo mestre de obras português Luís Dias, tinha inicialmente sete ruas.



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



A principal via era a Rua Direita de Santa Luzia (atual Rua Chile). O núcleo urbano inicial era constituído por uma praça central – onde hoje está a Praça Tomé de Souza –, que aglutinava a Casa dos Governadores, Casa da Moeda e a Casa de Câmara e Cadeia. A região foi gradualmente se expandindo. Por volta de 1582 iniciaram as obras de construção do Mosteiro da Ordem Beneditina e a via principal passou a ser chamada Rua Direita da Portas de São Bento.

O Centro antigo de Salvador abrigava, àquela época, residências, lojas e pontos de negócios. Para transitar entre as partes alta e baixa da cidade e as principais vias, a Rua Direita das Portas de São Bento era passagem obrigatória. Como nos elucida Theodoro Sampaio (SAMPAIO, 2016), com o tempo a via passou a concentrar um grande fluxo de pessoas e de mercadorias e logo foi batizada com seu terceiro nome: Rua Direita dos Mercadores. Tal nome deixava claro sua vocação comercial como ponto de confluência do setor varejista, onde eram vendidos, em sua maioria, artigos de uso pessoal importados do mercado europeu. Após a “independência” do Brasil, a rua troca mais uma vez de nome e passa a ser chamada de Rua Direita do Palácio (comum em outras cidades brasileiras), por ser a rua lateral das edificações que sediavam os poderes constituídos.

No dia 17 de julho de 1902 inaugura-se a rua que simbolizaria a forte amizade (ou o desejo de) entre os países Brasil e Chile. A Rua Direita do Palácio passa a se chamar Rua Chile. A ideia de trocar o nome da principal rua de Salvador, partiu dos alunos da Faculdade de Medicina. Mas porque Rua Chile? Por que esse nome?

785

Diário de Rua_ 14 de julho de 2017

Hoje choveu muito aqui em Salvador. Mas já havia saído de casa, quando começou. A Rua Chile estava cheia de pessoas. Na rua muita lama vinda das escavações arqueológicas que aconteciam em dois pontos da via. Me abriguei em companhia de desconhecidos embaixo da marquise de uma loja, que se encontrava fechada, localizada na frente do Fera Palace Hotel. Na fachada da loja, uma placa de “aluga-se” explicava as portas cerradas cobertas por propagandas, anúncios de serviços, campanhas, protestos e textos escritos a mão.

Anarquia.

Saúde do Homem. Aumente o apetite sexual. 100% natural. Saúde dos nervos.

Dinheiro na hora.

Samba Circular. Sexta na Avenida. Vou pro Sereno. A grande Família. Aceitamos cartões Lançamento. Pra entrar no clima. Parque da Cidade.

Melhor preço! Vendo. Liga pra mim...Vamos conversar. Sem compromisso... Jô.



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



ARTX.

Dinheiro na hora.

Concerto de óculo com Chico em 10 mim. Óculos de graus em 1 hora. Aqui.

Alugo este prédio.

Movimento SOS Saúde. Hosp. Espanhol pede socorro e quer reabertura.

Importunação sexual é crime em qualquer lugar. Pare.

Não à importunação sexual. Prefeitura de Salvador.

Yá.

ADN.

JAMEX Fim do Medo.

Fazíamos uma fila de corpos todos encostados um no outro, nossas costas apoiadas nas portas de ferro. Em 5 minutos todos ali já eram “amigos de infância”. As conversas corriqueiras eram muitas. Foram mais ou menos 20 minutos debaixo daquela marquise, aguardando a chuva passar. Um homem e uma criança atravessam a rua correndo e se acomodam, também debaixo da marquise. A fila se reorganiza. Os corpos ainda mais próximos. Os dois que chegaram estavam numa prosa boa. Uma parte da conversa me chama atenção. “Vovô, como chama essa rua?” O homem pede à menina que fale mais alto, pois o barulho da escavadeira somado aos ruídos da makita ensurdecia a todos. Como chama essa rua? Grita a menina que a essa hora já estava agachada brincando com as pequenas montanhas de pedras portuguesas e paralelepípedos, ao mesmo tempo em que assistia, aparentemente fascinada, a terra sendo revirada. A resposta irônica e conhecedora dos processos (ou pelo menos de partes deles) pelos quais passava aquela

Rua, me fez rir: “Nova Rua Chile *Boulevard Park District*”, disse o homem com um sorriso irônico de canto de boca. A menina pareceu não ter entendido muito bem e, da maneira que estava, continuou. Brincando.

786

O Túmulo dos estrangeiros ou A imagem-poeira que escapa

A cidade do Rio de Janeiro nos anos iniciais de 1900 se encontrava virada de ponta cabeça tamanha era a movimentação de homens e máquinas que modificavam a paisagem ao levar adiante as obras de reforma e modernização. Sobretudo durante a administração do presidente Rodrigues Alves (1902-1906), que encarregou o engenheiro Francisco Pereira Passos – nomeado prefeito do Distrito Federal – para implementar a reforma urbanística; e o médico sanitarista Oswaldo Cruz para realizar a reforma sanitária. Com a junção dessas



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



duas disciplinas, a engenharia e a medicina, “O Rio de Janeiro civiliza-se!” alardeava o cronista Figueiredo Pimentel dando bem a tônica do pensamento dominante que marcou a belle époque carioca (SEVCENKO, 2010).

Como capital do Brasil, a cidade do Rio de Janeiro era a vitrine do país, uma espécie de caixa de ressonância das questões brasileiras, que precisava assumir uma importante função simbólica frente ao conjunto da nação, refletindo todo o desejo de modernização da jovem República. Dentro do projeto do Governo central de promover o engrandecimento da nação a partir do Rio de Janeiro – havia uma crença de que o resto do país iria, como que por imitação, repetir, não somente as reformas urbanísticas e sanitárias, mas também as mudanças de costumes oriundas de tantas transformações. E tal imagem de “vitrine do país” chegaria não apenas às outras cidades brasileiras, como também fora do país.

Com o seu porto de exportação e importação sendo o terceiro em importância no continente americano, depois de Nova York e Buenos Aires, em um momento de intensa demanda por capitais, por técnicos e imigrantes europeus, a cidade operava, também, como um atrativo para os estrangeiros. Sendo assim, transformar toda a cidade em um grande cartão-postal era atestar o retrato de uma nova ordem que estaria se estabelecendo em terras brasileiras. Dando visibilidade ao projeto que reconstruía aquela cidade como capital do progresso.

Se de um lado engenheiros e sanitaristas convertiam-se em símbolos máximos da modernidade, de outros, o conturbado contexto social e o alto número de mortos causados pelas epidemias, insistiam em retirar o brilho dessa urbanidade recém-inaugurada. O triste legado social da recém proibida escravidão, as revoltas e protestos vindos principalmente das camadas mais carentes da população que se sentiam excluídas daquele projeto de modernidade, somadas às endemias e epidemias que se alastravam por todo o país dizimando pobres e, principalmente, os estrangeiros, “os quais não dispunham dos anticorpos longamente desenvolvidos pela população local” (SEVCENKO, 2004. p.22), dividiam os mesmos espaços que o novo que surgia diante dos olhos de muitos.

Sendo assim, a imagem cartão postal de uma cidade imaginada ou ideal, em meio à pobreza, à desigualdade e às doenças que matavam milhares de pessoas era borrada, reordenando, com muita intensidade, a ideia de um Paraíso na Terra, do lugar sem males, dos Trópicos plácidos, ideário que inundou a imaginação local e o olhar estrangeiro desde o final do século XIX.

A almejada imagem-desejo de um Rio de Janeiro-Brasil moderno é rasgada pela fricção de inoportunas imagens forçosamente escondidas sob o cartão postal. Com o tempo a fricção dessas imagens, que querem a todo custo ocupar a superfície, rasga o belo cartão postal

787





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



milimetricamente construído. A poeira se eleva passando a disputar lugar com a lisura da imagem postal.

E uma dessas imagens-poeira que rompe o cartão postal, escapa e se levanta tomando a superfície tem um nome: “Túmulo dos estrangeiros”.

“Túmulo dos estrangeiros”, foi um apelido que o Rio de Janeiro e portando o Brasil, já que o Rio de Janeiro era uma espécie de Brasil miniatura, ganhou devido à morte de centenas de estrangeiros, vítimas de diversas epidemias que varreram a cidade entre no fim do século XIX e início do século XX. Essas epidemias surgiram da associação entre a baixa infraestrutura urbana e o aumento significativo da população.

E para fixar ainda a indesejável imagem-poeira “túmulo dos estrangeiros”, morre, em 1902, na cidade do Rio de Janeiro, quatro autoridades da embaixada chilena localizada na então capital.

A morte dos embaixadores e secretários chilenos ocorre em meio ao contexto importante de processo de urbanização do Brasil. Em uma tentativa de pedir perdão ao Chile, o país da América do Sul que mais se destacava economicamente, a Rua Direita do Palácio, passa a se chamar Rua Chile, á pedido dos estudantes de medicina. Estudantes esses que exerciam um importante papel frente às cidades que queriam civilizar-se a todo custo.

788

“A primeira rua do Brasil” ou Visite o nosso *showroom*

Virada do avesso devido às inúmeras movimentações de terras que já duram nove anos, a Rua Chile é pura contradição e movimento. O que temos, durante todo esse período, é a atuação de uma grande quantidade e variedade de agentes, poderes, materialidades e imaterialidades orbitando e intervindo, cotidianamente na Chile. Tais ações, frutos de acordos – muito propagandeados e poucos elucidados – entre poder público e a iniciativa privada, percorrem tanto os 330 metros lineares da Chile, quanto o imaginário de turistas, comerciantes e os poucos moradores da via, além dos cotidianos usuários, dos habitantes de Salvador e redondezas.

Desde 2014, encontra-se, quase que diariamente, uma incessante produção e veiculação de reportagens, matérias, textos, imagens, muitos deles de páginas inteira. Na maioria das vezes, essa produção associa os projetos que estão sendo feitos na Rua ao seu passado, presente e futuro.

Desde 2014 a figura do empresário Antônio Mazzafera vem ocupando as páginas de jornais, revistas de moda e decoração, programas de televisão para publicizar o seu novo projeto que já assumiu diversos nomes: Bahia *District*, Nova Rua Chile, Bahia *Design District*, Salvador *Design*.



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Desde 2014 veem se desenhando fortes e intensas evidências de uma desdemocratização progressiva e programada do espaço da Rua, espaço esse, público por excelência. Evidências essas, que se mostram “em consonância com pressupostos do urbanismo corporativo e com tendências de financeirização da cidade, contribuindo e acelerando com o processo de gentrificação em curso na área”. (MOURAD; REBOUCAS; PUGLIESE, 2017)

Ao mesmo tempo em que se é exposto a superficialidade e a espetacularização dos grandes programas de “Qualificações” e “Requalificações Urbanas” oriundos da iniciativa pública e privada – sem nenhum tipo real de participação popular – a Chile guarda uma memória complexa de um glamuroso passado em que muitos habitantes da cidade de Salvador (e do interior do Estado da Bahia) se reconhecem nela. Sendo que essa memória se encontra mais pulsante do que nunca, tanto pela promessa, feita pela iniciativa privada e pelo poder público, do retorno do seu passado glorioso, tanto pelas grandes movimentações de terra que trazem à superfície fragmentos (arqueológicos) e partes de grandes estruturas arquitetônicas de séculos passados, encontradas durante programadas escavações ou em acidentais perfurações em seu solo, como foi o caso das ruínas de partes do Theatro São João da Bahia⁴, vindas à superfície em janeiro de 2020, em uma obra de requalificação do piso da Praça Castro Alves (JORNAL CORREIO, 2019).

A ideia da retomada do glorioso passado em forma de futuro possui como pedra fundamental a compra do prédio em estilo *Art Déco*, erguido em 1930, onde funcionou, até os anos de 1960, o Palace Hotel, símbolo máximo de *glamour* da Rua Chile.

A atual reforma da Chile está dentro de um contexto de reformas e intervenções que contém e está contida nas três instâncias públicas – federal, estadual e municipal –, assim como na instância privada. Aqui a parceria público-privada não é segredo para ninguém e avança, por toda a cidade.

Diante de tantas movimentações de terras, e de um projeto de reforma que não deixa claro os seus processos, a Rua Chile parece vibrar sobre si mesma, em múltiplas direções, emanando pulsões de vida, diante do perigo, diante da iminente morte de sua diversidade, de sua vida pública.

Nesse cenário, onde uma rua parece se contorcer, se multiplicar, se fragmentar sobre si mesma gerando várias imagens, uma pluralidade de tempos e espaços emanam de seus escombros. E como um “*fóssil em movimento*” (AGAMBEN, 2010), a Chile se coloca diante dos habitantes de Salvador e de seus turistas, deixando à mostra, sua pluralidade, suas camadas, seu futuro, passado, presente, pretérito-mais-que-perfeito, futuro-do-pretérito; suas

789

⁴ O Theatro São João da Bahia, foi o primeiro grande teatro de ópera do Brasil. Inaugurado em 13 de maio de 1812, aniversário do Príncipe Regente Dom João. Um incêndio em 6 de junho de 1923 destruiu o prédio.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



diversas materialidades; temporalidades e espacialidades, muitas delas, não traduzidas pela linguagem. Uma diversidade espaço-temporal que todo lugar carrega consigo, mas que nesses momentos de perigo, fica mais evidente.

“Primeira rua do Brasil”: uma construção de textos imagens operações urbanas personalidades eventos etc.

No dia 28 de junho de 2016, “surge” impresso, no Jornal Folha de São Paulo, o termo “primeira rua do Brasil” em uma coluna escrita pelo jornalista e publicitário Júlio Wiziack. Situada no caderno “Mercado”, a matéria intitulada “Via mais antiga do país, em Salvador, será revitalizada para virar complexo turístico” (JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, 2015) apresenta aos leitores – e aqui entendemos que tais leitores são àqueles que se interessam, principalmente, pelo caderno “Mercado” – um turbilhão de informações em um texto de apenas 672 palavras. Praticamente um resumo, acrítico, do processo de gentrificação que tomou conta das cidades contemporâneas, que se instala na Chile e se alastra não apenas pelo seu entorno.

Em seu texto, Wiziack nos apresenta uma rede que inclui pessoas – algumas nomeadas, outras não –, referências urbanísticas, instituições, cidades, estabelecimentos comerciais etc. O texto informa, propaganda e, ao mesmo tempo, inaugura um termo até então não visto em nenhum impresso: “primeira rua do Brasil”. Importante dizer que em nossa pesquisa por jornais, revistas e documentos junto a idas a arquivos físicos e virtuais, foi a primeira vez que vimos tal expressão. O “primeira rua do Brasil” pode sim, ter aparecido anteriormente.

O jornalista nos conta que junto à Prefeitura de Salvador, ao governo do Estado da Bahia e ao Governo Federal através do Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico), o empresário Antônio Mazzafera, da Fera Empreendimentos, e seus (não nomeados) sócios tornaram-se os novos donos da Rua Chile, a “primeira rua do Brasil”.

O texto informa:

Que o investimento de R\$ 150 milhões, feito sem fazer alarde para “não gerar especulação” (JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, 2015), consiste na compra e restauro de, ao menos, “3 edifícios, 1 hotel de luxo, 6 restaurantes, 1 casa noturna, 2 galerias de arte e 1 estacionamento”, localizados na rua Chile, onde parte desses imóveis será alugada para empresas, outra será vendida, caso do residencial de dez apartamentos (um por andar) com vista para a baía de Todos os Santos e outra parte ficará sob o controle e comando da própria Fera Empreendimentos, como é o caso do edifício do antigo Palace Hotel, o primeiro imóvel a receber investimento após a compra.

790





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Que o restauro do Palace “consumiu cerca de 40% do investimento” e sua reforma é cercada de luxos, onde “especialistas coletaram amostras do material original da construção para que fossem reproduzidos por fabricantes de hoje. Até o brilho dourado típico do revestimento externo vai ser recuperado” (JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, 2015).

Que “o preço, quase uma pechincha”, inclui também a compra de mais outros 123 imóveis, nos arredores da Chile.

Que a intenção de Antônio Mazzafera e seus sócios é fazer da região uma espécie de Meatpacking District, área de Nova York que “virou” ponto turístico após processo de massiva especulação imobiliária em uma antiga zona onde só funcionavam frigoríficos. “Em cinco ou sete anos, esses imóveis valerão o dobro; a região será revitalizada”, fala Mazzafera. Que, batizado de Bahia District, o projeto de compra da “primeira rua do Brasil” e adjacências possui uma fórmula, nos explica o jornalista. Tal fórmula consiste em comprar imóveis abandonados, investir e “quando dá certo, o m² na região se valoriza imediatamente e aí o retorno de um novo projeto na área fica menor.”

Para completar e bater o martelo nessa grande rede especulativa, traçada no texto de Wiziack, chega a vez do IPHAN (dos seus dirigentes, não nomeados na matéria) exporem sua opinião. Para o Órgão, tal parceira com a iniciativa privada, pode garantir à cidade de Salvador que os imóveis sejam preservados. “O órgão se livra de um peso”, ao se associar à iniciativa privada. “Hoje, muitos proprietários de locais tombados não têm dinheiro para restaurá-los”. Nesses casos, a lei determina que o próprio Iphan banque a reforma. Como o instituto federal não tem recurso suficientes, muitos prédios se deterioraram com o tempo. “Mas pelo menos na Rua Chile a história começou a mudar”, arremata Wiziack.

A matéria acima, não é a primeira sobre as intervenções da/na Rua Chile, mas é a pioneira em citar a expressão “primeira rua do Brasil”, uma expressão que passou a ser repetida, repetida e repetida contribuindo para a construção do imaginário/promessa de trazer de volta o luxuoso passado – que a Chile já experimentou outrora – em forma de futuro para o presente da Rua.

Amparando as matérias de jornais, textos outros emergem, pipocam em diferentes meios (revistas, livros, inúmeros sites e blogs) e formatos (publicitários, memorialísticos, informativos). Houve, inclusive, lançamento do livro intitulado “Rua Chile: Honra e Glória do Comércio Baiano”, como parte das comemorações pelos 70 anos da Federação do Comércio da Bahia (Fecomércio-BA). O primeiro livro a escrever, exclusivamente, sobre a Rua.

Desde 2016, os principais jornais das cidades foram, cotidianamente, inundados por textos memorialistas e saudosistas que contavam casos passados na Rua Chile. Histórias da Mulher de Roxo, do Guarda Pelé, da primeira escada rolante do Nordeste, do footing aos finais do dia, das

791





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



personalidades ilustres que um dia se hospedaram no antigo Palace Hotel, das mulheres com seus vestidos luxuosos, dos homens com seus ternos brancos, das *matinéas* no Cine Excelsior.

E juntos aos textos, as imagens circulam, em forma de fotografias e/ou vídeos. Fotos e cartões postais antigos se misturam a maquetes eletrônicas (imagens 3d construídas no computador) de “lindas” cenas de pessoas sorrindo, brindando com suas taças de champagne, usufruindo de “espaços luminosos”⁵ (SANTOS e SILVEIRA, 2001. p. 264), repletos de vidro, mármore carrara, cerâmicas pintadas a mão. Uma celebração de uma vida gourmetizada e exclusiva. Para poucos que podem pagar.

Uma outra camada de imagens e textos, também começam a circular nos jornais, revistas, programas de TV e se juntam aos já mencionados. São fotografias e textos que relatam o “arruinado” presente da Rua. As ruínas aparecem denunciando e “minituralizando” (CAMELO, 2017) o estado ao qual a Rua se encontra, em consequência do proposital abandono da iniciativa pública, desde 1970.

Diante das calmas águas da Baía de Todos os Santos, casas e palacetes coloniais apodreceram. Matos crescem entre os tijolos seculares. Raízes e galhos preenchem frestas entre telhas. As calçadas de pedras portuguesas cortadas por pessoas escravizadas, se cobrem de lodo. Árvores seculares arrancam os azulejos pintados à mão trazidos da metrópole portuguesa. Musgos corroem os ornamentos. Ruínas em carne viva deixam à mostra nossa estrutura colonial. Nosso fa(r)do tropical.

Somando-se às imagens já citadas, surgem aquelas que mostram a “construção-destruição” da Rua. A Chile se transforma em um grande canteiro de obras e as imagens de pás, tratores, escavações arqueológicas, picaretas tomam os jornais. O futuro está chegando. “Aqui tudo parece que é ainda construção e já é ruína.”⁶

E entre textos imagens operações urbanas personalidades eventos etc, o drama barroco está posto e dança com o surrealismo por entre tempos, espaços, pessoas, pedras, poeiras; trúpica em pedras seculares; circula nos meios de comunicação; constrói imaginários, desejos, visões, miragens em torno da “primeira rua do Brasil”.

792

⁵ Segundo Milton Santos espaços luminosos são “aqueles que mais acumulam densidades técnicas e informacionais, ficando assim mais aptos a atrair atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização”.

⁶ Verso de Fora de Ordem, composição de Caetano Veloso do disco *Circuladô*, 1991. Segundo Caetano, esse verso é baseado em *Tristes Trópicos*, de Lévi-Strauss. Fonte: <<http://diplomatie.org.br/os-tropicos-de-caetano-veloso/>>. Acesso em: julho 2023.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Das operações urbanas

Na conjuntura urbana contemporânea, o urbanismo corporativo é tomado enquanto prática articuladora de modos de pensamento, produção e reprodução do espaço pautado na privatização, lógica de mercado e captação de investimentos. Algumas consequências dessa tendência são a especulação imobiliária, segregação socioespacial e violação de direitos, como aponta Fernandes (FERNANDES, 2013, p.85). Se considerarmos as políticas públicas atuais relacionadas ao planejamento urbano, não seria difícil verificar tais reflexos dessa produção do espaço e a “primeira rua do Brasil” nos aponta isso.

Orientadas pelo capital e pelo mercado, políticas neoliberais se dizem urbanizadoras, sendo a cidade entendida e projetada como um produto para negociação. Suas imagens são prontas para serem consumidas. Inúmeros são os projetos urbanísticos que preveem grandes remoções de pessoas, de vestígios, de singulares, de materialidades para criar algo financeiramente “mais interessante”.

Propostas de preservação, requalificação, reabilitação ou modernização dos espaços acabam funcionando dentro dessa lógica corporativa, operando a partir de discursos e imperativos do embelezamento e melhorias nas cidades quando, na verdade, estão reduzidas a atender interesses mercadológicos, na maioria das vezes. No total, 11 bairros e mais de 300 ruas passaram por intervenções do projeto, incluindo 18 vias do Centro Histórico de Salvador. “A maioria dessas vias nunca havia passado por qualquer tipo de melhoria.”, diz o site oficial do Governo do Estado da Bahia. Entre as ruas recuperadas está a Rua Chile, tratada como prioridade.

Iniciado em julho de 2015 com prazo previsto para conclusão até o final de 2017, as ações, que fazem parte do Plano de Reabilitação do Centro Antigo de Salvador com as obras executadas pela Diretoria do Centro Antigo de Salvador (DIRCAS), da Companhia de Desenvolvimento do Estado da Bahia (CONDER). O projeto é uma parceria com o Governo Federal, por meio do Plano de Aceleração do Crescimento Pavimentação (PAC II). O projeto foi dividido em cinco lotes, totalizando 267 ruas. No lote 1, formado pelos bairros do Comércio e Calçada, serão aplicados recursos de R\$ 28,2 milhões para execução dos serviços em 55 vias. No lote 2, que compreende os bairros do Centro, Dois de Julho, Nazaré e Politeama, estão sendo investidos R\$ 42,9 milhões para melhorias de infraestrutura urbana em 80 ruas, entre elas a Rua Chile. No lote 3, onde o projeto foi iniciado, serão requalificadas 84 vias nos bairros da Saúde, parte do Santo Antônio Além do Carmo, Barris e Tororó, com recursos de R\$ 26,3 milhões. No lote 4, o Santo Antônio Além do Carmo será beneficiado com mais oito ruas, incluindo a vala técnica na Rua Direita do Santo Antônio. O investimento

793





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



é de R\$ 5,6 milhões. No lote 5, os bairros do Barbalho, Macaúbas, Soledade e Lapinha serão beneficiados com obras em 40 vias, com recursos de R\$ 12 milhões.

A Chile é tratada como prioridade dentro do “Pelos Ruas do Centro Antigo”. A Rua e sua famosa calçada onde já aconteceu inúmeros *footings* em um passado não tão distante, passaram por assentamento de pedras em paralelepípedo em uma extensão de mil e duzentos metros quadrados. As calçadas receberam placas de granito antiderrapante e uma faixa de pedra portuguesa. Foram construídas, também, nove faixas de travessia de pedestres em paralelepípedo vermelho e cinza. Nas mudanças de nível das faixas e nas rampas de acesso foram colocados piso tátil de alerta. A fiação aérea (rede elétrica e de telecomunicações) passou a ser subterrânea.

Visite nosso *showroom*

“O projeto da Fera Investimentos no Centro Histórico de Salvador contempla a revitalização deste local histórico e emblemático para receber baianos e turistas. A nova Rua Chile que teve seu auge dos anos 30 a 60 se redefine e ganha vida com a implantação do Bahia Design District, que reúne hotéis, cinemas, galerias de arte, bares, restaurantes, night-clubs, lojas, estacionamento, residenciais e escritórios. No perfeito equilíbrio entre os achados do passado e as experiências contemporâneas, promovendo transformações verdadeiras que estimulam o desenvolvimento econômico, social, cultura que fomentam um legado perene.” (JORNAL A TARDE, 2015)

794

Na instância privada, a Rua Chile recebe investimentos direto de um projeto que não é muito claro nem em seu nome, nem em suas ações, nem em suas origens. Tudo o que chega até nós – sociedade civil –, via jornais, revistas, programas de televisão e rádio, são pedaços de informações que, a todo momento, se contradizem, numa aparente e intencional tentativa de gerar confusões, distorções e dúvidas ao invés de claras exposições daquilo que está por vir. O obscuro projeto apresentado através dos veículos de comunicação, via eventos para o empresariado e na própria Rua e suas edificações por meio das intermináveis intervenções, restaurações e revitalizações, já foi chamado de Nova Rua Chile, mas logo mudou de nome. Em uma entrevista para o Jornal A Tarde, Antônio Mazzafera explica que a mudança se deu devido às pessoas (o empresário não deixa claro quem são essas pessoas) começarem a questionar o nome, já que a “intenção é colocar Salvador no mapa do turismo mundial” (JORNAL A TARDE, 2015). Então durante uma conversa com Nizan Guanaes, onde o empresário e o publicitário brincaram com vários nomes, eis que surgem mais duas opções: *Bahia Design District* e *Salvador Design*, nos explica o entrevistado.



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Nova Rua Chile ou Bahia *Design District* ou Salvador *Design*. Assim como há uma falta de clareza ou uma programada indecisão no nome, há também uma nebulosidade no que é e para quem é, realmente, o projeto. E numa falta de nome que o identifique, chamamos tal ação/projeto/empreendimento/operação de “*Visite nosso Showroom*”.

Mas o que é, exatamente, um *showroom*?

O que estamos chamando de *showroom* não é a Rua Chile, mas sim a “primeira rua do Brasil”, esse grande evento, essa invenção das iniciativas *públicas* e *privadas* que tenta, a todo custo, reduzir o espaço da rua em uma grande vitrine, onde tudo e todos serão comercializados. Fazer da Rua Chile um grande *showroom* é a estratégia perfeita para gerar credibilidade para que no momento seguinte o projeto de venda do espaço público possa ser multiplicado por toda, ou por grande parte da cidade de Salvador.

Fig. 4 – Rua Chile. Foto de Marcelo Terça-Nada, junho de 2020.



Fonte: Acervo da autora.

795



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

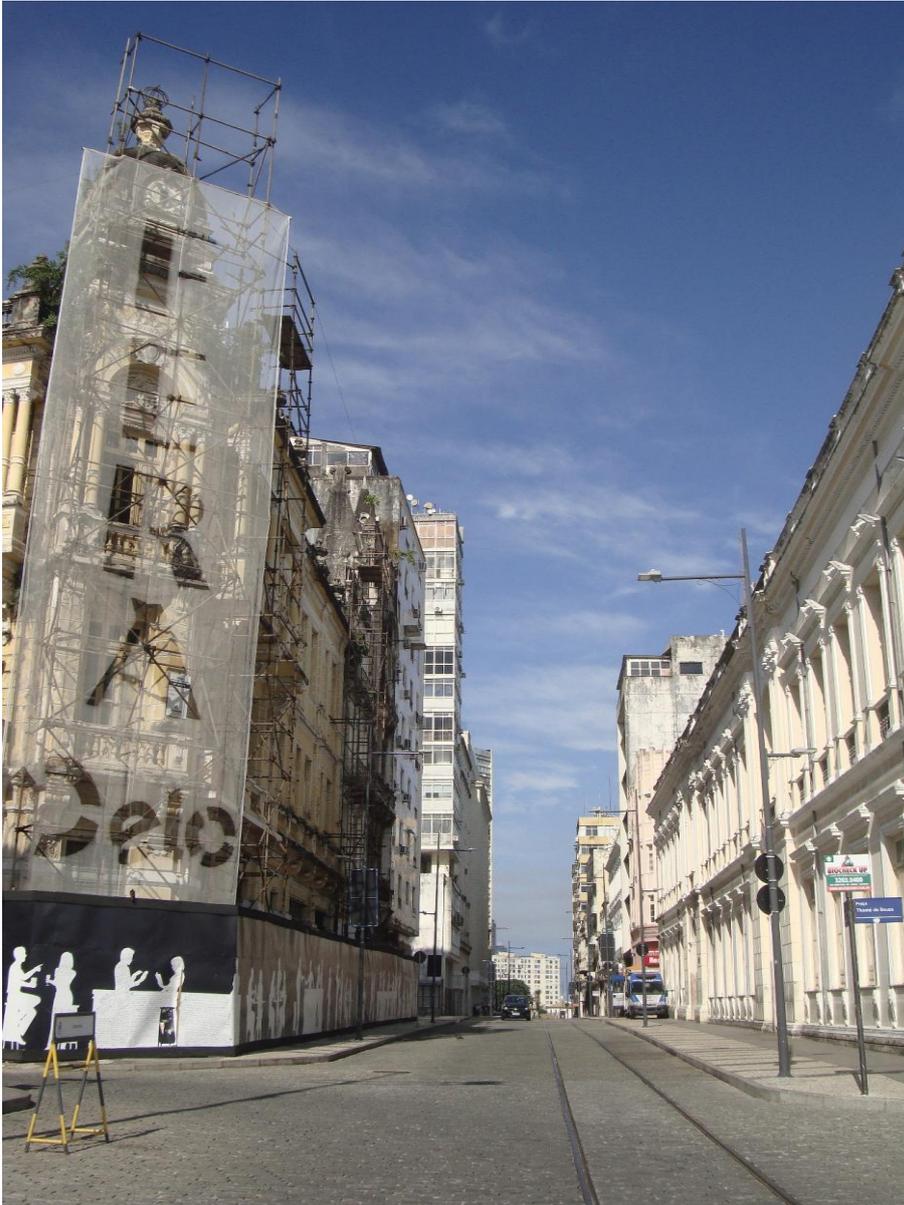
HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Fig. 5 – Rua Chile, à esquerda o Palacete do Tira Chapéu em obras. Foto de Marcelo Terça-Nada, junho de 2020.



Fonte: Acervo da pesquisadora.

796





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Diário de Rua_ 28 de setembro de 2016

Hoje foi um dia especial, não posso negar. Pela primeira vez na vida vejo uma escavação arqueológica acontecendo. Acordei cedo com várias mensagens de whatsapp e uma ligação por telefone: “você precisa ir à Rua Chile”, me diziam colegas, amigos que sabiam que, por motivos de pesquisa, eu acompanhava as transformações da rua.

Fui.

Uma escavação em frente ao Cine Glauber Rocha, na entrada da Rua Chile. O poeta Castro Alves do outro lado da rua a declamar. Cheguei umas 9 horas da manhã e só saí de lá no meio da tarde. O tempo todo fiquei sentada no meio fio, junto à equipe. Levantei para tirar fotos. Queria saber de tudo. Era tudo tão novo que não conseguia nem encontrar perguntas para fazer. Não tinha repertório. De escavações arqueológicas só conhecia “Escavar e lembrar” um pequeno fragmento de Rua de Mão Única e uma pouca leitura da Arqueologia do Saber de Foucault que acho que fui mais ou menos entender depois de hoje. Tem mais ou menos um mês que essa “maneira de fazer” escavatória não sai da minha cabeça. Cheguei a sonhar. Parece que eu estava pressentindo, de alguma maneira, essa escavação que se inicia hoje na Chile.

Sentada no meio fio, colada à vala que se abria pelos técnicos e pelo arqueólogo, vi pedaços de cerâmicas, diferentes tipos de pisos, parafusos, pedaços de ferro que numa classificação primeira foi considerado por XXXXX como pedaço de uma ferramenta do século 18. Um pedaço de concha. Perguntei de onde vem. Pode ter vindo de um Sambaqui, me responderam. Primeira vez que escutei a palavra Sambaqui..

Lascas de vidro de várias, formatos, idades e origens. Tudo emergindo, vindo à luz com a movimentação da terra.

Sentada no meio fio vi uma hierarquia na equipe: o arqueólogo, o técnico e os pedões.

Sentada no meio fio vi um gesto que se repetiu inúmeras vezes. O giro. O fragmento é retirado da terra por alguma ferramenta. Quando vai para a mão, acontece o giro em todas as direções. Retira-se o excesso de terra. Outros giros. Esse é mais demorado. Acho que esse é o último movimento do fragmento.

Perguntei sobre as etapas que iriam acontecer após a coleta dos fragmentos. XXXXX me respondeu: a catalogação se inicia ali no campo, depois tem a limpeza e a classificação no laboratório A Lasca, em São Paulo, então, os fragmentos passam pelo Iphan e por fim vão pra Museu da Embasa.

Lápis, pás, picaretas, papéis, borracha, catálogo, livro, quadro, tratores, trena, papel milimetrado, régua, caneta, peneira. Me interessei muito pelas ferramentas.

De tempo em tempo uma significativa quantidade de pessoas se aglomerava. Muitas eram as especulações. Muitas eram as perguntas, que a equipe pacientemente respondia. Havia um alvoroço.

797





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



No fim de uma conversa longa com XXXXX, ele me diz que aquela operação escavatória da Rua Chile era uma espécie de fachada, algo pra “inglês ver”. Pois o que deveria acontecer era uma abertura de uma vala única que percorresse toda a extensão da rua. Do início ao fim. E não a abertura de poucas valas, como estava acontecendo ali. Para uma rua tão importante, em termos históricos, como a Chile, e que já estava passando e que passaria por inúmeras outras intervenções, seria necessária uma análise de toda a sua extensão. Para mim aquela única vala já é um mundo.

Agora, enquanto escrevo, e me distancio, entendendo. Ir em direção à origem é uma operação pra baixo e para as laterais. Escavar é ir em direção ao núcleo da terra e também ir desvendando as superfícies. Aqui o tempo é matéria. O tempo é terra. O tempo tem cor. A cor da terra significa muito. Se escura tem uma idade, se clara, outra idade. Chego mais perto. Tem horas que é preciso ver de perto.

Perguntei várias vezes se estava incomodando. Não estava incomodando. De ontem pra hoje sonhei que a rua estava sendo enterrada naquela vala.

798



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Fig. 6, 7 e 8 – Regista da escavação arqueológica na Rua Chile, setembro de 2016.



Fonte: Acervo da autora.

799



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória
Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Fig. 9 – Presença da Alasca Consultoria, empresa de escavações arqueológicas, na Rua Chile, setembro, 2016.



800

Fonte: Acervo da pesquisadora.

Referencias

AGAMBEN, Giorgio. Ninfas. Valencia: Kadmos, 2010.

BENJAMIN, Walter. Diário de Moscou. Tradução: Hildegard Herbold. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



BENJAMIN, Walter. Passagens. Edição alemã de Rolf Tiedemann; organizador da edição brasileira Willi Bolle, Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial de Estado de São Paulo, 2009.

BENJAMIN, Walter. Rua de Mão única. Obras Escolhidas II. Tradução: Rubens Rodrigues Torres Filho. Jose Carlos Martins Barbosa. São Paulo: Brasiliense, 2011.

CAMELO, Francisco Thiago. Miniatura, miniaturização: dispositivos de pensamento e de criação artística, a partir de Walter Benjamin. Tese de Doutorado em Doutorado em Letras/Literatura, Cultura e Contemporaneidade - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2017.

FERNANDES, Ana. Decifra-me o te devoro: Urbanismo Corporativo, Cidade-Fragmento e dilemas da prática do urbanismo no Brasil. In: GONZALES, Suely; FRASCISCONI, Jorge G.; PAVIANI, Aldo. Planejamento e urbanismo na atualidade brasileira: objeto, teoria e prática. São Paulo/Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2013. p. 85.

JACQUES, Paola Berenstein, (2007). Especularização urbana contemporânea. Cadernos PPG-AU/UFBA. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/ppgau/article/view/1684>>. Acesso: outubro 2019.)

JACQUES, Paola Berenstein. Notas sobre o Espaço Público e Imagens da Cidade. Salvador: 2009. Disponível em: <<http://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.110/41>>. Acesso: janeiro 2022

JORNAL CORREIO, 2019. Praça Castro Alves escondia ruínas de teatro abaixo da calçada; entenda. Disponível em: <<http://correio24horas.com.br/noticia/nid/praca-castro-alves-escondia-ruinas-de-teatro-abaixo-da-calcada-entenda/>>. Acesso: dezembro 2019.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, 2015. Via mais antiga do país, em Salvador, será revitalizada para virar complexo turístico. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/06/1648531-grupo-compra-123-imoveis-e-pretende-revitalizar-o-centro-historico-de-salvador.shtml>>. Acesso: maio 2018.

801





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



MARQUEZ, Renata Moreira. Geografias portáteis: arte e conhecimento espacial. 2009. Tese de Doutorado. Instituto de Geociências, UFMG. Belo Horizonte.

MOURAD, Laila; REBOUCAS, Thais; PUGLIESE, Vanessa. Intervenções públicas para o privado no Centro Antigo de Salvador. In: XV Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 2017, Salvador. XV Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 2017.

PIGNATON, Clara Bonna. Construções subjetivas no centro de Salvador: A vida 100 Museu e a Memória. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

ROSSI, Gabriela. Rua Chile: Honra e Glória do Comércio Baiano. Salvador: Press Color Gráficos Especializados Ltda, 2017.

SAMPAIO, Theodoro. História da fundação da cidade do Salvador. Obra Póstuma. Salvador: Assembleia Legislativa, 2016.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: RECORD, 2001.

SEVCENKO, Nicolau. A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

SEVCENKO, Nicolau. História da vida privada no Brasil. v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

TAMAYO, Yana; CHAVIER, Janaina. Escrever o tempo ou Sobre olhar com paixão ou Diálogos para vendaval. METAgraphias: letra C de Composições Urbanas e outras paisagens. v.1 n.4, dezembro, 2016.

Fonte: < <https://periodicos.unb.br/index.php/metagraphias/article/view/393> >. Acesso: maio 2023.

802



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



MUSEU: ENTRE MEMÓRIAS E ESQUECIMENTOS

Anna Rafaella de Paiva Dantas Fernandes¹

Francisco das Chagas Silva Souza²

O museu como espaço de memória

Há uma frase na cultura popular brasileira que diz: “quem vive de passado é museu”. É bem provável que o estilo de vida da geração atual inundada pela velocidade e liquidez das coisas como diria Bauman (2004) veja o passado apenas algo cristalizado e sem conexão com a realidade vivenciada ou simplesmente como um amontoado de coisas/objetos que remetem a algo distante.

Talvez esse seja um dos desafios mais frequentes dos professores de História e é justamente por isso que práticas de ensino que visem problematizar o passado de maneira crítica seja um caminho para a construção de uma consciência histórica que seja capaz de compreender que as ações do passado possuem relação direta com a vida prática.

Pensar o museu como um espaço educativo nos remete primeiramente ao conceito de lugar de memória, criado por Nora (1993, p. 21), “lugares, com efeito, nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos”, assim, é possível entender o museu como um espaço que propicia a difusão de determinada versão dos fatos do passado e de perpetuar as memórias individuais ou coletivas.

É claro que é preciso compreender que museu não “revela” o passado, não “fala” por si só; como toda fonte histórica, esse espaço “fala” a partir das questões feitas no presente. Por isso, a aula nos espaços museológicos necessita ser vista como uma oportunidade de questionamentos e debates e não um momento de simples contemplação de objetos “exóticos”.

Dessa forma, com base em Ramos (2004), salientamos que no espaço do museu não há apenas o que se quer preservar em um determinado contexto histórico, mas, também os indícios de tudo o que se descartou naquele mesmo contexto e não foi salvaguardado pela narrativa que o museu conta para si e para a sociedade. Portanto, o museu não é um espaço inocente, neutro; ele esconde verdades e seleciona a memória desejável. Cabe ao professor o

803

¹ Licenciada em História (UERN) e Mestra em Educação Profissional e Tecnológica (IFRN), professora da Secretaria de Estado da Educação e da Cultura do Rio Grande do Norte (SEEC) e da Secretaria Municipal de Educação (SME), Mossoró, RN, Brasil. Endereço eletrônico: anarpaiva1@hotmail.com.

² Doutor em Educação (UFRN) e professor no Programa de Pós-Graduação em Ensino (IFRN/UFERSA/UERN). Endereço eletrônico: chagas.souza@ifrn.edu.br





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



desafio de estimular o aluno a desvelar e questionar aqueles objetos, principalmente demonstrando que o ‘esquecimento’ de determinados fatos, muitas vezes são compactuados e apoiam-se em “instrumentos de lembrança (monumentos, datas comemorativas, imagens, rituais, mitos etc), que se constituem nos ‘combates’ pelo controle hegemônico do passado e da memória coletiva” (CAIMI, 2013, p. 29-30).

Diante dessas circunstâncias, o professor passa a exercer a função de mediador, adotando práticas que levem à criticidade dos alunos ao passo que lhes instiga e lhes desperta a curiosidade. E, assim, uma oportunidade para a reconstrução de saberes naturalizados e de apreensão de novos conhecimentos.

Para construirmos uma Educação Histórica crítica, é imprescindível chamar a atenção dos alunos para os usos ideológicos que a memória histórica está sujeita, principalmente porque os interesses de alguns grupos sociais passam a interferir no que deve ser preservado e relembrado e naquilo que deve ser silenciado ou deixado à margem (BARCA, 2005).

O museu como espaço educacional: um relato pedagógico

Guiados por essas orientações, é necessário que o professor antes executar sua aula no museu realize um planejamento prévio por meio da visita, pois, conforme Bittencourt (2009), a prática pedagógica nos museus deve ser buscada e entendida desde o momento em que estabelecemos o roteiro de uma exposição, fazemos a apresentação do acervo até propormos atividades que avaliem a prática. Em todos esses momentos, devemos gerar reflexões e a busca de novos conhecimentos. Em função disso, realizamos uma visita ao Museu Histórico Lauro da Escóssia, sem os alunos, com fins de conhecermos os seus espaços, o acervo e as demais fontes sobre o passado da cidade de Mossoró/RN/Brasil que nos levassem a estabelecer relações com o presente e organizar nossa atuação pedagógica.

Posteriormente, em sala de aula, destacamos a importância de se conhecer a História local, estimulando-os a conhecer o Museu. Na ocasião, questionamos os alunos a respeito do que eles sabiam sobre a produção salineira, pois:

Uma das formas para motivar os alunos é conhecer sua prática social imediata a respeito do conteúdo curricular proposto. Como também ouvi-los sobre a prática social mediata, isto é, aquela prática que não depende diretamente dos indivíduos, e sim das relações sociais como um todo. Conhecer essas duas dimensões do conteúdo constitui uma forma de criar interesse por uma aprendizagem significativa do aluno e uma prática docente também significativa. (GASPARIN, 2005, p. 15-16).





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



A visita ao Museu Histórico Lauro da Escóssia ocorreu com a participação de 15 alunos. O roteiro da visita seguiu os passos mencionados por Bittencourt (2009), a saber: abordagem da relevância do museu enquanto instituição; exposição do seu papel na constituição da memória social; destaque para história do prédio antes de se tornar um museu; exposição sobre o tipo de acervo; apresentação dos objetos como integrantes da cultura material, portanto, como fontes históricas; problematizações a partir do que foi visto no acervo. Abud, Silva e Alves (2013, p. 136, grifos nossos), ao refletirem a respeito do uso do museu nas aulas de História, enfocam que:

O aprendizado com objetos e obras expostas nos museus começa com um olhar ativo que, aliado à problematização proposta, ajuda a conhecer e reconhecer, recortar, caracterizar, interpretar, pensar... Nesse sentido, *a visita ao museu pode ser organizada pragmaticamente pelo professor*: pode-se considerá-lo um templo, um espaço de contemplação, ou a visita pode ser revestida de um aprofundamento pedagógico ao entendê-lo como *fórum, espaço da pergunta, dos debates, dos questionamentos*.

Na ocasião, fomos recepcionados pelo diretor do museu, e, em seguida, introduzimos nossa aula evidenciando a relevância que tem aquele espaço para a construção e manutenção das memórias coletivas, por serem lugares repletos de marcas e significados do passado. Expomos a história do prédio, que antes de se tornar, abrigava a Câmara Municipal (no andar superior) e a Cadeia Pública de Mossoró (no térreo), onde alguns trabalhadores das salinas, envolvidos nas manifestações de 1935, foram presos.

O Museu Histórico Lauro da Escóssia é dividido numa perspectiva temática, nas quais são abordados fatos considerados importantes para a história oficial do município. Em uma de suas salas são apresentadas fotografias antigas da cidade, produzidas pelo fotógrafo Manuelito Pereira dos Santos Magalhães Benigno, que, além das personalidades políticas, fez muitos registros do cotidiano da cidade. Ao analisar as imagens, os estudantes identificaram mudanças no espaço urbano e puderam conhecer antigas casas comerciais, cinema, escolas e personalidades da política mossoroense que hoje têm seus nomes em praças, escolas, ruas... Entre dezenas de fotografias, apenas duas retratavam as salinas, permitindo-nos conhecer alguns aspectos do ambiente e das condições de trabalho nas salinas no início do século XX. Frisamos para os alunos que aqueles retratos antigos não eram simples ilustrações, mas fontes relevantes para o estudo do cotidiano de grupos sociais marginalizados; são documentos passíveis de análise, cabendo ao historiador deixar de ser um “analfabeto visual”, como orienta Bustamante (2007).

805





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Conforme mencionamos, as demais salas do Museu tratam da história oficial Mossoró (Motim das Mulheres, o Cangaço, o Voto feminino, a Abolição da Escravatura, Imprensa mossoroense, dentre outros). Levantamos alguns questionamentos a respeito do que esses espaços trazem de informações aos visitantes de modo que os alunos percebessem que aqueles fatos são escolhas dentre tantas outras que marcaram a história da cidade. O objetivo era levar os alunos a refletir sobre quem fez essas escolhas, porque as fez e o que não foi guardado naquele Museu, mostrando-lhes o caráter seletivo da memória.

No encontro seguinte, em sala de aula, dialogamos com os alunos sobre a experiência no Museu Histórico Lauro da Escóssia. Iniciamos nossa discussão solicitando-lhes que relatassem suas impressões sobre a aula no museu. Alguns comentários foram enriquecedores para a nossa avaliação.

A aluna “A” comentou sobre a visita comparando essa experiência com outra que já tinha vivido:

“Quando eu visitei o museu, com minha antiga escola, não havia a preocupação de repassar de fato a história do povo de Mossoró. Então eu consegui aprender um pouco mais sobre a história mossoroense que é uma coisa que não é muito repassada de forma detalhada”.

806

A fala da aluna sinaliza não só as limitações que, muitas vezes, ocorrem em aulas num museu, vistas apenas como um momento de descontração, uma quebra da rotina para professores e alunos). Evidencia também a ausência da criticidade no ensino da História local, quando esse ensino acontece, pois, como salienta Fonseca (2003), a carência de materiais didáticos, a ansiedade para cumprir o conteúdo programático e a preocupação com os exames de ingresso às universidades, acabam deixando a história da localidade à margem ou simplesmente tratada como apêndice.

O aluno “B” comentou:

“Eu nunca havia visitado o museu. Quando a gente pensa na ideia de museu tem uma imagem muito ligada a uma megaestrutura, mas, visitando o museu Lauro da Escóssia, pude perceber que, por mais simples que ele seja, o seu valor histórico é tão grande quanto esses outros”.

O comentário de “B” nos remete às reflexões de Schmidt e Cainelli (2010, p. 150-151) ao reforçarem que “é necessário abrir os ambientes de aprendizagem histórica a outros espaços. [...] Ao visitar um museu histórico, abre-se para o aluno um campo de possibilidades sobre os sentidos da história materializada nos objetos, desde seu nascimento, sua morte e





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



transformação”. Há um despertar do senso crítico quando o estudante considera que o valor histórico de um museu não está na sua estrutura, e sim, nas fontes disponibilizadas nos acervos.

O depoimento do aluno “C” reforça a necessidade de ampliar os diálogos e a aprendizagem da História em outros espaços. Além disso, frisa a importância de se conhecer a História em nível local e das classes oprimidas:

“Ao contrário da primeira vez que visitei o museu, nessa, tivemos a presença de uma professora de História, na qual tivemos a oportunidade de conhecer a história mossoroense por um outro olhar. Acredito que a visita ao museu poderia ser feita com mais frequência por outras instituições, pois as próprias pessoas da cidade não conhecem a história da sua terra, como, por exemplo, a história dos trabalhadores do sal, que eu mesmo não conhecia”.

O relato do aluno “C” endossa a carência de estudos sobre a História local, como outros colegas o fizeram. Mas, dois aspectos são merecedores de realce. O primeiro, é a ênfase dada quanto à presença de “uma professora de História” na visita feita ao Museu. Mesmo que pareça estranho, há casos de professores que ministram aulas de História e que não têm formação nessa área; da mesma forma que há licenciados em História que ministram aulas de outras disciplinas. Não sabemos se esse destaque dado pelo aluno tem algo a ver com isso. O outro elemento que encontramos na fala do aluno “C” é o fato de este afirmar que viu a “história mossoroense por outro olhar”, corroborando, dessa maneira, com a nossa discussão acerca do ensino da História local a partir dos grandes eventos promovidos pelo Executivo mossoroense.

Já a aluna “D” observou um elemento importante que passou despercebido por outros alunos:

“Quero dar destaque para o descaso do poder público em não tentar preservar o acervo e o museu, pois é algo importante para o contexto da história de Mossoró e não é valorizado”.

Percebe-se, na fala da aluna “D”, a sua preocupação com a preservação do patrimônio histórico, visto que o Museu Histórico Lauro da Escóssia, apesar de ter um acervo bem organizado internamente, demonstra sinais de corrosão e deterioração em objetos que estão dispostos em espaço aberto³. No que se refere aos jornais, estes necessitam de um tratamento

³ Convém destacar que, no ano de 2023, a nova administração municipal fez reformas no prédio do Museu Histórico Lauro da Escóssia e os objetos anteriormente encontrados abandonados, não se encontram mais no espaço.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



por um profissional qualificado, pois muitos encontram-se bastante deteriorados e armazenados de maneira inapropriada. Porém, para não sermos injustos, percebemos a boa intenção de quem fez o trabalho de proteção daqueles impressos, mesmo que não tenha sido o modo correto (alguns jornais foram plastificados ou guardados em sacos plásticos que, com o tempo, colaram-se à tinta do jornal).

O alerta da aluna para os cuidados com o patrimônio histórico lembra-nos a importância destes no entender de Viana e Mello (2013, p. 57-58):

[...] os usos do patrimônio no ensino e aprendizagem de História se fazem, simultaneamente, por meio de um triplo movimento: o de construção, desconstrução e reconstrução. No primeiro caso, trata-se da atribuição de sentido para a trajetória de indivíduos e grupos, constituindo identidades orientadoras que funcionam como mecanismo de acesso à percepção de si mesmo enquanto sujeito ativo da história. No segundo, a apreensão da existência de outras possibilidades, igualmente legítimas, de criação cultural, embora, nem sempre apresentadas na forma de narrativas históricas com o mesmo grau de sentido e adesão. Já no terceiro, verifica-se a interseção entre elementos intrínsecos ao código cultural e outros externamente adquiridos, surgindo, a partir de então, algo novo e original num processo sempre dinâmico de criação.

808

O enaltecimento de determinados fatos e personalidades da história mossoroense e o “esquecimento” de outros também foi posto em debate. Os alunos expressaram que a história das pessoas comuns poderia ganhar mais notoriedade, pois, no acervo, os destaques das personalidades políticas ou de pessoas que pertenciam às famílias ricas da cidade sempre prevaleciam. Quanto a isso, a aluna “D” comentou:

“Podemos perceber a supervalorização de ‘heróis da terra’. Logo na entrada do museu a gente vê uma imagem gigante de Rodolfo Fernandes [prefeito de Mossoró à época do ataque do bando de Lampião] como um grande herói da cidade. Faltou a história do trabalhador, faltou a história do povo, tanto é que, quando tem, são imagens tão pequenas que ficam no canto da parede e no escuro que ninguém nem olha direito, passa despercebido facilmente. Percebemos a questão seletiva da História, que é vê-la através de um único viés”.

O comentário da aluna “D” vem ao encontro do que havíamos planejado para a visita ao museu. A aluna foi capaz de perceber a seletividade da memória, o culto aos heróis locais e a invisibilidade das camadas populares. A comparação entre o destaque dado à imagem do prefeito e a invisibilidade das pessoas comuns coroou a sua fala, visto que, explicitou as distinções sociais e o lugar destinado a cada um desses grupos.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Considerações finais

É perceptível que os alunos demonstraram um pensamento questionador ao fazerem inferências críticas. Sem dúvida, podemos entender que a experiência no museu contribuiu para uma ampliação de sua consciência histórica⁴, entendida por Rüsen (2001, p. 57), como “a suma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente sua vida prática no tempo”. É central na argumentação desse historiador a concepção de que ao homem cabe agir intencionalmente no mundo, não o tomando como naturalizado, mas como uma construção histórica. Dessa maneira, ele torna-se capaz de agir no sentido de transformar sua realidade.

A partir desses relatos e de outros que não foi possível expor nesse artigo, com limites de páginas, podemos afirmar que ensinar a História local com visitas a espaços de memória torna a construção do conhecimento mais dinâmica. Os alunos expressaram que, a partir dessa experiência, passaram a conhecer mais a História da sua cidade e sentiram-se sensibilizados a observá-la por outros ângulos além daquele mostrado anualmente nos espetáculos teatrais promovidos pelo poder público.

Por fim, embora pareça repetitivo e óbvio para os estudiosos do ensino de História, não é demais enfatizarmos que o processo de ensino-aprendizagem dessa disciplina não deve se restringir à simples transmissão de saberes.

809

Referências

ABUD, K.; SILVA, A. C. M.; ALVES, R. **Ensino de História**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

BAUMAN, Z. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

BARCA, I. **Educação Histórica**: uma nova área de investigação? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES DE ENSINO DE HISTÓRIA, 6, 2005, Londrina, **Anais...** Londrina: Paraná, 2005. p. 15-25.

BITTENCOURT, C. M. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

⁴ Consciência histórica é uma expressão que vem sendo muito usada entre os pesquisadores do ensino de História. No entanto, é importante ressaltar que não há um sentido comum a todos que fazem uso desse termo. Como não temos espaço para discutir os vários sentidos, utilizamos aqui o conceito dado pelo historiador alemão Jörn Rüsen (2001).





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



- BUSTAMANTE, R. M. Uma imagem vale mais que mil palavras! In: MONTEIRO, A. M.; GASPARELLO, A. M.; MAGALHÃES, M. S. (Org.). **Ensino de História**: sujeitos, saberes e práticas. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2007. p. 239-250.
- CARBONELL, J. **A aventura de inovar**: a mudança na escola. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- FONSECA, S. G. **Didática e prática de ensino de História**. 8. ed. Campinas/SP: Papyrus, 2003.
- GASPARIN, J. L. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.
- LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.
- NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, n. 3, p. 7-28, dez. 1993.
- RAMOS, F. R. L. **A danação do objeto**: o museu no ensino de História. Chapecó: Argos, 2004.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- POLLAK, M. Memória e Identidade Social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- RÜSEN, J. **Razão histórica**. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora da UnB, 2001.
- SCHMIDT, M. A.; CAINELLI, M. R. O ensino de História fora da sala de aula. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2010.
- VIANA, I. S.; MELLO, J. S. B. Educação patrimonial e ensino de História: diálogos. **Encontros**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 20, p. 49-62, 2013.

810





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



CATÁLOGOS DE EXPOSIÇÃO COMO DOCUMENTOS RAROS NA HISTORIOGRAFIA DAS ARTES VISUAIS: UM ESTUDO SOBRE O FOTO CLUBE DO PARÁ

Samir Damasceno¹
Irene Almeida²
Sávio Luis Stoco³

Introdução

Deparamo-nos pela primeira vez com “catálogo” como objeto de estudo em si, no início do ano passado (janeiro de 2023), na ocasião do colóquio acadêmico *L'exposition à l'ouvrage. Histoire, formes et enjeux du catalogue d'exposition (Exposição da obra: História, formas e questões do catálogo da exposição, 2023)*, realizado em Paris⁴. A partir dessa jornada, tivemos a ideia de abordar o catálogo da *Primeira Mostra Fotográfica do Foto Clube do Pará (PMFFCP)* de uma forma mais contundente, não apenas como fonte histórica para a pesquisa que o primeiro autor realiza desde a iniciação científica sobre Foto Clube do Pará (FCP), que estende atualmente no mestrado em arte realizado no Programa de Pós-Graduação em Artes da Universidade Federal do Pará.

Neste estudo, nosso principal objetivo é realizar uma análise aprofundada do catálogo da exposição (PMFFCP). Consideramos este catálogo como um objeto raro e enfatizamos sua significativa relevância para a historiografia das artes visuais no tocante ao capítulo da fotografia moderna no estado do Pará. Além disso, buscamos realizar um processo de valorização deste artefato, já que o catálogo de exposição, frequentemente subestimado, desempenha um papel essencial na documentação e contextualização das obras de arte, das exposições de artes visuais e dos artistas. Ressaltar a necessidade de preservar e valorizar

811

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Artes pela Universidade Federal do Pará (PPGArtes-UFPA) com pesquisa sobre o Foto Clube do Pará. Lattes ID: <<http://lattes.cnpq.br/4618559252475506>>. Orcid ID: <<https://orcid.org/0000-0002-5709-9246>>; samir.dams@gmail.com.

² Pesquisadora independente, fotógrafa, Arte-Educadora, e Diretora da Associação Fotoativa. Lattes ID: <?>; irene.imagem@gmail.com.

³ Docente na Licenciatura e Bacharelado em Artes Visuais na UFPA e no Programa de Pós-graduação em Artes/UFPA. Coordena a pesquisa História Social da Arte na Amazônia. E-mail: Lattes ID: <<http://lattes.cnpq.br/3206903170798612>>; savioستoco@gmail.com.

⁴ Evento realizado pelo Laboratório Crises (Centre de Recherche Interdisciplinaire en Sciences Humaines et Sociales) da universidade Paul-Valéry Montpellier 3, do Centro Pompidou, do HiCSA (Centre de recherche Histoire culturelle et sociale de l'art) da universidade Paris 1 Panthéon-Sorbonne, do AIAC/TEAMeD (Arts des images et art contemporain/Théorie Expérimentation Arts Médias et Design) da Universidade Paris 8.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



objetos como esse catálogo seria o resultado almejado desta pesquisa, uma vez que eles representam fontes inestimáveis para a compreensão da história da arte e da cultura.

No campo das artes visuais, uma exposição busca invariavelmente transmitir o processo poético de um artista ou de um coletivo de artistas (LEINMAN, 2011). Nessa perspectiva, uma gama diversificada de meios de comunicação é desenvolvida para dar voz a essa exposição. Entre esses meios, o catálogo da exposição, que apresenta as obras em detalhes, incluindo seus títulos, e contém o texto curatorial, destaca-se como um veículo crucial. Em suma, o propósito de um catálogo de exposição é ampliar a influência da exposição no cenário artístico, estendendo-a para além das paredes da galeria de arte ou outro tipo de espaço expositivo.

Por muito tempo, o catálogo de exposição foi a principal fonte documentando um evento temporário [...]. Para o historiador da arte, na perspectiva retrospectiva que lhe é própria, o catálogo é a trilha, o índice, o arquivo de uma manifestação efêmera. Apenas isso justifica o interesse que a disciplina tem dedicado a ele desde o século XIX. Mas um catálogo não é apenas um instrumento documental; é também e antes de tudo, por sua finalidade, um meio com função propedêutica e periegetical: no presente da exposição, ele traça um percurso entre as obras que designa e às quais introduz. [...]. (VOUILLLOUX, 2015, p. 05-06)

812

Conforme destacado por Leinman (2011), "O catálogo de exposições de arte contemporânea pode tornar-se um instrumento estratégico, um objeto de conhecimento ou de poder cujas implicações transcendem a simples exposição e seu contexto museológico" ou galerista de um espaço cultural ou institucional e têm valor documental. Além disso, pretendemos explorar de que maneira esses catálogos contribuem para a pesquisa em história da arte e para a compreensão da evolução das exposições ao longo do tempo.

A justificativa deste estudo parte de vários motivos, tais como a necessidade de valorização de objetos para a história da arte local, regional e nacional. Esses objetos funcionam como memória material e imaterial de um clube de fotógrafos amadores, que reverbera de forma ainda muito presente como um "mito de origem". Quando se estuda a história das artes na região de Belém, nota-se a carência de documentação da produção fotográfica em si do Foto Clube do Pará. Dessa forma, busca-se construir essa valoração, que segue um duplo sentido de existência, tanto material quanto imaterial.

Para nós, a base de referência direta ao estudo sobre catálogo, foi um pouco difícil em encontrar a nível Brasil, tanto dentro do campo das Artes Visuais como no campo da Museologia, pois no primeiro momento dessa pesquisa foi marcada por essa busca de autores que o trate-o de forma direta. A busca confundia-se com o livro de artista, que é um outro





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



campo de discussão. Assim, a pesquisa sobre autores que investigavam o assunto foi encontrado na revista *Le Quotidien de L'Art*, no artigo “*Le catalogue d'exposition, un objet en mutation*” (2022), de autoria de Marine Vazzoler, no qual a mesma trata do assunto e cita tais pesquisadores como, Colette Leinman, que realiza uma análise do discurso a partir dos “*Catálogos de exposições dos Surrealista em Paris de 1924-1939*” (*Les Catalogues d'expositions surréalistes à Paris 1924-1939*), em sua tese de doutorado, que depois se torna um livro em 2015; pesquisa que antecede ao Leinman são Pierre Rosenberg (1988), Daniel Ternois (1988) e Jean Clair (1988) publicados na revista *Histoire de l'art*, N°1-2, na sessão *Tribune*, cuja a temática era sobre *Architecture* no ano 1988, que abordam o objeto catálogo ainda como uma forma ensaio e critica as natureza do bojeta segundo a época dos autores.

Metodologia

Para conduzir essa pesquisa, tratamos o catálogo PMFFCP como um documento, inspirando-nos na abordagem de Ortega (2015), que discute a transição de um objeto comum para um documento de relevância histórica. Essa resignificação se dá a partir do processo de mediação da informação através ações propositivas e intencionalidade - realizada sobre uma base material. Dessa forma, a atividade documentária sobre o artefato envolve:

Identificação, seleção, produção de registros, ordenação, preservação, exposição de todo e qualquer objeto são atividades documentárias no sentido de que constituem de modo articulado entre si ações de mediação a partir das quais se dá a transformação do objeto em documento. Estas ações formam camadas de significação sobre o objeto, cada qual ressignificando a anterior, em um movimento de produção de mensagens a um público. O documento é esse objeto ressignificado e a noção de documento é dependente de uma elaboração teórico-metodológica dessas ações. (ORTEGA, 2015, p. 4.)

Compreendessee, de forma geral, que documento, enquanto objeto, “é produzido com a intenção de veicular informação ou um objeto que pode funcionar como documento dependendo de como é usado” (ORTEGA, 2015). Tal definição se estende à produção intencional de documentos com a finalidade de ‘registrar informações, mas também reconhece que qualquer objeto pode desempenhar a função de documento se for utilizado dessa maneira’ (*Ibid.*, p. 2). Dessa maneira, ‘a função de informação do documento pode variar ao longo do tempo, e sua existência como documento está intrinsecamente ligada ao seu uso, seja intencionalmente produzido para essa finalidade ou não’ (*Ibid.*, p.2). O catálogo PMFFCP apresenta todas essas perspectivas como documento.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



O catálogo de exposição em artes visuais adquire a natureza de um documento raro por várias razões essenciais. Primeiramente, ele registra informações específicas sobre a exposição em artes visuais, no caso o FCP, que utiliza a fotografia como meio de expressão e experimentação artística. Esse registro inclui imagens de base fotográfica das obras, lista de participantes e seus locais de origem, além da quantidade de obras presente na exposição. Tais informações são únicas para cada exposição e não são comumente encontradas em outro lugar, dependendo, claro, de como essa mostra circulou nos meios de comunicação massivos da época ou de como foi registrada em algum relatório institucional.

Além disso, os catálogos de exposição são frequentemente produzidos em edições limitadas, podendo tornar-se itens colecionáveis. Distribuídos durante a exposição ou em eventos específicos, ou vendidos em algumas instituições de caráter museológico, uma vez esgotados, podem ser difíceis de se encontrar no mercado. A disponibilidade limitada contribui para que os catálogos de exposição sejam considerados na categoria de *documentos raros* no campo das artes visuais - termo que passamos a utilizar neste estudo. Desempenham um papel vital na preservação da história da arte e na compreensão de exposições e obras de arte específicas.

O catálogo de exposição possui uma história intrinsecamente conectada ao desenvolvimento das exposições, que, por sua vez, está dentro da história das artes visuais. Ele tem como sua origem os folhetos/livretos informativos sobre as obras que compunham a respectiva exposição da qual servia como dispositivo informativo; foi associado a lista de objetos, tais como obras de artes, nos *Studioli*. No século XVII, passa a ter uma natureza de autoridade, por ser “exemplaridade do conhecimento, tanto para os objetos de curiosidade nas ciências quanto para as obras artísticas”. No século seguinte, o XVIII, passa a ter uma dimensão educativa com o título de “*Explication des œuvres de peinture et de sculpture*” (Explicação das obras de pintura e escultura). E, a partir do Salão de 1879, em Paris, surge uma nova obra, “o “catálogo ilustrado” que acrescenta à lista alfabética de artistas e títulos das obras expostas, uma grande quantidade de *fac-símiles*⁵ “a partir dos desenhos originais dos artistas” (Leinman, 2015, p. 32)⁶, ou seja, a inserção da imagem de obras dentro do catálogo. No Salão dos Artistas Independentes (*Salon des Artistes Indépendants*) da Sociedade dos Artistas Independentes (*Société des Artistes Indépendants*) de 1884 é estabelecido uma nova relação entre artista e o público de uma forma mais direta em que o visitante pudesse ter uma leitura das

814

⁵ Cópia ou reprodução de obras originais.

⁶ *Avec le salon de 1879, apparait un ouvrage nouveau, « le catalogue illustré » qui ajoute à la liste alphabétique des artistes et des titres des œuvres exposées, un grand nombre de fac-similés « d'après les dessins originaux des artistes¹⁷ ». p. 32*





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



obras de maneira autônoma, sem a leitura e texto subjetivo dos júris (Imagem 01⁷), e também, o uso do termo “catálogo” (*catalogue*) na capa do mesmo, — diferente de como observa no catálogo de Salão dos Artistas Franceses (*Salon des Artistes Français*) cujo o título é *Paris-Salon* de 1890 (Imagem 02), da Sociedade dos Artistas Franceses (*Société des Artistes Français*) que possui um texto que apresenta obra de algum júri, em seguida acompanhado *fac-símile* da obra do artista. E assim o catálogo vai perpassando o campo literário, com propósitos pragmáticos e mnemônicos, ‘nessa perspectiva, o catálogo de exposição tenta reunir duas dimensões, uma mais intuitiva e próxima de uma sensibilidade literária, e outra, mais metódica e moderna (*Ibid.*, p. 33); em os tratados sobre artista, com uma reflexão sobre o trabalho do artista, como uma espécie de enciclopédia ‘contribuindo com informações e explicando procedimentos técnicos’ (Ternois, 1988; Leinman, 2015) e assim por diante.

[...] Eles reivindicam o direito de apresentar suas obras livremente ao público. Essa vontade foi expressa no Artigo 1 dos estatutos da futura Sociedade dos Artistas Independentes: "A Sociedade dos Artistas Independentes", baseada no princípio da abolição dos júris de admissão, tem como objetivo permitir que os artistas apresentem suas obras livremente ao julgamento do público. [...]. (*Société des Artistes Indépendants, site*).⁸ (tradução nossa).

815

⁷ A imagem panorâmica deste catálogo é construído a partir de duas fonte da pesquisa, a capa do artefato é disponibilizada no site da Sociedade dos Artistas Independentes (<https://www.artistes-independants.fr/histoire-du-salon-sdai/>) e a outra parte é fornecida pela *Bibliothèque Nationale de France Gallica - BnF Gallica* (<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k1503986x>).

⁸ [...] *Ils revendiquent de présenter en toute liberté leurs œuvres au public. Volonté exprimée dans l'Art. 1er des statuts de la future Société des Artistes Indépendants : "La Société des Artistes Indépendants" basée sur le principe de la suppression des jurys d'admission, a pour but de permettre aux artistes de présenter librement leurs œuvres au jugement du public*. [...].





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

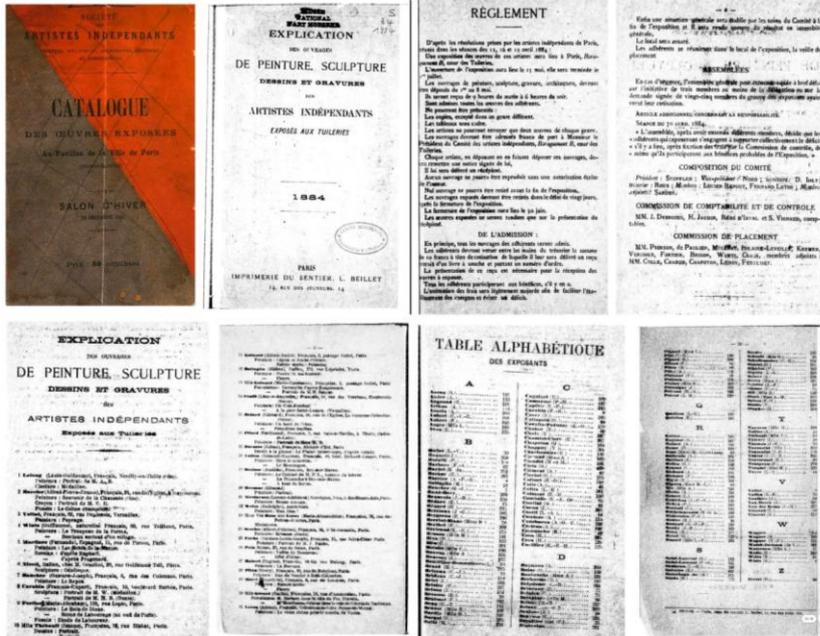
HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Imagem 01. Visão panorâmica do Catálogo do *Salon des Artistes Indépendants*, ano 1884.



816

Fonte: *Société des Artistes Indépendants e BnF Gallica*. Imagem: Samir Damasceno.

Imagem 02. Visão panorâmica do Catálogo do Paris-Salon, ano 1890.



Fonte: *Internet Archive*. Imagem: Samir Damasceno.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Para uma análise mais abrangente do catálogo de exposição, baseando-se na visão de Madeleine Akrich (1992), percebemos a constante interação entre atores humanos e o objeto técnico (que no presente estudo o objeto técnico é o catálogo, que não deixa de ser). Akrich argumenta que os objetos técnicos desempenham um papel ativo na construção de significados culturais e sociais. Ela introduz o conceito de "co-construção" para descrever como atores sociais e objetos técnicos se moldam mutuamente. Akrich também destaca os "materiais de significação", como design e contexto de uso, que contribuem para a formação de significados em torno dos objetos técnicos. Ela descreve objetos técnicos como "mediadores" que facilitam ou dificultam interações humanas, influenciando como as atividades são realizadas e como significados são construídos. A análise de Akrich considera como os objetos técnicos podem reconfigurar fronteiras sociais e culturais, criando novas relações e práticas. Além disso, ela examina como políticas culturais e regulamentações são impactadas pela presença de objetos técnicos e como esses objetos afetam as práticas culturais. Em resumo, sua análise destaca a importância de considerar objetos técnicos como participantes ativos nas dinâmicas sociais e culturais. E isso é bastante perceptível no parágrafo anterior, em nossa tentativa de sintetizar a história do catálogo, que o mesmo vai tendo várias agregações de sentido de acordo com seu contexto.

Com base na análise dos catálogos dos Salão Paulista de Arte Fotográfica (1942-1945) e Salão Internacional de Arte Fotografia de São Paulo, realizados pelo Foto Cine Clube Bandeirantes (FCCB) de 1942 a 1966. A estrutura interna desses catálogos de exposição possui *layout* em que o conteúdo variável, para que tenha uma ideia breve sobre o miolo do mesmo, segue alguns denominadores comum, como: prefácio, comissão organizadora, comissão de seleção, lista de premiação, listagem dos países participantes, participantes e suas respectivas obras, subdivididas em fotografias preto e branco e coloridas, também possui algumas imagens de base fotográfica de alguns participantes. Além disso, encontram-se itens de propaganda de venda e serviços fotográficos. A ordem desses elementos é flexível, não seguindo um *layout* de conteúdo padrão. Para exemplificar tal material construímos uma imagem panorâmica de como o miolo é apresentado pelo FCCB no decorrer do tempo (Imagens 03, 04 e 05). No entanto, o catálogo de 1956 se diferencia ao apresentar apenas conteúdo textual. Acredita-se que esses catálogos sejam referências fundamentais para o FCP na elaboração de seu próprio catálogo.

817





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Imagem 03. Visão panorâmica do *layout* do conteúdo do Catálogo 1º Salão Paulista de Arte Fotográfica, ano 1942.



Fonte: Acervo do FCCB, Documentos. Imagem: Samir Damasceno.

818

Imagem 04. Visão panorâmica do *layout* do conteúdo do catálogo 24º Salão Internacional de Arte Fotográfica de São Paulo in Boletim Foto Cine, Volume XIII, Nº 149, ano 1965.



Fonte: Acervo do FCCB, Documentos. Imagem: Samir Damasceno.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Imagem 05. Visão panorâmica do *layout* do conteúdo do catálogo 25º Salão Internacional de Arte Fotográfica de São Paulo *in* Boletim Foto Cine, Volume XIII, N° 154, ano 1965.



819

Fonte: Acervo do FCCB, Documentos. Imagem: Samir Damasceno.

Discussões

A fotografia no circuito cultural paraense possui uma jornada bem longa dentro da nossa história local, que se inicia nos “últimos anos da década de quarenta do século XIX, quando surgiram os primeiros registros de fotografias na cidade” (PEREIRA, 2006, p. 16). Belém do Pará foi palco e objeto de curiosidade de vários fotógrafos viajantes - e ainda não deixou de ser - se mostrando um ambiente profícuo para o desenvolvimento de uma relação cada vez mais estreita com a fotografia ao longo dos anos. A fotografia teve vários usos: representação de entes de diversos estratos sociais, documentação, meio comunicação e propaganda etc. (LEAL, 1998; FIGUEIREDO, 2021).

Contudo, percebemos dois casos na historiografia da fotografia regional que fogem destes percursos iniciais e que representam marcos para a produção local. A primeira delas é o FCP, que “inicia”, digamos assim, uma fotografia de autoria, artística (MAGALHÃES et al., 2012) reunindo fotógrafos amadores, que buscavam como resultado imagens para além do registro documental (LEITE, 2019). Juntos realizaram a primeira mostra fotográfica do Pará, cujo catálogo estamos estudando (PMFFCP, Foto Clube do Pará, 1965). O Foto Clube do Pará





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



possuía presidente, secretário e tesoureiro, bem como um local físico, eram um grupo organizado com estrutura administrativa bem definida e sólida.

O segundo marco é a criação da Fotoativa, que surgiu após uma caminhada educativa experimental e relacional de modo coletivo no circuito artístico e cultural de Belém em 1984 (JÚNIOR, 1989; CHIKAOKA, 2010; MAGNO, 2012; Ibid. 2016; DAMS, 2021), utilizando a fotografia como linguagem e compreensão do mundo (MOKARZEL, 2014). A Fotoativa gerou imenso impacto cultural na relação da sociedade com a fotografia, pois suas ações promoveram aproximação do público geral com a fotografia, uma tecnologia que ainda estava restrita aos poucos que podiam custear seus aparatos.

O FCP assume a forma de um "mito de origem" para a geração subsequente no cenário da fotografia artística em Belém. Essa geração, consolidada a partir da década de 1980, ocupa uma posição de destaque na cena artística local e conquistou significativa projeção tanto nacional quanto internacional. A designação de "mito" foi atribuída ao FCP devido à escassez, até o momento atual, de material produzido por eles, como obras e documentação concreta que comprove sua existência.

No entanto, ao iniciarmos nossas investigações sobre o FCP, em processo de rastreamento digamos assim de resquício de memória produzida pelo próprio coletivo, no deparamo-nos com informações nos escritos do pesquisador Orlando Maneschy (2002; 2003) nos textos *O Corpo Sutil das Imagens: Fotografias de Gratuliano Bibas e Cartografias da História da Fotografia no Pará*, que indicavam a existência de um documento apócrifo relacionado ao FCP. Esse documento havia sido doado por Aldo Moreira ao acervo da Fotoativa. Entramos em contato com Miguel Chikaoka, que nos apresentou não o tal documento apócrifo, mas sim um catálogo da PMFFCP de 1965 (Imagem 06). O tal artefato que é citado pelo pesquisador Maneschy, ainda não foi localizado dentro do acervo da Associação Fotoativa até o presente momento, mas, uma pesquisadora chamada Maria Hirszman possivelmente digitalizou o apócrifo (Imagem 07) compartilhou no site do *International Center For The Arts Of The Americas*⁹ — ICAA, na seção *Documents of Latin American and Latino Art*.

820

⁹ Lançado pela primeira vez em 2002, Documents of 20th-Century Latin American and Latino Art: A Digital Archive and Publications Project (agora Documents of Latin American and Latino Art) é uma iniciativa dedicada à recuperação e publicação de materiais de fontes primárias e textos críticos relacionados a Arte latino-americana e latino-americana.* A iniciativa aborda o atraso endêmico no acesso à documentação no campo da história, pesquisa e ensino da arte latino-americana e latino-americana, digitalizando escritos de artistas, líderes de movimentos artísticos, críticos e curadores do México, América Central e do Sul, Caribe e Estados Unidos. (Texto fornecido pelo site da instituição <<https://icaa.mfah.org/s/en/page/documents-project>>. Tradução automática do site.)





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Imagem 06. Visão panorâmica do layout do conteúdo do catálogo Primeira Mostra Fotográfica do Foto Clube do Pará, ano 1965.



821

Fonte: Acervo Fotoativa. Imagem: Samir Damasceno.

Imagem 07. Imagem do apócrifo sobre o FCP doado a Associação Fotoativa.

o Clube do Pará nasceu na Fotografia Amazônica (João Alfredo, frente a LOP por volta de 1955, quando o Fritz Liebman, sócio da firma, aí reunia com igos que gostavam de fazer fotos e que eram: Amílcar Leão, Moacir Moraes, ano Bibas, Serra Freire, Anselm Pitman, Francisco Bacelar, Raimundo Moura s. Em 1958, esse grupo resolveu organizar o clube, elegeu a primeira Dire resdida por Raimundo Moura com posse festiva na residência do Fritz (Quil caiuva entre Nazaré e Brás de Aguiar), onde também passou a reunir-se so nte, limitando as atividades a troca de idéias e mostragem das fotos que i fazia. Em 1962, transferido para a agência do Banco do Brasil em Belém, José Mendonça Goes, que ingressou no clube, o qual passou por uma reformu inclusive instalando-se à Gentil Bitencourt nº 54 (entre Padre Prudêncio, lelo Corrêa) e com a adesão de novos valores, elegeu nova Diretoria presi do Dr. José Luiz de Souza Ferreira. Filiou-se, então, à Confederação Bra i de Fotografia e Cinema.

Atir daí, o Foto Clube do Pará teve intensa atividade, realizou passeios, i palestras, exposições internas, com seus membros participando com suces salões no Brasil e no exterior. O Foto Clube do Pará foi o segundo lugar no 1º brasileiro de fotografia, com um de seus membros, João Nunes Rendeiro, rmeiro lugar no "ranking" individual nacional. Seus membros, Gratuliano / Nunes Bibas, José Mendonça Goes e João Nunes Rendeiro, eram membros efeti Comissão Artística da Confederação Brasileira de Fotografia e Cinema.

to Clube do Pará realizou com muito sucesso, três exposições nacionais com icipação de congêneres de todo o Brasil. Essas exposições foram: - Primeira Fotográfica (20 de abril à 2 de maio de 1964, na sede do USIS, à Av. Nazar 6), I Salão Paraense de Arte Fotográfica (maio de 1965, salão nobre do Te a Paz) e II Salão Paraense de Arte Fotográfica (setembro 1966, também no sa bre do Teatro da Paz).

1970, o clube suspendeu as atividades. Posteriormente, um grupo de jovens, reorganizar o clube, com algum sucesso inicial, depois parou...

Fonte: ICAA. Imagem: Samir Damasceno.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Este artefato levantou questões sobre como abordar esse catálogo no contexto dos estudos em Artes Visuais, como dissemos anteriormente, como explorar em um estudo específico, em paralelo com outras abordagens em andamento relacionadas ao FCP, que vêm sendo desenvolvidas pelos autores.

O primeiro passo consiste em atribuir valor a esse artefato, reconhecendo-o como um documento histórico-artístico e apreciando seu potencial como bem patrimonial, tanto no sentido material quanto imaterial. Ele desempenha um papel crucial ao narrar a existência histórica de um coletivo fotográfico e ao preencher algumas das lacunas relacionadas ao FCP.

O conceito de patrimônio está intrínseco aos hábitos da sociedade de um determinado tempo. Muitos são os objetos cotidianos com potencial para se tornarem patrimônio, no entanto, apenas alguns deles são identificados, coletados, documentados e preservados. A atribuição e a valoração desses potenciais bens patrimoniais é vital para a preservação dos mesmos. (LIMA, 2021, p. 29.)

Os catálogos de exposição não apenas fornecem informações detalhadas sobre obras de arte e artistas, mas também revelam as tendências curatoriais, estéticas e culturais de uma determinada época. Além disso, servem como evidências importantes para a autenticação de obras de arte e do artista, e também para a pesquisa acadêmica sobre a história da arte paraense. A preservação desse catálogo é crucial, pois ele é testemunho único de exposições passadas e podem ser ferramentas valiosas para a educação artística e a compreensão da evolução do FCP.

822

Processos de documentação do catálogo PMFFCP

Para realizar o processo de documentação aplicado a um catálogo de exposição no campo das artes visuais, fundamentamos nossos métodos na documentação museológica com base nas leituras de Ortega (2015) e na análise discursiva de Leinman (2015). Utilizamos essas referências para a identificação e seleção de conteúdo presente no documento, estabelecendo assim uma estrutura discursiva do presente catálogo.

A estrutura interna do catálogo PMFFCP (Imagem 06) é composta por: Título do catálogo ("Primeira Mostra Fotográfica do Foto Clube do Pará"); Identificação, fornecendo detalhes sobre a exposição realizada em Belém, Pará, de 20 de abril a 2 de maio de 1964, no Serviço de Divulgação e Realizações Culturais dos Estados Unidos (USIS), com patrocínio do Instituto Brasileiro de Educação Ciência e Cultura - Seção do Pará e endereço físico do coletivo (Avenida Gentil Bittencourt, nº 54, Caixa Postal 485). O catálogo também apresenta





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



informações sobre a estrutura organizacional do coletivo até 1965, incluindo a diretoria composta por Dr. José de Souza Ferreira, primeiro secretário Aldo Moreira, segundo secretário João de Oliveira Dantas e tesoureiro José Mendonça Goes. Infelizmente, devido a danos no catálogo, parte das informações sobre essa estrutura organizacional foi perdida. A descrição das obras de arte é fornecida pelo documento apenas com o título da obra e seu autor. Em sua contextualização, o coletivo demonstra intensa atividade dentro do circuito nacional, como evidenciado em outros artefatos do FCCB, e sua criação fotográfica era alinhada com principais parâmetros da fotografia moderna. A biografia(s) do(s) artista(s) não consta no documento. O texto crítico ou curatorial (curador autor da exposição e não curador museólogo) inclui um pequeno texto que destaca a importância da fotografia, os objetivos da primeira mostra e a expectativa de recepção. Quanto às fotografias, o catálogo é ricamente ilustrado com imagens de alta qualidade de alguns fotógrafos de cada fotoclube, acompanhadas pelo título da obra e pelo nome do fotógrafo, embora não contenha informações técnicas. Não há citações e entrevistas presentes.

No *design e layout*, o catálogo apresenta um *design art and craft* em sua capa, com texto e lista de participantes por fotoclube, imagens com título e autor, com espaçamentos para tornar o conteúdo acessível e visualmente agradável. Segue parâmetros dos catálogos desenvolvidos pelo Foto Cine Clube Bandeirante. No que diz respeito a referências e créditos, nas páginas finais são apresentados agradecimentos às entidades que colaboraram com a realização do evento, possíveis outros apoios diretos e indiretos, o número do catálogo (o primeiro produzido pelo FCP) e dados complementares, destacando a participação de fotoclubes de outros dois estados: Rio de Janeiro e São Paulo, sendo representados por dois fotoclubes distintos. Chama a atenção a nomenclatura "Avulsos" utilizada pelo FCP, que sugere uma separação em dois nomes distintos, indicando que esses nomes talvez não fizessem parte do mesmo coletivo, como observado nas tabelas a seguir (Tabela 01).

Através da inspeção visual, é possível observar que o catálogo PMFFCP (Imagem 06) apresenta vários problemas de conservação e preservação. Tanto na capa quanto na contracapa, há uma considerável perda material, sugerindo possivelmente um ataque de insetos. Além disso, a presença de umidade resultou em manchas e mofo, afetando também a arte gráfica da capa, estendendo-se até a lombada.

Nas folhas iniciais, notam-se pequenas perdas e marcas de dobras nas margens, embora boa parte do texto permaneça preservada. Há também manchas provocadas pela umidade. No corpo do catálogo (miolo), persiste a mancha causada pela umidade, marcando presença de fungos e bolhas na margem inferior à direita (do ponto de vista do observador). Por outro lado, os textos e as imagens de base fotográfica no miolo encontram-se bastante preservados.

823





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Nas folhas finais, que contêm um texto, percebe-se que estão bastante sujas e manchadas. Esses diversos problemas apontam para a necessidade de intervenção imediata a fim de preservar a integridade do catálogo.

Tabela 01. Tabela Quantitativa do Catálogo PMFFCP, como dados complementares.

Tabela Quantitativa do Catálogo PMFFCP			
Estado/Município	Foto Clube	Participantes	Quantidade de Obras
Pará	Foto Clube do Pará	13	73
Avulso	-	02	07
Rio de Janeiro	Sociedade Fotográfica de Nova Friburgo	06	12
Guanabara	Associação Brasileira de Arte Fotográfica	02	13
São Paulo	Cine-Foto Clube de Amparo	12	19
	Foto Clube de Jaú	08	26

Autoria: Samir Damasceno, 2024.

Considerações Finais

Os catálogos de exposição são objetos raros que desempenham um papel essencial na preservação da história da arte e da cultura. Sua importância transcende o mundo da arte, pois são uma janela para o passado, fornecendo *insights* sobre a sociedade, estética e valores de uma época. A preservação e valorização desses objetos devem ser uma prioridade, garantindo que as futuras gerações tenham acesso a esse rico patrimônio artístico cultural, não só de forma regional, mas, nacionalmente e internacionalmente.

Os resultados esperados desta pesquisa incluem o enriquecimento da historiografia social das artes visuais, a valorização do patrimônio cultural relacionado ao FCP e uma maior compreensão da importância dos catálogos de exposição como documentos históricos e artísticos. Além disso, esperamos que este estudo inspire a preservação e pesquisa de outros materiais raros relacionados à história da arte regional e nacional.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Referências

AKRICH, M. *The de-description of technical objects*. In: WIEBE, E. Bijker; LAW, John (Eds.). *Shaping technology, building society*. Cambridge/ Massachusetts: MIT Press, 1992. pp. 205-224.

CHIKAOKA, Miguel. **A experiência de Belém**. In: Rede de Produtores Culturais da Fotografia no Brasil (Org.). **O fazer cultural na fotografia brasileira**: Rede de produtores culturais da fotografia no Brasil. São Paulo: [s.n.], 2010. p. 25-29.

CLAIR, Jean. *Les catalogues d'exposition: le cas Bonnard*. In: *Histoire de l'art*, N°1-2, 1988. *Architecture*. pp. 110-112. Disponível em: <DOI: <https://doi.org/10.3406/hista.1988.1639>>. ; <www.persee.fr/doc/hista_0992-2059_1988_num_1_1_1639>. Acesso em: 02 de fev. 2023.

DAMS, Samir. **Dentro de um Caos de Luz Existe um Acervo**: Análise do Processo de Organização da Coleção Fotográfica da Associação Fotoativa. In: APOYOnline 4th Regional Conference: Connect, Empower, Transform: a Virtual Conference for Students and Emerging Professionals in Cultural Heritage”, 2021, República Dominicana. Abstract book APOYOnline 4th Regional Conference: Connect, Empower, Transform: a Virtual Conference for Students and Emerging Professionals in Cultural Heritage”, 2021. p. 104 - 105

ENAUULT, Louis. *Paris-Salon*. Paris : E. Bernard & Cie, 1980. Disponível em: <<https://ia803106.us.archive.org/2/items/parissalon1890pt1enau/parissalon1890pt1enau.pdf>>. Acesso em: 11 de mar. 2023.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. **Amazônia Fotográfica**: iconografia, retrato e paisagem no Brasil. (Carga horária: 9h). SESC Ver o Peso, SESC, Brasil.

Foto Clube do Pará. **Primeira Mostra Fotográfica do Foto Clube do Pará**. (Catálogo). Belém: [s/i], 1964.

Foto Cine Clube Bandeirantes. **1º Salão Paulista de Arte Fotográfica**. (Catálogo). São Paulo: [s/i], 1942. Disponível em: <https://fotoclub.art.br/wp-content/uploads/2020/03/1_catalogo_outubro_1942.pdf>. Acesso em: 20 de fev. 2023. pp. 59.

_____. **24º Salão Internacional de Arte Fotográfica de São Paulo**. In: Foto Cine Clube Bandeirantes. **Boletim Foto Cine**, Volume XIII, N° 149, São Paulo, ano 1965, pp. 70. (Catálogo). Disponível em: <https://fotoclub.art.br/wp-content/uploads/2019/12/149_boletim_setembro_1965_vol_13.pdf>. Acesso em: 20 de fev. 2023.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



_____. 25º Salão Internacional de Arte Fotográfica de São Paulo. *In: Boletim Foto Cine*, Volume XIII, Nº 154, ano 1965. pp. 72 (Catálogo). Disponível em: <https://fotoclub.art.br/wp-content/uploads/2019/12/154_boletim_setembro_1966_vol_13.pdf>. Acesso em: 20 de fev. 2023.

JÚNIOR, Rubens Fernandes. **Fotoativa este grupo agita o Pará.** Revista IRISFOTO - A Revista da Imagem, São Paulo, setembro, Nº 429, 1989. p. 50-55.

LEAL, Cláudio La Rocque. **Retrato Paraense.** Belém : Fundação Romulo Maiorana, 1998. p. 9-42.

LEINMAN, Colette. **Le catalogue d'art contemporain.** Marges [En ligne], 12 | 2011, mis en ligne le 15 avril 2011, p. 51-63. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/marges/408>>; <DOI : <https://doi.org/10.4000/marges.408>>. Acesso em 24 de jan. 2023.

_____. **Les catalogues d'expositions surréalistes à Paris 1924 - 1939,** Amsterdam, New York: Brill/Rodopi, 2015.

Le catalogue d'exposition, un objet en mutation. Marine Vazzoler. *Le Quotidien de l'Art.* 17 de março de 2022. Disponível em: <<https://www.lequotidiendelart.com/articles/21474-le-catalogue-d-exposition-un-objet-en-mutation.html>>. Acessado em 21 de jan. de 2023.

LEITE, Ary Bezerra. **História da Fotografia no Ceará do Século XIX.** — Fortaleza: Ed. do autor, 2019.

LIMA, Jéssica Tarine M. **Políticas de Curadoria e Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia:** uma análise comparativa das coleções de geologia e paleontologia relacionadas ao ambiente universitário no Brasil. Rio de Janeiro, 2021, 263 f. Defesa (Doutorado em Geologia) – Programa de Pós-graduação em Geologia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

MAGALHÃES, Angela; PEREGRINO, Nadja. **Fotoclubismo no Brasil:** o legado da Sociedade Fluminense de Fotografia. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2012.

MAGNO, Luciana. **Fotoativa:** reinventando o mundo através da fotografia. In: STOCO, Sávio; MANESCHY, Orlando; PAIVA, Anderson; RIBEIRO, Ricardo Agum (Orgs.). *Fotografia Contemporânea Amazônica: memórias dos seminários 3x3*, Boa Vista, Belém, Manaus. Manaus: Editora Valer, 2016. p. 38-47.

MANESCHY, Orlando. **O Corpo Sutil das Imagens:** Fotografias de Gratuliano Bibas. *In: Secretaria de Estado da Cultura. Fotografia Contemporânea paraense: panorama 80/90.* Belém: SECULT, 2002. p. 194-202.

_____. **Cartografias da História da Fotografia no Pará.** *In:*





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22., 2003, João Pessoa. Anais do XXII Simpósio Nacional de História: História, acontecimento e narrativa. João Pessoa: ANPUH, 2003. CD-ROM. Disponível em: <<https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/24-snh22?start=620>>. Acesso em: 11 de mar. 2024.

MOKARZEL, Marisa. **Navegante da luz**: Miguel Chikaoka e o navegar de uma produção experimental. -1. ed. - Belém: Kamara Kó Fotografia, 2014. p. 07-10. Disponível em: <https://issuu.com/kamarakogaleria/docs/navegante_da_luz_issuu>. Acessado 12 de set. 2021.

MOREIRA, Aldo. [O Foto Clube do Pará nasceu]. Belém, [sd]. *In: International Center For The Arts Of The Americas: Documents of Latin American and Latino Art*. Disponível em: <<https://icaa.mfah.org/s/en/item/1111172>>. Acesso em 26 de jul. 2022

ORTEGA, C. D.. **Mediação da informação**: do objeto ao documento. *In: Encuentro de la Asociación de Educación e Investigación en Ciencia de da Información De Iberoamérica y El Caribe*, 8., Madrid. 2015. Anais...Madrid: Asociación de Educación e Investigación en Ciencia de la Información de Iberoamérica y el Caribe, 2015. p. 1-15. Disponível em: <<https://docta.ucm.es/entities/publication/c14442d6-d17d-4cd2-9fdc-64beb5d6c8e8>>. Acesso em: 30 de set. 2023.

PEREIRA, Rosa Claudia Cerqueira. **Paisagens urbanas**: fotografia e modernidade na cidade de Belém (1846-1908). Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2006. Disponível em: <<https://www.ppgdstu.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/Dissertacoes/2006/ROSA%20CLAUDIA.pdf>>. Acesso em: 10 de ago. 2021.

ROSENBERG, Pierre. **Un genre nouveau: le catalogue d'exposition**. *In: Histoire de l'art*, N°1-2, 1988. *Architecture*. pp. 101-102. Disponível em: <DOI : <https://doi.org/10.3406/hista.1988.1637>>/ <www.persee.fr/doc/hista_0992-2059_1988_num_1_1_1637>. Acesso em 02 de fev. 2023.

Histoire. Le Salon des Indépendants depuis 1884. Disponível em: <<https://www.artistes-independants.fr/histoire-du-salon-sdai/>>. Acesso em: 11 de fev. 2023

TERNOIS, Daniel. **Donner à voir: l'exposition et son catalogue**. *In: Histoire de l'art*, N°1-2, 1988. *Architecture*. pp. 103-109. Disponível em: <DOI: <https://doi.org/10.3406/hista.1988.1638>>/ <www.persee.fr/doc/hista_0992-2059_1988_num_1_1_1638>. Acesso em: 02 de fev. 2023.

VOUILLOUX, Bernard. « **Une aigrette de vent** » dans *les pages du catalogue*. *In: LEINMAN, Colette. Les catalogues d'expositions surréalistes à Paris 1924 - 1939*. Amsterdam, New York: Brill/Rodopi, 2015.

827





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



O DIREITO DE TRATAR DE SUA LIBERDADE: PROCESSO, ARQUIVO COLONIAL AUTORIA NEGRA COMO DISPOSITIVO DE EMANCIPAÇÃO

Janira Sodré Miranda¹

Introdução

Em 1802 o lugar fervia. Joanna Mina, africana que vivia na localidade do Passa Três, a 15 léguas da Vila Boa, movia na sede da Capitania um processo *ex-causa*, por meio do qual requeria “o direito de tratar de sua liberdade”. Buscava ademais reaver suas posses, em ouro, as quais afirmava terem sido subtraídas pelo Alferes Francisco Leite Borges, que detinha o senhorio jurídico sobre a liberdade de Joanna. A Vila Boa se mantinha, desde 1799, pelo menos, como centro de uma série de denúncias à sede metropolitana, que colocavam em evidência a participação da gente preta e parda na vida social da capitania, inclusive em posições da administração colonial.

Este processo que guarda o registro, com suas especificidades de um documento custodiado em arquivo colonial, das dinâmicas e experiências de vida da africana Joanna Mina, foi encontrado entre os processos judiciais que repousam no Arquivo Frei Simão Dorvi (AFSD), como parte do Fundo de Arquivo da Diocese de Goiás. Retomado aqui, revirou o planejamento do trabalho de arquivo desta pesquisa e abriu um conjunto de possibilidades para a reflexão teórico-metodológica desta pesquisa, sobre a historiografia do lugar, das pessoas que ali viveram e de suas conexões no mundo da diáspora africana, no interior do território continental, nas fronteiras para além do espaço delimitado pelo Tratado de Tordesilhas, que havia empurrado fluxo de pessoas de origem ou ascendência africana, na dinâmica da sociedade colonial, juntamente com a expansão do território de disputa lusitana.

828

Arquivo, operação colonial e desafios para a escrita da história e participação da gente negra no Brasil Central, Goiás

A centralidade da questão que se coloca neste artigo é a inscrição da fala de gente preta na ordem do discurso, a possibilidade da invenção escriturística por meio do questionamento

¹ Professora Associada no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás, membro do Grupo de Trabalho Emancipações e Pós-abolição da Associação Nacional de História, doutoranda em História pela Universidade de Brasília <janira.miranda@ifg.edu.br>





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



em processo judicial, inscrever a fala no depoimento. Ditar uma perspectiva de emancipação. Pensar o requerimento por “tratar da liberdade” como o início de uma possibilidade para narrar sobre a própria vida e trajetória, escrevendo, mas também disputando a autoria e – consequentemente a narrativa - por meio do ditado, em processo judicial. Em que medida esta operação é verificável, por meio da documentação? Será possível que ela se constitua como uma prática historicamente verossímil no início do século XIX, em Goiás? Quais as possibilidades e os elementos desta narrativa preta, africana que a possam colocar em condições de disputa da palavra escrita, no contexto do processo judicial na ordem colonial? Que desafios o arquivo colonial impõe a uma *historiografia emancipacionista*? E qual a condição de possibilidade para uma retomada deste arquivo contemplando outras palavras?

A entrada no arquivo colonial permite repensar tanto as hierarquias que sua massa documental funda e oferece para uma historiografia que a retoma, de forma substancialmente reificadora da presença africana no mundo escravocrata, quanto estimula a produção de novos olhares e o desenvolvimento de *outras imaginações históricas sobre as trajetórias pretas* inscritas na documentação. Trazendo as possibilidades de um questionamento sobre os pressupostos e as técnicas da produção de um poder social e disciplinar:

829

O pensamento e a produção de conhecimento realizada de forma cartesiana servem aos detentores do arquivo colonial, produzido cuidadosamente de maneira a estabelecer hierarquias de poder em que o que é moderno/colonial/branco/europeu ganha para si todo o status de humanidade, saber e poder. Esse arquivo colonial é ao mesmo tempo uma alegoria e uma realidade. Falo desse arquivo como História Oficial, produzida por uma série de práticas e procedimentos próprios da pesquisa historiográfica. História é com H maiúsculo, com base em uma lógica moderna e ocidental do que é conhecimento (...).

Os desafios da produção de uma historiografia que inscreva outras possibilidades para a construção de um conhecimento que nasce das experiências negras em fazer história. As operações historiográficas no acesso, seleção, tratamento e análise da documentação de arquivo concernente à experiência africana e feminina no trato da liberdade em Goiás, na passagem do século XVIII ao XIX, a partir do estudo de caso Joanna Mina.

Para repensar as dinâmicas de construção do saber disciplinar na história, a partir de bases epistêmicas apontadas nos escritos de Beatriz Nascimento sobre a historiografia brasileira, no horizonte da temática africana e afro-descendente nos aproximamos dos escritos desta pensadora. Na perspectiva de uma história disputada pelo protagonismo da gente negra, B.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Nascimento sugere que a presença da comunidade negra na disputa pela invenção da historiografia requer uma reorganização cognitiva para afirmação das agências de sujeitos negros como enunciadores de discursividade historiográfica.” Em questão para Beatriz Nascimento, estava a:

mirada crítica, ao mecanicismo e ao cientificismo da era industrial, a uma redução da história como ciência “puramente constatativa” comparece na abertura do texto *Por uma história do homem negro* (2007), junto à questão que enuncia o ponto de partida proposto por Beatriz Nascimento na sua reflexão sobre a história “Como retomar o verdadeiro tempo da história(...)?, considerando “Como fazer, como escrever a História sem se deixar escravizar pela abordagem da mesma, fragmentariamente?”. A historiadora insere ali a crítica sobre as primeiras dinâmicas de um projeto de cientificidade remontando ao renascimento e à estruturação do mundo colonial.

Atravessou este texto, publicado originalmente em 1974, uma fabulação teórica proposta por Beatriz Nascimento, que era avançada no período de sua escrita. E que perpassou sua interrogação sobre as possibilidades de escrita de uma história que não partisse da expansão europeia e da construção de sua hegemonia no mundo moderno. Estabelecia a crítica a uma historiografia produzida a partir de práticas nascidas em um ambiente racializado, no qual as fricções raciais haviam sido suprimidas ou forcluídas das práticas discursivas e empíricas da disciplina histórica. E reinscritas a modo de mitificação ou reificação da história da gente negra brasileira.

A autora ancorou na história um horizonte de expectativas relacionados ao reposicionamento da gente negra nas representações sobre o Brasil. No seu texto *Por uma história do homem negro*, Beatriz Nascimento manteve o horizonte de seu projeto-desafio como devir de uma história do Brasil, na singularidade da experiência negro-brasileira. Com especificidades demarcadas em separado com relação à história africana e de outras partes de a diáspora africana no novo mundo.

Devemos fazer a nossa história, buscando nós mesmos, jogando nosso inconsciente, nossas frustrações, nossos complexos, estudando-os, não os enganando. Só assim poderemos nos entender e fazer-nos aceitar como somos, antes de mais nada pretos, brasileiros, sem sermos confundidos com os americanos ou africanos, pois a nossa História é outra. Como é outra a nossa problemática.

A investidura da história como campo de retificação do passado colonial, o tempo da destruição, do enfrentamento às hierarquias oriundas da operação colonial, em certa medida



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



sugerem que a história emerge para Beatriz, como campo de possibilidade para o alargamento ou ampliação os usos e sentidos da experiência histórica da gente negra no Brasil.

A inferência sobre as conexões e perspectivas de um trabalho coletivo em torno de uma história do negro brasileiro permanece como uma questão. Avulta a percepção da natureza e envergadura da tarefa a que Beatriz Nascimento se propunha em 1974. Quando indicou como possibilidade teórico-metodológica de uma historiografia a partir do protagonismo negro, B. Nascimento sugerindo em seu texto *Negro e racismo*, publicado em 1974, que:

Isto só pode ser possível à luz de uma fidelidade à História. Só o levantamento histórico da vivência do negro no Brasil levado a efeito pelos seus descendentes (...) poderá erradicar o complexo existente nele, e assim como o preconceito racial por parte do branco.

A escolha de Beatriz por um projeto intelectual que se espria em duas vertentes: a) a *historiografia, como possibilidade disciplinar, narrativa e discursiva* e; b) a *libertação como potencialidade ética representa um inequívoco estabelecimento na eleição da história como campo da capacidade de ação do sujeito*. O que emergiu do lugar social de Beatriz Nascimento, como um *patuá*, aqui considerado conforme caracterizou M. de Certeau em seu texto clássico *A operação historiográfica* (1984), o lugar de produção em história como *locus* de um *mana*, um poder a partir do lugar da experiência. Das possibilidades teórico-metodológicas indicadas pela historiadora, desdobraram-se a noção de *veracidade* e a de *temporalidade*, como elementos conexos à perspectiva de uma história livre de fragmentarismos.

Da leitura que estabelecemos do *projeto historiográfico* de Beatriz Nascimento emerge a ideia de uma correlação com as práticas ancestrais da comunidade negra na diáspora onde:

a construção textual e afirmação de um lugar outro, que articula e ancora a escritura e a função do conhecimento histórico emerge como um *template*, aberto ao aprofundamento, no texto *Por uma história do homem negro*. “As coisas que reflito nesse momento já existia no ventre de minha mãe, num quilombo qualquer do Nordeste, na África onde já não quero nem posso voltar.”

No encontro deste processo de Joanna Mina (1802) com as reflexões da historiadora Saidiya Hartmann presentes no texto *O tempo da escravidão* se descortinam não apenas as *questões do tempo passado-presente* na pesquisa histórica ou os desafios de *uma história feita por mãos negras*, mas a própria centralidade do *ofício historiográfico exercido a partir do lugar de ser mulher e negra* em decupagem por camadas discursivas o documento de arquivo, a partir do olhar de gerações de historiadoras negras que se voltam para os processos de produção emancipatória no passado-presente.

831





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



A indagação que se coloca nesta tríade de questões teórico-metodológicas está articulada à pergunta sobre as possibilidades de repensar a documentação na chave da palavra escrita, em processo judicial no mundo da colônia, como um ditado de autoria de Joanna Mina, fixado na massa documental da Vila Boa do início do século XIX, que nos chega como parte da invenção escriturística sobre Goiás.

É do Forte Castelo Elmina, aquele mesmo porto africano de procedência que identifica um espaço africano a atribuir um pertencimento que a documentação colonial imputa a Joanna Mina, que vem o registro de uma memória africana da experiência das mulheres embarcadas naquele porto, pelo texto de Hartmann:

Uma placa memorial colocada perto da entrada do pátio do Castelo de Elmina diz: ‘Em memória eterna da angústia de nossas ancestrais. Que aquelas que morreram descansem em paz. Que aquelas que retornam encontrem suas raízes. Que a humanidade nunca mais cometa tal injustiça contra a humanidade. Nós, que estamos vivas, juramos defender isso’. Como a placa sugere, acertar as contas com a nossa responsabilidade com as mortas exige não apenas a nossa lembrança, mas também uma promessa de repúdio à injustiça que permitiu que esse crime contra a humanidade ocorresse.

832

Se a recordação e a lembrança da escravização de mulheres negras são centrais, na perspectiva de Hartman, o ofício da historiadora negra tem ligação com a tarefa de mediar um lugar sensível onde, na visão desta autora “parece que as nossas vidas e até as das mortas dependem de tais atos de recordação”.

A representação do passado com suas dificuldades e disputas poderá ser suplantada, na visão de Hartmann, em vista da aposta na capacidade reparadora da memória. Mas a memória, neste caso, se fundaria na *distinção entre o passado e o presente*. Para Hartman, tanto a presentificação da herança escravocrata, quanto os significados da perda e do luto na produção da diáspora transatlântica são considerações a serem apontadas, sobretudo quanto ao *continuum* da “experiência descendente da dispersão africana”. Tal é o desafio em lidar com esta memória sensível do trauma da escravização. No seu texto *O tempo da escravidão*, Hartmann pontua que

lembrar das mortas é reparar as linhas rompidas (...) a lembrança está envolvida em reivindicar o passado, apaziguar ancestrais e recuperar as origens das descendentes dessa dispersão. Lembrar-se da escravidão é imaginar o passado como o “tecido de nossa própria experiência” (...). A identificação e o enlутamento estão inextricavelmente vinculados neste caso; já que as raízes que somos encorajadas a recuperar pressupõem a ruptura do comércio transatlântico de





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



escravas (...), as questões de enlutamento e a nossa identificação com as mortas são centrais tanto para o trabalho de luto, quanto para a imaginação política da diáspora africana.

O texto de Hartman adquire particular interesse e mesmo uma dimensão espectral no horizonte deste trabalho, à medida em que permite conectar as memórias contemporâneas de descendentes africanas ao porto de origem, por meio do qual Joanna Mina foi embarcada para o novo mundo, vindo a ter sua vida e trajetória identificada por meio de um processo de emancipação registrado na documentação jurídica da Capitania de Goiás, iniciado em março de 1802.

Recolocar a trajetória de Joanna Mina esta mulher, preta africana, a partir de suas ações, *estilizadas na escrita*, de um processo jurídico por emancipação, na Vila Boa na passagem para o início do século XIX, configura o que a autora chama de uma “reconstituição do evento do cativo” e, certamente, incide sobre a revisitação do passado.

Este reencontro ilumina temporalidades díspares no *binômio presente-passado*, fornecendo a condição de explorar o que Hartman chama de “o artifício das barricadas históricas ou a fragilidade de marcadores temporais como passado e presente.”

Esta correlação é aqui tratada como parte da memória sensível sobre as experiências de escravização africana, nos permite entreolhar para a documentação do processo de Joanna Mina (1802) como parte de uma disjunção que Hartman caracteriza. Vez que para a autora, na dinâmica de posse das informações sobre o passado, ocorre no caso da escravização africana para a diáspora americana, a dinâmica em que:

ao se apossar do passado, iluminam-se as promessas quebradas e os contratos violados do presente. A disjunção entre (...) ‘aquele evento’ e ‘essa memória’, além de abarcar uma dimensão essencial do tardio, levanta uma série de perguntas sobre o uso e a relevância do passado, a valência política e ética da memória coletiva, e a relação entre responsabilidade histórica e a crise contemporânea(...)

Hartman (2020) busca uma compreensão sobre os significados da memória em um ambiente da vida social onde “a oscilação entre então e agora destila os últimos quatrocentos anos em um momento definitivo. E, ao mesmo tempo, a narrativa ainda em desenvolvimento do cativo e da desapropriação excede os parâmetros discretos do evento”. Sugere que a longa lista de violações no tempo presente pode enunciar que não estamos tão próximas da liberdade, mas que a cantilena das reclamações pode vir a evidenciar o que é temido na experiência do trauma, sua continuidade até o presente. A história seria então uma lesão que ainda não cessou de acontecer até o presente?





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Nas dobras desta conexão passado-presente se apresentam os desafios para pensar a historiografia possível, a partir da experiência com o estudo deste processo de Joanna Mina e das suas possibilidades para operarmos com a questão da escrita e a disputa pela inscrição discursiva, a partir da luta por tratar da liberdade em Goiás, na passagem para o século XIX. Na dinâmica da experiência de redistribuir as fontes de modo a produzir um material historiográfico que permita a operação disciplinar como parte de um refazimento dos espaços na vida social, reposicionando inclusive a autoria africana em contexto colonial, em Goiás. Nesta dinâmica, podemos retomar a inspiração de W. Benjamin ao tratar o ofício como: O dom de despertar no passado as centelhas da esperança (...) privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer.

A própria esperança de restabelecer o “lugar do morto” como redistribuição da narrativa historiográfica e recomposição de uma narrativa que recoloca o sentido e a esperança de liberar o presente para os vivos, traduz os significados da busca por escrita preta e africana na documentação aurida neste capítulo.

as coisas espirituais não podem ser representadas como despojos atribuídos ao vencedor. Elas se manifestam nessa luta sob a forma da confiança, da coragem, do humor, da astúcia, da firmeza, e agem de longe, do fundo dos tempos. Elas questionarão sempre cada vitória dos dominadores.

834

O desfazimento da afirmação colonial da autoria de matriz única e leitura unívoca da documentação de arquivo, o questionamento do bloqueio total a uma disputa pelo texto consignado em processo judicial e guardado no arquivo da colônia é parte desta aproximação. Dialogando com estas perspectivas de Hartman sobre *historiografia possível* da diáspora; com W. Benjamin sobre *as coisas espirituais como experiências e agências humanas colocadas em andamento por Joanna Mina*, preta e africana que, em firmeza e astúcia não cessou de agir em prol de sua liberdade até onde a documentação a alcança, ou recobre; com M. de Certeau para afirmar a ação de historicizar, sobre a redistribuição da escrita sobre o passado que é “honrado eliminado” para dizer o que não se faz mais, no presente.

Tal é o desafio de uma história emancipacionista, produzir uma historiografia que oscila entre “fazer história” e contar história”. Uma dinâmica que conflui, em linhas gerais, à perspectiva do projeto historiográfico encetado por Beatriz Nascimento.



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Natural desejo por liberdade: luta da gente negra, redes e jogos políticos na Vila Boa em meio à crise de 1789-1803

Joanna Mina foi ouvida, a pedido, em 13 de março de 1802. O requerimento que dera origem ao processo é datado a 02 de março daquele ano. Em seu depoimento, oferecido ao Juiz Ordinário da Vila Boa, Alferes Simão de Souza Lima, ela indica que havia “três para quatro anos, mais ou menos” lidava com o esforço para alcançar a “isenção do cruel jugo do cativo” pelo “natural desejo que todos tem os que são escravos” se infundiu em seu “ânimo (...) a audácia” de dirigir-se ao Alferes Francisco Leyte Borges, que detinha sua liberdade, para um acordo de “quartação para sua liberdade” oferecendo para tal 60 oitavas de ouro que explicava ter “agenciado em seus domingos e dias santos”.

Do início deste depoimento é possível estabelecer alguns marcadores. O primeiro deles tem correlação com a tipologia do documento e sua morfologia jurídica, influenciando nos limites do mecanismo judicial e da linguagem. Seja pela mediação de um procurador para o caso de Joanna, ou pelas fórmulas textuais que atenuam o acesso à palavra de Joanna. Este efeito, ao atenuar não pode forcluir a presença e a palavra da africana que emerge do registro processual.

O segundo aspecto se relaciona à datação da dinâmica dos fatos narrados no processo. Joanna indica que havia dado início a um processo de negociação de sua liberdade há – pelo menos – três anos passados, com o Alferes Leite Borges, quando ofereceu um pecúlio no valor de 60/8 em ouro, como parcela de entrada para quartação do valor de sua carta de liberdade. Uma eventual vitória jurídica suplantaria duas tendências agravantes para esta negociação: o fato de ser africana e mulher. Análise quantitativa e qualitativa indica que a maioria de pessoas alforriadas eram de nascimento crioula e em períodos diferentes em Goiás oscilava entre maioria de homens ou de mulheres .

A coleção de cartas de liberdade no fundo de arquivo do Cartório do 1º Ofício de Goiás é composta por um conjunto de 426 documentos no período de 1804 a 1824. São indicadores e representativos de uma dinâmica social da Capitania de Goiás, nas duas primeiras décadas do século XIX. Ainda que nos falte a designação de nacionalidade para 25 pessoas nomeadas nas cartas referidas, é possível afirmar que no período parte da população preta e parda se movimenta, de forma produtora, para mudar de *status* e passar a constituir como componente da camada de gente liberta.

Ressalte-se que a pluralidade da presença africana quanto às identidades nacionais e a superioridade numérica da população negra nativa brasileira de primeira geração (=crioula) registrada na coleção é um indício, forte o bastante, para ponderarmos pela plausibilidade de

835





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



uma intensa luta por dentro e contra a ordem colonial no que concerne ao esforço para romper a ordem jurídica que mantinha a instituição do cativo. As práticas de quitação e as alforrias compunham parte da estratégia para esta passagem ao mundo social da gente liberta.

Este quadro nos orienta à percepção de Joanna Mina não estava sozinha, ao contrário. Compunha um grupo visível e mobilizado em torno à pauta da liberdade inclusive como processo, não apenas jurídico. De seu processo emerge um conjunto de conexões, que evidencia uma rede bem tecida, como veremos.

Esta rede sugere que as informações sobre a vida política e a governança administrativa corriam como notícia, de boca a ouvido entre a gente africana e nativa na Capitania de Goiás. Não será surpreendente registrar que a chegada de Joanna Mina à Vila Boa, para se dirigir diretamente ao Governador João Manoel de Menezes seja ação resultante da leitura de um cenário político favorável a sua causa. É certo que o depoimento da Joanna indica que sua proposta de negociação da própria liberdade recuava a, pelo menos, 1799 ou 1798. O que nos permite recuar seus planos e iniciativa para bem antes da chegada de um governador que se perfilava como favorável a pleito semelhante ao de Joanna.

Em fevereiro de 1798, a rainha, D. Maria I, assinava decreto real nomeando João Manoel de Menezes para o cargo de governador e capitão-general de Goiás, para um período de três anos, retirando do cargo o antecessor Tristão da Cunha Menezes

A chegada de João Manoel Menezes move peças em um intrincado tabuleiro da política na capitania, ao completarem-se sete meses de sua posse oficiais da câmara escreviam em agradecimento pela indicação do novo governador, referido como “redentor e restaurador da Capitania”. A temperatura política subiu, na esteira do atrito político entre os grupos ligados a Tristão da Cunha e J. Manoel Menezes. Em janeiro de 1802 os oficiais da Câmara escrevem ao Príncipe Regente D. João, denunciando a venda de cartas-patentes por quantias excessivas, a determinação de prisões, em sua visão, abusivas e requerendo esta atribuição para a Câmara, conforme provisão real de 02 de janeiro de 1802. E novamente escrevem, requerendo o afastamento de João Manoel de Menezes. Nos meses seguintes a crise se agrava.

As disputas giravam em torno de autoridades por nomeação régia, que se articulavam em ao menos grupos de interesses opostos. Ainda assim oficiais da câmara buscaram agir em primeiro momento, como vetor de intermediação dos conflitos entre as partes, no esforço de dar termos ao conflito que se alastrava. Com o tensionamento do ambiente político em níveis inusuais, seu posicionamento parece ter sido definido pelas ligações da maioria de seus membros com este ou aquele grupo, incidindo nas deliberações a serem tomadas. Aí

836





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



incluída a gravosa ordem de prisão emitida pelos oficiais da Câmara contra o capitão-general e governador das Minas e Capitania de Goiás João Manoel de Menezes, nomeado pela autoridade régia.

Diante do quadro político da crise de 1799-1803, o interesse de análise tem, em geral se dirigido para a partição e equilíbrio de poder entre a autoridade régia e as elites locais, nitidamente rompido a Sublevação na Vila Boa (1803). Nosso olhar, de forma divergente, se volta neste acontecimento específico para o grupo de 60 ordenanças que se recusaram a desaquartelar-se e seguir até o Ferreiro para dar voz de prisão ao Governador. E se mantiveram a postos para seguir as ordens emanadas pelo Governador Geral das Minas e Capitania de Goiás contra a sublevação da Câmara. Tendo inclusive escoltado o Governador João Manoel de Menezes à sede do governo na Vila Boa. É significativo retomar tanto a forma de acesso aos cargos de ordenança, por meio de acordos com o Governador envolvendo quantias pagas, bem como perquirir a documentação oficial do período, na qual se registram denúncias de nomeação homens pardos e homens casados com mulheres negras (=mulatas) para as posições de ordenanças na Vila Boa.

Das oitavas do processo de Joanna Mina emerge uma cena que enlaça personagens, famílias, redes, lugares, posses e tramas que descortinam elementos da vida social na Capitania, por meio da trajetória, experiência e ação da africana. Dentre os silêncios do processo se destacam a ausência de qualquer menção ao seu lugar de nascimento, viagem intercontinental ou a sobre a viagem da costa brasileira ao sertão e sua chegada em Goiás e à localidade do Passa Três, onde aparentemente viveu a maior parte de sua vida adulta. Este silêncio é particularmente sentido quando contraposto à vasta gama de informações que comparecem ao processo como elementos descritores de sua vida em Goiás.

Do requerimento inicial extrai-se uma consistente denúncia da quebra de acordo comercial e de um conjunto de gestos e ações que rompiam o direito consuetudinário, bem estabelecido nas práticas vigentes na capitania e na colônia, de modo mais amplo. Atos promovidos ou contratados pelo detentor jurídico de sua liberdade.

O processo enfeixou um conjunto de pessoas, lugares, relações, trajetos e conflitos que comparecem de forma não-linear e em muitos sentidos, fugaz. O que nos permite cogitar o reconhecimento do passado, se não como verdade, mas certamente como experiência, agenciamento e protagonismo de sujeitos históricos negados em certa historiografia. Reconhecimento que se faz a partir do trabalho sobre os elementos deste processo. “A verdadeira imagem do passado perpassa, veloz. O passado só se deixa fixar, como imagem que relampeja irreversivelmente, no momento em que é reconhecido.”

837





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



A Vila Boa em que Joanna circulou naquele período era parte de um projeto de expansão do império português ultra-marino, que ali havia instalado suas principais instituições, para consolidar sua presença. Mas também era um espaço habitado por gente negra (preta, parda, mulata, cabra), que fazia sentir a densidade de uma presença irrequieta. Um corpo coletivo que fustigava a ordem colonial. Formando teias de relações e solidariedade pontuais como vista no processo de Joanna, ou com a permanência institucionalizada, como as que podem ser examinadas no associativismo das irmandades, bem presentes na Vila Boa do início do século XIX. Vila que, enquanto sede da capitania e centro operador do sistema jurídico, iria representar o local de incidência deste *dispositivo de emancipação* que Joanna Mina colocou em andamento.

Joanna Mina: dispositivos de emancipação, protagonismo negro e processo jurídico como disputa pela escrita da história

Dar princípio ao processo jurídico foi a culminância de uma longa jornada de trabalho, estratégias, negociações comerciais e fugas empreendidas em vista de sua liberdade. O nebuloso início do processo, datado em 05 de março de 1802, encontra Joanna aprisionada na localidade em que vivia, o Passa Três nos arredores de Curralinho, há 15 léguas da sede da Capitania.

O processo, enquanto documento enquadrado nos limites de seu formato no sistema jurídico na colônia tem interesse para este trabalho, a ser abordado como peça que foi disputada pela africana Joanna Mina, por meio da qual atuou na qualidade *de autora a ditar um texto, uma afrografia, disputando a ordem do discurso para inscrever sua própria palavra sobre sua experiência de vida e demanda por liberdade*. Assim, Joanna Mina ao atuar politicamente, consolida este processo como um *dispositivo com potencial para a produção de um regime discursivo em vista de sua emancipação*, que só pode emergir na ordem colonial do lugar de quem lutou com os mecanismos processuais por ampliar suas condições de ação em meio a um ambiente escravocrata .

Se abordamos o processo como *dispositivo de emancipação*, consideramos que pode ser aqui tomado em sua tripla acepção: a) dispositivo tomado como *parte de um artigo ou decisão legal*; b) dispositivo como *peça ou instrumento capaz de engendrar uma ação* ou; c) dispositivo como mecanismo capaz de *guardar, transmitir, processar e transferir informações e dados*.

Ao operacionalizar o processo como *dispositivo de artigo e decisão legal*, Joanna Mina se colocou como parte a requerer, no devido processo colonial, um direito consolidado que foi acionado para as mãos do Governador da Capitania, a quem se apresentou e peticionou dando início a uma dinâmica que permeou e foi permeada por enquadramentos legais, que

838





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



moveu em vista de sua liberdade, como parte de um artigo legal, que conheceu e moveu dirigindo-se a quem detinha o poder de acionar legalmente.

Tomado de forma mais complexa, o processo foi acionado como mecanismo capaz de *guardar, transmitir, processar e transferir informações e dados*. Por meio dele, considerando inclusive os filtros e operadores da instituição jurídica, a Preta Joanna escreve informações centrais para o entendimento de sua trajetória de vida e agências por emancipação, em ação que manteria à posteridade, e até a releitura possível nesta pesquisa bem como para além dela, o *processo-dispositivo escrito que guardou, transmitiu, processou e transferiu informações e dados* sobre a vida desta mulher africana, que em sua vida adulta inscreveu sua biografia no interior do sistema jurídico na sede da Capitania de Goiás, no início do século XIX.

Evasão do cativo, insurgência e fricção: Joanna Mina na Vila Boa

Pelo período decorrido até 1802, Joanna buscava a oportunidade para se apresentar na Vila Boa. Suas tentativas de fuga sempre haviam sido direcionadas à sede da capitania, usava sempre um cavalo de sua propriedade e era achada em posse de valores em ouro, no intento de depositar e registrar um valor de entrada para fechar um negócio de quartamento em vista da liberdade.

Naquele ano corria a notícia – muito certamente – entre a gente miúda da capitania, sobretudo aquela que vivia em espaços urbanos e às margens da estrada real (era este o caso de o Passa Três localidade de moradia de Joanna) de que o Governador Geral João Manoel Menezes tinha divergências políticas com diversos líderes políticos, membros da Câmara ou detentores de cargos na administração da capitania. Era público que o governador havia provisionado cargos de ordenanças a membros da comunidade negra (homens pardos e casados com mulatas) da Vila Boa e de outros arraiais. E que tendia a decidir por gestos políticos que afagassem este grupo, com quem mantinha acordos.

Havia entendimento - incluso em denúncias remetidas à sede metropolitana - de que ele usava de recursos oficiais para, por correspondência, requerer cartas de provisão para pardos e mulatos entrarem em cargos civis e militares, inclusive uma das razões alegadas para o início do movimento de destituição do governador havia sido seu apoio à posse do oficial João da Cunha, homem casado com mulata.

Com efeito, a Vila Boa estava marcada, entre os anos de 1789 e 1803 por dinâmicas de avanço na participação de homens pardos e mulatos ou casados com mulatas em cargos da administração militar e civil. Em carta dirigida ao príncipe regente Dom João, os oficiais da Câmara de Vila Boa solicitavam a proibição da incorporação de “mulatos e homens brancos

839



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



casados com mulatas, em cargos públicos e militares em cargos públicos e militares, em particular nas companhias de Dragões, Milícias e Ordenanças militares”.

A evidente fricção relacionada a pretos, mulatos, cativos e pessoas casadas com mulatas, ocupando posições de destaque na administração pública, sobretudo no âmbito militar, mas não apenas, traz à vista uma Vila Boa com forte presença de pretos livres, pardos e mulatos. Incômoda o suficiente para estar inscrita na documentação oficial, com intensa troca de correspondência e mensagens contraditas, ora na defesa, ora no embate em relação à ocupação de cargos administrativos por homens pretos e pardos, por parte de pessoas destacadas na administração da capitania.

A rede de pessoas a urdir acontecimentos na trama da vida social na Vila Boa, em torno do processo de Joanna Mina, a centralidade de sua pessoa no processo, bem como as características de sua ação apontam para uma movimentação bastante eficaz, do ponto de vista da ruptura com o tecido do cotidiano, destacando o desvio como elemento de interesse para a historiografia, ao permitir o acesso à dinâmica social na capitania daquele tempo denso de início do século XIX.

Com especial interesse reconhecemos na documentação a presença de africanas e africanos designados Mina, em razão da presença de Joanna na Vila Boa, para pensar os significados da inscrição não de uma pessoa, mas de uma comunidade formada por pessoas que viviam na Vila ou nas fazendas deste Julgado, aquelas que estavam associadas à Irmandade de Nossa Senhora dos Pretos e outras não associadas para pensar o grupo de Pretos Mina em Goiás na passagem do século XVIII ao XIX. Mas também para tratar sobre os discursos acerca desta “nação Mina” no imaginário colonial.

As informações sobre a vida de Joanna Mina, que apreendemos da leitura do processo de 1802, nos mobilizam para uma leitura sobre as conexões africanas e afro-descendentes na capitania de Goiás, na passagem do século XVIII ao XIX.

Por certo Joanna Mina não estava sozinha. A presença da comunidade africana mina é registrada na documentação referente à capitania de Goiás de forma explícita em assentos de batismo, testamentos de africanos e de senhores de escravizados, assentos de matrimônios, processos, compromissos de irmandades, documentos oficiais do comércio e da administração colonial, em denúncias. As dinâmicas da comunidade africana na sede da capitania, certamente, não passavam ausentes da experiência de Joanna Mina. Ao contrário, eram parte de suas vivências.

O processo como *disputa pela escrita como dispositivo pela emancipação* como fito da pessoa escravizada descortinam a *possibilidade de pensarmos a autoria negra na diáspora africana*, nos espaços coloniais, como prática registrada em vários ambientes sociais da diáspora africana

840





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



nas Américas. Esta experiência não é isolável e encontra guarida em uma coleção de obras publicadas por autores negros e negras, em autoria lídima e procedente, inclusive com a editoração de obras.

É neste lugar de deslizamento e tensão que se inscreve a possibilidade de *operacionalizarmos historiograficamente* a noção de *autoria negra nos documentos de liberdade, por meio da disputa da escrita no ditado* de uma vida, parcamente *narrada nos limites estreitos da documentação jurídica* no modelo processual da colônia. Foi, precisamente, este gesto fundante da capacidade de escrever, de forma indireta, por meio do *ditado* as experiências, ações e percepções da vida de uma preta africana mina na capitania de Goiás, na passagem do século XVII ao XIX, que outorgou a condição para que a historiografia pudesse se voltar ao arquivo colonial e, em certo sentido *continuum*, apreender a força do gesto de Joanna Mina como parte de um construto emancipacionista.

Considerações Finais

Por operação lógica e historiográfica possível, sugerimos uma revisitação de conjuntos da documentação processual na colônia, tomando por perspectiva teórico-metodológica o *protagonismo das pessoas escravizadas que foram ouvidas e ditaram sua visão no processo, para advogar por sua emancipação*. E, desta forma legaram um conjunto escrito, na *disputa por esta autoria*, regida pelo controle e limite colonial. Mas que nos chegou pela insistência de Joanna Mina em se evadir do cativo e da prisão e continuar a acionar dispositivos por sua emancipação, ao insistir por sua Carta de Liberdade.

841

Referências Bibliográficas

Fonte

ARQUIVO FREI SIMÃO DORVI, Processo de Joanna Mina, 1802.

ALENCAR, I. F. *A larva, a crisálida e a borboleta: as cartas de liberdade em Goiás (1800-1824)*. 2019. 94 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



BENJAMIM, Walter. *Teses sobre o conceito de história*. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. Disponível em: <https://lavrpalavra.com/2015/10/02/walter-benjamin-teses-sobre-o-conceito-de-historia/>. Acesso em 20/10/2022.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2006.

DUARTE, Alan Ricardo. *O império de papel: no labirinto das discórdias, denúncias, cartas e representações contra os governadores da capitania de Goiás c. 1749 – c. 1804*. 2020. 500 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Tradução Laura Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. “Sobre a história da sexualidade”. In: *Microfísica do poder*. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

HARTMAN, Saidiya. “O tempo da escravidão”. Tradução Kênia Freitas, Cíntia Guedes e Matheus Araújo dos Santos. *Periódicus*, Salvador, n. 14, v.1, nov.2020-abr.2021.

LIMA, Thayara Cristine Silva. “Literatura e história na reeducação de imaginários e na produção de novos futuros”. In: *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*. Brasília, n. 67 e 68, 2023, p. 02.

LEMES, Fernando Lobo. *A Oeste do Império – dinâmica da câmara municipal na última periferia colonial: um estudo das relações de poder nas minas e capitania de Goiás (1770-1804)*. UFG (Dissertação), 2005.

LOIOLA, Maria Lemke. *Trajetórias para a liberdade: escravos e libertos na Capitania de Goiás*. Goiânia: Editora da UFG, 2009.

LOPES, Inaê. *Além da senzala: arranjos escravos de moradia no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: USP (dissertação), 2006.

842





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



KARASH, Mary. “Central Africans in Central Brazil 1780-1835”. In: HEYWOOD, Linda M. (Ed.). *Central Africans and cultural transformations in the American diaspora*. Cambridge: Cambridge Press, 2002.

MORAES, Cristina C. P. *Do Corpo Místico de Cristo: Irmandades e Confrarias na Capitania de Goiás, 1736-1808*. (Tese de Doutorado). Lisboa, 2005.

MORAES, Cristina de Cássia Pereira. O tráfico de escravos para o Brasil no século XVIII. *Revista do Centro de Estudos do Caribe no Brasil*, v. 8, No. 15, jul-dez, 2007.

NASCIMENTO (GOMES), Beatriz. “Por uma história do homem negro”. In: *Revista de Cultura Vozes*, 1974.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. *Beatriz nascimento: quilombola e intelectual, possibilidade no dia da destruição*. Diáspora Africana, Editora Filhos da África, 2018.

NASCIMENTO, Beatriz. *Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos*. RATTTS, Alex. Org. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2021.

PEREIRA, Alan Ricardo Duarte. *O império de papel: no labirinto das discórdias, denúncias, cartas e representações contra os governadores da capitania de Goiás c. 1749 – c. 1804*. 2020. 500 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.

SODRÉ-MIRANDA, Janira. “Intelectual negra na história atlântica: o projeto historiográfico de Beatriz Nascimento”. In: *Revista Mosaico*, Goiânia, v. 16., p.p. 95-107, 2023.

843





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



MEMÓRIAS DA COZINHA DE AFETO, FATOR DE IDENTIDADE DO IMIGRANTE ESPANHOL

Dolores Martín Rodriguez Corner

A alimentação pode ser estudada interdisciplinarmente: pela biologia, sociologia, economia ou outra disciplina. Esta pesquisa analisou a alimentação, porém, sob uma perspectiva cultural. Empregou como metodologia, a História Oral, por meio de uma releitura das entrevistas com imigrantes espanhóis de pesquisas e trabalhos acadêmicos realizados nas últimas décadas, visando encontrar, por meio de uma amostragem, os hábitos alimentares que permaneceram na imigração.

Analisando os depoimentos referentes à alimentação, um dos aspectos se destaca; a necessidade constante que sentiam de voltar a provar os sabores de sua cozinha de afeto, seja no próprio lar, em casas de conterrâneos, em festas das associações regionais espanholas ou em restaurantes de cozinha étnica.

Pode-se constatar nas respostas apresentadas, que as memórias do tempo histórico retornavam e traziam ao presente os significados de uma identidade cultural. “Tudo indica que as lembranças se apresentam como realidades virtuais reveladoras da identidade de um determinado grupo social, trazendo o passado à tona e mesclando-o com as percepções do presente.” (TEDESCO, 2002, P.67)

Os imigrantes espanhóis, em estudo, constituíram um grupo representativo, o terceiro em número, seguindo somente ao grupo dos italianos e dos portugueses. Eles foram direcionados especialmente ao Estado de São Paulo, vindos em levadas imigratórias ocorridas em dois períodos, o da imigração massiva no final do século XIX início do século XX, e o outro após II Guerra Mundial e Guerra Civil Espanhola.

Memória

Dentre as diferentes formas de memória coletiva, uma das mais persistentes é a memória culinária, com sua variedade de sabores, aromas e cores que resistem ao impacto do tempo e até mesmo ao desenraizamento cultural e geográfico, segundo HECK, (1999)

A prática de preparo do alimento está voltada para a memória, para os pratos de infância, a observação do modo como eram elaborados num aprendizado empírico.

Leroi-Gourhan (apud LE GOFF. 2000) destaca que a memória não é propriedade da inteligência, mas a base, sobre a qual se inscrevem as concatenações de atos. Distingue três

844





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



tipos de memória: memória específica, para definir a fixação dos comportamentos de espécies animais, memória étnica, que assegura a reprodução dos comportamentos nas sociedades humanas e no mesmo sentido e a memória artificial, eletrônica na sua forma mais recente, que trata sem recorrer ao instinto ou à reflexão da reprodução de atos mecânicos consecutivos. Este estudo vai evocar a memória étnica.

A função da memória torna-se importante na medida em que, através da lembrança, se tenta relacionar o presente com o tempo vivido, numa releitura do passado, embora, recordar não seja o mesmo que viver o passado, mas apenas visualizar uma imagem do vivido. É preciso considerar que a memória não é estática, envolve tempos e espaços que podem ser percorridos. No dizer de SEIXAS, (2002. P. 46) “[...] a memória não se possui, mas se percorre. Pode-se perceber que a memória não é uma retrospectiva, um resgate passivo e seletivo de fatias de passado que vêm, como um decalque, compor ou ilustrar nosso presente, mas a memória possui um movimento que não é regressivo somente, como se algo do presente se fixasse no passado.”

A cozinha étnica

Se a identidade do imigrante se dá justamente pelo duplo impulso de abandonar a terra natal conservando a memória de sua origem, a cultura culinária pode ser a expressão privilegiada de seu imaginário, de sua vida entre dois mundos, conforme HECK (1999)

A preservação da memória alimentar se deve principalmente a oferta feita a diário nos lares e assim vai sedimentando o gosto na memória. “... cada prato é instrumento de memória, memória do sagrado, memória do passado, sendo a mesa o lugar pedagógico e a cozinha um lugar de reelaboração da história”. (ARIÈS.2001, p.465)

A história registra em vários períodos, o deslocamento dos judeus a países diferentes, no entanto, havia a preocupação em manter a cultura e a tradição, e transmitiam aos descendentes através do alimento, tornando a mesa das famílias como verdadeiras aulas da história e dos costumes, onde cada prato, cada ingrediente guardava um significado.

Em “O último judeu” Noah Gordon, de forma romanceada, narra os horrores vividos pelos judeus quando os reis católicos os expulsaram da Espanha (1492). A condição para a permanência, estava ligada a conversão ao catolicismo, e os que aceitavam tornaram-se os cristãos novos, teriam que provar para não serem expulsos do país. Neste contexto, a alimentação revelada se os costumes haviam mudado ou não. Incluía a vigilância às chaminés das suas casas nos sábados, comprovando se estariam ou não preparando alimentos neste dia, ou ainda se estavam consumindo carne de porco, proibitiva aos mesmos.

845





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



FAUSTO (1998) indica a importância da comida étnica, e o que pode representar quando afirma: “De qualquer forma, a comida étnica representou, sobretudo nos primeiros tempos de imigração, uma ponte para a terra de origem, a manutenção de um paladar, assim como uma afirmação de identidade”. Pode-se dizer que, em cada cultura, existem práticas culinárias específicas com significados próprios, que diferem cada uma delas por serem reveladoras de gostos, preferências e rejeições, sendo que, segundo (SCHULTER. 2003) “o modo de comer define não só aquilo que se come, mas também a pessoa que o ingere, uma vez que cristaliza estados emocionais e identidades culturais”. Assim, a cozinha revela identidades, hábitos e costumes.

A simples análise dos símbolos exteriores presentes nas escolhas dos alimentos, permite ao observador compreender costumes e tradições, ou seja, perceber de fora para dentro, do visível ao invisível, conforme afirma LIFSCHITZ (In: Menezes e Carneiro, 1997, p. 17): “Se a alimentação constitui o ser biológico de dentro para fora, do invisível do orgânico a visível da pele, a alimentação nos constitui de fora para dentro, do visível do signo ao invisível da consciência, conforma nossa identidade social”.

A cozinha cotidiana, a que está na memória, identifica um grupo atuando como as demais representações ou práticas socioculturais. Trata-se de uma cozinha feita de ingredientes e procedimentos, que reproduzem o sabor e o odor característico que marca o gosto coletivo, a ponto de fazer com que os sabores desconhecidos sejam recusados.

846

Hábitos e Costumes alimentares de imigrantes espanhóis

Por ter sido, em parte, impulsionada pela fome, a imigração deu grande importância à alimentação, à produção e à elaboração dos alimentos, uma vez que a abundância tentaria apagar o estigma vivido em seus países de origem, através da fartura à mesa, onde sempre estavam presentes: o pão, o vinho e o azeite.

Estando em outro ambiente cultural, o imigrante revela sua origem de diversas formas, desde o uso do idioma, os trajes ou na expressão de seus hábitos e costumes, entre eles o alimentar, fatores de comunicação e identidade de um grupo. As formas adotadas por essas aculturações dependem de várias circunstâncias: a data e a origem de cada fluxo migratório a história de relações entre o país de origem e o país de acolhida, a diversidade das culturas de origem, a evolução da sociedade de instalação e, sua capacidade e vontade variável de assimilar. (LEVEAU, SCHNAPPER, 2009, p. 457) Incluindo também, o fato de haver emigrado em família, em que a mãe ou esposa se encarregariam de preparar o alimento da família, ou se





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



homem solteiro, da pensão brasileira ou espanhola, como no caso de Elias, que veio para o Brasil adulto e solteiro indo morar em uma pensão, conforme relato:

Fiquei uns quatro cinco meses em pensão brasileira, então era arroz e feijão, um bife, uma folha de salada a comida diária. Aí fui para uma pensão espanhola e depois fomos morar em cinco, todos espanhóis alugamos um quarto, e nós mesmos fazíamos a comida: peixe frito, um pedaço de carne, bife, comprava aquele, *jamón* cortava uma *ruja* e fazia um lanche. Saí daquele quarto porque fiz operação do estômago, fui morar lá na Vila Guilherme, com um irmão meu casado e eu não podia comer qualquer coisa, mas comer purê, coisinha leve e eu não sabia fazer isso. Então me adaptei à comida daqui, só não me adaptei ao arroz e feijão, para mim não vai. Se eu como feijão, como feijão, ponho feijão no prato e como só feijão com uma mistura, ou senão arroz com uma mistura. Se misturar arroz com feijão meu estômago não aceita. Até hoje com cinquenta e poucos anos, meu estômago não aceita.”

Muitos deles se utilizam dessas formas de comunicação, seja o idioma ou a cozinha para demonstrar resistência, recusando-se a deixar o uso de sua língua no cotidiano, seja falando com forte sotaque identificador, como quem não quer abandonar sua identidade, ou mesmo em seus lares onde buscam através do alimento, reviver o sabor da cozinha marcada indelevelmente em suas memórias. “A vida privada se torna refúgio e proteção, e permite que os imigrantes ganhem estabilidade. A negação da vida privada é a fonte de todos os ‘problemas sociais’ provocados pela presença dos imigrantes”. LEVEAU e SCHNAPPER (2009 p. 459)

A mesa como cenário familiar vivido pelo indivíduo em sua infância marca a formação do gosto segundo os alimentos que lhes foram oferecidos e por quem os preparava, demonstram que estão gravados na memória transformando-se em cozinha de memória ou a cozinha de afeto. Assim sendo, o hábito alimentar é o hábito que permanece por mais tempo quando o imigrante deixa seu país, pois para ele, passa a ideia de pertencimento a um grupo, um fator de identidade e reconhecimento de suas origens.

Ocorre que se trata de hábitos incorporados que asseguram sua identidade que precisam de algum tempo para adaptar-se, mesmo porque, pode sofrer transformações ou aculturações mais ou menos impostas ou reivindicadas, pela necessidade de adaptação a fim de permanecer no local de acolhida.

Conforme LOWENTHAL (*apud* Hall, 1995), sempre desafiou o homem a conhecer o seu passado, sua herança cultural, sua origem, para compreender melhor o presente: “Herdamos um legado que não é menos precioso pelo fato de que constantemente seja indecifrável ou inconveniente”. Esse legado cultural envolve o gastronômico, que quando decifrado,

847





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



permite entender as raízes, os valores outorgados, o gosto adquirido, além de contribuir para uma maior compreensão de si mesmo. Sabe-se que os hábitos alimentares fazem parte da identidade coletiva de um grupo de imigrantes, tanto como o idioma, o hábito alimentar serve de elemento de comunicação entre pessoas imigrantes quando compartilham a mesa, com os que apreciam o mesmo sabor, além de constituir-se em patrimônio cultural imaterial de um grupo étnico.

Na visão de HALL, (2003) a cultura não é uma prática, nem apenas a soma descritiva dos costumes e da cultura popular das sociedades, mas ela está perpassada por todas as práticas sociais e constitui a soma do seu inter-relacionamento, sendo um processo integral, por meio do qual significados e definições são socialmente construídos e historicamente transformados.

As práticas alimentares vão além do simples alimento para satisfazer as necessidades biológicas, pois, a alimentação é uma representação simbólica, independente da nutrição, uma vez que ela traduz o pulsar profundo de uma cultura. É possível descobrir para cada caso particular, de que modo a cozinha de uma sociedade é linguagem onde ela traduz inconscientemente sua estrutura. LÉVIS STRAUSS (2000).

A cozinha é uma referência cultural que demonstra nas escolhas e nas proibições relacionadas com os alimentos, embora inconscientemente, a essência do gosto e a cultura de um grupo social. A transformação dos ingredientes naturais em alimento, acontece após processo de escolha e preparo, que atende a critérios de cada cultura, e que estão relacionados com a aceitação, recusa, proibições religiosas, dietéticas, de saúde etc. O processo de elaboração dos alimentos é revelador de aspectos culturais do grupo.

848

Os relatos de memória de imigrantes

A revisão literária das entrevistas realizadas ao longo da pesquisa sobre os imigrantes espanhóis, revelou detalhes importantes sobre a cozinha étnica, a cozinha de afeto, a realizada no lar de infância e traduz exatamente os costumes e os hábitos que ainda permeiam a memória.

Pode-se encontrar nos relatos de imigrantes as memórias guardadas da infância como a de Maruja, nascida na Galícia descreve:

Nós nos levantávamos muito cedo para ir à escola. Minha avó preparava leite se houvesse uma vaca parida, com bezerrinho para aquecer no inverno rigoroso da Galícia, ou então um caldo verde. Numa manhã, enquanto a avó preparava leite de vaca num tripé, que era nosso fogão, num momento de descuido, esbarrei no mesmo e a panela de leite caiu sobre meu pé. Ao tirar o coturno, minha pele saiu junto com a meia, deixando meu pé em carne viva.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



E quanto às memórias alimentares destacou: “Minha comida hoje, me faz lembrar muito as comidas de lá da Galícia: o cozido, *garbanzos* e o caldo *gallego* e o *puchero*, e estava esquecendo das empanadas.”

José também da Galícia, nasceu em Vigo, guarda as memórias de afeto da cozinha de sua avó, quem preparava as comidas quando ele era menino: “A minha avó não sabia ler, e ela veio da aldeia de Tui, fronteira com Portugal, fazia tudo de cabeça, ela não anotava, lembro das receitas que ela tinha, era tudo de cabeça. Mas com dinheiro, ela sabia tudo no cálculo.” Na memória da infância de José permanece a atuação de sua avó na construção do imaginário da alimentação galega:

Minha avó cozinhava melhor que minha mãe, fazia pastéis gostosos e no carnaval *filloas* de massa folhada com canela, eu era criança. Na véspera das festas ou no dia seguinte pela manhã bem cedo nas *panaderias* ou padarias que só fazem pão, mas em datas especiais os clientes pagando uma taxa, podiam colocar as suas assadeiras com empanadas, carnes e doces em seu forno. Estes manjares iam saindo da boca do forno, postos em cima de uma mesa de pedra esperando esfriar, expostas como obras de arte aguardados pelos seus donos. O aroma que ficava no ar era irresistível!

849

Elias, nascido na Galícia, relatou suas memórias:

Nossa comida de lá, era: aos domingos, um era o *covido* que é o prato que vai carne de porco, repolho, judias, que é a vagem que trata aqui e no outro era empanada. Aquilo era sagrado todo o domingo, empanada de peixe, de carne. Durante a semana batatinha com peixe, que ali tem muito peixe, era perto de porto de mar, a base era peixe, sardinha, pescadinha branca, durante a semana era peixe assado, ou refogado com batata.

Rosária, de Granada Andaluzia, recorda-se dos tipos de carne que havia no *pueblo* onde nasceu: “Tinha porco, galinha, três vacas, mas eram do dono da terra, não se bebia leite de vaca, somente de cabra. Nem carne de vaca nunca comi na Espanha, só de porco, galinha, de *pollo* (frango) e peixe.” No entanto, recorda-se do que sua mãe preparava para os sete filhos:

Eram *migas*, todos os dias e a noite uma sopa com todos os legumes dentro. Almoço de *migas* de *pon* (pão). Ia colocando na frigideira, ia cortando, virando, óleo do bom. Os mais pobres faziam as *migas* de fubá e farinha, que eram mais gostosas, e sustentavam mais. Comia *migas* com azeitonas, com salada de alface, de tomate, pimentão, linguça, bacalhau, sardinha, que nem aqui se come o arroz e feijão.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Relatos referentes a manutenção dos costumes no Brasil

Rosária explica a sua alimentação no Brasil, sempre baseada na cozinha de afeto: “Aqui, minha mãe fazia *gaspacho* com pepino picadinho, punha uva, também, as *migas* e *tortilba*. Faço alguma coisa não tudo, não tantas vezes. Os filhos gostavam de comer à noite, fazia uma sopa bem reforçada, depois fritava ovo e eles comiam.”

Emílio era desenhista e deixou a Espanha com 24 anos de idade, comenta que em suas memórias gastronômicas recordava que havia para comer na Espanha que deixou, são as lentilhas da guerra e do pós-guerra a única coisa que se comia nessa época. Além disso o *cocido*, a *tortilla* que são uma delícia e os pescados dos quais prevalece a sardinha frita ou a escabeche, e se for possível as duas. Em casa já está estabelecido que pelo menos uma vez por semana comemos grão de bico. A tortilla de vez em quando, porque é feita de ovos e parece que para os idosos pode ser um pouco problemático, mas cada vez mais sardinhas. Para tanto, uma vez por semana vamos a feira e compramos um quilo de sardinhas. Meio quilo para fritar e meio quilo para fazer escabeche. Eu prefiro escabeche que as frituras...

Josefa, da Galícia, veio já adulta com seus pais e a cozinha era comandada por sua mãe que mantinha os costumes espanhóis.

850

Aqui, minha mãe sempre queria fazer a comida dela, era batata, grão de bico, feijão branco com dobradinha. Arroz e feijão de jeito nenhum. Até hoje ela não gosta de arroz e feijão. Eu me acostumei, já gosto de arroz com feijão, não todo dia só uma vez por semana, ou duas acho uma delícia. Aos domingos era diferente. Fazia *puchero*, grão de bico com carne de porco, repolho, batata. Em dia de festa fazia assados: frango, e na Espanha assava cordeiro e cabrito.

Rosita reproduz em família, os pratos aprendidos com sua mãe:

Eu faço *paella*, o arroz valenciano simples com frango, o *cocido*, as *patatas estofadas* ou *à la riojana*, também um prato muito antigo que todo valenciano faz, o chamado *guisao* ou *guisado* e os *pasteles de Navidad*, tudo isso são receitas muito antigas, que são tradicionais de Valencia. Faço muito peixe à moda da Espanha, com batata. No Natal de todo ano sirvo o cordeiro.

A elaboração dos pratos de seus países de origem à sua maneira, segundo suas tradições e crenças, revela o quanto o grupo social valoriza.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Paella, o prato emblemático da cozinha espanhola

Pela necessidade de os restaurantes classificarem um prato de glamour para representar a Espanha de sol e calor, um prato colorido e perfumado que exala azeite e açafrão, a escolha recaiu sobre a *paella*, prato inventado pela gastronomia em restaurantes de cozinha étnica, relativamente novo com menos de cem anos. Apresentada em várias versões como a *marinera* de frutos do mar, a vegetariana, a negra que leva tinta dos calamares (lulas) ou feitas com o arroz negro, a mista com carnes e verduras, composta com os ingredientes do lugar.

No entanto, os imigrantes desconheciam o prato como é apresentado no Brasil em restaurantes, e somente descobriram a *paella* fora de seu país. Emílio somente tomou conhecimento que a *paella* é o símbolo da cozinha espanhola, quando saiu da Espanha. Para ele, a *paella* é um monumento gastronômico da Espanha.

Elias, da Galícia: “Na terra minha não se fazia *paella*. Comi *paella* no exército, nos dias festivos no qual se comia também a “roupa velha” feita com grão de bico, tipo um *puchero*. As famílias da Galícia, não têm costume de fazer *paella*”.

Rosária, a de Órgiva, Andaluzia: “O prato espanhol mais conhecido no Brasil é a tal de *paella*, não? Minha mãe nunca fez *paella* para nós.”

Rosita, de Valência, emigrou para São Paulo com seus pais aos onze anos.

Me lembro que minha mãe preparava uma *paella* perfumada de açafrão que se tornou conhecida no lugar, ao servir no restaurante na Barra do Una, litoral norte de São Paulo era a estrela do lugar.

Matilde, valenciana, *chef* renomada da cozinha espanhola, proprietária de vários restaurantes de São Paulo, onde a *paella* era a estrela disse que as mães valencianas tiram a mamadeira e iniciam a alimentação do bebê com a *paella*.

Alguns desses imigrantes tinham como *hobbie* cozinhar para os amigos aos sábados, em seus bares os pratos de pescado, frutos do mar, camarões o que resultou na origem dos primeiros restaurantes espanhóis da cidade.

Ao deixar seu país, suas raízes e cultura, o imigrante ainda mantém fortes laços com seus hábitos de origem, mesmo involuntariamente. Após adaptar-se a novos hábitos alimentares e viver em um outro contexto, ele nunca mais será o mesmo, pois permanecerão em seu íntimo, os padrões aprendidos na infância e os novos adquiridos posteriormente. Por viver em duas culturas distintas assimilando os seus costumes, se torna uma pessoa híbrida.

Mesmo que passe muito tempo, mesmo que mudem as circunstâncias pela distância, os hábitos e os sabores que recordam a terra natal estarão presentes na memória, pois

851





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



constituem a cozinha de afeto, e nunca se apagará. Mas, a cozinha híbrida, que junta o passado, os hábitos adaptados, e os ingredientes disponíveis no país de acolhida, fará parte do cotidiano, embora a cozinha de afeto, identificadora, patrimônio cultural, a qual rememora momentos indelevelmente marcados na memória, não desaparece.

Pode-se dizer que o tipo de emigração definiria os hábitos alimentares dos emigrantes, ou seja, se em família a cozinha de memória estaria garantida de certa forma. Os que emigravam sozinhos dependeriam da pensão que os acolheria, se de brasileiros teria que acostumar-se com a cozinha daqui ou se espanhola, os sabores já estariam garantidos, ou ainda se tivessem facilidade na cozinha, muitos são dedicados cozinheiros.

Alguns desses imigrantes passaram a cozinhar para os amigos aos sábados, como Pepe em seu bar, pratos de pescado e camarões bem ao gosto de todos, a tal ponto que resultou em um restaurante espanhol renomado o Dom Pepe. Reproduziu em seu restaurante a tradição culinária em São Paulo, que inclui noites de *paella* e flamenco.

Os restaurantes de cozinha étnica oferecem além dos pratos e sobremesas tradicionais, a moderna cozinha espanhola, pois por ser dinâmica a culinária evolui seja pela introdução de novos ingredientes ou pelo desaparecimento de outros, ou ainda pela inovação dos modernos chefes que surgiram.

Mesmo que passe muito tempo, mesmo que mudem as circunstâncias pela distância, os hábitos e os sabores que recordam a terra natal estarão presentes na memória, pois constituem a cozinha de afeto, e nunca se apagará. Mas, a cozinha híbrida, que junta o passado, os hábitos adaptados, e os ingredientes disponíveis no país de acolhida, fará parte do cotidiano, embora a cozinha de afeto, identificadora, patrimônio cultural, a qual rememora momentos indelevelmente marcados na memória, não desaparece.

Entrevistados:

Elias – Emilio - José – Josefa - Maruja – Matilde - Rosária - Rosita

Referências Bibliográficas

ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. *História da Vida Privada*. Da Primeira Guerra a nossos dias. n°5. “Ser imigrante na França”. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

FAUSTO, Boris. *Imigração: Cortes e continuidades*. IN: *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

HALL, Stuart. *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



- HECK, Marina e BELLUZZO, Rosa. *Cozinha dos Imigrantes. Memórias & Receitas*. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1999.
- LE GOFF, Jaques. *História e memória*. II volume Memória. Lisboa: Edições 70. 2000.
- LEVEAU, Rémi. SCHNAPPER, Dominique. *Ser imigrante na França*. In: *História da Vida Privada*. Da primeira Guerra a nossos dias. ARIÉS, Philippe. DUBY, Georges. Cia. de Bolso. 2009. N.5. p.455 a 186
- LÉVIS-STRAUSS *apud* POIRIER, Jean. *História dos Costumes: O homem e o seu meio natural*. 4º volume Lisboa: Ed. Estampa. 2000
- LOWENTHAL. *apud* HALL, Stuart. *A questão da identidade cultural*. Campinas: FCH - UNICAMP, n° 18, dezembro de 1995.
- SAMUEL, Raphael. Teatros da memória. *Projeto História. Cultura e Representação*. (Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História, PUC/SP). São Paulo, n° 14, fevereiro de 1997
- SCHULTER, Regina. *Gastronomia e Turismo*. São Paulo: Ed. Aleph, 2003
- SEIXAS, Jacy Alves de. *Os tempos da memória: (Des)continuidade e Projeção. Uma reflexão (in)natural para a história?* Projeto História n. 24. PUC-SP, Artes da História & Outras linguagens. EDUC, 2002
- TEDESCO, João Carlos (org.). *Usos de Memórias* (política, educação e identidade). Universidade de Passo Fundo, RS: UPF, 2002

853





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



MEMÓRIAS DO CORDEL NO ACERVO DA FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA: OS ARQUIVOS PESSOAIS DE SEBASTIÃO NUNES BATISTA E RAIMUNDO SANTA HELENA

Sylvia Nemer¹

A literatura de cordel no acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa

Os acervos dedicados à preservação da literatura de cordel são, geralmente, compostos por conjuntos de folhetos reunidos por intelectuais. Suas origens remontam ao início dos anos 1960 quando o movimento folclorista estava em alta e o interesse pelas coletas respondia a uma proposta de salvaguarda das expressões, supostamente, reveladoras da alma pura de uma parcela do povo brasileiro ainda não exposta aos processos “deturpadores” inerentes ao consumo de bens da indústria cultural.

Este pressuposto foi a base dos movimentos políticos e ideológicos de construção da identidade nacional fundados entre os anos 1930 e 1950. Neles, a “missão” dos estudiosos das tradições populares era promover uma ampla mobilização em prol da preservação das expressões culturais que, de acordo com a visão destes pensadores, estariam “ameaçadas de desaparecimento” (VILHENA, 1997). A Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro garantiu o aparato institucional necessário às ações de salvaguarda do patrimônio cultural dos segmentos populares, até então objeto, unicamente, de ações individuais de pesquisadores e colecionadores.

No caso da literatura de cordel, o folheto, como suporte de histórias em circulação desde tempos imemoriais, seria o principal, senão o único, meio de expressão dessa cultura que, seguindo uma ideologia manifesta desde o século XIX, por Silvio Romero, entre outros, dependia da boa vontade dos intelectuais para não se extinguir por completo. É este o pano de fundo correspondente à formação dos primeiros acervos especializados em literatura de cordel.

Um caso emblemático é o acervo de cordel da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), formado, no início da década de 1960, a partir das doações feitas por Manuel Diegues Junior,

¹ Doutora em História pela PUC-Rio, pesquisadora Pós Doc no acervo de literatura de cordel da Fundação Casa de Rui Barbosa, autora de: *Glauber Rocha e a literatura de cordel*. Rio de Janeiro, Edições Casa de Rui Barbosa, 2007; *Feira de São Cristóvão, a história de uma saudade*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2011; *Espaço urbano e migrações: Feira de São Cristóvão, os desafios da memória*. Curitiba, Editora Primus, 2016 e organizadora de: *Recortes contemporâneos sobre o cordel*. Rio de Janeiro, Edições Casa de Rui Barbosa, 2008; *Arte, poesia e seus (em)cantos: a literatura de cordel nos territórios culturais. Experiências e memórias na Cidade do Rio de Janeiro*. São Paulo, Editora Areia Dourada, 2019





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Orígenes Lessa e Manoel Cavalcanti Proença que além de contribuírem, com suas coleções pessoais, para a composição do referido acervo foram também responsáveis pelos primeiros catálogos, antologias e estudos em literatura de cordel publicados pela FCRB (NEMER, 2023).

Na constituição do acervo da FCRB, o tratamento da literatura de cordel foi, portanto, definido por quadros externos a esta expressão cultural tal como indicam as intervenções realizadas pela instituição, direcionadas à guarda, preservação e pesquisa. A longo prazo, porém, novas perspectivas incidiram sobre tais abordagens que, a partir do início dos anos 1970, seguiram uma linha de ação menos pautada pelo olhar distanciado do intelectual.

Fundamental nesse processo foi a atuação de Sebastião Nunes Batista, mais aproximada do universo cotidiano da literatura de cordel em suas práticas, sujeitos e experiências. É este nível de entrosamento com a literatura de cordel que definirá a atuação de Nunes Batista junto ao acervo da FCRB que recebeu um conjunto inestimável de documentos pertencentes a sua coleção particular. Tais documentos, no entanto, ficaram por longo tempo na reserva técnica, seguindo a tradição do referido acervo de disponibilizar à consulta pública somente folhetos.

Recentemente, através de um projeto de intervenção no acervo, estes documentos passaram por processo de catalogação, porém, os registros se encontram em uma base de dados não disponível ao público. Os processos de renovação implementados no acervo de literatura de cordel da FCRB são de enorme importância para as pesquisas nesse campo de estudo que vem se ampliando significativamente após o registro do cordel no patrimônio imaterial brasileiro (PARANHOS, CORREA, BASTOS, KRAUSS, NEMER, 2022).

O novo estatuto literatura de cordel implica na necessidade de se refletir sobre mudanças na forma de abordá-la nos acervos especializados. Isso significa incluir junto às coleções de folhetos outros documentos representativos da cultura do cordel como patrimônio construído no dia a dia da coletividade detentora de um conjunto de saberes, práticas e experiências de sociabilidade específicas.

Longe de ser considerado como uma cultura estática, oriunda de tradições remotas, reproduzidas através dos tempos sem grandes modificações, como pressupunham os estudiosos do folclore, o cordel, ao ser classificado como patrimônio imaterial, passa a ser entendido como um campo marcado por relações plurais envolvendo os sujeitos produtores e consumidores dessa arte em que memória, oralidade, tradições narrativas, comunicação visual, imaginário, crenças e valores coletivos se conjugam de forma inédita.

Diante disso, deve-se considerar que, além do folheto, outros “documentos” representativos da cultura do cordel merecem integrar os acervos especializados. A FCRB tem adotado uma

855





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



posição central neste processo. A catalogação, já mencionada, do acervo de Nunes Batista (composto de um amplo conjunto de documentos) vai nesta direção. Outra importante iniciativa neste sentido foi o recebimento, através de doação, do acervo do cordelista Raimundo Santa Helena.

As ações de integração e disponibilização de arquivos pessoais de sujeitos diretamente ligados à comunidade do cordel colocam o acervo da FCRB em condição de pioneirismo e reforçam o diferencial do referido acervo, detentor de uma importante coleção de obras raras de cordelistas da “primeira geração do cordel” (com destaque para Leandro Gomes de Barros) e de um rico conjunto de folhetos de autoria dos principais nomes do cordel da “segunda geração”².

A primeira e a segunda geração do cordel

A literatura de cordel começou a ser publicada em folhetos impressos na última década do século XIX e manteve suas características originais até a década de 1930, aproximadamente. A partir dos anos 1940 novos cordelistas passaram a compor os quadros dessa literatura, a partir de então marcada por mudanças significativas tanto na elaboração do enredo quanto na composição tipográfica.

Pioneiro na disseminação de histórias e romances há séculos transmitidos, unicamente, pela via oral, Leandro Gomes de Barros, em seu tempo apelidado de “o primeiro sem segundo”, é, ainda hoje considerado o maior poeta popular do Brasil.

Autor de clássicos da literatura de cordel, seu repertório variou entre enredos herdados do romanceiro tradicional, registros de desafios reais, desafios imaginários, crônica de costumes, atualidades, entre outros múltiplos temas fundadores de uma tradição repetidamente retomada por outros poetas populares que se inspiraram em suas temáticas e personagens, muitos dos quais fundadores de linhagens de heróis e anti-heróis, ainda hoje, presentes na literatura de cordel.

Mas suas histórias não foram, apenas, objeto de inspiração para outros poetas. Em inúmeros casos houve apropriação indébita de obras de Leandro que, para proteger sua produção, começou a publicar, nas quartas capas dos folhetos, sua foto acompanhada de aviso de que aquela obra era de sua autoria. Além de tentar se prevenir do hábito de plágio com essas indicações no impresso, Leandro também começou a introduzir o acróstico nas últimas estrofes.

² A distribuição dos cordelistas entre primeira e segunda geração tem como base a classificação proposta pela FCRB no site de literatura de cordel: <http://cordel.casaruibarbosa.gov.br/poeta.html> (acesso em 27/02/2024)





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



A poesia em versos, publicada por Leandro e pelos poetas populares que lhes foram contemporâneos, já não se inseria na tradição do anonimato que a singularizara enquanto poética da oralidade. Porém, a ausência de preocupação com a autoria permaneceu por longo tempo, afetando profundamente os poetas pioneiros e, mais intensamente, Leandro Gomes de Barros que teve uma infinidade de obras republicadas sem o seu nome e, não raro, com alterações nos textos e nos acrósticos.

Parte significativa dos títulos publicados por Leandro compõem o acervo de folhetos raros da Fundação Casa de Rui Barbosa. A coleção, composta de originais publicados nas duas primeiras décadas do século XX, foi doada por Sebastião Nunes Batista que, atento às apropriações indevidas da obra do poeta, iniciou um importante trabalho de restituição de autoria.

Seguindo os passos de Leandro Gomes de Barros, outros poetas começaram a publicar seus versos em folhetos impressos. Muitos deles já tinham o hábito de registrar suas composições em manuscritos, porém a possibilidade de imprimi-las abria-lhes novas perspectivas comerciais, inclusive permitindo a alguns poetas a sobrevivência, exclusivamente, da venda de suas histórias.

A chamada primeira geração do cordel, se situa em um período de mudanças profundas na estrutura da imprensa no Brasil que passa a ser dominada por grandes empresas jornalísticas. Esse processo, que fez desaparecer um número considerável de pequenos jornais, colocou à disposição do mercado um vasto maquinário tipográfico.

Então conhecida como folheto, livrinho, entre outras denominações semelhantes, a literatura de cordel surgiu nesse contexto, marcado não só por mudanças na atividade jornalística e consequente renovação do parque tipográfico, mas também por um importante incremento no sistema de transportes com a ampliação da malha ferroviária, o que representou, para os cordelistas, a possibilidade de fazer circular seus impressos para muito além dos seus locais de produção.

A literatura de cordel, como, até hoje, a conhecemos – em folhetos impressos, no tamanho 10 x 15 cm, variando entre 8, 16, 32 ou, mais raramente, 64 páginas, capas ilustradas por imagens e/ou vinhetas e quartas capas com publicidade diversa – é fruto desse processo de modernização tipográfica e ferroviária que se intensifica após a implantação do regime republicano.

Os poetas pioneiros se valeram dessas inovações para a promoção de sua arte que, sem jamais romper com suas raízes orais, passou por um amplo processo de transformação, abrindo-se à novas temáticas, alcançando novos públicos, chegando, enfim, à atualidade sem perder sua vivacidade e enorme capacidade de comunicação com diversos tipos de público.

857



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Entre os anos 1930 e 1940 a literatura de cordel passou por um novo processo de mudanças. A maior parte dos poetas pioneiros havia morrido e a chegada de uma nova geração de autores representou uma ruptura em relação às formas até então vigentes de produção dos impressos.

Os poetas da primeira geração tinham o hábito de incluir duas ou três histórias incompletas num mesmo folheto que apresentava os enredos de forma seriada, seguindo a linha dos folhetins publicados pelos jornais e revistas mais populares. Com a chegada do rádio e, posteriormente, da televisão o gênero folhetinesco entrou em desuso nos meios impressos e os cordelistas, seguindo as tendências ditadas pela imprensa hegemônica, o abandonaram passando a publicar apenas uma história por folheto que, conseqüentemente, começou a ser publicado com um número de páginas menor.

Esta opção, que incidiu sobre o preço de venda do folheto, barateando-o, foi acompanhada por outra importante mudança no impresso que passou a trazer as capas ilustradas com xilogravuras. A iniciativa partiu de José Bernardo da Silva, proprietário da Tipografia São Francisco de Juazeiro do Norte, que face ao crescimento da demanda passou a adotar novas soluções para ilustração das capas dos folhetos que eram, anteriormente, ilustradas por meio de clichês de metal. A utilização de matrizes metálicas causava muito atraso na confecção dos folhetos pois os clichês eram encomendados em cidades situadas à grande distância de Juazeiro do Norte.

Diante deste problema, José Bernardo decidiu aproveitar a circunstância favorável da cidade, recorrendo à madeira, abundante na região, e à mão de obra dos escultores de santos, para o entalhe das ilustrações do folhetos de cordel. A opção de substituir os clichês de metal por matrizes em madeira gerou uma significativa baixa dos custos e do tempo de produção.

Além disso, a composição xilográfica promovia um diálogo muito mais direto com o texto do que os clichês usados na imprensa convencional que, na maior parte das vezes, traziam imagens totalmente desconectadas dos enredos publicados nos folhetos.

Mediante todas estas vantagens, a xilogravura começou a ser utilizada por outras tipografias e se tornou rapidamente o principal modo de ilustração de folhetos de cordel.

O folheto de 8 ou 12 páginas, com apenas uma história e capa ilustrada com xilogravura são as características centrais da chamada “segunda geração do cordel” que se localiza entre os anos 1940 e 1970-80, período que foi considerado a época de ouro da literatura de cordel, quando a publicação de folhetos atingiu números recordes. Também o sistema de distribuição dos impressos foi inigualável, sendo, a maior parte das histórias, consumidas em quase todo o território brasileiro, marcado, a partir das décadas de 1940-1950 por um intenso fluxo migratório do Nordeste em direção a outras regiões, em especial, à região Sudeste.

858





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



O Rio de Janeiro foi um dos principais centros de chegada de migrantes nordestinos que tiveram, como ponto de referência para suas trocas culturais e comerciais, a Feira de São Cristóvão. Ali, os nordestinos tentavam matar a saudade de casa com suas comidas, suas canções e suas histórias impressas em folhetos de cordel (NEMER, 2011).

A Feira de São Cristóvão é um lugar onde tiveram presença de destaque nomes como Sebastião Nunes Batista e Raimundo Santa Helena, importantes interlocutores entre os cordelistas atuantes no Rio de Janeiro e a Fundação Casa de Rui Barbosa que costumava receber, no período de suas atuações, praticamente toda produção dos cordelistas instalados na cidade.

Doadores de preciosos acervos mantidos pela Fundação Casa de Rui Barbosa, além de mediadores entre os ambientes de produção, de circulação, de pesquisa e de preservação do cordel, Sebastião Nunes Batista e Raimundo Santa Helena ocupam posição de destaque do cordel no Rio de Janeiro que tem, na FCRB, o seu “lugar de memória” (NORA, 1984) privilegiado.

O arquivo pessoal de Sebastião Nunes Batista

859

O acervo documental de Sebastião Nunes Batista é um inestimável patrimônio da cultura popular brasileira. Composto de documentação extensa e variada, o conjunto de documentos reunidos pelo pesquisador em suas andanças pelas regiões Nordeste e Sudeste traça um rico panorama do cordel, da xilogravura e da cantoria entre as décadas de 1950 e 1980, período em que estas artes passavam por um intenso processo de transformação. A memória da literatura de cordel muito deve ao empenho desse dedicado estudioso, nascido em uma das mais importantes famílias de cordelistas do Nordeste.

Filho do notável poeta Francisco das Chagas Batista, Sebastião Nunes Batista devotou sua vida à chamada literatura de cordel, segundo terminologia adotada, a partir dos anos 1960, por estudiosos do folclore para denominação da expressão conhecida, no seu meio tradicional de produção e consumo, como poesia de folhetos.

Fruto desse meio, Sebastião Nunes Batista cresceu entre folhetos e cantorias. Seu trânsito fácil nas feiras e mercados, visitando bancas de folhetos e ouvindo grupos de repentistas, conjuga-se com seus amplos contatos com colecionadores, pesquisadores e estudiosos das mais variadas manifestações da cultura popular tradicional.

A mediação entre os universos popular e letrado, é traço de destaque do trabalho de Sebastião Nunes Batista que reuniu uma coleção formada por itens de natureza diversa: artigos publicados em jornais e revistas, gravações de cantorias e desafios repentistas, fotografias,





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



cartas, registros biográficos de poetas e cantadores, notas de pesquisas, xilogravuras e matrizes xilográficas, manuscritos diversos, entre outros.

Esse acervo único foi preservado pela Fundação Casa de Rui Barbosa onde ele atuou como pesquisador, incentivador e divulgador da literatura de cordel. Destaca-se ainda, na sua atuação na FCRB, a doação da coleção de folhetos raros, com obras publicadas nas duas primeiras décadas do século passado, entre as quais, um número considerável de títulos de autoria de Leandro Gomes de Barros.

Entre os destaques do acervo reunido por Sebastião Nunes Batista, chamam particularmente atenção: 1) um conjunto de registros de cantorias e repentes em áudio e vídeo; 2) um volumoso caderno contendo recortes de jornais com matérias sobre congressos de cantadores e anotações diversas sobre cantorias, repentes e desafios; 3) uma coleção de matrizes e xilogravuras realizadas pelos principais mestres da arte xilográfica no Brasil.

Esta documentação evidencia a visão de Nunes Batista acerca do cordel como produto das relações entre expressão poética (a poesia de cordel com sua estética própria), peça tipográfica (folheto), oralidade (cantoria) e imagem (xilogravura). Fruto de um olhar múltiplo, característico de um pesquisador ligado umbilicalmente ao universo do cordel, a percepção de Nunes Batista ia muito além do que, normalmente, se costumava considerar como representação dessa arte, geralmente reduzida a uma única manifestação: o folheto.

Reconhecida em 2018 como patrimônio imaterial do Brasil, a literatura de cordel e suas artes associadas têm a marca desse extraordinário pesquisador, Sebastião Nunes Batista, a quem o acervo de literatura de cordel da Fundação Casa de Rui Barbosa deve muito da sua importância.

860

O arquivo pessoal de Raimundo Santa Helena

Raimundo Santa Helena – o “Marinheiro pensador”, como se autointitulava - atuou como cordelista da década de 1970, quando se aposentou da Marinha, até seus últimos dias de vida. Reconhecido dentro e fora do ambiente do cordel, teve participação intensa em todos os episódios marcantes relacionados ao cordel praticado no Rio de Janeiro no período de sua atuação. Sua personalidade polêmica e comunicativa lhe rendeu extensos contatos e muitas histórias registradas em um número surpreendente de documentos, durante décadas, mantidos em sua residência. Com sua morte em 2018, os documentos foram doados à Fundação Casa de Rui Barbosa.

Esse personagem marcante fez história na Feira de São Cristóvão, fundada, segundo ele, por iniciativa sua. O ponto de partida teria sido a leitura, em setembro de 1945 no Campo de São





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Cristóvão, de um cordel de sua autoria comentando sobre o fim da guerra. O episódio funciona como marco de fundação da Feira como registrado no folheto “Feira Nordestina de São Cristóvão”:

No ano quarenta e cinco

Troquei relíquias de guerra

No Campo de São Cristóvão

Pelas lembranças da terra

Marujo fora do mar

Matuto longe da serra

Nessa estrofe de abertura, Santa Helena aparece como protagonista da história da Feira de São Cristóvão que, nos capítulos seguintes, inclui outros atores: Oswaldo (motorista), Azulão, Gordo, Manuel Alexandre, Vavá...

Inconfundível na sua capacidade de comunicação, Santa Helena reuniu em torno de si os segmentos atuantes na Feira de São Cristóvão em prol das causas defendidas pela comunidade. Nessas mobilizações ele, invariavelmente, convocava intelectuais, jornalistas, produtores culturais, em suma, todos os canais disponíveis para veicular suas ideias e levá-las para além da coletividade implicada.

Mas sua atividade foi muito além. Como um verdadeiro “homem memória” (NORA, op. cit.; LE GOFF, 2003) daquele espaço conhecido como “O Nordeste no Rio de Janeiro”, Santa Helena reuniu um conjunto documental altamente representativo do cordel praticado no Rio de Janeiro, não apenas como expressão literária, mas como modo de vida e experiência coletiva de um grupo social específico: os migrantes nordestinos instalados no Sudeste do Brasil.

Como é o cordel produzido e consumido por este segmento?

Que diferenças guarda em relação ao produzido e consumido no Nordeste?

Estas são algumas das indagações que poderão ser respondidas através da documentação integrante do acervo Santa Helena, atualmente mantido pela Fundação Casa de Rui Barbosa.

Relações entre os acervos de Sebastião Nunes Batista e Raimundo Santa Helena

Entre as duas coleções, a principal relação é a ênfase no cordel praticado no Rio de Janeiro o que, de antemão, constitui um diferencial em relação a outros acervos pessoais voltados, prioritariamente, ao cordel do Nordeste. A especificidade do cordel praticado no Rio de

861





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



Janeiro em relação ao cordel nordestino é o fato de ser produzido e consumido, prioritariamente, por migrantes o que dá a essa produção um grande potencial para servir como fonte histórica nos estudos relacionados aos processos migratórios do Nordeste para o Sudeste.

Outro ponto comum entre ambos é a ligação direta dos colecionadores com a literatura de cordel, seja como cordelista, caso de Santa Helena, seja por laços afetivos e familiares, no caso de Nunes Batista. A formação de acervos pessoais por indivíduos ligados ao universo do cordel denota a clara intenção de se resguardar a memória de uma expressão cultural não contemplada pelos processos convencionais de preservação de memórias.

Os acervos desses dois incansáveis colecionadores promovem o registro da memória de sujeitos e práticas inerentes ao mundo do cordel abrangendo, sobretudo, as dimensões de sociabilidades e oralidades. Nesse sentido, eles ajudam a romper com o silêncio reinante em torno da cultura do cordel trazendo à luz não apenas um extenso quadro de “saberes e fazeres” populares (DE CERTEAU, 2009) praticamente ignorados, mas também as lutas da coletividade envolvida nos seus processos de realização e fruição.

Destaca-se, ainda, em ambas as coleções, o interesse dos colecionadores pela relação entre o mundo letrado e o universo das práticas do cordel; pelos diálogos com outras manifestações artístico-culturais; pelas estreitas conexões entre o cordel e a arte da cantoria, evidenciando a importância da oralidade nessa literatura, em geral, representada, nos acervos especializados, unicamente pelos folhetos.

As duas coleções atuam como expressão dos interesses/da subjetividade dos respectivos colecionadores levando em conta seus perfis socioculturais e profissionais/institucionais, o contexto histórico de suas atuações (ARTIÈRE e LAÉ, 2011), suas ligações com o universo do cordel e suas relações com a cultura hegemônica. O perfil de cada um deles vai repercutir sobre os temas da documentação coletada, sobre observações do autor/coleccionador em cartas e outros manuscritos, sobre depoimentos (autobiográficos e de terceiros) acerca das duas trajetórias.

Referencial teórico

A reflexão em desenvolvimento no presente trabalho parte de um conjunto de conceitos específicos divididos em três segmentos: memória, oralidades e acervos.

1) Memória:

O conceito de “homem memória” foi desenvolvido por Jacques Le Goff (LE GOFF, 2003) e por Pierre Nora (NORA, 1984), porém com perspectivas diferentes. Para Le Goff o

862





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



“homem memória” é o sujeito da experiência; aquele que traduz e conserva – na memória – a experiência coletiva do grupo no qual se insere. No sentido inverso, o conceito de “homem memória” de Pierre Nora descreve as atividades individuais de um sujeito dedicado à coleta e preservação da memória de um grupo ao qual não necessariamente pertence. Os acervos pessoais de Santa Helena e Nunes Batista são representativos de uma “memória” conservada por “homens” implicados simultaneamente nas duas experiências no que diz respeito à literatura de cordel: individual, na medida em que a atividade que desenvolvem diz respeito unicamente aos indivíduos que a realizam; coletiva, na medida em que o corpus que organizam envolve uma coletividade.

O conceito de “lugar de memória” de Pierre Nora (NORA, 1984) é central na obra do autor para quem os lugares de memória surgiram quando a memória espontânea começou a desaparecer. Esse processo remonta ao século XIX e deu origem a instituições, como museus e acervos, dedicadas à preservação da memória nacional. As ações de coleta e preservação da memória da literatura de cordel protagonizadas por Santa Helena e Nunes Batista se inscrevem no processo de perda das experiências espontâneas de transmissão do cordel e da cantoria. As mudanças em curso a partir da década de 1970 no cordel praticado na Feira de São Cristóvão – “lugar de memória” do cordel no Rio de Janeiro – justificam o interesse dos dois colecionadores na criação de “lugares de memória” (seus acervos particulares) a fim de salvar essa cultura da ameaça de desaparecimento.

O conceito de “astúcias dos segmentos populares” foi desenvolvido por Michel de Certeau (DE CERTEAU, 2009) para caracterizar ações de grupos não hegemônicos que foram classificados, segundo o modelo desenvolvido pelos folcloristas, como ingênuos. Contrariando essa posição, Michel de Certeau observou entre os representantes das chamadas culturas populares tradicionais a opção por manter o rótulo de “ingênuos” como forma de acesso a um público interessado em adquirir bens de uma cultura, considerada, em vias de desaparecimento. Essa, entre outras “estratégias” presentes nas ações dos cordelistas, é visível em Santa Helena que representando o artista popular transita por ambientes frequentados pelos letrados e os arregimenta para sua causa de “salvação da memória” do cordel.

Também de Michel de Certeau é o conceito de “sujeito da experiência” que define um tipo de relação com a cultura em que a representação é realizada pelo sujeito inscrito na experiência cultural representada (DE CERTEAU, 1995) – como é o caso de Santa Helena, na condição de cordelista, e de Nunes Batista, como pertencente a uma extensa família de cordelistas e cantadores. Nos dois casos, o sujeito representa a experiência do grupo no qual

863





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



se insere, ao contrário do que costuma ocorrer com os bens da cultura popular, em geral, selecionados e analisados por segmentos externos às experiências representadas.

O desejo de memória ou as lutas pela memória, como definiu Ruth Terra (TERRA, 1983), é outro conceito chave no entendimento do processo de preservação da memória do cordel tal como representado por Santa Helena e Nunes Batista em seus respectivos acervos. Observa-se nos dois colecionadores o intuito de manter viva, através dos documentos preservados, a chama de luta que envolve o cordel em suas múltiplas dimensões: a luta representada nos folhetos, a luta dos cordelistas para preservar sua cultura e seus locais de atuação, a luta como elemento da disputa verbal entre dois cantadores – o chamado desafio – como destacou Jerusa Pires Ferreira (FERREIRA, 2004). Em suas múltiplas perspectivas a luta atravessa o cordel, contrariando as teses que o identificam como cultura alienada.

Oralidades:

Fundamental no estudo da literatura de cordel são as reflexões desenvolvidas por Roger Chartier (CHARTIER, 2004) no tocante à história do livro. Um elemento central nesse estudo diz respeito à trajetória dos impressos populares na Europa cuja origem eram textos eruditos que com o tempo foram depurados da linguagem característica da “alta literatura” e simplificados a fim de alcançar um público de gosto popular. É nesse sentido que a literatura popular europeia dialoga com a literatura de cordel brasileira, sendo esta herdeira daquela pelo interesse em determinados temas e pela repetição de um extenso conjunto de narrativas, de heróis e anti-heróis. Por sua vez, a literatura popular europeia se diferencia do cordel produzido no Brasil pela linguagem adotada: em um caso prevalece a escrita em prosa, em outro à composição versificada o que remete à oralidade, elemento central na literatura de cordel brasileira não por acaso classificada como “literatura popular em verso” (FCRB).

A relação da literatura de cordel com o romanceiro europeu tradicional foi objeto de um importante estudo de Jerusa Pires Ferreira (FERREIRA, 1978) que desenvolveu o conceito de “matrizes da oralidade” para definir o extenso corpus de relações estabelecidas entre narrativas oriundas da tradição narrativa europeia e a literatura de cordel brasileira, nascida de histórias contadas e cantadas durante séculos pelos descendentes dos colonizadores. Estas histórias constituem as matrizes orais a partir das quais teve início a literatura de cordel, nascida no final do século XIX e mantida, até os nossos dias, com a mesma estrutura tipográfica e poética.

A oralidade é elemento chave na literatura de cordel, mesmo em sua versão escrita. Essa condição aponta para outra experiência absolutamente central nesse tipo de literatura que é a relação estabelecida entre o poeta e o seu público. O ouvinte participa da história narrada

864



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



no folheto que normalmente é lido em voz alta ou cantado. A escuta, nesse caso, não é passiva, pois a plateia participa da história dando sugestões, apoiando ou criticando o final, aplaudindo o herói e suas façanhas ou recusando suas ações. Esse tipo de experiência, traduzida pelo conceito de “performance” foi objeto do estudo Paul Zumthor (ZUMTHOR, 1983) que vem servindo como referência nos estudos sobre oralidade.

Acervos:

A referência principal ao estudo dos acervos pessoais de Santa Helena e Nunes Batista é o estudo de Philippe Artière e Jean-François Laé (ARTIÈRE e LAÉ, 2011) que entendem o acervo pessoal a partir dos interesses do colecionador, da sua subjetividade, ou seja, da sua condição de “homem memória” como definiu Jacques Le Goff. O olhar sobre a subjetividade, implica em considerar o acervo como parte da experiência social do colecionador e não como um conjunto de papéis capazes de informar com neutralidade sobre atividades, eventos e pessoas.

O quadro teórico acima proposto leva em conta o novo estatuto do cordel, seguindo as orientações expressas no Dossiê de Registro no Patrimônio Imaterial no qual se destaca a questão das sociabilidades como uma das mais importantes da literatura de cordel. Dotados de documentação extensa e variada, os acervos considerados colocam em relevo essa questão, pouco ou nada valorizada nos acervos institucionais dedicados unicamente à guarda de folhetos, sendo estes resultantes de uma arte que envolve múltiplas relações.

865

Conclusão

As pesquisas sobre a temática do cordel realizadas no período de constituição dos acervos pessoais de Sebastião Nunes Batista (entre as décadas de 1960 e 1980) e Raimundo Santa Helena (entre os anos 1970 e 2010) costumavam ter como fontes básicas os folhetos que foram, por sua vez, os documentos privilegiados nos acervos institucionais especializados em literatura de cordel, na época em processo de formação. Na contramão desta tendência, os acervos de Nunes Batista e Santa Helena se concentraram em outro tipo de documentação abrindo-se, nesse sentido, para a possibilidade de observação da literatura de cordel sob perspectivas outras além da especificamente literária, como dominante nos estudos que se baseiam, prioritariamente, nas narrativas impressas nos folhetos.

Além de inovadores do ponto de vista do tipo e natureza da documentação disponibilizada, os acervos de Nunes Batista e Santa Helena se diferenciam de outros acervos de cordel pela condição do sujeito colecionador que, a diferença dos colecionadores/doadores de coleções





4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



de folhetos que compõem os acervos institucionais, se inserem no ambiente das práticas do cordel não como meros observadores ou curiosos, mas como sujeitos ativos das manifestações objeto dos registros coletados. Trata-se, no caso das duas coleções, de olhares diferenciados sobre a literatura de cordel, em geral, objeto de coletas realizadas por segmentos externos às práticas inerentes a esta arte em suas múltiplas dimensões: oral, escrita, comunicação visual (ilustração das capas), circulação comercial, expressão sociocultural, referencial de memória, veículo de informação entre outros aspectos pouco considerados por aqueles que, no passado, realizaram doação das coleções que hoje formam a maior parte dos acervos institucionais.

Os dois acervos documentais, de Nunes Batista e de Santa Helena, jamais foram objeto de estudo acadêmico específico. Seus documentos oferecem um amplo e variado registro da atividade do cordel entre as décadas de 1960 e 2000, período em que o interesse de pesquisas acerca do tema declinou sensivelmente. Este trabalho volta seu olhar para as duas coleções considerando as possibilidades de debates que poderão ser suscitados a partir da análise dos materiais ali depositados.

Referências bibliográficas

ARTIÈRE, Philippe ; LAÉ, Jean-François. Archives personnelles : histoire, anthropologie et sociologie. Paris, Armand Collin, 2011.

CHARTIER, Roger. Leituras e leitores na França do Antigo Regime. São Paulo, Editora UNESP, 2004.

_____. A História Cultural entre práticas e representações. Lisboa, Difel, 1990.

DE CERTEAU, Michel. A cultura no plural. Campinas, Papirus, 1995.

_____. A invenção do cotidiano. Petrópolis, Vozes, 2009.

FERREIRA, Jerusa Pires. Cavalaria em cordel – o passo das águas mortas. São Paulo, Hucitec, 1978.

866



Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória

Elis Regina Barbosa Angelo & Thiago S. Reis (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-72-4



4º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA

26, 27 e 28 | MAR | 2024

Porto | Portugal



_____. “A palavra, ocupação de rivais” IN: BATISTA, Maria de Fátima; BORGES, Francisca Neuma; FARIA, Evangelina; ALDRIGUE, Ana Cristina (Orgs.). Estudos em Literatura Popular. João Pessoa, Editora Universitária, UFPB, 2004.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. Cordel, literatura popular em verso. Disponível em: <http://cordel.casaruibarbosa.gov.br/>

LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas, Ed. Unicamp, 2003.

NEMER, Sylvia. Feira de São Cristóvão, a história de uma saudade. Rio de Janeiro, Ed. Casa da Palavra, 2011.

_____. “A literatura de cordel no acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa”. Memória e Informação, 7(1), p. 18-31, 2023. Disponível em: <https://memoriaeinformacao.casaruibarbosa.gov.br/index.php/fcrb/article/view/218>

NORA, Pierre. Les lieux de mémoire, T. I, v. 1. Paris, Gallimard, 1984.

PARANHOS, J. P.; CORREA, J. G.; BASTOS, D. R.; KRAUSS, L.; NEMER, S. R. B. Estudo para estabelecimento de política de acesso público aos folhetos de cordel em meio digital. PESQUISA BRASILEIRA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E BIBLIOTECONOMIA, v. 17, p. 1-10, 2022.

TERRA, Ruth Brito Lemos. Memória de lutas: Literatura de folhetos do Nordeste 1893-1930. São Paulo, Global Editora, 1983.

VILHENA, Luis Rodolfo. Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro 1947-1964. Rio de Janeiro, FUNARTE, 1997.

ZUMTHOR, Paul. Introduction à la poésie orale. Paris, Éditions du Seuil, 1983.

867

